JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 4
Camara Municipal de Barra do Garças 4
Camara Municipal de Chapada dos Guimarães 4
Camara Municipal de Cláudia 4
Camara Municipal de Confresa 4
Camara Municipal de Poxoréu 14
Camara Municipal de Tangará da Serra 14
Camara Municipal de União do Sul 15
Camara Municipal de Várzea Grande 15
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 16
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Regiao do Vale do Arinos 16
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 17
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia 19
Prefeitura Municipal de Água Boa 19
Prefeitura Municipal de Alto Garças 21
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 32
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 39
Prefeitura Municipal de Apiacás 39
Prefeitura Municipal de Araguaiana 41
Prefeitura Municipal de Araguainha 42
Prefeitura Municipal de Araputanga 42
Prefeitura Municipal de Arenápolis 45
Prefeitura Municipal de Aripuanã 45
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 47
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 47
Prefeitura Municipal de Cáceres 52
Prefeitura Municipal de Campinápolis 55
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 57
Prefeitura Municipal de Campo Verde 62
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 67
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 68
Prefeitura Municipal de Canarana 73
Prefeitura Municipal de Carlinda 74
Prefeitura Municipal de Castanheira 74
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 75
Prefeitura Municipal de Cláudia 80
Prefeitura Municipal de Colíder 81
Prefeitura Municipal de Colniza 81
Prefeitura Municipal de Confresa 101
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 105
Prefeitura Municipal de Curvelândia 106
Prefeitura Municipal de Denise 109
Prefeitura Municipal de Diamantino 110
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 112
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 115
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 122
Prefeitura Municipal de General Carneiro 123
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 125
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 133
Prefeitura Municipal de Indiavaí 134
Prefeitura Municipal de Itanhangá 136
Prefeitura Municipal de Itiquira 142

Prefeitura Municipal de Jaciara 154
Prefeitura Municipal de Jangada 154
Prefeitura Municipal de Jauru 155
Prefeitura Municipal de Juara 155
Prefeitura Municipal de Juscimeira 155
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 157
Prefeitura Municipal de Luciara 157
Prefeitura Municipal de Marcelândia 158
Prefeitura Municipal de Matupá 158
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 159
Prefeitura Municipal de Nobres 260
Prefeitura Municipal de Nortelândia 261
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 262
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 264
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 264
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 266
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 266
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 267
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 267
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 271
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 272
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 273
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 273
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 280
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 280
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 283
Prefeitura Municipal de Paranatinga 305
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 308
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 310
Prefeitura Municipal de Poconé 311
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 314
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 315
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 315
Prefeitura Municipal de Poxoréu 317
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 328
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 330
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 332
Prefeitura Municipal de Rio Branco 333
Prefeitura Municipal de Rondolândia 336
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 342
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 342
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 343
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 344
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 353
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 353
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 383
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 392
Prefeitura Municipal de São José do Povo 392
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 395
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 396
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 396
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 398
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 398
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 398
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 404
Prefeitura Municipal de Torixoréu 407
Prefeitura Municipal de União do Sul 408
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 408
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 408
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 418
Prefeitura Municipal de Vila Rica 419

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

Segundo Vice-Presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

Terceiro Vice-Presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

Quarto Vice-Presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

Quinto Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

Primeiro Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

Segundo Secretário: Atail Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Silvio José de Morais Filho - Araguainha

Segundo Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2016

EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2016

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA NÃO ARMADA 24H00 ININTERRUPTAS, EM ESCALA 12X36, NOS SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS E NOS DIAS ÚTEIS, EQUIPADO COM RÁDIO (HT) COM COMUNICAÇÃO DIRETA COM A CENTRAL**.

CONTRATADA:KONNTE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA

CNPJ Nº 11.090.084/0001-18

VALOR ADITADO: R$ 4.824,20 (Quatro mil, oitocentos e vinte e quatro reais e vinte centavos).

Cuiabá, 01 de Fevereiro de 2018.

NEURILAN FRAGA

PRESIDENTE

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2016

EXTRATO DO 3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2016

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA NÃO ARMADA 24H00 ININTERRUPTAS, EM ESCALA 12X36, NOS SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS E NOS DIAS ÚTEIS, EQUIPADO COM RÁDIO (HT) COM COMUNICAÇÃO DIRETA COM A CENTRAL**.

CONTRATADA:KONNTE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA

CNPJ Nº 11.090.084/0001-18

Prazo Aditado de 12 (doze) Meses.

Cuiabá, 05 de Março de 2018.

NEURILAN FRAGA

PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

PORTARIA Nº. 18/2018, DE 30 DE MARÇO DE 2018.

PORTARIA Nº. 18/2018, DE 30 DE MARÇO DE 2018.

EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS "

MIGUEL MOREIRA DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e com fundamento na Lei Orgânica do Município.....

R E S O L V E:

I – EXONERAR **SIRLENE SANTOS COLMAN**, do cargo em Comissão de Secretaria Geral da Presidência , para a qual a mesma foi nomeada, cargo este de livre nomeação e exoneração.

II – Fica declarado para fins de direito, a vacância do referido Cargo em Comissão

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IV Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Barra do Garças- MT, 30 de março de 2018.

MIGUEL MOREIRA DA SILVA

Presidente da Câmara

CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL CONTAS ANUAIS 2017

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

O Vereador BENEDITO EDMILSON DE FREITAS FILHO, gestor da CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, em cumprimento ao Art. 31, inciso III da Constituição Federal, Art. 209 da Constituição Estadual e Artigo 147 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, torna público as Contas Anuais da Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães, referente ao exercício financeiro de **2017**, para qualquer contribuinte ou cidadão deste município, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da lei. Chapada dos Guimarães – MT, 15 de fevereiro de 2018.

CAMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

A Câmara Municipal de Cláudia/MT, através da Pregoeira nomeada pela Portaria 005/2018, mediante Termo de Cooperação Técnica entre Prefeitura Municipal de Cláudia/MT e Câmara Municipal de Cláudia/MT, torna público para conhecimento dos interessados, que a empresa **DMI COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE VARIEDADES EIRELI, CNPJ n° 26.214.995/0001-87** e a empresa **M L TRENTO MERCADO – ME, CNPJ n° 18.356.823/0001-10,** sagraram-se vencedoras do Processo de Licitação em referência, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SER UTILIZADO NA CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA – MT.** Cláudia - MT, 05 de Abril de 2018. **SHIRLEY YOTZCHETZ** - Pregoeira.

CAMARA MUNICIPAL DE CONFRESA

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
EDITAL DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 002/2018

MODALIDADE – CARTA CONVITE Nº. 002/2018

PREÂMBULO

A CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA, setor de Compras e Licitações, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria n°. 002/2018, publicada no Mural Câmara/Prefeitura, com a devida autorização expedida pelo Presidente Sr. CRISTIANO LORSCHEITER ROCHA, exa-

rada em conformidade com a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de licitação, no dia 13/04/2017, às 10 horas, na Câmara Municipal, sito a Rua Mato Grosso, 120 - Centro,na modalidadeCARTA CONVITE, OBJETIVANDO A "AQUISIÇÃO DE 9000 (NOVE MIL) LITROS DE ÓLEO DIESEL S10" para atender as necessidades da CaminhoneteMitsubishi L200 Triton Sport HPE Top 2.4, Placa – QCP 0631 , deste Legislativo Municipal", nas condições fixadas neste Edital e seus Anexos, sendo a presente licitação na modalidade "CARTA CONVITE", e critério de seleção do tipo MENOR PREÇO, e

Considerando que não acudiram interessados (deserta)à participar do certame - processo licitatório nº 01/2018 / Carta-Convite nº 01/2018, destinada exclusivamente à ME/EPP, a presente licitação, relativa ao mesmo objeto daquela, não garantirá a exclusividadeprevista no artigo 48, inciso I, da LC nº 123/2006, com arrimo no artigo 49, inciso IV, da mesma Lei.

Abertura da Sessão Pública

O recebimento dos envelopes "01", contendo a documentação de Habilitação e Envelopes "02", contendo a Proposta de preço, dar-se-á até às 09h e 30m, do dia 13/04/2017 no setor de protocolo da Comissão de Licitação da Câmara Municipal e no endereço acima especificado.

A abertura dos Envelopes "01", contendo a documentação de Habilitação dar-se-á no mesmo local estabelecido, às 10 horas do dia 13/04/2017. Havendo a concordância da comissão de Licitação, e de todos os proponentes, renunciando à interposição de recurso da fase de habilitação, proceder-se-á, nesta mesma data, a abertura dos envelopes "02", contendo a Proposta de Preço, dos proponentes habilitados.

SEÇÃO I - OBJETO

1 - A presente licitação tem por objeto a seleção de melhor proposta para a contratação de empresa especializada para fornecimento de 9.000 (nove mil) litros de óleo diesel S10, para atender as necessidades da Caminhonete Mitsubishi L200 Triton Sport HPE Top 2.4, Placa – QCP 0631, deste Legislativo Municipal.

SEÇÃO II - DO VALOR ESTIMADO

2- O valor estimado para a aquisição de material de consumo de que trata este Convite é de R$ 37.215,00 (Trinta e Sete Mil e Duzentos e Quinze Reais), conforme orçamento constante do Anexo I.

SEÇÃO III - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3 - É facultado a qualquer cidadão impugnar, por escrito, os termos da presente Carta-Convite por irregularidade na aplicação da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, em até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento e abertura dos envelopes Documentação e Proposta.

3.1 - Decairá do direito de impugnar os termos deste Ato Convocatório perante a Câmara Municipal o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data marcada para recebimento e abertura dos envelopes Documentação e Proposta, apontando as falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

3.2 - A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar deste Convite até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

3.3 - A impugnação interposta deverá ser feita, exclusivamente, na Secretaria da Câmara Municipal de Confresa-MT, situada na Rua Mato Grosso, n.º 120, Centro, das 08 às 12 e das 14 às 17 horas.

SEÇÃO IV – DA PARTICIPAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

4 - A Administração escolherá e convidará, em número mínimo de 3 (três), os possíveis interessados do ramo que trata o objeto deste edital, cadastrados ou não. A divulgação deve ser feita mediante a fixação de cópia do convite em quadro de avisos do órgão ou entidade, localizado em lugar de ampla divulgação, conforme a Lei de Licitações.

4.1 - Permite-se a participação de possíveis licitantes que não tenham sido formalmente convidados, mas que sejam do ramo do objeto licitado. Os interessados cadastrados, mas não convidados, caso queiram, devem solicitar o convite com antecedência de até vinte e quatro horas da apresentação das propostas.

4.2 - Não poderão participar da presente licitação os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei n° 8.666/93. (aplicável a todas as licitações sob qualquer modalidade, bem como aos procedimentos de dispensa e inexigência de licitação por força do disposto no art. 97).

4.3 - Na presente licitação é vedada a participação de empresas em consórcio.

4.4 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.5- Em caso de participação de licitante que detenha a condição de Micro empresa ou de Empresa de Pequeno Porte nos termos da Lei 123/06, serão observados as seguintes previsões:

4.5.1 - Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

4.5.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

4.5.2.1 - A não-regularização da documentação dentro do prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, conforme §§ 1º e 2º do art. 43 da Lei Complementar n.º 123/06.

SEÇÃO V - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES "01" E "02" E DA CARTA DE CREDENCIAMENTO.

5.1 - Os Envelopes "1" e "2", contendo respectivamente a documentação referente à habilitação e proposta de preço, deverão ser entregue na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital, devidamente fechados, constando da face de cada um os seguintes dizeres:

a) CARTA CONVITE Nº 002/2018

ENVELOPE "01"- DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO

PROPONENTE: (NOME DA EMPRESA)

b) CARTA CONVITE Nº 002/2018

ENVELOPE "02"- PROPOSTA DE PREÇO

PROPONENTE: (NOME DA EMPRESA)

5.2 - Caso o proponente encaminhe um representante para acompanhar o procedimento licitatório, deverá formalizar um documento de credenciamento, a qual deverá ser entregue à Comissão de Licitação na abertura do envelope "01" HABILITAÇÃO.

5.2.1 - Entende-se por documentos de credenciamento:

a) contrato social, quando a pessoa credenciada for sócia da empresa licitante;

b) procuração ou declaração do licitantecom poderes para que a pessoa credenciada possa falar em seu nome em qualquer fase desta licitação.

5.3 - O documento credencial poderá ser apresentado à Comissão de Licitaçãono início dos trabalhos, isto é, antes da abertura dos envelopes Documentaçãoe Proposta, ou quando esta o exigir;

SEÇÃO VI – DOCUMENTAÇÃOREFERENTE À HABILITAÇÃO

6 - Os **licitantes** deverão apresentar o envelope “01” fechado com os documentos relacionados a seguir:

6.1 - Para comprovação da habilitação jurídica:

6.1.1 Contrato social em vigor, devidamente registrado e atualizado.

6.2 - Para comprovação da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista:

6.2.1-prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

6.2.2 -Alvará de Licença Municipal.

6.2.3 -Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.2.4 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

6.2.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito Trabalhista.

6.3 - Para comprovação da qualificação econômico-financeira:

6.3.1 - Certidão negativa dos cartórios de registro de falências e concordatas do local da sede do proponente.

6.3.2 - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.

6.4 – Declarações:

6.4.1 - Declaração do licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme modelo do Anexo II deste Ato Convocatório, na forma do disposto na Lei Complementar n.º 123/06 e Condição da SEÇÃO V do presente Convite.

6.4.1.1 - A apresentação da declaração mencionada neste subitem é facultativa e deverá ser entregue tão-somente pelas licitantes efetivamente enquadradas que pretendam se beneficiar do regime legal diferenciado e que não tenham sido alcançadas por alguma hipótese de exclusão do tratamento jurídico diferenciado.

6.4.2 - Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e tampouco menor de dezesseis anos, salvo a partir dos quatorze anos, na condição de aprendiz, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, nos termos do modelo do Anexo III deste Edital.

SEÇÃO VII - PROPOSTA DE PREÇO

7 - A proposta de preço - Envelope "02" - devidamente assinada pelo proponente ou seu representante legal, redigida em português, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas nos campos que envolverem valores, quantidades e prazos, deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

7.1. - Decorrido 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.

7.2 - Em nenhuma hipótese o conteúdo da proposta poderá ser alterado, seja com relação ao preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais, ou falhas formais, alterações essas que serão analisadas pela Comissão Especial de Licitação.

7.3 - Serão corrigidos automaticamente pela Comissão de Licitaçãoquaisquer erros aritméticos e o preço global da proposta, se faltar.

7.4 - A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal do licitantecom poderes para esse fim e presente à reunião de abertura dos envelopes Proposta.

7.5 - A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá, também, ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados dentro do Envelope nº 01 - Documentação.

SEÇÃO VIII – PROCEDIMENTO DE ABERTUDA DOS ENVELOPES

8 - No dia, hora e local designados nesta Edital, em ato público, na presença dos licitantes, a Comissão Permanente de Licitação receberá, de uma só vez, os Envelopes nº 01 e nº 02, e procederá à abertura da licitação.

8.1 - Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

8.2. Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.

8.3. A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á à abertura dos envelopes "01", contendo a documentação relativa à habilitação dos proponentes e, após a verificação da condição prévia do item seguinte, proceder-se-á a sua apreciação.

8.4. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.4.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.4.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.6. Não ocorrendo a inabilitação por força das situações acima mencionadas, a documentação de habilitação dos licitantes então serão verificadas, conforme demais exigências previstas neste instrumento convocatório.

8.7. Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a reunir-se, informando os licitantes. Nessa hipótese, todos os documentos de habilitação já rubricados e os Envelopes n° 02 - Proposta de Preços, rubricados externamente por todos os licitantes e pelos membros da Comissão, permanecerão em poder desta, até que seja concluída a fase de habilitação.

8.8 - Serão considerados inabilitados os proponentes que não apresentarem os documentos exigidos na SEÇÂO VI deste edital, ou incorrerem nas hipóteses de proibição do item 8.4, sendo que os envelopes "02", contendo a proposta de preço, serão devolvidos fechados aos proponentes considerados inabilitados, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação.

8.9. Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes n° 02 - Proposta de Preços dos licitantes habilitados serão abertos, na mesma sessão, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal.

8.10. Não ocorrendo a desistência expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recorrer, os Envelopes n° 02 - Proposta de Preços serão rubricados pelos licitantes presentes ao ato e mantidos invioláveis até a posterior abertura.

8.11. Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.12. As propostas de preços dos licitantes habilitados serão então julgadas, conforme item próprio deste Instrumento Convocatório;

8.13. Será verificada a conformidade de cada proposta com os requisitos exigidos no item na SEÇÃO VII deste edital, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

8.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Presidente da Comissão de Licitação suspenderá a sessão, informando horário para a continuidade da mesma, procedendo, em seguida, o registro em ata;

8.15. Julgamento e classificação das propostas de acordo o estabelecido na SEÇÃO IX deste edital.

SEÇÃO IX - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

9 - Dentre as propostas dos proponentes considerados habilitados, serão classificadas as propostas pela ordem crescente dos preços apresentados, considerando-se vencedor o proponente que apresentar o MENOR PREÇO GLOBAL ofertado.

9.1 - Havendo empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará por sorteio, em ato público, para o qual todos os proponentes serão convocados.

9.2 -Para propostas de empresas que participem deste certame na qualidade de ME/EPP, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação:

9.2.1- Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

9.3 - Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, ocorrendo o empate descrito no subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.4. A melhor classificada nos termos do inciso I, do item 9.3acima terá o direito de encaminhar uma última proposta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 15 (quinze) minutos controlados pelo Presidente da Comissão de Licitação, contados após a comunicação para tanto.

9.4.1 - Nos termos deste item, aproposta para desempate, a ser encaminhada à comissão de licitação, será formalizada mediante o preenchimento, durante a cessão e no prazo estabelecido, do documento constante no anexo V a esta Carta-Convite, e que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e por todos os representantes dos licitantes presentes, e juntada aos autos do processo licitatório.

9.5. Caso a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido no item anterior, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

9.6 -Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 9.2 e seguintes, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.7 -O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.8 - Será desclassificada a proposta de preço que:

9.8.1 - ultrapassar o valor fixado no item 10 deste edital;

9.8.2 - deixar de cotar qualquer dos itens do convite;

9.8.3 - alterar quantidade constante na planilha;

9.8.4 - cotar valor global manifestamente inexequível.

SEÇÃO X - CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

10 - Serão desclassificadas as propostas, por serem considerados excessivos o preço,superior a R$=37.215,00=(Trinta e Sete Mil e Duzentos e Quinze Reais) superior ao estabelecido no demonstrativo da composição dos custos unitários.

SEÇÃO XI - PRAZOS

11 - O prazo máximo para a execução do contrato e para a entrega do objeto da presente licitação é de 09 (nove) meses e será contado a partir da data da assinatura do contrato.

11.1 - Adjudicado o objeto da presente licitação, a Presidente da Comissão de Licitação convocará o adjudicatário para assinar o termo de contrato em até 05 dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n°.8.666/93.

11.2 - O Presidente da Câmara poderá quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos neste edital, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, de conformidade com o presente edital, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei n° 8.666/93.

11.2.1 - Não se aplica as sanções do artigo 81 da Lei n.º 8.666/93 aos licitantes convocados nos termos do art. 64, § 2o da Lei 8.666/93, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

SEÇÃO XII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

12. Constitui obrigações do Contratante:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, oriundo deste certame;

b) Notificar por escrito à Contratada a ocorrência de eventuais impropriedades na composição do combustível objeto do certame, que contrarie as normas e resoluções editadas pela ANP e demais órgãos regulatórios;

c) Solicitar, sempre por escrito, a entrega do objeto, colocando-se à disposição da Contratada cooperação administrativa e operacional para o cumprimento das cláusulas editalícias e contratuais;

d) Observar para que durante a execução dos serviços, seja mantida pela Contratada, a compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

e) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas pelo contrato ou instrumento que o substitui, de acordo com o estatuído neste edital e no contrato.

12.1. Constitui obrigações da Contratada:

a)Sejam observadas as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO e da Agência Nacional do Petróleo, atuando para garantir a qualidade do combustível, objeto do contrato, e o cumprimento das regras vigentes pelos agentes do mercado do abastecimento nacional.

b) A CONTRATADA responderá por todos e quaisquer danos provocados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros na execução do CONTRATO, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pela CONTRATANTE, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarci-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas no presente instrumento.;

c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

d) A inadimplência da Contratada com referência aos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;

e)Manter durante a execução dos serviços as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando se exigido, os comprovantes de regularidade fiscal; e

f) O fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições expressadas no Edital, anexos e termo de Contrato;

SEÇÃO XIII - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

13- Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA poderá, garantida a prévia defesa, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, as seguintes sanções:

a) ADVERTÊNCIA, por escrito, quando a Contratada deixar de atender quaisquer indicações aqui constantes;

b) MULTA COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA no percentual de 05% (cinco por cento) calculado sobre o valor global do Contrato – em caso de inexecução total, ou do valor correspondente à parte contratual não cumprida – inexecução parcial;

c) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos;

d) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.1 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, a esta será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do Contrato, por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor inadimplido.

13.2 - O valor da multa aplicada (tanto compensatória quanto moratória) deverá ser recolhido na conta bancária indicada pelo Departamento Financeiro da Câmara Municipal de Confresa-MT dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a respectiva notificação.

13.3 - Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, ela será descontada por ocasião do pagamento posterior a ser efetuado pela Câmara Municipal de Confresa-MT, sob pena de inscrição em Dívida Ativa.

SEÇÃO XIV - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14 - O representante da CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA, especialmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução do contratoacompanhará os pagamentos e aquisição do produto através de relatórios mensais e quadrimestral.

14.1 - Os pagamentos serão mensais de acordo com o cronograma físico - financeiro, e serão efetuados até (05) cinco dias úteis após a emissão da nota fiscal ao Departamento Contábil, financeiro.

14.2 - As requisições serão assinadas pelo Presidente da Câmara Municipal de Confresa, ou ainda pelo servidor autorizado para o mesmo, sendo que os produtos entregues sem a requisição firmada pelas pessoas mencionadas acima não serão de responsabilidade da contratante.

SEÇÃO XV - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15 - Os pagamentos decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão por conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária:

2.001 - 07 - 3.3.90.30.00.00.00 - Material de Consumo - Aquisição de Combustível.

SEÇÃO XVI – RECURSOS

16- Não ocorrendo desistência expressa de recurso, a Comissão Julgadora registrará o fato em ata e encerrará a sessão, cientificando aos participantes do prazo para sua eventual interposição de recurso.

16.1 - Os recursos eventualmente interpostos contra os atos praticados pela Administração serão processados de acordo com o art. 109 e parágrafos da Lei Federal 8.666/93 e deverão ser protocolados no prazo legal, junto à Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Confresa-MT.

16.2. Não serão conhecidos recursos ou impugnações a esta licitação enviadas pelo correio, fac-símile, correio eletrônico, ou qualquer outro meio de comunicação.

SEÇÃO XVII - SUBCONTRATAÇÃO.

17 - É expressamente vedado a terceirização, subcontratação, dar em garantia, no todo ou qualquer parte do objeto licitado no presente convite.

SEÇÃO XVIII - DA QUALIDADE DOS PRODUTOS

18 - A licitante vencedora comprometerá a entregar produtos de alta qualidade, com as especificações dos órgãos reguladores, inclusive com relação ao IMETRO;

18.1 - A Câmara Municipal de Confresa poderá requerer vistoria particular ou junto aos órgãos reguladores, sobre qualidade dos produtos do presente convite.

SEÇÃO XIX –DO FORO

19 - As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Cidade de Porto Alegre do Norte/MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

SEÇÃO XX - DISPOSIÇÕES GERAIS

20 - Se no dia designado para RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA não houver expediente, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a este Convite serão realizados no primeiro dia útil de funcionamento do Tribunal de Contas da União que se seguir.

20.1. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.3. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.4. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.5. Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, somente serão prestados quando solicitados por escrito à Presidente da Comissão de Licitação, à Rua Mato Grosso, n° 120, CEP: 78.652-000 -FONE 66-3564-1564, até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data estabelecida no preâmbulo deste Convite para a reunião de recebimento e abertura dos envelopes Documentação e Proposta.

20.6. A resposta aos esclarecimentos formulados será encaminhada via ofício e entregue aos interessados mediante a assinatura de recebimento.

20.7 - Das sessões públicas serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros da Comissão de Licitação e proponentes presentes.

SEÇÃO XX - ANEXOS DO EDITAL

20 - Integram o presente edital, dele fazendo parte como transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

I - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários;

II - modelo de declaração ME/EPP;

III - modelo de declaração relativa a trabalho de menores;

IV - modelo de instrumento de credenciamento;

V -modelo de contraproposta; e

VI – minuta de contrato.

Confresa – MT, 05 de Abril de 2018.

JOCILAINE SANTOS FORTES DE SOUSA

Presidente da Comissão de Licitação

ANEXO I – ORÇAMENTO ESTIMATIVO

QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS

DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
Óleo Diesel S10	9.000 lts	4,135	37.215,00
		TOTAL GERAL	**37.215,00**

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO

(DECLARAÇÃO DE ME/EPP)

Convite n.º 02/2018

A empresa....., CNPJ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., RG ..... e CPF ....., DECLARA que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e que essa empresa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

Confresa-MT, _____de _____de 2018.

Assinatura

(Representante Legal)

ANEXO III- MODELO DE DECLARAÇÃO

(DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHOS DE MENORES)

Convite n.º 02/018

A empresa....., CNPJ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., RG ..... e CPF ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, combinado com a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Confresa-MT, _____de _____de 2018.

Assinatura

(Representante Legal)

ANEXO IV – MODELO DE INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO

Convite n.º 02/2018

Pelo presente instrumento, a empresa ....., inscrita no cadastro nacional de pessoa jurídica sob o n°....., com sede na....., através de seu representante legal infra-assinado, credencia o senhor(a)....., portador da Cédula de Identidade nº ....., expedida por ....., outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública do Convite n° 01/2018, em especial para apresentação da proposta comercial e para interpor recursos ou deles desistir.

Confresa-MT, _____de _____de 2018.

Assinatura

(Representante Legal)

ANEXO V –MODELO DE CONTRAPROPOSTA

Carta-Convite nº 02/2018

Eu (_____), participante da cessão de abertura de propostas do Processo Licitatório nº 02/2018 - Carta-Convite nº 02/2018 -, na qualidade de representante legal da empresa de Razão Social (_____), no gozo do direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006 e conforme disposto no subitem 9.4.1 deste edital, apresento no quando abaixo os valores da contraproposta:

DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
Óleo Diesel S10	9.000 lts		
		TOTAL GERAL	

Assinatura

(Representante Legal)

Assinatura dos Representantes Legais das Concorrentes:

1) _____

2) _____

3) _____

4) _____

Assinatura dos Representantes da CPL:

Presidente:_____

Secretário:_____

Membro:_____

ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL E FILTROS, FIRMADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT E .... PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA. CONTRATO DE Nº. .....

A CÂMARA MUNICÍPIAL DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Mato Grosso, n° 120, Centro, CEP: 78.652-000, Confresa, Estado de Mato Grosso, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 37.465.358/0001-08, neste ato representada pelo seu presidente Sr. ....., portador da Cédula de Identidade RG-..... SSP/.....e inscrito no CPF sob o nº. .....residente e domiciliado ..... Confresa - MT, que doravante denominada, simplesmente de CONTRATANTE, e a Empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº.: . ..... localizada na ....., representada neste ato .....pelo (a) Senhor (a) ...., portador (a) de Identidade RG.....SSP/..... e inscrito (a) no CPF....., residente domiciliado (a) a ..... CEP, que doravante denominado simplesmente de **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do Edital de Licitação, instaurada na modalidade de Carta Convite nº. 002/2018, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1 - Este contrato tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento de Óleo Diesel S10para a **CONTRATANTE** no exercício de 2018, na quantidade prevista na tabela abaixo.

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE LTS	UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Óleo Diesel S10	**9.000**	**.....**	**.....**
		TOTAL GERAL	**.....**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA FORMA DE FORNECIMENTO

2 - O regime de execução do Contrato é o de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 8.666/93.

2.1 – O fornecimento dos produtos será realizado de forma parcelada e contínua, conforme a emissão das requisições pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O valor global do referido Contrato é de R$=..... =(.....).

3.2 - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, até o quinto dia útil de cada mês subsequente, à medida que o combustível for sendo fornecido, mediante apresentação das correspondentes Notas Fiscais;

3.3 - Se por motivo não imputável ao CONTRATADO, o pagamento do fornecimento mensal não ocorrer dentro dos trinta dias de sua realização, indicará sobre o valor da mesma, atualização monetária diária de 0,10 % (um décimo por cento) a partir do trigésimo dia de adimplemento até o dia do efetivo pagamento, limitada a 20%;

3.4 - Será considerado como inadimplemento o atraso superior a 30 (trinta) dias.

3.5 - Só haverá compensações financeiras e penalizações por eventuais atrasos e descontos por eventuais antecipações de pagamentos se houver acordo entre as partes;

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE FORNECIMENTO DOS PRODUTOS

4.1 – O CONTRATADO deverá fornecer o produto objeto do presente Contrato sempre que requisitado pela CONTRATANTE.

4.1.1 – As etapas de fornecimento, de conclusão e de entrega do objeto estão condicionadas às emissões das requisições por parte da CONTRATANTE.

4.2 – Só se admitirá a prorrogação de prazos quando houver impedimentos que paralisem ou restrinjam o normal andamento do contrato decorrente de fatos alheios à responsabilidade do CONTRATADO, atestados e reconhecidos pela CONTRATANTE.

4.3 – Na ocorrência de tais fatos, os pedidos de prorrogação referente aos prazos parciais serão encaminhados por escrito um dia após o evento enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados por escrito dez dias antes de findar o prazo original, em ambos os casos com justificação circunstanciada.

CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÃO AS DESPESAS

5 - As despesas correntes do contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária:

- 01.01.2001– Manutenção e Encargos com a Câmara Municipal

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo – Aquisição de Combustível

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 – São direitos e responsabilidades do **CONTRATADO**:

1. Cumprir fielmente o presente Contrato, de modo que, no prazo estabelecido, os produtos sejam entregues inteiramente;

2. Observar, no fornecimento do produto, as leis, os regulamentos, as posturas, inclusive de garantia dos produtos e as normas técnicas específicas;

3. Fornecer os produtos dentro das especificações técnicas e dentro do prazo da validade;

4. Fornecer sempre materiais novos e de primeira qualidade;

5. Arcar com o pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer despesas referentes ao fornecimento de produtos sem a devida requisição;

6. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente instrumento até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente Contrato, observado o art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

7. Apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as Notas Fiscais, acompanhadas das respectivas requisições devidamente assinadas pelo servidor responsável da **CONTRATANTE**;

8. Receber dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes aos produtos já fornecidos;

6.2 - São direitos e responsabilidades da **CONTRATANTE** os seguintes:

1. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da contratada;

2. Intervir na prestação de serviços, nos casos e condições previstas em leis;

3. Homologar reajuste e proceder à revisão dos valores proposta na forma da lei e do presente contrato;

4. Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares dos serviços e as cláusulas contratuais deste instrumento;

5. Fiscalizar a forma de fornecimento dos produtos por intermédio do servidor responsável;

6. Cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº. 8.666/93, de 21/06/1993 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do contrato;

7. Efetuar os pagamentos devidos à contratada no prazo estipulado no contrato depois do recebido das notas fiscais e respectivas requisições cada período já devidamente atestada pelo servidor responsável pela fiscalização;

8. Aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela observância e quaisquer das cláusulas deste contrato;

9. Efetuar a restituição da garantia oferecida pela plena execução do contrato, após a sua conclusão e entrega final;

10. Efetuar a retenção dos impostos e encargos legais sobre as notas fiscais de cada parcela quando for o caso;

11. Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitado os direitos do **CONTRATADO**;

12. Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS

7 – As penalidades contratuais aplicáveis são:

Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA poderá, garantida a prévia defesa, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, poderá, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, as seguintes sanções:

a) ADVERTÊNCIA, por escrito, quando a Contratada deixar de atender quaisquer indicações aqui constantes;

b) MULTA COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA no percentual de 05% (cinco por cento) calculado sobre o valor global do Contrato – em caso de inexecução total, ou do valor correspondente à parte contratual não cumprida – inexecução parcial;

c) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos;

d) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.1 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, a esta será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do Contrato, por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor inadimplido.

7.2 - O valor da multa aplicada (tanto compensatória quanto moratória) deverá ser recolhido na conta bancária indicada pelo Departamento Financeiro da Câmara Municipal de Confresa-MT dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a respectiva notificação.

7.3 - Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, ela será descontada por ocasião do pagamento posterior a ser efetuado pela Câmara Municipal de Confresa-MT, sob pena de inscrição em Dívida Ativa.

7.4 – De qualquer sanção imposta, o **CONTRATADO** poderá, no prazo máximo de cinco dias, contados da intimação do ato, oferecer os recursos à **CONTRATANTE**, devidamente fundamentado.

7.5 – O **CONTRATADO** não incorrerá na multa prevista na alínea “b” acima referida, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade da **CONTRATANTE**.

CLAUSULA OITAVA – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1 – A **CONTRATANTE** poderá considerar rescindido este contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

1. O **CONTRATADO** não iniciar o fornecimento do produto dentro de vinte dias contados da data do recebimento da “**ORDEM DE FORNECIMENTO**” ou interrompe-lo por mais de vinte dias consecutivos, sem justificativa aceita pela **CONTRATANTE**;

2. O **CONTRATADO**, sem prévia autorização da **CONTRATANTE**, ceder o presente contrato, no todo ou em parte;

3. O **CONTRATADO** atrasar por mais de trinta dias o cumprimento dos prazos parciais previsto na notificação dada pela **CONTRATANTE**;

4. O **CONTRATADO** não atender as exigências da **CONTRATANTE** relativamente a defeitos ou inspeções dos produtos, ou com respeito a quaisquer dos materiais fornecidos fora das especificações da proposta de preço;

5. As multas aplicadas ao **CONTRATADO** atingirem, isolada ou cumulativamente, montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

6. O **CONTRATADO** deixar de cumprir qualquer cláusula, condições ou obrigações previstas neste contrato ou dele decorrente;

7. Ocorrer qualquer um dos motivos referidos no capítulo III, seção V da Lei nº. 8.666/93, de 21/06/1993;

8.2 - O **CONTRATADO** reconhece os direitos da administração em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei nº. 8.666/93;

8.3 – A rescisão deste contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízo da exigibilidade de débitos anteriores do **CONTRATADO**, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste instrumento, as seguintes consequências:

1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da administração.

2. Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessário a sua continuidade, na forma do inciso V do artigo 58 da Lei nº. 8.666/93.

3. Execução de garantia contratual para ressarcimento da administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

4. Retenção dos créditos decorrentes dos contratos até o limite dos prejuízos causados à administração.

8.4 – A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DA LICITAÇÃO

9.1- O presente contrato está vinculado em todos os seus termos a Carta Convite nº.002/2018e seus respectivos anexos, bem como à proposta de preços apresentada.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

10.1 – Aplica - se a Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993 com suas alterações posteriores, o Decreto Federal nº 1.070/94 e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e em especial aos seus casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

11- O **CONTRATADO** deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DOS PRODUTOS

12.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida por servidor credenciado, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ ou acompanhamento do objeto que venha ser determinada pela **CONTRATANTE**, ao seu exclusivo juízo.

12.2 – A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade do **CONTRATADO**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus empregados, preposto ou contrato.

12.3 – Todas as "**ORDENS DE FORNECIMENTO"**, instruções, reclamações e em geral, qualquer entendimento entre a fiscalização e o **CONTRATADO** serão feita por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomada em consideração qualquer alegação fundamentada em ordem ou declarações verbais.

12.4 – Das decisões da fiscalização poderá o **CONTRATADO** recorrer à **CONTRATANTE**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTOS DOS PRODUTO

13.1 – O combustível será recebido por responsável por cada abastecimento, sempre entregue mediantes requisição emitida pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 – A **CONTRATANTE** só admitirá quaisquer alterações de quantidade ou especificação dos produtos se houver motivo justificado e fundamentado com a necessária antecedência.

14.2 – O **CONTRATADO** somente poderá sub-contratar a execução do fornecimento dos produtos com a prévia concordância da **CONTRATANTE**, ficando, neste caso, solidariamente responsável pelos produtos entregues pela sub-contratada e, ainda, pela conseqüências dos fatos e atos a ela imputáveis.

14.3 – As prorrogações de prazo de execução de etapa de fornecimento dos produtos serão processados nos termos do artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.

14.4 – As alterações contratuais obedecerão aos dispositivos constantes do artigo 65 da Lei acima referida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15 - Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte - MT com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15.1 – E por estarem justos e contratados, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

CONFRESA - MT, _____ de _____ de 2.018.

CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT.

.....

CONTRATANTE

.....

CONTRATADO

TESTEMUNHA: **NOME: .....** **RG Nº** **CPF Nº** **ASSINATURA:_____**	**TESTEMUNHA:** **NOME: .....** **RG Nº** **CPF Nº** **ASSINATURA:_____**

O presente contrato foi analisado e aprovado pela assessoria jurídica deste Legislativo Municipal.

Em ___/_____/2018

.....

Assessor Jurídico

CAMARA MUNICIPAL DE POXORÉU

CÂMERA MUNICIPAL
PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO Nº 02 - 2018

CÂMARA MUNICIPAL DE POXORÉU – MT.

Publicação de Extrato de Contrato nº 02 - 2018

TERMO DE CONTRATO Nº 03 – 2018. Câmara Municipal de Poxoréu e a empresa J.D. A. FERREIRA – ME, estabelecida à rua Paraíba nº 199, sala comercial,Bairro Centro – CEP 78.800.000 no município de Poxoréu – MT, inscrita no CNPJ sob nº 10.545.758/0001-69, Inscrição Estadual sob nº 13. 365.364- 1. Objeto: serão prestados nas instalações ou onde será realizados as Sessões Ordinárias pela CONTRATANTE, devendo o Contratado verificar os equipamentos de sonorização da Câmara Municipal, com antecedência de pelo menos 4:00 horas da realização da Sessão, para verificar a total condições dos equipamentos sonoros, para transmissões Legislativa das Sessões da Câmara, Valor do Contrato R$ 12.000,00 com vigência de 05 de fevereiro a 31 de dezembro de 2018. Nota Empenho nº 53. Código Orçamentário. 3.3.60.41.00.00.00.0999. modalidade de Licitação: Dispensa. Tipo de Licitação:

CAMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
DECRETO Nº 893 DE 4 DE ABRIL DE 2018.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO ASSESSOR PARLAMENTAR I, SENHOR FABIANO APARECIDO DE SOUZA.

O Senhor **HELIO JOSE SCHWAAB**, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe

são conferidas pelo Artigo 43, inciso XXI, da Lei Orgânica do Município, e combinado com a Lei Complementar nº 143 de 29 de Setembro de 2009.

DECRETA

Art. 1º - **A NOMEAÇÃO** do Senhor **FABIANO APARECIDO DE SOUZA**, portador da cédula de identidade RG nº 1.303.769-2 SSP/MT e CPF nº 887.736.471-87, para o Cargo de Assessor Parlamentar I, de provimento comissionado, símbolo **DA-III**, constante do anexo **II** da Lei Complementar Municipal nº 143 de 29/09/2009, devendo cumprir fiel e honradamente os deveres inerentes ao mencionado cargo.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos quatro dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezoito.

HELIO JOSÉ SCHWAAB

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

NILTON DALLA PRIA

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
DECRETO Nº 894 DE 04 DE ABRIL DE 2018.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA ASSESSORA PARLAMENTAR I, SENHORA ANGELICA OLIVEIRA MARTINS.

O Senhor **HELIO JOSE SCHWAAB**, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 43, inciso XXI, da Lei Orgânica do Município, e combinado com a Lei Complementar nº 143 de 29 de Setembro de 2009.

DECRETA

Art. 1º - A NOMEAÇÃO da Senhora **ANGELICA OLIVEIRA MARTINS**, portadora da cédula de identidade RG nº 2515007-3 SSP/MT e CPF nº 051.415.481-04, para o Cargo de Assessora Parlamentar I, de provimento comissionado, símbolo **DA-III**, constante do anexo **II** da Lei Complementar Municipal nº 143 de 29/09/2009, com o dever de cumprir fiel e honradamente os deveres inerentes ao mencionado cargo.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos quatro dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezoito.

HELIO JOSÉ SCHWAAB

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

NILTON DALLA PRIA

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
DECRETO LEGISLATIVO Nº 76, DE 7 DE MARÇO DE 2018

ACOLHE NA INTEGRA O PARECER Nº 89/2017-TP, DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, RELATIVOS ÀS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DO EXERCÍCIO DE 2016, SOB A RESPONSABILIDADE DO Sr. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA, TENDO COMO RESPONSÁVEL O CONTADOR FLÁVIO AMARAL OLIVEIRA – CRC/MT N.º 008584/0-7.

Faço saber que a Câmara Municipal de Tangará da Serra aprovou, e eu, Presidente, nos termos do Inciso V do Art. 37 do Regimento Interno, promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Considerando o PARECER da Comissão de Finanças e Orçamento, apresentado e aprovado em Sessão Plenária da Câmara Municipal, em 05 laudas em separado, anexadas e que passam a integrar o referido Projeto de Decreto Legislativo, ACOLHE na íntegra o Parecer Prévio Favorável de nº 89/2017-TP, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, que trata da análise das contas de Governo do Município de Tangará da Serra, exercício 2016, processo 7.821-2/2016, tendo como responsáveis o Prefeito Municipal Fabio Martins Junqueira e o contador Flávio Amaral Oliveira – CRC/MT N.º 008584/0-7.

Art. 2ºO presente Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, 41º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

HELIO DA NAZARÉ

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Tangará da Serra, e publicado por afixação no lugar de costume, na data supra.

NILTINHO DO LANCHE

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 10/2018

Dispõe sobre Progressão de Nível à Servidora que menciona e dá outras providencias.

O Presidente da Câmara Municipal de União do Sul – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e observando o disposto no art. 18, da Lei Municipal nº 555, de 12 de dezembro de 2014 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Progressão de Nível à servidora efetiva Srª. LUCIANA DIAS DOS SANTOS, vinculada à Câmara Municipal, por merecimento decorrente ao tempo de efetivo exercício, passando a ocupar o Nível 2.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro sobre a folha de pagamento referente ao mês de abril de 2018 e subsequentes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO

Em 05 de abril de 2018

CLODOALDO VOSNIACK

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL 01/2018 COM REGISTRO DE PREÇOS

A Câmara Municipal de Várzea Grande-MT, através da sua Pregoeira, torna público para conhecimento, que a licitação na modalidade pregão Presencial 01/2018 com registro de preços cujo objeto é o Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustível (gasolina e etanol), para os veículos da frota da câmara

municipal de várzea grande e demais veículos que venham a ser adquiridos, incorporados ou alugados. Realizada em 05 de abril de 2018 às 09:00 horas, foi considerada DESERTA, por não comparecerem interessados ao certame.

Câmara Municipal de Várzea Grande-MT, 05 de abril de 2018.

Késia Claudia Bozza de Oliveira

Pregoeira-Oficial

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

ATO DE SUSPENÇÃO DA CARTA CONVITE N.º 01/2018

Por ato do Senhor Presidente, WEMERSON ADÃO PRATA, o CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal, por questões administrativas, em razão de que ainda não houve a assinatura e publicação do Convênio junto a Caixa Econômica Federal objeto do edital 001/2017/MMA/FNMA/FSA/CAIXA, RESOLVE por SUSPENDER por tempo indeterminado o Processo da CARTA CONVITE Nº 01/2018.

São José dos Quatro Marcos-MT, 04/04/2018.

WEMERSON ADÃO PRATA

Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIAO DO VALE DO ARINOS

LICITAÇÃOP
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO Nº. 010/2018 TIPO: PRESENCIAL JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 132/2018, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 010/2018, cuja abertura ocorreu as 08h30 - Local, do dia 28/03/2018, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. **Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Patrulha Mecanizada conforme Contrato de Repasse n.º 840813/2016 - Operação n.º 1036906 - Programa de Ação Fomento ao Setor Agropecuário em atendimento a Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente,**conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos, sagraram-se vencedoras as empresas: **VANDA ARANTE MOTA - EPP**, inscrita com o CNPJ sob o n.º 02.189.771/0001-02, localizada à Rua Baurú, n.º 740 - Centro - CEP: 78.575-000, no município de Juara/MT, sendo vencedora para os itens 02, com valor unitário de R$ 17.400,00 (dezessete mil e quatrocentos reais); 03, com valor unitário de R$ 30.400,00 (trinta mil e quatrocentos reais); 04, com valor unitário de R$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais); 05, com valor unitário de R$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais) e item 06, com valor unitário de R$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais) - **VEGRANDE NORTE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o n.º 07.434.474/0001-90, localizada à Avenida J.K, n.º 3.718 - Setor de Serviços - CEP: 78.320-000, no município de Juína/MT, sendo vencedora para o item 01, com valor unitário de R$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais).

Juara –MT, 05 de Abril de 2018.

José Roberto Pereira Alves Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

LICITAÇÃOP
EXTRATO DO PRIMEIRO TERCEIRO ADITIVO, AO CONTRATO N. 01/2016.

Extrato do Primeiro Terceiro Aditivo, ao Contrato N. 01/2016.

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO ARINOS – CISVA, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no C.G. C/MF nº. 06.153.406/0001-90, com sede a Rua Venezuela, nº. 75 N, CEP: 78.575-000, Centro, no município de Juara, Estado de Mato Grosso**.**

Contratada: CLÍNICA NEUROLÓGICA CENTER CLÍNICA LTDA – ME, devidamente inscrita no **C.N.P.J./MF, sob o nº. 09.165.752/0001-87**, estabelecida na Rua Rui Barbosa n. 191 – Centro – CEP: 78.890-000, no município de Sorriso, Estado de Mato Grosso, neste ato representada por seu sócio proprietário, Sr° José Nerval Marques, brasileiro, empresário, médico, portador da Cédula de Identidade n.º 502.007-7 SSP/SP e CPF n.º 020.601.669-77.

Processo: Pregão n. 007/2016.

Objeto: PRORROGAÇÃO ao contrato original por 06 (seis) meses, tendo seu vencimento previsto para 05 de agosto de 2018, por se tratar de **Prestação de Serviços Médicos Neurológicos, sendo até 110 (cento e dez) consultas, 40 (quarenta) retornos e 30 (trinta) mapeamentos/eletroencefalogramas mensais a ser realizados junto PAM – Posto de Atendimento Médico e eventualmente no Hospital Municipal "Elídia Maschietto Santillo", ambos localizados no município de Juara/MT, em atendimento ao CISVA – Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos**, conforme solicitação da Secretaria Executiva do CISVA.

Assinatura: 05/02/2018.

Vencimento: 05/08/2018.

Valor Global: R$120.000,00

LICITAÇÃOP
EXTRATO TERMOS ADITIVOS

Extrato do Segundo Terceiro Aditivo, ao Contrato N. 21/2017.

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO ARINOS – CISVA, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no C.G. C/MF nº. 06.153.406/0001-90, com sede a Rua Venezuela, nº. 75 N, CEP: 78.575-000, Centro, no município de Juara, Estado de Mato Grosso**.**

Contratada: OSVALDO PACINI JUNIOR - EPP, inscrita com o CNPJ sob o n. 12.102.276/0001-60, localizada à Avenida Rio Arinos n.º 713-S, Centro - CEP: 78.575-000, no município de Juara – Estado de Mato Grosso.

Processo: Pregão n. 001/2017.

Objeto: PRORROGAÇÃO ao contrato original por 30 (trinta) dias, tendo seu vencimento previsto para 20 de março de 2018, por se tratar de **Prestação de Serviços Médicos de Ortopedia e Traumatologia em Atendimento ao CISVA,** conforme descrições constantes do Anexo I – Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº 001/2017/CISVA, e solicitação da Secretaria Executiva do CISVA, Ofício nº 004/CISVA/2018, de dia 22 de janeiro de 2018.

Assinatura: 20/03/2018.

Valor Global: R$14.300,00

Extrato do Segundo Termo Aditivo, ao Contrato N. 22/2017.

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO ARINOS – CISVA, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no C.G. C/MF nº. 06.153.406/0001-90, com sede a Rua Venezuela, nº. 75 N, CEP: 78.575-000, Centro, no município de Juara, Estado de Mato Grosso**.**

Contratada: AGUIAR LARA PEREIRA LARA LTDA - ME, inscrita com o CNPJ sob o n. 27.937.783/0001-90, localizada à Avenida Rio Arinos n.º 713-S, Centro - CEP: 78.575-000, no município de Juara – Estado de Mato Grosso.

Processo: Pregão n. 001/2017.

Objeto: PRORROGAÇÃO ao contrato original por 30 (trinta) dias, tendo seu vencimento previsto para 20 de março de 2018, por se tratar de **Pres-**

tação de Serviços Médicos de Ortopedia e Traumatologia em Atendimento ao CISVA, conforme descrições constantes do Anexo I – Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº 001/2017/CISVA, e solicitação da Secretaria Executiva do CISVA, Ofício nº 004/CISVA/2018, de dia 22 de janeiro de 2018.

Assinatura: 20/03/2018.

Valor Global: R$19.500,00

Extrato do Terceiro Termo Aditivo, ao Contrato N. 01/2016.

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO ARINOS – CISVA, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no C.G. C/MF nº. 06. 153.406/0001-90, com sede a Rua Venezuela, nº. 75 N, CEP: 78.575-000, Centro, no município de Juara, Estado de Mato Grosso.

Contratada: CLÍNICA NEUROLÓGICA CENTER CLÍNICA LTDA – ME, devidamente inscrita no **C.N.P.J./MF, sob o nº. 09.165.752/0001-87**, estabelecida na Rua Rui Barbosa n. 191 – Centro – CEP: 78.890-000, no município de Sorriso, Estado de Mato Grosso, neste ato representada por seu sócio proprietário, Sr° José Nerval Marques, brasileiro, empresário, médico, portador da Cédula de Identidade n.º 502.007-7 SSP/SP e CPF n.º 020.601.669-77.

Processo: Pregão n. 007/2017.

Objeto: PRORROGAÇÃO ao contrato original por 06 (seis) meses, tendo seu vencimento previsto para 05 de agosto de 2018, por se tratar de **Prestação de Serviços Médicos Neurológicos, sendo até 110 (cento e dez) consultas, 40 (quarenta) retornos e 30 (trinta) mapeamentos/eletroencefalogramas mensais a ser realizados junto PAM – Posto de Atendimento Médico e eventualmente no Hospital Municipal "Elídia Maschietto Santillo", ambos localizados no município de Juara/MT, em atendimento ao CISVA – Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos**, conforme solicitação da Secretaria Executiva do CISVA.

Assinatura: 05/02/2018.

Valor Global: R$120.000,00

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

EXTRATO DE CONTRATO N° 040

CONTRATO Nº 040/2018

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: **MAXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAISE PARTICIPAÇÕES LTDA**

OBJETO: Prestação de serviços de coleta transbordo, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final de lixo hospitalar e resíduos sólidos das unidades de saúde dos municípios do CISVP, atendendo as necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Peixoto, em atendimento ao Hospital Regional de Peixoto de Azevedo - MT.

VIGÊNCIA: 28 de maio de 2018

VALOR: R$ 59.500,00

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0001.2001. 33.90.39.00 "010"

EDITAL DE SELEÇÃO N° 001/2018 - CISVP

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

Edital de Seleção nº 001 /2018 – CISVP

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO no uso de suas atribuições legais, considerando o Ato Normativo 249/2017, torna público, para conhecimento dos interessados, este EDITAL que estabelece instruções para a realização do **PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO – PSS** , destinado a contratação temporária para exercer os cargos de Auxiliar de Cozinha, Agente de Limpeza e Técnico em Imobilização Ortopédica, nas respectivas funções para Casa de amparo do consórcio intermunicipal de saúde da região do vale do Peixoto e do Hospital Regional de Peixoto de Azevedo.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS, é destinado à seleção de profissionais para atuarem em estabelecimento da Rede Pública do SUS de Saúde, exclusivamente para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, suprindo as atividades ou cargos vagos existentes na Casa de amparo do consórcio intermunicipal de saúde da região do vale do Peixoto e do Hospital Regional de Peixoto de Azevedo e na ausência de pessoal aprovado no processo seletivo anterior para atender a demanda, mediante, contrato temporário.

1.2 – A seleção para contratação temporária de Auxiliar de Cozinha, Agente de Limpeza e Técnico em Imobilização Ortopédica, será para provimento de pessoal nos respectivos cargos/funções correlatas.

Cargo Concorrido	Vaga	Escolaridade	C/H/ semanal	Remuneração Mensal	Local de trabalho
Agente de Limpeza	01	Ensino Fundamental Incompleto	40	R$ 1.300,00	Casa de Amparo – Cuiabá-MT
Auxiliar de Cozinha	01	Ensino Fundamental Incompleto	40	R$ 1.600,00	Casa de Amparo – Cuiabá-MT
Tec. Imobilização Ortopédica	01	Ensino Técnico Profissionalizante	40	R$ 971,43	Hospital Regional de Peixoto de Az.

1.3 – Este PSS consistira em prova de títulos referentes à escolaridade e aperfeiçoamento profissional e análise de currículo.

1.4 - Antes de inscrever-se no PSS, o candidato deve observar as normas estabelecidas neste Edital e certificar-se de que preencher ou preenchera. Até a data da atribuição, todos os requisitos exigidos para a contratação.

1.5 - **A participação do candidato no PSS não implica obrigatoriedade de sua contratação**, ocorrendo apenas a expectativa de contratação, ficando reservado ao consórcio intermunicipal de saúde da região do vale do Peixoto, o direito de proceder às contratações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço público, obedecendo rigorosamente a ordem de Classificação Final, dentro do prazo de validade deste Edital, que confere ao exercício de 2018.

2. DOS REQUISITOS:

2.1 - Para participar do Processo Seletivo Simplificado - PSS o candidato deve ser brasileiro nato ou naturalizado;

2.2 - Ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos e no máximo 69 (sessenta e nove) anos, no momento da apresentação de documentos.

3. DO CADASTRO E DAS INSCRIÇÕES:

3.1 - A inscrição implica conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, sobre as quais os candidatos a Auxiliar de Cozinha, Agente de Limpeza e Técnico em Imobilização Ortopédica não poderão alegar desconhecimento das mesmas.

3.2 - Para a seleção dos candidatos a contrato temporário, dever- se-á inicialmente constituir-se a “Comissão Examinadora", que ficará encarregada do processo de VALIDAÇÃO, ANÁLISE DOS DOCUMENTOS, E RESPONDER A POSSÍVEIS RECURSOS INTERPOSTOS.

3.3 - Das Inscrições para o PSS

3.3.1 - As inscrições estarão disponíveis aos profissionais, No Consórcio intermunicipal de saúde da região do vale do Peixoto, sito a Trav. Bartolomeu Dias, nº 269, Bairro Alvorada, fone: (66) 3575 1017 - CEP: 78530 – 000. Nos dias 20/04 a 30/04/18.

3.3- Será publicada a RELAÇÃO DE INSCRITOS, no Diário de Contas do Estado de Mato Grosso.

3.4 No ato da inscrição, deve ser apresentado todos os documentos que comprovem a escolaridade.

3.5 - Uma vez encerrado o período das inscrições, não será permitido realizar nova inscrição e/ou alteração no formulário de seleção ou inclusão de novos títulos .

3.6- É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos referentes a este PSS, no Diário de Contas do Estado de Mato Grosso.

4 - PARA A COMPROVAÇÃO DA FORMAÇÃO/TÍTULOS:

4-1 - Apresentar no ato da inscrição, cópia do comprovante de escolaridade devidamente autenticado ou acompanhado do original.

5 - DO CRITÉRIO DE DESEMPATE:

5.1 - Na ocorrência de empate entre os candidatos, a decisão dar-se-á mediante os critérios:

a) maior escolaridade;

b) maior idade.

6 - DA CONTRATAÇÃO:

6.1 - São requisitos para contratação:

a) ter sido classificado no Processo Seletivo Simplificado - PSS;

b) apresentar a documentação legal comprovando os quesitos registrados na inscrição.

c) apresentar os documentos pessoais exigidos para contratação - originais e cópias, às suas expensas.

6.2 - O candidato, após ser contratado terá a remuneração vinculada à escolaridade exigida para a contratação respectiva ao cargo que exercerá.

6.3 - O contrato terá prazo máximo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado.

7 - DA NÃO CONTRATAÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL:

7.1 - Será vedada a contratação ou terá o contrato rescindido, o candidato que:

a). Não comprove a escolaridade mínima exigida para o cargo de inscrição;

b). Que tenha sofrido algum tipo de condenação criminal em qualquer âmbito judicial, com trânsito em julgado, nos últimos 5 anos;

c). Que tenha 69 (sessenta e nove) anos completos, de acordo com a Emenda Constitucional nº 20, de 16/12/1998, e Emenda Constitucional nº 41, de 31/12/2003;

d) Aposentado, na condição de readaptado definitivo ou por invalidez, em cargo ou função equivalente à pretendida;

e) quando o candidato se recusar ao cumprimento da jornada de trabalho contratada, ou o local para onde foi designado e/ou horário estabelecido.

8- DOS RECURSOS:

8.1. DA INSCRIÇÃO/AVALIAÇÃO: O servidor que sentir- se prejudicado quanto a sua inscrição/avaliação, poderá interpor RECURSO, justificando os motivos da divergência perante a Comissão Examinadora no prazo de 24 horas após publicação do resultado de classificação.

9 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

9.1 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Examinadora designada para esse fim através das normativas vigentes;

9.2 - Considerar para efeito de data inicial do contrato temporário, a data da sua assinatura.

9.3 - O contratado temporariamente quando desejar rescindir seu contrato deverá avisar de forma expressa, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias;

9.4 - Este Edital de Seleção entra em vigor na data de sua publicação, para a organização do Processo Seletivo Simplificado - PSS, destinado a candidatos interessados em concorrer às vagas de contrato temporário/2018, para os cargos e respectivas funções de Auxiliar de Cozinha, Agente de Limpeza e Técnico em Imobilização Ortopédica

Peixoto de Azevedo/MT, 03 de Abril de 2018.

Nandiara Dallacqua Pereira

Presidente Comissão Examinadora

A COMISSÃO:

Presidente

NANDIARA DALLACQUA PEREIRA – (MAT. 331)

Secretário

HAYSLON AIRES DA SILVA– (MAT. 294)

Membro

ALINY CRISTINA RODRIGUES PRADO – (MAT. 237)

Membro

VERONI MARIA PANSERA – CPF: 344.747.731.87

Membro

VIVIAN LUCAS CASSIANO – (MAT. 246)

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO ARAGUAIA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 003/2018

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia torna público que realizará "**PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2018**" dia 19/04/2018 às 09:00 horas (horário local) na Sala de Pregão do Hospital Regional de Água Boa – MT, sito Rua 16 n° 150 Centro II Água Boa – MT, cujo **Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de material ortopédico, orteses, próteses e matérias - OPM**. **Edital Disponível:** Email: cisma@brturbo.com.br. Informações adicionais, pelo telefone (66) 3468-1246, no horário das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.

Água Boa – MT, 05 de março de 2018

Núbia S. S. Paixão Moraes - Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PLANEJAMENTO E FINANCAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2018

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2018

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 05/04/2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 016/2018, e teve como vencedoras as empresas: COM3 INFORMATICA E PAPELARIA EIRELI, CNPJ: 07.981.597/0001-41; IVANETE ULLRICH IAPPE – EPP, CNPJ: 12. 993.070/0001-77; INFOGED - GERENCIAMENTO E ESCANEAMENTO DE DOCUMENTO, CNPJ: 13.318.346/0001-84 e MARCOS BIUDES ME CNPJ: 08.257.279/0001-03.

Água Boa - MT, 05 de abril de 2018.

Marcos da Silva

Pregoeiro

CODEMA
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 01/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 01/2018

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Prestação de Serviços, de um lado o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO MÉDIO ARAGUAIA - CODEMA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa com sede à **Av. Araguaia n° 1087 Centro II, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda CNPJ/MF sob o n. 09.273.626/0001-90**, neste ato representado, pelo Prefeito Presidente do Consórcio, Sr**. FERNANDO GORGEN**, brasileiro, casado, produtor rural residente e domiciliado à Rua Alfredo Canepelle, s/nº, Qd. 18, Lt. 19, casa 04, Cidade de Querência, Estado de Mato Grosso, portador da carteira de identidade nº 4550326 expedida pela SESP/PR e CPF nº 605.473.159-72, doravante denominado CONTRATANTE, e o Sr. **Marcos Liell**, brasileiro, casado, servidor público, residente e domiciliado na Rua B9, nº. 309, Setor Rodoviário, Cidade de Água Boa, Estado de Mato Grosso, portador da carteira de identidade n° 1474860-6, expedido pela SSP/MT e CPF n° 011.533.861-60, doravante denominado CONTRATADA, mediante as cláusulas e condições seguintes, tem justos e CONTRATADAS que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA. O profissional **CONTRATADO** obriga-se, a prestar seus serviços profissionais conforme segue:

1. OBJETO DO CONTRATO

1.1. Formular conjunto de páginas eletrônicas e gráficas, denominada por 'SITE' ou 'HOME PAGE', par uso exclusivo na internet, com referências institucionais da CONTRATANTE, demonstrando os seus serviços e demais conteúdo.

1.2. Manutenção do 'SITE' ou 'HOME PAGE';

2 . OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1. A CONTRATRADA se obriga a desenvolver o objeto deste contrato da maneira mais adequada e dinâmica, dando ênfase a marca e a qualidade dos serviços da CONTRATANTE;

2.2. Elaboração do projeto gráfico e fluxo das informações;

2.3. Programação das páginas em HTML;

2.4. Programação dos bancos de dados necessários;

2.5. Manutenção do "SITE" assim que as partes acharem necessário durante o período especificado;

3 . OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. Ficará sobre responsabilidade da CONTRATANTE, a entrega de todo o material necessário para execução dos trabalhos ora tais como:

3.2. Fotos e imagens a serem adicionadas nas páginas;

3.3. Textos descritivos;

3.4. Documentos para Downloads

3.5. Logotipo.

3.6. O CONTRATANTE deverá efetuar corretamente os pagamentos à CONTRATADA, segundo CLAÚSULA QUINTA.

4 . DA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A CONTRATADA através da manutenção dos serviços, sendo Preventivo e/ou Corretivo, manterá o "SITE" em condições de navegabilidade, efetuando os necessários ajustes, configurações e reparos visuais.

4.2. Somente os técnicos da CONTRATADA poderão executar serviços técnicos preventivos e ou corretivos, a que se refere esta cláusula, durante o período contratado e especificados na cláusula V.

4.3. A manutenção dos serviços aqui contratados não incluem:

4.3.1. Os serviços adicionais aos mencionados neste contrato;

4.3.2. Elaboração e construção de bancos de dados extras;

4.3.3. Produção de fotos;

4.3.4. Produção de vídeos;

4.3.5. Configuração de estação de usuário da Internet;

4.3.6. Problemas apresentados nos equipamentos de comunicação, tais como modems e cabos de redes;

4.3.7. Problemas apresentados em consequência da presença de vírus no equipamento;

4.3.8. Problemas apresentados em consequência de software defeituosos, mal instalados ou mal configurados;

4.3.9. Criação de novas páginas ou alterações de layout diferenciado para o “SITE” do CONTRATANTE;

4.4. A CONTRATADA se reserva no direto de inserir uma pequena imagem na página principal da CONTRATANTE com a seguinte descrição: "Desenvolvido por MLiell Desenvolvimento e Consultoria Web".

4.5. A CONTRATADA se compromete a cadastrar o "SITE" do CONTRATANTE nos principais "SITES" de busca nacionais e internacionais assim como adicionar e realizar SEO (Optimização de Buscas).

CLÁUSULA SEGUNDA. O presente Contrato está fundamentado no Inciso II do Artigo 24, combinado com Parágrafo 8º do artigo da Lei n°. 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA. A **CONTRATADA** assume inteira responsabilidade pelos serviços técnicos realizados, assim como pelas orientações que prestar.

CLÁUSULA QUARTA. As orientações dadas pela **CONTRATADA** deverão ser, rigorosamente, seguidas pela **CONTRATANTE**, eximindo-se o primeiro das consequências da não observância do seu cumprimento.

CLÁUSULA QUINTA. O **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** pelos serviços prestados de manutenção e inclusão do ‘SITE’ o valor de:

5.1. Uma vez que a CONTRATADA cumpra todos os requisitos, o CONTRATANTE efetuará o pagamento do serviço prestado de construção do “SITE” a vista mediante entrega da Nota.

5.2. **Manutenção:** R$ 180,00 Durante 12(doze) Meses para adequação do site e treinamento).

CLÁUSULA QUINTA. No caso de atraso no pagamento dos honorários, incidirá multa de 2% (dois por cento) ao mês. Persistindo o atraso, por período de 03 (três) meses, a **CONTRATADA** poderá suspender os serviços até a sua regularização, eximindo-se de qualquer responsabilidade pelos danos causados no período da paralisação.

CLÁUSULA SEXTA. - DA RESCISÃO DO CONTRATUAL

6.1. O presente contrato poderá ser rescindido pelo CONTRATANTE, sem ônus algum, quando:

6.2. A CONTRATADA não executar os serviços solicitados pelo CONTRATANTE, e que estejam de acordo com as cláusulas deste contrato.

6.3. Quando a CONTRATADA descumprir alguma das cláusulas deste contrato.

6.4. O presente contrato poderá ser rescindido pela CONTRATADA, quando:

6.5. O CONTRATANTE na hipótese de inadimplência das obrigações ora assumidas, devendo a parte inocente notificar a parte culpada à sanar sua falha no prazo de 30 dias, após isso, não sanada a dívida, a CONTRATADA não efetuará qualquer tipo de trabalho para o CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA. Todas as despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta de recursos alocados nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO : 03 - Consórcio Int. de Desenv. Economico Social e Amb. Do Médio Araguaia - CODEMA

UNIDADE : 03.01 – CODEMA

PROJ/ATIV. : 04.122.001.2001.0000 – Manutenção das Atividades do Consórcio

D**OTAÇÃO** : 3.3.90.36.00 - 007 – outros serviços de terceiros – pessoa física

VALOR TOTAL: R$ 2.160,00 (dois mil cento e sessenta reais)

CLÁUSULA OITAVA. Este instrumento é feito por tempo determinado, iniciando-se na assinatura do contrato com validade até 31/12/2017 podendo ser rescindido em qualquer época, por qualquer uma das partes, mediante Aviso Prévio de 30 (trinta) dias, por escrito e apresentadas às razões da decisão.

CLÁUSULA NONA. A fiscalização da execução do Contrato será exercida pela Srª. **DAIANA KIST FONSECA**, (Cargo Contratada) **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO,** Resolução nº 001 de 22 Janeiro de 2018, neste ato denominado fiscal ou gestor do Contrato devidamente credenciado pela autoridade competente, ao que competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução (art. 67 Lei nº 8666/93), independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pela ***CONTRATANTE*** a seu exclusivo juízo.

CLÁUSULA NONA. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo. Prevalecendo, porém, a discórdia, elegem o foro desta cidade para o fim de dirimir qualquer ação oriunda do presente contrato,

E, para firmeza e como prova de assim haverem **CONTRATADA**, firmam este instrumento particular, impresso em duas vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Água Boa, 20 de Janeiro de 2018.

FERNANDO GORGEN **Prefeito Presidente do Consórcio** **CONTRATANTE**	**MARCOS LIELL** **CPF Nº. 011.533.861-60** **CONTRATADA**

DAIANA KIST FONSECA

Fiscal de Contrato

TESTEMUNHAS:

1-_____

Nome:

CPF:

2-_____

Nome:

CPF:

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL.

Edital Processo: 062/2018.

Pregão Eletrônico para Registro de Preço: 009/2018.

Objeto: Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos para Secretaria de Saúde, Prefeitura de Água Boa-MT.

Conforme Art. 21 § 4 da Lei 8.666/93, a Prefeitura Municipal de Água Boa – MT, através do Pregoeiro designado pela Portaria n°. 3161/2018, torna público para conhecimento dos interessados alterações das quantidades e valores em alguns itens do Termo de Referência, Anexo I do Edital do pregão acima mencionado, sendo mantida a mesma data e horário para realização do certame.

Água Boa - MT, 05 de abril de 2018.

Ivania Cezira Volpi

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, designado(s) pela Portaria n° 004/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado final obtido do processo supracitado, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DIVERSOS, PARA COMPOR ENXOVAL DE BEBÊ A FIM DE ATENDER GESTANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL**, sagrando-se vencedor(a) a(s) empresa(s) para o(s) item(ns) a seguir: WENER FERREIRA - ME, inscrita no CNPJ sob o n° 07.508.571/0001-80, LOTE 1, com o valor total de R$ 15.350,00 (quinze mil e trezentos e cinquenta reais). Não havendo interposição de recurso, os objetos da licitação ficam adjudicados às classificadas conforme acima mencionado. Informações mais detalhadas com a equipe de apoio e pregoeira pelo fone/fax (66) 3471-2450, e-mail: licitacaoag2017-2020@hotmail.com. Alto Garças – MT, 05 de abril de 2018.**Alessandra da Silva Dias-Pregoeira.**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 049/2018

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2018

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna Público aos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – Tipo Menor Preço por Item, no **dia 20 de abril de 2018, às 13:00 horas**, **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MARCENARIA, COMPREENDENDO A FABRICAÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, CONSERTO E DEMAIS REPAROS DE MÓVEIS E PRODUTOS DE MADEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS,** de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail licitacaoag2017-2020@hotmail.com, pelo site www.altogarcas.mt.gov.br ou pelo telefone (66) 3471-2450/3471-1155 das 13h00 às 18h00. Alto Garças - MT, 05 de abril de 2018. Alessandra da Silva Dias – Pregoeira Oficial.

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 089 DE 28 DE MARÇO DE 2018

Substitui fiscal de contrato para a Secretaria Municipal de Educação de acordo com exigência da Lei nº 866/93 e Norma Interna 10/2011, para o ano de 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, incisos VI e X da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO, o artigo 67, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, que “Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e da outras providências”, e,

CONSIDERANDO, o item 2.5 da Norma Interna 10/2011 referente aos Contratos.

CONSIDERANDO, a pedido da Secretaria Municipal de Educação, que solicita a substituição de Fiscal de Contrato.

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar a servidora abaixo relacionada para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos da Secretaria Municipal de Educação, em substituição a servidora ROZIMEIRE MENDES TEIXEIRA ARAÚJO;

SERVIDOR	RESPONSABILIDADE
ALINE ARAÚJO PEREIRA CPF nº 012.257951-84	Plano de Ações Articuladas

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, a partir de 02 de Abril de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, em 28 de Março de 2018.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 17/2018 PREGÃO N°013/2018

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Processo Nº.: 29/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 17/2018

No dia 5 do mês de Abril do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS , Estado de MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.133.097/0001-07, com sede administrativa localizada na RUA DOM AQUINO 346, bairro CENTRO, CEP nº. 78770-000, nesta cidade de Alto Garças/MT, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). CLAUDINEI SINGOLANO, inscrito no CPF sob o nº. 051.358.398-01, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 13/2018, Processo Licitatório nº. 29/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DIVERSOS, PARA COMPOR ENXOVAL DE BEBÊ A FIM DE ATENDER GESTANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
3685	COISAS DE MULHER COMERCIO DE VARIEDADES LTDA	
3512	CONFECCOES EDWIRGES EIRELI - ME	
3574	WENER FERREIRA - ME	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
COISAS DE MULHER COMERCIO DE VARIEDADES LTDA	18.893.276/0001-01	RONAN TEIXEIRA DE ABREU	005.576.021-06
CONFECCOES EDWIRGES EIRELI - ME	01.750.419/0001-23	CLAUDIO JOSE VEIGA CARVALHAR	140.123.868-83
WENER FERREIRA - ME	07.508.571/0001-80	EDMAR DONIZETE DE PAULO	530.235.791-72

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DIVERSOS, PARA COMPOR ENXOVAL DE BEBÊ A FIM DE ATENDER GESTANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 3574 - WENER FERREIRA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	MANTA INFANTIL 100% ALGODÃO DUPLA FACE, TAMANHO: 90X90 CM:BRANCA	UN	PAPI TEXTIL	80,000	39,2471	3.139,77
2	TECIDO - FLANELADO,TEXTURA ENCORPADA E DE BOA APARENCIA COM MOTIVOS INFANTIS, RESISTENTE A MULTIPLAS LAVAGENS,COMPOSICAO 100% ALGODAO,PESANDO 388 GR/M LINEAR A 277 G/M2,PARA CONFECCAO DE TOALHA INFANTIL,COM LARGURA DE 1,40M,NA COR BRANCA	UN	MINAS REI	80,000	14,5360	1.162,88

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Processo Nº.: 29/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2018

Fornecedor: 3574 - WENER FERREIRA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL - TAMANHO PEQUENO ,SEM PERFUME,FORMA DE APRESENTACAO EM PACOTE., EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 20 UNIDADES, PROCEDENCIA, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE.	UN	HIPOPO BAB`	80,000	13,0824	1.046,59
4	BODY MANGA LONGA, CORES NEUTRAS, INFANTIL. TAM RN, P, M, G, GG, EG.	UN	KD KIDS	80,000	15,2628	1.221,02
5	SHAMPOO - ORIGEM VEGETAL, INFANTIL, PARA CABELOS DE TODOS OS TIPOS, ISENTO DE SAIS E CORANTES, CONTEÚDO MÍNIMO: 200ML.	UN	TRALALA PHI	80,000	7,2680	581,44
6	CREME PARA CABELO - CRIANCA,CONDICIONADOR GLICOSIL INFANTIL HIPOALERGENICO PARA CABELO DE CRIANCA,PARA SER ULTILIZADO EM CRIANCA ACONDICIONADO EM FRASCO APROPIADO CONTENDO 500ML	UN	TRALALA PHI	80,000	9,4484	755,87
7	TALCO - PARA BEBE,PARA APLICACAO NO CORPO,PERFUMADO,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ADEQUADA	UN	TRALALA PHI	80,000	7,2680	581,44
8	PIJAMA - 100% ALGODAO,,COMPOSTO POR SHORT E CAMISETA, PARA USO INFANTIL, UNISSEX,TAMANHOS: P, M, G E GG,CORES VARIADAS	UN	KD KIDS	80,000	47,2420	3.779,36
9	BODY MANGA CURTA, CORES NEUTRAS, INFANTIL. TAM RN, P, M, G, GG, EG.	UN	KD KIDS	80,000	15,2628	1.221,02
10	FRALDA DE TECIDO - EM FRIBRAS NATURAIS,CONFECCIONADA EM ALGODAO,MACIA, ABSORVENTE, ALVEJADA, PACOTE COM 5 FRALDAS,100% ALGODAO,MEDINDO (60 X 60) CM,COM AMARACAO NORMAL,VALIDADE DE 6 MESES, NO MINIMO,ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLASTICA FECHADA,COR BRANCA	UN	INCOFRAL	80,000	23,2576	1.860,61

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 4° do Decreto Municipal n° 010/2013;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de oficio" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar o prazo estabelecido no termo de referência do edital da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Garças para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Alto Garças,5 de Abril de 2018.

CLAUDINEI SINGOLANO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

COISAS DE MULHER COMERCIO DE VARIEDADES LTDA CNPJ: 18.893.276/0001-01 _____

CONFECCOES EDWIRGES EIRELI - ME CNPJ: 01.750.419/0001-23 _____

WENER FERREIRA - ME CNPJ: 07.508.571/0001-80 _____

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO DE ALTO GARÇAS-MT - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS-MT

CAPÍTULO I

NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1. O Conselho Municipal da Habitação de Alto Garças-MT, é órgão colegiado e de instâncias de deliberação do sistema descentralizado e participativo, de caráter permanente, de composição paritária entre o governo e a sociedade civil, em conformidade com o que dispõe a Lei Orgânica da Assistência Social LOAS nº 8742/93, bem como a Lei Municipal nº 892, de 03 de maio de 2012.

Parágrafo único – O Conselho Municipal da Habitação ficará sob a coordenação e orientação da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 2. Compete ao Conselho Municipal da Habitação:

I- Analisar cadastros de possíveis beneficiários dos Programas Habitacionais destinados ao Município de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, podendo, para tanto, aprovar e/ou reprovar cadastros, obedecendo todos os critérios de avaliação estabelecidos por cada Programa Habitacional; II- Quando necessário, solicitar e emitir documentos e relatórios relacionados aos programas acima citados e/ou de beneficiários e possíveis beneficiários destes programas; III- Inquirir pessoas para realizar entrevistas a respeito de Programas a que estas sejam candidatas a beneficiárias e emitir parecer; IV- Requerer, sempre que necessário documento público do interesse deste Conselho, tais como registros imobiliários e outros; V- Emitir notificações ou quaisquer outros documentos relacionados a beneficiários e Programas Habitacionais; VI- Acompanhar e fiscalizar todos os Programas Habitacionais concluídos ou em andamento que forem destinados a este município; VII- Contribuir na elaboração de projetos que beneficiem o setor da habitação deste município, podendo apresentar propostas e participar ativamente na execução destes, sempre que possível.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3. O Conselho Municipal da Habitação é órgão deliberativo, composto por 10 (membros), sendo 05 (cinco) representantes do Poder Público e, 05 (cinco) representantes da sociedade civil e respectivos suplentes, a saber:

I- 01 (um) representante de cada Órgão Público Municipal, sendo eles: a) Secretaria Municipal de Administração; b) Secretaria Municipal de Esportes, Lazer, Cultura e Turismo; c) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras; d) Secretaria Municipal de Assistência Social; e) Secretaria Municipal de Educação. II- 05 (cinco) representantes de entidades da sociedade civil, escolhidos em foro próprio, sob a fiscalização do Ministério Público e nomeados pelo Prefeito, obedecendo a seguinte composição: a) 02 (dois) representantes de entidades; b) 02 (dois) representantes dos usuários ou de organizações de usuários da assistência social; c) 01 (um) representante dos trabalhadores do setor da habitação/construção civil.

Parágrafo primeiro – Os representantes do Poder Público serão indicados pelos titulares das pastas de governo que compõem o Conselho.

Parágrafo segundo – Entidades e organizações de assistência social: aquela que isoladamente ou cumulativamente, prestarem serviços de atendimento, assessoria, defesa e garantias de direitos e que se encontre em regular funcionamento.

Parágrafo terceiro – Trabalhadores do setor da habitação: aqueles que representam, organizam e defendam os interesses das categorias em que atuam institucionalmente na política da habitação e assistência social.

Parágrafo quarto – Representantes de usuários ou de organizações de usuários da assistência social: aqueles expressos nas diversas formas de participação, onde esteja caracterizado o protagonista direto.

Art. 4. A participação no Conselho Municipal da Habitação contempla entidades de representação municipal das diversas profissões que atuam no campo da formulação, execução e avaliação da política da habitação.

Art. 5. Os suplentes substituirão os respectivos titulares em seus impedimentos.

Art. 6. O mandato dos membros do Conselho será de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período, com possibilidades de ser substituído, a qualquer tempo, a critério da sua representada.

Parágrafo único – Aos membros do Conselho que estiverem na composição do CMH por 02 (dois) mandatos seguidos, poderá retornar ao Conselho após 02 (dois) anos, através de participação em eleição ou nomeação pelo prefeito, conforme a representação.

Art. 7. O Conselho Municipal da Habitação – CMH – será renovado na forma estabelecida pelo Regimento Interno.

Art. 8. O Conselho Municipal da Habitação – CMH – especificará no seu Regimento Interno, os casos de impedimento, perda do mandato, dispensa ou vacância de seus conselheiros.

Art. 9. Somente poderão ser eleitos para ocupar as vagas de conselheiros, os candidatos que atenderem os seguintes requisitos:

I- Ser brasileiro ou naturalizado; II- Possuir idade mínima de 18 (dezoito) anos; III- Residir no município de Alto Garças-MT; IV- Estar em gozo com os direitos políticos; V- Comprovar experiência e atuação no setor da habitação e/ou construção civil; VI- Apresentar certidão negativa criminal.

Art. 10. O Conselho Municipal da Habitação – CMH – terá Mesa Diretora composta por um Presidente, um Vice Presidente e um Secretário, eleitos dentre seus membros para o mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução; além da Secretária Executiva dos Conselhos da Assistência Social, que participará de todas as reuniões do Conselho.

Parágrafo primeiro – O Conselho elegerá, por maioria simples de votos, dos seus membros titulares, a mesa diretora para cumprir o mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, por igual período.

Parágrafo segundo – Fica assegurada a representação do governo e da sociedade civil na mesa diretora do Conselho Municipal da Habitação – CMH – e, a alternância dessas representações em cada mandato, com exceção dos casos de recondução.

Art. 11. Os membros do CMH não receberão qualquer remuneração por sua participação no Colegiado e os serviços prestados serão considerados para todos os efeitos, como interesse público e relevante valor social.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO

Seção I

DA ESTRUTURA BÁSICA

Art. 12. O Conselho Municipal da Habitação terá a seguinte estrutura:

I- Presidente; II- Vice-Presidente; III- Secretário; IV- Membros do Conselho V- Comissões Temáticas Permanentes; VI- Plenário; VII- Secretária Executiva.

Seção II

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 13. Compete ao Presidente:

I- Representar o Conselho Municipal da Habitação – CMH – em juízo e fora dele; II- Convocar, abrir, coordenar e encerrar as reuniões deste Conselho, garantindo a manifestação dos Conselheiros e demais presentes; III- Dar posse ao respectivo suplente, na ausência do conselheiro titular; IV- Resolver questões de ordem surgidas durante o debate, estabelecendo limite de inscrição para participação nos debates; V- Apor, nos processos concluídos, o despacho final do Conselho Municipal da Habitação – CMH; VI- Trabalhar pela integração e articulação entre o Conselho Municipal da Habitação e demais Conselhos Municipais e, as instâncias estaduais e federais; VII- Instituir ou criar comissões constituídas pelos demais membros do Conselho e/ou outros membros da comunidade, para elaboração de estudos da demanda, análise de projetos, assessoria, firmando prazos e relatos, sempre que se fizer necessário, a fim de subsidiar as ações do Conselho Municipal da Habitação – CMH; VIII- Solicitar o comparecimento de representantes de outros órgãos ou entidades às reuniões do Conselho Municipal da Habitação, sempre que se fizer necessário; IX- Participar de debates e plenárias, sempre que necessário; X- Coordenar os serviços do(a) Secretário(a) do Conselho Municipal da Habitação e/ou da Secretária Executiva dos Conselhos da Assistência Social; XI- Cumprir e fazer cumprir este Regimento Interno; XII- Convocar o Vice-Presidente para substituí-lo sempre que necessário, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, resguardadas as execuções a serem julgadas, posteriormente, pelo Conselho; XIII- Em caso de renúncia ao cargo, encaminhar justificativa formal ao Conselho Municipal da Habitação, no prazo de 15 (quinze) dias de antecedência a reunião que irá apreciar o caso;

Art. 14. Compete ao Vice-Presidente:

I- Auxiliar o Presidente no desempenho de suas atribuições; II- Substituir o Presidente nas suas ausências ou impedimentos; III- Desempenhar as atribuições que lhe forem delegadas pelo Presidente.

Art. 15. Compete a Secretária Executiva:

I- Redigir as atas de reuniões, bem como, preparar a pauta das reuniões seguintes; II- Proceder a leitura das atas das reuniões; III- Convocar o Secretário para substituí-la sempre que necessário, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, resguardadas as execuções a serem julgadas posteriormente pelo Conselho; IV- Encaminhar e responsabilizar-se pela emissão e recebimento dos documentos pertinentes ao Conselho Municipal da Habitação – CMH; V- Desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas, pelo Presidente.

Art. 16. Caberá aos Conselheiros:

I- Comparecer às reuniões do Conselho Municipal da Habitação, em dias e horários fixados e participar do plenário e das comissões formadas pelo próprio Conselho, manifestando-se a respeito das matérias em discussão; II- Comunicar, sempre que possível, a Coordenação do Conselho Municipal da Habitação, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, quando impossibilitado de comparecer às reuniões; III- Todas as justificativas de ausência serão avaliadas e deferidas ou não pelo plenário; IV- Requerer, apresentando a justificativa, com aprovação de maioria simples dos conselheiros, a convocação de reunião extraordinária, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias; V- O conselheiro solicitará formalmente ao Conselho Municipal da Habitação – CMH o seu afastamento provisório, ou definitivo, quando for o caso; VI- Desincompatibilizar-se obrigatoriamente do cargo de Conselheiro, em caso de candidatura a cargo eletivo, no prazo mínimo de 90 (noventa) dias, antes da eleição; VII- Comunicar, sempre que possível, o suplente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, quando da impossibilidade de comparecer às reuniões; VIII- Apresentar moções ou proposições sobre assuntos de interesse do Conselho Municipal da Habitação.

Art. 17. Das Comissões:

I- As Comissões serão formadas sempre que houver necessidade, por solicitação do Presidente e/ou maioria simples dos conselheiros, para tratar de temas específicos da área da Habitação, com prazo determinado para a apresentação de pareceres; II- Para estas comissões deverão ser escolhidos um coordenador e um relator, que assinarão o parecer da referida comissão.

Parágrafo primeiro: A Comissão poderá convidar representantes de entidades, autoridades ou profissionais da área de habitação para colaborar na discussão de assuntos específicos da política da Habitação.

Parágrafo segundo: Caso a comissão de trabalho necessite de assessoria externa, deverá solicitar à Presidência do Conselho, que encaminhará o pedido para ser providenciado.

Art. 18. Da Plenária:

I- A plenária é a instância máxima do Conselho Municipal da Habitação;
II- Caberá à plenária a apreciação de recursos e alterações regimentais, conforme orientações dos parágrafos 2º e 3º Artigo 21.

Seção III

DO FUNCIONAMENTO DAS REUNIÕES

Art. 19. O Conselho Municipal da Habitação reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada mês, sempre na última quinta-feira do mês, no período vespertino, cabendo reunião extraordinária sempre que necessário.

Parágrafo primeiro: As reuniões serão realizadas na Sala dos Conselhos da Assistência Social, com sede na Avenida Coronel Cajango, s/º, Bairro Brasilândia, no prédio da antiga Escola XV de Novembro.

Parágrafo segundo: As reuniões serão realizadas com quórum mínimo de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um), ou seja, 6 (seis) membros em primeira chamada.

Parágrafo terceiro: Não havendo quórum, passados 15 (quinze) minutos da primeira chamada, realizar-se-á uma 2ª (segunda) chamada e se dará início a reunião com o número total de conselheiros presentes, com total autonomia para deliberar sobre as questões da pauta.

Parágrafo quarto: Quando da abertura da reunião, na ausência do Presidente, o Vice Presidente assume efetivamente.

Art. 20. O Conselho Municipal da Habitação – CMH – reunir-se-á, extraordinariamente, sempre que houver necessidade, a pedido de seu Presidente ou por solicitação da maioria simples de membros do Conselho, com antecedência mínima de 02 (dois) dias, através de ofício, contato telefônico, e-mail, mensagem de texto, mensagem de “watszapp”, rede social, etc., apresentando pauta antecipada do assunto a ser tratado.

Parágrafo primeiro: As reuniões extraordinárias terão votação semelhante às reuniões ordinárias, procedendo-se uma única chamada.

Parágrafo segundo: Os recursos para estudo e apreciação dos conselheiros com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas da data da reunião extraordinária.

Parágrafo terceiro: Os recursos e alterações de estatuto/regimento interno, serão tratados em reunião extraordinária, com votação de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) em uma única chamada.

Art. 21. Nas reuniões do Conselho, cada conselheiro terá direito a um único voto, competindo ao presidente o último voto.

Parágrafo primeiro: Os conselheiros suplentes somente terão direito a voto quando estiverem em substituição aos conselheiros titulares, durante a sua ausência.

Parágrafo segundo: Havendo empate após a apuração dos votos, o voto do Presidente será o voto de qualidade.

Art. 22. Os membros que faltarem a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas ficarão automaticamente eliminados, sendo chamado os respectivos suplentes para o preenchimento das vagas.

Art. 23. No caso de desligamento do conselheiro titular ou suplente do Conselho Municipal da Habitação – CMH – ocorrerá eleição extraordinária, nos fóruns específicos, para a escolha de novos representantes, para a conclusão do mandato.

Parágrafo único: Na vacância do conselheiro titular e do suplente os designados deverão permanecer no cargo, até a nomeação oficial dos substitutos.

Art. 24. As decisões do Conselho Municipal da habitação – CMH – serão encaminhadas ao Executivo Municipal para serem consubstanciadas em resolução e encaminhadas para publicação.

Art. 25. Para os cargos de Presidente e Secretário do Conselho Municipal da habitação, todos os conselheiros poderão inscrever-se sendo escolha realizada através de voto aberto.

Parágrafo primeiro: A eleição do Presidente, Vice Presidente e Secretário, ocorrerá em reunião especialmente convocada para esse fim, instalada com a maioria simples dos conselheiros.

Parágrafo segundo: Inicialmente serão eleitos o Presidente e o Vice Presidente, cabendo ao Presidente o maior número de votos e, para o segundo mais votado cabe o cargo de Vice Presidente.

Parágrafo terceiro: A votação do Secretário ocorrerá em segundo turno da reunião, repetindo-se o mesmo procedimento da votação para Presidente.

Art. 26. O mandato de Presidente, Vice Presidente e Secretário terá duração de 02 (dois) anos, cabendo uma única recondução por igual período.

Art. 27. No caso de vacância nos casos de Presidente e/ou Secretário por motivo de renúncia ou desligamento do Conselho Municipal da Habitação, ocorrerá eleição extraordinária para conclusão do mandato, elegendo um novo Vice e um novo Secretário.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28. O presente Regimento Interno poderá ser alterado parcial ou totalmente, através de proposta encaminhada por quaisquer dos membros do Conselho Municipal da Habitação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da reunião que deverá apreciá-lo, sendo que as alterações regimentais serão apreciadas em reuniões extraordinárias convocadas com antecedência de 05 (cinco) dias, com quórum mínimo de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um), dos membros e as matérias serão aprovadas por maioria simples.

Art. 29. Os assuntos deliberados pelo Conselho Municipal da Habitação – CMH – serão registrados em atas, a qual será lida na mesma reunião ou em reunião subsequente, para aprovação.

Art. 30. Os casos omissos ou não previstos neste Regimento serão resolvidos por maioria simples do Conselho Municipal da Habitação.

Art. 31. Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alto Garças-MT, 22 de março de 2018.

Eliônis Resende Machado Costa

Presidente do CMH/Alto Garças

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 090 DE 28 DE MARÇO DE 2018

Exonera a pedido, LUCIANO DOURADO RIBEIRO, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Gabinete, lotado no Gabinete do Prefeito, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS – MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas na Lei Orgânica do Município, e,

R E S O L V E:

Art. 1° - Exonerar, a partir de 02 de Abril de 2018, **LUCIANO DOURADO RIBEIRO**, portador do Registro Geral n° 843.474 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob n° 580.488.711-49, do exercício do cargo em comissão de **Chefe de Gabinete**, lotado no Gabinete do Prefeito.

Parágrafo Único - Determinar ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração proceder às anotações e providências cabíveis de que trata o *caput* deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 02 de Abril de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 28 de Março de 2018.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 091 DE 28 DE MARÇO DE 2018

Nomeia DELAYNNE CRISTINA LEITE ANDRADE, para o cargo de provimento em comissão de Gerente de Administração de Frota, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso I da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal nº 873 de 24 de Outubro de 2011 e a Lei Municipal nº 874, de 08 de Novembro de 2011.

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear, **DELAYNNE CRISTINA LEITE ANDRADE**, portador do Registro Geral n° 1492363-7 SEJSP/MT e inscrito no CPF n° 963.339. 011-72, para o exercício do cargo em comissão de **Gerente de Administração de Frota**, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 02 de Abril de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 28 de Março de 2018.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 006/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 006/2018

A Prefeita do Município de Paraguai-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em especial o art. 37, item IX da constituição Federal e o disposto no Edital do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2018.

C O N V O C A

Os abaixo relacionados aprovados no Processo Seletivo Simplificado, homologado pelo Decreto Municipal nº 086/2018, que deverão comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, na Prefeitura Municipal de Alto Paraguai - MT, no horário das 7h00 às 11h00 ou 13h00 as 17h00, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, apresentando as seguintes documentações:

a) Cópia autenticada em cartório da Carteira de Identidade;

b) Cópia autenticada em cartório do Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição, se à época já possuía 18 (dezoito);

c) Cópia autenticada em cartório do CPF;

d) Cópia autenticada em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

e) Cópia autenticada em cartório da Certidão de nascimento

f) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);

g) Comprovante de Endereço;

h) Uma fotografia, tamanho 3x4 recente, colorida;

i) Fotocópia autenticada em cartório dos documentos que comprovem escolaridade exigida para o cargo / categoria profissional /especialidade, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no conselho de classe;

j) Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital;

k) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo para demonstração de compatibilidade com o horário disponível interesse do Órgão Público;

l) Declaração de antecedentes criminais;

m) declaração de não acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas publicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88;

n) Atestado médico, firmado por profissional da área de medicina trabalho ou da rede pública de saúde, de capacidade física e mental;

o) Comprovante de Conta Corrente ou / Salário;

p) Cópia da Certidão de Nascimento dos Filhos (menores de 18 anos);

q) declaração de Escolaridade dos Filhos (menores de 18 anos);

r) Cópia do Cartão de Vacina dos Filhos (menores de 18 anos);

s) Cópia do CPF de Dependente maior de 18 anos;

t) Cópia CPF do Pai e da Mãe;

u) Cópia CPF do Cônjuge (se casado);

v) Cópia da carteira de Trabalho;

w) Demais documentos, se necessários, solicitados pelo Município.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta data, e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA,** quanto ao Preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservados e á Administração o direito de convocar outro candidato.

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (LIMPEZA) CRAS

Inscrição Nº 4020 – JANAINA DORA DA SILVA – Classificação-----01°

Inscrição Nº 3390– CAROLINE PEREIRA DE CAMPOS – Classificação-----02°

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (LIMPEZA) CRAS DESTINADO PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Inscrição Nº 2570– ELISANGELA APARECIDA NUNES DA SILVA – Classificação--03°

Inscrição Nº 810 – SELMA MARIA DOS SANTOS – Classificação----------04°

Inscrição Nº2540 – JOELMA SOARES DA SILVA – Classificação----------05°

Inscrição Nº 4080– OLIVIA MARGARIDA CIRQUEIRA BINI – Classificação----------06°

Inscrição Nº 2590 – LINDALVA XAVIER PIRES – Classificação----------07°

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA)

Inscrição Nº 2100 – DANIELLE SILVA DA CONCEIÇÃO – Classificação-------01°

Inscrição Nº 3110 – JULIANE ARAUJO DA SILVA – Classificação----------02°

Inscrição Nº 4180 – ELISANA FERREIRA ALVES – Classificação----------03°

Inscrição Nº 4340– SAMARA MARTINS DA SILVA – Classificação----------04°

CARGO: EDUCADOR FISICO

Inscrição Nº 2490– SAULO BONFIM DE OLIVEIRA – Classificação-----01°

CARGO: TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Inscrição Nº 3090 – JUSÇANI NEVES DA SILVA – Classificação----------01°

Inscrição Nº 2130 – ELZA CRISTIELE DE ARAÚJO ANTUNES – Classificação--------02°

Inscrição Nº 1290– ADRIADNE DE ALMEIDA SANTOS – Classificação----------03°

Inscrição Nº 3560 – NEIZIELE RÉGIS GONÇALVES – Classificação----------04°

Inscrição Nº1470 – FRANCIELE LOPES DOS SANTOS – Classificação----------05°

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR DO TRANSPORTE ESCOLAR)

Inscrição Nº 3380 – ENATAN DE ALMEIDA PETERSEN – Classificação-------01°

Inscrição Nº 2430 – JOSE MAURO BATISTA DA SILVA – Classificação--------02°

Inscrição Nº 870 – LAISA LUANE CONCEIÇÃO PONDÉ – Classificação----------03°

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR)

Inscrição Nº 640 – FABRICIO DO NASCIMENTO SILVA – Classificação----------01°

Inscrição Nº 3370 – RODRIGO APARECIDO DE OLIVEIRA – Classificação----------02°

Inscrição Nº 3440 – ALCEMIR BORGES SEVERINO – Classificação----------03°

Inscrição Nº 450– JAIR DOS SANTOS LOPES – Classificação----------04°

Inscrição Nº 1220– DEMILSON SOUZA DA SILVA – Classificação----------05°

CARGO: PROFESSOR

Inscrição Nº 2840 – SANDRA DOS REIS SILVA – Classificação----------01°

Inscrição Nº 800– LIVIA MORAES DE SOUSA CALIL – Classificação--------02°

Inscrição Nº 4050– ROSINA AUXILIADORA RODRIGUES – Classificação------03°

Inscrição Nº 2980 – LUCIANA FERREIRA DOS SANTOS – Classificação-------04°

Inscrição Nº2240 – KEILA PATRICIA SILVA SANTOS– Classificação----------05°

Inscrição Nº 910– LUZIA MARIA ARRUDA – Classificação----------06°

Inscrição Nº 1010 – GILMAR SILVA DO NASCIMENTO – Classificação----------07°

Gabinete da Prefeita 05 de Abril de 2018.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018A Prefeita Municipal de Alto Paraguai, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, resolve **HOMOLOGAR** como HOMOLOGADO tem, o resultado da licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº 005/2018** que tem por Objeto:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRAS SERRADAS PARA UTILIZAÇÃO NAS CONSTRUÇÕES, REFORMAS E REPAROS DE PONTES E PONTILHÕES PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI - MT, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS.

E que teve como vencedor o licitante: **MARLI DOS REIS FERREIRA-EPP,** CNPJ: 01.003.642/0001-50 nos itens: 01, 02 e 03, totalizando **R$ 221. 030,00** (Duzentos e Vinte e Um mil e Trinta Reais).

Alto Paraguai - MT, 05 de Abril de 2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 011/2018 PREGÃO PRESENCIAL N. 005/2018

Validade: 12 (Doze) meses.

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI ESTADO DE MATO GROSSO,** por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 03.648.532/0001-28, com sede na Rua Presidente Médici, 470, bairro Planalto, Alto Paraguai - MT, neste ato, representada pela **PREFEITA MUNICIPAL,** a Excelentíssima Senhora **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES,** brasileira, Casada, Dentista, portadora da Cédula de Identidade RG n°. 08176490-4 e inscrita no CPF sob o n° 804.435.751-34, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **MARLI DOS REIS FERREIRA ME**, CNPJ sob n. 01.033.642/0001-50 sede na Rua Almirante Barroso, vencedora do lote **01-02 e 03** considerando o julgamento da licitação **MENOR PREÇO POR ITEM,** na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 005/2018**, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por **itens**, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n° 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, Decreto Federal n. 5.450, de 31 de maio de 2005, no Decreto n. 7.892 de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o SRP e Decretos Municipais N. 04/2009, Decreto 61/2014 em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRAS SERRADAS PARA UTILIZAÇÃO NAS CONSTRUÇÕES, REFORMAS E REPAROS DE PONTES E PONTILHÕES PARA ATENDer A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO DO MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI - MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (Doze) meses,** contados a partir de sua publicação na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.2. Comparecer o vencedor quando convocado no prazo Maximo de 05(cinco) dias úteis, contados da convocação formal, para assinatura da ata de registro de preços, sob pena de multa de 2%(dois por cento) ao dia, sobre ao valor a ela adjudicado.

2.3. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar a ata de registro de preços injustificadamente será aplicada à regra seguinte: quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sansões cabíveis na Lei 8666/93, 10.520/02 e demais disposição vigentes.

2.4. No caso de descumprimento (não assinatura), o município de Alto Paraguai-MT, se reservar no direito de convocar outro.

Parágrafo Único – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria de Planejamento e Gestão, através do setor competente no seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

4.1. Os preços registrados, a especificações dos produtos/equipamentos e/ou serviços, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados abaixo e no relatório da sessão, em ordem de classificação no processo licitatório do **Pregão presencial n. 005/2018.**

LOTE 01 – MADEIRA EM PRANCHAS

LOTE RESERVA DE COTA 25% PARA ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	V. UNIT.	V. TOTAL
01	Madeira Serrada em Pranchas. Madeiras de Cumbaru, Garapeira, Jatobá, Angelim e Cambará.	M³	25	R$ 1.850,00	R$ 46.250,00
TOTAL:					**R$ 46.250,00**

LOTE 02 – MADEIRA EM PRANCHAS

LOTE DE AMPLA CONCORRÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	V. UNIT.	V. TOTAL
02	Madeira Serrada em Pranchas. Madeiras de Cumbaru, Garapeira, Jatobá, Angelim e Cambará.	M³	75	R$ 1.850,00	R$ 138.750,00
TOTAL:					**R$ 138.750,00**

LOTE 03 – MADEIRA EM LONGARINA

EXCLUSIVO DE EMPRESAS ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	V. UNIT.	V. TOTAL
03	Madeira Serrada em longarinas. Madeiras de Cumbaru, Garapeira, Jatobá, Angelim e Cambará.	M³	20	R$ 1.839,00	R$ 36.780,00
TOTAL:					**R$ 36.780,00**

VALOR TOTAL: R$ 221.030,00 (DUZENTOS E VINTE E UM MIL E TRINTA REAIS).

4.2. Os produtos/equipamentos e/ou serviços deverão ser entregues nas embalagens originais, em perfeito estado, sem sinais de violação, aderência ao produto/equipamento e umidade, sem inadequação de conteúdo.

4.3. Os produtos/equipamentos e/ou serviços estarão sujeitos à aceitação pela Administração Municipal, a qual caberá o direito de recusar, caso os produtos/equipamentos e/ou serviços não estejam de acordo com o especificado;

4.4. O embargo do recebimento definitivo do objeto não implicará dilação do prazo de entrega nem servirá de base para justificar qualquer atraso;

4.5. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade do produto/equipamento fornecido;

4.6. O prazo de garantia que esteja especificado nos produtos/equipamentos e/ou serviços deverá ser obedecido, desde que não fique comprovado o mau uso, nos termos do Art. 3º combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto/equipamento ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

CLÁUSULA QUINTA - DO(S) LOCAL (IS) PARA ENTREGA E PRAZO

5.1. Os produtos/equipamentos e/ou serviços deverão ser entregue no almoxarifado central da Prefeitura Municipal, ou conforme solicitado pela administração, em até **05 (Cinco) dias corridos**, contados da emissão da Ordem de Fornecimento dos itens e quantidade especificada.

5.2. A entrega deverá ser feita com acompanhamento do fiscal do contrato acompanhado com assinatura do mesmo, em canhoto de fatura/nota fiscal ou conhecimento de transporte.

5.3. Após o recebimento dos materiais/equipamentos deverá ser feita conferência da quantidade, avaliação da qualidade e verificação da adequação dos produtos/equipamento e/ou serviços através do servidor designado para esse fim.

5.4. O transporte dos produtos/equipamentos e/ou serviços será custeado pela CONTRATADA, em qualquer tempo do processo, caso o fornecimento realizado esteja em desacordo no todo ou em partes com a ordem de fornecimento e com as normas deste Termo de Referência.

5.5. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à instituição, decorrente de sua culpa ou dolo quando da entrega dos produtos/equipamentos e/ou serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E EXECUÇÃO

6.1. Os Produtos/equipamentos e/ou serviços deverão estar de acordo com a quantidade, qualidade e periodicidade especificada no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da contratada;

6.2. Os produtos/equipamentos e/ou serviços deverão ser entregues no prazo máximo de **05 (Cinco) dias corridos**, em local a ser indicado pela Administração pública, após o recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela Prefeitura Municipal.

6.3. Substituir*, em até **02 (Dois) dias corridos** após a notificação, os produtos/equipamentos e/ou serviços que apresentarem qualquer impropriedade, sem implicar custos adicionais aos preços contratados.*

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos neste Termo de Referência;

7.2. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos e/ou serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência;

7.3. Prestar os devidos esclarecimentos que lhe forem solicitados, bem como dar ciência a esta Administração imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do fornecimento.

7.4. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização desta Administração, no tocante ao fornecimento do produto/equipamento, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Termo;

7.5. Comunicar imediatamente ao Setor de Compras desta prefeitura de qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

7.6. Os produtos/equipamentos e/ou serviços que por ventura forem entregues em desacordo com as descrições da TR deverão ser substituídos em até **02 (Dois) dias corridos** a contar da notificação à empresa contratada. Notificação esta que deverá ser feita pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, imediatamente a constatação do fato;

7.7. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

7.8. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante o fornecimento dos produtos/equipamentos e/ou serviços ou em conexão com ele;

7.9. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas ao processo licitatório e ao presente contrato, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

7.10. Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização da Contratante.

7.11. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

7.12. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para atraso, má execução ou inexecução do objeto desta ata e não a eximirá da penalidade a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

7.13. Indenizar terceiros e/ou o órgão/entidade, mesmo em caso de ausência ou missão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância as exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

7.14. Responde a contratada nos casos de qualquer tipo autuação ou ação que venha sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o órgão/entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Efetuar o pagamento à Contratada. **8.2.** Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **8.3.** Comunicar prontamente à Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas, neste Termo de Referência. **8.4.** Acompanhar, fiscalizar, supervisionar, gerir e conferir a entrega dos produtos/equipamentos e/ou serviços, juntamente com a Gerência de Patrimônio.

CLÁUSULA NONA — DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** após apresentação de Nota Fiscal Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue e atestado pelo fiscal do contrato (nota fiscal), feita através de ordem bancária e de acordo com as informações repassadas pela empresa vencedora indicando a agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito.

9.1.2. Cumpridas todas as etapas da fiscalização, a Nota Fiscal do produto/equipamento entregue deverá ser atestada pelo fiscal do contrato e encaminhadaao Setor de Aquisições da Prefeitura municipal, para providências cabíveis.

9.1.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

9.1.4. O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade fiscal da fornecedora.

9.1.5. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidade imposta à CONTRATADA, ou inadimplência contratual.

9.2. DO REAJUSTE

9.2.1. Os preços dos produtos/equipamentos e/ou serviços objeto desta licitação serão fixos pelo prazo de 01 (um) ano, contados a partir da data de assinatura e Publicação da Ata, salvo art. 40, XI, da Lei 8.666/93.

9.2.2. Caso decorra período superior a um ano contado a partir da data-base da proposta apresentada na data da licitação, o reajuste será aplicado pelos índices setoriais pertinentes, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subseqüente de 12 meses.

9.3. DO REEQUILÍBRIO

9.3.1. O valor contratual poderá ser revisto mediante solicitação da contratada com vista à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do artigo 65, inciso II, alínea d, da lei 8666/93, e observados os itens subseqüentes deste termo de referência.

9.3.2. As eventuais solicitações, observadas o disposto no item anterior, deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de conseqüências incalculáveis bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

9.3.3. Na hipótese de revisão do equilíbrio econômico-financeiro prevista no item anterior, serão objeto da revisão apenas as parcelas do contrato correspondente ao impacto efetivo do reajuste salarial ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REALINHAMENTO DE PREÇOS

10.1 Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

10.2 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassará aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

10.3 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo Único.

10.4 Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o lote, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de serviço, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

10.5 Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras desta Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1 A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

I. Quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

II. Quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

III. Quando o Fornecedor der causa à rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

IV. Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

V. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

VI. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades com o Fornecedor.

11.6. Caso a Superintendência de Compras não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1 Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução da entrega dos materiais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

13.1. ADVERTÊNCIA

13.1.1. A aplicação da sanção administrativa de advertência pode ser efetuada nos seguintes casos:

a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou na licitação, desde que não acarretem prejuízos para a CONTRATANTE, independentemente da aplicação de multa;

b) Execução insatisfatória ou inexecução dos fornecimentos e/ ou serviços ora contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou inidoneidade;

c) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, a seu critério, desde que não sejam passíveis de sanção mais grave;

13.1.2. Atraso na entrega do bem ou na prestação do serviço contratado, pelo prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis. **13.2. MULTA**

13.2.1. Conforme disposto no **(Art. 86 da Lei 8.666/93),** na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de entrega dos materiais ou serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida; (O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subseqüente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias);

b) 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

c) 15% (quinze por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de entrega;

d) 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta, se decorrido o prazo estabelecido no item 15.2, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para a assinatura do contrato.

13.2.2. A adjudicada/Contratada não incorrerá em multa quando houver prorrogação do prazo, previamente autorizado pela CONTRATANTE, em decorrência de impedimentos efetivamente verificados sem que a ela seja imputável a culpa, ou em decorrência de acréscimos ou modificações no objeto inicialmente ajustado, respeitado o limite legal;

13.2.3. A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial;

13.2.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso da execução dos serviços ou fornecimento advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

13.3. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, POR PRAZO NÃO SUPERIOR A 02 (DOIS) ANOS.

13.3.1. A suspensão do direito de licitar e contratar com a Contratante pode ser aplicada aos inadimplentes culposos que prejudicarem a execução do Contrato por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis da data do recebimento da respectiva intimação;

13.3.2. A sanção administrativa de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura poderá ser aplicada nos seguintes prazos e situações:

13.3.3. Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:

a) Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenham acarretado prejuízos para a CONTRATANTE;

b) Execução insatisfatória dos fornecimentos e/ ou serviços contratados;

13.3.4. Por 02 (dois) anos, nos seguintes casos:

a) Não concluir os fornecimentos e/ ou os serviços contratados;

b) Se recusar a fornecer informações suficientes ou fornecê-las inadequadamente, no que diz respeito à sua fruição, qualidade e riscos de operacionalização;

c) Prestar o serviço em desacordo com as normas aplicáveis à execução do objeto deste ajuste;

d) Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo ao órgão licitador, ensejando a rescisão do contrato.

13.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

13.4.1. Enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sansão aplicada com base no inciso anterior.

13.4.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública será proposta pela Seção Administrativa e Financeira para aplicação à ADJUDICADA/CONTRATADA nos casos a seguir indicados:

a) condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) prática de atos ilícitos, visando frustrar a execução do contrato;

13.4.3. Demonstração de não possuir idoneidade para licitar e contratar com o órgão contratante, em virtude de atos ilícitos praticados, tais como:

a) praticar ação maliciosa e premeditada em prejuízo da Contratante ou ações que evidenciem interesses escusos ou má-fé;

b) apresentar qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte;

c) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto deste contrato sem o consentimento da Contratante, por escrito.

Parágrafo Primeiro - Independentemente das sanções administrativas a que se refere a Cláusula Décima Quarta deste contrato, a ADJUDICADA/ CONTRATADA está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, quando a inadimplência acarretar prejuízos ao órgão contratante;

Parágrafo Segundo - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes deste PREGÃO PRESENCIAL correrão à conta da NATUREZA DA DESPEZA consignadas na:**Secretaria de Infraestrutura e Saneamento**

(189) 05.002.26.782.0017.1012.3.3.90.30.00.00.00
(194) 05.002.26.782.0017.2019.3.3.90.30.00.00.00

15.2. Para o exercício de 2019, será utilizada Dotações Orçamentárias da Lei Orçamentária Anual – LOA/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo, aditivo presente ata de Registro de Preços.

II. Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Presencial n. 005/2018** e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para o lote.

III. É vedado caucionar ou utilizar a ATA decorrente do presente registro para qualquer operação Financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. O acompanhamento da efetivação dessa Ata ficará a cargo da CONTRATANTE, mediante nomeação dos servidores especialmente designados para este fim, nos termos do Art. 67 da Lei n. 8.666/93.

17.1.1. A fiscalização será realizada pelo servidor abaixo relacionado: **EDVALDO BATISTA DOS SANTOS**, brasileiro, Servidor Público na função Chefe de Depto de aviação e Obras, Matricula 1712, inscrito no CPF sob o nº 241.432.601-82, residente e domiciliada a Av. Joaquim Murtinha, s/n, bairro Bela Vista, Alto Paraguai - MT.

Caberá ao fiscal do contrato as seguintes atribuições:

a) Realizar conferências das notas fiscais atestadas pelo Fiscal do contrato, e posteriormente efetuar o pagamento, b) Atentar aos valores a serem pagos, tomando cuidado para que os pagamentos não ultrapassem o valor do contrato, c) Acompanhar e analisar os relatórios que por ventura venham a ser emitidos pelo Fiscal do contrato. Havendo qualquer apontamento que acuse atraso ou descumprimento da aquisição/serviço, o gestor devera notificar a contratada solicitando justificativa e o cumprimento no prazo estabelecido pela Secretaria demandante, d) Quaisquer outras ao qual a Administração julgar necessárias e convenientes para o excelente andamento do contrato. e) Orientar: estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do contrato; f) Fiscalizar: verificar o material utilizado e a forma de execução do objeto do contrato, confirmando o cumprimento das obrigações; g) Interditar: paralisar a execução do contrato por estar em desacordo com o pactuado; h) Informa: a Administração o cometimento de falhas e irregularidades detectadas pela Contratada que implique comprometimento da aquisição e/ou aplicação de penalidades previstas; e noticiar os casos de afastamento em virtude de férias, licenças ou outros motivos, para que o substituto (suplente) possa assumir a gestão do contrato, evitando prejuízos, interrupções e suspensão das atividades de fiscalização; i) Ter total conhecimento do contrato e suas clausulas; j) Solicitar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, decisões e providencias que ultrapassarem a sua competência; k) Zelar pelo bom relacionamento com a contratada, mantendo um comportamento ético, probo e cortes; l) Conferir os dados das faturas antes de atestá-las, promovendo as correções devidas e arquivando copia junto aos demais documentos pertinentes; m) Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, informando ao Gestor do Contrato aquelas que dependem de providencias, com vistas á regularização das faltas ou defeitos observados; n) Acompanhar e controlar, quando for o caso, as entregas e o estoque de matérias de reposição, destinado a execução do objeto contratado, principalmente quanto a sua quantidade e qualidade; o) Formalizar, sempre, os entendimentos com a Contratada ou seu Preposto, adotado todas as medidas que permitem compatibilizar as obrigações bilaterais; p) Avaliar constantemente a qualidade da execução contratual, propondo, sempre que cabíveis medidas que visem reduzir gastos e racionalizar os serviços; q) Observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes as suas atribuições, agindo com transparências no desempenho das suas atividades.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO

18.1 As partes contratantes elegem o foro de Alto Paraguai-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem de acordo, as partes firmam apresente ATA em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Alto Paraguai – MT 05 de abril de 2018.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves Prefeita Municipal	**MARLI DOS REIS FERREIRA-EPP VITÓRIO JOSÉ MANZANO**
	Contratado
Testemunhas:	
EDVALDO BATISTA DOS SANTOS	**FERNANDA PALMEIRA DE CARVALHO**
CPF: 241.432.601-82	CPF: 049.699.921-42

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIENCIA PUBLICA DO RGF3º QUADRIMESTRE DE 2017 E DO RREO 6º BIMESTRE DE 2017
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI MT

A PREFEITA MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI , Estado de Mato Grosso, atendendo o disposto na Constituiçao Federal de 1988, na Lei complementar 101 de 04 de maio de 2000,(Lei de Responsabilidade Fiscal), torna público, que realizará **AUDIENCIA PUBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS - 3º QUADRIMESTRE DE 2017, e da RREO 6º BIMESTRE 2017 de autoria do poder Executivo Municipal, que realizar-se-á, na quinta feira dia 12/04/2018, as 14:3**0hs, no Plenário da CAMARA MUNICIPAL, localizado na rua 07 de setembro, centro, bem como proporcionar a oportunidade de encaminhar seus pleitos, sugestões e opiniões acerca do assunto em pauta.

Ficam convocados:

3.1 – Conselho Municipal do FUNDEB

3.2 – Conselho de Alimentação Escolar;

3.3 – Representantes do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipal;

3.4 – Conselho Municipal de Assistência Social;

3.5- Conselho municipal dos Idosos

3.6 – Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

3.7 – Conselho Municipal de Saúde;

3.8 – Conselho Municipal do Meio Ambiente;

3.9 – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;

3.10 – Representantes das Associações de Agricultores;

3.11 – Representante da Policia Militar

3.12 – Representante da Policia Civil

3.13 – Representante da Igreja católica e Evangélicas;

3.14 – Representante do Gabinete do Prefeito e da Assessoria de Imprensa;

3.15 – Representante da Controladoria Interna;

3.16 – Representante da Secretaria de Finanças;

3.17 – Representante da Secretaria de Agricultura;

3.18 – Representante da Secretaria de Planejamento;

3.19– Representante da Secretaria de Infra Estrutura

3.20 – Representante da Secretaria Educação;

3.21 – Representante da Secretaria da Saúde;

3.22 – Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

3.23 – Toda a População em Geral do Município e demais Entidade.

Alto Paraguai, 05 de Abril de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE TENDAS E BANHEIROS QUÍMICOS, EM ATENDIMENTO AOS DIVERSOS EVENTOS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI, de acordo com anexo I. Abertura às 07h30min (Horário de Mato Grosso) do dia 20/04/2018. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da Pregoeira, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448/1471. Alto Taquari – MT, 05 de abril de 2018. Renata Fermino de Oliveira - **Pregoeira**.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR 001 A CONCORRÊNCIA PÚBLICA 002/2018

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari através da Presidente da CPL, designado pela Portaria nº 30/2018 de 30/01/2018, torna público aos interessados que a Concorrência Pública 002/2018, **a retificação no Item 6.1.4.1** no que refere a documentação de habilitação, do edital originale expede o **Edital Complementar nº 001 ao Edital da Concorrência Pública nº 002/2018.** Permanecendo inalterado o horário e data marcada, conforme determina o Parágrafo 4º artigo 21 da Lei 8666/93, visto que a alteração não afetará a formulação das propostas. Maiores informações pelo e-mail: licitacao@altotaquari.mt.gov.br ou ainda ligar (66)3496-1448. Alto Taquari – MT, 05 de abril de 2018. Renata Fermino de Oliveira - Presidente da CPL.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVOS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2018 - II

2º Termo Aditivo **do Contrato Nº 001/2017**, Dispensa 001/2017, Parte:**SÉRGIO SANTO RUFFO;** O objeto do termo aditivoé SUPRESSÃO DE VALOR E PRORROGAÇÃO DE PRAZO. Valor global do aditivo: **R$ 31.500,00.** Com vigência de **15/02/2018 a 31/12/2018.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 108/2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE AUXILIO DOENÇA À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Auxílio Doença ao Servidor **FRANCISCO SILVA PEREIRA,** portador da cédula de identidade 1155903-9 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 835.021.731-68, ocupante do Cargo Efetivo de **Professor**, lotado na Secretaria Municipal de Educação no período de 06/04/2018 à 05/05/2018.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua afixação e ou publicação revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Cumpra-se, Publica-se.

Apiacás-MT; 06 de Abril de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 023/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2018

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial 014/2018,** no dia 18/04/2018 às 8:00 horas**,** (Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pelo *Decreto Municipal nº. 0156/2008 e* 564/2010, *Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis*,

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE LABORATÓRIO COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás - MT ou no site www.apiacas.mt.gov.br/ Informações pelo telefone (66) 3593-1900- RAMAL –230

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 090/2018

SÚMULA: DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO DE Nº 044/2018 METAL VIDROS VIDRAÇARIA E METALURGICA LTDA.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços o Srª. **IVONE HOISSA TEIXEIRA , Analista Tributária.**

Art. 2°- Este Decreto entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT, 05 de Abril de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 089/2018

SÚMULA: DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 043/2018 LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços o Srª **JUSSIANI APARECIDA DOS SANTOS, Assistente Geral.**

Art. 2°- Este Decreto entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT, 05 de Março de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 092/2018

SÚMULA: DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO DE Nº 046/2018 : **RAFAEL CÁCERES CRUZ-ME.**

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços o Sr. FERNANDA DA S. PESSOA MARCELINO **, COORDENADOR DE CONTABILIDADE**.

Art. 2°- Este Decreto entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT, 05 de Abril de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 091/2018

SÚMULA: DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO DE Nº 045/2018 PARASUPERNET COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços o Sr. **EROS CÉSAR RAMOS JUNIOR,** Assistente Geral.

Art. 2°- Este Decreto entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT, 05 de Abril de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 093/2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Nomeada a Srª. **MARIA DO CARMO VALERIO GUIMARAES,** portadora da cédula de identidade nº 020.409.106-0 SSP/RJ e inscrita no CPF sob o n. 056.985.327-37, no cargo de **INSTRUTORA DE MUSICA,** lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT., 05 de Abril de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 024/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade Pregão Presencial 015/2018, no dia 19/04/2018 às 8:00 horas, (Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 0156/2008 e 564/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis,

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTROLADOS E DE USO CONTINUO COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás - MT ou no site www.apiacas.mt.gov.br/ Informações pelo telefone (66) 3593-1900- RAMAL –230

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEPERTAMENTO PESSOAL
EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO 22/2018

EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO:ANTONIO ORIVAL NUNES FILHO

CARGO: MOTORISTA II

N° CTR: 22/2018

DATA EMISSÃO: 12/06/2018

DATA VENCIMENTO: 31/12/2018

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1287,00

DEPERTAMENTO PESSOAL
EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO 21/2018

EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO:LEIDIANE VOLTOLINI MARQUES

CARGO: LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

N° CTR: 21/2018

DATA EMISSÃO: 01/03/2018

DATA VENCIMENTO: 14/07/2018

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 2135,64

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 46/2018 DE 12 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 46/2018

De 12 de março de 2018

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora **DORIENE TEIXEIRA DE SOUSA**, portadora da CI RG nº **4739745 SJSP-MT** e inscrita no CPF sob o nº **010.278.811-14**, no cargo de **CHEFE DE DIVISÃO** enquadrando-o no Quadro Geral de Provimento em Comissão conforme Lei Municipal nº 713/17 de 24/02/2017.

Art. 2º - As despesas da presente portaria correm por conta da seguinte dotação:

07– Secretaria Municipal de Saúde

07.01 – Fundo Municipal de saúde

2056 – Manutenção e encargos com Fundo Municipal de saúde

3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 12 de março de 2018.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 47/2018 DE 12 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 47/2018

De 12 de março de 2018

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora **MARIA ZELIA SILVA ALVES**, portadora da CI RG nº **1999998 SSP-GO** e inscrita no CPF sob o nº **824.978.771-49**, no cargo de **CHEFE DE DIVISÃO** enquadrando-o no Quadro Geral de Provimento em Comissão conforme Lei Municipal nº 713/17 de 24/02/2017.

Art. 2º - As despesas da presente portaria correm por conta da seguinte dotação:

03– Secretaria Municipal de Aministração e Planejamento

03.01 – Gabinete do secretario

2006 – Manutenção e encargos com Secretaria Municipal de Aministração e Planejamento.

3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 12 de março de 2018.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0155/2017 DA PREFEIRUEA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA – MT

ADESÃO A ATA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA,** pela sua Pregoeira de Licitação, torna Público, AUTOTIZAÇÃO DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 0155/2017/ REFERENTE AO PROCESSO Nº 0305/2017, NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS-MT Assunto: Solicitação de adesão á Ata de Registro de Preços n° 0155/2017/Prefeitura Municipal de Rondonópolis – MT Interessado: Prefeitura Municipal de Araguaiana – MT DESPACHO com amparo no art. 22°, do Decreto Federal nº 3931/2011 nº

10.520/02 e subsidiariamente, a Lei 8.666/93, consulto a Vossa Senhoria sobre a possibilidade de AUTORIZAR a adesão á Ata de Registro de Preços n° 0155/2016/Prefeitura Municipal de Rondonópolis – MT em favor da Prefeitura Municipal de Araguaiana – MT. À Diretoria de Licitações para as providências de praxe. Rondonópolis/MT, 21 de março de 2018. Assinado pelo Prefeito Municipal de Rondonópolis– MT Sr. José Carlos Junqueira de Araújo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

PORTARIA Nº 081, DE 04 DE ABRIL DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRº. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias Indenizadas ao servidor, Amilto Alves de Oliveira**, Técnico Tributário, RG: 0324112-2 SSP/MT e CPF: 201.727.701-06 de acordo com que preceitua o Art. 97 Inciso IX da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo de: 01/01/2016 à 01/01/2017.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Silvio José de Morais Filho

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 080, DE 04 DE ABRIL DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRº. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica neste ato nomeado ao cargo de Secretário Municipal de Administração, o Srº. JULIANO FRANCO DE MORAIS, portador do RG: 10318267 SJ/MT e CPF: 535.369.671-91.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Silvio José de Morais Filho

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 09/2018

NUMERO DO CONTRATO: N.º 009/2018.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Araguainha.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E AMBIENTAL PORTAL DO ARAGUAIA,

OBJETO: Constitui objeto o presente termo à consecução das ações previstas na ata de constituição, instalação, eleição e posse do Conselho Diretor e do Protocolo de Intenções do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO – ECÔNOMICO E AMBIENTAL "PORTAL DO ARAGUAIA".

PRAZO: 10 Meses

VALOR DO CONTRATO: 20.400,00

DATA DA ASSINATURA: 22/02/2018

VIGENCIA: 22/02/2018 Á 31/12/2018

PORTARIA Nº. 079, DE 04 DE ABRIL DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRº. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica neste ato exonerado ao cargo de CHEFE DE GABINETE, o Srº. JULIANO FRANCO DE MORAIS, portador do RG: 10318267 SJ/MT e CPF: 535.369.671-91.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Silvio José de Morais Filho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

LICITAÇÕES
PORTARIA N.º 078/2018

DESIGNAR SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 059, 060, 061, 062, e 063/2017, CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONER E CARTUCHOS PARA AS IMPRESSORAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização das ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS oriundas do Pregão Nº 022-2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 059/2017 – empresa VALE MAGASIN COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA – ME, CNPJ 15.252.973/0001-95.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 060/2017 – empresa MARCOS S BIUDES ME, CNPJ 08.257.279/0001-03.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 061/2017 – empresa ATI COMÉRCIO DE MÓVEIS E INFORMATICA LTDA - EPP, CNPJ 12.544.341/0001-07.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 062/2017 – empresa TECTONER DO BRASIL LTDA - ME, CNPJ 03.209.573/0001-18.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 063/2017 – empresa AMAURI ROBERTO DE ARAÚJO – ME, CNPJ 13.234.712/0001-17.

Art. 2° - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitados pelas Secretarias Municipais, firmado entre o Município de Araputanga – MT e as empresas ora contratadas, sendo

compostas pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Sr. Lindomar Vaz da Silva - Responsável pelos objetos requisitados pelo GABINETE DO PREFEITO.

Sr. Sandra Rosa Campos - Responsável pelos objetos requisitados pela FINANÇAS E PLANEJAMENTO.

Sr. Fabiane Lopes de Castro Prado – Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Sr. João Andrade Junior - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA DE ESPORTES.

Sr. Milayne Gonçalves de Alcântara e Adriani – Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL.

Sr. Sérgio Luiz Pires Salomé - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Srª. Ana Maria Batista Silva - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Sr. Delcimar Ferreira Missio - Responsável pelos objetos requisitados da OBRAS E INFRAESTRUTURA.

Sr. Leandro da Rocha de Souza – Responsável pelos objetos requisitados do Departamento do SMAE.

Art. 3° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando ao todo a portaria Nº 274/2017, retroagindo seus efeitos ao dia 03 de abril de 2018, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos cinco (05) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA DRH 18/2018 LIBERAÇÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

DISPÕE SOBRE CONCESSÕES DE AFASTAMENTO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, MARILENE DE OLIVEIRA CHAGAS RIBEIRO, DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT PARA O MÊS DE ABRIL DE 2018.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA/MT, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1.º - Efetuar afastamento de Férias **a Servidora Pública Municipal Marilene de Oliveira Chagas Ribeiro, da Prefeitura Municipal de Araputanga Estado de Mato Grosso, para o mês de Abril de 2018, referente ao período aquisitivo de 08/08/2014 à 07/08/2015 a partir de 25/03/2018 à 23/04/2018.**

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Araputanga-MT, 05 de Abril de 2018.

OVÍDIO DE FREITAS GODOY

Diretor de Recursos Humanos

Portaria 07/2017

LICITAÇÕES
PORTARIA N.º 079/2018

DESIGNAR SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 035, 036, 037, 038 e 039/2017, CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, FILMAGEM, LOCUÇÃO, GRAVAÇÃO, ILUMINAÇÃO E LOCAÇÃO DE ITENS PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização das ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS oriundas do Pregão Nº 018-2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 035/2017 – empresa J FERREIRA LEMOS PRODUÇÕES - EPP, CNPJ 00.277.059.0001/21.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 036/2017 – empresa NILTON SEZAR ALVES – ME, CNPJ 05.876.243/0001-01.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 037/2017 – empresa E. M. PAINS MARTINS –ME, CNPJ 11.422.526/0001-86.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 038/2017 – empresa W. ALVES DE SOUZA - ME, CNPJ 15.929.963/0001-41.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 039/2017 – empresa ZENILDO MOREIRA DOS SANTOS MEI, CNPJ 17392136/0001-97

Art. 2° - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitados pelas Secretarias Municipais, firmado entre o Município de Araputanga – MT e as empresas ora contratadas, sendo compostas pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Sr. Fabiano de Oliveira Freire - Responsável pelos objetos requisitados pelo GABINETE DO PREFEITO.

Sr. Fabiano de Oliveira Freire - Responsável pelos objetos requisitados pela ADMINISTRAÇÃO.

Sr. Zélia Dias da Silva – Responsável pelos objetos requisitados da Secretaria de Educação e Cultura.

Sr. Luis André Fernandes Silva Leite - Responsável pelos objetos requisitados da Secretaria de Esportes.

Sr. Milayne Gonçalves de Alcântara e Adriani – Responsável pelos objetos requisitados da Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Rural.

Sr. Enio Gonçalves da Silva - Responsável pelos objetos requisitados da Secretaria Municipal de Saúde.

Srª. Ana Maria Batista Silva - Responsável pelos objetos requisitados da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando ao todo a portaria Nº 215/2017, retroagindo seus efeitos ao dia 08 de março de 2018, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos cinco (05) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DOS CONTRATOS DE MARÇO

Contrato - nº 011/2018 - Data: 01/03/2018 – **Contratante:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **Contratado (a): CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE** - **Valor**: R$ **527.375,20**– **Objeto:** Este contrato estabelece Cooperação Recíproca entre as partes, visando o desenvolvimento de atividades para promoção da integração ao mercado de trabalho, de acordo com a Constituição Federal (Art. 203, Inciso III e Art. 214, Inciso IV), através da operacionalização de programas de Estágio de Estudantes – **Dotação Orçamentária:** ADM (1291) 03.001.04.122.1014.2016.3.3.90.39 – F.R. 100, EDUCAÇÃO (805) 05.001.12.361.1003.2029.3.3.90.39 – F.R. 101, SAÚDE (079) 08.002.10.122.0001.2111.3.3.90.39 – F.R. 100, AÇÃO SOCIAL (916) 09.002.241.1005.2079.3.3.90.39 – F.R. 100, AGRICULTURA 1240) 07.001.20.605.1011.2049.3.3.90.39 – F.R. 100, ADM (1290) 03.001.04.122.1014.2016.3.3.90.36 – F.R. 100, EDUCAÇÃO (794) 05.001.12.361.1003.2029.3.3.90.36 – F.R. 101, SAÚDE (076) 08.002.10.122.0001.2111.3.3.90.36 – F.R. 100, AÇÃO SOCIAL (915) 09.002.241.1005.2079.3.3.90.36 – F.R. 100, AGRICULTURA (1239) 07.001.20.605.1011.2049.3.3.90.36 – F.R. 100**- Vigência do Contrato**: 01/03/2018 a 31/12/2018– **Fiscais do contrato**:Adriano Teles Eleodoro -SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, . Fabiane Lopes de Castro Prado - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Erislaine Aparecida de Oliveira Santos - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, Sheila Oliveira Nascimento - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL e Mylaine Gonçalves de Alcântara e Adriani - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL

Contrato - nº 012/2018 - Data: 01/03/2018 – **Contratante:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **Contratado (a): CLUBE OLÍMPICO DE ARAPUTANGA** - **Valor**: R$ **29.070,00**– **Objeto: LOCAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS DO CLUBE OLÍMPICO DE ARAPUTANGA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS SOCIAIS, RECREATIVOS E DESPORTIVOS E REALIZAÇÃO DE AULAS DE NATAÇÃO**, que ficará a disposição da Prefeitura de segunda as sexta-feira nos período matutino e vespertino, com suas programações sociais, recreativas e esportivas promovidas pelas secretarias Municipais de Araputanga,durante o prazo de vigência deste contrato. **PARAGRAFO ÚNICO:** Aos finais de semana e feriados quando houver eventos sociais, recreativos e esportivos, promovidos pelas Secretarias Municipais de Araputanga. – **Dotação Orçamentária:** Assistência e Desenvolvimento Social (999) 09.001.08.241.1006.2081 3.3.90.39 F.R. 01.29, Esporte, Lazer e Turismo (1199) 06.001.23.695.1010.2045 3.3.90.39 F.R. 01.00 **- Vigência do Contrato**: 01/03/2018 a 15/12/2018– **Fiscal do contrato**:Sheila Oliveira Nascimento - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL e Cícero Guilherme Falivene de Sousa - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E TURISMO

Contrato - nº 013/2018 - Data: 02/03/2018 – **Contratante:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **Contratado (a): ELAINE CRISTINA NOVAES** - **Valor**: R$ 8.289,00– **Objeto:** prestará serviços correspondentes ao cargo de **"Técnico(a) de Enfermagem"** de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE,** especificamente da Secretaria Municipal de Saúde – **Dotação Orçamentária:** (362) 08.002.10.301.1000.2115.3190.04 – F. R. 1.00 -Contratação por Tempo Determinado **- Vigência do Contrato**: 05/03/2018 a 05/06/2018– **Fiscal do contrato**:Jaquison Corrêa da Cunha

Contrato - nº 014/2018 - Data: 02/03/2018 – **Contratante:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **Contratado (a): ANA PAULA FERREIRA NEVES** - **Valor**: R$ 19.992,00– **Objeto:** prestará serviços correspondentes ao cargo de **"Enfermeiro(a)"** de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE,** especificamente da Secretaria Municipal de Saúde– **Dotação Orçamentária:** (362) 08.002.10.301.1000.2115.3190.04 – F. R. 1.00 - Contratação por Tempo Determinado **- Vigência do Contrato**: 05/03/2018 a 05/06/2018– **Fiscal do contrato**:Jaquison Corrêa da Cunha

Contrato - nº 015/2018 - Data: 07/03/2018 – **Contratante:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **Contratado (a): ETCA – CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA** - **Valor**: R$ 884.872,94– **Objeto:** Contratação de consultoria e auditoria tributaria/fiscal para, em apoio a Administração, executar os serviços técnicos, de cobrança e a recuperação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), incidentes em obras e serviços contratados nos últimos 5 (cinco) anos com o Município, o Estado, a União e ou terceiros nos limites do Município, além da implantação de mecanismos de aferição e acompanhamento da arrecadação municipal de ISSQN, e ainda, intentar esforços na área de gestão (previdenciário), para a execução de auditorias em notificações fiscais lançadas contra a municipalidade em datas pretéritas, recuperação administrativa ou judicial de créditos tributários devidos ao município e retidos indevidamente pela Receita Federal do Brasil e/ou outros órgãos. Efetuar auditoria previdenciária indicando valores passíveis de compensação, pagos de forma indevida à Receita Federal e/ou outros órgãos mediante a execução das atividades descritas no termo de referência anexo I, LOTE I, e do edital de pregão presencial – registro de preço nº. 002/2017 que se tornam parte integrantes deste contrato – **Dotação Orçamentária:** ADMINISTRAÇÃO (1291) 04.003.04.129.1019.2025-3.3.90.39-FR: 01.00 **- Vigência do Contrato**: 07/03/2018 a 31/12/2018– **Fiscal do contrato**Junio César Pereira

Contrato - nº 016/2018 - Data: 15/03/2018 – **Contratante:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **Contratado (a): PEREGRINO & CIA LTDA** - **Valor**: R$ 38.133,13– **Objeto:** Contratação especializada na prestação de serviços de Assessoria, Consultoria e Software de Gestão Educacional, para atender a Secretaria Municipal de Educação – **Dotação Orçamentária:** Educação e Cultura (580) 05.01.12.361.1001.2149 3.3.90.39 F.R. 01.15 **- Vigência do Contrato**: 15/03/2018 a 05/06/2018– **Fiscal do contrato**:Fabiane Lopes de Castro Prado

Contrato - nº 018/2018 - Data: 20/03/2018 – **Contratante:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **Contratado (a): PATRIZIO DE FREITAS RODRIGUES** - **Valor**: R$ 2.638,21 ao mês– **Objeto:** prestará serviços correspondentes ao cargo de **"Médico Veterinário do Serviço de Inspeção Municipal"** de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE** – **Dotação Orçamentária:** AGRICULTURA (1498) 07.003.23.691.1013.2053-3.1.90.04 FR 0.1.00 **- Vigência do Contrato**: 20/03/2018 a 20/06/2018– **Fiscal do contrato**:WILLIE DOUGLAS MARTES FERREIRA

Contrato - nº 019/2018 - Data: 28/03/2018 – **Contratante:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **Contratado (a):** ARMCO STACO S.A INDUSTRIA METALURGICA - **Valor**: R$ 114.977,40– **Objeto:** aquisição de tubos de aço, MP-100, circular, galvanizado, espessura de 2,00mm, diâmetro de 2,00 metros, mod. 20 C, MP-100, circular, galvanizado, espessura de 2,00mm, diâmetro de 1,00 metros, mod. 10 C – **Dotação Orçamentária:** Obras e Infraestrutura (1559) 10.001.15.451.1013.2096 3.3.90.30 F.R. 01.16, (1610) 10.001.15.451.1013.2096 3.3.90.30 F.R. 01.30, (1608) 10.001.15.451.1013.2096 3.3.90.30 F.R. 01.00 **- Vigência do Contrato**: 28/03/2018 a 31/12/2018– **Fiscal do contrato**:Francisco Tibúrcio de Carvalho

Contrato - nº 020/2018 - Data: 28/03/2018 – **Contratante:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **Contratado (a):** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso - CISOMT - **Valor**: R$ *194.676,00*– **Objeto:** *o rateio dos custos com a manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso e o cumprimento dos objetivos fixados no Estatuto do CISOMT, em cumprimento às exigências da Lei Federal n. 11.107/05.* – **Dotação Orçamentária:** 02 – Poder Executivo; 08 – Secretaria de Saúde; 02 – Fundo Municipal de Saúde 2071 – Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde - (1616) 3.1.71.70.00 – R$ 50.403,00 F. R. – 100, (1617) 4.4.71.70.00 – R$ 9.540,00 F. R. – 100, (121) 3.3.70.41 – R$ 134.733,00 F. R. 102 **- Vigência do Contrato**: 28/03/2018 a 31/12/2018– **Fiscal do contrato**:Jaquison Corrêa da Cunha

LICITAÇÕES
PORTARIA N.º 080/2018

DESIGNAR O SERVIDOR PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 019-2018, ORIUNDO DA INEXIGIBILIDADE Nº 003/2018, CUJO OBJETO É A AQUISIÇÃO DE TUBOS DE AÇO, EM ATENDIMENTO À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear o servidor da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, Sr. Francisco Tibúrcio de Carvalho para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 019-2018 oriundo da Inexigibilidade Nº 003-2018, com a empresa ARMCO STACO S.A INDÚSTRIA METALÚRGICA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.343.882/0001-07.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 28 de março de 2018, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos cinco (05) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

AVISO DE RESULTADO DO PREGAO PRESENCIAL 018/2018

OBJETO:CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE MÉDICO (CLINICO GERAL) PARA ATENDIMENTO NO PSF DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT.

Data da realização: 02/04/2018.

Empresa vencedora: **JHOSEP DOUGLAS PRESTES SILQUEIRA,** inscrita no CNPJ sob Nº **29.762.496/0001-12,** 1ª vencedor no valor total do lote de **R$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais).**

ARENÁPOLIS -MT, 04 de abril de 2018.

REGINA LUCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.986/2018

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, a srª **SANDRELI MARIA MAZUREK,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1286800-0 SSP/MT e do CPF nº. 877087791-20, ocupante do cargo de Carreira de **AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,** *lotada na Secretaria Municipal de Saúde*, para exercer o cargo em Comissão de**Direção Intermediaria de Diretor de Departamento de Endemias,** Nível **DAI-01**,a partir do dia 04/04/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 04 dias de abril de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.289/2018.

SÚMULA:

"DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

Considerando o falecimento do Senhor **José Domingos Ferreira**, ocorrido em 04/04/2018;

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica DECRETADO **LUTO OFICIAL** por 03 (três) dias, no Município de Aripuanã, em razão do falecimento do Senhor **José Domingos Ferreira**, pioneiro no Município, nesta data.

ARTIGO 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 04 dias do mês de abril de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Mun. de Administração

LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 001/2018

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados a aquisição de peças, óleos lubrificantes e prestação de serviços destinados a revisão de 500 horas da motoniveladora XCMG em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município, com base no art. 25, inciso I da Lei nº 8.666/93 e alterações, com amparo no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal.

Aripuanã/MT, 05 de Abril de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 006/2018

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria 9.859/2018, torna público que estará realizando licitação na Modalidade **Pregão Presencial Sistema Registro de Preço**, regido pela Lei Federalnº. 10.520/2002, os Decretos Federais nº 7.892/2013, n° 8.250/2014 enº. 8.538/2015, os Decretos Municipais nº 1.392/08 e nº. 3.259/2018 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. **Objeto: Registro de preço para a futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços na manutenção de pontes de madeira, em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura deste município**. Início da Sessão: **Dia 19/04/2018, às 08h00min (oito),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido no site http://www.aripuana.mt.gov.br**,** pelo email licitacao@aripuana.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 05 de abril de 2018.

Daniel Botoni

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.984/2018

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, o Sr. **BARTOLOMEU SOUSA CASTELIANO**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 0690570-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 551.124.471-68, para exercer o cargo em Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Assessor de Assuntos Estratégicos - ASSAES, DAS–01,** *lotado no Gabinete do Prefeito*,a partir 04/04/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 04 dias de abril de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.985/2018

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, ao funcionário **Sr. EZIQUIEL LEANDRO DE SOUSA,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 749779/MT e do CPF nº. 473.981.671-72, ocupante do cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, lotado na *Secretaria Municipal de Infraestrutura*, para exercer o cargo em Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário de **Chefe de Divisão de Almoxarifado - DIVAL, DAI-02,** a partir 04/04/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 04 dias de abril de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.987/2018

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 26, da Lei Municipal n. 637 de 13 de outubro de 2006 que rege a previdência municipal, **e Lei Complementar 037/2009,**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício Salário-Maternidade, a funcionária Sra. **PATRICIA CESARIO SABINO**,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2109551-5 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 031.338.861-00, ocupante do cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO** e do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS-DPRH**, lotada na *Secretaria Municipal de Administração*, **com vencimentos integrais, a partir de 02/04/2018 e término em 28/09/2018, conforme processo administrativo do FAPEMA, n.º 2018.08.00022P.**

Art. 2º A remuneração da parcela inerente ao término do benefício, da servidora supracitada, será acrescida do 13º proporcional correspondente a 4/12 (quatro doze avos) do total de sua remuneração.

Art. 3º – À servidora gestante será concedida licença por 180 (cento e oitenta) dias, da seguinte forma:

a) 120 (cento e vinte) dias, com remuneração garantida pelo salário-maternidade previsto pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Aripuanã/MT.

b) 60 (sessenta) dias com remuneração integral, paga pela Prefeitura Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 04 dias de abril de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.982/2018

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido do Prefeito, o Sr. **BARTOLOMEU SOUSA CASTELIANO**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 0690570-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 551.124.471-68, do cargo em comissão de Direção Superior de **Secretário Municipal de Saúde - SEMUSA, N**ível **DS**,a partir 04/04/2018, tornando sem efeito a Portaria n° 9.405/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 04 dias de abril de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.983/2018

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, a funcionária Sra. **VALDENEA DANTAS JALES SANTOS**,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.252.243 SSP/RN e inscrita no CPF sob o nº. 812.422.634-20, ocupante do cargo de Carreira de **ENFERMEIRA**, para exercer o cargo em Comissão deDireção Superiorde **Secretária Municipal de Saúde - SEMUSA,** Nível **DS,** a partir do dia 04/04/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 04 dias de abril de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº: 032/2017

TOMADA DE PREÇO Nº 03/2017

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado:, **CONSTRUTORA BRANDÃO LTDA-ME**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ sob nº.: nº.:08.810.117/0001-42

DO OBJETO – Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência do aumento dos quantitativos dos serviços a serem realizados na execução, referente a **Construção da "CRECHE *ESCOLA PRÓ INFANCIA padrão FNDE tipo B"*,,** em conformidades com os Cronogramas Físicos-Financeiros, Planilha Orçamentária e parte integrante deste processo licitatório de termo de aditivo considerando assim há necessidade do referido aditivo, conforme planilha Orçamentária e cronograma físico e financeiro anexo a este processo.

DO VALOR - O valor para estes serviços adicionais importou em **R$- 24.972,00** (Vinte e quatro Mil, Novecentos e Setenta e Dois Reais)**,** em conformidade com especificações das planilhas anexas a este termo de aditamento, perfazendo um percentual de aumento de 3.83714% do total do contrato principal. O referido aditivo enquadra-se no Art. 65, parágrafo 1º da Lei 8.666/93, conforme Parecer Jurídico nº 054/2018.

Responsável Jurídico; SAULO ALMEIDA ALVES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº: 03/2018 – SRP

O município de Barra do Bugres - MT, torna público O RESULTADO do processo Licitatório modalidade pregão presencial 03/2018 – SRP – que trata da AQUISIÇÃO DE 01 (UM) TRATOR AGRICOLA NOVO, ZERO KM, PARA ATENDER O CONVENIO FIRMADO COM O MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO, CONFORME SICONV Nº856430/2017. Licitante vencedor: MAQUIPARTS COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.753.213/0003-35 com valor unitário de R$164.300,00 (Cento e sessenta e quatro mil e trezentos reais).

Barra do Bugres – MT, 02 de abril de 2018.

EDIRLEI SOARES DA COSTA

Pregoeiro oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

PORTARIA Nº 13.589 DE 02 DE ABRIL DE 2.018.

"Dispõe sobre revogação da Portaria nº 12.630, de 18 de abril de 2017."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Revogar, em todos os seus termos e efeitos, a partir de 17 de julho de 2017, a Portaria nº 12.630, de 18/04/2017, que designou a servidora **RAFAELA LUZ MAIA,** para atuar como Gestora de Contratos Administrativos, junto ao Controle Interno desta Municipalidade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de julho de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 12.630, de 18 de abril de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 02 de abril de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.591 DE 03 DE ABRIL DE 2.018.

"Dispõe sobre nomeação para o cargo comissionado que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Nomear, a partir de 03 de abril de 2018, para exercer em comissão, o cargo de Coordenador de Fiscalização, Postura, Ocupação e Uso do Solo (DAS-3), junto à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Obras, o Sr. **VALDECY FRANCISCO DA SILVA.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 03 de abril de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

AVISO DE DECISÃO PREGÃO PRESENCIAL (SRP) – Nº 009/2018/PMBG-MT

AVISO DE DECISÃO

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) – Nº 009/2018/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças - MT, através do Pregoeiro, torna público a decisão; **INDEFERINDO** impugnação apresentada pelas empresas **INDCOM AMBIENTAL LTDA** sob o CNPJ nº **00.995.353/0001-79**, e **W.M. SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA** sob o CNPJ nº **10.532.271/0001-41**, ao Pregão Presencial (SRP) nº 009/2018. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS HOSPITALARES QUE REPRESENTAM RISCO BIOLÓGICO, PRODUZIDOS NO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS - MT**. Edital e Demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: (66) 3402.2000 – Ramal – 2045. Danilson Brito (Pregoeiro) e equipe de apoio, 05/04/2018.

DECRETO Nº 3.983 DE 22 DE MARÇO DE 2.018.

"Dispõe sobre cessão de servidora municipal ao órgão que menciona".

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, **ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS**, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizada, até 08 de junho de 2018, a cessão da servidora Municipal KLEMILDA SOUSA SANTOS MIRANDA, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, no cargo de Auditora Tributária, ao Ministério Público Federal, na Procuradoria da República neste Município de Barra do Garças, para exercer função de confiança de Chefe do Setor Administrativo, FC-1, com ônus para o órgão cedente, sendo que o órgão cessionário

efetuará o reembolso a esta Prefeitura das despesas referentes ao cargo efetivo, acrescida do valor da função de confiança. A vigência será a partir da anuência da Câmara Municipal de Barra do Garças.

Parágrafo Único – Fica acordado que, mensalmente, a Prefeitura Municipal, deverá encaminhar o demonstrativo do pagamento da servidora (contracheques e planilhas de encargos sociais) e os dados para fins de repasse dos valores: CNPJ, banco, agência e conta corrente.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor após prévio *referendum* da Câmara Municipal, nos termos do artigo 12, XX, da Lei Orgânica Municipal, com sua publicação de praxe.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 22 de março de 2018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

Referendado o Decreto nº 3.983/18, em Sessão Ordinária do dia 02.04. 2018. Cilma Balbino de Sousa Auxiliar Administrativo Portaria 13/1996

DECRETO Nº 3.978 DE 13 DE MARÇO DE 2.018.

"Dispõe sobre cessão de servidor municipal ao órgão que menciona".

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, **ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS**, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Termo de Cooperação Técnica Nº 0162/2017/SEMA/MT, firmado entre este Município e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso – SEMA/MT, em 31/10/2017,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizada a cessão do servidor municipal **MARCELO REGO**, matrícula funcional 1023, lotado na Secretaria Municipal de Urbanismo e Paisagismo, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso – **SEMA/MT**, com ônus da remuneração, bem como, das contribuições previdenciárias, por parte do órgão de origem do servidor cedido.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor após prévio *referendum* da Câmara Municipal, nos termos do artigo 12, XX, da Lei Orgânica Municipal, com sua publicação de praxe.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 13 de março de 2018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

Referendado o Decreto nº 3.978/18, em Sessão Ordinária do dia 02.04. Cilma Balbino de Sousa Auxiliar Administrativo Portaria 13/1996

PORTARIA Nº 13.588 DE 02 DE ABRIL DE 2.018.

"Dispõe sobre exoneração do cargo em comissão de Inspetor Sanitário, os servidores que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 103, de 27/04/2007, modificada pela Lei Complementar nº 117, de 11/03/2009,

R e s o l v e:

Art. 1º – Exonerar, a partir de 31 de março do corrente ano, do cargo em comissão de Inspetor Sanitário, lotados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, os servidores abaixo elencados:

Ordem	Servidores
01	Alexsandro Higino da Silva
02	Américo Fernando Rodrigues Marques
03	Armando Borges da Silva
04	Bequembauer Pedro de Castro
05	Carlos Gomes Maia
06	Carlos Henrique Pereira Guida
07	Clacildo Ferreira da Silva
08	Cleber Rezende Câmara
09	Cleiton de Oliveira Silva
10	Douglas Vinicius de Souza Moraes
11	Edemir de Amorim Ferreira
12	Edinando Helio Nogueira
13	Eduardo Rosa dos Santos
14	Eliene Borges Torres Ribeiro
15	Eliomar Miguel Lopes
16	Ernando Benites Sanches
17	Gelson Sousa Carvalho
18	Geovane de Sousa Reges
19	Gilmar Luiz de Moraes
20	Gleidson Tavares Rezende
21	Hallyson Paulinelli dos Santos Arruda
22	Hélio Marles Marques Araújo
23	Henrique Gomes Maia
24	Jose Rodrigues Pereira
25	Juscimar da Silva Reges
26	Luciênio José de Queiroz
27	Luzimar José de Souza
28	Lynnus Paullyny Belém Schuster
29	Lyzandra Paulla de Castro Portilho
30	Maria Lucevanda P. Dos Santos
31	Milton Dionizio de Souza
32	Paulo Alves Chagas
33	Roberto Carlos Wanderley da Silva
34	Roberto de Souza Lima
35	Roberto Pereira dos Santos
36	Rogério Faria de Oliveira
37	Ronyérison Bernardes dos Santos
38	Rosa Guida Ribeiro
39	Rubens Vicente da Silva
40	Sarah Ferreira de Oliveira
41	Sebastião Fernandes de Novais
42	Suélio Fernandes Barreiras
43	Wanderley Lopes Nunes
44	Wanderson Oliveira da Silva
45	Wenderson da Silva Sousa
46	Wilton Oliveira Luz

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31 de março de 2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 02 de abril de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 2º. TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 041/2017 – CP 004/2016

EXTRATO DO 2º. TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 041/2017 – CP 004/2016

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratada **A. I. FERNANDES SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELLE - EPP**, que tem por objetivo prorrogar o prazo de execução e Vigência do contrato original até a data de 31 de Julho de 2018. Barra do Garças - MT, 20 de Fevereiro de 2018.

PORTARIA Nº 13.586 DE 02 DE ABRIL DE 2.018.

"Dispõe sobre exoneração do cargo em comissão de Inspetor Sanitário, o servidor que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 103, de 27/04/2007, modificada pela Lei Complementar nº 117, de 11/03/2009,

R e s o l v e:

Art. 1º – Exonerar, a partir de 15 de março do corrente ano, do cargo em comissão de Inspetor Sanitário, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, o servidor **CLAUDINEY BARROSO.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de março de 2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 02 de abril de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.987 DE 02 DE ABRIL DE 2018.

"Estabelece medidas para redução de despesas no âmbito dos órgãos da Administração Pública Municipal, e dá outras providências".

O Prefeito do Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, **Sr. Roberto Ângelo de Farias**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no §1º, artigo 1º e artigo 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

Considerando a necessidade de redução de despesas no âmbito da Administração Pública Municipal, com o objetivo primordial de manter o equilíbrio das contas públicas para o exercício financeiro de 2018 em atendimento as normas legais vigentes,

DECRETA:

Art. 1º - Não serão pagas verbas a título de horas extras, ressalvadas as excepcionalidades decorrentes de trabalhos relacionados ao atendimento de saúde pública, educação e à execução de obras públicas, devidamente comprovadas por meio de registro de folha de ponto ou extrato de ponto eletrônico, atestada pela chefia imediata responsável e, ainda, sob prévia autorização do Chefe do Poder Executivo, sob pena de responsabilidade do respectivo secretário e/ou chefia imediata.

Art. 2º - Não serão pagas verbas a título de horas extras, sob hipótese alguma, de trabalhos relacionados às atividades técnicas, administrativas e similares à estas.

Parágrafo único: para cumprimento do disposto nos artigos 1º e 2º, deste decreto, torna-se proibida a execução de trabalhos extraordinários, ressalvadas as excepcionalidades dispostas no artigo 1º, sob pena de responsabilização do respectivo secretário e/ou chefia imediata.

Art. 3º - A Secretaria Municipal de Administração, através de estudo feito pelo Departamento de Recursos Humanos, adotará as medidas necessárias para reduzir as despesas com pagamento de verbas remuneratórias (horas extras, gratificações de funções, etc.).

Art. 4º - O Gabinete do Executivo Municipal, juntamente com as demais secretarias municipais, cuidará para a redução de despesas nos seguintes aspectos:

I. novas nomeações de servidores em comissão, contratações temporárias, convocações para regime especial de trabalho, ressalvados as exceções prevista no artigo 208, da Lei Complementar nº 3, de 04 de dezembro de 1991;

II. concessão de licenças sem remuneração que prejudicarão a continuidade do serviço público, implicando em nova contratação ou nomeação para substituição do servidor licenciado;

III. concessão de gozo de licença-prêmio, exceto para fins de aposentadoria;

IV. cessões externas de servidores efetivos, com ônus para a Administração Pública Municipal;

V. cessões externas de servidores efetivos, sem ônus para a Administração Pública Municipal que, no entanto, possam comprometer a continuidade do serviço público, implicando em nova contratação ou nomeação para substituição do servidor cedido;

VI. cessões internas (remanejamento entre secretarias) na Administração Pública Municipal que, possivelmente, ensejem em nova contratação para substituição do servidor cedido ou que desfalque o quadro de servidores da secretaria originária, implicando em prejuízo ao serviço público.

Parágrafo único: nos processos administrativos relacionados aos incisos II e III, deste artigo, quando autorizados pela chefia imediata e o respectivo secretário municipal, ambos deverão atestar indispensavelmente que o deferimento do pleito não ferirá o disposto nessas normas, sob pena de responsabilização.

Art. 5º - Fica determinada a redução das seguintes despesas:

I. gastos com diárias, cursos e adiantamentos, na ordem de no mínimo 20% (vinte por cento);

II. gastos com combustíveis para a frota de veículos, na ordem de no mínimo 20% (vinte por cento);

Parágrafo único: as medidas deverão ser adotadas pelo pela Secretaria Municipal de Administração, sob pena de responsabilização do respectivo secretário municipal e do servidor diretamente responsável pelo controle de abastecimento da frota, perante os órgãos de controle externo e interno.

Art. 6º - Compete a todas as unidades administrativas, sob responsabilização dos respectivos titulares, adotar medidas para redução de gastos nos seguintes aspectos:

I. contingenciamento de gastos com novos eventos, exceto os de caráter obrigatório, que deverão ser realizados com redução de custos;

II. suspensão de auxílio para realização de eventos promovidos por quaisquer instituições;

III. controle e racionalização da aquisição e utilização de materiais de expediente e suspensão de aquisição de equipamentos de informática, salvo neste último caso, atendimento de situação comprovadamente justificada e previamente autorizada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

IV. diminuição de cópias reprográficas, adotando a impressão no modo frente e verso de documentos administrativos (memorandos, ofícios, instruções normativas, etc.) e de atos oficiais sempre que possível;

V. redução de no mínimo 20% (vinte por cento) das despesas com aquisição de passagens, priorizando, apenas, o atendimento de ordem judicial;

Parágrafo único: as reduções de que tratam os artigos 3º, 5º e 6º deverão ter como parâmetros as despesas realizadas nos 03 (três) últimos meses anteriores da edição deste Decreto.

Art. 7º – Fica expressamente proibido às Secretarias Municipais adquirirem produtos ou serviços sem prévio empenho, sob pena de responsabilidade do respectivo titular, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Improbidade Administrativa, casuisticamente, bem como o dever de arcar com o respectivo pagamento.

Art. 8º - Fica expressamente determinado aos Secretários Municipais a estrita observação e cumprimento das disposições contidas no presente decreto, cabendo individualmente a adoção de medidas necessárias para a sua implementação, devendo ainda apresentar relatório mensal à Secretaria Municipal de Administração, até o último dia útil de cada mês, sobre os mecanismos adotados para cumprimento deste decreto.

Art. 9º - São responsáveis pela implementação das ações necessárias ao cumprimento deste decreto, os Secretários Municipais e os respectivos chefes/coordenadores de setores.

Parágrafo único: as unidades orçamentárias e administrativas de cada órgão competente adotarão as medidas e os procedimentos, inclusive com relação aos contratos e às licitações, necessários a redução das despesas.

Art. 10 - O Controle Interno, com auxílio das Secretarias Municipais, ficará responsável pelo acompanhamento e verificação quanto à observância e atingimento das medidas e metas estabelecidas.

Art. 11 - As medidas de que trata o presente decreto terão vigência até 31 de dezembro de 2018.

Art. 12 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, em 02 de abril de 2018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº_ 3.988 _ DE_ 02 DE__ ABRIL _DE 2018.

"Dispõe sobre substituição do presidente na Comissão a que menciona o Decreto nº 3.937, de 17 de outubro de 2017."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ANGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto na Lei nº 3.884, de 06 de outubro de 2017,

DECRETA

Art. 1º - Fica substituído o presidente designado através do Decreto nº 3. 937/2017, constante no Art. 1º, inciso I, Sr. Onildo Beltrão Lopes, pelo servidor efetivo no cargo de Advogado CELSO MARTINS SPHOR.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 02 de abril de 2018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.587 DE 02 DE ABRIL DE 2.018.

"Torna sem efeito a Portaria nº 13.561, de 28 de março de 2018."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Tornar sem efeito a Portaria nº 13.561, de 28 de março de 2018, que nomeou, para exercer em comissão, o cargo de Diretora Administrativa Adjunta do Hospital Municipal Milton Pessoa Morbeck (DAS-3), junto à Secretaria Municipal de Saúde, a Sra. **THAINARA ALMEIDA FARIA**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 13.561, de 28 de março de 2018.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 02 de abril de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.590 DE 03 DE ABRIL DE 2.018.

"Dispõe sobre designação de servidor para atuar como Gestor de Contratos Administrativos, junto ao Controle Interno desta Municipalidade."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de atribuições legais e;

Considerando que o Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, preconiza que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado;

Considerando o entendimento consolidado (Processo nº 7.194-3/2013), do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT, sobre a designação e atribuição de um Gestor de Contratos Administrativos;

Considerando, ainda, que o Gestor de Contratos é parte solidária corresponsável na gestão municipal,

R e s o l v e:

Art. 1º – Designar, a partir da presente data, o servidor municipal, Sr. **MANOEL CARDOSO VARJÃO DE AGUIAR**, para atuar como Gestor de Contratos Administrativos, junto ao Controle Interno desta Municipalidade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 03 de abril de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 231 DE 28 DE MARÇO DE 2018.

Projeto de Lei Complementar nº 001/2018, de autoria do Poder Executivo Municipal.

Disciplina o serviço de moto táxi no Município de Barra do Garças.

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O serviço de transportes de passageiros em motocicletas - moto táxi, no Município de Barra do Garças, obedece às normas específicas estabelecidas por esta Lei.

§ 1º O serviço de moto táxi é de utilidade pública, executado por particulares, por autorização do Poder Público, corresponde a 300 (trezentas) motos, com prazo determinado de 05 (cinco) anos, renovável por igual período, desde que o permissionário atenta todos os requisitos legais.

§ 2º A retomada da autorização após o período fixado só poderá ocorrer por ato motivado.

Parágrafo único. O serviço de moto táxi é de utilidade pública, executado por particulares, por autorização do Poder Público, com prazo determinado, renovável anualmente, correspondendo a 300 (trezentas) motos.

CAPÍTULO II

DO SERVIÇO DE MOTOTÁXI

Art. 2º O serviço de moto táxi destina-se ao atendimento de todo perímetro urbano e rural do Município de Barra do Garças, sendo efetuado um cadastramento, o qual tem como objetivo a permanência do profissional moto taxista, que esteja exercendo a atividade e cujo cadastro na Secretaria Municipal de Finanças e no Sindicato da classe, está inscrito seu nome, à data da publicação desta Lei.

Art. 3º O Serviço de moto táxi restringe-se ao transporte de um passageiro por vez, remunerado mediante o pagamento de tarifa.

Art. 4º A prestação do serviço de moto táxi será por pontos de parada que serão estabelecidos por Decreto, inclusive a quantidade por ponto.

§ 1º- O poder executivo tem a obrigação de fiscalizar os pontos de parada estabelecidos por Decreto e no Município, com o intuito de assegurar o bom cumprimento do serviço prestado, indicando-se um fiscal da Administração Pública para exercer o poder de fiscalização.

§ 2º. O quantitativo e a localização serão revistos, sempre que necessário, podendo inclusive em eventos ser criados pontos transitórios.

Parágrafo único. O quantitativo e a localização serão revistos, sempre que necessário, podendo inclusive em eventos ser criado pontos transitórios.

CAPÍTULO III

DO MOTOTAXISTA

Seção I

Da Autorização para Moto taxista

Art. 5º A autorização para a prestação do serviço de moto táxi será concedida aos que comprovarem o atendimento aos seguintes requisitos:

I – ter completado vinte e um anos;

II – possuir habilitação, por pelo menos 2 (dois) anos, na categoria

III – ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN;

IV – apresentar atestado de saúde;

V – não ser titular de outra autorização para moto táxi;

VI - não ter tido sua autorização cassada, em razão de penalidade aplicada pelo Poder Executivo Municipal, no serviço de moto táxi ou em qualquer outro serviço de transporte concedido, permitido ou autorizado pelo Município;

Seção II

Dos Deveres do Moto Taxista

Art. 6º São deveres do moto taxista:

I - obedecer às normas do Código de Trânsito Brasileira, aplicáveis à espécie, bem como a toda sua regulamentação, incluindo o disposto nesta Lei;

II – portar documentação necessária para à prestação do serviço, expedido pelo órgão competente;

III – usar em serviço roupas condizentes com a função de atendimento ao público, ficando vedado o uso de camisetas regatas, bermudas e chinelos;

IV – vestir colete de segurança dotado de dispositivos retro refletivos, nos termos da regulamentação do CONTRAN;

V – usar capacete com viseira e colocar à disposição do passageiro o mesmo tipo de capacete, para uso durante o transporte, com o número da autorização impresso na parte posterior do capacete do passageiro;

VI – disponibilizar touca descartável aos passageiros;

VII – tratar o passageiro com urbanidade e polidez;

VIII - manter o seguro obrigatório da motocicleta em dia, facultado ao moto táxi contratar seguro pessoal;

IX– recusar o transporte de:

a) passageiros que não queiram usar capacete;

b) passageiros com bagagem além da permitida no parágrafo único deste artigo;

c) passageiros com criança no colo; ou

d) criança com menos de sete anos.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, entende-se como bagagem permitida, aquela acondicionada em mochila ou sacola, com alça e conduzida a tiracolo do passageiro, vedado o transporte de outros objetos.

CAPÍTULO IV

DA MOTOCICLETA

Art. 7º As motocicletas a serem utilizadas na prestação do serviço de moto táxi, além de atender aos requisitos estabelecidos na legislação federal, deverão apresentar as seguintes características:

I – que o veículo esteja em um bom estado de conservação;

II – cento e vinte e cinco cilindradas ou acima;

III – o condutor deverá portar colete com alça metálica lateral na qual o passageiro possa segurar-se;

IV - identificação contendo a palavra “Moto táxi” e o número da autorização;

V - isolamento lateral do cano de descarga para evitar queimaduras ao passageiro; e

VI – todos os veículos previstos nesta Lei Complementar devem contar com aparador de linha, antena corta-pipas fixado no guidão do veículo, proteção para motor e pernas (mata-cachorro), fixados em sua estrutura, nos termos da Resolução do Contran.

VII – Todos os veículos, inclusive os capacetes, deverão ser plotados ou pintados, de acordo com os padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. Anualmente o órgão competente efetuará a vistoria de segurança veicular para verificar a satisfação de todos os requisitos exigidos para os fins a que se destina a motocicleta.

Art. 8º - Cada motocicleta deverá pertencer à um moto taxista que será o titular da autorização, ressalvado às situações em que o titular estiver gozando o seu período de férias e/ou estiver impossibilitado de exercer sua atividade devido a algum acidente, podendo o substituto trabalhar com a moto do autorizado.

CAPÍTULO V

DA VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA

Art. 9º. É vedada a publicidade do serviço de que trata esta Lei Complementar nos telefones públicos, abrigos de ônibus, postes de iluminação, escolas, creches e outros bens públicos.

Parágrafo único. A infração ao disposto no *caput*, implicará na penalidade prevista no art. 163 do Código Penal Brasileiro e o disposto no Decreto regulamentar.

CAPÍTULO VI

DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Seção I

Da Autorização

Art. 10. A autorização para a prestação do serviço de moto táxi, expedida exclusivamente a pessoas naturais, tem natureza personalíssima e será outorgada pelo Poder Executivo, aos que atenderem aos requisitos definidos na legislação em vigor, ficando condicionada ao pagamento de taxas, conforme o Código Tributário Municipal.

§1º. Mesmo que organizados em cooperativa, fica assegurado ao moto taxista o caráter individual da autorização do Município para a prestação do serviço.

§ 2º Quando o moto taxista autorizado acidentar-se e ficar impedido de exercer suas funções, poderá ser substituído por no mínimo 30 dias mediante a apresentação de atestado médico, comprovando a sua incapacidade durante a vigência de sua autorização, ficando o substituto vinculado ao cumprimento do disposto nesta Lei e assumindo todas as responsabilidades perante a Administração Pública e passageiro.

§ 3º Nos casos em que a substituição prevista no § 2º for superior a 90 dias, ficará autorizado o cadastramento provisório junto ao órgão municipal competente com a emissão de licença para o substituto.

§ 4º É permitida a transferência da outorga a terceiros que atendam aos requisitos exigidos em legislação municipal, consoante dispõe a Lei nº 12. 587/2012 que estabelece a Política Nacional de Mobilidade Urbana.

§ 5º Em caso de falecimento do outorgado, o direito à exploração do serviço será transferido a seus sucessores legítimos nos termos dos arts. 1. 829 e seguintes do Título II da Parte Especial da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 (Código Civil) e a Lei nº 12.587/2012.

Seção II

Do Preposto

Art. 11 - O moto taxista credenciado nos serviços de que trata esta lei, pode indicar um preposto para auxiliá-lo pelo período de até 01(um) ano.

§1º- A indicação do preposto deverá ser feita por escrito junto ao órgão responsável da Prefeitura Municipal.

§2º- A aceitação do preposto está condicionada ao cumprimento do disposto nesta Lei e às mesmas exigências impostas ao detentor do serviço, sendo necessário o cadastramento provisório junto ao órgão municipal competente com a respectiva emissão de licença para o preposto.

Parágrafo Único. Constatado que o condutor, durante a vigência de sua autorização, infringir os dispositivos da presente Lei, bem como, do Decreto Regulamentador, por mais de 3 (três) vezes, além do pagamento das multas regulamentares, será penalizado com outra multa na renovação de sua autorização anual, persistindo nas infrações terá sua licença cassada, após o trâmite de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

Seção III

Da Renovação

Art. 12 - A autorização para prestação do serviço de moto táxi, deve ser renovada quando vencida a outorga, sendo necessária a comprovação de atendimento de todos os requisitos, sendo admitida a transferência da outorga conforme dispõe a Política Nacional de Mobilidade Urbana.

I –caso a autorização não seja renovada até o dia 10 do mês subsequente ao vencimento da mesma;

II - pelo falecimento do titular;

III - pelo não atendimento a qualquer dos deveres previstos nesta Lei, constatado pela autoridade municipal, de oficio ou a requerimento de usuário do serviço, assegurada ampla defesa ao detentor da autorização;

IV - quando comprovada, em processo judicial, a utilização do veículo, com o consentimento do condutor, para praticar, facilitar ou encobrir ato criminoso;

V – por ter incorrido em mais de três infrações anuais, após constatada por processos regulares pela autoridade administrativa e o mesmo ter persistido nas infrações.

Art. 13. Fica assegurado ao profissional moto taxista o direito às férias pelo período de 30 (trinta) dias, sendo concedida após o exercício de atividades por um ano, ou seja, por um período de 12 meses.

Parágrafo Único - Quando o moto taxista estiver no período de férias durante a vigência de sua autorização fica autorizado a indicação de um substituto, o qual vincula-se ao cumprimento do disposto nesta Lei, assumindo todas as responsabilidades perante a Administração Pública, passageiro e terceiros.

Seção III

Da extinção da Autorização do Moto taxista

Art. 14 Extingue-se a autorização:

I – caso a autorização não seja renovada em até 30 (trinta) dias subsequentes ao vencimento da mesma;

II – pelo não atendimento a qualquer dos deveres previstos nesta Lei, constatado pela autoridade municipal, de ofício ou a requerimento de usuário do serviço, assegurada ampla defesa ao detentor da autorização;

III – quando comprovada, em processo judicial, a utilização do veículo, com o consentimento do condutor, para praticar, facilitar ou encobrir ato criminoso;

IV – por ter incorrido em mais de três infrações anuais, após constatada por processos regulares pela autoridade administrativa e o mesmo ter persistido nas infrações.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 – Esta Lei será regulamentada por meio de Decreto, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário, nomeadamente a Lei Complementar nº 229 de 27 de dezembro de 2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 28 de março de 2018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 02 DE 27 DE MARÇO DE 2018

Forma as Comissões Temáticas do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS para os anos de 2018/2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº. 1.308 de 21/11/1995 alterada pela Lei nº 2.206 de 26/11/2009, diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Extraordinária do dia 27 de março de 2018, com registro em Ata nº. 250 **e**,

Considerando que as Comissões Temáticas, de natureza permanente, têm por finalidade subsidiar o Colegiado no cumprimento de sua competência;

Considerando que as Comissões Temáticas são constituídas de forma paritária e segundo suas afinidades com os temas a serem tratados;

Considerando que a qualquer conselheiro é facultado participar das reuniões de qualquer Comissão, com direito à voz;

Considerando ainda que as Comissões contarão com o apoio técnico e operacional da Secretaria Executiva, para realização de suas reuniões e elaboração dos relatórios e pareceres;

RESOLVE:

Art. 1º - Formar as Comissões Temáticas do Conselho Municipal de Assistência Social, ficando assim definido:

I – Comissão de Política e Normas da Assistência Social

Kelly Novakc Rodrigues, representante da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais; Fabiana Carvalho de Medeiros, representante do Lar das Servas de Maria; Zuze Rodrigues Cardoso, representante da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer; Rosivânia Ferreira Garcia, representante da Secretaria Municipal de Administração.

COORDENADORA DA COMISSÃO: Fabiana Carvalho de Medeiros

II – Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social

Nivaldo Teodoro de Mello, representante do Lar Servas de Maria;Regilane Alves dos Santos, representante da Secretaria Municipal de Educação Luiz Geraldo de Moraes, representante da Secretaria Municipal de Finanças;Elizabeth Aparecida P. Guizelin,representante da Fundação Casa Maria José.

COORDENADOR DA COMISSÃO: Nivaldo Teodoro de Mello.

III – Comissão de Fiscalização e Acompanhamento das Entidades de Assistência Social registradas no CMAS

Eliane Chaga Oliveira Campos, representante da Secretaria Municipal de Saúde;Luzinete Aparecida da Silva Lemes, representante da Secretaria Municipal de Saúde;Marileide Lopes Parabá, representante da Secretaria Municipal de Administração;Elda Yoqui Yicha, representante do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS II.

COORDENADORA DA COMISSÃO: Marileide Lopes Parabá.

IV – Comissão de Fiscalização e Acompanhamento das Unidades Públicas de Assistência Social

Benedita do Carmo Lima, representante do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS I;Eloisa Marcia Gonçalves Martins, representante do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS I; Patrícia Maria Frade Diniz, representante da Secretaria Municipal de Educação;Jefferson de Oliveira Paulino, representante da Fundação Casa Maria José**; COORDENADOR DA COMISSÃO**: Jefferson de Oliveira Paulino.

Art. 2º - **Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.**

Cáceres-MT, 27 de março de 2018.

Patrícia da Silva Araújo

Presidente do CMAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DA ABERTURA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2018

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, torna pública a realização de licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, do tipo **MAIOR OFERTA** objetivando a Seleção de permissionária, através de **Permissão de Uso de Bem Público Comum**, a título precário, oneroso e intransferível para a exploração do espaço de 6.500 m² - **ARENA SHOW -** do **37º Festival Internacional de Pesca Esportiva de Cáceres/FIPe 2018**, que será realizado no período de **06 a 10 de Junho de 2018**, pela Prefeitura de Cáceres, através da **Secretaria de Turismo e Cultura,** no espaço da Praça de Eventos da própria Secretaria.

Obs: Através de solicitação do ordenador de despesa, para fins de interesse público, fica prorrogada a abertura da Concorrência Pública 01/2018

Data de abertura: 07 de maio de 2018 às 08:00, horário de Cuiabá.

Observação: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Avenida Brasil nº 119 – C.O.C. – Jardim Celeste, CEP: 78200-000 - Cáceres-MT, ou através do portal http://www.caceres.mt.gov.br/licitacao/.

Prefeitura de Cáceres, 05 de abril de 2018.

ALICE DE FÁTIMA GONZAGA ARAUJO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA Nº 14/2018

A Prefeitura Municipal de Cáceres através da Secretaria Municipal de Administração, torna pública e oficializa a presente “ERRATA” a Notificação da Decreto nº 180 de 26 de março de 2018 do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

Onde se lê: Art.1º Conceder à senhora **JUCIMEIRE CARDOSO GONÇALVES**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, sob o Regime estatutário Lei Complementar 25 de 27 de novembro de 1997 e previdenciário/INSS, pelo período de 19 de março de 2018 a 19 de setembro de 2018.

Leia se:Art.1º Conceder à senhora **JUCIMEIRE CARDOSO GONÇALVES**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, sob o Regime estatutário Lei Complementar 25 de 27 de novembro de 1997 e previdenciário/INSS, pelo período de 19 de março de 2018 a 14 de setembro de 2018.

Cáceres- MT, 05 de abril de 2018.

MAIKON CARLOS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 150 DE 04 DE ABRIL DE 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 14949, de 03 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **RENAN TOMAZ SALOMÃO,** lotado na Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, como responsável para fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo.

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
058/2018	PAULO SERGIO DIAS POSTO - EPP	Contratação de empresa especializada em fornecimento de Combustíveis para Veículos, Máquinas e Equipamentos que compõe a frota do Poder Executivo Municipal, visando atender a Secretaria Municipal Agricultura e Desenvolvimento.	16/03/2018	12 meses

§ 1º O servidor acima designado deverá acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pela fiscalização, deverá ser repassado ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 04 de abril de 2018.

JUNIOR CÉZAR DIAS TRINDADE

Secretário Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico

Afixado em: 04.04.18.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 04/2018

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL torna pública a retificação da homologação da licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO**, que consiste na contratação de empresa especializada em engenharia visando a execução dos serviços de reforma da Escola Municipal Marechal Rondon, localizada no destacamento Corixa, zona rural município de Cáceres-MT, com área de 290,57 metros quadrados, conforme Projetos, Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro em CD, e pelas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Onde se lê:

Órgão Unid.: 02.07.01

Func. Prog.: 12.361.1004.1075

Nat. Desp.: 4.4.90.51

Fonte de Rec.: 122 (convênio)/101 (Rec. Próprio)

Leia-se:

Órgão Unid.: 02.07.02

Func. Prog.: 12.361.1004.1075

Nat. Desp.: 4.4.90.51

Fonte de Rec.: 122 (convênio)/101 (Rec. Próprio)

Prefeitura de Cáceres, 05 de abril de 2018.

Alice de Fátima Gonzaga Araujo

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
TERMO DE COMPROMISSO MUTIRÃO RURAL

TERMO DE COMPROMISSO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SINDICATO RURAL DE CACERES E A PREFEITURA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CACERES, DO ESTADO DE MATO GROSSO.

O SINDICATO RURAL DE CÁCERES, entidade representativa e sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ nº 013704510001/83, com sede à Avenida Santos Dumont s/n, bairro DNER, no Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, representado neste ato pelo Sr.(a) Jeremias Pereira Leite, portador da cédula de identidade nº 7208299 e CPF nº 045.786-72 e a Prefeitura Municipal de Cáceres, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo Sr. (a) Prefeito Francis Maris Cruz, portador da Cédula de identidade nº 8020216 e CPF nº 103.605.221-49, resolvem celebrar o presente Termo de compromisso, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo do compromisso tem como objeto propiciar a implementação do Programa Mutirão Rural, cujo objetivo é promover ações em parceria de diversas instituições, entidades públicas e privadas, visando oportunizar cidadania às pessoas residentes nas comunidades rurais e o acesso a serviços nas áreas de saúde, esporte, lazer, cultura, educação e emissão de documentos pessoais, dentre outros serviços de utilidade pública.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

I – SINDICATO RURAL

a) Solicitar a vinda do Mutirão Rural por intermédio do SENAR-AR/MT e seus parceiros, 01 Unidade Móvel de Saúde, com gabinete completo para dentista, gabinete para consultas médicas e sala para exames rápidos; b) Definir com os parceiros do Município o local de realização, sempre em comunidades rurais; c) Mobilizar o público para cada serviço ofertado e para as oficinas e palestras, previamente; d) Divulgar o Mutirão Rural por intermédio de Faixa, Rádio (SPOT) e carro de som; e) Promover parcerias com as Instituições públicas e privadas do Município; f) Disponibilizar 01 pessoa para realizar pesquisas de responsabilidade social; g) Contratar um eletricista para realizar a instalação elétrica da Unidade Móvel de Saúde e permanecer no local durante todo o evento; h) Disponibilizar 01auxiliar de serviços gerais para realizar a higienização da Unidade Móvel de Saúde e permanecer no local durante todo o evento realizando a higienização sempre que houver necessidade;

II – DA PREFEITURA MUNICPAL

a) Fornecer café da manhã e almoço aos componentes da equipe de trabalho; b) Fornecer água (copos de água) aos componentes da equipe de trabalho; c) Disponibilizar os seguintes serviços: Alistamento Militar Cadastro de Bolsa Família Carteira do Idoso Cartão SUS Cartório Eleitoral Atendimentos com Psicóloga Atendimentos com Assistente Social Carteira de Identidade – RG, quando o município for conveniado a POLITEC. Distribuição de Mudas Aferição de pressão, teste rápido de HIV, hepatite B e C e Vacinação através da participação da Secretaria de Saúde. d) Disponibilizar Profissionais: Médico Clinico Geral, Cirurgião Dentista e Equipe de Enfermeiros/as para triagem geral de enfermagem e aferição de pressão. e) Disponibilizar 01 enfermeiras/os para auxiliarem nos testes rápidos (colesterol, triglicérides, glicemia) durante a ação “saúde do homem e saúde da mulher”; f) Disponibilizar 01auxiliar ou enfermeira/o para auxiliar na avaliação (peso, altura e Índice de massa corporal- IMC) e para organização e entrega de kits saúde do homem e saúde da mulher durante as palestras de saúde da ação “saúde do homem e saúde da mulher”; g) Ser responsável por manter durante todo o período da ação, os recursos humanos profissionais para o atendimento dos usuários que comparecerem ao evento. h) Solicitar Participação da Secretaria de Cultura para apresentação de teatros, danças, oficinas infantis, disponibilização de atividades e brinquedos tais como pula-pula, vídeos, além de recreadores para acompanhar as crianças durante o evento; i) Solicitar Participação da Secretaria de Agricultura para realização de palestras técnicas e distribuição de mudas. j) Disponibilizar 02 pessoas para realizar a triagem geral do evento e organizar filas k) Realizar a higienização do local durante todo o evento;

CLÁUSULA TERCEIRA – ACORDO

As partes por estarem perfeitamente justas e acertadas, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para um só fim.

_____

Jeremias Pereira Leite

SINDICATO RURAL – PRESIDENTE

_____

Francis Maris Cruz

PREFEITURA MUNICIPAL – PREFEITO

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

A PREFEITURA DE CÁCERES, através da Secretaria Municipal de Planejamento juntamente com os presidentes de bairro, tem a honra de convidar Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública com o objetivo de elaborar o Planejamento Estratégico da Gestão: Lei de Diretrizes Orçamentárias–LDO e Lei Orçamentária Anual–LOA, para o exercício de 2019, esses instrumentos de planejamento que organizam as ações do governo que resultam em bens e serviços para a população.

Setor XIII: *Bairros*: São José, Espírito Santo, São Jorge Santos Dumont, DNER, Boa Esperança, Lobo, Bom Jardim, Res. Universitário, Res. Bandeirantes e Carrapatinho.

Local: Escola Municipal Santos Dumont (Rua dos Aviadores, s/nº, bairro: Santos Dumont)

Data: 06/04/2018

Horário: 16:00h

Francis Maris Cruz

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 05 DE 27 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre o calendário de reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social de Cáceres/MT.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº. 1.308 de 21/11/1995 alterada pela Lei nº 2.206 de 26/11/2009, diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Extraordinária do dia 27 de março de 2018, com registro em Ata nº. 251,

Considerando o artigo 9º do Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

RESOLVE:

Art. 1º - O plenário reunir-se-á, obrigatoriamente, uma vez ao mês na **segunda terça-feira** e extraordinariamente, sempre que necessário.

Art. 2º - As reuniões do plenário terão início as 14 horas.

Art. 3º - **Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.**

Cáceres-MT, 27 de março de 2018.

Patrícia da Silva Araújo

Presidente do CMAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 03/2018

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL torna pública a retificação da homologação da licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO**, que consiste na contratação de empresa especializada em engenharia visando a reforma do Posto de Saúde Familiar – PSF da comunidade do Limão, zona rural município de Cáceres-MT, com área de 121,90 metros quadrados, conforme Projetos, Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e pelas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Onde se lê:

Órgão Unid.: 02.06.10

Func. Prog.: 10.301.1002.1223

Nat. Desp.: 4.4.90.51

Fonte de Rec.: 123 (convênio)/102 (Rec. Próprio)

Leia-se:

Órgão Unid.: 02.06.02

Func. Prog.: 10.301.1002.1223

Nat. Desp.: 4.4.90.51

Fonte de Rec.: 123 (convênio)/102 (Rec. Próprio)

Prefeitura de Cáceres, 05 de abril de 2018.

Alice de Fátima Gonzaga Araujo

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 024/PSP

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 024/PSP

Convoca candidato aprovado no Processo Seletivo Público nº 001/2017 e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe se são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando o que dispõe o Item 16 do Edital de Abertura do Processo Seletivo Público nº 001/2017;

Considerando que o processo de convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Público nº 001/2017, será realizado, observando-se os dispositivos da legislação vigente;

Considerando que as convocações dar-se-ão de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, mediante ato de convocação do Chefe do Poder Executivo (Edital de Abertura PSP nº 001/2017);

Considerando que os prazos para a apresentação da documentação exigida para a nomeação e posse constará do Ato Convocatório, observado em todo caso, o disposto na Lei Complementar nº 001/1993.

Considerando o encerramento de todas as fases do Processo Seletivo Público nº 001/2017;

Considerando que as convocações processar-se-ão de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de CAMPINÁPOLIS–MT/Secretaria Municipal de Saúde, **não havendo obrigatoriedade** do preenchimento imediato de qualquer uma das vagas oferecidas;

Considerando o Decreto Municipal nº 2.885/2018;

Considerano o Ofício nº 040/SMS/GAB;

RESOLVE

1. CONVOCAR candidata aprovada no Processo Seletivo Público nº 001/2017, constante do quadro 1 abaixo, para apresentação de documentos e exames/consultas médicas, conforme disposições deste Edital:

Quadro 1. Candidata convocada - Agente de Combate a Endemias

Ord.	NOME DO CANDIDATA	DATA/NASC
01	SINDIA PAULA C. SANTOS	29/05/1989

2. A candidata **CONVOCADA** por meio deste Edital, deverá, **as suas expensas**, apresentar no **momento da perícia** o resultado dos seguintes exames/consultas:

a) Hemograma completo;

b) Glicose;

c) Ureia;

d) Creatinina;

e) Ácido Úrico;

f) Colesterol total e frações;

g) triglicerídeos;

h) RX total de coluna em AP e perfil, com laudo;

i) Eletrocardiograma (ECG com laudo);

j) PSA (para homens com idade igual ou superior a 40 anos); e

l) ATESTADO DE APTIDÃO MENTAL (expedido por médico psiquiatra com registro no Conselho de Psiquiatria).

2.1. No resultado dos exames/laudos das consultas e/ou exames deverá obrigatoriamente ser grafado:

a) o nome do candidato;

b) o número do CPF;

c) o número do RG; e

d) carimbo do Profissional responsável, identificando a filiação no respectivo conselho da profissão.

2.2. após a realização dos exames/consultas dispostas nas alíneas (a/l, item 2) a convocada deverá **agendar a perícia**, em estrita observância ao disposto neste edital;

2.3. exames/consultas adicionais poderão ser solicitados quando da realização da perícia.

2.4. cada candidato terá direito **a apenas 01(um) agendamento**, salvo, se forem solicitados exames/consultas adicionais pelo Médico Periciador;

2.5. em hipótese alguma será aceita a entrega parcial de resultado de exames/consultas;

2.6. após a realização da **PERÍCIA**, o médico responsável **expedirá o atestado** de capacidade e/ou incapacidade física e mental para o exercício do cargo;

3. A candidata elencada no quadro 1 acima, deverá apresentar junto a Diretoria de Recursos Humanos/Prefeitura Municipal, **em 02(duas) vias** (uma para o PREVI-CAMP e outra para a Diretoria de Recursos Humanos), no prazo **máximo e improrrogável de 30(trinta) dias** a contar da publicação deste Edital, **cópia autenticada** e/ou originais, conforme o caso, dos seguintes documentos (até as 17:00h do dia 05/05/2018):

a) comprovante de Pessoa Física - CPF;

b) certidão de Nascimento ou Casamento;

c) carteira de Identidade – RG;

d) título de eleitor;

e) comprovante de votação na última eleição ou declaração de quitação eleitoral emitida eletronicamente pelo Superior Tribunal Eleitoral – TSE (o optante pela entrega da certidão deverá apresentar a original para validação eletrônica no site do TSE);

f) certidão de nascimento dos filhos menores de 14(catorze) anos;

g) documentos pessoais do conjugue;

h) comprovante de escolaridade para o cargo que foi aprovado (Atestado/Declaração de conclusão do Ensino Fundamental e/ou Diploma de Conclusão do Ensino Médio ou Superior – expedido por Instituição de Educação Básica e/ou Superior devidamente credenciada/autorizada pelo Ministério da Educação - MEC);

i) histórico escolar correspondente ao comprovante de escolaridade apresentado nos termos da letra “h” (expedido por Instituição que oferte Educação Básica e/ou Superior devidamente credenciada/autorizada pelo Ministério da Educação - MEC);

j) cartão de vacina de filhos menores de 14(catorze) anos;

k)comprovante de Endereço atualizado (água, luz, telefone e/ou outro que produza prova de domicílio);

l) cópia do cartão de movimentação bancária/Banco do Brasil;

m) número do PIS/PASEP;

n)declaração de bens(digitada em formato Word, fonte Arial ou Times new Roman) com firma reconhecida em cartório (modelo constante do Anexo I);

o) declaração de não acúmulo de cargo, emprego ou função pública (digitada em formato Word, fonte Arial ou Times new Roman) com firma reconhecida em cartório (modelo disponibilizado no Anexo II);

p) declaração original emitida pela Diretoria de Recursos Humanos atestando que a candidata **não foi demitida** por justa causa do serviço público municipal.

q) original da certidão negativa de antecedentes criminais (estadual);

r) atestado de capacidade física e mental conforme item 2.6 deste Edital.

s) em hipótese alguma será recebida documentação **INCOMPLETA**;

4. Ficará **impedido de ser nomeado** o candidato que não cumprir rigorosamente as disposições deste Edital.

5. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 05 de abril de 2018.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 024/PSP

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, _____(FULANO DE TAL), brasileira, _____(estado civil), _____(Profissão), inscrito na Carteira de Identidade RG nº_____(SSP ou outro) _____(unidade federativa)_____ e no CPF nº ___.___.___-___, residente e domiciliado na ____(rua/avenida), nº___, (bairro/setor, mencionar se for distrital), **DECLARO** para fins de nomeação/posse(Letra “n”, item 3., Edital de Convocação nº 001/PSP/2017) no Cargo de Agente _____(comunitário de saúde/de combate a endemias) possuir os bens relacionados no quadro 1 abaixo:

Quadro 1. Declaração de bens

Ord.	Descrição do Bem	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01			
02			
03			
04			

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente para que surta seus efeitos legais.

Em Campinápolis-MT, __/__/2018.

FULANO DE TAL

Declarante

ANEXO II

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 024/PSP

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇAÕ PÚBLICA

Eu, _____(FULANO DE TAL), brasileira, _____(estado civil), _____(Profissão), inscrito na Carteira de Identidade RG nº_____(SSP ou outro) _____(unidade federativa)_____ e no CPF nº ___.___.___-___, residente e domiciliado na ____(rua/avenida), nº___, (bairro/setor, mencionar se for distrital), **DECLARO** para fins de nomeação/posse(Letra “o”, item 3., Edital de Convocação nº 001/PSP/2017) no Cargo de Agente _____(comunitário de saúde/de combate a endemias) **NÃO ACUMULAR**, Cargo, Emprego ou Função Pública.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente para que surta seus efeitos legais.

Em Campinápolis-MT, __/__/2018.

FULANO DE TAL

Declarante

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 006/2018 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2016

O Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o n° 24.772.287/0001-36 solicita o comparecimento, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da publicação do presente EDITAL, dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016, conforme disposições do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016, a fim de assumirem sua respectiva função, nos termos que determina a Lei Municipal nº 1.437, de 25 de agosto de 2011, que dispõe sobre contratação de pessoal para prestação de serviços em programas com transferência de recursos da União ou do Estado e dá outras providências, no município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso.

CONSIDERANDO:

o Memorando nº 227 datado de 23 de março de 2018, proveniente da Secretaria Municipal de Saúde.

O não comparecimento do candidato no prazo acima estabelecido implicará no reconhecimento da desistência e renúncia quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se a administração o direito de convocar o próximo candidato.

***Cargo:* Agente Operacional de Saúde**

Classificação	*Nome Candidato*
11º	VALDECI ANDRE DE ARAUJO

Os candidatos aprovados acima relacionados deverão comparecer na Coordenadoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal munidos dos documentos constantes no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016, no prazo legalmente previsto.

Campo Novo do Parecis/MT, aos 04 dias do mês de abril de 2018.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

CPF nº 929.162.010-68

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL 002/2018
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2018

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item IX da Constituição Federal, e o disposto na Lei Municipal nº. 1. 544, de 19 de dezembro de 2012, que reestrutura o Regime Jurídico Administrativo de contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público e Edital de Processo Seletivo Simplificado Emergencial nº 002/2018.

CONSIDERANDO: o Memorando nº 406 datado de 02 de abril de 2018, proveniente da Secretaria Municipal de Educação. o Memorando nº 410 datado de 02 de abril de 2018, proveniente da Secretaria Municipal de Educação. o Memorando nº 412 datado de 02 de abril de 2018, proveniente da Secretaria Municipal de Educação. o Memorando nº 413 datado de 02 de abril de 2018, proveniente da Secretaria Municipal de Educação. o Memorando nº 414 datado de 02 de abril de 2018, proveniente da Secretaria Municipal de Educação. o Memorando nº 415 datado de 02 de abril de 2018, proveniente da Secretaria Municipal de Educação.

C O N V O C A

O abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Emergencial, deverá comparecer no prazo de **03 (três) dias úteis,** a contar da data da publicação do Edital de Convocação na imprensa oficial, na Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura, no horário de 7h as 11h e de 13h as 15h, para assumir suas funções, na conformidade da Lei, munido dos documentos constantes no Edital de Processo Seletivo Simplificado Emergencial n° 002/2018.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cargo: PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR– *CIÊNCIAS BIOLÓGICAS 30 HORAS*

	CANDIDATO
1º	EVANDRA GOMES NEIRA

Cargo: PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR – EDUCAÇÃO FÍSICA 30 HORAS

	CANDIDATO
1º	ANTONIO CARLOS PERUCIO JUNIOR

Cargo: PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR – HISTÓRIA 20 HORAS

	CANDIDATO
1º	ANDRÉIA FRANK DE VARGAS
2º	TEILA REBECA BARASUOL WOLF

Cargo: PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR – MATEMÁTICA 20 HORAS

	CANDIDATO
1º	TEREZINHA BEATRIZ HERMEL

Cargo: PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR – LETRAS 20 HORAS

	CANDIDATO
1º	IVANEIDE ALVES DE BRITO SANTOS

Cargo: PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR – LETRAS 30 HORAS

	CANDIDATO
1º	VALDIRENE CAMARGO DE FIGUEREDO DO NASCIMENTO
2º	FABIANA REGINA DO AMARAL SOUZA

Cargo: PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR – PEDAGOGIA 30 HORAS

	CANDIDATO
1º	EVELYSE CONSTÂNCIA DA COSTA LEITE PIMENTA
2º	MARTA HELENA ZAWASKI
3º	MARINILZA NOGUEIRA DA CRUZ
4º	MARLENE GODOY GUERRA SANTANA
5º	SÔNIA BARROS ROCCI DOS SANTOS
6º	VIVIANE RODRIGUES DE ARAÚJO
7º	ELIETE XAVIER QUADROS
8º	CLAUDEVÂNIA APARECIDA DE SOUZA
9º	ELIANE DE OLIVEIRA VENTURA
10º	MARIA AUGUSTA DOS SANTOS OLIVEIRA
11º	MARA SILVANA BRIGO GEISS
12º	NADJA BARRETO DA SILVA

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

Campo Novo do Parecis, aos 04 dias do mês de abril de 2018.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

CPF nº 929.162.010-68

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
LEI Nº 2.022 DE 05 DE ABRIL DE 2018

Autoria: Poder Executivo Municipal

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL FIRMAR TERMO DE FOMENTO COM O SINDICATO RURAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS**, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Fomento com o Sindicato Rural de Campo Novo do Parecis, inscrito no CNPJ sob o nº. 02.407.360/0001-38, com sede na Avenida Lions Internacional, número 489-NE, Bairro Alvorada, neste Município, com repasse no valor de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

§ 1º. O presente Termo de Fomento tem como objetivo a parceria de esforços entre as partes visando à realização da 11ª Edição da Parecis SuperAgro de Campo Novo do Parecis/MT, conforme Plano de Trabalho, em anexo.

§ 2º. A contribuição concedida será repassada em parcela única de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), que será paga no mês de abril de 2018.

§ 3º. As obrigações e demais atribuições das partes estarão definidas no Termo de Fomento.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Unidade: 002. Departamento de Empreendedorismo, Agricultura Familiar e Comunidade Indígena

Programática: 08.002.20.606.0017.20052.3.3.50.41.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários - Exercício

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 05 dias do mês de abril de 2018.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO

1 - DADOS CADASTRAIS

Nome da Entidade: Sindicato Rural Campo Novo do Parecis			C.N.P.J: 02.407.360/0001-38
Endereço: Av. Lions Internacional N° 489 NE – Jardim Alvorada.			
Município: Campo Novo do Parecis	U.F. MT	C.E.P: 78360-000	DDD/Telefone/FAX (65) 3382-2491
Conta Bancária Específica: nº 33.552-5	Banco Do Brasil	Agência 3036-8	Praça de Pagamento Campo Novo do Parecis
Nome do Responsável: Giovana Terezinha Velke			C.P.F. 973.588.601-44
Período Mandato: 2015 a 2018	C.I./Órgão Expedidor: 13527843 SSP/MT		Cargo Presidente Sindicato
Endereço: Rua Bahia nº 1349 NE Bairro: Centro			C.E.P. 78360-000

2 – INFORMAÇÕES DO EVENTO

Nome do Projeto: Parecis SuperAgro 2018	Prazo de Execução: 09 à 12 de abril de 2018
Público Alvo: Produtores, empresários rurais, agricultores e pecuaristas; Técnicos, engenheiros agrônomos; Comerciantes, empreendedores, prestadores de serviço, industriais; Estudantes, pesquisadores e vendedores; População em geral; A estimativa de público para a edição 2018 é de 40.000 visitantes, na soma dos quatro dias da feira.	
I Objeto da parceria: Manter o produtor rural informado das tecnologias e serviços disponível no setor para buscar melhorias na qualidade do serviço. II Metas: Qualificação profissional e valorização do produto. Divulgação de uma região capaz de produzir de maneira integrada, sustentável e em grande escala os mais diversificados produtos utilizando toda a tecnologia disponível. Estimular a realização de negócios;	

Incentivar a diversificação e melhoria da produção agropecuária;
Promover a verticalização da produção;
Realizar capacitação de produtores rurais e profissionais ligados ao agronegócio;
Apoiar a difusão de tecnologia na área da produção agropecuária;
Promover o desenvolvimento regional.
III Forma de Execução das Atividades:
A Parecis SuperAgro se tornou a maior feira do estado e além do cunho comercial, a o evento procura trazer para toda a população informações e qualificação profissional. Isso ocorre através de palestras técnicas profissionalizantes e cursos oferecidos no período por instituições parceiras. Com essa mobilização espera-se levar para a população capacitação para ser tornarem aptos a certos serviços, contribuindo assim para a diminuição do desemprego e o melhor desempenho profissional sendo importante também aos empresários da região.
Além de promover uma região campeã na produção agrícola na segunda safra, rica em belezas naturais e diversidade étnica.
IV Parâmetros utilizados para aferição do cumprimento das metas:
O critério utilizado é após a feira realização de levantamento quantitativamente relacionado ao
público efetivo, negociações realizadas, número de expositores e etc.

PLANO DE TRABALHO

3 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE METAS

Metas	Etapa/fase	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Unidade	Quantidade	Início	Término
1.		Realização da Parecis SuperAgro 2018				
	1.01	Serviço de Limpeza	Unidade	1	07 de abril de 2018	13 de abril de 2018
	1.02	Serviço de manutenção braçal	Unidade	1	09 de abril de 2018	12 de abril de 2018
	1.03	Serviço de Fotografia	Unidade	1	04 de abril de 2018	15 de abril de 2018
	1.04	Serviço de Segurança	Unidade	1	09 de abril de 2018	12 de abril de 2018
	1.05	Serviço de filmagem	Unidade	1	03 de abril de 2018	15 de abril de 2018
	1.06	Serviço de Eletricista	Unidade	1	09 de abril de 2018	12 de abril de 2018
	1.07	Serviço de Rádio Parque	Unidade	1	03 de abril de 2018	15 de abril de 2018
	1.08	Instalação de Internet	Unidade	1	09 de abril de 2018	12 de abril de 2018
	1.09	Serviço de Decoração e Paisagismo	Unidade	3	09 de abril de 2018	12 de abril de 2018
	1.10	Serviço de assessoria de imprensa	Unidade	1	09 de abril de 2018	12 de abril de 2018
	1.11	Serviço de Credenciamento	Unidade	1	10 de abril de 2018	12 de abril de 2018
	1.12	Serviço de Comunicação Visual	Unidade	1	09 de abril de 2018	12 de abril de 2018

4 – PREVISÃO DE RECEITAS E PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS (R$ 1,00)

Qdade	Descrição	Valor Mensal	Valor Anual
1	Repasse financeiro do munícipio de Campo Novo do Parecis referente à termo de fomento para a Parecis SuperAgro 2018.	R$180.000,00	R$180.000,00

Qdade	Descrição	Valor Mensal	Valor Anual
1	Contratação de equipe responsável pela limpeza de área de banheiros e estandes durante a Parecis SuperAgro 2018 no Parque de Exposições Odenir Ortolan.	**R$14.500,00**	R$14.500,00
1	Contratação de equipe para manutenção geral do Parque de Exposições Odenir Ortolan para a Parecis SuperAgro 2018.	**R$10.000,00**	R$10.000,00
1	Contratação de serviço de fotografia com o objetivo de registrar e divulgar os trabalhos realizados durante a feira.	**R$5.490,00**	R$5.490,00
1	Contratação de equipe de segurança para garantir a integridade de pessoas e bens patrimoniais.	**R$23.710,00**	R$23.710,00
1	Contratação de serviço de filmagem e edição com o objetivo de registrar e divulgar os trabalhos realizados durante a feira.	**R$14.500,00**	R$14.500,00
1	Contratação de serviço de eletricista para garantir perfeita condição de trabalho de toda aparelhagem elétrica.	**R$26.000,00**	R$26.000,00
1	Locação de sistema de som para instalação em diversos pontos do Parque de Exposições para transmissão ao vivo das palestras e acontecimentos da feira.	**R$12.360,00**	R$12.360,00
1	Contratação de serviço de instalação de internet para melhor desenvolvimento dos trabalhos durante a feira.	**R$8.000,00**	R$8.000,00
1	Contratação de serviço de decoração, paisagismo e iluminação para a Parecis SuperAgro 2018	**R$32.000,00**	R$32.000,00
1	Contratação de assessoria de imprensa com a finalidade de fazer uma ponte entre a feira e os veículos de comunicação	**R$9.000,00**	R$9.000,00
1	Contratação de sistema de credenciamento dos visitantes da Parecis SuperAgro 2018	**R$10.000,00**	R$10.000,00
1	Impressão de lonas e materiais diversos de comunicação visual com o objetivo de informação para o público da feira.	**R$14.440,00**	R$14.440,00
			R$180.000,00

5 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R$ 1,00)

Meta	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS
1						

Meta	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS

6 - MODO E PERIODICIDADE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

90 (noventa) dias contados do término da vigência.

7 – DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de comprovação junto à Concedente, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexiste qualquer débito ou situação de inadimplência com a Administração Pública Estadual ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento do Município para aplicação na forma prevista e determinada por este Plano de Trabalho.

A Administração Pública fica também autorizada a utilizar e veicular, da melhor forma que lhe convier, todas as imagens, dados e resultados aferidos no presente Plano de Trabalho.

Campo Novo do Parecis, 21 de março de 2018

_____

Giovana Terezinha Velke

Presidente

Sindicato Rural de Campo Novo do Parecis

08 - APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

APROVADO

APROVADO COM RESSALVAS, com possibilidade de celebração da parceria, devendo o administrador público cumprir o que houver sido ressalvado ou, mediante ato formal,

justificar as razões pelas quais deixou de fazê-lo.

REPROVADO

Local e Data Responsável pelo órgão técnico

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2018

O presente documento trata da **INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO** para formalização de Termo de Fomento com o SINDICATO RURAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, para apoio financeiro à 11ª Parecis SuperAgro de Campo Novo do Parecis/MT.

O caput do artigo 31 da Lei 13.019/2014, alterado pela Lei 13.204/2015, regulamenta a questão da inexigibilidade do Chamamento Público, senão vejamos:

*"Art. 31. Será considerado **inexigível o chamamento público** na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou **se as metas somente puderem se atingidas por uma entidade específica** (...)".*

Considerando a exposição dos motivos exarados pelo Sindicato Rural de Campo Novo do Parecis/MT, no Ofício nº 191/2018 de 25 de janeiro de 2018, em conformidade com o art. 31 da Lei 13.019/2014 e Decreto Municipal 141/2016, **TORNO PÚBLICA** a inexigibilidade de Chamamento Público para a formalização de Termo de Fomento com o Sindicato Rural de Campo Novo do Parecis/MT, para realização da 11ª edição da Parecis SuperAgro de Campo Novo do Parecis/MT, no valor de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), nos termos da Lei Municipal 2.022 de 05 de abril de 2018.

Encaminhem-se os autos ao Departamento Legislativo para as medidas previstas no §1º, do artigo 32 da Lei 13.019/2014.

Campo Novo do Parecis/MT, 05 de abril de 2018.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 0186, DE 05 DE ABRIL DE 2018

NORMATIZA O SOBREAVISO DAS ASSISTENTES SOCIAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
TERMO DE APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE Nº 005/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT E L. RICARDO DE MAGALHÃES - EPP.

Contratante: MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS*,* pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratada: L. RICARDO DE MAGALHÃES - EPP, inscrita no CNPJ sob n° 17.922.286/0001-65, estabelecida na Avenida da Feb, loteamento cerrado, n° 2222, Bairro Ponte Nova, CEP: 78.115-865, na cidade Várzea Grande/MT, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Senhor LUIS RICARDO DE MAGALHÃES, portador do RG nº 2013229-8 SSP/MT, CPF nº 027.181.071-89.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a inclusão de dotação orçamentária consignada no orçamento vigente que também passará a suportar as despesas decorrentes do Contrato de Locação de Software nº 005, de 17 de março de 2017, conforme as disposições do § 8° do art. 67 da Lei 8.666/1993, na forma a seguir:

Órgão: 07. Secretaria Municipal de Infraestrutura

Unidade: 002. Departamento de Desenvolvimento Urbano

Programática: 07.002.04.122.0005.20040.3.3.90.40.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários e Exercícios

Campo Novo do Parecis-MT, 05 de abril de 2018.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 0185, DE 04 DE ABRIL DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA MARIA LADI NOGUEIRA MOMESSO

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 0184, DE 04 DE ABRIL DE 2018.

DESIGNA O SERVIDOR AUGUSTO ENZWEILER PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO 021/2018.

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
RESULTADO DOS RECURSOS E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR FINAL

A COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018 do Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições , informa, sobre os RECURSOS sobre o Resultado Preliminar e quanto á entrega de Títulos e divulga O RESULTADO PRELIMINAR FINAL para a prova do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO** para fins de seleção **de Instrutor de Artesanato, Professor Nível Superior (Pedagogo), Ajudante de Serviços Gerais, Cozinheira, Operador de Programas Sociais, Orientador Social e Psicólogo**, em caráter temporário no Município de Campo Novo do Parecis/MT, no que segue:

Informamos que houveram recursos para as seguintes funções abaixo relacionadas: sendo que as mesmas foram julgadas pela comissão.

NÍVEL	FUNÇÃO	QUANTIDADE DE RECURSOS	JULGAMENTO
ALFABETIZADO	AJUDANTE DE SERV. GERAIS	02	INDEFERIDOS
ALFABETIZADO	INSTRUTOR DE ARTESANATO	01	INDEFERIDO
MÉDIO	OPERADOR DE PROG. SOCIAIS	02	INDEFERIDOS

Os indeferimentos deram-se, devido aos títulos apresentados não serem compatíveis com a publicação em Edital.

Segue abaixo, o **Resultado Preliminar Final**.

Comissão de Processo Seletivo Simplificado, 05 de Abril de 2018.

Airton Sebastião Moreira

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2018

RESULTADO PRELIMINAR FINAL

NÍVEL ALFABETIZADO:

FUNÇÃO: AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS

COLOCAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
1º	Vania Torres Santiago	21
2º	Joana Rios Lopes	21
3º	Rosilene dos Santos Silva	20
4º	Elizangela Kely de Medeiros Lopes	20
5º	Claudia Simoni Lima	18
6º	Bruno Moraes dos Santos	18
7º	Gislene Costa da Silva	18
8º	Jéssica dos Santos Soares	18
9º	Cácia Cristiane Simão	17
10º	Evelym Alline França Cordeira	17
11º	Fernanda Regina Saraiva	17
12º	Jeferson Pires da Silva	17
13º	Karolayne Renata da Silva	17
14º	Milane Domingos Silva	17
15º	Rosa Elizabete Santos Cardoso	17
16º	Zelia Cardoso da Silva	17
17º	Claudeane Martins	16
18º	Romilda Dutra de Jesus	16
19º	Eluiza Amorim Vera	15
20º	Adriana Lopes da Silva	15
21º	Darlene dos Santos Mota de Sousa	14
22º	Jussara Conceição Bonfim	14
23º	Lucimar de Lourdes Gracêz da Silva	13
24º	Andreia Vaz Nunes de Araujo	12
25º	Veronici Aparecida Gonçalves de Oliveira	12
26º	Angélica Guimarães de Oliveira	10
27º	Marcia Pedro da Silva	10
28º	Miriane Maria Ferreira	10

NÍVEL ALFABETIZADO:

FUNÇÃO: COZINHEIRA

COLOCAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
1º	Ivaneide Ribeiro de Moraes	25
2º	Maria Nadil de Paiva	22
3º	Marli Aparecida Luvizeto	22
4º	Maria da Conceição Oliveira	20
5º	Roseni Marques Viana	19
6º	Izaiany Karla de Medeiros Araújo	19
7º	Juliana Aparecida da Silva Cruz	18
8º	Elizangela Caitano dos Santos	17
9º	Márcia Aparecida Larroza	17
10º	Maria Eloisa da Silva	17
11º	Bruna Sampaio da Silva	16
12º	Djeine Andreia Hintz Hentz	16
13º	Nelsi Godinho	16
14º	Vanilza Fernandes de Sousa	16
15º	Raquel Alves de Souza	15
16º	Antonia Ferreira da Costa	15
17º	Celeste Cristina Santana	15
18º	Sibeli Cristina Altamira da Silva	15
19º	Edna Antunes Alves Silva	14
20º	Marli Aparecida Campos de Barros Dias	13
21º	Heidja da Silva	10

NÍVEL ALFABETIZADO:

FUNÇÃO: INSTRUTOR DE ARTESANATO

COLOCAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
1º	Patricia Deborah da Silva	28
2º	Suzana Moraes de Araujo Silva	28
3º	Iára Guaraci Gomes Mariano	28
4º	Rosangela Vitorino da Silva	23
5º	Celeste de Jesus Rocha Lima	23
6º	Célia Soares Lauersdorf	16
7º	Idalina Gonçalves de oliveira Modesto	15
8º	Joelma Rocha Melo	14
9º	Keidi Mara dos Santos Cruz Rocha	13

NÍVEL MÉDIO:

FUNÇÃO: OPERADOR DE PROGRAMAS SOCIAIS

COLOCAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
1º	Lucas de Sá Nunes Leite	26
2º	Rosangela Aparecida de Assis	22
3º	Julia Alves dos Santos	19
4º	Claudinei Rosa dos Santos	18
5º	Josefa Maria da Silva	17
6º	Flaviane Viêira Rodrigues	16
7º	Marielba Julião de Araújo Silva	16

NÍVEL MÉDIO:

FUNÇÃO: ORIENTADOR SOCIAL

COLOCAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
1º	Vaneza de Souza Silva	22
2º	Sibele Freitas França	22
3º	Maria Andrieli da Silva Lima	20
4º	Ana Margareth Freire Eirado	18
5º	Donizeti Crepaldi Pontes	17
6º	Michel Augusto Hegele Michielin	17
7º	Patricia de Paula Silva	17
8º	Cleonice França Ferreira	16
9º	Karen Cristina Gonçalves de Oliveira	16
10º	Luciana da Silva Barboza	16
11º	Mariane Costa Moreira	16
12º	Eberth Hiago do Nascimento Lins	15
13º	Janaina dos Santos Silva	15
14º	Maria Aparecida Ferreira de Queiroz	15

NÍVEL SUPERIOR:

FUNÇÃO: PEDAGOGO

COLOCAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
1º	Clemilda Paula da Silva Gonçalves	45
2º	Marizete Silva das Pedras	34
3º	Merinda Ferreira dos Santos	26,5
4º	Luciana Pires da Silveira	18
5º	Margarida Noelia da Costa Lima	16
6º	Maria Ezaltina Montania Paes da Silva	16
7º	Vanielly Cordeiro Camargo	16

NÍVEL SUPERIOR:

FUNÇÃO: PSICÓLOGO

COLOCAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
1º	Eder Leandro de Paula	32
2º	Beatriz Mello Maçimam Moraes	24,5
3º	Geiziane Alves Benedito	21
4º	Vanessa Vered Norberto	20,5
5º	Taisa Carina Guidini	20
6º	Alison Jalles Silva da Hora	18
7º	Anae Caloi	18

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 003/2018 PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2016

O Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o n° 24.772.287/0001-36 solicita o comparecimento, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da publicação do presente EDITAL na imprensa oficial, dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Público nº 001/2016, conforme disposições do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2016, homologado pelo Decreto Executivo nº 022, de 06 de fevereiro de 2017, a fim de assumirem sua respectiva função, nos termos que determina as Leis Municipais n° 1.491/2012, e n° 1.573/2013, bem como nos termos da Emenda Constitucional nº 51 e Lei Federal nº 11.350/06, por tempo determinado, para atender interesse público.

CONSIDERANDO: o Memorando nº 226 datado de 23 de março de 2018, proveniente da Secretaria Municipal de Saúde.

O não comparecimento do candidato no prazo acima estabelecido implicará no reconhecimento da desistência e renúncia quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se a administração o direito de convocar o próximo candidato.

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE USF. BEIJA-FLOR

CLASSIFICAÇÃO	*NOME*
9	FRANCIELE VIEIRA DOS ANJOS
10	ROSILEIA SERIANI DOS SANTOS
11	SIMONE CASSIANO DOS SANTOS
12	ANA FLAVIA CAMPOS ALVES

Os (as) candidatos (as) aprovados (as) acima relacionados (as) deverão comparecer à Coordenadoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal munidos dos documentos constantes no Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2016, no prazo legalmente previsto.

Campo Novo do Parecis, aos 04 dias do mês de abril de 2018.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

CPF nº 929.162.010-68

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PP 21/2018

AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO PRESENCIAL 021/2018, destinado à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de combustível nos municípios de Tangará da Serra, Diamantino, Cuiabá, Comodoro, Cáceres, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Rondonópolis e Jaciara para atender as necessidades da Prefeitura Municipal, teve como vencedora a empresa: POSTO 10 LIMITADA, com o valor total de R$ 479.300,00 (quatrocentos e setenta e nove mil e trezentos reais).

Campo Novo do Parecis - MT, 05 de abril de 2018.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 127/2018, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

NOMEIA A SERVIDORA SUELY JAMISE RODRIGUES DO NASCIMENTOPARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 004/2018, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO Nº 010/2018

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do Pregão 010/2018 - *Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de limpeza e conservação, cozinheiro, auxiliar de cozinha, jardineiro, recepcionista, auxiliar de eletricista predial e iluminação pública, lavador de veículos e monitor de vídeo monitoramento, com fornecimento de mão de obra: a* COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS – COOPSERV´S, CNPJ 02.355.192/0001-84, sagrou-se vencedora dos lotes 01, 02, 05, 06, 08, 10, 11, e 12 totalizando R$ 5.814.999,93 (cinco milhões, oitocentos e quatorze mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e três centavos); FIGUEIRA E GUIMARÃES LTDA – ME, CNPJ 19.384.526/0001-40, foi vencedora do lote 09 com o valor de R$ 81.769,68 (oitenta e um mil, setecentos e sessenta e nove reais e sessenta e oito centavos); e OPORTUNA SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÕES LTDA, CNPJ 05.042.708/0001-29, vencedora dos lotes 03, 04, 07, 13 e 14 totalizando R$ 1.390.158,64 (um milhão, trezentos e noventa mil, cento e cinquenta e oito reais e sessenta e quatro centavos). Campo Verde, 04 de abril de 2018. Leila Gubert – Pregoeira.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 076/2018

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS – COOPSERV´S, CNPJ sob nº 02.355.192/0001-84

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de limpeza e conservação, cozinheiro, auxiliar de cozinha, jardineiro, recepcionista, auxiliar de eletricista predial e iluminação pública, lavador de veículos e monitor de vide-

omonitoramento, com fornecimento de mão de obra e dedicação exclusiva, e todos os materiais de consumo, insumo e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços de limpeza e conservação, em regime de empreitada por preço global, para atender às necessidades do Município - PREGÃO Nº 010/2018

VIGÊNCIA: 04/04/2018 À 04/04/2019

Lote	Descrição do serviço	Período	Quant. de pessoas	Valor Mensal por pessoa	Valor Total Mensal	Valor total Anual
01	Serviço de Auxiliar de cozinha Zona Rural	12 meses	07	R$ 2.797,6190	R$ 19.583,333	R$ 234.999,996
02	Serviço de Auxiliar de cozinha Zona Urbana	12 meses	20	R$ 2.291,6666	R$ 45.833,332	R$ 549.999,984
05	Serviço de Cozinheiro Zona Rural	12 meses	07	R$ 2.619,0476	R$ 18.333,3332	R$ 219.999,9984
06	Serviço de Cozinheiro Zona Urbana	12 meses	10	R$ 2.500,00	R$ 25.000,00	R$ 300.000,00
08	Serviço de Jardineiro Zona Urbana	12 meses	07	R$ 2.261,9047	R$ 15.833,3329	R$ 189.999,9948
10	Serviço de Limpeza e Conservação Predial, incluso produtos saneantes domissanitários materiais e equipamentos, compreendendo todas as dependências (internas e externas), com dedicação exclusiva de mão-de-obra e fornecimento de todos os materiais de limpeza. Zona Rural	12 meses	20	R$ 2.875,00	R$ 57.500,00	R$ 690.000,00
11	Serviço de Limpeza e Conservação Predial, incluso produtos saneantes domissanitários materiais e equipamentos, compreendendo todas as dependências (internas e externas), com dedicação exclusiva de mão-de-obra e fornecimento de todos os materiais de limpeza. Zona Urbana	12 meses	100	R$ 2.833,3333	R$ 283.333,3333	R$ 3.3993.999,96
12	Serviço de Monitor de videomonitoramento	12 MESES	06	R$ 3.194,4444	R$ 19.166,664	R$ 229.999,9968

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: R$ 5.814.999,93 (cinco milhões, oitocentos e quatorze mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e três centavos).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO PODERÁ SER OBTIDA NO SITE DA PREFEITURA: WWW.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR

CAMPO VERDE, 04 DE ABRIL DE 2018.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 078/2018

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: FIGUEIRA E GUIMARÃES LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob nº 19.384.526/0001-40

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de limpeza e conservação, cozinheiro, auxiliar de cozinha, jardineiro, recepcionista, auxiliar de eletricista predial e iluminação pública, lavador de veículos e monitor de videomonitoramento, com fornecimento de mão de obra e dedicação exclusiva, e todos os materiais de consumo, insumo e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços de limpeza e conservação, em regime de empreitada por preço global, para atender às necessidades do Município - PREGÃO Nº 010/2018

VIGÊNCIA: 04/04/2018 À 04/04/2019

Lote	Descrição do serviço	Período	Quant. de pessoas	Valor Mensal por pessoa	Valor Total Mensal	Valor total Anual
09	Serviço de Lavador de veículos pesados e operador de lava jato (bomba de alta pressão)	12 meses	02	R$ 3.407,07	R$ 6.814,14	R$ 81.769,68

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: R$ 81.769,68 (oitenta e um mil, setecentos e sessenta e nove reais e sessenta e oito centavos).

A íntegra da ata de registro de preço poderá ser obtida no site da prefeitura: WWW.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR

Campo verde, 04 de abril de 2018.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 077/2018

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: OPORTUNA SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 05.042.708/0001-29

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de limpeza e conservação, cozinheiro, auxiliar de cozinha, jardineiro, recepcionista, auxiliar de eletricista predial e iluminação pública, lavador de veículos e monitor de videomonitoramento, com fornecimento de mão de obra e dedicação exclusiva, e todos os materiais de consumo, insumo e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços de limpeza e conservação, em regime de empreitada por preço global, para atender às necessidades do Município - PREGÃO Nº 010/2018

VIGÊNCIA: 04/04/2018 À 04/04/2019

Lote	Descrição do serviço	Período	Quant. de pessoas	Valor mensal por pessoa	Valor total mensal	Valor total Anual
03	Serviço de Auxiliar de eletricista predial e iluminação pública – diurno. (Deverá ter curso NR-10)	12 meses	02	R$ 2.979,1666	R$ 5.958,3332	R$ 71.499,9984

04	Serviço de Auxiliar de eletricista predial e iluminação pública – noturno. (Deverá ter curso NR-10)	12 meses	02	R$ 3.603,34	R$ 7.206,68	R$ 86.480,16
07	Serviço de Jardineiro Zona Rural	12 meses	04	R$ 3.016,51	R$ 12.066,04	R$ 144.792,48
13	Serviço de Recepcionista – 40 horas semanais	12 meses	25	R$ 2.977,93	R$ 74.448,25	R$ 893.379,00
14	Serviço de Recepcionista – das 16h às 22h – quarta a domingo	12 meses	05	R$ 3.233,45	R$ 16.167,25	R$ 194.007,00

Valor total da ata de registro de preço: 1.390.158,64 (um milhão, trezentos e noventa mil, cento e cinquenta e oito reais e sessenta e quatro centavos).

A íntegra da ata de registro de preço poderá ser obtida no site da prefeitura: WWW.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR

Campo verde, 04 de abril de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 210/2018, DE 28 DE MARÇO DE 2018.

NOMEIA O SERVIDOR ALMIR DA SILVA LIMAS PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 015/2018, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 209/2018, DE 28 DE MARÇO DE 2018.

NOMEIA O SERVIDOR PAULO SERGIO ZAGO FORTUNATO PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 014/2018, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 208/2018, DE 28 DE MARÇO DE 2018.

NOMEIA O SERVIDOR JAIRO JOSE FREITAS DE OLIVEIRAPARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 013/2018, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 207/2018, DE 28 DE MARÇO DE 2018

NOMEIA A SERVIDORAMARINES REFATI ALMEIDA PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 012/2018, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 206/2018, DE 28 DE MARÇO DE 2018.

NOMEIA A SERVIDORA IZABEL CRISTINA GUTIERREZ PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 011/2018, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 205/2018, DE 28 DE MARÇO DE 2018.

NOMEIA O SERVIDOR PAULO SERGIO ZAGO FORTUNATO PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 010/2018, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 204/2018, DE 28 DE MARÇO DE 2018.

NOMEIA O SERVIDOR PAULO SERGIO ZAGO FORTUNATO PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 009/2018, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 203/2018, DE 28 DE MARÇO DE 2018.

NOMEIA O SERVIDOR PAULO SERGIO ZAGO FORTUNATO PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 008/2018, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 202/2018, DE 28 DE MARÇO DE 2018.

NOMEIA O SERVIDOR JOSE APARECIDO DE LIMA PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 006/2018, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 201/2018, DE 28 DE MARÇO DE 2018.

NOMEIA A SERVIDORA IZABEL CRISTINA GUTIERREZ PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 005/2018, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 021/2018 DE 03 DE ABRIL DE 2018

RESOLUÇÃO Nº 021/2018 DE 03 DE ABRIL DE 2018

O Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Verde-MT, no uso de suas atribuições legais, fundamentadas na Lei Federal Nº 8.742/93, alterada pela Lei Nº 12.435/2011, na Lei Municipal Nº 2.206/2016, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Campo Verde, na reunião ordinária do dia 03 de Abril de 2018, dispõe sobre o assunto:

CONSIDERANDO:

Lei Federal Nº 8.742/93, de 07 de Dezembro de 1993, alterada pela Lei Nº 12.435/2011 de 06 de Julho de 2011, que dispõe sobre a organização da Assistência Social; Lei Municipal Nº 2.206/2016 de 14 de Junho de 2016, que dispõe sobre o Sistema Único da Assistência Social do Município de Campo Verde e dá outras providências; Deliberação da Reunião Ordinária deste Conselho, realizada em 03 de Abril de 2018 na ATA Nº 065/2018.

RESOLVE:

Art. 1° – Aprovar as Prestações de Contas do FNAS, FEAS, FUPIS das contas do FUPIS / BPC ESCOLA / PSEAC / PSEMC / IGS PBF / IGD SUAS / PSB / ACESSUAS TRABALHO referente ao 2º trimestre e 3º trimestre do ano de 2017.

Art. 2° – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Verde-MT, 03 de Abril de 2018.

ANGÉLICA MODESTO PINTO GUEDES

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE NOTIFICAÇÃO PARA ASSINATURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO Nº 1037/2017

MODALIDADE DA LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2017

OBJETO: TERMO DE NOTIFICAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2018

NOTIFICANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE, CNPJ Nº 24.950.495/0001-88

NOTIFICADA: **ELIFRANCIS INDÚSTRIA COMÉRCIO GRÁFICA E EDITORA LTDA – ME**, CNPJ Nº 08.866.744/0001-03, com endereço à Rua Tenente Sérgio Xavier de Mato, nº 425 – Bairro Poção, CEP 78.015-605, Cuiabá-MT**.**

Com base no Art. 64 da Lei 8666/93 e no Capítulo XVIdo Edital de Licitação Pregão nº 122/2017, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS**,** do qual a NOTIFICADA teve sua proposta homologada vencedora, COMUNICAMOS que o representante legal da notificada, senhor **ROBSON ARRUDA LEITE,** terá um novo prazo IMPRORROGÁVEL de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso – AMM/MT, para comparecer à Prefeitura Municipal de Campo Verde para a assinatura da ata de registro de preço nº 006/2018, sob pena de perda do direito à contratação, sem prejuízo às sanções previstas, através de processo administrativo, visto que, a empresa já foi convocada anteriormente para a assinatura da referida ata.

Diante do exposto, o representante legal ou procurador legalmente constituído pela empresa, deverá comparecer munido de documentos comprobatórios, Identidade e CPF, junto ao Setor Licitações desta Prefeitura, situada à Praça dos Três Poderes – bairro Campo Real – Campo Verde-MT, para assinar a ata de registro de preço nº 006/2018.

Campo Verde, 05 de abril de 2018.

ANA CAROLINA S. BRAGA BLUME Pregoeira/Presidente da CPL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DE CONTRATO

CONTRATO Nº 008/2017

O MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça dos Três Poderes, n° 03, CEP 78840-000, Campo Verde, MT, inscrito no CNPJ no 24.950.495/0002-69, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal**, Fábio Schroeter**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Campo Verde - MT, portador da Carteira de Identidade no 3296068-5 SSP/PR, CPF no 346.080.601-04, e do outro a empresa **VENCEDORA ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI - EPP,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n°. 14.571.427/0001-54, com sede na rua Curitiba, nº 307, Sala B, centro, cidade de Primavera do Leste – MT, CEP 78850-000, neste ato representada pela Sra. Juliete Janaine Beraldo de Pieri, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG nº 1828288-1 SSP/MT, e do CPF nº 037.279. 211-10, residente e domiciliada na cidade de Primavera do Leste – MT, CEP 78850-000, considerando o que consta no Ofício nº 311/2018 expedido pela Sec. Municipal de Educação e Cultura, assinam o presente termo de rescisão amigável do contrato n.º **008/2017** – **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL (COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL NECESSÁRIO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS), COZINHEIRO E AUXILIAR DE COZINHA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIAS MUNICIPAIS,** de acordo com as cláusulas e disposições a seguir expressas:

CLÁUSULA 1ª – Pelo presente instrumento fica rescindido o contrato n.º 008/2017 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL (COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL NECESSÁRIO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS), COZINHEIRO E AUXILIAR DE COZINHA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIAS MUNICIPAIS.

CLÁUSULA 2ª – A rescisão tem por fundamento o art. 79, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA 3ª – Verificada a conveniência para o Município e a inexistência de prejuízo à empresa contratada, a rescisão opera-se de forma amigável.

CLÁUSULA 4ª – As partes exoneram-se de qualquer reclamação futura decorrente da presente rescisão contratual.

CLÁUSULA 5ª – O foro eleito é o da Comarca de Campo Verde.

E, por estarem plenamente ajustada, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas e Assessoria Jurídica do Município.

Campo Verde-MT, 15 de março de 2018.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

JULIETE JANAINE BERALDO DE PIERI

VENCEDORA ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI - EPP

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 010/2017, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LIMPEZA E ONSERVAÇÃO PREDIAL.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: VENCEDORA ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI ME

Objeto: Fica acrescido o valor de 28.639,31 (vinte oito mil seiscentos e trinta e nove reais e trinta e um centavos);

Data de assinatura: 15 de Março de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 097/2017, CUJO OBJETO É A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL NO MUNICIPIO.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: FILGUEIRA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA ME

Objeto: Fica prorrogado o prazo da vigência do contrato originário até 20 de Abril de 2018.

Data de assinatura: 19 de Março de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO DECIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 001/2016, CUJO OBJETO É A CONSTRUÇÃO DE REFEITORIO, COZINHA E DEPÓSITO, ONDE SE ENCONTRA INSTALADO A APAE.

Contratante: APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO VERDE – MT.

Contratado: C. R. G. CONSTRUÇÕES EIRELI EPP

Objeto: Fica prorrogado o prazo da vigência da Obra até 31 de Maio de 2018.

Data de assinatura: 28 de Março de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 089/2017, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA VISANDO A ELABORAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICA

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: TECTRAN- TÉCNICOS EM TRANSPORTE LTDA.

Objeto: Fica prorrogado o prazo da vigência do contrato originário até 20 de Abril de 2018.

Data de assinatura: 19 de Março de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: M. A. VIANA DA CRUZ ME

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de pedreiro.

Valor: R$ 5.138,60 (cinco mil cento e trinta e oito reais e sessenta centavos).

Vigência: Até 28 de Maio de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: D. A. BORBA DE SALLES E CIA LTDA ME

Objeto: Prestação de serviços de limpeza, tratamento e conservação do Espelho d'água do prédio da Prefeitura.

Valor: R$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais).

Vigência: Até 31 de Março de 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: WESGLY DE M. SALES ME

Objeto: Contratação de empresa especializada nos serviços de Assessoria Pedagógica e Sistema Municipal de Avaliação Online com Correção.

Valor: R$ 100.467,00 (cem mil quatrocentos e sessenta e sete reais).

Vigência: Até 20 de Dezembro de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: L. RICARDO DE MAGALHAES EPP

Objeto: Construção de empresa especializada para prestação de serviços de orçamento online para autopeças.

Valor: R$ 14.536,80 (quatorze mil quinhentos e trinta e seis reais e oitenta centavos).

Vigência: Até 20 de Março de 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: DANIEL F. DOS ANJOS E CIA LTDA ME

Objeto: Contratação de serviços de transporte de passageiros terrestre intermunicipal/municipal para atender os alunos da Rede Pública.

Valor: R$ 30.387,06 (trinta mil trezentos e oitenta e sete reais e seis centavos).

Vigência: Até 30 de Abril de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 013/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: TECNOESTE MAUQINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Objeto: Aquisição de uma escavadeira hidráulica.

Valor: R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinqüenta mil reais).

Vigência: Até 15 de Março de 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: ALEXSANDRO MACHADI GONÇALVES E WALDIERE MACHADO GONÇALVES

Objeto: Locação do imóvel para sediar a Secretaria Municipal de Planejamento.

Valor: R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

Vigência: até 12 de Março de 2019.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 003/2018

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 003/2018

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a adjudicação à **SEBRAE/MT – SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, CNPJ 03.534.450/0001-52,** modalidade **DISPENSA nº 003/2018 – CONTRATAÇÃO DO SEBRAE/MT PARA EXXECUÇÃO DA SEMANA NACIONAL DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI, NOS DIAS 12 À 14 DE ABRIL, DURANTE A REALIZAÇÃO DE 19ª FEIRA COMERCIAL DE CAMPO VERDE – MT,** Processo nº 884/2018, com o valor de **R$ 10.000,00 (dez mil reais)**.Demais informações: E-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação em vigor. Campo Verde – MT, 05 de abril de 2018.

Ana Carolina S. Braga Blume

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

PORTARIA Nº. 070, DE 4 DE ABRIL DE 2018.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS E AGENTES POLÍTICOS QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 148, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal (LOM);

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de março de 2018, aos servidores abaixo nominados, lotados no Executivo Municipal, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
VIVIENE BARBOSA SILVA	8/3/2017 a 7/3/2018
RUI CARLOS SCHMIDT	02/01/2017 a 01/01/2018

Art. 2º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de março de 2018, aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Administração, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
JEFFERSON RONY DA SILVA GARCIA	24/3/2016 a 23/3/2017
PRISCILA ZANETTI FAGUNDES CECHINEL	01/3/2016 a 28/02/2017
SILVANA OTENIO JUNIOR	01/01/2016 a 31/01/2017

Art. 3º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de março de 2018, ao servidor abaixo nominado, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
BERNARDO RODRIGO KRIGNL	01/3/2017 a 28/02/2018

Art. 4º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de março de 2018, aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
ALEX NUNES DOS SANTOS	14/7/2016 a 13/7/2017
CAETANO CLÁUDIO PEREIRA SOARES	4/42016 a 3/4/2017
ELIANE APARECIDA SILVA	02/01/2017 a 01/01/2018
ELIS REGINA SANTOS LIMA	02/01/2017 a 01/01/2018
ELISANGELA ROGÉRIO SOUSA	4/4/2016 a 3/4/2017
JAQUELINE DELLATORRE	11/10/2015 a 10/10/2016
LORENA VALMORBIDA DE OLIVEIRA	9/02/2016 a 8/02/2017
LUCIANE APARECIDA TOLOTTI	21/7/2016 a 20/7/2017
MARGARETE DALCIN	5/5/2016 a 4/5/2017
MARIA INES GOLFETTO ZANELLA	01/9/2015 a 31/8/2016
MARILENE PEREIRA DA SILVA	20/9/2016 a 19/9/2017
OSIEL YOSHINO BARROS	02/01/2017 a 01/01/2018
RAQUEL MÁRCIA INÁCIO	01/5/2016 a 30/4/2017
SANDRA LIBERATORE ARDAIA	3/6/2016 a 02/6/2017
ZILDA LEMES	02/02/2016 a 01/02/2017

Art. 5º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de março de 2018, aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
ADELAR ANTUNES DOS SANTOS	22/12/2015 a 21/12/2016
DOUGLAS FRANCISCO BOTH	01/02/2017 a 31/01/2018
MARIA DE LOURDES DOS SANTOS	5/01/2016 a 4/01/2017

Art. 6º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de março de 2018, às servidoras abaixo nominadas, lotadas na Secretaria Municipal de Educação, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
GRAZIELLE PEREIRA DE OLIVEIRA	13/3/2017 a 12/3/2018
VALQUÍRIA PFFEIFER DE MOURA	01/02/2017 a 31/01/2018

Art. 7º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de março de 2018, ao servidor abaixo nominado lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
MAURÍCIO JOSÉ DINIZ	13/3/2017 a 12/3/2018

Art. 8º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de março de 2018, ao servidor abaixo nominado lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
VAGNER DANIEL PINTO	28/3/2017 a 27/3/2018

Art. 9º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de março de 2018, ao servidor abaixo nominado lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
WELITON MONTEIRO CECHINEL	01/4/2017 a 31/3/2018

Art. 10. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 01 de abril de 2018.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 04 de abril de 2018.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 071, DE 4 DE ABRIL DE 2018.

EXONERA OCUPANTE QUE MENCIONA DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE SERVIÇOS MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 75, inciso II da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

CONSIDERANDO *a solicitação de exoneração subscrito pelo servidor nominado no artigo primeiro e protocolizada sob nº.11316/2018;*

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, A PEDIDO, o servidor **ERIC RODRIGO PETTENAN** do cargo de provimento em comissão de Diretor de Serviços de Manutenção de Veículos e Máquinas.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 01 de abril de 2018.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições contidas na Portaria nº.368, de 26 de julho de 2017.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio,4 de abril de 2018.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 103/2018, DE 05 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N. 103/2018, de 05 DE ABRIL DE 2018.

DISPÕE SOBRE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E NOMEIA COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 63º, § 2º, 64º, 189º e 191º da Lei Municipal nº. 0252/2005 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que obriga a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público promover a sua imediata apuração;

CONSIDERANDO o disposto no ofício n. 07/2018, de 20 de março de 2018, exarado pela Ilustríssima Senhora, Dulcimar Lacerda Silva;

CONSIDERANDO o interesse público e a moralidade administrativa,

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR a instauração do PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº. 002/2018, em desfavor da servidora pública municipal Sra **IRAMAIA ROSANA MANTELLI PEZATTI MARQUES**, servidora pública municipal efetiva, ocupante do cargo de enfermeira, matrícula funcional 1839, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, tendo como fato gerador o suposto recebimento indevido de valores, conforme relatados no ofício n. 07/2018, de 20 de março de 2018, exarado pela Ilustríssima Senhora, Dulcimar Lacerda Silva.

Art. 2º. DESIGNAR uma Comissão composta pelos servidores abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro, encarregarem-se dos respectivos trabalhos, até final conclusão. São eles:

a) Presidente: DELCIMA VIEIRA LIMA, brasileiro, casado, servidor público municipal efetivo, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 06608019, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 474.491.361-04;

b) Membro: ALCIONE LOURDES DOS SANTOS AIDAR, brasileira, servidora pública municipal efetiva, matrícula funcional n. 466, portadora da Carteira de Identidade CI/RG n. 11393351, Expedido por: SSP/MT, inscrita no CPF/MF sob o n. 872.741.931-68.

c) Membro: ZENICE MOURA DE OLIVEIRA, brasileira, servidora público municipal efetiva, portadora da Carteira de Identidade CI/RG n. 3370531-5304113, Expedido por: SSP/GO, inscrito no CPF/MF sob o n. 555.187.451-68.

Art. 3º. Nos termos do Art. 194º, da Lei Municipal nº. 0252/2005, todos os órgãos e entidades municipais atenderão com presteza as solicitações da comissão processante, inclusive quanto à requisição de técnicos e perito, sob pena de responsabilidade de seus titulares, devendo comunicar prontamente a impossibilidade de atendimento, no caso de força maior.

Art. 4º. A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, contados da data da instalação, fincando assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa, para apresentar ao Chefe do Poder Executivo o relatório conclusivo do referido processo, nos termos do art. 197º, da Lei Municipal n. 0252/2005

Art. 5º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 05 de abril de 2018.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 790/2018, DE 05 DE ABRIL DE 2018.

LEI Nº 790/2018, DE 05 DE ABRIL DE 2018.

"ALTERA PARCIALMENTE A LEI MUNICIPAL N. 749/2017, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. O "*caput",* o § 1º,o § 2ºdo artigo 1º da lei municipal n. 749/2017, de 10 de outubro de 2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. *Fica criada e regulamenta no âmbito do Poder Executivo Municipal de Canabrava do Norte - MT a verba indenizatória para os Secretários Municipais, a Assessoria de Planejamento, Estudos e Projetos – ASPLAN lotado no gabinete do prefeito municipal, o vice-prefeito, o Gerente de Comunicação, a Coordenadora de Turismo e Cultura, o Coordenador de Esporte e Lazere o Tesoureiro Municipal.*

§ 1º. *Os Secretários Municipais, a Assessoria de Planejamento, Estudos e Projetos – ASPLAN lotado no gabinete do prefeito municipal, o vice-prefeito, o Gerente de Comunicação, a Coordenadora de Turismo e Cultura, o Coordenador do Esporte e Lazer e o Tesoureiro Municipal deslocam rotineiramente para os municípios circunvizinhos de Canabrava do Norte, com veículo/motocicleta próprio, bem como percorre os Projetos de Assentamentos Municipais, no exercício de suas funções.*

§ 2º. *A verba indenizatória no âmbito do Poder Executivo Municipal será concedida pelo exercício de atividades fins de Secretário Municipal, Vice-prefeito e o Tesoureiro Municipal, nos termos do Inciso XI do Art. 37 da Constituição Federal, até o limite de R$ 1.600,00 (Um mil e Seiscentos reais) e de Assessor de Planejamento, Estudos e Projetos – ASPLAN, o Gerente de Comunicação, a Coordenadora de Turismo e Cultura, o Coordenador do Esporte e Lazer lotado no gabinete do prefeito municipal, nos termos do Inciso XI do Art. 37 da Constituição Federal, até o limite de R$ 1.300,00 (Um mil e Trezentos reais)."*

Art. 2º. O "*caput",* do artigo 1º da lei municipal n. 749/2017, de 10 de outubro de 2017 passa a vigorar com a seguinte redação, mantendo-se os demais incisos e parágrafos sem alteração:

"Art. 2º. *A verba será paga mensalmente aos Secretários Municipais, a Assessoria de Planejamento, Estudos e Projetos – ASPLAN lotado no gabinete do prefeito municipal, o vice-prefeito, o Gerente de Comunicação, a Coordenadora de Turismo e Cultura, o Coordenador do Esporte e Lazer e o Tesoureiro Municipal, para custeio de atividade externa, de forma compensatória ao não recebimento de diárias, exceto Cuiabá - MT e fora do Estado, passagens e ajuda de transporte, dentre outras despesas inerentes ao exercício do cargo e relativos a:*

[...]".

Art. 3°. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 4º. Este Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos 05 de Abril de 2018.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO CPL Nº 04/2018

Processo: nº 063/2018

Pregão Presencial: nº 011/2018

Assunto: Alteração de Fonte de Recurso.

Contratante: Município de Canabrava do Norte – Secretaria de Saúde;

Contratada: Centermédica Produtos Hospitalares Ltda.;

Objeto: Aquisição de medicamentos, material hospitalar, de laboratório, Farmácia Básica e material odontológico para aproximadamente doze meses, para atender a Secretaria de Saúde do Município de Canabrava do Norte-MT.

Objeto do Apostilamento: O presente Termo de Apostilamento ao contrato CPL nº 04/2018 visa alterar a fonte de recurso do contrato.

Justificativa: Este termo é para possibilitar a alteração da fonte de recurso descrita na Cláusula Sexta do Contrato CPL nº 004/2018.

1. Com fundamento no art. 37, XXI da Constituição Federal, Art. 65, I, 'a' da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento, cujo objetivo é a alteração do disposto na Cláusula Sexta – Da Fonte de Recursos, passando a vigorar da seguinte forma:

Órgão:	05 – Secretaria Municipal de Saúde	**Dotação:**	0138
Unidade:	001 – Fundo Municipal de Saúde		
Projeto Atividade:	2.046 – Manutenção – Gestão SUS		
Elemento:	3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo		
Fonte atual:	0102 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos		
Fonte alterada:	0114 – Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde		

2. Ficam apostilados as modificações de ordem material acima descritas, conforme determinação legal contida no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, mantidas as demais cláusulas do contrato.

Canabrava do Norte-MT, 04 de Abril de 2018.

Prefeitura De Canabrava do Norte-MT

João Cleiton Araújo de Medeiros

Contratante

ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 796/2018, DE 05 DE ABRIL DE 2018.

LEI N. 796/2018, DE 05 DE ABRIL DE 2018.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A LOCAR 01 (UM) IMÓVEL, PARA FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito do Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **aprovou**, e ele **sanciona** e **promulga** a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Locar da Sra. **IRANI PURIFICAÇÃO ALECRIM**, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG nº. 3892775, DGPC/GO, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o nº. 008.549.631-62, um imóvel de sua propriedade, para o funcionamento do Centro de Reabilitação do Município de Canabrava do Norte-MT.

Art. 2º. O Imóvel situado na Rua Tapirapé, S/N, Centro, nesta cidade de Canabrava do Norte-MT será locado pelo período de 01 (hum) ano, no valor global de R$ 12.000,00 (doze mil reais), o que corresponde a um valor mensal de R$ 1.000,00 (um mil reais), que serão pagos mensalmente, mediante transferência bancária, a conta de titularidade da Locadora.

Parágrafo Único. É de responsabilidade do município de Canabrava do Norte – MT, o pagamento pela utilização da energia elétrica do referido imóvel locado, pelo período correspondente a sua locação.

Art. 3º. As despesas decorrentes da Execução desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária vigente da Secretaria de Saúde:

Proj. Atividade: 2046 – MANUTENÇÃO - GESTÃO SUS.

Elemento De Despesa: 33.90.36.00.00.00

Cód. Reduzido: 0140 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

Fonte: 0.1.02 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos

Fonte: 0.1.01 – Receita de Impostos e de Transferência e Impostos

Art. 4°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 05 de Abril de 2018.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 795/2018, DE 05 DE ABRIL DE 2018.

LEI N. 795/2018, DE 05 DE ABRIL DE 2018.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A LOCAR UM IMÓVEL, PARA O FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA – SEMAA, BEM COMO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CANABRAVA DO NORTE - MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito do Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **aprovou**,e ele **sanciona** e **promulga** a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a Locar do Sr. **LEOCIVÂNIO ROCHA SILVA**, residente e domiciliado nesta cidade de Canabrava do Norte-MT, portador do RG nº. 3087722-2, SSP/PA, inscrito no CPF/MF sob o nº. 655.447.222-34, um imóvel para o funcionamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura – SEMAA, bem co-

mo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Canabrava do Norte-MT.

Art. 2º. O Imóvel situado na Avenida Áurea Tavares de Amorim, S/N, Centro, na cidade de Canabrava do Norte-MT, será locado pelo período de 02 (dois) meses, sendo janeiro/2018 e fevereiro/2018, no valor global de R$ 1.908,00 (um mil, novecentos e oito reais), o que corresponde a um valor mensal de R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), que serão pagos mensalmente, mediante transferência bancária, a conta de titularidade do Locador.

Parágrafo Único. É de responsabilidade do município de Canabrava do Norte – MT, o pagamento pela utilização da energia elétrica do referido imóvel locado, pelo período correspondente a sua locação.

Art. 3º - As despesas decorrentes da Execução desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária vigente da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura - SEMAA:

Proj. Atividade: 1052 – Manutenção Sec. Meio Ambiente e Agricultura.

Elemento De Despesa: 33.90.36.00.00.00

Cód. Reduzido: 0212 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

Fonte: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos legais para 01 de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito, em 05 de Abril de 2018.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 794/2018, DE 05 DE ABRIL DE 2018.

LEI N. 794/2018, DE 05 DE ABRIL DE 2018.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A LOCAR UM IMÓVEL,PARA O FUNCIONAMENTODA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito do Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **aprovou**,e ele **sanciona** e **promulga** a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a Locardo Sr. **Muris Resende de Assis**, residente e domiciliado nesta cidade de Canabrava do Norte-MT, portador da Carteira de Identidade – CI/RG nº. 1232455-8, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o nº. 856.691.301-97, um imóvel para o funcionamento da Biblioteca Municipal de Canabrava do Norte - MT.

Art. 2º. O Imóvel situado na Avenida AntônioBosaipo, esquina com a Rua Dr. Sebastião Júnior, s/nº, Centro, na cidade de Canabrava do Norte-MT, será locado pelo período de 01 (um) ano, no valor global de R$ 14.850,00 (quatorzemil oitocentos e cinquenta reais), o que corresponde a um valor mensal de R$ 1.237,50 (um mil duzentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), que serão pagos mensalmente, mediante transferência bancária, a conta de titularidade do Locador.

Parágrafo Único. É de responsabilidade do município de Canabrava do Norte – MT, o pagamento pela utilização da energia elétrica do referido imóvel locado, pelo período correspondente a sua locação.

Art. 3º. As despesas decorrentes da Execução desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária vigente da Secretaria de Educação:

Proj. Atividade: 2028 – Manutenção Da Coorden. Da Assist. Técnica e Pedagógica.

Elemento De Despesa: 33.90.36.00.00.00

Cód. Reduzido: 0067 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

Fonte: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Fonte: 0.1.01 – Receita de Impostos e de Transferência e Impostos

Art. 4°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos legais para 01 de Janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito, em 05 de Abril de 2018.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 010 /2018 DE: 27 DE MARÇO DE 2018

EDITAL Nº 010 /2018 DE: 27 DE MARÇO DE 2018

"A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, em cumprimento ao que determina o Art. 182, Inciso II e Art. 184, Inciso II da Resolução nº 14/2007 – TCE/MT."

Torna–se pública o Balancete Financeiro referente ao mês de Fevereiro do exercício de 2018, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.

A documentação referente à publicação encontra-se na Prefeitura a disposição de qualquer contribuinte do Município de Canabrava do Norte – MT, para questionar – lhe sua legitimidade.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRE-SE.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 793/2018, DE 05 DE ABRIL DE 2018.

LEI Nº 793/2018, DE 05 DE ABRIL DE 2018.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL POR ANULACAO DE DOTAÇÃO, NA FORMA DISPOSTA NESTA LEI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adequar o orçamento de 2018 por meio de abertura de créditos adicionais especiais por anulação de dotação, assim ficando a dotação orçamentária:

Fica adicionado:

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal Desenvolvimento Economico e Comercio

UNIDADE: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO

2054 MANUTENÇÃO – SECRETARIA DESENVOLVIMENTO ECONOMICAO E COMERCIO

3.3.90.93.00.000 Indenizações e Restituições

Fonte Recurso 0100 Rec.Ordinários

Valor: 19.200,00

ANULAR

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal Desenvolvimento Economico e Comercio

UNIDADE: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO

2054 MANUTENÇÃO – SECRETARIA DESENVOLVIMENTO ECONOMICAO E COMERCIO

3.3.90.14.00.000 – Diarias Civil

Fonte Recurso 0100 Rec.Ordinários

Valor: 1.000,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal Desenvolvimento Economico e Comercio

UNIDADE: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO

2054 MANUTENÇÃO – SECRETARIA DESENVOLVIMENTO ECONOMICAO E COMERCIO

3.3.90.33.00.000 – Passagens e Despesas com Locomoção

Fonte Recurso 0100 Rec.Ordinários

Valor: 700,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal Desenvolvimento Economico e Comercio

UNIDADE: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO

2054 MANUTENÇÃO – SECRETARIA DESENVOLVIMENTO ECONOMICAO E COMERCIO

3.3.90.36.00.000 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Fisica

Fonte Recurso 0100 Rec.Ordinários

Valor: 1.500,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal Desenvolvimento Economico e Comercio

UNIDADE: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO

2054 MANUTENÇÃO – SECRETARIA DESENVOLVIMENTO ECONOMICAO E COMERCIO

3.3.90.39.00.000 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Fisica

Fonte Recurso 0100 Rec.Ordinários

Valor: 2.000,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal Desenvolvimento Economico e Comercio

UNIDADE: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO

2053 FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS – SECRETARIA DESENVOLVIMENTO ECONOMICAO E COMERCIO

3.1.90.04.00.000 – Contrato por Tempo Determinado

Fonte Recurso 0100 Rec.Ordinários

Valor: 2.500,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal Desenvolvimento Economico e Comercio

UNIDADE: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO

1048 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO PRODENE/ EMPR

4.4.90.51.00.000 – Obras e Instalações

Fonte Recurso 0100 Rec.Ordinários

Valor: 5.000,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal Desenvolvimento Economico e Comercio

UNIDADE: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO

1048 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO PRODENE/ EMPR

4.4.90.52.00.000 – Equipamento e Material Permanente

Fonte Recurso 0100 Rec.Ordinários

Valor: 5.000,00

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal Desenvolvimento Economico e Comercio

UNIDADE: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO

1024 - Equipamento e Material Permanente -

4.4.90.52.00.000 – Equipamento e Material Permanente - Desenvolvimento Economico e Comercio

Fonte Recurso 0100 Rec.Ordinários

Valor: 1.500,00

Art. 2º. Por meio desta Lei a adequação informada no art 1º fica incluída nas peças de planejamento LDO/2018 e PPA 2018/2021, devendo serem procedidas as anotações necessárias, de acordo com o artigo 41, item II, art. 42 e art. 43, inciso III, da Lei 4.320/64 e art. 167 V da Constituição Federal.

Art. 3º. Este Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos jurídicos e financeiros a 30 de Janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos 05 de Abril de 2018.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI N.792/2018 DE 05 DE ABRIL DE 2018.

LEI N.792/2018 DE 05 DE ABRIL DE 2018.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO POR MEIO DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover abertura de crédito especial por excesso de arrecadação, por meio de Transferência de Convênios que deu origem ao Termo de Convênio n.º 857868/2017 entre a prefeitura Municipal de Canabrava do Norte e o Ministério do Esporte, para fazer frente às despesas segue abaixo descrita:

ÓRGÃO: 04 -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE, LAZER E CULTURA

UNIDADE: 04.003 - COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER

PROJ/ATIVIDADE: 2030 – Manutenção da Coordenadoria de Esporte e Lazer

ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.30.00.00.00.00 ---------- R$ 82.552,84

CODIGO REDUZIDO:0110 – Material de Consumo

FONTE DE RECURSO: 0122 TRANFERENCIA DE CONVÊNIOS DA EDUCAÇÃO

ÓRGÃO: 04 -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE, LAZER E CULTURA

UNIDADE: 04.003 - COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER

PROJ/ATIVIDADE: 2030 – Manutenção da Coordenadoria de Esporte e Lazer

ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.36.00.00.00.00 ---------- R$ 100. 368,00

CODIGO REDUZIDO: 0112 – Outro Serviços de Terceiro Pessoa Fisica

FONTE DE RECURSO: 0122 TRANFERENCIA DE CONVÊNIOS DA EDUCAÇÃO

ÓRGÃO: 04 -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE, LAZER E CULTURA

UNIDADE: 04.003 - COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER

PROJ/ATIVIDADE: 2030 – Manutenção da Coordenadoria de Esporte e Lazer

ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00 ----------R$ 441,48

CODIGO REDUZIDO: 0113 - Outro Serviços de Terceiro Pessoa Juridica

FONTE DE RECURSO: 0122 TRANFERENCIA DE CONVÊNIOS DA EDUCAÇÃO

ÓRGÃO: 04 -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE, LAZER E CULTURA

UNIDADE: 04.003 - COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER

PROJ/ATIVIDADE: 2019– Folha de Pagamento e Encargos da Coordenadoria de Esporte e Lazer

ELEMENTO DA DESPESA: 3.1.90.13.00.00.00.00 ---------- R$ 20. 073,60

CODIGO REDUZIDO: 0107 – Obrigações Patronais

FONTE DE RECURSO: 0122 TRANFERENCIA DE CONVÊNIOS DA EDUCAÇÃO

Art. 2º- Para dar cobertura ao Crédito Suplementar Especial aberto no Valor de R$ 203.435,92 (duzentos e três mil quatrocentos e trinta e cinco reais e noventa e dois centavos), decorrente do Convênio citado, será utilizado o excesso de arrecadação pela liberação do próprio Convênio, de acordo com o art. 41, item I, art. 42 e art. 43, § 3º, da Lei n. 4.320/64, e art. 167, V, da Constituição Federal.

Art. 3º - Os créditos adicionais tratados na presente lei serão incorporados no Plano Plurianual PPA, Lei DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, e Orçamento Vigente, no Projeto Atividade, Elemento de despesa, nas respectivas unidades orçamentárias, conforme disposto no art. 1º desta Lei.

Art. 4o - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 05 de Abril de 2018.

_____

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 789/2018 DE 05 DE ABRIL DE 2018

LEI Nº 789/2018 DE 05 DE ABRIL DE 2018

"CRIA O PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. O parcelamento do solo urbano do Município de Canabrava do Norte deverá obedecer sempre a Constituição Federal, em especial o artigo 30, inciso VIII, e as leis federais infraconstitucionais de n. 9.785/99 e de n. 6.766/79.

Art. 2º. O Município de Canabrava do Norte criado pela Lei Estadual nº 5. 896, de 19 de dezembro de 1991, tem o seu perímetro urbano configurado no Anexo desta Lei, com as características constantes das coordenadas contidas no mapa da planta e memorial descritivo.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, 05 de abril de 2018.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 791/2018, DE 05 DE ABRIL DE 2018.

LEI N. 791/2018, DE 05 DE ABRIL DE 2018.

Súmula: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DOAR IMÓVEL URBANO À CONVENÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS MINISTÉRIO PRÍNCIPE DA PAZ NO BRASIL, PARA A CONSTRUÇÃO DE TEMPLO RELIGIOSO."

João Cleiton Araújo de Medeiros, prefeito municipal de Canabrava do Norte, estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal **aprovou,** e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, **sanciona**e **promulga** a seguinte lei:

Art. 1°. Fica o Poder Executivo autorizado a desmembrar do Lote n.02 (dois), da Quadra n. 69 (sessenta e nove), matrícula n. 1468, registrada no 1°Serviço Registral da Comarca de Porto Alegre do Norte/MT (anexa), uma área menor, constituída da fração de terras urbanas com área superficial de 900,00 m2, denominado "Lote 02-A", da Quadra 69, localizado no Centro, município de Canabrava do Norte e Comarca de Porto Alegre do Norte/MT, conforme mapa e memorial descritivo anexo;

Art. 2°. Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar do patrimônio público e doar a área desmembrada denominada "Lote 02-A", da Quadra 69, mencionada no artigo anterior, à CONVENÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS MINISTÉRIO PRINCIPE DA PAZ NO BRASIL, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob n°05.936.965/0001-04, com endereço na Rua Brasil,Qd. 06, Lt. 11, S/n°, Bairro Grajau, em Goiânia/GO, para a construção de templo religioso, salão de eventos e casa pastoral.

Parágrafo Único. A área desmembrada denominada "Lote 02-A" a ser doada à CONVENÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS MINISTÉRIO PRINCIPE DA PAZ NO BRASIL, possui as seguintes medidas, áreas e confrontações: "**FRENTE** para a Avenida Pedro Ferreira da Luz, onde mede 18,00 metros; nos **FUNDOS** confronta com o lote n. 02 e mede 18,00 metros; do lado **ESQUERDO**com a Rua 19 de dezembro,medindo 50,00 metros; e do lado **DIREITO** confronta com o lote n. 02 (dois)**,** medindo 50,00 metros", conforme mapa e memorial descritivo anexo, que fazem parte integrante desta lei como se nela estivesse transcrita.

Art. 30.O imóvel descrito no artigo anterior destina-se exclusivamente à construção e implantação de templo religioso, salão de eventos e casa pastoral.

Art. 40.O Município transferirá à Donatária a área em questão, na exata proporção mencionada no mapa anexo.

Art. 50.A donatária não poderá ceder o imóvel objeto desta lei, no todo ou em parte, onerosa ou gratuitamente, a outros sem autorização prévia e por escrito do Município.

Art. 60. A partir da entrada em vigor da presente Lei, qualquer encargo civil, administrativo e tributário que incidir sobre o imóvel cedido em doação ficará a cargo da donatária.

Art. 70. A doação de que trata esta lei tem como finalidade o incentivo à implantação de instituições religiosas, garantindo à comunidade em geral a realização de cultos religiosos. No entanto, fica vinculada à destinação do imóvel para fins estritamente religiosos, e sujeita às seguintes condições:

I - iniciar as obras de suas instalações no prazo máximo de 06 (seis) meses, e término das obras, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, prazos estes contados a partir da publicação desta Lei;

II - não interromper as atividades por período superior a 06 (seis) meses, salvo por motivo justificado;

III –cumprir plenamente a legislação civil, tributária, previdenciária, trabalhista e ambiental, evitando qualquer dano ao meio ambiente.

Art. 8º. Haverá revogação automática da doação do imóvel, independente de aviso, interpelação ou notificação da Donatária, com a reversão do bem ao patrimônio do Município, no caso da não observância do disposto nesta Lei.

Art. 9º. As despesas com a transferência do artigo 4º, bem como escritura e registro de imóveis correrão por conta do Donatária.

Art. 10º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 167/2018.

De 04 de Abril de 2018.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **ALEX MARCATO GONÇALVES**, servidor no cargo de Gerente de Infraestrutura de Tecnologia da Informatização**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 038/2018 – Dispensa de Licitação nº 003/2018 –** Contratação de empresa para Locação de Solução Integrada para realização de pesquisa de preços para a realização de processos licitatórios da Prefeitura Municipal de Canarana-MT.

***Art. 2º* -** Nomear **NILCE LEDI KOESTER**, no cargo de Gerente de Controle de Atos de Pessoal, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 02 de Abril de 2018**.**

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2018

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público para conhecimento dos interessados que a licitação na modalidade **Pregão Presencial Nº 020/2018**, cujo objeto é o *Registro de Preços para futura e eventual***aquisição de instrumentos musicais e acessórios para a Banda Municipal**, anteriormente marcada para o dia **12/04/2018, às 13h30min**, fica **SUSPENSA "*SINE DIE*",** até segundo aviso, para readequação do Termo de referencia, e, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, Art. 21, § 4º, haverá alteração na formalização das propostas**.**

Canarana-MT., 05 de Abril de 2018.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 158/2018.

De 02 de Abril de 2018.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **EDIVAN COLOMBO**, servidor no cargo de Gerente de estoque e Almoxarifado**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao Processo nº 034/2018, Carta Convite nº 002/2018 - **Contratação de Empresa Para Fornecimento de Cartuchos de Tinta e Toner para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Canarana-MT,** conforme **anexo I – Termo de Referencia**.

***Art. 2º* -** Nomear **IVONE ALVES**, servidor no cargo de Ouvidor de Saúde, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 02 Abril de 2018**.**

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 159/2018.

De 02 Abril de 2018.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

***Art. 1º* -** Designar **CINTIA DE ALMEIDA RAIMUNDO,** servidora no cargo de Assessora de Gabinete da Secretaria de Educação**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 036/2018 – Pregão nº 019/2018 –** Registro de preços para futura e eventual aquisição de **produtos de higiene, limpeza e utensílios para atender as escolas da rede publica de ensino municipal de Canarana-MT** e de acordo com as especificações do edital.

Art. 2º Nomear **MARCELI TEREZINHA THOMAS L. COSTA**, servidor no cargo de Professora da Educação Infantil, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 02 Abril de 2018**.**

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 160/2018.

De 02 Abril de 2018.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Servidor **RENATA SORAYA REYES**, servidora no cargo de Professora Educação Infantil, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao Processo nº 037/2018 – Pregão presencial nº 020/2018, cujo objeto *Registro de Preços para futura e eventual***aquisição de instrumentos musicais e acessórios para a Banda Municipal,** de acordo com as especificações do edital.

Art. 2º **-** Nomear **CINTIA DE ALMEIDA RAIMUNDO,** servidora no cargo de Assessora de Gabinete da Secretaria de Educação, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 02 Abril de 2018**.**

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 157/2018.

De 02 de Abril de 2018.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **LUANA PAULINE ROEWER KUMMER**, servidor no cargo de Gerente de atenção básica**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 033/2018 – Dispensa de Licitação nº 002/2018,** cujo objeto é a aquisição de diversos materiais de consumo para atender as necessidades da agencia transfusional.

Art. 2º **-** Nomear**NIRES TEOTONIO CIRQUEIRA**, servidor no cargo de Biomédico, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação, com efeitos retroativos a 26/03/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 02 de Abril de 2018**.**

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

RESOLUÇÃO 002/CMS/2018.

RESOLUÇÃO 002/CMS/2018.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Carlinda, em sua 003/2018 Reunião Ordinária, realizada no dia 28 de Março de 2018, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

RESOLVE

Artigo 1º - Aprovar o Relatório Anual de Gestão – (RAG 2017) da Secretaria Municipal de Saúde;

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Registrada, Publicada e/ou Afixada

Cumpre-se.

Carlinda-MT, 28 de Março de 2018.

.....

JOÃO RIBEIRO DOS REIS Presidente do Conselho Municipal de Saúde

.....

SALUA SAMYRA CIACON SILVA

Secretaria Municipal de Saúde

Decreto nº 181/2017

Homologo a Resolução CMS/Carlinda nº 002/CMS/2018, nos termos do § 2º, artigo 1º, da

Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; torna público que realizará a **LICITAÇÃO** a seguir caracterizada:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2018

OBJETO DA LICITAÇÃO:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INSTAÇÃO, LIMPEZA E CARGA DE GAS PARA AR CONDICIONADO, EM ATENDIMENTO **AS NECESSIDADES** DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 18/04/2018

HORÁRIO: 08:00 HORAS.

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA.

ENDEREÇO:AV. TANCREDO NEVES S/Nº - CENTRO – CARLINDA /MT.

As informações complementares para a retirada da pasta contendo o Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos na Prefeitura, situada na Av. Tancredo de Almeida Neves S/Nº. Cx postal 45, Centro, CEP:78. 587-000 CARLINDA MT, das 07:00 horas às 13:00 horas, maiores informações pelo telefone (66) 3525-2000.

Carlinda/MT, em 05 **de** Abril de 201**8**.

DANIELE PAULA MALTEZO

PREGOEIRA OFICIAL

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP N.º 029/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro torna público que fará licitação **PREGÃO PRESENCIAL N.º 29/2018**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** Objetivandoa **AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) MOTOCICLETA MOVIDA A GASOLINA/ETANOL 2018 ZERO KM COM APROXIMADAMENTE 125 CC E 02 (DOIS) CAPACETES DE SEGURANÇA PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETA-**

RIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA – MT., com sessão no dia 18/04/2018 às 14:00 horas. Maiores informações pelo fone 66 3581 1521, e-mail: prefeituracastanheira@gmail.com, ou pelo site www.castanheira.mt.gov.br.

Castanheira - MT, **06** de **Abril** de **2018**.

WILSON VIEIRA

Pregoeiro

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA – LDO, LOA E ALTERAÇÕES DO PPA PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

CONVITE

AUDIÊNCIA PÚBLICA – LDO, LOA E ALTERAÇÕES DO PPA PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

A Prefeitura Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, **CONVIDA** a todos os Cidadãos e Entidades para participarem da Audiência Pública, que fará realizar-se no dia **13 de Abril de 2018**, a partir das **15:00 horas**, nas dependências da **CÂMARA MUNICIPAL**, localizado no Município de Castanheira, destinado a **ELABORAÇÃO DA LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL E ALTERAÇÕES NO PPA - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2019.**

MABEL DE FÁTIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 29/2018

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO)

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 16.570,00 (dezesseis mil, quinhentos e setenta reais).

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

CONTRATADO: 4D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA – ME (GRÁFICA LIBERAL.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA MUNICIPAL.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 28/2018

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT. (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO)

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 13.275,12 (treze mil duzentos e setenta e cinco reais e doze centavos).

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

CONTRATADO: 4D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA – ME (GRÁFICA LIBERAL.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA MUNICIPAL.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 27/2018

DO OBJETO: FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUÍNAS, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT, DE FORMA PARCELADA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, EDITAL E SEUS ANEXOS.

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 350.000,00 (Trezentos e cinqüenta mil reais).

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

CONTRATADO: AGUILERA AUTOPEÇAS LTDA.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA MUNICIPAL.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 26/2018

DO OBJETO: FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUÍNAS, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT, DE FORMA PARCELADA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, EDITAL E SEUS ANEXOS.

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais).

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

CONTRATADO: TRICATE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA - EPP.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA MUNICIPAL.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 25/2018

DO OBJETO: FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUÍNAS, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT, DE FORMA PARCELADA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, EDITAL E SEUS ANEXOS.

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 400.000,00 (quatrocentos e mil reais).

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

CONTRATADO: TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO EIRELI.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA MUNICIPAL.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 37/2018

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO).

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 4.015,00 (quatro mil e quinze reais).

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

CONTRATADO: NATHYSSIA VIRGINIA LIMA DE ARRUDA.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA MUNICIPAL.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 24/2018

DO OBJETO: FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUÍNAS, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT, DE FORMA PARCELADA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, EDITAL E SEUS ANEXOS.

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinqüenta mil reais).

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

CONTRATADO: TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO EIRELI.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA MUNICIPAL.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 38/2018

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT. (SECRETARIA DE SAÚDE).

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 155,00 (cento e cinquenta e cinco reais).

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

CONTRATADO: NATHYSSIA VIRGINIA LIMA DE ARRUDA.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA MUNICIPAL.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 39/2018

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT. (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO).

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 13.852,65 (treze mil, oitocentos e cinqüenta e dois reais e sessenta e cinco centavos).

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

CONTRATADO: OUTIMPRESS SOLUCOES INTELIGENTES EIRELI – EPP.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA MUNICIPAL.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 40/2018

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO).

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 1.227,50 (hum mil, duzentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos).

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

CONTRATADO: OUTIMPRESS SOLUCOES INTELIGENTES EIRELI – EPP.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA MUNICIPAL.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 41/2018

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT. (SECRETARIA DE SAÚDE).

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 23.409,00 (vinte e três mil, quatrocentos e nove reais).

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

CONTRATADO: OUTIMPRESS SOLUCOES INTELIGENTES EIRELI – EPP.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA MUNICIPAL.

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 08/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 08/2018 **–** PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2018

EMPRESA CONTRATADA:

D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA – ME (GRÁFICA LIBERAL), **CNPJ:**13.278.238/0001-25

VALOR: R$ 42.539,16 (Quarenta e dois mil, quinhentos e trinta e nove reais e dezesseis centavos.)

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT.

DATA DA ATA: 28 de março de 2018.

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

Thelma Pimentel Figueiredo De Oliveira

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 45/2018

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, PARA REFORMA DE PONTES DE MADEIRA EM CARÁTER DE EMERGÊNCIA, PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR, EQUIPE DE PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA, EQUIPE SOCIAL, BEM COMO OUTROS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT.

VALOR GLOBAL: R$7.702,50 (sete mil, setecentos e dois reais e cinqüenta centavos).

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

CONTRATADO: RURAL PEC PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA MUNICIPAL.

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 09/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 09/2018 **–** PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2018

EMPRESA CONTRATADA:

ELIFRANCIS INDUSTRIA COMERCIO GRAFICA E EDITORA LTDA – ME (AGILIZA), **CNPJ:**08.866.744/0001-03

VALOR: R$ 85.320,15 (Oitenta e cinco mil, trezentos e vinte reais e quinze centavos.)

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, PARA ATENDIMENTO DAS

DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT.

DATA DA ATA: 28 de março de 2018.

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

Thelma Pimentel Figueiredo De Oliveira

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 10/2018 **–** PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2018

EMPRESA CONTRATADA:

GRAFICA E EDITORA COELHO **CNPJ:**33.025.784/0001-61

VALOR: R$ 24.086,20 (Vinte e quatro mil, oitenta e seis reais e vinte centavos.)

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT.

DATA DA ATA: 28 de março de 2018.

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

Thelma Pimentel Figueiredo De Oliveira

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 11/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11/2018 **–** PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2018

EMPRESA CONTRATADA:

NATHYSSIA VIRGINIA LIMA DE ARRUDA **CNPJ:**19.221.760/0001-57

VALOR: R$ 5.960,00 (cinco mil, novecentos e sessenta reais.)

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT.

DATA DA ATA: 28 de março de 2018.

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

Thelma Pimentel Figueiredo De Oliveira

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N° 004/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 541/2018

O MUNICIPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, por meio do Pregoeiro abaixo assinado, torna público para conhecimento dos interessados, que a Licitação Modalidade, **PREGÃO PRESENCIAL N° 004/2018,** que tem por objeto o ***Registro de Preços para futura e eventual aquisição do produto Gás de Cozinha P13 e P45 e Vasilhame P13, para o atendimento das Secretarias Municipais de Chapada dos Guimarães/MT,*** **teve como Resultado Final onde sagrou-se vencedora a empresa, conforme especificado abaixo:**

EMPRESA	ITEM	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ELTHON JHONY YOSHIDA	01	69	R$ 180,00	R$ 12.420,00
	02	2950	R$ 107,50	R$ 317.125,00
	03	100	R$ 308,88	R$ 30.888,00
TOTAL				**R$ 360.433,00**

Chapada dos Guimarães/MT, 05 de abril de 2018**.**

Luíz Sávio Fernandes de Campos

Pregoeiro

Marcela Maria Eloy Paixão Oliveira

Superintendente de Licitações

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 004/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 541/2018

Recomendamos a Adjudicação e Homologação da Licitação Modalidade, **PREGÃO PRESENCIAL N° 004/2018,** que tem por objeto o ***Registro de Preços para futura e eventual aquisição do produto Gás de Cozinha P13 e P45 e Vasilhame P13, para o atendimento das Secretarias Municipais de Chapada dos Guimarães/MT,*** **onde sagraram-se vencedoras as empresas, conforme especificado abaixo:**

EMPRESA	ITEM	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ELTHON JHONY YOSHIDA	01	69	R$ 180,00	R$ 12.420,00
	02	2950	R$ 107,50	R$ 317.125,00
	03	100	R$ 308,88	R$ 30.888,00
TOTAL				**R$ 360.433,00**

Chapada dos Guimarães/MT, 05 de abril de 2018**.**

ADJUDICO:

Luíz Sávio Fernandes de Campos

Pregoeiro

HOMOLOGO:

Thelma Pimentel Figueiredo de Oliveira

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 181/2015

Quarto Termo Aditivo ao Contrato n.º 181/2015, que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT** e a Empresa **G. LISBOA DE MORAES – EPP**, na forma e condições seguintes.

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, foi celebrado o presente Termo Aditivo de Contrato, tendo de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT,** inscrita no CNPJ do MF sob o nº 03.507.530/0001-19, com sede na Rua Tiradentes, nº 166, Centro, neste ato representado por pela sua Prefeita, a Srª. **THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA,** brasileira, viúva, enfermeira, portadora do documento de Identidade n.º 303000 SSP/MT, e inscrita no CPF n.º 171.785.171-15 e pela **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Sr(ª). HELLEN CRISTINA XAVIER MOREIRA**, portador(a) da Carteira de Identidade RG nº. 1039783-3 SJ/MT e do CPF nº. 032.021. 856-24**,** doravante denominada **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa**, G. LISBOA DE MORAES – EPP,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n º 11.644.805/0001-94, neste ato representada pelo Sr **GONÇALO LISBOA DE MORAES**, Empresario, Portador da Cédula de Identidade RG nº 0303821-1SSP/MT , e CPF n 328.697.461-72, doravante denominada **"CONTRATADA",** ajustam entre si o termo aditivo contratual, alterando as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES E PRORROGAÇÕES

1.1. Fica aditado a Cláusula Segunda do Contrato Principal.

1.2. A **prorrogação do prazo de vigência do mencionado contrato e seus aditivos para 31/03/2019**. Terá início o presente Termo Aditivo a

partir de 01/04/2018, podendo ser prorrogado por igual período ou estendido o período aqui estabelecido.

1.2.1. Sua duração poderá ser prorrogada, por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do art. 57, inciso II e § 2º da Lei n. 8.666/93, condicionada a verificação da real necessidade e vantagem para a Administração na continuidade do contrato, podendo ser alterado, tendo então, nestes termos, **como prazo limite, a data de 07/09/2020,** e ainda, se no curso do seu prazo as partes resolverem rescindi-lo, ou ao final, queiram por fim ao pacto locativo, fica convencionado que as mesmas, para essas situações, deverão se manifestar, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA BASE LEGAL

2.1. O presente Termo Aditivo tem por fundamento o disposto no art. 57 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, com a presença do interesse público e a conveniência administrativa, em face de se tratar de atividade essencial à Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1. As demais Cláusulas e dispositivos do Contrato Principal e seus Aditivos continuam inalteradas, ratificando-o, no todo, para todos os fins e efeitos.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

4.1. Fica eleito o foro da Comarca de Chapada dos Guimarães com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do Presente Contrato, quando não resolvidas por meios administrativos e amigáveis.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 181/2015, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma da Lei n.º 8.666/93, ratificando todas as demais Cláusulas do contrato primitivo.

Chapada dos Guimarães – MT, 29 de março de 2018.

MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

Thelma Pimentel Figueiredo de Oliveira - Prefeita Municipal

Contratante

Hellen Cristina Xavier Moreira

Secretária de Municipal de Educação

Contratante

Renato de Almeida Orro Ribeiro

Procurador Geral do Município - OAB/MT nº 11.055

Empresa: G. LISBOA DE MORAES – EPP

CNPJ n.º 11.644.805/0001-94

Representante: Gonçalo Lisboa de Moraes

CPF: 328.697.461-72

Contratada

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 12/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 12/2018 **–** PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2018

EMPRESA CONTRATADA:

OUTIMPRESS SOLUCOES INTELIGENTES EIRELI – EPP **CNPJ:**04.858.637/0001-74

VALOR: R$ 38.489,15 (trinta e oito mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e quinze centavos.)

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT.

DATA DA ATA: 28 de março de 2018.

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

Thelma Pimentel Figueiredo De Oliveira

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 050/2017

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 050/2017, que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT** e a Empresa **AILTON RODRIGUES DOS SANTOS – ME**, na forma e condições seguintes.

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, foi celebrado o presente Termo Aditivo de Contrato, tendo de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT,** inscrita no CNPJ do MF sob o nº 03.507.530/0001-19, com sede na Rua Tiradentes, nº 166, Centro, neste ato representado por pela sua Prefeita, a Srª. **THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA,** brasileira, viúva, enfermeira, portadora do documento de Identidade n.º 303000 SSP/MT, e inscrita no CPF n.º 171.785.171-15 e pelo **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS, Sr(ª). OSMAR FRONER DE MELLO,** portador da Carteira de Identidade RG n° 97314651 SSP/MT e CPF/MF sob o n° 375.577.856-49**,** doravante denominada **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa**, AILTON RODRIGUES DOS SANTOS – ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.081.298/0001-19, com sede na Rua do Horto Florestal, S/N, Bairro: Adolfo Koberstain, CEP: 78.195-000 - telefone: (65) 99219-8054, neste ato representada por seu representante legal Sr. (a) **AILTON RODRIGUES DOS SANTOS**, portador da Cédula de Identidade RG nº 18033415 SSP/MT e CPF. nº 798.259.826,91, doravante denominada **"CONTRATADA",** ajustam entre si o termo aditivo contratual, alterando as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES E PRORROGAÇÕES

1.1. Fica aditado a Cláusula Quinta do Contrato Principal, item 5.2 e 5.3.

1.2. A **prorrogação do prazo de vigência do mencionado contrato em 60 (sessenta) dias, com início a partir do encerramento do contrato principal, qual seja: 16/03/2018 até a data de 16/05/2018**.

1.3. A **prorrogação do prazo de execução do mencionado contrato em 60 (sessenta) dias, para as obras já iniciadas a partir da emissão da Ordem de Serviço, qual seja: 18/11/2017 até a data de 18/04/2018.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA BASE LEGAL

2.1. O presente Termo Aditivo tem por fundamento o disposto no art. 57 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, com a presença do interesse público e a conveniência administrativa, em face de se tratar de atividade essencial à Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1. As demais Cláusulas e dispositivos do Contrato Principal e seus Aditivos continuam inalteradas, ratificando-o, no todo, para todos os fins e efeitos.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

4.1. Fica eleito o foro da Comarca de Chapada dos Guimarães com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do Presente Contrato, quando não resolvidas por meios administrativos e amigáveis.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 028/2017, em 03 (três) vias de igual teor e for-

ma para um só efeito legal, ficando uma arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma da Lei n.º 8.666/93, ratificando todas as demais Cláusulas do contrato primitivo.

Chapada dos Guimarães – MT, 16 de março de 2018.

MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

Thelma Pimentel Figueiredo de Oliveira - Prefeita Municipal

Contratante

Osmar Froner de Mello

Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras

Contratante

Renato de Almeida Orro Ribeiro

Procurador Geral do Município - OAB/MT nº 11.055

AILTON RODRIGUES DOS SANTOS – ME

CNPJ n.º 20.081.298/0001-19

Contratada

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 36/2018

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT. (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO).

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 1.790,00 (hum mil, setecentos e noventa reais).

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

CONTRATADO: NATHYSSIA VIRGINIA LIMA DE ARRUDA.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA MUNICIPAL.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 35/2018

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT. (SECRETARIA DE SAÚDE).

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 18.473,20 (dezoito mil, quatrocentos e setenta e três reais e vinte centavos).

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

CONTRATADO: GRAFICA E EDITORA COELHO.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA MUNICIPAL.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 34/2018

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT. (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO).

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 5.613,00 (cinco mil, seiscentos e treze reais).

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

CONTRATADO: GRAFICA E EDITORA COELHO.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA MUNICIPAL.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 33/2018

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT. (SECRETARIA DE SAÚDE).

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 70.750,00 (setenta mil, setecentos e cinquenta reais).

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

CONTRATADO: ELIFRANCIS INDUSTRIA COMERCIO GRAFICA E EDITORA LTDA – ME (AGILIZA).

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA MUNICIPAL.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 32/2018

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO)

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 4.090,00 (quatro mil e noventa reais).

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

CONTRATADO: ELIFRANCIS INDUSTRIA COMERCIO GRAFICA E EDITORA LTDA – ME (AGILIZA).

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA MUNICIPAL.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 31/2018

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT. (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO)

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 10.480,15 (dez mil, quatrocentos e oitenta reais e

quinze centavos).

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

CONTRATADO: ELIFRANCIS INDUSTRIA COMERCIO GRAFICA E EDITORA LTDA – ME (AGILIZA).

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA MUNICIPAL.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 30/2018

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT. (SECRETARIA DE SAUDE)

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 12.694,04 (doze mil, seiscentos e noventa e quatro reais e quatro centavos).

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

CONTRATADO: 4D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA – ME (GRÁFICA LIBERAL.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 018/2017

Contratado: REGIONAL TRANSPORTES LTDA EPP

OBJETO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta, do Contrato em epígrafe, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1. O prazo de vigência do presente Termo Aditivo terá início a partir de sua assinatura e seu término previsto para o dia **30 de ABRIL de 2018,** prorrogado, se necessário, mediante Termo Aditivo.

ASSINATURA: 29/03/2018

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2017

Contratado: FABIO DOTTO DALMASO ME.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta, do Contrato em epígrafe, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1. O prazo de vigência do presente Termo Aditivo terá início a partir de sua assinatura e seu término previsto para o dia **30 de ABRIL de 2018,** prorrogado, se necessário, mediante Termo Aditivo.

ASSINATURA: 29/03/2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA Nº001/2017

CONTRATADO: ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPÃ (ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO).

OBJETO: **RESOLVEM: Alterar a Cláusula Nona, *caput,* do Termo de Parceria nº 001/2017, prorrogando o prazo de vigência para 28/12/2018.**

ASSINATURA: 31/03/2018

VIGENCIA ATE 31/12/2017

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018

Objeto: Alienação de Imóveis Urbanos, de propriedade do Município de Cláudia-MT, localizado no Perímetro Urbano.

A Prefeitura Municipal de Cláudia - MT torna público que, considerando questões de interesse público e administrativos, fica prorrogada para o dia **15 de Maio de 2018, às 08H00min,** o recebimento das propostas e abertura da referente licitação, para a alienação supracitada. O Edital poderá ser obtido junto à Secretaria de Administração, durante o horário de expediente e também estará disponível no site WWW.CLAUDIA.MT.GOV.BR. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, através do telefone (66) 3546-3100.

Cláudia - MT, 05 de Abril de 2018.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

HEMILIN FERNANDA TIEDT

Presidente da C.P.L.

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 208/2018

PORTARIA N° 208/2018

DATA: 27 de Março de 2018.

SÚMULA: Conceder Licença Saúde a Sra. **DOMINGOS FRANCISCO DE CARVALHO** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Licença Saúde a Sr(a). **DOMINGOS FRANCISCO DE CARVALHO,** portador (a) do RG n° 1.812.505 SSP/PR e inscrito (a) no CPF n° 327.737.149-20, no cargo de Motorista, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 27 de Março de 2.018.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N° 207/2018

PORTARIA N° 207/2018

DATA: 23 de Março de 2018.

SÚMULA: Designa o(a) servidor(a) **TÂNIA BORGES DE ARAÚJO,** como Fiscal de Ata de Registro de Preços e dá outras providencias.

ALTAMIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa o(a) servidor(a) **TÂNIA BORGES DE ARAÚJO**, RE: 1193, portador(a) do RG n°: 1.623.894-0 SSP/MT e inscrito(a) no CPF n°: 020.862.761.84, como Fiscal de Ata de Registro de Preços abaixo relacionado:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
024/ 2018	COMÉRCIO VAREJOSTA E GÁS MOLINA LTDA	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de recargas de gás de cozinha para a manutenção das Secretarias Municipais do Município de Cláudia-MT

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 23 DE MARÇO DE 2018.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 020/2017

Contratado: ADEMAR MARINA ME

***OBJETO:* CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta, do Contrato em epígrafe, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1. O prazo de vigência do presente Termo Aditivo terá início a partir de sua assinatura e seu término previsto para o dia **30 de ABRIL de 2018,** prorrogado, se necessário, mediante Termo Aditivo.

ASSINATURA: 29/03/2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2017

Contratado: A.M. TALAU COMERCIO ME

***OBJETO:* CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta, do Contrato em epígrafe, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1. O prazo de vigência do presente Termo Aditivo terá início a partir de sua assinatura e seu término previsto para o dia **30 de ABRIL de 2018,** prorrogado, se necessário, mediante Termo Aditivo.

ASSINATURA: 29/03/2018

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2018 REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2018 REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que as empresas **ADILSON GHISI EPP, E M PUERTA – ME, OLAPER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES E PNEUS EIRELI e REIDIBA COMERCIO ACUMULADORES E ACESSORIOS LTDA ME,** sagraram-se vencedoras do processo de Licitação em referência, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BATERIAS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E DERIVADOS PARA VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CLÁUDIA/MT.** Cláudia/MT, 05 de Abril de 2018.

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

Shirley Yotzchetz

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
EXTRATO: OITAVO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°023/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: INVIOLÁVEL COLIDER ALARMES LTDA - ME.

Objeto: Contratação de Empresa especializada para Prestação de Serviços de Vigilância, por meio de Monitoramento Eletrônico, para atender diversas Secretarias Municipais de Colíder - MT.

Prazo de vigência: Fica acrescentada na Cláusula Quarta do Contrato Original, o acréscimo de 30 (trinta) dias, terminando o prazo de vigência do contrato em 30 de abril de 2018

Acréscimo de valor: Fica acrescentado a Cláusula Quinta do Contrato original o valor de R$14.263,74 (quatorze mil duzentos e sessenta e três reais e setenta e quatro centavos)

Data de Assinatura: 29/03/2018

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
EXTRATO – DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 090/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: CENTRO TERAPEUTICO NOVA MULHER LTDA - ME

Objeto: objeto é prestação de serviços de tratamento de dependentes químicos para atendimento de pacientes encaminhados pelo município de **Colíder/MT.**

Valor do Contrato: R$ 10.140,00 (dez mil cento e quarenta reais)

Prazo de Vigência: Até 31/05/2018.

Data de assinatura rescisão: 22**/03/2018**

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
EXTRATO – DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 091/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: CENTRO TERAPEUTICO NOVA MULHER LTDA - ME

Objeto: objeto é prestação de serviços de tratamento de dependentes químicos para atendimento de pacientes encaminhados pelo município de **Colíder/MT.**

Valor do Contrato: R$ 10.140,00 (dez mil cento e quarenta reais)

Prazo de Vigência: Até 31/05/2018.

Data de assinatura da rescisão: 22**/03/2018**

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
EXTRATO – DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 002/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: **ASSOCIAÇÃO DE INTERVENÇÃO E REABILITAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS - LIBERDADE**

Objeto: objeto é prestação de serviços de tratamento de dependentes químicos para atendimento de pacientes encaminhados pelo município de **Colíder/MT**.

Valor do Contrato: R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)

Prazo de Vigência: Até 30/06/2018.

Data de assinatura da rescisão: 31**/01/2018**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 426/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA Nº 426/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza-MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** ao Servidor Público **Leonildo Santos Rosário**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 2045, a partir do dia **01 a 30 de abril do ano de 2018**, referente ao período

aquisitivo 2015/2016, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **01 de abril de 2018** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de abril de 2018.

CELSO LEITE GARCIA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/04/2018 a 02/05/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 430/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA Nº 430/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza-MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** ao Servidor Público **Cesar Douglas Vieira**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 496, a partir do dia **01 a 30 de abril do ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2016/2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **01 de abril de 2018** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de abril de 2018.

CELSO LEITE GARCIA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/04/2018 a 02/05/2018

CONTABILIDADE
DCASP - BALANÇO PATRIMONIAL

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE COLNIZA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)
Dezembro/2017

Data de emissão: 03/04/2018

Exercício: 2017 P.Contas: PCASP-MT

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO CIRCULANTE	32.746.556,44	27.275.029,88	PASSIVO CIRCULANTE	3.905.155,74	970.167,46
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	32.226.623,82	27.261.059,54	OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	261.722,60	
CREDITOS A CURTO PRAZO	258.611,66	13.970,34	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	2.958.495,02	790.957,25
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	258.611,66	13.970,34	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO		40.275,09
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	120.212,73		PROVISOES A CURTO PRAZO	34.038,18	18.375,43
ESTOQUES	141.108,23		DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	650.899,94	120.056,94
			OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO		502,75
ATIVO NÃO CIRCULANTE	27.135.261,28	25.839.945,02	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	20.350.028,00	70.737,33
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.913.544,71	1.265.400,76	OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	62.723,02	70.737,33
CREDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDACAO	1.913.544,71	1.265.400,76	PROVISOES A LONGO PRAZO	20.287.304,98	
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	62.723,02	62.723,02	TOTAL DO PASSIVO	24.255.183,74	1.040.904,79
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	4.355.342,57	3.674.434,10	PATRIMÔNIO LIQUIDO		
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS A LONGO PRAZO	-2.504.520,88	-2.471.756,36	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
IMOBILIZADO	25.221.716,57	24.574.544,26	RESULTADOS ACUMULADOS	35.626.633,98	52.074.070,11
BENS MOVEIS	18.632.544,52	16.337.844,28	RESULTADO DO EXERCÍCIO	-16.447.436,13	
BENS IMOVEIS	10.277.301,54	8.386.875,74	RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	51.098.345,01	48.525.257,94
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS	-3.688.129,49	-150.175,76	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	975.725,10	3.548.812,17
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LIQUIDO	35.626.633,98	52.074.070,11
TOTAL	59.881.817,72	53.114.974,90	TOTAL	59.881.817,72	53.114.974,90

ATIVO FINANCEIRO	32.346.836,55	27.275.029,88	PASSIVO FINANCEIRO	5.497.731,81	2.805.716,14
ATIVO PERMANENTE	27.534.981,17	24.892.815,73	PASSIVO PERMANENTE	20.384.066,18	21.367.812,99
SALDO PATRIMONIAL				34.000.019,73	27.994.316,48

Emissão: 03/04/2018 09:11:04 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE COLNIZA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)
Dezembro/2017

Compensação

Data de emissão: 03/04/2018

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
			EXECUCAO DE OBRIGACOES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	38.093,25	
			EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATUAIS	736.563,60	7.194.448,26
			EXECUCAO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2.342.632,78	2.342.632,78
TOTAL			TOTAL	3.117.289,63	9.537.081,043

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO
ORDINÁRIA	
100000000 - Recursos Ordinários	673.894,73
101000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	111.770,62
102000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	267.128,65
143000000 - Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social	94,04
150000000 - Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	25.013.369,89
322000000 - Transferencias de Convenios - Educacao	21.991,62
323000000 - Transferencias de Convenios - Saude	10.688,04
324000000 - Transferencias de Convenios - Outros (nao relacionados a educacao/saude/assistencia social)	7.201,31
329000000 - Transferencia de Recursos do Fundo Nacional de Assistencia Social - FNAS	926,87
VINCULADA	
114000000 - Transferencia de Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS - Uniao	17.024,20
115000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	38.065,02
116000000 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	
117000000 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	
118000000 - Transferências do FUNDEB 60%	32.987,86
119000000 - Transferências do FUNDEB 40%	66.707,95
122000000 - Transferências de Convênios - Educação	
123000000 - Transferências de Convênios - Saúde	1.486,60
124000000 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	392.905,66
129000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	191.641,23
130000000 - Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	0,06
142000000 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado	1.220,39
TOTAL	26.849.104,74

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE COLNIZA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)
Dezembro/2017

Data de emissão: 03/04/2018

CELSO LEITE GARCIA
PREFEITO MUNICIPAL DE COLNIZA

ADMILSON FERREIRA DOS SANTOS
SECRETARIO DE FINANÇAS

JOAO PAULO MIQUELIN TODESCO
CONTADOR/CRC-MT 019.353/0-8

Homologado

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 429/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA Nº 429/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza-MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** ao Servidor Público **Egilmar Vicente Teixeira**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 934, a partir do dia **01 a 30 de abril do ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2016/2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **01 de abril de 2018** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de abril de 2018.

CELSO LEITE GARCIA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/04/2018 a 02/05/2018

ADMINISTRATIVO
ERRATA DO TERMO DE POSSE Nº. "195/2018

ERRATA DO TERMO DE POSSE Nº. "195/2018, Em nome de CRISTIANO ANTES SANTO.

Onde se lê:

Edital de Convocação nº 007

Leia-se:

Edital de Convocação nº 009

Registra-se;

Publique-se e

Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Administração, em 04 de Abril de 2018.

Elvira Mund

Secretária de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 422/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA Nº 422/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza-MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** a Servidora Pública **Amanda Carla Gonçalves Alves**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 206, a partir do dia **01 a 30 de abril do ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2016/2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **01 de abril de 2018** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de abril de 2018.

CELSO LEITE GARCIA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/04/2018 a 02/05/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 428/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA Nº 428/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza-MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** ao Servidor Público **Ozeias Rodrigues Barbosa**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 2791, a partir do dia **01 a 30 de abril do ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2015/2016, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **01 de abril de 2018** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de abril de 2018.

CELSO LEITE GARCIA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/04/2018 a 02/05/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 424/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA Nº 424/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza-MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** a Servidora Pública **Leia Fabiano Zimmermann**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 2011, a partir do dia **01 a 30 de abril do ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2014/2015, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **01 de abril de 2018** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de abril de 2018.

CELSO LEITE GARCIA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/04/2018 a 02/05/2018

CONTABILIDADE
DCASP - BALANÇO FINANCEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE COLNIZA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO FINANCEIRO
Dezembro/2017 (- CONSOLIDADO)

Data de emissão: 03/04/2018

Exercício: 2017

P. Contas: PCASP-MT

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Receita Orçamentária	65.915.528,22	67.382.904,43	Despesa Orçamentária	63.549.248,32	60.352.367,11
Ordinárias			Ordinárias		
Ordinária	32.720.191,56	43.192.926,04	Ordinária	20.236.274,63	28.307.825,34
Vinculadas			Vinculadas		
Assistência social	496.239,30	418.758,94	Assistência social	251.986,65	372.629,74
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	147.170,14	102.511,52	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico		
Educação	23.725.368,62	19.044.695,35	Educação	26.398.435,85	16.709.235,77
Outras áreas	4.427.471,76	4.820.895,27	Outras áreas	3.766.562,34	2.942.804,98
Saúde	10.398.603,10	5.797.183,36	Saúde	12.895.988,85	12.019.871,28
Dedução					
(-) Deduções da Receita Orçamentária	5.999.516,26	5.994.066,05			
Transferências Financeiras Recebidas	2.269.339,62	1.993.500,24	Transferencias Financeiras Concedidas	2.269.339,62	1.993.500,24
Transferências Financeiras Recebidas	2.269.339,62	1.993.500,24	Transferências Financeiras Concedidas	2.269.339,62	1.993.500,24
Recebimentos Extra-Orçamentários	9.735.730,34	8.685.170,85	Despesas Extra-Orçamentárias	7.136.445,96	11.610.751,19
Restos a Pagar			Restos a Pagar		
Inscritos no período	3.739.424,40	2.544.878,32	Pagos no período	1.078.371,63	4.916.846,24
Depósitos			Depósitos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	5.766.819,14	5.483.038,59	Outras movimentações extra-orçamentárias	5.302.238,14	5.851.275,76
Outros Movimentos			Outros Movimentos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	229.486,80	657.253,94	Outras movimentações extra-orçamentárias	351.621,40	842.629,19
Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)	404.214,79	
Ajuste de Investimentos - Ganho					
Ajuste de Investimentos - Ganho					
Transferências de Aplicações Financeiras p/ Curto					
Saldo em espécie do exercício anterior	27.261.059,54	23.156.102,56	Saldo em espécie do exercício seguinte	32.226.623,82	27.261.059,54
Disponível			Disponível		
Caixa			Caixa		

Emissão 03/04/2018 09:14:33

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE COLNIZA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO FINANCEIRO
Dezembro/2017 (- CONSOLIDADO)

Data de emissão: 03/04/2018

Exercício: 2017 P. Contas: PCASP-MT

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Bancos conta movimento	7.048.912,26	8.537.979,97	Bancos conta movimento	12.014.476,54	12.642.936,95
Aplicações financeiras	20.212.147,28	14.618.122,59	Aplicações financeiras	20.212.147,28	14.618.122,59
(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
TOTAL	105.181.657,72	101.217.678,08	TOTAL	105.181.657,72	101.217.678,08

CELSO LEITE GARCIA
PREFEITO MUNICIPAL DE COLNIZA

ADMILSON FERREIRA DOS SANTOS
SECRETARIO DE FINANÇAS

JOAO PAULO MIQUELIN TODESCO
CONTADOR/CRC-MT 019.353/0-8

Emissão 03/04/2018 09:14:33 Página 2

Homologado

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 431/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA Nº 431/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza-MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder**Licença para Tratar de Interesse particular** a ServidoraPublicaMunicipal, **Railda Albuquerque da Silva,**lotada na Secretaria Municipal deEducação e Cultura Desporto e Lazer,matricula nº2873,a partir do dia **01 (primeiro) de abril do ano de 2018**, no prazo de 02 (dois) anos, conforme Artigo 102 Inciso VI e Artigo 109 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,retroagindo seus efeitos ao dia **01de abril de 2018** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de abril de 2018.

CELSO LEITE GARCIA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/04/2018 a 02/05/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 419/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA Nº 419/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza-MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** a Servidora Pública **Poliana Kozowski Nunes**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 2856, a partir do dia **01 a 30 de abril do ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2016/2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **01 de abril de 2018** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de abril de 2018.

CELSO LEITE GARCIA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/04/2018 a 02/05/2018

PORTARIA N°041/2018

PORTARIA N°041/2018

OPresidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA**, **Estado de Mato Grosso**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em atendimento às exigências legais pertinentes;

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica constituída a **Comissão Permanente de Licitação** da Câmara Municipal de Colniza/MT, para responder por suas atribuições no ano de 2018, que será composta pelos seguintes membros:

Ilson Morais de Oliveira – Presidente "Servidor Efetivo" Poliana Cristina Guizzardi – Secretarao "Servidora Efetiva" Geisiane Gonçalves dos Santos – Suplente "Servidora Comissionada"

Art. 2° - Esta Comissão Permanente através de seus membros constituídos elegerá democraticamente a direção dos trabalhos, escolhendo o Presidente, o Secretário e Membro, lavrando Atas em livro próprio, bem como todos os acontecimentos de seus feitos.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se

Colniza – MT, 02 de abril de 2018.

JESINEISON DE AGUIAR BRANDÃO

Presidente

CONTABILIDADE
DCASP - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE COLNIZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Dezembro/2017 - CONSOLIDADO

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas		Saldo a Realizar (c - a)
			Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	64.836.100,00	64.836.100,00	64.224.788,52	99,05	611.311,48
RECEITAS CORRENTES	61.166.100,00	61.166.100,00	62.409.681,32	102,03	-1.243.581,32
RECEITA TRIBUTARIA	2.056.000,00	2.056.000,00	2.423.573,06	117,87	-367.573,06
Impostos	1.580.000,00	1.580.000,00	2.088.266,68	132,16	-508.266,68
Taxas	480.000,00	480.000,00	340.000,70	70,83	139.999,30
Contribuição de Melhoria	10.000,00	10.000,00			10.000,00
(-)Dedução da Receita Tributaria	-14.000,00	-14.000,00	-4.694,32	33,53	-9.305,68
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.176.500,00	2.176.500,00	1.647.190,79	75,68	529.309,21
Contribuições Sociais	1.835.500,00	1.835.500,00	1.455.848,17	79,31	379.651,83
Contribuições Econômicas	341.000,00	341.000,00	191.342,62	56,11	149.657,38
(-)Dedução da Receita de Contribuições					
RECEITA PATRIMONIAL	1.791.100,00	1.791.100,00	3.678.044,59	205,35	-1.886.944,59
Receitas Imobiliárias					
Receitas de Valores Mobiliários	1.791.100,00	1.791.100,00	3.678.044,59	205,35	-1.886.944,59
Receitas de Concessões e Permissões					
Outras Receitas					
(-)Dedução da Receita Patrimonial					
RECEITA AGROPECUÁRIA					
Receita da Produção Vegetal					
Receita da Produção Animal e Derivados					
Outras Receitas Agropecuárias					
(-)Dedução da Receita Agropecuária					
RECEITA INDUSTRIAL					
Receita da Indústria de Transformação					
Receita da Indústria de Construção					
Outras Receitas Industriais					
(-)Dedução da Receita Industrial					
RECEITA DE SERVIÇOS	330.000,00	330.000,00	673.429,35	204,06	-343.429,35
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	54.358.000,00	54.358.000,00	53.268.744,22	97,99	1.089.255,78
Transferências Intergovernamentais	59.359.000,00	59.359.000,00	58.711.408,62	98,90	647.591,38
Transferências de Instituições Privadas					
Transferências do Exterior					
Transferências de Pessoas					
Transferências de Convênios	760.000,00	760.000,00	541.131,46	71,20	218.868,54
Transferências para o Combate à Fomte					
(-) Dedução para foemação do FUNDEB	-5.761.000,00	-5.761.000,00	-5.983.795,86	103,86	222.795,86
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	454.500,00	454.500,00	718.699,31	158,12	-264.199,31
Multa de Juros de Mora	99.200,00	99.200,00	35.962,89	36,25	63.237,11
Indenizações e Restituições	55.300,00	55.300,00	19.008,30	34,37	36.291,70
Receita da Dívida Ativa	270.000,00	270.000,00	4.134,70	1,53	265.865,30
Receitas Diversas	30.000,00	30.000,00	670.619,50	235,39	-640.619,50
(-) Dedução de Outras Receitas Correntes			-11.026,08		11.026,08
RECEITAS DE CAPITAL	3.670.000,00	3.670.000,00	1.815.107,20	49,45	1.854.892,80
OPERAÇÕES DE CRÉDITO					
Operações de Crédito Internas					
Operações de Crédito Externas					
ALIENAÇÃO DE BENS					
Alienação de Bens Móveis					
Alienação de Bens Imóveis					
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS					
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.670.000,00	3.670.000,00	1.815.107,20	49,45	1.854.892,80
Transferências Intergovernamentais	1.670.000,00	1.670.000,00	242.100,00	14,49	1.427.900,00
Transferências de Instituições Privadas					
Transferências do Exterior					
Transferências de Pessoas					
Transferências de Outras Instituições Públicas					
Transferências de Convênios	2.000.000,00	2.000.000,00	1.573.007,20	78,65	426.992,80
Bens Imóveis para o Combate a Fome					
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL					
Integralização do Capital Social					
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.					
Restituições					
Receita de Capital Diversas					
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.350.400,00	4.350.400,00	3.959.809,32	91,02	390.590,68
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	69.186.500,00	69.186.500,00	68.184.597,84	98,55	1.001.902,16
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)					
Operações de Crédito Internas					
Mobiliária					
Contratual					
Operações de Crédito Externas					
Mobiliária					
Contratual					
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	69.186.500,00	69.186.500,00	68.184.597,84	98,55	1.001.902,16
DÉFICIT/SUPERÁVIT (VI)		1.161.327,26			1.161.327,26
TOTAL(VII) = (V + VI)	69.186.500,00	70.347.827,26	68.184.597,84	96,92	2.163.229,42

Emissão: 03/04/2018 09:19:06

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE COLNIZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Dezembro/2017 - CONSOLIDADO

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Créditos Adicionais)			131.242,50		-131.242,50
Superávit Financeiro			131.242,50		-131.242,50
Reabertura de Créditos Adicionais					

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

Emissão: 03/04/2018 09:19:06

Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE COLNIZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Dezembro/2017 - CONSOLIDADO

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas		Saldo a Realizar (c - a)
			Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS CORRENTES (I)	2.163.700,00	2.163.700,00	1.690.739,70	78,14	472.960,30
RECEITA TRIBUTÁRIA					
Taxas					
Contribuição de Melhoria					
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.148.200,00	2.148.200,00	1.668.286,94	77,65	479.913,06
Contribuições Sociais	2.148.200,00	2.148.200,00	1.668.286,94	77,65	479.913,06
Contribuições Econômicas					
RECEITA PATRIMONIAL					
Receitas Imobiliárias					
Receitas de Valores Mobiliários					
Receita de Concessões e Permissões					
Outras Receitas Agropecuárias					
RECEITA AGROPECUÁRIA					
Receita da Produção Vegetal					
Receita da Produção Animal e Derivados					
Outras Receitas Agropecuárias					
RECEITA INDUSTRIAL					
Receita da Indústria de Transformação					
Receita da Indústria de Construção					
Outras Receitas Industriais					
RECEITA DE SERVIÇOS					
Receita de Serviços					
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.500,00	15.500,00	22.452,76	144,85	-6.952,76
Multas e Juros de Mora	15.500,00	15.500,00	22.452,76	144,85	-6.952,76
Indenizações e Restituições					
Receitas Diversas					
RECEITAS DE CAPITAL					
OPERAÇÕES DE CRÉDITO					
Operações de Crédito Internas					
ALIENAÇÃO DE BENS					
Alienação de Bens Móveis					
Alienação de Bens Imóveis					
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS					
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL					
Integralização do Capital Social					
Receitas de Capital Diversas					
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	2.163.700,00	2.163.700,00	1.690.739,70	78,14	472.960,30
DÉFICIT (IV)			233.121,34		-233.121,34
TOTAL (V) = (III + IV)	2.163.700,00	2.163.700,00	1.923.861,04	88,91	239.838,96

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

CELSO LEITE GARCIA
PREFEITO MUNICIPAL DE COLNIZA

ADMILSON FERREIRA DOS SANTOS
SECRETARIO DE FINANÇAS

JOAO PAULO MIQUELIN TODESCO
CONTADOR/CRC-MT 019.353/0-8

Emissão: 03/04/2018 09:19:06

Página 3

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE COLNIZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Dezembro/2017 - CONSOLIDADO

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964)

R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas Até o Mês (h)	Despesas Liquidadas Até o Mês (i)	Despesas Pagas Até o Mês (j)	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	65.589.400,00	68.423.874,94	61.625.387,28	60.894.651,69	58.145.886,49	90,06	6.798.487,66
DESPESAS CORRENTES	50.888.200,00	59.050.078,58	58.271.987,31	58.150.968,38	55.673.294,67	98,68	778.091,27
Pessoal e Encargos Sociais	30.251.100,00	32.423.859,90	31.946.216,28	31.946.216,28	31.944.417,29	98,52	477.643,62
Juros e Encargos da Dívida	12.000,00	19.638,61	19.564,51	19.564,51	19.564,51	99,62	74,10
Outras Despesas Correntes	20.625.100,00	26.606.580,07	26.306.206,52	26.185.187,59	23.709.312,87	98,87	300.373,55
DESPESAS DE CAPITAL	10.014.700,00	5.482.296,36	3.353.399,97	2.743.683,31	2.472.591,82	61,16	2.128.896,39
Investimentos	9.814.700,00	5.452.866,06	3.323.969,67	2.714.253,01	2.443.161,52	60,95	2.128.896,39
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida	200.000,00	29.430,30	29.430,30	29.430,30	29.430,30	100,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.686.500,00	3.891.500,00					3.891.500,00
RESERVA DO RPPS							
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	1.410.600,00	1.923.952,32	1.923.861,04	1.923.861,04	1.663.937,43	99,99	91,28
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	67.000.000,00	70.347.827,26	63.549.248,32	62.818.512,73	59.809.823,92	90,33	6.798.578,94
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)							
Amortização da Dívida Interna							
Dívida Mobiliária							
Outras Dívidas							
Amortização da Dívida Externa							
Dívida Mobiliária							
Outras Dívidas							
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	67.000.000,00	70.347.827,26	63.549.248,32	62.818.512,73	59.809.823,92	90,33	6.798.578,94
SUPERÁVIT (XIII)	2.186.500,00		4.635.349,52				-4.635.349,52
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	69.186.500,00	70.347.827,26	68.184.597,84	62.818.512,73	59.809.823,92	96,92	2.163.229,42

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas Até o Mês (h)	Despesas Liquidadas Até o Mês (i)	Despesas Pagas Até o Mês (j)	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
DESPESAS CORRENTES (I)	1.410.600,00	1.923.952,32	1.923.861,04	1.923.861,04	1.663.937,43	99,99	91,28
Pessoal e Encargos Sociais	1.410.600,00	1.923.952,32	1.923.861,04	1.923.861,04	1.663.937,43	99,99	91,28
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes							
DESPESAS DE CAPITAL (II)							
Investimentos							
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	1.410.600,00	1.923.952,32	1.923.861,04	1.923.861,04	1.663.937,43	99,99	91,28
SUPERÁVIT (IV)	753.100,00	239.747,68		26.802,27			239.747,68
TOTAL (V) = (III + IV)	2.163.700,00	2.163.700,00	1.923.861,04	1.950.663,31	1.663.937,43	88,91	239.838,96

Emissão: 03/04/2018 09:19:06

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE COLNIZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Dezembro/2017 - CONSOLIDADO

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964)

R$ 1,00

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

CELSO LEITE GARCIA
PREFEITO MUNICIPAL DE COLNIZA

ADMILSON FERREIRA DOS SANTOS
SECRETARIO DE FINANÇAS

JOAO PAULO MIQUELIN TODESCO
CONTADOR/CRC-MT 019.353/0-8

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE COLNIZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Dezembro/2017 - CONSOLIDADO

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964)

R$ 1,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	124.571,13	592.118,15	319.549,19	312.349,19	397.140,09	7.200,00
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	124.571,13	592.118,15	319.549,19	312.349,19	397.140,09	7.200,00
DESPESAS DE CAPITAL	15.707,00	1.297.856,48	363.704,81	85.914,00	53.980,01	1.173.669,47
Investimentos	15.707,00	1.297.856,48	363.704,81	85.914,00	53.980,01	1.173.669,47
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL	140.278,13	1.889.974,63	683.254,00	398.263,19	451.120,10	1.180.869,47

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(f)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES		538.908,44	538.405,69		502,75
Pessoal e Encargos Sociais					
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes		538.908,44	538.405,69		502,75
DESPESAS DE CAPITAL		134.000,00	134.000,00		
Investimentos		134.000,00	134.000,00		
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL		672.908,44	672.405,69		502,75

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

CELSO LEITE GARCIA
PREFEITO MUNICIPAL DE COLNIZA

ADMILSON FERREIRA DOS SANTOS
SECRETARIO DE FINANÇAS

JOAO PAULO MIQUELIN TODESCO
CONTADOR/CRC-MT 019.353/0-8

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 420/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA Nº 420/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza-MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** a Servidora Pública **Rosana dos Santos Silva**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 3009, a partir do dia **01 a 30 de abril do ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2015/2016, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **01 de abril de 2018** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de abril de 2018.

CELSO LEITE GARCIA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/04/2018 a 02/05/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 418/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA Nº 418/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza-MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** a Servidora Pública **Cinaria Vieira de Jesus**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 509, a partir do dia **01 a 30 de abril do ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2016/2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **01 de abril de 2018** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de abril de 2018.

CELSO LEITE GARCIA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/04/2018 a 02/05/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 417/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA Nº 417/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza-MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** a Servidora Pública **Elza Aparecida da Cruz Freitas**, *lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 1090, a partir do dia* ***01 a 30 de abril do ano de 2018****, referente ao período aquisitivo 2014/2015, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.*

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **01 de abril de 2018** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de abril de 2018.

CELSO LEITE GARCIA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/04/2018 a 02/05/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 406/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA Nº 406/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza-MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** ao Servidor Público Municipal **Valmiro Alves de Oliveira**, lotado na Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social, matricula nº 3450, a partir do dia **01 a 30 de abril do ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2010/2011, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **01 de abril de 2018** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de abril de 2018.

CELSO LEITE GARCIA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/04/2018 a 02/05/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 409/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA Nº 409/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza-MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** a Servidora Pública Municipal **Edilene Favalessa**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 842, a partir do dia **01 a 30 de abril do ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2015/2016, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **01 de abril de 2018** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de abril de 2018.

CELSO LEITE GARCIA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/04/2018 a 02/05/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 416/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA Nº 416/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza-MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** a Servidora Pública **Joelma Rodrigues Batista**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 1721, a partir do dia **01 a 30 de abril do ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2016/2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **01 de abril de 2018** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de abril de 2018.

CELSO LEITE GARCIA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/04/2018 a 02/05/2018

RESOLUÇÃO Nº 002/2018 DE 02 DE ABRIL DE 2018

RESOLUÇÃO Nº 002/2018 DE 02 DE ABRIL DE 2018.

“Altera as Comissões Permanentes para o Biênio 2017/2018, e dá outras providências” .

A MESA DIRETORA da Câmara Municipal de Colniza/MT, aprovou e Eu **JESINEISON DE AGUIAR BRANDÃO**,Presidente da Câmara Municipal de Colniza-MT no uso de minhas atribuições constituídas em lei promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º. Fica alterada as Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, ficando a partir desta data composta conforme segue:

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PRESIDENTE – Marcos Venicio Rodrigues da Silva - PSB

SECRETÁRIO – Silvanio Alberto da Cruz - PMB

RELATOR – Siwal Sant'Ana Soares - PSDB

1º SUPLENTE – Nicodemo Zitkoski.- PSDB

2º SUPLENTE – Daniel Pereira de Andrade - PT

Dia de reuniões: Horário de Reuniões:

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE – Siwal Sant'Ana Soarez - PSDB

SECRETÁRIO – Silvanio Alberto da Cruz - PMB

RELATOR – Marcos Venicio Rodrigues da Silva – PSB

1º SUPLENTE – Daniel Pereira de Andrade - PT

2º SUPLENTE – Valter de Lima Jesus - PSC

Dia de reuniões: Horário de Reuniões:

COMISSÃO DE OBRAS,BENS E SERVIÇOS PUBLICOS E ATIVIDADES PRIVADAS

PRESIDENTE – Marcos Venicio Rodrigues da Silva - PSB

SECRETÁRIO – Valter de Lima Jesus - PSC

RELATOR – Daniel Pereira de Andrade – PT

1º SUPLENTE – Oseia Pereira Guedes – PSC

2º SUPLENTE – Siwal Sant'Ana Soares - PSDB

Dia de reuniões: Horário de Reuniões:

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E MEIO AMBIENTE

PRESIDENTE – Oseia Pereira Guedes – PSC

SECRETÁRIO – Nicodemo Zitkoski - PSDB

RELATOR – Silvanio Alberto da Cruz - PMB

1º SUPLENTE – Siwal Sant'Ana Soares - PSDB

2º SUPLENTE – Valter de Lima Jesus - PSC

Dia de reuniões: Horário de Reuniões:

COMISSÃO DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

PRESIDENTE – Valter de Lima Jesus - PSC

SECRETÁRIO – Nicodemo Zitkoski - PSDB

RELATOR – Oseia Pereira Guedes – PSC

1º SUPLENTE – Silvanio Alberto da Cruz - PMB

2º SUPLENTE – Siwal Sant'Ana Soares - PSDB

Dia de reuniões: Horário de Reuniões:

COMISSÃO DE ÉTICA

PRESIDENTE – Oseia Pereira Guedes - PSC

SECRETÁRIO – Valter de Lima Jesus - PSC

RELATOR – Daniel Pereira de Andrade – PT

1º SUPLENTE – Marcos Venicio Rodrigues da Silva – PSB

2º SUPLENTE – Siwal Sant'Ana Soares - PSDB

Dia de reuniões: Horário de Reuniões:

Art. 2º - As comissões referidas no caput do artigo anterior terão vigência até o dia 31(trinta e um) de dezembro de 2018, nos termos do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Colniza- MT, Gabinete do Presidente, aos dias 02 de abril de 2018.

Jesineison de Aguiar Brandão

Presidente

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 423/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA Nº 423/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza-MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** a Servidora Pública **Daiany Christina de Araujo Campos**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 678, a partir do dia **01 a 30 de abril do ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2013/2014, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **01 de abril de 2018** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de abril de 2018.

CELSO LEITE GARCIA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/04/2018 a 02/05/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 415/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA Nº 415/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza-MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** a Servidora Pública **Luzia Prochnow Gerk**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 2215, a partir do dia **01 a 30 de abril do ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2015/2016, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **01 de abril de 2018** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de abril de 2018.

CELSO LEITE GARCIA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/04/2018 a 02/05/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 414/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA Nº 414/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza-MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** a Servidora Pública **Neira de Oliveira Ventura**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 1491, a partir do dia **01 a 30 de abril do ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2015/2016, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **01 de abril de 2018** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de abril de 2018.

CELSO LEITE GARCIA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/04/2018 a 02/05/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 407/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA Nº 407/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza-MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** a Servidora Pública Municipal **Clesia Karina Lopes da Costa**, lotada na Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social, matricula nº 621, a partir do dia **01 a 30 de abril do ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2017/2018, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **01 de abril de 2018** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de abril de 2018.

CELSO LEITE GARCIA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/04/2018 a 02/05/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 413/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA Nº 413/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza-MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** a Servidora Pública **Irondina Medeiros Bastos Garcia**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 1491, a partir do dia **01 a 30 de abril do ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2015/2016, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **01 de abril de 2018** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de abril de 2018.

CELSO LEITE GARCIA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/04/2018 a 02/05/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 412/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA Nº 412/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza-MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** a Servidora Pública Municipal **Maria Aparecida Cesário**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 2335, a partir do dia **01 a 30 de abril do ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2016/2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **01 de abril de 2018** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de abril de 2018.

CELSO LEITE GARCIA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/04/2018 a 02/05/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 411/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA Nº 411/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza-MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** a Servidora Pública Municipal **Andreia Aparecida Kunz**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Desporto e Lazer, matricula nº 281, a partir do dia **01 a 30 de abril do ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2017/2018, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **01 de abril de 2018** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de abril de 2018.

CELSO LEITE GARCIA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/04/2018 a 02/05/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 410/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA Nº 410/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza-MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** a Servidora Pública Municipal **Célia de Fátima Amorim Firme**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 477, a partir do dia **01 a 30 de abril do ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2015/2016, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **01 de abril de 2018** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de abril de 2018.

CELSO LEITE GARCIA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/04/2018 a 02/05/2018

PORTARIA N° 042/2018

PORTARIA N° 042/2018

Presidente da Câmara Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, a necessidade de implantação do Pregão Presencial no âmbito da administração pública, em cumprimento ao que regulamenta

o Decreto Municipal nº 160/2009 e, em conformidade com dispositivos da Lei Municipal º 426/2009 e Lei Federal n.º 10520/2002 de 17 de julho de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º Designar como Pregoeira Oficial a servidora Srª. Poliana Cristina Guizzardi, e como membros da equipe de apoio os servidores Maria das Dores Silva e Ilson Morais de Oliveira, para apreciar/analisar as propostas nos Processos Licitatórios na modalidade Pregão da Câmara Municipal.

Art. 2º Os trabalhos dos servidores ora nomeados, deverão ser executados conforme dispositivos da legislação vigente, subsidiariamente na Lei Federal n.º 8666/1993 e suas alterações.

Art. 3º Conceder à referida Comissão, o prazo de 02 de abril a 31 de Dezembro de 2018, para conclusão dos trabalhos.

Art. 4º Compete ao pregoeiro e membros da equipe de apoio, a prática de todos os atos necessários ao processamento e julgamento das licitações, para o exercício de 2018, independente de requerimento de solicitação.

Art. 5º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Colniza – MT, 02 de abril de 2018.

JESINEISON DE AGUIAR BRANDÃO

Presidente

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 408/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA Nº 408/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza-MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** a Servidora Pública Municipal **Maria Lucia Gonçalves**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Desporto e Lazer, matricula nº 2450, a partir do dia **01 a 30 de abril do ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2017/2018, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **01 de abril de 2018** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de abril de 2018.

CELSO LEITE GARCIA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/04/2018 a 02/05/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 421/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA Nº 421/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza-MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** a Servidora Pública **Geralda Maria de Jesus Sa Jordão**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 1301, a partir do dia **01 a 30 de abril do ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2015/2016, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **01 de abril de 2018** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de abril de 2018.

CELSO LEITE GARCIA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/04/2018 a 02/05/2018

CONTABILIDADE
DCASP - DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE COLNIZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (CONSOLIDADO)

Dezembro/2017

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	107.929.655,82	76.004.099,85
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.510.761,71	2.312.103,51
IMPOSTOS	3.715.728,92	1.742.115,37
TAXAS	795.032,79	569.988,14
CONTRIBUIÇÕES	3.592.005,47	2.099.463,00
CONTRIBUICOES SOCIAIS	3.400.662,85	1.644.192,77
CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA	191.342,62	455.270,23
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	218.397,26	275.762,02
EXPLORACAO DE BENS E DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS	218.397,26	275.762,02
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	3.714.007,48	4.569.027,48
JUROS E ENCARGOS DE MORA	35.962,89	18.478,36
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS	3.678.044,59	4.550.549,12
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	63.382.725,76	64.927.411,24
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.269.339,62	1.993.500,24
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	45.560.897,02	46.320.253,17
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS	31.803,33	
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	15.520.685,79	16.301.949,00
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA		311.708,83
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	424.322,87	1.747.221,42
REAVALIACAO DE ATIVOS	4.217,22	38.102,91
OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS	261.279,00	2.346,00
GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	158.826,65	1.706.772,51
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	32.087.435,27	73.111,18
REVERSAO DE PROVISOES E AJUSTES DE PERDAS	31.407.241,13	73.111,18
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	680.194,14	

Emissão: 03/04/2018 09:21:20 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE COLNIZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (CONSOLIDADO)

Dezembro/2017

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	124.377.091,95	70.583.399,41
PESSOAL E ENCARGOS	33.109.575,24	32.540.517,63
REMUNERACAO A PESSOAL	28.966.831,17	27.891.322,88
ENCARGOS PATRONAIS	4.142.744,07	4.649.194,75
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	799.786,66	598.929,19
APOSENTADORIAS E REFORMAS	271.042,02	224.890,84
PENSOES	156.225,78	133.787,25
BENEFICIOS EVENTUAIS	42.900,00	
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	329.618,86	240.251,10
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	28.562.093,18	21.153.554,96
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	7.567.498,38	8.305.129,97
SERVICOS	17.457.612,95	12.822.339,33
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	3.536.981,85	26.085,66
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	19.799,61	336.229,90
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	148,66	314.962,57
JUROS E ENCARGOS DE MORA	19.650,95	
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS		21.267,33
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	8.755.144,23	8.065.056,89
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.269.339,62	2.014.103,55
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	6.355.702,61	5.989.153,34
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS		61.800,00
TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	130.102,00	
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	63.622,98	6.497.235,39
REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	4.694,32	5.203.173,50
PERDAS INVOLUNTARIAS	4.141,28	38.573,19
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	54.787,38	1.255.488,70
TRIBUTÁRIAS	533.327,89	1.066.760,76
CONTRIBUICOES	533.327,89	1.066.760,76
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	52.533.742,16	325.114,69
VPD DE CONSTITUICAO DE PROVISOES	52.116.573,87	82.539,75
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	417.168,29	242.574,94
Resultado Patrimonial do Período	-16.447.436,13	5.420.700,44

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE COLNIZA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (CONSOLIDADO)
Dezembro/2017

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	2.800.167,01	4.148.332,73
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	29.430,30	349.917,62

CELSO LEITE GARCIA
PREFEITO MUNICIPAL DE COLNIZA

ADMILSON FERREIRA DOS SANTOS
SECRETARIO DE FINANÇAS

JOAO PAULO MIQUELIN TODESCO
CONTADOR/CRC-MT 019.353/0-8

Emissão: 03/04/2018 09:21:20 Página 3

Homologado

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 425/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA Nº 425/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza-MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** a Servidora Pública **Andreia Borges de Souza**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 285, a partir do dia **01 a 30 de abril do ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2014/2015, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **01 de abril de 2018** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de abril de 2018.

CELSO LEITE GARCIA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/04/2018 a 02/05/2018

JURÍDICO
DECRETO Nº. 065/GP/2018, DE 04 DE ABRIL DE 2018.

DECRETO Nº. 065/GP/2018, DE 04 DE ABRIL DE 2018.

Súmula: "Exonera nos termos do artigo 156 da Lei 499/2011, o servidor Rafael Fuzetti Axelson**".**

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1°- Exonera por abandono de cargo, nos moldes do Art. 156 da Lei Municipal nº. 499/2011 – Estatuto do Servidor Público, o Servidor **Rafael Fuzetti Axelson,** matrícula nº 2866-3, portador da Carteira de Identidade RG. nº **7.710.082-2 SSP/MT** e CPF n° **052.877.049-76**, concursado no cargo de Professor vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2°- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza-MT, em 04 de abril de 2018.

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 427/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA Nº 427/ADM/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza-MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Ferias** ao Servidor Público **Alessandro Faustino Polastrini**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 161, a partir do dia **01 a 30 de abril do ano de 2018**, referente ao período aquisitivo 2014/2015, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **01 de abril de 2018** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de abril de 2018.

CELSO LEITE GARCIA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/04/2018 a 02/05/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 015/2018 DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS

EDITAL 015/2018

Pelo presente dá-se publicidade ao requerimento do Sr. VALDECIDE FRANCO DA SILVA - CPF:042.255.436-76 e VALDERRUBENS FRANCO DA SILVA – CPF: 043.430.786-63; cadastramento de titularidade de imóvel com respeito ao LOTE 11 E 12 - QUADRA 26– Bairro SETOR JARDIM TROPICAL, sendo que qualquer interessado em impugnar o citado requerimento deverá fazê-lo num prazo de 15(quinze) dias junto ao setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Confresa.

Confresa, 05de Abril de 2018.

_____ _____

Juliana M. Festi Murano Rônia Maria. C. B. Milhomem

Chefe Departamento de Tributos Secretaria de Finanças

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 178/2018 DE 05 DE ABRIL DE 2018.

Portaria 178/2018 de 05 de Abril de 2018.

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 020/2005.

CONSIDERANDO: oficio 007/CPPA/2018.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a PRORROGAÇÃO DO PRAZO por um período de 60 (sessenta) dias para conclusão do PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, instaurado em 25/01/2018 pela PORTARIA 099/2018 desfavor da servidora pública municipal DIVINALVA ALVES DA SILVA, matricula 000581, efetiva no cargo de PROF DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 23/03/2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 05 de Abril de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 177/2018 DE 05 DE ABRIL DE 2018.

Portaria 177/2018 de 05 de Abril de 2018.

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 020/2005.

CONSIDERANDO: oficio 007/CPPA/2018.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a PRORROGAÇÃO DO PRAZO por um período de 60 (sessenta) dias para conclusão do PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, instaurado em 25/01/2018 pela PORTARIA 097/2018 desfavor do servidor público municipal ROMAILTON DIAS VASCONCELOS, matricula 000167, efetivo no cargo de AGENTE DE SAÚDE-ACS, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/UBS JARDIM PLANALTO.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 23/03/2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 05 de Abril de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 176/2018 DE 05 DE ABRIL DE 2018.

Portaria 176/2018 de 05 de Abril de 2018.

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 020/2005.

CONSIDERANDO: oficio 007/CPPA/2018.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a PRORROGAÇÃO DO PRAZO por um período de 60 (sessenta) dias para conclusão do PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, instaurado em 25/01/2018 pela PORTARIA 096/2018 desfavor do servidor público municipal CELIO EIJI TOBISAWA, matricula 012492, efetivo no cargo de PNSS-MEDICO ORTOPEDISTA, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/HOSPITAL MUNICIPAL.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 23/03/2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 05 de Abril de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 175/2018 DE 05 DE ABRIL DE 2018.

Portaria 175/2018 de 05 de Abril de 2018.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos ao Servidor Público Municipal VALDEY MARTINS FARIAS, matricula 010448, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE VIGILANCIA PATRIMONIAL, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
14/07/2011 a 13/07/2016	02/04/2018 A 30/06/2018

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 05 de Abril de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 174/2018 DE 05 DE ABRIL DE 2018.

Portaria 174/2018 de 05 de Abril de 2018.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE COMISSÃO, E/OU CONSELHO E NOMEIÇÃO DE SEUS MEMBROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - CRIAR a COMISSÃO ESPECIAL para julgamento das Propostas Técnicas do CONCURSO DE PROJETOS 001/2018 cujo objeto é a celebração de Termo de Parceria entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA e a ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO - OSCIP.

Art. 2° - NOMEAR seus membros para compor a COMISSÃO ESPECIAL PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS DO CONCURSO DE PROJETOS 001/2018.

FUNÇÃO	NOME	CARGO
PRESIDENTE	JOSÉ ALDEIR DA SILVA MEDEIROS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
MEMBRO	ANA CELIA DE SOUZA LIMA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
MEMBRO	JULIANA MELO FESTI MURANO	PNSS-ENFERMEIRO

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 05 de Abril de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 173/2017 DE 05 DE ABRIL DE 2018.

Portaria 173/2017 de 05 de ABRIL de 2018.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei 208/2005.

CONSIDERANDO: o atestado médico de 05/05/2018 - Dr. Jiomar Lopes - CRM 3363 MT.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA MATERNIDADE por 120 (cento e vinte) dias no período de 05/04/2018 a 02/08/2018 a servidora pública municipal OSMAR LEIDE ALVES TORRES SILVA, matricula 012619, efetiva no cargo de AGENTE DE SERVICOS GERAIS/LIMPEZA PREDIAL, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 05 de Abril de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO CPL Nº. 09/2018

PROCESSO LICITATÓRIO: 006/2018

DO OBJETO: Contratação de Empresa para prestação de serviços especializados em assessoria técnica administrativa para o acompanhamento da execução de convênios e contratos de repasse do programa de consolidação e emancipação (auto suficiência) resultante da reforma agrária-PAC, junto a superintendência do INCRA-MT, bem como elaboração de prestação de conta.

VIGÊNCIA: 12/03/2018 a 12/03/2019;

DO VALOR GLOBAL: R$ 42.000,00

DATA: Confresa, 12 de março de 2018

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – **Contratado: CONTACT ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL EIRELI**

CNPJ: 28.719.799/0001-90

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2018 - PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 018/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2018

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 018/2018

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no dia 19 de Abril de 2018, às 14:00hs (horário local), na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Rua Mato Grosso, nº 93, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2018 - SRP do tipo Menor Preço Por Item** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-2014.

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE **GENEROS ALIMENTICIOS SENDO PÃES, ROSCAS, SALGADOS ETC** PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA – MT.

Confresa-MT, 05 de Abril de 2018.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA/MT AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2018 TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2018 A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA/MT TORNA PÚBLICO, PARA O CONHEC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA/MT

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2018

A Prefeitura Municipal de Confresa/MT torna público, para o conhecimento dos interessados, o resultado do processo licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 001/2018 conforme segue:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM NA AVENIDA MATO GROSSO NO MUNICÍPIO DE CONFRESA/MT, CONFORME TERMO DE CONVENIO Nº 829773/2016, ASSIM COMO PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E MAPA DAS RUAS ANEXO AO EDITAL.

HOMOLOGADO/ADJUDICADO para as empresas:

EMPRESA:

SEMEC – SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ: 15.062.243/0001-21

ENDEREÇO: AV. INDUSTRIAL, SETOR INDUSTRIAL, CEP. 78.652-000, CONFRESA/MT.

FONE: (66) 3564-1424

EMAIL: semecltda@gmail.com

Valor total de R$ 299.033,72 (duzentos e noventa e nove mil, trinta e três reais e setenta e dois centavos).

_____

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Presidente da C.P.L

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 016/2018 DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS

EDITAL 016/2018

Pelo presente dá-se publicidade ao requerimento do Sr. JAKSON FARIAS DE SOUSA – CPF: 015.060.781-41; cadastramento de titularidade de imóvel com respeito ao LOTE 08 - QUADRA 16–Rua Paraíso - Bairro JARDIM VITÓRIA II, sendo que qualquer interessado em impugnar o citado requerimento deverá fazê-lo num prazo de 15(quinze) dias junto ao setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Confresa.

Confresa, 05de Abril de 2018.

_____ _____

Juliana M. Festi Murano Rônia Maria. C. B. Milhomem

Chefe Departamento de Tributos Secretaria de Finanças

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO CPL Nº. 10/2018

DO OBJETO: aquisição, por parte do COMPRADOR, dos direitos possessórios sobre uma área da VENDEDORA, com 10 (dez) hectares de extensão, pertencente a uma área maior de 219, 51 hectares, situada na BR 158, Km 01, sentido Porto Alegre do Norte, entrada à esquerda, no local denominado Gleba Xavante, do P.A. Xavante, conforme croqui e memorial descritivo que ficam sendo parte integrante deste Instrumento. Conforme art. 1º da lei nº 139/2018.

VIGÊNCIA: 20/04/2018 a 20/06/2019 conforme art. 2º da lei nº 139/2018;

DO VALOR GLOBAL: R$ 120.000,00 conforme art. 2º da lei nº 139/2018

DATA: Confresa, 19 de março de 2018

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – **Vendedor: JOANINHA JACINTA DA SILVA**

CPF: 288.594.21-87

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 179/2018 DE 05 DE ABRIL DE 2018.

Portaria 179/2018 de 05 de Abril de 2018.

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 020/2005.

CONSIDERANDO: oficio 007/CPPA/2018.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a PRORROGAÇÃO DO PRAZO por um período de 60 (sessenta) dias para conclusão do PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, instaurado em 25/01/2018 pela PORTARIA 100/2018 desfavor do servidor público municipal PAULO CESAR VIEIRA BORBA, matricula 011562, efetivo no cargo de APOIO ADM EDUC/MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 23/03/2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 05 de Abril de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO EXPROPRIATÓRIO 001/2018

DECRETO EXPROPRIATÓRIO N.001 /2018

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA E AUTORIZA ADESAPROPRIAÇÃO DE ÁREA DE POSSE ESPECÍFICA, NA FORMA DO ARTIGO 5º DO DECRETO-LEI N. 3.365/41 E LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 139/2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa MT, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, combinados com os artigos 5º, letra "i", e 6º do Decreto - Lei Federal n. 3.365, de 21 de junho de 1.941, e Lei Complementar Municipal n. 139/2018, de 1º de março de 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, a fim de ser desapropriada, por via administrativa amigável, uma área de posse da Sra.JOANINHA JACINTA DA SILVA, brasileira, casada, comerciante, portadora do CPF n. 288.594.21-87, residente na cidade de Porto Alegre do Norte-MT com 10 (dez) hectares de extensão, pertencente a uma área maior de 219, 51 hectares, situada na BR 158, Km 01, sentido Porto Alegre do Norte, entrada à esquerda, no local denominado Gleba Xavante, do P.A. Xavante, com a descrição constante do memorial descritivo e croqui em anexo, que ficam sendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º -O valor a ser pago à Sra. JOANINHA JACINTA DA SILVA será de R$120.000,00 (cento e vinte mil reais), conforme Laudo de Avaliação oficial, e corresponde à posse e benfeitorias existentes.

Art. 3º -A presente desapropriação é de caráter consensual entre o Munícipio de Confresa e a detentora da posse do imóvel.

Art. 4º -Fica declarada de natureza urgente a desapropriação autorizada por este Decreto, para o fim do disposto no artigo 15, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1.941.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 19 de março de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2018 - PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 017/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2018

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 017/2018

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no dia 19 de Abril de 2018, às 09:00hs (horário local), na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Rua Mato Grosso, nº 93, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2018 - SRP do tipo Menor Preço Por Item** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-2014.

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA **AQUISIÇÃO DEMATERIAL PERMANENTE, SENDO MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER O LABORATORIO MUNICIPAL, HOSPITAL MUNICIPAL E O PROGRAMA DST/HIV/AIDS, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**.

Confresa-MT, 05 de Abril de 2018.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 46/2018

JAIR KLASNER, PREFEITO DO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 37, item II da Constituição Federal, e o disposto no artigo 24 da Lei Municipal nº 019/2005.

C O N V O C A:

Os abaixo relacionados, aprovados em Processo Seletivo Público 001/2017, que deverão comparecer no prazo de 30 (Trinta) dias, à contar desta data, na Prefeitura Municipal, no horário de 7:00h às 11:00h, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei.

O não comparecimento do(a) interessado(a) no prazo de 30 (trinta) dias, à partir desta data, e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado(a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cotriguaçu – MT, em 05 de Abril de 2018.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

DOS CONVOCADOS

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – MICRO ÁREA 19

ELISANGELA ARMI SILVA REIS

ANEXO II DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Fotocópia autenticada da certidão de nascimento ou casamento ou averbações, se houver;

Fotocópia autenticada da certidão de nascimento dos filhos, se tiver;

Fotocópia autenticada da Cédula de Identidade e CPF;

Cópia da Carteira de Trabalho e Número de Cadastramento no PIS/PASEP;

Fotocópia autenticada do Título de Eleitor com o comprovante de votação na última eleição;

Fotocópia autenticada do Certificado de Reservista, de isenção ou de dispensa (se do sexo masculino);

Certidão Negativa Civil e Criminal; (retirar no Fórum ou no Site http://www.tjmt.jus.br/Servicos/CertidaoNegativa/)

Declaração de que nunca foi demitido do serviço público por justa causa; (prefeitura fornece modelo)

Fotocópia autenticada do comprovante de Escolaridade exigido para o exercício do cargo e Registro no Órgão Competente.

Fotocópia autenticada do Certificado de Conclusão do Curso Introdutório;

Declaração de Bens e Direitos; (prefeitura fornece modelo da declaração);

Declaração de não acumulo ilegal de cargo; (prefeitura tem o modelo)

Fotocópia autenticada do Comprovante de Residência;

Declaração emitida pela Secretaria Municipal de Saúde atestando que o candidato reside na micro área a qual pretende tomar posse.

AVISO DE EDITAL LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº 037/2018
PROCESSO 057/2018

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a abertura de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 037/2018 forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para: **"FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS AGENTES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU" ,**cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia 18 **(dezoito) de abril de 2018, às 08:00 (oito horas)**, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira pelo e-mail licitacao@cotriguacu.mt.gov.br ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência). Cotriguaçu-MT, 06 de Abril de 2018. **Valéria de Almeida Pregoeira da Comissão Especial de Licitação.**

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 45/2018

JAIR KLASNER, PREFEITO DO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 37, item II da Constituição Federal, e o disposto no artigo 24 da Lei Municipal nº 019/2005.

C O N V O C A:

Os abaixo relacionados, aprovados em Processo Seletivo Simplificado 002/2017 e 003/2017, que deverão comparecer no prazo de 10 (Dez) dias, à contar desta data, na Prefeitura Municipal, no horário de 7:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, apresentando **fotocópia** da seguinte documentação:

• Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento ou averbações, se houver;

• Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos, se tiver;

• Fotocópia da Cédula de Identidade e CPF;

• Cópia da Carteira de Trabalho e do Cartão de Cadastramento no PIS/PASEP;

• Fotocópia do Título de Eleitor com o comprovante de votação na última eleição;

• Fotocópia do Certificado de Reservista, de isenção ou de dispensa (se do sexo masculino);

• Declaração de que nunca foi demitido do serviço público por justa causa; (prefeitura fornece modelo)

• Fotocópia do comprovante de Escolaridade;

• Declaração de Bens e Direitos; (prefeitura fornece modelo da declaração);

• Declaração de não acumulo ilegal de cargo; (prefeitura tem o modelo)

• Conta bancária;

• Endereço atualizado;

• Fotocopia da CNH exigida para o exercício do cargo (quando necessário).

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 10 (Dez) dias, à partir desta data, e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi selecionado(a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cotriguaçu – MT, em 05 de Abril de 2018.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

DOS CONVOCADOS

CARGO: PROFESSOR – PEDAGOGO/NOVA UNIÃO

MIRIAN DOS SANTOS

SANDRA FRANCISCO SALES

SEC. GOVERNO
NOTIFICAÇÃO Nº 01/2018 - MATHEUS FELIPE TOMAZETTO 06064785152

IDENTIFICAÇÃO DO INTERESSADO		
Razão Social : MATHEUS FELIPE TOMAZETTO 06064785152		
CNPJ n.° : 26.132.353/0001-39		
Endereço : Rua Iris Brambila nº 53 – Sala 01- Centro		
CEP :78.330-000	**Cidade: Cotriguaçu**	**Estado: MT**
LAVRATURA		
Data : 21/08/2017	**Processo: 082/2017**	
Base Legal	**Edital do Pregão SRP nº 049/2017.**	

Nos termos do Contrato nº 039/2017 e da portaria nº 306/2017 onde designou a presente como fiscal de contrato do referido contrato, apresento a presente NOTIFICAÇÃO para que vossa senhoria no prazo de 5 (cinco) dias úteis apresente a devida justificativa e efetue a correção da irregularidade no objeto entregue.

PENDÊNCIA	REFERÊNCIA CONTRATUAL (CLÁUSULA/ SUBCLÁUSULA/ ALÍNEA):
O fornecedor não está concluindo os serviços solicitados com a qualidade necessária causando transtornos para o órgão público.	8.6. Fornecer o objeto de boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no presente termo;
O fornecedor não está cumprindo a cláusula 8.7 do contrato em que o mesmo se comprometeu a atender os serviços solicitados no prazo de 24 (vinte e quatro horas).	8.7. Realizar os serviços com prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da solicitação;

SERVIÇOS PENDENTES:

1. Manutenção de Ar Condicionado no Centro Educacional Pequeno Cidadão.

2. Instalação de Ar Condicionado na Escola Municipal Santa Maria;

Aguardarei um pronunciamento formal (escrito) dessa Empresa:

Atenciosamente

NOME DO FISCAL: JOCELI TEODORO CANDIDO DE JESUS	MATRÍCULA: 435
ASSINATURA DO FISCAL:	DATA: 05/04/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PESSOAL N º. 056/2016

Referente à Prestação de Serviços no Cargo de **MOTORISTA I (AMBULÂNCIA)** Contratado: **GILBERTO QUIRINO CARDOSO**; Salário Mensal: R$ 1051,05; Vigência: 15/08/2016 a 30/06/2018; Lotação: Secretaria Municipal de Saúde.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PESSOAL N º. 055/2016

Referente à Prestação de Serviços no Cargo de **ENFERMEIRO** Contratado: **LUIZ CAVALCANTI**; Salário Mensal: R$ 3167,59; Vigência: 15/08/2016 a 30/06/2018; Lotação: Secretaria Municipal de Saúde.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO 3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PESSOAL Nº. 039/2017

Referente à Prestação de Serviços no Cargo de **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS** Contratado: **PEDRO FERRO JUNIOR**; Salário Mensal: R$ 1014,00; Vigência: 07/08/2017 a 30/06/2018; Lotação: Secretaria Municipal de Saúde.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO 3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PESSOAL Nº. 019/2017

Referente à Prestação de Serviços no Cargo de **GARI** Contratado: **JOAQUIM DE JESUS**; Salário Mensal: R$ 954,00; Vigência: 24/04/2017 a 30/06/2018; Lotação: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PESSOAL N º. 041/2016

Referente à Prestação de Serviços no Cargo de **GARI** Contratado: **MARA VANIA CARLOS ANNUNCIATO**; Salário Mensal: R$ 954,00; Vigência: 21/07/2016 a 30/06/2018; Lotação: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 466 DE 05 DE ABRIL DE 2018.

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento do Exercício de 2018 por anulação e dá outras providências."

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito do Município de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento de 2018, Crédito Adicional Especial nas Secretarias abaixo relacionadas no valor total de R$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 05- Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0075.1034. – Aquisição de Veículos

4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente..... R$ 34.000,00

FONTE: 0.1.01.110.000 – Recursos Próprios

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Unidade: 03 – Gerencia de Serviços de Agua e Esgoto

17.512.0076.2083.0000 – Manutenção e Encargos com o DAE

4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente.....R$ 9.000,00

FONTE: 0.1.01.110.000 – Recursos Próprios

Art. 2º - Para dar cobertura nos créditos abertos no artigo anterior será utilizado os recursos definidos pelo Artigo 43, § inciso III, da Lei Federal 4. 320/64. **(Anulação).**

Órgão: 05- Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0075.2051– Manutenção e Encargos com o fundo de Saúde Municipal

3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....R$ 4.500,00

FONTE: 0.1.01.110.000 – Recursos Próprios

10.301.0075.2053.0000 – Manutenção do Centro de Reabilitação

3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....R$ 1.800,00

FONTE: 0.1.01.110.000 – Recursos Próprios

Órgão: 07- Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente

04.122.0003.2085.0000 – Manutenção e Encargos com a Secretaria de Turismo e Meio Ambiente.

3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....R$ 4.500,00

FONTE: 0.1.01.110.000 – Recursos Próprios

Órgão: 08- Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social

Unidade: 02 – **Fundo Municipal da Criança e do Adolescente**

08.243.0081.2107 – Manutenção e Encargos com o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....R$ 5.500,00

FONTE: 0.1.01.110.000 – Recursos Próprios

Órgão: 03- Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

04.122.0003.2009 – Manutenção e Encargos com a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....R$ 5.000,00

FONTE: 0.1.01.110.000 – Recursos Próprios

Órgão: 04- Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Unidade: 02 – Gerência de Educação

12.365.0041.1016 – Aquisição de Parque Infantil

4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....R$ 12.700,00

FONTE: 0.1.01.110.000 – Recursos Próprios

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Unidade: 03 – Gerencia de Serviços de Agua e Esgoto

17.512.0076.2083 – Manutenção e Encargos com o DAE

3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....R$ 9.000,00

FONTE: 0.1.01.110.000 – Recursos Próprios

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação na Lei 460/2017 – Plano Plurianual e na Lei nº 459/2017 – Lei de Diretrizes Orçamentário (**PPA/LDO**), bem como apresentá-los em audiência pública junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 4º - Fica autorizado o Poder Executivo a suplementar a ou remanejamento de dotação de que trata o art. 1º até o limite de 10% do seu valor total.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, 05 de Abril de 2018.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PESSOAL N º. 020/2017

Referente à Prestação de Serviços no Cargo de **MOTORISTA III (VEÍCULO GRANDE)** Contratado: **ANDERSON LOPES SALVADOR**; Salário Mensal: R$ 1435,10; Vigência: 25/07/2017 a 30/06/2018; Lotação: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PESSOAL N º. 042/2016

Referente à Prestação de Serviços no Cargo de **GARI** Contratado: **NOEMIA JOSEFA DA SILVA CLARO**; Salário Mensal: R$ 954,00; Vigência: 25/07/2016 a 30/06/2018; Lotação: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PESSOAL N º. 043/2016

Referente à Prestação de Serviços no Cargo de **GARI** Contratado: **JOSÉ VANDERLEI DA SILVA**; Salário Mensal: R$ 954,00; Vigência: 29/07/2016 a 30/06/2018; Lotação: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 467 DE 05 DE ABRIL DE 2018

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento do Exercício de 2018 por excesso na rubrica da receita e dá outras providências."

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito do Município de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento de 2018, **Crédito Adicional Especial** na Secretaria Municipal de Saúde e na Secretaria Municipal de Educação no valor total de R$ 364.140,00 (Trezentos e sessenta e quatro mil e cento e quarenta reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 05- Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0075.1.034 – Aquisição de Veículos

4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente.....R$ 116.000,00

FONTE: 0.1.14.300.017– Transferências do FNS.

10.301.0075.2001– Aquisição de Moveis, maquinas e equipamentos em geral

4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente.....R$ 32.140,00

FONTE: 0.1.14.300.000 – Transferências do FNS.

10.302.0075.2053– Manutenção com o Centro de Reabilitação

4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente..... ..... R$ 16.000,00

FONTE: 0.1.42.300.000 – Transferência da Secretaria de Estado de Saúde

Órgão: 04- Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Unidade: 02 – Gerencia de Educação

12.361.0040.2038 – Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.30.00 – Material de Consumo..... .....R$ 100.000,00

3.3.90.36.00–Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica..... ..... R$ 100.000,00

FONTE: 0.1.30.220.010– Transferência Transporte Escolar – Estado Fethab

Art. 2º - Para dar cobertura nos créditos aberto no artigo anterior será utilizado os recursos definidos pelo Artigo 43, § inciso II, da Lei Federal 4.320/64. **Excesso na rubrica da receita.**

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação na Lei 460/2017 – Plano Plurianual e na Lei nº 459/2017 – Lei de Diretrizes Orçamentário (**PPA/LDO**), bem como apresentá-los em audiência pública junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 4º - Fica autorizado o Poder Executivo a suplementar a ou remanejamento de dotação de que trata o art. 1º até o limite de 10% do seu valor total.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, 05 de Abril de 2018.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PESSOAL N º. 039/2016

Referente à Prestação de Serviços no Cargo de **MOTORISTA III (VEÍCULO GRANDE)** Contratado: **ELTON AGUIAR DE ANDRADE**; Salário Mensal: R$ 1435,10; Vigência: 19/07/2016 a 30/06/2018; Lotação: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO 3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PESSOAL Nº. 037/2017

Referente à Prestação de Serviços no Cargo de **GARI** Contratado: **PEDRO JOÃO DA SILVA CRUZ**; Salário Mensal: R$ 954,00; Vigência: 01/08/2017 a 30/06/2018; Lotação: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PESSOAL Nº. 015/2017

Referente à Prestação de Serviços no Cargo de **GARI** Contratado: **ROBERTO ARGUELOS RODRIGUES**; Salário Mensal: R$ 954,00; Vigência: 05/04/2017 a 30/06/2018; Lotação: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO 5° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PESSOAL Nº. 009/2017

Referente à Prestação de Serviços no Cargo de **MEDICO CLINICO GERAL** Contratado: **MARCELA RODRIGUES DA SILVA**; Salário Mensal: R$ 7000,00; Vigência: 12/01/2017 a 30/06/2018; Lotação: Secretaria Municipal de Saúde.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PESSOAL Nº. 028/2017

Referente à Prestação de Serviços no Cargo de **TECNICA DE ENFERMAGEM** Contratado: **KELE BRASIL DE SOUZA**; Salário Mensal: R$ 1642,60; Vigência: 12/05/2017 a 30/06/2018; Lotação: Secretaria Municipal de Saúde.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PESSOAL Nº. 023/2017

Referente à Prestação de Serviços no Cargo de **AGENTE DE COMBATE A ENDEMAIS** Contratado: **JULIO CESAR DA SILVA**; Salário Mensal: R$ 1014,00; Vigência: 02/05/2017 a 30/06/2018 Lotação: Secretaria Municipal de Saúde.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PESSOAL Nº. 029/2017

Referente à Prestação de Serviços no Cargo de **MOTORISTA I(AMBULÂNCIA)** Contratado: **ALAN CAMILO DANTAS**; Salário Mensal: R$ 20151,05; Vigência: 15/05/2017 a 30/06/2018 Lotação: Secretaria Municipal de Saúde.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO 3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PESSOAL Nº. 038/2017

Referente à Prestação de Serviços no Cargo de **AGENTE DE COMBATE A ENDEMAIS** Contratado: **ROBERT WILKER DIAS DE ARAUJO**; Salário Mensal: R$ 1014,00; Vigência: 03/08/2017 a 30/06/2018; Lotação: Secretaria Municipal de Saúde.

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 468 DE 05 DE ABRIL DE 2018.

"Autoriza o ingresso do Município de Curvelândia no Consórcio Público denominado de Agência Regional de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento do Complexo Nascentes do Pantanal (AGERR PANTANAL), e dá outras providências".

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito do Município de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de CURVELÂNDIA no consórcio público denominado de **Agência Regional de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento do Complexo Nascentes do Pantanal (AGERR PANTANAL)**, nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, 05 de Abril de 2018.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 075-18

PORTARIA Nº. 075/2018. DENISE/MT, 04 DE ABRIL DE 2018.

EMENTA: CONCEDE PROGRESSÃO DE NÍVEL A SERVIDORA PÚBLICA, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **JOSÉ ANÍBAL ILÁRIO DOS SANTOS**, Prefeito Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de Direito Público, expede a seguinte portaria,

RESOLVE:

Art. 1º - PROMOVER através da elevação de NÍVEL **a servidora abaixo relacionada**, conforme LEI MUNICIPAL Nº. 409/2004, de 20 de abril de 2004, do Plano de Carreiras, Cargos, Salários e Sistemas de Avaliação de Desempenho dos Funcionários Públicos do Município de Denise-MT, Seção I, Artigo 16, § 1º.

MAT	FUNCIONÁRIO	ADMISSÃO	CLASSE/NÍVEL	ELEVAÇÃO DE NÍVEL
463	Léia Ferraz de Souza	12/01/2009	A / 03	A / 04

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 04 (quatro) dias do mês de Abril do ano de 2018.

JOSÉ ANÍBAL ILÁRIO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 074-18

PORTARIA Nº. 074/2018. DENISE-MT, 04 DE ABRIL DE 2018.

EMENTA: CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE INTERESSE PARTICULAR DE 02 (DOIS) ANOS, A SERVIDORA PÚBLICA "ELÂNIA MARIA GOMES FERREIRA DA SILVA**", E ESTABELECE OUTRAS PROVIDENCIAS.**

O SENHOR **JOSÉ ANÍBAL ILÁRIO DOS SANTOS**, PrefeitO Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de Direito Público, expede a seguinte portaria,

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER a Servidora Pública Municipal a Senhora **ELÂNIA MARIA GOMES FERREIRA DA SILVA**, brasileira, portadora da CI – RG nº 17859662 – SSP/MT, cadastrada no CPF sob o nº. 018.957.011.39, matrícula 1090, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, **Licença para Tratamento de Interesse Particular de 02 (DOIS) ANOS,** *sem remuneração*, com inicio a contar de **04 de Abril de 2018 a 04 de Abril de 2020**, de conformidade com a Lei Municipal nº. 149/94, Capítulo IV, Seção VI, artigo 76, do Estatuto do Servidor Público do Município de Denise-MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 04 (quatro) dias do mês de Abril do ano de 2018.

JOSÉ ANÍBAL ILÁRIO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 073-18

PORTARIA Nº. 073/2018. DENISE/MT, 02 DE ABRIL DE 2018.

EMENTA: CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, conforME PROGRAMAÇÃOE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR **JOSÉ ANÍBAL ILÁRIO DOS SANTOS**, PrefeitO Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de Direito Público, expede a seguinte portaria,

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER, nos termos do Título III, Capítulo III, Art. 65, da ***LEI MUNICIPAL Nº. 149/94,***de 17.03.94, **FÉRIAS**, conforme programações abaixo, aos servidores públicos municipais desta Prefeitura.

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.			
PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS: 02/04/2018 A 01/05/2018.			
MAT	FUNCIONÁRIO (A)	FUNÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO
348	Antônio Roberto Lopes dos Santos	Vigilante	10/04/2016 a 09/04/2017.

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.			
PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS: 02/04/2018 A 01/05/2018, SENDO 10 (DEZ) DIAS CONVERTIDOS EM ABONO PECUNIÁRIO E 20 (VINTE) DIAS DE FÉRIAS.			
MAT	FUNCIONÁRIO (A)	FUNÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO
64	Júlio Carmo Filho	Mecânico	05/03/2016 a 04/03/2017

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL – CONSELHO TUTELAR.			
PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS: 02/04/2018 A 01/05/2018.			
MAT	FUNCIONÁRIO (A)	FUNÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO
1171	Tiago Favalessa Teixeira	Conselheiro Tutelar	10/01/2017 a 09/01/2018

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS.			
PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS: 02/04/2018 A 01/05/2018.			
MAT	FUNCIONÁRIO (A)	FUNÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO
1218	José Manoel Ourives Rodrigues	Chefe do Departamento	10/01/2017 a 09/01/2018
34	Eva de Fátima Barbosa Brito	Auxiliar Administrativo	01/06/2016 a 31/05/2017

ÓRGÃO: GABINETE DO PREFEITO.			
PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS: 02/04/2018 A 01/05/2018.			
MAT	FUNCIONÁRIO (A)	FUNÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO
1207	Anderson Furlan de Moraes	Agente Municipal do Detran	02/01/2017 a 01/01/2018

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.			
PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS: 02/04/2018 A 01/05/2018.			
MAT	FUNCIONÁRIO (A)	FUNÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO
1091	Elisângela Vieira dos Santos	Ag. Comunitária de Saúde	23/10/2016 a 22/10/2017
314	Marximandro Perim Costa	Odontólogo	22/02/2016 a 21/02/2017

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.			
PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS: 03/04/2018 A 02/05/2018.			
MAT	FUNCIONÁRIO (A)	FUNÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO
756	José Rodrigues Godois	Motorista	01/02/2017 a 31/01/2018

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.			
PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS: 09/04/2018 A 08/05/2018.			
MAT	FUNCIONÁRIO (A)	FUNÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO
1100	Nájila Karine Lima Rios	Agente de Combate Endemias	23/10/2016 a 22/10/2017

Art. 2º - Os encargos decorrentes da aplicação do art. 64 e art.65, §3º e §6º da Lei supracitada serão devidos e pagos aos servidores junto da remuneração do mês corrente.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 02 (dois) dias do mês de Abril de ano de 2018.

JOSÉ ANÍBAL ILÁRIO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE

LICITAÇÃO
AVISO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE/MT, CNPJ: 03.953.718/0001-90, torna público que requereu à **SEMA/MT**, **LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA JAZIDA DE CASCALHO NO MUNICÍPIO DE DENISE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

GABINETE
PORTARIA Nº 69/2018

O Prefeito Municipal de Diamantino/MT, Sr. **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o Senhor **AMORÉZIO DIAS VIDRAGO,** brasileiro, casado, portador do RG N. º 202.602 SSP/MT e CPF N.º 103.141.991-87 do Cargo de Chefe do Departamento de Turismo, onde desempenhousuas funções junto a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 040/2017 publicado no Diário Oficial em 13/01/2017 Ed. N.º 2.646.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino - MT, 05 de Abril de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2018/SRP

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público que ás 08:00 horas do dia de 18 Abril de 2018, estará abrindo o pregão presencial, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA ATENDER A DEMANDA DO CAP'S DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.** O Edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 06 de Abril de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro Oficial

SETOR RH
PORTARIA DRH Nº 077/2018

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MARIZETE ROSSI COIMBRA

RESOLVE:

ART. 1º - Concede afastamento para tratamento de saúde a servidora **MARIZETE ROSSI COIMBRA,** matricula nº 813-2, no Cargo Professora de Educação Fundamental, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período de 02 de Abril de 2018 a 08 de Junho de 2018.

Art. 2° - A data de retorno poderá ser alterada, mediante apresentação do resultado de perícia realizado pelo INSS.

ART. 3º - Apresente Portaria entrará em vigor com efeito retroativo a 02 de Abril de 2018.

Diamantino/MT, 05 de Abril de 2018.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretária de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 050/2018

DISPÕE SOBRE A REENQUADRAMENTO DO SERVIDOR EFETIVO EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 881/2013 E 1.164/2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe conferem o art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e;

DECRETA:

Art. 1º - Fica reenquadrado (a) servidor (a) efetivo (a) relacionado (a) na tabela abaixo, anexa de acordo com a Lei Nº 1.164/2017.

Art. 2º- - Este Decreto entrará em vigor com efeito retroativo a 01/04/2018, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino, 05 de Abril de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA						
SERVIDOR	**CARGO**	**FUNÇÃO**	**CLASSE/ NIVEL ATUAL**	**REENQ.**	**SALÁRIO ATUAL**	**SAL. REENQ.**
JOSÉ OTÁVIO DE SOUZA FILHO	**AGENTE OPERACIONAL E DE MANUTENÇÃO**	**MOTORISTA**	**B - 08**	**B - 09**	**R$ 2.407,43**	**R$ 2.509,14**

Diamantino, 05 de Abril de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
DESPACHO DE ANULAÇÃO

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Tomada de Preços nº 003/2018

Trata-se de Procedimento Licitatório **Tomada de Preços nº 003/2017,** visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REFORMA E MANUTENÇÃO DE IMOVEIS, PARA REFORMA DA RODOVIARIA MUNICIPAL DE DIAMANTINO-MT**.

Consta da Comunicação Interna o Setor de Licitações e Contratos que ao final do presente procedimento licitatório sagrou-se vencedora a empresa CONSTRUTORA ALTO MONTE EIRELLI-EPP.

No entanto, posteriormente, foram constatados diversos erros quanto à análise da qualificação econômico-financeira, uma vez que foi apresentado pela empresa vencedora o balanço patrimonial encerrado em 2015 e o Defis do ano de 2016. O primeiro documento não serviria para a licitação em curso, e o segundo documento encontrava-se zerado.

Diante disso, foram solicitadas informações e documentos complementares para comprovar a boa situação econômica, com base no artigo 43,§3º da Lei de Licitações.

A empresa Alto Monte apresentou justificativa e juntou ao procedimento o livro diário da empresa do exercício de 2016 e o Defis de janeiro/2018 e do ano de 2017.

Entretanto, os novos documentos apresentados deveriam ter sido juntados no momento oportuno. Daí não poder aceitá-los para fins de habilitação, conforme preconizado pelo artigo 43, § 3º da Lei 8.666/93.

Não se tratam de documentos complementares, mas sim de documentação essencial que deveria ter sido apresentada no momento adequado.

Não obstante isso, o Defis de 2017 encontra-se zerado e o Defis de 2016 apresenta informações dissonantes do Defis de folhas 367/370, impossibilitando uma análise séria sobre a veracidade das informações.

Diante disso, não se vislumbra a boa condição econômico-fianceira da empresa vencedora, fato que impossibilita a futura contratação.

Portanto, acolho integralmente as razões apresentadas no parecer jurídico 16/2018, bem como a comunicação interna do setor de licitações, e com espeque no Art. 49, *caput*, da Lei n° 8.666/93, para o fim de anular integralmente o processo licitatório em curso em virtude da constatação de vício de legalidade insanável.

Determino ainda que se proceda à comunicação a todos os interessados para que, desejando, usem das prerrogativas que dispõe o Art. 109 do mesmo diploma legal.

Transcorrido o prazo recursal ou, havendo renúncia do direito de recorrer, deve o Presidente da CPL encerrar o procedimento licitatório, tudo devidamente justificado e formalizado.

Publique-se.

Cumpra-se.

Diamantino / MT, 05 de abril de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
PORTARIA/DRH Nº 077/2018

O Secretário Municipal de Administração de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso das funções legais que são conferidas pelo art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e,

Concede mudança de Nível Salarial aos servidores e da outras providências.

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder mudança de Nível Salarial, conforme Anexos VII a XIX da Lei nº 881/2013, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários deste município referente ao mês de **Abril de 2018** aos servidores abaixo relacionados:

MAT.	NOME	ANO DE POSSE	NÍVEL ATUAL	NÍVEL ATUALIZADO
102-1	Escalindo Ferreira da Silva	1997	A - 07 = R$ 1.646,13	A - 08 = R$ 1.718,76
3167-1	Andrea Ciotta	2012	B - 02 = R$ 2.143,96	B - 03 = R$ 2.265,32
3184-1	Célia Divina Nery	2012	C - 02 = R$ 1.667,93	C - 03 = R$ 1.762,34
3163-1	Diogo Ferreira Rodrigues	2012	B - 02 = R$ 1.573,22	B - 03 = R$ 1.662,28
3172-1	Jair Ferreira Mendes	2012	A - 02 = R$ 1.864,32	A - 03 = R$ 1.969,84
3169-1	Joana Evangelista Correa	2012	B - 02 = R$ 1.475,46	B - 03 = R$ 1.558,98
3168-1	Joemilson da Costa Porto	2012	B - 02 = R$ 1.573,22	B - 03 = R$ 1.662,28
3165-1	Jucilaine Pereira de Almeida	2012	C - 02 = R$ 1.667,93	C - 03 = R$ 1.762,34
246-1	Paulo Cesar Almeida de Oliveira	1994	B - 09 = R$ 2.509,14	B - 09 = R$ 2.509,14
4200-1	Leidyane Capistrano de Oliveira	2012	A - 01 = R$ 1.290,58	A - 02 = R$ 1.368,01
3171-1	Mara VelascoLima Alencar	2012	B - 02 = R$ 1.475,46	B - 03 = R$ 1.558,98
4167-1	Silvania Rosalia de Pinho	2015	B - 01 = R$ 1.391,94	B - 02 = R$ 1.475,46
3164-1	Valdelice Costa Porto	2012	B - 02 = R$ 1.475,46	B - 03 = R$ 1.558,98
1743-1	Adinalva Conceição Bonfim	2009	B - 03 = R$ 1.558,98	B - 04 = R$ 1.642,50
3180-1	Maria Luiza Dias Ferreira	2012	B - 02 = R$ 5.637,68	B - 03 = R$ 5.956,78
3171-1	Camila Morales Cunha	2012	B - 02 = R$ 1.675,66	B - 03 = R$ 1.770,49
506-1	Ailto Celestino da Silva	1994	D - 08 = R$ 3.035,31	D - 09 = R$ 3.163,57

ART. 2º - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua assinatura, revogada as deposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRE-SE

Diamantino-MT, 05 de Abril de 2018.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR E PRAZO AO CONTRATO Nº 297/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO AOS PACIENTES E ACOMPANHANTES LEGALMENTE INSTITUIDOS E PARA PLANTONISTAS E SERVIDORES DO PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.

VALOR DO CONTRATO: 232.432,00 (DUZENTOS E TRINTA E DOIS MIL QUATROCENTOS E TRINTA E DOIS REAIS)

VALOR DO CONTRATO APÓS O ADITAMENTO: 261.632,00 (DUZENTOS E SESSENTA E UM MIL SEISCENTOS E TRINTA E DOIS REAIS)

PRAZO: 12 (DOZE) MESES

CONTRATADO: SANDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA- ME

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 04 DE ABRIL DE 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº 010/2018

CONTRATO Nº 010/2018

CONTRATADO: **A EMPRESA RADIO VALE DAS PERDIDAS DE JACIARA LTDA - ME.**

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a "contratação de veículo de comunicação de rádio para divulgação de ações da Prefeitura municipal de Dom Aquino-MT".

DATA: 28/02/2018

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato será de 12 meses.

VALOR GLOBAL: R$ 19.008,00 (dezenove mil e oito reais reais).

DOM AQUINO – MT, 28 de fevereiro 2018.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

CONTRATOS
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2018 PREGÃO 002/2018

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2018 PREGÃO 002/2018.

CONTRATADA: **APS COMERCIO, MANUTENÇÃO, LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS EIRELI ME CNPJ: 10.750.752/0001-23.**

OBJETO:Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa autorizada pelo fabricante especializada para locação de máquinas multifuncionais (fotocopiadoras/impressoras/digitalizadoras) com,instalação e fornecimento de mão de obra técnica para manutenção preventiva e corretiva, fornecimento e substituição de peças, componentes, fornecimento de insumos utilizados na operação, sendo todos novos de primeiro uso, com carta do fabricante mínimo A3 com softwere de gerenciamento homologado exceto papel e mão de obra operacional, conforme condições e especificações, constante, neste edital e seus anexos.

DATA DA ASSINATURA: 06/04/2018

VIGÊNCIA: O prazo será de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

VALOR: VALOR GLOBAL (CENTO E SESSENTA E SEIS MIL E OITOCENTOS REAIS) R$ 166.800,00.

DOM AQUINO – MT, 06/04/2018

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 021/2018.

CONTRATO Nº 021/2018

CONTRATADO:Senhor **RUBENS BARBOSA DE MATOS**, pessoa física portador da cédula de identidade RG. nº872691 SSP/MT, CPF: 551411021/49

OBJETO: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Fretes do veiculo caminhonete **FORD F100 COR PRETA PLACA JYJ 8955 ANO 1.984 MODELO 1.984 DIESEL**, para atender as secretarias de administração e assistência social, nos termos do presente instrumento contratual.

DATA:06/03/2018

VIGÊNCIA:O prazo de vigência do presente contrato será de 30 (trinta) dias, com inicio a contar da data de assinatura do contrato.

VALOR:O valor global a ser pago pelos serviços a serem prestados será de ***R$ 6.2500,00 (seis mil e duzentos e cinquenta reais).***

DOM AQUINO – MT,

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
LEI Nº 1.556/2018 DE 04 DE ABRIL DE 2018.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DECRETAR FERIADO MUNICIPAL NO DIA 08 DE MARÇO DE CADA ANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL** aprovou o Projeto de iniciativa própria e eu, JOSAIR JEREMIAS LOPES, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a DECRETAR feriado no dia 08 (oito) de março de cada ano em comemoração ao dia da Mulher Rural.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de Abril de 2018.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 022/2018

CONTRATO Nº 22/2018

CONTRATADO:PS COMERCIO, MANUTENCAO, LOCACAO DE IMPRESSORAS EIRELI - ME , inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.750.752/0001-23

OBJETO:O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de locação de maquinas impressoras e computadores, para atender as secretaria de assistência social.

ITEM	DESCRIÇÃO	COD. PROD.	SERVIÇO.	QUANT De meses	VALOR UNIT.MENSAL	VALOR TOTAL
01	1 Impressora multifuncional eco tank colorida, bivolt com wi fi. Com garantia mínima de 2 anos, as especificações são mínimas; impressão Tamanho máx. De impressão Até tamanho a3. Padrão de Impressão Duplex (Frente e Verso) Sim (até tamanho A3) Resolução da Cópia (máxima em dpi) 4800 x 1200 dpi	362396-3	SERVIÇO	12	300,00	3. 600,00

	Cópias Múltiplas Sim (99) Envio de Mala Direta pelo PC-Fax Sim (somente preto e branco) Discagem Abreviada (n° de locais) 100 x 2 Acesso Remoto Sim Impressão Colorida Sim Cópia Duplex (Frente e Verso) Sim Tempo de Impressão da Primeira Página Preto: aprox. 5,5 segundos Colorido: aprox. 6,0 segundos Tecnologia de Impressão Jato de tinta colorido Memória Padrão 512MB Tipos de Suprimentos Cartuchos de tinta Velocidade Máx. de Impressão em Preto (ppm) Preto (modo rápido): até 35 ppm Velocidade Máx. de Impressão em Cores (ppm) Colorido (modo rápido): até 27 ppm Resolução da Impressão (máxima em dpi) 4800 x 1200 dpi Capacidade da Bandeja de Papel (250 folhas) Bandeja Multiuso Até 100 folhas Capacidade de Impressão Duplex (Frente e Verso) Sim (até tamanho A3) Interface de Rede Embutida Hi-Speed USB 2.0, Wireless (802.11b/g/n), Ethernet, Wi-Fi Direct® Drives Compatíveis Windows® / Mac OS® Compatibilidade com o Driver de Impressora† Windows® / Mac OS® Ciclo de Trabalho Mensal Máx.‡ Até 30.000 páginas Volume Máximo de Ciclo Mensal Até 30.000 páginas					
02	4 Computador 6 geração do processador Intel Core i3- (3,4 Ghz expansível até 4 GHZ, cachê de 8 MB) unidade optica: gravador e leitor de dvd (DVD-RW). kit teclado e mause Sistema operacional: Windows 10 Home Single Language, 64 bits – em português – Kit Office Memória RAM: 8 GB Disco Rígido: 1TB (7200 RPM).;	418559-5	SERVIÇO	12	1.200,00	14. 400,00
	TOTAL					**R$ 18. 000,00**

DATA:06/03/2018

VIGÊNCIA:O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, com inicio a contar da data de assinatura do contrato.

VALOR:O valor global a ser pago pelos serviços a serem prestados será de ***R$ 18.000,00 (dezoito mil e quatrocentos reais).***

DOM AQUINO – MT,

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EDITAL Nº 002/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Dom Aquino-MT, **JOSAIR JEREMIAS LOPES**, no uso de suas atribuições, com fulcro no Parágrafo único, artigo 48 da Lei Complementar 101 de 04/05/2000, faz saber que fará realizar **AUDIÊNCIA PÚBLICA:**

DISCUSSÃO PARA ELABORAÇÃO DA LDO/2019 E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º BIMESTRE/2018.

Local: Câmara Municipal

Data: 25 de abril de 2018 (quarta-feira)

Horário: 19h00min

Assim, todos ficam devidamente convocados para participarem desta Audiência Pública.

Dom Aquino-MT, 04 de abril de 2018.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
REQUERIMENTO PARA DESINCOMPATIBILIZAÇÃO DA FUNÇÃO PARA FINS ELEITORAIS.

Eu, **Josair Jeremias Lopes,** Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso**,** inscrito devidamente no Registro Geral n.º1140833-2 SSP/MT e CPF nº 692.837.701-10 com endereço eletrônico josairlopes@hotmai.com, residente e domiciliado na Rua Campos Sales, nº 13, Bairro Centro – CEP: 78.830-000 –Dom Aquino– MT, vem a presença de Vossa Excelência com base no artigo 14, §6º da Constituição Federal e da Lei Complementar n. 64/90, art. 1°, §1º, e pela exigência do prazo de 06 (seis) meses de prazo para a desincompatibilização **requer** a renúncia do Cargo de **Prefeito do Município de Dom Aquino - MT**, a partir do dia **06 de Abril de 2018, para fins de desincompatibilização para correr ao cargo de Deputado Federal.**

Nestes Termos,

Pede deferimento

Dom Aquino – MT, 02 de março de 2018.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal de Dom Aquino-MT

CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 016/2018

CONTRATO Nº 016/2018

CONTRATADO:MARIA JOSÉ DE AMORIM**,** brasileira, portador do **RG nº 295346 DETRAN/MT** edevidamente inscritono **CPF n.º 886.245.361-20**

OBJETO:O presente contrato tem por objeto a locação de um imóvel para o funcionamento da 13º CIRETRAN do Município de Dom Aquino-MT, localizado na Avenida Cuiabá, nº68 Centro, CEP: 78830-000, devidamente registrado no 2º Cartório de Imóveis da Comarca de Dom Aquino-MT, sobe a matricula nº 7.661, livro 2-AB folha 111, na data de 19/02/1989, visando a finalidade publica de atender a 13º CIRETRAN do Município de Dom Aquino-MT, conforme termo de Cooperação nº 015/2017/DETRAN/MT, solicitação e autorização da Secretaria de Administração

DATA:06/03/2018

O pagamento será efetuado em mensalmente em **06 (seis) parcelas mensais iguais no valor de R$ 770,00 (setecentos e setenta reais).**

VIGÊNCIA:O prazo global de vigência do presente contrato será de **6 meses**.

VALOR::O valor global a ser pago pela locação será de R$ 4.620,00 (quatro mil e seiscentos e vinte reais).

O pagamento será efetuado em mensalmente em 06 (seis) parcelas mensais iguais no valor de R$ 770,00 (setecentos e setenta reais).

DOM AQUINO – MT,

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº 17/2018

CONTRATO Nº 017/2018

CONTRATADO:**EURIPEDES DIVINO DE REZENDE 14280566100 CNPJ: 12.750.032/0001-93 NOME FANTASIA: REZENDE EVENTOS.**

OBJETO:O Objeto do Presente Contrato é a Prestação de Serviços com propaganda volante e cobertura de eventos para atender as secretarias de: saúde, educação esporte e lazer, Assistência Social, Administração, obras e Urbanismo e DAE Departamento de Água e Esgoto do Município de Dom Aquino – MT .

DATA:06/03/2018.

VIGÊNCIA:O prazo global de vigência do presente contrato será de 30 dias, com inicio a contar da data de assinatura do contrato para a execução total dos serviços contratados.

VALOR:O valor global a ser pago pelos serviços a serem prestados será de **R$ 11.000,0 (onze mil reais).**

DOM AQUINO – MT,

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 015/2018.

CONTRATO Nº 015/2018

CONTRATADO:**CONTRATADA**: **INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER,** com CNPJ 07.093.645/0001-65

OBJETO:**CONTRATAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, PARA APRESENTAÇÃO DO SHOW "BEM NA FOTO", COM APROXIMADAMENTE 1:00 HORAS DE DURAÇÃO, A SER REALIZADO NO DIA 06/04/2018 (SEXTA-FEIRA) – ÀS 20:00 HORAS, EM DOM AQUINO/MT, PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES.**

DATA:06/03/2018.

VIGÊNCIA:- O presente contrato terá vigência de 30 dias e terá início na data de sua assinatura e, sendo esse o prazo de execução dos serviços.

VALOR:de **R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)**.

DOM AQUINO – MT,

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 018/2018

CONTRATO Nº 018/2018

CONTRATADO:**EMPRESA CONTRACHAMAS COMERCIO DE EXTINTORES LTDA CNPJ: 24.380.062/0001-34 NOME FANTASIA EXTINCHAMAS EXTINTORES**

OBJETO:O presente contrato tem por objeto a aquisição de extintores, suportes, placas e serviços de recarga, para atender a secretaria de administração município de Dom Aquino – MT

DATA:06/03/2018

VIGÊNCIA:O prazo global de vigência do presente contrato será de **60 dias**, com inicio a contar da data de assinatura do Contrato.

VALOR:O valor global a ser pago pela locação será de **R$ 8.150,00 (oito mil e cento e cinquenta reais).**

DOM AQUINO – MT,

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 019/2018

CONTRATO Nº019/2018.

CONTRATADO:**MAYCON MANOEL GARCIA DE SOUZA FILHO**, brasileiro, portadora do **RG nº 2257838-2 SSP/MT** e do **CPF nº 045.562.851-35**.

OBJETO:O Objeto do Presente Contrato é a Prestação de Serviços de locação de 2 bitorneiras e de 03 container com 04 rodízios giratórios, para atender a secretaria de obras e urbanismo e secretaria de Administração do município de Dom Aquino – MT .

DATA:06/03/2018

VIGÊNCIA:O prazo global de vigência do presente contrato será de 15 (quinze) dias, com inicio a contar da data de assinatura do contrato para a execução total dos serviços contratados.

VALOR:O valor global a ser pago pelos serviços a serem prestados será de R$ 5.972,00 (cinco mil novecentos e setenta e dois reais).

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 014/2018

CONTRATO Nº, **014/2018.**

CONTRATADO:, **JOSE LUIZ CERBONI DE TOLEDO,** brasileiro, portador do **RG nº 9527144 SSP/SP** edevidamente inscritono **CPF n.º 049.735. 068-85**

OBJETO:O presente contrato tem por objeto a locação de um caminhão pipa placa **CPI 8666/SP VW/18.310 DISEL ANO 2.003 MODELO 2.004 VOE BRANCA**, para molhar ruas e avenidas deste município de Dom Aquino – MT, sendo que motorista, manutenção, abastecimento do veiculo por conta do Contratante conforme solicitação e autorização da Secretaria de obras e urbanismo do Município e parecer jurídico.

Observação: a Prefeitura Municipal de Dom Aquino-MT, não se responsabiliza por danos causados ao veículo anteriores a data do contrato.

DATA:06/03/2018

VIGÊNCIA:O prazo global de vigência do presente contrato será de **4 meses**, com inicio a contar da data de assinatura do Contrato.

VALOR:O valor global a ser pago pela locação será de **R$ 10.0000,00 (dez mil reais).**

DOM AQUINO – MT06 de março de 2018,

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
LEI Nº 1.555/2018 DE 04 DE ABRIL DE 2018.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CONCEDER TÍTULO DEFINITIVO DE PROPRIEDADE DE IMÓVEL URBANO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSAIR JEREMIAS LOPES, Prefeito Municipal de Dom Aquino-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Título Definitivo de propriedade de imóvel urbano, ao Senhor **MATEUS GOMES DA SILVA,** portador do **RG. 0343.627-6 SSP/MT e CPF. 329.777.941-15.**

Artigo 2º - O presente imóvel está localizado na Rua São Cristóvão s/nº., Quadra 07, lote 012, na Vila Operária, nesta cidade de Dom Aquino.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de Abril de 2018.

JOSAIR JEREMIAS LOPES *Prefeito Municipal*

CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 020/2018

CONTRATO Nº 020/2018

CONTRATADO:**EMPRESA RML BARBOSA EIRELI CNPJ: 18.591.607/ 0001-59**

OBJETO:O Objeto do Presente Contrato é a Prestação de Serviços na fabricação de (4) quatros Pergolados e envernizados, fabricação de esquadrias de metais, inclusive com todos materiais e instalação por conta do contratado.

VIGÊNCIA:O prazo global de vigência do presente contrato será de 30 dias, com inicio a contar da data de assinatura do contrato para a execução total dos serviços contratados.

VALOR:O valor global a ser pago pelos serviços a serem prestados será de **R$ 19.300,00 (dezenove e mil e trezentos reais).**

DATA DO TERMO: 06/03/2018.

DOM AQUINO – MT,

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA JURIDICO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 017/2018.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

CONTRATO Nº: 017/2018

DATA ASSINATURA: 16 DE MARÇO DE 2018

CREDOR: GERNAMO KOBELISKI-ME

VIGENCIA: 16 DE JUNHO DE 2018

VALOR: R$ 25.000,00(VINTE E CINCO MIL REAIS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL 007/2017 REGISTRO DE PREÇO 005/2017.

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MANGUEIRAS HIDRAULICAS, CONEXÕES, PEÇAS PARA MOLEJO E FREIO, PARA PROVIMENTO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL - MT,

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º093/2018.

DATA: 12 DE MARÇO DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1.º Exonerar por falecimento, a Sra. **CHRISTIANE SEGURA GOERGEN** - **MATRICULA nº 1499**, ocupante do cargo de **PROFESSORA CLASSE B LICENCIATURA PLENA COM ESPECIALIZAÇÃO – 20 HORAS**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Município de Feliz Natal/MT, conforme cópia da Certidão de óbito anexa.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE GROSSO, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º094/2018.

DATA: 15 DE MARÇO DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear a Sr.ª **VANESSA APARECIDA DE SOUZA,** para ocupar o cargo em Comissão de **ASSESSORIA II,** lotada junto a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, com RETIDE de 35% (trinta e cinco por cento) a partir desta data, com fundamento Lei Complementar nº 042/2016.

Artigo 2º- A Servidora ora nomeada será regida pelo Regime Jurídico Estatutário, porém contribuirá para o **Regime Geral de Previdência Social – INSS.**

Artigo 3º - A remuneração a que faz jus está definida na Lei Complementar nº 042/2016.

Artigo 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE GROSSO, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º095/2018.

DATA: 16 DE MARÇO DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento no artigo 109 da Lei Complementar 003/2007 de 05 de julho de 2007.

RESOLVE:

Artigo 1.º Conceder à pedido Licença sem remuneração pelo período de 2 (dois) anos, à Servidora Pública Sr.ª **LETICIA RIBOLDI** – matrícula n° 1882 – ocupante do cargo de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO NÍVEL I - 40 HORAS SEMANAIS**, com inicio em 16/03/2018 a 14/03/2020.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE GROSSO, AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº096/2018

DATA: 16 DE MARÇO DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º- Alterar percentual de RETIDE a partir desta data de 20% (vinte por cento) para 35% (trinta e cinco por cento) a Sr.ª **MARINA MORAES DE SOUZA SANDRIN,** ocupante do cargo em Comissão de **ASSESSORIA I,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, com fundamento no Art. 46 da Lei Complementar nº 037/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 01 de Março de 2018.

Artigo 3º - Revogam – se as disposições em contrário em especial a Portaria Municipal n°192/2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 097/2018

DATA: 16 DE MARÇO DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder FG – 01 (Função Gratificada) para o Sr. **JONAS BATISTA BAILÃO,** ocupante do cargo de Agente de Tributos Nível I**,** lotado na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças,pelo deslocamento, fiscalização e plantões, feitos na divisa do Município de Feliz Natal – MT.

Artigo 2º - A remuneração a que faz jus está definida no Anexo VI da Lei Complementar nº 042/2016.

Artigo 3º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Março de 2018.

Artigo 4º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 098/2018

DATA: 16 DE MARÇO DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder FG – 01 (Função Gratificada) para o Sr. **RUBENS CISCON DA FONSECA,** ocupante do cargo de Agente de Tributos Nível I**,** lotado na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças,pelo deslocamento, fiscalização e plantões, feitos na divisa do Município de Feliz Natal – MT.

Artigo 2º - A remuneração a que faz jus está definida no Anexo VI da Lei Complementar nº 042/2016.

Artigo 3º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Março de 2018.

Artigo 4º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 100/2018

DATA: 02 DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores **CRISOMAR VIEIRA DE CARVALHO, SILMARA DE SOUZA E DAIANE RIBOLDI** para comporem a COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO dos Servidores em Estágio Probatório lotados na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - A referida comissão terá a responsabilidade de avaliar o desempenho dos Servidores, observados critérios como idoneidade moral, aptidão, disciplina, assiduidade, pontualidade, eficiência, capacidade de iniciativa, produtividade, responsabilidade e dedicação ao serviço, conforme as orientações constantes no Anexo IX E X da Lei Complementar 042/2016.

Art. 3º - O prazo para apresentação dos relatórios de avaliação é de 10 (dez) dias, contados da data desta Portaria.

Parágrafo único: O Servidor avaliado deverá tomar ciência da sua avaliação, no prazo de 03 dias.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, INTIME-SE.

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 101/2018

DATA: 02 DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores **NADIA ANTONIA PRESSANTO TONDELLO, LIVANETE FRANCISCA VIEIRA DE SOUZA E NEUZA MARIA DA ROSApara comporem a COMISSÃO** ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO dos Servidores **em Estágio Probatório lotados na Secretaria Municipal** de Administração, Planejamento e Finanças.

Art. 2º - A referida comissão terá a responsabilidade de avaliar o desempenho dos Servidores, observados critérios como idoneidade moral, aptidão, disciplina, assiduidade, pontualidade, eficiência, capacidade de iniciativa, produtividade, responsabilidade e dedicação ao serviço, conforme as orientações constantes no Anexo IX E X da Lei Complementar 042/2016.

Art. 3º - O prazo para apresentação dos relatórios de avaliação é de 10 (dez) dias, contados da data desta Portaria.

Parágrafo único: O Servidor avaliado deverá tomar ciência da sua avaliação, no prazo de 03 dias.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, INTIME-SE.

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 102/2018

DATA: 02 DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores **DERCILIO GOMES DE OLIVEIRA, CLAUDIO RIBOLDI E PEDRINA JOSÉ DO VAL**para comporem a COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO dos Servidores em Estágio Probatório lotados na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras.

Art. 2º - A referida comissão terá a responsabilidade de avaliar o desempenho dos Servidores, observados critérios como idoneidade moral, aptidão, disciplina, assiduidade, pontualidade, eficiência, capacidade de iniciativa, produtividade, responsabilidade e dedicação ao serviço, conforme as orientações constantes no Anexo IX E X da Lei Complementar 042/2016.

Art. 3º - O prazo para apresentação dos relatórios de avaliação é de 10 (dez) dias, contados da data desta Portaria.

Parágrafo único: O Servidor avaliado deverá tomar ciência da sua avaliação, no prazo de 03 dias.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, INTIME-SE.

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 103/2018

DATA: 02 DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores **PATRICIA CHERNAKI PASSADOR PAVEI, MARTA DAMA E TANIA MARIA CORTI BEGNINIpara comporem a COMISSÃO** ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO dos Servidores **em Estágio Probatório lotados na Secretaria Municipal** de Assistência Social.

Art. 2º - A referida comissão terá a responsabilidade de avaliar o desempenho dos Servidores, observados critérios como idoneidade moral, aptidão, disciplina, assiduidade, pontualidade, eficiência, capacidade de iniciativa, produtividade, responsabilidade e dedicação ao serviço, conforme as orientações constantes no Anexo IX E X da Lei Complementar 042/2016.

Art. 3º - O prazo para apresentação dos relatórios de avaliação é de 10 (dez) dias, contados da data desta Portaria.

Parágrafo único: O Servidor avaliado deverá tomar ciência da sua avaliação, no prazo de 03 dias.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, INTIME-SE.

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 104/2018

DATA: 02 DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias a Sr.ª **CRISLAINE SOARES DE OLIVEIRA,** ocupante do cargo efetivo de **ORIENTADOR SOCIAL**, lotada junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 02/04/2018 a 21/04/2018.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2016/2017.

§ 1º- Á requerimento da Servidora, ficam convertidos os 10 dias finais das férias (1/3) em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida, em conformidade com o Art. 74 da Lei Complementar nº 003/2007.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 105/2018

DATA: 02 DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias ao Sr. **TARSO FELIPE SOUSA COSTA,** ocupante do cargo efetivo de **ENFERMEIRO**, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 02/04/2018 a 01/05/2018.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2016/2017.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 106/2018

DATA: 02 DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias a Sr.ª **GILZA JOSE DE SOUZA,** ocupante do cargo efetivo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS NÍVEL I**, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 02/04/2018 a 01/05/2018.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2016/2017.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 107/2018

DATA: 02 DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias a Sr.ª **JANDIRA APARECIDA BRUM RIBOLDI,** ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM**, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 02/04/2018 a 01/05/2018.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2016/2017.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 108/2018

DATA: 02 DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias a Sr.ª **ELAINE FERREIRA DE JESUS,** ocupante do cargo efetivo de **FISIOTERAPEUTA**, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 02/04/2018 a 29/04/2018.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2016/2017.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 109/2018

DATA: 02 DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias ao Sr. **LUCAS FELYPE ALMEIDA ANDRADE TRINDADE,** ocupante do cargo efetivo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 02/04/2018 a 29/04/2018.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2016/2017.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 110/2018

DATA: 02 DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias a Sr.ª **SINTIA CELESTE DE MIRANDA,** ocupante do cargo efetivo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS NÍVEL I**, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 02/04/2018 a 01/05/2018.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2015/2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 111/2018

DATA: 02 DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias ao Sr. **VALTER BONIFÁCIO DOS SANTOS,** ocupante do cargo efetivo de **AGENTE DE TRIBUTOS NÍVEL I**, lotado junto a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, pelo período de 02/04/2018 a 01/05/2018.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2015/2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 112/2018

DATA: 02 DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear o Sr. **JOCIVALT SANTANA DA SILVA,** para ocupar o cargo em Comissão de **ASSESSORIA II,** lotado junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, com fundamento Lei Complementar nº 042/2016.

Artigo 2º- O Servidor ora nomeado será regido pelo Regime Jurídico Estatutário, porém contribuirá para o **Regime Geral de Previdência Social – INSS.**

Artigo 3º - A remuneração a que faz jus está definida na Lei Complementar nº 042/2016.

Artigo 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 113/2018

DATA: 02 DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias a Sr.ª **PATRICIA FISCHER,** ocupante do cargo comissionado de **ASSESSORIA I**, lotada junto a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, pelo período de 02/04/2018 a 01/05/2018.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2017/2018.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 114/2018

DATA: 02 DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias a Sr.ª **JOILENE PARES,** ocupante do cargo efetivo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS NÍVEL I**, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 02/04/2018 a 01/05/2018.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2016/2017.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 115/2018

DATA: 02 DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias ao Sr. **JUAREZ CALISTO DE SOUZA,** ocupante do cargo efetivo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS NÍVEL III**, lotado junto a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, pelo período de 02/04/2018 a 01/05/2018.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2014/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 116/2018

DATA: 02 DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias ao Sr. **RAIMUNDO SOUSA VIEIRA,** ocupante do cargo efetivo de **TECNICO EM RADIOLOGIA** lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 02/04/2018 a 21/04/2018.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2016/2017.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 117/2018

DATA: 02 DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias a Sr.ª **CARINE CHIELE,** ocupante do cargo comissionado de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO - SAE** , lotada junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, pelo período de 02/04/2018 a 21/04/2018.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2016/2017.

§ 1º- Á requerimento da Servidora, ficam convertidos os 10 dias finais das férias (1/3) em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida, em conformidade com o Art. 74 da Lei Complementar nº 003/2007.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 118/2018

DATA: 02 DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias a Sr.ª **ABELI,** ocupante do cargo efetivo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS NÍVEL I**, lotada junto a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, pelo período de 02/04/2018 a 01/05/2018.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2017/2018.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 119/2018.

DATA: 02 de ABRIL de 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas em lei e, especialmente o art. 32 da Lei Complementar nº 03/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1.º - Conceder a **readaptação funcional temporária**, pelo período de **02/04/2018 à 28/09/2018** à Servidora Municipal **ARIETE PROVENZI,** ocupante do cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE** - 40 Horas/Semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo primeiro: A readaptação funcional ora concedida fundamenta-se em Laudo Médico apresentado pela Servidora.

Parágrafo segundo: A Servidora readaptada temporariamente deverá exercer, neste período, atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação de sua capacidade física ou mental a serem definidas pelo Senhor Secretário Municipal de Saúde, e exercidas na sua própria unidade de trabalho.

Art. 2.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE ABRIL de 2018.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 120/2018.

DATA: 02 de ABRIL de 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas em lei e, especialmente o art. 32 da Lei Complementar nº 03/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1.º - Conceder a **readaptação funcional temporária**, pelo período de **02/04/2018 à 28/09/2018** à Servidora Municipal **LAUDILEIA MIRANDA DE OLIVEIRA,** ocupante do cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS NÍVEL I** - 40 Horas/Semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo primeiro: A readaptação funcional ora concedida fundamenta-se em Laudo Médico apresentado pela Servidora.

Parágrafo segundo: A Servidora readaptada temporariamente deverá exercer, neste período, atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação de sua capacidade física ou mental a serem definidas pelo Senhor Secretário Municipal de Saúde, e exercidas na sua própria unidade de trabalho.

Art. 2.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE ABRIL de 2018.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 121/2018.

DATA: 02 de ABRIL de 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas em lei e, especialmente o art. 32 da Lei Complementar nº 03/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1.º - Conceder a **readaptação funcional temporária**, pelo período de **02/04/2018 à 01/04/2019** à Servidora Municipal **MARLEI RITA WEISS,** ocupante do cargo de **PROFESSORA CLASSE C LICENCIATURA PLENA COM ESPECIALIZAÇÃO** - 40 Horas/Semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Parágrafo primeiro: A readaptação funcional ora concedida fundamenta-se em Laudo Médico apresentado pela Servidora.

Parágrafo segundo: A Servidora readaptada temporariamente deverá exercer, neste período, atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação de sua capacidade física ou mental a serem definidas pelo Senhor Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes, e exercidas na sua própria unidade de trabalho.

Art. 2.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE ABRIL de 2018.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

PREFEITURA JURIDICO
SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 020/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FELIZ NATAL/MT

CONTRATO Nº: 020/2016- 6º ADITIVO

DATA ASSINATURA: 29 DE MARÇO DE 2018

CREDOR: **CONSTRUTORA FELIZ NATAL LTDA ME**

VIGÊNCIA: 30/06/2018

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2016

OBJETO: O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, ANTES PREVISTO ATÉ 30/03/2018, FICA PRORROGADO ATÉ DIA 30/06/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 025/2018

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, convoca os candidatos relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital do Processo Seletivo n.º 001/2017 para se apresentar junto a Prefeitura Municipal, Avenida Maravilha, Praça da Bíblia no Centro, em horário comercial das 7:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00, **a partir de 03 de Abril de 2018 até a data máxima de 02 de Maio 2018**, munidos dos documentos necessários, constantes no item 11.Da Contratação do Edital Completo n.º001/2017, para eventual contratação.

Nome	Inscrição	Pontuação	Classificação
Cargo: 372 MONITOR SOCIAL CASA LAR			
JOVELCI FAVERO	3999	72	14° CLASSIFICADA

Feliz Natal-MT, 03 de Abril de 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA JURIDICO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 010/2018.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

CONTRATO Nº: 010/2018

DATA ASSINATURA: 05 DE MARÇO DE 2018

CREDOR: COOPERATIVA DO TRABALHO VALE DO TELES PIRES

VIGENCIA:05 de Março de 2018 a 31 de Dezembro 2018

VALOR: R$ 1.900.000,00(UM MILHÃO E NOVECENTOS MIL REAIS)

LICITAÇÃO: ADESÃO Nº. 003/2018

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA APOIO ÀS ATIVIDADES OPERACIONAIS SUBSIDIÁRIAS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SEUS DEPARTAMENTOS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 022/2018

A Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte/MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público a Dispensa de Licitação **para futura e eventual** aquisição de ADUELAS DE CONCRETO*, para serem utilizadas na substituição de uma Ponte de Madeira sobre o Córrego Pingo de Ouro atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras do município de Gaúcha do Norte-MT***,** realizada no dia 05 de abril de 2018. Este procedimento foi regido pela Lei Federal 8.666/1993, suas alterações e demais disposições aplicáveis no Art. 24, V, todos os documentos estarão disponíveis no site www.gauchadonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacaogauchadonorte@gmail.com.

Gaúcha do Norte, 05 de abril de 2018.

NEILLA F. DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 13/2017 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 13/2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2017

O Município de Gaúcha do Norte – MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Pará esquina com Rua Brasília, centro, Cidade de Gaúcha do Norte – MT, inscrita no CNPJ sob o nº 01.614.539/0001-01, representada por seu Prefeito Municipal, o Senhor Voney Rodrigues Goulart, brasileiro, solteiro, agropecuarista, portador da cédula de Identidade nº 2.477.543 SSP/GO e do CPF nº 402.603.301-59, residente e domiciliado na Rua Brasília, s/nº Gaúcha do Norte – MT, com base na Lei Orgânica municipal e na prerrogativa de suas funções;

Considerando o resultado do Processo Seletivo Simplifico 002/2017 o qual foi devidamente homologado e publicado na data do dia 14 de Março de 2017;

Considerando a necessidade de contratação de servidores públicos municipais para suprirem as vagas necessárias mantendo o funcionamento do Poder Executiva Municipal e o atendimento aos interesses públicos.

CONVOCA as pessoas relacionadas no anexo I, para se apresentarem no **prazo máximo de 03 (três) dias uteis**, contados da data do dia 05 de Abril de 2018, junto a Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte, localizada na Rua Pará esquina com Rua Brasília, centro, Cidade de Gaúcha do Norte, no departamento de Recursos Humanos, com a finalidade de habilitação, mediante a apresentação da documentação requerida no anexo II, além de outros que se fizerem necessários assim como a realização de exames pré –admissionais que englobam a realização de inspeção médica mediante apresentação de laudo médico de sanidade física e mental, que ocorrerão as expensas dos candidatos.

Para os critérios de convocação será seguido criteriosamente o resultado homologado, respeitando-se a classificação de cada cargo.

O não comparecimento e/ou a não entrega dos documentos e exames requeridos, fora do prazo supracitado, acarretará na eliminação e a perda da vaga do referido cargo.

Gaúcha do Norte, 05 de ABRIL de 2017.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

ANEXO I

Cargo: PEDREIRO | SEC. DE INFRAESTRUTURA E OBRAS			
Classific.	**Cód.**	**Nome do candidato**	**RESULTADO FINAL**
6º		ELIAS DA CONCEIÇÃO PEREIRA	14.87 PONTOS
7°		JUNIOR ARAUJO PIMENTA	14,87 PONTOS

Gaúcha do Norte, 05 de Abril de 2018.

ANEXO II

Para tomar posse o candidato convocado deverá apresentar cópia dos documentos abaixo relacionados assim como apresentação dos originais para conferência.

1) Cópia dos seguintes documentos:

1 - Cédula de Identidade/RG

2 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88);

3 - Certidão de Casamento ou Nascimento;

4 - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

5 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 07 anos (se for o caso);

6 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

7 - Comprovante de votação das duas últimas eleições que antecedem a posse e/ou respectiva justificativa;

8 - Título de Eleitor;

9 – Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal.

10 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

11 - Possuir escolaridade e habilitação legal para o exercício do cargo pretendido;

12 – Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

13 - Não ter infringindo as leis que fundamentaram este Edital;

14 – Cartão do PIS/PASEP (se houver);

15 – Cópia onde consta o número da Carteira de Trabalho;

16- Foto 3x4;

17- Certidão negativa de débito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETOS 2018

DECRETO N.° 009/GP/2018 De, 03 de abril de 2018.

"Dispõe sobre a Exoneração da Servidora do Quadro Efetivo de Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT."

O Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, Sr. **MARCELO DE AQUINO**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei:

DECRETA:

Art. 1° - Fica Exonerada a pedido da servidora Srª **BEATRIZ CARNEIRO DE SOUZA CIPPOLLINE,** do cargo

de **PROFESSORA** desta Prefeitura Municipal de General Carneiro–Mato Grosso. Considerando do dia 01 de Fevereiro de 2018.

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

General Carneiro - MT, 03 de Abril de 2018.

Marcelo de Aquino

Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO PR-14

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado de Licitação PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2018

A Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT, através do **PREGOEIRO**, torna público, que no Pregão Presencial nº.002/2018, com o objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS, POR ÍTENS, PARA AS LINHAS MUNICIPAIS, TURNO MATUTINO E NOTURNO, EM ATENDIMENTO AOS ALUNOS RESIDENTES DO DISTRITO PAREDÃO PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, PARA O PERÍODO LETIVO DE 2018, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL**.

Obteve o seguinte resultado a empresa: MARIELE DE ANDRADE - EIRELI-ME CNPJ-24.517.244/0001-04, sagrou-se vencedora dos seguintes itens: ITEM 01: R$ 2.50, ITEM 02 R$ 2,50 no valor total de R$ 248. 000,00 (Dzentos e quarenta e oito mil reias).

Foram recebidos os documentos de HABILITAÇÃO das empresa(s) vencedora(s)onde foram julgadas e consideradas devidamente HABILITADAS as empresas : MARIELE DE ANDRADE -EIRELI-ME CNPJ-24.517.244/0001-04; O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala licitações da referida Prefeitura, localizada na Aveinda Delson Rodrigues s/n Bairro Centro , neste município de General Carneiro/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público.

General Carneiro -MT, 03 de Abril de 2018.

ELIEZIO DIAS DA SILVA

Pregoeiro Oficial

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 009/2018

PORTARIA Nº. 009/2018 DE 03 DE ABRIL DE 2018.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2018 DA CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – MT. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Excelentíssimo Senhor Heder Caio Pereira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e considerando o Regimento Interno desta Câmara Municipal de General Carneiro-MT.

Considerando a necessidade de preenchimento de vagas para o Cargo Público.

Considerando o princípio constitucional do concurso (art. 37, inc. II CF)

R E S O L V E:

Art. 1° Nomear os servidores - Fábio Lima Liberalesso - Presidente, Divino Aparecido Santos Freitas - Secretário e Mariza Terezinha Mauerverck - Membro, para comporem a Comissão Organizadora do Concurso Público nº. 001/2018 da Câmara Municipal de General Carneiro - MT.

Art. 2° A Comissão Organizadora do Concurso Público deverá promover a divulgação do edital de chamamento e encarregar-se do recebimento das inscrições, seguindo as orientações dos técnicos da **Líder Consultoria e Assessoria Empresarial LTDA - ME,** empresa está contratada para a elaboração do regulamento, dos editais e das provas, incluindo ainda a sua aplicação e correção.

Art. 3° Em sendo contratada empresa especializada para a elaboração, aplicação e correção das provas, caberá a Comissão Organizadora, a coordenação, a fiscalização da aplicação das provas, bem como a decisão final sobre casos omissos não previstos no Edital de Concurso Público.

Art. 4° A presente comissão deverá fornecer todos os dados e informações precisas à empresa contratada, para que a mesma possa elaborar os editais necessários para a abertura do concurso público.

Art. 5° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação por afixação na forma de costume.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso em 03 de Abril de 2018.

HEDER CAIO PEREIRA DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de

General Carneiro -Mato Grosso

Palácio José Felix de Arruda

RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA

Edital do Pregão Presencial Nº 16/2018

Ata de Sessão Pública de Pregão

Reuniram-se no dia 02 de Abril de 2018, as 07h30min na PREFEITURA DE GENERAL CARNEIRO-MT , o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pela Portaria 262/2017 de 04 de Agosto de 2017, tratando do edital do Pregão Presencial Nº 08/2018 destinado a **AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA CAMPANHA "NOTA FISCAL PREMIADA" PARA ATENDER A DEMNADA DO MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL**,

Por não comparecer nenhuma empresa interessado em participar desta licitação, o Pregoeiro declarou esta licitação deserta, e encerra a sessão

General carneiro/MT, as 08h30min do dia 02 de Abril de 2.018.

General Carneiro – MT, aos 02 de Abril de 2.018.

ELIEZIO DIAS DA SILVA

Pregoeiro

DOMINGOS PAULO ALVES DE ARAUJO NETO

Equipe de Apoio

LILIAN BORGES DO NASCIMENTO

Equipe de apoio

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2018

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2018
CONTRATANTE: **CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO-MT.**
CNPJ: **15.051.477/001-73**
CONTRATADO: **LÍDER CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA-ME - CNPJ: 11.449.448/0001-18**
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSULTORIA, ASSESSORIA E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO.**
VALOR DO CONTRATO: **R$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS)**
DATA DA ASSINATURA: **03/04/2018**
PRAZO DA VIGÊNCIA: **29/09/2018**
HEDER CAIO PEREIRA DA SILVA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO N° 007/2018 (CRIAÇÃO DO FME)

DECRETO N.° 007/GP/2018 De, 03 de abril de 2018.

"Decreta a criação do Fundo Municipal de Educação - FUNDEB e dá outras providências".

O Prefeito de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, Sr. **MARCELO DE AQUINO**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei,

CONSIDERANDO, Ofício Circular n° 006/2018 da Associação Matogrossense dos Municípios;

CONSIDERANDO, mandamentos da Portaria Conjunta FNDE/STN n° 02, de 15 de janeiro de 2018, que dispõe que os municípios terão que atribuir aos recursos da área da educação tratamento específico para os recursos FUNDEB.

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado o Fundo Municipal de Educação – FME, instrumento de captação e aplicação de recursos na implementação da política educacional pública, bem como em outras iniciativas ao cumprimento dos objetivos do Conselho Municipal de Educação destinadas à mesma.

Art. 2° Constituirão receitas do Fundo Municipal de Educação - FME:

I – Recursos provenientes das transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; **II** – Dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício; **III** – Produto de convênios firmados com outras entidades financeiras.

Parágrafo Único – Os recursos que compõem o Fundo, serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sob a denominação – Fundo Municipal de Educação, com movimentação exclusivamente por meio eletrônico;

Art. 3° O FME será gerido pela Secretaria Municipal de Educação, órgão da administração pública municipal, através de seu secretário municipal de educação juntamente com um tesoureiro, sob a orientação do Conselho Municipal de educação e Conselho do FUNDEB.

Parágrafo Único - O orçamento do Fundo Municipal de Educação- FME integrará o orçamento geral do município.

Art. 4º - São atribuições do (a) Secretário (a) Municipal de Educação de General Carneiro/MT:

I - Gerir o Fundo Municipal de Educação – FME e estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos em conjunto com os Conselho Municipal de Educação e Conselho do FUNDEB;

II - Acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas no Plano Municipal de Educação de General Carneiro; **III** - Submeter ao Conselho Municipal de Educação o plano de aplicação a cargo do FME, em consonância com o Plano Municipal de Educação de General Carneiro e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO; **IV** – Submeter ao Conselho Municipal de Educação e Conselho do FUNDEB as demonstrações mensais de receita e despesa do FME; **V** - Encaminhar à contabilidade geral do Município as demonstrações mencionadas no inciso anterior;

Art. 5.º São atribuições do Tesoureiro do Fundo Municipal de Educação:

I – Preparar as demonstrações mensais da receita e despesas a serem apresentadas na Assembleia Geral (na transparência pública trimestral), encaminhando-as, posteriormente, à Secretaria Municipal de Finanças do Município; **II** – Manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo referentes a empenhos, liquidação e pagamento das despesas e aos recebimentos das receitas; **III** – Manter em coordenação com o setor competente da Prefeitura Municipal, o controle dos bens patrimoniais destinados ao Conselho Municipal de Educação; **IV** – Encaminhar ao Presidente do Conselho Municipal de Educação e do CACS- FUNDEB: **a)** mensalmente, as demonstrações de receitas e despesas; **b)** semestralmente, os inventários de bens materiais, móveis e imóveis; **c)** anualmente, o balanço geral do Fundo; **V** – Firmar com o responsável pelo controle da execução orçamentária, as demonstrações mencionadas no inciso IV deste artigo; **VI** – Apresentar, mensalmente, análise e projeção da utilização dos recursos do Fundo bem como sua avaliação econômica-financeira apurada nas respectivas demonstrações; **VII** – Manter junto às secretarias dos Conselhos os controles necessários dos contratos e convênios de execução de programas e projetos do Plano Municipal de Educação.

Art. 6° Os recursos do Fundo Municipal de Educação-FME serão aplicados em:

I – Aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento das ações aprovadas pelo CME; **II** – Construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis necessários à implantação e implementação do CME e PME; **III** – Apoio e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações, bem como do PME e outros projetos aprovados pelo CME; **IV** – Apoio e desenvolvimento de programas de estudos, pesquisa, capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos necessários à execução do PME e outros aprovados pelo CME para a melhoria da qualidade de ensino e aumento do nível de escolaridade da população; **V** – Democratização da gestão da educação pública e a superação das desigualdades sociais e regionais no que tange ao acesso, permanência e sucesso do aluno na escola, priorizando localidades de índices elevados de tais desigualdades; **VI** – Financiamento total ou parcial de programas e projetos da educação, desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação órgão da Administração Pública Municipal, responsável pela execução da política da educação neste município.

Art. 7° Todo e/ou qualquer repasse de recursos para as escolas será efetivada pelo FME, de acordo com critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação e apreciação do Conselho Municipal de Educação e Conselho do FUNDEB.

Art. 8° As contas e os relatórios do gestor do Fundo Municipal de Educação serão submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Educação – CME e Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS – FUNDEB, mensalmente, de forma sintética e, anualmente de forma analítica ou ainda em consonância as legislações vigentes.

Art. 9° A contabilidade do Fundo obedecerá às normas da contabilidade da Prefeitura Municipal de General Carneiro e todos os relatórios gerados para sua gestão deverão ser devidamente submetidos aprovação pela Comissão de Finanças do Conselho Municipal de Educação, que passarão a integrar a contabilidade geral do Município.

Art. 10 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

General Carneiro - MT, 03 de abril de 2018.

Marcelo de Aquino

Prefeito

RESULTADO DE LICITAÇÃO PR-15

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado de Licitação PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2018

A Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT, através do **PREGOEIRO**, torna público, que no Pregão Presencial nº.002/2018, com o objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS A SEREM UTIIZADOS NA ETA-ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA, DO MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL**.

Obteve o seguinte resultado a empresa: CLORO MATO GROSSO LTDA CNPJ-33.687.278/0001-38, sagrou-se vencedora dos seguintes itens: ITEM 01: R$ 39.500,00 ITEM 02 R$ 12.687,50 no valor total de R$ 52. 187,50 (cinquenta e dois mil cento e oitenta e sete reias e cinquenta centavos). Foram recebidos os documentos de HABILITAÇÃO das empresas vencedoras onde foram julgadas e consideradas devidamente HABILITADAS as empresas CLORO MATO GROSSO LTDA CNPJ-33.687.278/0001-38; O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala licitações da referida Prefeitura, localizada na Aveinda Delson Rodrigues s/n Bairro Centro , neste município de General Carneiro/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público.

General Carneiro -MT, 04 de Abril de 2018.

ELIEZIO DIAS DA SILVA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO - PREGÃO PRESENCIAL Nº: 03/2018 - MENOR PREÇO POR ITEM

Aos Cinco Dias do mês de Abril de 2018, às 08:00 hs, o Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso o Sr. SIDINEI DA SILVA e Equipe de Apoio, nomeados pelo Decreto Municipal nº 746 de 02 de Janeiro de 2018, deu início ao Pregão Presencial nº 03/2018, julgamento tipo menor preço por item, referente ao processo Administrativo Nº 13/2018, que tem como objeto Pregão Presencial para *REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PEÇAS E SERVIÇOS DE POSTO DE MOLAS*, conforme Termo de Referência em anexo.

CREDENCIAMENTO

Declarada aberta a sessão pelo Sr. Pregoeiro, constatando a presença de interessados, a sessão inicia-se com o Credenciamento do participante, constituindo no exame dos documentos oferecidos pelo interessado presente, visando a comprovação da existência de poderes para formulação de propostas e a prática dos demais atos de atribuição dos licitantes.

Depois de analisados os documentos pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio foi credenciada a empresa abaixo;

EMPRESA	ME/EPP	CNPJ	REPRESENTANTE	IDENTIFICAÇÃO
CASTRO NETO & CASTRO LTDA – EPP	EPP	05.366.068/0001-57	JOSUÉ GONÇALVES DE CASTRO NETO	Procurador

O pregoeiro após 10 (dez) minutos de tolerância, comunicou o encerramento do credenciamento.

Ao término do credenciamento, o Sr. Pregoeiro solicitou a empresa presente credenciada que entregasse à Equipe de Apoio, o envelope nº 01 contendo a Proposta e o nº 02 contendo a habilitação.

REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL ESCRITA

Ato contínuo foram abertos o Envelope contendo a proposta, e com a colaboração da equipe de apoio, o pregoeiro, passando-se a analisar a proposta da empresa credenciada, para verificar se a mesma atendia aos requisitos do Edital e examinando a compatibilidade do objeto, prazos e condições de fornecimento. O Pregoeiro franqueou o acesso a todos ao conteúdo da proposta, solicitando que fosse rubricada pela equipe de apoio e o participante credenciado.

Após esse procedimento, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio verificaram que a empresas credenciada atendeu as exigências do Edital. Estando portando classificada, conforme quadro abaixo:

LOTE 01 - PEÇAS DE POSTO DE MOLAS PARA MANUTENÇÃO REGULAR DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	CASTRO NETO & CASTRO LTDA – EPP		
			MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	ABA DA SEGUNDA TRAVESSA DO MOTOR MB 1313	06		400,79	2.404,74
02	ADAPTADOR DA BARRA DE DIRECAO	20		70,00	1.400,00
03	ADAPTADOR DO CUBO FORD COMPLETO	04		280,12	1.120,48

04	ADAPTADOR DO CUBO MB 1313	10		148,45	1.484,50
05	ADAPTADOR DO EIXO MB 1313	15		148,45	2.226,75
06	ALAVANCA DA EMBREAGEM MB 1113/1313	15		14,20	213,00
07	ALGEMA DIANT FORD CARGO	10		101,06	1.010,60
08	ALGEMA DIANT MB	10		57,60	576,00
09	ALGEMA TRAS MB	10		69,21	692,10
10	ALGEMA TRAS VW 8140	05		245,28	1.226,40
11	ANEL DE PNEUMATICO GRANDE	07		71,57	500,99
12	ANEL DE PNEUMATICO PEQUENA	07		71,57	500,99
13	ANEL DE VEDACAO DO EIXO S	15		6,73	100,95
14	ANILHA DE ENCOSTO 10MM	40		2,80	112,00
15	ANILHA DE ENCOSTO 11MM	40		3,36	134,40
16	ANILHA DE ENCOSTO 12MM	40		4,20	168,00
17	ANILHA DE ENCOSTO 14MM	40		5,60	224,00
18	ANILHA DE ENCOSTO 18MM	40		8,99	359,60
19	ARRIBITE 3/8X1"	300		2,75	825,00
20	ARRIBITE 5/16	300		2,20	660,00
21	ARRIBITE DE LONA MB Pct com 65 UN	40		10,00	400,00
22	ARRUELA DE AJUSTE DIANT	200		3,50	700,00
23	ARRUELA DE AJUSTE DIANT GROSSA	200		3,50	700,00
24	ARRUELA DE AJUSTE TRAS GROSSA	200		3,50	700,00
25	ARRUELA DE ALUMINIO 10MM	200		0,42	84,00
26	ARRUELA DE BALANCA 1/4	50		30,06	1.503,00
27	ARRUELA LISA 3/8	300		0,55	165,00
28	ARRUELA LISA 5/16	300		0,77	231,00
29	ASSENTO DE MOLEJO MB 1313	50		61,60	3.080,00
30	ASSENTO DE MOLEJO TRAS VW CARGO TODOS	20		61,60	1.232,00
31	BARRA ROSCADA UNC 3/4X1M	12		23,94	287,28
32	BATENTE DE GUIA DE GRAMPO MB	15		22,80	342,00
33	BICO PARA TUBO NYLON UNIAO 1/2	20		9,66	193,20
34	BICO PARA TUBO NYLON UNIAO 3/8	20		7,25	145,00
35	BORRACHA BARRA ESTABILIZADOR DIANT CARGO	15		33,56	503,40
36	BORRACHA DE ESTIRANTE MB TRUCK 1000	15		9,46	141,90
37	BORRACHA DE SUPORTE DE CARDAN	30		7,99	239,70
38	BORRACHA DO AMORTECEDOR MB 1113 AO 2213	20		11,22	224,40
39	BUCHA DE BALANCA MB	20		63,48	1.269,60
40	BUCHA DE BRONZE MANGA DE EIXO MB 1313	20		30,24	604,80
41	BUCHA DE BRONZE MANGA DE EIXO MB FAAR	20		31,42	628,40
42	BUCHA DE ESTIRANTE SUSPENSAO	20		35,95	628,40
43	BUCHA DE TRAMBULADOR DE CAMBIO	05		11,03	55,15
44	BUCHA DO ESTABILIZADOR DIANT TRAS MB1318 REI	05		18,18	90,90
45	BUCHA ESTABILIZADOR DIANT MB 1318	05		11,75	58,75
46	BUCHA INT DA BALANCA TRUCK 60X50X50	05		40,60	203,00
47	BUJAO C/ ENCOSTO 12X1,5 MB	10		10,50	105,00
48	BUJAO C/ ENCOSTO 16X1,5 MB	10		14,35	143,50
49	CALCO DE GUIA DE GRAMPO DIANT MB	08		32,71	261,68
50	CANTONEIRA DA 3ª TRAVESSA DO CHASSIS	06		83,88	503,28
51	CANTONEIRA DA 4 TRAVESSA SUPERIOR MB 1313/1113	06		83,88	503,28
52	CANTONEIRA DA 5 TRAVESSA	06		83,88	503,28
53	CANTONEIRA LATERAL MB 1313/1513	10		83,88	838,80
54	CARCACA DO TERMINAL C/ TRAVA	15		9,70	145,50
55	CHAPA CALCO COXIM DIANT MOTOR MB 1313	15		29,20	438,00
56	CONEXAO UNIAO 10MM C/ PORCA	20		26,95	539,00
57	CONEXAO UNIAO 12MM C/ PORCA	20		29,61	592,20
58	CRUZETA MB 1111 A 2213	20		63,36	1.267,20
59	DEFLETOR DISTANCIADOR SEMI EIXO MB 1313	20		41,19	823,80
60	DESLIZANTE DE SUSPENSAO TRAS CARGO	08		87,26	698,08
61	GARFO DO CARDAN SOLDAVEL MB	10		90,47	904,70
62	GRAMPO DIANT VW 3/4X102-260 FORD CARGO	15		35,70	535,50
63	GRAMPO DIANT VW 3/4X102-280 FORD CARGO	15		38,05	570,75
64	GRAMPO DIANT VW 3/4X102-300 FORD CARGO	05		40,32	201,60
65	GRAMPO TRAS MB ONIBUS 371 18X140-400	05		57,62	288,10
66	GRAMPO TRAS MB ONIBUS 371 7/8X132-400	06		65,48	392,88
67	GRAMPO TRAS VW FORD CARGO 7/8X82-360	05		47,25	236,25
68	GRAMPO TRAS VW FORD CARGO 7/8X82-380	05		49,35	246,75
69	GRAMPO TRAS VW FORD CARGO 7/8X82-400	05		52,47	262,35
70	GRAMPO TRAS VW FORD CARGO 7/8X82-420	05		56,74	283,70
71	GRAMPO TRAS VW FORD CARGO 7/8X82-460	05		61,64	308,20
72	GRAMPO TRAS VW FORD CARGO 7/8X82-560	05		77,18	385,90
73	JUNTA DA TAMPA DO CUBO TRAS MB 1313	15		6,16	92,40
74	KG DE CHAPA LISA	50		10,00	500,00
75	KG DE CHAPA PERFIL	50		10,00	500,00
76	KIT REPARO S/ PINO MB 1313	02		323,90	647,80
77	MANCAL GARFO EMBREAGEM EXT MB 1113/2213	02		16,58	33,16
78	MANCAL GARFO EMBREAGEM INT MB 1113/2213	04		16,58	66,32
79	MOLA DE CARRETA PARABOLICA	04		132,22	528,88
80	MOLA DIANT MB 1313 ESPECIAL ONIBUS-2 FOLHA	10		283,14	2.831,40

81	MOLA DIANT MB 1313 ESPECIAL ONIBUS-3 FOLHA	05		267,30	1.336,50
82	MOLA DIANT MB 1313-3 FOLHA	01		160,38	160,38
83	MOLA DIANT MB 1313-4 FOLHA	01		152,36	152,36
84	MOLA DIANT MB 1313-5 FOLHA	06		130,30	781,80
85	MOLA DIANT MB 1313-6 FOLHA	06		88,51	531,06
86	MOLA DIANT MB 1313/1513-1 FOLHA	06		245,03	1.470,18
87	MOLA DIANT MB 1313/1513-2 FOLHA	06		242,57	1.455,42
88	MOLA DIANT MB 1313/1513-2 FOLHA REFORCO	06		231,42	1.388,52
89	MOLA DIANT MB 812-1 FOLHA	06		316,80	1.900,80
90	MOLA DIANT MB 812-3 FOLHA	06		160,54	963,24
91	MOLA DIANT MB 812-4 FOLHA	06		154,40	926,40
92	MOLA DIANT MB 812-5 FOLHA	06		145,11	870,66
93	MOLA DIANT MICROONIBUS 8-150/8-140 -1 FOLHA	04		794,97	3.179,88
94	MOLA DIANT MICROONIBUS 8-150/8-140 -2 FOLHA	04		653,40	2.613,60
95	MOLA DIANT MICROONIBUS 8-150/8-140 -3 FOLHA	04		648,30	2.593,20
96	MOLA DIANT VW 8140-1 FOLHA	04		679,14	2.716,56
97	MOLA DIANT VW 8140-2 FOLHA	04		661,58	2.646,32
98	MOLA DIANT VW CARGO-1 FOLHA	02		326,74	653,48
99	MOLA DIANT VW CARGO-2 FOLHA	02		263,34	526,68
100	MOLA DIANT VW CARGO-2 FOLHA REFORCO	02		270,43	540,86
101	MOLA DIANT VW CARGO-3 FOLHA	02		198,73	397,46
102	MOLA DIANT VW CARGO-4 FOLHA	02		159,23	318,46
103	MOLA DIANT VW CARGO-5 FOLHA	02		133,67	267,34
104	MOLA DIANT VW CARGO-6 FOLHA	02		113,85	227,70
105	MOLA DIANT VW CARGO-7 FOLHA	02		55,30	110,60
106	MOLA TRAS AG V6/V8 MICROONIBUS-1 FOLHA	02		217,80	435,60
107	MOLA TRAS AG V6/V8 MICROONIBUS-2 FOLHA	02		211,86	423,72
108	MOLA TRAS CH D-10-1 FOLHA	02		147,27	294,54
109	MOLA TRAS CH D-10-2 FOLHA	02		118,92	237,84
110	MOLA TRAS CH D-10-3 FOLHA	02		81,06	162,12
111	FOLHA MOLA TRAS MB 1313-1 FOLHA	02		442,63	885,26
112	MOLA TRAS MB 1313-1 FOLHA REFORCO	02		405,90	811,80
113	MOLA TRAS MB 1313-2 FOLHA	01		392,59	392,59
114	MOLA TRAS MB 1313-3 FOLHA	01		293,89	293,89
115	MOLA TRAS MB 1313-4 FOLHA	01		226,20	226,20
116	MOLA TRAS MB 1313-5 FOLHA	01		174,83	174,83
117	MOLA TRAS MB 1313-6 FOLHA	03		119,35	358,05
118	MOLA TRAS MB 1313-7 FOLHA	03		99,47	298,41
119	MOLA TRAS MB 1313/1513 CANALETADA-01 FOLHA	03		387,20	1.161,60
120	MOLA TRAS MB 1313/1513 CANALETADA-02 FOLHA	04		365,51	1.462,04
121	MOLA TRAS MB 812 - 1 FOLHA	06		380,16	2.280,96
122	MOLA TRAS MB 812 - 2 FOLHA	06		270,48	1.622,88
123	MOLA TRAS MB 812 -3 FOLHA	06		192,65	1.155,90
124	MOLA TRAS MB 812 -4 FOLHA	06		185,28	1.111,68
125	MOLA TRAS MB 812 -5 FOLHA	06		174,13	1.044,78
126	MOLA TRAS VW 812 -1 FOLHA	06		380,16	2.280,96
127	MOLA TRAS VW 812 -2 FOLHA VIRADA	06		270,48	1.622,88
128	MOLA TRAS VW 812 -3 FOLHA 1 ONIBUS	06		192,65	1.155,90
129	MOLA TRAS VW 812 -3 FOLHA 2	06		192,65	1.155,90
130	MOLA TRAS VW 812 -4 FOLHA	06		185,28	1.111,68
131	MOLA TRAS VW 812 -5 FOLHA	06		174,13	1.044,78
132	MOLA TRAS VW 812 -6 FOLHA	06		328,48	1.970,88
133	MOLA TRAS VW 8140/8150 FEIXE AUXILIAR-1 FOLHA	04		169,53	678,12
134	PARAFUSO DE MANGA DE EIXO MB 1313 C/ PORCA	20		16,38	327,60
135	PINO DE CENTRO 10X6 CABECA BAIXA C/ PORCA	20		4,45	89,00
136	PINO DE CENTRO 12X10 CABECA BAIXA C/ PORCA	20		10,92	218,40
138	PINO DE CENTRO 12X12 CABECA BAIXA C/ PORCA	15		14,08	211,20
139	PINO DE CENTRO 12X4 CABECA BAIXA C/ PORCA	15		4,28	64,20
140	KIT DO EIXO S TRAS. F. AR MB	10		400,91	4.009,10
141	MOLA TRAS MB TRAÇADO - 3 FOLHA	02		235,68	471,36
142	MOLA TRAS MB TRAÇADO - 4 FOLHA	02		206,45	412,90
143	MOLA TRAS MB TRAÇADO - 5 FOLHA	02		201,47	402,94
144	MOLA TRAS MB TRAÇADO - 6 FOLHA	02		178,10	356,20
145	MOLA TRAS MB TRAÇADO - 7 FOLHA	02		170,50	341,00
VALOR TOTAL					**R$ 109.019,77**

LOTE 02 - SERVIÇOS DE POSTO DE MOLAS PARA MANUTENÇÃO REGULAR DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	CASTRO NETO & CASTRO LTDA – EPP		
			MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	HORAS TÉCNICAS TRABALHADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE POSTO DE MOLAS, PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE/MT.	700 horas/ serv.		95,00	66. 500,00
TOTAL					**66. 500,00**

RODADA DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

Em seguida o pregoeiro convidou o responsável pela empresa classificada a formular lances de forma seqüencial, a partir do valor inicial da proposta, objetivando um menor valor possível para as peças e serviços, que ocorreu da forma seguinte:

LOTE 01 - PEÇAS DE POSTO DE MOLAS PARA MANUTENÇÃO REGULAR DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	CASTRO NETO & CASTRO LTDA – EPP		
			MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	ABA DA SEGUNDA TRAVESSA DO MOTOR MB 1313	06		395,00	2.370,00
02	ADAPTADOR DA BARRA DE DIRECAO	20		69,00	1.380,00
03	ADAPTADOR DO CUBO FORD COMPLETO	04		277,00	1.108,00
04	ADAPTADOR DO CUBO MB 1313	10		148,00	1.480,00
05	ADAPTADOR DO EIXO MB 1313	15		148,00	2.220,00
06	ALAVANCA DA EMBREAGEM MB 1113/1313	15		13,50	202,50
07	ALGEMA DIANT FORD CARGO	10		100,00	1.000,00
08	ALGEMA DIANT MB	10		56,00	560,00
09	ALGEMA TRAS MB	10		67,00	670,00
10	ALGEMA TRAS VW 8140	05		240,00	1.200,00
11	ANEL DE PNEUMATICO GRANDE	07		70,00	490,00
12	ANEL DE PNEUMATICO PEQUENA	07		70,00	490,00
13	ANEL DE VEDACAO DO EIXO S	15		6,00	90,00
14	ANILHA DE ENCOSTO 10MM	40		2,70	108,00
15	ANILHA DE ENCOSTO 11MM	40		3,10	124,00
16	ANILHA DE ENCOSTO 12MM	40		4,00	160,00
17	ANILHA DE ENCOSTO 14MM	40		5,50	220,00
18	ANILHA DE ENCOSTO 18MM	40		8,70	348,00
19	ARRIBITE 3/8X1"	300		2,70	810,00
20	ARRIBITE 5/16	300		2,00	600,00
21	ARRIBITE DE LONA MB Pct com 65 UN	40		9,50	380,00
22	ARRUELA DE AJUSTE DIANT	200		3,40	680,00
23	ARRUELA DE AJUSTE DIANT GROSSA	200		3,40	680,00
24	ARRUELA DE AJUSTE TRAS GROSSA	200		3,40	680,00
25	ARRUELA DE ALUMINIO 10MM	200		0,40	80,00
26	ARRUELA DE BALANCA 1/4	50		29,00	1.450,00
27	ARRUELA LISA 3/8	300		0,50	150,00
28	ARRUELA LISA 5/16	300		0,70	210,00
29	ASSENTO DE MOLEJO MB 1313	50		60,00	3.000,00
30	ASSENTO DE MOLEJO TRAS VW CARGO TODOS	20		60,00	1.200,00
31	BARRA ROSCADA UNC 3/4X1M	12		23,00	276,00
32	BATENTE DE GUIA DE GRAMPO MB	15		22,00	330,00
33	BICO PARA TUBO NYLON UNIAO 1/2	20		9,00	180,00
34	BICO PARA TUBO NYLON UNIAO 3/8	20		7,00	140,00
35	BORRACHA BARRA ESTABILIZADOR DIANT CARGO	15		33,00	495,00
36	BORRACHA DE ESTIRANTE MB TRUCK 1000	15		9,20	138,00
37	BORRACHA DE SUPORTE DE CARDAN	30		7,50	225,00
38	BORRACHA DO AMORTECEDOR MB 1113 AO 2213	20		11,00	220,00
39	BUCHA DE BALANCA MB	20		61,00	1.220,00
40	BUCHA DE BRONZE MANGA DE EIXO MB 1313	20		30,00	600,00
41	BUCHA DE BRONZE MANGA DE EIXO MB FAAR	20		30,00	600,00
42	BUCHA DE ESTIRANTE SUSPENSAO	20		35,00	700,00
43	BUCHA DE TRAMBULADOR DE CAMBIO	05		10,50	52,50
44	BUCHA DO ESTABILIZADOR DIANT TRAS MB1318 REI	05		18,00	90,00
45	BUCHA ESTABILIZADOR DIANT MB 1318	05		11,50	57,50
46	BUCHA INT DA BALANCA TRUCK 60X50X50	05		40,00	200,00
47	BUJAO C/ ENCOSTO 12X1,5 MB	10		10,20	102,00
48	BUJAO C/ ENCOSTO 16X1,5 MB	10		14,00	140,00
49	CALCO DE GUIA DE GRAMPO DIANT MB	08		31,00	248,00
50	CANTONEIRA DA 3ª TRAVESSA DO CHASSIS	06		83,00	498,00
51	CANTONEIRA DA 4 TRAVESSA SUPERIOR MB 1313/1113	06		81,00	486,00
52	CANTONEIRA DA 5 TRAVESSA	06		81,00	486,00
53	CANTONEIRA LATERAL MB 1313/1513	10		81,00	810,00
54	CARCACA DO TERMINAL C/ TRAVA	15		9,00	135,00
55	CHAPA CALCO COXIM DIANT MOTOR MB 1313	15		28,50	427,50
56	CONEXAO UNIAO 10MM C/ PORCA	20		25,00	500,00
57	CONEXAO UNIAO 12MM C/ PORCA	20		28,50	570,00
58	CRUZETA MB 1111 A 2213	20		61,00	1.220,00
59	DEFLETOR DISTANCIADOR SEMI EIXO MB 1313	20		40,00	800,00
60	DESLIZANTE DE SUSPENSAO TRAS CARGO	08		86,00	688,00
61	GARFO DO CARDAN SOLDAVEL MB	10		90,00	900,00
62	GRAMPO DIANT VW 3/4X102-260 FORD CARGO	15		35,00	525,00
63	GRAMPO DIANT VW 3/4X102-280 FORD CARGO	15		37,00	555,00
64	GRAMPO DIANT VW 3/4X102-300 FORD CARGO	05		40,00	200,00
65	GRAMPO TRAS MB ONIBUS 371 18X140-400	05		56,00	280,00
66	GRAMPO TRAS MB ONIBUS 371 7/8X132-400	06		65,00	390,00
67	GRAMPO TRAS VW FORD CARGO 7/8X82-360	05		46,50	232,50
68	GRAMPO TRAS VW FORD CARGO 7/8X82-380	05		48,50	242,50

69	GRAMPO TRAS VW FORD CARGO 7/8X82-400	05		51,00	255,00
70	GRAMPO TRAS VW FORD CARGO 7/8X82-420	05		55,00	275,00
71	GRAMPO TRAS VW FORD CARGO 7/8X82-460	05		61,00	305,00
72	GRAMPO TRAS VW FORD CARGO 7/8X82-560	05		76,00	380,00
73	JUNTA DA TAMPA DO CUBO TRAS MB 1313	15		6,00	90,00
74	KG DE CHAPA LISA	50		9,90	495,00
75	KG DE CHAPA PERFIL	50		9,90	495,00
76	KIT REPARO S/ PINO MB 1313	02		323,00	646,00
77	MANCAL GARFO EMBREAGEM EXT MB 1113/2213	02		16,00	32,00
78	MANCAL GARFO EMBREAGEM INT MB 1113/2213	04		16,00	64,00
79	MOLA DE CARRETA PARABOLICA	04		131,00	524,00
80	MOLA DIANT MB 1313 ESPECIAL ONIBUS-2 FOLHA	10		282,00	2.820,00
81	MOLA DIANT MB 1313 ESPECIAL ONIBUS-3 FOLHA	05		265,00	1.325,00
82	MOLA DIANT MB 1313-3 FOLHA	01		159,00	159,00
83	MOLA DIANT MB 1313-4 FOLHA	01		151,00	151,00
84	MOLA DIANT MB 1313-5 FOLHA	06		130,00	780,00
85	MOLA DIANT MB 1313-6 FOLHA	06		88,00	528,00
86	MOLA DIANT MB 1313/1513-1 FOLHA	06		244,00	1.464,00
87	MOLA DIANT MB 1313/1513-2 FOLHA	06		241,00	1.446,00
88	MOLA DIANT MB 1313/1513-2 FOLHA REFORCO	06		230,00	1.380,00
89	MOLA DIANT MB 812-1 FOLHA	06		315,00	1.890,00
90	MOLA DIANT MB 812-3 FOLHA	06		159,00	954,00
91	MOLA DIANT MB 812-4 FOLHA	06		154,00	924,00
92	MOLA DIANT MB 812-5 FOLHA	06		144,00	864,00
93	MOLA DIANT MICROONIBUS 8-150/8-140 -1 FOLHA	04		790,00	3.160,00
94	MOLA DIANT MICROONIBUS 8-150/8-140 -2 FOLHA	04		650,00	2.600,00
95	MOLA DIANT MICROONIBUS 8-150/8-140 -3 FOLHA	04		645,00	2.580,00
96	MOLA DIANT VW 8140-1 FOLHA	04		675,00	2.700,00
97	MOLA DIANT VW 8140-2 FOLHA	04		660,00	2.640,00
98	MOLA DIANT VW CARGO-1 FOLHA	02		325,00	650,00
99	MOLA DIANT VW CARGO-2 FOLHA	02		260,00	520,00
100	MOLA DIANT VW CARGO-2 FOLHA REFORCO	02		270,00	540,00
101	MOLA DIANT VW CARGO-3 FOLHA	02		195,00	390,00
102	MOLA DIANT VW CARGO-4 FOLHA	02		158,00	316,00
103	MOLA DIANT VW CARGO-5 FOLHA	02		132,00	264,00
104	MOLA DIANT VW CARGO-6 FOLHA	02		113,00	226,00
105	MOLA DIANT VW CARGO-7 FOLHA	02		54,00	108,00
106	MOLA TRAS AG V6/V8 MICROONIBUS-1 FOLHA	02		216,00	432,00
107	MOLA TRAS AG V6/V8 MICROONIBUS-2 FOLHA	02		210,00	420,00
108	MOLA TRAS CH D-10-1 FOLHA	02		145,00	290,00
109	MOLA TRAS CH D-10-2 FOLHA	02		117,00	234,00
110	MOLA TRAS CH D-10-3 FOLHA	02		80,00	160,00
111	FOLHA MOLA TRAS MB 1313-1 FOLHA	02		440,00	880,00
112	MOLA TRAS MB 1313-1 FOLHA REFORCO	02		403,00	806,00
113	MOLA TRAS MB 1313-2 FOLHA	01		390,00	390,00
114	MOLA TRAS MB 1313-3 FOLHA	01		290,00	290,00
115	MOLA TRAS MB 1313-4 FOLHA	01		225,00	225,00
116	MOLA TRAS MB 1313-5 FOLHA	01		172,00	172,00
117	MOLA TRAS MB 1313-6 FOLHA	03		118,00	354,00
118	MOLA TRAS MB 1313-7 FOLHA	03		98,00	294,00
119	MOLA TRAS MB 1313/1513 CANALETADA-01 FOLHA	03		385,00	1.155,00
120	MOLA TRAS MB 1313/1513 CANALETADA-02 FOLHA	04		362,00	1.448,00
121	MOLA TRAS MB 812 - 1 FOLHA	06		379,00	2.274,00
122	MOLA TRAS MB 812 - 2 FOLHA	06		270,00	1.620,00
123	MOLA TRAS MB 812 -3 FOLHA	06		190,00	1.140,00
124	MOLA TRAS MB 812 -4 FOLHA	06		182,00	1.092,00
125	MOLA TRAS MB 812 -5 FOLHA	06		170,00	1.020,00
126	MOLA TRAS VW 812 -1 FOLHA	06		378,00	2.268,00
127	MOLA TRAS VW 812 -2 FOLHA VIRADA	06		268,00	1.608,00
128	MOLA TRAS VW 812 -3 FOLHA 1 ONIBUS	06		190,00	1.140,00
129	MOLA TRAS VW 812 -3 FOLHA 2	06		190,00	1.140,00
130	MOLA TRAS VW 812 -4 FOLHA	06		182,00	1.092,00
131	MOLA TRAS VW 812 -5 FOLHA	06		170,00	1.020,00
132	MOLA TRAS VW 812 -6 FOLHA	06		325,00	1.950,00
133	MOLA TRAS VW 8140/8150 FEIXE AUXILIAR-1 FOLHA	04		167,00	668,00
134	PARAFUSO DE MANGA DE EIXO MB 1313 C/ PORCA	20		16,00	320,00
135	PINO DE CENTRO 10X6 CABECA BAIXA C/ PORCA	20		4,00	80,00
136	PINO DE CENTRO 12X10 CABECA BAIXA C/ PORCA	20		10,50	210,00
138	PINO DE CENTRO 12X12 CABECA BAIXA C/ PORCA	15		14,00	210,00
139	PINO DE CENTRO 12X4 CABECA BAIXA C/ PORCA	15		4,00	60,00
140	KIT DO EIXO S TRAS. F. AR MB	10		398,00	3.980,00
141	MOLA TRAS MB TRAÇADO - 3 FOLHA	02		232,00	464,00
142	MOLA TRAS MB TRAÇADO - 4 FOLHA	02		203,00	406,00
143	MOLA TRAS MB TRAÇADO - 5 FOLHA	02		200,00	400,00
144	MOLA TRAS MB TRAÇADO - 6 FOLHA	02		175,00	350,00
145	MOLA TRAS MB TRAÇADO - 7 FOLHA	02		168,00	336,00
VALOR TOTAL					**R$ 107.438,00**

LOTE 02 - SERVIÇOS DE POSTO DE MOLAS PARA MANUTENÇÃO REGULAR DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	CASTRO NETO & CASTRO LTDA – EPP		
			MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	HORAS TÉCNICAS TRABALHADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE POSTO DE MOLAS, PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE/MT.	700 horas/ serv.		92,00	64. 400,00
TOTAL					**R$ 64. 400,00**

SITUAÇÃO FINAL DOS ITENS

O pregoeiro declara encerrado a fase de lances, e foi CLASSIFICADA conforme situação abaixo;

LOTE 01 - PEÇAS DE POSTO DE MOLAS PARA MANUTENÇÃO REGULAR DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	CASTRO NETO & CASTRO LTDA – EPP		
			MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	ABA DA SEGUNDA TRAVESSA DO MOTOR MB 1313	06		395,00	2.370,00
02	ADAPTADOR DA BARRA DE DIRECAO	20		69,00	1.380,00
03	ADAPTADOR DO CUBO FORD COMPLETO	04		277,00	1.108,00
04	ADAPTADOR DO CUBO MB 1313	10		148,00	1.480,00
05	ADAPTADOR DO EIXO MB 1313	15		148,00	2.220,00
06	ALAVANCA DA EMBREAGEM MB 1113/1313	15		13,50	202,50
07	ALGEMA DIANT FORD CARGO	10		100,00	1.000,00
08	ALGEMA DIANT MB	10		56,00	560,00
09	ALGEMA TRAS MB	10		67,00	670,00
10	ALGEMA TRAS VW 8140	05		240,00	1.200,00
11	ANEL DE PNEUMATICO GRANDE	07		70,00	490,00
12	ANEL DE PNEUMATICO PEQUENA	07		70,00	490,00
13	ANEL DE VEDACAO DO EIXO S	15		6,00	90,00
14	ANILHA DE ENCOSTO 10MM	40		2,70	108,00
15	ANILHA DE ENCOSTO 11MM	40		3,10	124,00
16	ANILHA DE ENCOSTO 12MM	40		4,00	160,00
17	ANILHA DE ENCOSTO 14MM	40		5,50	220,00
18	ANILHA DE ENCOSTO 18MM	40		8,70	348,00
19	ARRIBITE 3/8X1"	300		2,70	810,00
20	ARRIBITE 5/16	300		2,00	600,00
21	ARRIBITE DE LONA MB Pct com 65 UN	40		9,50	380,00
22	ARRUELA DE AJUSTE DIANT	200		3,40	680,00
23	ARRUELA DE AJUSTE DIANT GROSSA	200		3,40	680,00
24	ARRUELA DE AJUSTE TRAS GROSSA	200		3,40	680,00
25	ARRUELA DE ALUMINIO 10MM	200		0,40	80,00
26	ARRUELA DE BALANCA 1/4	50		29,00	1.450,00
27	ARRUELA LISA 3/8	300		0,50	150,00
28	ARRUELA LISA 5/16	300		0,70	210,00
29	ASSENTO DE MOLEJO MB 1313	50		60,00	3.000,00
30	ASSENTO DE MOLEJO TRAS VW CARGO TODOS	20		60,00	1.200,00
31	BARRA ROSCADA UNC 3/4X1M	12		23,00	276,00
32	BATENTE DE GUIA DE GRAMPO MB	15		22,00	330,00
33	BICO PARA TUBO NYLON UNIAO 1/2	20		9,00	180,00
34	BICO PARA TUBO NYLON UNIAO 3/8	20		7,00	140,00
35	BORRACHA BARRA ESTABILIZADOR DIANT CARGO	15		33,00	495,00
36	BORRACHA DE ESTIRANTE MB TRUCK 1000	15		9,20	138,00
37	BORRACHA DE SUPORTE DE CARDAN	30		7,50	225,00
38	BORRACHA DO AMORTECEDOR MB 1113 AO 2213	20		11,00	220,00
39	BUCHA DE BALANCA MB	20		61,00	1.220,00
40	BUCHA DE BRONZE MANGA DE EIXO MB 1313	20		30,00	600,00
41	BUCHA DE BRONZE MANGA DE EIXO MB FAAR	20		30,00	600,00
42	BUCHA DE ESTIRANTE SUSPENSAO	20		35,00	700,00
43	BUCHA DE TRAMBULADOR DE CAMBIO	05		10,50	52,50
44	BUCHA DO ESTABILIZADOR DIANT TRAS MB1318 REI	05		18,00	90,00
45	BUCHA ESTABILIZADOR DIANT MB 1318	05		11,50	57,50
46	BUCHA INT DA BALANCA TRUCK 60X50X50	05		40,00	200,00
47	BUJAO C/ ENCOSTO 12X1,5 MB	10		10,20	102,00
48	BUJAO C/ ENCOSTO 16X1,5 MB	10		14,00	140,00
49	CALCO DE GUIA DE GRAMPO DIANT MB	08		31,00	248,00
50	CANTONEIRA DA 3ª TRAVESSA DO CHASSIS	06		83,00	498,00
51	CANTONEIRA DA 4 TRAVESSA SUPERIOR MB 1313/1113	06		81,00	486,00
52	CANTONEIRA DA 5 TRAVESSA	06		81,00	486,00
53	CANTONEIRA LATERAL MB 1313/1513	10		81,00	810,00
54	CARCACA DO TERMINAL C/ TRAVA	15		9,00	135,00
55	CHAPA CALCO COXIM DIANT MOTOR MB 1313	15		28,50	427,50
56	CONEXAO UNIAO 10MM C/ PORCA	20		25,00	500,00
57	CONEXAO UNIAO 12MM C/ PORCA	20		28,50	570,00
58	CRUZETA MB 1111 A 2213	20		61,00	1.220,00
59	DEFLETOR DISTANCIADOR SEMI EIXO MB 1313	20		40,00	800,00

60	DESLIZANTE DE SUSPENSAO TRAS CARGO	08		86,00	688,00
61	GARFO DO CARDAN SOLDAVEL MB	10		90,00	900,00
62	GRAMPO DIANT VW 3/4X102-260 FORD CARGO	15		35,00	525,00
63	GRAMPO DIANT VW 3/4X102-280 FORD CARGO	15		37,00	555,00
64	GRAMPO DIANT VW 3/4X102-300 FORD CARGO	05		40,00	200,00
65	GRAMPO TRAS MB ONIBUS 371 18X140-400	05		56,00	280,00
66	GRAMPO TRAS MB ONIBUS 371 7/8X132-400	06		65,00	390,00
67	GRAMPO TRAS VW FORD CARGO 7/8X82-360	05		46,50	232,50
68	GRAMPO TRAS VW FORD CARGO 7/8X82-380	05		48,50	242,50
69	GRAMPO TRAS VW FORD CARGO 7/8X82-400	05		51,00	255,00
70	GRAMPO TRAS VW FORD CARGO 7/8X82-420	05		55,00	275,00
71	GRAMPO TRAS VW FORD CARGO 7/8X82-460	05		61,00	305,00
72	GRAMPO TRAS VW FORD CARGO 7/8X82-560	05		76,00	380,00
73	JUNTA DA TAMPA DO CUBO TRAS MB 1313	15		6,00	90,00
74	KG DE CHAPA LISA	50		9,90	495,00
75	KG DE CHAPA PERFIL	50		9,90	495,00
76	KIT REPARO S/ PINO MB 1313	02		323,00	646,00
77	MANCAL GARFO EMBREAGEM EXT MB 1113/2213	02		16,00	32,00
78	MANCAL GARFO EMBREAGEM INT MB 1113/2213	04		16,00	64,00
79	MOLA DE CARRETA PARABOLICA	04		131,00	524,00
80	MOLA DIANT MB 1313 ESPECIAL ONIBUS-2 FOLHA	10		282,00	2.820,00
81	MOLA DIANT MB 1313 ESPECIAL ONIBUS-3 FOLHA	05		265,00	1.325,00
82	MOLA DIANT MB 1313-3 FOLHA	01		159,00	159,00
83	MOLA DIANT MB 1313-4 FOLHA	01		151,00	151,00
84	MOLA DIANT MB 1313-5 FOLHA	06		130,00	780,00
85	MOLA DIANT MB 1313-6 FOLHA	06		88,00	528,00
86	MOLA DIANT MB 1313/1513-1 FOLHA	06		244,00	1.464,00
87	MOLA DIANT MB 1313/1513-2 FOLHA	06		241,00	1.446,00
88	MOLA DIANT MB 1313/1513-2 FOLHA REFORCO	06		230,00	1.380,00
89	MOLA DIANT MB 812-1 FOLHA	06		315,00	1.890,00
90	MOLA DIANT MB 812-3 FOLHA	06		159,00	954,00
91	MOLA DIANT MB 812-4 FOLHA	06		154,00	924,00
92	MOLA DIANT MB 812-5 FOLHA	06		144,00	864,00
93	MOLA DIANT MICROONIBUS 8-150/8-140 -1 FOLHA	04		790,00	3.160,00
94	MOLA DIANT MICROONIBUS 8-150/8-140 -2 FOLHA	04		650,00	2.600,00
95	MOLA DIANT MICROONIBUS 8-150/8-140 -3 FOLHA	04		645,00	2.580,00
96	MOLA DIANT VW 8140-1 FOLHA	04		675,00	2.700,00
97	MOLA DIANT VW 8140-2 FOLHA	04		660,00	2.640,00
98	MOLA DIANT VW CARGO-1 FOLHA	02		325,00	650,00
99	MOLA DIANT VW CARGO-2 FOLHA	02		260,00	520,00
100	MOLA DIANT VW CARGO-2 FOLHA REFORCO	02		270,00	540,00
101	MOLA DIANT VW CARGO-3 FOLHA	02		195,00	390,00
102	MOLA DIANT VW CARGO-4 FOLHA	02		158,00	316,00
103	MOLA DIANT VW CARGO-5 FOLHA	02		132,00	264,00
104	MOLA DIANT VW CARGO-6 FOLHA	02		113,00	226,00
105	MOLA DIANT VW CARGO-7 FOLHA	02		54,00	108,00
106	MOLA TRAS AG V6/V8 MICROONIBUS-1 FOLHA	02		216,00	432,00
107	MOLA TRAS AG V6/V8 MICROONIBUS-2 FOLHA	02		210,00	420,00
108	MOLA TRAS CH D-10-1 FOLHA	02		145,00	290,00
109	MOLA TRAS CH D-10-2 FOLHA	02		117,00	234,00
110	MOLA TRAS CH D-10-3 FOLHA	02		80,00	160,00
111	FOLHA MOLA TRAS MB 1313-1 FOLHA	02		440,00	880,00
112	MOLA TRAS MB 1313-1 FOLHA REFORCO	02		403,00	806,00
113	MOLA TRAS MB 1313-2 FOLHA	01		390,00	390,00
114	MOLA TRAS MB 1313-3 FOLHA	01		290,00	290,00
115	MOLA TRAS MB 1313-4 FOLHA	01		225,00	225,00
116	MOLA TRAS MB 1313-5 FOLHA	01		172,00	172,00
117	MOLA TRAS MB 1313-6 FOLHA	03		118,00	354,00
118	MOLA TRAS MB 1313-7 FOLHA	03		98,00	294,00
119	MOLA TRAS MB 1313/1513 CANALETADA-01 FOLHA	03		385,00	1.155,00
120	MOLA TRAS MB 1313/1513 CANALETADA-02 FOLHA	04		362,00	1.448,00
121	MOLA TRAS MB 812 - 1 FOLHA	06		379,00	2.274,00
122	MOLA TRAS MB 812 - 2 FOLHA	06		270,00	1.620,00
123	MOLA TRAS MB 812 -3 FOLHA	06		190,00	1.140,00
124	MOLA TRAS MB 812 -4 FOLHA	06		182,00	1.092,00
125	MOLA TRAS MB 812 -5 FOLHA	06		170,00	1.020,00
126	MOLA TRAS VW 812 -1 FOLHA	06		378,00	2.268,00
127	MOLA TRAS VW 812 -2 FOLHA VIRADA	06		268,00	1.608,00
128	MOLA TRAS VW 812 -3 FOLHA 1 ONIBUS	06		190,00	1.140,00
129	MOLA TRAS VW 812 -3 FOLHA 2	06		190,00	1.140,00
130	MOLA TRAS VW 812 -4 FOLHA	06		182,00	1.092,00
131	MOLA TRAS VW 812 -5 FOLHA	06		170,00	1.020,00
132	MOLA TRAS VW 812 -6 FOLHA	06		325,00	1.950,00
133	MOLA TRAS VW 8140/8150 FEIXE AUXILIAR-1 FOLHA	04		167,00	668,00
134	PARAFUSO DE MANGA DE EIXO MB 1313 C/ PORCA	20		16,00	320,00
135	PINO DE CENTRO 10X6 CABECA BAIXA C/ PORCA	20		4,00	80,00
136	PINO DE CENTRO 12X10 CABECA BAIXA C/ PORCA	20		10,50	210,00

138	PINO DE CENTRO 12X12 CABECA BAIXA C/ PORCA	15		14,00	210,00
139	PINO DE CENTRO 12X4 CABECA BAIXA C/ PORCA	15		4,00	60,00
140	KIT DO EIXO S TRAS. F. AR MB	10		398,00	3.980,00
141	MOLA TRAS MB TRAÇADO - 3 FOLHA	02		232,00	464,00
142	MOLA TRAS MB TRAÇADO - 4 FOLHA	02		203,00	406,00
143	MOLA TRAS MB TRAÇADO - 5 FOLHA	02		200,00	400,00
144	MOLA TRAS MB TRAÇADO - 6 FOLHA	02		175,00	350,00
145	MOLA TRAS MB TRAÇADO - 7 FOLHA	02		168,00	336,00
VALOR TOTAL					**R$ 107.438,00**

LOTE 02 - SERVIÇOS DE POSTO DE MOLAS PARA MANUTENÇÃO REGULAR DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	**CASTRO NETO & CASTRO LTDA – EPP**		
			MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	HORAS TÉCNICAS TRABALHADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE POSTO DE MOLAS, PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE/MT.	700 horas/ serv.		92,00	64. 400,00
TOTAL					**R$ 64. 400,00**

Lote 001 - Pneu

HABILITAÇÃ

Após a classificação da Licitante, o Pregoeiro recebeu, vistou o lacre e passou-se à abertura do envelope 02 de habilitação, tendo o Pregoeiro e a Equipe de Apoio facultado aos interessados a verificação da documentação.

Analisada a documentação o Pregoeiro e a equipe de apoio constataram que a Empresa participante não apresentou a Certidão Negativa quanto a dívida ativa estadual, fornecida pela PGE, como exige o item 10.2 H. Assim o Pregoeiro definiu um prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação da referida Certidão.

Portanto como definido o prazo para a empresa apresentar a Certidão, encerra-se esta faze do Certame, classificando-a provisoriamente.

PROPONENTE/FORNECEDOR	TIPO DE EMPRESA	REPRESENTANTE	SITUAÇÃO
CASTRO NETO & CASTRO LTDA – EPP	EPP	JOSUÉ GONÇALVES DE CASTRO NETO	Prazo para apresentação de Certidão

Da fase de Apresentação de Recursos

Após a abertura de prazo para o Proponente/Fornecedor apresentar a certidão exigida, o Pregoeiro avisou que se houvesse algum interesse em interpor recurso contra o procedimento deveria manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, que seria registrada no final da ata. Como não houve manifestação ou intenção, o Pregoeiro deu continuidade aos trabalhos.

Da Adjudicação

Á vista da Habilitação, foi aberto prazo recursal para a Proponente apresentar a certidão, e não havendo qualquer manifesto de intenção de recursos pelo representante, o Sr. Pregoeiro aguarda o final do prazo de recurso para adjudicar o objeto do certame ao vencedor da licitação, conforme valores expressos no quadro abaixo:

PROPONENTE/FORNECEDOR	TIPO DE EMPRESA	VALOR TOTAL
CASTRO NETO & CASTRO LTDA – EPP	EPP	**Lote 1 -R$ 107.438,00** **Lote 2 – R$64.400,00**

Das Ocorrências na Sessão Pública

Conforme registrado na faze de abertura do Envelope 2, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio abriu o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação da Certidão.

Encerramento da Sessão

Nada mais havendo a tratar o Pregoeiro encerrou a sessão, da qual, para constar, lavrou-se a presente Ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelo licitante presente.

Publicação

Todos os atos relativos ao processo Pregão Presencial nº 03/2018, serão publicados no MURAL do Paço Municipal e no Site da Prefeitura, o possível Contrato, ata de registro de preços e Homologação no Diário Oficial da AMM.

Glória D´Oeste – MT, 05 de abril de 2018.

Sidinei da silva Raquel Toloi

Pregoeiro Oficial Equipe de Apoio

Jaqueliny de Almeida da Silva Marcia Helena Martins dos Santos

Equipe de Apoio Equipe de Apoio

Kellyton Ribeiro Dos Santos

Equipe de Apoio

CASTRO NETO & CASTRO LTDA – EPP.

CNPJ:05.366.068/0001-57

JOSUÉ GONÇALVES DE CASTRO NETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 314/2013.

OBJETO: Prorrogação do prazo de execução do Contrato original nº 314/2013 para mais 05 (cinco) meses e 21 (vinte e um) dias.

DATA: 29/03/2018

CONTRATADO: MARIA IZABEL FRIDER

VALOR R$ 9.785,67

Guarantã do Norte, 29 de março de 2018

ÉRICO STEVAN GONÇALVES

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2018

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT torna público que realizará a Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2018** cujo objeto **é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURANÇA DO TRABALHO** para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (Anexo I). A abertura do certame está prevista para ***23/04/2018 às 08h00 min*** **(*horário de Mato Grosso)***, na Prefeitura Municipal, sede na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. Os interessados poderão retirar o Edital gratuitamente presencialmente no setor de licitações ou solicitar via e-mail: licitacaogta2017.2020@gmail.com.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2018-SRP

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT torna público que realizará a Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº **025/2018**, cujo objeto é**REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresas especializadas no FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, INSUMOS HOSPITALARES e FARMACOLÓGICOS,** para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (**Anexo I**). A abertura do certame está prevista para ***18/04/2018 às 08h00min*** **(horário de Mato Grosso)**, na Prefeitura Municipal, sede na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. O edital, encontra se disponível no endereço eletrônico www.guarantadonorte.mt.gov.br ou quanto a esclarecimentos (dúvidas), ligar no telefone (66) 3552-5135. Guarantã do Norte/MT, 05 de abril de 2018. Gutenberg Xavier Alves Dos Santos /Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2018-SRP

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT torna público que realizará a Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº **023/2018 - Srp**, cujo objeto é**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA DE PEDREIRO E SERVENTE DE PEDREIRO,** para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (**Anexo I**). A abertura do certame está prevista para ***18/04/2018 às 08h00min*** (horário de Mato Grosso), na Prefeitura Municipal, sede na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. O edital encontra se disponível no endereço eletrônico www.guarantadonorte.mt.gov.br ou quanto a esclarecimentos (dúvidas), ligar no telefone (66) 3552-5135. Guarantã do Norte/MT, 05 de abril de 2018. Sebastião Adilson C. da Silva/Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2018

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT torna público que realizará a Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2018** cujo objeto **é futura e eventual contratação de empresas especializadas no FONECIMENTO DE MÁQUINAS PESADAS**para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (Anexo I). A abertura do certame está prevista para ***24/04/2018 às 08h00 min*** **(*horário de Mato Grosso)***, na Prefeitura Municipal, sede na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. Os interessados poderão retirar o Edital gratuitamente presencialmente no setor de licitações ou solicitar via e-mail: licitacaogta2017.2020@gmail.com.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2018-SRP

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT torna público que realizará a Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº **024/2018-SRP**, cujo objeto **é CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA COM MOTORISTA ÀS SUAS EXPENSAS PARA MOLHAR AS VIAS URBANAS NÃO PAVIMENTADAS DO MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE/MT,** para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (**Anexo I**). A abertura do certame está prevista para ***19/04/2018 às 08h00min*** **(horário de Mato Grosso)**, na Prefeitura Municipal, sede na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. O edital encontra se disponível no endereço eletrônico www.guarantadonorte.mt.gov.br ou quanto a esclarecimentos (dúvidas), ligar no telefone (66) 3552-5135.

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2018 - SRP

O Município de Guarantã do Norte torna público para conhecimento dos interessados, que foi **Retificado** o edital do **Pregão Presencial nº 019/2018 - SRP** cujo objeto **é REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA MÁQUINAS, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REABERTURA DE LEITOS DE ESTRADAS VICINAIS, E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TERRAPLENAGEM NA ZONA RURAL E URBANA DESTE MUNICÍPIO,** para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência **(Anexo I)**. E **prorrogado** à abertura do certame para o dia ***20/04/2018 às 08h00*** **(horário de Mato Grosso),** na Prefeitura Municipal, sede na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. O edital Retificado encontra se disponível no endereço eletrônico www.guarantadonorte.mt.gov.br ou quanto a esclarecimentos (dúvidas), ligar no telefone (**66) 3552-5135.** Guarantã do Norte/MT, 05 de abril de 2018. **Sebastião Adilson C. da Silva/Pregoeiro.**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 041/2016.

OBJETO: Prorrogação do prazo de execução do Contrato original nº 041/2016 para mais 05 (cinco meses)

DATA: 29/03/2018

CONTRATADO: R.D. COMERCIO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS LTDA-EPP

VALOR R$ 23.974,16

Guarantã do Norte, 29 de março de 2018

ÉRICO STEVAN GONÇALVES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 032 E 033/2018

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 032/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE e a empresa**REZER FRUTUOSO & CIA LTDA - EPP**, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇAO CONFECÇÕES EM GERAL,** para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (**Anexo I**). **Fundamento Legal:** Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº **014/2018**, Processo de Compra n° **501/2018**, Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002. A empresa **REZER FRUTUOSO & CIA LTDA - EPP** sagrou-se vencedora o com o valor global de **R$ 264.347,10 (duzentos e sessenta e quatro mil trezentos e quarenta e sete reais e dez centavos)**. **Data de Assinatura**: **05/04/2018**. **Vigência:** 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura e publicação no Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas do Mato Grosso. A PLANILHA DE PREÇOS E ATA EM SUA INTEGRA ENCONTRAM-SE ANEXADA NOS AUTOS DO PROCESSO DE COMPRA Nº **501/2018** PREGÃO PRESENCIAL Nº **014/2018-SRP**. **Assina pelo Município de Guarantã do Norte**: **ÉRICO STEVAN GONÇALVES** – Prefeito Municipal; **Contratada REZER FRUTUOSO & CIA LTDA - EPP** representada pela senhora **Elza Rezer Frutuoso -** Guarantã do Norte, **05 de abril de 2018**.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 033/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE e a empresa**RM CONFECÇÕES LTDA- EPP**, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇAO CONFECÇÕES EM GERAL,** para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (**Anexo I**). **Fundamento Legal:** Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº **014/2018**, Processo de Compra n° **501/2018**, Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002. A empresa **RM CONFECÇÕES LTDA- EPP** sagrou-se vencedora o com o valor global de **R$ 270,00 (duzentos e setenta reais)**. **Data de Assinatura**: **05/04/2018**. **Vigência:** 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura e publicação no Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas do Mato Grosso. A PLANILHA DE PREÇOS E ATA EM SUA INTEGRA ENCONTRAM-SE ANEXADA NOS AUTOS DO PROCESSO DE COMPRA Nº **501/2018** PREGÃO PRESENCIAL Nº **014/2018-SRP**. **Assina pelo Município de Guarantã do Norte**: **ÉRICO STEVAN GONÇALVES** – Prefeito Municipal; **Contratada RM CONFECÇÕES LTDA- EPP** representada pelo senhor **Ricardo Vieira Sarmento-** Guarantã do Norte, **05 de abril de 2018**

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL SRP 001/2018

A Prefeitura Municipal de Indiavaí-MT, através do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação na modalidade P**regão Presencial SRP por LOTE nº 001/2018**, cujo Objeto é: Futura e eventual contratação de empresa para o projeto de "Apoio Administrativo", para a execução de consultoria e auditoria tributaria/fiscal**.** Dia: 18/04/2018. Entrega dos Envelopes: Até as 08:00 horas (Horário de Mato Grosso), do dia 18/04/2018. Edital Completo: Afixado no endereço Rua Getúlio Vargas nº 650, Centro, Indiavaí/MT. CEP 78.295-000, no site www.indiavai.mt.gov.br e no e-mail pmindiavailicitacao@gmail.com, **(quando o edital for baixado pelo site as empresas deverão encaminhar seus dados empresariais para o e-mail (**pmindiaivailicitacao@gmail.com**);**Abertura do envelope Nº 01: Às 08:30 horas, do dia –de março de 2018, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9. 648/98).

Indiavaí – MT. 05 de abril de 2018.

CLEBER PEREIRA DOS SANTOS

Pregoeiro Municipal.

RESOLUCAO Nº 002-2018-CMS-INDIAVAÍ-MT

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS

RESOLUÇAO N° 002/2018

"Dispõe sobre a Aprovação e Autorização da Publicação da Atualização da Lista REMUME 2018/2020 - Relação Municipal de Medicamentos Essenciais do Município de Indiavaí/MT e dá outras providencias".

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Indiavaí/MT, em sua **3ª** Reunião Ordinária, realizada em 04/04/2018, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº. 8.142 de 28 de dezembro de 1990, pela Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990 no uso de suas competências regimentais e atribuições,

Considerando que os Municípios são responsáveis pela seleção, programação, aquisição, armazenamento, controle de estoques e prazos de validade, distribuição e dispensação de medicamentos e insumos do componente básico da Assistência Farmacêutica bem como sua atualização por Comissão Multiprofissional;

Considerando a necessidade de Atualização da Lista de medicamentos Essenciais do Município de Indiavaí, publicada pela PORTARIA Nº 016/2017, que "Estabelece a REMUME - Relação Municipal de Medicamentos Essenciais para o Município de Indiavaí/MT e dá outras providências", devido ajustes conforme perfis epidemiológicos.

Considerando a Portaria n. 09 de 03 de Abril de 2018, que Altera o artigo 3º da Portaria SMS n. 016, de 17 de agosto de 2016 que Institui a Comissão Permanente de Farmácia e Terapia - CPFT.

Considerando o disposto na Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 que Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Considerando a Portaria nº. 344 de 12 de Maio de 1998, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária que aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial;

Considerando a Resolução RDC n.º 20, de Maio de 2011, que dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação.

Considerando o disposto na Lei n. 13.021 de 08 de Agosto de 2014, que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas;

Considerando a Resolução RDC n.º 44, de Agosto de 2009, que Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências;

Considerando a necessidade de promover o uso racional de medicamentos no município para alcance da saúde individual e coletiva;

Considerando a complexidade para manejar e melhorar o uso dos medicamentos face a multiplicidade de alternativas existentes na atualidade;

Considerando o disposto no artigo n. 28 do Decreto n. 7.508 de 28 de junho de 2011, onde pressupõe cumulativamente o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica,

RESOLVE:

1 – **Autorizar eAprovar a publicação por unanimidade a ATUALIZAÇÃO da Lista dos Medicamentos Essenciais**do Município de Indiavaí/MT, a ser publicada pelos meios legais.

2 – Que as alterações posteriores sejam por Inclusão ou Exclusão de componentes da REMUME sejam aprovadas por este Conselho de Saúde.

4- Que a REMUME seja divulgada para os profissionais prescritores e toda população de Indiavaí.

5 - Esta resolução entra em vigor a partir da sua publicação.

Indiavaí/MT, 04 de Abril de 2018.

_____

Claudio Rogério Ribeiro

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Indiavaí-MT

CONTABILIDADE
DECRETO 047/2018 - ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
Rua Florianopolis, 200, Centro, 78.579-000
Telefone: (066) 3578.2500, Fax: (066) 3578.2501
e-mail: rh@itanhanga.mt.gov.br
CNPJ: 07.209.225/0001-00

DECRETO SUPLEMENTAR N° 47/2018

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 437/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§ - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 134.162,91 (Cento e Trinta e Quatro Mil Cento e Sessenta e Dois Reais e Noventa e Um Centavos) nos termos do artigo 43, paragrafo 1 inciso III da Lei Federal 4.320/64, para reforco de dotacoes consignadas no orcamento vigente sob as seguintes modalidades de aplicacao:

02.001-Gabinete do Prefeito

02.001.04.122.0007.2004.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 5.439,10

Sub-Total:R$ 5.439,10

04.001-Gabinete do Secretario

04.001.12.365.0012.2022.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 587,90
04.001.12.361.0012.2112.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	R$ 35.000,00
04.001.12.122.0012.2016.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 5.500,00

Sub-Total:R$ 41.087,90

04.005-Departamento de Cultura

04.005.13.392.0017.2120.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 27.100,00

Sub-Total:R$ 27.100,00

05.002-Fundo Municipal de Saude

05.002.10.301.0019.2060.3.1.9.0.94.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes Trabalhistas	R$ 1.000,00

Sub-Total:R$ 1.000,00

06.001-Gabinete do Secretario

06.001.20.608.0023.2050.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 2.000,00
06.001.20.608.0023.2127.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	R$ 25.250,00

Sub-Total:R$ 27.250,00

08.001-Gabinete do Secretario

08.001.08.244.0027.2070.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 8.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
Rua Florianopolis, 200, Centro, 78.579-000
Telefone: (066) 3578.2500, Fax: (066) 3578.2501
e-mail: rh@itanhanga.mt.gov.br
CNPJ: 07.209.225/0001-00

DECRETO SUPLEMENTAR N° 47/2018

Sub-Total:R$ 8.000,00

08.002-Fundo Municipal de Assistencia Social

08.002.08.244.0027.2071.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 1.994,24
08.002.08.244.0027.2130.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 2.000,00
08.002.08.244.0027.2088.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 17.415,67

Sub-Total:R$ 21.409,91

10.001-Gabinete do Secretario

10.001.27.812.0018.2094.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 2.876,00

Sub-Total:R$ 2.876,00

Total Parcial Sumplementado: R$ 134.162,91

Art. 2 - Para dar Cobertura ao Credito Aberto, conforme descrito no artigo anterior serao utilizados os recursos aqueles mencionados no Inciso III do paragrafo 1 do art. 43 da Lei 4.320/1964, oriundos de anulacao parcial ou total das seguintes dotacoes orcamentarias:

03.001-Gabinete do Secretario

03.001.04.123.0007.2008.3.3.9.0.37.00.00.00	Locacao de Mao-de-Obra	R$ 2.000,00

Sub-Total:R$ 2.000,00

04.001-Gabinete do Secretario

04.001.27.812.0014.1076.4.4.9.0.51.00.00.00	Obras e Instalacoes	R$ 27.100,00
04.001.12.361.0016.2030.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 20.000,00
04.001.12.361.0016.2119.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 15.000,00

Sub-Total:R$ 62.100,00

06.001-Gabinete do Secretario

06.001.20.608.0022.1018.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 10.000,00
06.001.20.608.0022.1018.4.4.9.0.51.00.00.00	Obras e Instalacoes	R$ 5.250,00
06.001.20.608.0022.1018.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 25.250,00

09.001-Gabinete do Secretario

09.001.26.782.0007.2041.3.3.9.0.37.00.00.00	Locacao de Mao-de-Obra	R$ 39.812,91

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
Rua Florianopolis, 200, Centro, 78.579-000
Telefone: (066) 3578.2500, Fax: (066) 3578.2501
e-mail: rh@itanhanga.mt.gov.br
CNPJ: 07.209.225/0001-00

DECRETO SUPLEMENTAR N° 47/2018

Sub-Total:R$ 39.812,91

09.002-Depto. de Transportes, Obras e Servicos Pub

09.002.15.451.0030.2044.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 5.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 134.162,91

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itanhanga, 01 de Marco de 2018.

EDU LAUDI PASCOSKI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 017/2018

A Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, com sede na Rua Florianópolis, n° 200, centro – Itanhangá-MT, através de sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio, torna público que encontra-se aberta na Modalidade **Pregão Presencial n° 017/2018**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto a **"Contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos, para atendimento junto ao PSF II, atendimento ás Agrovilas**

Simione e Monte Alto e realização de plantões em regime de sobre-aviso para suprir as necessidades no Município de Itanhangá-MT.". Regem a presente licitação a lei Federal n° 10.520/02, subsidiariamente, a Lei n° 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **19 de abril de 2018, às 08:00hs (oito horas)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itanhangá. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no setor de licitações de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 ás 17:00 horas, dos dias úteis, ou pelo telefone (66) 3578-2500, ou no site da prefeitura: www.itanhanga.mt.gov.br ou solicitado pelo e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br.

Itanhangá-MT, 05 de abril de 2018.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 116/2018

PORTARIA N° 116/2018

SÚMULA: "Dispõe sobre a contratação temporária em caráter excepcional, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, amparado pelo Lei Municipal 267/2011, e ainda,

CONSIDERANDO o resultado do Processo Seletivo Simplificado 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar os servidores abaixo para exercerem os cargos descriminados, de acordo com o resultado final do Processo Seletivo Simplificado 001/2018, em caráter excepcional e temporário.

Nome	CPF	Contrato	Cargo
Gilberto Moreira	*930.635. 711-72*	020/ 2018	Motorista de ônibus e Veículos Escolares 40H
Kássia Alexandrina de Jesus	*053.235. 611-06*	021/ 2018	TDI – Técnico de Desenvolvimento Infantil 40H

Art. 2° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação**.**

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 02 de abril de 2018

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2018
Tatiane Goncalves Da Silva
Encarregado de Divisão
Matricula 1327

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

Secretário de Administração e Planejamento

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 115/2018

PORTARIA N° 115/2018

SÚMULA: "NOMEIA A COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE BENS PATRIMONIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO a necessidade de normatizar o recebimento de Bens Patrimoniais, bem como as atribuições da Comissão de Recebimento de Bens Patrimoniais,

CONSIDERANDO, ainda, o que dispõe os artigos 15, § 8º, 62, 69, 73 e 74 da Lei nº. 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1° - Fica instituída a Comissão de Recebimento de Bens Patrimoniais do Município.

Art. 2° - A Comissão que trata o artigo anterior será composta pelos seguintes membros:

Membro	Nome Servidor	Matricula
Presidente	Silvana Matter	1265
Secretário	Jeferson da Silva Santos	1191
Membro	Dorival Gomes de Souza	1194
Membro	Airton Zampieri	243
Membro	Marcos Delavy	876

Art.3° -Compete a Comissão, as seguintes atribuições:

I. receber e examinar, no que diz respeito à quantidade e à qualidade, o material entregue pelo contratado em cumprimento ao contrato ou instrumento equivalente;

II. rejeitar o material sempre que estiver fora das especificações do Contrato ou instrumento equivalente, ou em desacordo com a amostra apresentada na fase de licitação, podendo submetê-la, se necessário, ao exame de órgãos oficiais de Metrologia e Controle de Qualidade;

III. expedir Termo de Recebimento e Aceitação ou Notificação, no caso de rejeição de material, conforme o caso;

IV. receber os recursos dirigidos à autoridade superior, interpostos contra seus atos;

V. remeter à autoridade superior o recurso, devidamente instruído e informado, sempre que mantiver sua decisão.

Art.4° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 02 de abril de 2018

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2018
Ana Claudia Germano Alves
Agente Administrativo
Matricula 1242

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

Secretário de Administração e Planejamento

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 114/2018

SÚMULA: "Concede Licença Prêmio aos servidores que menciona, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelos artigos 88 da Lei Complementar Municipal 023/2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora mencionada abaixo, sua Licença Prêmio conforme segue:

Nome	Matricula	Período Aquisitivo	Período de Gozo	
			Inicio	Fim
Regina Duarte	*860*	02/08/2010 a 01/08/2015	02/04/2018	30/06/2018

Art. 2° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 02 de abril de 2018

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2018
Ana Claudia Germano Alves
Agente Administrativo
Matricula 1242

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

Secretário de Administração e Plan

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
RETIFICAÇÃO DE CONTRATO Nº 016/2018

Fica retificada a publicação do extrato do contrato n° 016/2018, conforme segue:

ONDE SE LÊ: R$ 48.423,11 (quarenta e oito mil quatrocentos e vinte e três reais e onze centavos)

LEIA-SE: R$ 48.423,11 (quarenta e oito mil quatrocentos e vinte e três reais e onze centavos)

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 113/2018

PORTARIA N° 113/2018

SÚMULA: "Prorroga Licença ao servidor que menciona, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI**, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso,** no uso de suas atribuições legais amparado pelo art. 109 da Lei Complementar Municipal 002/2005:

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a licença para tratamento de saúde, concedida a servidora **Luciana Nava**, matricula n° 907, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem 40H, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e saneamento, até a data de 28/05/2018.

Art. 2° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 28 de março de 2018

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2018
Ana Claudia Germano Alves
Agente Administrativo
Matricula 1242

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

Secretário de Administração e Planejamento

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 064/2018

DECRETO N° 064/2018

SÚMULA: "Nomeia membros para compor a Comissão Especial Eleitoral para o Processo de Escolha Suplementar de Membros do Conselho Tutelar de Itanhangá - MT, e da outras providencias."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado pela Lei Municipal 358/2014 e em atendimento Ata 017/2018 do CMDCA e Resolução 002/2018 do CMDCA.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, para todos os fins previstos em Lei, os membros para compor a Comissão Especial Eleitoral para o Processo de Escolha Suplementar de Membros do Conselho Tutelar de Itanhangá, quais sejam eles:

REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL
Riomar da Silva Andrade – PRESIDENTE
Rafael Vargas Nauer – MEMBRO
REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL
Suely Rodrigues de Queiroz – SECRETÁRIA
João dos Santos Ferreira - MEMBRO

Art. 2° Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 02 de Abril de 2018

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2018
Tatiane Goncalves Da Silva
Encarregado de Divisão
Matricula 1327

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

Secretário de Administração e Planejamento

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 063/2018

DECRETO N° 063/2018

SÚMULA: "Revoga Gratificação ao Servidor que menciona, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado pela Lei Complementar 024/2009 e suas alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o decreto 019/2017 o qual concede gratificação salarial de 22% a servidora **Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva,** Matricula 262, **ocupante do** cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Art. 2° Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de abril de 2018.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 02 de Abril de 2018

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2018
Tatiane Goncalves Da Silva
Encarregado de Divisão
Matricula 1327

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

Secretário de Administração e Planejamento

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 062/2018

DECRETO N° 062/2018

SÚMULA: "Revoga Gratificação ao Servidor que menciona, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado pela Lei Complementar 024/2009 e suas alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o decreto 057/2018 o qual concede gratificação salarial de 22,10% ao servidor **Emersom Ferron Carneiro,** Matricula 1216, **ocupante do** cargo em comissão de Gerente de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento.

Art. 2° Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de abril de 2018.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 02 de Abril de 2018

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2018
Tatiane Goncalves Da Silva
Encarregado de Divisão
Matricula 1327

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

Secretário de Administração e Planejamento

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 061/2018

DECRETO N° 061/2018

SÚMULA: "Revoga Gratificação ao Servidor que menciona, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado pela Lei Complementar 024/2009 e suas alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o decreto 058/2018 o qual concede gratificação salarial de 23,70% a servidora **Cirlene Natal Contreras,** matricula 466**,** ocupante do cargo em comissão de Secretário Adjunto, lotada na Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento.

Art. 2° Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de abril de 2018.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 02 de Abril de 2018

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2018
Tatiane Goncalves Da Silva
Encarregado de Divisão
Matricula 1327

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

Secretário de Administração e Planejamento

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 117/2018

PORTARIA N° 117/2018

SÚMULA: "Concede Férias ao Servidor que menciona, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelos artigos 64 e 68 da Lei Complementar Municipal 002/2005.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor **José Malvino de Lima,** Matricula 330, ocupante do cargo efetivo de Motorista de Caminhão 40H, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, suas férias a que fez jus no Período Aquisitivo de 01/01/2017 a 31/12/2017, gozando-as a partir de 02/04/2018 retornando suas atividades em 02/05/2018.

Art. 2° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação**.**

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 02 de abril de 2018

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2018
Tatiane Goncalves Da Silva
Encarregado de Divisão
Matricula 1327

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

Secretário de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 045, DE 29 DE MARÇO DE 2018.

"Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares, à servidora que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o requerimento na unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, o deferimento do Prefeito Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para Tratar de Interesses Particulares, à servidora abaixo relacionada:

1. AMISTERDAN RODRIGUES DE ARAGÃO, servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de RECEPCIONISTA, admitido em 05/04/2000, aprovada em Concurso Público, pelo período de 03 (três) anos – **período de 04/05/2018 à 04/05/2021, referente ao período aquisitivo de 15/01/2004 à 29/03/2018.**

Art. 2º -Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo as providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentário e financeiro, se devidas.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, 29 de março de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 044, DE 29 DE MARÇO DE 2018.

"Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares, à servidora que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o requerimento na unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, o deferimento do Prefeito Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para Tratar de Interesses Particulares, à servidora abaixo relacionada:

1. LIDIANE DAS VIRGENS MENDES, servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de ARTÍFICE DE COPA E COZINHA, admitido em 25/03/2008, aprovada em Concurso Público, pelo período de 03 (três) anos – **período de 02/02/2018 à 02/02/2021,** referente ao período aquisitivo de 01/01/2012 à 02/02/2018**.**

Art. 2º -Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo as providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentário e financeiro, se devidas.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 02/02/2018.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, 29 de março de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 046, DE 29 DE MARÇO DE 2018.

"Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares, ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o requerimento na unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, o deferimento do Prefeito Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para Tratar de Interesses Particulares, ao servidor abaixo relacionado:

1. JOÃO DA SILVA FILHO, servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de OPERADOR DE MAQUINAS, admitido em 02/04/2002, aprovado em Concurso Público, pelo período de 03 (três) anos – **período de 06/03/2018 à 06/03/2021,** referente ao período aquisitivo de 15/01/2004 à 29/03/2018**.**

Art. 2º -Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo as providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentário e financeiro, se devidas.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, 29 de março de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL

CAMARA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL N° 1008, DE 28 MARÇO DE 2018

LEI MUNICIPAL N° 1008, DE 28 MARÇO DE 2018

"Autoriza o poder executivo a editar norma para o repasse aos agentes comunitário de saúde e agentes de combate às endemias do incentivo financeiro adicional, e dá outras providências".

RONIVON MINGOTTI, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, especialmente nos termos do § 7° do art. 30 da Lei Orgânica Municipal, c/c o § 5° do art. 155 do Regimento Interno da Câmara Municipal, faz saber que a Câmara Municipal por seus representantes, aprovou, o Projeto de Lei n° 08/2017 LM, o Prefeito Municipal vetou totalmente a respectiva Proposição de Lei de n° 08/2017 LM, o Plenário da Câmara Municipal rejeitou o veto, a referida proposição foi novamente encaminhada ao Prefeito Municipal, que deixou de promulgá-la no prazo legal, e assim, eu Presidente da Câmara Municipal promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º. Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal a edição de ato normativo que regulamente o repasse do Incentivo Financeiro Anual aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, exclusivamente vinculados às equipes de Saúde da Família.

Art. 2º. O montante do repasse deverá atender as diretrizes de responsabilidade fiscal do município e advir exclusivamente do valor recebido do Governo Federal - Ministério da Saúde, no último trimestre de cada ano, conforme **Portaria nº 314, de 28 de fevereiro de 2014 e Portaria nº 215, de 18 de fevereiro de 2016.**

Parágrafo Único. O valor será atualizado conforme os instrumentos normativos subsequentes publicados pelo Ministério da Saúde, referentes ao incentivo financeiro adicional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias efetivamente repassado ao Município, observando-se os demais gastos e investimentos realizados no Programa de Saúde da Família e repasse dos recursos da Assistência Financeira Complementar (AFC) da União para o cumprimento do incentivo financeiro dos Agentes de Endemias (ACE), conforme a **PORTARIA No - 1.243/2015 e Parágrafo 4º do Artigo 9º - C da lei 11.350/2006.**

Art. 3º. O valor será pago aos Agentes Comunitários de Saúde dentro do programa de pagamento definido pelo Ministério da Saúde e pelo Município.

§ 1º. Os Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias que estiverem licenciados, salvo por motivo de doença ou acidente do trabalho, receberão a sua parcela em conformidade com o que estabelecer o ato normativo municipal.

§ 2º. O Incentivo Financeiro Anual somente será pago aos Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias enquanto perdurar o repasse realizado pelo Governo Federal, cessando a obrigação da Municipalidade em caso de término dos respectivos repasses pelo Ministério da Saúde.

§3º. As metas do Município para o pagamento do Incentivo Financeiro Anual a partir do exercício de 2017 serão definidas e regulamentadas mediante Decreto do Poder Executivo.

Art. 4º. Não poderá incidir quaisquer encargos sociais, previdenciários ou fundiários sobre o valor de incentivo financeiro adicional de que trata esta lei.

Art. 5º. O valor repassado por meio da presente Lei não tem natureza salarial e não se incorporará à remuneração do **Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias**, não servindo de base de cálculo para o recebimento de qualquer outra vantagem funcional.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itiquira-MT 28 de março de 2018.

RONIVON SILVA MINGOTI

Presidente

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 035, DE 12 DE MARÇO DE 2018.

Concede Licença para Qualificação Profissional ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, o deferimento do Prefeito Municipal

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Conceder Licença para Qualificação Profissional ao servidor abaixo relacionado:

1. ALDAIR BATISTA OLIVEIRA DIAS, servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, empossado em 05/09/2013, – **sendo o período de gozo de 05/03/2018 à 29/06/2018,** com o retorno aos trabalho no dia **30/06/2018.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 12 de março de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 054, DE 05 DE ABRIL DE 2018.

Nomeia o Servidor que menciona para exercer cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear o Servidor abaixo relacionado, para o exercício do cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, **a partir do dia 05/04/2018**, como segue:

1- FLÁVIO ALEXANDRE DOS SANTOS CPF/MF nº 090.885.936-80

Secretário Municipal de Saúde

Art. 2° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogase as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 05 de abril de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 020, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

Concede Licença Prêmio de Assiduidade aos servidores que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, o deferimento do Prefeito Municipal

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, aos servidores abaixo relacionados:

1. ALMIRA FERREIRA SILVA, servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, empossado em 04/02/2000, pelo período de 03 (três) meses– **sendo o período de gozo de 01/02/2018 à 01/05/2018, referente ao período aquisitivo 04/02/2010 a 04/02/2015,** com o retorno aos trabalho no dia **02/05/2018.**

2. GILDETH MOREIRA DA SILVA, servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de GUARDA, empossado em 06/03/2008, pelo período de 03 (três) meses– **sendo o período de gozo de 07/02/2018 à 07/05/2018, referente ao período aquisitivo 06/03/2008 a 06/03/2013,** com o retorno aos trabalho no dia **08/05/2018.**

3. ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA FILHO, servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de PROFESSOR, empossado em 29/04/1994, pelo período de 05 (cinco) meses– **sendo o período de gozo de 13/02/2018 à 13/07/2018, referente ao período aquisitivo 29/04/2004 a 28/04/2014,** com o retorno aos trabalho no dia **14/07/2018.**

4. MANOEL DOURADO MARQUES, servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, empossado em 29/04/1994, pelo período de 03 (três) meses– **sendo o período de gozo de 14/02/2018 à 14/05/2018, referente ao período aquisitivo 29/04/1999 a 28/04/2004,** com o retorno aos trabalho no dia **14/05/2018.**

5. NEIDE OLIVEIRA DE PAULA, servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de PROFESSOR, empossado em 03/04/2002, pelo período de 02 (dois) meses– **sendo o período de gozo de 19/02/2018 à 19/04/2018, referente ao período aquisitivo 05/01/2012 a 05/01/2017,** com o retorno aos trabalho no dia **20/04/2018.**

6. PEDRO CRISTIANO RODRIGUES, servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de MOTORISTA, empossado em 29/04/1994, pelo período de 03 (três) meses– **sendo o período de gozo de 26/02/2018 à 26/05/2018, referente ao período aquisitivo 03/04/2012 à 03/04/2017,** com o retorno aos trabalho no dia **27/05/2018.**

7. RINALDO ALVES DA SILVA , servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de FISCAL DE TRIBUTOS, empossado em 29/04/1994, pelo período de 03 (três) meses– **sendo o período de gozo de 01/03/2018 à 01/06/2018, referente ao período aquisitivo 10/01/2008 a 10/01/2013,** com o retorno aos trabalho no dia **02/06/2018.**

8. SANDRA REGINA RANGEL DA SILVA, servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, empossado em 25/02/2008, pelo período de 03 (três) meses– **sendo o período de gozo de 02/03/2018 à 02/06/2018, referente ao período aquisitivo 25/02/2008 a 25/02/2013,** com o retorno aos trabalho no dia **03/06/2018.**

9. ALAIDE DE MENEZES MOTA SILVA, servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, empossado em 01/04/2002, pelo período de 03 (três) meses– **sendo o período de gozo de 05/03/2018 à 05/06/2018, referente ao período aquisitivo 01/04/2007 a 01/04/2012,** com o retorno aos trabalho no dia **06/06/2018.**

10. MARIA APARECIDA BATISTA DA SILVA TEIXEIRA, servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de AUXILIAR BIBLIOTECÁRIO, empossado em 29/02/2008, pelo período de 03 (três) meses– **sendo o período de gozo de 02/03/2018 à 02/06/2018, referente ao período aquisitivo 01/03/2013 a 28/02/2018,** com o retorno aos trabalho no dia **03/06/2018.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 1º de fevereiro de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 047, DE 29 DE MARÇO DE 2018.

"Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares, ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o requerimento na unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, o deferimento do Prefeito Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para Tratar de Interesses Particulares, ao servidor abaixo relacionado:

1. CLAUDELINO DA SILVA LANGE, servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de AGENTE AMBIENTAL, admitido em 06/09/2013, aprovado em Concurso Público, pelo período de 03 (três) anos – **período de 01/04/2018 à 01/04/2021, referente ao período aquisitivo de 06/09/2013 à 01/04/2018.**

Art. 2º -Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo as providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentário e financeiro, se devidas.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, 29 de março de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 030, DE 01 DE MARÇO DE 2018.

Concede Licença Maternidade à servidora que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo e o atestado médico, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade a servidora abaixo relacionada:

1. LUCIENE NOGUEIRA DE MELO, servidora pública do quadro de servidores efetivos do Poder Executivo, no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS , admitida por meio de Concurso Público, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, sendo o período de gozo de 17/01/2018 à 15/07/2018, devendo retornar ao trabalho no dia 16/07/2018.

2. TATIELIN RODRIGUES DE SOUZA, servidora pública do quadro de servidores temporários do Poder Executivo, no Cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, admitida por meio de Processo Seletivo, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, sendo o período de gozo de 20/02/2018 à 18/08/2018, devendo retornar ao trabalho no dia 19/08/2018.

Art. 2º -Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo às providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentário e financeiro, se devidas.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos á 17/01/2018.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 01 de março de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL Nº 017 DE 05 DE ABRIL DE 2018.

"Dispõe Sobre Convocação dos Suplentes Eleitos para Conselheiros Tutelares do Município de Itiquira – MT e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira.

CONSIDERANDO a disposição contida na Lei Municipal nº 900/2015 de 12 de maio de 2015 que dispõe sobre a Política Municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, reformula o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, os Conselhos Tutelares e o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a escala de férias das conselheiras tutelares da Sede do Município, bem como da localidade de Ouro Branco do Sul encaminhadas por meio dos OFÍCIOS 024 e 025/2018/CMDCA, e;

CONSIDERANDO a ordem rigorosa de colocação conforme eleições ocorridas no dia 04 de outubro de 2015;

CONVOCA:

Art. 1° - Ficam Convocadas as Conselheiras Tutelares eleitas, suplentes, para se apresentarem pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, 311 - Centro, Itiquira, Estado de Mato Grosso, no período de 15 dias a contar da publicação deste, no horário de 08h00min às 11h00min e das 13h00min as 17h00min, para tratarem de assuntos de seu interesse:

RELAÇÃO DE CANDIDATOS ELEITOS-MEMBROS SUPLENTES - ITIQUIRA		
ORDEM	**CANDIDATO**	**NUMERO DE VOTOS**
1	ALCIONE GOMES MACHADO	91
2	TATIANE RIBEIRO	39

Art. 2º - Os candidatos eleitos, para a formalização do Termo de Posse deverão apresentar ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Itiquira, cópia dos seguintes documentos:

01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior 21 (vinte e um) anos;

02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts, 12 e 37, I da CF/88);

03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;

04 - Certidão de Nascimento dos filhos e frequência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);

05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

07 - Cartão do PIS/PASEP;

08 - Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem a posse;

09 - Título de Eleitor;

10 - Certidão Negativa fornecida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (internet) da Comarca do domicilio dos últimos 05 (cinco) anos relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de contratação;

12 - Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido, expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

13 - 02 (duas) foto 3X4 colorida e recente;

14 - Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

15 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

16 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);

17 - Declaração contendo endereço residencial;

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19 - Declaração de Bens;

20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

21 –Conta Corrente Banco do Brasil.

22- CPF dos dependentes maiores de 14 anos

23- CPF do cônjuge, se for o caso

24- CPF do Pai e da Mãe

25- Cópia da página da Carteira de Trabalho onde consta o número e os dados pessoais

26- Ter reconhecida idoneidade moral. Para comprovação da idoneidade moral, o candidato deverá apresentar certidão, conforme anexo II deste Edital, assinado por 02 (dois) funcionários públicos (federal, estadual ou municipal) os quais deverão juntar cópias dos seus documentos de identificação;

27- Termo de Compromisso, conforme anexo III do Edital nº001/2015/CMDC assumindo a responsabilidade de cumprir o horário de funcionamento e plantões do conselho Tutelar.

Art. 3º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 05 de abril de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
RELATORIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA- 1º BIMESTRE 2018

Município de Itiquira - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	63.575.597,60	63.575.597,60	10.176.561,63	10.176.561,63	97,70	53.399.035,97	4.643.621,52	4.643.621,52	95,10	58.931.976,08
Administração	13.028.000,00	12.941.400,00	1.185.468,35	1.185.468,35	11,38	11.755.931,65	603.436,94	603.436,94	12,36	12.337.963,06
Planejamento e Orçamento	305.000,00	305.000,00	13.915,78	13.915,78	0,13	291.084,22	13.915,78	13.915,78	0,28	291.084,22
Administração Geral	7.131.000,00	7.081.400,00	795.846,06	795.846,06	7,64	6.285.553,94	453.752,84	453.752,84	9,29	6.627.647,16
Administração Financeira	3.581.000,00	3.556.000,00	315.877,86	315.877,86	3,03	3.240.122,14	86.679,27	86.679,27	1,78	3.469.320,73
Controle Interno	190.000,00	190.000,00	10.100,47	10.100,47	0,10	179.899,53	10.100,47	10.100,47	0,21	179.899,53
Tecnologia da Informatização	272.000,00	272.000,00	10.194,37	10.194,37	0,10	261.805,63	9.304,37	9.304,37	0,19	262.695,63
Formação de Recursos Humanos	307.000,00	307.000,00	7.845,81	7.845,81	0,08	299.154,19	7.845,81	7.845,81	0,16	299.154,19
Infra-Estrutura Urbana	700.000,00	688.000,00	26.903,60	26.903,60	0,26	661.096,40	18.904,00	18.904,00	0,39	669.096,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	242.000,00	242.000,00	4.784,40	4.784,40	0,05	237.215,60	2.934,40	2.934,40	0,06	239.065,60
Turismo	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
Segurança Pública	286.000,00	286.000,00	3.806,17	3.806,17	0,04	282.193,83	1.857,73	1.857,73	0,04	284.142,27
Administração Geral	98.000,00	98.000,00	1.716,17	1.716,17	0,02	96.283,83	1.716,17	1.716,17	0,04	96.283,83
Defesa Civil	188.000,00	188.000,00	2.090,00	2.090,00	0,02	185.910,00	141,56	141,56	0,00	187.858,44
Assistência Social	4.277.900,00	4.277.900,00	427.944,60	427.944,60	4,11	3.849.955,40	254.940,93	254.940,93	5,22	4.022.959,07
Administração Geral	340.000,00	340.000,00	12.558,60	12.558,60	0,12	327.441,40	12.558,60	12.558,60	0,26	327.441,40
Assistência ao Idoso	745.000,00	745.000,00	54.023,82	54.023,82	0,52	690.976,18	48.381,66	48.381,66	0,99	696.618,34
Assistência à Criança e ao Adolescente	542.000,00	542.000,00	41.896,30	41.896,30	0,40	500.103,70	26.789,04	26.789,04	0,55	515.210,96
Assistência Comunitária	2.650.900,00	2.650.900,00	319.465,88	319.465,88	3,07	2.331.434,12	167.211,63	167.211,63	3,42	2.483.688,37
Saúde	13.164.140,49	13.164.140,49	2.507.214,35	2.507.214,35	24,07	10.656.926,14	1.352.239,94	1.352.239,94	27,69	11.811.900,55
Administração Geral	1.316.444,84	1.316.444,84	376.861,06	376.861,06	3,62	939.583,78	147.678,16	147.678,16	3,02	1.168.766,68
Atenção Básica	3.157.448,08	3.157.448,08	308.617,32	308.617,32	2,96	2.848.830,76	306.117,32	306.117,32	6,27	2.851.330,76
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.599.899,63	7.599.899,63	1.649.809,42	1.649.809,42	15,84	5.950.090,21	815.756,97	815.756,97	16,71	6.784.142,66
Suporte Profilático e Terapêutico	740.000,00	740.000,00	121.316,39	121.316,39	1,16	618.683,61	50.448,50	50.448,50	1,03	689.551,50
Vigilância Sanitária	119.000,00	119.000,00	15.250,70	15.250,70	0,15	103.749,30	13.528,01	13.528,01	0,28	105.471,99
Vigilância Epidemiológica	231.347,94	231.347,94	35.359,46	35.359,46	0,34	195.988,48	18.710,98	18.710,98	0,38	212.636,96
Trabalho	739.460,00	739.460,00	560.000,00	560.000,00	5,38	179.460,00	47.725,30	47.725,30	0,98	691.734,70
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	739.460,00	739.460,00	560.000,00	560.000,00	5,38	179.460,00	47.725,30	47.725,30	0,98	691.734,70
Educação	13.971.436,31	14.073.436,31	2.348.295,12	2.348.295,12	22,55	11.725.141,19	1.176.053,17	1.176.053,17	24,08	12.897.383,14
Administração Geral	296.000,00	296.000,00	55.352,35	55.352,35	0,53	240.647,65	36.930,16	36.930,16	0,76	259.069,84
Alimentação e Nutrição	223.602,00	275.602,00	87.769,27	87.769,27	0,84	187.832,73	25.226,72	25.226,72	0,52	250.375,28
Ensino Fundamental	9.112.586,85	9.112.586,85	1.376.335,88	1.376.335,88	13,21	7.736.250,97	731.974,85	731.974,85	14,99	8.380.612,00
Ensino Médio	16.409,10	16.409,10	0,00	0,00	0,00	16.409,10	0,00	0,00	0,00	16.409,10
Ensino Superior	626.338,36	626.338,36	376.338,36	376.338,36	3,61	250.000,00	31.361,53	31.361,53	0,64	594.976,83
Educação Infantil	3.208.500,00	3.258.500,00	409.298,72	409.298,72	3,93	2.849.201,28	307.359,37	307.359,37	6,29	2.951.140,63

Continua 1/4

Município de Itiquira - MT

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	(e) = (a-d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	63.575.597,60	63.575.597,60	10.176.561,63	10.176.561,63	97,70	53.399.035,97	4.643.621,52	4.643.621,52	95,10	58.931.976,08
Educação	13.971.436,31	14.073.436,31	2.348.295,12	2.348.295,12	22,55	11.725.141,19	1.176.053,17	1.176.053,17	24,08	12.897.383,14
Educação de Jovens e Adultos	488.000,00	488.000,00	43.200,54	43.200,54	0,41	444.799,46	43.200,54	43.200,54	0,88	444.799,46
Cultura	454.000,00	454.000,00	11.282,30	11.282,30	0,11	442.717,70	11.282,30	11.282,30	0,23	442.717,70
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	81.000,00	81.000,00	5.320,24	5.320,24	0,05	75.679,76	5.320,24	5.320,24	0,11	75.679,76
Difusão Cultural	373.000,00	373.000,00	5.962,06	5.962,06	0,06	367.037,94	5.962,06	5.962,06	0,12	367.037,94
Urbanismo	6.266.083,04	6.427.083,04	782.550,47	782.550,47	7,51	5.644.532,57	450.461,38	450.461,38	9,23	5.976.621,66
Infra-Estrutura Urbana	2.593.000,00	2.754.000,00	458.796,82	458.796,82	4,40	2.295.203,18	240.146,19	240.146,19	4,92	2.513.853,81
Serviços Urbanos	2.581.083,04	2.581.083,04	293.792,68	293.792,68	2,82	2.287.290,36	199.431,65	199.431,65	4,08	2.381.651,39
Turismo	1.092.000,00	1.092.000,00	29.960,97	29.960,97	0,29	1.062.039,03	10.883,54	10.883,54	0,22	1.081.116,46
Habitação	127.000,00	127.000,00	0,00	0,00	0,00	127.000,00	0,00	0,00	0,00	127.000,00
Habitação Urbana	127.000,00	127.000,00	0,00	0,00	0,00	127.000,00	0,00	0,00	0,00	127.000,00
Saneamento	1.025.000,00	849.000,00	19.474,84	19.474,84	0,19	829.525,16	19.474,84	19.474,84	0,40	829.525,16
Saneamento Básico Urbano	1.025.000,00	849.000,00	19.474,84	19.474,84	0,19	829.525,16	19.474,84	19.474,84	0,40	829.525,16
Gestão Ambiental	107.000,00	107.000,00	2.960,97	2.960,97	0,03	104.039,03	2.960,97	2.960,97	0,06	104.039,03
Preservação e Conservação Ambiental	87.000,00	87.000,00	2.960,97	2.960,97	0,03	84.039,03	2.960,97	2.960,97	0,06	84.039,03
Recuperação de Áreas Degradadas	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Agricultura	999.000,00	999.000,00	26.029,28	26.029,28	0,25	972.970,72	20.272,28	20.272,28	0,42	978.727,72
Promoção da Produção Vegetal	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
Promoção da Produção Animal	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Extensão Rural	799.000,00	799.000,00	26.029,28	26.029,28	0,25	772.970,72	20.272,28	20.272,28	0,42	778.727,72
Irrigação	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Comércio e Serviços	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00
Promoção Comercial	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00
Comunicações	210.000,00	210.000,00	37.925,01	37.925,01	0,36	172.074,99	15.882,56	15.882,56	0,33	194.117,44
Comunicação Social	210.000,00	210.000,00	37.925,01	37.925,01	0,36	172.074,99	15.882,56	15.882,56	0,33	194.117,44
Energia	561.000,00	561.000,00	30.428,10	30.428,10	0,29	530.571,90	6.148,03	6.148,03	0,13	554.851,97
Energia Elétrica	561.000,00	561.000,00	30.428,10	30.428,10	0,29	530.571,90	6.148,03	6.148,03	0,13	554.851,97
Transporte	6.108.000,00	6.107.600,00	899.126,51	899.126,51	8,63	5.208.473,49	468.994,52	468.994,52	9,60	5.638.605,48
Infra-Estrutura Urbana	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
Transporte Aéreo	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Transporte Rodoviário	5.658.000,00	5.657.600,00	899.126,51	899.126,51	8,63	4.758.473,49	468.994,52	468.994,52	9,60	5.188.605,48
Desporto e Lazer	803.000,00	803.000,00	52.477,80	52.477,80	0,50	750.522,20	36.648,53	36.648,53	0,75	766.351,47
Desporto Comunitário	803.000,00	803.000,00	52.477,80	52.477,80	0,50	750.522,20	36.648,53	36.648,53	0,75	766.351,47
Encargos Especiais	1.293.577,76	1.293.577,76	1.281.577,76	1.281.577,76	12,30	12.000,00	175.242,10	175.242,10	3,59	1.118.335,66
Serviço da Dívida Interna	1.293.577,76	1.293.577,76	1.281.577,76	1.281.577,76	12,30	12.000,00	175.242,10	175.242,10	3,59	1.118.335,66

Continua 2/4

Município de Itiquira - MT

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	(e) = (a-d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	63.575.597,60	63.575.597,60	10.176.561,63	10.176.561,63	97,70	53.399.035,97	4.643.621,52	4.643.621,52	95,10	58.931.976,08
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.027.000,00	3.027.000,00	239.322,94	239.322,94	2,30	2.787.677,06	239.322,94	239.322,94	4,90	2.787.677,06
Administração	614.000,00	614.000,00	24.899,11	24.899,11	0,24	589.100,89	24.899,11	24.899,11	0,51	589.100,89
Planejamento e Orçamento	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Administração Geral	311.000,00	311.000,00	16.052,80	16.052,80	0,15	294.947,20	16.052,80	16.052,80	0,33	294.947,20
Administração Financeira	219.000,00	219.000,00	5.873,54	5.873,54	0,06	213.126,46	5.873,54	5.873,54	0,12	213.126,46
Controle Interno	30.000,00	30.000,00	1.535,42	1.535,42	0,01	28.464,58	1.535,42	1.535,42	0,03	28.464,58
Tecnologia da Informatização	8.000,00	8.000,00	778,45	778,45	0,01	7.221,55	778,45	778,45	0,02	7.221,55
Formação de Recursos Humanos	13.000,00	13.000,00	658,90	658,90	0,01	12.341,10	658,90	658,90	0,01	12.341,10
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00
Segurança Pública	9.000,00	9.000,00	275,33	275,33	0,00	8.724,67	275,33	275,33	0,01	8.724,67
Administração Geral	2.000,00	2.000,00	275,33	275,33	0,00	1.724,67	275,33	275,33	0,01	1.724,67
Defesa Civil	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
Assistência Social	140.000,00	140.000,00	9.035,62	9.035,62	0,09	130.964,38	9.035,62	9.035,62	0,19	130.964,38
Administração Geral	20.000,00	20.000,00	1.364,74	1.364,74	0,01	18.635,26	1.364,74	1.364,74	0,03	18.635,26
Assistência ao Idoso	15.000,00	15.000,00	2.005,66	2.005,66	0,02	12.994,34	2.005,66	2.005,66	0,04	12.994,34
Assistência à Criança e ao Adolescente	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Assistência Comunitária	97.000,00	97.000,00	5.665,22	5.665,22	0,05	91.334,78	5.665,22	5.665,22	0,12	91.334,78
Saúde	638.000,00	638.000,00	65.258,83	65.258,83	0,63	572.741,17	65.258,83	65.258,83	1,34	572.741,17
Administração Geral	65.000,00	65.000,00	4.077,33	4.077,33	0,04	60.922,67	4.077,33	4.077,33	0,08	60.922,67
Atenção Básica	219.000,00	219.000,00	30.404,13	30.404,13	0,29	188.595,87	30.404,13	30.404,13	0,62	188.595,87
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	291.000,00	291.000,00	20.827,66	20.827,66	0,20	270.172,34	20.827,66	20.827,66	0,43	270.172,34
Suporte Profilático e Terapêutico	50.000,00	50.000,00	5.825,63	5.825,63	0,06	44.174,37	5.825,63	5.825,63	0,12	44.174,37
Vigilância Sanitária	3.000,00	3.000,00	1.724,76	1.724,76	0,02	1.275,24	1.724,76	1.724,76	0,04	1.275,24
Vigilância Epidemiológica	10.000,00	10.000,00	2.399,32	2.399,32	0,02	7.600,68	2.399,32	2.399,32	0,05	7.600,68
Educação	1.143.000,00	1.143.000,00	101.117,78	101.117,78	0,97	1.041.882,22	101.117,78	101.117,78	2,07	1.041.882,22
Administração Geral	15.000,00	15.000,00	3.944,40	3.944,40	0,04	11.055,60	3.944,40	3.944,40	0,08	11.055,60
Ensino Fundamental	810.000,00	810.000,00	57.507,40	57.507,40	0,55	752.492,60	57.507,40	57.507,40	1,18	752.492,60
Educação Infantil	259.000,00	259.000,00	33.578,00	33.578,00	0,32	225.422,00	33.578,00	33.578,00	0,69	225.422,00
Educação de Jovens e Adultos	59.000,00	59.000,00	6.087,98	6.087,98	0,06	52.912,02	6.087,98	6.087,98	0,12	52.912,02
Cultura	21.000,00	21.000,00	1.809,78	1.809,78	0,02	19.190,22	1.809,78	1.809,78	0,04	19.190,22
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	9.000,00	9.000,00	810,49	810,49	0,01	8.189,51	810,49	810,49	0,02	8.189,51
Difusão Cultural	12.000,00	12.000,00	999,29	999,29	0,01	11.000,71	999,29	999,29	0,02	11.000,71

Continua 3/4

Município de Itiquira - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	(e) = (a-d)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.027.000,00	3.027.000,00	239.322,94	239.322,94	2,30	2.787.677,06	239.322,94	239.322,94	4,90	2.787.677,06
Urbanismo	240.000,00	240.000,00	17.932,96	17.932,96	0,17	222.067,04	17.932,96	17.932,96	0,37	222.067,04
Infra-Estrutura Urbana	111.000,00	111.000,00	8.011,81	8.011,81	0,08	102.988,19	8.011,81	8.011,81	0,16	102.988,19
Serviços Urbanos	121.000,00	121.000,00	9.921,15	9.921,15	0,10	111.078,85	9.921,15	9.921,15	0,20	111.078,85
Turismo	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Habitação	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Habitação Urbana	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Saneamento	15.000,00	15.000,00	1.729,19	1.729,19	0,02	13.270,81	1.729,19	1.729,19	0,04	13.270,81
Saneamento Básico Urbano	15.000,00	15.000,00	1.729,19	1.729,19	0,02	13.270,81	1.729,19	1.729,19	0,04	13.270,81
Gestão Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Agricultura	11.000,00	11.000,00	1.636,48	1.636,48	0,02	9.363,52	1.636,48	1.636,48	0,03	9.363,52
Extensão Rural	11.000,00	11.000,00	1.636,48	1.636,48	0,02	9.363,52	1.636,48	1.636,48	0,03	9.363,52
Comércio e Serviços	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Promoção Comercial	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Comunicações	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Comunicação Social	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Energia	8.000,00	8.000,00	304,11	304,11	0,00	7.695,89	304,11	304,11	0,01	7.695,89
Energia Elétrica	8.000,00	8.000,00	304,11	304,11	0,00	7.695,89	304,11	304,11	0,01	7.695,89
Transporte	135.000,00	135.000,00	11.680,05	11.680,05	0,11	123.319,95	11.680,05	11.680,05	0,24	123.319,95
Transporte Rodoviário	135.000,00	135.000,00	11.680,05	11.680,05	0,11	123.319,95	11.680,05	11.680,05	0,24	123.319,95
Desporto e Lazer	32.000,00	32.000,00	3.643,70	3.643,70	0,03	28.356,30	3.643,70	3.643,70	0,07	28.356,30
Desporto Comunitário	32.000,00	32.000,00	3.643,70	3.643,70	0,03	28.356,30	3.643,70	3.643,70	0,07	28.356,30
TOTAL (III) = (I + II)	66.602.597,60	66.602.597,60	10.415.884,57	10.415.884,57	100,00	56.186.713,03	4.882.944,46	4.882.944,46	100,00	61.719.653,14

FONTE:

[1] Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Itiquira - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**69.346.000,00**	**69.346.000,00**	**7.803.404,18**	**11,25**	**7.803.404,18**	**11,25**	**61.542.595,82**
RECEITAS CORRENTES	**68.214.000,00**	**68.214.000,00**	**7.803.404,18**	**11,44**	**7.803.404,18**	**11,44**	**60.410.595,82**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	8.644.000,00	8.644.000,00	513.007,24	5,93	513.007,24	5,93	8.130.992,76
IMPOSTOS	8.531.500,00	8.531.500,00	507.796,40	5,95	507.796,40	5,95	8.023.703,60
TAXAS	55.500,00	55.500,00	5.210,84	9,39	5.210,84	9,39	50.289,16
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	-51.000,00	-51.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-51.000,00
CONTRIBUIÇÕES	76.000,00	76.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.000,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	-54.000,00	-54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-54.000,00
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	-54.000,00	-54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-54.000,00
CONTRIBUIÇÕES PARA ENTIDADES PRIVADAS DE SERVIÇO SOCIAL I	-54.000,00	-54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-54.000,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚB	76.000,00	76.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	247.100,00	247.100,00	9.701,55	3,93	9.701,55	3,93	237.398,45
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	-52.900,00	-52.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-52.900,00
VALORES MOBILIÁRIOS	246.000,00	246.000,00	9.701,55	3,94	9.701,55	3,94	236.298,45
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PER	-54.000,00	-54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-54.000,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	-54.000,00	-54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-54.000,00
CESSÃO DE DIREITOS	-54.000,00	-54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-54.000,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	-54.000,00	-54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-54.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	-54.000,00	-54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-54.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	-54.000,00	-54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-54.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	156.000,00	156.000,00	20.318,35	13,02	20.318,35	13,02	135.681,65
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	-44.000,00	-44.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-44.000,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSP	-54.000,00	-54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-54.000,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	-54.000,00	-54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-54.000,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	-54.000,00	-54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-54.000,00
OUTROS SERVIÇOS	146.000,00	146.000,00	20.318,35	13,92	20.318,35	13,92	125.681,65
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	58.823.900,00	58.823.900,00	7.258.020,76	12,34	7.258.020,76	12,34	51.565.879,24
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	21.737.920,07	21.737.920,07	2.013.011,48	9,26	2.013.011,48	9,26	19.724.908,59
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SU	29.031.979,93	29.031.979,93	3.631.396,99	12,51	3.631.396,99	12,51	25.400.582,94
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	-54.000,00	-54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-54.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	-54.000,00	-54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-54.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	7.946.000,00	7.946.000,00	1.613.612,29	20,31	1.613.612,29	20,31	6.332.387,71
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	-54.000,00	-54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-54.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	-54.000,00	-54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-54.000,00

Continua 1/4

Município de Itiquira - MT

Continuação 2/4

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**69.346.000,00**	**69.346.000,00**	**7.803.404,18**	**11,25**	**7.803.404,18**	**11,25**	**61.542.595,82**
TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS NÃO IDENTIFICA	-54.000,00	-54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-54.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-3.000,00	-3.000,00	2.356,28	-78,54	2.356,28	0,00	-5.356,28
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	-54.000,00	-54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-54.000,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	-53.000,00	-53.000,00	2.356,28	-4,45	2.356,28	0,00	-55.356,28
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBL	-54.000,00	-54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-54.000,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	-4.000,00	-4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	**1.132.000,00**	**1.132.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.132.000,00**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-53.000,00	-53.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-53.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	-53.000,00	-53.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-53.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	-54.000,00	-54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-54.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	-34.000,00	-34.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-34.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	-44.000,00	-44.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-44.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	-44.000,00	-44.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-44.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	-54.000,00	-54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-54.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	-54.000,00	-54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-54.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.057.000,00	1.057.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.057.000,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	747.000,00	747.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	747.000,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SU	256.000,00	256.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	256.000,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	-54.000,00	-54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-54.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	-54.000,00	-54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-54.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	-54.000,00	-54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-54.000,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	-54.000,00	-54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-54.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	-54.000,00	-54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-54.000,00
TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS NÃO IDENTIFICA	-54.000,00	-54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-54.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-54.000,00	-54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-54.000,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	-54.000,00	-54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-54.000,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	-54.000,00	-54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-54.000,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-54.000,00	-54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-54.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**69.346.000,00**	**69.346.000,00**	**7.803.404,18**	**11,25**	**7.803.404,18**	**11,25**	**61.542.595,82**

Continua 2/4

Município de Itiquira - MT

Continuação 3/4

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**69.346.000,00**	**69.346.000,00**	**7.803.404,18**	**11,25**	**7.803.404,18**	**11,25**	**61.542.595,82**
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	69.346.000,00	69.346.000,00	7.803.404,18	11,25	7.803.404,18	11,25	61.542.595,82
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—		—	—	0,00	—	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**63.575.597,60**	**63.575.597,60**	**10.176.561,63**	**10.176.561,63**	**53.399.035,97**	**4.643.621,52**	**4.643.621,52**	**58.931.976,08**	**3.872.445,99**
DESPESAS CORRENTES	**55.465.143,80**	**55.702.743,80**	**9.090.710,45**	**9.090.710,45**	**46.612.033,35**	**4.463.259,63**	**4.463.259,63**	**51.239.484,17**	**3.754.943,47**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	29.771.916,06	29.764.916,06	2.443.630,87	2.443.630,87	27.321.285,19	2.443.630,87	2.443.630,87	27.321.285,19	2.154.004,40
JUROS E ENCARDGS DA DIVIDA	221.200,00	221.200,00	220.000,00	220.000,00	1.200,00	16.511,63	16.511,63	204.688,37	16.511,63
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.472.027,74	25.716.627,74	6.427.079,58	6.427.079,58	19.289.548,16	2.003.117,13	2.003.117,13	23.713.510,61	1.584.427,44
DESPESAS DE CAPITAL	**8.060.453,80**	**7.822.853,80**	**1.085.851,18**	**1.085.851,18**	**6.737.002,62**	**180.361,89**	**180.361,89**	**7.642.491,91**	**117.502,52**
INVESTIMENTOS	6.987.076,04	6.749.476,04	24.273,42	24.273,42	6.725.202,62	21.631,42	21.631,42	6.727.844,62	18.332,27
AMORTIZACAO DE DIVIDA	1.073.377,76	1.073.377,76	1.061.577,76	1.061.577,76	11.800,00	158.730,47	158.730,47	914.647,29	99.170,25
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**50.000,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**50.000,00**	**0,00**
RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**3.027.000,00**	**3.027.000,00**	**239.322,94**	**239.322,94**	**2.787.677,06**	**239.322,94**	**239.322,94**	**2.787.677,06**	**71.928,47**
	3.027.000,00								

Continua 3/4

Município de Itiquira - MT

Continuação 4/4

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2018/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**3.027.000,00** 0,00	**3.027.000,00**	**239.322,94**	**239.322,94**	**2.787.677,06**	**239.322,94**	**239.322,94**	**2.787.677,06**	**71.928,47**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**66.602.597,60**	**66.602.597,60**	**10.415.884,57**	**10.415.884,57**	**56.186.713,03**	**4.882.944,46**	**4.882.944,46**	**61.719.653,14**	**3.944.374,46**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	**66.602.597,60**	**66.602.597,60**	**10.415.884,57**	**10.415.884,57**	**56.186.713,03**	**4.882.944,46**	**4.882.944,46**	**61.719.653,14**	**3.944.374,46**
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.920.459,72	—	3.859.029,72
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	66.602.597,60	66.602.597,60	10.415.884,57	10.415.884,57	—	4.882.944,46	7.803.404,18	—	7.803.404,18
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
Despesas Intra-Orçamentárias	**3.027.000,00**	**3.027.000,00**	**239.322,94**	**239.322,94**	**2.787.677,06**	**239.322,94**	**239.322,94**	**2.787.677,06**	**71.928,47**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.027.000,00	3.027.000,00	239.322,94	239.322,94	2.787.677,06	239.322,94	239.322,94	2.787.677,06	71.928,47

FONTE:

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 028, DE 01 DE MARÇO DE 2018.

Concede Licença Prêmio de Assiduidade aos servidores que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, o deferimento do Prefeito Municipal

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, aos servidores abaixo relacionados:

1. ANTÔNIO NUNES OURIVES FILHO, servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, empossado em 03/11/1981, pelo período de 06 (seis) meses– **sendo o período de gozo de 03/03/2018 à 03/09/2018, referente ao período aquisitivo 03/11/2006 a 03/11/2016,** com o retorno aos trabalho no dia **04/09/2018.**

2. LUCINEIA GONÇALVES DO CARMO MARTINS, servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, empossado em 29/01/2013, pelo período de 03 (três) meses– **sendo o período de gozo de 08/03/2018 à 08/06/2018, referente ao período aquisitivo 29/01/2013 a 29/01/2018,** com o retorno aos trabalho no dia **09/05/2018.**

3. JOANA PEREIRA SILVEIRA, servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de AUXILIAR BIBLIOTECÁRIO, empossado em 01/04/2002, pelo período de 03 (três) meses– **sendo o período de gozo de 19/03/2018 à 19/06/2018, referente ao período aquisitivo 01/04/2007 a 01/04/2012,** com o retorno aos trabalho no dia **20/06/2018.**

4. AGNALDO FRANCISCO MONTEIRO, servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, empossado em 11/04/2002, pelo período de 03 (três) meses– **sendo o período de gozo de 19/03/2018 à 19/06/2018, referente ao período aquisitivo 11/04/2007 a 11/04/2012,** com o retorno aos trabalho no dia **20/06/2018.**

5. MARIA JOSÉ DE CARVALHO NOGUEIRA, servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, empossado em 02/04/2002, pelo período de 03 (três) meses– **sendo o período de gozo de 23/03/2018 à 23/06/2018, referente ao período aquisitivo 02/04/2012 a 02/04/2017,** com o retorno aos trabalho no dia **24/06/2018.**

6. GABRIELLA APARECIDA MENDONÇA , servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de RECEPCIONISTA, empossado em 29/02/2008, pelo período de 01 (um) mês – **sendo o período de gozo de 02/04/2018 à 02/05/2018, referente ao período aquisitivo 29/02/2008 à 29/02/2013,** com o retorno aos trabalho no dia **03/05/2018.**

7. ALEXANDRA CAMPOS FERREIRA, servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de FISCAL DE TRIBUTOS, empossado em 01/04/2002, pelo período de 03 (três) meses– **sendo o período de gozo de 11/04/2018 à 11/10/2018, referente ao período aquisitivo 01/04/2007 a 01/04/2017,** com o retorno aos trabalho no dia **12/10/2018.**

8. SENILDO PEREIRA BORGES , servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de FISCAL DE OBRAS E POSTURA, empossado em 29/04/1994, pelo período de 03 (três) meses– **sendo o perío-**

do de gozo de 12/04/2018 à 12/10/2018, referente ao período aquisitivo 29/04/1999 a 29/04/2009, com o retorno aos trabalho no dia **13/10/2018.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 1º de março de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 004/2018

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que, referente ao o procedimento Licitatório - modalidade **Pregão n.º. 004/2018,** foi vencedora a empresa **JONAIR DIAS DE SOUZA - MEI** ao valor global de R$ 104.500,00 (Cento e quatro mil e quinhentos), conforme Relatório Geral de Sessões. Jaciara-MT, 05 de abril de 2018.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. º 003/2018

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que, referente ao **PREGÃO n.º 003/2018** foram vencedoras as empresas **KM INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS - EIRELI** ao valor global de R$ 43.129,25 (Quarenta e três mil cento e vinte e nove reais), **INOVART COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP** ao valor global de R$ 18.794,00 (Dezoito mil setecentos e noventa e quatro reais) e **L. F. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E REPRESENTAÇÕES LTDA ME** ao valor global de R$ 20.393,00 (Vinte mil trezentos e noventa e três reais), conforme Relatório Geral de Sessões. Jaciara-MT, 05 de abril de 2018.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

EXTRATO DO 3º ADITIVO AO PLANO DE TRABALHO Nº 005/2017 - TERMO DE PARCERIA Nº 001/2017

Custo do Estimado do Projeto - 2018: R$ 1.247.279,81 – Um milhão duzentos e quarenta e sete mil duzentos e setenta e nove reais, oitenta e um centavos.

Local da Realização do Projeto: Município de Jangada/MT.

Data de assinatura do Plano de Trabalho: 28/09/2017.

Início do Plano de Trabalho: 02/10/2017.

Data de assinatura do 3º aditivo ao Plano de Trabalho: 01/03/2018.

Término do Plano de Trabalho: 31/12/2018.

Objeto do Plano de Trabalho: Ampliar e complementar as equipes de trabalho dos profissionais da secretaria de administração.

Nome da OSCIP: ISO BRASIL - Instituto Social e Organizacional do Brasil.

CNPJ: 20.949.690/0001-37

Endereço: Rua C-03 n. 254 Jd. Nossa Senhora Aparecida - Cuiabá/MT, Tel./Fax: (65) 3044-3155. **Nome do responsável pelo projeto:** Dionas Bassanezi Duim.

CPF: 019.231.401-75

Cargo/Função: Presidente da Entidade.

Jangada, 01/03/2018.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO PLANO DE TRABALHO Nº 004/2017 - TERMO DE PARCERIA Nº 001/2017

Custo do Estimado do Projeto/2018: R$ 100.272,00 – Cem mil, duzentos e setenta e dois reais.

Local da Realização do Projeto: Município de Jangada/MT.

Data de assinatura do Plano de Trabalho: 28/09/2017.

Início do Plano de Trabalho: 02/10/2017.

Data de assinatura do 2º Aditivo ao Plano de Trabalho: 01/03/2018.

Término do Plano de Trabalho: 31/12/2018.

Objeto do Plano de Trabalho: Ampliar e complementar as equipes de trabalho dos profissionais da secretaria de educação.

Nome da OSCIP: ISO BRASIL - Instituto Social e Organizacional do Brasil.

CNPJ: 20.949.690/0001-37

Endereço: Rua C-03 n. 254 Jd. Nossa Senhora Aparecida - Cuiabá/MT, Tel./Fax: (65) 3044-3155. **Nome do responsável pelo projeto:** Dionas Bassanezi Duim.

CPF: 019.231.401-75

Cargo/Função: Presidente da Entidade.

Jangada, 01/03/2018.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO PLANO DE TRABALHO Nº 001/2017 - TERMO DE PARCERIA Nº 001/2017

Custo do Estimado do Projeto - 2018: R$ 1.558.931,30 – Um milhão quinhentos e cinquenta e oito mil, novecentos e trinta e um reais, trinta centavos.

Local da Realização do Projeto: Município de Jangada/MT.

Data de assinatura do Plano de Trabalho: 28/09/2017.

Início do Plano de Trabalho: 02/10/2017.

Data de assinatura do 2º aditivo ao Plano de Trabalho: 01/03/2018.

Término do Plano de Trabalho: 31/12/2018.

Objeto do Plano de Trabalho: Ampliar e complementar as equipes de trabalho dos profissionais da saúde.

Nome da OSCIP: ISO BRASIL - Instituto Social e Organizacional do Brasil.

CNPJ: 20.949.690/0001-37

Endereço: Rua C-03 n. 254 Jd. Nossa Senhora Aparecida - Cuiabá/MT, Tel./Fax: (65) 3044-3155. **Nome do responsável pelo projeto:** Dionas Bassanezi Duim.

CPF: 019.231.401-75

Cargo/Função: Presidente da Entidade.

Jangada, 01/03/2018.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO PLANO DE TRABALHO Nº 002/2017 - TERMO DE PARCERIA Nº 001/2017

Custo do Estimado do Projeto em 2018: R$ 188.634,00 – Cento e oitenta e oito mil, seiscentos e trinta e quatro reais.

Local da Realização do Projeto: Município de Jangada/MT.

Data de assinatura do Plano de Trabalho: 28/09/2017.

Início do Plano de Trabalho: 02/10/2017.

Data de assinatura do 2º aditivo ao Plano de Trabalho: 01/03/2018.

Término do Plano de Trabalho: 31/12/2018.

Objeto do Plano de Trabalho: Ampliar e complementar as equipes de trabalho dos profissionais da secretaria de Obras.

Nome da OSCIP: ISO BRASIL - Instituto Social e Organizacional do Brasil.

CNPJ: 20.949.690/0001-37

Endereço: Rua C-03 n. 254 Jd. Nossa Senhora Aparecida - Cuiabá/MT, Tel./Fax: (65) 3044-3155. **Nome do responsável pelo projeto:** Dionas Bassanezi Duim.

CPF: 019.231.401-75

Cargo/Função: Presidente da Entidade.

Jangada, 01/03/2018.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO PLANO DE TRABALHO Nº 003/2017 - TERMO DE PARCERIA Nº 001/2017

Custo do Estimado do Projeto: R$ 182.904,14 – Cento e oitenta e dois mil novecentos e quatro reais e quatorze centavos.

Local da Realização do Projeto: Município de Jangada/MT.

Data de assinatura do Plano de Trabalho: 28/09/2017.

Início do Plano de Trabalho: 02/10/2017.

Data de assinatura do 2º aditivo ao Plano de Trabalho: 01/03/2018.

Término do Plano de Trabalho: 31/12/2018.

Objeto do Plano de Trabalho: Ampliar e complementar as equipes de trabalho dos profissionais da secretaria de promoção social.

Nome da OSCIP: ISO BRASIL - Instituto Social e Organizacional do Brasil.

CNPJ: 20.949.690/0001-37

Endereço: Rua C-03 n. 254 Jd. Nossa Senhora Aparecida - Cuiabá/MT, Tel./Fax: (65) 3044-3155. **Nome do responsável pelo projeto:** Dionas Bassanezi Duim.

CPF: 019.231.401-75

Cargo/Função: Presidente da Entidade.

Jangada, 01/03/2018.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 022/2018

CONTRATANTE: MUNICPIO DE JAURU

CONTRATADA: SOCIEDADE PATRONATO NOSSA SENHORA DO PILAR – MANTEDORA DO HOSPITAL JAURU

Objeto**:** Contratação de empresas com a finalidade de aquisição de serviços médicos.

VIGÊNCIA: 26/02/2018 A 26/02/2019

VALOR EM R$: 728.325,00 (Setecentos e vinte e oito mil trezentos e vinte e cinco reais)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 04/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA - MT

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 04/2018.

O Município de Juara, Estado de Mato Grosso/MT, comunica que, em justificativa apresentada pelo Prefeito Interino do Município, Sr. **Carlos Amadeu Sirena** reconheceu ser Dispensa de Licitação cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA USO NA MERENDA ESCOLAR ANO DE 2018** no Município de Juara/MT, no Valor Global de R$ 19.996,00 (dezenove mil novecentos e noventa e seis reais), da pessoa Física do **Srª. ANGELITA FERREIRA DOS SANTOS,** pessoa física, agricultora inscrita com o CPF sob o nº 571.503.031-53, portadora do RG de nº. 1401160-3 SSP-MT e **DAP SDW032803834412017051606l1**, Chácara Santa Terezinha/Comunidade Carvalho, Km 09, Estabelecimento Rural, CEP: 78.575-000 Juara/MT. Em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o disposto no Art. 24 Inciso IV da Lei 8.666/93.

Juara - MT 05 de abril de 2018.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Presidente da CPL Prefeito do Município Interino.

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 05/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA - MT

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 05/2018.

O Município de Juara, Estado de Mato Grosso/MT, comunica que, em justificativa apresentada pelo Prefeito Interino do Município, Sr. **Carlos Amadeu Sirena** reconheceu ser Dispensa de Licitação cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA USO NA MERENDA ESCOLAR ANO DE 2018** no Município de Juara/MT, no Valor Global de R$ 19.998,12 (dezenove mil novecentos e noventa e oito reais e doze centavos), da pessoa Física do **Sr. DANIEL APARECIDO DOMINGUES,** pessoa física, agricultor inscrito com o CPF sob o nº 888.234.151-87, portadora do RG de nº. 1324311-0 SSP-MT e **DAP SDW088823415187050916094 9**, Chácara São Luiz/Comunidade Água Boa, Km 09, Estabelecimento Rural, CEP: 78.575-000 Juara/MT. Em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o disposto no Art. 24 Inciso IV da Lei 8.666/93.

Juara - MT 05 de abril de 2018.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Presidente da CPL Prefeito do Município Interino.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

ATA DE POSSE 047

Ata de posse de servidores nomeados para o exercício de cargo de provimento efetivo, aprovados no Concurso Públicos de Provas e Títulos, realizado em 12 (doze) de Junho de 2016. Na sede da prefeitura municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, sito a Avenida Joaquim Miguel dos Santos, número 210, bairro Cajus, no dia 16 (dezesseis de mês de março do ano de dois mil e dezoito) 2018, reuniram-se para a posse da servidora aprovada no Concurso Público homologado pelo Decreto Municipal nº 280/2016, o prefeito municipal o Sr. Moises dos Santos, Secretaria Muni-

cipal de Educação, Srª. Bruna Martins dos Santos, Secretário de Administração Sr. Cassio Walnero Crepaldi, Controlador Interno o Sr. Diego Paranhos Correia, Gerente de Recursos Humanos, Carlielson Firmino de Moura. Para p ato de posse. Após a realização do mesmo, cumprindo as determinações, foi determinado a mim, Cleonice Moreira dos Santos Tabosa, Gerente de Educação e Cultura, que secretariasse os trabalhos, lavrasse a presente ata, que será assinada pela servidora empossada e pelas autoridades presentes.

Servidor Cargo Lotação

Luciana Cristina Mota M. de Almeida ADI CEI Enedina M. Barbosa

EXTRATO DE CONTRATO N° 002/2018

EXTRATO DE CONTRATO N° 002/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT

CONTRATADA: LAEL MOLATO BOTELHO

CNPJ: 11.780.809/0001-08

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais claúsulas

ASSINATURA: 23/03/2018

VIGENCIA: de 23/03/2018 até 23/09/2018

VALOR GLOBAL: R$ 21.119,99 (Vinte e um mil, cento e dezenove reais e noventa e nove centavos)

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL N° 001/2018 CONTRATO Nº 025/2017

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL N° 001/2018 CONTRATO Nº 025/2017

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT**

CONTRATADA: FRANCISCO FERREIRA DOS SANTOS

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais claúsulas

ASSINATURA: 21/03/2018

VIGENCIA: de 21/03/2018 até 21/07/2018

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT**

CONTRATADA: ARLINDO CANOVA PABLOS EPP

CNPJ: 86.907.318/0001-76

OBJETO: "**Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Madeiras para serem utilizadas nos serviços de construção, reforma e manutenção de pontes, bem como os diversos serviços executados pela Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT"**

ASSINATURA: 08/03/2018

VIGENCIA: até 08/03/2019

VALOR GLOBAL: R$ 135.200,00 (Cento e trinta e cinco mil e duzentos reais)

ATA DE POSSE 046

Ata de posse de servidores nomeados para o exercício de cargo de provimento efetivo, aprovados no Concurso Públicos de Provas e Títulos, realizado em 13 (treze) de setembro de 2015 e homologado pelo Decreto Municipal nº 258/2015. Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete (2018) na sede da prefeitura municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, sito a Avenida Joaquim Miguel dos Santos, número 210, bairro Cajus, reuniram-se para a posse da servidora aprovada no Concurso Público homologado pelo Decreto Municipal nº 258/2015, o prefeito municipal o Sr. Moises dos Santos, Secretaria de Educação, Esporte, Laser e Cultura, Srª. Brunna Martins dos Santos, Secretário de Administração Sr. Cassio Walnero Crepaldi, Controlador Interno o Sr. Diego Paranhos Correa, Gerente de Recursos Humanos, Carlielson Firmino de Moura. Após a realização do ato de posse, cumprindo as determinações, foi determinado a mim, Cleonice Moreira dos Santos Tabosa, Gerente de Educação e Cultura, que secretariasse os trabalhos, lavrasse a presente ata, que será assinada pelos servidores empossados e pelas autoridades presentes.

Servidor Cargo Lotação

Sergio Oliveira dos Anjos - Motorista Transp. Escolar Sec. de Educação

Sudario Laureano de Avelar - Motorista Transp. Escolar Sec. de Educação

Janet Borges da Silva - Motorista Transp. Escolar Sec. de Educação

Lindineide Santos Pereira Serafin - Professora - Escola Municipal Monteiro Lobato

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2018

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2018

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT**

CONTRATADA: MADETRES COMERCIO DE MADEIRA LTDA EPP

CNPJ: 22.466.008/0001-80

OBJETO: "**Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Madeiras para serem utilizadas nos serviços de construção, reforma e manutenção de pontes, bem como os diversos serviços executados pela Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT"**

ASSINATURA: 08/03/2018

VIGENCIA: até 08/03/2019

VALOR GLOBAL: R$ 41.600,00 (Quarenta e um mil e seiscentos reais)

EXTRATO DE CONTRATO N° 005/2018

EXTRATO DE CONTRATO N° 005/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT

CONTRATADA: ÉRIKA FUJII AMARAL

CNPJ: 19.703.197/0001-53

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais claúsulas

ASSINATURA: 29/03/2018

VIGENCIA: de 29/03/2018 até 29/09/2018

VALOR GLOBAL: R$ 12.090,00 (Doze mil, e noventa reais)

EXTRATO DE CONTRATO N° 003/2018

EXTRATO DE CONTRATO N° 003/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT

CONTRATADA: GENIVAL APARECIDO ROSA DOS SANTOS

CNPJ: 415.211.371-53

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais claúsulas

ASSINATURA: 23/03/2018

VIGENCIA: de 23/03/2018 até 23/09/2018

VALOR GLOBAL: R$ 26.879,99 (Vinte e seis mil, oitocentos e setenta e nove reais e noventa e nove centavos)

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Considerando a necessidade de formar a equipe para compor a **Comissão de Gestão Interna** desta SMS para conduzir o processo de elaboração do SISPACTO, Relatório Anual de Saúde, Plano de Saúde, Relatório Anual de Gestão, entre outros;

RESOLVE:

Artigo 1º - Constituir a Equipe Local para elaboração do SISPACTO, Relatório Anual de Saúde, Plano de Saúde, Relatório Anual de Gestão, entre outros, composto pela representação das seguintes áreas Secretaria Municipal de Saúde: Gestão, Vigilância em Saúde, Laboratório, Regulação, Atenção Básica, Financeiro, Processamento de Dados, Assistência em Saúde Bucal, Assistência Farmacêutica, Assistência Psicológica e Posto de Saúde de São José do Pingador.

Artigo 2º - A equipe tem a atribuição de analisar a situação atual de saúde do município, bem como, as legislações pertinentes para a elaboração do Plano Municipal de Saúde.

Artigo 3º - Nomear os seguintes membros para compor a Equipe Local para Elaboração do Plano Municipal de Saúde:

Representante da Gestão	Lurdes de Azevedo Carvalho Irenilda Gomes Jardim
Representante da Vigilância Sanitária	Adir de Souza Leite
Representante da Vigilância Epidemiológica	Valéria Targa Dutra
Representante da Sala de Vacina	Maria Rodrigues de Souza Moreira
Representante do Laboratório Municipal	Igor Henrique Ribeiro Lopes
Representante do Setor de Regulação	Dina Pereira Neves
Representante da Atenção Básica – UBS II	Tânia Mara da S. A. Fockink
Representante da Atenção Básica – UBS I	Sandra Fernandes Vaz
Representante do Setor Financeiro	Luciana Batista da Silva
Representante do Processamento de Dados	Paulo Vitor da Silva Almeida William Douglas Matias Porangaba
Representante da Assist. em Saúde Bucal	Laudicéia Augusto da Silva
Representante da Assistência Farmacêutica	Denis Hebert de Andrade
Representante da Assistência Psicológica	Bruna Tiago Pessoa
Representante do Posto de Saúde de São José de Pingador	Francisca Elena Andrade

Artigo 4º - Cabe a equipe elaborar o cronograma para elaboração do Plano Municipal de Saúde.

PORTARIA GS Nº 001 DE 05 DE ABRIL DE 2018

"Nomeia a Equipe Local do Plano

Municipal de Saúde de Lambari D'Oeste – MT.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO o Decreto GM/MS nº 7.508 de 28 de Julho de 2011, que regulamenta a Lei 8080/90 e dispõe sobre a organização do sistema público de saúde, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativas.

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 575 de 29 de Março de 2012 que institui e regulamenta o uso do Sistema de Apoio ao Relatório Anual de Gestão (SARGSUS), no âmbito do SUS.

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 141 de 13 de Janeiro de 2012 que dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde.

CONSIDERANDO a Resolução CNS nº 459 de 10 de Outubro de 2012 que aprova o Modelo Padronizado de Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas para os Estados e Municípios, conforme dispõe o parágrafo 4º do artigo 36 da Lei Complementar nº 141/2012.

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 2.135 de 25 de Setembro de 2013 que estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do SUS.

Artigo 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação:

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete da Secretária, Secretaria Municipal de Saúde, Lambari D'OESTE – MT, em 05 de Abril de 2018.

Lurdes de Azevedo Carvalho

Secretária Municipal de Saúde

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

EDITAL N.º 001/2018 - CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA LDO/2019

O Prefeito Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao disposto no § 1º, Inciso I da Lei Complementar n°. 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF bem como disposições contidas na CF/88,

CONVIDA a população, para a realização de Audiência Pública com vistas à **Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município de LAMBARI D`OESTE para o Exercício Financeiro de 2019,** com o objetivo de garantir a participação da população em geral, das associações, dos sindicatos de classes, das entidades religiosas e demais entidades representativas da comunidade.

Local: Câmara Municipal de Lambari D´Oeste/MT.

Data: 10/04/2018 (Terça-feira)

Horário – 16h00 Horas

E, para fins de conhecimento a todos, expede-se o presente edital que será afixado em local de fácil acesso ao publico.

Lambari D'Oeste - MT, 05 de abril de 2018.

Edvaldo Alves dos Santos

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2018 - PROCESSO 011/2018

EXTRATO DE CONTRATO N.º 010/2018

PROCESSO N.º 011/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 010/2018

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA-MT

CONTRATADO: MAIATT LIMA DA SILVA, CPF nº: 040.595.461-19.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM ENFERMAGEM, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LUCIARA-MT.

PRAZO: 08 (oito) MESES.

VALOR DA ARP: R$ 26.800,00 (vinte e seis mil e oitocentos reais).

Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Luciara-MT, em 05 de abril de 2018.

VINÍCIUS SANTOS DA SILVA

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 014/2018 - PREGÃO PRESENCIAL 011/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO 014/2018

PREGÃO PRESENCIAL 011/2018

A Prefeitura Municipal de Luciara, através do seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, TORNA PÚBLICO aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial 011/2018, no dia 18/04/2018, às 09:00h, para Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para atender ao Programa de Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Luciara – PNAE, PNAI, PNAC, PNAPE, segundo os critérios estabelecidos no Edital de Pregão Presencial 011/2018, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência. A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Luciara, localizada à Avenida Lúcio Pereira Luz, 450 – Centro – Luciara-MT. Maiores informações pelo telefone (66) 3528-1189 ou e-mail: pmluciara.mt@gmail.com.

Luciara-MT, em 05 de Abril de 2018.

Vinícius Santos da Silva

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 029/2018

DATA: 05/04/2018

SÚMULA: INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR POSSÍVEL TRANSGRESSÃO DO ARTIGO 115, INCISOS I, III, IV, XIV, DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito do município de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - Instaura processo administrativo disciplinar para apurar possível transgressão do artigo 115, incisos I, III, IV, XIV, da Lei Complementar Municipal 004/2005, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, pelo servidor MRB, matrícula 2703.

Artigo 2º - A comissão de processo administrativo será composta pelos seguintes servidores:

Suzana Barbosa – Presidente; Geisi Gláucia da Silveira Tirapelle – Membro; Gislaine Prudenciano da Silva Moraes – Membro. **Artigo 3º -** A conclusão alcançada pela comissão deverá ser encaminhada ao Gabinete do Prefeito para adoção das medidas administrativas ou judiciais pertinentes. Parágrafo único – A comissão deverá conduzir-se com independência e pautar-se nos princípios do artigo 37, da Constituição da República, garantindo sempre a mais ampla defesa **Artigo 4º -** O presente processo administrativo será regido pelas regras do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Marcelândia/MT.

Artigo 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 05 de abril de 2018.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIÇO DE OBRAS Nº 060/2018

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL COM A CONSTRUÇÃO DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO, AGÊNCIA TRANSFUSIONAL E ABRIGO DE RESÍDUOS SÓLIDOS CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nª 0824901/2015 – PROCESSO 2628.1027512-37/2015 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MATUPÁ E O MINISTÉRIO DA SAÚDE. Contidas nos anexos do Edital 002/2018, TOMADA DE PREÇO 02/2018, com fornecimento pela empresa contratada de todos** os materiais, equipamentos, peças e serviços**.**

CONTRATADA: C S DA ROCHA E CIA LTDA

Valor/Global: **R$ 498.736,85 (Quatrocentos e noventa oito reais, setecentos e trinta e seis mil e oitenta e cinco centavos).**

Assinatura: 05/04/2018 Vigência: 31/12/2018

Da Dotação Orçamentária:

Cód. Geral: 08.080.0.2.10.302.0013.1125 – Construção e Instalação da Centro de Abastecimento Farmacêutico, Agência Transfusional e Abrigo de Resíduos Sólidos do HMM – 4490.51.00.00

Fontes e destinação de Recursos: 0102000000 – R$ 173.287,05

Fontes e destinação de Recursos: 0123054000 – R$ 325.449,80

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2018 DECLARAÇÃO

A COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2018, através da ***Nomeação da Comissão Organizadora e Elaboração do*Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2018*, da Prefeitura Municipal de Matupá - MT,*** nomeada pelo Decreto nº 2617 DE 07 DE MARÇO DE 2018**.**

Declara para os devidos fins que se fizer necessário que não houve interposição de recursos contra o Ato de Homologação das Inscrições.

Por ser verdade, assino e dou fé.

Matupá – MT 05 de março de 2018.

Dayane Laís Ferreira

Presidente da Comissão do

Processo Seletivo Simplificado 001/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
EDITAL Nº 002/2018 DE 04 DE ABRIL DE 2018

CONVOCAÇÃO para audiência pública que tratará do processo de elaboração do projeto de lei do LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária para 2019.

VALTER MIOTTO FERREIRA, PREFEITO MUNICIPAL, JUNTAMENTE COM A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE MATUPA – MT, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/00, **CONVOCA** toda População matupaense para participar da Audiência Pública a realizar-se no **dia 10 de Abril de 2018**, às 09:00 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Matupá, sito a Av. Hermínio Ometto, nº 101, Bairro ZE-022, nesta cidade de Matupá – MT, que tratará do processo de elaboração do projeto de lei da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária para 2019.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ – MT, EM 04 DE ABRIL DE 2018.

Valter Miotto Ferreira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 009/2018 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou no dia 20 de março de 2018 às 10h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO PARCELADO, FUTURO E EVENTUAL DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS, COMPREENDENDO A RESERVA, AGENDAMENTO, VENDAS, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO, ENDOSSO, REEMBOLSO, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPA", aonde sagrou-se vencedora a Empresa ARARAUNA TURISMO ECOLOGICO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 36.932.853/0001-09 com valor total de R$ 180.000,00 com um percentual de desconto de 70% de desconto sobre a comissão do valor dos bilhetes. Maiores informações podem ser solicitadas pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 05 de abril de 2018. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº. 017/2018

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO:**"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT, CONFORME DESCRIÇÃO ESPECIFICADA NO ANEXO I DESTE EDITAL"** de acordo com o Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 093/2017 do respectivo **Pregão Presencial nº 069/2017.**

CONTRATADA: **VIEIRA E PIZZOLI VIEIRA LTDA**

Valor/Global: O preço global para aquisição dos produtos, ora adquiridos, será de **R$ 713.984,60 (Setecentos e treze mil, novecentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos)**.

Assinatura: 06/02/2018 Vigência: 31/12/2018

Da Dotação Orçamentária:

Código Geral: 02.020.0.1.04.122.0003.2.094 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito – 3.3.90.39.00 – Material de Consumo – 0.1.00.00 – R$ 18.285,35

Código Geral: 03.030.0.1.04.122.0024.2.078 – Manutenção e Encargos da Secretaria de Planejamento – 3.3.90.39.00 - 0.1.00.00 – Fonte - R$ 1.376,00

Código Geral - 05.050.0.1.04.123.0036.2.110 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças – 3.3.90.39.00 – Material de Consumo– 0.1.00.00 – R$ 2.150,00

Código Geral: 06.060.0.1.20.122.0021.2.002 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura – 3.3.90.39.00 – Material de Consumo – 0.1.00.00 – R$ 95.409,52

Código Geral: 07.070.0.2.12.368.0030.2.089 – Manutenção do Transporte Escolar – 3.3.90.39.00 – Material de Consumo – 0.1.22.05.50 – Fonte - R$ 176.229,57

Código Geral: 07.070.0.1.12.122.0029.2.086 – Manutenção da Secretaria Municipal de Educação – 3.3.90.39.00 – Material de Consumo – 0.1.00.00.00 – Fonte - R$ 6.450,00

Código Geral: 08.080.0.2.10.301.0012.2.050 – Manutenção das Unidades Básicas de Saúde – Saúde da Família – 3.3.90.39.00 – Material de Consumo – 0.1.14.00.80 – Fonte - R$ 6.450,00

Código Geral: 08.080.0.1.10.122.0038.2.098 – Manutenção da Unidade Administrativa – 3390.30.000 – Material de Consumo – 0.1.00.00.00 – Fonte - R$ 2.580,00

Código Geral: 08.080.0.2.10.305.0041.2.103 – Manutenção Vigilância Epidemiológica e Ambiental – 3.3.90.39.00 – Material de Consumo – 0.1.42.01.60.00 – Fonte – R$ 5.000,90

Código Geral: 08.080.0.2.10.305.0041.2.103 – Manutenção Vigilância Epidemiológica e Ambiental – 3.3.90.39.00 – Material de Consumo – 0.1.00.00.00.00 – Fonte – R$ 5.411,12

Código Geral: 08.080.0.2.10.302.0013.2.047 – Manutenção do Hospital Municipal – 3.3.90.39.00 – Material de Consumo - 0.1.14.01.70.00 – Fonte – 3.870,00

Código Geral: 08.080.0.2.10.302.0013.2.047 – Manutenção do Hospital Municipal – 3.3.90.39.00 – Material de Consumo - 0.1.02.00.00.00 – Fonte – R$ 76.579,39

Código Geral: 08.080.0.2.10.122.0039.2.115 – Manutenção do Complexo Regulador Municipal – CRM – 3.3.90.39.00 – Material de Consumo - 0.1.02.00.00.00 – Fonte – R$ 14.076,00

Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0007.2.062 – Manutenção do IGD SUAS – 3.3.90.39.00 – Material de Consumo - 0.1.29.00.00.00 – Fonte – R$ 2.150,00

Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0028.2.083 – Manutenção do CRAS/ PAIF – 3.3.90.39.00 – Material de Consumo - 0.1.29.00.00.00 – Fonte – R$ 2.663,94

Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0005.2.054 – Manutenção do CREAS/ PAEFI – 3.3.90.39.00 – Material de Consumo - 0.1.29.00.00.00 – Fonte – R$ 2.150,00

Código Geral: 09.090.0.2.08.243.0010.2.071 – Manutenção do Conselho Tutelar – 3.3.90.39.00 – Material de Consumo - 0.1.00.00.00.00 – Fonte – R$ 2.150,00

Código Geral: 10.100.0.1.04.122.0004.2.015 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras, Urbanismo – 3.3.90.39.00 – Material de Consumo – 0.1.00.00 – R$ 291.002,81

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI ORDINÁRIA

LEI Nº 1.460 DE 04 DE ABRIL DE 2018

Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE MIRASSOL DOESTE,no uso e gozo de suas legais atribuições, Faço saber que a Câmara Municipal em sessão ordinária realizada em 02 de abril do corrente ano, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R$ 523.331,35 distribuídos as seguintes dotações:

02 07 02 COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS

666 26.782.0016.1086.0000 MANUTENÇAO E CONSERVAÇAO DAS ESTRADAS VICINAI 100.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

667 26.782.0016.1086.0000 MANUTENÇAO E CONSERVAÇAO DAS ESTRADAS VICINAI 150.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

674 26.782.0016.1086.0000 MANUTENÇAO E CONSERVAÇAO DAS ESTRADAS VICINAI 273.331,35

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de **Superávit Financeiro no valor de R$ 523. 331,35.**

Artigo 3o.- Este Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Sede provisória do Paço Municipal, Avenida Tancredo Neves 5659, em 04 de abril de 2018.

Euclides da Silva Paixão

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI ORDINÁRIA

LEI Nº 1461 DE 04 DE ABRIL DE 2018

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE MIRASSOL DOESTE, Faço saber que a Câmara Municipal em sessão ordinária realizada em 02 de abril do corrente ano, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 128.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 07 01 GABINETE DO SEC. DE INFRAESTRUTURA

448 04.122.0002.2045.0000 MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A SECRETARIA: R$ 128.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de Anulação:

02 07 02 COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS

465 15.451.0019.1234.0000 URBANIZAÇÃO DA PRAÇA DA COHAB: R$128.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

Artigo 3o.- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Sede Provisória do Paço Municipal, Avenida Tancredo Neves 5659, em 04 de abril de 2018.

Euclides da Silva Paixão

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI ORDINÁRIA

LEI Nº 1.459, DE 04 DE ABRIL DE 2018

Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE MIRASSOL DOESTE, Faço saber que a Câmara Municipal em sessão ordinária realizada em 02de abril do corrente ano aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R$ 100.000,00 na seguinte dotações:

02 07 02 COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS

668 04.122.0012.1008.0000 AMPLIAÇÃO E REF. DO BARRACÃO DA OFICINA E ALMOXA R$ 100.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de Anulação na seguinte dotação:

02 07 02 COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS

465 15.451.0019.1234.0000 URBANIZAÇÃO DA PRAÇA DA COHAB -100.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

Artigo 3o.- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, sede provisória do Paço Municipal à Avenida Tancredo Neves, 5659, em 04 de abril de 2018.

Euclides da Silva Paixão

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 179 DE 05 DE ABRIL DE 2018

EXONERA E NOMEIA MEMBRO TITULAR DA EQUIPE RESPONSÁVEL POR LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO, NOMEADO PELA PORTARIA Nº 143/2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste-MT, no uso de suas legais atribuições e, atendendo solicitação efetuada através do protocolo nº 1111/18,

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar a pedido, o servidor José Carlos Alves Martins - Matrícula nº 4269, da equipe de Coordenadores/Pregoeiros, nomeado pela Portaria nº 143, de 08 de março de 2018.

Artigo 2º - Nomear em substituiçãoao servidor exonerado no artigo anterior, a Sra.

Ana Claudia de Souza, Matrícula nº 7172, membro da equipe de apoio, para integrar a equipe de Coordenadores/Pregoeiros.

Artigo 3º - A equipe responsável pela licitação na modalidade Pregão da Prefeitura Municipal de Mirassol D´Oeste-MT, passa a vigorar com a seguinte composição:

I – Representante do Comprador:

Euclides da Silva Paixão – Prefeito

II – Coordenadores/Pregoeiros:

Célia Regina de Mattos Prado - Matrícula nº 18840

Mara Aparecida Amarante - Matrícula nº 511

Juscelino da Silva Almeida – Matrícula 2609

Luismar da Silva Martins - Matrícula nº 478

Ana Claudia de Souza - Matrícula 7172

III – Equipe de apoio:

Haroldo Gustavo Greve – Matrícula 4994

Sídnei Francisco de Melo – Matrícula 3201

Artigo 4º - São Atribuições do Representante do Comprador:

I - determinar a abertura de licitação na modalidade de pregão;

II – administrar as compras e contratações no âmbito da Prefeitura Municipal;

III – decidir os recursos com atos do pregoeiro;

IV – homologar o resultado da licitação e promover a celebração do contrato;

Artigo 5º - São atribuições do Coordenador/Pregoeiro:

I - Zelar pela legalidade, moralidade e eficiência do certame licitatório;

II – Auditar o processo e propor alterações, caso necessário, visando atendimento à legislação;

III – Consolidar entendimentos, visando a celeridade nas licitações;

IV – Aprovar, após o crivo da Assessoria Jurídica, e assinar o Edital;

V – Determinar a publicidade da licitação, na conformidade da legislação;

VI – receber, examinar e decidir, dentro de sua competência, sobre recursos;

VII - credenciar os interessados em participar do pregão;

VIII - receber os envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;

IX - realizar a abertura, exame e classificação das propostas de preços;

X - conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;

XI – exigir habilitação de fornecedor vencedor;

XII - adjudicar o objeto do certame ao licitante vencedor;

XIII – Propor penalização de fornecedor, no âmbito da sessão de licitação, caso ocorra descumprimento da legislação;

XIII – elaborar e assinar a ata da licitação na modalidade pregão;

XIV – conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

XV – Informar sobre os recursos interpostos contra seus atos e outros;

XVI – encaminhar o processo devidamente instruído, após adjudicação, ao Representante do Comprador, visando a homologação e a contratação;

Artigo 6º - São atribuições da equipe de apoio assistir o pregoeiro na condução dos trabalhos relativos ao certame licitatório e:

I – Buscar permanentemente esmerar-se no conhecimento da legislação e sua aplicação;

II – Cumprir as determinações do Pregoeiro, desde que manifestadamente legais;

III – Instruir e viabilizar o processo licitatório com os documentos e anexos necessários para atender à legislação;

IV – Operar o Sistema de Pregão;

V - Responsabilizar-se pela montagem do processo;

VI – Levar ao conhecimento do Pregoeiro qualquer ato ou informações que possam impactar na licitação;

VII – Notificar com antecedência o pregoeiro, na ordem constante do inciso II do artigo 1º;

VIII – Substituir o pregoeiro impedido ou com ausência justificada, pelo seu imediato, e nomeando o substituído para o pregão subseqüente.

Artigo 7º - Fica autorizada a substituição de Pregoeiro, quando em impedimento legal ou ausência plenamente justificada e deferida pelo seu superior imediato, devendo a substituição ser anotada nos autos.

Artigo 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal, em 04 de abril de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EDITAL COMPLEMENTAR 006/2018 - INSCRIÇÕES PAGAS

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

CONCURSO PUBLICO 001/2018

EDITAL COMPLEMENTAR 006/2018

O Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público do Município de Mirassol D´Oeste – MT, nos termos dos itens 9.9 e 9.10 do Edital nº. 001/2018, visando atender ao princípio da publicidade,

RESOLVE:

I – Divulgar a lista de candidatos com pagamento da taxa de inscrição homologadas *ordenado pelo número da inscrição.*

II – Comunicar aos candidatos cujo nome não consta na Lista de Homologação, deverá enviar e-mail à empresa no endereço eletrônico, exataconsultoria2015@gmail.com, anexando cópia do comprovante do pagamento até o *dia 10 de abril de 2018* para posterior regularização.

III – Comunicar aos candidatos que só fará prova o candidato cuja inscrição esteja homologada, caso contrário, estará impossibilitado de participar da aplicação de prova, conforme o *"Item 2.5.2. A inscrição somente será confirmada quando o pagamento do valor da taxa de inscrição for efetivamente ratificado através de arquivos em meio eletrônico denominado de retorno bancário, transação realizada entre o Banco Bradesco S/A e o Município de Mirassol D´Oeste".*

IV - Comunicar aos candidatos que os demais itens do Edital 001/2018 permanecem inalterados.

Mirassol D´Oeste – MT, 04 de abril de 2018.

Carlos Alberto Ferreira Peres

Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

RELAÇÃO DE CANDIDATOS COM INSCRIÇÃO HOMOLOGADA

Inscrição Candidato Cargo

7153 IZABELLA MAGIO DIAMANTE TAMBARUSSI PROFESSOR PEDAGOGIA

7154 LUANA BUENO FERREIRA MACHADO TELEFONISTA

7157 ROSALIA REZENDE DE SOUZA MERENDEIRA

7158 JOSÉ RONALDO BARLETA DOS SANTOS ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

7159 POLIANA PAULA SOARES DA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

7162 WILLIAN MARQUES SANTOS FISCAL AMBIENTAL

7166 MARTA REGINA DA SILVA ASSISTENTE SOCIAL

7168 ELIZABETH MARINGUES DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

7169 GILMAR PEREIRA DOS SANTOS ASSISTENTE SOCIAL

7170 KEYTE LORRANY FRANÇA DE BRITO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

7171 TIAGO VICENSOTTO FISCAL DE TRIBUTOS

7172 SUSANNA AMORIM ESPINDOLA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

7173 VALDINEY FONSECA SALVIONI PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

7174 AUGUSTO TAVARES DA CRUZ ASSISTENTE SOCIAL

7181 LUIS CLAUDIO GOMES ENFERMEIRO UBS

7185 VALDENILSON ORLANDO FERREIRA DO NASCIMENTO AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

7188 LUIS CLAUDIO GOMES TÉCNICO EM ENFERMAGEM

7190 ELISANDRA SOUZA DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

7191 VICTOR BRUNO DA COSTA PEREIRA ENGENHEIRO CIVIL

7193 EUDER DE FREITAS DE OLIVEIRA MOTORISTA

7194 GISLAINE SOARES DA SILVA TELEFONISTA

7197 GABRIELA APARECIDA NASCIMENTO CRISTANTE MERENDEIRA

7198 VALDENILSON ORLANDO FERREIRA DO NASCIMENTO MOTORISTA

7201 ANDREIA DOS SANTOS ARCE BUENO PROFESSOR PEDAGOGIA

7204 ANIELLY CAROLINE MOREIRA JACOBINA PSICÓLOGO

7206 FRANCIANE PAES DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

7207 ALINE PRISCILA GUEDES ROCHA ASSISTENTE SOCIAL

7209 EDNA MARIA DA SILVA ASSUNÇÃO FISCAL DE TRIBUTOS

7213 JOÃO GERTRUDES FAZIO NETO FISCAL DE TRIBUTOS

7215 GABRIEL HENRIQUE ALVES AGENTE DE TRANSITO

7217 EDNA MARIA DA SILVA ASSUNÇÃO AGENTE ADMINISTRATIVO

7226 FLÁVIA TEIXEIRA LOPES ARQUITETO URBANISTA

7233 ALINE DE FREITAS DE OLIVEIRA MONITOR DE CRECHE

7238 CHARLLES ICARO TOLEDO PEREIRA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

7243 FERNANDO DE CAMPOS OPERADOR DE MAQUINAS

7246 MAIKON SILVEIRA ALVES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

7249 IANARA CRISTINA DA SILVA MERENDEIRA

7250 WAGNER MORISHITA DE OLIVEIRA AGENTE DE TRANSITO

7252 CARMELINA RIBEIRO PEREIRA CONTADOR

7254 GUSTAVO NUNES AGENTE ADMINISTRATIVO

7255 MARIANA FERNANDA DA SILVA NUTRICIONISTA

7256 FLÁVIA TEIXEIRA LOPES AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

7257 ELSON SÁ NASCIMENTO MOTORISTA

7259 ADINE GOÇALVES PAIVA MONITOR DE CRECHE

7270 TIAGO ITO ELEODORO FISCAL DE TRIBUTOS

7271 YASMIN TOSTA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

7272 ROBERT SANTANA FERNANDES ENFERMEIRO UBS

7273 MONICA CRISTINA EISING TÉCNICO EM ENFERMAGEM

7280 GABRIEL HENRIQUE ALVES AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

7282 JUCIMAR SALDANHA DANTAS DO NASCIMENTO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

7284 CLAUDIO MENDES DOS SANTOS JUNIOR ENFERMEIRO UBS

7287 QUEILA FRANCISCA DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

7291 SANDRA MARIA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

7292 JODEMIR ANTONIO DA SILVA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

7294 ANA PAULA BURALI ODONTÓLOGO

7298 JAQUELINE SILVEIRA ALVES MERENDEIRA

7302 CLARA MUNIQUI ALVES SORATTO PROFESSOR PEDAGOGIA

7303 JESSICA ZORZENON DELMONDES DE PAULA FISCAL AMBIENTAL

7304 RICARDO JOSE DUARTE ALVES MOTORISTA

7307 BRUNO VIEIRA VENCESLAU AGENTE ADMINISTRATIVO

7309 RONICLEIA SOUZ DE JESUS MONITOR DE CRECHE

7314 MARIANA PEREIRA REIS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

7315 REGINALDO PEREIRA MATEUS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

7323 LECIANE DA SILVA DIAS PSICÓLOGO

7324 REGINALDO PEREIRA MATEUS AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

7328 VILMA FRANCISCA DE ASSIS ENFERMEIRO UBS

7329 FERNANDA DANIELE FARIAS VIEIRA ENGENHEIRO CIVIL

7336 ALESSANDRA MARA DO PRADO MONITOR DE CRECHE

7338 HANNA KÁGIZA POMAR NOGUEIRA FISCAL DE TRIBUTOS

7345 FABIANA CRISTINA TOSTA MERENDEIRA

7346 LETÍCIA BORGES GUIMARÃES ENFERMEIRO UBS

7348 POLIANA VALÉRIO ENFERMEIRO UBS

7351 LUCIENE SOARES MONITOR DE CRECHE

7354 MARIA ALICE DA SILVA BENDLER MONITOR DE CRECHE

7356 SONIA CRISTINA PIRES TÉCNICO EM ENFERMAGEM

7358 PATRICK MASSERON NUNES ASSISTENTE SOCIAL

7362 PAULA RHISCHELLE RODRIGUES PROFESSOR PEDAGOGIA

7365 WESLLEY PEREIRA DOS ANJOS ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

7370 JANAINE MARTINS DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

7371 LUCIELLEN SANTOS MARTINS MERENDEIRA

7376 DIEGO HENRIQUE DOS SANTOS AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

7382 WESLEY DE ALMEIDA ENGENHEIRO CIVIL

7383 GIDEÃO DA SILVA SOUZA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

7384 JACILMA DE SIQUEIRA PINHO SALVADOR PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

7385 ELIZANDRA ALVES DE MELO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

7390 VANDA APARECIDA DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

7392 BRUNA BRITO VICENSSOTTI MONITOR DE CRECHE

7402 CLEONICE DE OLIVEIRA AZEVEDO MONITOR DE CRECHE

7405 CLEIDE ALVES DE OLIVEIRA MERENDEIRA

7406 MAX DA SILVA MAGALHÃES AGENTE ADMINISTRATIVO

7408 LEIDIANE APARECIDA DE BARROS VIEIRA ENFERMEIRO UBS

7415 MARIELLA FERNANDES MACCARI DE CAMARGO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

7417 GENIVALDA APARECIDA MARQUES MONITOR DE CRECHE

7418 RENAN JALDI CARDOSO AGENTE ADMINISTRATIVO

7420 GLAUCIO GARCIA COUTINHO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

7421 KEILA FARIA DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

7424 VANESSA DA SILVA MERENDEIRA

7427 CLAUDIA TOLOVI ANDRADE DA SILVA MERENDEIRA

7428 LUIZ FERNANDO VENTUROLI CUSTODIO MÉDICO - PSF

7430 BRUNA BRITO VICENSSOTTI MERENDEIRA

7431 DANIELA PAIVA DIDONI GREGIO PROFESSOR PEDAGOGIA

7432 ANNA CAROLINE BORGES VEGAS ENFERMEIRO UBS

7434 DANILO DE SOUSA LIMA FISCAL DE TRIBUTOS

7436 RAYANE THAISA FERREIRA DE JESUS PSICÓLOGO

7440 ALEX FERNANDO CESCON DE MORAIS ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

7448 EVELLIN PAULA FIRMINO GAMBATI ENFERMEIRO UBS

7453 RENATTO OLIVEIRA CASTRIANI ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

7460 TATIANE ALVES DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

7461 JEAN HENRIQUE DOS SANTOS OPERADOR DE MAQUINAS

7462 ALINE ALVES DE ALMEIDA ENFERMEIRO UBS

7463 EUNICE RODRIGUES DO SANTOS MONITOR DE CRECHE

7467 PAULA RHISCHELLE RODRIGUES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

7474 EDILARNE ALMEIDA SOUZA ASSISTENTE SOCIAL

7475 DALTIANE ALMEIDA BUNGENSTAB PIOVEZAN MÉDICO - PSF

7480 ELILDE DE CAMPOS SOUZA MONITOR DE CRECHE

7481 JOÃO PAULO DE JULIO PIOVEZAN FISCAL DE TRIBUTOS

7482 RAFAEL NUNES BAZAN ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

7487 MILENE RIGONI MANEA PSICÓLOGO

7494 CAROLINE CAETANO MARQUES NUTRICIONISTA

7497 WEBERSON ALMEIDA DA SILVA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

7498 ANDERSON TORRES DE SOUSA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

7501 GISELDA CRISTINA DOS SANTOS TELEFONISTA

7504 RITHIELY CARVALHO ALMEIDA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

7508 LUANA COSTA CRESTANI ODONTÓLOGO

7510 ANDREZZA RIBEIRO FRETES AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - ENGENHARI

7513 ALESSANDRA FERREIRA DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

7521 JHENNIPHER TORTOLA FERREIRA ENFERMEIRO UBS

7527 FABIO COSTA SOUZA OPERADOR DE MAQUINAS

7529 JOSIANE DA SILVA SABINO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

7531 EDUARDO FELIPE BIS TEIXEIRA FISCAL DE TRIBUTOS

7533 LUIZ VINICIUS DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

7535 LIDIANE GOMES DONATONI AUXILIAR ADMINISTRATIVO

7539 THAIZA PERINETTI FERREIRA MONITOR DE CRECHE

7540 MARIA ISABEL CRISTINA DA SILVA PEDROZO ATENDENTE DE FARMÁCIA

7544 WELLEN DELCARO DELUQUE SOARES MONITOR DE CRECHE

7545 THIAGO TOLLO MOTORISTA

7546 CHRISTYAN ALLAN ALVES DA SILVA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

7547 ELISANGELA PEREIRA GOMES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

7548 LEURI RABELO ZANETTI ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

7549 ANDRESSA ADRIANO SALGUEIRO PSICÓLOGO

7550 LENNON RODRIGUES DE ALMEIDA PSICÓLOGO

7554 ADRIANE FERRREIRA DA SILVA SOARES MERENDEIRA

7556 BRUNO MATSUSHITA ODONTÓLOGO

7557 ANA PAULA ARAUJO DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

7560 ODILON JOSE GOMES BARBOSA JUNIOR ENGENHEIRO CIVIL

7562 JOSÉ CARLOS NOVAIS ALMEIDA ENGENHEIRO CIVIL

7563 GISELE MARTINEZ LOURENÇO DE OLIVEIRA ODONTÓLOGO

7564 VONISSON GOMES DOS SANTOS AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

7565 ELIANE FERNANDES DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

7567 FLAVIO TAVARES LEITE TÉCNICO EM ENFERMAGEM

7569 FLAVIO TAVARES LEITE ENFERMEIRO UBS

7570 DINA MARQUES DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

7574 EVERSON LUIS VIEIRA BRITES CONTADOR

7579 MARIA JOSE LUIZ MONITOR DE CRECHE

7584 JEFFERSON ROBERTO DOS SANTOS FISCAL DE TRIBUTOS

7589 KARLA LETICIA CURVO BRITES FISCAL DE TRIBUTOS

7591 CRISTIANE DE JESUS MARTINS MERENDEIRA

7592 WEDISNEY MARTINS CAMARGO AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

7593 DEIJANI E SOUSA COSTA PROFESSOR PEDAGOGIA

7597 SILVANA KELLY BEYER MONITOR DE CRECHE

7600 ELISANGELA GOMES DA SILVA ALMEIDA PROFESSOR PEDAGOGIA

7605 ROGER VIEIRA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

7606 JUCILENE CANDIDA GOMES MERENDEIRA

7611 VANESSA DA ROCHA AVELINO AGENTE ADMINISTRATIVO

7614 GILVANY MELO DE BRITO AGENTE ADMINISTRATIVO

7616 MORGHANA PIRES DE ARRUDA ALBUQUERQUE MEDICO VETERINÁRIO

7617 CARLOS GABRIEL LACERDA CARVALHO ENGENHEIRO CIVIL

7621 JOSELIAS GALDINO MOTORISTA

7622 VONISSON GOMES DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

7626 ALESSANDRA FERREIRA DA SILVA MERENDEIRA

7627 WADSON ANTONIO SO MARTINS AGENTE ADMINISTRATIVO

7628 BRENDA LETÍCIA DE SOUZA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

7633 RENAN VINICIUS SILVA GOMES AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

7634 ROBSON ORTIZ AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

7637 TALMYNS HENRIQUE MENDES ROCHA ELETRICISTA

7639 GLEISON FARIA ENFERMEIRO UBS

7643 MARLENE DE MIRANDA BASILIO DA COSTA MONITOR DE CRECHE

7644 ANGÉLICA OLIVEIRA DA SILVA CUNHA FISCAL DE TRIBUTOS

7646 GRAZIELLI LESSI DOMICIANO MÉDICO - PSF

7650 RENAN VINICIUS SILVA GOMES AGENTE ADMINISTRATIVO

7653 MARIA ROSA FERREIRA MONITOR DE CRECHE

7654 ADRIANO CONCEIÇÃO DE PAULA CONTADOR

7656 STELA MARA PRATINHA DELBONE ODONTÓLOGO

7659 JAKELINE VALERIA BARBOSA DE PAULA PSICÓLOGO

7661 DEUSMAR SILVA DA CUNHA FILHO FARMACEUTICO BIOQUIMICO

7662 CLEIDIANE PEREIRA DE JESUS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

7663 GISELLE DIVINA DE MORAES CONTADOR

7667 GILSON SILVA LEITE FISCAL DE TRIBUTOS

7668 GLEIZER SANTIAGO RODRIGUES AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

7669 MARIANA DE LIMA XAVIER ENFERMEIRO UBS

7671 RAFAELA DA SILVA REZENDE CONTADOR

7672 DIOGO JUSTINIANO DE SOUSA PROFESSOR PEDAGOGIA

7673 ELLEN MARIA DE MORAES LEITE ENFERMEIRO UBS

7674 GEIZE GRAZIELLY VIEIRA ZOCAL PROFESSOR PEDAGOGIA

7675 MARCIA STATUTI GODOI SOARES MONITOR DE CRECHE

7677 POLYANA SILVEIRA IKUMA ENFERMEIRO UBS

7679 GEIZE GRAZIELLY VIEIRA ZOCAL MONITOR DE CRECHE

7682 ANDRÉIA CAMILA SILVA ODONTÓLOGO

7683 IGOR HENRIQUE RIBEIRO LOPES FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

7684 ÉVELY CAROLINE P. COSMO CRUZ PSICÓLOGO

7686 CESAR LOURENÇO DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

7687 TAIZA DANIELA FERREIRA ALVAREZ FISCAL DE TRIBUTOS

7688 LUCAS APARECIDO MUSSATO DE CASTRO AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

7689 IGOR HENRIQUE RIBEIRO LOPES MERENDEIRA

7693 RAYANE SANTOS CRUZ MERENDEIRA

7694 HELLEN MARIA LUPERINI MERENDEIRA

7695 EDILEUZA EGUES MENDES ENFERMEIRO UBS

7696 PATRICIA FRANZIN DA SILVA MONITOR DE CRECHE

7700 DAIVID GOMES EVANGELISTA AGENTE ADMINISTRATIVO

7701 CLEO PEREIRA DA CRUZ MÉDICO - PSF

7703 BÁRBARA SCARANTE PINHEIRO FARMACEUTICO BIOQUIMICO

7704 CLEONICE DA SILVA SABINO MERENDEIRA

7705 NATHALIA CASTILHO JUSTO PROFESSOR PEDAGOGIA

7706 ESTHER PLAUT DA SILVA FERREIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

7707 FLANCISLAINE NOGUEIRA MENDES PROFESSOR PEDAGOGIA

7708 EDIVÂNIA SCHNEIDER PEREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

7709 DAMIAO DA SILVA BERGO MOTORISTA

7712 DEBORAH DE SOUZA BEZERRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

7713 FERNANDA MICHELLE DE ALPINO ARAUJO AGENTE ADMINISTRATIVO

7714 MARIANE APPOLARI AUXILIAR ADMINISTRATIVO

7717 LORRAYNE FRANCIELLY DE LIMA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

7718 ELISANGELA BORGES DOS SANTOS MERENDEIRA

7726 EMERSON FLORES DA MOTA MACIEL MENEZES FISCAL DE TRIBUTOS

7729 KAREN MARTINS PICADA LARA PSICÓLOGO

7730 TATIANE PEREIRA NUNES DE CARVALHO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

7731 ELEN MARQUES DE GODOY FISCAL DE TRIBUTOS

7732 EMERSON FLORES DA MOTA MACIEL MENEZES FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

7734 LUIZA VANESSA AMARAL RIBEIRO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

7735 CREUNICE NASCIMENTO DA SILVA ASSISTENTE SOCIAL

7737 ROBSON DOS SANTOS DE ANDRADE MOTORISTA

7739 CAMILA DIAS DA ROCHA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

7740 EMANUELLE DE OLIVEIRA BENEVIDES AGENTE ADMINISTRATIVO

7741 TATIANE PEREIRA NUNES DE CARVALHO MERENDEIRA

7742 KATIA LORRAYNE APARECIDA SILVA QUEIROZ TELEFONISTA

7743 MICHAEL ROSSI BATISTA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

7745 MICHELLY MAIRA DE ALMEIDA SILVA MÉDICO - PSF

7746 PERICKES NUNES PEREIRA FISCAL DE TRIBUTOS

7748 ELEN MARQUES DE GODOY AGENTE ADMINISTRATIVO

7751 MARILY CAMPOS DE MORAIS FERREIRA FISCAL DE TRIBUTOS

7753 VERONICA DE SOUZA HESPANHOL MÉDICO - PSF

7754 ELIZ REGINA MARTINEZ PROFESSOR PEDAGOGIA

7755 DAMIAO DA SILVA BERGO ATENDENTE DE FARMÁCIA

7758 ROSANA MARIA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

7759 FABIANA ALVES DE SOUZA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

7760 DIRCEU JOSÉ ALTENHOFEN MOTORISTA

7761 IDARLENO DOMINGOS DA COSTA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

7767 NATHÁLIA BELTRÃO DE ARAUJO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

7768 BRUNA CONCEIÇÕ MORETTI MONITOR DE CRECHE

7770 CLEBERSON LIMA DE ASSIS NUTRICIONISTA

7771 EDNILSON DAS DORES CEBALHO FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

7774 VANDERLEIA VICENTE COELHO NUNES AGENTE ADMINISTRATIVO

7775 BRUNA LARISSA SANTOS DA SILVA MONITOR DE CRECHE

7776 SANDRA MACIEL ARANHA FISCAL DE TRIBUTOS

7778 JONATHAN RAFAEL VIEIRA DE AMORIM AUXILIAR ADMINISTRATIVO

7779 ANDREIA ALVES DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

7781 MARIA ELIETE VASCONCELOS MERENDEIRA

7786 ALINE KAWAKAMI AGENTE ADMINISTRATIVO

7793 HEMILY LOHAINY DE SOUZA CORREIA CONTADOR

7795 MARIANE DE SOUZA ROCHA PROFESSOR PEDAGOGIA

7796 RAQUEL LOPES DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

7797 MONICA DO CARMO CARVALHO ODONTÓLOGO

7798 MEIRIELLE PEREIRA DA SILVA TAMBARUSSI FISCAL DE TRIBUTOS

7801 FERNANDO DA SILVA DIOGO FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

7802 ERIK RAFAEL PIOVESAN FISCAL DE TRIBUTOS

7805 WISLAN GOMES DE OLIVEIRA ENFERMEIRO UBS

7806 ANDREIA CARDOSO FALCIERI TÉCNICO EM ENFERMAGEM

7810 KEILA ALVES DE JESUS ENFERMEIRO UBS

7811 WISLAN GOMES DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

7815 BRENDA CAROLINE CAETANO DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

7816 ADRIANO SABATINO DA SILVA BEJAS AGENTE DE TRANSITO

7818 MARIA CONSUELO PEREIRA DA SILVA ATENDENTE EM SAÚDE

7820 AMELIA SILVA ROSA MONITOR DE CRECHE

7821 VALDEIR FERREIRA BRITO AGENTE ADMINISTRATIVO

7822 NALTYER NÚBIA FONSECA SEBASTIÃO FISCAL DE TRIBUTOS

7825 BRUNA CAMPOS MEZANINI FARMACEUTICO BIOQUIMICO

7829 JANAINA GONÇALVES BEJO PROFESSOR PEDAGOGIA

7830 VALERIA FERNANDES FERREIRA PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

7837 MIGUEL JUNIOR DOS SANTOS MELO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

7839 MARLON MAGNO DA SILVA PEDROSO ODONTÓLOGO

7841 CARLA DE JESUS BRITO AGENTE ADMINISTRATIVO

7843 INGRYD INDYARA FERNANDES DE SOUZA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

7844 KARINA MARTINS DE LARA PSICÓLOGO

7845 BLANDINA FERNANDES AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

7847 GENILZA DE ARRUDA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

7852 SUZILENE BAIÃO GALLI ODONTÓLOGO

7853 MAURO CESAR GONCALVES AGENTE ADMINISTRATIVO

7854 LESSANDRA PEREIRA MENEGUELLI DE SOUZA FISCAL DE TRIBUTOS

7857 LARISSA RODRIGUES DE SOUZA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

7860 NATHANY MAGDA DA COSTA MARQUES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

7864 LUCIENE DA SILVA LIMA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

7865 DALILA MAITE ROSA SENA PROFESSOR PEDAGOGIA

7866 RODRIGO PEREZ DE ANDRADE AGENTE ADMINISTRATIVO

7868 MARCOS PAULO RAMALHO DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO

7873 JOZIANE GRACIANO DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

7877 ANDESKLEY CARDOSO TEODORO AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

7883 LETÍCIA REGINA DE OLIVEIRA MARTINS PROFESSOR PEDAGOGIA

7887 LETÍCIA REGINA DE OLIVEIRA MARTINS MONITOR DE CRECHE

7888 WELLINGTON LIMA DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

7890 JOÃO ANTONIO DE FIGUEIREDO ROCHA E SILVA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

7892 MARTA FERREIRA DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

7893 ISIS MACEDO DE OLIVEIRA PSICÓLOGO

7894 DAYLANE DE OLIVEIRA DOS REIS PROFESSOR PEDAGOGIA

7899 LUCAS CALIXTO GONZAGA AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - ENGENHARI

7900 MATEUS SOARES DE CAMARGO ENGENHEIRO CIVIL

7901 INGRIDY PATRICIA CARVALHO SANTANA ENGENHEIRO CIVIL

7904 FABRICIO GREVE DOS REIS ALVES ENGENHEIRO CIVIL

7905 WAGNER PEDRAÇA AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - ENGENHARI

7906 ELICIO DE SOUZA GOMES FISCAL DE TRIBUTOS

7908 RICARDO BIGATINI DOS REIS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

7909 DONIZETE CAMARGO OPERADOR DE MAQUINAS

7912 DAYANE TOLEDO SILVA DE JESUS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

7914 LETICIA LOPES COUTINHO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

7915 MÁRCIA RIGONI MONITOR DE CRECHE

7916 LUDYANA SILVA FONTES NUTRICIONISTA

7919 CLODOALDO PIETRO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

7920 LORRAYNE CHRISTYANA DA SILVA OLIVEIRA MERENDEIRA

7923 RODRIGO VENÂNCIO FERNANDES DE SOUZA ENFERMEIRO UBS

7926 DEBORA SCHIRMER PROFESSOR PEDAGOGIA

7928 SIONE DA SILVA MERENDEIRA

7929 EDIMAR MARTINEZ PEREIRA CONTADOR

7930 ELISA DANGELA SOUZA ABREU ODONTÓLOGO

7932 MARCOS FERREIRA DE SOUZA AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - ENGENHARI

7933 TAYNÁ ARAÚJO DOS SANTOS MERENDEIRA

7934 REGIANE PEREIRA DE ALMEIDA PROFESSOR PEDAGOGIA

7936 CÁSSIO SILVA GONÇALVES MOTORISTA

7937 HIGOR ALEXANDRE BARBOSA SOARES ENGENHEIRO CIVIL

7938 JEFSON PEDRO DA SILVA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

7939 LUCINEIA DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

7940 GUILHERME HENRIQUE MORAES AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

7943 JEFSON PEDRO DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

7945 LEONARDO MIRANDA DE VASCONCELOS MEDICO PSIQUIATRA

7948 CARLOS ALBERTO DA CUNHA OLIVEIRA FISCAL AMBIENTAL

7949 LUCINEIA DOS SANTOS MERENDEIRA

7950 ROSANA DE OLIVEIRA RODRIGUES PACHECO MONITOR DE CRECHE

7951 ROSENILDA UMBELINA PROFESSOR PEDAGOGIA

7952 MARIA DIANA COSTA PROFESSOR PEDAGOGIA

7953 GLEICE MARANGUELI DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

7955 MARILENE CEBALHO DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

7958 WANDERSON TEODORO DE SOUZA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

7962 FERNANDO MAGALHÃES ROMEIRO MOTORISTA

7964 ANDRIELY ANDRADE DA CRUZ AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

7965 KASSIA DOS SANTOS VIANA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

7967 VICTOR MATEUS DOS SANTOS ALVES FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

7969 CLEIDE DA PENHA SOBRINHO RICCI MERENDEIRA

7970 FERNANDO MAGALHÃES ROMEIRO AGENTE DE TRANSITO

7973 MARCOS ANTONIO TOLENTINO DE BARROS ENGENHEIRO CIVIL

7976 GABRIEL TOLENTINO FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

7977 ISABELA DE ARRUDA CUNHA AGENTE ADMINISTRATIVO

7978 CLEIDIANE CRISTINA DA SILVA MONITOR DE CRECHE

7979 ISMAEL DOS PASSOS DOMINGOS MOTORISTA

7984 EDNA SOUZA HAYASHIDA PROFESSOR PEDAGOGIA

7985 JUCIENE APARECIDA DIAS GURAL MACIEL PROFESSOR PEDAGOGIA

7987 PAULO SÉRGIO PAES DOS SANTOS FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

7988 VANEIDA MOREIRA DA SILVA MÉDICO - PSF

7992 CLEBSON RODRIGUES DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

7994 CLEIDILENY MENDES TEIXEIRA PSICÓLOGO

7996 UEBERSON CARRIJO CAMPOS DA SILVA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

7998 PAULO SÉRGIO PAES DOS SANTOS AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

7999 TÁSSIA GABRIELLA RODRIGUES EGUES ODONTÓLOGO

8000 TANIA TORRES MESSIAS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

8001 IRIS VANIA APARECIDA MOREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

8003 CELI PIRES MONITOR DE CRECHE

8006 POLIANA PAULA SOARES DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

8009 CLAUDIO ARAUJO MACHADO FISCAL DE TRIBUTOS

8010 GABRIEL VICTOR CORREA DA SILVA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

8012 CLAUDIO ARAUJO MACHADO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

8015 MARIANA APARECIDA SOUZA NASCIMENTO ENFERMEIRO UBS

8018 JAQUELINE DA SILVA BORGES PROFESSOR PEDAGOGIA

8021 RENATO MONTOANEL DA COSTA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

8022 GABRIELLA BARROSO FELIPE ODONTÓLOGO

8024 JULIANO MONTEIRO PONHE MOTORISTA

8025 BEATRIZ FERREIRA COTRIM LEITE MONITOR DE CRECHE

8029 VIRGÍNIA CEZILIO DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

8033 MARIA DE LOURDES OLIVEIRA MERENDEIRA

8037 ROSALINA ROBERTA PEREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

8044 WALACI MAIK CASTRO DE JESUS PROFESSOR PEDAGOGIA

8047 ROSIMEIRE SOARES DA SILVA MONITOR DE CRECHE

8050 ALTIVO BALTA PAIM MECÂNICO

8051 PÂMELLA POLASTRY BRAGA AMARAL ENFERMEIRO UBS

8053 NAYARA DA SILVA MONITOR DE CRECHE

8054 PRISCILA JULIANA PAIVA NÓBREGA DE MIRANDA PROFESSOR PEDAGOGIA

8058 ALESSANDRA APARECIDA RICCIELLI SOBRINHO CONTADOR

8059 EDNILSON DAS DORES CEBALHO FISCAL DE TRIBUTOS

8060 GRACIANE MENDONÇA DE SOUZA FISCAL DE TRIBUTOS

8061 RAFFAEL PHELIPE CAMPAGNUCCI AGENTE DE TRANSITO

8062 MRIAN ALVES DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

8069 MARIA ANGÉLICA DIAS DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

8073 ADRIVANIA STRESSER CHARLES PROFESSOR PEDAGOGIA

8074 RENATA JULIANO VAZ DE CAMPOS AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - ENGENHARI

8076 KAYO FELIPE LOURENÇO FISCAL DE TRIBUTOS

8079 TAIGOR FELIPE ANDRE VICENTIN ENGENHEIRO CIVIL

8081 JAIRON BARBOSA CAVALCANTE TÉCNICO EM ENFERMAGEM

8090 WELLITON CHARLLES PEREIRA NETO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

8091 WELLITON CHARLLES PEREIRA NETO AGENTE ADMINISTRATIVO

8092 STANLEY COSCIA CEBALHO ATENDENTE DE FARMÁCIA

8094 WILLIAM DOUGLAS CASAS RAMOS DA SILVA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

8097 FÁBIO SANTOS SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

8107 UZIAS RAMOS PANIN MONITOR DE CRECHE

8108 TASSYO GUILHERME DE OLIVEIRA COSTA MÉDICO - PSF

8109 MARIA JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS MARTINS MONITOR DE CRECHE

8110 MARIA JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS MARTINS MERENDEIRA

8111 LAURO ANDREI FRAGA MOTORISTA

8112 WALLEN RICHARD MOURA DE SOUZA ATENDENTE DE FARMÁCIA

8116 MARCIA RAQUEL DE OLIVEIRA GREVE ENFERMEIRO UBS

8117 ANJULUMAR RODRIGUES DE SOUZA PROFESSOR MATEMÁTICA

8118 LUCELIA BRAGA FARMACEUTICO BIOQUIMICO

8119 SILVINEY CAETANO FISCAL DE TRIBUTOS

8120 FRANCIELY MORAIS SANCHES MONITOR DE CRECHE

8124 BRUNO RODRIGUES DE SOUZA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

8126 ROSANA RODRIGUES DA SILVA MONITOR DE CRECHE

8127 BRUNA FRANCIELY GOMES FISCAL DE TRIBUTOS

8130 VERA LUCIA DE AMORIM BIAZOTO MERENDEIRA

8133 JULIANA SHIZUKO MATUSHIMA BORGES CONTADOR

8135 LUCIANA LUISA RIBEIRO ENFERMEIRO UBS

8137 DARIANE RITA KASTRILLAN DE MELO PSICÓLOGO

8138 ELAYNE AMORIM DOS SANTOS ENFERMEIRO UBS

8139 JUCELMA GOMES MONITOR DE CRECHE

8144 CATIA QUELLI DE SOUZA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

8147 ANA PAULA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

8149 NADIA DA SILVA RICARTE AGENTE ADMINISTRATIVO

8150 MARIA JOZIENE BEZERRA RODRIGUES1 TÉCNICO EM ENFERMAGEM

8153 PAULA REGINA ZIMERMANN BRAGA GUIMARÃES MÉDICO - PSF

8154 JANIA JESUINA FORNAZIER PROFESSOR PEDAGOGIA

8155 JULIANA CANDIDO GOMES MONITOR DE CRECHE

8158 LUIZA OLIVEIRA DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

8159 ROSILENE DA SILVA CAMPOS PROFESSOR PEDAGOGIA

8160 LUELLY BRAGA SOBRAL AUXILIAR ADMINISTRATIVO

8161 MARLI DE JESUS MONITOR DE CRECHE

8168 ALEXANDRA REZENDE RIBEIRO DA SILVA PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

8169 GISELE ZAVARIZ BRITO MEDICO VETERINÁRIO

8170 LARISSA CRISTINE FREITAS FARIA MONITOR DE CRECHE

8173 ROSANGELA DE OLIVEIRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

8174 GEANE DA SILVA CONCIANI ENFERMEIRO UBS

8176 LEANDRO MEDEIROS DE SOUZA ODONTÓLOGO

8178 LILIANE DOS SANTOS MORAIS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

8179 GESISLAINE FERREIRA SANTANA PROFESSOR PEDAGOGIA

8180 LUIZ FERNANDO PETINI AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

8181 MANOEL VICENTE PEREIRA NETO FISCAL DE TRIBUTOS

8183 ALCINEY PEREIRA ARES AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

8186 JUCELIA APARECIDA DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

8189 AILTON SANCONVICHE CHRAINER MOTORISTA

8191 JOÃO BOSCO SEBASTIÃO PROFESSOR PEDAGOGIA

8193 FERNANDO PEREIRA DE PAULA ATENDENTE DE FARMÁCIA

8199 HELEN FERNANDA CINTRA FARINHA PSICÓLOGO

8201 LUCAS LOURENÇÃO REZENDE ENGENHEIRO CIVIL

8203 MERCIA DOS SANTOS BADEGA ALVES MONITOR DE CRECHE

8204 REGIANE DOMINGUES TRINDADE REZENDE MERENDEIRA

8205 MARIANA NEVES GONÇALVES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

8207 CAMILA FRANZOTTI ROZZA ENFERMEIRO UBS

8209 CLEIDE DA PENHA SOBRINHO RICCI MONITOR DE CRECHE

8211 AILSON NASCIMENTO DA SILVA ODONTÓLOGO

8212 CLEIA BATISTA DO NASCIMENTO ENFERMEIRO UBS

8213 CLEBER DE MATOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

8214 AGUINALDO D SOUZA NEVES FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

8217 DORATI GONÇALVES DOS SANTOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

8220 EDMILSON RAIMUNDO DA SILVA AGENTE DE TRANSITO

8224 RAFAEL LOUENÇÂO REZENDE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

8225 ELIAS CRISTINO PAIXÃO MOTORISTA

8227 BRUNA LORRAINE DA PENHA MONITOR DE CRECHE

8230 RAFAELA VILLAS BOAS SCHARDOSIN ODONTÓLOGO

8231 CARINE FIUZA BAHR ODONTÓLOGO

8232 MARTA RODRIGUES CHAVES FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

8233 MARLENE CASSIANO MAXIMIANO MERENDEIRA

8235 LAYANE CUIABANO DE BARROS FISCAL AMBIENTAL

8236 LUCIVAL CAMARGO AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

8237 SANDRA DE JESUS FERNANDES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

8238 DORATI GONÇALVES DOS SANTOS FISCAL DE TRIBUTOS

8239 RENATA DA SILVA NETO ENGENHEIRO CIVIL

8240 ISAIAS AMBROSIO DE FRIAS MOTORISTA

8242 TATIANE DA SILVA LIMA ENFERMEIRO UBS

8243 APARECIDA DE SOUZA CUIABANO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

8247 GILSON QUEIROZ DOS SANTOS FISCAL DE TRIBUTOS

8248 JONATHAN RAFAEL VIEIRA DE AMORIM MERENDEIRA

8249 ANDRIELI OLIVEIRA DA LUZ FISCAL DE TRIBUTOS

8251 KAREN TOLEDO DA SILVA ENFERMEIRO UBS

8254 ANDRIELI OLIVEIRA DA LUZ AGENTE ADMINISTRATIVO

8255 ELISABETH DORMINI VARDIAS MONITOR DE CRECHE

8257 GIONEIDE DE SOUZA LIMA PIOVESAN ASSISTENTE SOCIAL

8259 ROGÉRIO JOSÉ PINTO FISCAL DE TRIBUTOS

8263 WELIKHA DE SALES DOMICIANO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

8267 IZIS CAROLINE RODRIGUES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

8269 ROSINEIA CARDOSO LOMPIAS DA SILVA MONITOR DE CRECHE

8274 LIBNA MONTEIRO DE SOUZA FLORES MERENDEIRA

8275 SUELLEN VIANA RIBEIRO MERENDEIRA

8276 DOUGLAS FERREIRA DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

8277 KEILA MONICA AGUERO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

8278 JOAO HENRIQUE SERRÃO LOMPIAS FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

8281 WILLIAM BEZERRA CARDOSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

8283 SELMA APARECIDA DA SILVA MERENDEIRA

8284 WEMERSON JOSÉ CORRÊA DE OLIVEIRA MÉDICO - PSF

8288 GIVANILDA DE OLIVEIRA PIRELLI MERENDEIRA

8289 LUIZ FABIO CARDOSO SANTOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

8290 CARLOS AUGUSTO TEIXEIRA ARARIPE CONTADOR

8291 DOUGLAS FERREIRA DA SILVA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

8296 RÔNYCA CORREA BARBOSA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

8297 KLEUMA FERREIRA CELESTINO BATISTA AGENTE ADMINISTRATIVO

8298 GEOVALDO OLIVEIRA DA SILVA MOTORISTA

8299 GABRIEL ROGGER DE OLIVEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

8301 ANDRESSA PIRES DA SILVA ENFERMEIRO UBS

8302 VALDIR DA SILVA MUSSATO OPERADOR DE MAQUINAS

8309 FRANCILENE SANCHEZ DOS SANTOS ARARIPE ENFERMEIRO UBS

8313 BRUNA HELENA OLIMPIA LEANDRO MERENDEIRA

8315 MÁRCIA MARIA FERREIRA DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

8317 ANTONIO FRANCISCO DA SILVA JUNIOR MOTORISTA

8321 BARBARA CONFESSOR CEBALHO BARBOSA MÉDICO - PSF

8322 MARCIA SOARES DE FREITAS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

8324 MARCELO DE SOUZA QUEIROZ MOTORISTA

8326 LUCIMARA LEITE DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

8332 IBRAIM DOS SANTOS MOTORISTA

8334 ARIELTON SILVEIRA DA SILVA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

8338 SILAS CARVALHO LIMA RIBEIRO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

8339 JEINIFFER KEROLYM SOUZA PEREIRA ODONTÓLOGO

8340 JAKSON LUAN SANTOS DOMINGUES ATENDENTE DE FARMÁCIA

8341 LUCINÉIA TEOTONI CORDEIRO MERENDEIRA

8342 WANDERSON FELIPE DE OLIVEIRA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

8343 EVANDRO REGIS DE LIMA ENFERMEIRO UBS

8345 JULIANA SHIZUKO MATUSHIMA BORGES AGENTE ADMINISTRATIVO

8346 EVANDRO REGIS DE LIMA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

8348 ROSIMAR NUNES DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

8349 ANA PAULA DE OLIVEIRA LOPES MERENDEIRA

8352 RAISSA MIRELLE DOS SANTOS AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

8354 RÔNYCA CORREA BARBOSA PSICÓLOGO

8356 KAROLINA GONÇALVES NUNES MEDICO VETERINÁRIO

8357 FRANCIELI CRESTANI MURTINHO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

8360 KELLI CRISTINA PEREIRA REIS DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

8363 FERNANDA SILVA DO NACISMENTO PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

8364 JULIANA OMETTO GASPAR MÉDICO - PSF

8365 MARCELO CAIQUE SANTIAGO GONSALVE AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

8366 NATHALIA CORREA PONTES PSICÓLOGO

8368 MURIANNY CESAR GONÇALVES PEREIRA ATENDENTE DE FARMÁCIA

8370 EDILAINE DOS SANTOS FERREIRA MONITOR DE CRECHE

8371 DAIANE MARIA GONÇALVES DE FREITAS PROFESSOR MATEMÁTICA

8372 VANDINEIA DA SILVA SANTOS FISCAL DE TRIBUTOS

8374 DAIANE MARIA GONÇALVES DE FREITAS AGENTE ADMINISTRATIVO

8375 KETTY KEYSE MAYARA DE SOUZA PINHEIRO MONITOR DE CRECHE

8376 NAYARA SILVA DE LIMA MOREIRA MONITOR DE CRECHE

8378 ALBERTO DA CONCEIÇÃO RIBEIRO AGENTE ADMINISTRATIVO

8379 EVA CRISTINA DE ALMEIDA MONITOR DE CRECHE

8380 RITA DE KASSIA MACHADO LEITE FISIOTERAPEUTA

8381 ADRIANA RODRIGUES DE ALMEIDA SOUSA PROFESSOR PEDAGOGIA

8382 HÉCTOR ALVARES BEZERRA ENFERMEIRO UBS

8383 ANGELA MARIA DE OLIVEIRA OLERIANO FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

8384 CAÍQUE ALVARES BEZERRA ODONTÓLOGO

8386 MARCIO LACERDA DE SOUZA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

8390 ALINE SOARES DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

8391 PÂMELA KEROLY OLIVEIRA SOUZA MONITOR DE CRECHE

8393 FERNANDA AUXILIADORA BORGES DE MAGALHÃES ASSISTENTE SOCIAL

8395 ROSANGELA DE SOUZA SANTOS MONITOR DE CRECHE

8398 MARIA APARECIDA LEMES DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

8399 TACIANA BEATRIZ KREULICH BEZERRA AGENTE ADMINISTRATIVO

8400 MÁRCIA DE OLIVEIRA ADELINO MONITOR DE CRECHE

8401 SAVIO NEVES BUENO AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

8403 ALFREDO MATHIAS SILVA GONÇALVES ENFERMEIRO UBS

8404 ELIZANGELA MARIA MONASKI AGENTE ADMINISTRATIVO

8405 CRISTIANO CORREA AGENTE ADMINISTRATIVO

8406 GRACINELE SILVA SANTOS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

8408 JOINERY DA SILVA MORINIGA MONITOR DE CRECHE

8409 SOLANGE NUNES DA SILVA MONITOR DE CRECHE

8410 ALTEIR DA SILVA CUSTÓDIO MOTORISTA

8411 RAPHAEL BERTOLIN DUARTE ENGENHEIRO CIVIL

8412 ALEXANDRE APARECIDO MOREIRA MOTORISTA

8414 FAGNER SANTIAGO OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

8415 JESSICA DE SOUZA OLIVEIRA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

8418 ISLEIDE ALVES DA SILVA MONITOR DE CRECHE

8420 MARIA DALIANI LIMA OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

8422 NILDA OLIVEIRA DE SOUZA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

8424 LUCIENE DA SILVA RIBEIRO E SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

8425 ALEXANDRE KEKUCHI QUEIROZ ODONTÓLOGO

8427 PATRÍCIA FERREIRA SERAFIM MONITOR DE CRECHE

8432 NAIDIELLY SOUZA ARAUJO FARMACEUTICO BIOQUIMICO

8433 RONIELLY TRAJANO SOARES DA SILVA MÉDICO - PSF

8437 ZILDA OTENIO PEREZ PROFESSOR PEDAGOGIA

8438 VIVIANE CARDOSO DE ALMEIDA PROFESSOR PEDAGOGIA

8441 ALOISIO BARBOSA LIRA MOTORISTA

8443 ANA LUCIA ALVES DA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

8446 GUILHERME BARRETO CASTILHO FARMACEUTICO BIOQUIMICO

8447 ANA PAULA VIANA DAMACENA ODONTÓLOGO

8449 ALEXANDRE FERREIRA BURIOLO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

8454 AMARILDO FERREIRA DE SOUZA OPERADOR DE MAQUINAS

8455 ALEXANDRE PEREIRA DE PAULA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

8456 HENRIQUE VIANA DAMACENA ENGENHEIRO CIVIL

8457 ROSANE DE FARIA MACIEL ENFERMEIRO UBS

8458 LARISSA NILZA NOGUEIRA PSICÓLOGO

8459 GUSTAVO JOSE VICENTE FISCAL AMBIENTAL

8461 SILVANE MARIN DOMINGUES STORTI TELEFONISTA

8462 SILVANE MARIN DOMINGUES STORTI MERENDEIRA

8465 DYEINE LORRAYNE DIAS PAIXAO MERENDEIRA

8466 PAULO SERGIO DA SILVA PEREIRA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

8468 SIMONE CORREIA BUENO PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

8470 MATHEUS TRINDADE REZENDE AGENTE ADMINISTRATIVO

8471 SANDRA TOMAZ DA SILVA PSICÓLOGO

8472 WILLIAM DA SILVA RODRIGUES AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

8476 ELIENE SANTANA DOS ANJOS SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

8478 ROSILAINE VENANCIO DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

8480 RODRIGO SILVA DOS ANJOS AGENTE ADMINISTRATIVO

8482 RONEY DE SOUZA LOPES FARMACEUTICO BIOQUIMICO

8483 ELIANE DOMINGUES MERENDEIRA

8488 ISLAINE DE SOUZA GOMES ENFERMEIRO UBS

8491 REGINALDO FELICIO PEREIRA MOTORISTA

8499 VICTOR SALVIONI ARAGON ODONTÓLOGO

8501 NEUZELI DAS DORES LIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

8502 FLORINDA RAMOS DALMORO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

8503 CÁSSIO EDUARDO DOS ANJOS PAZIN AGENTE ADMINISTRATIVO

8504 VALDERI DE ARAUJO CHIOATTO MOTORISTA

8507 MARCIO AMANCIO BEZERRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

8509 DEBORA MARTINS FERREIRA SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

8510 LEILIANE MARTINS SILVA ODONTÓLOGO

8516 MARIO DE SOUZA PAULA MOTORISTA

8517 REGINALDO SOUZA DA CRUZ JUNIOR AGENTE DE TRANSITO

8521 NATALIA RITIELI TEIXEIRA DA ROCHA MERENDEIRA

8522 ELAINE CRISTINA LUPERINI TÉCNICO EM ENFERMAGEM

8523 GLORIANGELA RODRIGUES DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

8526 NATALIA RITIELI TEIXEIRA DA ROCHA MONITOR DE CRECHE

8527 VITORIA GABRIELA PEREIRA DA SILVA MONITOR DE CRECHE

8528 CAMILA OLÍMPIO PEREIRA MONITOR DE CRECHE

8531 SONIA MARIA ALVES PROFESSOR PEDAGOGIA

8532 RONALD MONTEIRO LEITE AGENTE ADMINISTRATIVO

8536 LAÍNNA MOREIRA VIANA ENFERMEIRO UBS

8539 ROSALINA DIAS BARBOSA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

8542 KATIANE PEREIRA DE OLIVEIRA MERENDEIRA

8545 GABRIELLI GONÇALVES DA SILVA MONITOR DE CRECHE

8547 CLAUDINEIA APARECIDA DURANTI LOTERIO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

8548 BRUNO VILAS BOAS PANARO LEITE AGENTE ADMINISTRATIVO

8551 BRUNO VILAS BOAS PANARO LEITE FISCAL DE TRIBUTOS

8556 ELY-ANGELA OLIMPIO PROFESSOR PEDAGOGIA

8558 MARLI ALVES DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

8559 JENIFFER LARANJA ENFERMEIRO UBS

8561 MILTON FERREIRA NUNES MERENDEIRA

8564 MARLI ALVES DOS SANTOS MERENDEIRA

8568 GABRIELA LORRAYNE AIARDES SENABIO AGENTE ADMINISTRATIVO

8572 LUCIANO APARECIDO ANANIAS GARIBALDI MOTORISTA

8575 ELIANE DE SOUZA RODRIGUES CAMARGO PROFESSOR PEDAGOGIA

8576 FABIO MICHEL SOARES TEIXEIRA ENFERMEIRO UBS

8580 FABIO MICHEL SOARES TEIXEIRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

8582 CLARINA DA SILVA CARDOSO PROFESSOR PEDAGOGIA

8584 MARIZA DA SILVA SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

8587 ELIANE DE SOUZA RODRIGUES CAMARGO MONITOR DE CRECHE

8590 ELIZEU ALVES CARDOSO MOTORISTA

8592 LUCELIA CICERA DOS SANTOS SILVA ENFERMEIRO UBS

8594 LILIAN AUGUSTA DUTRA CABRAL PROFESSOR DE GEOGRAFIA

8597 SAMUEL PATRICIO ILIDIO LADEIA FISCAL AMBIENTAL

8598 TAYNNÁ ALUMA CRISTOVÃO JESUS LISSARAÇA PROFESSOR PEDAGOGIA

8601 YASMIN FERNANDA NUNES VIANA AGENTE ADMINISTRATIVO

8603 CLAUDIO RODRIGUES DE ANDRADES MOTORISTA

8604 JOSEMAR CORREIA FELTRIN MOTORISTA

8613 SANDRA ALVES VENDRAMEL FISCAL DE TRIBUTOS

8621 SONIA REGINA CALASTRO MONITOR DE CRECHE

8622 SANDRA ALVES VENDRAMEL AGENTE ADMINISTRATIVO

8626 VILMAR BATISTA DA SILVA LISSARAÇA OPERADOR DE MAQUINAS

8628 WANDERLEIA DE FREITAS VIEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

8629 SONIA REGINA CALASTRO MERENDEIRA

8631 JOSÉ CARLOS TONINATO MOTORISTA

8634 ETIENE ANTONIA MOREIRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

8635 IVONEIDE DE FATIMA CESPEDES TÉCNICO EM ENFERMAGEM

8637 NICOLLE ZAVARIZE GUIMARÃES FISCAL DE TRIBUTOS

8642 ANA CLARA MOREIRA DE BORTOLI AGENTE ADMINISTRATIVO

8653 EDEVANIA BASTOS SANTIAGO PROFESSOR PEDAGOGIA

8657 MARQUES IGOR SILVA TEIXEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

8659 KATIA GHISLENE CORBELINO DUTRA MAGALHAES ENFERMEIRO UBS

8664 GISNÉIA FÁTIMA DA SILVA ASSISTENTE SOCIAL

8665 JOELMA MARIA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

8666 ROSILMA RIBEIRO PROFESSOR DE GEOGRAFIA

8667 GISNÉIA FÁTIMA DA SILVA MONITOR DE CRECHE

8672 DELVANA DE OLIVEIRA SILVA ATENDENTE EM SAÚDE

8674 JULIANA BENTO DE JESUS PROFESSOR PEDAGOGIA

8676 FABIANA LOPES CAMARGO MONITOR DE CRECHE

8677 FABIO ANDERSON DE OLIVEIRA SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

8678 ISABEL NATALINA ZORZENON ATENDENTE DE FARMÁCIA

8681 SOLANGE AGUIAR CHAVES LIMA MERENDEIRA

8684 GUSTAVO ZURI RIBEIRO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

8693 ROSANE PACHECO DE MORAES BRITO PROFESSOR PEDAGOGIA

8695 ÉVELIN CONTI DOS SANTOS ENFERMEIRO UBS

8699 ELTON AGUIAR DE ANDRADE MOTORISTA

8705 ELTON AGUIAR DE ANDRADE AGENTE DE TRANSITO

8707 MARCILENE MARIANO DA SILVA PORTO PROFESSOR PEDAGOGIA

8709 STELLI KAREN DE FREITAS ENFERMEIRO UBS

8711 AMANDA LORRAYNE VIERA DE AGUIAR NUTRICIONISTA

8712 KELLY MARLENE DA SILVA RIBEIRO DOS SANTOS ODONTÓLOGO

8715 FRANCIELE SILVA BERNARDO MÉDICO - PSF

8716 KELLY MARLENE DA SILVA RIBEIRO DOS SANTOS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

8717 MARCILENE MARIANO DA SILVA PORTO MONITOR DE CRECHE

8720 JOSE ILSON DE SOUSA OLIVEIRA CONTADOR

8722 LUIZ FERNANDO DE SOUSA GONÇALVES FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

8723 VAGNER NERIS SOARES ENGENHEIRO CIVIL

8724 ANDREIA SOARES DE OLIVEIRA MONITOR DE CRECHE

8725 ELAINE COLETA LEAL MONITOR DE CRECHE

8727 TARCISIO DE JESUS ANGELO FARMACEUTICO BIOQUIMICO

8731 CAIO MÜLLER DA SILVA ARRUDA FISIOTERAPEUTA

8734 ELAINE COLETA LEAL MERENDEIRA

8735 ELIZANGELA MARIA BORGES PROFESSOR PEDAGOGIA

8737 ERICA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

8738 MARLON DOWGLAS CHAGAS DE OLIVEIRA ENFERMEIRO UBS

8739 GILVANIO ANTUNES SALES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

8747 LARISSA DA PENHA ONOFRE MONITOR DE CRECHE

8751 BRUNO SILVA JUSTINO MEDICO VETERINÁRIO

8755 LETÍCIA DE OLIVEIRA DANELICHEN MONITOR DE CRECHE

8759 ELIAS GABRIEL SILVA DUARTE MEDICO PSIQUIATRA

8761 MAYCON MENDES PAULINO FISCAL DE TRIBUTOS

8762 ALDIMICIO MATIAS DA SILVA MOTORISTA

8763 LUCIANO PACHECO DE SOUSA PROFESSOR PEDAGOGIA

8764 RONY PETERSON ELIAS VIEIRA FISCAL DE TRIBUTOS

8766 ELISÂNGELA DA SILVA NAZARETH PROFESSOR PEDAGOGIA

8768 MAYCON MENDES PAULINO AGENTE DE TRANSITO

8770 MATHEUS VIDOI DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

8772 ALACIL ROSA DE ALMEIDA MONITOR DE CRECHE

8776 MIRIAM FURTADO BENTO DOS ANJOS PROFESSOR PEDAGOGIA

8778 THAINÁ PATRÍCIA FIUZA BAHR ODONTÓLOGO

8781 VANTUIL FERREIRA DOS ANJOS PROFESSOR PEDAGOGIA

8783 JULIENE CRISTINA DE ARRUDA FISCAL DE TRIBUTOS

8784 JULIENE CRISTINA DE ARRUDA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

8790 WILSON MARTINS DE OLIVEIRA MOTORISTA

8793 WILSON MARTINS DE OLIVEIRA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

8795 JOYZIARA DA SILVA MORINIGA PROFESSOR PEDAGOGIA

8798 ANA PAULA FERREIRA NEVES ENFERMEIRO UBS

8800 NEUSA HERMES PEREIRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

8803 MÁRCIA MIRANDA PEREIRA FISCAL DE TRIBUTOS

8805 ALEXSANDRO ROCHA DE SOUZA CONTADOR

8806 WEBERSON BARBOSA CONEJO FISCAL DE TRIBUTOS

8807 ALEXSANDRO ROCHA DE SOUZA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

8810 FAGNER GONÇALVES RODRIGUES MOTORISTA

8811 ELISA CARLA DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

8812 GILCIVANA PEREIRA DE SOUZA PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

8814 WELYDA FABIANA TAVARES DE CARVALHO MONITOR DE CRECHE

8815 CATIANE BENITEZ CANELA FISIOTERAPEUTA

8817 WELYDA FABIANA TAVARES DE CARVALHO PROFESSOR PEDAGOGIA

8820 VANUSA AUZELIA SILVA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

8822 PATRICIA CAROLINA ANTUNES DE ARRUDA ENFERMEIRO UBS

8825 VAMIL FRANCISCO FRUTUOSO JUNIOR MÉDICO - PSF

8829 ISAIAS VALDINER DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

8830 ALINE APARECIDA LACERDA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

8833 MARLENE MIRANDA LEITE PROFESSOR PEDAGOGIA

8834 GESSIANE MAYARA DE JESUS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

8837 WILIAN LEAL DE SOUZA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

8838 SANDRINI MORAES CORREA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

8840 RODNEI FERNANDO DIAS DE CARVALHO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

8842 CARLOS MARTINS AMAECING JUNIOR ENGENHEIRO CIVIL

8843 JESSICA RAMALHO DA SILVA ENFERMEIRO UBS

8847 ILZA APARECIDA LOPES DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

8848 SONIA MARIA DE FARIAS LEITE ENFERMEIRO UBS

8850 NEIZE FATIMA DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

8853 GABRIEL EDMUNDO CASSIOTTI DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

8854 MARINALVA COITINHO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

8855 FERNANDA LUZIA BENTO DOS SANTOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

8856 ARLETE ALVES BARBOSA ASSISTENTE SOCIAL

8857 KARINA GONÇALVES CAMPISTA PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

8858 DENISE DE CASTRO MIRANDA PROFESSOR PEDAGOGIA

8861 ELVIS DUTRA LAURINDO MONITOR DE CRECHE

8862 CLEIDE APARECIDA LOPES DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

8863 LUCIANO PEREIRA MOURA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

8864 CLAUDINEI DA SILVA LARA PROFESSOR PEDAGOGIA

8865 SAMARA DA SILVA MONITOR DE CRECHE

8868 LILIANE DE PAULA SANTO MERENDEIRA

8869 KARINA GONÇALVES CAMPISTA AGENTE ADMINISTRATIVO

8870 MARIA APARECIDA FERREIRA PSICÓLOGO

8872 WEDER JESUS DOS SANTOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

8873 LAERTE DE JESUS SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

8874 RAFAEL JUSTINO DA SILVA ENFERMEIRO UBS

8875 GILMAR DOS SANTOS DA ROZA PROFESSOR MATEMÁTICA

8876 MARCELO TOMAS IZIDORIO AGENTE DE TRANSITO

8878 SARA MACEDO AGENTE ADMINISTRATIVO

8879 REGINA DO NASCIMENTO MERENDEIRA

8880 DEBORA SEVERINA DE MORAES AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

8883 WILSON OLIVEIRA DA SILVA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

8884 SILVANA RODRIGUES DE OLIVEIRA MERENDEIRA

8885 ZILDA RIBEIRO DE MAGALHAES PSICÓLOGO

8887 GRACIELE MAGALHÃES DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

8890 LOURDES MAISA SILVEIRA TELEFONISTA

8891 LEANDRO CANOVA TEIXEIRA AGOSTINHO AGENTE ADMINISTRATIVO

8892 WANDERLEIA AUXLIADORA OLIMPIA LEANDRO MONITOR DE CRECHE

8894 ZILMA ALVES SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

8895 ANA CRISTINA MARQUES DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

8896 WELLITA DE SOUZA BEZEERRA WILL FISCAL DE TRIBUTOS

8897 SOLANGE TOLEDO BARBOSA ENFERMEIRO UBS

8898 AMARILDO FERREIRA DE SOUZA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

8900 FATIMA PINHEIRO DOS SANTOS FISCAL AMBIENTAL

8902 MATHEUS GONÇALVES LACERDA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

8903 JOSE FRANCISCO VIEIRA SANTANA MECÂNICO

8906 ALCIONE MIRANDA FELIX DA SILVA MONITOR DE CRECHE

8907 ROSIVANE TEODORO ATENDENTE EM SAÚDE

8909 VERÔNICA SANTANA FERREIRA FISCAL DE TRIBUTOS

8910 SUZANY CAROLINY DA SILVA ARAÚJO ARQUITETO URBANISTA

8913 ANDRÉIA DOS SANTOS LARA SOARES MERENDEIRA

8914 PAULO CÉSAR DE SOUZA DE OLIVEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

8916 VANESSA RODRIGUES DE OLIVEIRA MONITOR DE CRECHE

8917 AMANDA KRIZIA MESQUITA DOS SANTOS FRANCO MERENDEIRA

8918 ROSILENE SOARES DE PAULA MONITOR DE CRECHE

8919 AMANDA KRIZIA MESQUITA DOS SANTOS FRANCO MONITOR DE CRECHE

8922 FREDSON LIMA FISCAL AMBIENTAL

8924 DANIELA DE BRITO SOARES MODENES MONITOR DE CRECHE

8925 LUZIA ALVES DA SILVA MONITOR DE CRECHE

8926 ELANE LIMA SANTOS ENFERMEIRO UBS

8927 MARIA JOSE ALVES AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

8928 JOELSON LUIZ DOS SANTOS FISCAL DE TRIBUTOS

8931 ANNE CAROLINE DOS SANTOS NASCIMENTO PROFESSOR PEDAGOGIA

8936 LUIZ CARLOS GIANINI MOTORISTA

8937 CRISTIANE FLORIAN ONORATO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

8938 MARIA APARECIDA DE MIRANDA MONITOR DE CRECHE

8941 GILMAR DOS SANTOS DA ROZA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

8943 ELIANE FERNANDES DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

8944 FLAVIANE DE CARVALHO PEREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

8945 PATRICIA MAGALHAES INACIO FISCAL DE TRIBUTOS

8947 SILVANILDO DOS SANTOS DA SILVA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

8949 REGINA ALVES MARTINS MONITOR DE CRECHE

8950 DEBORAH DE FÁTIMA SILVEIRA ALVES ENFERMEIRO UBS

8952 SUELENE DA SILVA MERENDEIRA

8955 EBERSON MENDES DA CUNHA AGENTE DE TRANSITO

8956 RIVONETE COELHO DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

8958 PAMELA ALINE RIBEIRO SCHURING AGENTE ADMINISTRATIVO

8959 TAISA CARRASCO FRAGA MONITOR DE CRECHE

8960 VINICIUS DE SOUZA MENDES AGENTE DE TRANSITO

8962 JOSENI GOMES DE ARAUJO MERENDEIRA

8963 FABIO CHRISTIANO NAKANO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

8964 MARIA EUGENIA VILLARRUEL DA SILVA ENFERMEIRO UBS

8967 SUZI MIDORI NAKAHARA NAKANO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

8968 VICTOR DE PAIVA BARBOSA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

8970 JANE CLECIA TAVARES DE NORÕES ENFERMEIRO UBS

8972 MARIA SONIA LIMA RIBEIRO PROFESSOR PEDAGOGIA

8973 LINDAMAR CLEÓPATRA CERQUEIRA CALDAS SANTOS ASSISTENTE SOCIAL

8974 ALISON MEDEIROS DA SILVA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

8975 MARINES RODRIGUES GONÇALVES MADALENA AGENTE ADMINISTRATIVO

8976 LUZIA DE JESUS MADALENA PROFESSOR DE GEOGRAFIA

8977 CLAUDIO DOS SANTOS SILVA MÉDICO - PSF

8978 JONAS CARVALHO DE LIMA MOTORISTA

8979 PHABRICIA EDNARA DA SILVA ALVES DE OLIVEIRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

8982 CELIA APARECIDA HELENO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

8983 DAIANY NAYARA PEREIRA REZENDE PROFESSOR PEDAGOGIA

8985 ADEMIR ALVEZ MOTORISTA

8990 NAYARA RAIANE LIMA SANTOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

8994 JESILENE FERREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

8998 GISLAINE BORGES DA COSTA AGENTE ADMINISTRATIVO

9002 WALLIFER GONÇALVES DE ASSIS AGENTE ADMINISTRATIVO

9003 LÍVIA CARLA CAMPAGNOLI DA SILVA TAVARES FISIOTERAPEUTA

9004 BRUNO LEONARDO ANDRADE ROSA FISCAL DE TRIBUTOS

9005 LUAN CAMPOS DA SILVA MOTORISTA

9006 JOICILENE CONCEIÇÃO DA CRUZ AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

9008 RUBETER DA SILVA FISCAL AMBIENTAL

9009 ALISSON RAMOS DO NASCIMENTO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9010 KEZIA MARQUES DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

9011 ANA CLARA DOS SANTOS SANTANA MERENDEIRA

9015 LEIDIANE DA SILVA PINHEIRO ENGENHEIRO CIVIL

9016 KEZIA MARQUES DA SILVA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

9018 QUEDMA CARVALHO LIMA RIBEIRO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9020 SIRLENE SOUZA BATISTA PROFESSOR PEDAGOGIA

9022 IVANETE MARIA ANTONIASSI MONITOR DE CRECHE

9026 LUCIANA DA SILVA PESSOA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

9029 ALZIRO GONÇALVES MOTORISTA

9031 IRENILDA GOMES JARDIM TÉCNICO EM ENFERMAGEM

9032 ROSANA DA CRUZ ALVES PROFESSOR PEDAGOGIA

9033 LIZETE BRANDINO MERENDEIRA

9034 MICHELE VIEIRA COELHO ENGENHEIRO CIVIL

9035 KAROLAYNE DE JESUS GONÇALVES AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

9037 SIRLEY SIRVEIRA DOS SANTOS MERENDEIRA

9040 VALDILENE LOBO BARBOSA DA SILVA MERENDEIRA

9041 ALINE SOARES SILVA MONITOR DE CRECHE

9052 GISELE APARECIDA RODRIGUES TÉCNICO EM ENFERMAGEM

9054 WENDER GOMES VALIANE AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

9057 JACQUELINE MARQUES SANTOS MONITOR DE CRECHE

9058 MATEUS MARQUES SIQUEIRA MERENDEIRA

9059 JEYKSI JHONIS DA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

9060 ALINE REGIANI SIQUEIRA CABRIOTTI FISCAL AMBIENTAL

9061 HIGOR NERÍS MORENO FISCAL DE TRIBUTOS

9062 ROSILENE AGUILHERA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9063 GISELE SILVA DA ROCHA MONITOR DE CRECHE

9064 MATEUS MARQUES SIQUEIRA ATENDENTE EM SAÚDE

9065 HIGOR NERÍS MORENO AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

9066 JESSICA MARQUES SANTOS MONITOR DE CRECHE

9067 MARIA EZILDA MARIANO DE CASTRO MERENDEIRA

9068 ELIENE MARIA MATIAS DE OLIVEIRA MONITOR DE CRECHE

9069 FABIO DE JESUS QUINTILIANO FISCAL DE TRIBUTOS

9071 GULITI RICARDO FAGUNDES DO NASCIMENTO ARQUITETO URBANISTA

9076 CLEUSA ANTONIA GONÇALVES PROFESSOR PEDAGOGIA

9077 RAFAELA DA MATA BEZERRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9078 ALEX FERNANDO IVO MOTORISTA

9079 PATRICIA FERREIRA DA SILVA MERENDEIRA

9080 VERA DE SOUZA BENITES ASSISTENTE SOCIAL

9082 ODETE ROSA PAES PROFESSOR PEDAGOGIA

9084 ADRIANA APARECIDA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

9090 WALBER FIGUEIREDO FERREIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9093 ALUANI VIEIRA DE FREITAS PSICÓLOGO

9095 ROBSON MACHADO MONTEIRO ODONTÓLOGO

9100 MARCELO DANIEL DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

9103 VALDIR RICARDO FRANCISCO PROFESSOR DE GEOGRAFIA

9104 VALBER RODRIGO SOARES DE OLEIVEIRA AGENTE DE TRANSITO

9105 REGIANE FREITAS DE SOUZA PSICÓLOGO

9109 RAIMUNDA LIMA LINO MONITOR DE CRECHE

9110 JOEDER MOREIRA DOS SANTOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9111 FABIANI FANTON COELHO PROFESSOR PEDAGOGIA

9115 CAMILA CUSTODIO DA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

9116 LUCINEIA MARQUES DE ARRUDA PROFESSOR PEDAGOGIA

9117 EDUARDO BISOLA DE MIRANDA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

9118 ISMAEL FERREIRA DO NASCIMENTO AGENTE ADMINISTRATIVO

9120 MAISA VASCONCELOS BARBOSA MONITOR DE CRECHE

9124 MARIA MARTA DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9125 VAMILDA BERNADO RODRIGUES MERENDEIRA

9126 JEAN CARLOS SILVA CORREA MEDICO VETERINÁRIO

9128 MALU GABRIELA SILVA PEREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

9129 GILBERTO DELUQUE DE CARVALHO PSICÓLOGO

9133 ROSANGELA ALVES NERGES MERENDEIRA

9134 JESSICA NAYARA ALVES DOS REIS TELEFONISTA

9135 MARINALVA BEZERRA DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

9136 ROSANE LUIZA GARCIA DA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

9138 LEONICE DIAS DA SILVA SILVA MERENDEIRA

9141 PAULO RICARDO SILVA ROCHA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

9142 FABIO JUNIOR DA SILVA OPERADOR DE MAQUINAS

9144 KEILA CRISTINA BORBA DOS SANTOS FISCAL DE TRIBUTOS

9145 JOAO RAPHAEL PEREIRA DE SOUZA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

9146 EDNA GARCIA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

9147 ELSON SILVEIRA DOS SANTOS MOTORISTA

9150 PAULA CRISTINA BISPO DE JESUS MONITOR DE CRECHE

9151 KARINE VIEIRA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

9152 BRUNO VINÍCIUS FERREIRA DE AQUINO AGENTE ADMINISTRATIVO

9153 FERNANDA GONÇALVES BARROS FISCAL DE TRIBUTOS

9154 FRANCISCA MARIA VIEIRA CORREIA SIMIONI PROFESSOR MATEMÁTICA

9155 THAIS DO CARMO CASTILHO QUEIROZ FISCAL DE TRIBUTOS

9156 MEIRENUCIA DE FREITAS RIBEIRO MERENDEIRA

9160 MARCELA VIANA BERTHOUD OLIVEIRA ODONTÓLOGO

9162 TAMIRES RODRIGUES PERIN FISCAL DE TRIBUTOS

9163 THIAGO BIAZOTO DA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

9170 DAVI BARBOSA DA SILVA FISCAL AMBIENTAL

9171 LUCELIA SILVA NOGUEIRA MERENDEIRA

9172 AMANDA MEDEIROS DA SILVA MONITOR DE CRECHE

9173 PAULA FRANCIENE BATTAGLINI MÉDICO - PSF

9174 ELAINE MAGALHÃES DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

9177 NILZA APARECIDA DE SOUSA BENEVIDES PROFESSOR PEDAGOGIA

9180 ANA PAULA DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9181 WENDEL RICHARD MARQUES DOS SANTOS ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

9184 DAYANNE DELFINO DE SOUSA FONOAUDIÓLOGO

9187 NEWTON HERMANN GRACIANO DE PAIVA MOTORISTA

9188 HERCULES JOSÉ DALOIA MOTORISTA

9189 NEWTON HERMANN GRACIANO DE PAIVA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

9190 EVANILDES AGUILERA CARVALHO MONITOR DE CRECHE

9191 MARINEIA DOS SANTOS AGENTE DE TRANSITO

9193 FABIANA YUKIKO TSUCHIYA MÉDICO - PSF

9195 MIKAELA GOMES DE LIMA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9203 SILVIA FAETHE BERBERT DE ANDRADE ODONTÓLOGO

9210 FABIO DA CRUZ COELHO ELETRICISTA

9211 LUZINETE DA PAIXÃO CRISTINO MONITOR DE CRECHE

9212 ANA PAULA DE CARVALHO FERREIRA FORMIGA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

9215 ANA PAULA DE CARVALHO FERREIRA FORMIGA AGENTE ADMINISTRATIVO

9218 WISLEY CAMARGO GOMES AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

9220 FRANCELI ALVES DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9221 ROMATIS DA SILVA ANDRADE AGENTE ADMINISTRATIVO

9224 ELIANE MARIA VIEIRA FREITAS ATENDENTE EM SAÚDE

9225 ELIANE MARIA VIEIRA FREITAS MERENDEIRA

9226 ANA PAULA GOMES DA CRUZ TÉCNICO EM ENFERMAGEM

9233 PABLO HENRIQUE ALVES DOURADO AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

9236 AMANDA BORGES ESTEVES PROFESSOR PEDAGOGIA

9237 CRISTIANE DOS SANTOS LEITE PROFESSOR MATEMÁTICA

9241 OLAVO OLIVEIRA BENVINDO ENGENHEIRO CIVIL

9242 DANIEL DA CRUZ FREITAS ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

9246 ROSANGELA COELHO FERRARI ASSISTENTE SOCIAL

9247 MARCO AURÉLIO NASCIMENTO JUNIOR AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

9248 GEORGE MIGUEL VIEIRA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

9249 ADEMILSON SOUZA SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

9251 MARCO AURÉLIO NASCIMENTO JUNIOR AGENTE DE TRANSITO

9257 FABRICIO COSTA PAIM AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

9258 AIRAN CARLA GOMES DA SILVA PSICÓLOGO

9259 ROSEMIL DE OLIVEIRA MOTORISTA

9260 LUIZA TENORIO BASTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

9262 IRENY ANTONIA MARASSI FRANÇA PROFESSOR PEDAGOGIA

9267 JOSE WILSON ALMEIDA SILVA MOTORISTA

9270 LENY FERREIRA SAMPAIO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

9271 THIERRY DE FIGUEIREDO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9273 EDIVANIA ANIBAL DE MENEZES MONITOR DE CRECHE

9274 WASHINGTON GONÇALVES DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO

9277 ALCENIRA RODRIGUES MACHADO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

9279 PAMELLA CRISTIE GIMENES FALSONI MEDICO VETERINÁRIO

9283 KEILA MICHELE GROSS ODONTÓLOGO

9284 NATHALIA FERNANDES ENFERMEIRO UBS

9285 SIRLENE SEVERIANO COELHO CIRILO PROFESSOR PEDAGOGIA

9286 BRUNA DE FATIMA ALVES DE CAMPOS TELEFONISTA

9288 NERIVAN ISIDIO SEVERIANO MOTORISTA

9291 ALEXANDRE BILHEIRO RAMOS FISCAL AMBIENTAL

9292 MARIA SIMONE DA SILVA MONITOR DE CRECHE

9293 ROSÂNGELA DE JESUS BRITO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9294 MARIA SIMONE DA SILVA MERENDEIRA

9295 WALQUIRIA DOS SANTOS TERRADAS AGENTE ADMINISTRATIVO

9297 WALQUIRIA DOS SANTOS TERRADAS FISCAL DE TRIBUTOS

9298 RAFAEL DA SILVA FERREIRA ENGENHEIRO CIVIL

9303 FRANCIELLY ROSA MOURA CIRQUEIRA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

9306 GUEEDS ALVES DE CAMPOS MOTORISTA

9307 GUEEDS ALVES DE CAMPOS AGENTE DE TRANSITO

9311 DANIEL GOMES DE FREITAS AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

9312 DANIEL GOMES DE FREITAS AGENTE ADMINISTRATIVO

9313 MARGARIDA CREUZA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

9318 ADENILCE CATARINA DA SILVA BATISTA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

9319 WANILDO ZANETE FERRARI AGENTE ADMINISTRATIVO

9322 VANESSA KNUTZEN DOS SANTOS ARQUITETO URBANISTA

9323 ERONALDO MENDES TEIXEIRA JUNIOR AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

9325 ADRIANA PAULA FERNANDES CASTILHEIRO PROFESSOR PEDAGOGIA

9327 ROSIMEIRE DIAS DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

9329 DORACI CREUZA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

9332 RAFFAEL MARCOS FELISBERTO RAMOS ODONTÓLOGO

9333 VALERIA BATISTA CARREIRO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

9334 ALESSANDRA RIBEIRO MONITOR DE CRECHE

9335 NATALIA FRANCISCO DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

9336 KARYTAELEN ULIAN DALLA COSTA ENGENHEIRO CIVIL

9337 ELZANTINA SOARES DE OLIVEIRA ASSISTENTE SOCIAL

9339 LAURA CRISTINA DA SILVA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

9342 JOCILENE DA COSTA DE SOUZA MONITOR DE CRECHE

9345 KARLA LUANA DE LIMA GUILHERME AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

9346 TERTULINO SOARES DE ANDRADE NETO MOTORISTA

9349 WALCIRLEY FERNANDO ALVES BOLAK ODONTÓLOGO

9351 JOSIMEIRE FERREIRA SERPA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

9353 THAYSSA SILVA ALMEIDA ASSISTENTE SOCIAL

9355 NAYARA FERNANDA FILHA SOARES MERENDEIRA

9356 NAYARA DA SILVA MERENDEIRA

9362 VICTOR LOPES DA SILVA FISCAL AMBIENTAL

9364 PRISCILA GONZAGA DO AMARAL ROCHA PROFESSOR PEDAGOGIA

9367 CARLA ODETE MARQUES DE MATOS CONTADOR

9368 JOCEMAR ALVES FRANCO PROFESSOR MATEMÁTICA

9370 FERNANDA CAMPOS DE MORAIS VIEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9371 MATHEUS BERTHOUD OLIVEIRA MEDICO PSIQUIATRA

9372 LUANA SIRLEY DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

9374 LETÍCIA BURACHI PERUCHI ODONTÓLOGO

9375 JERONIMO DE OLIVEIRA FILÓ AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

9376 LARINE GONÇALVES DE SOUZA PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

9377 HILDEVANI CELES TRINDADE PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

9378 CELIA PRIMO DA CUNHA DE LOURDES TÉCNICO EM ENFERMAGEM

9379 GABRIELA CAROLINE SOUZA DOS SANTOS GONÇALVES AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

9381 ANDRÉIA MARA GUERREIRO SALOMÃO ODONTÓLOGO

9382 KATIELI SILVA SOLITO SOARES FISIOTERAPEUTA

9385 ELAINE DE ALMEIDA PANTAROTO PROFESSOR PEDAGOGIA

9386 GERSINA SIRLEY DA SILVA DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

9388 ANDREIA DENISE DA SILVA MONITOR DE CRECHE

9389 ANDREIA DENISE DA SILVA MERENDEIRA

9390 DANIELI CRISTINA MULLER PROFESSOR MATEMÁTICA

9392 DANIELI CRISTINA MULLER AGENTE ADMINISTRATIVO

9397 ELISANGELA COSTA LIMA ENFERMEIRO UBS

9400 GEANN MARCOS DE SOUZA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9401 KARYNA THAIS TAQUES DE CARVALHO FISIOTERAPEUTA

9402 THIAGO DE PINHO ALMEIDA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9403 WANDERLUCI DA GUIA FERREIRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

9405 EDUARDO CARDOSO LIMA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

9406 THIAGO DE PINHO ALMEIDA FISCAL DE TRIBUTOS

9409 MARIA CLAUDINEIA RIBEIRO DOS SANTOS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

9414 ARYANE ZAREMARE SANTOS MÉDICO - PSF

9415 JOELMA JULIA DO CARMO PROFESSOR PEDAGOGIA

9418 ALEXISANDRO PAULINO GOMES PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

9421 CREUSA MAZALI PROFESSOR PEDAGOGIA

9422 THIAGO HENRIQUE BEZERRA MOTORISTA

9424 VALÉRIA CRISTINA PEREIRA DA SILVA MONITOR DE CRECHE

9425 MARIA APARECIDA PEREIRA DO NASCIMENTO PROFESSOR PEDAGOGIA

9426 ALINE DA COSTA ARAUJO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

9427 KAYRA NAIANNY ARRUDA PORTELA ODONTÓLOGO

9431 RAQUEL DE ALMEIDA BRINGSKEN ODONTÓLOGO

9434 MILEIDE APARECIDA DE SOUZA SILVA PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

9435 MILEIDE APARECIDA DE SOUZA SILVA FISCAL AMBIENTAL

9438 ROSANA DE CASTILHO DUARTE PROFESSOR PEDAGOGIA

9439 ROSIMAR TEOTONIO PROFESSOR PEDAGOGIA

9440 AGNES OLIVEIRA PARÉ AGENTE ADMINISTRATIVO

9441 THIAGO GONÇALVES AVELINO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9443 WEVERSON DA SILVA CAMPOS OPERADOR DE MAQUINAS

9446 EDIVANI DO CARMO COSTA PROFESSOR PEDAGOGIA

9451 SÉRGIO FERREIRA MIRANDA MONITOR DE CRECHE

9457 RENAN TARGINO DA SILVA MOTORISTA

9459 ELIZANGELA BARROS DE LIMA MONITOR DE CRECHE

9460 NAYANE CRISTINA PEREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

9462 GUILHERME FERREIRA RIBEIRO AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

9465 ISADORA SATURNINO RIBEIRO ARQUITETO URBANISTA

9468 RODRIGO JACINTO DE ALMEIDA NETO ENGENHEIRO CIVIL

9471 RAISSA C. A. ARAUJO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

9476 LUCIANE OLGA DO NASCIMENTO ENFERMEIRO UBS

9477 RAFAEL SILVA REZENDE AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

9480 HELIDA HELOIZE DE ALMEIDA SANTOS PSICÓLOGO

9485 MAYCON RAFAEL SANTIAGO CHORRO AGENTE ADMINISTRATIVO

9486 WARLEY SANDRO DE SANTANA RAMOS CONTADOR

9487 DIEGO FERNANDES SANTOS FISIOTERAPEUTA

9490 AMANDA SOUZA OLIVEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9492 CRISTIANE FERREIRA DE MORAIS MERENDEIRA

9494 JACQUELINE FERNANDA CORTES DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO

9497 CRISTIANE FERREIRA DE MORAIS MONITOR DE CRECHE

9498 ROSIANE APARECIDA MATIAS VALENCIO AGENTE ADMINISTRATIVO

9499 MARLENE GOMES DA SILVA MERENDEIRA

9500 VINÍCIUS GOMES DA SILVA ARAÚJO PROFESSOR DE GEOGRAFIA

9502 NUBIA ALLINE NEVES PROFESSOR PEDAGOGIA

9503 SILVANA COELHO MOREIRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

9504 LUCIANA GOMES ZARZENON PROFESSOR PEDAGOGIA

9505 EMERSON PINHEIRO LEITE AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

9506 ROSINÉIA PEREIRA REIS PROFESSOR PEDAGOGIA

9509 ELIZANGELA DE SOUZA LOPES MONTEIRO PROFESSOR PEDAGOGIA

9511 LUIZ GUILHERME CADORE SILVA ENGENHEIRO CIVIL

9512 ESTEFANIA GOMES DE MATOS LIMA MONITOR DE CRECHE

9513 EDILAINE TRINDADE OLIVEIRA PUGLIA MERENDEIRA

9514 SILAS CASSIANO DE SOUZA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

9515 ALESSANDRO MAURO DE SIQUEIRA GODOY ODONTÓLOGO

9516 LUCIANA DA SILVA SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

9518 JOSEVAL SANTOS DA SILVA JUNIOR ODONTÓLOGO

9519 KAMYLLA DA SILVA CHAGAS PSICÓLOGO

9522 DILMA ANTUNES SOBRINHO MONITOR DE CRECHE

9523 MARCIA BATISTA SALES PROFESSOR PEDAGOGIA

9524 CINTHIA DAVID GOMES MORANDI ODONTÓLOGO

9525 ADRIANA CORREIA CARNEIRO LIMA PROFESSOR PEDAGOGIA

9526 NELSON BARRETO DE MENEZES PROFESSOR DE GEOGRAFIA

9528 ADRIANA OLIVEIRA TEIXEIRA ENFERMEIRO UBS

9531 FRANCIANE RODRIGUES DA SILVA MONITOR DE CRECHE

9532 KELLY CRISTINA DO NASCIMENTO TEIXEIRA FARMACEUTICO BIOQUIMICO

9533 ADILSON AIRES ROCCA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

9535 EUZELI DOS ANJOS MANFRÉ GUEVARA PROFESSOR PEDAGOGIA

9536 DICLA VALERIA DE ARAUJO BASTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

9539 SIRLEI FERNANDES DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

9540 FRANCIANE RODRIGUES DA SILVA MERENDEIRA

9541 DAYANE DOS SANTOS MARTINS AGENTE ADMINISTRATIVO

9542 FRANCISMARA BARROS DE LIMA PROFESSOR PEDAGOGIA

9546 LUIZ FERNANDO MENDES RIBEIROS ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

9547 LA FONTAINE CORRÊA DA COSTA NETO FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

9548 KASSIA KELLY DA SILVA CHAGAS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9549 FABIANA BATISTA THOMAZ PROFESSOR PEDAGOGIA

9550 FABIANA BATISTA THOMAZ MONITOR DE CRECHE

9554 ADRIEL PEREIRA MACEDO MECÂNICO

9556 ROSA AMPARO MERINO LOPES PROFESSOR PEDAGOGIA

9557 HUGO VINICIUS PIRES AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

9559 MARIA DE FATIMA ANTONIA TOMAZ MONITOR DE CRECHE

9560 MARIA DE FATIMA ANTONIA TOMAZ MERENDEIRA

9562 MARIANE ALFREDO MARQUES AGENTE ADMINISTRATIVO

9565 ADRIANA ALENCAR DA CUNHA ODONTÓLOGO

9567 MARIA DA PENHA PATRICIO PROFESSOR PEDAGOGIA

9569 ZULEIDE DA SILVA SANTOS MERENDEIRA

9571 LAURA ALENCAR DA SILVA ENFERMEIRO UBS

9572 MARCELA BEATRIZ AQUINO NUNES PROFESSOR PEDAGOGIA

9575 ZIEGE ZARRICHE ANDRADE BATISTA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9580 GILMAR GOMES SOUZA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9582 ELIZETE APARECIDA DE PAULA DIAS MERENDEIRA

9586 JEFERSON DOUGLAS CONTARDI LINS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9588 CLAUDEMIR PEREIRA DA SLIVA FISCAL DE TRIBUTOS

9590 LUZIA MATIAS DE ARAUJO MERENDEIRA

9594 ADILSON VAZ GARCIA PROFESSOR PEDAGOGIA

9596 ANDREIA RENATA PEREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

9597 ANDREIA RENATA PEREIRA MONITOR DE CRECHE

9602 MARIA APARECIDA FERREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

9605 WASHINGTON DIEGO DO CARMO PROFESSOR PEDAGOGIA

9612 ZAIRA QUELIA DA SILVA DUTRA FISIOTERAPEUTA

9616 VANUZA BRITO DA SILVA MERENDEIRA

9619 LILIAN CRISTINA DE OLIVEIRA DIAS ENFERMEIRO UBS

9623 ELIANNE ARRUDA PIRES NUTRICIONISTA

9628 JANAINA GONÇALVES DE ARAÚJO PROFESSOR PEDAGOGIA

9630 JULIO GABRIEL ROSA APENDINO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9633 ANGELA VERIDIANA POSSO PROFESSOR PEDAGOGIA

9635 MARINEUZA SEVERIANO COELHO PROFESSOR PEDAGOGIA

9636 ELENIR DE PAULA PROFESSOR PEDAGOGIA

9637 FERNANDA DE LAET LEBRERO ENFERMEIRO UBS

9638 WILLIAM MARCOS CASTRO CAXITO AGENTE ADMINISTRATIVO

9641 ALLISON XAVIER DA SILVA RIBEIRO MÉDICO - PSF

9642 SIDINEI CELESTINO DOS SANTOS MOTORISTA

9643 SELMA CARLA DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

9645 LUCIENE SANTANA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

9646 JOÃO CARLOS DA SILVA PROFESSOR DE GEOGRAFIA

9648 PATRICIA SOARES DOS SANTOS ENFERMEIRO UBS

9650 GILSA JOANA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

9651 ELENICE PEREIRA LIO DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

9654 LAUDENICE PEREIRA LIO TEIXEIRA ENFERMEIRO UBS

9657 JULIANA MAURÍCIO DA ROCHA ODONTÓLOGO

9658 ELENIR LIO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

9659 NATALIA DA SILVA ROSA AGENTE ADMINISTRATIVO

9660 ELZA SANTOS DE ARAÚJO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

9661 MAURO DANELICHEN JUNIOR ENGENHEIRO CIVIL

9662 SIDINEI LIMA SOARES MOTA MOTORISTA

9664 ANDREANE BATISTA SANTOS MERENDEIRA

9666 ANTONIO SOARES MOTA MOTORISTA

9668 LUCINEIDE GUIMARAES FIGUEIREDO AGENTE ADMINISTRATIVO

9669 KARINY FERREIRA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

9670 NILIANY RAMOS DA CRUZ PROFESSOR PEDAGOGIA

9676 GISLEIDE SILVA LOPES ENFERMEIRO UBS

9681 WENDERSON GOMES DE LIMA AGENTE ADMINISTRATIVO

9683 FRANCISLAINE APARECIDA FIDELIS CONRADO MONITOR DE CRECHE

9684 JONAS ULISSES RIBEIRO MACEDO AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - ENGENHARI

9685 EDUARDO PISSINATTI DA SILVA MÉDICO - PSF

9686 FRANCISLAINE APARECIDA FIDELIS CONRADO MERENDEIRA

9688 JOSÉ CRISTIANO ALVES DA SILVA PROFESSOR MATEMÁTICA

9689 DANILA PAULINO LEITE ALVES PROFESSOR PEDAGOGIA

9690 RUTH DANIELLY DA SILVA OLIVEIRA MÉDICO - PSF

9692 ADAIR PIRES DE MORAES PROFESSOR PEDAGOGIA

9693 RONALDO MATEUS AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

9694 RODRIGO FRANTIESCO SANTOS DE CARVALHO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9696 FELIX FRANCISCO DA CRUZ JUNIOR AGENTE ADMINISTRATIVO

9700 CHRISTIANE LOPES DE SOUZA PROFESSOR MATEMÁTICA

9704 OSVALDO MANZANO MORENO JUNIOR MEDICO VETERINÁRIO

9705 DARIENE SANTOS DA SILVA NAUJALIS MERENDEIRA

9706 TERNIZE MARIANA GUENKKA ENFERMEIRO UBS

9709 THIAGO DUFFEKE DA SILVA FISIOTERAPEUTA

9710 ANTONIO SOUZA DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

9716 JÉSSICA BRANDÃO DOS SANTOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9717 ADRIVANIA STRESSER CHARLES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9718 VALMIR LUZINI POQUIVIQUI AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9719 EDNEIA DE SOUZA QUERIDO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9723 JULIETE PEREIRA GABRIEL LUZINI AGENTE ADMINISTRATIVO

9728 ELLEN MARIA DA COSTA DANELLI MERENDEIRA

9730 JEFFERSON CARLOS FREIRE MOTORISTA

9734 ADRIANE SILVA DE ABREU PROFESSOR PEDAGOGIA

9736 ADRIANE SILVA DE ABREU MONITOR DE CRECHE

9738 REGANO MARCELO DE LARA FLORES CONTADOR

9745 LEONARDO DE OLIVEIRA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

9746 WEGSLEI SIMAO ALVES OPERADOR DE MAQUINAS

9751 FRANCIELE MIRANDA ALVES MONITOR DE CRECHE

9752 LUCIANA APARECIDA LUCENO PROFESSOR PEDAGOGIA

9753 ELISANGELA APARECIDA BURGO GUEVARA PROFESSOR PEDAGOGIA

9756 ANTONIO CARDOSO VIEIRA MOTORISTA

9759 ELIZABETE CRISTINA BURGO GUEVARA PROFESSOR PEDAGOGIA

9760 MACIO JOSE AMARANTE MOTORISTA

9761 BENTA DENISE ALVES DE ABREU MONITOR DE CRECHE

9762 LUCINEIA VENTURA MONITOR DE CRECHE

9763 GEICIKELLY OLIVEIRA BEZERRA DE PAULA ATENDENTE EM SAÚDE

9765 ROSANGELA APARECIDA DOS SANTOS FISCAL DE TRIBUTOS

9766 CÁSSIA FERNANDA REZENDE GRAPIUNA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

9767 CÁSSIA FERNANDA REZENDE GRAPIUNA FISCAL DE TRIBUTOS

9768 AILTON JHONE FERREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

9771 ANGELA MACEDO DE OLIVEIRA MERENDEIRA

9772 ALESSANDRA MARQUES DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

9776 ANTONIO DOUGLAS SILVA ROCHA MEDICO VETERINÁRIO

9777 ESTELA MARA BRANDINI MERENDEIRA

9778 CARLOS EDUARDO SOARES GONZAGA MONITOR DE CRECHE

9783 ANGÉLICA CRISTINA FERREIRA NUNES PROFESSOR PEDAGOGIA

9784 ENIO ZANCANARO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9785 JULIO HUGO BELZUINO NETO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

9786 LEDA LETICIA APARECIDA FERRO AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

9788 LENI SOBRINHA RAMOS DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

9789 ROSELI APARECIDA DE SOUZA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

9790 EVANILDES BATISTA REDEZ MONITOR DE CRECHE

9792 ROGERIO DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

9795 ALUISIO DE CAMPOS RIBEIRO AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

9796 LUCIMARA MARIA DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

9797 VENICIUS EVANGELISTA RIBEIRO ENGENHEIRO CIVIL

9798 CLEUDIA MOREIRA DOS SANTOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9799 ADRIELE CHRISTINA MENDES COSTA MERENDEIRA

9800 WILLIAM REDEZ DE CAMPOS ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

9801 ELIZANGELA R PROFESSOR PEDAGOGIA

9805 VANESSA ELOIZA DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9807 EVERTON MENDONÇA PINTO DE MIRANDA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9809 ALINE LUZINI DOS SANTOS MERENDEIRA

9811 CLEYTON VILLACIEN DA SILVA AGENTE DE TRANSITO

9813 ALINE LUZINI DOS SANTOS ATENDENTE EM SAÚDE

9814 DAIANA DE OLIVEIRA CHORRO FISIOTERAPEUTA

9815 CELIO FERREIRA DE JESUS MONITOR DE CRECHE

9819 LUCAS HENRIQUE RAMOS DA SILVA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

9823 MARCIO CEVADA DA SILVA MERENDEIRA

9827 RAFAEL DE OLIVEIRA COSTA FISCAL DE TRIBUTOS

9830 CRISTIANA SILVA DE ABREU MONITOR DE CRECHE

9831 CRISTIANA SILVA DE ABREU PROFESSOR PEDAGOGIA

9832 SEBASTIAO APARECIDO DO CARMO FISCAL DE TRIBUTOS

9833 CAMILA DE OLIVEIRA SANTOS MERENDEIRA

9834 JOCELINO CINTRA MENDES MOTORISTA

9839 IVANI SOUZA VIEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

9844 LUCIANA CLEBIA DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

9845 SANTINO DE OLIVEIRA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

9846 MARCIO CEVADA DA SILVA ATENDENTE EM SAÚDE

9847 ROBERTA TELLES RODRIGUES MICHALSKI AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9848 ROSA ODETE SOARES DOS SANTOS MERENDEIRA

9849 NEUZENIR SILVA DE ABREU OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

9851 ROBERTA TELLES RODRIGUES MICHALSKI MERENDEIRA

9854 MARIANA VICENTINI TZI MÉDICO - PSF

9857 SANDRA DE FÁTIMA GARCIA PROFESSOR PEDAGOGIA

9862 WESLEY DOCAE RODRIGUES MICHALSKI AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9863 WESLEY DOCAE RODRIGUES MICHALSKI AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

9864 REGIANE CRISTINA LEANDRO PROFESSOR PEDAGOGIA

9865 LUCIMAR VENTURA MERENDEIRA

9866 ELAINE NALCIZA DE LIMA PROFESSOR PEDAGOGIA

9867 MARIANA NASCIMENTO DA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

9869 JUCINEI SANTOS VENTURA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

9871 SUELY DE ALMEIDA PROFESSOR PEDAGOGIA

9872 EDUARDO LUIZ DOS SANTOS MOTORISTA

9874 VÂNIA RODRIGUES VIEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

9875 HYURE FERREIRA MIRANDA MÉDICO - PSF

9876 MOACIR MARQUES MOTORISTA

9877 LUCINEIA VENTURA MERENDEIRA

9879 THAIS RUTIELLY SILVA QUEIROZ MONITOR DE CRECHE

9880 FERNANDA BENEDITA BASSAN ANTELO PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

9881 JOSE IONIAS SILVA OPERADOR DE MAQUINAS

9882 HELAINE CRISTINA DIAS DOS REIS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

9886 ROSELY SALES DA SILVA MERENDEIRA

9891 CAROLINE PRADO DIAS MONITOR DE CRECHE

9894 CAMILA DA CRUZ STRAMBECK MONITOR DE CRECHE

9900 BEATRIZ MELINA MENDES DE CARVALHO FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

9902 MARIA ERENILDA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

9903 DÉBORAH DE BRITO MENDONÇA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9904 MARCELA CRISTINA ALVES MAZALLI TÉCNICO EM ENFERMAGEM

9906 ROSIMERI DE JESUS DA SILVA CAMPOS PROFESSOR DE GEOGRAFIA

9907 SIDNEY GOMES DOS SANTOS FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

9910 ROZEMEIRE PINHEIRO DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

9912 ALESSANDRO DE SOUZA CAMPOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9915 RAQUEL SILVA TEODORO MONITOR DE CRECHE

9916 MARCELA FROZZA PORT ODONTÓLOGO

9917 FELIPE COGNASC VISENTIN SANTOS GONÇALVES ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

9920 JOÃO VITOR DE SOUZA MEIRE DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

9928 FRANSCINEIDE COSTA VILAÇA ABREU PROFESSOR PEDAGOGIA

9933 JULIANA DA COSTA RODRIGUES ODONTÓLOGO

9934 IVANIR GOMES DOS SANTOS FISCAL DE TRIBUTOS

9936 FERNANDA MOREIRA SALES PROFESSOR PEDAGOGIA

9938 YANNA MERCIA DE OLIVEIRA MONITOR DE CRECHE

9939 REGINA SANDRA DE SOUZA ANDRETO ENFERMEIRO UBS

9940 ORLANDO INÁCIO CANDELÁRIA JÚNIOR MOTORISTA

9941 BEATRIZ MOSCARDINI PROFESSOR MATEMÁTICA

9943 DENÍLSON MAIA DE MELO AGENTE DE TRANSITO

9945 GABRIELI MARQUES DE SOUZA SILVA MÉDICO - PSF

9946 DENÍLSON MAIA DE MELO FISCAL DE TRIBUTOS

9947 OLÍVIO SOARES DA SILVA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

9950 LETÍCIA ALVARENGA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

9953 CRISTIANA INÁCIO DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

9956 BILÉIA POLYANA DOMINICI MONITOR DE CRECHE

9958 SIDNEY DANTAS DA SILVA MECÂNICO

9959 SUELI DOS SANTOS ATENDENTE EM SAÚDE

9961 WITHEN ALVES DOS SANTOS PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

9962 DIOGO SOUZA DE LARA BRUM ENGENHEIRO CIVIL

9963 EMILENE MENDONÇA DA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

9964 MATHEUS AGUILAR DO CARMO FISIOTERAPEUTA

9967 SKARLET PAULA CORREA DA CRUZ ENFERMEIRO UBS

9971 DAYANA CRISTINA OLIVEIRA MELO PROFESSOR PEDAGOGIA

9974 DAYANA CRISTINA OLIVEIRA MELO MONITOR DE CRECHE

9984 JOSEFINA MARIA CORREA MONITOR DE CRECHE

9986 CRISTOLANDE SOUSA MACÊDO PROFESSOR PEDAGOGIA

9987 ELISANE MARIA DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

9988 ELIAS PEDROSO ROSA AGENTE DE TRANSITO

9989 SINEZIA APARECIDA TAVARES SILVA CRUZ PROFESSOR PEDAGOGIA

9990 APARECIDA SANTANA DOS SANTOS SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

9991 GEIZE RODRIGUES DE MIRANDA PROFESSOR PEDAGOGIA

9992 LETÍCIA DE ANDRADE CIRITELLI ENFERMEIRO UBS

9993 LUCIA DE CARVALHO BRONZATI TÉCNICO EM ENFERMAGEM

9995 ELIENI LEITE DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

9997 ELEZANGELA GONÇALVES DE OLIVEIRA CAMARGO MONITOR DE CRECHE

9998 EVANDRO MONEZI BENEVIDES AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

9999 BRUNO GARCIA SANTA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

10000 ARIANE VIEIRA TEIXEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

10001 ELEZANGELA GONÇALVES DE OLIVEIRA CAMARGO MERENDEIRA

10003 MARCELO DE SOUZA SANTANA MOTORISTA

10004 SILVANA APARECIDA RODRIGUES SANTANA ASSISTENTE SOCIAL

10006 ELIVELTO DOS SANTOS CECCONELLO ENGENHEIRO CIVIL

10009 ADRIELLE MOREIRA DA SILVA ATENDENTE DE FARMÁCIA

10010 GISLAINY ALMEIDA FERNANDES PSICÓLOGO

10012 CLEBER DA COSTA CAMARGO MOTORISTA

10014 LEANDRO ALVES ANTUNES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10015 KATIA BARBOSA DE SA MERENDEIRA

10017 DENNISLAINE ALVES LIMA DANTAS ENFERMEIRO UBS

10018 MAYNE APARECIDA RAMOS TELEFONISTA

10019 LEANDRO ALVES ANTUNES AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

10020 MARISSONIA SANTOS DAA SILVA MERENDEIRA

10022 ANA PAULA DE FÁTIMA MARTINS DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

10023 MARCELA MARIELI DOS SANTOS SANTANA MONITOR DE CRECHE

10025 ROSIMAR OLIVEIRA DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

10026 ANDRIELLY CRISTINA RAMOS ORLANDO MONITOR DE CRECHE

10027 KLEFERSON RAMOS DE PAIVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10030 RAFAELA CARFANE ZOCAL ODONTÓLOGO

10032 LENIÉSER FAJARDO NUNES ODONTÓLOGO

10033 LUANA ALYCE SOARES GOMES ODONTÓLOGO

10035 JOAO BATISTA DE MORAIS AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

10036 ANA PAULA DE ALMEIDA FISCAL DE TRIBUTOS

10037 CELSO GREVE DE SOUZA MOTORISTA

10038 ALCIENE TEIXEIRA MONTOANELLI ASSISTENTE SOCIAL

10040 EVERSON MARTINS FERNANDES ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

10043 VALMIR BORGES VIRTUOSO PROFESSOR MATEMÁTICA

10045 ANDREIA DA CRUZ CIQUEIRA MONITOR DE CRECHE

10046 MARIA ROSA PEREIRA BORGES MONITOR DE CRECHE

10048 EDER MARQUES DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

10049 MARLUCE ARRUDA DA SILVA ENFERMEIRO UBS

10051 LETICIA DE LAZARI ONORIO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10052 CLEVIS SOARES DA SILVA AGENTE DE TRANSITO

10053 MARCIO FIGUEREDO VITOR MOTORISTA

10055 LUCIMAR TEODORA BATISTA FLORENCIO PROFESSOR PEDAGOGIA

10062 LUCILENE DA SILVA CASTRO FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

10063 MARCIO FIGUEREDO VITOR AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10064 JOSILENE GOMES MONTEIRO MERENDEIRA

10065 EDSON LUIS ISMAEL DO CARMO PROFESSOR DE GEOGRAFIA

10067 LUANA REIS DE BRITO PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

10068 LUIZ GABRIEL MARTINS AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

10070 MARIZA APARECIDA NEVES PROFESSOR PEDAGOGIA

10072 CATHYA CUSTODIO DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10073 APARECIDO RUBENS E SILVA MOTORISTA

10074 ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

10075 JAIRO ANTONIO DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

10076 RUBERLEI COLETA LEAL AGENTE DE TRANSITO

10078 TUANY PRISCILA POLTRONIERI DONATONI ODONTÓLOGO

10079 MARIOLAN RODRIGUES DE CAMPOS FISCAL DE TRIBUTOS

10081 MARLETE DE ARRUDA E SILVA MONITOR DE CRECHE

10082 KAROLINNE CRISTINE GONZAGA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10083 MARILZA ALVES DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

10085 KAROLINNE CRISTINE GONZAGA PSICÓLOGO

10086 MARIA DE FATIMA DE JESUS DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

10087 FABRICIO JUNIOR GONÇALVES PEREIRA MOTORISTA

10089 EDILEUZA DANTAS DA SILVA DE MELLO PROFESSOR PEDAGOGIA

10091 BIANCA DE OLIVEIRA DA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

10092 CAMELISSA MAEDA DARIAN FARMACEUTICO BIOQUIMICO

10094 KAREN THAIS ALVES ENFERMEIRO UBS

10097 REGIANE DOMINGUES TRINDADE REZENDE AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

10099 MARILZA ALVES DA SILVA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

10102 RUBERLEI COLETA LEAL MOTORISTA

10103 MARTA RODRIGUES CHAVES MERENDEIRA

10104 FABRICIA MARZOCHI PAULINO MONITOR DE CRECHE

10105 KAREN THAIS ALVES MONITOR DE CRECHE

10107 MARLETE DE ARRUDA E SILVA MERENDEIRA

10111 RONALDO JOSÉ BERTACO POLTRONIERI PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

10112 SUELI PRESTES PEREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

10113 RAYANE XAVIER LOBO ENFERMEIRO UBS

10114 DIRENE SOARES FERNANDES MERENDEIRA

10115 ADAO TEODORO DE ALMEIDA PROFESSOR PEDAGOGIA

10117 VEDRANA CATHERINE FREDI CORREIA ODONTÓLOGO

10118 JACÓ SEVERIANO DE OLIVEIRA MECÂNICO

10119 GABRIELL REZENDE SARAIVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10122 DHÉSSICA FERNANDA LISBINSKI DE AGUIAR AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10123 DAIANE AFONSO DE SOUSA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

10126 EMANUELLY SILVA CAMPOS ENFERMEIRO UBS

10127 ERLON JOSE DE NOVAES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10129 KRISAN MARA FIGUEIREDO LOPES FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

10130 TAINA RODRIGUES LEONARDO MONITOR DE CRECHE

10132 PAMELA MONIQUE DE SOUZA JUPITER MERENDEIRA

10133 KARINE FERREIRA DOS SANTOS CONTADOR

10135 JANETE PIRES SANTANA PROFESSOR PEDAGOGIA

10136 ETIANY DANILA ARAUJO MERENDEIRA

10137 MARISTELA SALDANHA OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

10138 BARBARA LEANDRA VILAS BOAS MERENDEIRA

10140 MONICA VILAS BOAS MERENDEIRA

10141 GABRIELA CRISTINA DE MATOS GONZAGA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10143 ALESSANDRA EVANGELISTA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

10145 DANIELLE DA SILVA NETO MÉDICO - PSF

10147 NILCE OLIVEIRA FARIA MERENDEIRA

10148 VIVIANNE CAMELLO LOPES FISCAL DE TRIBUTOS

10149 GLAUCINE BORGES TAZZO PROFESSOR PEDAGOGIA

10153 VANESSA DE OLIVEIRA SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

10154 LUCIENE GONZAGA DE SENA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10156 ADRIANA EVANGELISTA DA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

10161 HELOISA REGINA RONCONI DALMAS ASSISTENTE SOCIAL

10164 TATIANA SILVA PESSOA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

10167 LUIZ GABRIEL MARTINS AGENTE ADMINISTRATIVO

10171 ALINE VIEIRA DOS SANTOS PSICÓLOGO

10172 RAYANNE MACIEL DE OLIVEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10173 CLAUDIA DE LIMA VIEIRA RONDON FISCAL DE TRIBUTOS

10177 PAULA FRANCIS GOMES VIANA RIBEIRO MÉDICO - PSF

10180 DOUGLAS FERREIRA MELO AGENTE ADMINISTRATIVO

10182 DOUGLAS FERREIRA MELO CONTADOR

10183 EDER FRANCISCO DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

10185 LINDOMARCIO JOSE RODRIGUES ROZALEM AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10186 MATEUS VIEIRA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

10188 LENI SOBRINHA RAMOS DE SOUZA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

10193 ELTON CASTRO RODRIGUES DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

10194 VICTOR DE PAIVA BARBOSA AGENTE ADMINISTRATIVO

10195 RONEI MARINHO RAMALHO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10196 MARIA ONEIDE ALVES DOS REIS PROFESSOR PEDAGOGIA

10197 DAYANA SANCHES DE ARRUDA ATENDENTE EM SAÚDE

10198 ALBA POLIANA GAJARDONI ENFERMEIRO UBS

10199 LUCAS ANDRE SIMIONE ATENDENTE EM SAÚDE

10200 GERALDO CUNHA DA SILVA AGENTE DE TRANSITO

10201 JULIANA RODRIGUES FERREIRA MERENDEIRA

10202 PATRÍCIA DELBONE DE MENESES NUNES AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

10204 STEFANIA NUNES DOS SANTOS FARMACEUTICO BIOQUIMICO

10205 STEFANIA NUNES DOS SANTOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10206 ANTONIO APARECIDO PEREIRA MOTORISTA

10208 PÂMELA KARINE DIAS PAIXÃO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10209 NATALIA BATISTA RODRIGUES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10213 CAMILA DOS SANTOS PEREIRA FARMACEUTICO BIOQUIMICO

10214 RAPHAELA KLOS MIRANDA CONTADOR

10215 LEONARDO PEDRO ALVES BRESSANI AGENTE DE TRANSITO

10216 BRUNA MARIA CUNHA DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10219 FLÁVIA ANDREIA AZEVEDO ALVES DA SILVA ENFERMEIRO UBS

10220 RITYELE CAMILA ALVES BRESSANI AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

10222 DANIEL CARLOS PINHEIRO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

10223 JEICIANE DIAS LEAL DAS NEVES MONITOR DE CRECHE

10224 DAYANE TAMARA GAETA MONITOR DE CRECHE

10225 FRANCIELLY ALMEIDA DE FREITAS ATENDENTE DE FARMÁCIA

10227 ROGÉRIO SPOLADOR DE SOUZA AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - ENGENHARI

10228 MARCELO JOSÉ BATISTA DOS SANTOS LINO FISCAL DE TRIBUTOS

10229 MARIANA DE SOUZA QUARESMA ANDRADE PROFESSOR PEDAGOGIA

10231 EDVALDO DIASFERREIRA MOTORISTA

10232 DANILO BORGES DE CARVALHO PROFESSOR DE GEOGRAFIA

10234 MICHELLY DA SILVA DE MORAES TÉCNICO EM ENFERMAGEM

10235 DANILO BORGES DE CARVALHO AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

10236 EDVILSON GABRIEL TAVARES DA SILVA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

10240 JUNIO CÉSAR PEREIRA FISCAL DE TRIBUTOS

10241 LEONICE DO PILAR JOVIÓ RIBEIRO AGENTE ADMINISTRATIVO

10242 LUCIANA CRISTINA CLAUDINO DE MIRANDA ASSISTENTE SOCIAL

10247 KARINA CÁRMEN FIGUEROA LANDIM ENFERMEIRO UBS

10248 MARILINA APARECIADA DA GUIA VERAO NASCIMENTO MONITOR DE CRECHE

10251 CLEIDE MAZALI DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

10252 DANIEL VISCOVINI DA SILVA CONTADOR

10254 BIANCA OLIVEIRA MONEZI AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10255 HELLEN CRISTINA DE SOUZA ALVES AGENTE ADMINISTRATIVO

10256 KARINA CÁRMEN FIGUEROA LANDIM AGENTE ADMINISTRATIVO

10261 MARINEY PEREIRA DE OLIVEIRA DOS PASSOS MONITOR DE CRECHE

10263 OLNEI JOSE PAZETE MÉDICO - PSF

10264 VALKIRIA TOMAZ MONITOR DE CRECHE

10268 CARLA LUIZA DOS SANTOS OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

10269 LAIS JUSSARA CRIADO MÉDICO - PSF

10271 DAYANE WELLYS BRAGA FISCAL DE TRIBUTOS

10272 MARCELO DE SOUZA LELIS AGENTE ADMINISTRATIVO

10273 ELIANE MARIA DE JESUS FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

10274 LAUDICEIA RAMOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

10275 JULIENN CHRISTOFFER SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

10277 WESLLEY SILVA GODOI ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

10279 KATIANE PEREIRA DE OLIVEIRA MONITOR DE CRECHE

10280 SUZIELE FERREIRA VASCONCELOS MONITOR DE CRECHE

10281 MARIA DE LOURDES CATELLAN SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

10282 SUZIELE FERREIRA VASCONCELOS MERENDEIRA

10283 VANILDA SOARES PRUDENCIO AGENTE ADMINISTRATIVO

10285 ANA PAULA DA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

10286 MARLENE ALVES DA SILVA MONITOR DE CRECHE

10287 CHEILA MICHELLE SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

10290 VIVIANE BELISARIO DOS SANTOS ULIANA AGENTE ADMINISTRATIVO

10291 MILTON FERREIRA NUNES AGENTE ADMINISTRATIVO

10292 EDIMARCIA BIOLADA DE ALMEIDA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10295 VILZEMAR RODRIGUES FERREIRA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

10297 VALTER JUNIOR LOPES DE SOUZA ENGENHEIRO CIVIL

10299 ELIZANGELA RIBEIRO FERRO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

10301 JUSSARA FERNANDA GREVE TÉCNICO EM ENFERMAGEM

10306 RAFAELLY DE PAULA MORAIS AGENTE ADMINISTRATIVO

10308 NUBIA TATIANNE FERNANDES LEITE MÉDICO - PSF

10309 JOSELAINE STEFANELLO MEQUIAS CONTADOR

10310 ALTAMIRO JOSÉ BORGES MOTORISTA

10314 CASSIO LEANDRO DA GUIA SILVA CONTADOR

10315 RAFAEL PETEÁ DO PRADO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10316 ELISETE ANGELA DA SILVA SCHEFFER ENFERMEIRO UBS

10317 RUBERLEI CARVALHO DE SOUZA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10318 LAIS TOSTA VITORAZZI ODONTÓLOGO

10320 BRUNNA CAVALCANTE CHIUCHI MONITOR DE CRECHE

10322 EDIJANIA VICENSSOTO MONITOR DE CRECHE

10325 THIAGO SAUCEDO COSTA LEITE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10327 PAULA ROCHA LOPES FARMACEUTICO BIOQUIMICO

10330 VALERIA DE SANTANA GONCALVES CASTILHO ENFERMEIRO UBS

10331 ODAIR FERREIRA DE ASSUNÇÃO CONTADOR

10332 MARLEY SOARES DE OLIVEIRA MERENDEIRA

10334 SUELLEN CARVALHO MARTINS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10336 LUCIA BARBOSA DE SOUZA TELEFONISTA

10337 NABILA FABIELLE FERNANDES LEITE MÉDICO - PSF

10340 GABRIEL BATEMARQUE WIDAL GARCIA MÉDICO - PSF

10342 YANNA CARRELO MONARI AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

10344 DIVINO LEANDRO DA SILVA MOTORISTA

10345 ALDA VIEIRA SCARPAT PROFESSOR PEDAGOGIA

10347 LUCAS SEBALHOS FISCAL DE TRIBUTOS

10348 MICHELA CLAUDIA DUARTE DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

10350 ANGELICA FERNANDES LEDEMA MÉDICO - PSF

10353 STEFANI LOREN SCARPAT BETELLI ASSISTENTE SOCIAL

10354 RENATO APARECIDO CAMARGO DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10357 KERLIANNE MARTINS FERREIRA SOARES AGENTE ADMINISTRATIVO

10358 VANDERLEI SOARES DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

10359 FABIANE SANCHES OURIVES PROFESSOR PEDAGOGIA

10360 NEUVANE GAMERO ANDRADE GUEVARA PROFESSOR PEDAGOGIA

10361 JOSÉ FREITAS DOS SANTOS ENFERMEIRO UBS

10363 NEUVANE GAMERO ANDRADE GUEVARA MONITOR DE CRECHE

10366 CLAUDETE BELMIRO DE PAULA PROFESSOR PEDAGOGIA

10369 CAMILA ANDRADE GUEVARA FARMACEUTICO BIOQUIMICO

10370 RENAN TOMAZ SALOMAO AGENTE ADMINISTRATIVO

10372 VINÍCIUS FERREIRA FAVA ENGENHEIRO CIVIL

10374 AMANDA CESTARE QUINTANA MERENDEIRA

10377 GENIVAL PEREIRA DE ARAÚJO FISCAL DE TRIBUTOS

10378 DANIELA APARECIDA BERNARDINO LOPES PROFESSOR PEDAGOGIA

10380 LHANA NEVES DE OLIVEIRA ODONTÓLOGO

10381 GENIVAL PEREIRA DE ARAÚJO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10384 AMANDA CESTARE QUINTANA ATENDENTE EM SAÚDE

10386 ADRYELLE LEMES DE CAMPOS ENFERMEIRO UBS

10393 LUCIMAR MADALENA DO CARMO MONITOR DE CRECHE

10394 MARCIA REGINA DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

10396 SUZIELE GONÇALVES FERREIRA MERENDEIRA

10397 WASHINGTON SAMPAIO DE MOURA AGENTE ADMINISTRATIVO

10400 SUZIMEIRE DE LIMA SOUZA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10401 SUSI GRACIELLE BOAROTTO MERENDEIRA

10403 SUZIMEIRE DE LIMA SOUZA MERENDEIRA

10405 RAFAEL BETELLI DA SILVA MÉDICO - PSF

10406 FLÁVIA MARIA DE ALMEIDA PROFESSOR MATEMÁTICA

10408 JÉSSIKA DE SOUZA ODONTÓLOGO

10410 FERNANDO PEREIRA BRAGA ODONTÓLOGO

10412 MARLI CAIRES DE LIMA AGUIAR PROFESSOR PEDAGOGIA

10414 JOÃO GONÇALO DO NASCIMENTO PROFESSOR PEDAGOGIA

10415 JOÃO GONÇALO DO NASCIMENTO AGENTE ADMINISTRATIVO

10416 JOSÉ GONÇALVES DE SÁ NETO FILHO AGENTE ADMINISTRATIVO

10419 LUCAS BUENO DOS SANTOS ENFERMEIRO UBS

10424 JESSICA TEIXEIRA GONÇALVES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10425 JOESLINE DAMACENA SOARES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10426 CAMILA CORREIA DE BRITO MOREIRA PAIVA ENFERMEIRO UBS

10427 THAYS REGINA LEMES ALVES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10428 BIANCA LARYANE LIMA COSTA AGENTE ADMINISTRATIVO

10430 BIANCA LARYANE LIMA COSTA MERENDEIRA

10432 SOLANGE BERNARDO BRITO DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

10434 GRACIELY ALMEIDA RICCI FISCAL DE TRIBUTOS

10437 NÁGILA INOCÊNCIA DE OLIVEIRA MENDONÇA ENFERMEIRO UBS

10438 FABIANO FERREIRA DE FREITAS AGENTE ADMINISTRATIVO

10440 ELISANGELA LEANDRA SILVA BATISTA MONITOR DE CRECHE

10447 NATANE BALDIN MORANDIN VIEIRA ENFERMEIRO UBS

10452 WANDERSON VANINI MIRANDA AGENTE DE TRANSITO

10454 MICHELE PEREIRA GUEDES TELEFONISTA

10457 GIRLANE DOS SANTOS SILVA ANTONIASSI AGENTE DE TRANSITO

10459 RODRIGO BRANDÃO BARBOSA ENGENHEIRO CIVIL

10463 CAROLINE GALVÃO DÓRIA MONITOR DE CRECHE

10464 JESSICA TEIXEIRA GONÇALVES MONITOR DE CRECHE

10466 JÉSSICA FALCONI GARCIA PROFESSOR PEDAGOGIA

10467 SIMONE CARLA DOS SANTOS MERENDEIRA

10471 POLIANA ROMA GREVE ENFERMEIRO UBS

10473 SIMONE PAULA DE ARRUDA FLOREANO PROFESSOR PEDAGOGIA

10474 ARIELLY CRISTINA DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

10475 ANA CARLA INOCENTE DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

10478 POLIANE APARECIDA SOARES MONITOR DE CRECHE

10481 JADSON RICARDO MARTINS DE CARVALHO MOTORISTA

10483 DIEGO SILVA REDEZ PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

10484 POLIANE APARECIDA SOARES MERENDEIRA

10485 LEILIVANI FURTADO DA COSTA PROFESSOR PEDAGOGIA

10486 LEONORA MASSAVI HURTADO ASSISTENTE SOCIAL

10487 ALEXSANDRO DE OLIVEIRA SILVA AGENTE DE TRANSITO

10488 ELIANA INDALECIO GOMES LEMES TÉCNICO EM ENFERMAGEM

10489 FERNANDO OLIVEIRA LEMOS DA ROSA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10490 NYCOLLAS FERNANDES DE ALMEIDA FISCAL DE TRIBUTOS

10491 JEAN PATRICK SILVA BRAGA ARQUITETO URBANISTA

10495 TATIANE DUARTE RODRIGUES DOS SANTOS MERENDEIRA

10498 MARIA DE FATIMA DE ARRUDA CASTRILLON MERENDEIRA

10499 ELIZANIA SILVA MACIEL PROFESSOR PEDAGOGIA

10504 GLEIÇON MAZALLI PEDRAÇA MOTORISTA

10507 CLAUDIMARA DOS SANTOS SOUZA PROFESSOR MATEMÁTICA

10508 SARAH LIMA GONÇALVES ARQUITETO URBANISTA

10509 LEONORA MASSAVI HURTADO MONITOR DE CRECHE

10510 ROBSON JOSE LEMOS MOTORISTA

10514 ROBSON VITTORAZZI NOVAIS AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

10517 JACILVA VALERIANA DE SIQUEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

10519 ROBSON VITTORAZZI NOVAIS MOTORISTA

10520 MARIA DE FATIMA GLORIA DE ARAUJO MONITOR DE CRECHE

10521 PAULA TATIANE SIQUEIRA RAMOS MONITOR DE CRECHE

10523 RONY OLIVEIRA QUEROZ MOTORISTA

10531 ITANIELLY ALVES DE PAULA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10532 CARLOS ALESSANDRO BATISTA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

10536 TÁSSIO DE SOUZA DIODATO FISCAL DE TRIBUTOS

10541 DANIEL CÁCERES LOPEZ TÉCNICO EM ENFERMAGEM

10542 TATIANA CLAUDIA FERREIRA PSICÓLOGO

10543 CINTIA POLIANA NASCIMENTO FERREIRA PSICÓLOGO

10545 BRUNO MARTIN SIPPEL SOUZA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

10546 DENER CARDOSO ALVES DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

10547 MAICON ZURI RIBEIRO FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

10548 ANDRESSA CRISTINA SANTOS SOUZA ENFERMEIRO UBS

10550 WEDER FERREIRA DA COSTA MOTORISTA

10555 SARA MARIA DE MORAES FISCAL DE TRIBUTOS

10560 WILSON FERREIRA DA COSTA AGENTE ADMINISTRATIVO

10561 BEATRIZ DE PAULA OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

10563 MARCOS ANTÔNIO GONÇALVES FALCONI AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10564 LARISSA BARBOSA BORGES DE ARAÚJO ODONTÓLOGO

10565 JEFFERSON LUCAS FRADE DE ALMEIDA MOTORISTA

10566 SOTERIO SIMPLICIO DE OLIVEIRA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

10568 BIANCA LUCIANO MENDES MONITOR DE CRECHE

10575 VALÉRIA RODRIGUES DE SOUZA ENFERMEIRO UBS

10578 MARCOS LUIZ DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

10583 BIANCA LUCIANO MENDES ATENDENTE DE FARMÁCIA

10584 TATIANE APARECIDA DE ABREU TOMICHA ATENDENTE DE FARMÁCIA

10586 ALESSANDRA SOUZA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

10587 ANDERSON BORGES AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

10590 MARIA DE FATIMA OTENIO ANTONIASSI MERENDEIRA

10594 DANIEL JOAO DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

10595 DANIEL JOAO DA SILVA ENFERMEIRO UBS

10598 JHONATAN MATOS DE SOUZA ENGENHEIRO CIVIL

10602 CASSIO VINICIUS FONSECA MEIRA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

10603 JULIANA SILVA LADEIRA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

10604 MANOEL GONÇALVES MACHADO ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

10608 RAPHAELA TINGO NARITA FANAIA PSICÓLOGO

10611 ROBSON CONTARDI PARRA BENITEZ AGENTE ADMINISTRATIVO

10612 FABIO MARQUES DA SILVA AGENTE DE TRANSITO

10614 GILMAR CABRAL DE OLIVEIRA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

10615 EDISEL PEREIRA DOS SANTOS ENFERMEIRO UBS

10616 FABIO MARQUES DA SILVA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

10619 SUZIELEN APARECIDA CARVALHO MARTINS MONITOR DE CRECHE

10622 SEILA MARIA ALVES DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

10624 HEVELY DAYANE LOCH GARCIA SILVEIRA PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

10625 ALINE LEANDRO DA SILVA ODONTÓLOGO

10631 ROSIMAR CRISTINA CONTARDI MERENDEIRA

10633 LEIDIVANI DA SILVA BRASSOROTO PROFESSOR PEDAGOGIA

10636 REGINA MARIA LEANDRA DOS SANTOS MERENDEIRA

10638 REGINA MARIA LEANDRA DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

10640 FABIANA GOUVEA DIAS FISCAL DE TRIBUTOS

10642 JOANA LUIZA DA CONCEIÇÃO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

10643 JUNIOR CLOVES RODRIGUES AGENTE ADMINISTRATIVO

10644 JUNIOR CLOVES RODRIGUES FISCAL DE TRIBUTOS

10645 KAROLINE SILVA ROCHA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

10646 LENIR LEANDRO DOMINICI MERENDEIRA

10647 LENIR LEANDRO DOMINICI MONITOR DE CRECHE

10648 ANTONIO CARLOS VELLOSO FREITAS NEVES ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

10651 ANTONIO CARLOS VELLOSO FREITAS NEVES FISCAL DE TRIBUTOS

10654 SUELE SILVA DE SOUZA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

10655 ELIVELTON DE OLIVEIRA ALVES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10657 CLEYTON KESTER DA SILVA FARMACEUTICO BIOQUIMICO

10659 KELI JAQUELINE WIEBBELLING PROFESSOR PEDAGOGIA

10660 ANA CLAUDIA RAMOS DA SILVA ENFERMEIRO UBS

10661 NÁTALI BORGES DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

10662 DÉBORA DOS SANTOS PINTO ENFERMEIRO UBS

10663 JULIO CESAR COUTO PROFESSOR PEDAGOGIA

10665 CLAUDEIR CANDEIA MECÂNICO

10666 LEANDRO BATISTA FERREIRA DE PAULA PROFESSOR PEDAGOGIA

10668 IVONETE DA SILVA ARNALDO PROFESSOR PEDAGOGIA

10669 LUCIANE RIBEIRO BATISTA PROFESSOR PEDAGOGIA

10670 RUBENILZA RODRIGUES DUTRA PROFESSOR PEDAGOGIA

10672 MARCIO KACHOBOSKI AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

10675 JULIANA OLIVEIRA BARRETO DOS SANTOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10676 ANA PAULA ARRUDA DE ALMEIDA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

10678 PÂMELA AGUIAR ROCHA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10679 OLIVAN DIAS DE SOUZA MOTORISTA

10686 SUELEN GONÇALVES COSTA PROFESSOR PEDAGOGIA

10691 PATRICIA RODRIGUES SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

10697 FERNANDA MENEZES ALVES ATENDENTE EM SAÚDE

10698 GELSON NOVAIS LEBRAO FISCAL AMBIENTAL

10707 MICHELLE PATRICIA DOS SANTOS SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

10710 ADEMIR CUNHA DOS REIS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10712 LEONARDO DE OLIVEIRA FIORI AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - ENGENHARI

10713 ELAINE FERREIRA SIMÃO FISCAL AMBIENTAL

10714 FABIANA GOUVEA DIAS AGENTE ADMINISTRATIVO

10716 CRISTIANE DE JESUS EGUES DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

10719 GEISSE KAROLINE LOURENÇÃO PAULINO AGENTE ADMINISTRATIVO

10720 MOISES CRUZ DA SILVA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

10721 RENATO LUIS MAXIMIANO ATENDENTE DE FARMÁCIA

10723 ADRIANA PAZ DOS SANTOS ASSISTENTE SOCIAL

10724 TELMA ALVES BELTRÃO PROFESSOR PEDAGOGIA

10726 LUCIMARA POQUIVIQUI DE OLIVEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10730 ISABELA LOPES DE OLIVEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10738 NEUZA MARIA GABRIEL DE JESUS PROFESSOR PEDAGOGIA

10740 SIRLENE RODRIGUES AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

10742 DULCE CARDOSO DE BARROS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

10744 LUCILENE MORAES DE OLIVEIRA GALEANO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10750 MARCELLO MOURA NEVES ENGENHEIRO CIVIL

10753 GESLEY STEFANI MILAN PALHARES MONITOR DE CRECHE

10754 IZABELLA ALCÂNTARA DE CARVALHO ODONTÓLOGO

10762 EVERTON RODRIGUES DE AMORIM MONITOR DE CRECHE

10764 VANESSA DE OLIVEIRA GONÇALVES SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

10766 EDILEUZA BATISTA VASCONCELOS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

10767 LUCIANA BATISTA DA SILVA CONTADOR

10769 IZABETO BENEVIDES SILVA AGENTE DE TRANSITO

10770 CLAUDINÉIA CAMARGO DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

10773 RODOLFO BENEDITO CAMPOS SARGI AGENTE ADMINISTRATIVO

10775 ROGERIO RODRIGUES LIMA MOTORISTA

10776 WANDERLEY CAMPOS PEREIRA JUNIOR AGENTE ADMINISTRATIVO

10777 GISELE DA SILVA SANTOS ENFERMEIRO UBS

10779 ERIKA FÁTIMA DE ARRUDA PROFESSOR PEDAGOGIA

10781 AMARILDA ROSA DE SANTANA SILVA ASSISTENTE SOCIAL

10782 WELDER TIMOTEO DA SILVA MOTORISTA

10784 TAYNARA CARINE OLIVEIRA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

10786 TATIANE RODRIGUES PROFESSOR PEDAGOGIA

10787 GEUZA SOARES DE FREITAS CORREA PROFESSOR PEDAGOGIA

10788 ADALBERTO DE ARAUJO BASTOS PAGIOLLI ENGENHEIRO CIVIL

10790 EDINA MARIA DE OLIVEIRA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

10791 BEATRIZ SILVA DE JESUS NEGRIS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10792 LARISSA MARQUES BARBOSA FISCAL DE TRIBUTOS

10794 CONCEIÇAO DE ARAUJO NOGUEIRA MERENDEIRA

10795 IVANETE MARIA ANTONIASSI PROFESSOR PEDAGOGIA

10796 ANA PAULA DALMAS RODRIGUES AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

10799 ESTHEFANY CRISTINA DA CUNHA MARQUES AGENTE ADMINISTRATIVO

10801 RHANIELY DE SOUZA GARCIA FRANCO PROFESSOR PEDAGOGIA

10803 LAUDICEIA REZENDE RIBEIRO AGENTE ADMINISTRATIVO

10806 MARIA LAURENICE DORMINI VARDIAS MONITOR DE CRECHE

10808 ABRAAO PARACATU VIEIRA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

10810 ALCILENE DA SILVA PROCOPIO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

10811 PÂMELA ANDRESSA DE SOUZA LIMA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10812 NILSON DOS SANTOS MOTORISTA

10813 ROGERIO DA SILVA CHARAO PROFESSOR PEDAGOGIA

10814 ERICA DA SILVA MOREDA PROFESSOR PEDAGOGIA

10816 KARINA PIMENTEL KHALIL AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

10817 NOEMIA TORRES BANDEIRA MONITOR DE CRECHE

10818 ROGERIO DA SILVA CHARAO FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

10821 ANA MARIA CLUBE DE MOURA MERENDEIRA

10822 LARISSA ADRIANA DE SOUZA LIMA MONITOR DE CRECHE

10823 LETICIA BANDEIRA CASTRO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10825 PATRICIA PEREIRA DA SILVA MERENDEIRA

10826 IARA CLUBE RODRIGUES TELEFONISTA

10828 ELIANA CRISTINA DE MORAES PEREIRA MONITOR DE CRECHE

10830 INGRID FERREIRA DE GODOI AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10831 ELAINE MENDES DA SILVA MONITOR DE CRECHE

10832 ANA CLAUDIA BASSAN DA SILVA MONITOR DE CRECHE

10833 BENEDITO DAMASCENO DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

10835 SELMA RODRIGUES SOARES DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

10836 WANI CRISTINA ORLANDO DA COSTA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

10837 MARIA DE FATIMA JESUS NEVES MERENDEIRA

10838 VALDEMIR APARECIDO DOS ANJOS FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

10839 ROSANE APARECIDA SILVA ANTUNES AGENTE ADMINISTRATIVO

10840 NEIVA DA SILVA RIBEIRO MERENDEIRA

10841 KEILA APARECIDA DA SILVA MONITOR DE CRECHE

10842 MAGNO JOSÉ DE JESUS FISCAL DE TRIBUTOS

10846 SUELEN LOPES DA TRINDADE FISCAL DE TRIBUTOS

10847 RAFAEL ARCANJO DA MATA NETO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10848 LUIZ AGUILERA DE MORAES MOTORISTA

10849 PATRICIA ELIANE RODRIGUES DA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

10850 SUELEN LOPES DA TRINDADE AGENTE ADMINISTRATIVO

10851 ROBERTE ONIPOTENTE ANDRADE PARREIRA FISCAL DE TRIBUTOS

10852 GIOVANA URTADO CEZARIO MONITOR DE CRECHE

10854 MARIA DE FATIMA OTENIO ANTONIASSI MONITOR DE CRECHE

10855 ROSANGELA OLIMPIA OLIVEIRA DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

10856 SHAIANA VILELLA HARTWIG ENFERMEIRO UBS

10857 MONYANI PRISCILA DE MORAIS AGENTE ADMINISTRATIVO

10859 ADAO MARLON DE CARVALHO PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

10860 ELISANGELA SILVA DA FONSECA MONITOR DE CRECHE

10862 JULIANE RODRIGUES BACCA MONITOR DE CRECHE

10867 BRUNO BATISTA BOAROTTO ALVES AGENTE ADMINISTRATIVO

10868 ELISANGELA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

10870 DANIELE DOS SANTOS LOPES DA SILVA MONITOR DE CRECHE

10872 VICTOR VALENTIM ARAUJO SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10873 HELVIA NOVAKC PROFESSOR PEDAGOGIA

10874 ROZIMAR SELVINO DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10875 RAISA AYALA CARDOSO PSICÓLOGO

10879 REJANE DE SALES CAZARIN MONITOR DE CRECHE

10882 LUZIA VILLACIEN LOPES MONITOR DE CRECHE

10884 ALINE CASTILHO DE LIMA AGENTE ADMINISTRATIVO

10885 MARIA NATALIA BASILE MONITOR DE CRECHE

10887 MARINES RODRIGUES GONÇALVES MADALENA MERENDEIRA

10888 ALESSANDRO OLIVEIRA ALMEIDA PROFESSOR DE GEOGRAFIA

10889 LUCIMAR DE ARAUJO MONITOR DE CRECHE

10890 EDENICA KAORI FUJIMORI FISCAL DE TRIBUTOS

10891 VERA LUCIA GONÇALVES ATENDENTE EM SAÚDE

10892 CRISTIANE OLIVEIRA CRISTIANO DE MORAES MERENDEIRA

10893 SUELI LOURDES GATTI DE SOUZA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

10894 JÉSSICA LETICIA GUERRA BASTASINI ENFERMEIRO UBS

10895 MIRIAN CARLA JURUPY CANDEIA BRITO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10896 DANIELLY RAIZER DE OLIVEIRA ODONTÓLOGO

10897 ELENIR FELIX PEREIRA MONITOR DE CRECHE

10900 CRISTINA APARECIDA FÉLIX SOUZA DE PAULA PROFESSOR PEDAGOGIA

10902 EMERSON MEDEIROS DE NOVAES FISCAL DE TRIBUTOS

10906 JUNIOR TELES DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

10909 JESSICA L'ASTORINA ODONTÓLOGO

10910 ELAINE NAYARA DA HORA MONITOR DE CRECHE

10912 MARÍLIA LEITE AGUSTINHO ENGENHEIRO CIVIL

10913 WELLITON BARBI QUEIROZ FISCAL DE TRIBUTOS

10914 GISLAINE TELES DA SILVA ATENDENTE EM SAÚDE

10916 ADEMIR MAGALHAES VIANA FISCAL DE TRIBUTOS

10919 EDILAINE PAULA LOPES DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

10921 ADEMIR MAGALHAES VIANA AGENTE ADMINISTRATIVO

10922 WESLEY SEBASTIÃO DE SOUZA RIBEIRO AGENTE ADMINISTRATIVO

10924 GILSELE LEITE BATISTA PROFESSOR PEDAGOGIA

10925 LUCAS FERNANDO ALMEIDA LARA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

10927 GUSTAVO GONÇALVES DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

10928 NÍVEA RODRIGUÊS FRANCO PROFESSOR PEDAGOGIA

10929 MARCOS SILVA SERRAO AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

10933 SIMONE SANTOS SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10935 MIRIAM DE LIMA SOUZA MONITOR DE CRECHE

10936 MARILCE LUZIA DE OLIVEIRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

10937 GABRIELA SERAFINI DE ARAUJO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

10939 OLADIA ADRIANA GONÇALVES OLIVI ASSISTENTE SOCIAL

10941 NÁGHILA CRISTINA AMADA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

10942 SEBASTIAO JUNIO DA COSTA SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO

10944 RODOLFO GUSTAVO FERREIRA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

10947 ZENIR DOS SANTOS SOUZA MONITOR DE CRECHE

10948 GILBERTO PEREIRA DA COSTA FISCAL AMBIENTAL

10949 TEREZINHA FLORES VIANA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10950 ATILA DOS SANTOS FERNANDES AGENTE ADMINISTRATIVO

10952 ELIZABETE CRISTINA BACHI DE QUEIROZ PROFESSOR PEDAGOGIA

10953 JOÃO DOS REIS DA COSTA ELETRICISTA

10954 LORAYNE APARECIDA DA SILVA MONITOR DE CRECHE

10955 JULIANA PERINI CUMINI PSICÓLOGO

10956 LUELLY BACHI DE QUEIROZ ODONTÓLOGO

10958 MARIA RITA SILVA PEREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

10959 SUELLEN LASTA ODONTÓLOGO

10960 ELAINE NASCIMENTO WAN DELREI AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10961 JANAINE MARTINS DOS SANTOS MERENDEIRA

10963 FLAVIO BRASILINO DE CAMPOS MOTORISTA

10964 JEFFERSON WESLEY DE CARVALHO AGENTE DE TRANSITO

10967 KEILA NUNES DE MOURA RIBEIRO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

10968 MARCELO APARECIDO DELFORNO LEITE MÉDICO - PSF

10969 HENRIQUE MATHEUS CARDOSO FISCAL DE TRIBUTOS

10971 SIMONE CAMILA DA SILVA RANZULLA ENFERMEIRO UBS

10973 SANDRA MARA DALMORO ATENDENTE DE FARMÁCIA

10975 EVELIZE FAZIO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

10976 CLEIDIANE NASCIMENTO DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10977 DANIEL JOSE SILVA LACE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10978 PRISCILA JOSE FERREIRA GONSALVE PROFESSOR PEDAGOGIA

10981 MARIA DO SOCORRO SILVA MONITOR DE CRECHE

10983 ANDREIA ANGELA DE CARVALHO PROFESSOR PEDAGOGIA

10984 DOMINGAS DOS SANTOS SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

10986 KANANDA RILDA CARDOSO SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10988 LETÍCIA DE OLIVEIRA XAVES FISCAL DE TRIBUTOS

10993 JORGE MENDONÇA TACEO PROFESSOR PEDAGOGIA

10994 JOYCE APARECIDA DA SILVA MERENDEIRA

10996 LUCIENE INÊS DA SILVA BARBALHO MONITOR DE CRECHE

10997 JAQUELINE DA CUNHA SANTOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

10999 ANDRE RODRIGUES NETO FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

11000 WANDERSON LOURENÇO DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

11003 EDMAR SOARES BARBALHO OPERADOR DE MAQUINAS

11004 MARIA PAULA DA SILVA FARMACEUTICO BIOQUIMICO

11006 MARIA PAULA DA SILVA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

11009 ALESSANDRA SANTIAGO COSTA PROFESSOR PEDAGOGIA

11011 TATHIANE GOMES PETRELI VIDOTI PROFESSOR PEDAGOGIA

11014 GUSTAVO SILVA CÂNDIDO DE SOUZA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

11017 GUSTAVO SILVA CÂNDIDO DE SOUZA FARMACEUTICO BIOQUIMICO

11018 GILVANILSON ROCHA MAGALHÃES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11019 DEVAIR MAGALHAES PEREIRA FISCAL AMBIENTAL

11020 RENATA ROSSIGNOLI FLORES MÉDICO - PSF

11021 EBERT GABRIEL SANTIAGO LAGE AGENTE ADMINISTRATIVO

11023 VICTOR HUGO AMORIM DE OLIVEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11028 MARIZETE DO ESPIRITO SANTO MERENDEIRA

11029 CLAUDIANA GALHA DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

11032 ADJAIR MOREIRA DOS SANTOS FISCAL DE TRIBUTOS

11034 HELENIZE MARIA DA SILVA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

11037 MISLENE AZEREDO DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11039 ADRIANA SOUZA DE JESUS MERENDEIRA

11040 CELIA APARECIDA DA SILVA MONITOR DE CRECHE

11041 JHENNIFER CAROLINE DE SOUZA HONORATO ATENDENTE EM SAÚDE

11042 WALACI RODRIGO NEVES DA SILVA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

11044 CHANTAL BURGUER BEATO POLARINI ENFERMEIRO UBS

11048 VITOR VICENSSOTTI MENDES AGENTE DE TRANSITO

11050 EVERALDO OLIVEIRA DE SOUZA FISCAL AMBIENTAL

11052 MARIA APARECIDA GONÇALVES MONITOR DE CRECHE

11055 EDINALDO GONÇALVES DOS SANTOS MOTORISTA

11057 FERNANDA RIBEIRO DA SILVA ALVES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11058 LUCIANE DOMINGAS XAVIER MARTINS PROFESSOR PEDAGOGIA

11060 REGISLAINE CERQUEIRA DUTRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

11061 CRISTIANE OLIVEIRA DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11062 FRANCISCO ALVES BRILHANTE NETO ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

11063 MARCOS ANTONIO DA SILVA MOTORISTA

11064 PATRICK DE OLIVEIRA COSTA FISCAL DE TRIBUTOS

11065 GRAZIELI VIEIRA GARCIA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11067 ROGEL BEN HUR DOS SANTOS GARCIA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

11070 JULIA JANICE LOFFLER FISCAL DE TRIBUTOS

11071 JOSE ALESSANDRO MAZETE JUSTIMIANO FISCAL DE TRIBUTOS

11072 MARCOS ANTONIO DA SILVA AGENTE DE TRANSITO

11073 ELIABE PAVIN PADOVANI AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11074 RAIANE DE OLIVEIRA MARCIO AGENTE ADMINISTRATIVO

11075 MAYARA DE OLIVEIRA XAVES ENFERMEIRO UBS

11076 JAKS DIAS DE AMORIM AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11077 TAYNE NEVES RIBEIRO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11079 VALDEREDO LIMA DE OLIVEIRA ENFERMEIRO UBS

11081 KALLITA DOS ANJOS MORAES ASSISTENTE SOCIAL

11083 LAURIENE VARGAS DO PRADO RODRIGUES ENGENHEIRO CIVIL

11085 ELAINE CONSTANTINO MERENDEIRA

11086 IVONE APARECIDA DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

11087 VERA LUCIA DE FREITAS SILVA MONITOR DE CRECHE

11091 MARI NEIDE GOMES NASCIMENTO MONITOR DE CRECHE

11092 EDIMARCIA DA SILVA GONÇALVES MERENDEIRA

11094 EDIMARCIA DA SILVA GONÇALVES MONITOR DE CRECHE

11096 JOSE CLAUDIO NEVES DA CUNHA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11102 PAMELLA THAIS FERREIRA SILVA MONITOR DE CRECHE

11103 DEBORA BILTIS COSTA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11105 LUIZ WILSON DE LIMA GUSMAO MÉDICO - PSF

11106 ELIANE FERREIRA DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11107 AMANDA MENEZES DA SILVA MONITOR DE CRECHE

11108 ELIANE FERREIRA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

11109 JAQUELINE DE OLIVEIRA NOVAIS AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

11110 JUCIMAIRA DE CAMPOS CEBALHO MERENDEIRA

11111 TALITA RANIELLE OLIVEIRA DA SILVA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

11114 MÁRCIA DA SILVA ATENDENTE EM SAÚDE

11115 CLAUDIA ALVES DE OLIVEIRA FISCAL DE TRIBUTOS

11117 HELENICE LEITE DE OLIVEIRA PSICÓLOGO

11118 NATALYE NAZARE DANTAS PEREIRA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

11119 RENAN LUSTIG CEBALHO AGENTE DE TRANSITO

11120 SANDRA MARIA RODRIGUES SOARES PROFESSOR PEDAGOGIA

11121 LAISSA RODRIGUES CANDELARIA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

11122 GABRIEL LUJAN FAGUNDES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11125 NORENIR OLIVEIRA LEITE MAMEDES PROFESSOR PEDAGOGIA

11127 DÉBORA FERNANDES TOMÉ ODONTÓLOGO

11129 ELENILZE DOS SANTOS ROCHA MERENDEIRA

11131 LUCIANE DE CARVALHO BRONZATTI MERENDEIRA

11132 KETELYN NAYARA RIBEIRO DA SILVA MONITOR DE CRECHE

11134 REGIANE FERREIRA LIMA MERENDEIRA

11136 JEFERSON AMORIM DE CARVALHO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11137 DAIELE ANDRADE DA CRUZ MONITOR DE CRECHE

11138 GILVANIA MEDEIROS CARDOSO MONITOR DE CRECHE

11139 ROSIVANE TEODORO MERENDEIRA

11142 LUCIANE DE CARVALHO BRONZATTI MONITOR DE CRECHE

11143 DEZENIL PEREIRA DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

11146 GRACIELE ARAUJO DE FREITAS ATENDENTE EM SAÚDE

11147 ALAIDE RODRIGUES DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

11149 VERA LUCIA MARQUES DA CRUZ TÉCNICO EM ENFERMAGEM

11151 SILSA GONÇALVES DA SILVA MARASSI AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

11152 FABIANA FERREIRA LIMA MONITOR DE CRECHE

11154 CAMILA RODRIGUES MAGALHAES MONITOR DE CRECHE

11155 PATRÍCIA LOPES DOS SANTOS TELEFONISTA

11158 ADRIANO RIBEIRO MAGALHAES AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

11160 HENRIQUE GONÇALVES DE LIMA AGENTE ADMINISTRATIVO

11161 THIAGO HENRIQUE DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11162 MATHEUS PRACONI BORDIN AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

11164 EDNA DA COSTA RODRIGUES MONITOR DE CRECHE

11165 JANNE MARQUES SANTANA PSICÓLOGO

11166 CLEIDIANE RIBEIRO DE OLIVEIRA FISCAL DE TRIBUTOS

11167 CRISTINA DE MATOS SOUZA ASSISTENTE SOCIAL

11168 JANAINA ASSIS DA SILVA MONITOR DE CRECHE

11170 IVANILDA CORREA PINTO DE ARRUDA ASSISTENTE SOCIAL

11175 WILLIAN LOMPIAS SERRÃO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11177 BRENO DA SILVA CERQUEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11178 DANIELA MARIA DE JESUS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11179 LIANDRA NATALIA FERNANDES FERREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

11180 VALERIA FERREIRA DA SILVA MONITOR DE CRECHE

11182 ANA BEATRIZ DA SILVA CUSTÓDIO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11183 SABRINA DOMINGUES DA MOTTA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

11187 TAIS MIRELLI GARCIA GONÇALVES PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

11190 DAYANE DOS SANTOS MORAES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11191 MANOEL CAMPOS MOTA MOTORISTA

11192 DANIELA MARIA DE JESUS MERENDEIRA

11193 HENRIQUE GONÇALVES DE LIMA FISCAL DE TRIBUTOS

11194 VALERIA FIGUEREDO VITOR ATENDENTE DE FARMÁCIA

11195 KATIA MARQUES FERREIRA MOURA PROFESSOR PEDAGOGIA

11196 MARCELA FERNANDA RODRIGUES SOARES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11197 FLÁVIA LATORRACA PIRES ADAMS ENFERMEIRO UBS

11198 WALERIA DE OLIVEIRA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

11200 GERMÂNIO DE ARAUJO ENFERMEIRO UBS

11204 JAQUISONCUNHA@GMAIL.COM AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

11205 VANDERLEIA SILVA TEOFILO PROFESSOR PEDAGOGIA

11206 LUCAS MARCOS GUERRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11207 MAURICIO TEODORO JUNIOR FISCAL DE TRIBUTOS

11208 PATRICIA GARCIA DUARTE FISCAL DE TRIBUTOS

11210 ANSELMO DE LEON DOS REIS AGENTE ADMINISTRATIVO

11214 GABRIELY CRISTINI NUNES ARAÚJO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11217 CLOVIS GOMES DIAS MOTORISTA

11218 IVELEN JUAN DA COSTA FRANCISCO ODONTÓLOGO

11223 ELENIR FELIX PEREIRA MERENDEIRA

11225 ANA MARIA DOS SANTOS BARBOSA KHIPPAIZ PROFESSOR PEDAGOGIA

11226 LUCAS DA CRUZ PRUDÊNCIO MOTORISTA

11227 LETÍCIA DE ÁVILA GOLO ARQUITETO URBANISTA

11229 RAYANNY CORREA BORGES FISCAL DE TRIBUTOS

11234 ANA MARIA DOS SANTOS BARBOSA KHIPPAIZ AGENTE ADMINISTRATIVO

11235 WACKSON JÚNIOR TELES DE JESUS PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

11236 LUANA AMARAL MENDES SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

11239 EULLER ALEX OLIVEIRA DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11240 ALAN WILLIAM DO NASCIMENTO NAZÁRIO ATENDENTE DE FARMÁCIA

11242 GABRIELLY FÁTIMA DOS SANTO MENDES MONITOR DE CRECHE

11245 GEOVANNA MARIA CORRÊA PETRONILHO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11246 GABRIELLY SERRÃO CAMPOS MONITOR DE CRECHE

11248 SILVANO DE ARRUDA E SILVA MERENDEIRA

11250 EVERALDO MENDES RODRIGUES PROFESSOR PEDAGOGIA

11252 WESLEY VINICIUS MEDEIROS DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11253 LUCAS ANACLETO DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11254 GILCIMAR PINTO DE FREITAS PROFESSOR PEDAGOGIA

11255 ELISANGELA RODRIGUES DA SILVA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

11258 MARIA AUXILIADORA GALEANO PROFESSOR PEDAGOGIA

11261 JUCILENE SERRÃO DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

11262 VIVIANE RODRIGUES PROFESSOR PEDAGOGIA

11263 TAYANI ARAÚJO DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

11264 WELVERSON DA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

11268 JAQUELINE RODRIGUES SAVOINE FISCAL AMBIENTAL

11269 AZELIA APARECIDA REZENDE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11271 JACQUELINE ALVES BORBA DE OLIVEIRA DETTMER ENFERMEIRO UBS

11272 SILVIA FERREIRA DOS SANTOS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

11276 AILSON PEREIRA DOS SANTOS MOTORISTA

11277 JOAO CARLOS MARASSI AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

11279 EVERSON DA SILVA SOARES MOTORISTA

11281 JODINEY ANTONIO DA SILVA AGENTE DE TRANSITO

11283 OSANIR PEREIRA VICENTI NEGRINI PROFESSOR PEDAGOGIA

11284 LARISSA SOUZA SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

11285 LETYCIA LIMEIRA GRECCO PSICÓLOGO

11286 ANA PAULA FAQUINI DE LIMA ENFERMEIRO UBS

11287 MARIZALVA PEREIRA MERENDEIRA

11289 EDINEIA CAMARGO DO AMARAL PROFESSOR PEDAGOGIA

11290 TAINÁ DETTMER DORTA BORBA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11291 MARIA DE FATIMA BARBOZA MERENDEIRA

11295 ROBER LUCAS DE ALMEIDA SILVA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

11298 TATIANE DE LIMA GIURIATI AGENTE ADMINISTRATIVO

11299 WILLIAN RICK DA SILVA MAGALHÃES PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

11300 RENATA GALDINO FONTES MONITOR DE CRECHE

11302 LUCIANA PEIXOTO CARNEIRO FARMACEUTICO BIOQUIMICO

11304 JESSICA FERNANDA RODRIGUES DE MATTOS FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

11307 ELIANE DE ALMEIDA MAIA PROFESSOR PEDAGOGIA

11308 EDNALVA BATISTA MORAIS ATENDENTE EM SAÚDE

11309 ANA PAULA QUEIROZ FERNANDES E SILVA MONITOR DE CRECHE

11310 LEONILSON CALIXTO DE SOUZA PROFESSOR MATEMÁTICA

11311 LUCIANA FRANCISCA DE SENA PROFESSOR PEDAGOGIA

11312 NAJLA MILENA CASTRO SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

11313 ANA PAULA QUEIROZ FERNANDES E SILVA MERENDEIRA

11317 VALÉRIA TIAGO DE PAIVA PSICÓLOGO

11318 CARLA MARIA ZANELLI PINATY ODONTÓLOGO

11319 CAROLINE PEREIRA MOREIRA ODONTÓLOGO

11321 ROSANA MAGALHAES DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

11322 VALÉRIA TIAGO DE PAIVA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

11324 FELLIPE FERREIRA BARBOSA AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - ENGENHARI

11327 ROSINETE MIRANDA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

11330 LUANA CHAVES DE ALMEIDA TURBINO ARQUITETO URBANISTA

11332 ERYCK THAYGOR PEREIRA DA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

11333 LURDES DE AZEVEDO CARVALHO PROFESSOR PEDAGOGIA

11337 KEILA APARECIDA FERREIRA BERGAMO CONTADOR

11343 COSMELIA SILVA SOUSA MERENDEIRA

11345 ADRIANA GONÇALVES FERREIRA CONTARDI AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11346 EDILAINE DE ANDRADE SILVA MONITOR DE CRECHE

11348 CRISTIANE EMANUELA DA SILVA BARBOSA FISCAL DE TRIBUTOS

11349 CLEIDE LEILA CAETANO GONÇALVES PROFESSOR MATEMÁTICA

11353 PERLA SOARES MARTINS ATENDENTE EM SAÚDE

11355 VINICIUS VANDERLI NEVES DE CARVALHO AGENTE ADMINISTRATIVO

11357 RONICLESIO LUCIO DA SILVA AGENTE DE TRANSITO

11358 VINICIUS VANDERLI NEVES DE CARVALHO FISCAL DE TRIBUTOS

11359 CLEIDIANE DA ROCHA GENELHÚ PROFESSOR PEDAGOGIA

11361 MARCILEI JUVENAL DA CONCEIÇÃO HORN ENFERMEIRO UBS

11362 CRISLAINE DOS SANTOS FERRAREZZI PACHECO PROFESSOR PEDAGOGIA

11363 EDUARDO DE JESUS MADALENA PROFESSOR MATEMÁTICA

11365 TAYNARA KECHNER MEDEIROS PONTES ASSISTENTE SOCIAL

11366 CRISLAINE DOS SANTOS FERRAREZZI PACHECO AGENTE ADMINISTRATIVO

11368 RENATA DOS SANTOS MATTA MERENDEIRA

11369 ANA PAULA LOPES ALVARES CAMPOS FISCAL DE TRIBUTOS

11372 VANDERLEIA AUGUSTA NICODEMOS VIANA PROFESSOR PEDAGOGIA

11375 GRAZIANNI MARCEL SILVA RONDON FISCAL DE TRIBUTOS

11376 VALDECI ROSA SOARES MECÂNICO

11381 DYÉRICA LARISSA TAVARES DE OLIVEIRA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

11382 WANDER MOURA BATISTA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

11383 KELI CRISTINA ESTORILHO GRACIEL AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11385 CAROLINA PACHURI PROFESSOR PEDAGOGIA

11387 SILMAR DE SOUZA CRUZ AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

11389 KELLY DAYANNE SANTOS DE ALMEIDA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

11390 RAYSSA GABRIELE VIEIRA MÉDICO - PSF

11391 IARA GRAZIELLA DA SILVA ARAUJO MERENDEIRA

11395 ELIANE APARECIDA MONTEIRO MERENDEIRA

11397 LUZIA FRANCISCA DA COSTA CASTILHO ASSISTENTE SOCIAL

11400 THAIS DE SIQUEIRA CARMO AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

11401 SANDRA FERREIRA MENDES MERENDEIRA

11404 WANDERLEI NEGRINI MOTORISTA

11405 HELIO DE CAMPOS LEITE JUNIOR MÉDICO - PSF

11407 ANA MARIA PEREIRA LEITE TÉCNICO EM ENFERMAGEM

11408 ELAINE SOUZA DA SILVA MONITOR DE CRECHE

11411 DOUGLAS PEREIRA DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

11412 ERICA CARVALHO BARBOSA DE OLIVEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11415 CLAUDINEI DE OLIVEIRA ROSA ARQUITETO URBANISTA

11418 RAFAEL ESCASSIO GIMENEZ FISCAL DE TRIBUTOS

11419 RAFAEL ESCASSIO GIMENEZ AGENTE ADMINISTRATIVO

11420 LUCILENE DE SOUZA NASCIMENTO MONITOR DE CRECHE

11422 VINYCIUS FERREIRA DE SOUZA MÉDICO - PSF

11423 BRUNO MOREIRA ALVES MOTORISTA

11425 ALCIONE DE FREITAS SANTOS MERENDEIRA

11426 GRAZIELI SANTOS RIBEIRO GIMENEZ AGENTE ADMINISTRATIVO

11429 MARILDA ALVES DA SILVA PROFESSOR DE GEOGRAFIA

11430 JUDITE JOSE DE SANT` ANNA MERENDEIRA

11431 MARILDA ALVES DA SILVA MONITOR DE CRECHE

11433 JEFFERSON DE FREITAS SILVA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

11435 MARIA ANTONIA DA SILVA GOMES ASSISTENTE SOCIAL

11436 RENATA CRISTIANE FRANZIN DE SOUZA MOTORISTA

11438 FRANCIELE RICARDO DE MATOS PROFESSOR PEDAGOGIA

11439 BEATRIZ TEIXEIRA DE AGUIAR ODONTÓLOGO

11443 BRUNA CAROLINE DE CASTRO PEREIRA TELEFONISTA

11444 ULYSSES PEREIRA BORGES MÉDICO - PSF

11447 JEANE DOS SANTOS PINTO ASSISTENTE SOCIAL

11448 ANA LÚCIA DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

11450 RODOLFO RODRIGO CHICAROLLI ARQUITETO URBANISTA

11451 JOAO PAULO DA SILVA VIEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11452 CLAUDINEI RICARDO DA CRUZ MOTORISTA

11453 ALAN CAMILO DANTAS MOTORISTA

11454 JOSENI GOMES DE ARAUJO MONITOR DE CRECHE

11456 ROSELEI COLETA LEAL TÉCNICO EM ENFERMAGEM

11457 ALINE PIZAPIO PROFESSOR PEDAGOGIA

11460 CLAUDEMIR RAMALHO GONÇALVES MOTORISTA

11462 BRUNO MARCOS PEREIRA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

11464 CLAUDIONOR MATIAS DE ARAUJO FISCAL AMBIENTAL

11465 NEULIANY SALES DO NASCIMENTO ROZALEM MERENDEIRA

11472 VALTEIR SIANI FERREIRA FISCAL AMBIENTAL

11473 ROGÉRIO MAKINO FISCAL DE TRIBUTOS

11476 RANIELY FERNANDES RIOS FISCAL AMBIENTAL

11487 MARIA LUIZA FABIANO SOUZA ODONTÓLOGO

11488 ALINE DA GUIA ATENDENTE EM SAÚDE

11489 ROMEU ANTONIO TEIXEIRA DA ROCHA MOTORISTA

11490 LURYAN COSTA SANCORE AGENTE ADMINISTRATIVO

11493 MERYAN BORGES DE ARAUJO ENFERMEIRO UBS

11497 MEIRE OLIVEIRA APONTE MERENDEIRA

11498 FABIO DE MORAES SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11500 LURYAN COSTA SANCORE FISCAL DE TRIBUTOS

11502 DENISE DOS SANTOS BEZERRA MEDEIRO PSICÓLOGO

11504 SILVESTRE RODRIGUES SEVERIANO DE LIMA FISCAL DE TRIBUTOS

11507 MERYAN BORGES DE ARAUJO MONITOR DE CRECHE

11511 CRISTIANDERSON ROBSON DA SILVA PSICÓLOGO

11513 PATRIZIO DE FREITAS RODRIGUES MEDICO VETERINÁRIO

11514 VAGNER DA COSTA QUEIROZ AGENTE ADMINISTRATIVO

11517 ELENICE PEREIRA LIO DOS SANTOS MERENDEIRA

11519 ANTONIO CARLOS CARVALHO FARIA AGENTE ADMINISTRATIVO

11520 LAUDENICE PEREIRA LIO TEIXEIRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

11523 ALINE PAULA DA SILVA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

11525 MARIA ELZA PEREIRA DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

11528 ROSANGELA VIEIRA DA SILVA RAMOS MERENDEIRA

11532 ANTONIO MIGUEL OLIVO NETO AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - ENGENHARI

11533 JUCELIA MARTINS PEREIRA PSICÓLOGO

11534 GELSO CASAS RAMOS OPERADOR DE MAQUINAS

11535 MÁRCIA APARECIDA REATI PROFESSOR PEDAGOGIA

11537 PATRICIA DE JESUS NOVAIS PSICÓLOGO

11538 EMILIO JOSE FIORIM AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11541 IEDA LETICIA PEREIRA VIEIRA MARQUES MONITOR DE CRECHE

11543 ELAINE APARECIDA FERREIRA DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

11544 MARLENE DE MIRANDA BASILIO DA COSTA MERENDEIRA

11545 MIRIAN DA SILVA ALMICI PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

11546 JOSE RICARDO RODRIGUES PEREIRA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

11547 JEOVA DIAS MAMEDES FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

11548 MARCIANA ROSA MONITOR DE CRECHE

11549 ELAINE APARECIDA FERREIRA DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO

11553 MÁRCIA GOMES INÁCIO VITAL PROFESSOR PEDAGOGIA

11554 GISLAINE DE JESUS NOGUEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

11557 THAIS CRISTINA SICOTI MERENDEIRA

11558 THAIS CRISTINA SICOTI MONITOR DE CRECHE

11559 ANGÉLICA DOS SANTOS DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

11565 LARISSA DOS SANTOS SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

11569 WANESSA GOMES DE ARRUDA CASTRILLON AGENTE ADMINISTRATIVO

11571 EMANUELLE EVELLINN DOS PASSOS ANICETO FISCAL DE TRIBUTOS

11572 LAURA ROSSATO DEMITE TELEFONISTA

11576 MICHELE DE ARAÚJO PORANGABA MERENDEIRA

11577 MARA DENISE CORREIA MONITOR DE CRECHE

11578 DANIELLY SALES NASCIMENTO PSICÓLOGO

11579 DALLINI SCHINEISERJN PROFESSOR PEDAGOGIA

11581 JOÃO PEDRO SILVA LACE FISCAL AMBIENTAL

11582 CLAUDINEIA VALENTIM PEREIRA MONITOR DE CRECHE

11584 VANUZA DA SILVA SANTOS MONITOR DE CRECHE

11585 TAMIRES APARECIDA RAMOS MONITOR DE CRECHE

11586 MARIA DE FATIMA BARBOZA AGENTE DE TRANSITO

11587 CLELIA MARIA NEPOMUCENO MENDES PSICÓLOGO

11588 LIDIA CAMILA RAMOS ATENDENTE EM SAÚDE

11590 LAIRE KATIELLE DE ALMEIDA FISCAL DE TRIBUTOS

11593 ELIZANGELA MEIRELES DA SILVA MONITOR DE CRECHE

11594 RIVANIA DELCARO PEDROSO LINO MONITOR DE CRECHE

11596 VANESSA GRACIELLI FERREIRA DA SILVA ENFERMEIRO UBS

11597 JANAINA PATRICIA DE ALMEIDA AGENTE ADMINISTRATIVO

11599 GIRLANE SOUZA VIANA MONITOR DE CRECHE

11601 LAVINIA OLIVEIRA DE ALMEIDA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11602 MARA DENISE CORREIA MERENDEIRA

11603 WANDERSON FERREIRA DOS SANTOS ENFERMEIRO UBS

11604 KETHILY ROYANE OLIVEIRA FARIA FARMACEUTICO BIOQUIMICO

11605 JOSIANI PARREIRA DE OLIVEIRA ENFERMEIRO UBS

11606 ELIZA FERNANDA COUTINHO AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

11607 ELIZA FERNANDA COUTINHO MERENDEIRA

11608 LETICIA ANDRADE BRUM AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11609 JACKLYNE SUELLEN MIRANDA MENDES ODONTÓLOGO

11610 JEFERSON DE JESUS TEIXEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

11611 LUCIANO SARACHO AGENTE DE TRANSITO

11612 ROBSON CAMPOS DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

11615 BRUNA SAMARA COITINHO OLIVEIRA TELEFONISTA

11616 CAMILLA MOURA DE OLIVEIRA TELEFONISTA

11619 VILMA PLAUT DA SILVA MERENDEIRA

11620 GUALTER BEZERRA DE SOUSA FARMACEUTICO BIOQUIMICO

11621 DANIELLY SHIRLEY GOMES DE BRITO PROFESSOR PEDAGOGIA

11622 JEFERSON DE JESUS TEIXEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

11624 DAYANNE REGINA DE MELO COSTA AGENTE ADMINISTRATIVO

11627 RUAN MARCELO SANTOS PEREIRA ATENDENTE EM SAÚDE

11629 BETANIA OLIVEIRA DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

11632 ROSENIR CARDOSO LOMPIAS PROFESSOR PEDAGOGIA

11635 NAILZA TEIXEIRA BARBOSA MONITOR DE CRECHE

11636 ANNA CAROLINE PEREIRA CARVALHO MONITOR DE CRECHE

11637 LEANDRO PEREIRA DO NASCIMENTO FISCAL DE TRIBUTOS

11638 SUELI RIBEIRO DE MELO PROFESSOR PEDAGOGIA

11639 WELLINGTON LEONEL ALVES FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

11640 WILLIAM DOUGLAS CASAS RAMOS DA SILVA FISCAL AMBIENTAL

11642 PYETRA CRISTINA LOMPIAS DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

11643 WASHINGTON LUÍS DA SILVA MAGALHAES ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

11644 MARCIA REGINA MARIN MONITOR DE CRECHE

11647 MÔNICA CRISTINA BARRETO DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11648 ELIEL PEREIRA ALVES FISCAL DE TRIBUTOS

11649 JAQUELANI DANIELI DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

11650 EDUARDO SANTOS DE PAULA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

11654 STEPHANIA SUSANA PRATINHA DELBONE PROFESSOR PEDAGOGIA

11655 THALES ERNILDO DE LIMA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

11656 EVERALDO JOSE BATISTA AGENTE DE TRANSITO

11657 KEILA GRACIELLE SILVA DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

11659 ERENICE ROSIANA DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

11664 CRISTIANE DA SILVA LIMA PROFESSOR DE GEOGRAFIA

11665 KÁRITA FERNANDA ALMISSE MARIANO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

11666 MILENE ROCA DE ARAUJO PROFESSOR PEDAGOGIA

11668 TATIANE ARAUJO SOARES FARMACEUTICO BIOQUIMICO

11673 DEBORA RODRIGUES DE LIMA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11678 ZENILDA MACHADO RIBEIRO SANTOS MERENDEIRA

11679 DEIZIANE RODRIGUES DE LIMA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11680 GISLENE TAMARA REIS DE ANDRADE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11681 MARCIA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

11684 ROSANIA BARROS DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

11687 WILLIAN SANTANA DE OLIVEIRA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

11688 ELENIR PEREIRA PROFESSOR DE GEOGRAFIA

11689 MARIA VANISE BARBOSA PROFESSOR PEDAGOGIA

11691 EDNEIA DE JESUS PINHEIRO MERENDEIRA

11693 THAIS CRISTINA GUERRA SILVA MONITOR DE CRECHE

11695 DENILSON ALVES DE SOUZA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

11696 LUCIENE PEREIRA RAMOS FISCAL DE TRIBUTOS

11697 ELTON GOMES DOS SANTOS PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

11699 ANA PAULA DOS SANTOS OBARA AGENTE ADMINISTRATIVO

11700 JULIANA CREMA DA SILVA ODONTÓLOGO

11703 LUZIANE VITORINA DOS REIS AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

11705 ROSILDA FREITAS FEITOSA PROFESSOR PEDAGOGIA

11707 ROSIVALDO DA SILVA MATEUS MOTORISTA

11710 EDILZA BISOLA DE MIRANDA MONITOR DE CRECHE

11711 PRISCILA BARROS SCHNEIDER ENFERMEIRO UBS

11712 PAULO RICARDO CORREA RODRIGUES MONITOR DE CRECHE

11713 ALEANDRO DOS SANTOS SIQUEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

11714 DOMINGAS REGIANE OLIVEIRA RIBEIRO PROFESSOR PEDAGOGIA

11716 CAMILA RANGEL ORTIZ ASSISTENTE SOCIAL

11719 AMANDA APARECIDA NERES MOREIRA ENFERMEIRO UBS

11722 MICHELLE KARLA ALVES ANDRADE FARMACEUTICO BIOQUIMICO

11724 JOSELAINE DA SILVA RIBEIRO PROFESSOR PEDAGOGIA

11725 BRUNO CEZAR DA MOTA ENGENHEIRO CIVIL

11726 RAIANY MOTA RIBEIRO PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

11728 EDNA MARIA CAMARGO PROFESSOR PEDAGOGIA

11730 ARIENNE GOMES DE OLIVEIRA ODONTÓLOGO

11732 ANGELA MARIA CAMARGO PROFESSOR PEDAGOGIA

11734 ADIVANILDE PEREIRA DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

11735 MARCIO MARQUES FERNANDES AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

11739 MARINEIDE SOARES PEREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

11740 LUCIANNA MARQUES DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

11741 FRANK DO AMARAL PINTO FISCAL DE TRIBUTOS

11742 LUCAS SOARES PEREIRA FISCAL DE TRIBUTOS

11744 ELIANE OLIVEIRA DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO

11747 ITAMARA DE OLIVEIRA ODONTÓLOGO

11748 MARCILENE TEODORO PROFESSOR PEDAGOGIA

11752 MARCOS SOARES PEREIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11753 FÁTIMA CAVALIERI PROFESSOR PEDAGOGIA

11755 GISLAINE CASAS RAMOS AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

11757 VANEIDE BRAZ FERREIRA MONITOR DE CRECHE

11759 GISLAINE CASAS RAMOS MERENDEIRA

11760 GUILHERME GOMES RIBEIRO ARQUITETO URBANISTA

11765 RODRIGO BARBOSA DE SOUZA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11767 SABRINA DOMICIANO BEZERRA MONITOR DE CRECHE

11768 CASSIA APARECIDA VIANA MONITOR DE CRECHE

11770 DANIELA PAIVA DIDONI GREGIO MONITOR DE CRECHE

11771 HEMANUELE DE SOUZA OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

11773 HELENA MARIA CASTILHO QUEIROZ AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11775 VALDINEI DE JESUS MAZERO MOTORISTA

11776 PRICILA PEREIRA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

11777 BRUNA ALAINA SILVA JUSTINO ATENDENTE EM SAÚDE

11778 ANA CRISTINA PEREIRA BARBOSA DE ARRUDA GARCIA PROFESSOR PEDAGOGIA

11779 PEDRO PAULO DA SILVA JUNIOR AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

11782 WESLEY HENDRIEGHO LEAL AVELINO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11783 ENAGELA CASSIA CALIXTO SILVA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

11785 LAERCIO MENDES PEREIRA ATENDENTE EM SAÚDE

11786 SUZELAINE MENDES PEREIRA ATENDENTE EM SAÚDE

11787 WILMA ELISANGELA VELARDE LEITE MONITOR DE CRECHE

11788 MARIA ANGÉLICA MONTEIRO TAVARES AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

11789 SUELI NATALINA JARA ASSISTENTE SOCIAL

11790 ROBSON DA CONCEIÇAO RIBEIRO AGENTE ADMINISTRATIVO

11792 FREDSON GOMES VIEIRA FISCAL DE TRIBUTOS

11793 GERIA MENDESPEREIRA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

11794 LEIDIANA DAVID DA SILVEIRA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

11795 VALDINEI FERREIRA DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

11796 MARCELO DE SOUZA MIRANDA CONTADOR

11799 KEVIN BARRETO NUNES ENGENHEIRO CIVIL

11800 RENATA GOMES DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

11803 JOSE JULIANO BARBOSA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

11805 CLAUDIA CRISTINA DA SILVA FERREIRA DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

11807 FABIANA CANDIDO DE SOUZA MONITOR DE CRECHE

11810 ERIBERTI BENTO DE PAULA TELEFONISTA

11811 ITAMAR GONÇALVES DE ASSIS FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

11812 ALINE BATISTA DE SOUZA PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

11814 DAIANE BATISTA AGENTE ADMINISTRATIVO

11815 STEFANY BEATRIZ RODRIGUES LUIZ AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

11818 SERGIO CASAS RAMOS MOTORISTA

11819 GUSTAVO ELLER ARRUDA DE ASSIS AGENTE ADMINISTRATIVO

11820 LUIZA PEREIRA LEITE PROFESSOR PEDAGOGIA

11821 SERGIO CASAS RAMOS OPERADOR DE MAQUINAS

11823 CAIO CESAR DE ARAUJO JUNIOR MEDICO PSIQUIATRA

11826 HELENA PEREIRA DE OLIVEIRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

11830 GERENILDA NOGUEIRA CORREA RODRIGUES PROFESSOR PEDAGOGIA

11833 LUCIANA DE OLIVEIRA CARDOSO MERENDEIRA

11835 DANIELA VISCOVINI VALVERDE TELEFONISTA

11836 MAX DAMIAO MENACHO DE OLIVEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11837 POLIANA PEREIRA DE OLIVEIRA MONITOR DE CRECHE

11838 ARIADNE FABIOLA ORTEGA DE ARAUJO ENFERMEIRO UBS

11839 ATAUL ROSA DE ASSUNÇÃO AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

11840 GABRIEL BUENO PEGORARO MACHADO ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

11844 JESSICA BUTTURI CARVALHO ENFERMEIRO UBS

11846 CLAUDINÉIA SANTOS DE JESUS PROFESSOR PEDAGOGIA

11847 LUCAS PATRICK MIRANDA DE MATOS FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

11848 MARIA SELMA DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

11849 MARTA MATOS LIMA PROFESSOR PEDAGOGIA

11850 ALEXANDRE LEAL DOS SANTOS FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

11851 EUNICE RODRIGUES DO SANTOS MERENDEIRA

11854 SIMONE DUARTE SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

11855 CELIA CAVALIERI MERENDEIRA

11857 CLARICE FREIRE ZUFFO PROFESSOR PEDAGOGIA

11858 ELIANE APARECIDA DOS REIS SAMPAIO MERENDEIRA

11859 THICIANE DO CARMO CASTILHO QUEIROZ AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11860 EDIMARA ANTONI LOPES ANTUNES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11861 JONAS DAS NEVES TEIXEIRA AGENTE DE TRANSITO

11862 ANA PAULA FERREIRA ODONTÓLOGO

11863 MATHEUS HENRIQUE DA SILVA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

11864 EDILEUZA DUARTE DE SOUZA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11865 SIMONE PORTERA DA SILVA PEREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

11868 VANESSA SANTIAGO SCHIAVINATO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11869 GILVAN MATOS DE SOUSA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

11871 JOHNNY MIRANDA DE ASSUNÇÃO MOTORISTA

11872 CLAUDIA APARECIDA ALMICCI PROFESSOR PEDAGOGIA

11873 MARIA ROSANGELA RODRIGUES MONITOR DE CRECHE

11875 THAIS JEANI BALEEIRO PRAXEDES AGENTE ADMINISTRATIVO

11876 EDILENE APARECIDA DA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

11877 DANILA APARECIDA LOPES DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

11878 ANTONIA ROSA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

11879 LUCELIA DE ARRUDA ATENDENTE EM SAÚDE

11880 NEUZELI BATISTA FACIONI FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

11884 ANA MARIA MARQUES SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

11886 ILENILDA ALVES DE SOUZA TELEFONISTA

11889 DANIELLE BANEGAS DE ARAUJO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

11890 SUELLEN DOMICIANO BEZERRA MONITOR DE CRECHE

11891 KAUELI CRISTINA DE SOUZA FISCAL DE TRIBUTOS

11892 EDNA RUFINO DE MORAES MONITOR DE CRECHE

11896 VANUSA DE OLIVEIRA SILVA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

11897 VANESSA GRAZIELLI FERREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

11898 CREUZA MAZETE CARVALHO PROFESSOR PEDAGOGIA

11899 CLEONICE MAZETE CARVALHO FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

11900 PHELLIPY LAURENT PRADO FREIRE SILVA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

11901 EDSON MARTINS FERNANDES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11902 FABIANA PEREIRA DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

11905 MICHELLY NUNES DE OLIVEIRA ODONTÓLOGO

11906 CRISTIANA ANTUNES DE BARROS PROFESSOR PEDAGOGIA

11907 LAYANE SANTOS RODRIGUES MONITOR DE CRECHE

11908 JEAN CAROS DE CARLI AGENTE ADMINISTRATIVO

11911 SARAH MARIA DOS SANTOS GARCIA PSICÓLOGO

11913 JUCIMEIRE DA CRUZ MONITOR DE CRECHE

11915 JOSIANE SILVA PEREIRA MERENDEIRA

11916 VALDEMIR PEREIRA DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

11917 GESIEL MACHADO CIRQUEIRA MOTORISTA

11918 JACQUELINE ALVES DE CAMPOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11920 MATHEUS SILVA FARIAS AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

11921 ROSANIA DOS SANTOS FERREIRA MONITOR DE CRECHE

11922 SILVANA APARECIDA ROSSI FARIA MONITOR DE CRECHE

11923 ELAINE FARIAS ROCHA ENFERMEIRO UBS

11924 EDNEIA DE ASSIS MALDONADO SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

11925 ANA BEATRIZ BRUGNOLI ARQUITETO URBANISTA

11926 ELAINE FARIAS ROCHA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

11927 FERNANDA VALENCIO TESTA MERENDEIRA

11928 CLEIDE MARIA DA SILVA CEBALHO ENFERMEIRO UBS

11931 RAPHAEL CINTRA GUEDES FISCAL AMBIENTAL

11932 ELENIR OLIVEIRA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

11933 THAYLA CRISTINA DA SILVA PEREZ PROFESSOR PEDAGOGIA

11934 VALDINEI PEREIRA DA COSTA PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

11937 DANIEL LUCAS DOS SANTOS SILVEIRA FISCAL DE TRIBUTOS

11940 EUZENI EUGENIA DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO

11942 KAREN SILVA PORANGABA ATENDENTE DE FARMÁCIA

11943 MICHELLE MARQUES DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

11947 PATRÍCIA DA SILVA MEIRA MENDES ATENDENTE EM SAÚDE

11948 ADRIELI SCORTEGAGNA PROFESSOR PEDAGOGIA

11950 SIRLEI TROSDOLF MONITOR DE CRECHE

11951 RAFAELA CLARO DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11952 ALANA DE ASSIS DUARTE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11954 CRISTIANE RODRIGUES CARRASCO MONITOR DE CRECHE

11955 MAGALI CLARO DA SILVA MONITOR DE CRECHE

11956 ANESIA AMPARO CARDOSO PROFESSOR PEDAGOGIA

11957 FABIANA PEREIRA DA SILVA MARZOCHI ATENDENTE DE FARMÁCIA

11958 TAMIRES APARECIDA SIQUEIRA MERENDEIRA

11960 POLIANA ANTONIA GAUDINO PINTO FARMACEUTICO BIOQUIMICO

11961 SÉRGIO CRISTIANO CORRÊA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

11964 FABIENE APARECIDA SEVERINO RODRIGUES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11965 SUENIA GONSALVES DUARTE FARMACEUTICO BIOQUIMICO

11967 SÉRGIO PEREIRA DOS SANTOS CONTADOR

11969 FRANCILEIDE FRANCISCO FERREIRA PROFESSOR DE GEOGRAFIA

11970 DAIANE DE OLIVEIRA MARCIO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11972 SÉRGIO PEREIRA DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

11973 JANAINA HONORATO FERREIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11976 ALLANA INGRID LIMA SILVA ASSISTENTE SOCIAL

11978 RAFAEL POZZATTI DE ATAÍDES FISIOTERAPEUTA

11979 MARIA LAÍSA DA SILVA PAIXÃO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

11980 PAMILA PIRES DOS SANTOS MERENDEIRA

11981 ROSILDA RODRIGUES ROCHA MERENDEIRA

11983 SIRLEI TROSDOLF MERENDEIRA

11984 CARLA DE SOUZA BRAGA FISIOTERAPEUTA

11985 DABILLA DE OLIVEIRA PRATES ENFERMEIRO UBS

11989 LEDEI RODRIGUES DA SILVA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

11992 EMANUELA LUIZA DE OLIVEITA PROFESSOR PEDAGOGIA

11993 SANDER DA SILVA LEMES FARMACEUTICO BIOQUIMICO

11994 ALEXANDRA CRISTINA RIBEIRO AGENTE DE TRANSITO

11998 LUCIANO GONÇALVES DE AGUIAR OPERADOR DE MAQUINAS

12002 ANA PAULA RESMINI FISCAL DE TRIBUTOS

12004 DAYANE AMÂNCIO VILLERÁ MARTINS AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

12005 MARCELO AUGUSTO CESAR OLIVEIRA BORGES ENGENHEIRO CIVIL

12006 MARCELA SANTOS BRAGA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

12007 JOSÉ BERNARDO DOS SANTOS FILHO PROFESSOR DE GEOGRAFIA

12008 KARINE FELICIA DE OLIVEIRA RODRIGUES MONITOR DE CRECHE

12010 NAYARA GRAYCE FERREIRA DE ALMEIDA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12012 RINALDO BALZON MÉDICO - PSF

12013 EDIMARCIO MARTINS BRITO MOTORISTA

12017 ANA CLAUDIA DA SILA AGENTE ADMINISTRATIVO

12018 KLISMANN MARCOS RIBAS NOGUEIRA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

12020 HELCIO JOSE POLISEL ENGENHEIRO CIVIL

12021 ZENAIDE MACHADO RIBEIRO MONITOR DE CRECHE

12024 CRISTIANE FLORES BUENO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12026 THAIS DO SANTOS RODRIGUES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12027 TEREZINHA RODRIGUES GARCIA MONITOR DE CRECHE

12028 ALLYSON DOBELIM SOARES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12030 FERNANDA VIVIANY DOS SANTOS CAMARGO PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

12031 EDUARDO PEREIRA DE OLIVEIRA ENGENHEIRO CIVIL

12036 JURANDIR GONÇALVES FRANCISCO XAVIER MOTORISTA

12040 FABIANA FAGUNDES ALVES ATENDENTE EM SAÚDE

12041 VANESSA DO NASCIMENTO BARLETE GARCIA MONITOR DE CRECHE

12045 ALINE NUNES BARBOSA MONITOR DE CRECHE

12046 EDUARDO PEREIRA DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

12049 JEAN CARLOS GRACIANO MOTORISTA

12053 LUCIMARA FIGUEIRA BELARMINO ATENDENTE EM SAÚDE

12056 LUCIMARA FIGUEIRA BELARMINO MERENDEIRA

12058 ANDRE LUIZ BEPPU MUNIZ FARMACEUTICO BIOQUIMICO

12061 JOSÉ BERNARDO DOS SANTOS FILHO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12063 CARLUCIA COSTA GOMES FARMACEUTICO BIOQUIMICO

12066 MIRIAM BARBOSA SILVA MONITOR DE CRECHE

12067 LUCINEIA GUEVARA VIEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

12076 FERNANDA RAMOS DE ALENCAR AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12077 BRUNA RAFAELA ROSA FISCAL DE TRIBUTOS

12079 TAYARA GLEICE BETETE SANTANA ATENDENTE DE FARMÁCIA

12081 MIRIAM BARBOSA SILVA MERENDEIRA

12082 RAFAELA VILLACIEN SOUZA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

12085 GISLAINE VIEIRA FUZATI AMBROSIO PROFESSOR PEDAGOGIA

12087 LUANA FERREIRA DOS SANTOS PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

12089 ISABEL PAULINO DE SOUZA BINDANDE MERENDEIRA

12092 MARLENE DIAS DE CAMPOS OLIVEIRA MERENDEIRA

12093 JUDITE LOPES ALVES DE SOUZA ODONTÓLOGO

12094 ANNE CAROLINE VELHO BARBOSA ATENDENTE EM SAÚDE

12098 EDVANIA MARIA SILVA GOMES FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

12101 ALINE RODRIGUES DE SÁ AGENTE ADMINISTRATIVO

12104 TREVISAN VIANA DA SILVA ODONTÓLOGO

12108 SUZANA SCHNEIDER BRITO FISCAL DE TRIBUTOS

12109 FLAVIANA DOS SANTOS SCHIAVO AGENTE ADMINISTRATIVO

12111 ANA PAULA MARTINS PROFESSOR PEDAGOGIA

12114 JOSE ANILSO PINTO GONÇALVES OPERADOR DE MAQUINAS

12115 YURI DARTIBALE ENGENHEIRO CIVIL

12116 REINALDO SANTANA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

12117 THAIS DOS REIS CUSTODIO AGENTE ADMINISTRATIVO

12121 HENRIQUE GIANINI ALVES AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

12122 ANA CLAUDIA VIANA COSTA SANTANA MERENDEIRA

12123 LUCIANA RODRIGUES COUTINHO PROFESSOR PEDAGOGIA

12124 LUIZ FERNANDO PEDROSO DA SILVA ENFERMEIRO UBS

12126 PAULINA LUCIENE SILVA DO PRADO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

12127 ALEX SILVA VIESTE FISCAL AMBIENTAL

12128 LUCIENE PEREIRA DA SILVA MERENDEIRA

12129 VANIA ALVES FERREIRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

12131 DENILTON MENDES DA SILVA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

12132 CLEIDE ANSELMO DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

12134 ANTONIO MOREIRA DOS SANTOS MOTORISTA

12137 KARLA CAMILA DE CAMPOS ENFERMEIRO UBS

12138 VINICIO URZEDO DA SILVA CONTADOR

12140 MARCELA SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

12141 LUCINEIA ROSA DA SILVA MONITOR DE CRECHE

12143 ALANA RODRIGUES DA SILVA FERREIRA MONITOR DE CRECHE

12144 ROBSON FERNANDES LINHARES DE ARRUDA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

12145 MATHEUS SANTOS COSTA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

12146 KENIO ANDRADE FONSECA MÉDICO - PSF

12147 JOSIMAR OLIVEIRA JOSINO PROFESSOR PEDAGOGIA

12148 LUZIA CRISTINA DO NASCIMENTO FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

12151 ELAINE PEREIRA VAZ MONITOR DE CRECHE

12154 GERCINO FERREIRA ALMANDES FISCAL DE TRIBUTOS

12160 FERNANDA BRANDÃO BARBI AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

12161 NALTYER NÚBIA FONSECA SEBASTIÃO AGENTE ADMINISTRATIVO

12164 ELAINE RIBEIRO DE JESUS MÉDICO - PSF

12165 JANE CLEIDE OLIVEIRA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

12166 DANIELE RODRIGUES REIS NICHOLS PROFESSOR PEDAGOGIA

12167 RUBENS ASSIS DE AZEVEDO AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

12169 SILVANA ALVES DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

12172 SÉRGIO CARLOS ARGENTINO JÚNIOR AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12173 MARIA ROSEVELTE DE OLIVEIRA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

12174 LUCIMAR JOSE DIAS PROFESSOR PEDAGOGIA

12177 ZILDA MAMEDES MONTALVÃO MERENDEIRA

12178 ELISANE DE ANDRADE DO PRADO SOUZA PROFESSOR DE GEOGRAFIA

12180 ELISANE DE ANDRADE DO PRADO SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO

12182 CAMILA ALVES CARMINATTI ENFERMEIRO UBS

12183 ALINE PRICILA MONTALVÃO FARIA MERENDEIRA

12185 ZILDA MAMEDES MONTALVÃO MONITOR DE CRECHE

12187 CAMILA ALVES DE SOUSA ENFERMEIRO UBS

12188 DELVAM CORREA RIOS MONITOR DE CRECHE

12190 NAIRA GABRIELA VOLPATO ENFERMEIRO UBS

12191 VANESSA DA CRUZ FONSECA AGENTE ADMINISTRATIVO

12192 ELIANA GOMES DA SILVA RANZULLA PROFESSOR PEDAGOGIA

12197 MARIA JOSE BESERRA DO NASCIMENTO PROFESSOR PEDAGOGIA

12198 FERNANDA APARECIDA EGUES FRANÇA PROFESSOR DE GEOGRAFIA

12199 AUREA LUCIA ISIDORO RUSSAFA PROFESSOR PEDAGOGIA

12201 JACQUELINE GARCIA CORREA MONITOR DE CRECHE

12202 LAURA MELO MACHADO JESUS PROFESSOR PEDAGOGIA

12203 LUCIENE FERREIRA GONCALVES AGENTE ADMINISTRATIVO

12207 VANILSA DELUQUE FREITAS PROFESSOR PEDAGOGIA

12208 BEATRIZ RODRIGUES DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO

12210 CIDMAR JOSÉ MOREIRA AGENTE DE TRANSITO

12212 ISTÉRIA JOVEM DE FREITAS CHAVES PROFESSOR DE GEOGRAFIA

12213 KLEBER PEREIRA DE OLIVEIRA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

12214 TCHEYSSA MENANDA CAMPOS NASCIMENTO MONITOR DE CRECHE

12217 EDENIA DE ANDRADE GONZAGA PROFESSOR PEDAGOGIA

12219 ISNAYRA MICHELLE CRISTINE DELMONDES VALENTIN ENFERMEIRO UBS

12220 IVETE FERNANDES GOMES PROFESSOR PEDAGOGIA

12221 NATÁLIA RODRIGUES CARRIJO FISIOTERAPEUTA

12222 KLEBER PEREIRA DE OLIVEIRA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

12223 ANDRÉ LUIZ DE JESUS PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

12226 CLEIDELENE BARBOSA PEREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

12230 JOILSON DE ALMEIDA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

12231 EDMARA MARQUES LEITE MERENDEIRA

12233 EDIMAR FRANCISCO SORES AGENTE ADMINISTRATIVO

12234 IZABEL COUTINHO DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

12236 CRISTIANE APARECIDA FRAGA PROFESSOR PEDAGOGIA

12239 KATIA CRISTINA DE ANDRADE GONZAGA CONTADOR

12240 JAIRO HENRIQUE PEREIRA MOREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

12241 ROBERTO CAZARIN MOTORISTA

12242 VALDILENE APARECIDA TEODORO OLIVEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12243 APARECIDA RAMOS VIANA PROFESSOR PEDAGOGIA

12244 REJANE DE SALES CAZARIN MERENDEIRA

12245 KLEBERK NEI DE CAMPOS SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12246 MONIQUE DIAS DONATONI PSICÓLOGO

12248 PRISCILA DIONISIO DE ATAYDE MAIA ENFERMEIRO UBS

12249 CARLOS ROBERTO OLIVEIRA SANTOS MOTORISTA

12250 PRISCILA DIONISIO DE ATAYDE MAIA AGENTE ADMINISTRATIVO

12253 CAROALAINE DOS SANTOS ANACLETO MONITOR DE CRECHE

12255 VAILSON ALVES DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

12260 ADENILDE RODRIGUES DA SILVA MONTEIRO PROFESSOR PEDAGOGIA

12262 FABRICIA OLIVEIRA DE ALMEIDA PROFESSOR PEDAGOGIA

12264 MARCIO ADRIANO LEITE AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

12266 CARLA GABRIELA DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

12267 CLAUDILENE BARBOSA JOVIO MONITOR DE CRECHE

12268 EDNA APARECIDA DA CRUZ SILVA ENFERMEIRO UBS

12272 JULIO CESAR FEITOSA DOS SANTOS MOTORISTA

12275 RENATO DA SILVA ENGENHEIRO CIVIL

12276 ELISANGELA RIBEIRO DE JESUS CONTADOR

12279 MARCOS VINICIO COSTA AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - ENGENHARI

12280 JOSE ERASMO RODRIGUES DA SILVA MOTORISTA

12285 MAURO SÉRGIO OLARTECHEA ABREU ENGENHEIRO CIVIL

12291 NEUSA BRANDÃO OLIMPIO DE ARAUJO MONITOR DE CRECHE

12292 LUIS FERNANDO GENEROSO DE OLIVEIRA ODONTÓLOGO

12294 FRANCIELY BARROS BORGES PROFESSOR PEDAGOGIA

12300 EDVALDO PEREIRA DOS SANTOS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

12303 MARCO ANTONIO PEREIRA DE SA PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

12304 GESIANE RODRIGUES DE ALMEIDA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

12306 PAULA DANIELY MAXIMIANO DE OLIVEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12308 VANDA BEZERRA MAXIMIANO MERENDEIRA

12309 CATARINA MARIA AFFONSO MERENDEIRA

12310 DANIELLI PAULINO LEITE PROFESSOR PEDAGOGIA

12311 FABIANA ANTUNES DE BARROS MONITOR DE CRECHE

12312 ELZA DA ROCHA ALVES MERENDEIRA

12313 VALTER SANTANA DE CAMPOS PROFESSOR MATEMÁTICA

12314 MARLENE SANTOS DA SILVA MERENDEIRA

12315 ALINY GRAZIELLY MONTENEGRO FERREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

12317 MICHELLE RENATA MARIM CORDEIRO ALVES PROFESSOR PEDAGOGIA

12318 LUCIANO PEREIRA MOURA AGENTE DE TRANSITO

12320 ANDREIA GUILHERME DE ALMEIDA PSICÓLOGO

12322 NEY DA SILVA BRAGA JUNIOR CONTADOR

12325 MARINALVA PAULA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

12327 ÍNGLES JEAN RIBEIRO DOS SANTOS PSICÓLOGO

12328 MAYCON BRENDON DE OLIVEIRA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12329 FABIANA APARECIDA MARTINS DE CASTRO. PROFESSOR PEDAGOGIA

12330 FABRICIO RICARDO DA SILVA AGENTE DE TRANSITO

12331 ELIENE GOMES RODRIGUES TÉCNICO EM ENFERMAGEM

12332 ALMENIS CANDIDA DE MORAES PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

12335 MARCECLEI DIAS DE PAULA FISCAL DE TRIBUTOS

12336 SELMA REGINA DE SOUZA MONITOR DE CRECHE

12337 CLEIDIELE VERONEZE DA SILVA MONITOR DE CRECHE

12338 ELAINE DOS SANTOS VIEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

12339 SELMA APARECIDA DE OLIVEIRA CAMARGO MONITOR DE CRECHE

12340 ANDREZA RESQUIM DE SOUZA MERENDEIRA

12341 ROMULO GABRIEL GOMES RANZULLA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12342 JHONATAN WILHAN DA SILVA ALVES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12343 FLAVIO DE ASSIS DE CAMPOS DUARTE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12345 LUCIANO LEITE ANDRADE MOTORISTA

12346 FLAVIA DE ARRUDA FARIAS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

12350 ANTONIO MARCOS DOS SANTOS MECÂNICO

12351 ANTONIO MARCOS DOS SANTOS AGENTE DE TRANSITO

12352 LUZINETE ARAUJO DE SOUSA MONITOR DE CRECHE

12354 FABIANA FERNANDES DOS SANTOS MERENDEIRA

12357 ELIAS DA SILVA ANDRADE PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

12358 ALEX DA SILVA BARROS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12359 ELIDSON ALVES LOPES FISCAL AMBIENTAL

12360 GERALDO LUCAS MOTA DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

12361 MARLENE MARQUES DE SOUZA MONITOR DE CRECHE

12362 ANTONIVAN DA SILVA CUIABANO PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

12363 THIENY CHAVES SANTANA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

12365 REGINA DE SOUZA BORTOLOZZO AGENTE ADMINISTRATIVO

12367 MISLANI APARECIDA DE OLIVEIRA MONITOR DE CRECHE

12368 MADALENA COELHO DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

12369 VALDIRENE ALVES DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

12370 MONICA URCINO AQUINO DE LAVOR PROFESSOR PEDAGOGIA

12371 VALDIR ORLANDO DA COSTA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

12372 MARCOS ALEXANDRE POIQUI DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12373 TAYNARA GUIDINI DOS REIS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12374 MARCIA APARECIDA DA COSTA ATAIDE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12375 GUILHERME PAULA CÂNDIDO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

12377 ELAINE PEREIRA VAZ PSICÓLOGO

12378 ANA CARROLINA OLIVEIRA ARAÚJO PSICÓLOGO

12380 ALISON YURI ARAUJO AMORIM ODONTÓLOGO

12381 LUCIANA PEREIRA DA COSTA SILVA MONITOR DE CRECHE

12385 ITANIELI SOUZA VIANA MONITOR DE CRECHE

12387 NILSON DIAS REIS MOTORISTA

12390 MARTA CHAPINI GOMES TÉCNICO EM ENFERMAGEM

12391 MAZIDY XAVIER SANTOS DA SILVA MERENDEIRA

12392 LOURDES AMARAL MENDES SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

12395 DAIANE SCHIAVO BARBOSA MONITOR DE CRECHE

12396 ANGELICA DE ANDRADE BARBOSA AGENTE ADMINISTRATIVO

12397 CIBELE POMAR DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

12398 ELIANE PAULINO DA CRUZ AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12399 FABIO DA SILVA RIBEIRO MOTORISTA

12401 LUCAS RODRIGUES MUNIZ AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12402 EUGENIA VENDRAMIM MESQUITA PROFESSOR PEDAGOGIA

12403 PAULO WENDER DE ALMEIDA OLIVEIRA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

12405 SUZILEY SOUZA DA COSTA ATENDENTE EM SAÚDE

12409 RHOGGER OLIMPIO DA CRUZ PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

12410 ANA PAULA MARTINS MOREIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12412 BARBARA HELLEN MARQUES LIMA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12413 CELIA REGIANE COSTA DE LARA MONITOR DE CRECHE

12414 WILLIAN SANTANA FERREIRA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

12415 ERICA MARIA CAMARGO ENFERMEIRO UBS

12416 ELIANE SALES MARTINS MERENDEIRA

12417 MARIANA GONÇALVES MARASSI AGENTE ADMINISTRATIVO

12418 CLAUDIANE LORINI PROFESSOR PEDAGOGIA

12419 RHOGGER OLIMPIO DA CRUZ AGENTE ADMINISTRATIVO

12421 CAMILA YULI DE CAMPOS AGENTE ADMINISTRATIVO

12422 FLAVIA CRISTINA LUPERINI SERRAO MERENDEIRA

12425 THAIS MARTINS DOS SANTOS ENFERMEIRO UBS

12426 FLAVIA CRISTINA LUPERINI SERRAO MONITOR DE CRECHE

12427 JOCINEIA MOTA DE OLIVEIRA MERENDEIRA

12428 GLAUCIANY FERREIRA GOUVEIA PROFESSOR PEDAGOGIA

12429 SILVANA BORGES FELTRIN AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12430 SIMONE BORGES FELTRIN PSICÓLOGO

12432 ANNE CAROLINE VELHO BARBOSA ATENDENTE DE FARMÁCIA

12434 ZILMA GARCIA PAREDE BRAGANÇA PROFESSOR PEDAGOGIA

12435 ANA MARIA GONÇALVES DOS SANTOS PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

12437 ELSON BATISTA PUGER FISCAL DE TRIBUTOS

12439 ANDRIELLY DA SILVA MACHADO MERENDEIRA

12440 NEZINHO MENDES CEZARIO ATENDENTE DE FARMÁCIA

12441 TASSIA CARMINA OLIVEIRA SILVA MERENDEIRA

12445 MARCO ANTONIO VARGAS GEMIO CONTADOR

12449 SHARA CESCON DA CRUZ AGENTE DE TRANSITO

12450 AMANDA CHAVES MACEDO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

12451 ILIZIELMA FERREIRA DO NASCIMENTO PROFESSOR PEDAGOGIA

12453 AMANDA CHAVES MACEDO AGENTE ADMINISTRATIVO

12454 ROSIMEIRE DA SILVA MATEUS RAMOS MONITOR DE CRECHE

12455 GEISIANE ABREU PUGER TELEFONISTA

12456 SHARA CESCON DA CRUZ MERENDEIRA

12457 FABRÍCIA CRISTINA RICARDO DE MATOS PROFESSOR PEDAGOGIA

12461 HELEN CLAUDIA DE ALMEIDA MONITOR DE CRECHE

12464 LUCINEIRA GONSALVES DIAS MERENDEIRA

12467 CREUZA MARIA DE MORAES AGENTE ADMINISTRATIVO

12468 MARLY APARECIDA DE OLIVEIRA ATENDENTE EM SAÚDE

12469 MILTON REDHER MONITOR DE CRECHE

12470 FABIO DE OLIVEIRA CARDOSO AGENTE ADMINISTRATIVO

12471 MARIA ROSA BOAVENTURA MERENDEIRA

12473 BEATRIZ FERREIRA COTRIM LEITE MERENDEIRA

12475 LUCIMEIRE APARECIDA BOMFIM AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

12476 DARIANA FURLANETTO FISCAL DE TRIBUTOS

12479 SILVANA SILVA GONÇALVES MONITOR DE CRECHE

12480 TAMYRES MONIQUE ARGENTINO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12483 YARA LUIZA DE JESUS GARCIA MERENDEIRA

12484 NEIVA RODRIGUES DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

12485 SCARLAT STEPHANI MACHADO DE ANDRADE FARMACEUTICO BIOQUIMICO

12486 CAROLINA DE SOUZA SA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

12490 VANESSA APARECIDA HENRIQUE DELFORNO MONITOR DE CRECHE

12492 CLEITON NEVES DA SILVA RAMOS AGENTE ADMINISTRATIVO

12495 NELZIRA BARBOZA FORTES PROFESSOR PEDAGOGIA

12497 JANAINE EVELLIN ALVES CORRÊA ENFERMEIRO UBS

12498 RÔMULO THOMAZELLI RIBEIRO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12499 LEANDRO DA COSTA FRANCO AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

12501 SIMONE APARECIDA DOS SANTOS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

12503 ROMAURA DOS SANTOS ALVES PROFESSOR PEDAGOGIA

12508 JOSIANE DE OLIVEIRA MACHADO PROFESSOR PEDAGOGIA

12511 JULIETA ROSA DE ASSUNÇÃO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12512 ARLETE DO CARMO MONITOR DE CRECHE

12513 HOSANA RODRIGUES ROCHA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

12517 VALERIA CRISTINA DE JESUS MONITOR DE CRECHE

12518 RAFAELA LAIANE PEREIRA SORATTO AGENTE ADMINISTRATIVO

12520 VALERIA GONÇALES FINOTTO ENFERMEIRO UBS

12521 SUZELAINE FIDELIZ CONRADO ATENDENTE EM SAÚDE

12524 KEINA DE OLIVEIRA ALMEIDA ENFERMEIRO UBS

12525 LAÍS DE OLIVEIRA GOMES TÉCNICO EM ENFERMAGEM

12526 VAGNO PIRES DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

12527 ALINE RENATA SOARES LUIZ AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

12529 DJANE APARECIDA CASSIANO MONITOR DE CRECHE

12530 SIRLEY DA SILVA MACHADO AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

12531 MARALICE VASCONCELOS DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

12536 WELLINGTON HELDER SÃO MARCO BASSAROTTI AGENTE DE TRANSITO

12537 CLEIDINEIA VELHO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

12538 JUMAR DOS SANTOS FILHO ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

12540 JESSICA BOAVENTURA DE MATOS MERENDEIRA

12541 ANDREY MEDEIROS LADEIA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12542 JUMAR DOS SANTOS FILHO AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

12543 EDMAR PIRES FRANCISCO PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

12545 GABRIEL DANILO SANTOS ZORZENON AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12546 LAISON LUCIO SANTIAGO OLIVEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12547 JEANE BOAVENTURA DE MATOS MERENDEIRA

12551 JULIANA PEREIRA LEITE LESCO PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

12552 CAMILA CRISTINA DOS SANTOS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

12554 MARCIA DA MATA DOS SANTOS ASSISTENTE SOCIAL

12555 WAGNER MANOEL DOS PASSOS PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

12559 FABIO DA SILVA LEITE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12560 SABRINA MOREIRA ALVES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12562 CELSO LUIZ DA SILVA MECÂNICO

12563 ALINE FRANCIELI DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO

12566 BRUNA FERNANDA MIRANDA DE LIMA REDEZ MÉDICO - PSF

12568 LUDIMILA ARAUJO ALVES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12570 LUZIA APARECIDA DA PAIXÃO MONITOR DE CRECHE

12571 BRUNO CESAR MIRANDA DE LIMA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

12573 ELDA VIEIRA DE AGUIAR MERENDEIRA

12574 JOCIELLY BASTOS DA SILVA MONITOR DE CRECHE

12575 GLAUCIANE VIEIRA DE ARAUJO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12576 NATHAN DAVID BATISTA BEZERRA FISCAL DE TRIBUTOS

12578 MARIANA CRISTINA BOM MEDICO VETERINÁRIO

12581 JULIANA MARIA DA SILVA ENFERMEIRO UBS

12582 BRUNO DE FREITAS NEVES ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

12583 SONIA MARIA MIRANDA DE LIMA ENFERMEIRO UBS

12584 HERCULES DA SILVA BARBOSA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12585 JOSE CICERODA SILVA MOTORISTA

12586 FABIO BATISTA TOMAZ CONTADOR

12589 FABIO BATISTA TOMAZ AGENTE ADMINISTRATIVO

12590 ANA PAULA DE SOUZA TRAVAGINI MONITOR DE CRECHE

12593 MARIA APARECIDA DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12594 RENATA DA SILVA CASTRO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12595 ELLEN KAROLINE TEIXEIRA ORLANDO PRADO PROFESSOR PEDAGOGIA

12596 PEDRO EMILIO DE MORAES BATISTA AGENTE ADMINISTRATIVO

12597 ODAIR JOSE CAMARGO PROFESSOR DE GEOGRAFIA

12598 JECIRLENE JOSE SILVA MERENDEIRA

12599 IVANIA DE FATIMA SCHIRMER PROFESSOR PEDAGOGIA

12600 DAIANA THAINARA VARGAS VICENTE ATENDENTE DE FARMÁCIA

12601 EVANDRO DE AMORIM MARANGON AGENTE DE TRANSITO

12605 STEFANIA MARQUES PIMENTEL PROFESSOR PEDAGOGIA

12606 LEIDIMAR GONÇALVES RIGONI MÉDICO - PSF

12607 EDIVANIA ALVES DE ANDRADE MERENDEIRA

12608 ANA KAROLINE DE OLIVEIRA GONÇALVES MONITOR DE CRECHE

12609 ILDA DO CARMO FURTADO DA SILVA MERENDEIRA

12610 KAREN JAQUELINE TAVARESDO AMARAL PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

12612 NOSLAYNE RIBEIRO PINHEIRO MERENDEIRA

12613 EMERSON LEITE FERERINE MOTORISTA

12616 JOANA APARECIDA DE JESUS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

12619 JOANA APARECIDA DE JESUS ASSISTENTE SOCIAL

12620 LUCIMAR CARDOSO MORAES PROFESSOR PEDAGOGIA

12622 INGRID FEREIRA DA COSTA MONITOR DE CRECHE

12623 DANUBIA DA ROCHA RIBEIRO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

12625 ANDREIA DOBELIM DA SILVA ENFERMEIRO UBS

12626 JOYCE CORREA DE OLIVEIRA ATENDENTE EM SAÚDE

12627 SELENI APARECIDA DA COSTA MERENDEIRA

12628 JOAO VITOR ALVES TEODORO AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

12629 EVANDRO WELSON GONCALVES DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO

12630 SELENI APARECIDA DA COSTA MONITOR DE CRECHE

12632 FRANCIELI MARCELINA DOS SANTOS MERENDEIRA

12633 BRUNA BIANQUINI BATISTA ENFERMEIRO UBS

12634 ELIDA LIMA RODRIGURES TELEFONISTA

12635 TANIELMA FERREIRA PEREIRA LOPES ENFERMEIRO UBS

12637 FERNANDO MIRANDA DE LIMA MÉDICO - PSF

12639 CLAIANE CAÍRES BARBOSA MÉDICO - PSF

12640 FIDÉLIS DE SIQUEIRA GONZAGA AGENTE ADMINISTRATIVO

12642 NATANAEL FERREIRA DIOGO JUNIOR AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12644 FABIANA MARTINS DE SOUZA MONITOR DE CRECHE

12645 ADRIANA DA SILVA ROCHA DE ARAUJO MERENDEIRA

12646 CARLA CRISTINA SANTOS LOPES MONITOR DE CRECHE

12650 DOUGLAS CAMERA CARDOSO PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

12651 GLEYCE MIRELLY RODRIGUES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12653 BENEDITA MARIA DE BOMFIM E LIMA PROFESSOR PEDAGOGIA

12655 GEOVANA MOREIRA DOS SANTOS PSICÓLOGO

12657 DOUGLAS CAMERA CARDOSO AGENTE ADMINISTRATIVO

12658 DAVID RAFAEL MENDES PEREIRA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

12659 HELVIO HENRIQUE DALA COSTA ENGENHEIRO CIVIL

12660 ANDREIA DE MOURA SANTOS MONITOR DE CRECHE

12663 TALITA ALVES DIAS MONITOR DE CRECHE

12664 MARTA REGINA PEREIRA DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

12665 JULIANA DA COSTA FERREIRA MONITOR DE CRECHE

12666 FRANCISLAINE VERSALI AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

12667 DALVA SOUSA DE JESUS HORN ENFERMEIRO UBS

12670 SILENE DA SILVA SANCHES TELEFONISTA

12671 ELIANE DA COSTA FERREIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12673 ELÂINE CRISTINA BRAVO MAGALHÃES PROFESSOR PEDAGOGIA

12674 ROSINEIA CRISTIANE SILVEIRA FISCAL DE TRIBUTOS

12675 DANUBIA DA ROCHA RIBEIRO ENFERMEIRO UBS

12678 ROSANE ALVES DA SILVA MONITOR DE CRECHE

12679 IVONE TORRES GOMES PROFESSOR PEDAGOGIA

12680 NÚBIA OLIVEIRA DA SILVA PEREIRA ASSISTENTE SOCIAL

12681 CLAUDINEI ALVES BORGES FISCAL AMBIENTAL

12683 TIAGO SANTANA DA ROCHA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12685 ROSILEIA OLIVEIRA SOUZA MERENDEIRA

12686 JOSE CLAUDIO PARA DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12687 ROSICLEIA PEREIRA MONITOR DE CRECHE

12688 CRISTIANO PEREIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12690 REGIANE BATISTA DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

12691 GIRLENE FERREIRA DA SILVA PROFESSOR DE GEOGRAFIA

12692 LUCENI DA SILVA MORETTI TÉCNICO EM ENFERMAGEM

12695 FRANCIELI SANTANA DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12697 VERONICE CORREA MOREIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12698 CLEITON SOARES ARAUJO DA SILVA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

12699 ADRIANA SIRQUEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

12701 POLIANA ROSA PEREIRA DE SOUZA MONITOR DE CRECHE

12702 RAIANE SILVA DOURADO PROFESSOR PEDAGOGIA

12703 BETANIA CAMILA NUNES AGENTE ADMINISTRATIVO

12705 CRISLAINE PEREIRA DA SILVA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

12707 ROSELI RODRIGUES DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

12709 WILLIAM SERENINI FERREIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12710 DANIELA MOREIRA DOS SANTOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12711 ADRIELE DOS SANTOS DE JESUS AGENTE ADMINISTRATIVO

12712 DAIANE RODRIGUES COELHO FISCAL DE TRIBUTOS

12713 NATÁLIA LOPES RODRIGUES DOS SANTOS PSICÓLOGO

12714 REGINA VANI BISPO ASSUNÇÃO AGENTE ADMINISTRATIVO

12715 TATIANE DA CRUZ NUNES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12716 VANESSA ALVES NOGUEIRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

12717 MARIA APARECIDA LIMA DOS SANTOS AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

12718 IDARLENO DOMINGOS DA COSTA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

12720 JACQUELINE DA SILVA MORAIS MONITOR DE CRECHE

12721 GUSTAVO RAMOS DE OLIVEIRA ENGENHEIRO CIVIL

12722 MARGARETE BORBA SALOMÃO MERENDEIRA

12723 SARA VEIGA GONÇALVES MÉDICO - PSF

12725 MARILSA SANTANA DE ARRUDA MONITOR DE CRECHE

12728 JOÃO PAULO SALOMÃO DE LIMA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12737 NICOLLY DOS SANTOS MORAES FISCAL DE TRIBUTOS

12739 CLEIDIMARA LOPES PROFESSOR PEDAGOGIA

12742 JAIRO PEREIRA DOS SANTOS MOTORISTA

12746 PÂMELA CRISTINA CRIADO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

12751 NATALIA SOARES MÁGIO ENGENHEIRO CIVIL

12752 MARCIA PENARIOL DE CAMARGO PROFESSOR PEDAGOGIA

12753 JOSÉ HENRIQUE LUPERINI FISCAL DE TRIBUTOS

12755 ADRIANA PAULINO DA CRUZ ATENDENTE DE FARMÁCIA

12756 MARIA ERLEN DA SILVA BARBOSA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12762 ALEX JOSÉ DOS SANTOS ROSA AGENTE ADMINISTRATIVO

12763 ZUILDA RODRIGUES DE SOUZA ENFERMEIRO UBS

12765 JOÃO PEDRO JAMARIQUELI DE LIMA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12766 GLEBSON CARDOSO DA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

12767 SANDRA GOMES DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

12769 EDIMILSON DOROTEIA FERREIRA MOTORISTA

12772 REGINALDO SOUZA LEITE MOTORISTA

12773 LUIZA VITAL DE ARAUJO MERENDEIRA

12774 GISELI FERRARESI DE CASTILHO FISCAL DE TRIBUTOS

12777 DARCILENE DOS SANTOS GOMES BONFIM FISIOTERAPEUTA

12782 EDELCIDES APARECIDO TOLON AGENTE ADMINISTRATIVO

12783 JOCILENE PEREIRA DOS SANTOS MERENDEIRA

12784 EDILAINE DELFINA DA ROCHA ATENDENTE EM SAÚDE

12786 MARILI APARECIDA DE CARVALHO MONITOR DE CRECHE

12788 KARINE NEVES GOMES ODONTÓLOGO

12790 ANDRÉ FELIPE CAMPOS ARTIAGA PROFESSOR MATEMÁTICA

12794 VALDECY SERGIO DE OLIVEIRA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

12795 OBEDAN SAMPAIO BONFIM MOTORISTA

12799 CAMILA DIAS DA ROCHA MERENDEIRA

12800 MARCIO GARCIA MACHADO MOTORISTA

12801 FAGNER LUIZ DA SILVA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

12802 PATRICIA FERREIRA DELLALIBERA ENGENHEIRO CIVIL

12803 RODIGO RAMOS DA SILVA MOTORISTA

12806 ZIDALVO RODRIGUES DE SOUSA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

12807 DIEGO DE SOUZA MÁXIMO AGENTE ADMINISTRATIVO

12811 VALDINEIA SOCORRO DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

12812 MIRIELE MARIN MONITOR DE CRECHE

12818 JOANNE DE MATOS RAMOS ODONTÓLOGO

12820 MARCIA PEREIRA MACHADO PROFESSOR PEDAGOGIA

12822 LEONARDO BARROS CASTRILLON ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

12827 MAYCON EVANGELISTA FELÍCIO FISCAL DE TRIBUTOS

12834 ELIZABETE SOUZA DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

12837 ADRIANA DOS SANTOS TROSDOLF MONITOR DE CRECHE

12838 KELLI CRISTINE FERNANDES BRIQUEDO TOLEDO MERENDEIRA

12841 MARCOS CHAVES FISCAL DE TRIBUTOS

12849 MAIARA SALDANHA ROCHA PROFESSOR PEDAGOGIA

12854 GEORGE LUCAS TOLÓ FISCAL AMBIENTAL

12855 LAURIVETE RODRIGUES DE SOUZA MERENDEIRA

12857 JHENIFFER FERNANDA PILAR GOMES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12864 DIEGO BORGES CONTADOR

12866 ELINEUDA GOMES BELMIRO MERENDEIRA

12868 LARISSA SOARES VERONEZI MONITOR DE CRECHE

12870 SILMARA MUNIZ MENDES MERENDEIRA

12873 JHONATA SILVA DE SOUZA PEREIRA MONITOR DE CRECHE

12874 WALMIR TOLEDO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12876 MARCILENE FERREIRA DE LANA MONITOR DE CRECHE

12877 ROSILENE FARIA BRAGA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

12879 VERÔNICA CECILIA LACERDA DA SILVA BORGES PROFESSOR PEDAGOGIA

12884 EDMAR FRANCISCO DE CARVALHO FISCAL DE TRIBUTOS

12886 BENJAMIM FILHO TOLEDO DE MELO AGENTE DE TRANSITO

12889 CRISANTO DAMASCENO ALVES MOTORISTA

12890 ANDREIA APARECIDA DA SILVA FERNANDES FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

12896 EDIR DOMINGOS SANTOS MOTORISTA

12897 CRISTIAN BRUNO ARAUJO ALVES AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

12903 RAFAEL DE ABREU LOPES AGENTE ADMINISTRATIVO

12904 MATHEUS LEMES FERNANDES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12908 JULIANO RAMOS DURAN ENFERMEIRO UBS

12911 IDELIENE ALVES LUIZ PROFESSOR PEDAGOGIA

12913 EDER LUIS BURGO GUEVARA CONTADOR

12915 DALCILENE BORGES DA SILVA ENFERMEIRO UBS

12916 MARIA APARECIDA NEVES SANTANA PROFESSOR PEDAGOGIA

12918 SANDRA REGINA CARVALHO PROFESSOR PEDAGOGIA

12922 ESTER ALVES SILVA DO CARMO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12923 CAMILA DIAS DA SILVA MERENDEIRA

12926 MARLY DE FATIMA GARCIA ORTIZ MERENDEIRA

12929 JACQUELINE GONÇALVES ROSA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12933 TELMA MARIA CORREA DOS SANTOS COSTA PROFESSOR PEDAGOGIA

12934 JACQUELINE DE JESUS CAVALIERI ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

12935 PAMELA LORRAINE ALVES GALEANO MERENDEIRA

12936 MARCILÉIA PEREIRA DO CARMO PROFESSOR PEDAGOGIA

12937 CLAUDIA ALVES DE OLIVEIRA ATENDENTE DE FARMÁCIA

12942 KAROLINE KESTER WERKAUSER PROFESSOR PEDAGOGIA

12944 LUANA NAYARA SILVA SERAFIM MERENDEIRA

12949 ANJULUMAR RODRIGUES DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO

12950 JOSUE SILVA DE ABREU FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

12951 VALDIRENE DE OLIVEIRA MOREIRA DA SILVA PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

12954 RODRIGO ALVES ENGENHEIRO CIVIL

12956 BRUNA DE MELO FIGUEIREDO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12959 MAYRA DE SOUSA RIBEIRO ODONTÓLOGO

12960 LUCIANA FERREIRA DA SILVA FISIOTERAPEUTA

12962 RENANN DE OLIVEIRA GOMES DE ARRUDA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

12963 JEOVANIA MARCIA DE OLIVEIRA ODONTÓLOGO

12965 LINDOMAR DA SILVA COSTA ENFERMEIRO UBS

12966 TAMYLIS APARECIDA DA SILVA SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

12967 EDINERITO ANTONIO DA SILVA MOTORISTA

12970 ANA CLAUDIA DE SOUZA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12971 ALINE GUIMARÃES SILVA MONITOR DE CRECHE

12972 VÂNIA ARAÚJO DA SILVA SANTOS FISCAL DE TRIBUTOS

12974 REGIANE LINA DOS SANTOS MERENDEIRA

12975 WANDERSON PEREIRA VIEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12978 ROSENIR VASCOMCELOS DOS SANTOS DARDENGO PROFESSOR PEDAGOGIA

12979 MARIA LIMA DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

12980 CRISTIANE PIRES SANTANA PENARIOL PROFESSOR PEDAGOGIA

12981 GLEICIANE LUIZ DOS SANTOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12983 JOELMA MARQUES QUEIROZ IZIDORIO MONITOR DE CRECHE

12985 DAYANE GOMES DOS SANTOS AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

12986 TATYANE DA SILVA CASASÚS FIGUEIREDO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

12987 JUCIMAR SALDANHA DANTAS DO NASCIMENTO MERENDEIRA

12989 LAURA BELTRÃO CORREA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

12990 ADRIANA DE ARAUJO SANT ANA D AVILA FONOAUDIÓLOGO

12991 SUELLEN DA SILVA PEREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

12992 MARIA LINDALVA SARAIVA TELEFONISTA

12993 FELIPE CÉSAR PEREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

12997 LAIANE SOUZA PIRES PROFESSOR PEDAGOGIA

12998 JÚLIO CÉSAR DA CRUZ LARA ENFERMEIRO UBS

13001 CHARLES MIRANDA FRIOZI ENGENHEIRO CIVIL

13003 HELENA DE OLIVEIRA MERENDEIRA

13006 SUZELI APARECIDA DE LIMA MONITOR DE CRECHE

13008 LAIANE SOUZA PIRES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13009 CRISTIANA NUNES VICENSOTTO MONITOR DE CRECHE

13011 ANA FLAVIA PIETRO AGENTE ADMINISTRATIVO

13012 ERIVAN FERREIRA DA SILVA MOTORISTA

13014 LEIDIMAR ANTONIA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

13016 CRISTINA DE OLIVEIRA MANEA AGENTE ADMINISTRATIVO

13019 HELIO RICARDO REMIÃO GONÇALVES ENGENHEIRO CIVIL

13020 JESSICA AMANDA DA SILVA MERENDEIRA

13021 ELIANE LUIZ DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

13022 BISMARCK SILVA DO CARMO ODONTÓLOGO

13025 VASTÍ DE SOUZA RAPOSA ENFERMEIRO UBS

13031 ROSIMARY RIBEIRO DE OLIVEIRA MONITOR DE CRECHE

13035 ERLY CRISTIANI BELTRAMINI MERENDEIRA

13036 JULIA DA SILVA SANTOS MERENDEIRA

13037 MICHELE PAULA DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

13038 REGIANE RIBEIRO DE OLIVEIRA MONITOR DE CRECHE

13040 JULIANA APARECIDA PEIXOTO NISHIYAMA ENFERMEIRO UBS

13042 JESSICA KAROLINE DE OLIVEIRA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13044 JEFFERSON DOUGLAS OLIVEIRA AGENTE DE TRANSITO

13046 LUANA DE LIMA LEPORONI TENÓRIO NUTRICIONISTA

13048 WEDIMA RAQUEL NEVES DA SILVA MONITOR DE CRECHE

13049 MATEUS SANTOS DA SILVA AGENTE DE TRANSITO

13051 EMILSON MARCELINO LOPES TÉCNICO EM ENFERMAGEM

13052 LUCIENE GONÇALVES TÉCNICO EM ENFERMAGEM

13054 PATRICIA KEKE LOPES DE MORAES MERENDEIRA

13059 MARISTELA JUSTINA DOS REIS PROFESSOR PEDAGOGIA

13060 DEBORA CRISTINA ALVES FERREIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13061 MARIA APARECIDA DAS NEVES MERENDEIRA

13062 RICARDO AUGUSTO ALVES DE OLIVEIRA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

13065 CAROLINE CAETANO MARQUES AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

13069 HEBER PADOVANI PAVIN AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13070 NAYANNE ALVES BRAGA ODONTÓLOGO

13071 ANDRE BATISTA MARTINS CARVALHO AGENTE ADMINISTRATIVO

13072 NAYARA GORETE BATISTA GUSMÃO DE ALMEIDA DA FONSAEUCXAILIAR ADMINISTRATIVO

13075 JOSUE SILVA DE ABREU MOTORISTA

13077 IRACI NOGUEIRA DA ROCHA CAMPOS PROFESSOR PEDAGOGIA

13078 ROGÉRIO DOS SANTOS ZANOL ENGENHEIRO CIVIL

13079 JUCELI SENN PROFESSOR PEDAGOGIA

13082 REGINALDO PEREIRA COELHO AGENTE DE TRANSITO

13083 MARCIA DE ALMEIDA FRANÇA MERENDEIRA

13085 CLEIDE MARA PRUDENCIO RODRIGUES DA SILVA MONITOR DE CRECHE

13087 MARILZA DE MOURA MENDES PROFESSOR PEDAGOGIA

13088 QUEROLAI LEMES DA SILVA MONITOR DE CRECHE

13089 HELEN CARLA DA SILVA PSICÓLOGO

13090 ODAIR BATISTA AGENTE DE TRANSITO

13091 MARILZA DE MOURA MENDES AGENTE ADMINISTRATIVO

13093 ANA CLARA VASCÃO GARCEZ MONITOR DE CRECHE

13094 RAYELE BENEVIDES DA CRUZ OLIVEIRA PSICÓLOGO

13095 JESSICA PRISCILA DE CARVALHO AGENTE ADMINISTRATIVO

13096 THALLYTA RAYANNE PEIXOTO DA SILVA ENFERMEIRO UBS

13099 MARIA ERLEN DA SILVA BARBOSA MERENDEIRA

13100 ALINE DE OLIVEIRA CAVALCANTE FISCAL DE TRIBUTOS

13102 LUCAS MORAIS SANTOS FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

13104 ALLINE ANGELA HORDONHO LEITE SILVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

13106 ALINE DE OLIVEIRA CAVALCANTE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13107 ROSICLÉIA NUNES RIBEIRO ATENDENTE EM SAÚDE

13109 LUCIENE SOARES DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

13113 RAFAELA DE OLIVEIRA E SILVA MONITOR DE CRECHE

13115 KARINE LIMA DA SILVA FISIOTERAPEUTA

13116 KARLA SOUZA DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

13118 EDILENE APARECIDA DE SOUZA COSTA MONITOR DE CRECHE

13119 ALDMAR MATOS DOS SANTOS FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

13120 MATEUS ROSSATO DEMITE FISCAL DE TRIBUTOS

13121 ROSENILDA CARDOSO DOS SANTOS ANACLETO TELEFONISTA

13123 MATEUS ROSSATO DEMITE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13125 ISAQUE LOPES NUNES AGENTE DE TRANSITO

13128 SIMONE RODRIGUES DE FREITAS ATENDENTE EM SAÚDE

13129 LUCIANO ALVES MARTINS AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

13130 GLEICE APARECIDA FERREIRA DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO

13132 VALDENICE BARBOSA FERREIRA MERENDEIRA

13133 ISMAL LOPES NUNES MOTORISTA

13134 TALTINEI BURACHI PERUCHI PROFESSOR PEDAGOGIA

13139 ANDRESSA COSTA TITO DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

13143 ROSELI BENTO FERREIRA MERENDEIRA

13150 RAFAEL PORTO PINHEIRO AGENTE ADMINISTRATIVO

13153 RENAN DA SILVA BANDEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13154 JULIANA NICODEMOS BRUZZON ENGENHEIRO CIVIL

13156 JOSE ARMANDO FERREIRA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

13160 LUCIVANIA MENDES RODRIUES ODONTÓLOGO

13167 DIANE BUNGENSTAB DA SILVA PSICÓLOGO

13168 GABRIELA TAQUES MONTEIRO ODONTÓLOGO

13170 LETICIA PAOLA KOLLN MÉDICO - PSF

13171 ROSEANE SANTOS COUTINHO LOIOLA MONITOR DE CRECHE

13172 MAURA LUCIA DANTAS DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

13175 GESSICA MARIA PEREIRA GUIRELLI AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13177 MARIA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

13178 ERLI PORTO DE OLIVEIRA FISCAL DE TRIBUTOS

13180 CRISTIANE DAS GRAÇAS DA SILVA MONITOR DE CRECHE

13181 BRUNA ALEXANDRE LOIOLA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13182 MARLENE COSTA PAIXÃO AGENTE ADMINISTRATIVO

13184 ELTON DE CARVALHO CORREA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

13188 ANIVIA FARIAS DA FONSECA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13190 LEONICE ALVES DA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

13192 PAMELA NUNES CABRAL PROFESSOR PEDAGOGIA

13195 IONE CARRIJO FARMACEUTICO BIOQUIMICO

13198 ANDREIA DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

13201 MARINALVA COITINHO MERENDEIRA

13203 SILVANA AMORIM MERENDEIRA

13204 SILVANA AMORIM MONITOR DE CRECHE

13205 GERALDO DONIZETE TOLO JUNIOR FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

13207 LETÍCIA NASCIMENTO MACIEL AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13209 ELKLIS TENÓRIO VIANA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

13212 EDINEIA MARQUES DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

13217 RONALDO CARNEIRO CRUZ ODONTÓLOGO

13219 MARIA BEATRIZ SANTOS BRITO AGENTE ADMINISTRATIVO

13220 DEBORA GARCIA DO NASCIMENTO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13221 CARIME BRETAS GUIMARÃES FISCAL DE TRIBUTOS

13225 EUDETH AMORIM DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

13226 ANA LUCIA SERAFIM GIMENES AGENTE ADMINISTRATIVO

13227 JOAO RAFAEL RODRIGUES QUEIROZ SIQUEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13229 MARIA LUIZA BENÍTEZ DA SILVA MONITOR DE CRECHE

13230 THAYCIANE DANIELLY TEIXEIRA DE BRITO ENFERMEIRO UBS

13231 CLEANTO RODRIGO DA SILVA LOPES ENFERMEIRO UBS

13232 VIVIANE FERRARI DOS SANTOS ENFERMEIRO UBS

13238 RODRIGO PEDRO LEMOS ARCANJO MEDICO VETERINÁRIO

13239 CARLOS ROBERTO GREVE NETO MOTORISTA

13240 JOÃO BATISTA LOPES CORREA PROFESSOR PEDAGOGIA

13243 DIEGO BORGES AGENTE ADMINISTRATIVO

13245 IGOR TORRES DE BARROS ODONTÓLOGO

13246 SOLANGE SILVA FREITAS CORREA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13247 WEVERSON GONÇALVES DE SOUZA MOTORISTA

13249 MIRIELE MARIN MERENDEIRA

13251 MARIA ISABEL CONTARDI MARTINEZ MERENDEIRA

13253 LUIZ HENRIQUE COTRIM MOTORISTA

13254 MARIA VANUSA MARIANO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

13255 TITO PEREIRA LEITE MOTORISTA

13257 LETICIA DE OLIVEIRA CAMPOS AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

13265 VANIA APARECIDA DOS SANTOS SILVA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

13268 VANIA APARECIDA DOS SANTOS SILVA MERENDEIRA

13271 LUANA CRISTINA DE MELO EDUARDO AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

13276 LETICIA MOLINA MERENDEIRA

13280 GLEISON COLETA LEAL AGENTE DE TRANSITO

13281 GLEISON COLETA LEAL MOTORISTA

13284 ELIANE MASSAI PROFESSOR PEDAGOGIA

13289 AURÉLIO GONÇALVES SERAPIÃO PROFESSOR PEDAGOGIA

13291 LILIAN REGINA SOUZA DE ANDRADE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

13292 ROSALI DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

13296 GENESMAR PEREIRA DE SOUZA ENGENHEIRO CIVIL

13297 TIAGO DE SOUZA AGENTE DE TRANSITO

13298 ÊMILY DE SOUZA BRITO PROFESSOR PEDAGOGIA

13299 TIAGO DE SOUZA MOTORISTA

13307 MAYRA LUIZA DA SILVA LIMA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13308 MARIA DE LOURDES LINS STRAMBECK TÉCNICO EM ENFERMAGEM

13309 JOSIANE FARIA BORGES DE SOUZA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

13311 BEATRIZ DE OLIVEIRA MAXIMO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13314 JEFFERSON LEONARDO CONCEIÇAO DOS SANTOS ATENDENTE DE FARMÁCIA

13315 VERA LÚCIA RICI MONITOR DE CRECHE

13316 LUCELIA RODRIGUES RAMOS DIAS PROFESSOR PEDAGOGIA

13317 MARIA DO ROSARIO MONTIEL DOS SANTOS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

13318 RENILSON BARBOSA DOS SANTOS PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

13319 QUÉZIA LUCAS DOS SANTOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13322 DANIELLE DA ROCHA PAES ALEXANDRE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13324 GABRIELLE MARQUES DE JESUS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13326 EVELLYN TAYNARA RODRIGUES ARRUDA PSICÓLOGO

13327 UILSON SOARES DE ARAUJO AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

13328 LUCINDA RODRIGUES DA BOA MORTE TÉCNICO EM ENFERMAGEM

13332 BRUNO PEREIRA CAMPOS AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

13333 RONILDO CLAUDIO DA CRUZ AGENTE ADMINISTRATIVO

13335 CEDINA VICENTE COELHO MARTINS PROFESSOR PEDAGOGIA

13337 NILCELI PAMELA DA SILVA FISCAL AMBIENTAL

13338 ROSELI DAS GRAÇAS VICENTE MERENDEIRA

13340 MARIA SIDIANE DOS SANTOS DA LUZ PROFESSOR PEDAGOGIA

13341 MARILIGIA DE ALMEIDA EGUES ENFERMEIRO UBS

13342 LIAMARA DE OLIVEIRA MERENDEIRA

13343 PEDRO JIMENEZ DOS REIS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13344 VANESSA CINTRA DE ALMEIDA MERENDEIRA

13345 VITOR EMANOEL DOS SANTOS RODRIGUES PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

13346 ELLEN SIMARA DE ALMEIDA EGUEZ AGENTE ADMINISTRATIVO

13347 PAULO ANTONIO MOTA ATENDENTE EM SAÚDE

13348 WANDERSON DIHEY FREDERICO DA SILVA MOTORISTA

13349 WANDERSON DIHEY FREDERICO DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

13351 ERENI DA SILVA RIBEIRO MONITOR DE CRECHE

13352 NILTON FRANSCISCO DA SILVA AGENTE DE TRANSITO

13353 RENATO SANTANA DA SILVA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

13355 VANESSA RODRIGUES DODO PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

13356 TAYNARA APARECIDA DA SILVA SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

13357 ELENIR MILAN DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

13358 CLOVIS NOBREGA ATENDENTE DE FARMÁCIA

13360 WALLACI HENRIQUE PUGER DE OLIVEIRA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

13365 LOURDES CAITANA DE CAMPOS PROFESSOR PEDAGOGIA

13368 ANTONIO ANACLETO RODRIGUES NETO MECÂNICO

13369 AGNELO CAMPOS SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

13374 FABIANO DIAS MARTINS AGENTE DE TRANSITO

13375 CRISTIANO VITTORAZZI DE SÁ AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13377 IVANA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

13378 JACKIENE PENA PAVIN FISIOTERAPEUTA

13381 JADER WANDO DA SILVA SOARES MOTORISTA

13382 BERTO SALUSTIANO PAULINO AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

13384 MAYCOL JHONATAN FLECK DE ALMEIDA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13385 VALMIR ASSIS DA SILVA ELETRICISTA

13386 FÁBIO LÚCIO DA SILVA MOTORISTA

13389 SANDRA ANDRADE DO PRADO AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

13391 SUELLEN ASSIS DE AZEVEDO MERENDEIRA

13394 RAIANE APARECIDA GONÇALVES ENFERMEIRO UBS

13400 EMILLY PERES DOS SANTOS ENGENHEIRO CIVIL

13402 WALTER FERREIRA LEAL FISCAL DE TRIBUTOS

13406 APARECIDA SAMPAIO DE MOURA MONITOR DE CRECHE

13409 WALTER FERREIRA LEAL AGENTE DE TRANSITO

13411 DALVENICE BORGES MAIA PROFESSOR PEDAGOGIA

13413 ANDREIA CUSTODIA BARBOSA FERREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

13415 JÉSSICA GARCIA DA SILVA ENFERMEIRO UBS

13418 LUCIO OMAR MEIRELES NOVAIS ENFERMEIRO UBS

13419 GUILHERME CASAGRANDE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13420 DEISE MARA SIQUEIRA PROFESSOR DE GEOGRAFIA

13422 DIVINO ROSARIO ALVES ENFERMEIRO UBS

13424 REGISLAINE MAZIERO ORLANDO PROFESSOR PEDAGOGIA

13426 VITOR DE LIMA PEREIRA ATENDENTE DE FARMÁCIA

13427 LUCIANA RODRIGUES LIMA PROFESSOR PEDAGOGIA

13429 GABRIELA ORLANDO PESSOA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13430 LUIS HENRIQUE DOS SANTOS ENGENHEIRO CIVIL

13433 CARMEM SILVA ARRUDA FARIAS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

13434 FABIO LAGES DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

13435 ELENIR MILAN DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

13437 ANA PAULA SOARES MORAES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13438 GUILHERME ORLANDO PESSOA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

13441 SANTINO DE OLIVEIRA PROFESSOR DE GEOGRAFIA

13442 VALDEMIR GUEDES DOS SANTOS MOTORISTA

13445 CAROLINE FERNANDES TÉCNICO EM ENFERMAGEM

13449 INÊS CRISTINA FRONSAK PROFESSOR PEDAGOGIA

13452 MARLON HENRIQUE MENANDES DE OLIVEIRA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

13453 REGIANE DA SILVA VIEIRA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

13456 DIOGO ARAÚJO ODONTÓLOGO

13460 SEILA MARQUES DA SILVA MERENDEIRA

13461 LISLYE DE MATOS PROFESSOR PEDAGOGIA

13464 JUCIEL SANDRO DE BARROS MOTORISTA

13465 FRANCISCO CANINDÉ DE FARIAS SOARES MOTORISTA

13466 ROSELANE RODRIGUES ROCA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

13479 RUBENS JESUS DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO

13480 TAIANE BASTOS HENZ ENGENHEIRO CIVIL

13482 MATEUS MARQUES MARTINS AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

13485 CARLOS ROBERTO CARDOSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

13486 CARLOS ROBERTO CARDOSO MOTORISTA

13488 ROGERIO DE SOUZA SILVA MOTORISTA

13490 ROSANA RAMON MACEDO ATENDENTE EM SAÚDE

13492 MARCIA MARIA SCHWAAB MAGALHAES ASSISTENTE SOCIAL

13493 NEUSA COSTA NUNES MERENDEIRA

13495 SALETE DE FATIMA BASTOS DA LUZ PROFESSOR PEDAGOGIA

13497 MÁRCIA SILVANA BONAFE PROFESSOR PEDAGOGIA

13499 JOSELAINE GOMES DA SILVA ENFERMEIRO UBS

13500 LUCAS DA SILVA ANDRADE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13503 GIOVANNI BOCCÁCCIO ANACLETO CAVALCANTE MÉDICO - PSF

13505 WILLIAN JUSTINIANO MOTORISTA

13506 MELANIA KAROL ANACLETO CAVALCANTE MÉDICO - PSF

13507 JOHANNES MIRANDA MEIRA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

13509 JOAO PAULO PARABA PROFESSOR PEDAGOGIA

13510 CLEIDIOMAR MAZETE CARVALHO AGENTE DE TRANSITO

13511 MAYARA JENNIFFER MESANINI DE SOUZA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

13512 ROSELAINE DA SILVA CORREIA MERENDEIRA

13519 JUSMARQUES GOMES LADEIRA FISCAL DE TRIBUTOS

13526 ANDREIA SOARES FRANCISCO MONITOR DE CRECHE

13527 ELIANE PEDROSA FRANÇA SILAVA AGENTE ADMINISTRATIVO

13528 JOÃO ANTONIO SILVA MIRANDA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

13529 ADAIR JOSÉ PEREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

13530 FRANCIELE MORAIS DO CARMO MONITOR DE CRECHE

13531 LEANDRO BOSSOLANI NOSSA MOTORISTA

13532 MARIA DAS DORES NUNES PROFESSOR PEDAGOGIA

13535 IGOR FELIPE DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

13537 NAYARA ROGERIO FAGUNDES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13538 LEILA DE PAULA DIAS SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

13540 EIDE LAURA TOSSE SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

13541 LEILA DE PAULA DIAS SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

13542 MARCIO CARVALHO DOS SANTOS MOTORISTA

13543 LUCIMARI CHIUCHI DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

13544 WILMAR DA GUIA FERREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

13545 DANIELLY ROCHA PERES AGENTE ADMINISTRATIVO

13547 POLIANA MARIA LARA PROFESSOR PEDAGOGIA

13548 LEIDIANE RIBEIRO BEZERRA MERENDEIRA

13551 ROSELI ROCHA SANTOS PERES MERENDEIRA

13552 EDILEIDE SÁ NASCIMENTO MONITOR DE CRECHE

13553 LILIANE GOMES CAMPOS FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

13555 ROSANGELA DA ROCHA SANTOS MERENDEIRA

13556 BEATRIZ DOS SANTOS RABELO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

13560 MARIA CAROLINE COIMBRA DA SILVA MONITOR DE CRECHE

13561 ELIELZA SÁ NASCIMENTO SILVA MERENDEIRA

13563 RAYANE LEMES DE OLIVEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13565 HUDSON DE SOUSA NUNES ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

13566 EDILEIDE SÁ NASCIMENTO MERENDEIRA

13569 TATIANE FÁTIMA FRANÇA ENFERMEIRO UBS

13570 JEYSSON RICARDO FERNANDES DA CUNHA PSICÓLOGO

13571 LETÍCYA QUERB NERY DE ALMEIDA FISCAL DE TRIBUTOS

13574 ANNELIZE VELASQUES RIBAS CABRAL MÉDICO - PSF

13575 CLAUDINEI GOMES DA SILVA MOTORISTA

13576 JOSÉ ALÉCIO MAZALI AGENTE ADMINISTRATIVO

13577 KAREN TATYANI PEREIRA TERTILIANO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13578 ANDERSON RAMOS FACINCANI AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13580 LUIZ CARLOS RIBEIRO CARDOSO AGENTE ADMINISTRATIVO

13585 HELIO BOEIRA JACOBI MÉDICO - PSF

13587 MARILENE DA SILVA RIBEIRO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13588 ALEXSANDRO PELONI DE LIMA MECÂNICO

13589 SIMONE CRISTINA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

13590 CAMILA DOS REIS RODRIGUES AGENTE ADMINISTRATIVO

13593 LUIZ SURUBI DA SILVA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

13594 IVANETE GONÇALVES MACEDO PROFESSOR PEDAGOGIA

13596 LUIZ SURUBI DA SILVA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

13597 MARCIA DA SILVA GOMES MERENDEIRA

13598 MICHELLY DE BRITO SOARES MODENEZ PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

13600 ROSALIA SANTANA MAGALHÂES PROFESSOR PEDAGOGIA

13601 MICHELLY DE BRITO SOARES MODENEZ MONITOR DE CRECHE

13605 PEDRO FERREIRA DE QUEIROZ JUNIOR AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

13607 BRUNO MESSIAS DA SILVA BRITO AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

13610 PEDRO FERREIRA DE QUEIROZ JUNIOR MOTORISTA

13613 ESTANILSLEY GONÇALVES DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

13614 EDILAINE MACIEL DE BARROS SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

13619 GISELE MOURA DE JESUS PROFESSOR PEDAGOGIA

13620 IZABEL CRISTINA DO PRADO ANDRADE MONITOR DE CRECHE

13622 RUY MARCELO BARACAT DE OLIVEIRA FISCAL DE TRIBUTOS

13623 CLAUDINEIA VALENTIM PEREIRA MERENDEIRA

13626 IKLIFIS DE OLIVEIRA ALVES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13629 RUY MARCELO BARACAT DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

13631 ROSELI BAPTISTA MACHADO PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

13632 ADRIANA COELHO DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

13633 MÁRCIA DE FREITAS SIPPEL SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO

13634 BRUNO MOREIRA ASSUNCAO ENGENHEIRO CIVIL

13635 MÁRCIA DE FREITAS SIPPEL SOUZA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

13636 SAMIRA PAULINO LIRA DE LARA MERENDEIRA

13639 MARIA DE FÁTIMA FURTADO PROFESSOR PEDAGOGIA

13641 SUZIMAR PADOVAN DE MOURA AGENTE ADMINISTRATIVO

13642 LUIZ AFONSO RODRIGUES DE CARVALHO FILHO AGENTE ADMINISTRATIVO

13643 CLÁUDIA GONÇALVES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13644 PAMELLA ALESKA DA SILVA SANTOS PROFESSOR MATEMÁTICA

13645 CLÁUDIA GONÇALVES MERENDEIRA

13646 PAMELLA ALESKA DA SILVA SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

13654 VERA LUCIA SILVA DE PAULA PROFESSOR PEDAGOGIA

13656 FABIANA DE OLIVEIRA MERENDEIRA

13657 PATRICIA CRISTINA TEIXEIRA MENEZES PROFESSOR PEDAGOGIA

13658 LISANDRA PRATES MANSOR AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

13661 SIMONE RODRIGUES MACHADO SILVEIRA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

13662 DYENNIFER IARA LIMA AGENTE ADMINISTRATIVO

13663 MAISA CONSUELO DOS SANTOS SHIMOKAWA ENFERMEIRO UBS

13664 LIGIA FERNANDA DA SILVA PANISSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

13666 FABIO ANGELO HORDONHO LEITE SILVEIRA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

13670 AGDA PAULA DUARTE PROFESSOR PEDAGOGIA

13671 KALINCA GABRIELLE BATISTA PSICÓLOGO

13672 MARCIA SIQUEIRA DE CASTRO PROFESSOR PEDAGOGIA

13678 CLEBIA AMARAL ANDRADE TISO PROFESSOR PEDAGOGIA

13680 ORLANDO INÁCIO CANDELÁRIA JÚNIOR AGENTE ADMINISTRATIVO

13681 MARIQUELLY SIQUEIRA DE CASTRO PROFESSOR PEDAGOGIA

13683 ALAHN WELLINGTON DE MORAIS ENGENHEIRO CIVIL

13684 GLÓRIA MARIA CUIABANO DE OLIVEIRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

13685 KELLY NOVAKC RODRIGUES ASSISTENTE SOCIAL

13686 LIDIANE TELES DE LIMA MATOS FARMACEUTICO BIOQUIMICO

13687 PATRÍCIA FRANCISCO SILVA ARQUITETO URBANISTA

13689 HILTON PEREIRA DA SILVA MECÂNICO

13690 ELIANE FREITAS PEREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

13693 MARCIA DA SILVA CARVALHO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

13694 VALTEIR ALBINO DE JESUS ELETRICISTA

13695 PORTHSON CEZAR OCHIUTO MÉDICO - PSF

13696 GUSTAVO CABRIOTTI TOZATTI MEDICO VETERINÁRIO

13697 AMANDA RAFAELA ANDRIOTTI FISIOTERAPEUTA

13698 GLACE PATRICIA DA SILVA CAMPOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13700 LIDIA CARDOSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

13703 LINEJANES BARRETO VERSSALI AGENTE ADMINISTRATIVO

13704 KATHIA REGINA PINTON SCHULZ MÉDICO - PSF

13707 MARINEIDE APARECIDA NUNES ENFERMEIRO UBS

13709 EDINALVA FRANCISCA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

13713 JONAILTON MARTINS DA SILVA MONITOR DE CRECHE

13714 GRACIANE DE JESUS SOUZA ENFERMEIRO UBS

13715 ENIVALDO BARBOSA DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO

13718 ELISANGELA HURTADO DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

13721 ANGELA APARECIDA VIEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

13722 TATIANE NASCIMENTO BARBOSA MOTORISTA

13725 ANA PAULA DE ALMEIDA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13726 ELIETE CINTRA MENDES MERENDEIRA

13727 BRUNA ERIKA SOARES NEVES FISCAL DE TRIBUTOS

13729 TAMY SILVA DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

13732 JOSE WANDER BACCA MAISSE TÉCNICO EM ENFERMAGEM

13735 ROSANGELA APARECIDA DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

13736 REGINA CÉLIA DE SOUZA CAMPOS PROFESSOR PEDAGOGIA

13738 LEILA DANTAS DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

13744 BRUNA RAFAELA DE OLIVEIRA FARMACEUTICO BIOQUIMICO

13745 JOZAIR SEBASTIÃO DE CAMPOS MOTORISTA

13746 SINARAMARTINS DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

13748 EDILSON BALBINO DOS SANTOS MOTORISTA

13749 BRUNA RAFAELA DE OLIVEIRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

13751 ANDERSON VOLPATO DE CASTILHO AGENTE ADMINISTRATIVO

13753 ANA PAULA SIMAO CABRAL MONITOR DE CRECHE

13755 BRUNA MARIA MAZALLI DE CARVALHO AGENTE ADMINISTRATIVO

13756 ANA CAROLINA VIEIRA MARQUES ARQUITETO URBANISTA

13757 LIDAHELLY PRISCYLLA NEVES DELUQUI AGENTE ADMINISTRATIVO

13761 VIRGÍNIA KAROLINE JARDIM MARTINS ODONTÓLOGO

13762 CINTIA NORBERTO PROFESSOR PEDAGOGIA

13765 ERICA MALDONADO VIEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13771 LEANDRO FAGUNDES COSTA MOTORISTA

13773 ALCILENE MARIA DE OLIVEIRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

13775 LIDAHELLY PRISCYLLA NEVES DELUQUI MERENDEIRA

13776 ODAIZE FERREIRA DE SOUZA ENFERMEIRO UBS

13777 VILSON CAZARIN MOTORISTA

13779 MARLEIDE ARAÚJO DE BRITO PROFESSOR PEDAGOGIA

13781 KLEIDMARY EVELIN MORAES MEJIAS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13783 ANA LUCIA RODRIGUES MERENDEIRA

13784 CLAYTON JOAO VIEIRA DE AZEVEDO AGENTE ADMINISTRATIVO

13785 CLESIA LIMAS DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

13786 MARIA CECILIA DIAS ENFERMEIRO UBS

13787 SEBASTIANA MORAES DA SILVA PEREIRA TELEFONISTA

13789 AMALIA ALESSA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

13790 JOSÉ ORLANDO DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO

13791 ELAINE CABRAL DE OLIVEIRA ENFERMEIRO UBS

13794 LUCAS EDUARDO DOS SANTOS BASTOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13795 CRISCIAN KELLY DE SOUZA PAIM AGENTE ADMINISTRATIVO

13796 LUCILENE RODRIGUES DA SILVA ASSISTENTE SOCIAL

13797 ILIANE SOARES DA SILVA AMORIM MONITOR DE CRECHE

13799 LARISSA BARROS MARQUES DE OLIVEIRA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

13802 MARTA ROSA DOS SANTOS MERENDEIRA

13804 REGIVAINE DOS SANTOS REIS AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

13805 MILTON JOAQUIM DE BARROS FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

13806 REGIVAINE DOS SANTOS REIS AGENTE ADMINISTRATIVO

13807 MIRIAN LIMA DOS SANTOS PROFESSOR DE GEOGRAFIA

13808 VINICIUS MEDEIROS DE OLIVEIRA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

13811 ANDREY DE OLIVEIRA FONSECA MOTORISTA

13812 PRECILIA VERONICA BORGES FISCAL DE TRIBUTOS

13814 MURILO AUGUSTO ALVES LESSI ODONTÓLOGO

13816 TASSIA MARTINS DO NASCIMENTO MERENDEIRA

13817 ANDRÉ CORREIA DOS SANTOS FISCAL DE TRIBUTOS

13818 CLEILTON DA SILVA DELUQUI AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

13820 GUILBER HENRIQUE GIMENES CRUZ AGENTE ADMINISTRATIVO

13821 CLEILTON DA SILVA DELUQUI FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

13822 BRUNA TIAGO PESSOA PSICÓLOGO

13823 REGIANE SANTOS DOS REIS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13825 JOYCE OLIVEIRA DA SILVA ODONTÓLOGO

13826 GILSON CARLOS FERREIRA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

13828 JOSE ALVES DE SOUSA MOTORISTA

13831 SOZENIL GOMES DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

13832 EUNICE ALVES PEREIRA TEIXEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

13834 FABRICIA DE DEUS MARANGON AGENTE ADMINISTRATIVO

13835 JÉSSICA COSTA SIMÕES TAVARES ENGENHEIRO CIVIL

13839 JORGE DOURADO NERY ENFERMEIRO UBS

13841 DULCINEIA FERREIRA MERENDEIRA

13843 VINICIUS GONÇALVES DO SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

13844 ALINE MORAIS GHIOTTI FISCAL DE TRIBUTOS

13845 HALLANY HELOISE DE ALMEIDA FERNANDES FISIOTERAPEUTA

13847 ALICE DE FATIMA VILARVAS PROFESSOR PEDAGOGIA

13848 LEONARDO NUNES MORENO PSICÓLOGO

13849 RAFAEL PAULINO DUARTE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13852 FABIANA PEDRO DO NASCIMENTO ENFERMEIRO UBS

13853 VIVIANE LUIZ DOS SANTOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13856 DILAMAR JUNIOR BUSNELLO ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

13863 PAMELA NUNES CABRAL AGENTE ADMINISTRATIVO

13864 AUGUSTO PAULO DE FIGUEIREDO ELETRICISTA

13867 ANICLEIA CARDOSO NETO FISCAL DE TRIBUTOS

13871 ALMERINDA LINA SANTIAGO OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

13873 ANA MARIA BARBOSA GONSAGA PROFESSOR PEDAGOGIA

13876 LINDSEY NUNES QUIRINO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

13877 JENAIR DA SILVA PRATES AGENTE DE TRANSITO

13878 VALQUIRIA FERNANDA ERMISDORFF DE SOUZA ODONTÓLOGO

13884 JOANA D'ARC LOPES VIANA MERENDEIRA

13885 EDVAL FRANCISCO DA SILVA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

13889 RILDO RAMALHO DA SILVA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

13891 EDENILDA DE OLIVEIRA SANTANA RAMOS PROFESSOR PEDAGOGIA

13893 GEISEBEL CRISTINA VIANA COSTA MONITOR DE CRECHE

13895 MARLEI SANTOS DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

13899 JOSE DE SOUZA MOTORISTA

13900 LUIZ CARLOS RIBEIRO RAMOS MOTORISTA

13901 LEIDIANE RODRIGUES LARANJEIRA AVES PROFESSOR PEDAGOGIA

13902 ELSON FEU ALEIXO MOTORISTA

13903 ELSON FEU ALEIXO MONITOR DE CRECHE

13904 JACQUES DOUGLAS FRANÇA DE LIRA FISCAL DE TRIBUTOS

13905 SÉRGIO FAGUNDES ALVES MOTORISTA

13910 THAIS COSTA SIMOES TAVARES ENFERMEIRO UBS

13911 MARIA DE FATIMA PEREIRA LEITE CONTADOR

13916 RENAN DA SILVA GUILHERME AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13919 FRANCIELE MARTINS CARDOSO ATENDENTE DE FARMÁCIA

13920 JUCIARA GONÇALVES PEIXOTO FISCAL DE TRIBUTOS

13923 IAGO JUNIOR DIAS COUTO ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

13925 MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA ENGENHEIRO CIVIL

13930 KATYANNE MARIA DOS SANTOS GARCIA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13931 SIZENEI DA SILVA ALVES MOTORISTA

13932 GLAUCO THIAGO MARTINHÃO BORGES FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

13934 JOIANNE LOPES CENTURION TÉCNICO EM ENFERMAGEM

13939 CRISLAINE ARRUDA DUARTE ATENDENTE EM SAÚDE

13941 ANDREIA APARECIDA DO NASCIMENTO FISCAL DE TRIBUTOS

13942 LIGIANE PATROCÍNIO FONTES PROFESSOR MATEMÁTICA

13943 MARLON VINICIUS RODRIGUES DA SILVA PROFESSOR MATEMÁTICA

13945 IVANILCE DA SILVA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

13946 LIGIANE PATROCÍNIO FONTES FISCAL AMBIENTAL

13949 CLEDENILSON RODRIGUES DE JESUS MOTORISTA

13952 EDUARDA ANDRADE SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

13953 MARCI PEREIRA RODRIGUES PROFESSOR PEDAGOGIA

13954 RENILDO RAIMUNDO DOS ANJOS OPERADOR DE MAQUINAS

13961 PAULOHENRIQUE DE OLIVEIRA FELIPPE AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

13965 CRISTIANE TORQUATO DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

13967 QUESIA MEIRA DA COSTA DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

13968 CRISTIANE TORQUATO DA SILVA MERENDEIRA

13969 FABIANA KELY AGENTE ADMINISTRATIVO

13971 ELIZABETH CRISTINA NÓBREGA HODNIUK PSICÓLOGO

13973 MARIA SILVA SOUZA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

13977 FERNANDO CASADO RAMOS MÉDICO - PSF

13978 BRUNA IZABELLA FERREIRA BARBOSA FISCAL DE TRIBUTOS

13980 ROSANA TREVILATO DOS SANTOS MERENDEIRA

13987 PATRÍCIA SARAIVA DA SILVA ENFERMEIRO UBS

13988 RAFAELA PAULA PORTO RAMOS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

13990 EDSON APARECIDO DE SALES JUNIOR AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

13991 JOÃO VITOR DOS SANTOS MARQUES PROFESSOR PEDAGOGIA

13992 GABRIEL BARBOZA DE PAULA TELEFONISTA

13994 ANA PAULA DO ESPIRITO SANTO FERREIRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

13995 SILVANI PEREIRA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

13996 ALOISIO VITORAZZI FRADES FISCAL DE TRIBUTOS

13997 ELIANE APARECIDA DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

14000 JEAHN HEBER LIMA COELHO AGENTE ADMINISTRATIVO

14004 PAOLA THAIS TAVARES ZANETTE NUTRICIONISTA

14005 FRANCISCO SILVA DE OLIVEIRA JUNIOR AUXILIAR ADMINISTRATIVO

14009 LUCIANA NEVES DONINI PROFESSOR PEDAGOGIA

14011 ADENILSON APARECIDO CIPRIANO DA ROCHA AGENTE ADMINISTRATIVO

14013 FABIO BELANCIERI DE ANDRADE AGENTE ADMINISTRATIVO

14017 FLAVIO FERREIRA DIAS CONTADOR

14018 DANIELA CORREA FIAMENGHI PSICÓLOGO

14019 ANDERSON ARANTES DO AMARAL CONTADOR

14021 NELSON PEREIRA DA SILVA AGENTE DE TRANSITO

14022 TACIANA DA SILVA LIMA ODONTÓLOGO

14024 ELIZNE DIAS DOS SANTOS PROFESSOR MATEMÁTICA

14025 JONAS MARTINHO LOFFLER FISCAL DE TRIBUTOS

14026 TAILA ANGÉLICA BAGANHA DE SOUZA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

14027 LETICIA CAROLINE MACEDO SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

14031 CLAUDIA CRISTINA DOS SANTOS RAIZER PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

14032 ALANAGRAND DA SILVA MUNIZ FISCAL DE TRIBUTOS

14035 MARCO ANTONIO MODENEZ JUNIOR FISCAL DE TRIBUTOS

14036 SINOME APARECIDA DOS SANTOS MERENDEIRA

14039 PATRICIA DOS REIS SOARES PROFESSOR PEDAGOGIA

14040 LUCIANO SILVA ALVES AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

14043 SILVANA APARECIDA DA SILVA NERIS FRANCO ENFERMEIRO UBS

14045 SILVANA APARECIDA DA SILVA NERIS FRANCO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

14046 VALERIA SOARES DE SOUZA MERENDEIRA

14047 THAIS MARA COSTA FERNANDES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

14048 VALÉRIA OLIVEIRA FERREIRA ODONTÓLOGO

14050 LAIR MARIANA BINDANDE MONITOR DE CRECHE

14051 CLEDERSON PESSI FARMACEUTICO BIOQUIMICO

14053 ISAEL BARBOSA FERREIRA MOTORISTA

14054 FABIANA DE SOUZA RODRIGUES MONITOR DE CRECHE

14055 KATIA CRISTINA GUARIM AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

14056 DIEGO CAMPOS DA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

14057 GERSON RONEI SCARTON JUNIOR ENGENHEIRO CIVIL

14059 JONEY SEBASTIÃO DE MORAES PEREIRA PROFESSOR DE GEOGRAFIA

14061 NADIR RIBEIRO DE SOUZA ATENDENTE EM SAÚDE

14063 ELIANE IBARRA GONÇALVES MERENDEIRA

14064 APARECIDO VIEIRA DE CASTRO FISCAL DE TRIBUTOS

14067 WELLITON DA SILVA CARVALHO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

14068 JEFFERSON OLIVEIRA DO PRADO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

14070 DANIEL FÉLIX DA SILVA MEDICO VETERINÁRIO

14072 ALEX CESAR FLORENTINO DE ARAUJO ENGENHEIRO CIVIL

14073 LARISSA RIBAS DE LIMA MEDICO VETERINÁRIO

14075 EMILEIDE RODIGUES AMORIM DE ARAUJO ASSISTENTE SOCIAL

14079 LUCIANA OLIVEIRA DE CARVALHO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

14089 JAQUERINA PAULA DE SOUZA ENFERMEIRO UBS

14090 ALESSANDRA DA SILVA CESAR MONITOR DE CRECHE

14092 JAQUERINA PAULA DE SOUZA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

14093 ZENILDA BONFIM LOURENÇÃO PROFESSOR PEDAGOGIA

14094 ADRIANA DE JESUS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

14095 ADRIANA DE JESUS SANTOS FISCAL DE TRIBUTOS

14098 FABIO MASIERO FELIX MOTORISTA

14099 FABIO MASIERO FELIX AGENTE DE TRANSITO

14102 JOELSON PEREIRA DA SILVA AGENTE DE TRANSITO

14104 NILZA MAMEDES MONTALVÃO MONITOR DE CRECHE

14105 NILZA MAMEDES MONTALVÃO MERENDEIRA

14107 CATIANE MESCHIARI DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

14108 SIRLENE DE MELO DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

14109 EDUARDO FERREIRA DA SILVA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

14111 SANDRA DANELICHEN DE OLIVEIRA MERENDEIRA

14112 RENATO OLENCHI ENGENHEIRO CIVIL

14113 ALICE PAULINE COSME DE OLIVEIRA ENGENHEIRO CIVIL

14114 JACQUELINE MAZALI DA SILVA MERENDEIRA

14115 MARIA APARECIDA COSTA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

14116 LAURA LETICIA DUARTE DIAS FISIOTERAPEUTA

14119 FLAVIO HYGINO DE FIHUEIREDO AGENTE ADMINISTRATIVO

14120 SENDY APARECIDA DE PAULA OLIVEIRA CEBALHO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

14122 FABIANA REGINA DE SOUZA ENFERMEIRO UBS

14125 VALDINELY GONZAGA DOS REIS PROFESSOR PEDAGOGIA

14126 ELENIR CARVALHO DO REIS FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

14127 ELAINE CRISTINA BETI PROFESSOR PEDAGOGIA

14131 ANDRÉ BOSSOLANI ARAUJO SILVA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

14135 VITÓRIA GABRIELLY SALES NASCIMENTO AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

14142 CAROLINE VENDRAMIN FISIOTERAPEUTA

14146 CÁTIA OLIVEIRA FERNANDES PERES PROFESSOR PEDAGOGIA

14147 LAYS OLIVEIRA GONÇALVES ODONTÓLOGO

14150 RILLARY DA SILVA SILVÉRIO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

14152 ANGELICA NUNES DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

14153 LETICIA GUEVARA VIEIRA ODONTÓLOGO

14155 KATHIANE MARIANA VILA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

14156 GEIVIELLI DINIZ CABRAL PROFESSOR PEDAGOGIA

14157 PAULO SEZA RIBEIRO MAGALHÃES AGENTE DE TRANSITO

14158 LARISSA NAYARA GOMES DE JESUS AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

14161 VERA MARIA PEIXOTO DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

14162 ANGELICA NUNES DOS SANTOS MERENDEIRA

14164 CINTIA TEIXEIRA ORLANDO MURTA PROFESSOR PEDAGOGIA

14169 JOSIMAR MEDEIROS DA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

14171 KELLEN CRISTINA VENTURA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

14173 WHESLEAY ARTHUR MOURÃO DO NASCIMENTO CONTADOR

14174 THAIENE BEZERRA DE PAULA FISCAL AMBIENTAL

14178 EDER CORREIA DE MACEDO MOTORISTA

14179 ROBSON MARÇAL DE ARAUJO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

14180 ESTER SIDÉLIA DOS SANTOS PEREIRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

14182 SINVAL GOMES DA SILVA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

14188 ERLI BATISTA PUGER FISCAL DE TRIBUTOS

14191 DAVID VERSALLI SOUZA MÉDICO - PSF

14192 PÂMELA FERNANDES LEITE DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

14193 NATÁLIA RODRIGUES DE SOUZA MENEZES ODONTÓLOGO

14198 FELIPE OLIMPIO SOUZA SANTOS AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

14199 KEILA OLIVEIRA DO NASCIMENTO MONITOR DE CRECHE

14202 CLAUDINEI DA SILVA SOUZA AGENTE DE TRANSITO

14204 CLEIDILENE NUNES DA SILVA E SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

14206 FABIANA DE OLIVEIRA DA FONSECA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

14207 MANASSÉS DOS SANTOS PADILHA MEDICO VETERINÁRIO

14211 CLAUDINEI DA SILVA SOUZA MOTORISTA

14212 JOÃO LEOPOLDO MENACHO JUNIOR FISCAL DE TRIBUTOS

14213 ANA BEATRIZ PASSOS DE MEIRELLES FISIOTERAPEUTA

14214 CLISTIANE DOS SANTOS RIBEIRO MONITOR DE CRECHE

14215 LUCIANA TIAGO DA SILVA PADILHA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

14218 FELIPE GAONA ENGENHEIRO CIVIL

14219 JOYCI DIAS SIQUEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

14224 BÁRBARA JEANNINE DE OLIVEIRA SILVA FISIOTERAPEUTA

14229 LEANE OLIVEIRA COELHO FISCAL AMBIENTAL

14230 LUCIENE DA SILVA MATOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

14233 TAIÉLEN KETOLEN GARCIA BRAGANÇA FISCAL AMBIENTAL

14234 MARILUCI MACEDO DA SILVA PEREIRA ENFERMEIRO UBS

14238 IVANETE CHAVES DE SOUZA RODRIGUES ASSISTENTE SOCIAL

14240 IVANETE CHAVES DE SOUZA RODRIGUES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

14242 INGRID LORAYNE DOS SANTOS SILVA MONITOR DE CRECHE

14243 ANAÍZ DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

14244 ROGÉRIO DA SILVA DIAS FISCAL DE TRIBUTOS

14245 ADEMIR RODRIGUES DE OLIVEIRA MOTORISTA

14247 BRENDA BRITO ALVAREZ FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

14250 FABIANE GOMIDES RODRIGUES PROFESSOR PEDAGOGIA

14252 FRANCILEY ASSIS LIRA DE SOUZA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

14254 NEREU DE SOUZA MOTORISTA

14255 DEBORA BERTOLIN FERREIRA ENFERMEIRO UBS

14256 SUELEN DA SILVA OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

14257 EMERSON RODRIGO ANTUNES TÉCNICO EM ENFERMAGEM

14258 WISLENE GOMES DE OLIVEIRA MERENDEIRA

14259 RENATO COSTA GHIOTTI AGENTE DE TRANSITO

14260 ANGELO SILVA DE ARRUDA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

14261 PAULO CLEBES SALMERON PEREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

14265 JESSICA PAULA DA SILVA MERENDEIRA

14270 EDNÉIA AMARAL FRANCO NUNES PROFESSOR PEDAGOGIA

14271 VALDENILDA DIAS DOS SANTOS FISIOTERAPEUTA

14273 LUCIELLEN SANTOS MARTINS FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

14275 CELIA DE OLIVEIRA CAMARGO MONITOR DE CRECHE

14276 SUELLEN IARA MENDES FISCAL DE TRIBUTOS

14277 RAIMUNDA DE CENA NEVES PROFESSOR PEDAGOGIA

14278 ANA PAULA ANDRADE SABINO MONITOR DE CRECHE

14280 ANA PAULA ANDRADE SABINO MERENDEIRA

14281 MARCILENE REZENDE PROFESSOR PEDAGOGIA

14283 ADRIANA DE FIQGUEIREDO RIBEIRO MERENDEIRA

14284 ROSIRON RODRIGUES GUIMARÃES MOTORISTA

14287 LUANA SILVA MARCACINI PROFESSOR PEDAGOGIA

14291 SEILA APARARECIDA SANT ANA PROFESSOR PEDAGOGIA

14294 ELIAS WON ANCKEN DA SILVA PROFESSOR MATEMÁTICA

14299 MARCUS ANTONIO TOLLÓ ELLER DA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

14301 EDEVALDO LOPES TRINDADE FISCAL DE TRIBUTOS

14302 MARCUS ANTONIO TOLLÓ ELLER DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

14303 RISOLENE PINHEIRO DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

14304 ELISANGELA PEREIRA GOMES MERENDEIRA

14307 PAULO RONEY CRISTO PROFESSOR MATEMÁTICA

14309 GIRLANE CALASSARA GALACIO PROFESSOR PEDAGOGIA

14311 ALESSANDRA MARIA LINS MERENDEIRA

14312 PATRICIA RAMALHO DA CRUZ FISCAL DE TRIBUTOS

14314 ILDELENE APARECIDA DA COSTA QUEIROZ PROFESSOR PEDAGOGIA

14315 PAULO DO CARMO LIMA PROFESSOR MATEMÁTICA

14316 ILDELENE APARECIDA DA COSTA QUEIROZ MONITOR DE CRECHE

14317 DAGNER DA SILVA MACEDO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

14319 ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

14321 CEZAR AUGUSTO DOS SANTOS CAPELLETTI FARMACEUTICO BIOQUIMICO

14323 VAGNER RICARDO VON STEIN TÉCNICO EM ENFERMAGEM

14325 DOWGLAS GOMES DA SILVA MÉDICO - PSF

14326 JONYLSON DE OLIVEIRA MOURA AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - ENGENHARI

14327 MARIANA THAIS SILVA DE BRITO FISCAL DE TRIBUTOS

14328 ANANDA PAULA ZOLA CONTADOR

14335 JANINE APARECIDA FERREIRA EGUES PROFESSOR PEDAGOGIA

14338 POLIANA APARECIDA DE LIMA GOULART AUXILIAR ADMINISTRATIVO

14344 LAERCIO DOS SANTOS MORETTI MOTORISTA

14347 ROSA PEREIRA DA SILVA ARRUDA PROFESSOR PEDAGOGIA

14348 MARIA CILEIDE OLIVEIRA DA SILVA GREGIO MERENDEIRA

14349 JILVANA SILVA FREIRE PROFESSOR PEDAGOGIA

14352 DEBORAH SAMPAIO NUNES DA SILVA ENFERMEIRO UBS

14353 JOSIANE BOAVENTURA DIAS MERENDEIRA

14356 MICAELI SABRINA DE SOUZA CORREIA AGENTE ADMINISTRATIVO

14357 DAIANY MORAES DE OLIVEIRA MERENDEIRA

14358 JESSICA FABRICIA DA SILVA GALHARDO MONITOR DE CRECHE

14360 ISAQUE BATISTA DE FARIAS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

14365 LINDOCRÉIA DOS SANTOS CAMARGO PROFESSOR PEDAGOGIA

14366 ISAQUE BATISTA DE FARIAS FISCAL DE TRIBUTOS

14368 RODRIGO DARUB DA SILVA MÉDICO - PSF

14369 GERALDO CUNHA DA SILVA MOTORISTA

14370 DEISIANI APARECIDA DE CASTRO DOS SANTOS MERENDEIRA

14372 ROSANGELA BRONZATTI ALVES PROFESSOR PEDAGOGIA

14377 ROSANGELA MIRANDA ALVES TÉCNICO EM ENFERMAGEM

14378 RICHARLES THIAGO DE FRAGUAS MORAES BARBOSA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

14379 MARCOS APARECIDO COCATO AGENTE ADMINISTRATIVO

14380 MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO

14381 LAZARO EUGENIO TEIXEIRA MOTORISTA

14382 ALZIRA MOREIRA DE SOUZA SODRÉ AGENTE ADMINISTRATIVO

14383 BIANCA SILVA DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

14385 ELIMAKSON CRIS DA COSTA OLIVEIRA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

14386 SAMUEL DA SILVA ROCHA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

14387 KÊNIA APARECIDA SILVA DE MORAES PROFESSOR PEDAGOGIA

14388 ANDRE ALESSANDRO GUADAGNIN MÉDICO - PSF

14392 VILZA CARLA SILVA DE SOUZA CARVALHO MERENDEIRA

14395 ADRIANA LOPES SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

14396 MANOEL ROSA ALVES DOS REIS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

14397 JORDANA SANTANA DAHER AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

14398 IGOR MIGUEL GAJARDONI RIBEIRO ENGENHEIRO CIVIL

14401 MARA LUCIA FERREIRA MERENDEIRA

14402 NUBIA MARINHO FERREIRA MERENDEIRA

14403 MARTA DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

14405 LEILA REGINA ZIMERMANN BRAGA PROFESSOR PEDAGOGIA

14407 JENNYFER KATHIRLLYN DUARTE DA SILVA CONTADOR

14408 EDEVAL ALVES DOS SANTOS MOTORISTA

14409 RAYRA MARIA FERREIRA VILELA MERENDEIRA

14413 JOÃO BRUNKEN DO AMARAL MÉDICO - PSF

14415 ELIEL PEREIRA FERREIRA MOTORISTA

14416 MARCIA TENÓRIO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

14418 JOZAIR SEBASTIÃO DE CAMPOS OPERADOR DE MAQUINAS

14419 BÁRBARA VITÓRIA GUILHERME FIM ODONTÓLOGO

14421 ADELIANA POLIZELI FELIX INACIO MONITOR DE CRECHE

14423 MICHELLI CARLA DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

14424 MARINA FERNANDES MERENDEIRA

14425 ESTER SIDÉLIA DOS SANTOS PEREIRA MERENDEIRA

14427 VANILDA FERREIRA ESTEVES TÉCNICO EM ENFERMAGEM

14428 FATIMA APARECIDA BIASOTO MERENDEIRA

14429 ROSINEIS ALVARES MERENDEIRA

14432 BEATRIZ ABREU DOS SANTOS FISIOTERAPEUTA

14433 NEREU DE SOUZA AGENTE DE TRANSITO

14434 ISMAR APARECIDO DO CARMO PROFESSOR DE GEOGRAFIA

14435 DEUMASIR NUNES DE ASSUNÇÃO MERENDEIRA

14436 DEUMASIR NUNES DE ASSUNÇÃO MONITOR DE CRECHE

14442 MARCELO BRANDINI DE ASSUNÇÃO MURTINHO ATENDENTE EM SAÚDE

14445 JULIENN CHRISTOFFER SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

14446 GABRIELI CRISTINA MARQUES DE SOUZA PSICÓLOGO

14449 ANA PAULA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

14452 DANRLEI ALLAN TIBURCIO BONFIN AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

14454 JULIANA CEZARINO FERNANDES ODONTÓLOGO

14455 KARINE MARIA DA SILVA CAVALLI ODONTÓLOGO

14456 MARIA DE LOURDES CATELLAN SILVA MONITOR DE CRECHE

14459 ERILENE DUARTE MENEGUETE MONITOR DE CRECHE

14460 APARECIDA DE SÁ PROFESSOR PEDAGOGIA

14462 MARIA APARECIDA EDUARDO PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

14463 KASSIA APARECIDA RIBEIRO SOUZA MONITOR DE CRECHE

14466 LUCIANA VASCONCELOS DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

14467 YURI FERREIRA QUEIROZ AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

14473 PAULO VITOR DA SILVA ALMEIDA AGENTE ADMINISTRATIVO

14474 FABIANO SANTANA CORDEIRO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

14476 RAQUEL SANTOS BATISTA ATENDENTE EM SAÚDE

14477 KEILA DE PAULA GASPARINI FARMACEUTICO BIOQUIMICO

14479 RONILDO CLAUDIO DA CRUZ MOTORISTA

14481 FABIANO ALVES DA SILVA MOTORISTA

14482 ESTEFANIO TOSTA DE OLIVEIRA AGENTE DE TRANSITO

14483 IGO FREITAS REBOUÇAS FARMACEUTICO BIOQUIMICO

14484 ANTONIO TEODORO RODRIGUES AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

14485 ADRIANA DOS SANTOS TROSDOLF MERENDEIRA

14486 ERICA CRISTINA NINES DUARTE PROFESSOR PEDAGOGIA

14487 ANDRESSA SOARES FRANCISCO MONITOR DE CRECHE

14488 ELVIS IZIDORO SOUZA MOTORISTA

14493 CLAUDIO ROBSON VANDERLEI ARCE FERNANDEZ ODONTÓLOGO

14495 TANIA ROCHA CARDOSO MERENDEIRA

14496 AMANDA MUNIZ DO AMARAL MEDICO VETERINÁRIO

14498 LAURA DA SILVA AUGUSTO PROFESSOR PEDAGOGIA

14500 ISRAEL CAMARGO DA SILVA JUNIOR AUXILIAR ADMINISTRATIVO

14501 BRUNA CAROLINE MARZOCHI GARCIA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

14504 DINA PEREIRA NEVES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

14505 ISRAEL CAMARGO DA SILVA JUNIOR MOTORISTA

14506 LUCIMAR DO NASCIMENTO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

14507 PRISCILA GONÇALVES NEVES PROFESSOR PEDAGOGIA

14508 RAFAELA DOS SANTOS PARRA CERQUEIRA MONITOR DE CRECHE

14511 PRISCILA GONÇALVES NEVES MONITOR DE CRECHE

14512 JEANE CAROLINE MIRANDA DO ESPIRITO SANTO PROFESSOR PEDAGOGIA

14513 GIULIANA FERNANDES TÉCNICO EM ENFERMAGEM

14515 CECILIA SILE JUSTINIANO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

14518 CLAUDETE DE ARAUJO LIMA FISCAL DE TRIBUTOS

14520 ANA PAULA ROSA DOS SANTOS ASSISTENTE SOCIAL

14522 CLAUDETE DE ARAUJO LIMA AGENTE ADMINISTRATIVO

14524 JOMAR DA COSTA TELEFONISTA

14525 ROSILDA DOS SANTOS MERENDEIRA

14526 ANTONIO LEITE DA CRUZ MOTORISTA

14528 ORLANDO DO LIVRAMENTO RODRIGUES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

14535 WISLENE GOMES DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

14537 GISLENE ROBERJANE JACOB MERENDEIRA

14539 RITIELY MALAQUIAS SERAFIM MÉDICO - PSF

14540 CAMILA CUNHA TAVARES FISCAL DE TRIBUTOS

14542 JANIA GASQUES BORDONI PROFESSOR PEDAGOGIA

14545 SABRINA LOPES CHAPINI AUXILIAR ADMINISTRATIVO

14549 ELIZETE GARCIA TOLEDO PROFESSOR PEDAGOGIA

14551 ANA PAULA RICARTE BASTOS ASSISTENTE SOCIAL

14554 LETICIA RAQUELE ULTRAMARE QUEIROZ CARVALHO FISCAL AMBIENTAL

14556 OSIAS VASCONCELOS BITENCOURT ELETRICISTA

14560 GABRIELA RAISSA EVANGELISTA RIBEIRO DA SILVA ENFERMEIRO UBS

14565 THIAGO DE SOUZA MORAIS FISCAL DE TRIBUTOS

14566 NILSON ROMIM GIMENES PROFESSOR DE GEOGRAFIA

14567 JANAINA HELENA POMAR PROFESSOR PEDAGOGIA

14568 VANESSA AMARAL LINS MERENDEIRA

14570 MICHELLINE DE SOUZA TAVARES ENFERMEIRO UBS

14572 VANESSA BARBOSA DA SILVA ENFERMEIRO UBS

14573 ELIZABETE PEREIRA DE SOUZA MONITOR DE CRECHE

14580 OSIAS VASCONCELOS BITENCOURT AGENTE DE TRANSITO

14581 RODOLPHO CARVALHO FURLAN ENFERMEIRO UBS

14582 ROSANA APARECIDA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

14591 SILVINEY CAETANO AGENTE ADMINISTRATIVO

14593 JOSEANE PEREIRA VAZ DA SILVA MERENDEIRA

14594 CLEITON MAARQUES QUEIROZ FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

14596 GLEISON LUIS BENEDITO VALENTINO BRANDAM SANTOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

14597 RENATA SOARES FONTES CARVALHO PROFESSOR PEDAGOGIA

14601 SILVANA DAS GRACAS DOMICIANO MERENDEIRA

14602 DHEBORA KELLY DEGE ROMÃO MERENDEIRA

14604 SIMONE SANTOS SILVA MERENDEIRA

14605 LAUDINETI ALTINA ARAUJO MATSUSHITA MERENDEIRA

14608 JOSE FABRICIO SAVIO REVELES DA CONCEICAO FISCAL DE TRIBUTOS

14609 ANELI MOREIRA DIAS VOZNHAK PROFESSOR PEDAGOGIA

14611 KEILLA HELENA FERNANDES FERREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

14613 EDUARDO ALEXANDRE CRUZ DE OLIVEIRA AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - ENGENHARI

14615 VERÔNICA SOARES DE OLIVEIRA PSICÓLOGO

14619 JHENIFER DA SILVA LADEIA MONITOR DE CRECHE

14623 DAIANNA MARIA DE OLIVEIRA CERQUEIRA PSICÓLOGO

14627 ANDREIA CANDIDA DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

14631 ANDREIA CANDIDA DE OLIVEIRA MONITOR DE CRECHE

14632 ADILSON TEIXEIRA CHAVES FISCAL AMBIENTAL

14635 LENIR DE LIMA LISBINSKI MERENDEIRA

14636 OTAVIO ALVES CORGOZINHO ENFERMEIRO UBS

14637 LENIR DE LIMA LISBINSKI FISCAL AMBIENTAL

14638 SUELLEN DE ALEMIDA GONÇALVES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

14640 FERNANDA REGINA VIANA DE OLIVEIRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

14642 LUZIA CRISTINA DE FREITAS AGENTE ADMINISTRATIVO

14645 NEIVA CRISOSTOMO DE LIMA PROFESSOR PEDAGOGIA

14646 ERISTHELLY FERNANDA ALMEIDA DA SILVA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

14647 MARAIZA DE OLIVEIRA PAULA DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

14648 ERISTHELLY FERNANDA ALMEIDA DA SILVA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

14650 BRUNO FRANCISCO ROSSI AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

14651 FRANCIELE BARBOZA ARENCO ATENDENTE EM SAÚDE

14654 CYNTHIA JULLIANNE DE LARA SOUZA SILVA FISIOTERAPEUTA

14655 ADNÉIA BRITO DE SA PROFESSOR PEDAGOGIA

14656 SIRLENE APARECIDA BEZERRA DE SA MERENDEIRA

14657 OSMAR DE SOUZA MEI MECÂNICO

14659 MARCILENE SOUZA COSTA DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

14664 LUZIA ROSA GOMES ENFERMEIRO UBS

14668 BEATRIZ MONTEIRO DA SILVA MONITOR DE CRECHE

14674 INGRID RAYSSA ROSA DA SILVA ENFERMEIRO UBS

14675 ISABELA MENDES MIRANDA MULETA ODONTÓLOGO

14676 JACIEL ALVES CABRAL AGENTE ADMINISTRATIVO

14680 ADRIANA GUERREIRO PROFESSOR PEDAGOGIA

14681 LUCIMARA PEREIRA XAVIER MONITOR DE CRECHE

14686 LUCIANO MACHADO FORTUNATO MOTORISTA

14687 TATIANE ARAUJO SOARES AGENTE ADMINISTRATIVO

14688 RAFAEL DA SILVA DIAS AGENTE ADMINISTRATIVO

14690 LETICIA MARTIN LEITE FISCAL DE TRIBUTOS

14691 MARINEIDE WEBER ARQUITETO URBANISTA

14692 RENATA CAROLINE DOS SANTOS LOPES PROFESSOR PEDAGOGIA

14693 LETICIA MARTIN LEITE AGENTE ADMINISTRATIVO

14697 ELIZIANE GONÇALVES PEREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

14700 LECILDA SOUZA DE LIMA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

14707 LUCIAN SANCHES PICCOLI MÉDICO - PSF

14708 ELIZANGELA SOARES DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

14712 IZABELA INACIO JACOB BARBOSA FARMACEUTICO BIOQUIMICO

14713 CARLOS ANTONIO MARQUES NUNES AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

14715 ROGERIO MOURA NUNES AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

14720 ANA LETÍCIA MEDEIROS LOPES ODONTÓLOGO

14721 ANDERSON CARLOS SILVA GOMES ENGENHEIRO CIVIL

14729 KAREN JAQUELINE TAVARESDO AMARAL ATENDENTE EM SAÚDE

14731 MARLI OLIVEIRA DA SILVA MERENDEIRA

14734 LUCIANO DE SOUZA BRASIL MOTORISTA

14739 SERGIANA COELHO NOBRE ENGENHEIRO CIVIL

14740 PAMELA DAIANE HONORATO PROFESSOR PEDAGOGIA

14741 FATIMA HELENA GONÇALVES SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

14749 JOSÉ RONALDO BARLETA DOS SANTOS MERENDEIRA

14751 ANTONIO MARCOS DA SILVA CRUZ TÉCNICO EM ENFERMAGEM

14758 LUCAS MARCOS GUERRA MOTORISTA

14759 HELIO SARAIVA DOS SANTOS AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

14762 VANUZA SALUSTIANO DA SILVA MERENDEIRA

14766 THAYNÁ SILVA SOUZA ODONTÓLOGO

14767 ISABEL DE ALMEIDA RAMIRES AGENTE ADMINISTRATIVO

14776 JORGE DA COSTA E SILVA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

14777 RAFAEL DE SOUZA CARVALHAES DE OLIVEIRA ENGENHEIRO CIVIL

14779 GUSTAVO GIMENEZ LOPES AGENTE DE TRANSITO

14780 AMANDA DA SILVA GONZAGA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

14781 ESTER APARECIDA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

14782 ADILSON ARDAIA CANDIA PROFESSOR DE GEOGRAFIA

14783 MARTA MARIA DE MATOS PROFESSOR MATEMÁTICA

14786 MÁRCIA LUZIA DE SOUZA PROFESSOR DE GEOGRAFIA

14789 DAYSE SALES DA SILVA ENFERMEIRO UBS

14791 CAROLINA DE OLIVEIRA E ALMEIDA ARQUITETO URBANISTA

14792 SILVANA DOS SANTOS JUSTINO ALVES PROFESSOR PEDAGOGIA

14793 ADILSON PEREIRA LOPES MOTORISTA

14795 DAIANE JULIANA DAMASCENO DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

14796 DIRCEU GONÇALO NOGUEIRA MOTORISTA

14797 TATIANE GOMES DE ALMEIDA ENFERMEIRO UBS

14799 RAIANY KATCHUSSA IGNATZ DE ANDRADE ENFERMEIRO UBS

14800 SIMONE DE MATOS PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

14803 ELZA APARECIDA MENDES DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

14805 FERNANDA DE PAULA MONTEIRO MONITOR DE CRECHE

14812 ADEMILSON DA SILVA SANTANA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

14813 DENISE YAEKO OKA FARMACEUTICO BIOQUIMICO

14817 CARLOS ALESSANDRO BATISTA AGENTE ADMINISTRATIVO

14818 KÁTIA DE SOUZA ZORZENON AGENTE ADMINISTRATIVO

14819 CLAUDINEI VELOZO MAESTRI OPERADOR DE MAQUINAS

14820 APARECIDA VIEIRA DE SOUZA ALVES AGENTE DE TRANSITO

14821 ANA PAULA DE ANDRADE BARBOSA ATENDENTE DE FARMÁCIA

14825 ALINE MORAIS GHIOTTI AGENTE ADMINISTRATIVO

14828 ROMILDO ALVES FERREIRA AGENTE DE TRANSITO

14830 ANDERSON LOPES SALVADOR MOTORISTA

14831 LEILA NADINE SEGER MÉDICO - PSF

14834 VANESSA RAMOS PINAFFI PROFESSOR PEDAGOGIA

14836 RITHIELLY MENEZES DA SILVA ASSISTENTE SOCIAL

14837 CRISTIANE REGINA GONÇALVES OLIVEIRA ENFERMEIRO UBS

14838 EDUARDO SILVA DE SÁ MOTORISTA

14839 AMANDA CAROLINE MARQUES GAHU DA SILVA ENGENHEIRO CIVIL

14842 MATEUS GONÇALVES DE SÁ AUXILIAR ADMINISTRATIVO

14846 REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

14848 PATRICIA FRANZIN DA SILVA MERENDEIRA

14849 JANAINA SANT ANNA PERES PROFESSOR PEDAGOGIA

14850 ANDERSON LOPES SALVADOR AGENTE DE TRANSITO

14857 IVANI PEREIRA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

14858 JODEMIR ANTONIO DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

14861 FABIANA DA SILVA RAMOS AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

14865 ANA PAULA ALVES PEREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

14870 ELAINE CRISTINA VIEIRA NUTRICIONISTA

14871 ANDREIA FERNANDA GONÇALVES PROFESSOR PEDAGOGIA

14874 DANIELLE ANDRE CORTE MONITOR DE CRECHE

14877 MARILENE FRANCISCA LOPES DE LIMA MERENDEIRA

14879 ANA PAULA DA SILVA BATISTA PROFESSOR PEDAGOGIA

14887 NELCI RODRIGUES CHAVES FIALHO PROFESSOR PEDAGOGIA

14888 PATRÍCIA LOURA MOURÃO PROFESSOR PEDAGOGIA

14891 MICHELLE DA SILVA MIRANDA PROFESSOR PEDAGOGIA

14893 DEISIANE SURUBI DA SILVA DE ARRUDA PROFESSOR DE GEOGRAFIA

14894 ALESSANDRO ALVES DE MORAES FISCAL DE TRIBUTOS

14895 GILMAR DE MATOS SEQUEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

14896 ALESSANDRO ALVES DE MORAES AGENTE ADMINISTRATIVO

14897 ALINE LANDIM DE CARVALHO ENFERMEIRO UBS

14899 ROGÉRIO BUENO AMARAL MAMORÉ CONTADOR

14901 MAYANY LUPATINI ENGENHEIRO CIVIL

14902 JULIANE GARCIA SILVA CONTADOR

14904 ROGERIO FERREIRA PINTO BORGES AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

14905 VAGNER CHIONI ESCOBAR FISCAL AMBIENTAL

14906 SONIA DOS REIS CARVALHO PROFESSOR PEDAGOGIA

14909 JHEFERSON JOSE DA SILVA FISCAL AMBIENTAL

14911 VALDINEIA SOARES TOSTA MOTORISTA

14913 SIMONE FERREIRA VITTORAZI PROFESSOR PEDAGOGIA

14914 THOMAS PEREIRA NUNES PROFESSOR PEDAGOGIA

14916 NAYARA GRAYCE FERREIRA DE ALMEIDA MERENDEIRA

14919 DEBORA SANTOS ALMEIDA ENGENHEIRO CIVIL

14924 JULIANO RAFAEL TEIXEIRA ENAMOTO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

14928 KEILA POSSMOSER MÉDICO - PSF

14930 RAYANNE THAINÁ CHAPUÍS MAIA AGENTE ADMINISTRATIVO

14931 MARIA APARECIDA DE CARVALHO SIQUEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

14934 SIDNEY PIRES SALOMÉ ENGENHEIRO CIVIL

14940 ANDREIA DE SOUZA SILVA MERENDEIRA

14941 CLENILSON ALBINO DA SILVA MOTORISTA

14942 EDUARDO DE SALES SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

14943 MEIRE FERREIRA DA SILVA PROFESSOR DE GEOGRAFIA

14945 WANDERSON JOSE LARA MENACHO FISCAL DE TRIBUTOS

14946 MARCIA ALVES DA SILVA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

14947 EVA BRITO PEREIRA MERENDEIRA

14948 VANILZA CARVALHO DE MELO PROFESSOR PEDAGOGIA

14954 VITOR APARECIDO MARTELO MILER AGENTE ADMINISTRATIVO

14955 CLEIDE ALVES DE OLIVEIRA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

14956 SIDNEI CANDIDO TELES MOTORISTA

14961 SONELI LOPES DA TRINDADE PROFESSOR PEDAGOGIA

14963 ROSANGELA CRISTINA OLIVA TELEFONISTA

14964 ISLA FERREIRA BARBOSA MONITOR DE CRECHE

14971 SEBASTIAO ANGELICO BASAN AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

14975 SILVIA APARECIDA DA SILVA NERIS PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

14977 ELAINE DA SILVA GOMES FISCAL DE TRIBUTOS

14980 LUCIANA GOMIDE FREITAS ENFERMEIRO UBS

14982 RENAN KATSUMI DE OLIVEIRA CARAVIER AGENTE ADMINISTRATIVO

14986 MARLI DE BRITO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

14989 LUANA DA SILVA CAMPOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

14992 ODINIL COSTA NUNES MOTORISTA

14995 EDILEUZA ANDRADE AMARAL PROFESSOR PEDAGOGIA

14997 ALINE FEITOSA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

15000 LUCAS SILVA SILVEIRA ENGENHEIRO CIVIL

15004 ELIZETE DA SILVA PAULO PROFESSOR PEDAGOGIA

15008 ELIZETE DA SILVA PAULO MONITOR DE CRECHE

15009 TIAGO PALIOSA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

15012 MARCOS ALVES DA SILVA OPERADOR DE MAQUINAS

15013 ANA PAULA MANGUEIRA ANDRADE ENFERMEIRO UBS

15016 ELIANE SOARES DO PRADO PROFESSOR PEDAGOGIA

15017 LORHAYNE DAGUIELLE DOS SANTOS POMPEO MERENDEIRA

15019 LAIS KARINE DOS SANTOS RODRIGUES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

15020 LUCIMEIRA DA SILVA VIERA MAIA PROFESSOR PEDAGOGIA

15021 SILVIA MANGUEIRA RODRIGUES PROFESSOR PEDAGOGIA

15022 WENDEL RAIAN GOMES AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - ENGENHARI

15025 ELENILDO RODRIGUES GUEDES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

15026 FLORENTINO BATISTA DE SOUZA MOTORISTA

15032 VANESSA FIGUEREDO VITOR MERENDEIRA

15038 JESSICA AMANDA DA CRUZ GURKA ENFERMEIRO UBS

15039 RAYZA DE BARROS GAMA AGENTE ADMINISTRATIVO

15044 ANA PAULA MARIA DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

15048 THAYLAN DE SOUZA ARAUJO ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

15050 ROSILENE LUIZ DO NASCIMENTO PROFESSOR PEDAGOGIA

15051 CELIA PAULA LUPERINI PROFESSOR PEDAGOGIA

15052 CELIA PAULA LUPERINI MONITOR DE CRECHE

15058 SIDNEI DA SILVA RODRIGUES AGENTE ADMINISTRATIVO

15063 ELAINE CIRQUEIRA DA COSTA PROFESSOR PEDAGOGIA

15064 BEATRIZ DOS SANTOS RABELO AGENTE ADMINISTRATIVO

15069 LILIANE MARTINS RODRIGUES AGENTE ADMINISTRATIVO

15070 CELIA BERTOLIN TÉCNICO EM ENFERMAGEM

15071 SALVADOR ALVES NETO AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

15074 MARINEUZA LOPES CORREIA PROFESSOR PEDAGOGIA

15075 LAUDSON ANTENOR XAVIER AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

15076 NAIARA JULIA DE SOUZA ENFERMEIRO UBS

15077 BRUNA MARIA LUZ AGENTE DE TRANSITO

15079 CARLENE LIMA SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

15080 JOSE CARLOS MARASSI FISCAL AMBIENTAL

15082 EMERSON ALVES DE ALMEIDA AGENTE ADMINISTRATIVO

15083 BRUNO CESAR DE MORAES AGENTE ADMINISTRATIVO

15090 EDILAMAR AUGUSTO DA SILVA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

15091 SEBASTIAO JOELSON CRUZ DE CAMPOS PROFESSOR DE GEOGRAFIA

15092 TAIMY CASTRILLON DA COSTA FARIA ENFERMEIRO UBS

15095 DAIANE PEREZ DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

15098 LUCINÉIA GARCIA DE OLIVEIRA SERAFIM FARMACEUTICO BIOQUIMICO

15100 VALTER MORO MERENDEIRA

15102 SABRINA STÉFFANY SOLDÁ ARQUITETO URBANISTA

15108 VILMA GERONIMO DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

15111 ANDERSON ROBERTO GONÇALVES OLIVEIRA FANTINATTO-MOTORISTA

15113 SILVIA REGINA TEIXEIRA MERENDEIRA

15114 JÉSSICA DOS SANTOS SOUZA ENFERMEIRO UBS

15115 TATIANE DE ALMEIDA ARAUJO FISCAL DE TRIBUTOS

15117 PATRÍCIA FERREIRA MOTA FARMACEUTICO BIOQUIMICO

15118 CLAUDIO ANTONIO DE MOURA MOTORISTA

15119 CARLOS DA SILVA CRUZ TÉCNICO EM ENFERMAGEM

15120 TATIENY MARCELA DA SILVA. FARMACEUTICO BIOQUIMICO

15121 SONIA CRISTINA RAMOS PROFESSOR PEDAGOGIA

15123 CRISTIANE CARLOS DE OLIVEIRA MERENDEIRA

15125 ELIANE MARIA DE JESUS MERENDEIRA

15126 JONAS NASCIMENTO VEDA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

15127 MARIA SEBASTIANA RODRIGUES TÉCNICO EM ENFERMAGEM

15128 ELIENE SOARES DOS SANTOS MAGALHAES PROFESSOR PEDAGOGIA

15129 ADRIANA COUTINHO DE SOUZA MONITOR DE CRECHE

15130 MARIA JOSÉ PEREIRA CASTILHO AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

15131 MARCOS ANTONIO GIOVANINI MOTORISTA

15135 ANA PAULA DA SILVA RIBEIRO MONITOR DE CRECHE

15136 LEANDRO FARIA PINHEIRO MOTORISTA

15137 AMANDA CRISTINA SILVA PACHECO MONITOR DE CRECHE

15138 CLEBER DE MIRANDA BARROS AGENTE ADMINISTRATIVO

15141 TATIANE RIBEIRO VITTORAZZI MERENDEIRA

15143 LOANA NEIVA ROCHA MONITOR DE CRECHE

15146 JUCILEI SERRÃO DA SILVA MERENDEIRA

15147 MARCOS JOSÉ ACRISIO PROFESSOR PEDAGOGIA

15148 ÁUREA CONCEIÇÃO VIEIRA VASCONCELOS FONSECA ODONTÓLOGO

15149 GÉSSICA MARIA DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

15156 EDMAR DE OLIVEIRA ALMEIDA PROFESSOR PEDAGOGIA

15157 MOISES DE OLIVEIRA TEX ENGENHEIRO CIVIL

15162 MARCIA BARBOSA CASSIA DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

15164 RUBERLEIA CICERA DO COUTO COSTA PROFESSOR PEDAGOGIA

15165 RUAN DE CAMPOS MARQUE ODONTÓLOGO

15166 GILDETE ALVES DA CRUZ TÉCNICO EM ENFERMAGEM

15170 DULCE MIRNA KLAINERT PROFESSOR PEDAGOGIA

15173 MAXSUELBER FERRARI AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

15177 GLEICIANE MARTIN DE SOUZA MÉDICO - PSF

15178 SONIA SOARES MERENDEIRA

15179 PÂMELA CAROLINY AZEVEDO LUIZ ENFERMEIRO UBS

15182 CRISTINA VIOTTO JANUARIO PROFESSOR PEDAGOGIA

15186 DORIANA LUZIA DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

15189 EIDI NEPUMUCENO FLORÊNCIO ENFERMEIRO UBS

15193 AMANDA MUNIZ FARIA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

15194 ÉRICA MEDEIRO DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

15196 REGIANE OLIVEIRA DE SOUZA DE MELO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

15197 JOÃO VICTOR LUPERINI FISCAL DE TRIBUTOS

15199 WELINGTON VINICIUS MININEL ODONTÓLOGO

15203 ERISON RICARDO MARCHI PROFESSOR PEDAGOGIA

15205 FREDSON MAURO CASAGRANDE BEZERRA OPERADOR DE MAQUINAS

15206 ANGÉLICA MUNIZ FARIA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

15207 ANE CRISTINA AMARAL AMORIM PROFESSOR PEDAGOGIA

15211 FELIPE DE LIMA CABRAL ODONTÓLOGO

15212 MARIA DE SOCORRO TAVARES DE FREITAS PROFESSOR PEDAGOGIA

15214 MARCIO SANTO PAZIN MOTORISTA

15219 NIERTON CRUZ ARAUJO DE ALMEIDA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

15223 THAYNAN CELISGOMES ALMEIDA PSICÓLOGO

15228 CAROLINE BORGES MANCUELHO ENFERMEIRO UBS

15232 RENATA DA CRUZ LOPES PROFESSOR PEDAGOGIA

15234 DANIEL DE JESUS MOTORISTA

15235 NOELMA APARECIDA GONÇALVES PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

15237 MANOEL HENRIQUE ALMEIDA ROCHA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

15241 SOLIMAR APARECIDA DOS SANTOS SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

15243 ODAIR ADRIANI LEPORONI MOTORISTA

15246 WENDERSON GOMES DE LIMA ENGENHEIRO CIVIL

15247 RONICLEIA SOUZ DE JESUS MERENDEIRA

15251 GEOVANA CELIA ESTEVAN COSTA MERENDEIRA

15256 JOSÉ CLEIDER RODRIGUES FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

15258 LINDON JHONS LOPES DA SILVA MOTORISTA

15259 GRACIANE MENDONÇA DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO

15260 MARIANA DE PAULA SILVA ARQUITETO URBANISTA

15262 LORHAYNE DAGUIELLE DOS SANTOS POMPEO MONITOR DE CRECHE

15263 SIMEÃO JESUS DA ROCHA AGENTE ADMINISTRATIVO

15264 MICHELLE PRADO BRAGA ODONTÓLOGO

15265 TALLYTA LOBO NOGUEIRA SILVA PSICÓLOGO

15267 GUILHERME LUIZ EWALD ENGENHEIRO CIVIL

15270 SILVANO MARIANO DE SOUZA AGENTE DE TRANSITO

15273 ERICA DA CONCEIÇÃO BARBOSA AGENTE ADMINISTRATIVO

15277 SAULO HENRIQUE GASQUES ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

15278 ELIANE DA SILVA ARAUJO PROFESSOR PEDAGOGIA

15281 FABIANA CRISTINA DE ALMEIDA MARTINS MERENDEIRA

15283 BRUNO CESAR OLIMPIO DE OLIVEIRA MÉDICO - PSF

15285 MARIA DOS ANJOS DE ANDRADE PROFESSOR PEDAGOGIA

15286 GUSTAVO DE MORAIS BRUM AGENTE ADMINISTRATIVO

15287 ROSINETE MARIA DA SILVA MERENDEIRA

15292 WELINTON OLIVEIRA CAVALCANTE AGENTE ADMINISTRATIVO

15296 ERIK MARIA MEIRA TEIXEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

15299 ROSÂNGELA CAMARGO DE LIMA MERENDEIRA

15302 JULIETA ANTONIA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

15303 ROSIMEIRE GONÇALVES SILVA MERENDEIRA

15304 ROSIMEIRE GONÇALVES SILVA MONITOR DE CRECHE

15305 MARLENE DE SOUZA DIAS MERENDEIRA

15306 MARLLON RICARDO GOMES PIO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

15307 MARLENE DE SOUZA DIAS MONITOR DE CRECHE

15309 WAGNER CORREA PORTO ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

15311 SERGIO BATISTA TOMAZ MOTORISTA

15312 MARCELO HENRIQUE DOS SANTOS SANTANA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

15314 GABRIEL BREMMER DO NASCIMENTO ENGENHEIRO CIVIL

15315 SUELLEN APARECIDA DOS SANTOS LOPES TELEFONISTA

15321 EDIMAR APARECIDO DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

15322 DAIANE FERREIRA PASSOS PENIDO FISIOTERAPEUTA

15323 TATIANE CORREIA DE FREITAS PROFESSOR PEDAGOGIA

15324 SERGIO BATISTA TOMAZ AGENTE DE TRANSITO

15329 LUCIANE APARECIDA DA SILVA NOGUEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

15334 EDIMAR APARECIDO DOS SANTOS FISCAL DE TRIBUTOS

15337 ROSANA DA SILVA SANTOS MERENDEIRA

15338 MARLON VINICIUS FIDELIS BENITEZ AUXILIAR ADMINISTRATIVO

15339 VITOR ALVES DE OLIVEIRA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

15342 VANUSA ALVES DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

15343 DALVIANY TAQUES FERREIRA ODONTÓLOGO

15347 ROSANGELA APARECIDA IVO LEITE PROFESSOR PEDAGOGIA

15348 MIRIAN PEREIRA BORBA MERENDEIRA

15351 ALINNE TAVARES LIMA FERRARI AGENTE ADMINISTRATIVO

15352 ROSANGELA APARECIDA IVO LEITE MONITOR DE CRECHE

15356 JOANA SERRÃO DA SILVA MERENDEIRA

15357 RODINEY IVO LEITE AGENTE DE TRANSITO

15360 DANIELA NASCIMENTO DE SOUSA PROFESSOR PEDAGOGIA

15363 ANDERSON PERUCHI MATOS AGENTE ADMINISTRATIVO

15364 WANDERLEI FERNADES DO PRADO FISCAL DE TRIBUTOS

15365 ANTONIA APARECIDA DANTAS DA SILVA PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

15371 PAULO VIEIRA DA SAILVA JUNIOR PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

15374 VANESSA FERREIRA DE MENEZES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

15375 PAULO VIEIRA DA SAILVA JUNIOR AGENTE ADMINISTRATIVO

15376 JOSÉ LÁZARO DE SOUZA FILHO ENGENHEIRO CIVIL

15377 GREICE KELLI NOVAIS NUNES PROFESSOR PEDAGOGIA

15379 CLÁUDIO CONTARDI PARRA BENITEZ MOTORISTA

15382 CLÁUDIO CONTARDI PARRA BENITEZ AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

15384 MARIA JUTIELY MAZOTTI MONITOR DE CRECHE

15389 BEATRIZ FREIRE PENHA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

15390 DAIANE ALVES FERREIRA FISCAL DE TRIBUTOS

15391 DAIANE ALVES FERREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

15392 ELUANA DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

15395 RANIELLI RODRIGUES RIBEIRO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

15396 SANDRA LUCIA DE PAULA AGENTE ADMINISTRATIVO

15398 CLAUDIA CLEMENTE ANDRADE PROFESSOR PEDAGOGIA

15400 MARCO SALES DO NASCIMENTO FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

15404 JAINE PEREIRA PAULA MONITOR DE CRECHE

15405 VERA LUCIA PEREIRA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

15407 LUZIA RIBEIRO DO BONFIM ASSISTENTE SOCIAL

15413 ROSINEI TAVARES DE MELO MOTORISTA

15414 ADRIANA PEREIRA DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

15417 EVA LÚCIA FERREIRA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

15418 JUCELIA SANTIAGO ALVES PROFESSOR PEDAGOGIA

15420 ANTONIO MARCELINO DA SILVA JUNIOR AUXILIAR ADMINISTRATIVO

15422 NEUZA DE LIMA NEVES GOULART MONITOR DE CRECHE

15423 KELI REGINA ALMEIDA CENTOFANTE MILHORANÇA ENFERMEIRO UBS

15429 ANTONIO ALVES DANIEL PROFESSOR PEDAGOGIA

15430 JUSSARA APARECIDA MARTINS MERENDEIRA

15431 PATRÍCIA ELLEN ESTRADA DE AGUIAR ENFERMEIRO UBS

15434 SUSANITA DE SOUZA RODRIGUES PROFESSOR PEDAGOGIA

15438 JONATHAS RODRIGUES DOS SANTOS MOTORISTA

15441 FRANCIELLY MOTA LINHARES ATENDENTE EM SAÚDE

15443 WANIA RITA DE CASSIA GASCH HARRIS ASSISTENTE SOCIAL

15444 RUBERLEIA CICERA DO COUTO COSTA MONITOR DE CRECHE

15445 JÉSSICA CAROLINE RITCHELY FERREIRA DE BRITO ATENDENTE EM SAÚDE

15448 LEONICE MOTA LINHARES PROFESSOR PEDAGOGIA

15450 LEONICE MOTA LINHARES MONITOR DE CRECHE

15453 REGINA NORBERTA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

15455 ELIZEU CHIQUEZI MOTORISTA

15458 AMÉRICO PERCINATO NETO ENGENHEIRO CIVIL

15459 ROSÂNGELA ANTONINI FRANCO FISCAL DE TRIBUTOS

15465 ISABEL APARECIDA SILVA DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

15472 PABLO JORRAN SILVA PEREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

15476 MARIA APARECIDA DE JESUS FARIA MERENDEIRA

15481 DIOGO DE MOURA PEREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

15483 MARLI GOMES DOS SANTOS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

15484 GABRIELA SANTANA SILVA MONITOR DE CRECHE

15485 KALIL EL DIN FARAH ODONTÓLOGO

15489 SUELEN PRADE FERREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

15490 TATIANE DE SOUZA GUIMARÃES MERENDEIRA

15492 CLEUSA FERREIRA DOS SANTOS TEIXEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

15497 FRANCIANE DA SILVA GOMES MERENDEIRA

15498 MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA TELEFONISTA

15500 LUCIANE APARECIDA DO NASCIMENTO PROFESSOR PEDAGOGIA

15502 MARCIO ADRIANO DA SILVEIRA CONTADOR

15503 LUANA AMARAL MENDES SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

15504 JODINEY ANTONIO DA SILVA MOTORISTA

15505 JOSE MARCOS LOPES DOS SANTOS ENFERMEIRO UBS

15507 JUSERGIO DA SILVA MOTA MOTORISTA

15509 MARINES BARBOSA DE SOUZA MONITOR DE CRECHE

15510 LUCIANA INACIO COELHO MERENDEIRA

15513 ADILSON RODRIGUES DE CARVALHO PROFESSOR MATEMÁTICA

15514 JULIO CEZAR DE SOUZA PEREIRA FISCAL DE TRIBUTOS

15515 JULIO CEZAR DE SOUZA PEREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

15521 NAIRAD MAEDA DARIAN ATENDENTE EM SAÚDE

15522 FRANCISCO VALENTIM JUNIOR AUXILIAR ADMINISTRATIVO

15525 PYETRA CRISTINA LOMPIAS DOS SANTOS TELEFONISTA

15528 TIAGO ITO ELEODORO AGENTE ADMINISTRATIVO

15532 ERINETE SEBASTIANA DE MELO MONITOR DE CRECHE

15534 RODRIGO ANDRADE DE CARVALHO AGENTE ADMINISTRATIVO

15535 ROMÁRIO NUNES DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

15538 JESSICA FERNANDA MATIAS IKUTA AGENTE ADMINISTRATIVO

15539 ROMÁRIO NUNES DA SILVA MOTORISTA

15540 GISELE ASSIS DO NASCIMENTO PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

15547 RAFAEL CAVALARI RAMOS AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - ENGENHARI

15548 DULCELINA LEMES DA SILVA MERENDEIRA

15550 JOSE DERCIO SILVA MAZIERO ENGENHEIRO CIVIL

15554 CAMILLO MAEDA DARIAN AGENTE ADMINISTRATIVO

15556 SILVANA ANDRÉ MONTEIRO MERENDEIRA

15560 BRUNA RAFAELA ROSA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

15561 ROSILENE RODRIGUES DOS SANTOS SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

15566 FRANCIELE BATISTA NEVES ASSISTENTE SOCIAL

15569 ADRIANA FERNANDA CORREA ALVES PROFESSOR PEDAGOGIA

15573 DOGIVAL SILVA MIRANDA MOTORISTA

15574 MARILZA MARTINS NOGUEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

15578 JAIR DE ARRUDA MORAES PROFESSOR MATEMÁTICA

15582 GEISE DA SILVA FERREIRA PSICÓLOGO

15585 CAMILO MARCOS NETO PROFESSOR DE GEOGRAFIA

15592 FÁTIMA GUTIERREZ DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

15595 RINARA APARECIDA ALVARES DA COSTA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

15597 JESSICA SANDRA CESARIO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

15598 RINARA APARECIDA ALVARES DA COSTA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

15600 ELAINE DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

15603 ELIANE ALVES DA SILVA FELIX ENFERMEIRO UBS

15604 RINANDER GONÇALO ALVARES DA COSTA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

15605 ELIANE ALVES DA SILVA FELIX TÉCNICO EM ENFERMAGEM

15610 WALLAVI DE SOUZA ALVES MOTORISTA

15611 FÁTIMA GUTIERREZ DA SILVA FISCAL AMBIENTAL

15614 MARIA AURORA VELHO DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

15618 JULIANA MARIA BALDINI ENFERMEIRO UBS

15622 WENDER DE SOUZA ALVES ELETRICISTA

15626 ALESSANDRA PEREIRA DE GODOI PROFESSOR PEDAGOGIA

15627 FRANK MASSAI RIBEIRO AGENTE ADMINISTRATIVO

15629 MAYCON CARDOSO TEODORO AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

15630 ROSENIR MONTEIRO MELO PROFESSOR PEDAGOGIA

15632 PATRICIA BATISTA ORTEGA CAMPOS MONITOR DE CRECHE

15635 VIVIANE NEVES MARTINS PROFESSOR PEDAGOGIA

15636 MARCELO DA CRUZ RODRIGUES AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

15637 ANA CAROLINA DUPIN ENFERMEIRO UBS

15638 VINÍCIOS LUHAN PUGER PEREIRA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

15639 DIANALICE RIBEIRO DOS SANTOS MERENDEIRA

15641 LETICIA CARLA DA SILVA GOMES SOARES PROFESSOR PEDAGOGIA

15642 SILMARA SOUSA BRAUNA PROFESSOR PEDAGOGIA

15644 EWERTON LUIZ UTRAGO GONÇALVES ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

15646 SUELLEN KAROLINE MARTINS MACHADO DE MIRANDA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

15647 CLEONICE FRANCELINA PUGER MERENDEIRA

15648 SIDIVALDO ALVES DOS SANTOS AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

15649 FRANKLIN LACERDA RODRIGUES NEVES AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

15650 JOAO PAULO VITAL DOBELIN AUXILIAR ADMINISTRATIVO

15652 TERCIO GARCIA DE MIRANDA ENFERMEIRO UBS

15654 IARA TOSTA VITORAZZI PSICÓLOGO

15655 JUNIO CESAR SOARES AGENTE ADMINISTRATIVO

15656 FÁBIO DE AMORIM OPERADOR DE MAQUINAS

15657 CLAUDEMIR ROGÉRIO BONACCI ODONTÓLOGO

15658 TATIANY MANEA DE ARAÚJO ENGENHEIRO CIVIL

15661 MARLENE ALVES DE MOURA BASTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

15664 HELIO RODRIGO CAMPOS DA SILVA AGENTE DE TRANSITO

15665 MILENE APARECIDA SILVA RODRIGUES FISCAL DE TRIBUTOS

15668 PATRICIA ONESMA BARBOSA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

15669 RELISON DE CAMPOS RODRIGUES MOTORISTA

15673 ZILMA SILVA RAMOS PROFESSOR DE GEOGRAFIA

15674 FABIANE APARECIDA DE SALES CARNEIRO ENFERMEIRO UBS

15677 DEIVID SILVA RODRIGUES FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

15680 AMANDA FIDELIS BENITEZ MONITOR DE CRECHE

15682 MARCOS PEDRO SOARES PROFESSOR PEDAGOGIA

15683 CLAUDIO JUNIOR GRETTER MÉDICO - PSF

15686 JACQUELINE DE BRITO FERREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

15687 VALDINEI PEREIRA CLUBE MOTORISTA

15689 FABIANE APARECIDA DE SALES CARNEIRO AGENTE ADMINISTRATIVO

15692 CAMILA VALENCIO SOUZA FONZAR FISCAL DE TRIBUTOS

15698 MARCIANE DE SOUZA RODRIGUES MERENDEIRA

15701 SULIANA LUIZA DA COSTA PEREIRA MERENDEIRA

15702 MILENA SANTOS GUEDES ODONTÓLOGO

15707 AUDICEIA VASCONCELOS DE ANDRADE PROFESSOR PEDAGOGIA

15708 JOCINEI GIUSTI MOTORISTA

15711 ANDREIA IMIDIO VIEIRA PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

15712 LUCIMAR DE OLIVEIRA MILLA ASSISTENTE SOCIAL

15716 LAURIENE F. VASCONCELOS SILVA ENFERMEIRO UBS

15725 MARIA IZABEL MONTEIRO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

15727 ELISANDRA LUZIA GUDER PROFESSOR PEDAGOGIA

15728 LEANDRA DOS SANTOS MOURA MONITOR DE CRECHE

15729 LEANDRA DOS SANTOS MOURA MERENDEIRA

15731 KHALLINE TAIS NUNES FREITAS FISIOTERAPEUTA

15734 NEUSA HERMES PEREIRA MERENDEIRA

15736 HERMYNNIO DE CASTRO VIEIRA ENGENHEIRO CIVIL

15741 MIRIÃ PESSOA SNTOS MERENDEIRA

15744 RICARDO ARGUELHO DE PAULA OPERADOR DE MAQUINAS

15745 ANA CARLA PEREIRA TERTULIANO PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

15747 FLÁVIO RIBEIRO DE ALMEIDA MOTORISTA

15748 GILVANEIDE DE FARIAS SOARES MONITOR DE CRECHE

15750 FABIANA DE SOUZA SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

15751 JOÃO ALEXANDRE FONSECA ODONTÓLOGO

15752 REJIANE CLAUDINO DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

15753 ADRIANA DA SILVA AREDEZ DE BARROS MONITOR DE CRECHE

15754 VALÉRIA DE QUEIROZ BARATELA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

15758 GABRIELLY DIAS NOGUEIRA TELEFONISTA

15759 PAULO MURILO DOS SANTOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

15760 LUCAS DE JESUS MARTINS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

15761 ALEX ALVES SILVA DO ROSÁRIO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

15762 EDINA APARECIDA GONÇALVES BORGES PROFESSOR PEDAGOGIA

15766 TUANY PEREIRA LOPES FARMACEUTICO BIOQUIMICO

15768 SANDRA FERREIRA BRANDAO AGENTE ADMINISTRATIVO

15769 JAQUILAINE APARECIDA DE ANDRADE MONITOR DE CRECHE

15773 BRUNA LOURENÇO DOS SANTOS ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

15778 QUEURE FARIA DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

15780 NIELY GOMES DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

15783 REGINALDO DE OLIVEIRA DA SILVA MECÂNICO

15785 HERALDO NERI ONORIO FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

15793 MARILU SANTANA DE CARVALHO RODRIGUES ENFERMEIRO UBS

15794 JOSIANA MONTEIRO DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

15798 POLIANA SOARES BARBOSA ENFERMEIRO UBS

15801 SIMONE NUNES MOTA PROFESSOR PEDAGOGIA

15805 DANIELE KELEN GONÇALVES AGENTE ADMINISTRATIVO

15806 NOIZE BENEDITA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

15807 MARCILENE SILVA BARELLA MERENDEIRA

15811 RENATA ÁVILA MIRANDA ENFERMEIRO UBS

15813 MARCILENE SILVA BARELLA MONITOR DE CRECHE

15820 ANA TEREZA SANTOS DA CÂMARA ENFERMEIRO UBS

15823 RENATA MARIA ZOCAL FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

15826 ERICLEIA CRISTIANE DOS SANTOS PERES PROFESSOR PEDAGOGIA

15827 ROSIANE RIOS REIS SALOMÉ ASSISTENTE SOCIAL

15829 LUCIA APARECIDA DE CARVALHO MONITOR DE CRECHE

15831 ROSINETE FERREIRA DA SILVA SALVIANI PROFESSOR MATEMÁTICA

15833 REGIANE APARECIDA ZOCAL PAZIN PROFESSOR PEDAGOGIA

15835 VÍVIAN CEBALHO PEREIRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

15839 GABRIEL KAZUYOSHI BEPPU UNE FARMACEUTICO BIOQUIMICO

15841 MAISA CRISTINA VENTURA FISCAL DE TRIBUTOS

15842 LORRAINE CRISTYNA AGUILERA RODRIGUES FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

15844 ADRIANA APARECIDA FERREIRA SILVEIRA MELLO AGENTE ADMINISTRATIVO

15845 JANE CRISTINA DE ARAÚJO JANUÁRIO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

15846 DANIELE COLETA VELOSO ATENDENTE DE FARMÁCIA

15848 ANA PAULA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

15849 ALESSANDRA MARIA SOARES MERENDEIRA

15851 LINEIA DE ARAÚJO JANUÁRIO PROFESSOR PEDAGOGIA

15853 JULIANO TAVARES AGENTE DE TRANSITO

15859 JOSIMAR PEREIRA DO NASCIMENTO MOTORISTA

15861 DANIEL VIEIRA OLIVEIRA DOS REIS ENGENHEIRO CIVIL

15869 MARCELO LEAL AUXILIAR ADMINISTRATIVO

15872 EDUARDO APARECIDO DE OLIVEIRA NOVAES MOTORISTA

15875 CAMILA FARIA DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

15876 CAMILLA BOSSOLANI CRUZ MONITOR DE CRECHE

15878 REGIANE SALES RIBEIRO FISCAL DE TRIBUTOS

15880 REGIANE SALES RIBEIRO AGENTE ADMINISTRATIVO

15882 LUIS ENRIQUE DOMINGUEZ PUPO MÉDICO - PSF

15886 ATILAINE APARECIDA DO COUTO SILVA MERENDEIRA

15888 JOAO PEDRO OMETTO GASPAR ODONTÓLOGO

15891 MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS MORAES LIMA PROFESSOR PEDAGOGIA

15892 LORRAYNE DE OLIVEIRA CAZARIN MONITOR DE CRECHE

15901 LEONARDO DA SILVA CASASUS FIGUEIREDO ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

15904 DANDARA EMÍLIA MANTEL AUXILIAR ADMINISTRATIVO

15906 GUSTAVO HENRIQUE NEVES DA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

15907 DANDARA EMÍLIA MANTEL AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

15909 THIAGO BOTELHO GARCIA FIGUEROA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

15910 LAYSE MILLENA ROCHA DE LANA FISCAL DE TRIBUTOS

15912 MARCOS SILVA DA CUNHA AGENTE ADMINISTRATIVO

15913 TILIANA NORMA BILLIG PROFESSOR MATEMÁTICA

15914 ROSELI BERNARDO DOS PASSOS PROFESSOR PEDAGOGIA

15915 GUSTAVO EVARISTO NETO ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

15917 MARIA DA PENHA DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

15918 LETICIA FRANCO DANELICHEN AGENTE DE TRANSITO

15920 ANA PAULA BELISARIO DO NASCIMENTO FISCAL DE TRIBUTOS

15922 DECELE FERREIRA DOS PASSOS ENFERMEIRO UBS

15923 MARTA VALERIA SOUZA PEREIRA ENFERMEIRO UBS

15925 WILLIAN AZAMBUJA DA SILVA MARTINS AGENTE ADMINISTRATIVO

15926 MILENE APARECIDA DE MORAIS MERENDEIRA

15928 SIMONE VIEIRA DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

15930 KELLY CRISTINA DA SILVA PARRA MERENDEIRA

15932 EDUARDO GONÇALVES DOS SANTOS LUCAS PROFESSOR PEDAGOGIA

15936 LUIZ GONÇALVES DE OLIVEIRA MOTORISTA

15937 JUCELAINE DO NASCIMENTO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

15938 MARINA BERNARDO VIANA PROFESSOR PEDAGOGIA

15939 ROGERIO SOARES DE SA MOTORISTA

15940 ADEMAR SEBASTIAO SOTOLANI MOTORISTA

15941 ALINE KAWAKAMI CONTADOR

15942 RODOLFO RODRIGUES DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

15944 ADELUCE RODRIGUES MARTINS SOTOLANI PROFESSOR PEDAGOGIA

15945 NATHALIA LUZIA CARDOSO MARCELINO FISCAL DE TRIBUTOS

15947 JULIANA MORAES DE SOUZA MERENDEIRA

15951 ELENIR TRAVA RICO SILVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

15955 CREUZA MOREIRA DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

15956 RENATO ANTONIO DE MELO SILVA OPERADOR DE MAQUINAS

15957 JOYCE BARBOSA RIBEIRO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

15958 MIGUEL CAMARA NOVAES PROFESSOR MATEMÁTICA

15960 WILLIAN SOUZA MECÂNICO

15966 PATRICIA RAMOS DE ALMEIDA PROFESSOR PEDAGOGIA

15969 MARIA LUIZA BENÍTEZ DA SILVA MERENDEIRA

15970 WELLINGTON ALVES DE SOUZA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

15971 ADEMILDO PEREIRA DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

15972 BEATRIZ DA SILVA RAMOS PROFESSOR PEDAGOGIA

15975 LIVIA TEREZINHA CASTILHO AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

15977 CARLOS GILBERTO SALES CAVALCANTE ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

15979 NELCILENE MENACHO PSICÓLOGO

15981 FRANCISCA ALINE DA SILVA DA CONCEIÇÃO ZORZI AUXILIAR ADMINISTRATIVO

15988 ROSIANE SILVA DE MORAES ASSISTENTE SOCIAL

15989 TAIANE CRISTINA FERREIRA RHODEN ENFERMEIRO UBS

15991 DAYANE WELLYS BRAGA AGENTE ADMINISTRATIVO

15993 ANDREZA DIANELY DE MACEDO MONITOR DE CRECHE

15994 ANDREZA DIANELY DE MACEDO MERENDEIRA

15995 DIMAS DA CUNHA FIDELIS MOREIRA NETO ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

15999 ANDRÉIA DOS SANTOS OLIVEIRA ENFERMEIRO UBS

16001 DAIANE INFANTE DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

16006 GUILHERME LINCON MOURA DE OLIVEIRA AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - ENGENHARI

16008 JUCELMA GOMES MERENDEIRA

16010 VALDEMIR DA SILVA PEREIRA MOTORISTA

16011 GEUSA DA CONCEIÇÃO TANAZIO PROFESSOR PEDAGOGIA

16012 DANIELLE DA SILVA VIEIRA MERENDEIRA

16015 JOSIANE DOS SANTOS DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

16017 ANDRÉ RICARDO VICENSOTTI ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

16019 MARIA CRISTINA DO SANTOS MONITOR DE CRECHE

16021 MARIANA GONSAGA SILVA DE SOUZA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

16022 CRISTIANO DO SANTOS NASCIMENTO PROFESSOR DE GEOGRAFIA

16023 ANA CLARA DIAS NANI AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

16026 CLODOALDO ANTONIO DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

16030 ÉDER FERNANDO GONÇALEZ FINOTTO PROFESSOR PEDAGOGIA

16031 QUEILA CARDOSO DE MORAES MONITOR DE CRECHE

16042 ERIC JOSE OLIVEIRA DE PAULA PROFESSOR PEDAGOGIA

16045 CARLA FABIANI SOUZA DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

16047 ADÃO ADRIANO TEIXERA DOS SANTOS PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

16048 EUZENIR RAMOS DA SILVA MERENDEIRA

16049 FABRICIO MOREIRA ALVES ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

16051 KEILA TELES FERREIRA PSICÓLOGO

16054 LUCIMEIRE DE SOUZA COSTA PROFESSOR PEDAGOGIA

16057 CLEIDE ROCHA DE SOUZA FISCAL DE TRIBUTOS

16058 MIRIAM DE SOUZA COSTA PROFESSOR PEDAGOGIA

16060 ROSILENE SILVA DO NASCIMENTO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

16062 ROSA MARIA NUNES PEREIRA MORAIS PROFESSOR DE GEOGRAFIA

16064 DANÚBIO LINDOMAR DE ALMEIDA CAMPOS PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

16066 VALQUIRIA SOARES DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

16068 ANGELA VALÉRIA PERES DE ALBUQUERQUE AGENTE ADMINISTRATIVO

16069 FERNANDA LEMOS DA ROSA PROFESSOR PEDAGOGIA

16070 ANGELA VALÉRIA PERES DE ALBUQUERQUE AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

16073 FERNANDO INFANTE DA SILVA MOTORISTA

16076 LUCIANA APARECIDA REZENDE GUERRERO AGENTE ADMINISTRATIVO

16078 ANA MARIA DE JESUS NASCIMENTO FISCAL DE TRIBUTOS

16079 LELIA SOARES SAMPAIO DE SOUZA MERENDEIRA

16082 DELVANE RODRIGUES DE SOUZA CARVALHO TELEFONISTA

16083 ROSANA APARECIDA BRETAS MEDICO VETERINÁRIO

16086 EDERPAULO DE SOUZA MASSAVI AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

16090 ELVIO DA CRUZ BOA SORTE CONTADOR

16091 GLAUCIA BERNI LIMA PROFESSOR PEDAGOGIA

16092 LETICIA PEREIRA DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

16093 DAIANE FRANCISCO CARREIRA DE MELO MERENDEIRA

16096 JOSENILSON PEREIRA DE PAULA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

16097 LINEIA BELA ALVES DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

16099 ELISANDRA REGINA DE ALMEIDA MERENDEIRA

16101 ENOQUE JOSÉ VIEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

16102 LEONARDO DOS SANTOS TOLEDO ODONTÓLOGO

16108 ELTON DOS SANTOS MOTORISTA

16109 MARCIANA ROSA MERENDEIRA

16116 MACIEL OLIVEIRA MAGALHÃES AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

16118 MACIEL OLIVEIRA MAGALHÃES AGENTE ADMINISTRATIVO

16120 CLAUDIO WILLIAN PEREIRA DOS SANTOS ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

16121 ALINE RODRIGUES FERREIRA MAGALHÃES PROFESSOR PEDAGOGIA

16123 WELICA INGRID MARQUES DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

16124 ALINE RODRIGUES FERREIRA MAGALHÃES MONITOR DE CRECHE

16134 DEVANIL LUIZ MEDRADO MOTORISTA

16136 VIVIANE ARAÚJO MACIEL NOGUEIRA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

16138 ADRIANA DA SILVA RICCI TELEFONISTA

16139 ANA BIANCA DA SILVA MENDES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

16141 JOSIMAR FERREIRA FENIMAM AGENTE ADMINISTRATIVO

16142 NERLI APARECIDA RIBEIRO DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

16146 CLAUDIANA DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO

16149 HALLYNE LESSA ENFERMEIRO UBS

16152 EVANICE LOPES SIQUEIRA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

16155 MAYSA SERAGLIO FURRER AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

16162 DAIANE CRISTINA GOMES ESPINOSA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

16163 ROBSON FRANCISCO CAMPOS MOTORISTA

16165 LEILA ORLANDO DOS SANTOS MERENDEIRA

16169 ADRIANA HELENA FERNANDES DE CARVALHO PROFESSOR PEDAGOGIA

16174 TANIA CRISTINA GONÇALVES SILVA MOTORISTA

16176 TANIA CRISTINA GONÇALVES SILVA MONITOR DE CRECHE

16185 ANTONIO APARECIDO DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

16190 JESSICA SCHUCH DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

16195 VALCIR GOMES DA SILVA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

16197 LUCIANE ZACARIAS DOS REIS PROFESSOR PEDAGOGIA

16204 GEYSE MARCELA CHIUCHI PROFESSOR PEDAGOGIA

16205 SEBASTIÃO RODRIGUES DE MOURA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

16209 REGIANE CRISTINA PEREIRA ARCELLINO PROFESSOR PEDAGOGIA

16210 CÍNTYA PINHEIRO DE ANDRADE ENFERMEIRO UBS

16212 GABRIEL SILVA CHIQUITO ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

16213 LUCAS VINICIUS CUIABANO TAVARES DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

16218 CLAUDINEIA PEREIRA GUEDES SANTOS MONITOR DE CRECHE

16219 VALQUIRIA MEIRA TEIXEIRA FERNANDES PROFESSOR PEDAGOGIA

16221 AMANDA SOARES LIRA MONITOR DE CRECHE

16222 VALDINEI DA SILVA SOUZA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

16224 OZANIA RIBEIRO ALVES MONITOR DE CRECHE

16226 RENAN VINICIUS RIBEIRO ALVES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

16228 MARIA REGINA RUMÃO PROFESSOR PEDAGOGIA

16229 NAYARA SERAGLIO GOMES PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

16231 ELIZABETE DE AGUIAR LEMES AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

16234 ADRIANA MENDES DE OLIVEIRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

16236 MAXIMINO BONFIM DE SOUZA FISCAL DE TRIBUTOS

16243 KEITY DANIELE TEIXEIRA CONTADOR

16248 ANA LUCIA GERMANO ROSA FISCAL DE TRIBUTOS

16251 REGIANE BRAZ DE SOUZA PSICÓLOGO

16262 PERPETUA FERREIRA MERENDEIRA

16266 JEDIEL SILVA MARIANO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

16267 CINTIA MARIA REBOLI CONTADOR

16268 ADEVANIR APARECIDA TASSI MERENDEIRA

16269 ANA CLÁUDIA RIBEIRO DA COSTA MONITOR DE CRECHE

16271 JOZIELE NASCIMENTO SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

16273 MARCOS WILSON RIBEIRO FISCAL DE TRIBUTOS

16282 EDVILSON GABRIEL TAVARES DA SILVA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

16284 SIMONE FRANCISCA TASSI PROFESSOR PEDAGOGIA

16288 CLEYTON JOSÉ DA CONCEIÇÃO AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

16295 GUSTAVO HENRIQUE DO PRADO VILERA MOTORISTA

16297 EDITE APARECIDA CAMARGO DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

16299 SIMONE DA SILVA RAMOS AGENTE ADMINISTRATIVO

16300 ANTONIO DE JESUS VIEIRA RODRIGUES AGENTE DE TRANSITO

16301 ABITA COELHO FLAMINI PROFESSOR PEDAGOGIA

16302 FAGNER LARA DA CRUZ AGENTE ADMINISTRATIVO

16307 ANA PAULA LUIZ DO NASCIMENTO MACHADO PROFESSOR MATEMÁTICA

16309 KAROLAINE JESSICA CARDOSO OLIVEIRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

16310 MARCILENE BARROS PROFESSOR PEDAGOGIA

16315 OIRISMAR BARBOSA DA SILVA MONITOR DE CRECHE

16316 MARLON BRUNO NOGUEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

16317 PERLA SANTANA DE ARAUJO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

16322 DALVA ALVES NOGUEIRA MONITOR DE CRECHE

16323 LUIZ MAGNO DE MIRANDA BARBOSA PROFESSOR MATEMÁTICA

16324 ROBENILZA RODRIGUES BALEEIRO ENFERMEIRO UBS

16327 ADENILDA ALVES LOPES PROFESSOR PEDAGOGIA

16329 CLÁUDIA REGONHE MARAIA PROFESSOR PEDAGOGIA

16330 JANAINA DRIELLI BUGARI FARMACEUTICO BIOQUIMICO

16331 JEFFER KLEBER DE OLIVEIRA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

16332 SATHYA SOARES FERREIRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

16335 KAREN KESIA OLIVEIRA SANTOS RODRIGUES PROFESSOR PEDAGOGIA

16337 OMAR RONALD FUENTES CRUS MÉDICO - PSF

16339 DORAMA RAMOS DE PAULA ENFERMEIRO UBS

16340 JAKELINE DE MELO MARQUES MONITOR DE CRECHE

16342 JOICEARA DOS PASSOS CARVALHO FONOAUDIÓLOGO

16344 ROBERTO RODRIGUES DAMACENO AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

16348 VALDIRONE OLIVEIRA ARAUJO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

16349 CÁSSIA LUZ MOURA ENFERMEIRO UBS

16354 ROGERIO CARNEIRO ROSSIN OPERADOR DE MAQUINAS

16355 DORAMA RAMOS DE PAULA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

16357 CRISTIANE ALVES CARDOSO MERENDEIRA

16360 ADELINA MONTEIRO ORTEGA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

16363 ANACILDA OLIVEIRA ENFERMEIRO UBS

16365 MARIA APARECIDA GOMES TÉCNICO EM ENFERMAGEM

16367 GILDETE CAMPOS DE SENNA PROFESSOR PEDAGOGIA

16371 ALINE MELLO GUIMARAES BATISTA ODONTÓLOGO

16377 VALDENIR NUNES DA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

16379 FABIANE VERÔNICA DA SILVA ENFERMEIRO UBS

16385 ANGELITA CRISTINA MOURA MONITOR DE CRECHE

16387 ADRIANO CAMILO DANTAS MOTORISTA

16393 ELIZANGELA PEREIRA DOS SANTOS FISCAL DE TRIBUTOS

16396 ALLAN CHRISTIAN ALVES DA LUZ ENGENHEIRO CIVIL

16397 VIVIANY BARBOZA DOS SANTOS FISIOTERAPEUTA

16400 EDINEIA ALVES DA SILVA MONITOR DE CRECHE

16401 LUCINEIA DE CARVALHO FARMACEUTICO BIOQUIMICO

16404 ERICKY DE MATOS AMARO FISCAL AMBIENTAL

16408 ERICKY DE MATOS AMARO MECÂNICO

16412 LETÍCIA DE MATOS DIAS DO NASCIMENTO PROFESSOR DE GEOGRAFIA

16416 GILSON DA SILVA MIRANDA MÉDICO - PSF

16417 FABIANA RIBEIRO CUSTODIO CONTADOR

16419 TELMA APARECIDA FREITAS MIRANDA AGENTE ADMINISTRATIVO

16420 LEODETE CRISTINA DA SILVA ASSISTENTE SOCIAL

16422 JOSIVALDO PAIXURI ATENDENTE DE FARMÁCIA

16423 TAMARA PATRICIA DA COSTA AGENTE ADMINISTRATIVO

16426 ELTON HENRIQUE MONESI DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

16429 MARINEZ RODRIGUES DE OLIVEIRA MERENDEIRA

16433 MARINEZ RODRIGUES DE OLIVEIRA AGENTE DE TRANSITO

16435 ESTTER MARTINHO CARREIRO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

16438 VALERIA DA SILVA FERREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

16441 NOEMI CEBALHO PASCOAL PROFESSOR PEDAGOGIA

16442 MARCELO AUGUSTO DE LIMA RODRIGUES MÉDICO - PSF

16443 ALINE GONÇALVES PAIVA PROFESSOR PEDAGOGIA

16444 CLEITON FELIPE DOS SANTOS MOTORISTA

16446 NEY DA SILVA BRAGA JUNIOR ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

16456 ANA TÁSSIA MOREIRA TEMOTEO SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

16457 ANGERLAINE CAVALCANTE DE MORAES PROFESSOR PEDAGOGIA

16459 WALCKIRIA ALVES DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

16460 ANALIA JOSÉ DA SILVA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

16461 FABIANA CAMPOS MAIA MOTA AGENTE ADMINISTRATIVO

16463 EDILAINE MARIA MENDES DE OLIVEIRA PROFESSOR MATEMÁTICA

16465 CRISTIANN GOMES DA SILVA ODONTÓLOGO

16467 ADRIANA CRISTINA ROMANZINI LIMA PROFESSOR MATEMÁTICA

16468 FLAVIA PEREIRA DE MIRANDA PROFESSOR PEDAGOGIA

16469 VANILZA LEMES DE MORAES SOHWENCK MONITOR DE CRECHE

16471 FABIO DUTRA DA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

16472 GEISE SARA RIBEIRO CAMPOS PROFESSOR PEDAGOGIA

16473 IVANILCE APARECIDA MACHADO QUEIROZ VASCONCELOS-PROFESSOR PEDAGOGIA

16474 BRUNO TIAGO PESSOA FARMACEUTICO BIOQUIMICO

16475 LUCIANE DO PRADO PROFESSOR PEDAGOGIA

16476 MIRIAM DE LIMA SOUZA MERENDEIRA

16477 SUELY APARECIDA COUTO NETO VIEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

16486 RACHEL DE CARVALHO NEVES PROFESSOR PEDAGOGIA

16487 ROSIMAR EVANGELIS DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

16493 RODRIGO FERREIRA LIMA FISCAL DE TRIBUTOS

16494 JOSE CARLOS ALVES MARTINS AGENTE ADMINISTRATIVO

16495 ARIANE PINHO DE SOUZA LIMA AGENTE ADMINISTRATIVO

16496 AYURI GABRIEL DE PINHO LIMA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

16498 EVENIR SOUZA CARVALHO PROFESSOR PEDAGOGIA

16505 ALESSANDRA SILVA GOMES FARMACEUTICO BIOQUIMICO

16506 KATIA MARA ATANAZIO SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

16508 DALILA DE SOUZA BALBINO PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

16511 LUIS BEDIN BAST MOTORISTA

16513 SAMARA ATANAZIO SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

16514 LAÉRCIO PEREIRA NUNES JÚNIOR MÉDICO - PSF

16518 LILIAN MINEIRO LACERDA OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

16521 JOSE ANTONIO DOS SANTOS BASTOS AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

16522 FRANCIELLI MOREIRA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

16524 VALTENIA DE ALMEIDA PROFESSOR PEDAGOGIA

16531 IRON JOSÉ MOREIRA DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

16535 JOANA DARK DE OLIVEIRA MERENDEIRA

16536 SIRLEI DE FREITAS OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

16537 CRISTIANO CARRARO ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

16538 SIRLEI DE FREITAS OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

16539 INEZ ALVES GUIMARÃES MARTINS PROFESSOR PEDAGOGIA

16541 YUDEBORA FERREIRA QUEIROZ ATENDENTE EM SAÚDE

16542 DEVANIA ASSIS NUNES BACCA ENFERMEIRO UBS

16548 LUCINETE RIBEIRO DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

16551 CAMILA KAREM DE OLIVEIRA RODRIGUES PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

16553 JESSICA VEIGA PORTILHO FERNANDES ENGENHEIRO CIVIL

16554 ANTONIO ROBERTO SILVEIRA SOUZA FARMACEUTICO BIOQUIMICO

16561 CRISTIANE DE MATOS CARVALHO ENFERMEIRO UBS

16571 EVERTON MOTA SOARES FISCAL DE TRIBUTOS

16574 GIMARA SILVA BARBOSA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

16580 JEFERSON APARECIDO FERNANDES DA SILVA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

16584 ANA PAULA RODRIGUES DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

16585 ANA PAULA RODRIGUES DA SILVA ENFERMEIRO UBS

16587 BRUNA VIEIRA BERNARDO MONITOR DE CRECHE

16589 JHENNEFFER NAYARA MATOS FERREIRA BORGES PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

16590 GLEICE LARISSA SILVA DOS SANTOS FISCAL DE TRIBUTOS

16591 BRUNO HENRIQUE REIS SANTOS SOARES AGENTE ADMINISTRATIVO

16594 MARCELA CRISTINA COLOMBO MARTINS FARMACEUTICO BIOQUIMICO

16597 SANDY KAREN DE MORAES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

16599 JUSCELENE BERBEM DA CRUZ PROFESSOR PEDAGOGIA

16603 SÔNIA VENÂNCIO DE ARAÚJO SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

16604 MATHEUS FRANCO SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

16606 ADEMIR COUTINHO DE SOUZA MOTORISTA

16607 AMANDA VIDOI ALVES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

16612 BEATRIZ MARTINS MINSON MONITOR DE CRECHE

16613 MARCIELI RODRIGUES DA SILVA MERENDEIRA

16614 JOSANNE VIEIRA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

16620 ROSELAINE FARIA CARRASCO AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

16621 REGIANE FREITAS DE SOUZA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

16625 LUCILENE MENDES DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

16628 ELIANE NUNES RODRIGUES PROFESSOR PEDAGOGIA

16629 CECILIA SILVA FRUTUOSO FISCAL DE TRIBUTOS

16630 ELIANE NUNES RODRIGUES MONITOR DE CRECHE

16631 CLEIDIANE DOS SANTOS ANASTACIO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

16633 BRENO BLESSAN MOREIRA CAMPOS AGENTE DE TRANSITO

16634 WANDERSON DA SILVA POQUIVIQUI PROFESSOR DE GEOGRAFIA

16635 WANDERSON DA SILVA POQUIVIQUI AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

16636 ALINE DA SILVA FAZOLO FISCAL DE TRIBUTOS

16638 ELOIR LUIZ PADILHA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

16639 LEILIANE DOS SANTOS MUNIZ TÉCNICO EM ENFERMAGEM

16641 GONÇALO SILVA DE OLIVEIRA MOTORISTA

16642 AUSTIN JOSÉ JACOB BRASILEIRO DE MORAES JUNIOR ODONTÓLOGO

16645 GISLENE APARECIDA FREIRE DA COSTA PROFESSOR PEDAGOGIA

16648 WINGLESON DOS REIS OLIVEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

16650 CILAS BORGES VIEIRA NETO ODONTÓLOGO

16652 LUCAS SOARES BOTTARI AUXILIAR ADMINISTRATIVO

16654 NORMA DOS SANTOS FEITOSA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

16656 CARMELITA LUCIA DE ARRUDA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

16657 RAFAELA APARECIDA ALMEIDA BARBOSA AGENTE ADMINISTRATIVO

16658 MATHEUS GOMES ALVES DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

16659 RAONI BENITH VIEIRA SOARES ENFERMEIRO UBS

16661 EDSON DONIZETE TREVIZAM MOTORISTA

16662 EDSON DONIZETE TREVIZAM AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

16665 DAGMAR ROSANA PEREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

16666 VALÉRIA DE SOUZA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

16671 GIRLENE FERREIRA DA SILVA MONITOR DE CRECHE

16676 ALLISON LUIZ DE OLIVEIRA MEDICO VETERINÁRIO

16678 LEONICE DA COSTA NUNES MENDES AGENTE ADMINISTRATIVO

16679 MATHEUS GALEANO BENITES AGENTE DE TRANSITO

16689 FABIANO LIMA FERREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

16694 JUSSARA ARAUJO PEREIRA ENFERMEIRO UBS

16695 ÂNGELA MARIA DE ANDRADE PROFESSOR PEDAGOGIA

16698 JULIELY AMERICANO CAFE FISIOTERAPEUTA

16699 CLAUDINEI GOMES MENDES OPERADOR DE MAQUINAS

16700 JUSSARA ARAUJO PEREIRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

16702 ROSILENE DA SILVA NASCIMENTO PROFESSOR PEDAGOGIA

16703 LENILDA SOUZA MATOS FISCAL DE TRIBUTOS

16704 JÚLIO CESAR COSTA GONÇALVES AGENTE ADMINISTRATIVO

16705 CESAR LUIZ COSTA GONÇALVES AGENTE ADMINISTRATIVO

16712 ROSELI SENATORE DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

16713 DAIANY PEREIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

16716 GABRIELA LANA SOARES FARMACEUTICO BIOQUIMICO

16718 ROSELI SENATORE DA SILVA ASSISTENTE SOCIAL

16720 TÂNIA PEREIRA DA SILVA MERENDEIRA

16721 DAIANY PEREIRA PSICÓLOGO

16725 DIERLEY PEREIRA DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

16727 KATIA MARIA GASTARDELO AGENTE ADMINISTRATIVO

16729 ALZIRA DE SOUSA ESPINDOLA FISCAL DE TRIBUTOS

16731 WILLIAN ROMARIO BELCHIOR PEREIRA MÉDICO - PSF

16734 SERGIO PINTO DE MIRANDA OPERADOR DE MAQUINAS

16737 EDMAR VENACIO FERREIRA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

16739 ANA PAULA APARECIDA ARAUJO CAMARGO CAHGAS FARMACEUTICO BIOQUIMICO

16742 IVONE LOPES DA TRINDADE PROFESSOR PEDAGOGIA

16743 VANUZA BRITO DA SILVA TELEFONISTA

16744 ADAIR CLARA MENDES SOARES PROFESSOR PEDAGOGIA

16745 WEVERTON BATISTA SANTOS AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

16746 LARYSSA ALMEIDA VIANA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

16747 MARCOS WILLIAM DE SOUZA FISCAL DE TRIBUTOS

16748 MARCOS WILLIAM DE SOUZA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

16749 WALTER CAMPOS DE OLIVEIRA PROFESSOR MATEMÁTICA

16752 TAMARA CAROLINE MAGALHAES AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

16761 NAYARA KAROLLINE DE SOUZA MOREIRA ENFERMEIRO UBS

16767 BRUNO ALMEIDA NARCISO ENGENHEIRO CIVIL

16769 ZENILDO RAMOS DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

16772 VERÔNICA FERNANDA RONCONI AUXILIAR ADMINISTRATIVO

16775 CARLOS ALBERTO PEREIRA MAOS JUNIOR AGENTE ADMINISTRATIVO

16779 HELIDA BRINGSSKEN DA CRUZ AGENTE ADMINISTRATIVO

16780 RODRIGO SCHULZE BALBINOT FARMACEUTICO BIOQUIMICO

16781 EZILENE GONÇALINA DA SILVA MERENDEIRA

16782 BRUNA MARIA MAZALLI DE CARVALHO MERENDEIRA

16787 ADRIANO PINHO DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

16789 DÉBORA ROSA DUARTE PROFESSOR PEDAGOGIA

16791 PRISCILA MORAIS DE CASTRO PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

16795 RENATA LIMA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

16796 ROLAINE PORTES CANDIA AGENTE ADMINISTRATIVO

16797 DEIVIS RODRIGUES DE OLIVEIRA DE CASTRO MOTORISTA

16799 JEFFERSON GUEDES PAIS AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

16804 ELIZABETE MARTINS NERIS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

16807 ELDER RENAN FERRAZ ALCANTARA AGENTE ADMINISTRATIVO

16809 SILVANA FERREIRA DE MORAIS PROFESSOR PEDAGOGIA

16810 EMERSON PONCIANO DE ALMEIDA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

16811 ANAIR POICHE TOMICHA MERENDEIRA

16817 ADRIANA CRISTINA DOS SANTOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

16819 JOSE LUIZ MARQUES AGENTE DE TRANSITO

16820 JOSE LUIZ MARQUES MOTORISTA

16834 GISELLY DA SILVA LARA PICADA MÉDICO - PSF

16836 JONATHAN DOUGLAS ESPINDOLA RIBEIRO AGENTE ADMINISTRATIVO

16837 MAURILENE LUANA NUNES DA SILVA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

16841 GLAUCIELE LEITE DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

16844 GISLENE MARIA RODRIGUES NETO AGENTE ADMINISTRATIVO

16845 VIVIENE DE PAULO DE MELO PROFESSOR PEDAGOGIA

16847 LUCIANA COGHI DA CRUZ PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

16848 JOSUE EWERTON CRISOSTOMO DA SILVA RIBEIRO AGENTE DE TRANSITO

16852 VIVIENE DE PAULO DE MELO AGENTE ADMINISTRATIVO

16855 WILLIAM JAMES VENDRAMINI PROFESSOR DE GEOGRAFIA

16859 DANIELA FLORIANO DE OLIVEIRA MONITOR DE CRECHE

16862 WILLIAM JAMES VENDRAMINI AGENTE DE TRANSITO

16864 GILMAR DIONIZIO DA FONSECA PROFESSOR PEDAGOGIA

16865 ROSENIL JOSE DIAS MONITOR DE CRECHE

16866 ROSENIL JOSE DIAS MERENDEIRA

16868 OSMAIR SILVERIO DE OLIVEIRA AGENTE DE TRANSITO

16870 JUCELIA LEONARDO PROFESSOR PEDAGOGIA

16872 RENATA DE MATOS TONIM ASSISTENTE SOCIAL

16877 DAIANE RUFINO DA SIVA AGENTE ADMINISTRATIVO

16880 VANDERLEI RODRIGUES ALVAREZ MOTORISTA

16882 EMILY CRISTINE DE OLIVEIRA FREITAS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

16890 JACQUELINE OLIVEIRA MESQUITA FISCAL DE TRIBUTOS

16892 ROBERTO CARLOS SEONACA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

16895 ABRAAO PARACATU VIEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

16898 ALCILENE DA SILVA PROCOPIO AGENTE ADMINISTRATIVO

16900 SULAMITA REIS DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

16904 MIRIAM DE PAULA SENRA CESARIO PROFESSOR PEDAGOGIA

16905 KATIA ANDREIA OLIVEIRA BRANDÃO PEREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

16906 LARYSSA CRISTINA DA SILVA ENGENHEIRO CIVIL

16909 ERICK JHONY PEREIRA DE ASSIS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

16910 VINICIUS MARTINS PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

16911 JOSELHA PASCOA ARAUJO MONITOR DE CRECHE

16915 ALBERTO GOUVEIA NUES ELETRICISTA

16921 EMERSON BATISTA MOTORISTA

16925 CAMILA CESÁRIO DOS SANTOS DE REZENDE PROFESSOR PEDAGOGIA

16927 PRISCILA COSTA RODRIGUES PROFESSOR PEDAGOGIA

16928 ANDERSON RAMIRES DE OLIVEIRA CONTADOR

16929 FERNANDA RONDON MERENDEIRA

16930 PRISCILA COSTA RODRIGUES AGENTE ADMINISTRATIVO

16934 GERCIELE CARLA MARTINS SALGADO ENFERMEIRO UBS

16936 FABIO HENRIQUE MORETI AGENTE ADMINISTRATIVO

16937 PAULO RAIZER JUNIOR AGENTE ADMINISTRATIVO

16938 VALDINEI MARTINS DE SOUZA FISCAL DE TRIBUTOS

16939 NEIDE ROCCA DA SILVA MERENDEIRA

16941 MARILENE GARCIA FISCAL DE TRIBUTOS

16942 SIMONE PEREIRA DA SILVA BALEEIRO PROFESSOR PEDAGOGIA

16944 JOSE APARECIDO GONÇALVES AGENTE DE TRANSITO

16948 LUCIENE DA SILVA RIBEIRO E SILVA MONITOR DE CRECHE

16950 LUCIENE DA SILVA RIBEIRO E SILVA MERENDEIRA

16954 MARCELO DANIEL DA SILVA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

16955 ARLETE FREISLEBEN WANDERMUREM TEIXEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

16956 TAYSLLAN FÂMELA BRITO PESSOA FISCAL DE TRIBUTOS

16962 DENISE APARECIDA DA SILVA MIRANDA DE MATOS ENFERMEIRO UBS

16963 JULIANO CESAR SONODA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

16965 RENÊ LEANDRO DA SILVA PEREIRA SORATTO FISCAL DE TRIBUTOS

16968 ANA PAULA DE CASTRO MELO MONITOR DE CRECHE

16969 VALÉRIA DE ALMEIDA GONÇALVES PROFESSOR PEDAGOGIA

16970 MONICA PATRICIA TEIXEIRA DE SOUSA ODONTÓLOGO

16974 BRUNO MOREIRA ALVES AGENTE ADMINISTRATIVO

16975 SUZAMAR REGINA VIEIRA MONITOR DE CRECHE

16976 ROSILENE LUIZ DO NASCIMENTO MONITOR DE CRECHE

16977 LUCAS GUILHERME DELUQUE DE OLIVEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

16978 MARIUZA APARECIDA DE OLIVEIRA ASSISTENTE SOCIAL

16979 VILSON JOSE BORBA MOTORISTA

16984 BRUNA FRANCO FARMACEUTICO BIOQUIMICO

16985 LORENNA STEFFANY DA SILVA MONITOR DE CRECHE

16988 GEMIMA PEREIRA DE SOUZA ASSISTENTE SOCIAL

16990 GILSON DA SILVA NOBRE AGENTE DE TRANSITO

16994 ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

16995 EDINEI GUIA LEITE MOTORISTA

16997 FRANCISMAR FERREIRA CLARA GOMIDES FISCAL DE TRIBUTOS

16998 RENÊ LEANDRO DA SILVA PEREIRA SORATTO AGENTE ADMINISTRATIVO

16999 LORENNA STEFFANY DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

17003 CELSO BONFIM LOPES OPERADOR DE MAQUINAS

17004 SOLANGELA APARECIDA DA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

17005 DERECK MAGNO BEZERRA MASCARELO AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - ENGENHARI

17007 DIELLE M DE OLIVEIRA DUARTE TELEFONISTA

17008 MARLI DOS SANTOS MOUREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

17010 DIELLE M DE OLIVEIRA DUARTE MERENDEIRA

17013 SOLANGELA APARECIDA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

17016 MARCOS ANTONIO MONEZZI AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

17017 LUZINETE FRANCISCA DE SENA MONITOR DE CRECHE

17018 ALCANTARO TENORIO BASTOS MOTORISTA

17020 KELLI CRISTINA PEREIRA REIS DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

17021 SUELI LEMES DA SILVA MONITOR DE CRECHE

17026 ADRIANA MARQUES FERNANDES ENFERMEIRO UBS

17029 IVONE ANDRELINA DE OLIVEIRA MONITOR DE CRECHE

17032 ABNER SILVA CRISPIM AGENTE ADMINISTRATIVO

17033 VIVILAINE DE PAULO DE MELO SOARES CONTADOR

17036 CARLOS CRUZ BALEEIRO MOTORISTA

17037 WALCIR DA SILVA AREDES AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

17038 ROSANGELA DE OLIVEIRA ROCHA MERENDEIRA

17047 JESSICA SANTANA LEITE MERENDEIRA

17048 ROBERTA FURLAN SALOME FISCAL DE TRIBUTOS

17057 PAULO AUGUSTO DUARTE DA SILVA CONTADOR

17061 DIEGO RAMON MENDES FERREIRA ODONTÓLOGO

17063 LUCIANA OLIVEIRA PULCHERIO FISIOTERAPEUTA

17068 ANA PAULA AP DE OLIVEIRA DOS SANTOS CARRASCO MERENDEIRA

17071 ERIC JHONES RODRIGUES ENGENHEIRO CIVIL

17072 ELEUZA ESPINDOLA FERREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

17074 DANIELA ARAÚJO KLOS SANTANA PROFESSOR PEDAGOGIA

17075 RITYELE CAMILA ALVES BRESSANI FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

17076 FELIPE RIBEIRO JUSTO ENGENHEIRO CIVIL

17080 LIDIANE MELOS DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

17081 SILVIA VIEIRA SAMARTINO AGENTE ADMINISTRATIVO

17086 EDITH DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

17088 JEFERSON LUIZ GOES CAPOANO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17092 LUCIRLEI SANTOS MORAIS FROES PEREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

17093 NATALIA CAROLINE ALVES CARDOSO PROFESSOR PEDAGOGIA

17106 ALMIRA PEREIRA DA CONCEICAO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

17108 CAMILE VECHIATO MÉDICO - PSF

17110 MICHELI CARVALHO DOS SANTOS AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

17111 DEBORA CRISTINA DE ARRUDA PSICÓLOGO

17112 EVALMETE DA SILVA GONÇALVES PROFESSOR PEDAGOGIA

17115 ALEX SANDER DE CARVALHO RODRIGUES RIBEIRO PROFESSOR PEDAGOGIA

17117 GLEISON JEAN ALVES LOURENÇO PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

17118 CAIO MATEUS DA SILVA RIBEIRO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17121 REGISLAINE NEVES RUIZ PROFESSOR PEDAGOGIA

17123 ARTHUR RICARDO PINHEIRO DE SOUZA MORAES FISCAL DE TRIBUTOS

17128 TATIANE SIQUEIRA MARQUES MONITOR DE CRECHE

17131 TATIANE SIQUEIRA MARQUES MERENDEIRA

17132 JÉSSICA AZAMBUJA DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17137 THAIS DAYANA DA SILVA ENFERMEIRO UBS

17138 VILMA APARECIDA DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

17142 THIAGO ALMINO PEREIRA CASTELO BRANCO MÉDICO - PSF

17143 CARLOS HENRIQUE MARQUIORETO ALVES AGENTE ADMINISTRATIVO

17147 LUCIVANIA DOMINGUES BORGES MÉDICO - PSF

17148 RENATA CRISTINE MARTINS NEVES AGENTE ADMINISTRATIVO

17149 EUGISLAINE VIEIRA DOS SANTOS MERENDEIRA

17152 CLEONICE DE OLIVEIRA AZEVEDO MERENDEIRA

17154 EDILAINE FERNANDES DA SILVA KLAINERT PROFESSOR PEDAGOGIA

17157 EUGISLAINE VIEIRA DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

17158 SILVANA DA COSTA PROFESSOR PEDAGOGIA

17163 LETÍCIA DA SILVA FAZOLO AGENTE ADMINISTRATIVO

17164 LETÍCIA DA SILVA FAZOLO FISCAL DE TRIBUTOS

17165 NAIR DA SILVA ZANUSSO MERENDEIRA

17169 VALDENICE APARECIDA GIL PROFESSOR PEDAGOGIA

17171 LINDACI VIEIRA LIMA DE CARVALHO PROFESSOR PEDAGOGIA

17172 LUCIANA MONTANARI MELO DO NASCIMENTO PROFESSOR PEDAGOGIA

17173 FABIANA VIEIRA LUZINI PEREIRA MONITOR DE CRECHE

17174 ADRIANE GERALDINA DUFFEK CONTADOR

17177 DIOHANA CASSIANO DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

17179 FABIANA VIEIRA LUZINI PEREIRA MERENDEIRA

17183 VALERIA DA COSTA DE MEI PROFESSOR PEDAGOGIA

17184 MARILENE MARCIANA DA CRUZ PROFESSOR PEDAGOGIA

17187 HEID BELLE DOS SANTOS AVILA MEDICO VETERINÁRIO

17188 DIEGO LOUZADA DE ARAUJO ENGENHEIRO CIVIL

17189 SORAIA AYALA CARDOSO ASSISTENTE SOCIAL

17190 FABIO HURTADO SOARES ELETRICISTA

17195 DIEGO LOUZADA DE ARAUJO FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

17198 JHONATAN LUIS PORTELLA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17199 HELTON ANTONIO PEREIRA MOTORISTA

17207 ONEIAS FERNANDES DE SOUZA MONITOR DE CRECHE

17208 SILVIO SANTOS HURTADO SOARES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17210 EDILEUSA DOS REIS CADIDE ENFERMEIRO UBS

17211 VITOR HURTADO AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

17212 WILLIANS FERRARI AGENTE ADMINISTRATIVO

17213 SANDRA DURÃES DE OLIVEIRA LOBATO ENFERMEIRO UBS

17214 MARINALVA SENE DE MELO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

17218 PATRICIA LAURINDO PROFESSOR PEDAGOGIA

17222 WEVERTON CARDOSO DA SILVA MOTORISTA

17223 SINDEL RAYANNE ROCHA TOMAZ MONITOR DE CRECHE

17224 ELIZETE APARECIDA DA SILVA CEBALHO MERENDEIRA

17225 RAPHAEL LUCAS DE ANDRADE E SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

17227 JOSÉ DE DEUS LIMA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ ADMINIS

17231 ELIZABETH DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

17232 LAURA DA SILVA SANTANA GUILHERME PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

17234 MÁRCIA DA SILVA MEIRA PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

17239 MARILDETE RAMOS DA CRUZ PSICÓLOGO

17241 MIRIAN REGINA ALVES ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

17244 THAMIRES APARECIDA PEREIRA TORRES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17246 ANGELITA PESSATTO ZIMERMANN PROFESSOR MATEMÁTICA

17248 ROSELANDIA SILVA COSTA PROFESSOR PEDAGOGIA

17252 NEUDIMAR BALBINOT MOTORISTA

17253 LUCINEI BORGES GOMES PROFESSOR PEDAGOGIA

17259 ARTUR DE ARRUDA OPERADOR DE MAQUINAS

17264 ROSINEI TRAVA ANTONIASSI DOS SANTOS MERENDEIRA

17265 IRANI RODRIGUES DE FARIA LOURENÇÃO PROFESSOR PEDAGOGIA

17266 MARCUS VINICIUS SALES ENGENHEIRO CIVIL

17268 CRISTIANE SCHIAVO DA SILVA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

17269 LUIZ GERALDO DE OLIVEIRA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

17274 ROSANE RAMOS DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

17277 REBECA CRISTINA RODRIGUES DE ARAÚJO MONITOR DE CRECHE

17281 ISABELE SURUBI PEREIRA DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

17282 RAFAEL DOS SANTOS GONÇALVES ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

17284 GESILAINE CRISTIELY PEREIRA DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

17285 MARILDA DO CARMO ROSA VIEIRA MERENDEIRA

17287 MICHEL KÁSSIO DE CARVALHO MILANEZI MÉDICO - PSF

17290 LUCIENE MONTEIRO DE CAMPOS FISCAL DE TRIBUTOS

17292 RUBIA BERNARDES RODRIGUES PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

17294 ISABEL DE ALMEIDA RAMIRES MOTORISTA

17295 ROSANE CRISTINA BISSOLI PSICÓLOGO

17296 ADRIANE NEVES FAUSTINO PRADO FISCAL DE TRIBUTOS

17298 FERNANDO DARKSON BRAGA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

17299 ELIEL FERREIRA DA SILVA MOTORISTA

17300 VIVIANE CARDOSO DE ALMEIDA MONITOR DE CRECHE

17301 ÊNIO MÁRCIO VENTURA MENEGÃO JÚNIOR FISCAL DE TRIBUTOS

17302 MARIZETE SILVA DAS PEDRAS PROFESSOR PEDAGOGIA

17304 OSIEL DE SOUZA FREIRE MOTORISTA

17305 DOMINGOS DA SILVA NASCIMENTO MOTORISTA

17306 CRISTIANO FLORES DO NASCIMENTO AGENTE ADMINISTRATIVO

17307 JANAINA APARECIDA DA SILVA CRUZ BARBOSA FISCAL DE TRIBUTOS

17308 ELISAMA SIDÉLIA DOS SANTOS PEREIRA MERENDEIRA

17311 SIMINI MONTEIRO LANDIVAR AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17312 IVONE ALMEIDA SOUZA ENFERMEIRO UBS

17314 LISIANE FRANCIELE FERREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

17315 MIRIÃ MIRANDA TEIXEIRA MONITOR DE CRECHE

17316 DIOCLECIANO GODOI ROCHA ARQUITETO URBANISTA

17317 LILIANE SILVA PENÃ AGENTE ADMINISTRATIVO

17320 KEILA NOEL DE ARAÚJO DO NASCIMENTO ATENDENTE DE FARMÁCIA

17321 EDEJUNIO VIEIRA DOS SANTOS AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

17323 ROSILENE SIMOES MIRANDA PROFESSOR PEDAGOGIA

17327 ZILDA RIBEIRO DE MAGALHAES MONITOR DE CRECHE

17328 MARIA MADALENA DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

17329 ZILDA RIBEIRO DE MAGALHAES PROFESSOR PEDAGOGIA

17332 RAFAEL SOUZA GONDIM AGENTE ADMINISTRATIVO

17333 MATHEUS FREITAS DUARTE DE ARRUDA E SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

17334 MATHEUS FREITAS DUARTE DE ARRUDA E SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17335 WILLIAN CORREA MORAES ODONTÓLOGO

17338 VANESSA REIS SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

17340 MATEUS GARCIA DE SOUZA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17341 ALEXANDRA OLIVEIRA RAMOS ENFERMEIRO UBS

17342 JAQUELINE CRISTINA MOREIRA DE FREITAS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17343 ALFRANDO SATURNINO DE OLIVEIRA JUNIOR ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

17344 ALEXANDRA OLIVEIRA RAMOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17349 JOSÉ PAULO CAETANO DA COSTA MONITOR DE CRECHE

17351 JAYNE NEVES RIBEIRO FARMACEUTICO BIOQUIMICO

17354 JONAS BORGES BRANDAO FISCAL AMBIENTAL

17358 JULIANNY DE SOUZA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

17359 XÊNIA FERREIRA DE OLIVEIRA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

17360 ADRIANO TELES ELEODORO AGENTE ADMINISTRATIVO

17361 ROZÂNGELA PAIXÃO PEREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

17363 SOLANGE MARIA DE FRANÇA PROFESSOR PEDAGOGIA

17367 ANDRESSA MARQUES DE OLIVEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17368 GESIANE MOREIRA BARBOSA FISIOTERAPEUTA

17369 DÉBORA NANTES SHIMIZU AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17370 CELMA MACIEL DIAS TELEFONISTA

17373 DÉBORA NANTES SHIMIZU FISCAL DE TRIBUTOS

17374 ANDRESSA MARQUES DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

17375 ANAIR MARIA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

17376 JEFFERSON JAVANU DA SILVA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

17381 VANILTON MARTINS DE MELO FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

17382 BRUNA CARNIELO FARIA FISCAL DE TRIBUTOS

17386 FAGNER JUNIOR BARROS POLTRONIERI PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

17387 ANDERLY MARIA DOS SANTOS ENFERMEIRO UBS

17390 MARCOS LEMOS DE MELO RAIMUNDO OPERADOR DE MAQUINAS

17398 LUIZ EDUARDO BATISTA MONTEIRO ENFERMEIRO UBS

17399 VIVIAN THAIS TIECHER SIMIÃO ENFERMEIRO UBS

17402 JUCIEL SANDRO DE BARROS AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

17403 MARISTELA APARECIDA DELFORNO LEITE ENFERMEIRO UBS

17406 SIMONE SANTANA COSTA SOARES PROFESSOR PEDAGOGIA

17408 VALERIA FIGUEREDO VITOR MERENDEIRA

17409 DANIEL SOARES DA SILVA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

17412 ALINE DE PAULA RIBEIRO AGENTE ADMINISTRATIVO

17414 LUCIANA RODRIGUES FINOTTO ENFERMEIRO UBS

17415 LEILLE TANIA BARBOSA CALIXTO ASSISTENTE SOCIAL

17417 GENAINA APARECIDA FERNANDES MERENDEIRA

17419 JOAO PAULO DA SILVA SANTOS FISCAL DE TRIBUTOS

17420 JUCIMARE CRISTINA MARTINS ARQUITETO URBANISTA

17421 GENAINA APARECIDA FERNANDES FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

17423 VALERIA LIMA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

17424 ALEX JOSE DA ROCHA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

17428 SYNDELL LORRAINE DA SILVA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

17429 DÉBHORA BELUSSI AGENTE ADMINISTRATIVO

17431 ANTONIO VINICIUS GOMES NASCIMENTO MÉDICO - PSF

17432 SHIRLEY FERREIRA DA SILVA MARQUES MOURA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

17436 LUCIENE GONCALVES DE MIRANDA AGENTE ADMINISTRATIVO

17440 SHIRLEY FERREIRA DA SILVA MARQUES MOURA MERENDEIRA

17442 KELTON ANTÃO MOTA MOTORISTA

17443 WELLIGTON VINICIUS DOS SANTOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17447 LUIS CREONE MAXIMIANO AGENTE ADMINISTRATIVO

17450 EDILAINE PEREIRA DA SILVA MONITOR DE CRECHE

17451 JAIME PEREIRA DE OLIVEIRA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

17452 AMAURI CHAVES DE ARRUDA JÚNIOR ENGENHEIRO CIVIL

17453 GRACIANE FERREIRA BARBOSA PSICÓLOGO

17455 CRISTIANE ROCHA DE MORAES PROFESSOR PEDAGOGIA

17457 KENNY LYNN ZAMBRANA CAMPOS MERENDEIRA

17458 PAULO CESAR BATISTA ATENDENTE EM SAÚDE

17461 MARILEIDE SEIFERT DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

17462 MARIA IRACEMA BATISTA MONITOR DE CRECHE

17463 CRISTIANE ROCHA DE MORAES MONITOR DE CRECHE

17464 MARIA SARA SILVA MAGALHAES AGENTE ADMINISTRATIVO

17465 MARCOS TAGLIAFERRO MOTORISTA

17466 MARCIO GOMES SANTANA MOTORISTA

17471 JOICIANE DE PAULA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

17474 DUILHO RABELO BOASCIVIS ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

17475 SUZANA APARECIDA VALVERDE PROFESSOR PEDAGOGIA

17477 ELISANGELA PEREIRA DA SILVA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

17478 VERUSKA TAVARES AGENTE ADMINISTRATIVO

17479 MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

17481 ANTONIO MARCOS MORENO MERENDEIRA

17485 DANILO MARCANDELI FISCAL DE TRIBUTOS

17486 ANESIO MARINS DE JESUS MOTORISTA

17489 KAROLINE EMILIA MARQUI PEGAIANI MÉDICO - PSF

17491 ELIANE DOS SANTOS MAGIO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17495 APARECIDA ALVES CABRAL CRUZ PROFESSOR PEDAGOGIA

17496 HEMERSON CONSTANTINO DE MELO MÉDICO - PSF

17498 VALQUIRIA PIO DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

17500 ELIZABETE BALDIM PINHAL PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

17501 ARIELE ASSUNÇÃO RAMOS DE SOUZA ENFERMEIRO UBS

17502 LUIZ CARLOS BARBOSA RÓS FISCAL DE TRIBUTOS

17504 ANTONIO APARECIDO PACIFICO AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

17509 AMANDA SOARES LIRA MERENDEIRA

17511 GENIANE APARECIDA FERNANDES MONITOR DE CRECHE

17512 GENIANE APARECIDA FERNANDES MERENDEIRA

17515 EDUARDO.ELS@HOTMAIL.COM FISCAL DE TRIBUTOS

17519 FABRICIO COSTA DE SANTANA AGENTE DE TRANSITO

17520 KALYAN BECHER PAES DE BARROS PROFESSOR PEDAGOGIA

17522 OZEBIO RODRIGUES DE SOUZA MOTORISTA

17523 ELAINE APARECIDA DOS SANTOS DA FONSECA PROFESSOR PEDAGOGIA

17524 ELISSANDRA FERREIRA DA SILVA ENFERMEIRO UBS

17525 ALEXANDRE DIAS DE OLIVEIRA MOTORISTA

17526 ELIZABETE SANTIAGO DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

17527 MATEUS RUY NERY DE ALMEIDA FISCAL DE TRIBUTOS

17529 CATARINO DA SILVA RODRIGUES CONTADOR

17530 IVANI RIBEIRO DE SOUZA MERENDEIRA

17532 ESDRA GOMES DE MATOS SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

17534 SANDRA ALVES LUDGERIO PROFESSOR DE GEOGRAFIA

17535 ELIZANGELA MEIRELES DA SILVA MERENDEIRA

17536 ANDRE SOARES DAVILA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

17538 JUSERGIO DA SILVA MOTA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

17541 EDI RONEI ANACLETO DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

17542 GUSTAVO VIANA SAMINÊZ SILVA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

17543 GEISIANE APARECIDA GIOVANINI MONITOR DE CRECHE

17544 NIVES FRANCISCA DE OLIVEIRA PERREIRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

17549 MARIA MARCOLINA COSTA PROFESSOR PEDAGOGIA

17550 DAYANE FERNANDA FLORENCIO CAETANO ENFERMEIRO UBS

17551 JOSÉ AUGUSTO ARAUJO MENDES PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

17554 WILIAN MATIAS DE SOUZA FARMACEUTICO BIOQUIMICO

17555 MAURIZIA CARMO DA SILVA MERENDEIRA

17556 GLEISSI KELLEN PETRUNILIO FARMACEUTICO BIOQUIMICO

17557 SANDRA APARECIDA DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

17560 ALESSANDRO DOS SANTOS GUERRA MOTORISTA

17563 LUIZ CAVALCANTI ENFERMEIRO UBS

17564 LUIZ CARLOS OLIVEIRA GASPAR MONITOR DE CRECHE

17565 ILTON ROBERSON BORTOLOZO DE OLIVEIRA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

17566 MARCELLA FLORENTINO DE BARROS NOGUEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17567 WEYLA ROSICLER DA SILVA DENDENA PROFESSOR PEDAGOGIA

17569 VICTOR DANIEL CORREA DA COSTA MARQUES ENGENHEIRO CIVIL

17570 JOÃO BATISTA DO CARMO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

17572 SANDRA PEREIRA FIGUEIREDO PROFESSOR PEDAGOGIA

17577 LORRAYNE FIRMO DO NASCIMENTO ENGENHEIRO CIVIL

17578 NEUSA SANTOS DE FIGUEREDO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

17580 MARCELO ALMEIDA SOUZA CONTADOR

17582 PATRICIA DE FIGUEIREDO ALVES AGENTE ADMINISTRATIVO

17584 PATRICIA DE FIGUEIREDO ALVES AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

17585 ISAIAS PICCOLI SCHNEIDER MÉDICO - PSF

17586 SANDRA DOS SANTOS LEITE BATISTA PROFESSOR PEDAGOGIA

17587 DIEGO TIAGO DA COSTA CABRAL ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

17588 MARISTELA CRISTIANE NEVES AGENTE ADMINISTRATIVO

17591 CRISTIANE DIAS PEREIRA FISCAL DE TRIBUTOS

17592 MARINALVA RODRIGUES DOURADOS AGENTE ADMINISTRATIVO

17593 ALEX RODRIGUES DE MIRANDA AGENTE DE TRANSITO

17594 ALEX RODRIGUES DE MIRANDA MECÂNICO

17595 NAIANE RIBEIRO DE OLIVEIRA MONITOR DE CRECHE

17598 LUANNY SIPLAKI ENGENHEIRO CIVIL

17599 JUCILENE CORREA MOURA DE CERQUEIRA FISCAL DE TRIBUTOS

17602 LARISSA AIRES DE OLIVEIRA MERENDEIRA

17603 SIMONE APARECIDA GARCIA PAESANO AGENTE ADMINISTRATIVO

17610 NOELI LEITE DE MORI TÉCNICO EM ENFERMAGEM

17611 EDILSON DOS SANTOS POMAR AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

17612 MARTA DE MATOS AGENTE ADMINISTRATIVO

17613 JHONATAN PEREIRA GUILHERME AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17614 MARIA NILZA PEREIRA DOS SANTOS MERENDEIRA

17616 ZILMA ANTUNES DE SOUZA FISCAL DE TRIBUTOS

17619 ROMARIO GONÇALVES DE ALENCAR AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

17620 SAMUEL DAMIAO LOPES SURUBI TÉCNICO EM ENFERMAGEM

17621 MARIA NANCY BATISTA RODRIGUES COSTA MONITOR DE CRECHE

17623 PÂMELA DE PAULA SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

17625 AMAURI ANTONIO PINTO MOTORISTA

17630 MARIO BRAZ DA SILVA FISCAL AMBIENTAL

17631 RODINEI CAROLINO DE SOUZA MOTORISTA

17634 WILTON NELSON LANÇONI DE CAMPOS ENFERMEIRO UBS

17635 ALEXANDRE APARECIDO ROMANZINI MOTORISTA

17637 SIRLENE ALVES NUNES PROFESSOR PEDAGOGIA

17639 NILSON CELSO GONÇALVES OPERADOR DE MAQUINAS

17641 AGNALDO PEREIRA DE JESUS MECÂNICO

17645 MARCIA NOVAKC DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

17646 LANAI GENASCOLI BARTOLOMEU PSICÓLOGO

17649 WANDERSON SARDINHA DA SILVA PROFESSOR MATEMÁTICA

17650 WANDERSON SARDINHA DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17652 EDIMAR PEREIRA DOS SANTOS AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

17653 REGINA GONÇALVES DE ALENCAR FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

17655 MARCOS VINICIUS DE LIMA RODRIGUES MEDICO VETERINÁRIO

17656 ANDRIELY IMIDIO VIEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

17657 KELLY ROSELAINE DA SILVA MONITOR DE CRECHE

17658 DANIELA TÁBATA PEREIRA MACHADO PROFESSOR PEDAGOGIA

17660 WILLIAN DE CARVALHO OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

17662 ROSILENE DE ARRUDA LEITE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17663 ALINE TOMAZELI RIBEIRO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17664 ANGELA MARIA PETINI PROFESSOR PEDAGOGIA

17666 HERMES JESUS DE PAULA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

17668 ELISÂNGELA DOS SANTOS QUEIROZ MERENDEIRA

17670 THALLITA SANTOS GUIMARÃES FISCAL DE TRIBUTOS

17673 CLODOALDO SANTOS DE OLIVEIRA FISCAL DE TRIBUTOS

17674 MAISA NUBIA DA SILVA CAMPOS FISCAL DE TRIBUTOS

17675 THALLITA SANTOS GUIMARÃES AGENTE ADMINISTRATIVO

17676 JANE ANTUNES MAGALHÃES PROFESSOR PEDAGOGIA

17678 SINARA MENANDES PORTO AGENTE ADMINISTRATIVO

17679 EVA CARLA BARBOZA PROFESSOR PEDAGOGIA

17681 HEBER GLEISON PEREIRA DA SILVA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

17682 JURCELI MENDONÇA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

17683 LUCIMEIRE BARBOSA DE SOUZA SOARES MONITOR DE CRECHE

17684 ALEF MAURÍCIO CAMILO DO ESPÍRITO SANTO FARMACEUTICO BIOQUIMICO

17685 LETICIA ESTEVES MOREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

17686 RAFAELA DE CARVALHO PIRES MEDICO VETERINÁRIO

17688 CRISTIMAR CARVALHO DUARTE PROFESSOR PEDAGOGIA

17689 GILSON DE SOUZA MOLINA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17690 GILDO RIBEIRO LIMA PROFESSOR MATEMÁTICA

17693 KATHIUSY VILELA MACHADO FISCAL AMBIENTAL

17695 ELAENE REGINA PERES DA SILVA MERENDEIRA

17696 ELAENE REGINA PERES DA SILVA MONITOR DE CRECHE

17698 MICHELE PEREIRA GUEDES PROFESSOR MATEMÁTICA

17702 LILIANI APARECIDA PEREIRA BISSOLI PROFESSOR PEDAGOGIA

17703 SELMA CARNEIRO FÉLIX AGENTE ADMINISTRATIVO

17704 ANILSA ALMORONE DE AZEVEDO MONITOR DE CRECHE

17705 CINTIA TATIANE EGUES PROFESSOR PEDAGOGIA

17706 MATHEUS HENRIQUE TENORIO ALMEIDA AGENTE ADMINISTRATIVO

17708 SOLANGE CRISTINA DE OLIVEIRA MERENDEIRA

17709 JAQUELINE VIEIRA DE OLIVEIRA ENGENHEIRO CIVIL

17710 JACKELINE KOJIMA MATIAS IKUTA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

17711 WANDERLEIA DE PAULA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

17712 JACKELINE KOJIMA MATIAS IKUTA MERENDEIRA

17713 SIDNÉIA DA SILVA CANDIDO MONITOR DE CRECHE

17715 MATHEUS HENRIQUE DE ARAUJO NUNES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17716 ROMOALDO SOARES MECÂNICO

17718 ESLAINE DE SOUZA NERES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17719 LUCAS ALVES DE ARAUJO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17720 LINDALVA DE JESUS CORREIA MONITOR DE CRECHE

17721 LENY CORREIADOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

17722 LEONARDO PEREIRA DO AMARAL AGENTE ADMINISTRATIVO

17723 HEMERSON MARTINS DA SILVA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

17725 DANIELA MARTINS SALAZAR AGENTE ADMINISTRATIVO

17727 LUIZA VITAL DE ARAUJO MONITOR DE CRECHE

17728 FABIO RODRIGUES DE SOUZA MOTORISTA

17729 SUELI BAPTISTA MACHADO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

17732 CLEITON PAULO OLIVEIRA AGENTE DE TRANSITO

17733 ALINE DE SOUZA ALVES ODONTÓLOGO

17734 ADRIELE CAMILA PAULA DE OLIVEIRA ATENDENTE DE FARMÁCIA

17735 GEOVANI DE ASSIS FERREIRA DE MORAES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17738 RENATA ELIANE SOARES DA SILVA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

17739 ANA PAULA BARBOSA DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17741 ANDREIA DE SOUZA TELEFONISTA

17742 GENI ROCHA DE ARAUJO MERENDEIRA

17743 ADRIANA DE OLIVEIRADOS SANTOS MERENDEIRA

17744 JUNIO CLEVERSON CORREIA BASTO FISCAL DE TRIBUTOS

17746 REGINA LOPES MARQUES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17747 KEITTY CRISTINA GOMES RODRIGUES AGENTE ADMINISTRATIVO

17753 VALLÉRIA MEDEIROS DOS SANTOS ENFERMEIRO UBS

17754 EVA AGUERO MERENDEIRA

17755 DANIELY DE SOUZA SANTOS ENFERMEIRO UBS

17756 JOACIR DANTAS DE ARAÚJO MOTORISTA

17758 LUSIENE GOMES PINHEIRO SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

17759 LUCIENE MARCIA DE SOUZA VILA ENFERMEIRO UBS

17761 ROSA MARIA PEREIRA DA COSTA MERENDEIRA

17768 JOSE DONIZETI RAYMUNDO MOTORISTA

17769 VANDERLEI ALVES DOS SANTOS MOTORISTA

17772 FRANCIELI MARCELINA DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

17773 ELAINE RODRIGUES DE SOUZA MONITOR DE CRECHE

17775 ELAINE DA SILVA DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

17778 MAURICIO SILVA ROCHA FISCAL DE TRIBUTOS

17779 LEIDIRENE DA SILVA GONCALVES DE JESUS PROFESSOR PEDAGOGIA

17780 ALINNE PINHAL BRAGA MEDICO VETERINÁRIO

17781 LIDIANE APARECIDA SILVÉRIO ALMEIDA MERENDEIRA

17783 KASSIO JOSÉ CORRÊA DE ARAÚJO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17785 ADIMILSON BRANDÃO MOURA ENGENHEIRO CIVIL

17786 ELIANE PEREIRA DE AGUIAR FISCAL DE TRIBUTOS

17788 LOISLINE CORREA DA COSTA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17789 GUSTAVO VIEIRA DO NASCIMENTO DE LIMA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

17790 VANESSA RAMOS DA SILVA MENDES MERENDEIRA

17791 LUCIENE GONCALVES DE MIRANDA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

17793 VALERIA RODRIGUES MONITOR DE CRECHE

17794 MARIANE BORGHI MARTINS PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

17795 MARIA APARECIDA LUCENA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

17796 GILMARA DE OLIVEIRA SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

17797 MARIANE BORGHI MARTINS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17799 FERNANDA TEIXEIRA DOS SANTOS ASSUNÇÃO MERENDEIRA

17801 FERNANDA MENEZES ALVES MERENDEIRA

17803 ILDA PEREIRA DE SOUZA MERENDEIRA

17804 RUDINEI DE CARLI AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

17805 ROSIANE LOPES PINHEIRO PROFESSOR PEDAGOGIA

17806 EUCIENE PEREIRA DE AGUIAR MONITOR DE CRECHE

17807 ALEX DE PAULA SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

17808 DANIEL ALMIR ALVES PEREIRA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

17809 PEDRO FERNANDO LOPES DE OLIVEIRA MOTORISTA

17810 JONATHAN HENRIQUE DE ARRUDA CAMPOS AGENTE ADMINISTRATIVO

17811 EDINEI DOS REIS DA COSTA FISCAL DE TRIBUTOS

17816 WITHIER JOSE DA SILVA VILAS BOAS AGENTE ADMINISTRATIVO

17818 GUSTAVO FERNANDO DOS SANTOS AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

17819 LAURICE OLIVEIRA E SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17821 GISLAINE SANTANA CONTARDI MERENDEIRA

17823 ADRIANA SILVA DE PAULA PROFESSOR PEDAGOGIA

17829 GLEYS RODRIGUES ROSA GASPARELO ENFERMEIRO UBS

17833 CRISTIELI CANDIDA ROMÃO AGENTE ADMINISTRATIVO

17834 SUELLEN STEFANNY SANTANA DE FREITAS MERENDEIRA

17836 THAYNA FERREIRA LEMES MONITOR DE CRECHE

17837 ANDRESSA DE JESUS COSTA MONITOR DE CRECHE

17838 GILMAR FERREIRA DE SOUZA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17840 WELTON MARTINS RIBEIRO ENFERMEIRO UBS

17841 DANILLO HENRIQUE DE LIMA LEPORONI MÉDICO - PSF

17842 CRISTINA SURUBIM CEBALHO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

17843 MEYRIVAM ROSIANE DE OLIVEIRA FARMACEUTICO BIOQUIMICO

17844 MICHELLY CANDIDA DE CENA MONITOR DE CRECHE

17845 ELIZEU PEREIRA DA SILVA MOTORISTA

17848 ODAIR JOSE DE OLIVEIRA AGENTE DE TRANSITO

17849 MARCOS ENRIQUE DE MORAIS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17851 LUCIMAR MARIA FRANCISCO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17853 EDCARLOS OLIVEIRA DOS SANTOS PROFESSOR MATEMÁTICA

17855 ANA PAULA DE MORAES BATISTA MERENDEIRA

17858 EDENILZA MARIA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

17859 ELAINE SOARES DA SILVA ATENDENTE EM SAÚDE

17860 GISLANE CANDIDA DE OLIVEIRA ENFERMEIRO UBS

17861 FLÁVIA ALVES DA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

17862 ANDREW RIBEIRO SILVA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

17865 LUIZ CARLOS JUNIO SANTOS DE SOUZA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17866 ALCIONE CRISTINA DA SILVA MONITOR DE CRECHE

17868 VINICIUS MARCELO DE SOUZA NASCIMENTO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17871 JACIARA SANT'ANNA PERES TÉCNICO EM ENFERMAGEM

17873 JEFERTE VARGAS SANTANA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

17874 ANA PAULA DE MORAES BATISTA TELEFONISTA

17876 CIRDIRLEI FELIPE. FISCAL DE TRIBUTOS

17878 ERIVAINE ORTEGA CAMPOS MONITOR DE CRECHE

17879 NILCE OLIVEIRA FARIA MONITOR DE CRECHE

17880 SAMARA DE SOUZA LONGO DE MEI MERENDEIRA

17881 JOSE MARCELO DE SANTANA GONSALVE MOTORISTA

17886 GILVANI MEDEIROS DE LIMA AGENTE DE TRANSITO

17887 LUZENIR FARIA LIMA MERENDEIRA

17891 LUCINEIA GOMES AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

17893 VALDIRENE JUSTINO DOS REIS ARAUJO PROFESSOR PEDAGOGIA

17895 NICKLAWBER SANTOS ALMEIDA ENGENHEIRO CIVIL

17896 MARCELA CRISTIANA NOGUEIRA DE OLIVEIRA ENFERMEIRO UBS

17900 KARLA CASTRO DE NEIVA MOREIRA PROFESSOR MATEMÁTICA

17903 MARIA APARECIDA DOS SANTOS MERENDEIRA

17904 THAÍS DE OLIVEIRA GALEANO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17908 MARCOL MARQUES MENDANHA PROFESSOR PEDAGOGIA

17909 KELY RACHEL DE SOUZA TAVEIRA MERENDEIRA

17916 GUILHERME ANTÔNIO DO CARMO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17917 SIMONE MUNIZ MENDES MERENDEIRA

17918 JOSÉ CARDOSO LOMPIAS FISCAL DE TRIBUTOS

17919 MARIA LUCIANE PEREIRA CARNEIRO DE SOUZA MERENDEIRA

17920 SAMUEL RODRIGUES AGENTE DE TRANSITO

17922 MARIA GRACIELE DA SILVA DENIZ MONITOR DE CRECHE

17924 ROSINÉIA PEREIRA REIS MONITOR DE CRECHE

17926 ROBYSON BARCELLOS GALEANO ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

17927 GILBERTO QUIRINO CARDOSO MOTORISTA

17930 LUCIANA LANDIM GONÇALVES MONITOR DE CRECHE

17931 MICHELE FARIAS DOS SANTOS ENFERMEIRO UBS

17936 LUCIMAR FERREIRA DE SOUZA PAULA PROFESSOR PEDAGOGIA

17938 ROSINEIA CARDOSO LOMPIAS DA SILVA MERENDEIRA

17940 CIELEN SULAINE DE PAULA MATIAS MONITOR DE CRECHE

17941 IRENE STAINHAUSER DA CRUZ PROFESSOR PEDAGOGIA

17942 JUVENIL GOMES DA SILVA AGENTE DE TRANSITO

17944 ALEXANDER OLIVEIRA DO NASCIMENTO MOTORISTA

17946 GEISIANE RODRIGUES RIBEIRO AGENTE DE TRANSITO

17947 VIVIENE MARTINS BASSAROTI PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

17948 NELSON GONCALVES DA SILVA MOTORISTA

17949 JUVENIL GOMES DA SILVA MOTORISTA

17950 CARLOS HENRIQUE VIEIRA PALUDETTI ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

17951 VIVIENE MARTINS BASSAROTI MONITOR DE CRECHE

17952 JIUSLAINE ZORZAN SANTANA PROFESSOR PEDAGOGIA

17953 JOAO HENRIQUE SERRÃO LOMPIAS AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

17954 ROSINEIA ROSA SILVA MONITOR DE CRECHE

17959 CÊNEA ALVES DE SENE PROFESSOR PEDAGOGIA

17963 ALONSO VINICIUS ALVES RAMOS MONITOR DE CRECHE

17964 WILLIAN LOMPIAS SERRÃO AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

17969 MMARGARETT ROZEMARI DE OLIVEIRA NUNES FARMACEUTICO BIOQUIMICO

17970 MARIA CRISTINA DE JESUS LIMA MERENDEIRA

17974 LUCILEIA CRISTOVAO DA CONCEIÇÃO ASSISTENTE SOCIAL

17975 GEISIANE RODRIGUES RIBEIRO MERENDEIRA

17976 EDIVALDO ROSA SANTANA MEDICO VETERINÁRIO

17979 MARLI PEREIRA DA SILVA MERENDEIRA

17980 ANICLEIA CARDOSO NETO AGENTE ADMINISTRATIVO

17981 RONISCLÉIA DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

17984 HELEN JESSICA EUSEBIO ELIZIARIO FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

17985 JOSE DE JESUS FISCAL AMBIENTAL

17986 NAYANI DA COSTA PASQUALLI AUXILIAR ADMINISTRATIVO

17988 BIANCA DA CONCEIÇÃO BARCELOS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

17989 ROSANGELA EVA DA SILVA ARAÚJO PROFESSOR PEDAGOGIA

17990 ELMAR JUSTINO DOS REIS MOTORISTA

17992 MEYRIVAM ROSIANE DE OLIVEIRA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

17994 CLEONICE GOMES DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

17995 ADEMIR DOS SANTOS AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

17996 GISLAINE ALMEIDA DE PAULA FISCAL DE TRIBUTOS

17997 ADRIANA CARVALHO RODRIGUES VASCONCELOS PROFESSOR PEDAGOGIA

17998 SIRLEY DA SILVA MACHADO MERENDEIRA

17999 JOSELI SILVA DA MATA MERENDEIRA

18000 CLEILHI SAMPAIO BENICIO MONITOR DE CRECHE

18002 ELIZANGELA PAULA DE BARROS TOMÉ AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18003 MONALIZA DOS SANTOS SANTANA FISCAL DE TRIBUTOS

18004 SILMAR APARECIDA DE PAULA MARQUES FISCAL AMBIENTAL

18006 ANICLÉIA SANTOS SOUZA FISCAL DE TRIBUTOS

18009 ALEXANDRA JANNY ANDRADE GONZAGA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18010 JOSÉ GUILHERME ROMA BERNO ENGENHEIRO CIVIL

18011 CLEONICE GOMES DA SILVA MONITOR DE CRECHE

18012 NAYARA GLEICE DE OLIVEIRA CARVALHO MERENDEIRA

18013 VAILTON NESPOLI DE ARAUJO AGENTE ADMINISTRATIVO

18014 CREUNICE SAMPAIO DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

18015 CREUNICE SAMPAIO DA SILVA MONITOR DE CRECHE

18016 RONISCLÉIA DOS SANTOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18019 NADIR RIBEIRO DE SOUZA MERENDEIRA

18021 LUCIANA RIBEIRO CUSTODIO AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

18023 NOEMIA SENA ROSA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

18024 BRIANY SOARES RODRIGUES NUTRICIONISTA

18026 VERA LUCIA RODRIGUES TELEFONISTA

18028 SÔNIA CLÁUDIA DE CARVALHO SANT'ANA ASSISTENTE SOCIAL

18029 ROZANA DOS REIS PROFESSOR PEDAGOGIA

18030 ALBERT MAGRI FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

18031 ELLEN CAROLINE SILVA DA COSTA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18032 GLÉDSON ANTONIO DE ANDRADE LOPES AGENTE ADMINISTRATIVO

18033 NAYARA GLEICE DE OLIVEIRA CARVALHO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18034 BRUNO CALDEIRA RIBEIRO AGENTE ADMINISTRATIVO

18035 RANGEL GOMES SACRAMENTO ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

18037 MARIA DE LOURDES TOMAZ DA COSTA PROFESSOR PEDAGOGIA

18038 EDILEUSA RODRIGUES DOS SANTOS MERENDEIRA

18039 DARLENE RODRIGUES PERES AGENTE ADMINISTRATIVO

18040 DANIELY TAKEKAWA FERNANDES ENFERMEIRO UBS

18041 LAUDICEIA FERREIRA DOS SANTOS NETO MONITOR DE CRECHE

18045 FERNANDA ALVES GARCIA ASSISTENTE SOCIAL

18047 BRUNIELI FERNANDA DA SILVA BENTO MONITOR DE CRECHE

18049 FERNANDA ALVES GARCIA AGENTE ADMINISTRATIVO

18050 CAMILA GUEDES DE LIMA ODONTÓLOGO

18051 GELENA DE OLIVEIRA CORRÊA PROFESSOR PEDAGOGIA

18053 CLAUDEMIR ULIANA MARZOCHI OPERADOR DE MAQUINAS

18055 JUCIENE ANTUNES MAGALHÃES DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

18056 FRANCISLAINE DE ALMEIDA DE SOUSA ENFERMEIRO UBS

18057 SANDRA BARBOSA DA SILVA MONITOR DE CRECHE

18061 GLEISYANE OLIVEIRA SILVA PROFESSOR MATEMÁTICA

18063 ANA CAROLINA SILVA DE FARIA ALVES MEDICO VETERINÁRIO

18064 ISABELLA DE PAULA MARQUES RIBEIRO MONITOR DE CRECHE

18067 ELIANE CRISTINA DA SILVA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

18068 ROSIMAR RODRIGUES DA SILVA COLLETA MERENDEIRA

18069 JOÃO VITOR DE PAULA ALMEIDA ODONTÓLOGO

18070 PAMELLA REBECA LAUEFFER ANDRADE MÉDICO - PSF

18071 LUCAS GOMES DE MIRANDA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

18072 WIRLEY DOS SANTOS SOUZA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

18073 MARIA APARECIDA DA SILVA LIMA MERENDEIRA

18074 WIRLEY DOS SANTOS SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO

18075 KELLY ALMEIDA CAMPOS ENFERMEIRO UBS

18076 JOELMA TEREZA DE SOUZA BRITO PROFESSOR PEDAGOGIA

18077 ZIAD ABDEL AZIZ AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

18080 CLEBERSON MARQUES DA SILVA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

18081 CRISTIANO GONÇALVES NEVES MOTORISTA

18083 JOELMA TEREZA DE SOUZA BRITO MONITOR DE CRECHE

18085 JAIRO FERNANDO SERPA MOTA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

18086 RODRIGO JAIR DE OLIVEIRA AGENTE DE TRANSITO

18088 ROSIANE DA SILVA ADRIANO PROFESSOR PEDAGOGIA

18090 LUCILENE BARBOSA PEREIRA MONITOR DE CRECHE

18091 SILVANA RODRIGUES DOMINGUES MERENDEIRA

18092 SILVANA RODRIGUES DOMINGUES MONITOR DE CRECHE

18093 VANUZA THOMAZELLI DUARTE DE OLIVEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18094 ROSINEI PIRES MERENDEIRA

18095 MARGET ZIMERMANN DE SOUZA MONITOR DE CRECHE

18097 ALINE SOUZA SILVA MERENDEIRA

18098 ERINÉLZA APARECIDA DOS SANTOS TELEFONISTA

18100 GLEICE MONTEIRO DA SILVA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

18105 GUILHERME ADRIANO WEBER ENGENHEIRO CIVIL

18106 FABRÍCIO ALMEIDA DE MORAES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18107 JAMILSON MARQUES SANTANA MOTORISTA

18108 ANDERSON DE SOUZA SILVA MOTORISTA

18111 RIKELLY CRISTINA DE SOUZA CABRAL PROFESSOR PEDAGOGIA

18113 GISLAINE RODRIGUES AGENTE ADMINISTRATIVO

18114 MATEUS JESUINO VENANCIO DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18116 KLEYTON ANTONIO BESSA ENGENHEIRO CIVIL

18117 KARINA LISBOA PINHEIRO ENGENHEIRO CIVIL

18118 CRISDAIANE APARECIDA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

18119 TATIANA LILIAN DA SILVA PINHEIRO GONÇALVES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18120 NILVA DO CARMO DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

18123 WILTON RAFAEL CASTRO CAXITO FARMACEUTICO BIOQUIMICO

18124 ROSILENE LOPES DE LIMA PROFESSOR PEDAGOGIA

18125 VANDERLEIA PEREIRA DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

18126 ROSENIR TOMICHA DASILVA MONITOR DE CRECHE

18127 KARINA DE OLIVEIRA SOUZA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18128 VANESSA CARVALHO DA SILVEIRA MERENDEIRA

18132 FRANCIELI AMARAL MARTINS ENFERMEIRO UBS

18135 CLEICIANE GOMES DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

18136 ENÉIAS BATISTA DE OLIVEIRA MECÂNICO

18137 WIRLENE ROSSIN SILVA VASCONCELOS PROFESSOR MATEMÁTICA

18139 RONYCLEYA PEREIRA DIAS AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

18141 GLEICE DO NASCIMENTO FERREIRA MONITOR DE CRECHE

18142 LEANDRO ANDRADE DA CRUZ PROFESSOR DE GEOGRAFIA

18143 EDILAINE B.MENDES DA SILVA BASSÃO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

18144 PRISCILA HOINASKI MARTINS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18149 ELIDA DA SILVA MARTINS FISCAL DE TRIBUTOS

18153 SILVANA ALVES DA SILVA DE AQUINO PROFESSOR PEDAGOGIA

18155 SILVIA CLAUDINO GONÇALVES MERENDEIRA

18157 IGOR FELIPE SURUBI ROJAS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18158 KAROLINE MARTINS GARCIA AGENTE ADMINISTRATIVO

18161 FERNANDO HENRIQUE DA SILVEIRA HELENO MOTORISTA

18162 FRANCIELY FELTRIM DE ARAUJO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18163 ANIELLY CRISTINA GUIMARÃES CURADO ENFERMEIRO UBS

18164 TATIANA PAULA SANTOS DA SILVA MACENA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18165 MÔNICA PEREIRA CASTILHO SANMARTINO PROFESSOR PEDAGOGIA

18166 JOELMA LEANDRA FRANZIN DE SOUZA RICCI PROFESSOR PEDAGOGIA

18167 JOÃO PAULO ESTEVES DA SILVA FISCAL AMBIENTAL

18169 JEAN DA SILVA RODRIGUES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18170 FRANCIELI GARCIA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

18171 DIVINA SILVA SOUZA BUENO PROFESSOR PEDAGOGIA

18173 ADEVILSON DE OLIVEIRA MARTINS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18176 GABRIEL FAZOLO DA SILVA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

18178 GABRIEL FAZOLO DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

18179 AGDA PAULA DUARTE MONITOR DE CRECHE

18180 MATEUS BIS JUNIOR ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

18181 KARINE MARTINS GARCIA AGENTE ADMINISTRATIVO

18184 DOGLAS SANTIAGO DA SILVA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

18185 DANIELLA MILHOMEM ALVES ENFERMEIRO UBS

18187 JACKELINE NAYARA DOS SANTOS FISCAL DE TRIBUTOS

18189 SILVANA CLAUDINO GONÇALVES MERENDEIRA

18190 JACKELINE NAYARA DOS SANTOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18193 THIAGO DOS SANTOS FARIAS AGENTE ADMINISTRATIVO

18194 JEFERSON NAIFE DE SOUZA JUVINO MOTORISTA

18195 VALERIA APARECIDA BAIONI DO CARMO AGENTE ADMINISTRATIVO

18196 JONATHAN HENRIQUE FIGUEIREDO ARAUJO AGENTE ADMINISTRATIVO

18197 LUIZ FRANCISCO DA SILVA MOTORISTA

18198 SUELI FATIMA FALCHI ALEXANDRE MERENDEIRA

18200 WANIA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

18201 JULIANA EGGERT CATELAN SILVA ODONTÓLOGO

18202 FERNANDA MARTINS DA CRUZ MONITOR DE CRECHE

18203 YARA PAMELA DE QUADROS WINCK PROFESSOR PEDAGOGIA

18205 DIRCE DA GLORIA FIGUEIREDO DO CARMO PROFESSOR PEDAGOGIA

18206 EDSON MESSIAS BUENO MOTORISTA

18208 JUCELIA NARDELI VIANA RAMOS PROFESSOR PEDAGOGIA

18210 MARIA DAS DORES DA COSTA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

18211 TILENE KAZUME YOSHIDA AGENTE ADMINISTRATIVO

18213 CELINA PEREIRA DIAS PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

18214 RONALDO DE LIMA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

18215 CELINA PEREIRA DIAS AGENTE ADMINISTRATIVO

18217 SANDRO ROBERTO ALEXANDRE MECÂNICO

18219 MAISA FERREIRA OURIVES OLIVEIRA FISCAL DE TRIBUTOS

18221 CRISTIANE APARECIDA DOS SANTOS LIMA PROFESSOR PEDAGOGIA

18222 ELISNETE APARECIDA ALMEIDA SOUZA FISCAL DE TRIBUTOS

18223 ISAURA DE FATIMA YOSHIDA MERENDEIRA

18224 TAIZA AMARAL DE SOUZA SALES MERENDEIRA

18225 TAIZA AMARAL DE SOUZA SALES FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

18227 REGINALDO URIA GONÇALVES FISCAL AMBIENTAL

18229 WELINGTON DOS SANTOS OLIVEIRA OPERADOR DE MAQUINAS

18232 MARIA ELISA WESCHENFELDER PROFESSOR PEDAGOGIA

18233 JEFERSON PIRES DA SILVA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

18234 TAIZA AMARAL DE SOUZA SALES MERENDEIRA

18235 VILSON FARIAS VIEIRA FISCAL DE TRIBUTOS

18236 MARTA DE JESUS OLIVEIRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

18237 EVANILDO SOARES DA SILVA PROFESSOR MATEMÁTICA

18238 SUZANA LEITE PINHEIRO MERENDEIRA

18240 LUCIMAR DE ARAUJO MERENDEIRA

18241 ALEX JUNIOR SANDOL FLORIANO FISCAL DE TRIBUTOS

18243 ELIS GIOVANA SCHWANTES AGENTE DE TRANSITO

18244 VANESSA SOARES LIRA DE AQUINO PROFESSOR PEDAGOGIA

18245 ALEX JUNIOR SANDOL FLORIANO AGENTE ADMINISTRATIVO

18247 ABINEYSE SAN MARTIN DE SOUZA DENIS PROFESSOR PEDAGOGIA

18248 MARIA LÚCIA SANTOS BORGES MERENDEIRA

18249 VALDELICE MARIA DE FRAGA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

18251 MARCIA CRISTINA DA SILVA RAMOS ROSA PROFESSOR PEDAGOGIA

18252 HÉLISSON BATISTA ,MUNIZ ENFERMEIRO UBS

18253 SIMONE DE SOUZA FAUSTINO PSICÓLOGO

18254 CELIO CÂNDIDO LIMA FISCAL DE TRIBUTOS

18255 EROTILDES RIBEIRO DA SILVA ASSUNÇÃO ENFERMEIRO UBS

18257 DAYANA DANTAS DE OLIVEIRA ENFERMEIRO UBS

18258 JUMARA OLIVEIRA SALES DOS SANTOS ODONTÓLOGO

18259 DIEGO GOMES RAMOS AGENTE DE TRANSITO

18260 MARLY PEREIRA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

18261 DANUBIA KELLY CAMPOS DA SILVA ENFERMEIRO UBS

18262 ALISON WILIANS DE OLIVEIRA PEREIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18263 ELISANGELA SERAFIM DOS SANTOS CARLOS PROFESSOR PEDAGOGIA

18264 ALÍCIA EMILIE BEZERRIL BRITO MEDICO VETERINÁRIO

18265 PRISCILA NOGUEIRA PATRICIO FISCAL DE TRIBUTOS

18266 JOSIANE CARLA DE ARAUJO PROFESSOR PEDAGOGIA

18267 HUGO GIOVANE LEAL BLECHA ENFERMEIRO UBS

18268 JANIO ANTONIO RODRIGUES TÉCNICO EM ENFERMAGEM

18269 EDUARDO MOREIRA DE ALMEIDA ODONTÓLOGO

18270 HUGO HIGINO PEREZ DE ANDRADE PSICÓLOGO

18271 POLIANI APARECIDA OTIL DA SILVA MONITOR DE CRECHE

18272 MARLIZE SCHIMANKO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18273 MARA CRISTINA DOS ANJOS PAZIM MERENDEIRA

18274 MARIA APARECIDA BATISTA FERNANDES PROFESSOR PEDAGOGIA

18276 SARA ALVES DE ARAUJO DE ANDRADE PROFESSOR PEDAGOGIA

18278 RICARDO MINHOLI SAMARTINO ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

18279 LUCINEIDE MENDES DIONISIO MONITOR DE CRECHE

18280 LUCINEI ASSIS NUNES MOTORISTA

18282 CRISTIANE RODRIGUES CARRASCO MERENDEIRA

18283 MARCOS VINICIUS BOCHENEKI DE ALMEIDA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18284 MARCOS ADRIANO DA COSTA GUIMARAES AGENTE ADMINISTRATIVO

18285 MARIA MADALENA CHOMA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

18286 LEIA MARA DA SILVA ORTEGA AGENTE ADMINISTRATIVO

18287 EDINA BRITO DO PINHO ENFERMEIRO UBS

18288 DIOGO BALDUINO SALES DOS SANTOS FISCAL DE TRIBUTOS

18289 IGOR EDUARDO DEL MOURA TRINDADE AGENTE ADMINISTRATIVO

18290 LEONARDO LUCAS BARROSO DE OLIVEIRA AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - ENGENHARI

18291 PRISCILLA CRISTINA DA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

18292 LUCAS AUGUSTO ALVES FERREIRA CORREA ODONTÓLOGO

18294 JOÃO PEDRO SOUZA PUREZA SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

18296 MARIA ROSANA DA SILVA LEITE MONITOR DE CRECHE

18298 ANDERSON VAGNER PRADO VIEIRA AGENTE DE TRANSITO

18299 ANDERSON VAGNER PRADO VIEIRA MOTORISTA

18300 MARIA ROSANA DA SILVA LEITE MERENDEIRA

18301 BRUNA ALEXANDRA TEIXEIRA DA SILVA MONITOR DE CRECHE

18302 GLAUCINEIA LAURIANO PROFESSOR PEDAGOGIA

18303 CELIA REGINA ULTRAMARE COL PROFESSOR PEDAGOGIA

18304 SOLANGE SILVA FREITAS CORREA MERENDEIRA

18306 ETELVINA DE PAULO ANDRADE PROFESSOR PEDAGOGIA

18307 VANDERLISA SOMAVILLA MATTOS ENFERMEIRO UBS

18308 SILVIA HELENA MIATELO PROFESSOR PEDAGOGIA

18309 ELAINE CRISTINA GALEANO VIEIRA MONITOR DE CRECHE

18310 RICARDO COLOMBO AGENTE ADMINISTRATIVO

18311 ADRIELLE ANGELA HORDONHO LEITE SILVEIRA MOREIRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

18312 MEIRIVANIA ALVES DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO

18313 PATRICK THIAGO GALONI AGENTE ADMINISTRATIVO

18314 MARLENE RODRIGUES MORAES ASSISTENTE SOCIAL

18316 MATHEUS GALEANO BENITES AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

18318 DANIELA TREVISAN PEREIRA LEITE ENFERMEIRO UBS

18319 NILDA MORAES DA COSTA MONITOR DE CRECHE

18320 CLEIRE P DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

18321 LUCIANA POSSAVATIS PROFESSOR MATEMÁTICA

18322 PATRÍCIA APARECIDA GOMES MERENDEIRA

18323 AMANDA ORLANDO CRUZ FARMACEUTICO BIOQUIMICO

18325 MARLI DE JESUS SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

18327 TATIANE DOMINGOS GONCALVES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18329 RENATA MACEDO MALTA FISCAL DE TRIBUTOS

18330 JULIANA CONCEIÇÃO DOS SANTOS NASCIMENTO FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

18331 LEONARDO VINÍCIUS DE OLIVEIRA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

18333 AGNALDO OLIMPIO DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

18336 JULIANA CONCEIÇÃO DOS SANTOS NASCIMENTO MERENDEIRA

18337 DAIANY SOUZA LIMA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18338 PATRÍCIA DE SÁ COSTA PROFESSOR PEDAGOGIA

18339 WELLINGTON DA SILVA MARQUARDT AGENTE DE TRANSITO

18341 RUBIANA QUINTANA MARTINS MONITOR DE CRECHE

18342 KELMA MARIA DE SOUSA RODRIGUES AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

18343 MARILENE GOMES SOLEDAD DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

18344 SIDINEY SEVERIANO COELHO AGENTE ADMINISTRATIVO

18345 ANA PAULA SANTANA DO ROSÁRIO BARBOSA PROFESSOR PEDAGOGIA

18346 GISLAINE MARQUINIS DA COSTA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

18347 JUCILEIA DA SILVA FERNANDES TÉCNICO EM ENFERMAGEM

18348 ELIMAR DA COSTA TRINDADE TÉCNICO EM ENFERMAGEM

18349 ROSIANE DA SILVA FRANCO MONITOR DE CRECHE

18350 MARILAINE JOSE SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18351 ANDRE LUIZ DA ROCHA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

18352 PATRÍCIA DOS SANTOS COUTINHO PROFESSOR PEDAGOGIA

18353 MAGNA SOUZA LIMA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

18355 DIEGO CAMIM FERNANDES MÉDICO - PSF

18356 CLEIDSON DIAS VIEIRA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

18357 DILMA TEIXEIRA DA ROCHA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18358 SIMONE DANCIGUER BARBOSA PROFESSOR PEDAGOGIA

18359 DOUGLAS GUILHERME GIRATO PEREZ AGENTE ADMINISTRATIVO

18360 ELISANGELA TORRES GOMES DA ROCHA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18361 KELE BRASIL DE SOUZA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

18362 ALBERTO GOUVEIA NUES ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

18363 BÁRBARA ESTEVES MAGOSSO ARQUITETO URBANISTA

18365 RUBENS DANCIGUER BARBOSA PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

18366 MARCOS ROGÉRIO MARCÍLIO AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - ENGENHARI

18367 BÁRBARA ESTEVES MAGOSSO AGENTE ADMINISTRATIVO

18368 GRÉGORY ALVES BRAGA ARQUITETO URBANISTA

18369 FELIPE DE SOUZA RAMOS ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

18370 BEATRIZ APARECIDA GONÇALVES MONITOR DE CRECHE

18371 FERNANDA GONÇALVES DE OLIVEIRA DE PAULA MERENDEIRA

18372 ANTONIO VINICIUS MENDES FERREIRA MOTORISTA

18373 EVA CRISTINA BLANCO ONORATO MONITOR DE CRECHE

18375 ROSENILDA SOUSA DELMONDES TÉCNICO EM ENFERMAGEM

18376 EVA CRISTINA BLANCO ONORATO MERENDEIRA

18378 EDVALDO DA SILVA SANTOS MOTORISTA

18380 GILSON JUNIO DINIZ MÉDICO - PSF

18382 FAGNER DE SOUZA DA SILVA MOTORISTA

18383 DEBORA FERNANDA DE ALMEIDA AGENTE ADMINISTRATIVO

18386 CAMILA INÁCIO DE OLIVEIRA MÉDICO - PSF

18388 SANDRO SALES DE BARROS AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

18390 EDERSON GONÇALVES DOS SANTOS MOTORISTA

18391 ANA PAULA FERREIRA SERAFIM MONITOR DE CRECHE

18392 MARIA EUVANETE NUNES UCHÔA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

18393 SANDRA PRINA TORRES AGENTE DE TRANSITO

18394 WAGNER CRISPIM MENDES MOTORISTA

18398 ADILSON ANTÔNIO DA SILVA MOTORISTA

18401 ANTONIA EDILAINE DA COSTA MUQUISSAI PROFESSOR PEDAGOGIA

18402 JOÃO MATEUS FREITAS COSTA AGENTE ADMINISTRATIVO

18403 ROBISON JUNIO ALVES DOS SANTOS CONTADOR

18404 CARLOS ROBERTO GREVE JUNIOR PSICÓLOGO

18405 JULIANE RODRIGUES DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

18408 DIVINO FERNANDES CALDEIRA FISCAL DE TRIBUTOS

18410 IVANIR DE OLIVEIRA SILVA MIRA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

18411 LÁZARO BRUNO FAÇANHA ENGENHEIRO CIVIL

18412 KARLA BOMFIM CASTILHO ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

18414 MARIA DOS ANJOS RIBEIRO DE ANDRADE TÉCNICO EM ENFERMAGEM

18416 MARIO MARCIO FIGUEIREDO CARDOSO MOTORISTA

18418 MARIA DO SOCORRO PEREIRA DA SILVA MONITOR DE CRECHE

18419 MARIA DO CARMO RIDRIGUES PROFESSOR PEDAGOGIA

18421 NELCI BLASANUFO DE SOUZA CRUZ PROFESSOR PEDAGOGIA

18422 ELCIONE PERES GREGORIO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

18423 ROSA MARIA DA COSTA PEREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

18424 REGINA JOSÉ DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

18425 EDUARDO COSTA REVERTE PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

18426 WEULA KESLEY FLAMINI AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18427 TAYNÁ FERNANDA RIBEIRO DE MATOS MONITOR DE CRECHE

18428 LETICIA FARIA DE AZEVEDO PROFESSOR PEDAGOGIA

18429 ELIZANGELA PEREIRA DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

18430 GUILHERME FONTANA SILVEIRA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

18431 TAYNÁ FERNANDA RIBEIRO DE MATOS MERENDEIRA

18433 MORIEL TAYNARA NERGES MERENDEIRA

18434 ROGELIO DONIZETE PRIMAVERA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

18435 CONCEIÇAO DE FATIMA RIZZI CAVALCANTE PROFESSOR PEDAGOGIA

18436 GLAUCIANE SILVA DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

18437 JANEIDISON ALVES PEREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

18440 CLEITON VENTUROLI DE MEI OPERADOR DE MAQUINAS

18441 VALDELANI SANTANA SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

18442 GABRIEL KEIDY HILDEBRANDT IDE ENGENHEIRO CIVIL

18443 VANESSA PIRES GARCIA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18444 EDINEY NUNES DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

18446 RODRIGGO OLIVEIRA CASTRIANI AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

18447 LETICIA FARIA DE AZEVEDO MONITOR DE CRECHE

18448 JONATA ALEXANDRE DA SILVA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

18449 NATALIA BONFIM DELA COSTA ODONTÓLOGO

18451 ELIEZER CHAGAS MOTORISTA

18452 LUCIMAR APARECIDA FERREIRA MERENDEIRA

18453 ANDREA C M GARCIA LADEIA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18455 HELDER TARCISIO FORNAROLLI MOREIRA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

18456 MARILZA DE PAULA BARBOSA MERENDEIRA

18460 RODRIGO MARQUES SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

18463 SERGIO MEROTI DE PAULA AGENTE ADMINISTRATIVO

18464 OSINÉIA DOS SANTOS WON ANCKEN PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

18465 PAULINO SOARES VARGAS AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

18466 LAMARTINE GOMES PEIXOTO NETO MÉDICO - PSF

18467 CLAUDIONE PEREIRA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

18468 JEAN FRANCESCOLI VIEIRA DE FREITAS AGENTE ADMINISTRATIVO

18469 IVANILDE DA CONCEIÇÃO FARIAS PROFESSOR PEDAGOGIA

18470 MARCELLI DE FREITAS MIRANDA NONATO FISCAL DE TRIBUTOS

18471 EDSON AMADEU ALMEIDA TAMANDARÉ BONATO MÉDICO - PSF

18473 SILMARA DA COSTA PROFESSOR PEDAGOGIA

18474 EVELIN DE FATIMA PEREIRA DOS MONITOR DE CRECHE

18476 LUCAS AQUINO GOIS ODONTÓLOGO

18477 HELEN JESSICA EUSEBIO ELIZIARIO MERENDEIRA

18479 SILVANIA DA SILVA FERREIRA DIAS MONITOR DE CRECHE

18480 ADELIA DOS SANTOS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

18481 ISABEL APARECIDA SILVA DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

18482 WELERSON HENRIQUE JUNCA DE SOUZA ENGENHEIRO CIVIL

18483 RAFAEL RICCI DA SILVA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

18484 MARCIA RAQUEL DE OLIVEIRA GREVE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18485 WALTER NONATO JUNIOR MEDICO VETERINÁRIO

18486 ADELIA DOS SANTOS ENFERMEIRO UBS

18488 KATIA CRISTINA GUARIM AGENTE ADMINISTRATIVO

18490 NEIRIELE CRISTINI MARTINS DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

18493 ROSELAINE MASTELARI MONITOR DE CRECHE

18494 JULIANE RODRIGUES DE SOUZA MONITOR DE CRECHE

18495 TUANY PEREIRA LOPES AGENTE ADMINISTRATIVO

18496 SILVANA DO ESPIRITO SANTO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

18497 TEREZINHA PINHEIRO DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18498 ANGELICA GONÇALVES DO ESPIRITO SANTO DE OLIVEIRA-PROFESSOR PEDAGOGIA

18499 MARCELA RIBEIRO MARCHIOLLI MERENDEIRA

18501 JOSIANE CAMPOS LOBO CABRAL MONITOR DE CRECHE

18502 WICTOR LUCAS PUGER PEREIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18503 BRUNO ALVARENGA TEIXEIRA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

18505 ZELMO DA SILVA HORACIO MOTORISTA

18506 DÉCIO DENARDIN AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

18509 LUCIENE SANTANA DE CARVALHO AGENTE ADMINISTRATIVO

18510 LIAMAR DE FATIMA ZARZENON ALMEIDA MERENDEIRA

18511 ANDRÉ LUIZ PEREIRA BARROS ARQUITETO URBANISTA

18512 GUILHERME MARIANO VALENTIM FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

18513 GLEICIANE FIGUEIREDO GOMES MERENDEIRA

18514 GEANDERSON DIEGO DOS SANTOS PEREIRA MOTORISTA

18517 MARCOS DE FIGUEREDO ALVES MOTORISTA

18520 FRANCINE PROCOPIO PINHEIRO CRISTOVAM PROFESSOR PEDAGOGIA

18522 CÉLIA MARIA LEITE DA SILVA PROFESSOR DE GEOGRAFIA

18523 ELIANE APARECIDA ALFREDO PROFESSOR PEDAGOGIA

18524 JULIANA CANDIDO GOMES MERENDEIRA

18525 SILVANO APARECIDO DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

18526 INDIANA CRISTINA MARTINS DA SILVA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

18527 DANIELLY CORTE MARIM MONITOR DE CRECHE

18528 KATHELEM LORRAYNE SOARES DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

18530 SILVANO JESUS DA SILVA ELETRICISTA

18534 ELIAS AVELINO DOS SANTOS CONTADOR

18535 KATHELEM LORRAYNE SOARES DA SILVA MONITOR DE CRECHE

18536 EMILLI CARDOSO BARBOZA DE OLIVEIRA ENGENHEIRO CIVIL

18537 DAYANE CRISTINA ROCHA DOS SANTOS MERENDEIRA

18539 SUELY OLIVEIRA DE SOUZA MONITOR DE CRECHE

18540 CLAUDINEI RIBEIRO FARIAS AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

18543 ALESSANDRO LONGHI FISCAL DE TRIBUTOS

18544 VANESSA DOS SANTOS TELEFONISTA

18546 MARIA MARLI FERREIRA DE OLIVEIRA MONITOR DE CRECHE

18547 EDVALDO RAIMUNDO DE JESUS MOTORISTA

18548 CAMILA DUARTE FARIA AGENTE ADMINISTRATIVO

18549 MARCELO DONATONI MOTORISTA

18550 JOAO VITOR FERREIRA LEITE ATENDENTE DE FARMÁCIA

18551 ADRIANA BUENO MERENDEIRA

18552 CLAUDEMIR DA SILVA ROCHA MECÂNICO

18553 FERNANDA PEREIRA AGUARIO TELEFONISTA

18554 SILVANA FLORIAN ONORATO AGENTE ADMINISTRATIVO

18555 DEOCLECIO DOS SANTOS JUNIOR OPERADOR DE MAQUINAS

18556 NAIARA CAROLINE SILVA GUERRA CONTADOR

18557 ILIETE LORENZI YUNG AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

18558 JOSANA SENN DENARDIN AGENTE ADMINISTRATIVO

18560 JÉSSICA DE SOUZA RIBEIRO PROFESSOR PEDAGOGIA

18561 APARECIDA ROSELI PEREIRA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

18562 REGIANE LUCAS DOS REIS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18563 TAYLAN FERNANDES DE ALMEIDA AGENTE ADMINISTRATIVO

18564 ELISANIA DE OLIVEIRA DA SILVA MERENDEIRA

18565 MARCIA LUCAS DE LIMA PEDRO MERENDEIRA

18566 MARIA ELZA SILVA BRAZ MERENDEIRA

18567 WESLEY VOLPATO CASTILHO MOTORISTA

18570 ALESSANDRA DOBELIN DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

18572 DOUGLAS SAMPAIO PEREIRA PROFESSOR MATEMÁTICA

18573 JÚNIOR FABIANO ROCHA LIMA ENGENHEIRO CIVIL

18574 BARBARA ARRUDA GARCIA AGENTE ADMINISTRATIVO

18576 ELIZABETH DE MORAES PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

18577 LEANDRO SALUSTRIANO DIAS PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

18578 KATIANE FERREIRA DOS SANTOS ENFERMEIRO UBS

18579 SILVANEI CORREIA DE SOUZA MOTORISTA

18580 DOUGLAS FERNANDO ROSA DA SILVA ENGENHEIRO CIVIL

18581 EVANDO DE SOUZA VENTUROLLI FARMACEUTICO BIOQUIMICO

18583 ROSANA CRISTINA ALVES DE LIMA PSICÓLOGO

18584 MILENE MARQUES GIOVANINI FARMACEUTICO BIOQUIMICO

18586 CLEIDE SAMPAIO DA SILVA MERENDEIRA

18587 MILENE MARQUES GIOVANINI ATENDENTE DE FARMÁCIA

18588 ADRIANA MARTINS DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

18589 HEMILLY LORRAYNE MOURA PEREIRA ATENDENTE DE FARMÁCIA

18590 ISLEIDE ALVES DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

18591 ANDERSON MARÇAL DO NASCIMENTO FISCAL DE TRIBUTOS

18592 CLEIR SAMPAIO DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18594 JAILTON PEREIRA DE JESUS FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

18595 ELEZIEL BEIJAMIM DA SILVA LEITE PROFESSOR MATEMÁTICA

18596 JOÃO FERREIRA DE ANDRADE NETO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18599 MORGANA LAYS FERREIRA LEITE ATENDENTE DE FARMÁCIA

18600 CELINA RIBEIRO GAMA MONITOR DE CRECHE

18601 ROZILDA APARECIDA SAMPAIO PEREIRA MONITOR DE CRECHE

18602 CELINA RIBEIRO GAMA MERENDEIRA

18604 VALERIA QUEIROZ CARNEIRO PROFESSOR PEDAGOGIA

18605 KEVEN GABRIEL FERREIRA DE CARLI AGENTE ADMINISTRATIVO

18606 DANILO HENRIQUE DE OLIVEIRA DAMACENA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

18607 EDILSON ALVES DA SILVA MÉDICO - PSF

18608 VAGNER RONY BEZERRA MOREIRA MOTORISTA

18609 GISELI FATIMA DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

18610 ANDRESSA RAMOS PINHEIRO BENATTO ENFERMEIRO UBS

18611 KAITI ALVES MARTINS PASTOR PROFESSOR PEDAGOGIA

18612 ALEX SANDRO TIRAPELLI AGENTE ADMINISTRATIVO

18613 ELISANDRA ANZORENA SEVERO MONITOR DE CRECHE

18614 MARCIO MARIANO DA SILVA AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - ENGENHARI

18615 RENATA CRISTINA ESTEVAM MERENDEIRA

18617 LUCELIA DE OLIVEIRA VARGAS PROFESSOR PEDAGOGIA

18618 CLAUDEOMIR FERNANDES FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

18619 JORGE PETRONIO LOPES PROFESSOR PEDAGOGIA

18621 WELINGTON CARDOSO DE ASSIS MOTORISTA

18624 LALCIMAR RAMOS SANTOS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

18626 EDMAR DA SILVA MOTORISTA

18628 PATRICIA KELLER ARQUITETO URBANISTA

18632 MARIA CRISTINA VIDOVIX SEGURA PROFESSOR PEDAGOGIA

18633 ADRIEL HENRIQUE SILVA DE OLIVEIRA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

18634 VITÓRIA MARIA DE CARVALHO FARIA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

18636 SUELI GONÇALVES MESQUITA MALTA DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

18638 MARIA CILENE MARQUES GIOVANINI MERENDEIRA

18639 MICHELLY NATALI RAIZER DIAS FARMACEUTICO BIOQUIMICO

18640 AMELIA MARTINS DE OLIVEIRA MERENDEIRA

18641 TANIA RIBEIRO DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

18643 DIRLENE APARECIDA MACHADO DA COSTA PROFESSOR PEDAGOGIA

18644 EDSON DE SOUZA LIMA PROFESSOR MATEMÁTICA

18645 SUELEN CRISTYE BERNAL PSICÓLOGO

18647 EDILAINE LEITE JOVION FARIA MONITOR DE CRECHE

18651 CLEUZA HUPP DE BARROS AGENTE ADMINISTRATIVO

18655 DAYANE ARAUJO SANTOS FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

18657 MATHEUS PUGLIA ALEXANDRE AGENTE ADMINISTRATIVO

18660 JONISON SALES PAULA AGENTE DE TRANSITO

18661 LORENA ALINE DOS SANTOS MÉDICO - PSF

18665 FLÁVIO HERRERA FILHO AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - ENGENHARI

18666 ANDRÉ JÚNIOR RAMOS AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

18667 MAURINEIDE DANTAS DA SILVA SOUZA PROFESSOR DE GEOGRAFIA

18669 CARLOS LUZIEMERSON DE MORAES PINTO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

18670 OZIAS BEZERRA DE PAULA MOTORISTA

18672 WELLINGTON ALVES DE SOUZA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

18673 FLAVIA MENDES VARCONTES OLIVEIRA TELEFONISTA

18674 RODOLFO CLAUDIO DA CRUZ PROFESSOR PEDAGOGIA

18675 LUCINEIA DIAS DOS SANTOS PSICÓLOGO

18676 FLAVIA DE AGUIAR LACERDA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

18677 JOSELAINE DE ALENCAR ANDRADE MONITOR DE CRECHE

18678 MIGUEL SOUZA DE ANDRADE JUNIOR CONTADOR

18680 VICTOR TAVARES DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

18681 WALTER VERÍSSIMO DO NASCIMENTO MOTORISTA

18682 VICTOR TAVARES DE OLIVEIRA ENFERMEIRO UBS

18684 AUGUSTO CESAR FRANÇA TENUTA ENGENHEIRO CIVIL

18685 GABRIELA OLIVEIRA DOS REIS MONITOR DE CRECHE

18686 ELIEL BENATTO BORDIN ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

18688 SANDRA DE OLIVEIRA LEITE PROFESSOR PEDAGOGIA

18691 TATIANE GASPARETO SOARES TÉCNICO EM ENFERMAGEM

18692 JOVENI RAMOS DE SOUZA OPERADOR DE MAQUINAS

18693 KAROLINE MARTINS DA CRUZ MONITOR DE CRECHE

18694 IGOR RODRIGUES DA BOA MORTE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18695 VERA LUCIA DE FREITAS SILVA MERENDEIRA

18696 FRANCISCO ORTEGA NETO MOTORISTA

18699 MAYARA MARQUES CORDEIRO SANTANA ENFERMEIRO UBS

18700 ADEMIR PATRIK DE MOURA PROFESSOR PEDAGOGIA

18701 SELMA REGINA DE SOUZA MERENDEIRA

18702 EDIR MIRANDA DE OLIVEIRA SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

18703 ADEMIR PATRIK DE MOURA AGENTE ADMINISTRATIVO

18705 ADRIANA STRESSER CHARLES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18706 RAINE ROSANA VIANA MENDES FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

18707 MAYARA ANTONIA FERREIRA MONITOR DE CRECHE

18709 JOSE RAFAEL DA SILVA SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

18710 MIRIAN AVELINO DA CUNHA ENFERMEIRO UBS

18711 ADEVAIR CANDIDO DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

18712 ADRIANA STRESSER CHARLES MERENDEIRA

18715 TULIO CEZAR DA SILVA MONITOR DE CRECHE

18718 FERNANDA OLIVEIRA SILVA ENFERMEIRO UBS

18719 SHIRLE MACIEL DE CAMPOS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

18720 APARECIDO PEREIRA DA SILVA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

18721 VALDILENE COMELI MERENDEIRA

18723 LAISI XAVIER DE OLIVEIRA ODONTÓLOGO

18726 VALDETE DOS SANTOS RODRIGUES TÉCNICO EM ENFERMAGEM

18727 FRANCIELLY JESUS DO NASCIMENTO ENFERMEIRO UBS

18728 ANA TEREZA GOUVEA MOLEIRO MÉDICO - PSF

18730 VALDILENE COMELI MONITOR DE CRECHE

18731 JAMILA JOANA DOS SANTOS NOVAKC PROFESSOR PEDAGOGIA

18732 GENILZA ROCHA DE ARAUJO MERENDEIRA

18734 ANDRÉIA REGINA ANANIAS DO PRADO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

18735 KEILA FERREIRA REIS PROFESSOR PEDAGOGIA

18736 ANDRÉ CANDIDO DE OLIVEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18737 FERNANDA KAROLAYNE MENEZES DE ARAUJO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18738 LUCIANA PEREIRA DA SILVA SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

18739 RODRIGO IVO LEITE FISCAL DE TRIBUTOS

18740 ANDRÉ CANDIDO DE OLIVEIRA MOTORISTA

18741 LUIZ CABRAL DE CARVALHO PROFESSOR DE GEOGRAFIA

18742 MARIA MADALENA DE JESUS TELES AGENTE ADMINISTRATIVO

18743 VIVIANE MUSSATO DE CANDIO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

18744 RIVALDO DELCARO PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

18745 ELIAS PEDROSO ROSA MOTORISTA

18746 DANIELLY CORTE MARIM MERENDEIRA

18747 MÁRCIA VICENSSOTTI FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

18749 OLICIO FRANÇA FLORES JUNIOR MOTORISTA

18750 ELIANO DIAS DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

18752 LUCIA DE CARVALHO BRONZATI MERENDEIRA

18756 IANETE MENEZES RODRIGUES ATENDENTE EM SAÚDE

18758 ANA MARIA CEBALHO PROFESSOR PEDAGOGIA

18759 LUCIMAR ALVES DA SILVA MERENDEIRA

18760 CLAUDIA BEZERRA CAMPOS MERENDEIRA

18761 MARCIA HELENA RIBEIRO TOLEDO PROFESSOR PEDAGOGIA

18762 JULIANA CAVALCANTE DE ARAUJO. MONITOR DE CRECHE

18763 ANDRESSA NUNES DE ALMEIDA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

18764 JULIANA DOS SANTOS LEITE AGENTE ADMINISTRATIVO

18765 ANA CAROLINE DA CUNHA MATIAS DE ALMEIDA ODONTÓLOGO

18766 MIRIAM MIRANDA DE OLIVEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18767 JULIANA CAVALCANTE DE ARAUJO. MERENDEIRA

18768 IGOR OTÁVIO DALMORO TELEFONISTA

18769 FAGNER APARECIDO FERREIRA LUIZ TÉCNICO EM ENFERMAGEM

18770 THIAGO SANTOS VIEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18771 RICARDO GOMES DA SILVA AGENTE DE TRANSITO

18775 VILMA DA SILVA PEIXOTO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

18776 VANESSA GRASIELE RIBEIRO PARLANDIM MONITOR DE CRECHE

18779 VINICIUS SANTOS CARVALHO AGENTE ADMINISTRATIVO

18781 GERALDO DE SOUZA GOMES AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

18782 CINTIA HELENA PEDRO ARAÚJO ENFERMEIRO UBS

18783 KATIA VARGAS GEMIO MÉDICO - PSF

18784 JOSE PEREIRA DA SILVA JUNIOR AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

18785 PAULA MORGADO DE OLIVEIRA FARMACEUTICO BIOQUIMICO

18787 ANGÉLICA DA SILVA CAMPOS AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

18788 CLEBERSON NANTES BARBOSA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18790 ADENIS SALVADOR MOTORISTA

18791 ADRIANA APARECIDA OENNING PROFESSOR PEDAGOGIA

18792 VALMIR BORGES VIRTUOSO AGENTE ADMINISTRATIVO

18793 PÂMELA MARQUES DA SILVA CAVASSANI PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

18796 RONALDO TEIXEIRA LANDIM AGENTE ADMINISTRATIVO

18798 LEONARDO ROCHA LOPES DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

18799 THIAGO SANCHES MOTORISTA

18800 MARIA DE LOURDES MARIM PROFESSOR PEDAGOGIA

18801 KATALLINE DA SILVA NASCIMENTO ENFERMEIRO UBS

18802 CRISTIANE EMANUELA DA SILVA BARBOSA AGENTE ADMINISTRATIVO

18804 THIÁTIRA PIRES RAMOS PROFESSOR PEDAGOGIA

18806 JEAN CESAR ALVES TEODORO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18807 JESSICA LORRAYNE PEREIRA DA SILVA MERENDEIRA

18809 TUANE ANGELINA ANTONIA ALPINO DOS SANTOS AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

18810 MARINETE DE JESUS CARDOSO PROFESSOR PEDAGOGIA

18811 MARTA SUELEN BATISTA SANTOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18812 MAILO SEGALA DE MOURA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

18813 CARLOS ROBERTO GREVE NETO AGENTE DE TRANSITO

18814 FERNANDA SILVA COSTA MERENDEIRA

18816 PAULA DA SILVA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

18818 KLEITON ALIXON DE SOUZA TAVARES AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

18819 AMANDA GRAZIELI SANTOS MORETI PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

18821 JOSE DE PAULA COSTA PROFESSOR PEDAGOGIA

18822 GISLEI DA ROCHA LOPES PROFESSOR PEDAGOGIA

18823 ZILDA DE TOLEDO SILVA DE JESUS PROFESSOR PEDAGOGIA

18824 LUCAS DE PINHO EGUES AGENTE ADMINISTRATIVO

18825 DANIELA SANTANA PEREIRA MONITOR DE CRECHE

18826 HEITOR NUNES BORDIN ODONTÓLOGO

18827 ARGEMIRA SOUZA DA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

18828 NORAIR GREGORIO DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

18829 LETICIA FERNANDA FERREIRA DE SOUZA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18830 ARGEMIRA SOUZA DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18833 ANA FLÁVIA MARÇAL PROFESSOR PEDAGOGIA

18835 HELTON SILVEIRA FARIAS PROFESSOR PEDAGOGIA

18841 HEVERSON JOSÉ DE LIRA FISIOTERAPEUTA

18842 ALINE SANTANA DA SILVA TELEFONISTA

18843 MARIA LUCIA DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

18845 EDNA CRISTINA SANTOS FARIAS MONITOR DE CRECHE

18846 ERLANDO GOMES DA SILVA MECÂNICO

18847 NILZAR ARAUJO RODRIGUES MOTORISTA

18849 PATRICIA PEREIRA DA SILVA FARMACEUTICO BIOQUIMICO

18850 ELISANGELA CANDIDO DA SILVA MERENDEIRA

18851 FABIANA TEIXEIRA XAVIER AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18852 WILSON FROES PEREIRA MOTORISTA

18853 DUCILENE MARINS DE JESUS FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

18854 EDNA CRISTINA SANTOS FARIAS MERENDEIRA

18856 DUCILENE MARINS DE JESUS MERENDEIRA

18857 CLAUDEMILSON DELUQUE VILA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18858 SINARIA CRISTINA ARRABAL MÉDICO - PSF

18860 WEBER DE JESUS MOREIRA DA SILVA CONTADOR

18867 FERNANDA CRISTINA DA CUNHA PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

18869 SOLANGE CORRÊA NEVES MONITOR DE CRECHE

18871 MARCO GOMES ELETRICISTA

18872 RONALDO SOARES FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

18873 PEDRO APARECIDO DE ANUNCIAÇÃO AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

18874 ROSANIA SIQUEIRA VIANA PROFESSOR PEDAGOGIA

18875 ALEXANDRA DA GUIA VERÃO ATENDENTE EM SAÚDE

18876 GUSTAVO APARECIDO SANTOS CIRQUEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18879 FABIANA REZENDE DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

18880 FABIANA CORREIA ALVES MERENDEIRA

18883 FABRICIA GONÇALVES DIDONE TÉCNICO EM ENFERMAGEM

18884 LÁZARO FERNANDO ZONATTO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

18885 LIDIA LIMA DE OLIVEIRA FISCAL DE TRIBUTOS

18888 ADRIANA PAULINO DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

18889 VALDIR RODRIGUES BACA MECÂNICO

18890 SOLANGE MENDES DE AQUINO PROFESSOR PEDAGOGIA

18891 LEIDIANE SANTOS GONÇALVES BITENCOURT MERENDEIRA

18892 VALTER SANTANA DE CAMPOS AGENTE ADMINISTRATIVO

18893 ELINE DE SOUZA ANDRADE PROFESSOR PEDAGOGIA

18898 WESLAINNE DE PAULA DOS REIS VIEIRA MONITOR DE CRECHE

18899 ROSANA SANTANA PIRINETTI MONITOR DE CRECHE

18901 ISTÉRIA JOVEM DE FREITAS CHAVES MERENDEIRA

18902 WESLAINNE DE PAULA DOS REIS VIEIRA MERENDEIRA

18903 ICELLI ROSA DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

18905 ROSIMEIRE EMIDIO ESCORSE TÉCNICO EM ENFERMAGEM

18907 LUCY MIGUELINA DE PINHO EGUES AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

18910 CÁSSIA INGREDS TOLEDO PEREIRA FISCAL DE TRIBUTOS

18913 CRISTIANE DE MOURA MENDES PROFESSOR PEDAGOGIA

18914 OSÉIAS ALVES SOARES ARQUITETO URBANISTA

18915 GLEISE VANESSA DA SILVA BRUSOLO PSICÓLOGO

18917 EVANDRO APARECIDO DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

18918 GIVANILDO CLEMENTINO FILHO MOTORISTA

18919 FÁBIO SOUZA FRANCA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18920 UELITON LUIZ ROSSIN PROFESSOR PEDAGOGIA

18922 ANA ADOLFINA AIRES ATENDENTE EM SAÚDE

18925 KEZIA CRISTINA DA CRUZ SILVA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

18926 ANTONIO BENTO DE SOUZA NETO MOTORISTA

18928 ALINE DANIELI DA SILVA GOMES FISCAL DE TRIBUTOS

18930 FRANCISCA KEILA PEREIRA DE SOUSA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

18932 VALKIRIA AIRES DAS NEVES CRUZ AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18934 LELIANE DALA ROSA ALVES PROFESSOR PEDAGOGIA

18935 ADLER SOUSA RAMOS AGENTE ADMINISTRATIVO

18936 ROSENI RODRIGUES DE OLIVEIRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

18937 MIRAILDES COSTA TAVARES ENFERMEIRO UBS

18938 MARCILENE SOARES BARBOSA AGENTE ADMINISTRATIVO

18940 WESLEY DE ALMEIDA AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - ENGENHARI

18941 SEBASTIAO RONIVALDO DE SOUZA CARVALHO AGENTE DE TRANSITO

18942 LUANA FLAVIA RODRIGUES MASSONI FISCAL DE TRIBUTOS

18943 EDER ALESSANDRO FERREIRA DE ABREU AGENTE ADMINISTRATIVO

18944 GRACIELLY CARDOSO DE OLIVEIRA MONITOR DE CRECHE

18945 AVELOMAR MEQUIAS DE OLIVEIRA MOTORISTA

18946 DOUGLAS FERREIRA DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18947 MICHELLE DA SILVA ESPIRITO SANTO MÉDICO - PSF

18949 DANIELE ARES DE FREITAS AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

18950 JOSÉ BENILTON LEITE POMPILIO PROFESSOR MATEMÁTICA

18952 BENEDITA PRUDENCIO SAMPAIO MONITOR DE CRECHE

18954 RENYN JORGE AMUI ODONTÓLOGO

18955 BRUNA DANUBIA SILVA BENTO MONITOR DE CRECHE

18957 RODRIGO ITALO ALVES DA SILVA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

18958 OTAVIO MEDEIROS BRAGA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

18959 MARIA JOSE ARAUJO DOS SANTOS MERENDEIRA

18960 ARILENE FONSECA DE SOUZA ASSISTENTE SOCIAL

18961 LUSINETE HUPP DE BARROS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18963 THIAGO DE ALMEIDA PAULINO PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

18964 IRENE APARECIDA CORREA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

18965 KARINA CORREIA DE FARIA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18967 JOSE GARCIA DOS SANTOS NETO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

18968 SABRINA PEDROSO GARCIA PROFESSOR PEDAGOGIA

18969 ANNE CAROLINE RODRIGUES DE CAMPOS PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

18970 GISELI PONCE DE JESUS PROFESSOR PEDAGOGIA

18971 MARCELA LEOPOLDINO HIPÓLITO PROFESSOR PEDAGOGIA

18973 JOSIELLY DOS SANTOS GONÇALVES MONITOR DE CRECHE

18974 ALINE MOTA LOPES SANTIAGO PROFESSOR PEDAGOGIA

18975 PAMELA DOS SANTOS OBARA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18978 IGOR VIEIRA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

18981 MAYARA RONCOLETTA SOBRINHO MERENDEIRA

18982 BRUNA RODRIGUES MERENDEIRA

18983 FATIMA APARECIDA DUARTE TÉCNICO EM ENFERMAGEM

18984 MELÂNIO JUNIOR DE FRANÇA ASSUNÇÃO FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

18986 CELIA DA FONSECA MANSO MONITOR DE CRECHE

18987 DELSON RAMÃO PROFESSOR MATEMÁTICA

18988 ROSIVANIA GOMES DOS SANTOS TELEFONISTA

18989 ELIANE DE SOUZA PRENHOLATO MERENDEIRA

18990 PEDRO DA CRUZ BRITO PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

18992 ISABEL GOMES DA SILVA TORRESILHAS MERENDEIRA

18993 VANESSA DA SILVA LANA ODONTÓLOGO

18994 DEIVES OLIVEIRA DA SILVA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

18996 DIONETE FATIMA CARVALHO DUARTE PROFESSOR PEDAGOGIA

18998 SANDRA FERREIRA DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

18999 ELIZETE SILVA LARA RANGEL ENFERMEIRO UBS

19000 ALESSANDRA DOS SANTOS FELTRIN AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19001 EDIVANIA PEDRO DA COSTA PROFESSOR PEDAGOGIA

19002 ESTER SOUZA NEVES ATENDENTE EM SAÚDE

19003 GENALVA BEZERRA DA SILVA MERENDEIRA

19004 GABRIELA MARQUES GIOVANINI AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19005 WILDMA BELTRAO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19006 ESTER SOUZA NEVES MERENDEIRA

19007 MARCELO DE OLIVEIRA MACIEL ENFERMEIRO UBS

19008 ALLAN KOVARICK DE FREITAS LIMA AGENTE ADMINISTRATIVO

19009 MARIA ANTONIA DA SILVA RAMÃO PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

19011 SAMUEL DE LIMA BORGES ELETRICISTA

19012 SIMONE DA SILVA PINHEIRO FISCAL DE TRIBUTOS

19013 ROSILAINE MARQUES QUEIROZ TÉCNICO EM ENFERMAGEM

19014 ANDERSON MARTINS DO SANTOS AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

19015 ALESSANDRO DA SILVA PAIXÃO AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

19016 ANA CAROLINA TEIXEIRA DA ROCHA PSICÓLOGO

19017 KÁSSIA FALCONI FARMACEUTICO BIOQUIMICO

19018 RAQUEL SILVA DE SOUZA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19020 SAMILA PATRICIA ALVES TASSI ATENDENTE DE FARMÁCIA

19021 PRISCILA MIRANDA GONÇALVES TEIXEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19023 MARCIO RINALDI DA SILVA OPERADOR DE MAQUINAS

19024 DIEGO ANTONIO DE OLIVEIRA FARMACEUTICO BIOQUIMICO

19025 JOSIAS FERREIRA DE CARVALHO JUNIOR MOTORISTA

19027 KAROLYNNE FERNANDES RODRIGUES AGENTE ADMINISTRATIVO

19028 IZAQUE MIRANDA DE CARVALHO MOTORISTA

19029 ANESIA AMPARO CARDOSO MONITOR DE CRECHE

19030 ADNA RODRIGUES DOS SANTOS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

19033 NIVALDO BATISTA CURVO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19034 SILVINA SOUZA DA SILVA RODRIGUES PROFESSOR PEDAGOGIA

19035 EDINALDO AGUIAR DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

19037 KEILA BETANIA RODRIGUES SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19038 JOSILENE APARECIDA DE SOUZA MONITOR DE CRECHE

19041 MILAINE APARECIDA PIRES DE QUEIROZ ENFERMEIRO UBS

19042 THAIS MORAIS DO NASCIMENTO BEZERRA ASSISTENTE SOCIAL

19043 ALECIR PIRES DE OLIVEIRA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

19044 RAQUEL DA SILVA SIMÃO FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

19046 VALDIRENE VIERA DA SILVA OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

19047 IVANI APARECIDA DOS REIS MONITOR DE CRECHE

19048 JOYCE KELLY DA SILVA CORREIA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19049 CRISTIANE RAMOS BRUMATI AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19050 SILVIA PINHEIRO DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

19053 SIDNEI BARBOSA DE SOUZA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

19054 MARLON LUCAS SOARES RIBEIRO AGENTE ADMINISTRATIVO

19055 DALVAN NONATO ALVES FISCAL DE TRIBUTOS

19056 CAIO CHAVES FREIRE AGENTE ADMINISTRATIVO

19057 LEIDIANE BARBOSA CONTADOR

19058 VISNEY GUSTAVO PEREIRA SOLIZ PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

19059 JOSE CARLOS BINDANDE MOTORISTA

19060 GABRIELA DOS SANTOS RODRIGUES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19061 SUZILAINE GOMES DE OLIVEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19062 BARBARA CLEMENTE LIMA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19064 ANDRÉ AUGUSTO PIVOTTI JUNQUEIRA MOTORISTA

19067 CLAUDINÉIA MARIA DE SOUZA MERENDEIRA

19068 SUSANY PEDRO DA COSTA PROFESSOR MATEMÁTICA

19070 LUIS ORLANDO TREVINO CHAVEZ MÉDICO - PSF

19071 ANNE ELLEN AGUERO DE OLIVEIRA FISCAL AMBIENTAL

19072 FLÁVIA CÍNTIA BASSAN ANTELO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19073 DIVINA FERREIRA LEAL TÉCNICO EM ENFERMAGEM

19074 MARCOS ROBERTO TEIXEIRA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

19075 ADILSON DOS SANTOS ARTIAGA MECÂNICO

19076 DAIANI MAZIERO ORLANDO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

19077 FERNANDA FERNANDES DA SILVA FARMACEUTICO BIOQUIMICO

19079 LAURO MENDES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19083 JOANA FRANCISCA GODOI LESSA AGENTE ADMINISTRATIVO

19085 MARIA JOSÉ DE FRANÇA BETETE PROFESSOR PEDAGOGIA

19086 LUCILIA ALVES COELHO MERENDEIRA

19088 CREUZA LIMA DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

19092 CARLOS DONIZETE BATISTADOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

19093 ELIZANA CRISTIANE LIU AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19097 DARLAN DO NASCIMENTO FERREIRA FISCAL DE TRIBUTOS

19098 LUCIANO TELES FONSECA AGENTE ADMINISTRATIVO

19099 JHONLENON MESANINI DE MEDEIROS AGENTE ADMINISTRATIVO

19100 JUCILENE GONÇALVES DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

19102 RENÉE CRISTINA LONARDONI AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

19103 EDSON CARLOS MOREIRA ENFERMEIRO UBS

19105 MARCELO FRANCISCO PEREIRA DE CAMPOS FISCAL DE TRIBUTOS

19106 THAIS KAOMA HENRIQUE DE BARROS PROFESSOR PEDAGOGIA

19110 SILVANA KELLY BEYER MERENDEIRA

19111 CLARICE VALENTIM PEREIRA MERENDEIRA

19113 DEIZE ROBERTA ROSA DE QUEIROZ AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19114 LAUDICEIA MARIA DE SOUZA FISCAL DE TRIBUTOS

19116 GELIANE DA SILVA CORREA PROFESSOR PEDAGOGIA

19117 SKÁRLETHY KELLER CARDOSO SOUZA MORAES MONITOR DE CRECHE

19118 MIRIANE GOMES DE SOUZA MERENDEIRA

19119 LUCAS CAMPOS SENNA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19120 LUCINEIDE DIAS CRISTANTE MERENDEIRA

19121 AILTON VIEIRA DE SOUZA MOTORISTA

19122 JULIANA DEBEI HERLING MÉDICO - PSF

19123 LUCINEIDE DIAS CRISTANTE MONITOR DE CRECHE

19124 JOSE CLAUDIO DE JESUS FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

19125 ROSIMEIRE NEGRIS PROFESSOR PEDAGOGIA

19126 JOSE CLAUDIO DE JESUS AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

19127 LEIZA PEREIRA DA SILVA COELHO NUTRICIONISTA

19129 VANUZA DA SILVA SANTOS MERENDEIRA

19130 CRYSTIANE MORAES PAIM MÉDICO - PSF

19133 SÉRGIO NORBERTO DA SILVA CONTADOR

19135 RENILDA LEOPOLDINA FILHA MACIEL MERENDEIRA

19136 FRANCIELI MATIAS DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

19137 VALERIA KAROLAYNE DE SILVA LANDIM MONITOR DE CRECHE

19138 ADRIANA ADÃO BARBOSA FARMACEUTICO BIOQUIMICO

19140 CAROLINE PRADO ALMEIDA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19141 KRISTYAN VANNBAT FERREIRA ENGENHEIRO CIVIL

19145 JURANDIR DUARTE DOS SANTOS MOTORISTA

19146 ADRIANO JOHNNY FIGUEROA PAES LANDIM ENFERMEIRO UBS

19148 LORENA MOLINA ROCHA MONITOR DE CRECHE

19149 ANDRÉIA RIBEIRO VIEIRA PSICÓLOGO

19150 DANIELLE DIAS ANDRÉ AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

19153 EMANUEL ROCHA LIMA COELHO AGENTE ADMINISTRATIVO

19158 JEVERSON OLIVEIRA SILVA BARBOSA MOTORISTA

19159 CLEBER PORPHIRIO DE OLIVEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19160 BIANCA OSTROWSKI DE CARVALHO PROFESSOR PEDAGOGIA

19164 ROZILENE FARIA DE OLIVEIRA MERENDEIRA

19165 KATICIANE ROSA NASCIMENTO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

19171 RENATO DANTAS PACAGNELLI FISCAL DE TRIBUTOS

19172 DANILO DIAS MOREIRA PROFESSOR MATEMÁTICA

19175 VICTOR DA SILVA ARRUDA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

19178 ROSILEI GOMES DE MATOS SANTOS MERENDEIRA

19180 EVANDERSON SOUZA DA SILVA MOTORISTA

19181 BRAZ MARCELO DA SILVA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

19183 MARLENE DE SOUZA PARENTES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19184 GUILHERME SOUZA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19185 ALINE CRISTINA DE OLIVEIRA TAQUES AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

19186 ÉRICA SIMONE SANT' ANNA CIDIN AGENTE ADMINISTRATIVO

19187 ANA PAULA GOMES DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

19188 SILMARA RODRIGUES MACHADO FISCAL DE TRIBUTOS

19189 DIEGO FERREIRA DA SILVA ENGENHEIRO CIVIL

19190 SOLANGE BRANIZIO PINTO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19193 GLEICIELE AVILA SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

19194 EUNICE PALMA DE ALMEIDA PROFESSOR PEDAGOGIA

19195 VIOLETA VELEZ CHAVEZ AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19196 LEONARDO ESTRADA DE AGUIAR PSICÓLOGO

19198 ALESSANDRA DE OLIVEIRA BRAGA ENFERMEIRO UBS

19199 THALIA CARDOSO AMORIM MONITOR DE CRECHE

19200 TÂNIA AMARAL DE SOUZA FISCAL DE TRIBUTOS

19201 TÂNIA AMARAL DE SOUZA FISCAL AMBIENTAL

19203 SILMARA RODRIGUES MACHADO FISCAL AMBIENTAL

19204 ISABEL VICENCIA DO NASCIMENTO ENFERMEIRO UBS

19206 MYLLENA TIFANI PEREIRA SANTOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19207 ISABEL VICENCIA DO NASCIMENTO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

19208 MARIA APARECIDA FRANCISCO PROFESSOR PEDAGOGIA

19209 MARIQUELLY SIQUEIRA DE CASTRO AGENTE ADMINISTRATIVO

19214 EDIMAR JOSE RODRIGUES AGENTE DE TRANSITO

19216 EDIMAR MOREIRA DE CARVALHO MOTORISTA

19218 EDIMAR JOSE RODRIGUES MOTORISTA

19219 ALINE BATISTA DE SOUZA SALVADOR ENFERMEIRO UBS

19221 SUSELAINE QUEIROZ RODRIGUES COLARINO AGENTE ADMINISTRATIVO

19223 LUIZA POQUIVIQUI DOS SANTOS MERENDEIRA

19224 GLADIS GRACIELA MARIANO DE ANDRADE TÉCNICO EM ENFERMAGEM

19225 GLAUCIA STEFÂNIA MACEDO DE ASSUNÇÃO ENFERMEIRO UBS

19227 JOÃO PAULO GOMES DE ALMEIDA MOTORISTA

19228 NAYRABATISTA CURVO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

19230 THEREZA CRISTINA SAMPAIO GAINO ODONTÓLOGO

19231 RENATA APARECIDA NUNES DOS SANTOS PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

19233 JOÃO MARANGÃO JUNIOR AGENTE ADMINISTRATIVO

19237 JOÃO MARANGÃO JUNIOR FISCAL DE TRIBUTOS

19241 MARA LUCIA FRANCISCO MONITOR DE CRECHE

19242 ADRIANA REGIS DE JESUS RODRIGUES ENFERMEIRO UBS

19243 LUCIMAR APARECIDA RODRIGUES DE SOUZA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19244 RODRIGO SOARES DE SOUZA FISCAL DE TRIBUTOS

19245 NAFAIRA RÍZZEA FERREIRA SILVA ODONTÓLOGO

19247 OSMARI COCHITO CARRASCO LEITE PROFESSOR PEDAGOGIA

19249 JOSIANE SILVA CASTRO MERENDEIRA

19250 WESLA FRAGA PENIDO ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

19252 THAIS DA SILVA GARCIA PSICÓLOGO

19253 MARCIO GREY ALEXANDRE PROFESSOR PEDAGOGIA

19254 ALCIMAR APARECIDA DE QUEIROZ OLIVEIRA FARMACEUTICO BIOQUIMICO

19257 NILMARA RODRIGUES DE CAMPOS PROFESSOR PEDAGOGIA

19259 BRENDA CAROLINE SANTOS DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

19261 MAGNO RODRIGUES DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19262 JEOVANE NARDELI VIANA FARMACEUTICO BIOQUIMICO

19263 PIEDADE FIRMINA PASSO RAVAGNANI PROFESSOR PEDAGOGIA

19264 ILZA VIANA DO ESPIRITO SANTO MERENDEIRA

19266 LUCILENE FELTRIM TESTA COSTA MONITOR DE CRECHE

19267 ANDREIA CRISTINA PRESQUELIARE GIMENES MERENDEIRA

19268 MIRLA CRISTINA CUNHA FERREIRA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

19269 JACKSON DOUGLAS CEBALHO SILVEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19270 VANESSA VIEIRA DE OLIVEIRA GOMIDES MERENDEIRA

19271 THIAGO RAONY RODRIGUES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19273 RAFAEL ALVES PEREIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19274 EDILEUZA DANTAS DA SILVA DE MELLO AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

19275 SIMONE APARECIDA MARTINS DOMICIANO MERENDEIRA

19276 DELCI CACIANO PONTES FISCAL AMBIENTAL

19277 MARIANA GUTIERREZ DA SILVA MONITOR DE CRECHE

19278 RODNEY DA CRUZ BARROS SILVA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

19279 ROSA ELENA DE OLIVEIRA CORREA MERENDEIRA

19281 CLEIDE IVONE ALVES DOS SANTOS OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

19282 WILLER ROGER DE ARRUDA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

19283 VALÉRIA MARTINS PEREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

19284 ROGÉRIO MARQUES DE QUEIROZ ENFERMEIRO UBS

19285 LORENA CRISTINE NUNES QUIRINO ENGENHEIRO CIVIL

19286 MÁRCIA REGINA DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

19287 ELENIR PEREIRA DA COSTA PROFESSOR PEDAGOGIA

19288 DANIEL CUSTODIO SILVA DE OLIVEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19289 LUIZ GUILHERME SOUZA LIMA FISCAL AMBIENTAL

19291 LEONILDA SEVERINA DE BARROS ENFERMEIRO UBS

19292 CAMILA CUSTODIO DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

19293 VILMA ALVES ANTUNES PROFESSOR PEDAGOGIA

19294 LUCINEI DOS REIS JOSE CONTADOR

19295 EDNA DA COSTA RODRIGUES MERENDEIRA

19296 MICHELLY CRISTINA CORREIA DA CONCEIÇÃO PROFESSOR PEDAGOGIA

19297 VALÉRIA MARTINS PEREIRA ATENDENTE DE FARMÁCIA

19298 JODIMAR ANTONIO DA SILVA ELETRICISTA

19299 ILMA DO NASCIMENTO CAMPOS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

19300 JOSÉ WANDERSON PARDINI ALVES ELETRICISTA

19301 EURIPES SEBASTIAO CRUZ AGENTE DE TRANSITO

19302 WANI CRISTINA ORLANDO DA COSTA AGENTE ADMINISTRATIVO

19303 CLEUSA MARIA GONÇALVES MERENDEIRA

19304 ALENICE GOMES CLARINDO COELHO PROFESSOR PEDAGOGIA

19305 DANYELLY ALVES DA SILVA COELHO PROFESSOR PEDAGOGIA

19306 ROSENILDA DOS SANTOS COSTA ATENDENTE EM SAÚDE

19307 VERONICA PRISCILA MARTINEZ AGENTE ADMINISTRATIVO

19308 CARLOS EDUARDO DE FREITAS MIRANDA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19309 BRUNO OLANDA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19310 ELIVALDO RUFINO DA SILVA MERENDEIRA

19311 ELDO EDNEI DA COSTA LEITE MUQUISSAI FISCAL AMBIENTAL

19312 ANA LUCIENE DA SILVA MERENDEIRA

19315 SILMARA MUNIZ MENDES ATENDENTE EM SAÚDE

19316 LEANDRA MORAES SIQUEIRA MERENDEIRA

19318 ELIZETE AUGUSTA DE AZEVEDO FISCAL DE TRIBUTOS

19319 CLAUDINEIA PARA DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

19320 MEIRE FERREIRA PEDROSO DA COSTA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

19321 JESSICA PEREIRA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

19322 ANDREIA CRISTINA SIQUEIRA DIAS MONITOR DE CRECHE

19324 LEANDRA MORAES SIQUEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19325 EDENICA KAORI FUJIMORI AGENTE ADMINISTRATIVO

19327 GRACILDA PARA MASSAVI DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

19328 ANDRESSA MONTEIRO BARRETO PROFESSOR MATEMÁTICA

19329 MARIA EDUARDA CARDOSO GRUGEL MECÂNICO

19330 ADAO ALESSANDRO DE MELO FISCAL DE TRIBUTOS

19331 ADAO ALESSANDRO DE MELO AGENTE DE TRANSITO

19333 JÉSSICA DOS REIS CUSTÓDIO FISCAL DE TRIBUTOS

19334 QUÊILLE PRISCILA SALES DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

19335 LUCIA VALERIO DO NASCIMENTO LIMA PSICÓLOGO

19336 MARIA APARECIDA DE AMORIM PROFESSOR PEDAGOGIA

19338 MATIAS MOREIRA DA SILVA AGENTE DE TRANSITO

19341 LUCAS SOUZA DA SILVA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

19343 WILLIAN MARQUES DAURTE PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

19344 MARIA JOSE ALECRIN MERENDEIRA

19345 WILLIAN MARQUES DAURTE ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

19348 GESIANE ZANOTELLI DE ATHAYDE MERENDEIRA

19350 THALITA FERREIRA DE ALMEIDA DE MELO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19351 MARILEIDE LOPES PARABA CAMPOS ATENDENTE DE FARMÁCIA

19354 FRANEYLAINE DE CENA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19355 CALSURAYANA GOMES OLIVEIRA PEREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

19356 VANESSA FERREIRA DE ARAÚJO FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

19357 JORNE PARREIRA DE OLIVEIRA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

19359 ANGELA MARIA DE SOUSA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

19360 GESIANE ZANOTELLI DE ATHAYDE FISCAL AMBIENTAL

19361 RAFAEL SOUZA LOPES ATENDENTE DE FARMÁCIA

19362 HINGRIDY MARQUES DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

19363 ANGELA MARIA DE SOUSA MERENDEIRA

19364 GLAUCIA MARQUES TOZATTI PROFESSOR PEDAGOGIA

19365 MARILDA DA SILVA RESENDE CHIUCHI PROFESSOR PEDAGOGIA

19366 SEBASTIÃO FERREIRA CAMPOS MOTORISTA

19367 JUCILENE DOMINGOS DE SOUZA MERENDEIRA

19368 CLAUDIR RODRIGUES CRISTIANISMO OPERADOR DE MAQUINAS

19369 ELISEU SILVA SANTOS MOTORISTA

19370 ELISEU SILVA SANTOS AGENTE DE TRANSITO

19372 MAIARA SOARES DE SOUZA ODONTÓLOGO

19374 CLEYTO BATISTA DA PAIXAO SILVA MOTORISTA

19377 NOELY MACHADO VIEIRA ENFERMEIRO UBS

19378 GABRIEL DO PRADO DE OLIVEIRA FISCAL DE TRIBUTOS

19379 MARCOS DOS SANTOS ANDRADE AGENTE DE TRANSITO

19380 ODAIR JOSÉ FRANCISCO FISCAL AMBIENTAL

19381 AILTON LUIZ DE PAULA FISCAL AMBIENTAL

19386 ANDREIA PARREIRA MARQUES ENFERMEIRO UBS

19388 ODAIR JOSÉ FRANCISCO AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

19390 JHONATAN THEODORO DA SILVA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

19391 PATRICIA AGUIAR ANDRADE PROFESSOR PEDAGOGIA

19392 JONAS ULISSES RIBEIRO MACEDO ENGENHEIRO CIVIL

19393 LUCIANA ALVES DE SOUZA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19394 FRANCIANE SILVA LOPES PSICÓLOGO

19396 GRACIELLY DA SILVA DIAS PROFESSOR PEDAGOGIA

19397 CLOVIS DA SILVA LEITE AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

19398 ELIANA LIMA DOS SANTOS VASCONCELO MONITOR DE CRECHE

19399 CLOVIS DA SILVA LEITE MERENDEIRA

19400 SANDRA CLEIDE ALMEIDA TAMANDARÉ AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

19401 LEILIANE MARIA DA SILVA MERENDEIRA

19404 PRISCILLA GOMES DE ARRUDA CASTRILLON AGENTE ADMINISTRATIVO

19405 JESENIA LOPEZ PARABA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19406 OLMIR ROGES SALMORIA MÉDICO - PSF

19409 ELIETE BEATRIZ PIMENTA ENFERMEIRO UBS

19410 MICHELE DA SILVA DIAS PROFESSOR PEDAGOGIA

19411 ELISANGELA ASSIS RODRIGUES FISCAL DE TRIBUTOS

19412 PRISCILLA GOMES DE ARRUDA CASTRILLON MERENDEIRA

19414 ELISANGELA ASSIS RODRIGUES AGENTE ADMINISTRATIVO

19418 SANDRA CLEIDE ALMEIDA TAMANDARÉ AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

19420 CLAUDEMIR DE OLIVEIRA SILVA MOTORISTA

19421 CINTHIA RODRIGUES LEITE PROFESSOR PEDAGOGIA

19424 MICHELLI DAYANE SANTIAGO MARTINS MERENDEIRA

19425 JOANA D'ARC GONÇALVES ROCHA ENFERMEIRO UBS

19426 JOELMA PATRICIA DE SOUZA PILAR AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19427 HUGO LINCOLN MARQUES MERINO AGENTE ADMINISTRATIVO

19429 MICHELLI DAYANE SANTIAGO MARTINS MONITOR DE CRECHE

19430 JOÃO BATISTA DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO

19431 RONALDO GURJAO BRITO AGENTE ADMINISTRATIVO

19432 FLAVIO MARTINS DA SILVA ELETRICISTA

19433 LIDEMAR PARABA LEITE FISCAL DE TRIBUTOS

19434 WANDERSON RODRIGUES DE MIRANDA FISCAL DE TRIBUTOS

19436 AGLECI STREGE PROFESSOR PEDAGOGIA

19437 RAFAEL SOUZA LOPES AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

19438 ITALO PATRICK DE SOUZA CRUZ MONITOR DE CRECHE

19439 PHILIPPE ROGER ALVES DE BORBA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19440 GEAN CESAR DE ARAUJO AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

19441 CLAUDINEIA ALVES DE ARAUJO TELEFONISTA

19442 JULIANA FREITAS DE BRITO MERENDEIRA

19443 CASSIANO DE SOUZA SOARES FISCAL DE TRIBUTOS

19444 JESSICA MARCILENE DOS SANTOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19445 ADRIANO SILVA E SILVA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

19446 THIALITA BRUNA RIBEIRO DE SOUZA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

19447 PATRICIA ALVES PEREIRA ENFERMEIRO UBS

19448 DANIELLE CRISTINE PEREIRA DE ARRUDA ENFERMEIRO UBS

19449 JEOVA MIGUEL DOS ANJOS AGENTE DE TRANSITO

19451 JOALISSON ALVES RODRIGUES FISCAL DE TRIBUTOS

19453 GONÇALO DE JESUS RODRIGUES DA SILVA MOTORISTA

19454 LAURA CHRISTINA OLIVERIA BRITO RODRIGUES AGENTE ADMINISTRATIVO

19455 HELEN FERNANDA DA SILVA MERENDEIRA

19456 JONAS EGUES MECÂNICO

19457 SILAS MORAES DA COSTA ASSISTENTE SOCIAL

19460 JOÃO VICTOR BONFIM LOURENÇÃO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19461 ROBERTO CAZARIN AGENTE DE TRANSITO

19462 MAURICIO HENRIQUE DOS SANTOS LOPES MÉDICO - PSF

19463 GABRIEL OLIVEIRA RODRIGUES ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

19464 REGINA AVILA MIRANA MÉDICO - PSF

19465 CLAUDIOMIRO PAGNO GAVIN FISCAL DE TRIBUTOS

19466 MARIA DANIELE CONTARDI AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19467 VERA LUCIA BADIA ANDERLE PROFESSOR PEDAGOGIA

19468 JUSARA ALVES DE OLIVEIRA RODRIGUES ASSISTENTE SOCIAL

19469 CRISTIANO APARECIDO CONTARDI AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

19470 CLAUDINEI PEREIRA DE SOUZA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

19471 WHELLERGTON RENATO MENDONÇA AGENTE ADMINISTRATIVO

19472 ERENICE ROSIANA DOS SANTOS AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

19473 KATY APARECIDA LACERDA SCARPASSI ATENDENTE EM SAÚDE

19474 CELSO DA SILVA NUNES TÉCNICO EM ENFERMAGEM

19475 GRASIELE MATUCHAKE REZENDE ENFERMEIRO UBS

19476 KATY APARECIDA LACERDA SCARPASSI MERENDEIRA

19477 CARLA FRERES LORENZ PEREIRA PROFESSOR MATEMÁTICA

19478 LUCIANO DE ABREU AMORIM ELETRICISTA

19480 VALTEIR DOS SANTOS SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

19481 ANA PAULA MARTINS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19483 DESINAI DOS SANTOS SILVEIRA MERENDEIRA

19484 VALDEMIR DIAS BUENO MOTORISTA

19485 DANIEL DOS SANTOS CARNEIRO FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

19486 EDIVANI SABINO DA COSTA FERREIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19487 EDIVANI SABINO DA COSTA FERREIRA MERENDEIRA

19488 ELIEL PEREIRA ALVES AGENTE ADMINISTRATIVO

19489 RONISON ALVES DE SOUZA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

19490 RHANIEL MOREIRA ALVES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19491 SILVANE COUTO FRUTUOSO AGENTE ADMINISTRATIVO

19492 CARLA RAYSSA SILVA VIEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

19493 JAILTON DO COUTO PEDROSO AGENTE DE TRANSITO

19495 LINDOMAR BATISTA TOMAZ AGENTE DE TRANSITO

19496 THALITA DOS SANTOS CHAMORRA MOREIRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

19497 CARLA RAYSSA SILVA VIEIRA MONITOR DE CRECHE

19498 AMANDA ESCOBAR DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

19500 TANIA VALÉRIA SHIMIDT DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

19504 TIAGO KRUCZEWSKI REDIES ENGENHEIRO CIVIL

19505 JAQUELINE MORAES DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

19506 WILZA SOARES DOS SANTOS ENFERMEIRO UBS

19507 PÂMELA MARIA DE ARAUJO DUARTE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19508 IVONE PESSOA MENEZES PROFESSOR PEDAGOGIA

19511 ARINILCE DA CONCEIÇÃO MARTINS MERENDEIRA

19512 MARIA EVANY COIMBRA MERENDEIRA

19513 IZAURA REGINA SOARES DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19515 JEFFERSON GOMES DE SOUZA AGENTE DE TRANSITO

19517 JOSEFA DA SILVA SANTANA MERENDEIRA

19518 DIEGO FREITAS DE BARROS FISCAL DE TRIBUTOS

19519 ROSANGELA DA CRUZ PESSOA MERENDEIRA

19521 ADEMILSON LOURENÇO DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

19522 KENDRICK OLIVEIRA ARAÚJO SOUZA ENGENHEIRO CIVIL

19523 KELLY CRISITINA DELUQUE DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

19524 JOELSON CRIADO MARTINS DA SILVA MOTORISTA

19525 TATIANE MUSSATO DE CANDIO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

19526 GLAZIENE PRADO DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

19527 MARCIO LUIZ PEREIRA FISCAL DE TRIBUTOS

19528 ANTONIO SERGIO DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

19529 ESTER DE ALMEIDA SANCHES FISCAL DE TRIBUTOS

19532 CAIO DE OLIVEIRA ARAUJO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19533 GLAZIENE PRADO DOS SANTOS MERENDEIRA

19534 MARCIO LUIZ PEREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

19536 GONCALINA GONCALVES DO CARMO AGENTE ADMINISTRATIVO

19537 SIRLEI CATARINA RONDON TÉCNICO EM ENFERMAGEM

19538 ODILIA DE SOUZA FRANÇA MONITOR DE CRECHE

19539 DAYANNE MARCIANO MORENO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

19540 JAIDSON DA SILVA MAGALHAES MOTORISTA

19541 ROSA MARIA MAZOTI MERENDEIRA

19542 VALDENICE DE SOUZA NASCIMENTO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19543 MARIA APARECIDA GONÇALVES MERENDEIRA

19544 JONY CLEVERSON GARCIA SANTANA MECÂNICO

19545 MARIANE CARVALHO PINHO AGENTE ADMINISTRATIVO

19547 CÉLIA REGINA DE MATTOS PRADO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

19548 GEISY GRASIELY SILVA DIOGO FARMACEUTICO BIOQUIMICO

19549 INGRID SILVA TRICHES ARQUITETO URBANISTA

19550 THAIS CRISTINA GUERRA SILVA MERENDEIRA

19551 PEDRO FERREIRA NETO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19555 ALINE DA SILVA RAMOS NUTRICIONISTA

19556 MARCOS ANTONIO DE CARVALHO ENFERMEIRO UBS

19557 JOZELLE APARECIDA BRAGA ANDRADE FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

19558 YURI FERREIRA QUEIROZ FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

19559 JOSE SANTANA BIOLLADO AGENTE ADMINISTRATIVO

19560 EDIRLAINE PAIXÃO SILVA MERENDEIRA

19561 ANA MARIA DA COSTA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

19563 JÉSSICA CRISTINA FERREIRA FARMACEUTICO BIOQUIMICO

19564 ALESSANDRA CARINE DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

19566 PATRÍCIA APARECIDA RIBEIRO DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

19568 SERGIO DA SILVA GOMES AGENTE DE TRANSITO

19569 TATYANE DE SOUZA CARVALHO AGENTE ADMINISTRATIVO

19570 RENATA APARECIDA DA SILVA ALBANO PROFESSOR PEDAGOGIA

19571 BRUNO SANTOS MAGALHAES AGENTE DE TRANSITO

19572 AURIANE ALVES PRATA OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

19573 HEITOR FLORIANO DE OLIVEIRA FISCAL DE TRIBUTOS

19575 CINTHYA PAMELLA LOPES DE OLIVEIRA ARQUITETO URBANISTA

19577 ROSELINDA DA SILVA MONITOR DE CRECHE

19578 LEMILTON RODRIGUES DA SILVA CONTADOR

19579 DIEGO FREITAS DE BARROS FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

19580 GENIVALDO RUEDEL PAES AGENTE ADMINISTRATIVO

19581 ROSILENE OLIVEIRA DE SALES SANTOS MERENDEIRA

19584 MARLI DE OLIVEIRA CARDOSO DIAS MERENDEIRA

19585 HEITOR FLORIANO DE OLIVEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19586 MARCIA SIQUEIRA DE CASTRO AGENTE ADMINISTRATIVO

19587 REGIANE RIOS DE ALMEIDA PROFESSOR PEDAGOGIA

19588 KATIANE EMANUELE FERNANDES DA SILVA PSICÓLOGO

19590 TANIA CRISTINA SOUZA MERENDEIRA

19591 LUANA APARECIDA GOMES ENGENHEIRO CIVIL

19593 WESLEI SANTANA FERNANDES AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

19594 WESLEI SANTANA FERNANDES AGENTE DE TRANSITO

19595 WALQUIRIA PERES GRIGORIO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

19596 FABIO DO NASCIMENTO SILVA AGENTE DE TRANSITO

19598 ALESSANDRA RIBEIRO COSTA PROFESSOR PEDAGOGIA

19600 SIMONE SILVA SOUZA TELEFONISTA

19601 NISON FABIEN DA SILVA MOTORISTA

19603 ELIAMARA RODRIGUES DA SILVA ENFERMEIRO UBS

19605 ROSIANE DA SILVA AGUIAR TÉCNICO EM ENFERMAGEM

19606 JAQUELINE TAMIRES DE CAMPOS SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

19607 ILZA PEREIRA XAVIER PROFESSOR PEDAGOGIA

19609 RAIANE RODRIGUES PAIVA AGENTE ADMINISTRATIVO

19610 TATIANE FRANCISCA HURTADO PROFESSOR PEDAGOGIA

19611 VANESSA DA SILVA COUTINHO MERENDEIRA

19612 GRACIELE SALUS DO NASCIMENTO ENFERMEIRO UBS

19613 MARIA NEIDE DOS SANTOS MERENDEIRA

19614 JESSICA DINIZ RICARTE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19615 SIDNEY JERONIMO MARTINS FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

19617 BRUNA RAFAELA PAIS PEDROSO ENFERMEIRO UBS

19618 ZILMA SOUTO CAVALCANTE TÉCNICO EM ENFERMAGEM

19619 ROMERIO SILVA BALEEIRO MOTORISTA

19620 KEILA SALES DA SILVA MERENDEIRA

19622 FABIO DO NASCIMENTO SILVA MOTORISTA

19624 CLEYTON TIAGO MELO DE OLIVEIRA MÉDICO - PSF

19625 BRUNA GABRIELI DE SOUZA VASCONCELOS MERENDEIRA

19626 JAQUELINE DE SOUZA CARLOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19627 HEVELLYN CRISTIAN GUIMARAES COSTA PSICÓLOGO

19628 ELIANE RODRIGUES DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

19629 EDUARDO CUSTODIO PINHAL AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

19632 ERICA DINIZ RICARTE AGENTE ADMINISTRATIVO

19633 SOLANGE RODRIGUES PAIVA TELEFONISTA

19634 MARIA APARECIDA MONTES CANABRAVA FISCAL DE TRIBUTOS

19635 LAURA SILVA DE ALMEIDA PROFESSOR PEDAGOGIA

19637 ANGELITA RODRIGUES FERREIRA MERENDEIRA

19638 FELIPE KLINSMANN BARBOSA LANDIM FISIOTERAPEUTA

19639 GLEICIANE HAUGO DOS REIS PROFESSOR PEDAGOGIA

19640 MARIA DA PENHA PAULA OLIVEIRA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

19641 ROSANGELA RODRIGUES PAIVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19642 SIDNEY JERONIMO MARTINS MERENDEIRA

19643 JOSÉ ABRÃO MOREIRA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

19644 JUCILENE DOS SANTOS RODRIGUES TÉCNICO EM ENFERMAGEM

19645 MARCIA DE SOUZA OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

19646 RENATA LOPES DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

19647 DANIELLY GOMES DE SOUZA ENFERMEIRO UBS

19650 AMILTON CESAR DE PAULA ELETRICISTA

19651 CLAUDIO GOMES SANTANA JUNIOR TÉCNICO EM ENFERMAGEM

19652 NAGILA PESSOA DA COSTA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19654 PAMELA SANTOS TEODORO DE SOUZA FISCAL DE TRIBUTOS

19656 TAYNARA MARIA SILVANO JANUARIO MAGALHAES AGENTE ADMINISTRATIVO

19657 REDORANES DE SOUZA DENIS SAN MARTIN AGENTE ADMINISTRATIVO

19658 ROSIENE DE JESUS SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO

19660 POLIANA CORREIA DANTAS FISCAL DE TRIBUTOS

19661 SANDRA GOMES DE OLIVEIRA MONITOR DE CRECHE

19664 POLIANA CORREIA DANTAS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19665 DENISE ALVES PEREIRA CONTADOR

19666 EDSON GONÇALVES MENDES MOTORISTA

19667 ROSINEIA CRISTIANE SILVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

19669 MAYCON CARDOSO TEODORO FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

19670 RODRIGO VENTUROLI CUSTODIO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19672 WEIDSON ZACARIAS NUNES FISCAL DE TRIBUTOS

19674 KLEITIANE LOPES SENTURION MONITOR DE CRECHE

19675 TATIANE MARIA DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

19678 ELISANGELA DA SILVA BARBOSA PROFESSOR PEDAGOGIA

19679 NATHALIA DE MATOS GONZAGA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19681 SILVANI INÁCIO ACRÍZIO DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

19682 GLAUCIA REGINA DIAS MONITOR DE CRECHE

19683 KERLIANNE MARTINS FERREIRA SOARES FISCAL DE TRIBUTOS

19684 NELSON GALEANO FISCAL AMBIENTAL

19685 ANISIO BENEDITO DA FONSECA FILHO AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

19687 FLÁVIA GOUVEIA DA SILVA LIMA FARMACEUTICO BIOQUIMICO

19688 WUDSON NUNES DA CONCEIÇÃO ENGENHEIRO CIVIL

19691 EDINEIA CONCEIÇÃO LEITE MONITOR DE CRECHE

19694 ROSIANE FERREIRA DA SIVA MONITOR DE CRECHE

19695 MAXILIANO DE ARAUJO SANTOS MOTORISTA

19696 LUCIANE GONÇALVES AGENTE ADMINISTRATIVO

19697 KAROLINA MARTINS DE MIRANDA MONITOR DE CRECHE

19698 REGINA GAMBARRA NEVES PROFESSOR PEDAGOGIA

19699 MARIA EDUARDA BARBOSA PEIXOTO TELEFONISTA

19700 ANTONIO OMAR DIAS JUNIOR MOTORISTA

19701 FRANCIELI FURTADO FERREIRA ENFERMEIRO UBS

19704 EDSON BORGES DOS SANTOS PROFESSOR DE GEOGRAFIA

19705 CLARICE VALENTIM PEREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

19710 LUCIMARA REINO DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

19711 EVERALDO JOSE BATISTA MOTORISTA

19712 CRISTIANE DA COSTA SOUZA CONTADOR

19713 DAIANE BENASSI DA SILVA MÉDICO - PSF

19714 IZABELLA ROMAN FARIA COLONTONI PROFESSOR PEDAGOGIA

19715 CLAYTON ANIBAL PINHEIRO DE MIRANDA AGENTE ADMINISTRATIVO

19716 JEFFERSON ROMIM BERGAMO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19723 ALICE DO NASCIMENTO VALENTIM MERENDEIRA

19724 QUEICIA DORING SCHULTZ PROFESSOR PEDAGOGIA

19725 LUAN ALVES MIRANDA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

19730 MYRIAM MYCHELLE MANTAY DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

19731 MARCELO CORREIA DE MAGALHAES ODONTÓLOGO

19734 ALEXANDRE DIAS DE OLIVEIRA MECÂNICO

19735 MARCOS AURELIO DIAS MOTORISTA

19737 INGRED MENDES MARTINS PEREIRA ENFERMEIRO UBS

19738 BEATRIZ MAIA LUCENA MERENDEIRA

19739 PAULA DE PAULA SOUSA E SILVA ENGENHEIRO CIVIL

19741 VANESSA RIBEIRO DA SILVA MIRANDA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19743 LÉO RIBEIRO GOMES AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

19744 LUCINEIA DA SILVA BATISTA MOTORISTA

19745 GABRIEL ALVES LOPES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19747 MAYARA ANTONIA FERREIRA MERENDEIRA

19750 ELZIMAR BATISTA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

19751 WAGNER GONÇALVES DE ALMEIDA FISCAL DE TRIBUTOS

19752 LUCIENE DIONIZIA VIEIRA MONITOR DE CRECHE

19753 WITALO FRANCO DE CARVALHO MOTORISTA

19754 ALDELICE DE SANATANA SILVA MONITOR DE CRECHE

19755 JANAINE DA CUNHA SANTOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19757 VALDECI ALVES DA SILVA MOTORISTA

19759 ESTER CRISTINA NOGUEIRA BISOLA MERENDEIRA

19760 MARCELO CAVALCANTE ROCHA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

19762 NIVALDO SOUZA DE OLIVEIRA OPERADOR DE MAQUINAS

19763 SANDRA SILVA FERREIRA ENFERMEIRO UBS

19765 JAQUELINE CORDEIRO PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

19766 LUCIA HELENA GALANTE ENFERMEIRO UBS

19770 ALAN JONES SELL PIRES PROFESSOR MATEMÁTICA

19772 MAIANI MARTINS ALVARENGA ENFERMEIRO UBS

19773 ALDA DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

19774 KÉREN CRISTINA CAPELLI DO NASCIMENTO FRANCO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19775 AIRTON VERDECIO DE GUSMÃO PROFESSOR DE GEOGRAFIA

19776 ALESSANDRA PEREIRA MOTA AGENTE ADMINISTRATIVO

19777 MARIA SUELY ALVES MERENDEIRA

19778 ANDRESSA PAULA AMORIN WIEBUSCH MONITOR DE CRECHE

19779 ZILDETE VIEIRA DOS SANTOS PEREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

19780 SILVANILDA MODESTO DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

19781 LUIS HENRIQUE MARINHO BARBOZA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

19784 LUCELI RODRIGUES BARBOSA MERENDEIRA

19785 JANAINA PATRICIA COSTA FORTES ENFERMEIRO UBS

19787 FERNANDA DE ALMEIDA GONÇALVES OLIVEIRA ASSISTENTE SOCIAL

19788 GILSON JOSE DA COSTA MOTORISTA

19790 FRANCISCO DA SILVA CUNHA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

19791 DIVINO ALVES CEBALHO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19792 ODAIR SILVA DOS SANTOS OPERADOR DE MAQUINAS

19793 WILDSON ALVES ANUNCIACAO AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

19794 HANAIANY DOS SANTOS AMORIM TÉCNICO EM ENFERMAGEM

19796 ADRIANA CAMPOS LIMA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

19797 ROSILEIA ALVES DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

19799 GABRIEL ALVES FERREIRA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

19800 SILVIA MARA COELHO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19801 JOILSON ADRIANO RODRIGUES MERENDEIRA

19802 HELENA MARIA RIBEIRO FISCAL DE TRIBUTOS

19803 PÂMELA ANDRESSA DE SOUZA LIMA MERENDEIRA

19806 MARCO ONORIO MACHADO MOTORISTA

19807 MARCOS MATIAS MOREIRA FISCAL DE TRIBUTOS

19808 EULINDO FRANCISCO CARVALHO AGENTE DE TRANSITO

19809 PEDROSA SURUBI DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19811 SARNEY JUSTINO DOS REIS PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

19812 PHALOANA PINHEIRO COSTA ENFERMEIRO UBS

19813 TANIA CORREA NASCIMENTO PROFESSOR PEDAGOGIA

19815 WESLY SANTOS DA SILVA MONITOR DE CRECHE

19816 MARCIA JAQUELINE VIEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

19822 GILSON RIBEIRO GARCIA JUNIOR ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

19823 ELIETE MATIAS DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

19825 MARIANA NOVAES CARVALHO ENGENHEIRO CIVIL

19826 VALDEMIR GUIMARAES DE OLIVEIRA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

19827 MARINALVA DIAS MÁXIMO PROFESSOR PEDAGOGIA

19828 ANTÔNIO JOSE TOLEDO DA SILVA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

19829 GILCILENE BATISTA DA SILVA ROSSI AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19830 DANIELA MORAES LARA PROFESSOR PEDAGOGIA

19831 MARA NELMA VIEIRA A1RRAIS ENFERMEIRO UBS

19832 DJALMI NOBOKITE DUARTE ENGENHEIRO CIVIL

19833 REGIANY RODRIGUES DA COSTA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

19834 SIDNEI PEREIRA BENEVIDES PROFESSOR PEDAGOGIA

19835 TAMYLIS APARECIDA DA SILVA SANTOS MERENDEIRA

19837 RONIELLY BOTELHO SILVA MONITOR DE CRECHE

19841 LAYSA RODRIGUES DE SOUZA FISIOTERAPEUTA

19842 JOSE SIDNEY DOS SANTOS ENFERMEIRO UBS

19843 DAIANE DE SOUZA PEREIRA MERENDEIRA

19844 REGIANE CASSIA PEREIRA CASTILHEIRO MERENDEIRA

19845 MARGEÃ NANSEN CAMILO CAUZO JACINTO PSICÓLOGO

19847 ADRIANA ALVES DE SOUZA ASSISTENTE SOCIAL

19848 ANTONIO CARLOS RIBEIRO DOS SANTOS MOTORISTA

19850 ANTONIO CARLOS RIBEIRO DOS SANTOS AGENTE DE TRANSITO

19852 PAMELA CRISTINA MEDEIROS DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19853 REGIANE APARECIDA DE ALMEIDA RODRIGUES TÉCNICO EM ENFERMAGEM

19855 MARCEL LUIS ALMEIDA DELUQUE AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

19856 ALAN LAURINDO DOS SANTOS FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

19857 GUSTAVO VIANA SAMINÊZ SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

19858 RAYTIBY NATALIE CORDEIRO DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

19859 ARTHUR RODRIGUES DA COSTA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

19860 MAX FERNANDO DE PINHO PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

19861 ROSILENE CUSTODIO DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

19866 ALINE JÚLIA SILVA DE ARRUDA AGENTE ADMINISTRATIVO

19867 SABRINA GREGIO XAVIER AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19869 ÍNGLES JEAN RIBEIRO DOS SANTOS FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

19870 MICAEL FELIPE DE MORAES PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

19871 JOAO ELIZAEL RAMOS MUQUISSAI FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

19873 MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA MERENDEIRA

19874 ELIZEU DE SOUZA SILVA PSICÓLOGO

19875 ADRIANO SABATINO DA SILVA BEJAS MOTORISTA

19877 ONIVALDO LUIZ CUSTODIO PROFESSOR PEDAGOGIA

19878 ODAILSON PENHA FIGUEIREDO AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

19881 DILZA GONÇALVES PEIXOTO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

19884 KLEITON ALIXON DE SOUZA TAVARES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19885 FERNANDA APARECIDA DE FREITAS TAVARES FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

19887 MAYARA DE ALMEIDA TAVARES PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

19888 ALEXSANDRA MARIA DOS SANTOS SILVA CLEMENTINO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19889 JUCILENE RIBEIRO DA VEIGA ANDRE PROFESSOR PEDAGOGIA

19890 GABRIELA POLIANA AGUILAR TOSSUÉ ENFERMEIRO UBS

19892 SAMUEL DE SOUZA LADEIA FISCAL AMBIENTAL

19894 ROBSON FERNANDO DE CASTRO MOTORISTA

19896 ROSELI DA SILVA MARTINS AGENTE ADMINISTRATIVO

19897 VICTOR MARTINS DOS SANTOS MONTALVÃO AGENTE ADMINISTRATIVO

19898 SIMONE APARECIDA DE JESUS PROFESSOR PEDAGOGIA

19899 ODIVALDO MESSIAS COSTA NUNES MOTORISTA

19902 JULLIAN TOSSUÉ SILVA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

19904 JULIANE LEITE BATISTA FISCAL DE TRIBUTOS

19906 JOSÉ VICTOR RODRIGUES DOS SANTOS MOTORISTA

19908 VILMAR ALVES DA SILVA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

19909 JACQUELINE ZORZENON DELMONDES MERENDEIRA

19910 DEUZANETE ROSA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

19911 FABIANA RENATA DOMENICI TÉCNICO EM ENFERMAGEM

19913 SORAIA AYALA CARDOSO ATENDENTE EM SAÚDE

19914 WERICK VICTOR DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19918 EVANDRO ROBERSON TEIXEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

19919 ROSILDA DA SILVA SANTOS FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

19920 JANAINA CARRIJO DE SOUZA ALCANTARA AGENTE ADMINISTRATIVO

19921 CLEICIANA LENIS DO CARMO AGENTE ADMINISTRATIVO

19923 MARINALVA LÚCIA DOS SANTOS. PROFESSOR PEDAGOGIA

19924 VALQUIRE VENTURA SANTANA PROFESSOR PEDAGOGIA

19926 LUIZ GERALDO DE MORAES AGENTE ADMINISTRATIVO

19927 SORAYA CORREA DA SILVA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

19928 FRANCISCO WELDSON DA COSTA MOTORISTA

19929 ALINE GARCIA DE OLIVEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19930 MICHELLE MARQUES DA SILVA ODONTÓLOGO

19931 KELLY EUGENIO DE MORAIS DIOGO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19932 RAFAELA FREIRE DE BARROS PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

19934 RAFAELA FURLAN SALOME AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

19938 ARLETE ALVES BARBOSA TELEFONISTA

19942 IGOR LUIS CORRÊA DE OLIVEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19945 CLEIWIANY DO CARMO OLIVEIRA LIMA FISCAL DE TRIBUTOS

19946 DANILA PIRES COSTA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

19951 JULIETA ANTONIA DA SILVA MONITOR DE CRECHE

19952 ALLAN VITOR SCARPAZZA AGENTE ADMINISTRATIVO

19954 RICARDO SIQUEIRA GONCALVES MÉDICO - PSF

19956 CREIDIENE DOS SANTOS LEITE CONTADOR

19958 LUIZ EDUARDO PERES SIQUEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19959 EVELEM MASSAI RIBEIRO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19960 DIANE ALVES DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

19961 PEDRO LEANDRO IVO MOTORISTA

19962 ELENILDO ALVES DE ALMEIDA AGENTE DE TRANSITO

19964 WALLISON FERREIRA DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

19967 LUIZ EDUARDO AIRES BRITO MOTORISTA

19968 LIOMAR GUILHERME LOPES OPERADOR DE MAQUINAS

19970 JONY PIMENTA DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

19972 ROSA GONÇALEZ FINOTTO MERENDEIRA

19973 THAINARA CAMPOS DA SILVA ENFERMEIRO UBS

19974 JOSE ITALO DE OLIVEIRA MIRANDA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

19976 OSCARINA DA SILVA LEMOS PROFESSOR PEDAGOGIA

19977 ANDREA CRISTINA LUCAS LEITE CONTADOR

19978 RONILSON DO COUTO COSTA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

19979 DALVENICE PEREIRA DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

19986 WALDIR IVO MOTORISTA

19987 LORAINE FERREIRA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

19988 ANA PAULA DA SILVA ALVES AGENTE ADMINISTRATIVO

19989 ELIENA OLIVEIRA DA CRUZ PROFESSOR PEDAGOGIA

19991 PAULO HENRIQUE PIVOTTI JUNQUEIRA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

19995 CLAUDECI LONGATO MERENDEIRA

19997 ANGELITA ZAMBON DE ALMEIDA MONITOR DE CRECHE

19998 ROSIMEIRE SOARES TOLEDO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

19999 CLAUDIA DA SILVA BARROS PROFESSOR PEDAGOGIA

20000 ANGELITA ZAMBON DE ALMEIDA MERENDEIRA

20002 VIRGÍNIA KELLER FIGUEIREDO PROFESSOR PEDAGOGIA

20003 ADRYELL CORREIA RIBEIRO MERENDEIRA

20004 JOICY NARCIZA DA SILVA RIBEIRO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

20005 JONY PIMENTA DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

20007 RAFAEL BARROS DE CARVALHO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

20008 JHENYFER ÉLIDA MARCELINO FRANÇA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

20009 EDSON FERNANDO DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

20010 ELIZETE VIANA ROMANINI AGENTE ADMINISTRATIVO

20012 GISELI BARBOSA GUILHERME ENFERMEIRO UBS

20013 MAIANE TEOTONIO SILVA ATENDENTE EM SAÚDE

20016 ELIANE NEVES FAUSTINO DE FARIAS FISCAL DE TRIBUTOS

20018 VERA LÚCIA BARRETO DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

20021 KATIA MARCAL DE ARAUJO MONITOR DE CRECHE

20023 LUIZ CESAR MARQUES DE OLIVEIRA MOTORISTA

20024 LUCIANA PEREIRA CASTILHO AGENTE ADMINISTRATIVO

20026 JUDITE ROSA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

20027 KATIA MARCAL DE ARAUJO MERENDEIRA

20029 JENNIFFER DA SILVA OLIVEIRA ENFERMEIRO UBS

20030 EDVALDO SCHNEIDER PEREIRA FISCAL DE TRIBUTOS

20031 POLIANA RIBEIRO DOS SANTOS ARAUJO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

20032 ROSANI FATIMA EGUES CASTRILLON PROFESSOR PEDAGOGIA

20033 ELIANE DA SILVA LIMA MONITOR DE CRECHE

20034 FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DE ARAÚJO ARQUITETO URBANISTA

20035 ALCIENE SABRINA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

20036 ROSILAINE RAMOS RODRIGUES AGENTE DE TRANSITO

20038 AMANDA DOMINGOS DE PAULA PROFESSOR PEDAGOGIA

20042 ANA CARLA DIAS DE SOUZA ENFERMEIRO UBS

20045 ROSANGELA SOARES MENEZES AGENTE ADMINISTRATIVO

20046 ERENILDO RAMOS LEITE MOTORISTA

20047 VITOR AFONSO PERALTA PERES PROFESSOR PEDAGOGIA

20048 MARIANA RODRIGUES DO CARMO NUTRICIONISTA

20049 ROBSON MARÇAL DE ARAUJO ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

20050 JOÃO PAULO DO PRADO LEÃO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

20051 KARLA SILVA DA PAIXÃO ENFERMEIRO UBS

20054 JOAQUIM LEMES DA SILVA JUNIOR AGENTE DE TRANSITO

20055 MARIA GORETE RODRIGUES DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

20058 SIMONE PATRÍCIA ANDRADE DE OLIVEIRA MOREIRA MONITOR DE CRECHE

20059 JOANA EUGENIA NEPOMUCENO PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

20060 GRACIELLY BARBOZA FORTES FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

20064 ROMARIO SOUZA LEITE OPERADOR DE MAQUINAS

20065 RAUL RODRIGO DE FREITAS BATISTA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

20066 FABIOLA VIEIRA DELUQUE PROFESSOR PEDAGOGIA

20067 HELLEN DE SOUZA FERNANDES DOS SANTOS PSICÓLOGO

20069 JESSICA RAYMUNDO DA SILVA SANTANA MONITOR DE CRECHE

20072 CRISPIM DA SILVA LOPES ENFERMEIRO UBS

20073 GUSTAVO DOS SANTOS MAGIO AGENTE ADMINISTRATIVO

20074 LUCAS CALIXTO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

20075 CHARLES AMANCIO BEZERRA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

20076 LUCIENE CAMPOS SALES MARQUES ENFERMEIRO UBS

20077 SIMONE SOUTA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

20079 ANA KARINE COSTA ALVES FISCAL DE TRIBUTOS

20080 SANNIEURY SOARES BARBOSA MÉDICO - PSF

20084 LÁZARO TEODORO FERREIRA DE OLIVEIRA MOTORISTA

20085 VAGNER GOMES DE OLIVEIRA MECÂNICO

20086 MARIÁH CARVALHO QUEIROZ LIMA OLIVEIRA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

20087 CLÉSIO MAGALHÃES INÁCIO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

20089 MÁRCIA CRISTINA DOS SANTOS GONÇALVES FISCAL DE TRIBUTOS

20090 ALEXANDRE RODRIGUES PEREIRA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

20091 MARLON HENRIQUE ASSIS DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

20092 GISELE CRISTINA GARCIA ODONTÓLOGO

20094 MARCILENE ROSA DA SILVA BILHEIRO PROFESSOR PEDAGOGIA

20096 SANDRA MARA CARVALHO QUEIROZ ODONTÓLOGO

20097 WELLINGTON DANTAS DE MELLO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

20098 CARLA LEITE RIBEIRO DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

20100 MAX LEANDRO PEREIRA DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO

20101 MARCIELLEN FATIMA NASCIMENTO PETRONILHO CONTADOR

20102 MÁRCIA CRISTINA DOS SANTOS GONÇALVES AGENTE ADMINISTRATIVO

20103 MAGNUM GUNTEMBERGO DE FREITAS OLIVEIRA ENGENHEIRO CIVIL

20105 MANUELA RIBEIRO MORAES DIAS ENFERMEIRO UBS

20106 NILMA OLIVEIRA DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

20107 EVA DE FATIMA DUARTE ARTIAGA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

20108 LUCAS PEREIRA NETO MOTORISTA

20110 DARLEI JEFFERSON DA SILVA PRETEL FISCAL AMBIENTAL

20112 MIRENI GOMES DE MOURA AGENTE ADMINISTRATIVO

20113 REGIRENE APARECIDA LACERDA MERENDEIRA

20115 CLEIDE MARLENA DE AVILA ESPINDOLA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

20116 GUSTAVO MARTINS BORTOLINI AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

20117 PRISCILA SPINDOLA MACHADO AGENTE ADMINISTRATIVO

20119 GESISLAINE FERREIRA SANTANA MONITOR DE CRECHE

20121 ÃNGELA JESUINA DA SILVA MONITOR DE CRECHE

20123 ADRIANA DE JESUS ENFERMEIRO UBS

20124 JOSÉ RENÊ VIEIRA DE SOUZA FILHO AGENTE ADMINISTRATIVO

20126 ANDERSON FERREIRA TERRES ODONTÓLOGO

20127 LÉA RODRIGUES LAMAS PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

20128 MARCOS ANTONIO BRITO DOS SANTOS FISCAL DE TRIBUTOS

20129 JUCIELI PEREIRA DA SILVA MONITOR DE CRECHE

20130 EDUARDO GONÇALVES DOS SANTOS LUCAS AGENTE DE TRANSITO

20132 MARCOS ANTONIO BRITO DOS SANTOS AGENTE DE TRANSITO

20133 JESSICA SCHUCH DA SILVA MERENDEIRA

20134 JOSE MARQUES DA SILVA NETO PROFESSOR PEDAGOGIA

20136 MARIA APARECIDA DOS SANTOS PINHO ENFERMEIRO UBS

20137 TAMIRIS CRISTINA CAMPOS DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

20140 VALDINEI PASQUETO PEREZ TÉCNICO EM ENFERMAGEM

20141 IVANIA DE SOUZA ATENDENTE EM SAÚDE

20142 IVANILDE FERREIRA SANTANA PROFESSOR PEDAGOGIA

20145 IVANIA DE SOUZA MERENDEIRA

20146 BELCHIOR JOSE CUNHA DA SILVA MOTORISTA

20147 YURI RAPHAEL MONÇÃO ALVES AGENTE ADMINISTRATIVO

20148 ELI PEREIRA DOS SANTOS ODONTÓLOGO

20149 ALINY DE VASCONCELOS BIANCHI AUXILIAR ADMINISTRATIVO

20150 CREUZA ORTEGA DE MOURA MERENDEIRA

20151 ERICA DA SILVA VIEIRA ARRUDA FISCAL DE TRIBUTOS

20152 ANNY KAROLINY NEVES RAMOS ENGENHEIRO CIVIL

20153 IVONETE PEREIRA DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

20154 FABIANA RIBEIRO DA SILVA TELEFONISTA

20156 ARIANE FIGUEIREDO FERRAZ PSICÓLOGO

20158 JHULLIANE PATRICIA ULIANA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

20160 STAELMARA OLIVEIRA VIEIRA ENGENHEIRO CIVIL

20163 ALMIR IZIDÓRIO PEREIRA FISCAL DE TRIBUTOS

20165 FABIANA CUNHA DA GUIA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

20166 RENATO DE SOUZA MOTORISTA

20169 LUCENIR LEITE DE ASSUNÇÃO MORAIS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

20170 SUELY GOMES DE MIRANDA MERENDEIRA

20171 EVERSON ANTONIO DA SILVA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

20172 ORISVALDO JOSÉ DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

20173 JAQUELINE COSTA ALVES FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

20174 LINDALVA FRANCISCA DE OLIVEIRA SILVA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

20175 SIRLENI CORDEIRO DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

20176 DANIEL FREITAS GUIMARÃES TEIXEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

20177 JHULLIANE PATRICIA ULIANA AGENTE ADMINISTRATIVO

20179 ELIZETE DE ARRUDA BACA LARA PROFESSOR DE GEOGRAFIA

20180 ALMIR IZIDÓRIO PEREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

20181 ALINE DE ALMEIDA PEDROSO MEDICO VETERINÁRIO

20182 JOÃO LUCAS MENDES ARAÚJO AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

20183 RAPHAELLA ESPÍNDOLA FERREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

20184 LUCIANA MUNIZ GONSALVES MERENDEIRA

20186 VALTER GUEVARA BIORK MOTORISTA

20187 ADELFON PAULO DE ASSUNÇÃO MOTORISTA

20188 IZABEL CRISTINA FANELI DE PAULA PROFESSOR PEDAGOGIA

20191 FERNANDO DUARTE ARTIAGA MONITOR DE CRECHE

20192 LUCAS ANTONY NUNES DOS SANTOS AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

20193 RUANA SIQUEIRA DE AGUIAR AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

20194 DEVILSON PEREIRA DE ARAUJO MOTORISTA

20195 VANESSA STATUTI ALVES MERENDEIRA

20196 ERIVALDO GONÇALVES DE SOUZA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

20197 REVERSON ALINOR DA SILVA CEBALHO. FISCAL AMBIENTAL

20198 GLAUCIANE GUEVARA ARAUJO MERENDEIRA

20200 WELLINGTON BRENO SILVA MENACHO MERENDEIRA

20201 CLEBERSON NEVES DA SILVA FISCAL AMBIENTAL

20203 HERCULES DOS SANTOS CARVALHO PROFESSOR PEDAGOGIA

20204 ANA CAROLINA FERRARI TOLEDO ENFERMEIRO UBS

20206 ROSIANE MENDES ANASTÁCIO AGENTE ADMINISTRATIVO

20207 LUZINETE AIRES AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

20208 JUSILENE ENEDINA DA COSTA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

20209 ESTEVAN LUCAS GARCIA AGENTE ADMINISTRATIVO

20210 VITOR DA SILVA NAVES AGENTE ADMINISTRATIVO

20211 WEVERTON DE OLIVEIRA PROFESSOR DE GEOGRAFIA

20214 VICTOR PADUA MONTEIRO MENDANHA E SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

20215 REGIANE FÁTIMA PAZETO AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

20216 VANESSA DE LARA DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

20217 MARCIENE APARECIDA DE OLIVEIRA NERY TÉCNICO EM ENFERMAGEM

20218 GERALDA LAET CONTADOR

20221 DEBORA CRISTINA SOUZA DE CARVALHO PROFESSOR PEDAGOGIA

20222 LARISSA BRASILEIRA GARCIA DOS SANTOS ANDRADE MEDICO VETERINÁRIO

20223 MARIA JOSE JESUS MERENDEIRA

20226 DULCINEIA ALVES LIMA MONITOR DE CRECHE

20227 ALESSANDRO BARBOSA DE SOUZA SOBRINHO AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

20229 BRUNA LORENA MARIA ALMEIDA MERENDEIRA

20231 MONISE DE MATOS AGENTE ADMINISTRATIVO

20232 CAMILA DOS SANTOS LIMA MONITOR DE CRECHE

20233 ROSIMAR DA SILVA CONTADOR

20234 SILVANETE MUNIZ MENDES MERENDEIRA

20235 REGINALDO DE SOUZA NEVES TÉCNICO EM ENFERMAGEM

20236 ELIEZER GONZAGA E ALMEIDA AGENTE ADMINISTRATIVO

20237 MARLUCE REJANE DE AZEVEDO CHIALLE IZIDORIO CONTADOR

20238 EVANIR DE SOUZA HONORATO MONITOR DE CRECHE

20241 JACIMAR ALVES CABRAL PSICÓLOGO

20242 EVELYN NUNES FONSECA DE ARAUJO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

20243 LETICIA CAETANO ENFERMEIRO UBS

20244 REGINALDO DE SOUZA NEVES ENFERMEIRO UBS

20246 MARLUCE REJANE DE AZEVEDO CHIALLE IZIDORIO AGENTE ADMINISTRATIVO

20248 JACIMAR ALVES CABRAL AGENTE ADMINISTRATIVO

20250 SAVIO GOMES OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

20251 KELLY RODRIGUES LEITE PROFESSOR PEDAGOGIA

20253 ALESSANDRO BARBOSA DE SOUZA SOBRINHO AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

20254 ELAINE ALVES DA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

20255 SORAIA SARAIVA DE ARAUJO PROFESSOR PEDAGOGIA

20257 CICERO LUIZ ARAUJO ANTONIASSE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

20258 EVANDRO KUNST ODONTÓLOGO

20259 RENALVA LUIZA MARTINS ROSRIGUES MERENDEIRA

20260 JAQUELINE FLORENTINO LACERDA MERENDEIRA

20261 SANDRA ALVES DE SOUZA MONITOR DE CRECHE

20263 LUCILENE FRADE ANDRADE PROFESSOR DE GEOGRAFIA

20265 FERNANDA APARECIDA DE FREITAS TAVARES MERENDEIRA

20266 VILMAR PEREIRA DA SILVA AGENTE DE TRANSITO

20267 OSMAIR APARECIDO MARANGUELI DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

20269 FERNANDA MELLO FRANCO ODONTÓLOGO

20270 EDNA DE SOUZA MERENDEIRA

20272 ELIANE CANDIDO RAMALHO PROFESSOR PEDAGOGIA

20273 RONALDO BATISTA PINHEIRO AGENTE DE TRANSITO

20274 CAROLINE DUARTE DE OLIVEIRA PROFESSOR MATEMÁTICA

20275 CLAUDIANE RAMALHO GONÇALVES DE CASTRO PROFESSOR PEDAGOGIA

20277 GENIVALDO DE ADRADE FERNANDES MOTORISTA

20279 ELIEDINA ORTEGA CAMPOS MERENDEIRA

20281 GENIVALDO DE ADRADE FERNANDES AGENTE DE TRANSITO

20282 VANESSA DE SOUZA MOURA PROFESSOR PEDAGOGIA

20284 BIANCA ALVARES DA SILVA ENFERMEIRO UBS

20285 IRACELES DE SOUZA LOBATO MONITOR DE CRECHE

20286 RONALDO PACIFICO CHELIS FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

20287 DILMA CACIANO PONTES PINHEIRO MONITOR DE CRECHE

20288 JOAO ANTONIO CAETANO JUNIOR AUXILIAR ADMINISTRATIVO

20289 JACKSON GREGORY SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

20290 WELITON CEREZO BELTRAO MOTORISTA

20293 JAQUELINE SANTANA TAZZO MONITOR DE CRECHE

20298 JAQUELINE SANTANA TAZZO MERENDEIRA

20299 ERILEJA PESSOA DE ASSIS MERENDEIRA

20304 VALDECI FERREIRA DE ALMEIDA MOTORISTA

20306 JOEL NASCIMENTO SALVATERRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

20308 NAÍNE NADIR ZARK PIVATTO ENFERMEIRO UBS

20309 TAMIRIS GOMES DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

20310 CRISTIANE DOS SANTOS LEITE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

20311 CAROLINA RIOS BATISTA MÉDICO - PSF

20312 AMANDA CRISTINA BITENCOUT SOUZA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

20313 GUSTAVO NUNES FISCAL DE TRIBUTOS

20317 GABRIEL FREITAS AMARANTE AGENTE DE TRANSITO

20319 KELLY CRISTINA DA SILVA MONITOR DE CRECHE

20320 JUCELIO RIBEIRO DE LIMA MECÂNICO

20321 WESLEY BORGES DE LIMA AGENTE ADMINISTRATIVO

20322 JOSE NELSON SALES DE ARRUDA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

20323 ALINE APARECIDA XAVIER PROFESSOR PEDAGOGIA

20324 JOSIANE ENEDINA DA COSTA PROFESSOR PEDAGOGIA

20325 JOSIMAR HIPPOLITO DE JESUS MECÂNICO

20329 KALLIANY CINTIA MATINS TELEFONISTA

20330 DHIENE MAMEDES DIAS FISCAL DE TRIBUTOS

20332 LAYS OHLWEILER ODONTÓLOGO

20333 EDINEIA DA SILVA GOMES MERENDEIRA

20335 ALINE MARQUES RIBEIRO ENGENHEIRO CIVIL

20336 ERICA APARECIDA DA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

20337 BENEDITO ANACLETO PIRES AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

20338 NAIR MARIA DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO

20339 GEORGIANE GUIMARAES VILELA MÉDICO - PSF

20340 THAYNARA LOYNE MENACHO ALVARENGA PROFESSOR PEDAGOGIA

20341 TATIANE AZEVEDO MARTINS AGENTE ADMINISTRATIVO

20343 MARLI FLOSS DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

20344 JANAINA DE OLIVEIRA DOMINGOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

20345 MARCOS LUAN LEITE DE ARAUJO FISCAL DE TRIBUTOS

20350 WESLLEN DA SILVA LISBOA PROFESSOR PEDAGOGIA

20351 JAIR ENEDINO DA COSTA MOTORISTA

20352 FRANCISCO GONÇALVES DE ASSIS NETO FISCAL AMBIENTAL

20357 WANDERSON SANTOS LIMA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

20358 APARECIDA ROCHA SILVA MERENDEIRA

20359 EMARIZETE ALVES DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

20360 EPIFÂNIO CERQUEIRA CALDAS MOTORISTA

20361 CARLOS MURILO MIATELO FANELI FARMACEUTICO BIOQUIMICO

20362 PRISCILA JULIANA PAIVA NÓBREGA DE MIRANDA AGENTE ADMINISTRATIVO

20363 ALCIRIA RIBEIRO DE ARAUJO RESENDE PROFESSOR PEDAGOGIA

20364 TAIANE PEREIRA NOGUEIRA MERENDEIRA

20365 LENIR VIEIRA DA CRUZ MERENDEIRA

20367 ALINE COSTA ALVES PROFESSOR PEDAGOGIA

20368 FERNANDA LEMES PROFESSOR PEDAGOGIA

20370 EMARIZETE ALVES DE SOUZA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

20371 MARIA DE LOURDES BATISTA SANTOS NEVES ENFERMEIRO UBS

20373 CLEUNICE MENACHO MONITOR DE CRECHE

20379 RODRIGO DA CRUZ MENDES AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

20381 ALINE DOS SANTOS GONÇLVES CINTRA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

20384 JHONNY PADILLA ZARATE MÉDICO - PSF

20386 NEUZA DA SILVA MIRANDA MERENDEIRA

20387 RENANCILDO SOARES DE FRANÇA CONTADOR

20388 LETICIA FURTADO FERREIRA NUTRICIONISTA

20389 KAROLAYNE CRISTINE PIRES RIBEIRO AGENTE ADMINISTRATIVO

20390 MATEUS FELIPE LIMA MARTINS AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

20391 WIDEMARA DIOGO LERMINO AGENTE ADMINISTRATIVO

20392 DEBORA RODRIGUES DE LIMA MERENDEIRA

20393 CRISTIANE DA SILVA RAMALHO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

20394 ALESSANDRA DOS SANTOS BARBOSA MONITOR DE CRECHE

20396 ROGELHO ALVARENGA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

20398 VANILSON DELMIRO SERAFIM PROFESSOR MATEMÁTICA

20399 KARLA MAMEDES VIANA AGENTE ADMINISTRATIVO

20400 SIDNEY RAMOS DA SILVA MERENDEIRA

20401 DELSIOMONE DONIZETE DA COSTA PROFESSOR PEDAGOGIA

20403 MILTON JARDEL DOS SANTOS MOTORISTA

20405 JULIANA DA COSTA FERREIRA MERENDEIRA

20407 MARENILCE VOLPI FISCAL DE TRIBUTOS

20409 MARIA ROSEMERY ISIDORIO SOUZA MERENDEIRA

20410 MIRIAM ALVES TEIXEIRA DE ASSIS PROFESSOR PEDAGOGIA

20411 KATIANA DE PAULA MEDRADO DA COSTA ENFERMEIRO UBS

20413 SEBASTIÃO DA SILVA FONSECA MOTORISTA

20414 OZIMEIRE PEREIRE DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

20416 ROGÉRIO PEREIRA DE AZEVEDO FISCAL DE TRIBUTOS

20417 EVA MARIA DOS SANTOS MARQUES MONITOR DE CRECHE

20418 MAGDA ALMEIDA DA SILVA CONTADOR

20420 JOSE ANTONIO CAMPOS DA SILVA AGENTE DE TRANSITO

20421 MELINA DAMACENA AGENTE ADMINISTRATIVO

20422 FRANCIELE FEITOSA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

20423 LIUDEMAR DE LARA SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

20424 MARCELO AUGUSTO SOUZA NOGUEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

20425 MARIA ROSEMERY ISIDORIO SOUZA MONITOR DE CRECHE

20428 GLEICIANE FERREIRA SANTIAGO PROFESSOR PEDAGOGIA

20430 RITA DA SILVA TEIXEIRA MONITOR DE CRECHE

20431 ALINE BITENCOUT DE SOUZA MONITOR DE CRECHE

20432 MAGDA ALMEIDA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

20433 HEBERLE HENRIQUE PASCHOAL PEREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

20434 ANTÔNIO PEDRO DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

20435 FLÁVIA APARECIDA DOS SANTOS BARBOSA PROFESSOR PEDAGOGIA

20436 MARINILCE AUXILIADORA RAMOS DE MIRANDA MERENDEIRA

20437 MARCIA RODRIGUES OLIVEIRA PEREIRA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

20439 JULIANO BARRETO LOPES AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

20443 ELISSON SANCHES DE LIMA FISCAL DE TRIBUTOS

20447 ARNOBIO SOARES DOS SANTOS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

20448 JOSIMAR DE MELO MOTORISTA

20449 LUAN DA SILVA BALEEIRO OPERADOR DE MAQUINAS

20450 MARCELO FERNANDES SANTOS DE SOUZA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

20452 CLAUDINEIA DA CRUZ STRAMBECK PROFESSOR PEDAGOGIA

20454 ROSANA DE ALMEIDA COSTA MONITOR DE CRECHE

20455 EVANDRO DE OLIVEIRA SANTOS ENGENHEIRO CIVIL

20456 LUIZ ORLANDO DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

20457 LUCAS DA SILVA BALEEIRO ELETRICISTA

20458 WESLEY BERALDI DE SOUZA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

20459 JORDANA RODRIGUES ROSSI MERENDEIRA

20460 NATHIELLY CAROLINY ALCANTARA LIMA RAMOS CONTADOR

20466 MARIA DA SILVA DO NASCIMENTO PSICÓLOGO

20468 GELSON FRANCISCO DE PAULA AGENTE DE TRANSITO

20469 LEIDES CLERES BARBOSA GOMES MERENDEIRA

20470 MARILZA MARTINS DOS SANTOS SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO

20471 ELISSON SANCHES DE LIMA AGENTE ADMINISTRATIVO

20472 JACQUELINE VIVIANE APARECIDA DE ASSUNCAO MERENDEIRA

20473 ELIANE DE JESUS MERENDEIRA

20475 BEATRIZ PAIVA DIDONI MERENDEIRA

20477 DIEGO RODRIGO SILVA DE MIRANDA FISCAL DE TRIBUTOS

20478 LUIZ ANTONIO ORTEGA DE MOURA ELETRICISTA

20479 DIEGO RODRIGO SILVA DE MIRANDA AGENTE ADMINISTRATIVO

20481 FRANCISCO DE ASSIS ALVES DA SILVA JUNIOR ODONTÓLOGO

20482 SIMONE SOARES DE SOUZA COSTA PROFESSOR PEDAGOGIA

20483 CARLOS EDUARDO MARTINS SANTULLO MONITOR DE CRECHE

20485 RUBENITA FRANCISCO NERIS PROFESSOR PEDAGOGIA

20487 ITALO CESAR RIBEIRO ALONSO AGENTE ADMINISTRATIVO

20488 ANGELITA BATISTA GOMES PROFESSOR PEDAGOGIA

20489 MIGUEL OLIVEIRA FILHO AGENTE ADMINISTRATIVO

20491 ALESSANDRA DE SOUZA BASTOS DE ANDRADE PROFESSOR PEDAGOGIA

20493 MARIDELZA PEREIRA FARIAS MERENDEIRA

20494 FLÁVIO OLIVEIRA DAS NEVES CRUZ FISCAL DE TRIBUTOS

20495 ANA JÚLIA PRADO ASSIS FARMACEUTICO BIOQUIMICO

20497 ANDERSON DO CARMO LIMA PROFESSOR PEDAGOGIA

20499 MUNIRA RAMOS LIMA JADALLAH DE FRANÇA FISCAL DE TRIBUTOS

20501 CHIRLEY APARECIDA SILVA MERENDEIRA

20504 DAYANEMARQUES CALDEIRA MERENDEIRA

20505 JULIANO PEREIRA DA CRUZ AGENTE DE TRANSITO

20506 KELY ROMA GREVE AGENTE ADMINISTRATIVO

20507 GABRIEL ALEXANDRE DOS SANTOS ENGENHEIRO CIVIL

20509 ROSIANI ALVES SANTANA ROBERTO PROFESSOR PEDAGOGIA

20510 TACIANE APARECIDA BATISTA VALADARES ENFERMEIRO UBS

20511 ALESSANDRA VIEIRA AMARAL ODONTÓLOGO

20513 REGINA CORREIA DE ALCÂNTARA BRITO PROFESSOR PEDAGOGIA

20515 ANDRESSA PELONI DE LIMA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

20516 JACKSON SANTOS COCHEV AGENTE ADMINISTRATIVO

20518 ANDRIELI PEREIRA DIAS GIMENES MERENDEIRA

20519 CINTIA HERREIRA NAGLIATI MERENDEIRA

20520 ANTONIELA MARIA FARDIM PROFESSOR PEDAGOGIA

20524 DAIANY FROZINO HERRERA MERENDEIRA

20525 CLEIDIANE DA SILVA CORREA PROFESSOR PEDAGOGIA

20526 SIMONE CRISTINA FERNANDES NAVES AGENTE ADMINISTRATIVO

20527 JOAO WILLEN DE OLIVEIRA FIALHO AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

20529 SIMONE CRISTINA FERNANDES NAVES ASSISTENTE SOCIAL

20530 ADEILSON ARAUJO TORRES FARMACEUTICO BIOQUIMICO

20533 ADRIANA DE SOUZA CUIABANO AGENTE ADMINISTRATIVO

20534 ADILSON VILASBOAS SEBA FISCAL DE TRIBUTOS

20536 ARIANE CAMARGO DE MIRANDA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

20537 ALLANA MATOS GONÇALVES BUENO PROFESSOR PEDAGOGIA

20539 CLÁUDIO JÚNIOR RODRIGUÊS AGENTE ADMINISTRATIVO

20540 MARCELO RIBEIRO DE LIMA OPERADOR DE MAQUINAS

20541 LORRAINE FERNANDA GONÇALVES HOLANDA MERENDEIRA

20542 TATIELE PEREIRA BERALDI ENFERMEIRO UBS

20543 NILVA DUARTE ALEXANDRE PROFESSOR PEDAGOGIA

20545 ELIZABETH ROSARIO DA SILVA CORREA PROFESSOR PEDAGOGIA

20547 JADDY BIANNKA SENATORE ANDRADE AGENTE ADMINISTRATIVO

20549 MARCOS JUVENAL DA CONCEIÇÃO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

20551 DAIANE ALVES PEREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

20553 MARIA DE SOUZA LUCATI PROFESSOR PEDAGOGIA

20554 ALEKSANDR FERRO PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

20555 MARLENE ALVES DA SILVA MERENDEIRA

20556 SANDRA FERREIRA DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

20557 ANDRIA OLIVEIRA RAMOS PROFESSOR PEDAGOGIA

20558 WILMA DA GUIA FERREIRA FISCAL DE TRIBUTOS

20559 RAFAEL GLEISON SANTIAGO MARTINS FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

20560 FABIANA DA SILVA KHIPPAIS TELEFONISTA

20565 RONALDO TEODORO DA SILVA AGENTE DE TRANSITO

20568 ELIANA HIPOLITO DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

20570 MARIA ROSA DA SILVA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

20571 ELIANA HIPOLITO DA SILVA MONITOR DE CRECHE

20574 JUSCILEI RUFINO PROFESSOR PEDAGOGIA

20577 KALYNNE MAGILLY PIRES DE OLIVEIRA SILVA ENFERMEIRO UBS

20578 CAMILA EDUARDA VIEIRA DE PAULA ENFERMEIRO UBS

20579 REGINA DOS SANTOS PEREIRA MERENDEIRA

20580 VANDERLEI INÁCIO DA SILVA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

20581 ADRIANA TOMAZ DE ALENCAR PROFESSOR PEDAGOGIA

20583 KALLEN CRISTINA ROCHA RAMOS PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

20585 ALEANDRO FELIX FLORENCIO ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

20589 MARCIELI FERREIRA DA SILVA MONITOR DE CRECHE

20590 ELIZANGELA DE OLIVEIRA CARDOSO MONITOR DE CRECHE

20594 MARCOS JHONNY DE OLIVEIRA ARQUITETO URBANISTA

20595 VALTEIR DE CARVALHO GONÇALVES AGENTE DE TRANSITO

20596 EDJANE OLIVEIRA AMORIM AGENTE ADMINISTRATIVO

20597 ADENILSON OLIVEIRA FERNANDES ASSISTENTE SOCIAL

20599 FERNANDO JUNIOR DA COSTA TOMAZ AGENTE ADMINISTRATIVO

20600 GIRLANE DOS SANTOS SILVA ANTONIASSI FISCAL DE TRIBUTOS

20601 LUIZ FERNANDO SANTANA CASTRILLON ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

20602 JÉSSICA RAYANI SILVA FREITAS AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

20604 DIEGO FERRERA DA SILVA ELETRICISTA

20605 ADENILSON OLIVEIRA FERNANDES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

20606 FERNANDA ALVES PEREIRA FONOAUDIÓLOGO

20607 ERIC RAFAEL DE ALMEIDA BATISTA MEDICO VETERINÁRIO

20610 MAIKON DE OLIVEIRA TOMAZ CONTADOR

20612 LISANDRA EVANGELISTA PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

20615 VANDERLEIA CUIABANO DA SILVA GOMES PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

20616 DANIELE DE OLIVEIRA SANTANA ENFERMEIRO UBS

20618 ERICA CRUZ SOARES PROFESSOR PEDAGOGIA

20621 THIAGO DE OLIVEIRA ORTEGA FISCAL DE TRIBUTOS

20622 MICHAEL RAUBER FISCAL DE TRIBUTOS

20623 MARIA APARECIDA BORTOLOZO PINA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

20624 ELAINE ISABEL DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

20625 SANDRO RODRIGUES DE LIMA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

20626 JESSICA VIEIRA DE FARIA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

20628 GRACIENE PAULA DE ARRUDA SOUZA ENFERMEIRO UBS

20629 JULIO CEZAR DE ANDRADE PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

20630 CAMILLA GUERRERO TOBAL AGENTE ADMINISTRATIVO

20632 DOUGLAS OTENIO MEDICO VETERINÁRIO

20635 LUISA HELENA KURTZ ENFERMEIRO UBS

20636 NAELLA TEIXEIRA SILVA DE GODOY MERENDEIRA

20637 KILZA DA SILVA SOUSA PROFESSOR PEDAGOGIA

20638 JUCINEI APARECIDA GONÇALVES DO CARMO CONTADOR

20639 EDUARDO EMILIO CHAVES DINIZ ENGENHEIRO CIVIL

20641 JULIANA DE OLIVEIRA SILVA ENFERMEIRO UBS

20642 JULIO CEZAR DE ANDRADE FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

20643 LUCINEIA CARVALHO RIBEIRO MONITOR DE CRECHE

20644 CRISTIENE XAVIER DE SOUZA FISCAL DE TRIBUTOS

20645 FRANCIANE C.DE OLIVEIRA MIRANDA FISCAL AMBIENTAL

20646 SUSANA DA SILVA ARAVA AGENTE ADMINISTRATIVO

20650 LUDIMILLA FERNANDA COUTO DA COSTA LOUSADA CRUZ MERENDEIRA

20654 PALOMA VALERIO DE LIMA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

20656 MARCOS DE SOUZA MIRANDA AGENTE ADMINISTRATIVO

20657 SEBASTIAO DA COSTA MOTORISTA

20658 TATIANE APARECIDA SILVA DE ANDRADE PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

20660 FABIOLA DA CRUZ TELES ENFERMEIRO UBS

20661 ALCIONE DE SOUZA CORSINO AGENTE ADMINISTRATIVO

20662 LARISSA VICTORIA LEITE FERREIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

20663 CLEBERSON POSSMOSER MÉDICO - PSF

20664 SOLANGE LEITE AGENTE ADMINISTRATIVO

20666 HIGOR LUIZ DE ALCANTARA SILVA AGENTE DE TRANSITO

20668 NILCELIA DE SOUSA SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

20670 ARACELLY DE OLIVEIRA FRANCO SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

20671 NEDER RIBEIRO DO NASCIMENTO JUNIOR AUXILIAR ADMINISTRATIVO

20674 DIRCEU FLORENCIO PEREIRA MOTORISTA

20678 MALISLENE LUCAS DE ARAUJO PROFESSOR PEDAGOGIA

20679 MARIA GOMES SANTIAGO PROFESSOR PEDAGOGIA

20683 EMANUELE CRISTINA ROCHA COSTA ODONTÓLOGO

20684 RUBENS ANUNCIAÇÃO JÚNIOR FISCAL DE TRIBUTOS

20685 SILVIA SAMARA PEDROSO ENFERMEIRO UBS

20687 CLAUDIA CARVALHO MAGOSSO ENFERMEIRO UBS

20690 LUCIENE MARIA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

20693 CLEUZA ALVES DE JESUS LEITE PROFESSOR PEDAGOGIA

20694 ROSIANE LEITE DE CAMPOS MONITOR DE CRECHE

20695 WANDER MENDES MARTINS FISCAL DE TRIBUTOS

20696 DAYANE DE LIMA GONÇALVES ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

20697 VÂNIA LUCIA SILVA DE ALMEIDA FERNANDES PROFESSOR PEDAGOGIA

20698 LUIS FELIPE AFONSO PENA MONITOR DE CRECHE

20699 CLEITIANE NUNES DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

20701 MARCIA GOMES MARTINS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

20705 KEYLA BATISTA ALVES DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

20706 CRISTIANE PRISCILA DE BRITO MERENDEIRA

20707 CELIO ROBERTO BERNARDES ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

20708 ROSELMA BATISTA CARDOSO DA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

20709 CRISTIANE REGINA GONÇALVES OLIVEIRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

20711 ROSELMA BATISTA CARDOSO DA SILVA MONITOR DE CRECHE

20713 LUIZ CARLOS DOS SANTOS MOTORISTA

20716 DANIELE FERNANDA DA SILVA SANTOS ENFERMEIRO UBS

20721 LILIANE APARECIDA DA COSTA PROFESSOR PEDAGOGIA

20722 LUCIANO DA SILVA AIUB ENGENHEIRO CIVIL

20724 IASMIN QUEIROZ NASCIMENTO MÉDICO - PSF

20725 MAÍRA MARTINS FANTI AUXILIAR ADMINISTRATIVO

20726 ELIVELTON FARIA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

20727 FLÁVIO GOMES DA SILVA FISCAL AMBIENTAL

20728 JANAINA FERNANDES DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

20729 GEORGE BARRETO CASTILHO AGENTE ADMINISTRATIVO

20731 LUIZ SIMPLICIO RAMOS ENGENHEIRO CIVIL

20733 NELSON VIEIRA DA CRUZ MOTORISTA

20735 ELOINA GOMES DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

20736 GILVAN VELASCO FERREIRA AGENTE DE TRANSITO

20737 RONNEI BORGES PERES ODONTÓLOGO

20739 NILSON MODESTO DE MOURA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

20741 NILSON MODESTO DE MOURA MONITOR DE CRECHE

20744 FRANCINETE MENDES LOURENÇO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

20745 VALDEIR IESENCO PROFESSOR DE GEOGRAFIA

20747 CLEIDEMARA LORETTI MERENDEIRA

20748 JAQUELINE CAMPOS DE CARVALHO PROFESSOR PEDAGOGIA

20750 ROSILAINE DE ASSIS MACIEL FUGISAKI PROFESSOR PEDAGOGIA

20751 FABIANE DOMINIQUE JIMENEZ DELUQUE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

20753 MONICA DA SILVA RODRIGUES AGENTE ADMINISTRATIVO

20754 DANIELA CASSIA CARDOSO DE SOUSA ARQUITETO URBANISTA

20759 WAGNER DIAS DE OLIVEIRA MONITOR DE CRECHE

20760 ANDERSON MORONI FUGISAKI AGENTE ADMINISTRATIVO

20761 TIAGO SEVERINO AGENTE ADMINISTRATIVO

20763 JOSIETH SOUZA LARANJEIRA ENFERMEIRO UBS

20765 ADILEIA LOURENÇA PEREIRA DELIMA ENFERMEIRO UBS

20766 JEFERSON DE SOUSA MECÂNICO

20767 JOICE FERREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

20768 VALDEMAR BOTELHO DE CARVALHO FILHO MOTORISTA

20769 LOHAN AFFONSO SILVA CAMPOS MÉDICO - PSF

20770 OSIMAR JOVANO CARDOSO FISCAL DE TRIBUTOS

20773 SIMONE SOUZA BARBOSA AGENTE ADMINISTRATIVO

20774 ADILEIA LOURENÇA PEREIRA DELIMA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

20775 LEILIANE FERREIRA DE MATOS FISCAL DE TRIBUTOS

20776 WILLIAM DA SILVA ALESSIO PSICÓLOGO

20777 HEIDIANY PUPIM FISCAL DE TRIBUTOS

20780 ANDERSON ALVES DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

20781 MIIRIAN PEREIRA DE CARVALHO PROFESSOR PEDAGOGIA

20784 JUVERCINO LOURENÇO DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

20786 FELIPE CAMPOS SILVA PROFESSOR DE GEOGRAFIA

20787 VINICIUS DALL ACQUA AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - ENGENHARI

20791 LEILAINE SEMENSATE SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

20793 ANDERSON BALESTRIN MÉDICO - PSF

20794 TERESINHA ANTUNES CORREA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

20795 RODOLFO RODRIGUES DA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

20799 LAURA APARECIDA CASTRO MAGALHAES DE OLIVEIRA MERENDEIRA

20802 AGUINALDO BASSO MOTORISTA

20804 CRISTIANE PINHEIRO DE LIMA EGUES PROFESSOR PEDAGOGIA

20808 BIBIANA MAIARA DOS SANTOS BARBOZA ENFERMEIRO UBS

20810 KILMARA JULIA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

20811 ROBERTO PEREIRA DA SILVA MOTORISTA

20813 MARQUECIANE BENEVIDES DA SILVA PROFESSOR DE GEOGRAFIA

20815 ROSENIL LEITE EGUES PROFESSOR PEDAGOGIA

20817 MARCOS LUCIANO ELLY FISCAL DE TRIBUTOS

20819 JOSÉ CARLOS MENACHO TRAMARIN DE OLIVEIRA CARVALPHROOFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

20820 KLEBERSON IVO KLEINUBING ODONTÓLOGO

20821 RENILZA LEITE EGUES PROFESSOR PEDAGOGIA

20823 DANIELLE AQUINO FIALHO ENFERMEIRO UBS

20824 WENDER CURVELHO DAS FLORES AGENTE DE TRANSITO

20825 WILKER GUILHERME DA SILVA CAMPOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

20826 JULIENE DA SILVA OLIVEIRA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

20827 GILMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA ELETRICISTA

20828 JORGE TEIXEIRA CHAVES FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

20829 IOLANDA ALVES DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

20830 MIRELLY FELISBERTA DE SOUZA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

20833 ANDREIA DE CAMPOS SILVA BORGES MERENDEIRA

20834 CRISTIANE MARIA SERINER PROFESSOR PEDAGOGIA

20836 VANESSA CRISTINA DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

20837 KARLA MAYARA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

20839 ROSINEI AGUIAR COUTINHO PROFESSOR PEDAGOGIA

20841 AMANDA DA SILVA FREITAS PROFESSOR PEDAGOGIA

20842 MONIA MACLINE SAMPAIO DE OLIVEIRA FISCAL DE TRIBUTOS

20843 MARINO PEREIRA DOS SANTOS MOTORISTA

20845 ALANA CARLA POMAR NOGUEIRA PSICÓLOGO

20846 BRENO LOBATO LOPES FISCAL DE TRIBUTOS

20848 FERNANDO LUZ BARROSO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

20849 CELSO DA SILVA SOARES MOTORISTA

20851 LEONILDO BAZZI DO NASCIMENTO ATENDENTE DE FARMÁCIA

20852 CRISTIANO ANDRE FERNANDES AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

20853 FABIOLA GOMES DE SOUZA PROFESSOR MATEMÁTICA

20854 SANDRA BRITO BERTOLOZZO SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

20856 CRISTIANO ANDRE FERNANDES AGENTE ADMINISTRATIVO

20858 MARILDA FARIAS VIEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

20860 EGLEISSON MARQUES DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

20861 DIVINA APARECIDA DOS SANTOS ENFERMEIRO UBS

20862 MARLI DA SILVA ESCORSE LOPES PROFESSOR PEDAGOGIA

20866 CAMILA ARISTELA PAULA OLIVEIRA ENFERMEIRO UBS

20867 ROSIANE AMANCIO DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

20869 JEFERSON XAVIER DA COSTA AGENTE ADMINISTRATIVO

20871 VANIA DE SOUZA MENEZES MERENDEIRA

20872 ADEILSON JOSÉ DA ROCHA MOTORISTA

20873 GEZIKELLE BATISTA DE ASSIS TEIXEIRA MERENDEIRA

20874 LIANDRA MENDONÇA PINHEIRO FISCAL DE TRIBUTOS

20876 CREUSA CHAVES LISBOA MERENDEIRA

20880 NAYARA BRITO PEREIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

20882 NILTON CESAR DOS SANTOS ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

20887 JOSÉ CANDIDO RESENDE FISCAL DE TRIBUTOS

20888 PATRICIA DOS SANTOS PACHECO AGENTE ADMINISTRATIVO

20889 CARLA MIQUELE DO NASCIMENTO MACHADO ACOSTA PROFESSOR PEDAGOGIA

20890 MÔNICA VIEIRA DA SILVA PROFESSOR MATEMÁTICA

20891 ANDREYSON RIBEIRO PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

20892 DILIANI DE CARVALHO SILLVA MÉDICO - PSF

20894 MARCIA APARECIDA DESTACIO PROFESSOR PEDAGOGIA

20898 ROSIANE ZOTTIS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

20899 BENEDITA CRISTIANE MARTINS DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

20901 HUANACAROL@HOTMAIL.COM AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

20903 REGMA NOVAKC LOCATE PROFESSOR PEDAGOGIA

20906 ANA PAULA FELIX DA SILVA AGENTE DE TRANSITO

20907 BRUNO HENRIQUE CARNIELO FARIA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

20908 WENIS CARDOSO DA SILVA AGENTE DE TRANSITO

20909 KHARLA RENATA RODRIGUES DOS SANTOS ODONTÓLOGO

20910 JULIANE SAMPAIO CASTRO ENGENHEIRO CIVIL

20911 TAMARA THAÍS NOGUEIRA DE OLIVEIRA PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

20912 PATRICIA MARIA SILVA FRADE DINIZ AGENTE ADMINISTRATIVO

20914 CARLA CRISTINA SPINOZAA GARCIA ENFERMEIRO UBS

20915 MARCIO GONÇALVES MECÂNICO

20916 LUANDERSON MARTINS DOS SANTOS MOTORISTA

20917 ANA PAULA PEREIRA DE MACEDO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

20918 MAURINO DAVID DA SILVA LIMA MOTORISTA

20919 DIRCE APARECIDA DA SILVA PSICÓLOGO

20920 ANA LAURA RODRIGUES DE ARRUDA FISCAL DE TRIBUTOS

20921 CÉLIO JOSÉ DE OLIVEIRA ENGENHEIRO CIVIL

20922 MASTERSON FELIPE DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

20925 NABYANA ANDRADE DOURADO MARTINS PROFESSOR PEDAGOGIA

20927 LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO MOTORISTA

20928 NILZA LIMA VIANA RODRIGUES ENFERMEIRO UBS

20929 SANDRA DE SOUZA ANADÃO POSSMOSER MÉDICO - PSF

20935 CRISTIANE ROSA VALENTIM PEREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

20936 ANDRÉA AGUIAR DE FIGUEIREDO PROFESSOR PEDAGOGIA

20937 YURI BONFIM PARDIM AUXILIAR ADMINISTRATIVO

20938 RAQUEL SABRINA SABINO CAMARGO MERENDEIRA

20940 BEATRIZ SILVA SOARES MÉDICO - PSF

20942 LÍLIAN KELLI PEREIRA PSICÓLOGO

20943 VANESSA OLIVEIRA VIANA JESUS AGENTE ADMINISTRATIVO

20945 JUCELANIA DE OLIVEIRA DUARTE ENFERMEIRO UBS

20946 ANDREW ITALO DOS SANTOS CARDOSO OJEDA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

20947 CECILIA CAROLINE DE SOUZA PINHEIRO ODONTÓLOGO

20948 MARILENE SILVA CASTRO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

20949 SCHEILA DOS SANTOS FISCAL DE TRIBUTOS

20950 NUBIA VALERIA VIANA SOUZA PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

20953 FABIANA PEREZ DA CRUZ MONITOR DE CRECHE

20955 LUCIMARA DE ARRUDA FERREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

20956 HILDA NAARA MORAIS LOPES MÉDICO - PSF

20958 LUCAS CAMILO COSTA FISCAL DE TRIBUTOS

20959 PAULO EDSON DE BRITO PEREIRA ODONTÓLOGO

20960 ITALA GABRIELLE ALENCAR FISIOTERAPEUTA

20962 GILMAR GARCIA PEREIRA FISCAL DE TRIBUTOS

20964 KELTON TEIXEIRA BORGES MÉDICO - PSF

20965 KETULLIN NAYARA DELMONDES DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

20966 DIOGO FERREIRA MELO AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

20970 MÁRCIO CANDIDO DE SOUZA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

20971 HUAMA MONTEIRO DE BRITO ENFERMEIRO UBS

20972 CLAUDEMIR DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

20975 RODRIGO LEITE DA CRUZ MOTORISTA

20977 THUANE MONTEIRO DE BRITO PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

20981 EVANILDA REGINA GIL DO PRADO PROFESSOR PEDAGOGIA

20982 PALOMA GANDOLFFI FONSECA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

20984 ELEN CAROLINE TESSARO AGENTE ADMINISTRATIVO

20985 ADRIANA DA SILVA ENFERMEIRO UBS

20988 NAIR FERREIRA LUZ MERENDEIRA

20989 JOSE DA SILVA PRATES FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

20992 LUCAS DOS SANTOS RIBEIRO ENFERMEIRO UBS

20993 ÉDYLA PAULA XAVIER DOS SANTOS ENFERMEIRO UBS

20995 GLAUCIA MARIA RAMOS RIBEIRO SOARES MONITOR DE CRECHE

20997 THUANE MONTEIRO DE BRITO AGENTE ADMINISTRATIVO

20999 VIVIELLE DOS SANTOS SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21001 FABIO HENRIQUE ARAUJO DELMONDES ELETRICISTA

21002 ROBSON JÚNIOR BOTELHO DAVANTEL AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

21003 LARISSA CHELES DOS SANTOS ODONTÓLOGO

21005 RODOLFO PERES LESSI PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

21006 ALYSON CLISTENES DA FONSECA COELHO PROFESSOR PEDAGOGIA

21007 MAGDA CAROLINE MUNHÕES SPILLARI ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

21008 SIMONE CAMILA DA SILVA RANZULLA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21010 THAIS AMANDA MOTA DOS SANTOS FONOAUDIÓLOGO

21011 MARIANA DE OLIVEIRA MIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

21013 VALERIA GOMES DE ARAUJO MERENDEIRA

21014 TAYNARA MENEZES BARRANCO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

21018 RECELI APARECIDA MACIEL DA CRUZ PROFESSOR PEDAGOGIA

21019 LYANA MENDONÇA PINHEIRO PROFESSOR PEDAGOGIA

21020 DAYANE CRISTINA DO NASCIMENTO AGENTE ADMINISTRATIVO

21021 EDINEIA DE OLIVEIRA BRITO PEREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

21024 ISABELLA DA CUNHA MARTINS AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

21025 SOLANGE GANDOLFFI PERREIRA MERENDEIRA

21028 ALEX SANDER SOARES SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

21030 LUCINEI MONTEIRO DE CAMPOS AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

21031 KELLEN CRISTINA VILLACIEN DA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

21033 VANESSA IRACEMA BONFÁ RIBEIRO DA SILVA PROFESSOR DE GEOGRAFIA

21037 THAMIRIS PETRELI SILVA ODONTÓLOGO

21038 PATRICIA GONÇAVES RIBEIRO FISCAL DE TRIBUTOS

21039 KEILA PAIVA DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

21040 PATRICIA GONÇAVES RIBEIRO AGENTE ADMINISTRATIVO

21041 NIVALDO HENRIQUE CAMPOS CORREA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21043 SANDRA DUTRA MAGALHAES SCAFF ANTONINI MÉDICO - PSF

21044 JOSIANE XAVIER DE ARAUJO TORRES ASSISTENTE SOCIAL

21045 LENILTON CARLOS DE SOUZA CAMPOS AGENTE ADMINISTRATIVO

21046 TIAGO DE SOUZA ZOCAL ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

21047 THAYSA CRISTINA MORAIS GOMES FISCAL DE TRIBUTOS

21048 JUCILENE ELENIR CHARMO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

21049 GLAUCIELE MONTEIRO DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

21050 ANDERSON LUIZ DA SILVA MOTORISTA

21052 RODRIGO DOMINGOS DE PAULA AGENTE DE TRANSITO

21055 WELINGTON RUAN BAZANELLA DE SÁ ENFERMEIRO UBS

21056 NUBIA DE SOUZA BATISTA PROFESSOR PEDAGOGIA

21060 FABIANA GEAN DA SILVA1 MONITOR DE CRECHE

21061 GUILHERME ORMOND RIBEIRO DE CAMPOS ODONTÓLOGO

21062 ROSANA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

21064 MIZAEL DE SOUZA SANTOS SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

21065 MARCIO CONCEIÇAO DA SILVA MOTORISTA

21069 FERNANDO MIGUEL ARTIAGA DASILVA MOTORISTA

21070 MARCONDES GONÇALVES MENDES TÉCNICO EM ENFERMAGEM

21071 JOAO NERES LANES JUNIOR FISCAL DE TRIBUTOS

21074 LEDINILSON MONTEIRO DE CAMPOS AGENTE ADMINISTRATIVO

21075 CARLA FABIANE PANTALEÃO LEITE PROFESSOR PEDAGOGIA

21078 SONIA SIQUEIRA CAMPOS PROFESSOR PEDAGOGIA

21079 LUANA SILVA MOREIRA ENFERMEIRO UBS

21081 REICILA WANDELREI COELHO DA SILVA SANTOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21082 SOLENIR CRISTIANY S.DE QUINO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

21083 ANDERSON LUIS RUBIO PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

21084 PAULO PINHEIRO TORRES ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

21085 JURCILENE XAVIER DE OLIVEIRA MERENDEIRA

21087 CLEIDE BALIOT PROFESSOR PEDAGOGIA

21089 ARLETE ALVES DOS SANTOS BARROS PROFESSOR MATEMÁTICA

21090 ANDRIELLY OLIVEIRA PAULINO MERENDEIRA

21091 CRISTIANE SANTOS DE ALMEIDA RUBIO ASSISTENTE SOCIAL

21092 MARIA HELIAN DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

21094 DAIANA DANIELA SOARES SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

21095 MIGUEL MARIANO ROCHA DA SILVA ELETRICISTA

21097 VAGNER LUIZ MONTEIRO DE SOUZA FISCAL DE TRIBUTOS

21098 MARICLEUSA FERREIRA DE SOUZA MERENDEIRA

21099 MARINA SILVA RESENDE AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

21100 ELIVANDER FERREIRA SILVA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

21101 CLEITON CALINSKI ENGENHEIRO CIVIL

21103 FRANCIANA PEREIRA DIAS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21104 JAMILE MAYARA IORI FERREIRA ENFERMEIRO UBS

21108 FRANCIANA PEREIRA DIAS MERENDEIRA

21111 VANDEIR FERREIRA DOS SANTOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21113 ALINE PEREIRA DA COSTA SILVA FARMACEUTICO BIOQUIMICO

21114 SORAYA FERREIRA SANDER PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

21117 WILLIAM AFONSO DE SOUSA OPERADOR DE MAQUINAS

21121 MANOEL JOSE DA SILVA MOTORISTA

21123 FLÁVIO ALVES DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

21128 MONIQUE RITIELI VIEIRA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

21129 THIAGO DOS SANTOS PARRA MOTORISTA

21133 REGIANE FURLANI ALEXANDRE PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

21136 MONIQUE RITIELI VIEIRA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

21140 GABRIEL FERNANDES BASTOS OPERADOR DE MAQUINAS

21142 MARCOS MAIA LACERDA FISCAL DE TRIBUTOS

21143 MARCOS MAIA LACERDA AGENTE ADMINISTRATIVO

21144 CAROLINE DA COSTA DINIZ ATENDENTE EM SAÚDE

21145 THIAGO GOMES DE MELO FISCAL DE TRIBUTOS

21146 RODRIGO MANOEL DA SILVA AGENTE DE TRANSITO

21147 RUBERVAL DOS SANTOS SILVA MOTORISTA

21150 NAIANNA COELHO CARDUCCI FISIOTERAPEUTA

21153 ANTONIO ARAUJO MENDES AGENTE DE TRANSITO

21154 EDESIO DA SILVA CORRÊA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

21155 RAFAEL CESAR SOARES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21157 BRUNA RHAYANE DE SOUZA CAMPOS FISIOTERAPEUTA

21158 EDER ROCHA DA SILVA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

21159 JOSE CARLOS GOMES DE BRITO PROFESSOR PEDAGOGIA

21160 ROGERIO MASJIONE FERREIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21162 JOSÉ NETO MARTINS MOTORISTA

21164 KELVIN DUARTE RIBEIRO ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

21169 JÉSSICA LUZIA DA SILVA LEAL TELEFONISTA

21170 JÉSSICA LUZIA DA SILVA LEAL MERENDEIRA

21171 RAFAEL GREGIANIN ENGENHEIRO CIVIL

21172 CARLOS PEREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

21173 OLIVALDO MEIRA DE SOUZA MOTORISTA

21174 APARECIDA MARIA DE JESUS MERENDEIRA

21175 IDILAINE CRUZ POQUIVIQUI MONITOR DE CRECHE

21177 ROBSON MEDEIRO DA SILVA MOTORISTA

21178 EVANICE PINTO DO NASCIMENTO JATOBÁ ENFERMEIRO UBS

21179 JUADIR VIEIRA CAMPOS JUNIOR AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21180 FABIA MODESTO RODRIGUES PROFESSOR PEDAGOGIA

21182 CARLOS PEREIRA PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

21183 ANAYANA CRISTINA PERTILE GREGIANIN ENFERMEIRO UBS

21185 BRUNO YOSHIO GOES MÉDICO - PSF

21187 CRISTIANO CONCEIÇÃO CEBALHO BORGES AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

21191 GUSTAVO DOMINGUES BAVILONI ODONTÓLOGO

21193 JÉSSICA SILVA SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

21194 JÚNIOR ANTÔNIO CRUZ DE BRITO FISCAL DE TRIBUTOS

21195 GILSON DA SILVA CUIABANO FISCAL DE TRIBUTOS

21198 RONALDO MATOS DOS SANTOS CONTADOR

21199 MAYSA DIVINA ODA UMEBARA PROFESSOR PEDAGOGIA

21200 ANDREIA COSTA FERREIRA DA SILVA ENFERMEIRO UBS

21201 MARLENE IVETE GIMENES PROFESSOR PEDAGOGIA

21202 RONALDO MATOS DOS SANTOS AGENTE DE TRANSITO

21203 JOSE DALMIR NONATO ALVES MOTORISTA

21206 ROSINEI VIEIRA DOS SANTOS TEIXEIRA ASSISTENTE SOCIAL

21207 ROSIANA SILVA DOURADO RAMOS CONTADOR

21211 BRUNO ARTHUR RAMOS MACHADO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21212 ROSELAINE PEREIRA DA SILVA HACK PROFESSOR PEDAGOGIA

21214 ARACI CRISTINA SANTOS TEIXEIRA NUTRICIONISTA

21216 SUELLEN CRISTINA DA SILVA FRANCO PROFESSOR PEDAGOGIA

21217 LUCAS AUGUSTO SILVA GOMES ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

21218 JANAINA FERNANDA DA SILVA MONITOR DE CRECHE

21220 CLEITON TOMICHA LEMES MOTORISTA

21221 FRANCILEI DE CAMPOS DA SILVA DUARTE FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

21222 CLEONICE DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

21223 DEILA RAFAELLA ARJONA DE MATOS SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

21224 MATHEUS DA SILVA OLIVEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21225 ADEILSON GASPAR NEPOMUCENO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21226 JOÃO VALÉRIO DO NASCIMENTO NETO AGENTE DE TRANSITO

21227 TIAGO DOS SANTOS DE SOUZA FISCAL AMBIENTAL

21228 MARCIA CRISTINA VIEIRA CAMPOS PROFESSOR PEDAGOGIA

21229 DRIELLY CAROLINE RODRIGUES PROFESSOR PEDAGOGIA

21232 MÔNICA DE MATOS OLIVEIRA FISCAL DE TRIBUTOS

21233 CARLOS GOMES ROBERTO FISCAL DE TRIBUTOS

21234 RONILSO ALVES DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21236 SUELEN ROJAS NEPOMUCENO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

21239 MICHELI CIRILO DA COSTA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21243 ZELAINE ROSARIA DE CAMPOS ESPINOZA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

21244 ANDERSON BARBOSA DA SILVA MOTORISTA

21247 EDIEL PEREIRA DE MACEDO PROFESSOR MATEMÁTICA

21248 ANDERSON DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21249 ELIANDRO CARLOS GRANDI CONTADOR

21251 PAULO CEZAR GOMES MATEUS PROFESSOR PEDAGOGIA

21253 FAGNER RODRIGUES ARAUJO FISCAL DE TRIBUTOS

21254 THIAGO PEREIRA DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO

21255 ELAINE TAVARES DE SOUZA MACEDO PROFESSOR PEDAGOGIA

21259 GABRIELLA REGINA MENEZES DE MATOS ENFERMEIRO UBS

21260 ELIARA BAUMGARDT PSICÓLOGO

21262 JEFERSON SOARES DE MEDEIROS PROFESSOR MATEMÁTICA

21263 IGOR HENRIQUE DOS SANTOS SILVA ELETRICISTA

21264 JEFFERSON PALERMO CHARUPÁ FISCAL DE TRIBUTOS

21265 MARLEY GONÇALVES FERREIRA FARMACEUTICO BIOQUIMICO

21266 ELISSANDRA PEREIRA DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

21268 MIRIAM OLIVEIRA LOPES MERENDEIRA

21271 MONICA ROSA DAS GRAÇAS ARAUJO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

21273 RENALTO FERREIRA BINA JUNIOR FISCAL DE TRIBUTOS

21275 MARIA VALERIA INACIO DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

21281 JEFERSON SOARES DE MEDEIROS AGENTE ADMINISTRATIVO

21282 ANERA DOS SANTOS PEREIRA MERENDEIRA

21283 SILVANE DE SOUZA MENESES AGENTE ADMINISTRATIVO

21285 JOYZIARA DA SILVA MORINIGA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21286 EDINEIA DALBEM CLARINDO PROFESSOR PEDAGOGIA

21288 ANERA DOS SANTOS PEREIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21291 NELCI ANTUNES CAMPOS SOBRINHO MONITOR DE CRECHE

21292 GRACIELI ZANINETI MINARE MONITOR DE CRECHE

21294 ITALO ROBSON DA SILVA CRUZ AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21296 RENATO ADRIANO DO SANTOS SILVA OPERADOR DE MAQUINAS

21297 FABIANA OLIVEIRA DA SILVA PROFESSOR MATEMÁTICA

21299 TARCILIO LOPES NETO ENFERMEIRO UBS

21301 WANDERSON SANTOS LIMA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

21307 FELIPE HENDERSON DE ALCANTARA LIMA GOMES ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

21308 DAVI SOUZA ELESBÃO AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

21309 ELUENISSON SANCHES DO CARMO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21313 INÁCIO DA COSTA E SILVA NETO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

21314 JOSE ROMÃO FISCAL DE TRIBUTOS

21316 NADIA MARTINS DE ALMEIDA SOUSA ENFERMEIRO UBS

21317 WELTON JUNHO DA SILVA FARMACEUTICO BIOQUIMICO

21319 ELIANA MARTINS DA SILVA MERENDEIRA

21322 MARIA JOSE DA SILVA OLIVEIRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

21323 MARCOS ORTIZ TORRES MOTORISTA

21326 DANIELE BARBOSA DE SOUZA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

21327 ROSANA DOS SANTOS PEREIRA ENFERMEIRO UBS

21329 ALESSANDRO WAGNER SILVA DO NASCIMENTO MECÂNICO

21330 CLENILSON ALBINO DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

21331 MARCIO JUNIOR DE SOUZA MOTORISTA

21332 JOÃO BATISTA DA SILVA MOTORISTA

21333 MAYARA POQUIVIQUI SANTANA PROFESSOR PEDAGOGIA

21335 ERIC DIAS ODONTÓLOGO

21336 HOPKINS DE CAÇÚ CARDOSO ALMEIDA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

21337 ADRIANO ROMÃO FISCAL DE TRIBUTOS

21338 KAMILLA CESCON DA SILVA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

21339 DAYANE JACQUELINE DA SILVA PROFESSOR DE GEOGRAFIA

21341 NATHÁLIA ELISA BORGES FRANCO ENFERMEIRO UBS

21342 LUCIO PAES FERREIRA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

21344 ADRIANE DE SOUZA MELO PROFESSOR PEDAGOGIA

21347 DAVID DANELICHEN AGENTE ADMINISTRATIVO

21348 INGRID EMANOELLE RODRIGUES FISIOTERAPEUTA

21354 LUCIO PAES FERREIRA MOTORISTA

21355 ADRIANO ROMÃO AGENTE ADMINISTRATIVO

21356 LUCILENE RODRIGUES DA SILVA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

21357 ROSALIA SILVA DE ARRUDA PROFESSOR PEDAGOGIA

21358 RICHARD RODRIGUES GENUINO ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

21359 JOSE ROMÃO AGENTE ADMINISTRATIVO

21360 GISLAINE MOREIRA ALVES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21362 JANETE GOMES DE ARAÚJO ENFERMEIRO UBS

21369 LUCIANO GONZAGA SILVA MOTORISTA

21371 SIMONE PEREIRA DA SILVA BALEEIRO MONITOR DE CRECHE

21373 ADELICIO DE PAULO AGENTE ADMINISTRATIVO

21374 OZENI FERMINIO PRUDENCIO MONITOR DE CRECHE

21375 MARCELO ROCHA MILOMES NETO ODONTÓLOGO

21378 KÉSIA DIAS PEREIRA DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21379 RENATA DE ALMEIDA LEITE AGENTE ADMINISTRATIVO

21382 SOLENI ALVES DA COSTA MONITOR DE CRECHE

21385 BRUNA RAFAELA DE ALMEIDA VOLTOLINI AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

21386 JULIANA SIMÃO DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21388 RUTEMARIO DE MENEZES SANTOS MOTORISTA

21390 LEANDRO DORNELES RAMOS MOTORISTA

21392 MARCELA CRISTINA MILOMES ENFERMEIRO UBS

21393 PATRÍCIA MILANE LIMA DA SILVA PSICÓLOGO

21395 BIANCA MARIA CRISOSTOMO LEITE PROFESSOR PEDAGOGIA

21396 CRISLAINE BAZAN ROSA PSICÓLOGO

21397 RICARDO SIROTHEAU GONZAGA JACOB MÉDICO - PSF

21399 TATIANE MONTEIRO ENFERMEIRO UBS

21400 DEYSE FERNANDES DA SILVA FISCAL DE TRIBUTOS

21405 EVANDRO PESSOA MENEZES AGENTE DE TRANSITO

21406 KEURIA CRISTINA VENTURA DA SILVA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

21407 GIULIANO DA SILVA GOMES AGENTE ADMINISTRATIVO

21410 JOSEMAR MORAES DOS SANTOS FISCAL AMBIENTAL

21413 LETICIA CAROLINA DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

21416 GRACIELE DE PAULA TOMAZ AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21419 GLEISON PEREIRA SOARES AGENTE ADMINISTRATIVO

21421 MARIA DE FÁTIMA DE ALMEIDA AGENTE ADMINISTRATIVO

21422 SONIA APARECIDA MARTINS PROFESSOR DE GEOGRAFIA

21423 CLAUDIMIRIA SANTANA DO ROSARIO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

21425 JOSIANE HOLANDA DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

21431 DANIELLE DE MEDEIROS SANTOS SOUZA ATENDENTE EM SAÚDE

21433 NATÁLIA MARTINS DA SILVA PSICÓLOGO

21434 DAVI FERREIRA DE SOUZA JUNIOR ATENDENTE DE FARMÁCIA

21435 MARIANA ANDREZA DE ALMEIDA EGUEZ CONTADOR

21441 ELIANE REGINA DE ARRUDA PROFESSOR PEDAGOGIA

21443 OTAVIO MARTINS DE CAMPOS AGENTE ADMINISTRATIVO

21444 FLIETE FONSECA DE CARVALHO ENFERMEIRO UBS

21445 GIVANILDO APARECIDO GONÇALVES FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

21447 FLIETE FONSECA DE CARVALHO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

21448 EDUARDO COSTA TAKAKI PSICÓLOGO

21451 ALEXANDRE VEZARO OPERADOR DE MAQUINAS

21453 ROSANGELA FERNANDES DE SOUZA MERENDEIRA

21455 THATIELLE SILVA SCHIAVINATO AGENTE ADMINISTRATIVO

21456 ADRIANA MARTINS BARBOSA MERENDEIRA

21457 ADIMARA BATISTA DE MORAES SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

21459 GEISIANE BARBOZA PEREIRA ASSISTENTE SOCIAL

21460 ÉRICA LEITE PEREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

21461 VALMIR JOSE THASMO BONFIN ENFERMEIRO UBS

21462 ROSANA APARECIDA DA SILVA CRUZ PROFESSOR PEDAGOGIA

21463 STEFANIA APARECIDA ALVES AGENTE ADMINISTRATIVO

21465 BRUNA JAQUELINE CARVALHO DA SILLVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21468 FABIANO APARECIDO DUARTE DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

21469 LUIZ GONZAGA DOS SANTOS FILHO MOTORISTA

21471 VANDERLÉIA RODRIGUES DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

21473 ADEGILSON MOREIRA RIOS JUNIOR AGENTE ADMINISTRATIVO

21480 DÉBORA REGINA NERIS REGIS AGENTE ADMINISTRATIVO

21481 JACQUELINE POQUIVIQUI COELHO VEZARO AGENTE ADMINISTRATIVO

21482 MÁRCIO VILELA RESENDE AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - ENGENHARI

21483 GELMIR APARECIDO DE SOUZA MOTORISTA

21487 ROBERTO WAGNER BARRETO BARRIOS AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

21488 LORRAINE DE SOUZA SANCORÉ AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21489 LUIZ HENRIQUE FERREIRA DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21490 SIMONE MARQUES DE LIMA MONITOR DE CRECHE

21491 GISLEIVE GOES DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

21492 WESLEY GONZAGA DE SENA FISCAL DE TRIBUTOS

21495 JECIRA FERREIRA LEMES AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

21497 THAIZ FRANCIANE FERREIRA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

21498 EVERTON MACHADO CABRAL FISCAL DE TRIBUTOS

21500 LENY MARIA DE SOUZA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

21501 FERNANDA LACERDA RODRIGUES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21502 ELLEN KAROLINE DE ARRUDA E SILVA NOVELLI ASSISTENTE SOCIAL

21503 CLERIDA FELISBERTO CAMPOS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

21506 CÉLIA MARIA FLORENCIO CAETANO MERENDEIRA

21508 JOSIANE HOLANDA DA SILVA MERENDEIRA

21510 DANIELLE DOS REIS NAVES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21511 ANDRE GONCALVES DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO

21512 BRENO RICARDO ARAUJO JERONIMO FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

21514 ARLENE MIRANDA CARDOSO MOREIRA MONITOR DE CRECHE

21515 SIMONE ESPINOSA LIMA AGENTE ADMINISTRATIVO

21517 JULIANO WILL AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

21518 HÉLIO ALVES RODRIGUES FISCAL AMBIENTAL

21522 LUCIANE OLIVEIRA DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

21523 ELIZEU PEREIRA DA SILVA AGENTE DE TRANSITO

21524 FERNANDA MIRANDA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

21526 MARIA LUCIA ESPINOSA LIMA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

21528 SUELLEN CRISTINE DA CRUZ AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

21530 OSVALDO GUILHERME DA SILVA AGENTE DE TRANSITO

21531 ROBERIA CARVALHIDO CANDEIAS PROFESSOR PEDAGOGIA

21532 FERNANDA XAVIER BRITO RIBAS AGENTE ADMINISTRATIVO

21535 LORRAYNE AMORIM BARBOSA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21536 AMAURI DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO

21538 CLODOALDO SOARES DE OLIVEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21539 CARLOS VICTOR GALLO DE OLIVEIRA FISCAL DE TRIBUTOS

21540 FÁTIMA SEBASTIANA ANDRADE LEITE ENFERMEIRO UBS

21543 AMANDA SABRINA CHAVES DE OLIVEIRA SENA CONTADOR

21545 JUCIMAIRA URUPE MACHICAL MONITOR DE CRECHE

21546 ELISANGELA VICENTINI FAZOLO DA SILVA AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

21548 EDYVANIA GONÇALVES DE LIMA MONITOR DE CRECHE

21549 MATEUS DA SILVA MOTORISTA

21551 EDIVAN FERREIRA DE ANDRADE OPERADOR DE MAQUINAS

21554 TATICICLEIDE DA SILVA MOTA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

21555 ANGELAINE LARA FREITAS MERENDEIRA

21556 GERSINDO FRAZAO RIBEIRO MOTORISTA

21558 SIMONE SILVA DO NASCIMENTO PROFESSOR PEDAGOGIA

21561 LUIZ FERNANDO MENEZES CARVALHO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

21564 WELDER OLIVEIRA DOS SANTOS FISCAL DE TRIBUTOS

21567 ALINE VENTUROLI CALDEIRA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

21569 JOICE DE FÁTIMA CARDOSO XIMENES PROFESSOR PEDAGOGIA

21570 MISAEL MARIANO SÃO BERNARDO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

21573 EDYVANIA GONÇALVES DE LIMA MERENDEIRA

21578 THAYSA RODRIGUES DA SILVA GONÇALVES ENFERMEIRO UBS

21580 PAULO RICARDO RODRIGUES VELOZO AGENTE ADMINISTRATIVO

21583 CINTIA CARDOSO BORGES XIMENES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21587 ROSIANE SILVA BINA NOVAKOWSKI AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

21588 BRUNA BARBOSA ALVES RONDAO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

21593 ADRIELLY DANMALLA GOMES DA SILVA MONITOR DE CRECHE

21594 NATANE RODRIGUES DA GRAÇA PROFESSOR PEDAGOGIA

21596 LETICIA DE JESUS SANTANA MONITOR DE CRECHE

21597 MARÍLIA FERREIRA LIMA PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

21599 FAGNER ROGER PEREIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21600 LUDMILA DOS SANTOS ALVES BORDIGNON PROFESSOR PEDAGOGIA

21603 RODRIGO SILVA RODRIGUES ATENDENTE EM SAÚDE

21604 VALERIA LUBE MACHADO AGENTE ADMINISTRATIVO

21605 CAROLINA MARTINS CARREIRO PROFESSOR PEDAGOGIA

21606 KASSIANE APARECIDA DE OLIVEIRA ENFERMEIRO UBS

21613 HILDETE RODRIGUES RAMALHO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

21616 CLEITON LUIZ DOS SANTOS FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

21617 QUEILAMAR FAQUINI TÉCNICO EM ENFERMAGEM

21621 THIAGO LOPES DA SILVA ATENDENTE DE FARMÁCIA

21622 ELIEZER BUENO AGENTE ADMINISTRATIVO

21623 ROSILENE VAZ DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

21624 CRISTIANI RAMOS DUTRA AGENTE ADMINISTRATIVO

21625 ELENILSON SANTANA DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21629 JUCELEI ROBERTO PROFESSOR PEDAGOGIA

21631 JOSÉ OSNI DE OLIVEIRA CAMARGO FISCAL DE TRIBUTOS

21632 CRISTIANE DE MIRANDA SILVA MONITOR DE CRECHE

21634 ADILIO LEANDRO DA COSTA FISCAL DE TRIBUTOS

21639 ABNER MATHEUS BORGES DA COSTA ENGENHEIRO CIVIL

21640 ELIANA ANUNCIAÇÃO DE MORAES MIRANDA PROFESSOR PEDAGOGIA

21641 VITOR HENRIQUE PEREIRA HIPOLITO FISCAL DE TRIBUTOS

21644 SONIA DOS SANTOS TEICHE MONITOR DE CRECHE

21645 ADINALDO FONSECA DE SOUZA ENFERMEIRO UBS

21647 VANIA DA CONCEIÇÃO SOARES TÉCNICO EM ENFERMAGEM

21652 EDNALVA EGUES MENDES ENFERMEIRO UBS

21654 FERNANDA QUEIROZ PESSOA BUENO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21655 JÔNATAS MARCONDES DOS SANTOS ENFERMEIRO UBS

21657 EDENIL FERREIRA DIAS FONSECA PROFESSOR PEDAGOGIA

21658 FERNANDO JORGE CORREA DE PAULA FISIOTERAPEUTA

21659 ANTONIO MARCOS LOUREDA MOTORISTA

21661 ROSANGELA ALVES NERGES MONITOR DE CRECHE

21666 ANA LUIZA CORRÊA DE FRANÇA PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

21668 CLEIDIANE ALVES DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

21669 ADRIANA PEREIRA DE CAMPOS PROFESSOR PEDAGOGIA

21670 ELIAS NUNES DE SANTANA AGENTE ADMINISTRATIVO

21671 DOUGLAS DE ASSUNÇÃO AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

21672 CLEONICE LEANDRO COELHO ENFERMEIRO UBS

21673 DENVER WEILLER DE ASSUNCAO MOTORISTA

21675 CLEONICE LEANDRO COELHO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

21676 ALESSANDRO DA SILVA POQUIVIQUI FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

21677 KAROLINE LUANA NERES CAMARGO MONITOR DE CRECHE

21679 ELISANGELA OLIVEIRA DA SILVA CONTADOR

21681 LUZILEIA CARLOS DE PAULA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

21684 GIRLANE CEZARIO CORREA PROFESSOR PEDAGOGIA

21691 DIEGO PATRICK DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

21693 EDER LEANDRO PAULA PSICÓLOGO

21697 MARIA JOSE DIAS DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

21699 GIRLANE CEZARIO CORREA MONITOR DE CRECHE

21702 SONIA MARIA DA SILVA LOUREDA PROFESSOR PEDAGOGIA

21703 JOSIENE PEREIRA DE SOUZA SILVA ENFERMEIRO UBS

21706 SIRLEIA OLIVEIRA E SILVA POQUIVIQUI MONITOR DE CRECHE

21707 CLEICY FELISBERTO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21713 BRENO GOMES RIBEIRO ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

21714 ERIK GUIMARÃES OKAZAKI MOTORISTA

21715 ALEXSSANDRA REGINA CHOMA SOUZA FISCAL DE TRIBUTOS

21716 CLENILDA APARECIDA DOS SANTOS ENFERMEIRO UBS

21717 SERLANDE SOARES DE CASTRO ELETRICISTA

21722 PAMELA SANTOLIN DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21728 CAMILLA GONZAGA DE SENA DE PAULA PSICÓLOGO

21729 HUMBERTO MANABU ODA FISCAL DE TRIBUTOS

21731 CILENE APARECIDA DE SOUZA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21732 JULIANA SILVA FERREIRA ENFERMEIRO UBS

21736 WELLEN CINTIA DE OLIVEIRA MERENDEIRA

21737 GÉSICA ESPINOSA JOVIÓ AGENTE ADMINISTRATIVO

21739 GLEIZIELLE XAVIER ROCHA PROFESSOR PEDAGOGIA

21743 ERICA FERNANDES DA ROCHA MARTINS PSICÓLOGO

21744 JOSE EDES BARBALHO AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

21745 MARCELO DE MATOS OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

21746 ELIANE SANTANA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

21748 GLEISE XAVIER ROCHA AGENTE ADMINISTRATIVO

21750 PABLO APARECIDO ROCHA FERREIRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

21755 GABRIELY DE SOUZA LOURENCAO NUTRICIONISTA

21757 KAREN TAMARA SANTOS ARQUITETO URBANISTA

21758 CLAUDEMIR PEREIRA RODRIGUES ENFERMEIRO UBS

21759 ANA CATARINA CEBALHO PROFESSOR PEDAGOGIA

21760 EDERSON ESPINOSA JOVIÓ PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

21761 LEIDIENE LEITE FILSINGER DE HOLANDA AGENTE ADMINISTRATIVO

21763 JOANE RAMOS VIANA DE CASTRO PSICÓLOGO

21764 PATRICIA VALERIO DE LIMA AGENTE ADMINISTRATIVO

21765 DARLES CAYRES FERNANDES FILHO AGENTE ADMINISTRATIVO

21766 JACILENE CHAVES DE MELO AGENTE ADMINISTRATIVO

21767 EPITÁCIO GOMES DA SILVA AGENTE DE TRANSITO

21768 WELLINGTON CORREA MOURA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

21769 JAQUELINE APARECIDA NOVAES ZUCHINI AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21771 DANIEL GOMES PEREIRA FISCAL DE TRIBUTOS

21775 HENIVALDO KARLOS GOMES DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

21776 DANIEL GOMES PEREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

21778 CAROLINE STEFANIE RODRIGUES DE SOUSA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21780 LEANDRA APARECIDA DE MORAES ASSISTENTE SOCIAL

21782 EMILI GRACIELE DA SILVA FARMACEUTICO BIOQUIMICO

21784 JESSICO FERREIRA PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

21786 ADRIANA APARECIDA LUIZ SEGANTINI ASSISTENTE SOCIAL

21792 FELICIANA ALVES DE ABREU PROFESSOR PEDAGOGIA

21796 REGIS AMANCIO FIORENTINO AGENTE ADMINISTRATIVO

21801 JOSE WELLINGTON DA SILVA MECÂNICO

21805 MARIANI CRISTINI FERREIRA LEITE AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

21806 FABRICIO ROBERSON DA SILVA LIMA AGENTE ADMINISTRATIVO

21808 KETNY LORRAINE CARDOSO DIAS MONITOR DE CRECHE

21811 RAYANE CLAUDIA DA CRUZ AGENTE ADMINISTRATIVO

21813 SELMA MARTINS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

21814 JOANTA GONÇALVES QUEIROZ ASSISTENTE SOCIAL

21815 ANDERSON MACHADO ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

21820 NEILDES DA SILVA NUNES SIQUEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21822 MARIA CRISTINA ZERI AGENTE ADMINISTRATIVO

21825 CAIO DA SILVA CASTILHO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

21826 TAIS PINTO DE MIRANDA MONITOR DE CRECHE

21828 EDILEUZA APARECIDA DE JESUS SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

21829 JOAO BATISTA BILHEIRO MECÂNICO

21833 CHRISTIANE APARECIDA MORELLE AGENTE ADMINISTRATIVO

21836 WANILSON GENÉSIO RIBEIRO DE FRANÇA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

21840 ADRIANA LUCIA TURIBIO DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

21843 KAMILLA FATIMA GONCALVES DEOLIVEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21844 RANIERI SIMONE LIMEIRA DA CUNHA FARMACEUTICO BIOQUIMICO

21846 ANDREIA MAZZARELLO MAIOLINO FISCAL DE TRIBUTOS

21850 JOSELAYNE LOUREIRO DE MORAES MÉDICO - PSF

21851 ANDRÉ LUIS ARESQUI OLIVEIRA MAGALHÃES SERRA ENGENHEIRO CIVIL

21852 VICTOR VINICIOS TURIBIO DE ARAUJO FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

21857 MIRIAN FERRAI TEIXEIRA DO CARMO FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

21858 KELMA DE ALENCAR DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

21873 MATEUS ANDRADE E SOUSA ELETRICISTA

21874 GERALDO MORAES DO CARMO AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

21875 MATEUS ANDRADE E SOUSA AGENTE DE TRANSITO

21877 KARINA GUIMARÃES CHOCAIR PROFESSOR PEDAGOGIA

21880 GILDO RIBEIRO LIMA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21881 ELISANGELA OLIVEIRA DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21882 JAKELAINE GREGÓRIO AFONSO PROFESSOR PEDAGOGIA

21884 MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PEREIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

21885 ERIVALDO APARECIDO MINARE OPERADOR DE MAQUINAS

21886 ANDRÉIA APARECIDA BARBOSA DOS SANTOS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

21887 ELIETE ALMEIDA DE SOUZA ASSISTENTE SOCIAL

21889 CARLA ALESSANDRA DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

21890 GENESIO LAGASSI VIEIRA MOTORISTA

21891 GISLAINE CRISOSTOMO DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21892 MARINA GOMES DE CARVALHO POLI MÉDICO - PSF

21894 WALDELICIO REZENDE DA SILVA DOS SANTOS AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

21895 BENEDITO ELIO RAMALHO DOS SANTOS ENFERMEIRO UBS

21896 EDILAINE MARQUES RODRIGUES DE OLIVEIRA FISCAL DE TRIBUTOS

21897 POLIANA DA SILVA ALVES MERENDEIRA

21900 JUCIMARA JOSE FERREIRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

21901 GUSTAVO TRALDI BOTELHO DE CARVALHO MECÂNICO

21902 LUIS CREONE MAXIMIANO MERENDEIRA

21904 LILIANE ROSA SIQUEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

21906 SARAH CONCEIÇÃO DA MATA E SILVA BAICERE MONITOR DE CRECHE

21908 CAETANO DEMOLINER CAMPESATTO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

21911 ROSANA APARECIDA DAS CHAGAS MERENDEIRA

21912 FERNANDA REGINA GOMES DE OLIVEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21918 LEONOR RODRIGUES DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21919 LAUDENIR LINS SIQUEIRA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

21922 ANA PAULA DA SILVA E SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

21924 GUSTAVO TRALDI BOTELHO DE CARVALHO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21925 DANIELY NOBRE DE ARAUJO PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

21927 ELISANGELA ARAUJO BARBOSA MONITOR DE CRECHE

21929 MAXSUEL FERREIRA SANTANA PROFESSOR DE GEOGRAFIA

21930 CLAUDINEI RAMOS MOTORISTA

21931 ANA PAULA VALVERDE BELARMINO DE OLIVEIRA MONITOR DE CRECHE

21932 GABRIEL INÁCIO SEGURA DE PAULA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

21935 ANGELICA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

21936 LEONARDO DE OLIVEIRA NUNES FISCAL DE TRIBUTOS

21937 ANDRÉ PERERIRA DIAS ENGENHEIRO CIVIL

21938 ALINE CARLA ARAUJO SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

21939 LAUDICÉIA AUGUSTO DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

21941 ZILKA IRIS VELARDE SOUZA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

21942 CRISLAINE GONÇALVES LIMA DOS SANTOS PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

21943 IGOR NEVES DE OLIVEIRA FISCAL AMBIENTAL

21949 LUCIANE CÂNDIDO DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

21951 AMANDA DE JESUS MARANGONI MERENDEIRA

21952 KATIANE SUZANE DE ASSIS SANTOS ENFERMEIRO UBS

21953 ANDRÉIA APARECIDA BARBOSA DOS SANTOS MERENDEIRA

21955 NÁDIA MARIA RODRIGUES DE OLIVEIRA FISCAL DE TRIBUTOS

21956 JOSIELY DE JESUS MOURA MONITOR DE CRECHE

21958 EDSON CAIÇARA DA SILVA JUNIOR AGENTE ADMINISTRATIVO

21960 THAINARA PONTES PINHEIRO ATENDENTE EM SAÚDE

21961 PENINO MORAES E SILVA PROFESSOR CIÊNCIAS DA NATUREZA

21962 DELCLESIA GOMES VICENTE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21963 FERNANDO DA SILVA LISBOA FISCAL DE TRIBUTOS

21965 ANTONIA CEBALHO GONÇALVES MONITOR DE CRECHE

21966 ODIRLEI PEREIRA DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

21967 NATHALYA RITIELY BATISTA DOS REIS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

21968 NATHÁLIA APPOLARI DA SILVA MONITOR DE CRECHE

21969 JOSE CARLOS GOMES DE OLIVEIRA MOTORISTA

21971 SUELY LEITE MERENDEIRA

21972 ANDERSON GEORGE SANTOS GOMES AGENTE ADMINISTRATIVO

21975 DIANE CAROLINA ATAHIDE VENTURA MONITOR DE CRECHE

21978 ERISLANE APARECIDA DE OLIVEIRA SILVA ENFERMEIRO UBS

21983 SILVIO SERGIO SERENER DOS SANTOS AGENTE DE TRANSITO

21986 WAGNER DE ASSIS SOUZA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

21987 JOSE ALEXANDRE CARVALHO PEREIRA AGENTE DE TRANSITO

21988 TATIANE AZEVEDO MARTINS MERENDEIRA

21989 BEATRIS DA SILVA PERRUT FISCAL DE TRIBUTOS

21990 RODRIGO DE OLIVEIRA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

21994 WILSON BOTELHO DE CARVALHO NETO AGENTE ADMINISTRATIVO

21995 LUIZ RODRIGUES DE ALMEIDA MOTORISTA

21996 GRACIELE DOS SANTOS SILVA GUAÇASSI MONITOR DE CRECHE

21997 ARIANA CEBALHO DE BRITO PROFESSOR PEDAGOGIA

21998 OZANA DE CARVALHO AZAVEDO MONITOR DE CRECHE

22000 EDENIA DE ANDRADE GONZAGA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

22002 DANNUZA CARVALHO PEREIRA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

22003 KEILE BISPO DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

22004 IVANILSO MACIEL SALVATERRA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

22005 CLEIDENEIDE PEREIRA LEITE PROFESSOR PEDAGOGIA

22007 EDINEIA DE OLIVEIRA TOLEDO ASSISTENTE SOCIAL

22008 IVANETE ALVES PRIMO FISCAL DE TRIBUTOS

22009 VERÔNICA DIAS ALMEIDA FISCAL DE TRIBUTOS

22010 EMÔNYCK MAYUMI DA SILVA FONSECA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

22011 SIMONE GALLI ROCHA BRAGATO FONOAUDIÓLOGO

22012 RAFAEL NOGUEIRA DA SILVA AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

22014 ADRIANO SILVA MARINHO MOTORISTA

22015 ADENIR DAVINA DE FRANÇA ENGENHEIRO CIVIL

22018 ANGELITA SILVA MARINHO MONITOR DE CRECHE

22020 CARLYCLEUTON PEREIRA BARBOSA MOTORISTA

22022 DANIEL LUCAS SOARES MASSAVI AUXILIAR ADMINISTRATIVO

22023 GISLENE SALVATERRA CARVALHO PROFESSOR PEDAGOGIA

22024 PAULO ARTHUR GOMES CORSINO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

22025 VANILSA DELUQUE FREITAS MONITOR DE CRECHE

22027 ALISON RIBEIRO FELIX MOTORISTA

22028 THAISA FERREIRA OURIVES ATENDENTE EM SAÚDE

22029 ALISON RIBEIRO FELIX AGENTE DE TRANSITO

22030 ELLEN LETICIA DE OLIVEIRA ALVES FONOAUDIÓLOGO

22031 NELSON LLOPIS DE ARRUDA MOTORISTA

22032 PABLO JUNIOR COSTA MIRANDA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

22033 JONAS BARBOSA DE OLIVEIRA OPERADOR DE MAQUINAS

22034 PEDRO GONCALVES AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

22035 BRUNO RONCOLETTA SOBRINHO FISCAL DE TRIBUTOS

22037 CLEONICE FERREIRA GONCALVES FISCAL DE TRIBUTOS

22038 ROSIANA DA SILVA OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

22041 ELISANGELA MARIA DOS SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

22042 VALÉRIA DE ARRUDA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

22043 LUCAS DOS SANTOS CAMARGO FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

22044 GILSON RICARDO SANTIAGO PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

22045 NILZA DE SOUZA TOMAS AGENTE ADMINISTRATIVO

22046 DOMINGAS REGIANE OLIVEIRA RIBEIRO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

22047 JOSUE RODRIGUES DE LIMA MOTORISTA

22048 RENATA PORTO DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

22051 JOAO VICTOR LIMA TOMAS AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

22055 RAYLANDER ROGER ORTIZ MERENDEIRA

22056 ADRIANA DE SOUZA SANTANA RAMOS AGENTE ADMINISTRATIVO

22057 DANIELLE APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA ATENDENTE DE FARMÁCIA

22059 KHRISTIAN SANTANA RAMOS FISCAL DE TRIBUTOS

22062 ROSEANE ORTIZ PAIVA ATENDENTE DE FARMÁCIA

22063 HUGO NEVES DE OLIVEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

22064 OSIAS FELIPE SANTIAGO AGENTE ADMINISTRATIVO

22065 ANTONIELLE ANTONIELLA MARQUES COELHO FISCAL DE TRIBUTOS

22068 PABLO DIEGO FERRAS MONTEIRO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

22069 MARIA APARECIDA LEMES DA SILVA MERENDEIRA

22073 ROSIMEIRE SOARES TOLEDO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

22075 EDILEUFER JONIS SANTANA LARA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

22078 JORDANIA VIEIRA LUZ MERENDEIRA

22079 JESSICA DINIZ RICARTE MERENDEIRA

22081 SUZELAINE FIDELIZ CONRADO MERENDEIRA

22083 JOAO CLAUDIO DA SILVA CARDOSO MOTORISTA

22084 TATIANE DA CRUZ NUNES MERENDEIRA

22085 WANDERSON FERREIRA DA COSTA OPERADOR DE MAQUINAS

22086 VITOR DE ALCÂNTARA AMORIM AGENTE ADMINISTRATIVO

22087 ARENILZA DA GUIA RIBEIRO FEITOSA DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

22089 HIGOR ALESSANDRE DOS SANTOS CABRAL AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

22090 ANDREIA ARAUJO DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

22091 HIGOR ALESSANDRE DOS SANTOS CABRAL AGENTE ADMINISTRATIVO

22092 KATIA CRISTINA DE ANDRADE GONZAGA FISCAL POSTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

22093 VIVIANE SOUZA DO COUTO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

22094 SOLANGE DOS SANTOS GOMES MERENDEIRA

22095 GUILHERME ALESSIO CUCOLO SOUZA AGENTE DE TRANSITO

22096 ELVIS DE SOUZA CORSINO FISCAL DE TRIBUTOS

22098 FERNANDA COUTO DE SOUZA PROFESSOR PEDAGOGIA

22099 DAIANE DA SILVA MENDES PROFESSOR PEDAGOGIA

22102 MARIA AUXILIADORA DA CHAGA PINHEIRO PROFESSOR PEDAGOGIA

22104 SIDNEI DAVID IGUAL MÉDICO - PSF

22105 JUNIOR RODRIGUES AGENTE DE TRANSITO

22107 ISLAN ANDREY RODRIGUES DA SILVA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

22108 SILVANA PIRINETTI DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGIA

22109 JAQUELINE BARBOSA DA CRUZ PROFESSOR PEDAGOGIA

22111 LEIDIANY VANESSA DOS SANTOS MACHADO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

22112 CONSUELITA ZAMBON ALMEIDA DE JESUS PROFESSOR PEDAGOGIA

22113 GILSON JONAS RODRIGUES FILHO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

22115 CAIO CESAR PRETEL AGENTE DE TRANSITO

22117 MARIA ROSA FERREIRA MERENDEIRA

22118 FELIPE VETTORAZZI MOTORISTA

22120 VERA LUCIA DE CAMPOS PROFESSOR PEDAGOGIA

22121 PAMELA LORRAINE ALVES GALEANO ATENDENTE EM SAÚDE

22122 RAMOXIONE XISTO DA VITORIA PROFESSOR PEDAGOGIA

22124 LUCIMEIRE APARECIDA BOMFIM AUXILIAR ADMINISTRATIVO

22126 VINICIUS BENITES ROJAS SILVÉRIO FISCAL AMBIENTAL

22127 EDNA MARIA ORTIZ DA COSTA AGENTE ADMINISTRATIVO

22128 DERCI ANTONIO DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

22132 JOSE NILSON VITAL JUNIOR AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

22137 MARILUCE BATISTA LEAL BLECHA PROFESSOR PEDAGOGIA

22138 GENILSON LOPES DA SILVA JUNIOR AUXILIAR ADMINISTRATIVO

22139 RONILDA CINTRA MENDES MONITOR DE CRECHE

22140 ÉLIDA MACEDO GOBATI MONITOR DE CRECHE

22141 ÉLIDA MACEDO GOBATI MERENDEIRA

22142 NAYANA PEREIRA DA SILVA ODONTÓLOGO

22143 BRUNA MARIA SOUZA DE OLIVEIRA ENFERMEIRO UBS

22144 JAIR ALVES DA SILVA MOTORISTA

22145 NILSEIA GOMES SALES TÉCNICO EM ENFERMAGEM

22146 CLARICE CONCEIÇÃO BEZERRA MELO ENFERMEIRO UBS

22147 WALDIR COSTA DE OLIVEIRA FILHO ENFERMEIRO UBS

22148 ERIKA DAIANY BALDUINO ALVES PROFESSOR PEDAGOGIA

22149 JANDERSON DOS SANTOS SONAQUE FISCAL DE TRIBUTOS

22150 CLEFFERSON FRANÇA DA SILVA AGENTE DE TRANSITO

22151 ANGELA MARIA DA PAIXÃO ENFERMEIRO UBS

22154 JORGILANE VAILLANT MERENDEIRA

22155 ALEXANDRE PEOVÃO DE OLIVEIRA ASSISTENTE SOCIAL

22157 JOEMERSON VELASCO CAMPOS ENFERMEIRO UBS

22159 ITALO RICARDO BRITO GODOY AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - ENGENHARI

22160 MÉRCIA RODRIGUES DE OLIVEIRA MONITOR DE CRECHE

22161 BRUNIELI FERNANDA DA SILVA BENTO MERENDEIRA

22162 ADELSO ORTIZ FISCAL AMBIENTAL

22163 JEFFERSON LEANDRO COSTA DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO

22164 DOMINGOS ALVES DA SILVA ELETRICISTA

22166 GÉSSICA LORRAYNE DA SILVA GONÇALVES AGENTE ADMINISTRATIVO

22167 HIGOR AUGUSTO FERNANDES DA GUIA ENGENHEIRO CIVIL

22169 ELVIS DE SOUZA CORSINO ATENDENTE EM SAÚDE

22171 ELIVANA MARTINS DA SILVA MERENDEIRA

22173 VANEILA GRACIÉLI DE SOUZA SIMÃO AGENTE ADMINISTRATIVO

22174 ELIZANA DE ALMEIDA CINTRA LACERDA NUNES AUXILIAR ADMINISTRATIVO

22175 VALDINEI RODRIGUES SALGUEIRO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

22176 ABIGAIL DA SILVA CORTEZ FISCAL DE TRIBUTOS

22177 ROBSON MINO NOJIMA AGENTE ADMINISTRATIVO

22178 IVANDRA CRISTIANE OLIVEIRA DA CRUZ AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

22179 SOLANGE CANDELARIA BARBOSA PROFESSOR PEDAGOGIA

22181 THALISON BARBOSA PINHEIRO DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

22182 IVANI OLIVEIRA ADELINO ATENDENTE EM SAÚDE

22184 JOSÉ MARTINS ARAÚJO MENDES MERENDEIRA

22189 RODRIGO RODRIGUES VELOZO AGENTE ADMINISTRATIVO

22190 JOANA D'ARC DA MATA E SILVA BAICERE AUXILIAR INSPETORIA PRODUÇÃO ANIMAL

22191 RENE DA SILVA GRIGORIO AGENTE DE TRANSITO

22192 JAKS DIAS DE AMORIM AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

22193 CRISTIANE APARECIDA DA SILVA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

22194 SUZETE RODRIGUES AGENTE ADMINISTRATIVO

22195 ADRIANO SOARES CORREA PROFESSOR PEDAGOGIA

22196 ROSILENE CINTRA DA SILVA MERENDEIRA

22198 MONALISA PAIVA BARBOSA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO

22200 VICTOR MANOEL DA SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

22203 ANTONIO ALVES DOS REIS JUNIOR ODONTÓLOGO

22205 ANTONIO CRISTIANI GOMES DA SILVA FISCAL AMBIENTAL

22206 SIMONE ANGELICA MIRANDA AGENTE ADMINISTRATIVO

22209 ELSINO DE FREITAS PRIMO AUDITOR PÚBLICO INTERNO - DIREITO/ADMINIS

22210 DAIANE BARROS DE CARVALHO FISCAL DE TRIBUTOS

22211 LUCIANA SANTANA TÉCNICO EM ENFERMAGEM

22212 IGOR SANTANA AGENTE DE TRANSITO

22215 JULIANA DA COSTA MARQUES PROFESSOR PEDAGOGIA

22216 ELENIR RAMOS CABRERA PSICÓLOGO

22217 ROSANGELA ROCHA MACHADO PROFESSOR PEDAGOGIA

22218 FRANCISCO SIDNEY CARVALHO CAVALCANTE FILHO MEDICO VETERINÁRIO

22220 ELIZETH MARTINS DA COSTA PROFESSOR PEDAGOGIA

22223 DALTIVO FIORENZA DOS SANTOS ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

22227 SILVIA FERREIRA DOS SANTOS MERENDEIRA

22228 LUZIENE LÚCIA DE FRANÇA PROFESSOR PEDAGOGIA

22229 LEANDRO FAGUNDES COSTA AGENTE DE TRANSITO

22230 LUANA FERREIRA DOS SANTOS MONITOR DE CRECHE

22234 EDIELLEN OLIVEIRA E SILVA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

22235 PAULO CESAR PEREIRA DO NASCIMENTO ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

22237 ADRIANO JOSE MARTINS AUXILIAR ADMINISTRATIVO

22239 LUCIANA DA SILVA SANTOS PROFESSOR PEDAGOGIA

22240 LUCAS MARCHETTI DE FREITAS FARIA ODONTÓLOGO

22242 SUIBERTO LESSA JUNIOR ENGENHEIRO CIVIL

22243 RICARDO SOARES DE OLIVEIRA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

22248 LENDRO DINIZ GOMES ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

22251 IZABELA TORRES BUFFON ENGENHEIRO CIVIL

22252 BENHUR FRANCISCATTO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

22253 ALCIDES PEREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO

22255 MAURÍCIO AKIRA KIMURA NAKAMURA MÉDICO - PSF

22257 KAREN LUCY SILVA DE OLIVEIRA ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

22269 SANDER JUNIO VIEIRA RODRIGUES FISCAL DE TRIBUTOS

22272 REGIS AMANCIO FIORENTINO FISCAL DE TRIBUTOS

22283 WANIA ROSA SIQUEIRA DE OLIVEIRA PROFESSOR PEDAGOGIA

Total de candidatos homologados: 7979

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI ORDINÁRIA

LEI Nº 1.458 DE 04 DE ABRIL DE 2018.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DAS RUAS DO LOTEAMENTO VEREADOR JOSÉ DE CAMPOS "ZEQUINHA CAMPOS", NO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE-MT.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Municipio de Mirassol d´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, respaldadas pelo art. 61 da Lei Orgânica do Município;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, **APROVOU** em Sessão Ordinária realizada no dia 02 de Abril de 2018 a seguinte Lei e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Artigo 1º - Ficam denominadas as seguintes Ruas do Loteamento Vereador José de Campos "Zéquinha Campos", nesta cidade, que passam a ter as seguintes denominações:

- Rua Projetada "01" passa a denominar-se: Rua Adolfo Prazeres Martins;

- Rua "01" passa a denominar-se: Rua Maria Guilhermina;

- Rua "02" passa a denominar-se: Rua Nilson Tomaz da Silva;

- Rua "03" passa a denominar-se: Rua Diomar Mazotti;

- Rua "04" passa a denominar-se: Rua Izaura Marques Mazotti;

- Rua "05" passa a denominar-se: Rua Antônia Souza Campos;

- Rua "06" passa a denominar-se: Rua Dalva Marques Campos;

- Rua "07" passa a denominar-se: Rua Sonia Miranda de Campos;

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol d´Oeste, sede provisória do Paço Municipal em 04 de abril de 2018.

Euclides da Silva Paixão

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI ORDINÁRIA

LEI Nº 1.457 DE 04 DE ABRIL DE 2018

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR PESSOAL, POR TEMPO DETERMINADO, SEM A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D´OESTE, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, em conformidade com o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal; Lei Complementar nº 087/2009, Lei Complementar nº 158/2016 e, Lei Orgânica do Município.

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, em sessão ordinária realizada no dia 02 de abril do corrente ano **APROVOU** e eu Prefeito **SANCIONO** a seguinte Lei:

Artigo 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar NUTRICIONISTA para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, através de Processo Seletivo Simplificado, sendo o(a) contratado(a) submetido(a) às regras estabelecidas na Lei Complementar 087/2009 e Lei Complementar nº 158/2016 que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo Único - O(a) contratado(a) será segurado(a) obrigatório(a) do Regime Geral de Previdência Social-RGPS, e recolherá contribuição para o INSS-Instituto Nacional do Seguro Social.

Artigo 2º - A contratação de que trata esta Lei destina-se a atender a Licença de Concessão Obrigatória (Licença Maternidade) da titular do cargo, cuja ausência prejudica a execução dos serviços, conforme Inciso VII do Artigo 3º da Lei Complementar nº 087/2009.

Artigo 3º - A descrição sintética e analítica das atribuições, as condições de trabalho, carga horária e os requisitos do cargo previsto no artigo 1º desta Lei são as constantes do Anexo I da Lei Complementar nº 158/2016 e suas alterações.

Artigo 4º - A contratação efetuada no termos desta Lei será feita observando-se os prazos constantes da Lei Complementar nº 087/2009 e suas alterações posteriores, e não geram expectativa de direito à efetivação no serviço público municipal.

Artigo 5º- As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria, vigente no período de contratação.

Artigo 6º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sede Provisória da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Gabinete do Prefeito, em 04 de abril de 2018.

Euclides da Silva Paixão

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
EXTRATO 1° ADITIVO CONTRATO 55/2016

1° ADITIVO CONTRATO 55/2016 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **PAULINI CONSTRUÇOES LTDA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.155.687/0001-22. **Objeto:** prorrogação do prazo de vigência do contrato n° 55/2016, por mais 06 (seis) meses, cujo objeto é a ***Contratação De Empresa Para Requalificação Do Posto De Saúde Rural Do Distrito De Bom Jardim, No Município De Nobres – Mt, Para Atender Ao Termo De Convenio N° 0484/2016/Secid.*** **Data:** 24/03/2017. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz Da Silva – Prefeito Municipal De Nobres e **PAULINI CONSTRUÇOES LTDA EIRELI** – Contratado

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS MÊS DE MARÇO DE 2018.

1° ADITIVO AO CONTRATO N° 04/2017 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres ea empresa **RAQUELAINE DA SILVA MUNIZ GONÇALVES ME,** CNPJ N° 16.579.618/0001-98. **Objeto:** renovação do contrato de ***Prestação De Serviço Com Caminhão Pipa, Caminhão Compactador De Lixo Para Atender As Necessidades Da Secretaria Municipal De Infraestrutura Do Município De Nobres – MT*** por mais 12 (doze) meses e atualização das Dotações Orçamentárias. **Valor:** R$433.000,00 (quatrocentos e trinta e três mil reais). **Data:** 01/03/2018. Assinam – **Sr. Leocir Hanel** – Prefeito Municipal De Nobres e **RAQUELAINE DA SILVA MUNIZ GONÇALVES ME** – Contratado.

1° ADITIVO AO CONTRATO N° 28/2017 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres ea empresa **RENAN RONDON 04116279102**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.529.512/0001-57. **Objeto:** aditivo de valor e supressão, conforme planilha de serviços Anexo ao processo de ***Reforma E Ampliação Da Escola Zeferino Dorneles Costa, Conforme Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro E Memorial Descritivo Que Compõe O Projeto Básico, E Especificações Integrantes Neste Edital. Conforme Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro E Memorial Descritivo Que Compõe O Projeto Básico*. Valor suprimido:** R$ 9.143,73 (nove mil cento e quarenta e três reais e setenta e três centavos). **Valor a ser pago: R$ 55.439,66** (cinquenta e cinco mil quatrocentos e trinta e nove reais e sessenta e seis centavos). **Data:** 23/03/2018. Assinam – **Sr. Leocir Hanel** – Prefeito Municipal De Nobres e **RENAN RONDON 04116279102** – Contratado.

3° ADITIVO AO CONTRATO N° 55/2016 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres ea empresa **PAULINI CONSTRUÇOES LTDA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.155.687/0001-22. **Objeto:** prorrogação do prazo de vigência do contrato n° 55/2016, por mais 06 (seis) meses, conforme justificativa em anexo: Objeto: ***Contratação De Empresa Para Requalificação Do Posto De Saúde Rural Do Distrito De Bom Jardim, No Município De Nobres – MT, Para Atender Ao Termo De Convenio N° 0484/2016/Secid*. Data:** 16/03/2018. Assinam – **Sr. Leocir Hanel** – Prefeito Municipal De Nobres e **PAULINI CONSTRUÇOES LTDA EIRELI** – Contratado.

3° ADITIVO A ATA RP N° 71/2017 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres ea empresa **COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES BUSSOLARO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 36.961.837/0001-44. **Objeto:** ***aditivo do valor do ETANOL e GASOLINA COMUM, considerando aumento combustíveis Governo Federal e atualização da dotação orçamentária 2018*. Valor: ETANOL R$ 3,764 LT – GASOLINA COMUM R$ 4,715 LT. Data:** 29/03/2018. **Assinam** – **Sr. Leocir Hanel** – Prefeito Municipal De Nobres e **COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES BUSSOLARO LTDA** – Contratado.

8° ADITIVO AO CONTRATO N° 20/2013 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres ea empresa **GEXTEC – GESTÃO EM TECNOLOGIA LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob o n.º04.240.771/0001-07. **Objeto:** Renovação do contrato original de Contratação de Empresa visando à ***aquisição de licença de uso de sistema, que possibilite o acompanhamento e gerenciamento das informações necessárias para apuração do índice de participação – IPM, integrado ao sistema de Controle e Gerenciamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, relativo aos contribuintes do município de Nobres – MT,*** por mais 30 (trinta) dias conforme justificativa, parecer jurídico e termo autorização em anexo**. Valor: R$**5.550,11 (cinco mil quinhentos e cinquenta reais e onze centavos). **Data:** 29/03/2018. **Assinam** – **Sr. Leocir Hanel** – Prefeito Municipal De Nobres e **GEXTEC – GESTÃO EM TECNOLOGIA LTDA - EPP** – Contratado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
PORTARIA Nº 284/2018 EM, 05 DE ABRIL DE 2018

PORTARIA Nº 284/2018 EM, 05 DE ABRIL DE 2018.

O Prefeito Municipal de Nortelândia, Sr. Jossimar José Fernandes, no uso de suas atribuições legais e, com fundamentos no Artigo 10º e seus Parágrafos, Incisos e Alíneas, da Lei Municipal nº 061/2007, de 16 de fevereiro de 2007, que dispõe da Criação no âmbito do Município de Nortelândia – MT, do Conselho Municipal de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização do Fundo de Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear as pessoas abaixo relacionadas, como Conselheiros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização do Fundo de Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, representando os seguintes Segmentos, Órgãos e Entidades:

a) Um representante do Conselho Municipal de Educação

Titular: Nilda Gomes Portela

Suplente: Neuracy dos Santos Módolo

b) Um representante do Conselho Tutelar

Titular: Valdina Ascari Bezerra

Suplentes: Lizaura Coelho Portela

c) Um representante dos diretores e/ou coordenadores das escolas públicas municipais

Titular: Rozani Abreu Ormond

Suplente: Enil de Araújo Pinote

d) Um representante dos estudantes da educação básica pública municipal.

Titular: Matheus Antônio da S.Duarte

Suplentes: Gustavo Malaquias de Freitas

e) Um representante dos estudantes da educação básica – Estudantes Secundários.

Titular: Kheara Kerolly Silva

Suplentes: Alcides Martins da Costa A. Lara

f) Dois representantes dos pais de alunos da educação básica da rede pública municipal;

Titular: Rosalina Noronha de Barros

Suplente: Alessandra Cristina Piazeto de Moraes

Titular: Maria Cleide Pereira

Suplente: Kelly Dulce Ascari

g) Um representante do Poder Executivo

Titular: Alessandra de Azevedo Pitaluga

Suplentes: Guilherme Henrique Souza Oliveira

h) Um representante da Secretaria Municipal de Educação ou órgão equivalente;

Titular: Benedito Antônio de Almeida Neto

Suplente: Silvia Portela de Brito

i) Um representante dos professores da educação básica da rede pública municipal

Titular: Gilmara Gomes da Cruz

Suplente: Lourdes Melz

j) Um representante dos servidores apoio e/ou técnico-administrativos das escolas públicas municipais;

Titular: Maria do Bomdespacho Costa

Suplente: Arleti Del Castanhel dos Santos

Art. 2º As funções do Conselho e seus respectivos Conselheiros estarão expressos no Regimento Interno e Lei Municipal 061/2007.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria de Nomeação nº 204/2017 de 06/12/2017, publicada no Diário Oficial da AMM, de 08/12/2017, e as demais disposições com contrário, retroagindo a posse dos membros na data de 18/12/2017, por motivo de adequação da composição do Conselho de Acordo com a Lei Municipal 061/2007**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 05 DE ABRIL DE 2018.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

- PREFEITO MUNICIPAL –

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT

- SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO -

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2018

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2018

O Pregoeiro Oficial e a Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, vem, através deste, comunicar aos interessados que será realizada Licitação na modalidade Pregão Presencial, com o seguinte objeto: Contratação de aquisição de materiais de limpeza, produtos descartáveis e utensílios domésticos, destinados às Secretarias Municipais, conforme descrito no Anexo I do Edital. Tipo: MENOR PREÇO POR item. Data de Abertura: **19 de abril de 2018**. Horário: 08:30 horas. Local: Avenida Prefeito João Macauba, 82, Centro, Nortelândia-MT - CEP: 78430-000. O edital completo e seus anexos estarão disponíveis no site www.nortelandia.mt.gov.br acesse o caminho portal transparencia e após licitações, ou na sede da Prefeitura Municipal, telefone (65) 3346-1411, e-mail: licitacaonortelandia@hotmail.com.

Nortelândia-MT, 05 de abril de 2018.

BRUNA BEATO DE MICHELI

Pregoeira Oficial

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 285/2018, DE 05 DE ABRIL DE 2018.

O Sr. **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo, com base no cap.I, artigo 64 e parágrafo 2° da Lei de n° 155/2010 e Lei Complementar n.º 393/2016 de 13 de Dezembro de 2016.

R E S O L V E:

Art. 1° Nomear a Senhora **Neuracy dos Santos Módolo**, portadora da RG nº 775-183 SSP/MT e CPF nº 522.541.271-87- para a função de "**Secretária Escolar- Cargo de Dedicação Exclusiva**", com direito a 20% de gratificação sob o subsídio, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publica-se, Registra-se, Cumpra-se:

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 5° dia do mês de abril de 2018, 65º da Emancipação Político-Administrativa. 05/04/2018

Jossimar José Fernandes

Prefeito Municipal

Marlene Júlia de Oliveira Scarpat

Secretária de Administração, Planej. e Finanças

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 283/2018, 04 DE ABRIL DE 2018.

Concede parcela do tempo de licença prêmio devida à servidora Neuli Gomes Portela dá outras providências.

O Senhor **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder parcela do tempo de licença prêmio de direito a servidora abaixo relacionado:

Neuli Gomes Portela, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desportos e Lazer do Município de Nortelândia – MT, referente ao período aquisitivo de 12/02/2012 (doze de fevereiro de dois mil e doze) a 12/02/2017 (doze de fevereiro de dois mil e dezessete) cujo gozo se observará no período de 02/04/2018 (dois de abril de dois mil e dezoito) a 02/07/2018 (dois de julho dois mil e dezoito), conforme requerido expressamente pelo servidor em questão.

Art. 2º O presente ato administrativo tem como fundamento o artigo 95, § 2º, da Lei n.º 021/2005 de 11/10/2005 (Estatuto dos Servidores da Administração Direta, Fundações Públicas e Autarquias do Município de Nortelândia-Mt); e o artigo 119, inciso X, da Lei n.º 155/2010 de 12/02/2010 (Estatuto e PCCS dos Profissionais da Educação Básica Nortelândia-Mt);

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 04º dia do mês de abril de 2018, 65º da Emancipação Político-Administrativa. 04.04.2018.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal.

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018

O Pregoeiro Oficial e a Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, vem, através deste, comunicar aos interessados que será realizada Licitação na modalidade Pregão Presencial, com o seguinte objeto: Contratação de aquisição de materiais de limpeza, produtos descartáveis e utensílios domésticos, destinados às Secretarias Municipais, conforme descrito no Anexo I do Edital. Tipo: MENOR PREÇO POR item. Data de Abertura: 18 de abril de 2018. Horário: 08:30 horas. Local: Avenida Prefeito João Macauba, 82, Centro, Nortelândia-MT - CEP: 78430-000. O edital completo e seus anexos estarão disponíveis no site www.nortelandia.mt.gov.br acesse o caminho portal transparência e após licitações, ou na sede da Prefeitura Municipal, telefone (65) 3346-1411, e-mail: licitacaonortelandia@hotmail.com

Nortelândia-MT, 05 de abril de 2018.

BRUNA BEATO DE MICHELI

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO N.03.2018

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO N.03. 2018

A **Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT**,através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeada na **Portaria n 01/2018** do dia 02 de Janeiro de 2018, torna público que se encontra autorizada a realização de licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sobre o **Nº 03/2018**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE**, na forma de Execução direta, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção de proposta mais vantajosa, conforme descrito neste Edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, e subsidiariamente, com a Lei Federal nº 8.666/1993, com a Lei Complementar nº 123/2006, e demais legislações vigentes, bem como as disposições descritas na íntegra deste Edital e em seus anexos.

OBJETO: O objeto da presente licitação tem o objetivo a escolha da proposta mais vantajosa para REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual Contratação de empresa especializada em manutenção e limpeza de poços artesianos, manutenção e reparo de bombas, manutenção em quadros de comando com o fornecimento de peças, Apresentação de relatórios técnico e coordenadas geográficas; Teste de vazão, mínimo de 12 horas com apresentação de relatório fotográfico; em poços localizados na sede e na zona rural do município, de acordo com as condições e especificações estabelecidas no edital e seus anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: **Á Partir do dia 09/04/2018 às 10:00 horas.** (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF);

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: **Á partir do dia 20/04/2018 às 09:00 horas**. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF);

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: **20/04/2018 às 09:30 horas.** (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF);

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **20/04/2018 às 10:30 horas** (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bll.org.br

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através da Pregoeira e Equipe de Apoio.

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico mencionado e site http://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/

DA RETIRADA: O Instrumento Convocatório e seus anexos poderão ser retirados, até a hora marcada para a abertura da sessão no endereço eletrônico mencionado.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pela Pregoeira e Equipe de Apoio na sede da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, sito à Avenida Coronel Botelho n458 – CEP 78.178.000, Nossa Senhora do Livramento - MT, em dias úteis nos horários de 07h00min as 13h00min (Horário de Cuiabá/MT), telefone: (65) 3351-1200 site: http://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/ ou pelo e-mail: licitacao@livramento.mt.gov.br

Nossa Senhora do Livramento-MT., 03 de abril de 2018.

Leonildes Fátima da S. Benevides

Pregoeira 01/2018

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2018.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2018.

Processo: 000820/2018-1.

Assunto: - Contratação de Empresa especializada em prestação de serviços de confecção e instalação de 30m2de prateleiras em MDF no setor de Recursos Humanos, cozinha e arquivo Público Municipal neste município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO para **Contratação de Empresa especializada em prestação de serviços de confecção e instalação de 30m2 de prateleiras em MDF no setor de Recursos Humanos, cozinha e arquivo Público Municipal neste município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento**nº.035/2018, **PESSOA JURIDICA – ARMANDO RODRIGUES DO PRADO 442216811-87 CNPJ: 17.894.961/0001-90**, no valor total contratado de **R$ 15.000,00 (quinze mil reais).**

Despesa que ocorrerá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

11 – Programa, Projeto/Atividade, Natureza da Despesa, Fonte e Valor.						
Secretaria/ PROGRAMA	**RECURSO**	**Projeto/Atividade**	**REDUZIDO DOTAÇÃO**	**Natureza da Despesa**	**Fonte**	**Valor (R$)**
04/0008	PROPRIO	2089 – Manut.das ativ. Sec. finanças	040026	33.90..39.00	0100	**R$ 15.000,00**
VALOR TOTAL ESTIMADO (R$)						**R$ 15.000,00**

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R**$ 15.000,00 (quinze mil reais),** em favor **PESSOA JURIDICA – ARMANDO RODRIGUES DO PRADO 442216811-87 CNPJ: 17.894.961/0001-90,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 035/2018.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 05 de Abril de 2018

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2018.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2018.

Processo: 0793/2018.

Assunto: -

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSFERÊNCIA DE RAMAIS E LINHAS TELEFÔNICAS, INSTALAÇÃO DE CABO DE INTERNET E REPAROS NAS LINHAS TELEFÔNICAS E RAMAIS DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL.

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO para a

"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSFERÊNCIA DE RAMAIS E LINHAS TELEFÔNICAS, INSTALAÇÃO DE CABO DE INTERNET E REPAROS NAS LINHAS TELEFÔNICAS E RAMAIS DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL", Conforme exigências e especificações constantes neste termo de referencia nº.32/2018, pessoa **FÍSICA– CARLOS FAGNER VIEGAS FERRAZ CPF: 032.831.011-59**, no valor total contratado de **R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS).**

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA					
Progama, Projeto/Atividade, natureza da despesa, fonte e valor					
Secretaria	**Reduzido**	Projeto/Atividade	**Natureza da Despesa**	**Fonte**	**Valor(R$)**
ADM	**040024**	2089	**33.90.36.00**	**100**	**2.500,00**
Des.Rural	**100006**	2036	**33.90.36.00**	**100**	**400,00**
Saúde	070007	2030	**33.90.36.00**	**100**	700,00
Ação Social	060007	2022	**33.90.36.00**	**100**	600,00
Educação	050018	2045	**33.90.36.00**	**100**	800,00
VALOR TOTAL					**R$ 5.000,00**

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$ **5.000,00 (CINCO MIL REAIS)**, em favor da pessoa **FÍSICA– CARLOS FAGNER VIEGAS FERRAZ CPF: 032.831.011-59,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 32/2018.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 05 de Abril de 2018.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2018

O Prefeito de Nova Bandeirantes/MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições legais, considerando ser dispensável a licitação, na forma do ART. 24, inciso IV, da Lei Federal n. 8.666/93, aprova a abertura de Processo de Dispensa de Licitação a ser autuado sob n. 005/2018, que tem como objeto a **Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para prestação de serviços de Leito de Retaguarda/Casa De A. A F I C E ADOLESCENTE CAFICA para atender a Secretaria de Saúde do Município de Nova Bandeirantes.**

ITEM	***DESCRIÇÃO DO ITEM***	***QUANTIDADE***
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PACIENTES USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE QUE NECESSITAM DE ABRIGO EM CASA DE APOIO ENQUANTO ESTÃO E TRATAMENTO DE SAÚDE EM CUIABÁ-MT, COM AS SEGUINTE EXIGÊNCIAS ABAIXO • DIÁRIAS DE PERNOITE COM 4 REFEIÇÃO DIÁRIAS (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO, CAFÉ DA TARDE E JATAR; • TRANSPORTE PARA PACIENTES E ACOMPANHANTES AO LOCAL DE SEU RESPECTIVO TRATAMENTO NA CIDADE DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE; • ALOJAMENTO SEPARADOS POR SEXO; • SEGURANÇA MONITORADA POR CÂMERAS DE VÍDEO E GUARDA NOTURNO; • COLCHÕES REVESTIDOS COM MATÉRIA IMPERMEABILIZAVEL; • RAMPAS DE ACESSIBILIDADE; • BANHEIROS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES FÍSICAS,	428

Prefeitura Municipal De Nova Bandeirantes dia 05 Abril De 2018

VALDIR PEREIRA DO SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº057/2017

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº057/2017

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA:**K3 COMERCIO VAREJISTA DE JORNAIS REVISTAS E OUTRAS PUBLICAÇÕES LTDA ME**

CNPJ: **10.676.614/0001-41**

OBJETO: **O Valor** total do aditivo do contrato original com acréscimo de 25% será de **R$ 9.654,50** (nove mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos) para Secretaria Municipal de Administração.

Valor de R$ 9.654,50 (nove mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos)

ASSINATURA: **23 de Março de 2018.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DO CONTRATO N°. 33/2018

EXTRATO DO CONTRATO N°. 33/2018

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **J.E. DE SIQUEIRA JUNIOR & CIA LTDA**

CNPJ: 10.416.308/0001-76

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA FORNECIMENTO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NOVA BRASILÂNDIA – MT.**

VALOR: R$ 13.865,34 (treze mil oitocentos e sessenta e cinco reais e trinta e quatro centavos)

ASSINATURA**: 29 de Março de 2018.**

VIGENCIA: **02 de Abril de 2018 a 02 de Junho de 2018.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DO CONTRATO N°. 34/2018

EXTRATO DO CONTRATO N°. 34/2018

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **NÚBIA CAMPOS MASCARENHAS - ME**

CNPJ**: 11.819.880/0001-79**

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA FORNECIMENTO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NOVA BRASILÂNDIA – MT.**

VALOR:R$ 5.473,30 (cinco mil quatrocentos e setenta e três reais e trinta centavos)

ASSINATURA**: 29 de Março de 2018.**

VIGENCIA: **02 de Abril de 2018 a 02 de Junho de 2018.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 111/2018, DE 13 DE MARÇO DE 2018.

"*Dispõe contratação do senhor Elismar José Neto".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pela Lei nº 671/2017 de 05 de dezembro de 2017, Processo Seletivo Simplificado – Analise de Curriculum nº 003/2017 de 01 de dezembro de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º - Contratar o senhor **ELISMAR JOSÉ NETO,** para exercer o Cargo de **MOTORISTA ESCOLAR,** para transportar os alunos da linha Furnas, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, a partir de 19 de Fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 19 de fevereiro de 2018.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 13 de março de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 110/2018, DE 13 DE MARÇO DE 2018.

"*Dispõe contratação de Motoristas Escolares".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pela Lei nº 671/2017 de 05 de dezembro de 2017, Processo Seletivo Simplificado – Analise de Curriculum nº 003/2017 de 01 de dezembro de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º - Contratar os Profissionais da Educação abaixo relacionados para prestarem serviços na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, a partir de 15 de Fevereiro de 2018.

Nome	Cargo	Linhas
Alzerino Bernardes Aguiar Filho	Motorista Escolar	Caiana II
Delcino Arruda dos Santos	Motorista Escolar	Enedir

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 15 de fevereiro de 2018.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 13 de março de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 109/2018, DE 13 DE MARÇO DE 2018.

"*Dispõe a contratação da senhora Cleonice Maria de Souza".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pela Lei nº 671/2017 de 05 de dezembro de 2017, Processo Seletivo Simplificado – Analise de Curriculum nº 003/2017 de 01 de dezembro de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º - Contratar a Srª. **CLEONICE MARIA DE SOUZA,** para exercer o Cargo de **AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR,** na Escola Municipal Nova Filândia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, a partir de 12 de Março de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 12 de março de 2018.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 13 de março de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 085/2018, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Concessão de pagamento de férias indenizadas a servidora efetiva senhora Viviane Venturin".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Decreto nº 177/2003 de 24 de janeiro de 2003.

R E S O L V E:

Artigo 1º - *Concedera* servidora Efetiva Srª. ***VIVIANE VENTURIN – Cargo em Comissão de Coordenação do Sistema GEO-OBRAS – TCE/MT,*** *o pagamento de Férias Indenizadas, referente ao período aquisitivo de 02/08/2015 a 01/08/2016,* a partir de 26 de fevereiro de 2018.

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 26 de fevereiro de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 084/2018, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018.

Convocação da funcionária efetiva Odenicia Gomes Fonseca Pagane.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art. 101, da Lei nº 366/2008 de 03 de julho de 2008;

RESOLVE

Artigo 1º - CONVOCAR a Servidora Efetiva Srª **ODENICIA GOMES FONSECA PAGANE – TECNICA EM ENFERMAGEM**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para comparecer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para regularização da Situação Funcional, a partir desta data.

Art. 2º - Devido ao termino da Licença para Tratar de Interesses Particulares, concedido através da Portaria nº. 058/2016 em 15 de fevereiro de 2016.

Art. 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 26 de fevereiro de 2018.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 26 de fevereiro de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 108/2018, DE 13 DE MARÇO DE 2018.

"*Dispõe contratação dos Profissionais da Educação".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pela Lei nº 671/2017 de 05 de dezembro de 2017, Processo Seletivo Simplificado – Analise de Curriculum nº 003/2017 de 01 de dezembro de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º - Contratar os Profissionais da Educação abaixo relacionados para prestarem serviços na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, a partir de 27 de Fevereiro de 2018.

Escola Municipal Nova Filândia

Nome	Cargo	Data de Admissão	Carga Horária
Andreia dos Santos	Professora	27/02/2018	25 horas
Nelimar Maria Dias Martins	Professora	27/02/2018	25 horas
Raudina Lenuza Gondim de Freitas	Professora	27/02/2018	25 horas

Escola Municipal Pequeno Príncipe

Nome	Cargo	Data de Admissão	Carga Horária
Idalgisa Soares Alves	Professora	27/02/2018	25 horas
Ivonete Rosa dos Santos	Professora	27/02/2018	25 horas
Wilson Florentino Borges	Professora	27/02/2018	25 horas

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 27 de fevereiro de 2018.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 13 de março de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 1161/2018.

DECRETO Nº. 1161/2018.

"Autoriza o cadastramento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, e dá outras providências."

UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando a Portaria Conjunta FNDE/STN nº 2, de janeiro de 2018, que versa critérios e orientações operacionais, onde as contas bancárias específicas do FUNDEB devem ser mantidas no CNPJ do órgão responsável, neste caso a Secretaria de Educação e Cultura;

DECRETA:

Art. 1° - Fica autorizado o cadastramento junto à Receita Federal visando a criação do CNPJ para a Secretaria de Educação e Cultura, para fins de gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) do município de Nova Lacerda.

Parágrafo Único – Fica determinado que o titular do cargo de Secretário de Educação e Cultura, nomeado pelo Prefeito Municipal, passa a ser o responsável pelo CNPJ que será criado, cujos dados pessoais ficarão vinculados no referido cadastro.

Art. 2º – Fica determinado ao Setor de Contabilidade da Prefeitura de Nova Lacerda, o cadastramento da Secretaria de Educação e Cultura no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, junto a Receita Federal do Brasil.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Nova Lacerda - MT, em 21 de Março de 2018.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS Nº 048/2017 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE

NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, CNPJ/MF Nº

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS Nº 048/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF nº 37.464.989/0001-02, com sede administrativa à Rua Tiradentes, 211 N, na cidade de Nova Marilândia-MT

CONTRATADA: JULIANA APARECIDA DOS SANTOS

OBJETIVO: O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços para exercer o cargo de **"PROFESSORA DE LINGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS,** a ser desempenhado junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo no Município de Nova Marilândia-MT, com jornada de 15 (quinze) horas semanais, reservado o descanso semanal remunerado em razão de não haver funcionário efetivo para ocupar o cargo.

VALOR: R$ 1.381,12 (Hum mil trezentos e oitenta e um reais e doze centavos) mensais.

DATA DE VIGÊNCIA: 04/04/2018 a 21/12/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 33/2017/ DEPTO/ADM/ COMPRAS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº. 33/2017/ DEPTO/ADM/COMPRAS

O MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. 37.465.556/0001-63, neste ato representado pela Prefeita Municipal Sra**BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES**, brasileira, casada, portadora da C.I. RG n. 3.365.940 SSP/PR e CPF/MF nº 788.664.809-91, residente e domiciliada á Rua José Joaquim Vieira nº 88, centro, nesta cidade de Nova Monte Verde-MT, *doravante denominado de* ***CONTRATANTE****, e a Empresa* **MP DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇOES WEB – EIRELLI – ME,** inscrita no CPNJ nº. **14.728.004/0001-03**,com sede na Rua das Caviúnas, nº. 2604, Bairro Jardim Maringá, na cidade de Sinop, Estado de Mato Grosso; neste ato representada pelo Sr. Marcos Paulo de Oliveira Silva, brasileiro, maior e capaz, portador do RG 35.405.864-2 SSP/SP e CPF 021.222.971-07, residente e domiciliado na cidade de Sinop - MT, doravante denominada de **CONTRATADA**, resolvem entre si efetuar o **Primeiro Termo Aditivo do Contrato nº. 33/2017/DEPTO/ADM/COMPRAS** nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93 no que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Objetiva o presente, Aditar o Contrato Administrativo firmado em 07 de Abril de 2017, cujo objeto trata da ***REFORMULAÇÃO TOTAL E MANUTENÇÃO MENSAL PARA O SITE OFICIAL, SUPORTE PERMANENTE EM SERVIÇOS DE EMAIL, PUBLICAÇÕES OFICIAIS, SERVIÇO DE TRANSPARÊNCIA EM ATENDIMENTO A LEGISLAÇÃO VIGENTE, PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE***, para fins de prorrogação do **PRAZO DE VIGÊNCIA e VALOR PACTUADO ,** estabelecidos na Cláusula Décima Segunda e Cláusula Quinta respectivamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

O PRAZO DE VIGÊNCIA DESTE CONTRATO FICA PRORROGADO ATÉ O DIA 07 DE ABRIL DE 2019, E O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL FICA REAJUSTADO para R$ 1.000,00 (um mil reais) mensal, conforme solicitação apresentada pela **CONTRATADA** e aceita pela administração.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Principal naquilo que não contrarie o presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e contratadas, as partes passam a assinar o presente instrumento por si e/ou seus sucessores, em 03 (três) vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito na presença de 02 (duas) testemunhas.

Nova Monte Verde-MT, 05 de Abril de 2018.

MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE **BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES** **PREFEITA MUNICIPAL**	**MP DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇOES WEB – EIRELLI – ME,** **CNPJ: 14.728.004/0001-03** **CONTRATADA**

Testemunhas:

VANUZA APARECIDA ONOFRE TENFEN CPF: 012.818.481-74 RG: 1602658-6 SSP/*MT*	ALESSANDRA MARTA DO NASCIMENTO CPF 984.401.601-00 RG 1438360-8 SSP/MT

LICITAÇÃO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO AVISO DE REDUÇÃO DE PREÇOS

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE REDUÇÃO DE PREÇOS

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2017

PROCESSO Nº. 3748/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE PADARIA **PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE, DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA E DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE**.

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, formada pelos servidores: Johnny Bernatzky - Pregoeiro, Vanuza Aparecida Onofre Tenfen, e Maisa de Oliveira Galvão - Membros da Equipe de Apoio, devidamente instituída através do Decreto nº. 004/2018 de 05 de Janeiro de 2018, torna público aos interessados que fora **REAJUSTADOS** os valores dos itens abaixo relacionados, registrados pela empresa **ROSANGELA APARECIDA DOS SANTOS SILVA 00600079155, CNPJ: 23.712.548/0001-60, conforme apresenta a tabela abaixo:**

Seq.	Cod.	Descrição	Valor Registrado na Ata	Valor Reajustado
13	28898	SALGADO ASSADO 50g	R$ 0,80	R$ 0,55
14	28902	SALGADO FRITO 50gr	R$ 0,80	R$ 0,55

Nova Monte Verde-MT, 05 de Abril de 2018.

JOHNNY BERNATZKY

Pregoeiro

Decreto 042/2017

Vanuza Aparecida Onofre Tenfen Maisa de Oliveira Galvão

Membro Equipe de Apoio Membro da Equipe de Apoio

ROSANGELA APARECIDA DOS SANTOS SILVA 00600079155

CNPJ: 23.712.548/0001-60

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

LEI N° 515 DE 05 DE ABRIL DE 2018.

LEI N° 515 DE 05 DE ABRIL DE 2018.

(PROJETO DE LEI Nº. 005 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2.018 – Do Executivo).

“Dispõe sobre a retificação do Art. 1º da Lei nº 513/2018.”

O Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso **JOÃO TEODORO FILHO**, no uso e gozo de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal, APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1° - O quadro de vagas e remunerações de que tarta a Lei Municpal nº 513/2018 passa a vigoirar com a Seguinte redação:

“Art. 1º - .....

CARGO	QUANT.	C. H.	SAL. BASE R$	SECRETARIA
Professor Indígena	37	25	1.724,00	Sec. Municipal de Educação
Professor Indígena (NR)	37	25	1.461.11	Sec. Municipal de Educação

Artigo 2.º - As demais diposições constantes da Lei Municipal nº 513/2018, permanecem inalteradas

A**rtigo 3.º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a data de 22/02/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Mato Grosso, aos 05 dias do mês de Abril de 2.018.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR N°077/2018 DE 03 DE ABRIL DE 2018.

LEI COMPLEMENTAR N°077/2018 DE 03 DE ABRIL DE 2018.

(Projeto de Lei Complementar nº. 001, de 06 de Fevereiro de 2018 - do Executivo).

“Cria Vagas efetivas na Estrutura Administrava da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

JOÃO TEODORO FILHO*, Prefeito do Município de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:*

Art. 1º *- Ficam criadas as seguintes vagas no Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura, vinculados as Secretarias de Saúde e Esportes:*

EDUCADOR FISÍCO – Sec. de Esportes (1 vaga)

ENFERMEIRO PLANTONISTA – Sec. de Saúde (1 Vaga)

FISIOTERAPEUTA – Sec. de Ação Social (1 Vaga)

Vetado – Emenda Supressiva n°01/2018

Art. 2º *- As Vagas criadas pela presente lei passarão a integrar o quadro de pessoal da Prefeitura, mediante sua inserção nos anexos que compõem a Lei complementar* ***nº 030 e 031/2010 e suas Alterações****.*

Art. 3º *- Os requisitos, carga horária, remuneração e atribuições das vagas de que trata a presente Lei, são as seguintes:*

EDUCADOR FISÍCO:

SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES:

1 - Desenvolver atividades físicas e práticas junto à comunidade;

2 - Veicular informações que visem à prevenção, a minimização dos riscos e à proteção à vulnerabilidade, buscando a produção do autocuidado;

3 - Incentivar a criação de espaços de inclusão social, com ações que ampliem o sentimento de

pertinência social nas comunidades, por meio da atividade física regular, do esporte e lazer, das práticas corporais;

4 - Proporcionar Educação Permanente em Atividade Física/Práticas Corporais, nutrição e

saúde juntamente com as Saúde, esportes e Ação Social, sob a forma de coparticipação, acompanhamento supervisionado, discussão de caso e demais metodologias da aprendizagem em serviço, dentro de um processo de Educação Permanente;

5 - Contribuir para a ampliação da utilização dos espaços públicos de convivência como proposta de inclusão social e combate à violência;

6 - Identificar profissionais e/ou membros da comunidade com potencial para o desenvolvimento do trabalho em práticas corporais, em conjunto com as demais secretarias;

7 - Capacitar os profissionais. Inclusive os Agentes Comunitários de Saúde, para atuarem como facilitadores/monitores no desenvolvimento de atividades físicas/práticas corporais;

8 - Promover eventos que estimulem ações que valorizem Atividade Física/Práticas Corporais e sua importância para a saúde da população.

9 - Desenvolver coletivamente, com vistas a intersetorialidade, ações que se integrem a outras políticas sociais como: educação, esporte, cultura, trabalho, lazer, entre outras;

10 - Promover a gestão integrada e a participação dos usuários nas decisões, por meio de organização participativa com os Conselhos Locais e/ou Municipais.

11 – Acompanhar os atletas Municipais em competições;

12 – Ministrar aulas e acompanhar todos os programas desenvolvidos pela Secretária de esportes;

13 - Outras atividades inerentes à função.

14 - Conduzir veículos automotores no exercício das funções do cargo

Requisitos:

A) Curso Superior em Educação física + Registro no Órgão Competente.

B) Carga Horária: 40 horas semanais

C) Remuneração:

GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR – 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS
EDUCADOR FISICO

Classe	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	Ens.Sup.Completo	**Especialista**	**Especialista/360hs**	**Mestrado**	**Doutorado**
Nível	Vencimento	Vencimento	Vencimento	Vencimento	Vencimento
1	2.586,16	2.663,74	2.741,33	2.818,91	2.896,50
2	2.741,33	2.823,57	2.905,81	2.988,05	3.070,29
3	2.905,81	2.992,98	3.080,16	3.167,33	3.254,51
4	3.080,16	3.172,56	3.264,97	3.357,37	3.449,78
5	3.264,97	3.362,92	3.460,87	3.558,81	3.656,76
6	3.460,87	3.564,69	3.668,52	3.772,34	3.876,17
7	3.668,52	3.778,57	3.888,63	3.998,68	4.108,74
8	3.888,63	4.005,29	4.121,95	4.238,60	4.355,26
9	4.121,95	4.245,60	4.369,26	4.492,92	4.616,58
10	4.369,26	4.500,34	4.631,42	4.762,50	4.893,57
11	4.631,42	4.770,36	4.909,30	5.048,25	5.187,19
12	4.909,30	5.056,58	5.203,86	5.351,14	5.498,42

ENFERMEIRO PLANTONISTA

SINTESE DAS ATRIBUIÇÕES:

1. Prestar cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica a pacientes graves e com risco de vida, que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas;

2. Prestar assistência de enfermagem à gestante, a parturiente e ao recém nato em situação de emergência;

3. Fazer controle de qualidade do serviço nos aspectos inerentes à sua profissão, apoiando os responsáveis pelo desenvolvimento de recursos humanos para as necessidades de educação continuada da equipe;

4. Observar a Legislação vigente e seu respectivo código de ética;

5. Conhecer equipamentos e realizar manobras de extração manual de vítimas em situações de Urgência e emergência.

6. Realizar primeiros socorros no local do trabalho, em caso de acidentes ou doenças, fazendo curativos ou imobilizações especiais, administrando medicamentos, administração de sangue e plasma, controle de pressão arterial, aplicação de respiradores artificiais e outros tratamentos, pondo em prática seus conhecimentos técnicos, para posterior atendimento do médico;

7. Prestar cuidados de conforto ao paciente e zelar por sua segurança durante o atendimento nas urgências e ou emergências;

8. Elaborar plano de enfermagem a partir de levantamento e análise das necessidades prioritárias de atendimento aos clientes doentes e sadio e atendidos em situações traumáticas de urgência;

9. Planejar, organizar, dirigir, supervisionar e avaliar os serviços de enfermagem em urgência e Emergência, atuando técnica e administrativamente, a fim de garantir um elevado padrão de assistência emergencial;

10. Desenvolver tarefas de enfermagem de maior complexidade técnica.

11. Controlar o padrão de esterilização dos equipamentos e instrumentos utilizados, bem como supervisionar a desinfecção dos locais onde desenvolvem os serviços médicos e de enfermagem em situações de emergência;

12. Orientar pacientes e familiares quanto ao tratamento especial a (crianças, idosos e portadores de necessidades especiais) atendidos em situação de urgência e emergência, bem quanto as normas e rotina do Pronto Atendimento.

13. Assumir responsabilidade técnica pelos serviços específicos de enfermagem no atendimento de Urgência e emergência;

14. Prestar consulta de enfermagem à clientela específica, prescrevendo cuidados de enfermagem, nutrição, higiene e medicamentos padronizados em situação de urgência e emergência;

15. Executar os procedimentos de rotina nos casos de doenças epidemiológicas de controle compulsório ligados a situações de Urgência e emergência,

16. Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades na área de Urgência e Emergência;

17. Acompanhar paciente em sua remoção para Unidades Hospitalares de Referencia e quando necessário nos retornos do tratamento fora do domicilio.

18. Executar tarefas correlatas, a critério do superior imediato.

19. manter equipamentos em condições de uso imediato, verificando periodicamente seu funcionamento e providenciando sua substituição ou conserto, para assegurar o desempenho dos trabalhadores de enfermagem intervencionista.

20. Assistir a vitima em situação de urgência/emergência nos âmbitos hospitalar e pré - hospitalar, visando à manutenção da vida, prevenindo danos e sequelas.

21. Desenvolver exclusivamente seu trabalho em hospitais e prontos socorros ou onde necessite de enfermagem intervencionista.

Requisitos:

a) Instrução: Nível Superior Completo Específico;

b) Habilitação: Habilitação legal para o exercício da função, com registro no Conselho Regional da Área.

c) Experiência Mínima de 12 (Doze) meses em Unidade Hospitalar ou Urgência e Emergência

Carga Horária: *12 X 36 horas semanais;*

Especial: *O exercício do cargo e/ou função poderá determinar a realização de viagens e trabalhos aos sábados, domingos e feriados.*

d) Remuneração:

GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR – 12X36 HORAS SEMANAIS					
ENFERMEIRO PLANTONISTA					
Classe	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	Ens.Sup.Completo	**Especialista**	**Especialista/360hs**	**Mestrado**	**Doutorado**
Nível	Vencimento	Vencimento	Vencimento	Vencimento	Vencimento
1	4.896,45	7.344,68	8.323,97	9.890,83	11.261,84
2	5.190,24	7.785,36	8.823,40	10.484,28	11.937,55
3	5.501,65	8.252,48	9.352,81	11.113,34	12.653,80
4	5.831,75	8.747,63	9.913,98	11.780,14	13.413,03
5	6.181,66	9.272,48	10.508,81	12.486,94	14.217,81
6	6.552,55	9.828,83	11.139,34	13.236,16	15.070,88
7	6.945,71	10.418,56	11.807,70	14.030,33	15.975,13
8	7.362,45	11.043,68	12.516,17	14.872,15	16.933,64
9	7.804,20	11.706,30	13.267,14	15.764,48	17.949,65
10	8.272,45	12.408,67	14.063,16	16.710,35	19.026,63
11	8.768,80	13.153,19	14.906,95	17.712,97	20.168,23
12	9.294,92	13.942,39	15.801,37	18.775,75	21.378,33

FISIOTERAPEUTA

Vetado Emenda Supressiva n°01/2018

SITESE DAS ATRIBUIÇÕES

1 - Atender pacientes referendados dos Programas da Secretária de Assistência Social, para reabilitação e cura dos mesmos;

2. Encaminhar para especialistas, quando necessário;

3. Solicitar exames radiológicos para diagnóstico e tratamento;

4. Realizar palestras;

5. Ministrar e participar de treinamentos na área de saúde;

6. Prestar auxilio quando necessário a Secretária de Saúde, em relação aos pacientes hospitalizados, orientação à familiar e clientes na reabilitação;

7. Preparar relatórios mensais relativos às atividades do cargo;

8. Realizar outras tarefas correlatas e afins;

9. Realizar quando necessário atendimento especifico no Lar da Criança;

10. Acompanhar todas as atividades relacionadas aos idosos, inclusive em viagens;

Requisitos:

a) Instrução: Nível Superior Completo Específico;

b) Habilitação: Habilitação legal para o exercício da função, com registro no Conselho Regional da Área.

CARRGA HORÁRIA: 30 Horas Semanais

GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR - 30 (TRINTA) HORAS SEMANAIS					
FISIOTERAPEUTA					
Classe	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
	Ens.Sup.Completo	**Especialista**	**Especialista/360hs**	**Mestrado**	**Doutorado**
Nível	Vencimento	Vencimento	Vencimento	Vencimento	Vencimento
1	4.896,45	5.043,34	5.190,24	5.337,13	5.484,02
2	5.190,24	5.345,94	5.501,65	5.657,36	5.813,07
3	5.501,65	5.666,70	5.831,75	5.996,80	6.161,85
4	5.831,75	6.006,70	6.181,66	6.356,61	6.531,56
5	6.181,66	6.367,10	6.552,55	6.738,00	6.923,45
6	6.552,55	6.749,13	6.945,71	7.142,28	7.338,86
7	6.945,71	7.154,08	7.362,45	7.570,82	7.779,19
8	7.362,45	7.583,32	7.804,20	8.025,07	8.245,94
9	7.804,20	8.038,32	8.272,45	8.506,58	8.740,70
10	8.272,45	8.520,62	8.768,80	9.016,97	9.265,14
11	8.768,80	9.031,86	9.294,92	9.557,99	9.821,05
12	9.294,92	9.573,77	9.852,62	10.131,47	10.410,31

Art. 4º *– Fica alterado o Anexo I do Grupo Ocupacional Profissionais de Ensino Superior, das Leis Complementares de n° 030/2010 e 031/2010, incluindo os cargos constantes dessa Lei Complementar.*

Paragrafo Único – *Fica o departamento de Recursos Humanos autorizado a proceder às atualizações necessárias no prazo de 30 dias.*

Art. 5º - *As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta de dotações próprias do orçamento vigente, e se necessário, suplementadas.*

Art. 6º - *Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

Prefeitura do Município de Nova Nazaré-MT, aos 06 de fevereiro de 2017.

JOAO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 1803 DE 05 DE ABRIL DE 2018.

DECRETO Nº. 1803 DE 05 DE ABRIL de 2018.

Dispõe sobre a nomeação da Responsável Fundo Municipal de Previdencia Social de Nova Nazaré-MT.

João Teodoro Filho, Prefeito do Município de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Tesoureiro Municipal Sr. **ELIZIARIO LUIS DA COSTA JUNIOR,** inscrita no CPF sob o nº433.924.071-00, responsável financeiro pelas contas bancarias da ***Fundo Municipal de Previdência Social de*** Nova Nazaré-MT sob o CNPJ:05.301.456/0001-05, assinando pelas mesmas, junto com o Prefeito Municipal – **João Teodoro Filho**.

Art. 2º - Fica o Tesoureiro Municipal autorizado fazer os atos abaixo descritos:

ABRIR CONTAS DE DEPOSITO AUTORIZAR COBRANCA UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDIÇÕES RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERACÕES REQUISITAR CARTAO ELETRONICO MOVIMENTAR CONTA CORRENTE COM CARTAO ELETRONICO EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO EFETUAR MOVIMENTACAO FINANCEIRA NO RPG CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO EMITIR COMPROVANTES EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE- ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da presente data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Município de Nova Nazaré, em 05 de Abril de 2018.

João Teodoro Filho

Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

PREFEITURA/LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 012/18

Objeto	Aquisição emergencial de medicamentos.
Favorecido	**FARIA EVANGELISTA HOSPITALAR EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ nº 19.944.613/0001-05, Inscrição Estadual nº 105954870 estabelecida na cidade de Goiânia-GO, à Rua do Comércio nº 197, Setor Centro Oeste
Prazo de Vigência	180 (cento e oitenta) dias
Valor global	**R$ 29.983,10 (vinte e nove mil, novecentos e oitenta e três reais e dez centavos)**
Fundamento Legal	art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93
Justificativa	Anexa nos autos do processo de dispensa de licitação nº. 012/2018.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Artigo 26, da Lei nº. 8.666/93 e suas atualizações.

Nova Nazaré – MT, 04 de Abril de 2018.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO Nº 013/2018 PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 120034/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA-MT E A EMPRESA IGUAÇU COMERCIO DE GAS LTDA-ME, cadastrada no CNPJ sob N.º 12.835.034/0001-85.

MOTIVO: ALTERAR A CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO, em razão do fato de que elevou o custo dos produtos, após as devidas negociações junto a fornecedor, conforme disposições contidas na alínea "d" do Inciso II do caput do art. 65 da Lei 8.666/1993.

itens realinhados.

Item	*Unid.*	*Descrição*	*Marca*	*Valor unitário*	*Valor Reajustado*
03	*1 litro*	*Leite longa vida-UHT integral*	*Lacbom*	*R$ 2,20*	*R$ 3,55*
14	*5 kg*	*Arroz- Agulhinha*	*Masson*	*R$ 51,20*	*R$ 68,40*
15	*Unidade*	*Óleo de soja*	*Concordia*	*R$ 3,07*	*R$ 3,70*
41	*dúzia*	*Ovo de galinha*	*Ziane*	*R$ 4,30*	*R$ 5,99*

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE GENEROS ALIMENTICIOS NAO PERECIVEIS DESTINADOS A CONFECÇAO DA MERENDA ESCOLAR E DOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA-MT.

VIGENCIA: 02/04/2018 Ate 30/10/2018.

Nova Olímpia-MT, 02 de abril de 2018.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2018.

TIPO: MAIOR PENCENTUAL DE DESCONTO

A Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o dia 18 de Abril de 2018, ás 08:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT, tendo como objeto o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Peças Originais ou Genuínas para Frota do Município de Nova Santa Helena-MT, conforme especificações e condições constantes no Edital e seus anexos. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – Comissão Permanente de Licitação, sito na Praça João Alberto Zaneti s/nº, Centro – Setor Leste - Nova Santa Helena/MT e no site www.Nova Santa Helena.mt.gov.br

Nova Santa Helena/MT, em 05 de Abril de 2018.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 013/2018

PARTE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.214.704/0001-18.

PARTE CONTRATADA**:E ESCHENATTO LATICINIOS – ME** inscrito no CNPJ de nº **27.723.392/0001-73**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL OU SUAS ORGANIZAÇÕES, OS QUAIS SERÃO DESTINADOS AO FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/MT - ESCOLA MUNICIPAL BRANCA DE NEVE, ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSOR JOSÉ ALVES GOVEA, ESCOLA MONTEIRO LOBATO E ESCOLA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO ANTONIO PELISSARI (VILA ATLÂNTICA) - POR CONTA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE.

DA VIGÊNCIA: **02/04/2018 ATÉ 31/12/2018**

VALOR: **R$: *7.238,00*.**

RESPONSÁVEL PELA CONTRATANTE: TEREZINHA GUEDES CARRARA - Prefeita Municipal de Nova Santa Helena RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA **EDERSON SCHENATTO**: - Contratada

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 010/2018

PARTE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.214.704/0001-18.

PARTE CONTRATADA **A.S VIEIRA DE MIRANDA-ME, inscrita no CNPJ Nº 24.823.774/0001-80**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO CENTRO DE MULTIPLO USO, DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA-MT, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, MEMORIAL DESCRITIVO E TERMO DE REFERÊNCIA**.**

DA VIGÊNCIA: 22/03/2018 ATÉ 31/12/2018

VALOR: **R$: 189.063,91.**

RESPONSÁVEL PELA CONTRATANTE: TEREZINHA GUEDES CARRARA - Prefeita Municipal de Nova Santa Helena RESPONSÁVEL PELA CONTRATAD **ALEXANDRO VIEIRA DE MIRANDA**: - Contratada

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 012/2018

PARTE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.214.704/0001-18.

PARTE CONTRATADA **:JAMIL PINHEIRO** inscrito no CPF: **024.959. 788-86**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL OU SUAS ORGANIZAÇÕES, OS QUAIS SERÃO DESTINADOS AO FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/MT - ESCOLA MUNICIPAL BRANCA DE NEVE, ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSOR JOSÉ ALVES GOVEA, ESCOLA MONTEIRO LOBATO E ESCOLA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO ANTONIO PELISSARI (VILA ATLÂNTICA) - POR CONTA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE.

DA VIGÊNCIA: 02/04/2018 ATÉ 31/12/2018

VALOR: **R$:*23.797,18*.**

RESPONSÁVEL PELA CONTRATANTE: TEREZINHA GUEDES CARRARA - Prefeita Municipal de Nova Santa Helena RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA **JAMIL PINHEIRO**: - Contratada

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 011/2018

PARTE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.214.704/0001-18.

PARTE CONTRATADA**DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA** inscrita no CNPJ nº 01.016.616/0001-13

OBJETO: CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL NAS UNIDADES DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO-KILÔMETRO-PASSEIO E UTILITÁRIO PREFEITURA MUNICIPAL

DA VIGÊNCIA: 27/03/2018 ATÉ 31/12/2018

VALOR: **R$: 156.700,00.**

RESPONSÁVEL PELA CONTRATANTE: TEREZINHA GUEDES CARRARA - Prefeita Municipal de Nova Santa Helena RESPONSÁVEL PELA CONTRATAD **ARMANDO MARTINS DE OLIVEIRA**: - Contratada

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 007/2018

PARTE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.214.704/0001-18.

PARTE CONTRATADA **JOCELIO GIORDANI-ME,** inscrita no CNPJ sob nº 17.781.505/0001-13.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED E SONORIZAÇÃO PARA MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/MT.

DA VIGÊNCIA: 09/03/2018 ATÉ 30/07/2018.

VALOR: **R$ 19.935,00**

RESPONSÁVEL PELA CONTRATANTE: TEREZINHA GUEDES CARRARA - Prefeita Municipal de Nova Santa Helena

RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA. **JOCELIO GIORDANI**: - Contratada

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 009/2018

PARTE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.214.704/0001-18.

PARTE CONTRATADA**ECOPLAST FERRAGENS LTDA-ME**, inscrita no CNPJ nª **22.069.419/0001-32**

OBJETO: Contratação de Empresa para Aquisição de material permanente informática, móveis e eletrodomésticos, conforme descrito no Termo de Referência para atendimento as necessidade da Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviçlos Públicos do Município de Nova Santa Helena/MT

DA VIGÊNCIA: 22/03/2018 ATÉ 22/03/2019

VALOR: **R$:** 17.563,50

RESPONSÁVEL PELA CONTRATANTE: TEREZINHA GUEDES CARRARA - Prefeita Municipal de Nova Santa Helena RESPONSÁVEL PELA CONTRATAD**AGILES ADELINO BECKENKAMP**: - Contratada

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 008/2018

PARTE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.214.704/0001-18.

PARTE CONTRATADA**JANIR S. PEDROTTI-ME**, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 03.138.690/0001-38.

OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FUNERÁRIA, PARA AQUISIÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXÍLIO FUNERAL, REGULAMENTADA PELA LEI MUNICIPAL N. 457/2011, PARA ATENDER A POPULAÇÃO CARENTE ASSISTIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: 13/03/2018 ATÉ 31/12/2018.

VALOR: **R$: 27.210,00**

RESPONSÁVEL PELA CONTRATANTE: TEREZINHA GUEDES CARRARA - Prefeita Municipal de Nova Santa Helena RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA**JANIR SALETE PEDROTTI.**: - Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

PORTARIA Nº. 0222/2018

PORTARIA Nº. 0222/2018

DATA: 02 DE ABRIL DE 2018

"CONCEDE, A SERVIDORA SRA. JUSSARA APARECIDA TEIXEIRA ZIMMERMANN, LICENÇA PREMIO EM GOZO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART.1º. CONCEDER, 02 (DOIS) Meses de **LICENÇA PREMIO,** em gozo**,** a Servidora Sra. **JUSSARA APARECIDA TEIXEIRA ZIMMERMANN**, portadora da Cédula de Identidade RG n**º.** 1828862-6 SSP/MTe CPF nº. 454. 812.454-34, servidora efetiva no cargo de **PROFESSORA,** lotada na Secretaria Municipal de Educação.

PARÁGRAFO UNICO - A Licença que trata o Art. anterior dar-se-á pelo período de 01 de Abril de 2018 a 01 de Junho de 2018.

ART.2º. Revogam-se as disposições em contrario.

ART.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 02 de Abril de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 2.069, DE 2 DE ABRIL DE 2018

LEI MUNICIPAL N.º 2.069, DE 2 DE ABRIL DE 2018

Autoria o Poder Executivo Municipal criar gratificação especial de transporte escolar e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a *gratificação especial de transporte escolar* destinada aos servidores públicos municipais efetivos ocupantes dos cargos de*Apoio Administrativo Educacional – Motorista* e *Motorista*, lotados junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, designados para o trabalho diário e específico de transporte escolar e atividades complementares ao transporte escolar.

§ 1º A gratificação especial de transporte escolar e atividades complementares, corresponderá a um percentual sobre o salário base, quando o servidor for designado para desempenhar as atribuições inerentes ao transporte escolar no período letivo, bem como atividades complementares, aos sábados, domingos e feriados, quando for o caso.

§ 2º Somente farão jus a gratificação especial de transporte escolar abaixo fixadas, os servidores públicos municipais que atuam nas linhas do transporte escolar, conforme discriminadas:

I – Fazenda Jaó – matutino – gratificação de 70% (setenta por cento);

II – Santo Reis - vespetino e Cachoeira - noturno (retorno) – gratificação de 50% (cinquenta por cento);

III – Cachoeira - matutino, vespertino, noturno (ida) – gratificação de 50% (cinquenta por cento);

IV – Fazenda Ana Cláudia – matutino – gratificação de 70% (setenta por cento);

V – Garimpo – matutino – gratificação de 50% (cinquenta por cento);

VI – Fazenda Roberta – matutino – gratificação de 70% (setenta por cento).

§ 3º Havendo alteração nas linhas/trajetos fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar a concessão de gratificações por Decreto.

Art. 2º Embora mantida a jornada normal de trabalho fixada em legislação especifica, os servidores designados para o cumprimento das tarefas descritas no art. 1º desta lei, cumprirão horário especial, de segunda a sexta-feira, inclusive aos sábados, domingos e feriados, de acordo com as necessidades do Município, ficando dispensados do registro e controle de ponto e a percepção de horas extraordinárias, bem como a referida gratificação também dispensa o pagamento de adicional noturno.

Parágrafo único. As gratificações criadas por esta lei somente serão atribuídas durante o período em que o servidor estiver no efetivo exercício da função a ela atinente, e durante os afastamentos que o Regime Jurídico Único considerar como de efetivo exercício.

Art. 3º A gratificação de que trata esta Lei será incluída para todos os efeitos legais no cálculo da remuneração de férias regulamentares, percebendo a gratificação proporcional aos meses de seu exercício no ano letivo, considerando como mês a fração igual ou superior a 15 dias, e da gratificação natalina, bem como nos proventos de aposentadoria, na forma da Lei.

Art. 4º Está Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 2 de abril de 2018

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.173, DE 19 DE MARÇO DE 2018.

DECRETO N.º 3.173, DE 19 DE MARÇO DE 2018.

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.835, de 20 de outubro de 2014, que *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Progressão Funcional*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Maria da Guia Tavares Santana da Paixão**, Professora, Matrícula Funcional 1870, conforme discriminado abaixo:

I - Da Classe/Nível C/02 para a Classe/Nível C/03, período aquisitivo 19/2/2011 a 18/2/2014;

II – Da Classe/Nível C/03 para a Classe/Nível C/4, período aquisitivo 19/2/2014 a 18/2/2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de março de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
1º ADITIVO AO CONTRATO Nº043/2017

COMISSAO DE LICITACAO 1º ADITIVO AO CONTRATO N° 043/2.017

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA, MT e a empresa **JOÃO DIVINO RIBEIRO GOMES - MEI**, inscrita sob o CNPJ de Nº **22.301.856/0001-30**, resolvem alterar os valores do Contrato **N° 043/2.017, conforme PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2017**, atualizar em 6,75% (seis e setenta e cinco por centro), passando o valor licitado de R$ 3,19 (três reais e dezenove centavos) o quilômetro rodado para R$ 3,40 (três reais e quarenta centavos) o quilômetro rodado, com fundamento no artigo 65, II, “d” da Lei 8.666/93.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 2.070, DE 2 DE ABRIL DE 2018.

LEI MUNICIPAL N.º 2.070, DE 2 DE ABRIL DE 2018.

“Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir crédito adicional especial e dá outras providências”.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Especial no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), que será empenhado na seguinte dotação:

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 001 – Divisão de Assistência Social

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 242 – Assistência ao Portador de Deficiência

Programa: 0127 – Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais

Projeto/Atividade: 1.114 – Reforma de banheiros e Construção de cobertura da quadra da APAE-NX

Elemento: 4490.51.00.00.00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Especial de que trata o artigo 1º, no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), serão utilizados recursos provenientes do cancelamento parcial da seguinte dotação orçamentária, do orçamento em curso:

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 004 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 0124 – Assistência Social

Projeto/Atividade: 1110 – Aquisição de Veículos

Elemento: 4490.52.00.00.00

Dotação: 0418

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 2 de abril de 2018

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.172, DE 19 DE MARÇO DE 2018.

DECRETO N.º 3.172, DE 19 DE MARÇO DE 2018.

Altera dispositivos constantes no Decreto n.º 3.157/2018, que dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.835, de 20 de outubro de 2014, que *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;**Decreta**:

Art. 1º O art. 1º do Decreto n.º 3.157, de 14 de março de 2018, que *concede **Progressão Funcional** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Maria Aparecida Rufino da Costa**, Auxiliar de Educação Infantil, Matrícula Funcional 3102 ,referente ao período aquisitivo 5/3/2015 a 4/3/2018*, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Onde se lê:

"da Classe/Nível C/03 para a Classe/Nível C/04"

Leia-se:

"da Classe/Nível B/03 para a Classe/Nível B/04"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de março de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.179, DE 27 DE MARÇO DE 2018.

DECRETO N.º 3.179, DE 27 DE MARÇO DE 2018.

Dispõe sobre a instauração de Auditoria, e dá outras providencias.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

Considerando que a legislação exige dos Gestores Públicos a correta aplicação dos recursos públicos;

Considerando que todo o Gestor Público deve nortear as ações do ente público com austeridade, controle e, principalmente, em atendimento ao princípio da moralidade administrativa, cuja desobediência pode ensejar posterior sanções civis e criminais contra o ordenador de despesas;

Considerando possíveis atos de impropriedades praticados no âmbito da execução do Convênio, celebrando entre o INCRA e a Prefeitura Municipal de Nova Xavantina, CRT/045/2009, SINCONV 724629/2009, objetivando a *construção de estradas vicinais padrão alimentadoras, no PA Santa Cruz, tendo como meta 15,08km, localizados no município de Nova Xavantina – MT*;

Considerando a necessidade de apuração da pratica de possíveis atos de impropriedades administrativa;

Considerando os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público e da economicidade,

Considerando os princípios basilares estatuído na Constituição Federal da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

Considerando, finalmente, que a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, garantindo ao acusado a ampla defesa e o contraditório e conforme determina o artigo 5º LV da Constituição Federal de 1988;

Decreta

Art. 1º Determinar a Auditoria e Controladoria Geral do Município a instauração de Procedimento de Auditoria para averiguar supostas irregularidades e prejuízos ao erário público, oriundos da execução do convênio celebrando entre o INCRA e a Prefeitura Municipal de Nova Xavantina, CRT/045/2009, SINCONV 724629/2009, Processo 5424000003817/2009-82, objetivando *a construção de estradas vicinais padrão alimentadora, no PA Santa Cruz, tendo como meta 15,08 km, localizados no município de Nova Xavantina – MT*.

Art. 2º Determinar que a Auditoria e Controladoria Interna inicie seus trabalhos imediatamente e que proceda a citação do(a)s servidores públicos municipais, pessoas físicas e pessoas jurídicas que participaram de quaisquer atos inerentes a execução do convênio de que trata o art. 1º deste Decreto, para que tenha ciência do teor do presente ato a fim de lhe garantir o previsto no art. 5º, inciso LV da Constituição Federal/88, e art. 212, da Lei Municipal 1.752/2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 27 de março de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.175, DE 22 DE MARÇO DE 2018

DECRETO N.º 3.175, DE 22 DE MARÇO DE 2018

Define os parâmetros de priorização para seleção da demanda dos beneficiários das unidades habitacionais a serem edificadas nos termos da legislação de regência do Programa Minha Casa Minha Vida – entidades do Ministério das Cidades.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; em cumprimento dos dispositivos emanados do Ministério de Estado de Cidades, que dispõe sobre os parâmetros de priorização e o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, modalidade Entidades; **Decreta**:

Art. 1º A hierarquização e seleção da demanda dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida – entidades, atenderão primeiramente aos critérios nacionais, a saber:

a) famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;

b) famílias de que façam parte pessoas portadoras de necessidades especiais; e,

c) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar.

Art. 2º Complementando os critérios nacionais para a seleção da demanda dos beneficiários, a Comissão Municipal de Habitação aprovou o presente e ratifica os seguintes critérios locais adicionais hierarquizados por este Município, como segue:

a) que os beneficiários sejam eleitores no Município, caracterizando assim, seu vínculo legal com o Município;

b) que residam a mais de 02 (dois) anos no Município;

c) terão prioridade os integrantes de cadastros anteriores promovidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Do total das unidades habitacionais será feita reserva de 3% (três por cento), para atendimento aos idosos, em cumprimento ao que dispõe o inciso I do artigo 38 da Lei nº 10.741/2003 e suas alterações (Estatuto do Idoso).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 22 de março de 2018

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.178, DE 23 DE MARÇO DE 2018

DECRETO N.º 3.178, DE 23 DE MARÇO DE 2018

Decreta ponto facultativo e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

- Considerando as solenidades inerentes à Semana Santa;

- Considerando que no dia 30 de março de 2018 (sexta-feira) é feriado nacional - *Paixão de Cristo*;

- Considerando os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público e da economicidade; **Decreta**:

Art. 1º Fica decretado **Ponto Facultativo** no dia **29 de março de 2018 (quinta-feira)**, nos órgãos da Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. **Excluem-se do Ponto Facultativo** de que trata o *caput* deste artigo:

I - os serviços inerentes ao Hospital Municipal Dr. *Daércio de Oliveira Morais* (o Laboratório, o Banco de Sangue, a Central de Regulação e a Farmácia), as Unidades Básicas de Saúde - UBS, Centro de Atendimento Psicossocial - CAPS, Centro de Reabilitação e a Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF;

II - os servidores públicos municipais que integram a *Comissão Interna para o Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público*, que deverão atuar na sede da Prefeitura Municipal, com a finalidade de proceder ao recebimento de títulos e demais documentos, referentes ao Concurso Público Municipal;

III - a Divisão de Limpeza Urbana;

IV - os escalonamentos de trabalho de acordo com a demanda de cada Secretaria.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 23 de março de 2018

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3174, DE 22 DE MARÇO DE 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
CNPJ: 15.024.045/0001-73
Telefone: (66) 3438-2653, Fax: (66) 3438-3296
e-mail: prefeituranovaxavantina@gmail.com
Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro, 78.690-000

DECRETO ESPECIAL N° 3174/2018

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 2066/2018, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1§ - Fica aberto o credito adicional especial no valor de R$ 250.000,00, destinado a dar cobertura as seguintes dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

05.004-DIVISAO DE ORIENTACAO EDUCACIONAL

05.004.12.364.0113.2095.3.3.5.0.43.00.00.00	SUBVENCOES SOCIAIS	R$ 250.000,00

Sub-Total: R$ 250.000,00

Total Geral: R$ 250.000,00

Art.02 - Para dar cobertura será utilizado o valor de R$ 250.000,00, oriundo do cancelamento parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

05.001-FUNDEB

05.001.12.361.0109.1012.4.4.9.0.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	R$ 250.000,00

Sub-Total: R$ 250.000,00

Total Geral: R$ 250.000,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Xavantina, 22 de Marco de 2018.

JOÃO BATISTA FAZ DA SILVA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
RESULTADO TP Nº 005/2018

Prefeitura Municipal de Nova Xavantina

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2.018.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT torna público o resultado do

julgamento referente à TOMADA DE PREÇOS nº 005/2.018, **Objeto: para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA OBJETIVANDO LICITAR OBRA DE REFORMULAÇÃO – FACHADA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, CONFORME PROJETO EM ANEXO.** O certame foi declarado DESERTO.

Nova Xavantina – MT, 05 de abril de 2.018.

JUSCELINO DA ROCHA REIS

Presidente da CPL

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.177, DE 23 DE MARÇO DE 2018.

DECRETO N.º 3.177, DE 23 DE MARÇO DE 2018.

Altera dispositivos constantes no Decreto n.º 3.169/2018, que Dispõe sobre enquadramento de servidor(a), e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe legais que confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no inciso II do art. 47 da Lei Municipal n.º 1. 835, de 21 de outubro de 2014, que *institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **Decreta**:

Art. 1º O Decreto n.º 3.169, de 14 de março de 2018, que *enquadra o(a) Servidor(a) Público(a) Municipal* ***Leia Batista Moura****, no cargo de Apoio Administrativo Educacional – Alimentação Escolar - Profissionalizado, Classe/Nível B/2, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura,* passa a vigorar com a seguinte alteração:

Onde se lê:

Matrícula Funcional 3919

Leia-a se:

Matrícula Funcional 3819

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 23 de março de 2018.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3176, DE 22 DE MARÇO DE 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
CNPJ: 15.024.045/0001-73
Telefone: (66) 3438-2653, Fax: (66) 3438-3296
e-mail: prefeituranovaxavantina@gmail.com
Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro, 78.690-000

DECRETO ESPECIAL N° 3176/2018

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 2068/2018, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1§ - Fica aberto o credito adicional especial no valor de R$ 500.000,00, destinado a dar cobertura as seguintes dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

07.001-DIVISAO DE SAUDE

07.001.17.511.0118.1113.4.4.9.0.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	R$ 500.000,00
07.001.17.511.0118.1113.4.4.9.0.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	R$ 500.000,00
		Sub-Total: R$ 1.000.000,00

09.004-FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

09.004.08.244.0124.2070.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	R$ 140.000,00
		Sub-Total: R$ 140.000,00
		Total Geral: R$ 1.140.000,00

Art.02 - Para dar cobertura será utilizado o valor de R$ 500.000,00, oriundo do cancelamento parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

09.004-FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

09.004.08.244.0124.1054.4.4.9.0.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	R$ 640.000,00
09.004.08.244.0124.1054.4.4.9.0.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	R$ 640.000,00
		Sub-Total: R$ 1.280.000,00
		Total Geral: R$ 1.280.000,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Xavantina, 22 de Marco de 2018.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 078/2018

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte /MT, no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear os Membros abaixo relacionados para compor a Comissão de Reestruturação da Lei 550/2001- que Dispõe sobre o Código Tributário do Município de Novo Horizonte do Norte.

André Luiz Gomes Razine - Secretário de Administração

Ana Rigel Souza Santos - Controladora Interno

Half Bronner Rodrigues - Chefe do Deptº de Finanças e Orçamento

Amilton da Silva Amaral - Secretário de Educação, Cultura e Turismo

Patricia Jamariqueli Castilho - Secretária de Finanças e Orçamento

João Carlos de Oliveira - Agente Instrumental

Rosemeire Dias Amorim - Agente Administrativo

Iori & Sanches/Advogados Associados – Assessoria Jurídica

Representantes do Legislativo Municipal:

Vereadores: **Geraldo Pereira Gomes**

Rodrigo Marques Domingos

Maria Aparecida de Oliveira Gorges

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 050, de 08 de fevereiro de 2018 e demais disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, em 04 de fevereiro de 2018.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

CONVENIOS E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 010/2018

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 010/2018

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	***RUDDY RIMER HOCUVERE GUAYAO – ME***, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita sob o CNPJ n° 22.575. 803/0001-07, com sede na Tv. Dos Ingazeiros, nº 36, Bairro Centro, Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso, neste ato representada por seu sócio proprietário Sr. ***RUDDY RIMER HOCUVERE GUAYAO,*** brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Guarantã do Norte/MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº G0828962 DPF e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 704.500.711-62
Objeto	Contratação de profissional médico para atendimento da população de Novo Mundo, para plantões noturnos e diurnos (nos casos de feriado) com carga horária de 12 horas diárias (das 19:00 às 07:00 do dia seguinte), e 12 horas diurnas (das 07:00 às 19:00, nos dias de feriados) todas segundas-feiras e terças-feiras, e as *primeiras* e *segundas* quartas-feiras do mês, incluindo as remoções de pacientes para o município de Peixoto de Azevedo
Valor	O valor global para prestação dos serviços ora contratado será de R$ 117.412,80 (cento e dezessete mil quatrocentos e doze reais e oitenta centavos), porem o pagamento será realizado mediante a Quantidade de Plantões Realizados no mês no valor de 962,40 (novecentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos) por plantão.
Prazo de Vigência do Contrato	O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 20/03/2018 a 31/12/2018).
Dotação Orçamentária	158- 06.002.10.301.0016.2041.3390.39.00 Órgão: Secretaria de Saúde Local: Fundo Municipal de Saúde
Origem	Processo Licitatório, modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 008/2018

Novo Mundo/MT, 20 de Março 2018.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL
NOTIFICAÇÃO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO 006/2018

TERMO DE NOTIFICAÇÃO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO QUE FAZ A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO – MT PARA A EMPRESA L. LIMA DO NASCIMENTO- ME

A **CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO,** Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrada no CNPJ sob nº **01.623.513/0001-11**, situada na Av. Ayrton Senna, s/n.º, Setor II, na cidade de Novo Mundo/MT**,** neste ato representada por seu Presidente Vereador **MARCOS ANTONIO BESSA**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 487.936.711-12, residente e domiciliado na Av. Ayrton Senna, s/n, centro, na cidade de Novo Mundo/MT, aqui denominado de **CONTRATANTE/NOTIFICANTE:**

Resolve rescindir unilateralmente o Termo de Contrato 006/2018 em referência, fundamentado na Cláusula Decima Terceira do Contrato firmado com a empresa:

13 – RESCISÃO

13.1 – A rescisão do presente contrato pode ser de acordo com o estabelecido nos artigos 78 e 79 da Lei Federal nº. 8.666/93.

13.1.1.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo a que se refere o Contrato;

L. LIMA DO NASCIMENTO- ME, Pessoa Jurídica de direito Privado,com sedena cidade de Matupá, no bairro Uniao, Rua 20, ZH2, Estado de Mato Grosso inscrita no CNPJ/MF 11.300.387/0001-18,neste ato representado por **LEANDRO LIMA DO NASCIMENTO,** portadora da Célula de Identidade RG nº 1760313-7 e inscrito no CPF/MF sob o 022.073.631-63, doravante e denominado simplesmente **CONTRATADO/NOTIFICADO.**

Em observância aos preceitos legais e às clausulas contratuais estabelecidas entre as partes, o Notificante que vos subscreve, vem formal e respeitosamente **INFORMAR E NOTIFICAR A RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO 006/2018 de Prestação de Serviços de Produção e Divulgação de matérias institucionais da Câmara Municipal de Novo Mundo via Web site Olhar Cidade**, de acordo com a Lei n. º 8.666/93 de 21/06/1993 e suas posteriores alterações, justificada pelos fatos que a seguir passa a expor:

A referida notificação da Rescisão Unilateral, possui como fundamentos às razoes previstas nos arts. 79 inc. I e 78 inc. XII da Lei 8.666/93 e ao estabelecido nos itens 13.1 e 13.1.1.6 da cláusula Decima Terceira do referido contrato entre as partes.

Em síntese, **CONTRATO 006/2018** fora firmado em 01/02/2018, num valor global de R$: **8.800,00** (Oito mil e oitocentos reais) para o qual já foram liquidadas e pagas 02 (DUAS) parcelas, no valor de R$: 800,00 (Oitocentos reais).

Considerando a reorganização administrativa da Câmara Municipal, visando reduzir as despesas do órgão mediante a um planejamento financeiro necessário para adequar as despesas à redução substancial do orçamento para 2018 em face do orçamento que foi executado em 2017, haja visto que a redução orçamentaria para este ano foi de R$: 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais) e, em contrapartida, houve o aumento de despesas, causando assim um descontrole financeiro que precisa ser solucionado.

Considerando ainda que apesar da redução dos recursos acima mencionadas, a câmara municipal vem enfrentando sérios problemas com a estrutura da cobertura do prédio que necessita urgentemente ser avaliada por um engenheiro para ser concertada, fato este que causará dispêndio financeiro relevante e urgente, faz-se necessário a redução imediata de outras despesas para formação de reserva financeira, motivo pelo qual, atendendo ao interesse público, baseado nos ditames legais que assim amparam tal decisão (ar. 78, inciso XII da Lei 8.666/93), lhe informamos que em atendimento a legislação vigente e inerente ao caso:

Considerando que publicidade, apesar de sua importância, não está entre as prioridades da atual gestão, e mediante a reativação do site próprio e oficial da Câmara Municipal, além das mídias sociais institucionais como facebook e grupos de watzapp disponíveis para serem utilizadas sem nenhum custo financeiro ao orgão, optou por suprimir a despesa oriunda do citado contrato.

Abre-se o prazo legal de 05 (cinco) dias úteis para o contraditório e a ampla defesa, nos termos do inciso I do art. 109 da Lei Federal 8.666/93, caso haja o desejo de manifestar-se sobre esta decisão.

Fique ciente a notificada que deverá efetuar os serviços normalmente durante o prazo estipulado de 30 dias do aviso prévio, sem prejuízo de valores, uma vez que a CONTRATANTE efetuará o pagamento da terceira parcela do contrato integralmente, conseguinte, editará termo de Rescisão Unilateral de Contrato, no primeiro dia útil após o termino do aviso prévio.

Publique-se o presente termo na imprensa oficial, observando as condições do item 13.1 do contrato administrativo 006/2018.

Novo Mundo MT - 05 de Abril de 2018.

MARCOS ANTONIO BESSA

Presidente 2018

CAMARA MUNICIPAL
NOTIFICAÇÃO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO 003/2018

TERMO DE NOTIFICAÇÃO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO QUE FAZ A CAMARA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO – MT PARA A EMPRESA BOM JESUS PAPELARIA E INFORMATICA

A **CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO,** Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrada no CNPJ sob nº **01.623.513/0001-11**, situada na Av. Ayrton Senna, s/n.º, Setor II, na cidade de Novo Mundo/MT**,** neste ato representada por seu Presidente Vereador **MARCOS ANTONIO BESSA**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 487.936.711-12, residente e domiciliado na Av. Ayrton Senna, s/n, centro, na cidade de Novo Mundo/MT, aqui denominado de **CONTRATANTE/NOTIFICANTE:**

Resolve rescindir unilateralmente o Termo de Contrato 003/2018 em referência, fundamentado na Cláusula Nona do Contrato firmado com a empresa:

CLÁUSULA NONA – DA HIPÓTESE DE RESCISÃO DO CONTRATO:

9.1 - São motivos ensejadores da rescisão contratual, sem prejuízo dos demais motivos previstos em lei e neste instrumento.

(...) d) - Razões de interesse público, devidamente justificados;

9.2 - **A rescisão poderá ocorrer também por ato unilateral, nos casos elencados no art. 78, inciso I a XII, da lei 8.666/93;**

(...)

9.4 - **Fica acordado entre as partes que se a rescisão contratual ocorrer por interesse da CONTRATANTE, fica está obrigada a comunicar por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.**

BOM JESUS PAPELARIA E INFORMATICA, inscrita no CNPJ 21.198.415/0001-91, nesse ato representada pelo seu sócio administrador, Sr. **RAFAEL GUEDES**, pessoa física de direito privado, inscrito no CPF sob o n. º 008.731.189/52 e da RG nº 8.075.615-1 SSP/PR, residente e domiciliado na Av. Ayrton Senna, s/n, Bairro centro, na cidade de Novo Mundo – Estado de Mato Grosso, Cep: 78.528-000, aqui denominado simplesmente **CONTRATADO/NOTIFICADO.**

Em observância aos preceitos legais e às clausulas contratuais estabelecidas entre as partes, o Notificante que vos subscreve, vem formal e respeitosamente **INFORMAR E NOTIFICAR A RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO 003/2018 DE PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS NA AREA DE INFORMATICA**, justificada pelos fatos que a seguir passa a expor:

Notifica-se a rescisão unilateral do **CONTRATO 003/2018 DE PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS NA AREA DE INFORMATICA**, que possui como objeto “contratação de serviços técnicos na área de informática, compreendendo manutenção e configuração dos equipamentos de informática, computadores, servidores, impressoras e redes de internet”, a Lei n. º 8.666/93 de 21/06/1993 e suas posteriores alterações.

Referida notificação da Rescisão Unilateral, possui como fundamentos às razoes previstas nos arts. 79 inc. I e 78 inc. XII da Lei 8.666/93 e ao estabelecido nos itens 9.1 alínea d, e 9.4 da cláusula Nona do referido contrato entre as partes.

Em síntese, o Contrato de prestação de serviços técnicos de informática sob nº 003/2018 fora firmado em 11/01/2018, expedindo-se o Empenho Estimativo 001/2018 para o qual já foram liquidadas e pagas 03 (Três) parcelas, sendo uma no valor de R$: 1.300,00 (Mil e trezentos reais) e duas no valor de R$: 1.500,00 Mil e quinhentos reais.

Considerando a reorganização administrativa da Câmara Municipal, visando reduzir as despesas do órgão mediante a um planejamento financeiro necessário para adequar as despesas à redução substancial do orçamento para 2018 em face do orçamento que foi executado em 2017, haja visto que a redução orçamentaria para este ano foi de R$: 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais) e, em contrapartida, houve o aumento de despesas, causando assim um descontrole financeiro que precisa ser solucionado.

Considerando ainda que apesar da redução dos recursos acima mencionadas, a câmara municipal vem enfrentando sérios problemas com a estrutura da cobertura do prédio que necessita urgentemente ser avaliada por um engenheiro para ser concertada, fato este que causará dispêndio financeiro relevante e urgente, faz-se necessário a redução imediata de outras despesas para formação de reserva financeira, motivo pelo qual, atendendo ao interesse público, baseado nos ditames legais que assim amparam tal decisão (ar. 78, inciso XII da Lei 8.666/93), lhe informamos que em atendimento a legislação vigente e inerente ao caso:

Abre-se o prazo legal de 05 (cinco) dias úteis para o contraditório e a ampla defesa, nos termos do inciso I do art. 109 da Lei Federal 8.666/93, caso haja o desejo de manifestar-se sobre esta decisão.

Fique ciente a notificada que deverá efetuar os serviços normalmente durante o prazo estipulado de 30 dias do aviso prévio previsto na clausula nona, item 9.4, sem prejuízo de valores, uma vez que a CONTRATANTE efetuará o pagamento da quarta parcela do contrato integralmente, conseguinte, editará termo de Rescisão Unilateral de Contrato, no primeiro dia útil após o termino do aviso prévio.

Publique-se o presente termo na imprensa oficial, observando as condições do item 9.4 do contrato administrativo 003/2018.

Novo Mundo MT - 05 de Abril de 2018.

MARCOS ANTONIO BESSA

Presidente 2018

LICITIÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2018 PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2018 ATO DE HOMOLOGAÇÃO DO OBJETO

Tendo em vista o que consta dos autos do Processo de Licitação realizado na modalidade de Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 010/2018, e os demais resultados apresentados pela Equipe Pregoeira, **homologo** o presente certame para todos os efeitos previstos em lei. O objeto do Processo Licitatório é a **Aquisição de Implementos Agrícolas que compõem Patrulha Mecanizada para Atendimento à Secretaria de Agricultura do Município de Novo Mundo**, de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência.

Novo Mundo – MT, em 05 de Abril de 2018.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

CONVENIOS E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 011/2018

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 011/2018

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	***NAYARA NEVES DA SILVA - ME***, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita sob o CNPJ n° 27.165.843/0001-02, com sede na Av. Sebastião Alves Junior, nº 921, bairro Centro, Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso, neste ato representada por seu sócio proprietário Sr. ***NAYARA NEVES DA SILVA*****,** brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Guarantã do Norte/MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral № 5055381SSP/GO e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o № 037.107.681-10
Objeto	**Contratação de profissional médico para atendimento da população de Novo Mundo, para plantões noturnos e diurnos com carga horária de 12 horas diurnas (das 07:00 às 19:00) e 12 horas noturnas (das 19:00 às 07:00 do dia seguinte), todos terceiro e quarto final de semana do mês, e plantões noturnos com carga horária de 12 horas (das 19:00 às 07:00 do dia seguinte) todas *quinta* quarta-feira do mês, incluindo as remoções de pacientes para o município de Peixoto de Azevedo.**
Valor	O valor global para prestação dos serviços ora contratado será de R$ 88.540,80 (oitenta e oito mil quinhentos e quarenta reais e oitenta centavos), porem o pagamento será realizado mediante a Quantidade de Plantões Realizados no mês no valor de R$ 962,40 (novecentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos) por plantão.
Prazo de Vigência do Contrato	O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 20/03/2018 a 31/12/2018).
Dotação Orçamentária	158- 06.002.10.301.0016.2041.3390.39.00 Órgão: Secretaria de Saúde Local: Fundo Municipal de Saúde
Origem	Processo Licitatório, modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 008/2018

Novo Mundo/MT, 20 de Março 2018.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO Nº 32/2018

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**RONALDO APARECIDO FERREIRA SANCHES,** portador da cédula de identidade Nº 41663CTPS/ES e CPF N°.009.567.541-80, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	Rescisão do contrato temporário, com o objeto de contratação de **VIGIA,** Nível médio, lotado e a disposição da **EMEB "Creche Municipal Mundo Mágico."**
Vigência do Contrato	**10/02/2018 a 03/03/2018**

Novo Mundo/MT, 03 de Março de 2018**.**

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO 46/201/8

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**EWERTON DUARTE DE MORAIS,** portador da cédula de identidade Nº 2112776-0 SSP/MT e CPF N°.055.900.751-57, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	Rescisão do contrato temporário, com o objeto de contratação de **VIGIA, Nível médio, lotado e a disposição da E.M. "ALCIDES FERREIRA PRIMO"**
Vigência do Contrato	**08/02/2018 a 03/03/2018**

Novo Mundo/MT, 03 de março de 2018**.**

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO 31/2018

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**CICERO ALEXANDRE KOEHNLEIN,** portador da cédula de identidade Nº 60482314 SSP/PR e CPF N°.806.323.869-91, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	Rescisão do contrato temporário, com o objeto de contratação de **VIGIA, Nível médio, lotado e a disposição da E.M. "ALCIDES FERREIRA PRIMO"**
Vigência do Contrato	**19/02/2018 a 28/03/2018.**

Novo Mundo/MT, 28 de março de 2018**.**

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

CONVENIOS E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 009/2018

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 009/2018

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	***SIRLENE SANTOS ZANE EIRELLI***, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita sob o CNPJ n° 12.073.035/0001-30, com sede na Av. Alcides Moreno Capelini, nº 850, centro, Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso, neste ato representada por sua sócia proprietária Sra. ***SIRLENE SANTOS ZANE*****,** brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Guarantã do Norte/MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral № 1159397-0 e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o № 825.713.331-00
Objeto	**Contratação de Empresa Para Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva, da Rede Elétrica dos Órgãos Públicos Municipais e Para a Rede de Iluminação Pública do Município de Novo Mundo – MT**
Valor	Pelos serviços do objeto ora contratado, o **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** o valor total de **R$ 89.000,00 (Oitenta e Nove Mil Reais)**, dividido em 10(dez) pagamentos de R$ 8.900,00(oito mil e novecentos reais) cada.
Prazo de Vigência do Contrato	O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 07/03/2018 a 31/12/2018).
Dotação Orçamentária	Conforme discriminado a seguir: 09.003.15.752.0009.2021.3390.39.00
Origem	Processo Licitatório, modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 005/2018

Novo Mundo/MT, 07 de Março 2018.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2018

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2018

PROCESSO Nº 017/2018

TIPO: Menor Preço por item

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio – MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial 006/2018, cuja abertura ocorreu às 09h00min do dia **05 de Abril de 2018**, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Avenida 29 de setembro, n°.244, Centro, Novo Santo Antônio, Cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, PAPELARIA, PEDAGÓGICO E DIDÁTICO EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT.**

Sagrando vencedoras empresas abaixo descritas:

EMPRESA	CNPJ	QUANT ITENS	VALOR TOTAL
MARIA JOSÉ DOS REIS NETO-EPP	10.226.940/0001-57	159	R$ 267.852,16
COMPATIVEL COMERCIO MATERIAIS PARA ESCRITORIO E INFORMATICA EIRELI - ME	28.372.398/0001-06	32	R$ 86.179,31
FOCO PAPELARIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME	22.579.608/0001-55	47	R$ 46.390,56

VALOR TOTAL R$: 400.422,03 (QUATROCENTOS MIL E QUATROCENTOS E VINTE DOIS REAIS E TRÊS CENTAVOS)

A Ata Integral de Registro de Preços da empresa acima citada, se encontra à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT, sito a Rua 29 de Setembro nº 244, Centro Novo Santo Antônio-MT.

NOVO SANTO ANTONIO-MT, **05 de Abril de 2018.**

EVA RODRIGUES BRITO

Pregoeira Oficial

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 004/2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 004/2018.

No dia 02 de Abril do ano de 2018, compareceram de um lado a (o) **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, Estado de MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.199.966/0001-50 com sede à Avenida 29 de Setembro nº 244, Centro, Novo Santo Antônio - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, , neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. Identidade nº 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-9, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº. 005/2018, Processo Licitatório nº. 010/2018** que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) **Registro de preços para futura e eventual aquisição de diversos materiais de construção para entrega fracionada de acordo com as necessidades das secretarias municipais de Novo Santo Antônio-MT** Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Empresas	CNPJ/CPF	Nome do representante	CPF
L.P DOS SANTOS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO - ME	05.511.353/0001-70	LENITA PEREIRA DOS SANTOS FERNANDES	441.644.241-68
MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO FERRAMENTAS E EPI S LTDA	14.888.303/0001-05	COLEMAR INACIO DA ROCHA FILHO	819.012.081-68
ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA	00.226.324/0001-42	ALESSANDRO MARTINS MIGUEL	788.729.281-68

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02 subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 7.892/2013 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Registro de preços para futura e eventual aquisição de diversos materiais de construção para entrega fracionada de acordo com as necessidades das secretarias municipais de Novo Santo Antônio -MT, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de **Menor Preço Por Item**, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: L.P DOS SANTOS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO-ME CNPJ:05.511.353/0001-70

NR. ITEM	DESCRIÇÃO PRODUTO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA
3/433	MANGUEIRA 3/4 3MM	325,00	R$ 1,960	R$ 637,00	PLASTILIT
4/433	MASSA CALAFETAR 350 GR	65,00	R$ 8,940	R$ 581,10	FILETE
12/433	TUBO DE PVC - TUBO DE PVC , PARA ESGOTO, BRANCO, DN 300MM 6 METROS DE COMPRIMENTO	10,00	R$ 350,000	R$ 3.500,00	PLASTILIT
27/433	BARRA DE FERRO TRELIÇA COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 1/4X4,2MMX6MM	30,00	R$ 27,000	R$ 810,00	CIFENSA
28/433	BARRA DE FERRO - DE FERRO, UTILIZADA EM SERVICOS DIVERSOS, COM DIAMETRO DE 3/8 12 MM	25,00	R$ 40,320	R$ 1.008,00	GERDAU
32/433	BARRA MACICA - BARRA ROSCADA MACICA DE ACO CARBONO ACABAMENTO POLIDO OU ZINCADO DIAMETRO 3/8" COMPRIMENTO 1 METRO	115,00	R$ 4,000	R$ 460,00	CISER
33/433	BARRA MACICA - BARRA ROSCADA MACICA DE ACO CARBONO ACABAMENTO POLIDO OU ZINCADO DIAMETRO 5/16" COMPRIMENTO 1 METRO	61,00	R$ 3,650	R$ 222,65	CISER
37/433	PARAFUSO COM PORCA - DE FERRO, TIPO GANCHO, NAS DIMENSOES 366MM X 110MM, PARA SER UTILIZADO EM TELHA DE FIBROCIMENTO.	13,00	R$ 40,000	R$ 520,00	CISER
39/433	PARAFUSO PARA FIXACAO DE ACESSORIOS HIDRAULICOS - DE LATAO, COM PORCA, DO TIPO SEM CABECA,, NAS DIMENSOES N 10,, DEVENDO SER ENTREGUE COM BUCHA, PORCA E ARRUELA, PARA SER UTILIZADO NA FIXACAO DE VASO SANITARIO, LAVATORIO E COLUNA	89,00	R$ 1,940	R$ 172,66	CISER
47/433	PARAFUSO COM PORCA SOBERBA E ROSCA - DO TIPO CABECA CHATA, NAS DIMENSOES BITOLA 5.5 X 90 MM	210,00	R$ 0,330	R$ 69,30	CISER
53/433	PARAFUSO SEM PORCA PARA FORRO,PONTA AGULHA	3200,00	R$ 0,240	R$ 768,00	CISER
60/433	BRACO PARA CHUVEIRO - EM PVC, 40CM, 1/2¨, DE ROSCA	59,00	R$ 5,720	R$ 337,48	KRONA
65/433	PADRAO DE LIGACAO DE ENERGIA ELETRICA - TRIFASICO DE 5M, CONTENDO QUADRO DE MEDICAO DE ATE 200 AMPERES	10,00	R$ 1.249,000	R$ 12.490,00	MATEL
69/433	PADRAO DE LIGACAO DE ENERGIA ELETRICA - BIFASICO DE 5 METROS	10,00	R$ 799,000	R$ 7.990,00	MATEL
70/433	PADRAO DE LIGACAO DE ENERGIA ELETRICA - BIFASICO DE 7 METROS	10,00	R$ 949,000	R$ 9.490,00	MATEL
73/433	PIA PARA COZINHA - DE MARMORE SINTETICA, MEDINDO 1,60X 0,55 M, PARA LAVAR LOUCAS	10,00	R$ 148,000	R$ 1.480,00	MARJORITY
88/433	PORCA - DE ACO, DO TIPO COM FLANGE, COM BITOLA DE DE 3/8	535,00	R$ 0,240	R$ 128,40	CISER
89/433	PORCA - DE FERRO, DO TIPO SEXTAVADA, COM BITOLA DE 5/16	535,00	R$ 0,090	R$ 48,15	CISER
92/433	PORTA - DE CORRER, EM EUCATEX,MEDINDO 2,10X1,50M	3,00	R$ 1.700,000	R$ 5.100,00	HAIALA
98/433	PORTA DE FERRO - COM ALTURA DE 210 CM, COM LARGURA DE 60CM, COM ESPESSURA DE 4,0 CM, DO TIPO MEXICANA, LAMINADA, DEVENDO SER ENTREGUE FECHADURA, DOBRADICA, PORTAL, PARAFUSOS, CHAVES	24,00	R$ 223,000	R$ 5.352,00	GEROTTO
100/433	PORTA SANFONADA - DE PVC, 0,80M E 60M	15,00	R$ 115,000	R$ 1.725,00	MADEZACO
108/433	BROCHA PARA PINTURA - DE PELO SINTETICO, COM CABO DE MADEIRA, NO TAMANHO MEDIA, QUADRADA	28,00	R$ 4,980	R$ 139,44	PLASTBOM
118/433	CAIXA DAGUA - DE POLIETILENO,CILINDRICA,COM TAMPA,CAPACIDADE PARA 2000 LITROS,NA COR AZUL,MEDINDO 0,90 X 1,88M,ESPESSURA DA PAREDE: 6 MM,ESPESSURA DO FUNDO: 6 MM	12,00	R$ 853,000	R$ 10.236,00	FORTLEV
119/433	CAIXA DAGUA - DE POLIETILENO, EM FORMA CILINDRICA, CAPACIDADE PARA 1000 LITROS, NA COR AZUL, COM AS DIMENSOES 1,49M X 87CM, COM ESPESSURA DA PAREDE DE 6MM, COM ESPESSURA DO FUNDO DE 8MM	12,00	R$ 323,000	R$ 3.876,00	FORTLEV
120/433	CAIXA DAGUA - DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, EM FORMA REDONDA, COM C/TAMPA, CAPACIDADE PARA 500 LITROS, NA COR AZUL, COM AS DIMENSOES 670/590MM ALTURA X 1348/1013 DIAMETRO, COM ESPESSURA DA PAREDE DE 6,00MM, COM ESPESSURA DO FUNDO DE 6,00MM	12,00	R$ 200,000	R$ 2.400,00	FORTLEV
124/433	CAIXA SIFONADA - COM TAMPA E GRELHA REDONDA, DE EM PVC, DIAMETRO 150 MM	18,00	R$ 14,900	R$ 268,20	KRONA
129/433	CAP - PVC, SOLDAVEL, DIAMETRO DE 25MM, FECHAMENTO DE TUBOS	18,00	R$ 1,990	R$ 35,82	PLASTILIT
132/433	CANTONEIRA - EM L, MEDINDO 40,00CM, COM 4 FUROS, NA COR BRANCA	53,00	R$ 9,900	R$ 524,70	STARFER
133/433	CANALETA DE FERRO - EM FERRO, NO FORMATO QUADRADO, COM 2 M DE COMPRIMENTO	34,00	R$ 42,000	R$ 1.428,00	ALUMBOM
136/433	PREGO COM CABECA - EM FERRO, MEDINDO 19X39	30,00	R$ 8,600	R$ 258,00	GEDORE
139/433	PREGO COM CABECA - EM ACO GALVANIZADO, COM CABECA CHATA, MEDINDO 24 X 60	30,00	R$ 10,000	R$ 300,00	GERDAU
140/433	TELHA - DE CERAMICA,CAPOTE PARA TELHA PORTUGUESA	800,00	R$ 3,000	R$ 2.400,00	OURO PRETO
150/433	PREGO COM CABECA - EM FERRO, MEDINDO 12X12	40,00	R$ 13,440	R$ 537,60	GERDAU
153/433	CARRO DE MAO - EM FERRO, PNEU MACICO	11,00	R$ 137,000	R$ 1.507,00	MAESTRO
154/433	PROLONGAMENTO P/ VLAVULA DE RETENCAO DE PVC RIGIDO - FABRICACAO CONFORME NBR 5688/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 150 MM, NA COR BRANCA, PARA SER USADA EM INSTALACOES PREDIAIS DE ESGOTO PREDIAL	12,00	R$ 11,900	R$ 142,80	PLASTILIT

155/433		CATALISADOR MASSA PLÁSTICA- FEITA DE RESINA POLIESTER,PARA ACABAMENTO DE MATERIAIS EM FERRO GALVANIZADO,EMBALADA EM LATA,COM CAPACIDADE PARA 900GR		32,00		R$ 2,990		R$ 95,68	MASSA FIX
160/433		QUEROSENE - 900ML		38,00		R$ 11,400		R$ 433,20	GOL
161/433		PISO CERAMICO - PARA SER APLICADO EM LOCAL INTERNO (PEI4),MEDINDO (36X36)CM, EM CORES VARIADAS MASSA DE FABRICACAO CINZA, ABSORCAO DE AGUA MAIOR DE 6%, EMBALADO EM CAIXA DE PAPELAO, C/APRESENTACAO DO SELO IMETRO		430,00		R$ 20,000		R$ 8.600,00	CERAMICAS RAMOS
163/433		CIMENTO 50KG		1700,00		R$ 32,490		R$ 55.233,00	CIPLAN
167/433		COLA PARA SAPATEIRO - DE RESINA NATURAL E SINTETICA, ACETONA, PARA COLAR BOLSA, SAPATO, CINTO, CARTEIRA, EMBALADA EM LATA CONTENDO 195 G		15,00		R$ 12,400		R$ 186,00	AMAZONAS
168/433		COMPRESSOR - COMPRESSOR PORTATIL DE AR DIRETO MOTOCOMPRESSOR DE MEMBRANA - ISENTO DE OLEO,COM PRESSAO DE NO MINIMO PSI: 40, - 2,8 BAR,DESLOCAMENTO 65 L/MIN:,MOTOR MONOFASICO COM 04 POLOS COM ROTACAO DE NO MINIMO,POTENCIA DE 1/3 CV,ALIMENTACAO ELETRICA 220VOLTS/60HZ,ACOMPANHA KIT COM: 01 PISTOLA DE PINTURA## 01 BICO DE LIMPEZA## 02 FILTROS RESERVAS PARA MANUTENCAO##,05 METROS DE MANGUEIRAS## MANUAL DE INSTRUCOES.GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES.ASSISTENCIA TECNICA EM MATO GROSSO		4,00		R$ 720,000		R$ 2.880,00	SCHULUZ
170/433		CORDA - EM POLIETILENO, MONOFIO VARAL,COM ESPESSURA DE 3MM		64,00		R$ 0,240		R$ 15,36	RIOMAR
171/433		CORDA - DE NYLON, COLORIDO, 6MM		64,00		R$ 0,950		R$ 60,80	RIOMAR
174/433		CURVA 90 GR CURTA DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME NBR 5688/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 100 MM, NA COR BRANCA, PARA SE USADA EM INSTALACOES PREDIAIS DE ESGOTO PREDIAL		64,00		R$ 6,300		R$ 403,20	KRONA
177/433		LUVA - CONFECCIONADO EM GALVANIZADA, COM DIAMETRO DE DE REDUÇÃO 3/4¨ X 1/2¨, COM ENCAIXE TIPO DE ROSCA		46,00		R$ 3,000		R$ 138,00	KRONA
182/433		LUVA DE REDUCAO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 1 POLEGADAS, 3/4 NA COR BRANCA, PARA SER UTILIZADA EM REDE DE AGUA FRIA		24,00		R$ 1,140		R$ 27,36	KRONA
183/433		LUVA DE REDUCAO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME ..., COM DIAMETRO NOMINAL DE 25 MM, COM DIAMETRO NOMINAL DA REDUCAO DE 3/4, NA COR MARROM, BRANCO, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES HIDRAULICAS		40,00		R$ 1,530		R$ 61,20	KRONA
190/433		SERRA SEQUETA		24,00		R$ 5,700		R$ 136,80	STARRET
195/433		SELANTE - ADEVISO A BASE DE BORRACHA DE SILICONE ACETICO RESISTENTE A ALTAS TEMPERATURAS -30 A 170°C COM PICOS DE 235ºC,PARA SELAR, VEDAR E CALAFETAR JUNTAS DE VEDACAO DE MOTORES, CAMBIO, BOMBA D AGUA E DE OLEO, CALDEIRAS, SISTEMAS DE AQUECIMENTO E EXAUSTAO, ACABAMENTO DE FORNO E ESTUFAS, INSTRUMENTACOES INDUSTRIAIS E ETC,NAS CORES VERMELHA, PRETA E CINZA, EMBALADO EM TUBO DE 280GR		23,00		R$ 15,900		R$ 365,70	TEKBOND
202/433		CHAPA - DE CHAPA GALVANIZADA ESPESSURA DE 30CM		32,00		R$ 12,000		R$ 384,00	GALVANI
203/433		CHAPA - DE CHAPA GALVANIZADA ESPESSURA DE 40CM		32,00		R$ 14,450		R$ 462,40	GALVANI
204/433		CHAPA - DE CHAPA GALVANIZADA ESPESSURA DE 50MM		32,00		R$ 20,000		R$ 640,00	GALVANI
205/433		CHAPA - DE CHAPA GALVANIZADA ESPESSURA DE 1,00CM		32,00		R$ 45,000		R$ 1.440,00	GALVANI
206/433		SUPORTE P/ ROLO DE PINTURA		21,00		R$ 8,500		R$ 178,50	LUDIANE
207/433		TINTA EM SPRAY - PARA GRAFITAGEM 360 ML		76,00		R$ 14,800		R$ 1.124,80	COLORIM
208/433		TANQUE PARA LAVAR ROUPA - DE MARMORE SINTETICO, NO FORMATO RETANGULAR, COM DIMENSOES DE 1.00 X 50CM, COM 02 CUBAS		10,00		R$ 120,000		R$ 1.200,00	MARJORITY
216/433		DISCO DE CORTE - EM INOX,MEDINDO 7 POL,REFORCADO		40,00		R$ 6,900		R$ 276,00	TYROLIT
218/433		DISJUNTOR - DIFERENCIAL RESIDUAL,BIPOLAR,C,DE 25A,CLASSE DE INTERRUPCAO DE 30MA,220,COM APRESENTACAO DO DO SELO DO INMETRO		14,00		R$ 29,900		R$ 418,60	STECK
244/433		TINTA - SECAGEM EXTRA RAPIDA,NA COR OCRE COLONIAL,UTILIZADA EM AMBIENTES EXTERNOS E INTERNOS,PARA PINTURA DE PAREDES OU TEXTURAS 18 LITROS		40,00		R$ 75,000		R$ 3.000,00	IPE
246/433		TELHA - DE BARRO, ROMANA, MEDINDO (33CMX20CMX2CM), NBR 5640,5639,8055		5130,00		R$ 1,800		R$ 9.234,00	CERAMICA PONTAL
247/433		TELHA - EM CERAMICA,TIPO PORTUGUESA		7300,00		R$ 1,800		R$ 13.140,00	CERAMICA PONTAL
248/433		TELHA - DE AMIANTO, COMUM, MEDINDO 2,44X0,50M X 6MM		250,00		R$ 14,950		R$ 3.737,50	ETERNIT
249/433		TELHA - DE AMIANTO, COMUM, MEDINDO 3,66MM		105,00		R$ 81,950		R$ 8.604,75	ETERNIT
250/433		TIJOLO - DE BARRO, MEDINDO 15X25CM, DO TIPO CONVENCIONAL, COM 6 FUROS		39000,00		R$ 0,750		R$ 29.250,00	F.MARQUES
252/433		TINTA ACRILICA - TINTA ACRÍLICA 18 LITROS		80,00		R$ 128,000		R$ 10.240,00	IPE
253/433		TINTA ACRILICA - GALAO DE 3,6 LITROS		78,00		R$ 34,000		R$ 2.652,00	IPE
254/433		TINTA ESMALTE - BRILHANTE, PARA CONSTRUCAO CIVIL, PARA SUPERFICIES INTERNAS E EXTERNAS DE TIJOLOS, TELHAS, OBJETOS DE CERAMICA, NA COR CERAMICA 18 LITROS		47,00		R$ 150,000		R$ 7.050,00	IPE
264/433		TORNEIRA - DE METAL, LINHA TARGA 1190 C40 CROMADA, PARA PIA		43,00		R$ 39,000		R$ 1.677,00	AMERICANA
294/433		CORANTE PARA TINTA - PARA ADICAO EM PIGMENTO EM PO PARA ADICAO EM CIMENTO 600ML		26,00		R$ 17,500		R$ 455,00	XADREZ

297/433	ENGATE PLASTICO - FLEXIVEL, COM DE 1/2¨ X 50CM, NA COR BRANCA	57,00	R$ 4,400	R$ 250,80	PLASTILIT
303/433	TINTA ESMALTE - SINTETICO BASE AGUA, COM BAIXO ODOR E RAPIDA SECAGEM,PARA METAIS E MADEIRAS 3,6 LITROS	32,00	R$ 59,000	R$ 1.888,00	IPE
305/433	EXTENSAO - EM PVC ,ELETRICA,TIPO CARRETEL,TENSAO 250V,CORRENTE 20A,POTENCIA DE 2200W E DUPLA ISOLACAO,PARA PROLONGAMENTO DE TOMADA## COM 3 TOMADAS COM ENCAIXE DE 3 PINOS,MEDINDO 50,00MT DE COMPRIMENTO,NA BITOLA CABO PP 2,0 X 2,5MM	11,00	R$ 262,000	R$ 2.882,00	FIOFLEX
321/433	FITA ISOLANTE - EMBORRACHADA, DUPLA FACE, MEDINDO 10M	32,00	R$ 2,440	R$ 78,08	3M
332/433	JANELA - DE FERRO, DEVENDO O MATERIAL SER ENTREGUE FERRO, 1,50M X 1M, NO MODELO VENEZIANA, JANELA TIPO DE CORRER, DEVENDO SER ENTREGUE COM COM GRADE	24,00	R$ 249,000	R$ 5.976,00	GEROTTO
334/433	JANELA - DE FERRO, DEVENDO O MATERIAL SER ENTREGUE BRUTO, 1,00 X 1,00 M, NO MODELO VENEZIANA COM GRADE VITROFLEX, JANELA TIPO DE CORRER, DEVENDO SER ENTREGUE COM COMPLETA	19,00	R$ 206,000	R$ 3.914,00	GEROTTO
335/433	JOELHO - DE PVC, SOLDAVEL, MARROM, PARA ESGOTO,COM 90 GRAUS,DIAMETRO NOMINAL: 100MM	46,00	R$ 6,300	R$ 289,80	KRONA
338/433	JOELHO 90 GR DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME CONFORME NBR 5648, COM DIAMETRO NOMINAL DE 8¨ (200 MM), NA COR BRANCO, PARA SER USADA EM PARA ESGOTO PREDIAL	46,00	R$ 65,000	R$ 2.990,00	KRONA
356/433	LAMPADA INCANDESCENTE - BULBO CRISTAL, PADRÃO, COM ALIMENTACAO ELETRICA DE 220V, E POTENCIA NOMINAL DE CONSUMO DE 150W	185,00	R$ 9,800	R$ 1.813,00	BUSINESS
361/433	LAMPADA ELETRONICA - DO TIPO MINIDICROICA,35W, 220 VOLTS,BASE E-27 NA COR BRANCA	48,00	R$ 14,800	R$ 710,40	BUSINESS
377/433	LONA PLASTICA - EM LONA PLASTICA,ROLO,PRETA, LARGURA DE 8 METROS	200,00	R$ 8,100	R$ 1.620,00	MAXILONA
404/433	SOLVENTE - TIPO AGUA RAZ COMPOSTO SOLVENTE ALIFATICO,APRESENTADO NA FORMA LIQUIDA,DO TIPO SOLVENTE,UTILIZADO PARA REMOCAO E DILUICAO DE TINTAS VINILICAS FOSCAS LATA 900 MILILITRO	21,00	R$ 9,900	R$ 207,90	GOL
412/433	ARRUELAS - DE FERRO, DO TIPO LISA, MEDINDO 3/8¨	610,00	R$ 0,120	R$ 73,20	CISER
413/433	ARRUELAS - DE FERRO, DO TIPO LISA, MEDINDO 5/16	610,00	R$ 0,100	R$ 61,00	CISER
414/433	ARRUELAS - DE EM FERRO, DO TIPO LISA, MEDINDO 1/2	900,00	R$ 0,300	R$ 270,00	CISER
415/433	LUVA SOLDAVEL 50MM	32,00	R$ 2,450	R$ 78,40	KRONA
417/433	AREIA - FINA LAVADA	190,00	R$ 78,000	R$ 14.820,00	FS
420/433	MANGOTE PARA SUCCAO	200,00	R$ 8,950	R$ 1.790,00	ROLOPLAST
422/433	MANGUEIRA - DE PLASTICO, CORRUGADA, COM COMPRIMENTO DE 1 M, COM DIAMETRO DE 3/4	180,00	R$ 1,450	R$ 261,00	TAMBASA
431/433	MANGUEIRA JARD 1/2 15 M	32,00	R$ 2,800	R$ 89,60	FLEX

Valor Total: R$ 280.807,33 (Duzentos e oitenta mil e oitocentos e sete reais e trinta e três centavos)

Fornecedor: MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO FERRAMENTAS E EPIS LTDA CNPJ: 14.888.303/0001-05

Nr. Item	Descrição Produto	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	Marca
2/433	MANGUEIRA 1 1/2¨3MM	185,00	R$ 2,860	R$ 529,10	MANTAC
6/433	MASSA CORRIDA PVA 20 KG	65,00	R$ 28,000	R$ 1.820,00	NEOVINIL
7/433	MASSA CORRIDA PVA 3,6 L	65,00	R$ 17,000	R$ 1.105,00	NEOVINIL
8/433	MASSA PLASTICA 1 KG	58,00	R$ 15,000	R$ 870,00	CARPLAST
9/433	MASSA PLASTICA - FEITA DE RESINA, PARA CHAPA DE FERRO E MADEIRA, EMBALADO EM LATA, COM CAPACIDADE PARA 400ML	56,00	R$ 11,000	R$ 616,00	CARPLAST
10/433	MASSA PLASTICA - DO TIPO MASSA RAPIDA NA COR CINZA OU BRANCA,PARA ACABAMENTO DE MATERIAIS EM FERRO GALVANIZADO,EMBALADO EM GALAO,COM CAPACIDADE PARA 900 ML	56,00	R$ 14,900	R$ 834,40	CARPLAST
11/433	MARTELO - DE UNHA, PESANDO 670G, MEDINDO 29MM, COM CABECA DE ACO POLIDO E CABO DE MADEIRA	10,00	R$ 25,400	R$ 254,00	THOMPSON
13/433	MARRETA - EM ACO FORJADO E TEMPERADO, OITAVADA, PINTADA, COM FACE POLIDA, PESANDO 2 KG, COM CABO DE MADEIRA	10,00	R$ 34,800	R$ 348,00	RIO FORT
25/433	MARRETA - EM AÇO FORIADO,PESANDO 2 KG	10,00	R$ 30,900	R$ 309,00	RIO CLADO
31/433	PÁ - EM METAL, TAMANHO MÉDIO	12,00	R$ 23,900	R$ 286,80	RAMADA
41/433	BOTA - EM PVC, COM FORRO DE POLIESTER, SOLADO ANTIDERRAPANTE, CANO CURTO, NA COR BRANCA, PAR	16,00	R$ 24,770	R$ 396,32	CARTOM
49/433	BOTA - BOTA MASCULINA NA COR BRANCA EM PVC CANO LONGO PAR	16,00	R$ 24,750	R$ 396,00	CARTOM
56/433	PALHA DE ACO - DO TIPO ACO CARBONO, N. 0, PARA LIMPEZA/BRILHO	89,00	R$ 0,760	R$ 67,64	VEGA
57/433	PALHA DE ACO - DO TIPO ACO CARBONO, N. 01, PARA LIMPEZA/BRILHO	89,00	R$ 0,760	R$ 67,64	VEGA
58/433	PALHA DE ACO - DO TIPO ACO CARBONO, N. 02, PARA LIMPEZA/BRILHO	89,00	R$ 0,760	R$ 67,64	VEGA
64/433	BROCA - DE ACO RAPIDO,5MM,PARA MADEIRA	42,00	R$ 6,350	R$ 266,70	HTOM
72/433	BROCA - DE ACO RAPIDO 13 MM, PARA MADEIRA	52,00	R$ 43,000	R$ 2.236,00	HTOM

82/433	BROCA - DE ACO RAPIDO VIDEA 2 MM PARA CONCRETO	52,00	R$ 4,400	R$ 228,80	HTOM		
84/433	BROCA - DE ACO RAPIDO VIDEA 4 MM PARA CONCRETO	52,00	R$ 4,000	R$ 208,00	HTOM		
85/433	PINCEL - DE CERDAS BRANCAS,, DE MADEIRA,LONGO, TAMANHO 1 - QUADRADO	23,00	R$ 2,600	R$ 59,80	COMPEL		
86/433	PINCEL - DE CERDAS BRANCAS,, DE MADEIRA,, TAMANHO 3	23,00	R$ 9,500	R$ 218,50	COMPEL		
87/433	PISTOLA PARA PINTURA	6,00	R$ 51,900	R$ 311,40	WORKER		
93/433	PORTA - DE MADEIRA MISTA,MEDINDO 0,80 X 2,10M	13,00	R$ 309,000	R$ 4.017,00	MT MADEIRA		
94/433	PORTA DE FERRO - COM ALTURA DE 210 CM, COM LARGURA DE 80 CM, COM ESPESSURA DE 4,0 CM, DO TIPO VENEZIANA, LAMINADA, DEVENDO SER ENTREGUE FECHADURA, DOBRADICA, PORTAL, PARAFUSOS, CHAVES	24,00	R$ 225,000	R$ 5.400,00	AÇOFER		
99/433	PORTAS DE MADEIRA - EM COMPENSADO, COM ALTURA DE 2,10M, LARGURA DE 80CM, LISA, LIXADA, COM MACANETA E DOBRADICAS	32,00	R$ 188,500	R$ 6.032,00	MTMADEIRAS		
101/433	PORTA - LISA DE MADEIRA COM ALMOFADA, 0,80 E 0,60M	15,00	R$ 305,000	R$ 4.575,00	MTMADEIRAS		
107/433	BROCHA PARA PINTURA - DE PELO, COM CABO DE MADEIRA, NO TAMANHO MEDIA, REDONDA	28,00	R$ 5,400	R$ 151,20	USE		
109/433	CABO DE AÇO - DE AÇO GALVANIZADO, COM 1/2¨	175,00	R$ 13,300	R$ 2.327,50	LOYAL		
111/433	CABO ELETRICO TIPO PP- COBRE, 3 X 2,5. PLASTICA ANTI-CHAMA, /750 V.	330,00	R$ 0,000	R$ 0,00			
112/433	CADEADO - DE 20MM, ACO, CABO REVESTIDO EM ACO	145,00	R$ 10,500	R$ 1.522,50	PADO		
113/433	CADEADO - DE 30MM, ACO, CABO REVESTIDO EM ACO	26,00	R$ 15,200	R$ 395,20	PADO		
114/433	CADEADO - DE 40MM, ACO, CABO REVESTIDO EM ACO	22,00	R$ 20,900	R$ 459,80	PADO		
115/433	CADEADO - CORPO DE LATAO MACICO, DE 50MM,HASTE DE ACO TEMPERADO E CROMADO,CHAVE NIQUELADA	22,00	R$ 31,500	R$ 693,00	TRIANGLE		
116/433	CAIXA DE DESCARGA - EM PLASTICO RIGIDO PVC,NO FORMATO RETANGULAR,COM CAPACIDADE PARA 10 LITROS, NA COR BRANCA,DEVENDO O MATERIAL VIR COMPLETO	30,00	R$ 26,400	R$ 792,00	ALUMASSA		
127/433	CAP DE PVC RIGIDO PARA ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME NBR 5688/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 75 MM, NA COR BRANCA, PARA SER USADO EM INSTALACOES PREDIAIS DE ESGOTO PREDIAL	18,00	R$ 3,250	R$ 58,50	FORTLEV		
128/433	CAP - PVC, SOLDAVEL, DIAMETRO DE 20MM, FECHAMENTO DE TUBOS	18,00	R$ 0,350	R$ 6,30	FORTLEV		
130/433	CAP - PVC, SOLDAVEL, DIAMETRO DE 40MM, FECHAMENTO DE TUBOS	18,00	R$ 1,490	R$ 26,82	FORTLEV		
134/433	PORTA - LISA DE MADEIRA COM ALMOFADA, 0,80X2,10M	23,00	R$ 224,900	R$ 5.172,70	MTMADEIRAS		
135/433	CAL P/ PINTURA - COMPOSTO DE CARBONATO DE CALCIO, EMBALAGEM COM 8 KGS	38,00	R$ 13,940	R$ 529,72	ITABRANCA		
138/433	CAMARA DE AR - PARA CARRO DE MAO, DE BORRACHA	11,00	R$ 19,900	R$ 218,90	AJAX		
152/433	PREGO - MEDINDO 18 X 30 POL, PARA FIXACAO DE TELHA	40,00	R$ 12,440	R$ 497,60	MORLAN		
157/433	CAVADEIRA - MÉDIA, RETA, COM 2 LAMINAS, COM CABO DE MADEIRA MEDINDO 120CM	18,00	R$ 85,000	R$ 1.530,00	PARABONI		
159/433	PNEUMATICO PARA UTILITARIO - PNEU COM DIMENSOES 350 X 8,CONSTRUCAO NAO RADIAL,COM CAMARA,ARO 350 X 8,CAPACIDADE 300 KG, PARA CARRINHO DE ARMAZEM PESADO,CONTROLE DE QUALIDADE DO INMETRO.	8,00	R$ 47,990	R$ 383,92	AJAX		
162/433	CILINDRO DE FECHADURA, MATERIAL EM AÇO	32,00	R$ 19,500	R$ 624,00	ALIANÇA		
165/433	COLA - LIQUIDA,TRANSPARENTE,PARA CANO DE PVC,COM BICO APLICADOR BISNAGA COM 175 GR	15,00	R$ 10,100	R$ 151,50	SILOC		
166/433	COLA P/ MADEIRA - PLASTICA, NA COR BRANCA, PARA SER APLICADA EM MADEIRA, DO TIPO LIQUIDA, APLICACAO POR APLICADA COM PINCEL, EMBALAGEM EMBALADA EM TUBO DE (1 KG)	32,00	R$ 27,000	R$ 864,00	AFIX		
172/433	CORRENTE - DE FERRO GALVANIZADO, COM 6 MM DE DIAMETRO	64,00	R$ 7,590	R$ 485,76	VONDER		
173/433	CORRENTE - DE FERRO POLIDO, COM ESPESSURA DE 8 MM	64,00	R$ 11,940	R$ 764,16	VONDER		
176/433	RASTELO - EM PLASTICO, COM TAMANHO MEDIO	19,00	R$ 20,900	R$ 397,10	THOMPSON		
180/433	BUCHA DE REDUCAO - DE PVC, SOLDAVEL, LONGA, COM 75 X 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	16,00	R$ 2,490	R$ 39,84	FORTLEV		
186/433	ROLO DE LA PARA PINTURA - EM ROLO P/TEXTURA, DE 23CM	24,00	R$ 20,000	R$ 480,00	COMPEL		
188/433	CHAVE DE FENDA – PRODUZIDO EM AÇO CROMO VANADIUM COM PONTA IMANTADA, 1/4X4 .	13,00	R$ 5,700	R$ 74,10	WORKER		
192/433	CHAVE - CHAVE COMBINADA,EM ACO CROMO,NIQUELADA E CROMADA,MEDINDO 13MM	9,00	R$ 4,900	R$ 44,10	WORKER		
194/433	CHAVE ESTRELA - DE ACO, 10X11 MM	9,00	R$ 4,600	R$ 41,40	WORKER		
209/433	CHUVEIRO DE PLASTICO FRIO - PEQUENO REDONDO COM REGISTRO	15,00	R$ 54,000	R$ 810,00	KRONA		
210/433	CHUVEIRO DE PLASTICO FRIO - GRANDE REDONDO COM REGISTRO	13,00	R$ 28,500	R$ 370,50	SINTEX		
213/433	DESEMPENADEIRA - DE PLASTICO,COM CABO DE PLASTICO,MEDINDO 15,0 X 30,0 CM,PARA APLICACAO DE MASSA CORRIDA	9,00	R$ 9,900	R$ 89,10	GERPLAST		

214/433	DESEMPENADEIRA - DE ACO, COM CABO DE MADEIRA, DENTEADA, MEDINDO (15X30) CM, PARA APLICACAO DE ARGAMASSA E ASSENTAMENTO DE CERAMICA	9,00	R$ 12,500	R$ 112,50	PARABONI	
215/433	DESENGRIPANTE SINTETICO,A SER APLICADO EM MATERIAIS FERROSOS E SIMILARES,BIODEGRADAVEL E ANTICORROSIVO,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM SPRAY (COM VALVULA AEROSOL)	40,00	R$ 9,200	R$ 368,00	USE	
217/433	DISCO PARA LIXADEIRA - DE FIBRA, NUMERO 60, MODELO CONVENCIONAL	46,00	R$ 7,300	R$ 335,80	ICDER	
219/433	DISJUNTOR - TERMOMAGNETICO DISJUNTOR SIEMENS, BIPOLAR, C, DE 30 A, CLASSE DE INTERRUPCAO DE 10KA, 220/380V, COM APRESENTACAO DO SELO INMETRO	14,00	R$ 28,000	R$ 392,00	SOPRANO	
220/433	DISJUNTOR - BIPOLAR PADRAO DIN ,CURVA C , DE 40 A, CLASSE DE INTERRUPCAO DE 3KA, 220/380V, COM APRESENTACAO DO SELO INMETRO	14,00	R$ 21,300	R$ 298,20	SOPRANO	
225/433	DISJUNTOR - SIMPLES (UNIPOLAR), DE 15 A	14,00	R$ 7,280	R$ 101,92	SOPRANO	
232/433	DOBRADICA - DE FERRO CROMADO, MEDINDO 4¨ X 3¨, DEVENDO A DOBRADICA SER ENTREGUE LISA, COM 03 FUROS POR FACE	53,00	R$ 10,300	R$ 545,90	MERKEL	
233/433	ELETROLDO - EM ACO, MEDINDO 0,35 M DE COMPRIMENTO POR 2,5 MM DE DIAMETRO, PARA SER UTILIZADO EM SOLDAS	53,00	R$ 16,400	R$ 869,20	VONDER	
234/433	ELETROLDO - EM ACO, MEDINDO 0,35M DE COMPRIMENTO P/3,25 MM DE DIAMETRO, PARA SER UTILIZADO EM SOLDAS	115,00	R$ 16,900	R$ 1.943,50	VONDER	
235/433	ELETROLDO - EM ACO, MEDINDO DIMENSÃO DE 4MM	70,00	R$ 16,800	R$ 1.176,00	VONDER	
236/433	JOELHO DE 90 GRAUS COM BOLSA PARA ANEL, EM PVC RIGIDO COM ANEIS, PARA ESGOTO SECUNDARIO, DIAMETRO DE 40MM X 45MM	65,00	R$ 0,580	R$ 37,70	FORTLEV	
256/433	TINTA PARA PISO 18 LT	40,00	R$ 135,000	R$ 5.400,00	NEOVINIL	
257/433	TINTA ESMALTE - TINTA ESMALTE SINTETICO, FOSCO, PARA LOUSA (QUADRO NEGRO) 3,6L	24,00	R$ 80,000	R$ 1.920,00	BRASILUX	
258/433	THINNER - NO TIPO LIQUIDO, LATA DE 5 LITROS, COMPOSTO DE ALCOOL, ESTER , HIDROCARBONETO AROMATICO E ACELERADOR PARA SECAGEM (DIAS UMIDOS), PARA DISSOLVER TINTAS A BASE DE RESINAS E POLIMEROS ES-PECIFICOS DA PINTURA AUTOMOTIVA.	70,00	R$ 47,500	R$ 3.325,00	GOL	
259/433	THINNER - NO TIPO DESENGRAXANTE, 900 ML, COMPOSTO DE HIDROCARBONETOS, PARA LIMPEZA COMPLETA DE SUPERFICIES	71,00	R$ 10,000	R$ 710,00	GOL	
260/433	TRENA - METALICA,EM ACO, 10 METROS, COM GRADUACAO DE 1MM, EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO	14,00	R$ 17,000	R$ 238,00	THOMPSON	
261/433	TRENA - EM FITA DE FIBRA DE VIDRO, COM CABO, MEDIDAS GRAVADAS NAS DUAS FACES EM METRO, CENTIMETRO E MILIMETRO, COM TRAVA PARA FIXAR A FITA, COM 50 METROS DE COMPRIMENTO E 19MM DE LARGURA, DEVENDO SER ACONDICIONADA DE FORMA A GARANTIR PROTECAO DURANTE TRANSPORTE E ESTOCAGEM COM GARANTIA DE 1 ANO A APARTIR DA DATA DE ENTREGA	14,00	R$ 41,000	R$ 574,00	KALA	
262/433	TORNEIRA - DE METAL, BICA MOVEL,PAREDE, DIAMETRO 3/4¨, PARA PIA	53,00	R$ 46,400	R$ 2.459,20	LIEGE	
263/433	TORNEIRA - DE PVC, 1/2¨, PARA PIA	53,00	R$ 7,000	R$ 371,00	GERPLAST	
265/433	TORNEIRA PLASTICA 3/4¨ PARA TANQUE - FORNECIMENTO E INSTALACAO.	48,00	R$ 4,000	R$ 192,00	GERPLAST	
267/433	TORNEIRA - DE METAL (ESFERA), COM ENCAIXE EM ROSCA, TENDO O ENCAIXE A BITOLA DE 3/4 POLEGADA, COM BITOLA PARA VAZAO DE AGUA DE 1/2 POLEGADA, PARA SER INSTALADA EM FILTRO	43,00	R$ 16,400	R$ 705,20	THOMPSON	
272/433	TUBO DE LIGACAO CINZA PARA LAVATORIO - DE METAL FLEXIVEL, COM DIAMETRO DE 1/2~COM 40 CM, PARA SER UTILIZADO EM PIA DE LAVATORIO	28,00	R$ 11,500	R$ 322,00	KRONA	
273/433	TOMADA ELETRICA - DE TERMOPLASTICO, DE SOBREPOR (EXTERNA), NO FORMATO RETANGULAR, COM 2 POLOS + TERRA, UNIVERSAL, NA COR CINZA, COM CAPACIDADE ELETRICA DE 10A-250V, COM PLACA,	30,00	R$ 4,600	R$ 138,00	ILUMI	
275/433	TOMADA PARA REDE DE COMPUTADOR - EM TERMOPLASTICA, FORMATO QUADRADA, COM 03 CONTATOS, ESPELHO ANGULAR COM 3 POSICOES, DE CAPACIDADE PARA ATE DOIS CONECTORES M8V, COM ATRAVES DE PARAFUSOS, MARFIM	37,00	R$ 21,900	R$ 810,30	ILUMI	
277/433	TOMADA - PLUG AMERICANO 02 TOMADAS NA FRENTE PARA TELEFONE.	32,00	R$ 18,500	R$ 592,00	ILUMI	
280/433	UNIAO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 50 MM, NA COR MARRON, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACAO PREDIAL DE AGUA FRIA	40,00	R$ 13,100	R$ 524,00	FORTLEV	
281/433	UNIAO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 32 MM, NA COR MARRON, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACAO PREDIAL DE AGUA FRIA	40,00	R$ 5,500	R$ 220,00	FORTLEV	
284/433	FITA VEDAROSCA - FITA VEDA ROSCA 50M	40,00	R$ 3,200	R$ 128,00	GOL	
285/433	ADESIVO PARA COLAR - A BASE DE BORRACHA TERMOPLASTICA (TIPO VEDA CALHA),APRESENTADO EM FORMA DE PASTA TRANSPARENTE,VEDACAO DE CALHAS,TELHAS,RUFOS E COMO SELANTE PARA MADEIRA, METAL E FIBROCIMENTO.,ACONDICIONADO EM BISNAGA	32,00	R$ 12,500	R$ 400,00	POWERVED	
287/433	VALVULA PARA LAVATORIO - DE VALVULA PARA LAVATORIO, DO TIPO LONGO, PARA SER ENTREGUE SEM LANDRAO, COM ROSCA DE DIAMETRO 01 POLEGADA, PARA SER UTILIZADA EM PARA ROUPA EM PVC	40,00	R$ 2,100	R$ 84,00	KRONA	
290/433	TINTA VERNIZ PARA MADEIRA - INCOLOR, BRILHANTE 900ML	35,00	R$ 14,500	R$ 507,50	BRASILUX	
291/433	TINTA VERNIZ PARA CONSTRUCAO CIVIL - NA COR HOSPITALAR, EPOXI DE ADERENCIA, MODIFICADO, BICOMPONENTE, SEM SOLVENTE, VERMELHO BRILHANTE, PARA AZULEJOS, PAREDES, PISOS, TELHAS, ETC. CONJUNTO COM 2 GALOES DE 3,6 L CADA	34,00	R$ 146,900	R$ 4.994,60	BRASILUX	
292/433	VITRO - DE FERRO, TIPO DE CORRER, MEDINDO (1,00 X 1,20)M, DEVENDO O VITRO SER ENTREGUE COM COM GRADE	11,00	R$ 225,000	R$ 2.475,00	AÇOFER	
293/433	VITRO - DE FERRO, TIPO DE CORRER, MEDINDO 150M X 1M, DEVENDO O VITRO SER ENTREGUE COM COM GRADE	16,00	R$ 255,000	R$ 4.080,00	AÇOFER	
295/433	TINTA - ZARCAO PARA SER UTILIZADA EM AMBIENTE EXTERNO,INTERNO 18L	44,00	R$ 150,500	R$ 6.622,00	MAZA	

299/433	ENXADA - ENXADA LARGA DE 20,5 DE QUALIDADE, COM CABO	14,00	R$ 37,500	R$ 525,00	PARABONI	
300/433	ENXADAO - EM FERRO, COM TAMANHO DE 3 LIBRAS	11,00	R$ 22,400	R$ 246,40	RAMADA	
304/433	ESPATULA LAMINADA - DE 6CM COM CABO DE MADEIRA	13,00	R$ 6,000	R$ 78,00	USE	
306/433	FACAO - EM ACO, 18 POLEGADAS, CABO ANATOMICO EM MATERIAL PLASTICO RESISTENTE, COM BAINHA EM COURO	10,00	R$ 22,900	R$ 229,00	PARABONI	
309/433	FIO ELETRICO - DE COBRE, TIPO SOLIDO, DE SECAO 10,0MM2, ISOLAMENTO DE AMIANTO, P/ ALTA TEMPERATURA	770,00	R$ 3,550	R$ 2.733,50	COBRECON	
313/433	FIO ELETRICO - DE COBRE,TIPO SOLIDO, COM AREA DE SECAO DE 1,5 MM2, ISOLAMENTO TERMOPLASTICO ANTI-CHAMA	770,00	R$ 33,210	R$ 25.571,70	COBRECON	
317/433	MASSA PLASTICA - FEITA DE RESINA POLIESTER, COM CATALISADOR,PARA ACABAMENTO DE MATERIAIS EM FERRO GALVANIZADO,EMBALADA EM LATA 495GR	42,00	R$ 13,000	R$ 546,00	CARPLAST	
318/433	FITA ADESIVA - EM CREPE,MEDINDO 50,00MMX50,00M	42,00	R$ 9,000	R$ 378,00	AFA	
319/433	FITA ADESIVA - CREPE, MEDINDO 19MM X 50M	42,00	R$ 3,000	R$ 126,00	AFA	
320/433	FITA ISOLANTE - FITA EM PLASTICO DE ALTA FUSAO,MEDINDO 10M	32,00	R$ 23,900	R$ 764,80	3M	
324/433	FURADEIRA - BOSH GSB13 RE	32,00	R$ 295,000	R$ 9.440,00	BOSCH	
325/433	TINTA - BETUMINOSA, IMPERMEABILIZANTE, NA COR PRETA BRILHANTE, PARA PINTURA DE CONCRETO, ACONDICIONADA EM LATA DE 3,6 LITROSTA - BETUMINOSA, IMPERMEABILIZANTE, NA COR PRETA BRILHANTE, PARA PINTURA DE CONCRETO, ACONDICIONADA 900ML	32,00	R$ 65,000	R$ 2.080,00	VIAPOL	
326/433	TINTA - BETUMINOSA, IMPERMEABILIZANTE, NA COR PRETA BRILHANTE, PARA PINTURA DE CONCRETO, ACONDICIONADA EM LATA DE 18_LITROS	19,00	R$ 270,000	R$ 5.130,00	VIAPOL	
331/433	JANELA - DE FERRO, DEVENDO O MATERIAL SER ENTREGUE FERRO, 2M X 1M, NO MODELO VENEZIANA, JANELA TIPO DE CORRER, DEVENDO SER ENTREGUE COM COM GRADE	26,00	R$ 349,900	R$ 9.097,40	AÇOFER	
333/433	JANELA - DE FERRO, DEVENDO O MATERIAL SER ENTREGUE COM PINTURA ANTIFERRUGEM, 1,20 M X 1,00 M, NO MODELO VENEZIANA, JANELA TIPO DE CORRER, DEVENDO SER ENTREGUE COM GRADE	24,00	R$ 263,000	R$ 6.312,00	AÇOFER	
336/433	JOELHO - DE PVC, SOLDAVEL, MARROM, PARA ESGOTO,COM 45 GRAUS,DIAMETRO NOMINAL: 100MM	46,00	R$ 5,140	R$ 236,44	FORTLEV	
339/433	JOELHO - DE PVC, SOLDAVEL, MARROM, PARA ESGOTO,COM 45 GRAUS,DIAMETRO NOMINAL: 40MM	46,00	R$ 1,540	R$ 70,84	FORTLEV	
352/433	JOELHO 45 GR - SOLDAVEL PVC,DN 40MM,..	32,00	R$ 3,070	R$ 98,24	FORTLEV	
354/433	JOELHO 45 GR - PVC SOLDAVEL MARROM,DN 60MM,..	32,00	R$ 10,850	R$ 347,20	FORTLEV	
355/433	KIT PARA BANHEIRO - DE INOX,COM 5 PEÇAS	32,00	R$ 40,300	R$ 1.289,60	LIEGE	
366/433	LAVATORIO - DE LOUCA, NA COR BEGE, TIPO LAVATORIO SEM COLUNA, NO FORMATO OVALADO, COM DIMENSOES 45,5 X 36 CM, FURO CENTRAL, PARA INSTALACAO DE LAVATORIO	19,00	R$ 150,000	R$ 2.850,00	LOGASA	
367/433	LUVA - LATEX AMARELA, COM FORRO FLOCADO EM ALGODAO, PALMA ANTIDERRAPANTE, COM VIROLA,COMPRIMENTO 29CM, TAMANHO P,M E G POSSUI UMA BOA FLEXIBILIDADE E RESISTENCIA A ABRASAO E RASGOS	21,00	R$ 3,400	R$ 71,40	SUPERSAFETY	
368/433	LUVA DE PROTECAO - EM RASPA DE COURO (CANO CURTO E LONGO)¨	23,00	R$ 8,900	R$ 204,70	LUMA	
369/433	LIXA - DE OXIDO DE ALUMINIO, PARA PAREDE, GRAO 120, EM FOLHA, MEDINDO 127MM, PARA ACABAMENTO	290,00	R$ 0,760	R$ 220,40	TATU	
370/433	LIXA - DE OXIDO DE ALUMINIO, MULTIUSO, PARA PAREDE, MADEIRA E METAIS, GRAO Nº 150, EM FOLHA, MEDINDO 225X275MM, PARA ACABAMENTO	290,00	R$ 0,760	R$ 220,40	TATU	
371/433	LIXA - DE OXIDO DE ALUMINIO (TIPO D`AGUA),PARA USO EM PAREDE,GRAO 220,EM FOLHA,MEDINDO 127,00MM,PARA MASSA PLASTICA	290,00	R$ 0,760	R$ 220,40	TATU	
372/433	LIXA - DE CARBURETO DE SILICIO (LIXA D-AGUA), PARA MASSA, GRAO 80, EM FOLHA, MEDINDO 127MM, PARA ACABAMENTO	150,00	R$ 1,050	R$ 157,50	TATU	
373/433	LIXAS - DISCO, NUMERO 36, PARA LIXAR FERRO	32,00	R$ 4,300	R$ 137,60	NORTON	
374/433	LIXA - DE OXIDO DE FERRO, PARA FERRO, GRAO 220, EM FOLHA, MEDINDO 280X230MM, PARA ACABAMENTO	69,00	R$ 2,530	R$ 174,57	TATU	
375/433	LIMA - EM AÇO ALTO TEOR DE CARBONO TEMPERADO,MEDINDO 4¨ 12X1¨,TRIANGULAR - TIPO KF	18,00	R$ 12,400	R$ 223,20	KF	
376/433	LONA PLASTICA - EM PLASTICOS, ROLO, PRETA, EM CONTECOES DE INFILTRACOES E SATURACAO DE AGUAS NAS BARREIRAS, 8M X 50M	200,00	R$ 12,000	R$ 2.400,00	NORTENE	
379/433	LUVA - EM PVC,BRANCA,DE REDUCAO,COM DIAMETRO 1 POLX 3/4 POL,COM ROSCA INTERNA	75,00	R$ 1,490	R$ 111,75	FORTLEV	
383/433	LUVA DE CORRER PARA TUBO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 20 MM, NA COR MARROM, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES PREDIAIS DE AGUA FRIA	32,00	R$ 3,190	R$ 102,08	FORTLEV	
390/433	ASSENTO PLASTICO PARA VASO SANITARIO - COM BASE DE PLASTICO PLASTICO SOPRADO, COM TAMPA DE PLASTICO PLASTICO SOPRADO, UTILIZANDO PARA A FIXACAO NA FURACAO DO VASO POR PARAFUSOS, DIMENSOES DO MATERIAL CONFORME NBR 11778, 11990,11991E DEFICIENCIA FISI- CA__P/ VASO SANITARIO INFANTIL, ASSENTO PARA VASO SANITARIO NAS CORES BRANCA	6,00	R$ 28,000	R$ 168,00	ALUMASSA	
393/433	JANELA - DE FERRO, DEVENDO O MATERIAL SER ENTREGUE BRUTO, 1,50 X 1,00 M, COM GRADE VITROFLEX, JANELA TIPO DE CORRER, DEVENDO SER ENTREGUE COM COMPLETA	30,00	R$ 242,000	R$ 7.260,00	AÇOFER	
394/433	COLA BRANCA 01 LT USO DIVERSOS	32,00	R$ 27,900	R$ 892,80	AFIX	
396/433	ADAPTADOR - DE PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA DE 25MM X 3/4¨ PARA AGUA FRIA	45,00	R$ 3,100	R$ 139,50	FORTLEV	
405/433	ANEL DE VEDACAO - DE CERA COM GUIA,COM DIAMETRO DE 140MM,PARA SER UTILIZADO EM VEDACAO DE VASO SANITARIO	56,00	R$ 8,600	R$ 481,60	USE	

406/433	ARAME - LISO, APRESENTADO EM UTILIZADO EM CERCA 1000M	28,00	R$ 390,950	R$ 10.946,60	MEGACAMPO
410/433	ARRUELAS - DE FERRO, DO TIPO LISA, MEDINDO 1/4	61,00	R$ 0,050	R$ 3,05	JOMARCA
418/433	LUVA SOLDAVEL 60 MM	32,00	R$ 5,580	R$ 178,56	FORTLEV
419/433	ADESIVO PARA COLAR - A BASE DE EPOX (2 COMPONENTES), APRESENTADO NA FORMA LIQUIDA, UTILIZADO EM SOLIDOS, ACONDICIONADO EM BISNAGA 50 GRAMAS	21,00	R$ 17,050	R$ 358,05	HENKEL
421/433	ASPERSOR PARA IRRIGAÇAO DE JARDIM	21,00	R$ 16,900	R$ 354,90	GARDEN
424/433	MANGUEIRA CRISTAL 1/2 2MM	180,00	R$ 2,170	R$ 390,60	MANTAC
425/433	MANGUEIRA - CRISTAL 3/4 2MM	180,00	R$ 3,700	R$ 666,00	MANTAC
426/433	ALICATE - DE CORTE DIAGONAL, MEDINDO 8¨, CABO ISOLADO EM PVC, ACABAMENTO OXIDADO	6,00	R$ 49,900	R$ 299,40	LOYAL
427/433	ALICATE - PRESSAO, MEDINDO 8¨, COM CABO ISOLADO EM PVC, OXIDADO	6,00	R$ 33,000	R$ 198,00	THOMPSON
428/433	MANGUEIRA JARD 1/2¨10M	32,00	R$ 2,800	R$ 89,60	MANTAC
429/433	ALICATE - TIPO UNIVERSAL, MEDINDO 8¨, COM CABO ISOLADOR EM PVC, E ACABAMENTO EM ACO CROMO VANADIUM, BICO RETO, MANDIBULA TEMPERADA E LIXADA 1.000 V	6,00	R$ 40,000	R$ 240,00	TRAMONTINA
433/433	MANGUEIRA NIVEL 1,5MM	50,00	R$ 1,400	R$ 70,00	MANTAC

Valor Total: R$ 190.625,26(Cento e noventa mil e seiscentos e vinte cinco reais e vinte seis centavos)

Fornecedor: ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA CNPJ:00.226.324/0001-42

NR. ITEM	DESCRIÇÃO PRODUTO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA
1/433	ASSENTO PLASTICO PARA VASO SANITARIO - COM BASE DE PLASTICO ASSENTO SANITARIO, COM TAMPA DE PLASTICO BLOCO AGLOMERADO, UTILIZANDO PARA A FIXACAO NA FURACAO DO VASO LATERAL, DIMENSOES DO MATERIAL CONFORME NORMAL, ASSENTO PARA VASO SANITARIO NAS CORES BRANCA	18,00	R$ 17,540	R$ 315,72	ALUMSA
5/433	MASSA CORRIDA ACRILICA 25 KG	65,00	R$ 61,500	R$ 3.997,50	
14/433	TUBO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL, COM DIAMETRO NOMINAL DE 200MM,NA COR BRANCA,PARA SER UTILIZADO EM ESGOTO MEDINDO APROXIMEDAMENTE 6 METROS	6,00	R$ 201,000	R$ 1.206,00	DURO PVC
18/433	TUBO - PVC, 20MM, 6 METROS, SOLDAVEL	12,00	R$ 9,300	R$ 111,60	DURO PVC
21/433	TUBO - EM PVC RIGIDO,60MM,COMPRIMENTO DE 6M,SOLDAVEL, PARA INSTALACOES HIDRAULICAS	10,00	R$ 75,500	R$ 755,00	DURO PVC
26/433	NIPEL COM ROSCA DE PVC RIGIDO - FABRICACAO CONFORME ...., COM DIAMETRO NOMINAL DE 1/2¨, NA COR BRANCA, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES HIDRAULICAS DE AGUA	185,00	R$ 0,280	R$ 51,80	KRONA
30/433	NIPEL COM ROSCA DE PVC RIGIDO - FABRICACAO CONFORME ..., COM DIAMETRO NOMINAL DE 3/4¨, NA COR BRANCA, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES HIDRAULICAS DE AGUA	210,00	R$ 0,540	R$ 113,40	
34/433	BASE PARA RELE FOTOELETRICO - EM PVC, DE 1000 WATTS	210,00	R$ 4,400	R$ 924,00	EXTATRON
35/433	BOIA PLASTICA - DE PLASTICO, PARA SER UTILIZADA EM CAIXA D'AGUA	10,00	R$ 6,640	R$ 66,40	KRONA
36/433	BOIA ELETRICA - PARA CONTROLE DE NIVEL DE AGUA, DO TIPO SUPERIOR/INFERIOR CONJUGADO, EM PLASTICO, COM REGULADOR ELETRO-BOIA, DE 15 A - CORRENTE MAXIMA	15,00	R$ 23,340	R$ 350,10	VOLTIM
40/433	PARAFUSO - REDONDO, NUMERO 06, COM BUCHA	89,00	R$ 0,120	R$ 10,68	JOMARCA
42/433	PARAFUSO - REDONDO, NUMERO 08, COM BUCHA	89,00	R$ 0,190	R$ 16,91	JOMARCA
43/433	PARAFUSO SEM BUCHA - DE FERRO, PARA SER APLICADO EM MADEIRA, ROSCA SOBERBA CABECA CHATA, DE NUMERO 8	89,00	R$ 0,130	R$ 11,57	JOMARCA
44/433	PARAFUSO SEM BUCHA - DE FERRO,PARA SER APLICADO EM PAREDE, ROSCA MAQUINA CABECA CHATA, DE NUMERO 6	89,00	R$ 0,070	R$ 6,23	JOMARCA
45/433	PARAFUSO SOBERBA E ROSCA - NAS DIMENSOES PARAFUSO ROSCA SOBERBA DE 3,5 X 22	210,00	R$ 0,060	R$ 12,60	JORMARCA
46/433	PARAFUSOROSCA ,DIAMETRO 4,2 X 38MM	210,00	R$ 0,120	R$ 25,20	JOMARCA
48/433	PARAFUSO COM PORCA - DE FERRO., TIPO FRANCES, NAS DIMENSOES 1/4¨ X 3 1/2', PARA SER UTILIZADO EM MADEIRA, DEVENDO O PARAFUSO SER ENTREGUE COM PORCA E ARRUELA	89,00	R$ 0,000	R$ 0,00	
50/433	PARAFUSO PARA MADEIRA - DE FERRO, DO TIPO FRANCES, NAS DIMENSOES 3/8¨ X 5 1/2¨	89,00	R$ 0,000	R$ 0,00	
51/433	BUCHA PARA PARAFUSO - DE NYLON,NO TAMANHO Nº 10	210,00	R$ 0,060	R$ 12,60	R FABRIL
52/433	BUCHA PARA PARAFUSO - DE NYLON, NO TAMANHO Nº 08	495,00	R$ 0,050	R$ 24,75	R FABRIL
54/433	BUCHAS PARA PAREDE - DE NYLON, TIPO UNIVERSAL, DE NUMERO 06 MM DE DIAMETRO	425,00	R$ 0,030	R$ 12,75	R FABRIL
55/433	BUCHAS PARA PAREDE - DE NYLON TIPO CLAP,NUMERO 07	425,00	R$ 0,050	R$ 21,25	R FABRIL
59/433	BRACO PARA CHUVEIRO - EM ALUMINIO, 40CM 1/2¨ DE ROSCA	30,00	R$ 0,000	R$ 0,00	

61/433			BROCA - DE ACO RAPIDO,COM DIAMETRO DE 2MM,PARA MADEIRA	42,00		R$ 0,730	R$ 30,66	BRASFORT
62/433			BROCA - DE ACO RAPIDO,3MM,PARA MADEIRA	42,00		R$ 2,790	R$ 117,18	BRASFORT
63/433			BROCA - DE ACO RAPIDO,4MM,PARA MADEIRA	42,00		R$ 2,240	R$ 94,08	BRASFORT
67/433			BROCA - DE ACO RAPIDO,COM DIAMETRO DE 6MM,PARA MADEIRA	42,00		R$ 3,780	R$ 158,76	BRASFORT
68/433			BROCA - DE ACO RAPIDO,7MM,PARA MADEIRA	42,00		R$ 5,250	R$ 220,50	BRASFORT
71/433			PIA PARA COZINHA - DE MARMORE SINTETICO,COM UMA CUBA,MEDINDO 1,40 X 0,55M,PARA LAVAR LOUCA	10,00		R$ 111,300	R$ 1.113,00	
74/433			BROCA - DE ACO RAPIDO,8MM,PARA MADEIRA	42,00		R$ 8,380	R$ 351,96	BRASFORT
75/433			PIA PARA COZINHA - DE INOX, MEDINDO 1,50X0,52M, PARA LAVAR LOUCAS	12,00		R$ 237,580	R$ 2.850,96	
76/433			BROCA - DE ACO RAPIDO, 9MM¨, PARA MADEIRA	42,00		R$ 10,850	R$ 455,70	BRASFORT
77/433			BROCA - DE ACO RAPIDO, 10 MM PARA MADEIRA	42,00		R$ 13,800	R$ 579,60	BRASFORT
78/433			BROCA - DE ACO RAPIDO 11MM¨, PARA MADEIRA	52,00		R$ 17,000	R$ 884,00	BRASFORT
79/433			PLUG - TIPO MACHO, TOMADA ELETRICA, NOVO PADRAO BRASILEIRO, NBR 14136/2002.,3 POLOS,110/220V,20A,TERMOPLASTICO,LIGA DE COBRE	61,00		R$ 2,990	R$ 182,39	VOLTIM
80/433			BROCA - DE ACO RAPIDO 12 MM PARA MADEIRA	52,00		R$ 20,300	R$ 1.055,60	BFRASFORT
81/433			PLUG - TIPO FEMEA, TOMADA ELETRICA, NOVO PADRAO BRASILEIRO, NBR 14136/2002,03,110/220 V,20A,TERMOPLASTICO,COBRE	61,00		R$ 1,850	R$ 112,85	VOLTINM
83/433			BROCA - DE ACO RAPIDO VIDEA 3 MM PARA CONCRETO	52,00		R$ 1,280	R$ 66,56	JOMARCA
90/433			PORCA - DE FERRO, DO TIPO SEXTAVADA, COM BITOLA DE 1/2¨	535,00		R$ 0,340	R$ 181,90	JOMARCA
91/433			PORCA - DE FERRO, DO TIPO SEXTAVADA, COM BITOLA DE 1/4¨	535,00		R$ 0,070	R$ 37,45	JOMARCA
95/433			BROCA - DE VIDEA,COM DIAMETRO DE 5MM,PARA CONCRETO	52,00		R$ 1,730	R$ 89,96	JOMARCA
96/433			BROCA - DE VIDEA, COM DIAMETRO DE 6MM, PARA CONCRETO	52,00		R$ 2,290	R$ 119,08	JOMARCA
97/433			BROCA - DE VIDEA, COM DIAMETRO DE 7MM, PARA CONCRETO	52,00		R$ 6,080	R$ 316,16	JOMARCA
102/433			BROCA - DE VIDEA, COM DIAMETRO DE 8MM, PARA CONCRETO	52,00		R$ 3,500	R$ 182,00	JOMARCA
103/433			BROCA - DE VIDEA, COM DIAMETRO DE 9MM, PARA CONCRETO	52,00		R$ 10,130	R$ 526,76	VONDER
104/433			BROCA - DE VIDEA, COM DIAMETRO DE 10MM, PARA CONCRETO	52,00		R$ 4,330	R$ 225,16	JOMARCA
105/433			BROCA - DE VIDEA, COM DIAMETRO DE 11MM, PARA CONCRETO	52,00		R$ 14,140	R$ 735,28	VONDER
106/433			BROCA - DE VIDEA, COM DIAMETRO DE 12MM, PARA CONCRETO	52,00		R$ 3,770	R$ 196,04	JOMARCA
110/433			CABO ELETRICO TIPO PP- COBRE, 2 X 2,5. PLASTICA ANTI-CHAMA, /750 V.	330,00		R$ 2,650	R$ 874,50	
122/433			RALO CONICO MONTADO COM GRELHA - EM PVC,COM 100MM,NA COR BRANCA,PARA SER USADO EM BANHEIROS	21,00		R$ 4,330	R$ 90,93	KRONA
123/433			CAIXA SIFONADA - COM TAMPA E GRELHA REDONDA, DE EM PVC, DIAMETRO 100 MM	18,00		R$ 6,150	R$ 110,70	KRONA
125/433			CAP DE PVC RIGIDO PARA ESGOTO - FABRICACAO CONFORME NBR 5688/77, SERIE REFORCADA, COM DIAMETRO NOMINAL DE 100MM, NA COR BRANCA, PARA SER USADO EM INSTALACOES PREDIAIS DE ESGOTO	18,00		R$ 3,420	R$ 61,56	KRONA
126/433			CAP DE PVC RIGIDO PARA ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME, COM DIAMETRO NOMINAL DE 40MM COM BOLSA LISA, NA COR BRANCA, PARA SER USADO EM INSTALACOES PREDIAIS DE ESGOTO	18,00		R$ 1,080	R$ 19,44	KRONA
131/433			CAP - PVC, SOLDAVEL, DIAMETRO DE 50MM, FECHAMENTO DE TUBOS	18,00		R$ 2,440	R$ 43,92	KRONA
137/433			PREGO COM CABECA - EM ACO GALVANIZADO, COM CABECA CHATA, MEDINDO 25X72	30,00		R$ 10,840	R$ 325,20	GERDAU
141/433			PREGO COM CABECA - EM ACO GALVANIZADO, COM CABECA CHATA, MEDINDO 22X48	30,00		R$ 8,260	R$ 247,80	GERDAU
142/433			PREGO COM CABECA - EM FERRO, MEDINDO 22X42	30,00		R$ 8,260	R$ 247,80	GERDAU
144/433			PREGO COM CABECA - EM FERRO, MEDINDO 18X27	40,00		R$ 8,260	R$ 330,40	GERDAU
145/433			PREGO COM CABECA - EM FERRO, MEDINDO 18X24	40,00		R$ 8,260	R$ 330,40	GERDAU
147/433			PREGO COM CABECA - EM ACO, MEDINDO 17X27	40,00		R$ 8,680	R$ 347,20	GERDAU
148/433			PREGO COM CABECA - EM ACO, MEDINDO 17X24	40,00		R$ 8,680	R$ 347,20	GERDAU
149/433			PREGO COM CABECA - EM FERRO, MEDINDO 17X21	40,00		R$ 8,680	R$ 347,20	GERDAU
156/433			PLUG EM PVC - DE PVC, DE 3/4¨, TIPO ROSCAVEL	40,00		R$ 0,350	R$ 14,00	
158/433			PLUG EM PVC - DE PVC, DE 1/2¨, TIPO ROSCAVEL	40,00		R$ 0,230	R$ 9,20	PANDOLFO
164/433			RASTELO - EM FERRO, COM TAMANHO COM 14 DENTES, COM CABO DE MADEIRA	26,00		R$ 12,300	R$ 319,80	MINASUL
175/433			REATOR PARA LAMPADA VAPOR SODIO - REATOR VAPOR SODIO AFP EXTERNO 100W 220V COM IGNITOR, COM SELO PROCEL ENCE - INMETRO PIN-	65,00		R$ 32,530	R$ 2.114,45	JRC

			TADO AO CORPO DO REATOR, GARANTIA DE 2 ANOS, - ALTO FATOR DE POTENCIA - USO EXTERNO -TENSSO: 220V - POTENCIA: 100W							
179/433			BUCHA DE REDUCAO LONGA DE PVC RIGIDO - FABRICACAO CONFORME NBR 5688/77, COM DIAMETROS PRINCIPAIS DE 50 MM X 40 MM, NA COR BRANCA, PARA SER USADA EM INSTALACOES PREDIAIS DE ESGOTO PREDIAL		23,00		R$ 0,820		R$ 18,86	KRONA
181/433			REDUCAO PARA MANGUEIRAS 3/4 X 1/2		40,00		R$ 0,580		R$ 23,20	REBOUÇAS
184/433			LUVA DE REDUCAO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77,COM DIAMETRO NOMINAL DE 50 MM,COM DIAMETRO NOMINAL DA REDUCAO DE 25 MM,NA COR MARROM,PARA SER UTILIZADA EM REDE DE AGUA POTAVEL		60,00		R$ 2,200		R$ 132,00	KRONA
185/433			CURVA 90 GR LONGA DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME , COM DIAMETRO NOMINAL DE 40MM, NA COR BRANCA, PARA SER USADA EM INSTALACAO DE ESGOTO PREDIAL		64,00		R$ 2,930		R$ 187,52	KRONA
187/433			CHAVE DE FENDA - EM ACO, PONTA CHATA, MEDINDO (5/16X8)		13,00		R$ 9,900		R$ 128,70	FOX LUX
189/433			CHAVE - PHILLIPS TIPO ESTRELA, EM ACO, ACABAMENTO CROMADO, 1/4X6		13,00		R$ 7,000		R$ 91,00	FOX LUX
191/433			CHAVE DE FENDA - EM ACO, PONTA CHATA, CABO DE POLIETILENO, NIQUELADA, MEDINDO 1/8X6 POLEGADAS, PARA ELETRONICA		13,00		R$ 4,050		R$ 52,65	FOX LUX
193/433			CHAVE - DE BOCA COMBINADA, EM ACO CROMO, NIQUELADA E CROMADA, MEDINDO 24 MM		9,00		R$ 8,950		R$ 80,55	FOX LUX
196/433			CHAVE ESTRELA - DE ACO, 12X13 MM		9,00		R$ 5,230		R$ 47,07	FOX LUX
197/433			CHAVE - FIXA, DE ACO DIN 17350 - CRV3, NIQUELADA E CROMADA, MEDINDO (10 X 11)MM		9,00		R$ 2,740		R$ 24,66	FOX LUX
198/433			CHAVE - FIXA, DE ACO CARBONO, COM ACABAMENTO NIQUELADO, MEDINDO (12 X 13)MM, COM CABO INJETADO EM POLIPROPILENO		9,00		R$ 3,000		R$ 27,00	FOX LUX
199/433			TOMADA ELETRICA - EM TERMOPLASTICO,DE SOBREPOR, SISTEMA X, DUPLA,NO FORMATO RETANGULAR,COM 2 POLOS MAIS TERRA,PADRAO NOVO,NA COR BRANCA,110V/ 220V,COMPLETA		40,00		R$ 6,070		R$ 242,80	PLUZIE
200/433			SOQUETE PARA LAMPADA FLUORESCENTE - COM MATERIAL INTERNO DE METAL,COM RABICHO COM CABO FLEXIVEL DE 15CM, COM REVESTIMENTO EXTERNO EM MATERIAL TERMOPLASTICO		700,00		R$ 0,690		R$ 483,00	DECORLUX
201/433			SOQUETE - DE PORCELANA, TAMANHO E40, ROSCA REDONDO, MATERIAL INTERNO METAL CONDUTOR, 220 V., NORMA DE ESPECIFICACAO CONFORME NBR 8346		130,00		R$ 4,470		R$ 581,10	DECORLUX
212/433			TANQUE PARA LAVAR ROUPA - DE MARMORE SINTETICO, NO FORMATO RETANGULAR, COM DIMENSOES DE 1,62MX0,58M, COM 3 CUBAS		6,00		R$ 223,900		R$ 1.343,40	VEFRSATIL
221/433			DISJUNTOR - SIMPLES (UNIPOLAR), DE 10 A		14,00		R$ 4,640		R$ 64,96	SOPRANO
223/433			JUNCAO DUPLA PVC SOLDAVEL, PARA ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM		65,00		R$ 19,870		R$ 1.291,55	KRONA
224/433			JUNCAO SIMPLES EM PVC RIGIDO COM ANEIS, PARA ESGOTO PRIMARIO, DIAMETRO DE 100,00 X 100,00MM		65,00		R$ 8,870		R$ 576,55	KRONA
226/433			REDUCAO EXCENTRICA EM PVC RIGIDO COM ANEIS, PARA ESGOTO PRIMARIO, DIAMETRO DE 100,00 X 50,00MM		65,00		R$ 2,960		R$ 192,40	KRONA
227/433			JUNCAO SIMPLES PVC SERIE R PARA ESGOTO PREDIAL DN 40 MM		65,00		R$ 1,210		R$ 78,65	KRONA
228/433			DISJUNTOR - SIMPLES (UNIPOLAR) DE 25 A		14,00		R$ 4,640		R$ 64,96	SOPRANO
229/433			DISJUNTOR - SIMPLES (UNIPOLAR), DE 30 A		14,00		R$ 4,500		R$ 63,00	SOPRANO
230/433			DISJUNTOR BIFÁSICO DE 60 AMPERES		51,00		R$ 21,310		R$ 1.086,81	SOPRANO
231/433			DISJUNTOR TRIFÁSICO DE 60 AMPERES		51,00		R$ 30,220		R$ 1.541,22	SOPRANO
237/433			CURVA DE 90 GRAUS CURTA, PVC SOLDAVEL PARA ESGOTO SECUNDARIO, DIAMETRO DE 40,00MM Y		65,00		R$ 2,930		R$ 190,45	KRONA
238/433			TE SANITARIO EM PVC RIGIDO SOLDAVEL, PARA ESGOTO DIAMETRO DE 50,00 X 50,00MM		65,00		R$ 3,270		R$ 212,55	KRONA
240/433			CONEXAO T PARA MANGUEIRA- EM PVC,COM DIAMETRO NOMINAL DE 1/2 POL,SEM ACESSORIOS,TENDO COMO DIMENSAO MAIOR 5,5CM,APRESENTANDO UMA DIMENSAO MENOR DE 4,00CM,COM CONEXAO DO TIPO ROSCA		65,00		R$ 0,900		R$ 58,50	REBOUÇAS
241/433			CONEXAO T PARA MAGUEIRA - DE FERRO GALVANIZADO,COM DIAMETRO NOMINAL DE 3/4 POL,SEM ACESSORIOS,COM DIMENSAO MAIOR DE 5,5CM,COM DIMENSAO MENOR DE 4,00CM,COM CONEXAO DO TIPO ROSCA		65,00		R$ 1,180		R$ 76,70	REBOUÇAS
243/433			CONEXAO T SOLDAVÉL 25MM		65,00		R$ 0,340		R$ 22,10	KRONA
266/433			TORNEIRA - DE PVC, 1/2¨, PARA TANQUE		48,00		R$ 3,490		R$ 167,52	HERC
268/433			TORNEIRA - DE PVC,COM ENCAIXE EM DE ROSCA,TENDO O ENCAIXE A BITOLA DE ENCAIXE DE 3/4 POL,COM BITOLA PARA VAZAO DE AGUA DE VAZÃO DE 3/4 POL.,PARA SER INSTALADA EM JARDIM		43,00		R$ 2,630		R$ 113,09	HERC
269/433			TORNEIRA - DE EM PVC, COM ENCAIXE EM DE ROSCA, TENDO O ENCAIXE A BITOLA DE ENCAIXE DE 1/2 POL, COM BITOLA PARA VAZAO DE AGUA DE VAZÃO DE 1/2 POL, PARA SER INSTALADA EM JARDIM		43,00		R$ 2,900		R$ 124,70	HERC
270/433			TUBO - EM PVC PARA VALVULA DE DESCARGA,DIAMETRO DE 1 1/2 POLEGADA,TUBO DE DESCARGA DE EMBUTIR 40 MM COM DIAMETRO DE 38 MM,COM JOELHO DE 90° COM 38X1 1,2¨ NA COR AZUL COM ANEL DE VEDA CAO (NITRILICA)		46,00		R$ 5,730		R$ 263,58	KRONA
271/433			TUBO - EM PVC PARA VALVULA DE DESCARGA,DIAMETRO DE 1 1/2 POLEGADA,TUBO DE DESCARGA DE EMBUTIR 40 MM COM DIAMETRO DE 38 MM,COM JOELHO DE 90° COM 38X1 1,2¨ NA COR AZUL COM ANEL DE VEDA CAO.		33,00		R$ 5,720		R$ 188,76	KRONA
274/433			TOMADA PARA LIGACAO INTERNA DE TELEFONE - DE PLASTICO, PADRAO 4X4 EM METAL, TIPO FEMEA		30,00		R$ 5,000		R$ 150,00	PLUZIE

276/433			TOMADA DE TRIFASICA DE AR CONDICIONADO		27,00		R$ 6,000		R$ 162,00	PLUZIE
278/433			UNIAO DE FERRO GALVANIZADO - COM DIAMETRO NOMINAL DE 1.1/4, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACAO HIDRAULICA, COM ENCAIXE DO TIPO COM ROSCA		40,00		R$ 23,230		R$ 929,20	REMADI
279/433			UNIAO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 25 MM, NA COR MARRON, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACAO PREDIAL DE AGUA FRIA		40,00		R$ 2,930		R$ 117,20	KRONA
286/433			TAMPA - PARA VALVULA DE DESCARGA, MODELO HIDRA MAX		32,00		R$ 20,850		R$ 667,20	CENSI
288/433			VÁLVULA P/ PIA INOX		15,00		R$ 10,650		R$ 159,75	METAIS REIS
289/433			VASO SANITARIO		25,00		R$ 114,900		R$ 2.872,50	LOGASA
296/433			ENGATE PLASTICO - FLEXIVEL 1/2¨, COM 40CM		57,00		R$ 2,700		R$ 153,90	KRONA
301/433			BOLSA PARA VASO SANITARIO - DE PVC, DO TIPO ESPUDE,COM BITOLA DE 40MM,PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES HIDRAULICAS		53,00		R$ 1,950		R$ 103,35	LUCONI
302/433			ESCADA - DE ALUMINIO, COM 7 DEGRAUS, ANTI DERRAPANTE, DE ABRIR		4,00		R$ 151,000		R$ 604,00	ALULEV
311/433			FIO ELETRICO - DE COBRE,TIPO SOLIDO, COM AREA DE SECAO DE 6,0 MM2, ISOLAMENTO TERMOPLASTICO ANTI-CHAMA		770,00		R$ 2,300		R$ 1.771,00	LAMESA
312/433			FIO ELETRICO - DE COBRE, TIPO SOLIDO, COM 4,0 MM2, ISOLAMENTO DE AMIANTO, P/ ALTA TEMPERATURA		770,00		R$ 1,600		R$ 1.232,00	LAMESA
314/433			FIO ELETRICO - DE COBRE, TIPO SOLIDO, DE SECAO 2,5 MM2, ISOLAMENTO DE AMIANTO, P/ ALTA TEMPERATURA		770,00		R$ 0,940		R$ 723,80	LAMESA
315/433			FIO ELETRICO - DE COBRE, TIPO SOLIDO, DE SECAO 1,5 MM2, ISOLAMENTO TERMOPLASTICO ANTI-CHAMA		770,00		R$ 0,620		R$ 477,40	LAMESA
322/433			FITA ISOLANTE - DE PLASTICO,MEDINDO 20M		32,00		R$ 2,510		R$ 80,32	DECORLUX
323/433			FITA ISOLANTE -ROLO MEDINDO 5M.		32,00		R$ 0,970		R$ 31,04	DECORLUX
327/433			INTERRUPTOR - EM TERMOPLASTICO, COM ESPELHO DE 4¨ X 2 1/2 NA COR CI, INTERRUPTOR INTERNO SIMPLES, COM 01 TECLA NA COR BEGE FOSFORESCENTE, COM AMPERAGEM DE 10 A/250 VOLTS		90,00		R$ 2,610		R$ 234,90	PLUZIE
328/433			INTERRUPTOR ELETRICO - POLIETILENO, POTENCIA DE 5 AMPERES, 1 SECAO SIMPLES EXTERNO.		90,00		R$ 4,820		R$ 433,80	PLUZIE
329/433			INTERRUPTOR - DE EMBUTIR, 2 SECOES, COM TOMADA		90,00		R$ 5,200		R$ 468,00	PLUZIE
337/433			JOELHO DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME ..., COM DIAMETRO NOMINAL DE DIAMETRO DE 150 MM X 90MM, NA COR BRANCA, PARA SER USADA EM PREDIAIS DE ESGOTO PREDIAL		46,00		R$ 21,000		R$ 966,00	KRONA
340/433			JOELHO 90 GR - DE PVC, COM ANEL,COM BITOLA DE 40MM,..,PARA SER UTILIZADA EM ESGOTO SECUNDARIO		46,00		R$ 1,260		R$ 57,96	KRONA
341/433			JOELHO 40 GR DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME ..., COM DIAMETRO NOMINAL DE DIAMETRO DE 45 MM., NA COR BRANCA, PARA SER USADA EM ESGOTO PREDIAL		46,00		R$ 0,800		R$ 36,80	KRONA
342/433			JOELHO 90 GR - PVC,DN 50MM,..,PARA SER UTILIZADA EM ESGOTO		46,00		R$ 0,920		R$ 42,32	KRONA
343/433			JOELHO 90 GR - PVC,DN 50MM X 45MMCOM ENCAIXE DO TIPO SOLDAVEL,PARA SER UTILIZADA EM ESGOTO		46,00		R$ 0,930		R$ 42,78	KRONA
344/433			JOELHO 90 GR - DE PVC,COM BITOLA 75MM,COM ENCAIXE TIPO SOLDAVEL,PARA SER UTILIZADO EM ESGOTO		46,00		R$ 2,290		R$ 105,34	KRONA
345/433			JOELHOS PARA MANGUEIRA 1/2		46,00		R$ 0,680		R$ 31,28	REBOUÇAS
346/433			JOELHO - DE JOELHO PVC LR, SOLDÁVEL, COM 90º, COM 20MM X 1/2		46,00		R$ 0,750		R$ 34,50	KRONA
347/433			JOELHO - DE PVC,SOLDAVEL,COM 90 GRAUS,COM 20MM MARROM		46,00		R$ 0,170		R$ 7,82	KRONA
348/433			JOELHO - DE JOELHO PVC, SOLDAVEL, COM 90º, COM DN 25MM		210,00		R$ 0,200		R$ 42,00	KORNA
349/433			JOELHO DE REDUCAO DE 90- SOLDAVEL E COM ROSCA - 25X1/2, MARROM		90,00		R$ 0,820		R$ 73,80	KRONA
350/433			JOELHO 90- DE PVC SOLDAVEL E COM ROSCA - DE 25X3/4, MARROM		90,00		R$ 1,120		R$ 100,80	KRONA
351/433			JOELHO - DE PVC, SOLDAVEL, COM 45º, COM DN 32MM		32,00		R$ 1,770		R$ 56,64	KRONA
353/433			JOELHO - EM PVC SOLDAVEL,COM 45°,COM 50MM		32,00		R$ 3,280		R$ 104,96	KRONA
357/433			LAMPADA ECONOMICA - 30W 220V, BASE E 27		185,00		R$ 15,100		R$ 2.793,50	EMPALUX
358/433			LAMPADA ECONOMICA - EM VIDRO, 15 WATS, UNIPOLAR, CAIXA C/ 01 UNID		160,00		R$ 7,900		R$ 1.264,00	EMPALUX
359/433			LAMPADA ELETRONICA ENCAIXE, COM POTENCIA NOMINAL DE 16W, 220V		43,00		R$ 8,800		R$ 378,40	EMPALUX
360/433			LAMPADA FLUORESCENTE - COMPACTA,QUADRUPLA,ELETRONICA, 45W,220V, ROSCA E27,LUZ BRANCA		48,00		R$ 26,500		R$ 1.272,00	ALUMBRA
362/433			LAMPADA MISTA - COM FORMATO DO BULBO OVOIDE, 160 W, COM BASE DE ENCAIXE E-27, BULBO PREENCHIDO COM GAS, COM ALIMENTACAO ELETRICA DE 220V - 60HZ, MATERIAL FLUORESCENTE		50,00		R$ 13,960		R$ 698,00	EMPALUX
363/433			LAMPADA MISTA - COM FORMATO DO BULBO OVOIDE, 250 WTS, COM BASE DE ENCAIXE E-27, BULBO PREENCHIDO COM GAS, COM ALIMENTACAO ELETRICA DE 220V		50,00		R$ 20,960		R$ 1.048,00	EMPALUX
364/433			LAMPADA HALOGENA - ENCAIXE DA LAMPADA (BASE) BIPINO(DUPLO ENVELOPE), COM POTENCIA NOMINAL DE 1000 WATTS, SEM REFLETOR, COM VOLTAGEM DE 220 VOLTS.		50,00		R$ 27,430		R$ 1.371,50	EMPALUX
365/433			LÂMPADA FLUORESCENTE ELETRÔNICA 135W 220V E40 COR BRANCA		50,00		R$ 107,650		R$ 5.382,50	EMPALUX

378/433	LUVA DE REDUCAO COM ROSCA DE PVC RIGIDO - FABRICACAO CONFORME ..., COM DIAMETRO NOMINAL DE 1/2, NA COR BRANCA, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES P/TORRE MALACOFK	75,00	R$ 0,470	R$ 35,25	KRONA
380/433	LUVA - DO TIPO PVC , 100,00MM PARA ESGOTO, COM FORNECIMENTO	65,00	R$ 2,410	R$ 156,65	KRONA
381/433	LUVA - CONFECCIONADO EM PVC,PARA ESGOTO COM DIAMETRO DE DN 40MM,COM ENCAIXE TIPO SOLDAVEL	32,00	R$ 0,440	R$ 14,08	KRONA
382/433	LUVA - CONFECCIONADO EM PVC, COM DIAMETRO DE 50MM, PARA ESGOTO, COM ENCAIXE TIPO SIMPLES, SOLDAVEL	32,00	R$ 1,160	R$ 37,12	KORNA
384/433	ARAME - DE ACO RECOZIDO	32,00	R$ 12,530	R$ 400,96	GERDAU
385/433	CURVA 90 GR LONGA DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME ....., COM DIAMETRO NOMINAL DE DE 20 MM, NA COR MARROM, PARA SER USADA EM PARA SER USADO EM INSTALACAO PREDIAL DE ESGOTO PRE DIAL	64,00	R$ 1,110	R$ 71,04	KRONA
386/433	CURVA 90 GR LONGA DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME ..., COM DIAMETRO NOMINAL DE DE 25 MM, NA COR MARROM, PARA SER USADA EM PARA SER USADO EM INSTALACAO PREDIAL DE ESGOTO PRE DIAL	210,00	R$ 1,530	R$ 321,30	KRONA
387/433	CHAVE - DE BOCA COMBINADA, EM ACO CROMO, NIQUELADA E CROMADA, MEDINDO 19¨	9,00	R$ 6,470	R$ 58,23	FOX LYUX
388/433	CONEXAO T SOLDAVEL 25MM	65,00	R$ 0,340	R$ 22,10	
389/433	JOELHO - DE JOELHO PVC LR, SOLDÁVEL, COM 90º, COM 25MM X 3/4	46,00	R$ 1,120	R$ 51,52	KRONA
392/433	LAMPADA FLUORESCENTE - TUBULAR, BIPINO T18 40 W 220 VOLTS	50,00	R$ 5,810	R$ 290,50	OSRAM
395/433	ARAME GALVANIZADO	32,00	R$ 11,900	R$ 380,80	GERDAU
397/433	ADAPTADOR COM FLANGE - 50X1.1/2MM SOLD	35,00	R$ 9,600	R$ 336,00	KRONA
398/433	ADAPTADOR PARA MANGUEIRA - DE POLIETILENO, ROSCA INTERNA COM DIAMETRO DE 3/4¨	40,00	R$ 0,480	R$ 19,20	REBOUÇAS
399/433	ADAPTADOR PARA MANGUEIRA - DE POLIETILENO, COM BITOLA DE 3/4 X 1/2 POLEGADA	40,00	R$ 0,830	R$ 33,20	REBOUÇAS
400/433	ADAPTADOR MANGUEIRA RED DE POLIETILENO, COM BITOLA DE1X3/4	35,00	R$ 1,040	R$ 36,40	REBOUÇAS
401/433	ADAPTADOR - DE PVC SOLDAVEL CURTO,COM DIAMETRO DE 25X3/4	35,00	R$ 0,260	R$ 9,10	KRONA
402/433	ADAPTADOR - DE PVC MARROM, SOLDAVEL CURTO, COM DIAMETRO DE 50MM COM ENCAIXE TIPO BOLSA E ROSCA	35,00	R$ 1,610	R$ 56,35	KRONA
403/433	TOMADA ELETRICA - EM TERMOPLASTICO,DE EMBUTIR UNIVERSAL,NO FORMATO HEXAGONAL,COM UMA ENTRADA 2 POLOS MAIS TERRA,TRES FUROS PARA ADAPTADOR PADRAO NOVO,20A / 220V,COM PLACA E PARAFUSOS,DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE	75,00	R$ 3,900	R$ 292,50	PLUZZIE
407/433	LUVA PVC SOLDAVEL E COM ROSCA - DE 20X1/2, NA COR MARROM, EM INSTALACOES HIDRAULICAS DE AGUA FRIA	32,00	R$ 0,470	R$ 15,04	KRONA
409/433	ARGAMASSA - DE CIMENTO COLANTE ACI,PARA ASSENTAMENTO DE CERAMICA, EMBALAGEM COM 20KG,CONFORME NBR NBR14.081	350,00	R$ 28,700	R$ 10.045,00	ASSENTA MAIS
411/433	LUVA - EM PVC SOLDAVEL DE 25 X 3/4LR.,	32,00	R$ 0,650	R$ 20,80	KRONA

Valor Total: R$ 74.938,31(Setenta e quatro mil novecentos e trinta e oito reais e trinta e um centavos)

VALOR TOTAL DA ATA R$: 546.370,90 (QUINHENTOS E QUARENTA E SEIS MIL, TREZENTOS E SETENTA REAIS E NOVENTA CENTAVOS).

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados respeitados a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados,

obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação serão do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município observada o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará (ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até 10 (dez) dias do mês subsequente a entrega dos produtos e, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Félix do Araguaia-MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Novo Santo Antônio, 02 de Abril do ano de 2018.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

ADÃO SOARES NOGUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

GERENCIADOR

_____

MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE

CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPIS LTDA

CNPJ Nº 14.888.303/0001-05

DETENTORA

_____

L.P DOS SANTOS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO – ME

CNPJ Nº 05.511.353/0001-70

DETENTORA

_____

ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE

MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA

CNPJ: 00.226.324/0001-42

DETENTORA

1ª TESTEMUNHA:

NOME COMPLETO: _____ Nº RG: _____ ASSINATURA: _____

2ª TESTEMUNHA:

NOME COMPLETO: _____ Nº RG: _____ ASSINATURA: _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2017 PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO, CONFORME ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA.

Processo Nº 26/2017 - Pregão Presencial nº 14/2017

Validade: 12(doze) meses

Às 13:00horas do dia 29 de Agosto de 2017, na **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO**, reuniram-se na sala SETOR DE LICITAÇÃO, situada à RUA 29 DE SETEMBRO, nº 77, BAIRRO CENTRO, NOVO SANTO ANTÔNIO/MT, CEP: 78674-000 Fone: (66) 3548-11140 Fax: (66) 3548-11140, inscrito no CNPJ sob o nº 04.199.966/0001-50, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, portador da Cédula de Identidade nº 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-91, e a empresa **CECILIA PINTO DA SILVA EIRELI,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 15.593.959/0001-55, Inscrição estadual nº 13455199-0, situada na Av. Júlio Domingos de Campos, nº.3231. Bairro Marajoara, cidade de Várzea Grande, estado de Mato Grosso, CEP 78138-095, denominada CONTRATADA representada neste ato por seu representante legal a Sr. **CECILIA PINTO DA SILVA**, portadora do RG nº 448.786 SSP/MT. CPF nº 208.590.231-68, residente e domiciliada na cidade de Várzea Grande, estado de Mato Grosso, CEP 78138-095, **J R DO NASCIMENTO – ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 17.554.217/0001-48. Inscrição estadual nº 13474796-8, situada na Av. Moisés Dornelles Montiel, nº. 1278, Bairro Setor Bandeirantes, cidade de Alto boa Vista, estado de Mato Grosso, CEP 78665-000, representada neste ato por seu representante legal a S.r. **JOVERCINA RODRIGUES DO NASCIMENTO**, portadora do RG nº 947.535 SSP/MT. CPF nº 604.607.331-68, residente e domiciliada na cidade de Alto Boa Vista, estado de Mato Grosso, CEP 78665-000 **NE EQUIPAMENTOS, PEÇAS E LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.619.626/0001-55, Inscrição estadual nº 13356487-8, situada na Av. Ulisses pompeu, nº.3000. Bairro; LOT, Jardim Panorama cidade de Várzea Grande, estado de Mato Grosso, CEP 78140-215, denominada CONTRATADA representado neste ato por seu representante legal o Sr. **EDMILSON ANTÔNIO DO NASCIMENTO**, portador do RG nº 577.967.66 SESP/PR. CPF nº 835.603.789-15, residente e domiciliado na cidade de Várzea Grande, estado de Mato Grosso, CEP 78. 120-185 Denominadas DETENTORAS desta ATA, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, Pregão Presencial nº 014/2017, nas condições em que segue::

01. DO OBJETO E PREÇOS

1.1. Constitui o objeto da presente Ata o registro de preços os itens dela constantes, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93.

1.2. Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

NOME: CECILIA PINTO DA SILVA EIRELI							
CNPJ: 15.593.959/0001-55				**INSCRIÇÃO: 13.455.199-0**			
ENDEREÇO: Av. Júlio Domingos de Campos, nº.3231. Bairro Marajoara							
CEP: 78138-095	**CIDADE/UF: Várzea Grande, estado de Mato Grosso**						
TELEFONES: (65) 3684-0546/3686-5749/ 3686-1607				**E-MAIL: soonibuscuiaba@gmail.com**			
REPRESENTANTE LEGAL: CECILIA PINTO DA SILVA.							
RG: 448.786 SSP/MT				**CPF: , 208.590.231-68**			
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS							
Item	**Veículo/Máquina**	**Marca**	**Combustível**	**Ano/ Mod**	**VALOR**	**(%) de Desconto**	

02	MICRO ÔNIBUS IVECO 70C16 - IVECO - DIESEL 2010/2010 - NPH-1704	IVECO	DIESEL	2010/2010	30.000,00	35%	
03	MICRO ÔNIBUS MB 812 - MERCEDES BENZ - DIESEL - 2010/2010 - NUG-0547	MERCEDES BENZ	DIESEL	2010/2010	30.000,00	45%	
04	MARCOPOLO/VOLARE V-8L ESCOLAR - VOLARE - DIESEL - 2010/2010 - NUG-0547	VOLARE	DIESEL S10	2013/2013	30.000,00	35%	
05	MARCOPOLO/VOLARE 4X4 ESCOLAR - VOLARE - DIESEL - 2013/2013 -	VOLARE	DIESEL S10	2013/2013	30.000,00	35%	
06	ÔNIBUS MB 1519 - MERCEDES BENZ - DIESEL- 2008/2008 - NPM-2006	MERCEDES BENZ	DIESEL	2008/2008	30.000,00	45%	
07	ÔNIBUS VW 15190 - WOLKSVAGEM - DIESEL - 2014/2014 - QBA-4924	WOLKSVAGEM	DIESEL	2014/2014	30.000,00	35%	
17	CAMINHÃO CAÇAMBA MB 1620 - MERCEDES BENZ - DIESEL - 2010/2010 - KAU-6531	MERCEDES BENZ	DIESEL	2010/2010	30.000,00	45%	
18	CAMINHÃO CAÇAMBA MB 1620 - MERCEDES BENZ - DIESEL - 2010/2010 - KAU-7051	MERCEDES BENZ	DIESEL	2010/2010	30.000,00	45%	
19	CAMINHÃO CAÇAMBA MB 1620 - MERCEDES BENZ - DIESEL - 2010/2010 - KAU-7151	MERCEDES BENZ	DIESEL	2010/2010	30.000,00	45%	
20	CAMINHÃO CAÇAMBA MB ATRON 2729 PAC 2 - MERCEDES BENZ - DIESEL S10 - 2014/2014 - QBD-0121	MERCEDES BENZ	DIESEL S10	2014/2014	30.000,00	45%	
21	CAMINHÃO CAÇAMBA MB 1313 PIPA - MERCEDES BENZ - 1972/1972 - AIJ-4272	MERCEDES BENZ	DIESEL	1972/1972	30.000,00	45%	
VALOR TOTAL						**330.000,00**	R$ 45,00

,

NOME: J R DO NASCIMENTO – ME						
CNPJ: 17.554.217/0001-48				**INSCRIÇÃO:** 13474796-8		
ENDEREÇO: Av. Moisés Dornelles Montiel, nº. 1278, Bairro Setor Bandeirantes						
CEP: 78665-000	**CIDADE/UF:** Alto Boa Vista, estado de Mato Grosso					
TELEFONES: (66) 3539 1372				**E-MAIL:** percival.arantes@hotmail.com		
REPRESENTANTE LEGAL: JOVERCINA RODRIGUES DO NASCIMENTO						
RG: 947.535 SSP/MT.				**CPF:** CPF nº 604.607.331-68,		
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS						
Item	**Veículo/Máquina**	**Marca**	**Combustível**	**Ano/Mod**	**VALOR**	**(%) de Desconto**
01	SAVEIRO VW AP 1.6 - GASOLINA - 2011/2011 - DQP-4225	WOLKSVAGEM	GASOLINA	2011/2011	15.000,00	20,50 %
08	CAMINHONETE S-10 2.4 - CHEVROLET - FLEX - 2008/2008 - NJE-7268	CHEVROLET	FLE	2008/2008	25.000,00	20,50 %
09	SAVEIRO AT 1.6 - WOLKSVAGEM - FLEX - 2013/2013 - NPI-2871	WOLKSVAGEM	FLEX	2013/2013	15.000,00	20,50 %
10	PALIO FIRE WAY 1.0 - FIAT - FLEX - 2015/2015 - QBO-0464	FIAT	FLEX	2015/2015	20.000,00	20,50 %
11	PALIO FIRE 1.0 - FIAT - FLEX - 2016/2016 - QBO-6983	FIAT	FLEX	2016/2016	20.000,00	20,50 %
12	PICK UP ESTRADA 1.4 CABINE DUPLA - FIAT - FLEX - 2016/2016 - QBU-8053	FIAT	FLEX	2016/2016	20.000,00	20,50 %
13	SPRINTER MB 415 AMBULÂNCIA - MERCEDES BENZ - DIESEL S10 - 2016/2016	MERCEDES BENZ	DIESEL S10	2016/2016	15.000,00	46,00 %
14	CHEVROLET BLAZER MWM 2.8 - CHEVROLET - DIESEL - 2006/2006	CHEVROLET	DIESEL	2006/2006	20.000,00	20,50 %
15	UNO MILLE WAY ECONOMY 1.0 - FIAT - GASOLINA - 2013/2013 - OBJ-8832	FIAT	GASOLINA	2013/2013	20.000,00	20,50 %
16	UNO 1.0 - FIAT - GASOLINA - 2010/2010 - NJV-7395	FIAT	GASOLINA	2010/2010	20.000,00	20,50 %
22	CAMINHONETE RANGER 2.5 - FORD - DIESEL - JZJ-5243	FORD	DIESEL	2010/2010	20.000,00	20,50 %
23	UNO MILLE WAY ECONOMY 1.0 (SECRETARIA DE OBRAS)	FIAT	GASOLINA	2011/2011	20.000,00	20,50 %
24	UNO 1.0 (SECRETARIA DE OBRAS)	FIAT	GASOLINA	1998/1998	20.000,00	20,50 %
VALOR TOTAL:						**250.000,00**

NOME: NE EQUIPAMENTOS, PEÇAS E LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA-ME							
CNPJ: 09.619.626/0001-55				**INSCRIÇÃO:** 13356487-8			
ENDEREÇO: Av. Ulisses pompeu, nº.3000. Bairro; LOT, Jardim Panorama							
CEP: 78140-215	**CIDADE/UF:** Várzea Grande, estado de Mato Grosso						
TELEFONES: (65) 36694 0677				**E-MAIL:** nntratores@gmail.com			
REPRESENTANTE LEGAL: EDMILSON ANTÔNIO DO NASCIMENTO,							
RG: 577.967.66 SESP/PR.				**CPF:** 835.603.789-15,			
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS							
Item	**Veículo/Máquina**	**Marca**	**Combustível**	**Ano/Mod**	**VALOR**	**(%) de Desconto**	
25	PÁ CARREGADEIRA CASE W20E CABINE (SECRETARIA DE OBRAS)	CASE	DIESEL	2009	50.000,00	11,90 %	
26	RETROESCAVADEIRA RD 406 ADVANCED (SECRETARIA DE OBRAS)	RANDON	DIESEL	2012	40.000,00	11,90 %	
27	MOTONIVELADORA 120K (SECRETARIA DE OBRAS)	CATERPILLAR	DIESEL	1998	50.000,00	11,90 %	
28	MOTONIVELADORA 845 (SECRETARIA DE OBRAS)	CASE	DIESEL	2009	50.000,00	11,90 %	
29	MÁQUINA DE ESTEIRA D50 1985	KOMATSU	DIESEL		50.000,00	11,90 %	

VALOR TOTAL	**240.000,00**	R$ 45,00

VALOR TOTAL: R$ 820.000,00 (OITOCENTOS E VINTE MIL REAIS).

1.3. Este termo não obriga o MUNICÍPIO a firmar as aquisições nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

02. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes das contratações, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos próprios previstos no Orçamento Anual do Município do Exercício de 2017 e no exercício posterior 2.018, nas seguintes rubricas orçamentárias:

04. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2.011. MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO

(34) 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo

2.115. MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

(44) 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo

(45) 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo

05. SECRETARIA DE SAÚDE

2.123. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE SAÚDE

(64) 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo

2.017. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(75) 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo

08. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.066. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

(138) 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo

09. SECRETARIA DE OBRAS

2.091. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS

(185) 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo

1.184. MANUTENÇÃO DE ESTRADAS ESTADUAIS - FETHAB

(176) 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo

1.185. MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS - FETHAB

(179) 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo

03. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de **12 (doze) meses,** a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Normativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93.

3.2. A Detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta)dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à Detentora o direito a qualquer recurso ou indenização.

3.3. À Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a **Detentora**, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até **60 (sessenta) dias,** a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata.

04. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA

4.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações contidas neste este termo de referência.

4.2. Para fornecimento dos produtos, registrados na ARP-Ata de Registros de Preços, que deverá estar devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração.

4.3. A entrega dos produtos será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, mediante formulário próprio de Ordem de Fornecimento, emitido pelo encarregado responsável.

4.4. A proponente vencedora deverá efetuar a entrega dos produtos no prazo máximo de **02 (dois) dias corridos**, contados do recebimento da requisição e nota de empenho, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

4.5. O licitante contratado deverá dispor do sistema **AUDATEX**, para geração do pedido, para identificação imediata da peça a ser fornecida, e verificação do preço sugerido pela montadora;

4.5.1. Os descontos deverão ser aplicados sobre os preços das peças, tendo como referência o preço da peça constante da tabela do SISTEMA DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA AUDATEX, vedada a inclusão de índice de correção ou qualquer outro, exceto quando comprovadamente beneficiar a Administração

4.6. No caso em que a peça solicitada não estiver com seu cadastro e valor referenciado na tabela AUDATEX, similar ou superior, a empresa deverá se sujeitar a média de valores de mercado, apresentados pela secretaria solicitante.

4.7. Na nota fiscal a ser emitida deverá constar o valor da peça registrada na tabela de preços sugerida pelas montadoras, o percentual de desconto registrado no processo licitatório, o valor do desconto por peça e o valor individualizado de cada peça;

4.8. O objeto constante deste Edital poderá ser contratado no todo ou em parte, de acordo com a conveniência administrativa;

4.9. Os itens licitados serão avaliados em relação a conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o Edital, após, a nota fiscal será atestada e encaminhada para pagamento;

4.10. O recebimento não excluirá a Adjudicatária da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela Lei 8.666/93.

4.11. A Adjudicatária ficará obrigada a corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes dos materiais fornecidos.

4.12. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos com transporte e pessoal de apoio para o transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato;

4.13. Todas as peças de reposição deverão ser originais ou de 1ª linha recomendada pelo fabricante. Somente em caso de comprovação de impossibilidade da utilização de peças originais de 1ª linha, devido inexistência das mesmas no mercado, é que ser á aceito o uso de PEÇAS GENUÍNAS, desde que autorizado pelo servidor responsável.

05. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

5.1. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida;

5.2. Se não comprovarem a situação regular da licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

5.3. A adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a:

a) A empresa se obrigará em um prazo máximo de 03 (três) dias, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado.

b) A licitante vencedora, detentora do registro de preços, fica obrigada a aceitar acréscimos de até 25% do valor contratado nos preços da Ata de Registro de Preços.

c) Assinar a ata da sessão pública de pregão e os relatórios com os preços ofertados nas etapas de lances verbais que substituirão a apresentação de nova proposta adequada ao preço ofertado. Se a empresa não se fizer representar até o final da sessão deverá então apresentar a nova proposta adequada ao preço ofertado nas etapas de lances verbais, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da notificação realizada na sessão pública do pregão.

d) Será responsável pelo fornecimento dos bens dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor à Prefeitura.

e) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto deste Edital, bem como a respeito da qualidade dos produtos, casos em que a CONTRATADA deverá, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade destes.

f) Manter todas as condições estabelecidas neste Edital quanto as condições de habilitação e qualificação, durante toda a execução do contrato.

g) Fornecer os produtos, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas.

h) Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia).

i) Comunicar, imediatamente, a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio, qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento dos produtos.

06. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1. Firmar Contrato e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.

6.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

6.3. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências.

6.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor.

6.5. Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.7. Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6.8. Coordenar e fiscalizar as entregas pertinentes às aquisições referentes ao contrato vigente, pela empresa CONTRATADA.

6.9. Garantir a Detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa;

6.10. Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados;

07. DA CONTRATAÇÃO

7.1. Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Presencial nº 014/2017, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

7.2. O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

7.3. A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato;

7.4. A critério desta Prefeitura Municipal, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei n**º** 8.666/93.

08. DO PAGAMENTO À CONTRATADA

8.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizada pela Secretaria Solicitante.

8.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária e/ou cheque nominal a contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

8.3. Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas.

8.4. Nas Notas Fiscais apresentadas para pagamento os materiais relacionados deverão vir com nome e especificações, sob pena de devolução da mesma e o não pagamento.

8.5. As empresas regularmente inscritas nos simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos.

8.6. Toda operação de venda de mercadorias terá que ser efetuada, obrigatoriamente, mediante a emissão de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**;

8.6.1. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 8.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

8.7. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

8.8. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

8.9. A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas da RECEITA FEDERAL e do FGTS, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal).

09. DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS

9.1. Durante a vigência da Ata, os valores dos percentuais de descontos oferecidos pelas licitantes vencedoras não poderão em hipótese alguma sofrer qualquer tipo de modificação;

9.2. O maior percentual de desconto ofertado não influenciará em reajustes de preços de mercado com relação ao valor contratado.

10. DA RECISÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.

10.2. A rescisão pela Administração poderá ocorrer quando:

10.2.1. A Detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;

10.2.2. A Detentora não formalizar Ata decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A Detentora der causa à rescisão administrativa da Ata decorrente do registro de preços;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar a redução;

10.2.6. Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração;

10.2.7. Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.

10.3. A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 10.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação.

10.4. A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata.

10.4.1. A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido.

10.4.2. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/103 deverá ser notificada.

10.5. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata.

10.6. Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93.

11. DAS PENALIDADES

11.1. De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

11.1.2 A multa prevista no item 11.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 11.2, alínea “b”;

11.2. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

a) advertência por escrito;

b) aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93;

11.3. Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

11.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhido será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica;

11.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

12. DAS ALTERAÇÕES DA ATA

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido ao disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

Parágrafo Primeiro: os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

Parágrafo Segundo: Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;

II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e

III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Presencial, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

Parágrafo Terceiro: Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Presencial, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais;

III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Presencial, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

Parágrafo Quarto: O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Presencial nº. 014/2017 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

13.2. O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do Pregão Presencial nº 014/2017, conforme decisão do Pregoeiro do MUNICÍPIO, lavrada em Ata datada em 29 de Agosto de 2017, e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

13.3. Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

13.4. Fica eleito o foro da Comarca de São Félix do Araguaia, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Novo Santo Antônio-MT, em 29, de Agosto de 2017.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

Gerenciador

_____

NE EQUIPAMENTOS, PEÇAS E LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA-ME,

CNPJ nº 09.619.626/0001-55

DETENTORA

_____

J R DO NASCIMENTO – ME

CNPJ nº 17.554.217/0001-46

DETENTORA

_____

CECILIA PINTO DA SILVA EIRELI

CNPJ nº 15.593.959/0001-55

DETENTORA

TESTEMUNHAS:

1. _____

Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF:

Ata de registro de Preços nº 006/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

No dia e horário previamente designado para a sessão de abertura e julgamento das propostas relativas ao "PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2018", fizeram-se presentes as Empresas Marcos S. Biudes ME e Junior Matiazzo - 03539453156.

Na fase de abertura dos envelopes das propostas, verificou-se que a Empresa Marcos S. Biudes ME apresentou proposta acima do valor de referência, portanto, em desacordo com o Anexo I do Edital, pelo que foi desclassificada.

Diante disso, manifestou seu interesse na interposição de recurso, o que foi feito tempestivamente.

É o relatório.

Passo a decidir.

Analisando o caso concreto verifica-se que a decisão contrariou as disposições editalícias e legais, visto que o valor de referência deveria ser utilizado como base para a desclassificação de propostas que o desobedecessem após a fase de lances e não com a simples apresentação do documento escrito.

Isso, porque, não se encontrava previsto no instrumento convocatório que as propostas apresentadas com valor superior ao preço de referência seriam automaticamente desclassificadas, o que, por consequência, permitiu aos interessados que assim o fizessem, diminuíssem-na na fase de lances.

Desta feita, tem-se por equivocada a desclassificação da licitante, ao passo que, segundo as lições do Supremo Tribunal Federal Leciona, *in verbis:*

"Súmula 473 - A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportu-

nidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

Ou seja, em considerando ilegítima a desclassificação da proposta, pode a Administração rever seus atos, devendo ser anulado o processo licitatório denominado "PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2018".

Ante ao exposto, dou provimento ao recurso administrativo interposto pela empresa Marcos S. Biudes ME, para o fim de anular a decisão que ensejou sua desclassificação para o "**PREGÃO PRESENCIAL** Nº 16/2018", assim como ao próprio certame.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Paranatinga/MT, 05 de abril de 2018.

Josimar Marques Barbosa

Prefeito

Devenilson da Silva

Comissão Permanente de Licitação

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20/2018

PREGÃO PRESENCIAL 15/2018

ARP Nº 20/2018 - Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **Tropical Pneus Ltda, CNPJ 02.902.195/0008-67**, tendo por objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação deEmpresa Especializada em Prestação de serviços de Recapagens de Pneus para uso na Frota de Veículos, Ônibus e Maquinas do Município, para atender as necessidades das Secretarias Solicitantes de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Vigência: 02/04/2018 A 02/04/2019. Valor Global: R$ 417.740,00. Preços Registrados: Departamento de Licitações e Contratos, em 05 de abril de 2018.

Seq.	Código	Descrição do Serviço	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	335036	RECAPAGEM DE PNEU (18,4 X 34)	UNIDADE	1.770,00	R$ 16,00	R$ 28.320,00
2	27525	RECAPAGEM DE PNEU 1.300 X 24 - MOTONIVELADORA	UNIDADE	1.200,00	R$ 40,00	R$ 48.000,00
3	27524	RECAPAGEM DE PNEU 1.400 X 24 - MOTONIVELADORA	UNIDADE	1.300,00	R$ 40,00	R$ 52.000,00
4	335041	RECAPAGEM DE PNEU 1000 X 20 RADIAL	UNIDADE	594,00	R$ 150,00	R$ 89.100,00
5	348727	RECAPAGEM DE PNEU 12 X 16,5	UNIDADE	599,00	R$ 16,00	R$ 9.584,00
6	27521	RECAPAGEM DE PNEU 275/80 X 22,5 - BORRACHUDO	UNIDADE	660,00	R$ 150,00	R$ 99.000,00
7	335038	RECAPAGEM DE PNEU 750 X 16 LISO	UNIDADE	340,00	R$ 150,00	R$ 51.000,00
8	348696	RECAPAGEM DE PNEU 900 X 20 BORRACHUDO	UNIDADE	536,00	R$ 76,00	R$ 40.736,00

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2018

PREGÃO PRESENCIAL 15/2018

ARP Nº 19/2018 - Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **Jose Margreiter - ME, CNPJ 10.991.187/0001-96, tendo por objeto:** Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Recapagens de Pneus para uso na Frota de Veículos, Ônibus e Maquinas do Município, para atender as necessidades das Secretarias Solicitantes de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Vigência: 02/04/2018 A 02/04/2019. Valor Global: R$ 507.630,00. Preços Registrados: Departamento de Licitações e Contratos, em 05 de abril de 2018.

Seq.	Código	Descrição do Serviço	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	27527	RECAPAGEM DE PNEU 1000 X 20 BORRACHUDO	UNIDADE	580,00	R$: 150,00	R$: 87.000,000
2	348726	RECAPAGEM DE PNEU 1000 X 20 LISO	UNIDADE	560,00	R$: 150,00	R$: 84.000,00
3	27519	RECAPAGEM DE PNEU 17,5 X 25 PARA PA CARREGADEIRA	UNIDADE	1.870,00	R$: 16,00	R$: 29.920,00
4	348728	RECAPAGEM DE PNEU 19,5 X 24	UNIDADE	1.490,00	R$: 16,00	R$: 23.840,00
5	27526	RECAPAGEM DE PNEU 215/75 R 17.5 BORRACHUDO	UNIDADE	450,00	R$: 280,00	R$: 126.000,00
6	494681	RECAPAGEM DE PNEU 265 X 70 R 16 - BORRACHUDO	UNIDADE	400,00	R$: 12,00	R$: 4.800,00
7	494682	RECAPAGEM DE PNEU 275/80 X 22,5 - LISO	UNIDADE	625,00	R$: 150,00	R$: 93.750,00
8	27528	RECAPAGEM DE PNEU 750 X 16 BORRACHUDO	UNIDADE	360,00	R$: 162,00	R$: 58.320,00

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 17/2018

PREGÃO PRESENCIAL 11/2018

ARP Nº 17/2018 - Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **MARIA JOSE DOS REIS NETO - ME, CNPJ 10.226.940/0001-57**, tendo por objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Materiais Esportivos e Materiais para Jogos Recreativos,atendendo as necessidades da Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Esporte e Lazer de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Vigência: 02/04/2018 A 02/04/2019. Valor Global: R$ 122.701,80. Preços Registrados: Departamento de Licitações e Contratos, em 05 de abril de 2018.

Seq.	Código	**Descrição do Serviço**	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	490134	APITO PROFISSIONAL PARA ARBITRAGEM PROFISSIONAL, com qualidade igual ou superior ao FOX 40	UNIDADE	30,00	R$: 15,00	R$: 450,00
2	16641	BOLA DE BORRACHA RESISTENTE PEQUENA	UNIDADE	50,00	R$: 8,30	R$: 415,00

3	21574	BOLA DE GUDE	DUZIA	20,00	R$: 4,99	R$: 99,80
4	344085	BOLA DE HANDEBOL TAMANHO MASCULINO, - (PENALTY OU SUPERIOR) costurada com 32 gomos, confeccionada comPU ultra grip. Bola oficial da confederação Brasileira de handebol(CBHB) e provada pela Fed Inter. de hendebol(IHF), .Diametro: 58-60 peso 425-475	UNIDADE	60,00	R$: 160,00	R$: 9. 600,00
5	344086	BOLA OFICIAL DE BASQUETE - (PENALTY OU SUPERIOR) tamanho masculino,confeccionda com microfibra. Bola aprovada pela Federação Internacional de Basquete(FIBA). Bola com selo da Confederação Brasileira de Basquete(CBB). Diametro:75-78 cm,	UNIDADE	20,00	R$: 211,00	R$: 4. 220,00
6	490136	CONE EM PVC ALTURA 23 CM COM FINALIDADE ESPORTIVA	UNIDADE	100,00	R$: 7,87	R$: 787,00
7	344112	CRONOMETRO (CONDUTIVIMETRO) -ELETRONICO, RELOGIO, ALARME/DESPERTADOR, MEMORIA 10VOLTAS,FUNCAO CONTAGEM REGRESSIVA, 1/100, COR AMARELO, BUSSOLA, PROFISSIONAL	UNIDADE	10,00	R$: 45,00	R$: 450,00
8	333248	MEDALHA RETANGULAR 6,7 X 4,5 CM PERSONALIZADO LOGO DA ADMINISTRACAO	UNIDADE	2. 000,00	R$: 12,00	R$: 24. 000,00
9	494644	TABELA (CESTA) DE BASQUETE	UNIDADE	5,00	R$: 576,00	R$: 2. 880,00
10	344111	TROFEU COM 74 CM DE ALTURA, com base oval com 22 cm de largura, em polimetro na cor preta, com acabamento metalizado na cor Dourada.Sobre esta base duas colunas metalizadas na cor Dourada e uma base ova de madeira na cor preta, adornada por duas est	UNIDADE	200,00	R$: 399,00	R$: 79. 800,00

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 18/2018

PREGÃO PRESENCIAL 11/2018

ARP Nº 18/2018 - Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **TIC TAC COMERCIO DE BRINQUEDOS PEDAGOGICOS LTDA-ME, CNPJ 13.697.291/0001-60**, tendo por objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Materiais Esportivos e Materiais para Jogos Recreativos,atendendo as necessidades da Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Esporte e Lazer de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Vigência: 02/04/2018 A 02/04/2019. Valor Global: R$ 11.615,00. Preços Registrados: Departamento de Licitações e Contratos, em 05 de abril de 2018.

Seq.	Código	**Descrição do Serviço**	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	494647	CARTAS DE BARALHO COM 52 CARTAS	UNIDADE	3,00	R$: 15,00	R$: 45,00
2	344088	COLETE EM TECIDO 100% POLIESTER, Personalizado logo da Administração, Tamanho único, com velcro nas laterais para adaptar Tamanho	UNIDADE	1. 000,00	R$: 10,00	R$: 10. 000,00
3	494643	CONE DE TARTARUGA	UNIDADE	50,00	R$: 3,00	R$: 150,00
4	333251	CONE GRANDE 50 CM	UNIDADE	100,00	R$: 9,00	R$: 900,00
5	23553	JOGO DE DAMA	UNIDADE	20,00	R$: 6,00	R$: 120,00
6	323838	JOGO DE XADREZ - CONFECCIONADO EM MDF	UNIDADE	20,00	R$: 20,00	R$: 400,00

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 16/2018

PREGÃO PRESENCIAL 11/2018

ARP Nº 16/2018 - Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **KRIPTON INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI - ME, CNPJ 11.669. 001/0001-40**, tendo por objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Materiais Esportivos e Materiais para Jogos Recreativos, atendendo as necessidades da Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Esporte e Lazer de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Vigência: 02/04/2018 A 02/04/2019. Valor Global: R$ 135.825,50. Preços Registrados: Departamento de Licitações e Contratos, em 05 de abril de 2018.

Seq.	Código	**Descrição do Serviço**	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	344084	BOLA OFICIAL DE FUTEBOL DE CAMPO - (PENALTY OU SUPERIOR) costurada a mão com 32 gomos, confeccionada com microfibra.Diametro de 68-70cm, Peso:410-450 g, Camara:camara airbilitty, Cosntrucão:matrizada, Material:microfibra,Miolo:miolo slip sistem	UNIDADE	100,00	R$: 44,00	R$: 4. 400,00
2	490133	BOLA OFICIAL DE FUTEBOL SOCIETY - (PENALTY OU SUPERIOR)Costurada a mão com 32 gomos confeccionada com microfibras. Diametro 68-69cm peso 425 - 445g Camara Airbility : costurada, material microfibra miolo miolosliop system removivel e lubrificado	UNIDADE	110,00	R$: 84,00	R$: 9. 240,00
3	490132	BOLA OFICIAL DE FUTSAL - (PENALTY OU SUPERIOR) termotec,confeccionada com PU.Diametro:61-64cm,peso:350 - 380g,câmara Airbility,Construcao:termotec,materail:PU,Miolo:miolo slip system	UNIDADE	500,00	R$: 94,90	R$: 47. 450,00
4	490130	BOLA OFICIAL DE FUTSAL - (PENALTY OU SUPERIOR) termotec,confeccionada com PU.Diametro:61-64cm,peso:400- 440g,câmaraAirbility,Construcao:termotec,materail:PU,Miolo:miolo slip system	UNIDADE	500,00	R$: 96,00	R$: 48. 000,00
5	23548	RAQUETE PING PONG	UNIDADE	10,00	R$: 12,50	R$: 125,00
6	344114	REDE DE FUTEBOL DE CAMPO FIO 4, confeccionada em 67%polietileno(PE) e 33% polipropileno(PP), com trancamento ultra violeta,corda trancada de 4 mm de 24 monofilamentos de 0,40 de espessura. Medidas:2,5m x 7,5m x 0,85m x 2,00m.PAR	PAR	10,00	R$: 335,00	R$: 3. 350,00
7	344115	REDE DE FUTSAL FIO 4, confeccionada em 67% polietileno(PE) e 33% polipropileno (pp), com tratamento ultra violeta, corda trancada de 4 mm de 24 monofilamentos de 0,40 de espessura. Medidas 2,1 m x 3,2m x 0,60 m x 1,00m. PAR	PAR	15,00	R$: 174,00	R$: 2. 610,00

8	494639	REDE DE FUTSAL SOCIETY FIO 4, confeccionada em 67% polietileno(PE) e 33% polipropileno (pp), com tratamento ultra violeta, corda trancada de 4 mm de 24 monofilamentos de 0,40 de espessura. PAR	PAR	15,00	R$: 280,00	R$: 4. 200,00
9	490137	REDE DE PROTECAO ESPORTIVA FIO 4, Confecionado em 67% polietileno PE e 33% polipropileno PP, com tratamento ultra violeta, corda trancada de 4mm de 24mnofilamento de 0.,40 de espessura. Medidas; 20 m comprimento x 4 m d ealtura.	UNIDADE	20,00	R$: 675,00	R$: 13. 500,00
10	344113	REDE DE VOLEI OFICIAL 4 FAIXAS (ALGODAO) FIO 2	UNIDADE	20,00	R$: 145,00	R$: 2. 900,00
11	494646	REDE PARA MESA DE PING-PONG	UNIDADE	5,00	R$: 10,10	R$: 50,50

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 21/2018

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria nº 125 de 20 de março de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2018**, regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Decreto Municipal nº 1005/2014, Decreto nº 1452/2018 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. Objeto: a Contratação de Empresa Especializada para **Locação de 01 (um) Micro-Ônibus, Ano de Fabricação partir de 2013, com no mínimo de 20 lugares, Ar Condicionado, teto alto, para o transporte Exclusivo de pacientes que realizam Hemodiálise, ida e volta, 03 (três) vezes por semana e tratamento fora do Município, bem como ficar a disposição da Secretaria,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de saúde, conforme especificações constantes no edital e seus anexos. Data de abertura 18**/04/2018**, Quarta-feira **às 08:00 h (Horário Local).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, nº 1900 – Centro, mais Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou Telefone 66 3573-1329/1756. Horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das **07 às 11h (Horário Local)**. Em 05 de abril de 2018. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO/VALOR Nº 01 AO CONTRATO Nº 21/2017

Aditivo nº 01 ao Contrato 21/2017 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **LAIDETE BOFFE - ME - CNPJ 24.628.663/0001-13.** Objeto: A Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Publicidade em televisão para anúncios e Campanhas de informações à população, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração, conforme especificações discriminadas no anexo I e termo de referência do edital. Ficando o Contrato com o valor Aditivado de R$ 108.000,00 (Cento e oito mil reais). Vigência: 31/03/2018 a 31/03/2019. Departamento de Licitações e Contratos, em 29 de março de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PORTARIA Nº 176/2018 DE 05 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre EXONERAÇÃO **do Servidor Público Municipal e** dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º **EXONERAR** oServidor Público Municipal a Senhora **FRANCINE MARTINIANO FERREIRA**, ocupante do Cargo Comissionado de Médico Plantonista e Médico do PSF Rural, conforme Portaria de Nomeação nº 598/2017, 05 Dezembro de 2.017, lotado na Secretaria Municipal de Saúde do município de Pedra Preta – MT.

ART.2ºEsta portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

ART. **3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS CINCO DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2018.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM.

ATA DE REABERTURA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 001/2018

Às catorze horas do dia cinco de abril do ano de dois mil e dezoito, na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, a Avenida Fernando Correa da Costa, nº. 940, Centro, nesta cidade de Pedra Preta reuniu-se a comissão de licitação, constituída através de ato do Prefeito Municipal por meio da Portaria n° 545/2017, de 20 de Outubro de 2017. O objetivo da referida reunião é proceder a abertura do envelopes das propostas de preço relativos à Tomada de Preço em epígrafe, que tem por objetivo a escolha da proposta mais vantajosa, para realização da Obra de Drenagem Urbana no bairro Emissário do Jardim Morumbi, mediante o regime empreitada por menor preço global, conforme especificações constantes no Memorial Descritivo, Planilha de Custos e Formação de Preços, Composição do BDI, Cronograma Físico Financeiro os mesmos são parte integrante deste Edital. Pois o representante da empresa **GRENCO MAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI- EPP, o Sr. Douglas da Silva, RG 1846208-1; CPF: 031.766.541-38, solicita que lavrasse em ata que entraria com recurso devido sua inabilitação. A Comissão decidiu abrir o prazo recursal. Depois do prazo recursal e analise do recurso interposto pela empresa supracitada a Comissão de Licitação e o Prefeito Juvenal Pereira Brito, resolve DAR PROVIMENTO, ao recurso da recorrente, tornando habilitada para o prosseguimento do certame. Assim convocando as empresas habilitadas 1º - construtora tripolo LTDA, cnpj 04.879.275/0001-06, 2º- construtora AMIL, CNPJ 20.119.762/0001-19, 3º- NERES & CIA LTDA-ME, CNPJ 10279.167/0001-97 e 4º- GRENCO MAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI- EPP CNPJ.** O aviso de Convocação das empresas habilitadas para o certame fora publicado no dia 27 (vinte e sete) de março de 2018 no quadro de avisos da Prefeitura Municipal e Câmara Municipal, dia 27 (vinte e sete) de março de 2018 no site Oficial da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT http://www.pedrapreta.mt.gov.br/ e dia 28 (vinte e oito) de março Jornal AMM**.** Compareceram os representantes das empresas: **3º- NERES & CIA LTDA-ME, CNPJ 10279.167/0001-97, neste ato trocou seu representante Sr. Thiago Rodrigues de Arruda, RG: 17708494; CPF: 025.586.781-67, pelo Sr. Uedes Bueno Neres, RG: 1132115-6 SSP/MT, CPF:865.498.981-67,** o mesmo apresentou um novocredenciamento que a partir dessa fase do certame licitatório será o representante oficial da empresa, responsável por rubricar propostas das demais licitantes, assinar atas e documentos, interpor recursos, receber notificação, tomar ciência de decisões, recorrer, desistir da interposição de recursos, acordar, transigir, enfim, praticar to-

do e qualquer ato necessário à perfeita representação ativa da outorgante no procedimento licitatório **e a empresa 4º- GRENCO MAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI- EPP CNPJ 16.941.912/0001-06,** representada pelo **Sr. Douglas da Silva, RG 1846208-1; CPF: 031.766.541-38. Em seguida a Comissão de Licitação devolveu aos participantes os envelopes contendo as "PROPOSTA" das empresas presentes que, para constatar sua integridade. Após** a verificação da integridade dos envelopes da Proposta de Preço os mesmos foram abertos, e lido em voz alta, evidenciou o seguinte **1º - construtora tripolo LTDA, cnpj 04.879.275/0001-06,** proposta novalor R$ 691.901,67 (seiscentos e noventa e um mil novecentos e um real e sessenta e sete centavos), **2º- construtora AMIL, CNPJ 20.119. 762/0001-19,** proposta novalor R$ 622.488,20 (seiscentos e vinte e dois mil quatrocentos e oitenta e oito centavos), **3º- NERES & CIA LTDA-ME, CNPJ 10279.167/0001-97,** proposta novalor R$ 537.498,94 (quinhentos e trinta e sete mil quatrocentos e noventa e oito centavos e noventa e quatro centavos) e **GRENCO MAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI- EPP CNPJ 16. 941.912/0001-06,** proposta novalor R$ 662.926,11 (seiscentos e sessenta e dois mil novecentos e vinte e seis reais e onze centavos). As planilhas e suas composições foram avaliadas pela Comissão Permanente de licitação, Engenheiro Municipal Vitor César Silva Itacarambi e os representantes das empresas **3º- NERES & CIA LTDA-ME e GRENCO MAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI- EPP** , e foi detectado que as empresas **2º- construtora AMIL e 3º - NERES & CIA LTDA-ME, não apresentaram o item 9.1.4.2.** Na composição dos preços unitários, o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços. **Ficando assim inabilitados.** Utilizando dos critérios previstos no Edital, o tipo Menor Preço Global, a Comissão de Licitação **DECLARA** vencedora a empresa **GRENCO MAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI- EPP CNPJ 16.941.912/0001-06,** perfazendo ovalor R$ 662.926,11 (seiscentos e sessenta e dois mil novecentos e vinte e seis reais e onze centavos). O representante da empresa **NERES & CIA LTDA-ME, solicitou que fosse lavrado em ata que entrará com recurso referente sua inabilitação, tendo como base o item 9.1.4.5** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela Comissão, desde que não haja majoração do preço proposto. Porem como a Comissão e o Engenheiro Municipal constatou não foi um erro de preenchimento de planilha mais sim falta de apresentação das planilhas do item 9.1.4.2. Nada mais havendo a ser tratado, dá-se por encerrada esta ATA, que após lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão e pelos presentes.

Pedra Preta - MT, 05 de Abril de 2018.

_____ _____

_____

Paula C. Moraes Pereira Luzane Francisca Gomes Joaquim Batista da Silva

Presidente da CPL Membro da CPL Membro da CPL

NERES & CIA LTDA-ME

CNPJ 10279.167/0001-97

GRENCO MAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI- EPP

CNPJ 16.941.912/0001-06

PORTARIA Nº 178/2018. DE 05 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre EXONERAÇÃO **do Servidor Público Municipal e** dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º **EXONERAR** oServidor Público Municipal a Senhora **SANDRA BATISTA DO CARMO**, ocupante do Cargo Instrutora do Hospital Luciana Martins Amorim, conforme Portaria de Nomeação nº 131/2016, 11 Abril de 2.016, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Pedra Preta – MT.

ART.2ºEsta portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

ART. **3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS CINCO DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2018.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM.

PORTARIA Nº 179/2018. DE 05 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre EXONERAÇÃO **do Servidor Público Municipal e** dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º **EXONERAR** oServidor Público Municipal a Senhora **SUELY PEREIRA DOS SANTOS BUENO**, ocupante do Cargo Instrutora no PSF I (João de Barro), conforme Portaria de Nomeação nº 128/2016, 11 Abril de 2.016, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Pedra Preta – MT.

ART.2ºEsta portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

ART. **3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS CINCO DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2018.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM.

PORTARIA Nº 180/2018. DE 05 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre EXONERAÇÃO **do Servidor Público Municipal e** dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º **EXONERAR** oServidor Público Municipal o Senhor **HIGINO NUNES DE MORAES NETO**, ocupante do Cargo Médico Plantonista, conforme Portaria de Nomeação nº 255/2017, 19 Abril de 2.017, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Pedra Preta – MT.

ART.2ºEsta portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

ART. **3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS CINCO DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2018.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM.

PORTARIA Nº 177/2018. DE 05 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre EXONERAÇÃO **do Servidor Público Municipal e** dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

***ART. 1º* EXONERAR** oServidor Público Municipal a Senhora **ROSÂNGELA PINHEIRO DA SILVA**, ocupante do Cargo Comissionado de Auxiliar/ Cuidador, conforme Portaria de Nomeação nº 119/2018, 05 Março de 2. 018, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, do Município de Pedra Preta – MT.

ART.2ºEsta portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

***ART.* 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS CINCO DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2018.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

EXTRATO CONTRATO N° 024/2018

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **SAGA COMÉRCIO E SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA – ME**

O presente Contrato é para: "Adesão a Ata de Registro de Preços nº 041/2017, oriundo do Pregão Presencial nº 068/2017, de Confresa/ MT, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE COMBUSTÍVEL AUTOMOTIVO POR MEIO DE CARTÃO MAGNÉTICO E RASTREAMENTO VEICULAR DA FROTA PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 1.820.043,00 (Um milhão, oitocentos e vinte mil e quarenta e três reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de **21/03/2018 a 21/08/ 2018.**

Peixoto de Azevedo-MT, 21 de março de 2018.

EXTRATO CONTRATO N° 025/2018

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **FAÇA WEB SITES LTDA – ME**

O presente Contrato é para: "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO EM ÁUDIO E VIDEO DAS LICITAÇÕES DA PREFEITURA MINICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 14.874,00 (Quatorze mil oitocentos e setenta e quatro reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de **21/03/2018 a 21/03/ 2019.**

Peixoto de Azevedo-MT, 21 de março de 2018.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 203/2017

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **INSTITUTO EXCELÊNCIA LTDA – ME**

O presente Contrato é para: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA REALIZAR OS SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAPRIMEIRA FASE DO TESTE SELETIVO PÚBLICO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTE DE ENDEMIAS, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO".**

1 – Fica alterado a CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA: Fica aditivado o prazo de vigência, expirando em 15/04/2018.

Peixoto de Azevedo-MT, 20 de março de 2018.

EXTRATO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 030/2014

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **HECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LIMITADA**

O presente Contrato é para: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA NA EXECUÇÃO DE OBRA DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS COMUNIDADES P. A. CACHIMBO II DO DISTRITO UNIÃO DO NORTE NO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E TC/PAC-0088/2010, PLANILHAS, PROJETOS E CRONOGRAMA FÍSICO–FINANCEIRO".**

1 – Fica alterado a CLÁUSULA NONA – DOS PRAZOS: Fica aditivado o prazo de vigência, expirando em 22/06/2018.

Peixoto de Azevedo-MT, 21 de março de 2018.

EXTRATO CONTRATO N° 023/2018

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **MARCOPOLO S. A.**

O presente Contrato é para: "ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 021/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2017 DE NOVA NAZARÉ – MT, PARA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS ESCOLARES ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 830.000,00 (Oitocentos e trinta mil reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de **20/03/2018 a 20/03/ 2019.**

Peixoto de Azevedo-MT, 20 de março de 2018.

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 221/2017

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.238.631/0001-31, torna

publico o Termo de Rescisão ao Contrato de Prestação de Serviços nº 221/2017, oriundo da Adesão a Ata de Registro de Preços nº 041/2017, oriundo do Pregão Presencial nº 068/2017, de Confresa/MT, tendo como objeto **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE COMBUSTÍVEL AUTOMOTIVO POR MEIO DE CARTÃO MAGNÉTICO E RASTREAMENTO VEICULAR DA FROTA PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT"**, da empresa **SAGA COMÉRCIO E SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA – ME** com o CNPJ nº **05.870.713/0001-20.**

Peixoto de Azevedo, 15 de março de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
ERRATA RELAÇÃO DE PESSOAS SELECIONADAS A MUTUÁRIO/BENEFICIÁRIO DO EMPREENDIMENTO GUATÓS - FASE II DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL - PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

ONDE SE LÊ:

Os candidatos abaixo relacionados, estão aptos a participar do SORTEIO DE ENDEREÇOS, que será realizado pela Caixa Econômica Federal, no dia 06/04/2018, sexta-feira, as 14:00 horas no Ginásio Guido Silva.

ATENÇÃO:

O presente sorteio de endereços são para as primeiras 59 casas prontas, das 200 casas (Guatós I e II). Os candidatos, por ordem de sorteio já apresentaram suas documentações e foram considerados aptos pela Caixa Econômica Federal. Quando da liberação pela construtora e pela Caixa das restantes 141 casas, será realizado novo sorteio, em continuação, para os candidatos que estiverem aptos.

Lista 01 - Pessoas Idosas (2 casas liberadas)

Sorteio	NIS	NOME	CPF
1	04192659107	MARIA ANTONIA DA SILVA CONCEICAO	36242470187
2	20679783479	SERGIA PAULA MENDES	83915958115

Lista 02 - Pessoas com Deficiência (2 casas liberadas)

Sorteio	NIS	NOME	CPF
1	23744061449	ROSANGELA MARIA DO PRADO RONDON	07310415183
2	19035370646	ANA ANGELINA DA SILVA	60392908115

Lista 03 - Famílias com 4, 5 ou 6 critérios (33 casas liberadas)

Sorteio	NIS	NOME	CPF
1	13161089404	JUCINEIA RONDON PRADO	01461225183
2	20972268426	JOSEFA DA SILVA LEITE	01566647126
3	22818147785	LUANA CRISTINA RODRIGUES DA SILVA	70746041195
4	16191164417	JAQUELINE SOUZA MOURA	02675542148
5	20102525743	INACIA EVA DE OLIVEIRA	03610832118
6	20383836055	ERONDINA DAS DORES DE MORAES	04415158196
7	21046460716	GREICEANE ALVES DA SILVA	03768083144
8	20102517090	PRISCILA GERTRUDES DE ARRUDA	05073763157
9	20059525562	CARMEM LUCIA DE ARRUDA	02622959117
10	16394398048	CRISTIANE ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA	03570544150
11	20102525778	MARIANA PEREIRA DE ARRUDA	03558883195
12	21212345306	DEVAIR ANTONIA DOS SANTOS	03337754147
13	21062021721	DEBORA CRISTINA DA SILVA	03486471155
14	21262918342	ELIZIETE AUXILIADORA RAMOS	04523858144
15	20972003643	JUCILENE LUCIA RODRIGUES DA SILVA	02385998173
16	20082463004	ANGELA MADALENA DE ARRUDA	04536855106
17	20926979757	ROSILEI MARIA RONDON DE PAULA	00377243124
18	20926640334	NILZETE DE CAMPOS SILVA	97249033115
19	16511004172	LUZIA BRITO DOS SANTOS	04532148197
20	16423560685	LUCIANA PLINIA DA SILVA	02044335174
21	20952120016	EUNICE NERES DA SILVA ANJO	46899219115
22	23699500124	CAROLINA DIAS DA SILVA ARRUDA	05794392169
23	13118238401	AUXILIADORA DEODATO CORREA	01668912155
24	16191625783	KARINA JESSICA MUNIZ	04340802174
25	20972003961	JOSIENE CRISTINA NERES DA SILVA	00747269190

26	16460507148	KELLEN KAROLAINE DOS SANTOS	05565665132
27	16365620420	CRISTIANE DE ARRUDA AGUIAR	04152362154
28	22802148612	LUANA PAMELA SIQUEIRA	04143936194
29	16541516295	VALQUIRIA DE MORAES SILVA	36242101149
30	16309798511	GLORIA BENTA DA SILVA	01083512110
31	16250051547	GISLAINE DE ARRUDA RONDON	04141980188
32	21062022760	RAIZA MIRELI ARRUDA CAMPOS	03127571151
33	20972009927	MARILEIZE DE FATIMA DOS SANTOS	00742539130

Lista 04 - Famílias com 2 ou 3 critérios (14 casas liberadas)

Sorteio	NIS	NOME	CPF
1	16541138967	ROSALINA FRANCISCA DA SILVA	04681079162
2	20383850546	ANDRELINA BATISTA DA SILVA	04728397130
3	20059596710	JAQUELINE PAULA DA SILVA	05580972199
4	12465765819	MARIA NILVA DA SILVA	53482158134
5	20972004143	JOCILENE NERES DE CAMPOS	03905873117
6	21066371069	JANIELE LUIZA DA SILVA MENDES	04538654108
7	16541306037	SILVANA DENIS E SILVA	05947279100
8	16638998197	PEROLINA MARIA DE SOUZA	00460232169
9	23700082688	DANIELE LOPES DOS SANTOS	05177684105
10	20059589730	EDILAINE MONGE DA SILVA	03463806185
11	16191172215	JACKLINE DUARTE DA SILVA	04443778160
12	20059528847	JANETE DE JESUS MORAES	02634131100
13	21213968471	ELIDA PORFIRIO DE SOUZA	03369206102
14	16366103799	MARIA BETHANIA SILVA SANTOS	05538472108

Lista 05 - Famílias com 0 ou 1 critério (8 casas liberadas)

Sorteio	NIS	NOME	CPF
1	16191471573	JOSE LUCAS DOS SANTOS	05281244124
2	23652066762	SONIA LUCIA DA CUNHA	05395710167
3	16250043994	GEICIANE RAFAELA RONDON DE MORAES	07281304161
4	20949386701	JOSE DAVID ALVES DA SILVA	92317928149
5	16365843446	MAYARA PAULA DA SILVA	04990504100
6	16504737496	MARIA ISA DE SOUZA	02613784148
7	16312413935	GREICIMEIRE DE LIMA PEREIRA OLIVEIRA	02624882138
8	12355907988	ARLETE DA SILVA MODESTO	50320629104

Poconé, 04 de abril de 2018

Joelma Gomes da Silva

Secretária Municipal de Assistência Social Emprego e Renda

LEIA-SÊ:

Os candidatos abaixo relacionados, estão aptos a participar do SORTEIO DE ENDEREÇOS, que será realizado pela Caixa Econômica Federal, no dia 06/04/2018, sexta-feira, as 14:00 horas no Ginásio Guido Silva.

ATENÇÃO:

O presente sorteio de endereços são para as primeiras 59 casas prontas, das 200 casas

(Guatós I e II). Os candidatos, por ordem de sorteio já apresentaram suas documentações e foram considerados aptos pela Caixa Econômica Federal. Quando da liberação pela contrutora e pela Caixa das restantes 141 casas, será realizado novo sorteio, em continuação, para os candidatos que estiverem aptos.

Lista 01 - Pessoas Idosas (2 casas liberadas)

Sorteio	NIS	NOME	CPF
1	04192659107	MARIA ANTONIA DA SILVA CONCEICAO	36242470187
2	20679783479	SERGIA PAULA MENDES	83915958115

Lista 02 - Pessoas com Deficiência (2 casas liberadas)

Sorteio	NIS	NOME	CPF
1	23744061449	ROSANGELA MARIA DO PRADO RONDON	07310415183
2	19035370646	ANA ANGELINA DA SILVA	60392908115

Lista 03 - Famílias com 4, 5 ou 6 critérios (33 casas liberadas)

Sorteio	NIS	NOME	CPF
1	13161089404	JUCINEIA RONDON PRADO	01461225183
2	20972268426	JOSEFA DA SILVA LEITE	01566647126
3	22818147785	LUANA CRISTINA RODRIGUES DA SILVA	70746041195
4	16191164417	JAQUELINE SOUZA MOURA	02675542148
5	20102525743	INACIA EVA DE OLIVEIRA	03610832118
6	20383836055	ERONDINA DAS DORES DE MORAES	04415158196
7	21046460716	GREICEANE ALVES DA SILVA	03768083144
8	20102517090	PRISCILA GERTRUDES DE ARRUDA	05073763157
9	20059525562	CARMEM LUCIA DE ARRUDA	02622959117
10	16394398048	CRISTIANE ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA	03570544150
11	21212345306	DEVAIR ANTONIA DOS SANTOS	03337754147
12	21062021721	DEBORA CRISTINA DA SILVA	03486471155
13	21262918342	ELIZIETE AUXILIADORA RAMOS	04523858144
14	20972003643	JUCILENE LUCIA RODRIGUES DA SILVA	02385998173
15	20082463004	ANGELA MADALENA DE ARRUDA	04536855106
16	20926979757	ROSILEI MARIA RONDON DE PAULA	00377243124
17	20926640334	NILZETE DE CAMPOS SILVA	97249033115
18	16511004172	LUZIA BRITO DOS SANTOS	04532148197
19	16423560685	LUCIANA PLINIA DA SILVA	02044335174
20	20952120016	EUNICE NERES DA SILVA ANJO	46899219115
21	23699500124	CAROLINA DIAS DA SILVA ARRUDA	05794392169
22	13118238401	AUXILIADORA DEODATO CORREA	01668912155
23	16191625783	KARINA JESSICA MUNIZ	04340802174
24	20972003961	JOSIENE CRISTINA NERES DA SILVA	00747269190
25	16460507148	KELLEN KAROLAINE DOS SANTOS	05565665132
26	16365620420	CRISTIANE DE ARRUDA AGUIAR	04152362154
27	22802148612	LUANA PAMELA SIQUEIRA	04143936194
28	16541516295	VALQUIRIA DE MORAES SILVA	36242101149
29	16309798511	GLORIA BENTA DA SILVA	01083512110
30	16250051547	GISLAINE DE ARRUDA RONDON	04141980188
31	21062022760	RAIZA MIRELI ARRUDA CAMPOS	03127571151
32	20972009927	MARILEIZE DE FATIMA DOS SANTOS	00742539130
33	16484417521	MARIA BENEDITA COSTA MARQUES DINIZ	01502390175

Lista 04 - Famílias com 2 ou 3 critérios (14 casas liberadas)

Sorteio	NIS	NOME	CPF
1	16541138967	ROSALINA FRANCISCA DA SILVA	04681079162
2	20383850546	ANDRELINA BATISTA DA SILVA	04728397130
3	20059596710	JAQUELINE PAULA DA SILVA	05580972199
4	12465765819	MARIA NILVA DA SILVA	53482158134
5	20972004143	JOCILENE NERES DE CAMPOS	03905873117
6	21066371069	JANIELE LUIZA DA SILVA MENDES	04538654108
7	16541306037	SILVANA DENIS E SILVA	05947279100
8	16638998197	PEROLINA MARIA DE SOUZA	00460232169
9	20059589730	EDILAINE MONGE DA SILVA	03463806185
10	16191172215	JACKLINE DUARTE DA SILVA	04443778160
11	21213968471	ELIDA PORFIRIO DE SOUZA	03369206102
12	16366103799	MARIA BETHANIA SILVA SANTOS	05538472108
13	20059527417	RAYANE TALISSA SOBRINHO DO NASCIMEN	06778407131
14	16191264861	GERIANE MARIA DE SOUZA E SILVA	04896916174

Lista 05 - Famílias com 0 ou 1 critério (8 casas liberadas)

Sorteio	NIS	NOME	CPF
1	16191471573	JOSE LUCAS DOS SANTOS	05281244124
2	23652066762	SONIA LUCIA DA CUNHA	05395710167
3	16250043994	GEICIANE RAFAELA RONDON DE MORAES	07281304161
4	20949386701	JOSE DAVID ALVES DA SILVA	92317928149
5	16365843446	MAYARA PAULA DA SILVA	04990504100
6	16504737496	MARIA ISA DE SOUZA	02613784148
7	19011894521	PEDROLINA DA SILVA NEVES	62093584115
8	12355907988	ARLETE DA SILVA MODESTO	50320629104

As pessoas abaixo relacionadas devem comparecer no Setor de Habitação para regularizar sua documenta e se habilitar para o próximo sorteio

NIS	NOME	CPF
20102525778	MARIANA PEREIRA DE ARRUDA	03558883195
23700082688	DANIELE LOPES DOS SANTOS	05177684105
20059528847	JANETE DE JESUS MORAES	02634131100
16312413935	GREICIMEIRE DE LIMA PEREIRA OLIVEIRA	02624882138

Poconé, 05 de abril de 2018

Joelma Gomes da Silva

Secretária Municipal de Assistência Social Emprego e Renda

PREFEITURA
CONTRATO N.º 002/2018

CARTA CONVITE 001/2018

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ**

Contratado: **ADILSON LUIZ DA SILVA – ME (TRANSPORTADORA B.M. A – ME – NOME FANTASIA)**

Objeto: O Contratado se obriga a Prestar Serviço de Locação de Veículo do tipo VAN com capacidade mínima de 14 (quatorze) lugares, para atender o Centro de Atenção Psicosocial (CAPS) no transporte de Pacientes em tratamento médico da zona Urbana e rural do munícipio de Poconé/MT.

Dotação: 070159 – 10.302.0014.000.02705.0000.339039 Secretaria Municipal de Saúde– Pessoa Jurídica.

Valor Global: R$ 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)

Período: 21/03/2018 e término em 21/03/2019.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 03/2018

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e nas demais leis que regem a espécie e, considerando a homologação do Resultado do Concurso Público objeto do Edital 001/2015 e homologado pelo Decreto Municipal nº 04/2017 de 07 de fevereiro de 2017, **TORNA PÚBLICO A CONVOCAÇÃO DA CANDIDATA APROVADA**, relacionada no anexo II deste Edital, para o provimento de cargos do quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Ponte Branca.

O candidato relacionado no Anexo II do presente Edital devera comparecer a Secretaria Municipal de Administração, na sede da Prefeitura Municipal de PONTE BRANCA/MT, situada à Av. Coronel Belmiro Nogueira da Silva, Bairro Centro, nº 300, CEP 78.610-000, PONTE BRANCA/MT, no prazo de 30 (trinta) dias, iniciando a partir de 27 de março de 2018, no horário das 07h00min às 12h00min horário local, para apresentação, entrega dos documentos e exames de saúde pré-admissionais constantes do anexo I deste Edital.

Em relação à apresentação dos exames de saúde pré-admissionais, a mesma deverá será apresentados juntamente com toda a documentação exigida na Secretaria Municipal de Administração, o candidato será convocada a comparecer no Hospital Municipal de Ponte Branca, situado à Rua Presidente Dutra, s/n, Bairro Centro, Ponte Branca - MT, onde serão atendidos por médicos, para avaliação dos exames médicos.

Por fim, apresenta ao convocado os modelos de declaração que deverão ser preenchidas adequadamente pelos candidatos, com suas informações pessoais e deverão ser apresentadas no prazo acima descrito. Sendo que, as declarações dos anexos III e IV são obrigatórias e a do anexo V é facultativa, conforme decisão pessoal e espontânea do candidato.

PONTE BRANCA-MT, 26 de março de 2018.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

Prefeito de Ponte Branca - MT

ANEXO I
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS A SEREM APRESENTADOS PELOS CANDIDATOS HABILITADOS E CONVOCADOS
CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2015

01 (uma) foto3X4; Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); Cadastro do PIS/PASEP (ser cadastrado); Cédula de Identidade (RG); Comprovante de regularização do CPF; Comprovante de Residência atual; Certidão de Casamento (se casado for); Certidão de nascimento dos filhos até 14 anos (se filhos tiver)**:** v De 0 a 06 (seis) anos, apresentar cópia da Carteira de Vacina(atualizada); v A partir dos 07 (sete) anos, apresentar Atestado de Frequência Escolar (Decreto nº 3.048/99 –MPS). Cópia autenticada do Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição, se à época já possuía 18 (dezoito) anos; Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, em caso de candidato do sexo masculino; Do-

cumentação comprobatória da escolaridade mínima exigida: v Diploma no caso de conclusão de Curso Superior na área de inscrição do candidato, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação/MEC, e ser devidamente registrado em conselho de classe específico, se houver; v Certificado de conclusão de Nível Técnico na área de inscrição do candidato, devidamente reconhecido e registrado em conselho de classe específico, se houver; v Certificado de conclusão no caso de Ensino Médio ou Ensino Fundamental para os cargos que exigem apenas esta etapa da educação básica, acompanhados dos respectivos históricos escolares; Documento atestando regularidade com Conselho profissional; Preencher e comprovar todos os requisitos básicos para investidura no cargo público exigidos no Edital de abertura001/2015; Declaração de antecedentes criminais; Declaração de Desimpedimento (conforme modelo anexo III); Declaração de Bens (conforme modelo anexoIV); Apresentar outros documentos e declarações que se fizerem necessários, a época da posse, de acordo com o Edital de Convocação do candidato; Os candidatos aprovados deverão comparecer já com os seguintes exames: v Hemograma completo, Plaquetas, Velocidade de hemossedimentação (VHS), Creatinina, Glicemia de jejum, Gama glutamil transferase (GAMA GT), Tempo de tromboplastina total e Parcial ativado (TTPA), EAS, Raio X –Tórax; v O candidato convocado deverá submeter-se e apresentar os mencionados exames para avaliação médica pré-admissional e/ou realizar exame médico específico (portadores de deficiência), a serem analisados por médicos designados, cuja avaliação deste profissional de saúde terá cunho de decisão terminativa, após análise dos exames realizados pelo candidato convocado.

ANEXO II
RELACÃO DE CANDIDATOS HABILITADOS E CONVOCADOS CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2015

1) CARGO – VIGIA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
0089015	MARCOS VELOSO OLIVEIRA	8°	87,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE EDITAL COMPEMENTAR

PREGÃO PRESENCIAL N°. 18/2018 REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte-MT, através de seu Prefeito Municipal, comunica aos interessados edital complementar - Pregão Presencial nº 18/2018 , **OBJETO:** Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de empresa para **confecção de uniformes, Cortinas. Data de Abertura/Recebimento das Propostas/credenciamento/julgamento: 24/04/2018 as 14h00min,** local: Rua Tocantins nº 1.173, Setor Três Irmãos,– Centro, CEP 78.655-000, Porto Alegre do Norte/MT**.** O Edital completo inicial e Edital complementar estará à disposição dos interessados gratuitamente na sede da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte /MT, no site da prefeitura, www.portoalegredonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacao@portoalegredonorte.mt.gov.br Telefone: (66) 3569 1226/1210.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 14/2018 REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte-MT, através do Prefeito Municipal no uso de suas atribuições comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 14/2018 – Registro de Preço - do tipo menor preço por item , **OBJETO:** Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de empresa para fornecimento de Insumos, Reagentes e medicamentos, **Data de Abertura/Recebimento das Propostas/credenciamento/julgamento: 27/04/2018 as 14h00min,** local: Rua Tocantins nº 1.173, Setor Três Irmãos,– Centro, CEP 78.655-000, Porto Alegre do Norte/MT**.** O Edital completo estará à disposição dos interessados gratuitamente na sede da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte /MT, no site da prefeitura, www.portoalegredonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacao@portoalegredonorte.mt.gov.br Telefone: (66) 3569 1226/1210.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 20/2018 REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte-MT, através do Prefeito Municipal no uso de suas atribuições comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 20/2018 – Registro de Preço - do tipo menor preço - Global **OBJETO:** Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de empresa para fornecimento de 01 PATRULHA MECANIZADA conforme Contrato de Repasse nº 858501/2017 MAPA/CAIXA - MINISTERIO DA GRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO/ REPRESENTADA PELA CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **Data de Abertura/Recebimento das Propostas/credenciamento/julgamento: 30/04/2018 as 14h00min,** local: Rua Tocantins nº 1.173, Setor Três Irmãos,– Centro, CEP 78.655-000, Porto Alegre do Norte/MT**.** O Edital completo estará à disposição dos interessados gratuitamente na sede da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte /MT, no site da prefeitura, www.portoalegredonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacao@portoalegredonorte.mt.gov.br Telefone: (66) 3569 1226/1210.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 93/2018 (DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO, EM VIRTUDE DE EXONERAÇÃO A PEDIDO DO SERVIDOR SENHOR WELLITON CARVALHO DA SILVA)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 61, da Lei Complementar nº. 001/2006;

CONSIDERANDO a necessidade de provimento do cargo efetivo em decorrência da vacância;

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar a vacância do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, da microarea 12, provido pelo servidor Welliton Carvalho da Silva, em virtude de requerimento de exoneração apresentado em 04/04/2018, conforme portaria n.º 79/2018.

Art. 2º - Ficam revogados os efeitos da Portaria nº 335/2017.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 05 de abril de 2018.

EUGÊNIO PELACHIM

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 94/2018 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MARIA SANTINA CORREA).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio**, conforme período de aquisição **2007/2012**, de 02/04/2018 a 30/06/2018, a **MARIA SANTINA CORREA**, portadora da CI/RG nº. 12920355 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 654. 850.411-91**,** servidor público municipal efetivo no cargo de agente de serviço público**,** lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 05 de abril de 2018.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO DE PARCERIA

EXTRATO TERMO DE PARCERIA
Nome do Órgão Público: Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT.
Custo do Projeto: R$ 114.574,97 (Cento e Quatorze Mil, Quinhentos e Setenta e Quatro Reais e Noventa e Sete Centavos) ao mês, totalizando R$ 1.374.899,64 (Um Milhão, Trezentos e Setenta e Quatro Mil, Oitocentos e Noventa e Nove Reais e Sessenta e Quatro Centavos) ao ano.
Local de Realização do Projeto: Secretaria Municipal de Administração, Porto Estrela – MT.
Data de assinatura do TP: 05 de abril de 2018 **Início do Projeto:** 05 de abril de 2018 **Término:** 04 de abril de 2019
Objeto do Termo de Parceria: O presente edital tem por objeto a Seleção de entidade de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, nos termos da Lei Federal n° 9.790/99, para celebrar TERMO DE PARCERIA para formação de vínculo de cooperação, visando o fomento e realização de atividades de interesse público no desenvolvimento de programas de governo, através do fornecimento de bens e serviços, realização de atividades, eventos, cooperação técnica e assessoria seguindo as diretrizes estabelecidas na Lei nº. 9.790 de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.100 de 30 de junho de 1999, lei 13.019 de 31 de Julho de 2014 e subsidiariamente no que couber, a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a Lei Estadual n° 8.687 de julho de 2007 e suas alterações posteriores, desde que não conflitantes com a Lei 9.790 de 23 de março de 1999, e regulamentações posteriores, na área de **Saúde** e em conformidade com os Programas de Trabalho estabelecido em anexo;
Nome da OSCIP: Instituto de Pesquisa e Gestão de Políticas Públicas – IPGP. **Endereço:** Av. Joaquim Pinto de Oliveira, nº 559, sala 2, Jardim das Américas. **Cidade:** Cuiabá **UF:** MT **CEP:** 78.060-618 **Tel.:**(65) 98175-3737 **Fax:** ( ) **E-mail:** analuciavieira@ipgp.org.br
Nome do responsável pelo projeto: Ana Lúcia Vieira de Souza
Cargo / Função: Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO DE PARCERIA

EXTRATO TERMO DE PARCERIA
Nome do Órgão Público: Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT.
Custo do Projeto: R$ 4.024,80 (Quatro Mil e Vinte e Quatro Reais e Oitenta Centavos) ao mês, totalizando R$ 48.297,60 (Quarenta e Oito Mil, Duzentos e Noventa e Sete Reais e Sessenta Centavos) ao ano.
Local de Realização do Projeto: Secretaria Municipal de Administração, Porto Estrela – MT.
Data de assinatura do TP: 05 de abril de 2018 **Início do Projeto:** 05 de abril de 2018
Término: 04 de abril de 2019
Objeto do Termo de Parceria: O presente edital tem por objeto a Seleção de entidade de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, nos termos da Lei Federal n° 9.790/99, para celebrar TERMO DE PARCERIA para formação de vínculo de cooperação, visando o fomento e realização de atividades de interesse público no desenvolvimento de programas de governo, através do fornecimento de bens e serviços, realização de atividades, eventos, cooperação técnica e assessoria seguindo as diretrizes estabelecidas na Lei nº. 9.790 de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.100 de 30 de junho de 1999, lei 13.019 de 31 de Julho de 2014 e subsidiariamente no que couber, a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a Lei Estadual n° 8.687 de julho de 2007 e suas alterações posteriores, desde que não conflitantes com a Lei 9.790 de 23 de março de 1999, e regulamentações posteriores, na área de **Assistência Social** e em conformidade com os Programas de Trabalho estabelecido em anexo;
Nome da OSCIP: Instituto de Pesquisa e Gestão de Políticas Públicas – IPGP. **Endereço:** Av. Joaquim Pinto de Oliveira, nº 559, sala 2, Jardim das Américas. **Cidade:** Cuiabá **UF:** MT **CEP:** 78.060-618 **Tel.:**(65) 98175-3737 **Fax:** ( ) **E-mail:** analuciavieira@ipgp.org.br
Nome do responsável pelo projeto: Ana Lúcia Vieira de Souza
Cargo / Função: Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 92/2018 (DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO SENHOR WELLITON CARVALHO DA SILVA)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 62, inciso I, da Lei Municipal n.º 001/2006, que prevê: "Dar-se a exoneração: a pedido"

CONSIDERANDO o requerimento apresentado pelo servidor ao departamento pessoal deste município em 04 de abril de 2018;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar, a pedido do servidor, o **Sr. WELLITON CARVALHO DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade n.º 2290984-2 SSP/MT**,** inscrito no CPF sob o nº. 043.291.441-23, ocupante do cargo efetivo de **Agente Comunitário de Saúde da Microarea 12 - Luzia**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, com efeito a contar a partir de 09/04/2018.

Artigo 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 05 de abril de 2018.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO DE PARCERIA

EXTRATO TERMO DE PARCERIA
Nome do Órgão Público: Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT.
Custo do Projeto: R$ 12.492,80 (Doze Mil, Quatrocentos e Noventa e Dois Reais e Oitenta Centavos) ao mês, totalizando R$ 149.913,60 (Cento e Quarenta e Nove Mil, Novecentos e Treze Reais e Sessenta Centavos) ao ano.
Local de Realização do Projeto: Secretaria Municipal de Administração, Porto Estrela – MT.
Data de assinatura do TP: 05 de abril de 2018 **Início do Projeto:** 05 de abril de 2018 **Término:** 04 de abril de 2019
Objeto do Termo de Parceria: O presente edital tem por objeto a Seleção de entidade de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, nos termos da Lei Federal n° 9.790/99, para celebrar TERMO DE PARCERIA para formação de vínculo de cooperação, visando o fomento e realização de atividades de interesse público no desenvolvimento de programas de governo, através do fornecimento de bens e serviços, realização de atividades, eventos, cooperação técnica e assessoria seguindo as diretrizes estabelecidas na Lei nº. 9.790 de 23 de março de 1999, regulamentada pe-

lo Decreto nº 3.100 de 30 de junho de 1999, lei 13.019 de 31 de Julho de 2014 e subsidiariamente no que couber, a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a Lei Estadual n° 8.687 de julho de 2007 e suas alterações posteriores, desde que não conflitantes com a Lei 9.790 de 23 de março de 1999, e regulamentações posteriores, na área de **Administração** e em conformidade com os Programas de Trabalho estabelecido em anexo;
Nome da OSCIP: Instituto de Pesquisa e Gestão de Políticas Públicas – IPGP. **Endereço:** Av. Joaquim Pinto de Oliveira, nº 559, sala 2, Jardim das Américas. **Cidade:** Cuiabá **UF:** MT **CEP:** 78.060-618 **Tel.:**(65) 98175-3737 **Fax:** ( ) **E-mail:** analuciavieira@ipgp.org.br
Nome do responsável pelo projeto: Ana Lúcia Vieira de Souza
Cargo / Função: Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018

Processo Licitatório nº 001/2018

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial SRP nº 001/2018

Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT

CNPJ nº 24.740.268/0001-28

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS, do tipo menor preço por item, para a futura e eventual contratação de empresa do ramo para o fornecimento de carnes sob o regime de entrega PARCELADO para as Secretarias Municipais e seus departamentos, segundo as condições previstas no edital e especificações constantes nesta ata de registro de preços.

Assinatura: 05 de Abril de 2018.

Vigência: 12 (doze) meses.

Preço Registrado para os seguintes itens: 01,02,03,04,05,06,07,08 e 09.

VALOR GLOBAL: R$ 178.227,50 (Cento e Setenta e Oito Mil, Duzentos e Vinte e Sete Reais e Cinquenta Centavos).

Empresa: M. A. Santi – ME
CNPJ: 17.472.257/0001-49
Endereço: Av. Rio Branco, nº. 838, Bairro Maracanã, CEP 78.390.000
Representante: Marly Ângela Santi
CPF: 716.222.251-04

Mais informações poderão ser adquiridas no site da Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT - **http://www.portoestrela.mt.gov.br/Transparencia/Do...** ou telefone (65) 3384-1244.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/FUNDO DE PREVIDENCIA
PORTARIA N.º 012/2018

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a servidora **Sra. Edna Aparecida Vasconcellos André.**"

O Srº **Sergio Aparecido Paulino - Gestor do PREVI-PORTO** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PORTO ESTRELA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o Art. 3°, I, II, III e parágrafo único da Emenda Constitucional n.º 47/2005, combinado com c/c Art. 83, incisos I, II, III e parágrafo único da Lei n.º 275 de 09/08/2005, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Porto Estrela/MT; Lei Municipal Complementar nº 013 de 18/03/2008, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município de Porto Estrela, e Lei Complementar n° 077 de 23/03/2017, dispõe sobre a revisão geral anual dos vencimentos dos servidores públicos municipais de Porto Estrela/MT;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, a **Sra. Edna Aparecida Vasconcellos André,** brasileira, portadora do RG n.º 8.490.986-9 SSP/SP e inscrita no CPF nº 035.879.378-50, residente e domiciliada neste Município, servidora Efetiva, no cargo de Supervisora Escolar, Classe "C", Nível "24", matriculada sob o nº 16, com carga horaria de 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, contando com 30 (trinta) anos, 05 (cinco) meses e 27 (vinte e sete) dias de tempo de contribuição, **com proventos integrais, calculado com base na remuneração do cargo efetivo,** conforme processo administrativo do PREVI-PORTO nº. **2018.04.00005P**, a partir da data de 02/04/2018, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo os seus efeitos a data de **02 de Abril de 2018**, revogadas as disposições em contrário.

Porto Estrela/MT, 04 de Abril de 2018.

SERGIO APARECIDO PAULINO

Gestor do Fundo Municipal de Previdência Social - PREVI-PORTO

Homologo:

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2018

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 023/2018

REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2018

A Prefeitura de Poxoréu estabelecida na Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, na Cidade de Poxoréu-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores Complementar 123/2006, Decreto Municipal nº 003/2014, de 02 de janeiro de 2014 e Decreto Municipal n° 008/2014 de 24/2/2014, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial no Regime de Registro de Preço que tem por objeto **AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER**, conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital.

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 18/04/2018, A PARTIR DAS 08h00min, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.poxoreu.mt.gov.br, a licitante interessada deverá fazer **download** da ferramenta da PROPOSTA ELETRONICA para elaboração da proposta de preço **disponível no**mesmo site acima mencionado.

Poxoréu-MT, 05 de abril 2018.

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO

PRESIDENTE DA CPL

PORTARIA Nº 002/2018

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL

PORTARIA Nº 003 /2018

JURIDICO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 002/2018 - PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2018

Nelson Antônio Paim, Prefeito Municipal de Poxoréu – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que determina o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, artigo 93, inciso X da Lei Orgânica Municipal de Poxoréu e o disposto no TÍTULO IX da Lei Municipal n.º 905, de 21 de novembro de 2003, embasado na Lei Municipal n.º 1.858, de 11 de abril de 2017, bem como no **resultado oficial** do Processo Seletivo Simplificado n.º 002/2018, divulgado através do Edital Complementar n.º 003/2018, de 19/03/2018, homologado em 20/03/2018, através do Edital Complementar n.º 004/2018, considerando a identificação de vagas disponíveis para provimento temporário, bem como a necessidade de servidores para complementação do quadro de funcionários da Administração Pública Municipal:

C O N V O C A:

Os abaixo elencados, conforme ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado n.º 002/2018, para, querendo, comparecerem no departamento de Recursos Humanos, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, situada no prédio da Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, em horário de expediente, no prazo de **15 (quinze) dias** a contar da publicação deste Edital, para tomarem posse no cargo em que foram classificados, devendo apresentar a seguinte documentação, sob pena de ser-lhes negada a posse:

I – Fotocópia autenticada da certidão de nascimento ou casamento, bem como averbações, se houver;

II – Fotocópia (s) autenticada (s) da (s) certidão (ões) de nascimento do (s) filho (s), se tiver;

III – Fotocópia autenticada da Cédula de Identidade ou Carteira de Identidade Profissional (para os cargos de nível superior), se for o caso e comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;

IV – Número de cadastro no PIS/PASEP (se possuir);

V – Laudo Médico que o considere APTO PARA O EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES a que se submeterá, fornecido por médico indicado pela Prefeitura Municipal de Poxoréu, após a análise dos resultados obtidos em exames clínicos e laboratoriais elencados abaixo:

a) Hemograma com plaquetas;

b) Tipo sanguíneo – Fator RH;

c) Exame parcial de urina;

d) Exame parasitológico de fezes;

e) Glicemia, ureia e creatina;

f) Avaliação otorrinolaringológica, com resultado de VIDEOLARINGOSCOPIA (para professores);

g) Cópia do Cartão de Vacinação (atualizado com as vacinas anti-tetânica, hepatite B e tríplice viral) [vacina contra hepatite B exigida apenas para convocados acima de 39 anos];

h) Cópia do Cartão Nacional de Saúde;

VI – 02 (duas) fotografias 3x4 recentes;

VII – Fotocópia autenticada do Título de Eleitor, com Zona Eleitoral e Sessão de Poxoréu/MT, bem como do comprovante de votação na última eleição;

VIII – Fotocópia autenticada do Certificado de Reservista, de isenção ou dispensa (se do sexo masculino);

IX – Declaração de que não possui antecedentes criminais, salvo se cumprida a pena, fornecida pelo fórum da Comarca de Poxoréu/MT;

X – Declaração de que nunca foi demitido do serviço público por justa causa;

XI – Fotocópia autenticada do Comprovante de Escolaridade exigido para o exercício do cargo, bem como do registro no órgão de classe competente, quando cabível;

XII – Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública;

XIII – Declaração de bens;

XIV – Possuir idade mínima de 18 (dezoito) anos;

XV – Fotocópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), caso possua; obrigatório para os convocados ao cargo de motorista;

XVI – Comprovante de conta bancária (Banco do Brasil);

XVII – Comprovante de residência; O não comparecimento do (a) convocado (a), **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis,** a contar da data de publicação e a apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual fora aprovado (a), reservando-se a Administração ao direito de convocar outro candidato, caso haja.

CONVOCA:

PROFESSOR – PEDAGOGIA				
Convocado	**Obs.**	**Nota**	**Colocação**	**Lotação**
Leidiane Feitosa Mendes	--	7,78	5º	A atribuir

Registre-se. Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 05 de abril de 2018.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Este Edital de Convocação foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 05/04/2018 e no Jornal Oficial dos Municípios/ AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

_____

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária Municipal de Administração

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 014/2018

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2018 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 007/2018 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: **IMPACTO** COMÉRCIO E SERVIÇOS URBANOS E RURAIS LTDA,

OBJETO: **CONTRATAÇÃO** DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE ARES-CONDICIONADOS e PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA.

DATA DA ASSINATURA: 07 DE MARÇO DE 2018.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 64.950,00 (SESSENTA E QUATRO MIL NOVECENTOS E CINQÜENTA REAIS)

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 015/2018

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2018 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 007/2018 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: ARQUIMEDES ALVES MACEDO 45352151115

OBJETO: **CONTRATAÇÃO** DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE ARES-

CONDICIONADOS e PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA.

DATA DA ASSINATURA: 07 DE MARÇO DE 2018.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 84.050,00 (OITENTA E QUATRO MIL E CINQÜENTA REAIS).

CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO

PRESIDENTE CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 016/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2018

REGISTRO DE PREÇO Nº. 006/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: WAGNO CARVALHO DE BRITO 70439060168

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E PRODUTOS DE LIMPEZA PARA COMPOR OS ITENS DA CESTA BÁSICA, PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIO EVENTUAL: AUXÍLIO ALIMENTO, DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAl.

DATA DA ASSINATURA: 07 DE MARÇO DE 2018.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: 8.467,00 (OITO MIL QUATROCENTOS E SESSENTA E SETE REAIS).

CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO

PRESIDENTE CPL

ASSESSORIA JURÍDICA
PARECER JURÍDICO LICITATÓRIO N.º 044/2018

PARECER JURÍDICO LICITATÓRIO N.º 044/2018

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS. PROCESSO LICITATÓRIO. EMISSÃO DE PARECER SOBRE A MINUTA DE EDITAL, MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E MINUTA DE CONTRATO. ANÁLISE À LUZ DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, LEI DO PREGÃO E JURISPRUDÊNCIA DO TCE/MT.

1. OBJETO DO PARECER:

O Sr. **CLAUDINEY BARREIRA ARAÚJO**, Presidente da CPL – Comissão Permanente de Licitação do Município de Poxoréu/MT solicita **PARECER** sobre a Minuta do Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços, Minuta de Contrato e Minuta da Ata de Registro de Preços. O presente procedimento licitatório foi baixado pela Comissão de Licitação tendo como finalidade de aquisição o objeto abaixo descrito:

"... REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER ..."

Passamos à análise do Edital e demais peças supra elencadas, pura e simplesmente, na sua estrutura jurídica. Excepcionamos, neste momento, que o objeto em si e os valores balizadores da presente licitação não foram objeto de análise, em razão de não ser competência deste Setor, bem como não determos conhecimento técnico/científico para tanto.

2. DA RESPONSABILIDADE DO PARECERISTA

Sobre a responsabilidade de autores de parecer jurídico, Maria Sylvia Zanella Di Pietro[1] assinala o seguinte:

Normalmente se afirma que os pareceres jurídicos são de natureza opinativa, não obrigando a autoridade administrativa a acatar as suas conclusões; se ela discordar, poderá adotar decisão diversa, desde que adequadamente fundamentada.

No entanto, normalmente, o que ocorre é que as autoridades, quando solicitam o parecer, decidem com base nele, já que proferido por profissional da área jurídica, que se presume habilitado para o exercício desse mister. Nesses casos, o parecer, ainda que não mencionado expressamente no ato decisório, constitui a sua própria motivação, constante do processo de licitação; ele integra o ato administrativo, como requisito formal hoje considerado essencial à validade do ato pela doutrina mais autorizada. (...)

O mesmo se diga com relação às manifestações dos órgãos técnicos, que servem de base à decisão.

Sabe-se que a motivação vincula a autoridade administrativa, no sentido de que, se os motivos de fato e de direito dela constantes forem inexistentes ou falsos, o ato será ilegal. (...)

Em assunto tão delicado e tão complexo como a licitação e o contrato (principalmente diante de uma lei nova, não tão bem elaborada e sistematizada como seria desejável), a responsabilidade só pode ocorrer em casos de má-fé, dolo, culpa grave, erro grosseiro, por parte do advogado.

Marçal Justen Filho[2] sustenta que a manifestação jurídica acerca da validade do edital e dos instrumentos de contratação associa o emitente do parecer ao autor dos atos, resultando na responsabilidade pessoal solidária da assessoria jurídica pelo que foi praticado. Ressalta ainda o seguinte:

Há dever de ofício de manifestar-se pela nulidade, quando os atos contenham defeitos. Não é possível os integrantes da assessoria jurídica pretenderem escapar aos efeitos da responsabilização pessoal quando tiverem atuado defeituosamente no cumprimento de seus deveres: se havia defeito jurídico, tinham o dever de apontá-lo.

A afirmativa se mantém inclusive em face de questões duvidosas ou controvertidas. Havendo discordância doutrinária ou jurisprudencial acerca de certos temas, a assessoria jurídica tem o dever de consignar essas variações, para possibilitar às autoridades executivas pleno conhecimento dos riscos de determinadas decisões. Nas se há duas teses jurídicas igualmente defensáveis, a opção por uma delas não pode acarretar punição.

Segundo dispõe a Lei Federal n.º 8.906/1994:

Art. 2.º O advogado é indispensável à administração da justiça.

(...)

§ 3.º No exercício da profissão, o advogado é inviolável por seus atos e manifestações, nos limites desta lei.

(...)

Art. 32. O advogado é responsável pelos atos que, no exercício profissional, praticar com dolo ou culpa.

Parágrafo único. Em caso de lide temerária, o advogado será solidariamente responsável com seu cliente, desde que coligado com este para lesar a parte contrária, o que será apurado em ação própria.

Por seu turno, o art. 38 da Lei Federal n.º 8.666/1993 determina que:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente.

(...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos Contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

Citemos a jurisprudência do TCE/MT acerca da matéria:

Responsabilidade. Advogado público. Parecer jurídico sobre minutas de editais de licitação e contratos. Hipóteses de não responsabilização.

Os pareceres jurídicos emitidos sobre minutas de editais de licitação e contratos administrativos – art. 38, parágrafo único, Lei n.º 8.666/93 – têm natureza obrigatória, não havendo que se falar em responsabilização do parecerista quando o ato está devidamente fundamentado e se defende tese jurídica aceitável, com amparo em lição doutrinária ou jurisprudencial, bem como não reste comprovado culpa grave ou dolo do advogado público ou inexista nexo causal entre o parecer emitido e eventual dano causado ao erário.

(Contas Anuais de Gestão. Relator: Conselheiro Sérgio Ricardo. Acórdão n.º 3.046/2015-TP. Julgado em 04/08/2015. Publicado no DOC/TCE-MT em 27/08/2015)

Ainda:

Responsabilidade. Gestor, parecerista jurídico e pregoeiro. Ausência de detalhamento de objeto de pregão.

O gestor, o parecerista jurídico e o pregoeiro podem ser responsabilizados por, respectivamente, autorizar, aprovar e processar procedimento licitatório na modalidade pregão que não contenha a especificação detalhada do objeto licitado, da qual decorra prejuízo à ampla competitividade, à transparência e à eficiência do certame.

(Contas Anuais de Gestão. Relator: Conselheiro Substituto Moisés Maciel. Acórdão n.º 1.200/2014-TP. Julgado em 26/06/2014. Publicado no DOC/TCE-MT em 11/07/2014. Processo n.º 7.735-6/2013)

No mesmo sentido:

Responsabilidade. Parecerista jurídico. Erros graves ou omissões em parecer jurídico obrigatório.

Nas situações em que a emissão de parecer jurídico sobre atos inerentes a procedimento licitatório seja obrigatória, o parecerista jurídico responde por erros graves ou omissões em seus posicionamentos, por meio dos quais se aprova, sem amparo legal, edital de licitação com cláusula que restringe a competitividade do certame.

(Recurso Ordinário. Relator: Conselheiro Valter Albano. Acórdão n.º 692/2015-TP. Julgado em 10/03/2015. Publicado no DOC/TCE-MT em 25/03/2015. Processo n.º 13.081-8/2012)

Observa-se, portanto, que, além de indispensável, o Parecer Jurídico nos procedimentos licitatórios é de extrema responsabilidade, gerando, inclusive, sanção ao advogado que, de forma negligente ou dolosa, indicar o caminho juridicamente reprovável ao gestor, situação pela qual deve ser mantida a absoluta **independência e autonomia** na emissão do mesmo.

3. DO PREGÃO PRESENCIAL

3.1. Conceito e Característica

O PREGÃO é a modalidade de licitação utilizada para adquirir bens e contratar a prestação de serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação. São considerados como bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em Edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Excetuam-se dessa modalidade as alienações em geral, as locações imobiliárias, as obras e os serviços de engenharia.

A agilidade e a transparência são características inerentes ao PREGÃO. Os representantes das empresas interessadas devem estar presentes à sessão pública para que formulem lances verbalmente, na presença dos demais concorrentes.

É constituído de três fases, didaticamente falando: preparatória, externa e competitiva. Na fase preparatória, a autoridade competente justifica a necessidade da contratação, define prazos para fornecimento e designa o pregoeiro e a equipe de apoio. Na fase externa, os interessados são convocados da definição quanto ao dia e horário do certame. Na fase competitiva, realize-se o PREGÃO.

O PREGÃO inverte as etapas usuais da licitação, definindo primeiro a melhor proposta para, depois, cuidar de toda a parte burocrática da licitação. Desse modo, a participação dos fornecedores torna-se fácil e rápida. Esses fatores, aliados à diminuição de aspectos burocráticos relativos à habilitação, foram fundamentais para o êxito do novo modelo.

Assim, cabe à unidade licitadora, em cada caso e em face do vulto ou das peculiaridades do objeto e/ou contratação, verificar e exigir, dentre os documentos de habilitação requeridos, apenas aqueles necessários para que a licitante possa cumprir as obrigações do contrato. Admite-se, também, no curso da sessão pública de pregão, a apresentação ou substituição, pelo licitante, de quaisquer documentos exigidos para a habilitação, e não apenas daqueles que podem ser obtidos por meio eletrônico, por uma questão de coerência e em perfeita afinidade com os princípios que regem essa modalidade.

Em determinados processos efetuados por tomada de preços ou concorrência, a escolha do vencedor chega a demorar até 120 (cento e vinte) dias, enquanto no pregão isso ocorre no mesmo dia. Se nenhuma empresa participante entrar com recurso, num prazo de, no máximo 10 (dez) dias o resultado sairá publicado no Diário Oficial. Caso haja contestação, o processo licitatório levará cerca de 15 (quinze) dias. As micro e pequenas empresas têm sido as maiores beneficiadas com a implantação do PREGÃO.

Os interessados são convocados por meio de publicação de edital, com antecedência mínima de oito dias úteis, no Saguão da Prefeitura Municipal, no site oficial do Município, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios Matogrossenses, no Diário Oficial de Contas do Estado de Mato Grosso e, dependendo do valor da licitação, também em jornal de grande circulação, cabendo ao pregoeiro negociar diretamente com o proponente autor da menor oferta, para obter o melhor preço. O PREGÃO é processado por pregoeiro e equipe de apoio que o auxilia na condução dos trabalhos.

O acesso às licitações nessa nova modalidade, traz benefícios para todos os envolvidos no processo: para a sociedade, *a ampla transparência*; para o fornecedor, *o amplo acesso à disputa*; e para o Estado, *a celeridade no processo de compra, a redução de preços, de custos processuais e de tempo de duração do certame*.

3.2. Base Legal

Encontramos amparo a tal procedimento, de forma ampla, na Constituição Federal/88 em seus arts. 22, inciso XXVII; 37, inciso XXI; 175 e 195, § 3.º. Temos ainda a Lei Federal que trata especificamente do PREGÃO: Lei n.º 10.520/2002; e a Lei Federal que dispõe sobre licitações e contratos administrativos, em âmbito geral, Lei n.º 8.666/1993, utilizada subsidiariamente à Lei do Pregão.

Além das legislações federais, temos Decretos que tratam e regulamentam a matéria, no cabe, tanto em âmbito federal, estadual, distrital e municipal.

No Município de Poxoréu/MT, observamos os Decretos n.º 003, de 02 de janeiro de 2014 e 008, de 24 de fevereiro de 2014, regulamentando a matéria.

3.3. Do Sistema de Registro de Preço – SRP

O Sistema de Registro de Preço consiste em um subprocedimento, ou procedimento especial, que deve ser utilizado sempre que possível em um procedimento maior denominado licitação pública. Sua utilização deve ocorrer especialmente quando a Administração não puder precisar, antecipadamente, as quantidades a serem executadas de um objeto após a conclusão do certame, bem como para evitar contratações diretas emergenciais.

O registro de preço foi expressamente positivado no ordenamento jurídico brasileiro, para todas as esferas federativas, por intermédio do Decreto-lei n.º 2.300/86, que prescrevia em seu artigo 14:

Art. 14. As compras, sempre que possível e conveniente, deverão:

I – atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção e assistência técnica;

II – ser processadas através de sistema de registro de preços;

III – submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.

§ 1.º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.

§ 2.º Os preços registrados serão periodicamente publicados no Diário Oficial da União, para orientação da Administração.

§ 3.º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto.

Da leitura do referido dispositivo, observa-se que o Sistema de Registro de Preços tinha por finalidade registrar os preços oferecidos pelos interessados no curso de um processo licitatório de compras, mas com a peculiaridade de que, no final do certame, não resultariam diretamente em um contrato, mas serviriam, apenas, para *"orientação da Administração".*

Sua serventia ficava clara nas hipóteses de aquisição de bens em que o Poder Público não tinha como precisar a quantidade a ser utilizada futuramente, sendo muito prejudicial às necessidades administrativas ter de aguardar o surgimento específico de cada demanda para que fosse dado início a um novo procedimento licitatório.

Contudo, apesar de sua inegável utilidade, a implantação efetiva do registro de preços não ocorreu sob a égide do Decreto-lei 2.300/86, uma vez que, à época da edição do referido diploma legal, o Brasil enfrentava uma inflação galopante que tornava os preços registrados totalmente obsoletos e inadequados para utilização futura. Não era possível sequer estabelecer critérios seguros de atualização diante da inconstância financeira.

Desta feita, foi apenas com a estabilidade econômica, iniciada em 1994, com o Plano Real, que o registro de preço passou a ser útil e empregado com mais frequência pelos entes federativos. Verifica-se, assim, a possibilidade de manutenção da cotação dos preços por determinado período de tempo, acarretando confiança no sistema e na utilização da proposta mais favorável para a Administração Pública.

Neste período, foi editada a Lei Federal n.º 8.666, de 1993, a qual, em seu artigo 15, abaixo transcrito, passou a disciplinar de forma muito mais clara o SRP:

"Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

I – atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;

II – ser processadas através de sistema de registro de preços;

III – submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

IV – ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;

V – balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

§ 1.º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.

§ 2.º Os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.

§ 3.º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições:

I – seleção feita mediante concorrência;

II – estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados;

III – validade do registro não superior a um ano.

§ 4.º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

§ 5.º O sistema de controle originado no quadro geral de preços, quando possível, deverá ser informatizado.

§ 6.º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado.

(...)"

Neste sentido, no âmbito da Administração Pública Federal, foi editado inicialmente o Decreto n.º 2.743, de 21/08/1998, posteriormente revogado pelo Decreto n.º 3.391/2001, que também foi alterado pelo Decreto n.º 4. 342/2002. Este último definiu o Sistema de Registro de Preços (SRP) como *"conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisições de bens, para contratações futuras".*

Diante deste conceito e dos preceitos legais e regulamentares, observa-se que o SRP constitui-se em um procedimento especial em razão de o ente público não se eximir da realização do certame licitatório, mas sim adotar um procedimento especial e flexível, previsto em lei, que se aproxima da forma de aquisição praticada pelo setor privado. Tal procedimento efetiva-se por meio de uma concorrência com características particulares: *não obriga a Administração Pública a promover às aquisições dos bens ou às contratações dos serviços, contudo condiciona o licitante vencedor ao compromisso de manter a proposta por determinado lapso temporal, salvo ocorrência de fatos supervenientes e comprovadas alterações dos custos dos insumos.*

O ilustre professor Jacoby sintetiza muito bem a definição de Sistema de Registro de Preços como sendo *"um procedimento especial de licitação que se efetiva por meio de uma concorrência ou pregão, sui generis, selecionando a proposta mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, para eventual e futura contratação pela Administração"* ***[3]****.*

O registro de preço não consiste em nova modalidade de licitação, mas apenas e tão somente em uma ferramenta especial utilizada na parte final do certame. Nesta linha, a doutrina nacional especializada, em sua grande maioria, afasta o registro de preço como espécie de modalidade licitatória, como se observa a seguir.

O saudoso Hely Lopes Meirelles afirmava que *"para a adoção do registro é necessário procedimento licitatório na modalidade da concorrência ou pregão, e regulamentação através de decreto do Poder Executivo".* (Licitação e Contrato Administrativo, Malheiros, 14.ª Ed., p. 67). Para Marçal Justen Filho o registro de ser obtido *"mediante seleção em um processo licitatório"* (Comentários à Lei de Licitação e Contrato Administrativo, Dialética, 11.ª Ed., p. 144). Por sua vez, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes afirma que o *"sistema de registro de preço é um procedimento especial de licitação"* e que ele *"se efetiva por meio de uma concorrência ou pregão"* (Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico. 03.ª ed., Belo Horizonte: Fórum, 2009, p. 30). Portanto, para este autor, a expressão *"procedimento especial de licitação"* não afasta a característica marcante de que tal procedimento é parte integrante de uma modalidade licitatória, ainda que a modifique especialmente.

O Decreto Federal n.º 3.931/2001, alterado pelo Decreto Federal n.º 4.342/2002, estabelece ainda que o Sistema de Registro de Preço deve ser **preferencialmente** adotado nas hipóteses que especifica:

"Art. 2.º Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses:

I – quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II – quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições;

III – quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e

IV – quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração."

Portanto, as contratações devem dar-se, preferencialmente, e sempre que possível, pela via do registro de preços, seja na posição de órgão gerenciador, seja como participante ou aderente.

Observe-se que esse sistema, diferentemente do procedimento licitatório ordinário, não tem como objeto a contratação de bens ou serviços, mas sim a contratação do preço de item ou itens (dos bens ou serviços) que a Administração Pública pretende futuramente adquirir ou contratar. Além disso, a Administração licitante não se obriga, necessariamente, a adquirir ou contrata o objeto licitado. Em tal situação, não se vê o licitador obrigado a firmar o contrato, mas tão somente a contratar junto ao licitante vencedor o objeto pretendido – e registrado na ata respectiva – se, porventura, vier realmente dele necessitar.

De sua parte o licitante vencedor obriga-se a disponibilizar o objeto licitado no preço registrado, assim o garantindo até que a quantidade alvo do certame, dentro do prazo fixado, que não pode exceder o período de um ano (art. 15, § 3.º, inciso III, da Lei n.º 8.666/93).

O objetivo do registro de preços é, portanto, assegurar o pronto atendimento à demanda estimada pela Administração, beneficiando as aquisições em escala, sem necessária previsão de recursos orçamentários para assinatura da Ata de Registro de Preços, os quais deverão existir apenas no momento da contratação.

Temos, então, que o resultado concreto de uma licitação para registro de preços é uma ATA, ou, mais especificamente, é uma Ata de Registro de Preços. Segundo a normatização de regência, este instrumento vem a ser o *documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgão participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.* (Parágrafo único, II, do art. 1.º do Decreto 3.931/2001).

Neste sistema, expressamente previsto em lei, a Administração Pública indica – como em qualquer licitação – o objeto que pretende adquirir e informa os quantitativos estimados e máximos pretendidos. Diferentemente, porém, da licitação convencional não assume o compromisso de contratação, nem mesmo de quantitativos mínimos.

A consumação da contratação somente ocorre se, e somente se, houver necessidade. O licitante compromete-se a manter durante o prazo definido a disponibilidade do produto nos quantitativos máximos pretendidos.

Corroborando com todo o exposto, tragamos a distinção feita entre Sistema de Registro de Preços e a modalidade Pregão, pelo célebre doutrinador Marçal Justen Filho em *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos,* (2008, p. 201):

"O pregão é uma modalidade de licitação, enquanto o registro de preços é um sistema de contratações. Isso significa que o pregão resulta num único contrato (ainda que possa ter a execução continuada), enquanto o registro de preços propicia uma série de contratações, respeitados os quantitativos máximos e a observância do período de um ano. Dito de outro modo, o pregão se exaure com uma única contratação, enquanto o registro de preços dá oportunidade a tantas contratações quantas forem possíveis (em face dos quantitativos máximos licitados e do prazo de validade)."

A Lei n.º 10.520/2002, que instituiu o pregão como modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, previu em seu art. 11, a utilização do registro de preços, desde que os entes fizessem tal previsão em regulamento específico, o que é feito, de maneira geral, por decreto.

"Art. 11. As compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços previsto no art. 15 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, poderão adotar a modalidade de pregão, conforme regulamento específico."

Por conta de tal inovação, emergiram no âmbito do Município de Poxoréu/MT os Decretos n.º 003 e 008/2014, que atendem às disposições da Lei Federal e regulamentam o procedimento de pregão adotado por este ente municipal.

3.4. A Lei de Responsabilidade Fiscal e seus Reflexos nas Licitações

A Lei Complementar n.º 101/2000 passou a ser o tema privilegiado do direito financeiro, tratando de como a Administração deve gerenciar os seus recursos. Essa legislação não nasceu espontaneamente, mas, sobretudo, como reação a uma cultura política absolutamente irresponsável, em que seus agentes administrativos, especialmente mandatários políticos, faziam o que bem ou mal queriam com o já surrado Erário público.

A responsabilidade fiscal preocupa-se em inverter esse processo de dilapidação dos recursos públicos, educando os agentes administrativos, para o que se vale de forte aparato coercitivo, repleto de sanções políticas, administrativas e, inclusive, da própria privação da liberdade.

A Lei de Responsabilidade Fiscal pretende implementar mudança no agir da Administração, controlando todo o aparato financeiro e conformando os gastos públicos à efetiva disponibilidade de recursos. Por educação, a intenção é fazer com que só haja licitação e contrato se a Administração puder honrar os compromissos assumidos.

A Administração Pública sofre por razão de estridente falta de credibilidade, tudo em vista de *práxis* irresponsável, ainda ao sabor de ingerências políticas estranhas ao interesse público. É essencial, para toda a atividade administrativa, em especial no tocante à licitação pública e ao contrato administrativo, que o Poder Público recupere sua credibilidade. Sem a confiança de terceiros, será muito difícil a Administração passar a celebrar contratos efetivamente vantajosos, com preços compatíveis com o mercado.

Essa é a grande missão da Lei de Responsabilidade Fiscal para com a licitação pública e o contrato administrativo, aqueles que contratam com a Administração precisam encontrar nela razões de credibilidade e concretas expectativas de que o avençado será cumprido.

Para tanto, a Lei n.º 8.666/93 já encerra alguns dispositivos de envergadura, que, se fossem corretamente aplicados, bastariam para resolver a questão. Em complemente, exalçam-se as normas da Lei de Responsabilidade fiscal, que fincam preciosos elementos para controlar os rompantes dos agentes administrativos.

É certo que o grande efeito produzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal no regime da licitação pública e do contrato administrativo é sistêmico, tentando implantar novo paradigma para a administração financeira dos poderes públicos.

3.5. Princípios Gerais que Regem as Licitações e Contratos Administrativos

3.5.1. Princípio da legalidade

Nos procedimentos de licitação, esse princípio vincula os licitantes e a Administração Pública às regras estabelecidas nas normas e princípios em vigor.

3.5.2. Princípio da isonomia

Significa dar tratamento igual a todos os interessados. É condição essencial para garantir competição em todos os procedimentos licitatórios.

3.5.3. Princípio da Impessoalidade

Esse princípio obriga a Administração a observar nas suas decisões critérios objetivos previamente estabelecidos, afastando a discricionariedade e o subjetivismo na condução dos procedimentos da licitação.

3.5.4. Princípio da Moralidade e da Probidade Administrativa

A conduta dos licitantes e dos agentes públicos tem de ser, além de lícita, compatível com a moral, a ética, os bons costumes e as regras da boa administração.

3.5.5. Princípio da Publicidade

Qualquer interessado deve ter acesso às licitações públicas e seu controle, mediante divulgação dos atos praticados pelos administradores em todas as fases da licitação.

3.5.6. Princípio da vinculação ao instrumento convocatório

Obriga a Administração e o licitante a observarem as normas e condições estabelecidas no ato convocatório. Nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no ato convocatório.

3.5.7. Princípio do julgamento objetivo

Esse princípio significa que o administrador deve observar critérios objetivos definidos no ato convocatório para o julgamento das propostas. Afasta a possibilidade de o julgador utilizar-se de fatores subjetivos ou de critérios não previstos no ato convocatório, mesmo que em benefício da própria Administração.

3.5.8. Princípio da Celeridade

O Princípio da celeridade, consagrado pela Lei n.º 10.520, de 2002, como um dos norteadores de licitações na modalidade pregão, busca simplificar procedimentos, de rigorismos excessivos e de formalidades desnecessárias. As decisões, sempre que possível, dever ser tomadas no momento da sessão.

3.5.9. Princípios da Economicidade e Eficiência

Sendo o fim da licitação a escolha da proposta mais vantajosa, deve o administrador estar incumbido de honestidade ao cuidar da coisa pública, não dispendendo, ao seu talante, recursos desnecessários. Relaciona-se com o princípio da moralidade bem como com o da eficiência, este inserido no texto constitucional pela emenda n.º 19/98.

Marçal Justen Filho, no tocante ao princípio da economicidade assim afirma: *"... Não basta honestidade e boas intenções para validação de atos administrativos. A economicidade impõe adoção da solução mais conveniente e eficiente sob o ponto de vista da gestão dos recursos públicos".* (Justen Filho, 1998, p. 66)

Carlos Pinto Coelho, citando o Professor Hely Meirelles, assim resume o entendimento:

"...dever de eficiência é o que se impõe a todo o agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com a legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros". (Carlos Pinto Coelho, 1998, p. 35)

Nos termos do Acórdão n.º 819/2005, da SEGUNDA CÂMARA do Tribunal de Contas da União:

"Providencie, nas licitações na modalidade pregão, orçamento atualizado e detalhado que possa subsidiar o preço de referência e assegurar, desta forma, o princípio da economicidade, nos termos do art. 8.º, inciso II, do Decreto n.º 3.555/2000".

3.6. Do Tratamento Diferenciado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

A Lei Complementar n.º 123 foi aprovada com a premente função de criar um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 146, III, *d* e parágrafo único da CF/88), denominado Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP), que focou conhecido como Simples Nacional ou Super Simples.

O Estatuto, contudo, inserido em um programa constitucional mais amplo, substancialmente contido nos arts. 170, IX, e 179, da CF/88, pretendeu conferir **tratamento jurídico diferenciado** às MEs/EPPs, simplificando não apenas suas obrigações tributárias, mas também as administrativas e creditícias, bem como facilitando-lhes o acesso ao mercado, à justiça e às inovações tecnológicas.

Como a lei complementar federal que é, norma jurídica aprioristicamente de caráter nacional, irradiando seus efeitos sobre todos os entes da federação, é de invariável relevância da autoexecutoriedade de suas disposições, ou imprescindibilidade de incorporação legislativa ou regulamentação pelos governos subnacionais.

Notoriamente, a amplitude material e legislativa do art. 179 da CF/88 tem eficácia que incide sobre o âmbito de atuação da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em conjunto e separadamente, em qualquer das competências a eles conferidas, seja material, exclusiva (art. 21) ou comum (art. 23), seja na legislativa, privativa (art. 22) ou concorrente (art. 24).

É nesse contexto que interessa o tratamento jurídico diferenciado dispensado às MEs/EPPs nas aquisições públicas (arts. 42-49) cuja autoaplicabilidade se tem discutido, em oposição à necessidade, ou mesmo possibilidade, de regulamentação ordinária pelos demais entes federados, ou mesmo sua previsão editalícia nos certames por eles promovidos.

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais pronunciou-se uma vez sobre a matéria, nos autos da Consulta n.º 862.465, Relator Conselheiro Mauri Torres, Sessão de 30/05/2012, sobre a autoaplicabilidade das disposições compreendidas entre os arts. 42 e 45, da Lei complementar n.º 123/2006, quais sejam, o tratamento favorecido na comprovação de regularidade fiscal (arts. 42/43), direito de preferência (arts. 44/45):

"CONSULTA – LICITAÇÃO – MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE – TRATAMENTO JURÍDICO DIFERENCIADO – LEI COMPLEMENTAR N. 123/2006 – PRAZO ESPECIAL PARA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL (ARTS. 42 E 43) E DIREITO DE PREFERÊNCIA (ARTS. 44 E 45) – AUTOAPLICABILIDADE DOS DISPOSITIVOS – OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, INDEPENDENTEMENTE DE REGULAMENTAÇÃO OU PREVISÃO EDITALÍCIA – DECISÃO UNÂNIME. 1 – ***Diante da autoaplicabilidade do disposto nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar 123/06 não é necessária regulamentação para que o licitante usufrua dos privilégios ali dispostos.*** *Apesar de ser recomendada a expressa previsão desses benefícios no edital, sua concessão deve ocorrer independentemente dessa previsão. 2 – A edição da lei e atos normativos determinada pelo artigo 77, § 1.º, da Lei Complementar 123/2006 não se aplica especificamente quanto ao tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido às MEs e às EPPs elencado nos artigos 42 a 45 da referida lei, objeto da presente consulta. Logo,* ***não há que se falar em imposição de sanção em caso de omissão legislativa regulamentadora dos benefícios previstos nesses artigos."***

Tendo em vista o fundamento de validade da LC n.º 123/06, os princípios constitucionais por ela promovidos o âmbito de atuação constitucionalmente atribuído a cada ente da federação, a autoaplicabilidade de suas disposições não se limita a uma questão de ordem meramente legal, mas tem pertinência à própria efetividade das normas constitucionais.

3.6.1. Tratamento Diferenciado e Favorecido nas Aquisições Públicas

Valendo-se de autorização disposta no inciso XXI do art. 37 da CF/88, o legislador restringiu o alcance do princípio da isonomia nas aquisições públicas (pelo menos em seu aspecto formal), conferindo tratamento diferen-

ciado e favorecido às MEs/EPPs, por meio de diferentes mecanismos, a seguir discorridos.

3.6.1.1. Prazo especial para comprovação da regularidade fiscal (arts. 42/43, LC n.º 123/06)

Os arts. 42 e 43 são os únicos dispositivos que se referem diretamente à fase de habilitação. O art. 42 difere o momento da comprovação de regularidade fiscal, pelas MEs/EPPs, para quando da assinatura do contrato. O art. 43, contudo, estabelece que toda a documentação – exigida normalmente para efeito de comprovação de regularidade fiscal – deverá ser apresentada tempestivamente para efeito de habilitação, esteja regular ou não.[4]

Havendo irregularidade, o § 1.º do art. 43 confere o prazo (prorrogável a critério da Administração) de dois dias úteis para a ME/EPP, a partir do momento em que for declarada vencedora, regularizar sua documentação, pagar o débito ou apresentar eventual certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

Assim, seja a fase de habilitação anterior (ex.: concorrência, Lei n.º 8.666/93) ou posterior (pregão, Lei n.º 10.520/02) à fase das propostas, caberá às MEs/EPPs apresentarem toda a documentação referente à comprovação de regularidade fiscal – ainda que haja restrições – no mesmo momento em que os demais licitantes. Se houver restrições, caso seja declarada vencedora, a ME/EPP terá dois dias para regularizar sua situação fiscal.

Ressalte-se que a possibilidade de ser diferida é a comprovação da **regularidade** fiscal. O momento da apresentação da documentação, ainda que irregular, permanece o mesmo, e deve ser completa. O que se oportuniza é a regularização, e não sua complementação.

3.6.1.2. Direito de Preferência (arts. 44/45)

No regime da Lei Geral de Licitações, o único critério de desempate admitido é o sorteio, vedado qualquer outro (art. 45, § 2.º, da Lei n.º 8.666/93). Neste aspecto, a Lei Complementar n.º 123/06 também estabelece disciplina normativa especial ao assegurar, *"como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte"* (art. 44).

Embora o *caput* do art. 44 refira-se apenas a **critério de desempate**, a maior inovação do dispositivo encontra-se em seus §§ 1.º e 2.º, que ampliam o conceito de empate, criando o que se convencionou chamar **empate ficto**, configurando quando a proposta apresentada pela ME/EPP for igual ou até 10% (ou 5%, em caso de pregão) superior à proposta mais bem classificada.

Configurado o empate ficto, o art. 45 disciplina como será oportunizada à ME/EPP – sejam quantas forem que se encontrem na situação prevista nos §§ 1.º e 2.º do art. 44 – a preferência de que trata o *caput* do artigo anterior.

3.6.1.3. Processo licitatório diferenciado e simplificado (arts. 47 e 49)

"Art. 47. Nas contratações públicas da União, dos Estados e dos Municípios, poder ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, desde que previsto e regulamentado na legislação do respectivo ente".

O art. 47 encabeça o instituto da licitação diferenciada, com regramento especialmente estabelecido de modo que beneficiem às MEs/EPPs, nos termos em que foram estabelecidas pelo art. 48, desde que não vedado pelo art. 49.

Valendo-se de sua competência privativa para legislar sobre normas gerais de licitação e contratação pela Administração Pública (art. 22, XXVII, da CF/88), a União houve por bem disciplinar normativamente as hipóteses de licitação voltada direta e especificamente à concessão de tratamento diferenciado e simplificado às MEs/EPPs, seu regramento (art. 48), e a vedação de sua utilização (art. 49).

Assim sendo, no que se refere especificamente ao que está disposto nos arts. 48 e 49, não é prescindível, como é incabível a sua alteração por parte dos Estados e Municípios. O que lhes cabe, na verdade, é a opção de **incorporar** tais disposições à sua legislação, o que lhes é facultado, tendo em vista a sua participação na promoção dos objetivos esculpidos no art. 47.

3.6.1.4. Do Advento da Lei Complementar n.º 147/2014, Alteradora da Lei Complementar n.º 123/2006

Recente diploma normativo veio a reforçar o tratamento diferenciado conferido às microempresas e empresas de pequeno porte pelo ordenamento jurídico brasileiro. Trata-se de Lei Complementar n.º 147, de 07 de agosto de 2014, que promoveu modificações na Lei Complementar n.º 123, de 2006, que instituiu o estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Além das alterações promovidas diretamente na Lei n.º 123/2006, a LC n.º 147/2014 alterou outros diplomas normativos, dentre os quais o Código Civil – Lei n.º 10.406/2002, a Lei dos Juizados Especiais Cíveis – Lei n.º 9.099/95 e também a Lei n.º 8.666/93.

No que se refere a modificações ao texto da Lei n.º 8.666/93, tem-se o acréscimo dos §§ 14 e 15 ao art. 3.º da Lei n.º 8.666/93 de seguinte teor:

"§ 14. As preferências definidas neste artigo e nas demais normas de licitação e contratos devem privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte na forma da lei. *(Incluído pela Lei Complementar n.º 147, de 07.08.2014)*

§ 15. As preferências dispostas neste artigo prevalecem sobre as demais preferências previstas na legislação quando estas forem aplicadas sobre produtos ou serviços estrangeiros. *(Incluído pela Lei Complementar n.º 147, de 07.08.2014)"*

Conforme se sabe, o art. 3.º supracitado, estabelece, entre os §§ 5.º e 12, um regime de preferência em favor de produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras (§ 5.º) assim como de produtos manufaturados e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizadas no País (§ 7.º) com a finalidade de assegurar proteção à indústria nacional e incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico interno.

Com a introdução dos §§ 14 e 15 ao artigo 3.º, o regime de preferência nele instituído, quando adotado, deverá ser compatibilizado com o tratamento privilegiado conferido às microempresas e empresas de pequeno porte.

A LC n.º 147/2014 acrescentou ainda à Lei n.º 8.666/93 o art. 5.º-A com a seguinte redação: *"Art. 5.º-A. As normas de licitação e contratos devem privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte na forma da lei".*

No que se refere às modificações à LC 123/2006, destaca-se, inicialmente, a alteração ao **art. 43, § 1.º**. O dispositivo trata da possibilidade de participação em certames de microempresas e empresas de pequeno porte que apresentem alguma restrição quanto à regularidade fiscal, concedendo-lhes prazo para regularização da pendência caso vençam o certame. **Tal prazo, que antes era de dois dias úteis, passou a ser de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da administração, de acordo com a nova redação do referido § 1.º**.

Outro dispositivo que teve sua redação alterada foi o **art. 47 da LC 123/2006**. O artigo, que dispõe sobre o âmbito de incidência do tratamento diferenciado conferido às ME e EPP em contratações e licitações públicas, foi alterado para **prever expressamente que nos certames e contratações realizados pela administração indireta autárquica e fundacional deverá ser observado o tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, reforçando, nesse contexto, a incidên-**

cia do tratamento diferenciado também nas contratações e licitações realizadas pela Administração Indireta.

Ao precitado art. 47 foi incluído ainda o parágrafo único, determinando, no que se refere às compras públicas, a aplicação da legislação federal aos estados e municípios enquanto tais entes não providenciarem legislação própria contemplando o tratamento favorecido às ME e EPP.

O **art. 48 da LC 123/2006**, também alterado pela LC 147/2014, prevê uma série de medidas com o fim de implementar concretamente o tratamento favorecido às ME e EPP em licitações públicas, dentre as quais, a realização de certames destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Nesse sentido, **seu inciso I** passou a prever que a Administração Pública **DEVERÁ** (e não mais **PODERÁ** como constava na redação anterior), ***"realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais;"***, alterando de facultativo para obrigatório o caráter desta diretriz.

Quanto à subcontratação de ME e EPP regulada pelo **inciso II do art. 48**, o dispositivo prevê que a Administração poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte. Na redação anterior, o dispositivo limitava a subcontratação a 30% do total do objeto licitado, limitação que veio a ser suprimida pela LC 147/2014. A supressão de tal limite permite concluir que a subcontratação de ME e EPP poderá incidir sobre mais de 30% do objeto, não podendo, contudo, representar a transferência da parcela de maior relevância do encargo contratual, tampouco atingir a totalidade do objeto, ambas situações vedadas pela sistemática da Lei de Licitações.

De acordo com a nova redação do **inciso III do art. 48**, a Administração ***"deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresa e empresas de pequeno porte."***. A alteração do dispositivo deveu-se à inclusão do termo **"deverá"** externando uma modificação da orientação legislativa no sentido de qualificar como um dever e não mais uma faculdade da Administração reservar, na aquisição de bens divisíveis, uma cota para ME e EPP, que poderá ser de até 25% do objeto licitado.

Ainda com relação a modificações ao art. 48 da LC 123/2006, identifica-se a revogação de seu § 1.º que assim dispunha: *"O valor licitado por meio do disposto neste artigo não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do total licitado em cada ano civil"*. A revogação do limite anual para contratação de ME e EPP pelas entidades contratantes evidencia mais uma vez o objetivo do legislador de aumentar a participação destas empresas nas contratações públicas.

Por fim, a LC 147/14 previu a possibilidade de que, justificadamente, seja estabelecida a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, conciliando duas diretrizes constitucionais da ordem econômica quais sejam o desenvolvimento regional (art. 170, VII da CF) e tratamento favorecido às empresas de pequeno porte (art. 170, IX da CF).

4. DA ANÁLISE DA MINUTA DE EDITAL – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E MINUTA DE CONTRATO – MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

Paço à análise da **MINUTA DE EDITAL** apresentado pela Comissão Permanente de Licitação do Município de Poxoréu/MT.

De início, cabe-nos ressaltar acerca do que dispõe o artigo 55 da Lei de Licitações e Contratos, que estabelece as cláusulas básicas/mínimas que devem constar em todo contrato administrativo. Os incisos do artigo mencionado devem se fazer presentes tanto no Edital, quanto na Ata de Registro de Preços e no Contrato, com fulcro a vincular o processo licitatório à legislação vigente.

É o que vige:

Art. 55. *São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:*

I – *o objeto e seus elementos característicos;*

II – *o regime de execução ou a forma de fornecimento;*

III – *o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;*

IV – *os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;*

V – *o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;*

VI – *as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;*

VII – *os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;*

VIII – *os casos de rescisão;*

IX – *o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;*

X – *as condições de importação, a data e taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;*

XI – *a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;*

XII – *a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;*

XIII – *a obrigação do contratado de manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.*

§ 1.º (Vetado).

§ 2.º Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6.º do art. 32 desta Lei.

(...)

Adentrando ao caso em concreto, destaco abaixo o objeto a ser licitado, que foi delineado nos seguintes termos:

"... REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER ..."

A Lei n.º 8.666/93, em seus arts. 14, 38, *caput* e 40, inciso I, dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara. A conjugação desses três requisitos leva o intérprete a concluir que a descrição do objeto deve ser singela e sem maiores detalhes. Ser sucinto e claro não significa ser deficiente e omisso em pontos essenciais.

O objeto deve ser descrito de forma a traduzir a real necessidade do Poder Público, com todas as características indispensáveis, afastando-se, evidentemente, as características irrelevantes e desnecessárias, que têm o condão de restringir a competição.

Ao instituir a precisão como indispensável à descrição do objeto da licitação, o legislador sinalizou que ela deve conter todas as características técnicas do objeto, tornando-a suficientemente clara aos interessados, que de posse dessas informações, podem disputar o certame em igualdade de condições.

Neste sentido:

"12. Entretanto, cumpre observar que, independente do regime de execução de obras ou serviços, ***a administração deve fornecer, via edital, todos os elementos e informações necessárias ao certame para que os licitantes possam confeccionar suas propostas de forma mais realista possível.*** *[...]".* (Acórdão n.º 62.2007, Plenário TCU, rel. Min. Marcos Bemquerer).

Não se pode, no entanto, realizar a descrição de um objeto amplo, que, por sua generalidade, cause prejuízo ao erário com a aquisição de bens e serviços de má qualidade. Neste sentido, a jurisprudência do TCE/MT:

Licitação. Especificação do objeto. Previsão de parâmetros mínimos de qualidade. Caráter competitivo do certame.

A especificação minuciosa de objeto que contemple os requisitos técnicos e os parâmetros mínimos de qualidade, necessários à satisfação do interesse da administração, não viola o caráter competitivo do respectivo certame licitatório, tendo em vista que as licitações não se destinam exclusivamente à escolha da proposta com menor preço, mas também à proposta que atenda aos parâmetros mínimos de qualidade do objeto e que apresente preço compatível com o praticado no mercado.

(Representação de Natureza Externa. Relator: Conselheiro Substituto Luiz Carlos Pereira. Acórdão n.º 5/2015-PC. Julgado em 15/04/2015. Publicado no DOC/TCE-MT em 05/05/2015. Processo n.º 20.098-0/2014)

Desta feita, entendo ser o objeto claro e sucinto, sendo de fácil compreensão, não gerando, também, restrição à competitividade do certame, atendendo ao disposto no **inciso I do artigo 55 da Lei de Licitações e Contratos**.

No **Item 2** da Minuta de Edital, trata **DA PARTICIPAÇÃO E DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DAS PROPOSTAS**, aduzindo que no dia, hora e local, mencionados no preâmbulo do edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes com as propostas e após, os envelopes com a documentação.

No **Item 3** da Minuta de Edital, trata **DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**, elencando a documentação que deverá ser apresentada em ambos os casos.

No **Item 4** da Minuta de Edital, trata **DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES**, informando que no momento da Sessão, será recebido primeiramente o Envelope 01 e posteriormente o Envelope 02, não sendo possível a entrega de envelopes por empresa retardatária.

No **Item 5** da Minuta de Edital, trata das **PROPOSTAS DE PREÇO**, elencando seus critérios.

No **Item 6** da Minuta de Edital, trata **DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**, firmando o procedimento a ser adotado.

No **Item 7** da Minuta de Edital, trata **DA HABILITAÇÃO**, elencando seu conteúdo.

No **Item 8** da Minuta de Edital, trata **DA ADJUDICAÇÃO**.

No **Item 9** da Minuta de Edital, trata **DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**, dispondo acerca dos prazos.

No **Item 10** da Minuta de Edital, trata **DO PAGAMENTO**, informando que se dará até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao do recebimento dos produtos.

No **Item 11** da Minuta de Edital, trata da **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, entabulando a rubrica.

No **Item 12** da Minuta de Edital, trata do **PRAZO E LOCAL DA ENTREGA DOS SERVIÇOS**, no entanto, sua redação não é clara, gerando dúvidas. Vejamos:

*"**12.1 –** O Objeto licitado deverá ser entregue no Município de Poxoréu-MT, 05 (cinco) dias úteis para os equipamentos, depois de emitida a REQUISIÇÃO OU ORDEM DE SERVIÇO, por parte do Setor de Compras;"*

Merece, neste sentido, correção para fixar com clareza o prazo de entrega dos produtos pela licitante vencedora.

No **Item 13** da Minuta de Edital, trata **DAS PENALIDADES**, elencando, dentre elas, o impedimento de contratar com o Poder Público Municipal pelo prazo de até 2 (dois) anos.

No **Item 14** da Minuta de Edital, trata **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**.

No **Item 15** da Minuta de Edital, trata **DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, fixando a mesma em 12 (doze) meses, a partir da assinatura da mesma.

No **Item 16** da Minuta de Edital, trata **DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**, firmando que deverá ser protocolado no endereço discriminado no preâmbulo do edital. Observando o preâmbulo, constam o endereço físico e eletrônico. Desta feita, entendo que mereça maior esclarecimento, visando não prejudicar eventual licitante que vise impugnar o edital.

No **Item 17** da Minuta de Edital, trata **DO PADRÃO ÉTICO NO PROCESSO LICITATÓRIO**.

Já no **ANEXO I** da Minuta de Edital tem-se o **TERMO DE REFERÊNCIA** que, no seu item 1, descreve o Objeto do certame e no item 2, elenca esmiuçadamente os itens colocados em disputa.

No **ANEXO III** da Minuta de Edital tem-se a **MINUTA DE CONTRATO**, que contém as cláusulas abaixo elencadas:

1.ª – DO OBJETO;

2.ª – OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE;

3.ª – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA;

4.ª – VIGÊNCIA;

5.ª – PREÇO;

6.ª – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;

7.ª – DO PAGAMENTO;

8.ª – RESPONSABILIDADE CIVIL;

9.ª – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS;

10.ª – RESCISÃO;

11.ª – RESCISÃO UNILATERAL;

12.ª – ALTERAÇÃO;

13.ª – FORO.

Do mesmo modo, no **ANEXO VII** da Minuta de Edital, tem-se a **MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, que seguem em sua estrutura, o que já fora analisado na MINUTA DE EDITAL, com as seguintes cláusulas:

1.ª – DO OBJETO;

2.ª – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

3.ª – DOS PREÇOS REGISTRADOS;

4.ª – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

5.ª – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS, DOS PRAZOS E DOS LOCAIS;

6.ª – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO;

7.ª – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO;

8.ª – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE;

9.ª – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA;

10.ª – DA FISCALIZAÇÃO;

11.ª – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS;

12.ª – DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

13.ª – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

14.ª – DO INADIMPLEMENTO;

15.ª – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;

16.ª – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS;

17.ª – DO FORO CONTRATUAL.

Feitas as análises necessárias, concluo o Parecer.

4. DA CONCLUSÃO

Ante todo o exposto e após a análise da **MINUTA DE EDITAL**, **MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E MINUTA DE CONTRATO**, emito **PARECER FAVORÁVEL**, porém, **COM RESSALVAS DE IMPRESCINDÍVEL SANEAMENTO**, **SOB PENA DE NULIDADE**. Apresento-as:

I – No **Edital Convocatório**, subitem 12.1, ao tratar do prazo de entrega dos produtos licitados, observa-se que a redação é truncada, deixando margem para dúvidas, o que poderá acarretar em desacordo e causa para atraso por conta do fornecedor, requer-se, portanto, seja retificado este subitem, sugerindo a seguinte redação:

12.1 – *O objeto licitado deverá ser entregue no Município de Poxoréu/MT, até 05 (cinco) dias úteis após emitida a REQUISIÇÃO ou ORDEM DE SERVIÇO, por parte do Setor de Compras da Prefeitura de Poxoréu.*

II – No **Edital Convocatório**, item 16, ao tratar da impugnação do ato convocatório, menciona que os interessados poderão solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do edital ***"...protocolizando..."*** pedido, dentro do prazo regulamentar, ***"...no endereço discriminado no preâmbulo..."***. No entanto, observando-se o preâmbulo, notamos tanto o endereço físico, quanto o eletrônico. Desta feita, não há clareza suficiente a demonstrar qual o meio legítimo para protocolo de pedido anterior à sessão pública, razão que pode gerar, inclusive, controvérsias quando da realização de protocolos por meios diversos. Assim, **sugiro** seja disposto de forma expressa os meios autorizados de protocolo: *"...por documento assinado, protocolado no setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Poxoréu..."* **ou** *"...por documento assinado, protocolado no setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Poxoréu ou encaminhado pelos Correios e encaminhados à CPL, desde que cheguem à Prefeitura Municipal de Poxoréu no prazo disposto neste item..."* **ou, caso desejem receber pedidos via e-mail, que conste expressamente** *"...ou através do endereço eletrônico constante no preâmbulo..."*.

III – No **Termo de Referência**, item 3, ao tratar da substituição de produtos entregues em discrepância com os requisitos exigidos, a redação não é clara, sendo que o parágrafo segundo do referido item pode ser melhorado, ao qual sugiro a seguinte redação:

Os objetos entregues que não se apresentarem de acordo com as especificações exigidas serão devolvidos ao fornecedor para substituição, que deverá ocorrer em até 48 (quarenta e oito) horas após a notificação, sem ônus para a Prefeitura Municipal de Poxoréu.

IV – Observa-se, ainda, que não há cláusula que vincule o contrato e a ata de registro de preços ao Edital Convocatório, o que afronta a redação expressa no **inciso XI, do art. 55, da Lei Federal n.º 8.666/1993**. Desta feita, requeiro seja inserida cláusula que contemple esta matéria, tanto no Contrato, quanto na Ata de Registro de Preços, vinculando-as ao Edital Convocatório.

V – Observa-se, por derradeiro, que no Edital Convocatório há a seguinte redação: ***"EXCLUSIVO À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (Lei Complementar Federal n.º 147/2014)"***. No entanto esta redação aparece apenas uma vez, entre a palavra "EDITAL" e o PREÂMBULO. Desta feita, sugiro que conste expressamente no corpo do Edital esta restrição, **deixando claro que se trata de situação prevista no inciso I, do art. 48, da Lei Complementar n.º 123/2006, bem como que existem, PELO MENOS, 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados no local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, nos termos do inciso II, do art. 49, da Lei Complementar n.º 123/2006**. DEFINA-SE, TAMBÉM, A REGIÃO EM QUE SE ENCONTRAM OS POSSÍVEIS FORNECEDORES, SEM, CONTUDO, RESTRINGIR A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS DE OUTROS LOCAIS, nos termos de jurisprudência do TCE/MT[5].

Parecer jurídico com 23 (vinte e três) laudas.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 04 de abril de 2018.

_____

WILLIAN XAVIER SOARES

Advogado Público Municipal – OAB/MT n.º 18.249

Matrícula n.º 2452

Protocolo: 35.467 / Data do Protocolo: 05/04/2018

[1] DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Temas polêmicos sobre licitações e contratos. 2.ª ed., 1995, Malheiros, p. 117/118.

[2] JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11.ª ed. São Paulo: Dialética, 2005, p. 379.

[3] FERNANDES, Jorge Ulisses JAcoby. *Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico.* 03. Ed., 2009, p. 30.

[4] FERNANDES, *op. cit.*

[5] ***Licitação. Edital. Previsão de tratamento diferenciado para empresas sediadas no município ou no estado.*** *Nos editais de licitação destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, com fundamento no inciso I, do art. 48 da Lei Complementar Federal n.º 123/2006, é vedado o estabelecimento de cláusula que limite o universo de possíveis participantes somente às empresas sediadas no município ou no estado, tendo em vista que tal exigência restringe de modo ilegal a competividade do certame. (Representação de Natureza Interna. Relator: Conselheiro Sérgio Ricardo. Acórdão n.º 478/2014-TP. Julgado em 11/03/2014. Publicado no DOC/TCE-MT em 19/03/2014.*

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 017/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2018

REGISTRO DE PREÇO Nº. 010/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: INDUSTRIA QUÍMICA CMT LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DA ÁGUA DISTRIBUÍDA NO MUNICÍPIO DE POXORÉU.

DATA DA ASSINATURA: 05 DE ABRIL DE 2018.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 114.450,00 (CENTO E CATORZE MIL E QUATROCENTOS E CINQÜENTA REAIS)

CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO

PRESIDENTE CPL

ASSESSORIA JURÍDICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 006/2018 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 003/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 006/2018

Processo Seletivo Simplificado n.º 003/2017 – Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT

A **Prefeitura Municipal de Poxoréu**, Estado de Mato Grosso, em conformidade com a Lei Municipal n.º 1.858, de 11 de abril de 2017, por meio do **CENTRO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU – ESCOLA DE GOVERNO, RESOLVE**, com base no subitem 10.2. do EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 003/2017, **CONVOCAR** os Classificados abaixo elencados, por cargo e em estrita observância à colocação obtida, conforme segue:

Justifica-se a presente convocação no fato de convocados em Edital de Convocação anteriores, do Processo Seletivo n.º 003/2017, para o cargo abaixo elencado, não tomaram posse.

AGENTE EDUCACIONAL 40 HRS – MOTORISTA – ZONA URBANA		
2.º	Marcilei de Paula Soares	A atribuir
APOIO EDUCACIONAL II 30 HRS – INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE		
7.º	Jéssica Lorrane Barbosa Barreto	A atribuir

Fiquem cientes todos os interessados que a lotação inicial [local de trabalho] atribuída a cada servidor é precária, NÃO SENDO, POR QUALQUER CRITÉRIO FIXA E IMUTÁVEL, razão pela qual, após a posse, com base no interesse público, pode a Administração Pública alterar o local de trabalho dos servidores convocados, sempre dentro da estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação, respeitando, por óbvio, o cargos e atribuições de cada servidor.

Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 05/04/2018.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal

Este Edital de Convocação foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 05/4/2018 e no Jornal Oficial dos Municípios/ AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006, bem como no site oficial da Prefeitura Municipal de Poxoréu.

_____

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária de Administração

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2018

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 023/2018

REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2018

A Prefeitura de Poxoréu estabelecida na Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, na Cidade de Poxoréu-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores Complementar 123/2006, Decreto Municipal nº 003/2014, de 02 de janeiro de 2014 e Decreto Municipal n° 008/2014 de 24/2/2014, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial no Regime de Registro de Preço que tem por objeto **AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER**, conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital.

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 18/04/2018, A PARTIR DAS 08h00min, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.poxoreu.mt.gov.br, a licitante interessada deverá fazer **download** da ferramenta da PROPOSTA ELETRONICA para elaboração da proposta de preço **disponível no**mesmo site acima mencionado.

Poxoréu-MT, 05 de abril 2018.

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO

PRESIDENTE DA CPL

PORTARIA Nº 002/2018

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL

PORTARIA Nº 003 /2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
LEI NO 651 DE 27 DE MARÇO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE 01 (UM) PSICOLOGO (A) PARA ATUAR NA RESPECTIVA FUNÇÃO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal faz saber que a Câmara Municipal de Reserva do Cabaçal/MT aprovou, e ele Sanciona e Promulga a seguinte lei:

Art. 1o - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, nos termos do Artigo 149, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, conforme quadro abaixo:

Cargo	Vagas	Órgão	Remuneração	Carga Horária Semanal
Psicólogo (a)	01	Secretaria Municipal de Assistência Social	R$ 2.776,02	30 Horas

Parágrafo único. - A necessidade temporária justifica-se pela inexistência de concurso válido para o preenchimento de vagas e necessidade premente de disponibilidade de profissional, atuando nesta área deficitária da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2o - As contratações temporárias de que trata a presente Lei serão de natureza administrativa, os profissionais a serem contratados para atuar em suas respectivas funções deverão possuir formação superior e portarem diploma de graduação reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação.

§ 1o - Todas as contratações constantes desta Lei serão efetuadas pelo Poder Executivo por prazo determinado em contrato, mediante necessidade e oportunidade da administração, todavia podendo ser exonerados todos os contratados temporariamente, mediante os mesmos termos de necessidade e oportunidade da administração.

§ 2o - Tais contratações serão regidas no que couber pela Lei Complementar de no 60 de 26 de outubro de 2010, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais.

Art.3º - Ficam assegurados aos servidores contratados temporariamente os direitos previstos, relativas aos demais servidores de mesmo nível, atuantes das respectivas Secretarias.

Art. 4o - As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias específicas.

Art. 5o - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal/MT, em 27 de março de 2018.

_____

Tarcísio Ferrari

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DO 1º BIMESTRE/2018 RREO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no capitulo IX da Lei Complementar 101, com referência a ampla publicidade, o Município de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, vem a público informar que se encontra afixado no mural da Prefeitura Municipal, sito a Av. Mato Grosso, 221 e da Câmara Municipal, sito na Rua Seis de Agosto, Relatórios Resumidos da Execução Orçamentaria referente ao primeiro Bimestre do exercício de 2018.

Reserva do Cabaçal-MT, 04 de abril de 2018.

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2018

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-Mt, com sede na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78.265-000 Reserva do Cabaçal-Mt, torna público que realizará no dia **18/04/2018 às 08horas, PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E FRACIONADAS DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, MATERIAIS DIDÁTICOS E MATERIAIS ESCOLARES PARA ATENDER AS SECRETARIAS E DEPARTAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT.**

Os interessados poderão adquirir o Edital completo diretamente na internet no endereço: http://www.reservadocabacal.mt.gov.br/ , link Edital e Licitações gratuitamente.

O processo será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Reserva do Cabaçal/MT, 05 de abril de 2018.

VONISSON GOMES DOS SANTOS

Presidente da CPL

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 17 DE 03 ABRIL DE 2018.

Concede desconto nos valores de juros e multas para pagamento de IPTU, lançados na divida ativa, e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o nível de inadimplência e a necessidade de arrecadar tributos em virtude da inclementação de recitas no município de Reserva do Cabaçal.

D E C R E T A:

Art. 1º - O contribuinte que efetuar pagamento dos valores inerentes ao Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) a partir do dia 05 de Abril até o dia 10 de Maio de 2018, terão direito a incentivo de redução de valores nos seguintes termos:

a) Fica concedido desconto de 50% (Cinquenta por cento) nos valores de juros e

multas referentes ao IPTU lançado na divida ativa, ao contribuinte que

efetuar o pagamento em até 03 (três) parcelas;

b) Fica concedido desconto de 70% (Setenta por cento) nos valores de juros e

multas referentes ao IPTU lançado na divida ativa, ao contribuinte que

efetuar o pagamento em até 02 (duas) parcelas;

c) Fica concedido desconto de 90% (Noventa por cento) nos valores de juros e

multas referentes ao IPTU lançado na divida ativa, ao contribuinte que

efetuar o pagamento à vista.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação e se encerrará no dia 10 de Maio de 2018, revogando-se disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal/MT, em 03 de Abril de 2018.

_____

Tarcísio Ferrari

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DO 6º BIMESTRE/2017 RREO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no capitulo IX da Lei Complementar 101, com referência a ampla publicidade, o Município de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, vem a público informar que se encontra afixado no mural da Prefeitura Municipal, sito a Av. Mato Grosso, 221 e da Câmara Municipal, sito na Rua Seis de Agosto, Relatórios Resumidos da Execução Orçamentaria referente ao sexto Bimestre do exercício de 2017.

Reserva do Cabaçal-MT, 31 de janeiro de 2018.

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA RGF – 3º QUADRIMESTRE 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL – ESTADO DE MATO GROSSO

Edital de Convocação

Em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 9º da Lei Complementar 101/2000, a Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato grosso, convida toda comunidade para participar de Audiência Pública para apresentação do demonstrativo do cumprimento das metas fiscais do 3º Quadrimestre de 2017.

A Audiência será realizada no dia 12/04/2018 às 9h no Prédio da Câmara Municipal, sito a Rua Seis de Agosto, Centro, Reserva do Cabaçal – MT.

Reserva do Cabaçal-MT, 04 de abril de 2018.

TARCÍSIO FERRARI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

GABINETE
DECRETO N. 1720/2018

DATA: 05 DE ABRIL DE 2018

"REVOGA O DECRETO 1714/2018 E APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-CMDCA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

REYNALDO FONSECA DINIZ, Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Conforme regulamentação prevista no Artigo 32º da lei Municipal 648/2013, então;

DECRETA:

Art. 1°. Fica aprovado na forma do anexo que integra este Decreto, o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto 1714/2018 e as demais disposições em contrário.

.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 05 DE ABRIL DE 2018.

REYNALDO FONSECA DINIZ

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO – DECRETO 1720/2018

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-CMDCA

TÍTULO I

DO CONSELHO MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES:

Artigo 1º - O presente regimento interno disciplina o funcionamento do Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente - CMDCA, criada pela Lei nº 648 de 07 de Maio de 2013.

Artigo 2º - O conselho Municipal do Direito e da Criança e Adolescente - CMDCA, funcionará em local e instalações do Poder Público Municipal.

CAPÍTULO II

DA NATUREZA DA COMPOSIÇÃO E DAS ATRIBUIÇÕES:

Artigo 3º - O Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente – CMDCA, é por natureza órgão de apoio e fiscalizador na política de promoção, atendimento e defesa dos direitos da criança e adolescente, cabendo-lhe:

I. Elaborar as normas gerais da política municipal de atendimento dos direitos da criança e adolescente, fiscalizando as ações de execução, observadas as linhas de ações e as diretrizes estabelecidas nos Artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e Adolescente);

II. Avaliar e zelar pela aplicação da política municipal de atendimento dos direitos da criança e adolescente;

III. Dar apoio aos órgãos municipais e entidades não governamentais para tomar efeitos os princípios, as diretrizes e os diretos estabelecidos na Lei Federal nº 8069 de 13 de julho de 1990;

IV. Acompanhar o reordenamento institucional propondo, sempre que necessárias modificações nas estruturas públicas e privadas destinadas ao atendimento da criança e do adolescente;

V. Apoiar a promoção de campanhas educativas sobre os direitos da criança e adolescente, com indicação das medidas a serem adotadas nos casos de atentados ou violação dos mesmos;

VI. Acompanhar a Elaboração e a execução da proposta orçamentária do município indicando modificações necessárias à consecução da política formulada para a promoção dos direitos da criança e adolescente;

VII. Fixar os critérios para gerenciamento do fundo de que se trata no Artigo IV da Lei nº 648 DE 07 DE MAIO DE 2013 e utilização dos recursos nos termos do Artigo 260 da Lei Federal nº 8069 de 13 de julho de 1990;

VIII. Promover o registro e avaliação das entidades ligadas ao atendimento e a defesa dos direitos da criança e adolescente;

IX. Conduzir o processo de escolha dos conselheiros tutelares.

Artigo 4º - O Conselho Municipal da Criança e Adolescente – CMDCA, é composta em conformidade com a Lei nº 648 DE 07 DE MAIO DE 2013 com 10 membros 05 governamental e mais 05 não governamental.

§ 1º Os suplentes assumirão automaticamente nas ausências e impedimentos dos titulares.

§ 2º Não poderão participar do Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente – CMDCA, os políticos militantes com mandato efetivo ou de direção partidária assim como os inscritos com candidatos ou a partir do seu registro de inscrição.

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS DO CONSELHO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE CMDCA:

Artigo 5º - São órgãos do Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente – CMDCA, o Plenário, a Diretoria e as Câmaras Setoriais.

SEÇÃO I

DO PLENÁRIO:

Artigo 6º - O Plenário soberano do Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente – CMDCA, compões-se dos membros no exercício pleno de seus mandatos nomeados pelos responsáveis da entidade ou órgão do qual irá representar, para mandato de dois anos, permitida a recondução por igual período.

Artigo 7º - O plenário só poderá funcionar com a presença da maioria absoluta dos seus membros e as deliberações serão tomadas por maioria dos conselheiros presentes à sessão.

Artigo 8º - As sessões plenárias serão:

I. Ordinárias, realizadas na 2ª semana de cada mês, no local destinado pelo Poder Público Municipal;

II. Extraordinárias, quando convocadas por escrito pela Presidência ou a requerimento subscrito pela maioria absoluta dos membros titulares.

III. Poderá ser solicitada pela secretaria municipal de Assistência Social do Município.

Parágrafo Único – As sessões terão início sempre com a aprovação da ata da sessão anterior, em seguida, será lida a pauta da reunião, após o que terão início às discussões.

Artigo 9º - A cada planária do Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente – CMDCA, será lavrada a respectiva ata em livro próprio, assinada pelo presidente e secretário, contendo em resumo todos os assuntos tratados.

Artigo 10º - O Presidente (a), com base nos votos da maioria vencedora editará resoluções.

SEÇÃO II

DO PLENÁRIO:

Artigo 11º - O Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente – CMDCA, será administrado por uma Diretoria nomeada e votada entre os membros, composta por um **Presidente, um Vice-Presidente,Secretário, 2º secretario e um Tesoureiro**, sendo o primeiro governamental, o segundo necessariamente eleito dentre os representantes não governamentais e o terceiro, eleito dentro os membros titulares.

Parágrafo Único – Nos termos da Lei nº 648 DE 07 DE MAIO DE 2013 caberá a Secretaria de Assistência Social, assegurar o suporte técnico-administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente – CMDCA.

SEÇÃO III

DA PRESIDÊNCIA:

Artigo 12º - O Presidente é o representante legal do Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente – CMDCA, o regulador de seus trabalhos e o fiscal da sua ordem, tudo em conformidade com este Regimento.

§ 1º - Na ausência ou impedimento do Presidente, assumirá como seu substituto legal, o Vice-Presidente ou Secretário, nesta ordem.

§ 2º - No caso de vacância do cargo de Presidente será eleito um novo Presidente entre os membros.

Artigo 13º - São atribuições do Presidente do Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente – CMDCA:

I. Presidir as sessões plenárias tomando parte nas discussões;

II. Decidir soberanamente as questões de ordem, reclamações ou solicitações do Plenário;

III. Proferir o último voto nominal, e quando houver empate, remeter o objetivo de votação para novos estudos das câmaras setoriais;

IV. Distribuir materiais às Câmaras Setoriais quando a sua complexidade assim o exigir, nomeado os integrantes, dentre os titulares do Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente – CMDCA, ou designando eventuais relatores substitutos;

V. Assinar a correspondência oficial do Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente – CMDCA;

VI. Representar o Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente – CMDCA, em solenidades públicas e zelar pelo seu prestígio;

VII. Apurar eventuais irregularidades.

SEÇÃO IV

DO SECRETÁRIO:

Artigo 14º - Ao Secretário, auxiliado pelo Secretário Executivo, com suporte técnico administrativo da Secretaria Municipal de Assistência Social:

I. Manter:

a- Livro de correspondências recebidas e emitidas com o nome dos remetentes ou destinatários datas;

b- Livro de ata das sessões plenárias;

c- Ficha de registro das entidades governamentais e não-governamentais que prestem assistência e atendimento à criança e ao adolescente, contendo a denominação, localização, regime de atendimento e número de criança e adolescente atendidos;

II. Secretariar sessões do Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente – CMDCA;

III. Despachar com o Presidente;

IV. Manter sob sua guarda: livros, fichas, documentos, papéis do Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente – CMDCA, e controle do almoxarifado;

V. Prestar as informações que lhe forem requisitadas;

VI. Propor ao Presidente a requisição de funcionários dos órgãos governamentais que compõem o Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente – CMDCA, para execução dos serviços de secretaria;

VII. Orientar, coordenar e fiscalizar os serviços da secretaria;

VIII. Remeter para aprovação do Plenário, os pedidos de registro das entidades não-governamentais e programas governamentais que prestem assistência e atendimento à criança e ao adolescente.

SEÇÃO IV

DO TESOUREIRO:

Artigo 15º. Ao Tesoureiro:

I. Emitir e assinar, em conjunto com o Presidente, as autorizações de pagamento, aberturas e encerramentos de contas em observância às deliberações do Conselho Municipal;

II. Arquivar, mantendo sob sua guarda e responsabilidade, os livros e demais papéis da Tesouraria;

III. Elaborar e apresentar ao Conselho, após visto do Presidente, os balancetes para aprovação e publicação;

IV. Depositar em contas específicas do Fundo, os recursos financeiros repassados ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V. Elaborar as prestações de contas dos recursos recebidos, dentro dos prazos fixados pelas fontes conveniadas,

SEÇÃO V

DAS CÂMARAS SETORIAIS:

Artigo 16º - Mediante aprovação do Plenário será criadas Câmaras Setoriais temáticas paritárias permanentes ou temporárias formadas por membros titulares suplentes e convidados.

Parágrafo Primeiro – As Câmara Setoriais terão a função de desenvolver as atividades executivas do Conselho e a ele apresentar para apreciação e deliberação.

Parágrafo Segundo – O Presidente e o relator das Câmaras Setoriais temporárias serão estabelecidas em resolução aprovada em plenária.

Artigo 17º - A estrutura organizacional e a área de abrangência das Câmaras Setoriais temporárias serão estabelecidas em resolução aprovada pela plenária.

Artigo 18º - São três as Câmaras Setoriais permanentes, cada qual formada no mínimo de três Conselheiros e convidados, assim designadas:

I. Câmara Setorial Permanente de Políticas Básicas e Garantias de Diretos;

II. Câmara Setorial Permanente de Comunicação, Articulação e Mobilização;

III. Câmara Setorial Permanente do Fundo Municipal do Direito da Criança e do Adolescente (FMDCA).

Artigo 19º - Compete à Câmara Setorial Permanente de Políticas Básicas e Garantias de Direitos:

I. Formular propostas de política e promoção, defesa e garantia dos direitos de crianças e adolescentes;

II. Acompanhar as ações governamentais e não-governamentais que se destinam à promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes;

III. Encaminhar e acompanhar junto aos órgãos competentes denúncias de todas as formas de negligência, discriminação, exclusão, exploração, omissão, e qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes para execução das medidas necessárias;

IV.

V. Inspecionar, em caráter extraordinário, organismos governamentais e instituições não-governamentais, quando deliberada em plenária a necessidade de verificação da adequação do atendimento à criança e ao adolescente;

VI. Fiscalizar o cumprimento da Lei que estabelece que as empresas devam manter creches no local de trabalho, propondo alternativas e parcerias para efetivação das mesmas.

Artigo 20º - Compete à Câmara Setorial Permanente de Comunicação, Articulação e Mobilização:

I. Divulgar o Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente – CMDCA e sua atuação política de atendimento à criança e ao adolescente, bem como as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, através de canais de comunicação;

II. Elaborar as publicações necessárias de comunicação e editais do Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente – CMDCA;

Artigo 21º - Compete à Câmara Setorial Permanente do Fundo Municipal do Direito da Criança e do Adolescente (FMCA):

I. Propor política de capacitação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II. Analisar e emitir parecer aos processos de solicitação de verba encaminhamento ao Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente – CMDCA, de acordo com a política estabelecida;

III. Propor formas e meios de capacitação de recursos através de campanhas de incentivo às doações para pessoas físicas ou jurídicas de acordo com a legislação vigente.

CAPÍTULO IV

DO PROCEDIMENTO PARA PROPOSIÇÂO, DISCUSSÃO E EXECUÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO CONSELHO:

Artigo 22º - Por proposta de qualquer um de seus membros ou Câmara Setoriais, o Conselho analisará os programas e serviços não-governamentais e governamentais existentes no Município, afetos à área da infância e juventude, deliberando a respeito da manutenção integral, modificação ou extinção dos mesmos.

Artigo 23º - O Conselho deliberará a criação de novos programas e serviços governamentais, com vistas ao cumprimento do Estatuto da Criança e Adolescente.

Artigo 24º - O Conselho atuará de maneira articulada com demais Conselhos em funcionamento no Município, evitando a ocorrência de programas e serviços.

Artigo 25º - O Conselho encaminhará suas deliberações ao Chefe do Poder Executivo Municipal, com vistas à execução das mesmas.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Artigo 26º - O membro que deixar de comparecer a três sessões ordinárias consecutivas, ou cinco sessões alternadas sem justificativa formal, será substituído, devendo a Presidência solicitar da secretaria municipal que faça a substituição do membro titular e suplente, a qual deverá ser feita em quinze dias do recebimento da solicitação.

Artigo 27º - O Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente – CMDCA, será representado em juízo, pelo Procurador Geral do Município nos termos do Art 83 da Lei Orgânica do Município.

Artigo 28º - Este Regimento só poderá ser alterado por maioria absoluta dos membros do Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente – CMDCA.

Artigo 29º - Os casos omissos serão decididos pela Diretoria.

Artigo 30º - Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Ribeirão Cascalheira - MT, 03 de abril de 2018.

Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
LEI Nº 643/2018, DE 04 DE ABRIL DE 2018.

Lei nº 643/2018, de 04 de abril de 2018.

*Dispõe sobre a autorização de abertura de **Crédito Adicional Especial,** e inclusão de metas, ações e programas no PPA 2017/2020, e LDO/2018, e dá outras providências.*

O **Prefeito Municipal de Ribeirãozinho/MT**, Senhor **RONIVON PARREIRA DAS NEVES**, **faz saber** que a Câmara Municipal **aprovou** e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abertura de Crédito Adicional Especial para inclusão de novo projeto no valor de **R$ 128. 000,00** (Cento e Vinte e Oito Mil Reais), no Orçamento Municipal vigente.

Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho

Órgão: 06 Secretaria Mun. de Viação, Obras e Serv. Urbanos

Unidade: 001 Gabinete do Secretário

Função: 17 Saneamento

SubFunção: 512 Saneamento Básico Urbano

Programa: 4050 Gestão do Sistema de Infraestrutura e Saneamento Urbano

Projeto: 1057 – Implantação de Reservatório de Água na Sede do Município

Elemento da Despesa: 4.4.90.51.00.00.00–Obras e Instalações **R$ 128. 000,00**

Fonte: 100

Art. 2º - Os recursos para cobertura do Crédito Especial aberto no artigo anterior virão por ocasião da anulação parcial ou total de dotações, na forma do §1º, inciso III do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, da seguinte dotação orçamentária:

06.001.15.451.4030.1015.44905100 - Pavimentação de Vias Públicas.... R$ 128.000,00

Art. 3º - Fica autorizado à inclusão e atualização destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela **Lei nº 101/00, (PPA/LDO/LOA).**

Art. 4º- A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos orçamentários e financeiros a primeiro de março de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho/MT, aos quatro dias do mês deMarço de 2018.

Ronivon Parreira das Neves

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 080, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018. "EXONERAR O SERVIDOR ESTEVÃO ANTÔNIO DA SILVA, EM EXERCÍCIO DO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar nº 006/2012.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar o servidor, **ESTEVÃO ANTÔNIO DA SILVA,** no Cargo Efetivo de **Auxiliar Administrativo**, Nível 07 Classe B, portador do RG 0358.705-3SSP/MT e do CPF 284.644.601-63, considerando a concessão do Beneficio de Aposentadoria por Invalidez, conforme o processo Administrativo do **PREVIRB** nº **2018.03.00004P**, lotado na Secretaria de Administração, a partir de **15/02/2018**.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos á 14/02/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 20 de Fevereiro de 2018. ***Antonio Xavier de Araujo***

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº081 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018. "PRORROGAR A LICENÇA SAÚDE DA SERVIDORA NILZA MARCIA DE ASSIS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em conformidade com o artigo 109, da Lei Complementar nº 06, de 09/04/2012.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Prorrogar a Licença Saúde, no período de 24/02/2018, á 24/06/18 da servidora, ***NILZA MARCIA DE ASSIS***,no Cargo Efetivo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, Classe B, Nível 04, portadora do RG: 1.000.191 SSP/MT e do CPF 626.744.471.68, lotada na Secretaria de Saúde.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos á 24/02/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco - MT, em 26 de Fevereiro de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº113, DE 17 DE MARÇO DE 2018. "NOMEIA NEIRIELE CRISTINI MARTINS DE SOUZA PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com o art. 81, da Lei Municipal n° 668/2015, e, em consonância com o art. 62, inciso VI e IX, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear a Servidora **NEIRIELE CRISTINI MARTINS DE SOUZA**, portadora do RG n.º 16889843 SSP/MT, e do CPF nº 028.744.651-43, para exercer Função Gratificada devido acúmulo de funções no Laboratório Municipal de Rio Branco- MT , lotada na Secretaria Municipal de Saúde .

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 17 de Março de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 114, DE 17 DE MARÇO DE 2018. "NOMEIA CLODOALDO ELIZIARIO, PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com o art. 19, da Lei Complementar Municipal nº 07/2012, e, em consonância com o art. 62, inciso VI e IX, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear o Servidor, ***CLODOALDO ELIZIARIO,*** portador do RG n° 1031329-0 SSP/MT e do CPF n° 986.590.221-49, para exercer função Gratificada de Encarregado de Serviços do Departamento de Cadastro, Tributação e Fiscalização da Dívida Ativa e responsável pelo Sistema de Nota Fiscal Eletrônica, lotado na Secretaria de Infra Estrutura e Desenvolvimento.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando em especial a Portaria n°241/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 17 de MARÇO de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE DIVULGAÇÃO EDITAL 01/2018 DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

EDITAL DE DIVULGAÇÃO

EDITAL 01/2018 DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

MARILIA PEREIRA, Presidente da Comissão de Processo Seletivo Público, no uso de suas atribuições, torna público o LOCAL, DATA E HORA DA PROVA OBJETIVA, para o processo seletivo público. A prova será aplicada no dia 22.04.2018, domingo, às 08 horas na Escola Municipal Manoel Tavares de Menezes, na Rua Espirito Santo, s/nº – Fidelândia.

O candidato deverá apresentar-se com meia hora de antecedência no local da prova, portando caneta esferográfica azul ou preta e documento oficial com foto conforme edital.

Rio Branco - MT, 04 de Abril de 2018.

MARILIA PEREIRA

Presidente da Comissão

DIVULGAÇÃO DA RELAÇÃO DOS INSCRITOS

DIVULGAÇÃO

A Comissão Organizadora, nomeada através da Portaria nº 082 de 28 de Fevereiro de 2018 no uso de suas atribuições legais , vem através deste divulgar a relação dos **CANDIDATOS PARA O TESTE SELETIVO PÚBLICO MUNICIPAL N° 001/2018.**

Rio Branco-MT, 02 de Abril de 2018

Marilia Pereira

Membro da Comissão

CANDIDATOS PARA O TESTE SELETIVO PÚBLICO MUNICIPAL N° 001/2018

ORD	Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	CARGO
01	001	DÉBORA RIBEIRO DOS SANTOS	AGENT. ENDEMIAS
02	002	FRANCILEIDE FRNACISCO FERREIRA	AGENT. ENDEMIAS
03	003	DEUZENI GOMES SCANDIANI	AGENT. ENDEMIAS
04	004	ELIANE OLIVEIRA DE SOUZA	AGENT. ENDEMIAS
05	005	ANDERSON RAIMUNDO DA SILVA	AGENT. ENDEMIAS
06	006	GISELE SILVA MOREIRA DE FREITAS	AGENT. ENDEMIAS
07	007	DIEGO MIRANDA CELESTRINE	AGENT. ENDEMIAS
08	008	ERINÉIA APARECIDA DE ALMEIDA	AGENT. ENDEMIAS
09	009	JULCINÉIA ANACLETO ALVES	AGENT. DE SAÚDE
10	010	JEISSY LUANA DE SOUZA COSTA	AGENT. ENDEMIAS
11	011	ELZINÉIA MARIA DE OLIVEIRA BANDEIRA	AGENT. ENDEMIAS
12	012	JESSICA LEANDRO DA SILVA TENORIO	AGENT. ENDEMIAS
13	013	ROSIMEIRA LEANDRO BASTOS	AGENT. ENDEMIAS
14	014	BRUNO DE FREITAS GOULART	AGENT. ENDEMIAS
15	015	CHEILA CRISTINA DOS SANTOS GOMES	AGENT. ENDEMIAS
16	016	BRIZA SOYARA DA CUNHA MATOS	AGENT. ENDEMIAS
17	017	JHENIFER NASCIMENTO DA CUNHA	AGENT. ENDEMIAS
18	018	JANEIDE CABOCLO DA SILVA	AGENT. DE SAÚDE
19	019	MÁRCIO LEMOS	AGENT. ENDEMIAS
20	020	MARIZA DANTAS DA ROCHA	AGENT. ENDEMIAS
21	021	LEYDIANE CAROLINE DANTAS ZANETTE	AGENT. ENDEMIAS
22	022	DIANE FRANCISCA DE OLIVEIRA	AGENT. ENDEMIAS
23	023	ANA PAULA CARDOSO SOARES	AGENT. ENDEMIAS
24	024	RÔMULO THOMAZELLI RIBEIRO	AGENT. ENDEMIAS
25	025	EDI DE OLIVEIRA RODRIGUES	AGENT. ENDEMIAS
26	026	MIRIAM TIAGO DA SILVA	AGENT. ENDEMIAS
27	027	JUCIMARA RAMOS SERQUEIRA	AGENT. ENDEMIAS
28	028	REGINALDO JOSÉ DE LIMA	AGENT. DE SAÚDE
29	029	VILMA APARECIDA ANDRADE	AGENT. ENDEMIAS
30	030	SANDRA ALVES DA COSTA	AGENT. ENDEMIAS
31	031	ELIVANIA MARTINS DA SILVA	AGENT. ENDEMIAS
32	032	ANGELICA ALVES DE OLIVEIRA	AGENT. ENDEMIAS
33	033	DANYELLA CLEMENTINO ROCHA	AGENT. ENDEMIAS
34	034	SEBASTIANA ALVES DE OLIVEIRA	AGENT. ENDEMIAS
35	035	FABIANA APARECIDA LUIZ	AGENT. ENDEMIAS
36	036	MARIA APARECIDA LEMOS	AGENT. ENDEMIAS
37	037	FERNANDA DA CONCEIÇÃO	AGENT. ENDEMIAS
38	038	JURACI LUIZ DE SOUZA	AGENT. DE SAÚDE
39	039	ELESSANDRA SANTOS MARIM	AGENT. ENDEMIAS
40	040	THAISA DA SILVA PEREIRA	AGENT. ENDEMIAS
41	041	LARISSA DA SILVA PEREIRA	AGENT. ENDEMIAS
42	042	DIEGO LEMOS DE JESUS	AGENT. ENDEMIAS
43	043	DEIVID CALASSARA GALACIO	AGENT. ENDEMIAS
44	044	JOSIANE SOARES PEREIRA	AGENT. ENDEMIAS
45	045	ADELÂNIA MARAQUÊS DA COSTA	AGENT. ENDEMIAS
46	046	VANILZA MARIA PEREIRA DA SILVA	AGENT. ENDEMIAS
47	047	CARLOS LOPES COELHO JUNIOR	AGENT. ENDEMIAS
48	048	LEIDIANE FERREIRA ALMEIDA	AGENT. ENDEMIAS
49	049	ROBERTO RODRIGUES DOS SANTOS	AGENT. ENDEMIAS
50	050	VALDENI MARIA SANTO DE SOUZA	AGENT. ENDEMIAS

LEI MUNICIPAL Nº 743, DE 04 DE ABRIL DE 2018

AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO NO CONSÓRCIO PUBLICO DENOMINADO DE AGÊNCIA REGIONAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL (AGERR PANTANAL), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO Prefeito Municipal de RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de RIO BRANCO no consórcio público denominado de **Agência Regional de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento do Complexo Nascentes do Pantanal (AGERR PANTANAL)**, nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco -MT, 04 de Abril do Ano de 2018.

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTABILIDADE
DISPENSA 008.2018

PARA PUBLICAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO. Processo de Dispensa de Licitação no 08/2018: Ratifico o ato que dispensou licitação, com fundamento no art. 24, inciso II da Lei 8.666/93, a favor da empresa MARCELANA FERNANDES MEDEIROS – CNPJ Nº 29.854.459/0001-34, localizada na Firmino Zanol, n.º 233, bairro Fidelandia, Municipio de Rio Branco – MT, para a prestação de serviços de: **Contratação da prestação de serviços**

gerais, até 04/06/2018, no valor de R$1.920,00 (mil novecentos e vinte reais) .

Rio Branco, 04 de abril de 2018.

Vereador Luiz Carlos – Presidente da Câmara.

CONTABILIDADE
DISPENSA 008.2018

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo de Dispensa de Licitação nº 08/2018

Ratifico o ato da Comissão Permanente de Licitação, que dispensou licitação com fundamento no art. 24, inciso II da Lei 8.666/93, para a contratação da empresa MARCELANA FERNANDES MEDEIROS – CNPJ Nº 29. 854.459/0001-34, localizada na Firmino Zanol, n.º 233, bairro Fidelandia, Municipio de Rio Branco – MT, para a prestação de serviços de: **Contratação da prestação de serviços gerais,** até 04/06/2018, no valor de R$1. 920,00 (mil novecentos e vinte reais), para atender a Câmara Municipal de Rio Branco, face ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente contrato, correrão à conta de dotação do orçamento fiscal vigente, na seguinte classificação: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Juridica.

Publique-se.

Rio Branco-MT, 04 de abril de 2018.

Vereador LUIZ CARLOS

Presidente da Câmara

PORTARIA Nº 125, DE 04 DE ABRIL DE 2018

PORTARIA Nº 125, DE 04 DE ABRIL DE 2018

"Dispõe Sobre a Nomeação da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público nº 01/2018 da Prefeitura Municipal de Rio Branco-MT, e da outras Providências"

O Prefeito Municipal de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, senhor ANTONIO XAVIER DE ARAUJO, no uso de suas atribuições legais, exaradas pela Lei Orgânica Municipal e Considerando a Lei Federal 11.350 de Outubro de 2006;

RESOLVE:

Art 1º Nomear os servidores abaixo identificados, sob a Presidência do primeiro, para comporem a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público nº 01/2018 da Prefeitura Municipal de Rio Branco-MT.

CARGO	NOME	MATRICULA	DOCUMENTO
PRESIDENTE	MARILIA PEREIRA	1319	006.348. 711-02
MEMBRO	LUCIMAR JUSTINO DOS REIS LOPES PINHEIRO	414	483.363. 781-20
MEMBRO	VIRGINIA CHUINA FERREIRA	1384	050.265. 411-27

Art 2º Ficarão a cargo da Comissão Organizadora todas as providencias legais necessárias á realização do Processo Seletivo Público nº01/2018.

Art 3º A Comissão Organizadora deverá dar apoio e prestar todas as informações requeridas pela contratada, exigindo a lisura e o cumprimento dos prazos constantes do edital do Processo Seletivo Público.

Art 4º Compete a Presidente da Comissão solicitar junto ao Executivo Municipal, todos os recursos matérias, humanos e financeiros necessários do Processo Seletivo Público, bem como encarregar-se da divulgação, organizadora e locais da prova.

Art 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrario, em especial a portaria de nº82 de 28 de Fevereiro de 2018.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal 04 de Abril de 2018.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO

-Prefeito-

PREVIRB
PORTARIA N.º 04/ 2018 "DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 009/2014 DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE EM FAVOR DA SRA. VICENTINA MARIA DA SILVA, EM DECORRÊNCIA DO FALECIMENTO DO SER

PORTARIA N.º 04/ 2018

"Dispõe sobre a retificação da Portaria nº 009/2014 de concessão do Benefício de ***Pensão por Morte*** *em favor da****Sra. Vicentina Maria da Silva,****em decorrência do falecimento do servidor* ***Sr.José Raimundo da Silva Filho."***

A Secretária Municipal de Planejamento do município de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Resolve:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria nº 009/2014, publicada em 24/04/2014 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, edição nº 1958, onde foi concedido o benefício de **Pensão por Morte**, em decorrência do falecimento do Sr. **José Raimundo da Silva Filho**, brasileiro, casado, portador do RG n.º 542.869 SSP/MT, e do CPF sob n.º 308. 826.961-15, residente e domiciliado no Município de Rio Branco, servidor inativo aposentado por idade através da Portaria nº 01/98 registrada pelo Acórdão TCE nº 1.188/98, em favor da **Sra**. **Vicentina Maria da Silva**, viúva, portadora do RG n.º 0816315-4– SSP/MT e do CPF sob o n.º 940. 641.481-34, residente e domiciliada neste município, cônjuge do *"de cujus",* conforme processo administrativo do **PREVIRB**, n.º **2014.07.00009P**, a partir de 20/02/2014, data do requerimento, até posterior deliberação.

ONDE SE LÊ: "Considerando o Art. 40, §7º, inciso I da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, combinado com Art. 29, inciso I n. º 396 de 04 de janeiro de 2006, que rege a previdência municipal de Rio Branco.**"**

LEIA-SE: "Considerando o Art. 40, § 7º, inciso I da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41/2003, combinado com Art. 7º inciso I Art. 29, inciso I, e art. 30, inciso I da Lei Municipal nº. 396 de 04 de janeiro de 2006, que rege a previdência municipal de Rio Branco."

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **20 de fevereiro de 2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Rio Branco/MT, 05 de abril de 2018.

ROSA MARIA DE JESUS

Secretária Municipal de Planejamento

Homologo:

ANTONIO XAVIER DE ARAÚJO Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 003/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 004/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 004/2018 - SRP

Pelo presente instrumento o **Município de Rondolândia - MT, Estado de Mato Grosso**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 04.221.486/0001-49, representado neste ato pelo Prefeito Municipal em exercício, o Srº. Agnaldo Rodrigues de Carvalho, inscrito no CPF sob nº 560.023.512-72, **RESOLVE REGISTRAR** os preços da empresa Paulo Henrique Monteiro & Cia LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o n° 05.128.000/0001-95, instalada e localizada na Av. André Maggi, s/nº, Bairro, Centro, na cidade de Rondolândia/MT, representada neste ato pelo seu sócio proprietário Srº Paulo Henrique Monteiro, portador do CPF nº 000.365.642-06 e do RG nº 8.506.020-1 SSP/PR, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação – Pregão Presencial n° 004/2018 e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações, no que couber, nos Decretos Municipais nº 118/2006 de 11/09/2006 e nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - Contratação mediante sistema de **REGISTRO DE PREÇOS (por Item)**, para Futura e Eventual **Aquisição de materiais limpeza e material de consumo para atender necessidades das Secretarias Municipais** conforme especificação e quantidades especificadas no Termo de Referencia.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1 – A empresa Contratada deverá fornecer os produtos, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência do Pregão n° 004/2018.

2.2 – O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial Nº 004/2018 e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

3.1 – Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

Detentora da ARP:

Nome: Paulo Henrique Monteiro & Cia LTDA-ME	
CNPJ Nº: 05.128.000/0001-95	
Endereço: Av. André Maggi, s/nº, Bairro, Centro	
Cidade/Estado: Rondolândia/MT	CEP: 78.338-000
Telefone: (66) 3542-1034	E-mail:montph@gmail.com
Representante Legal: Paulo Henrique Monteiro	
CPF Nº: 000.365.642-06	

3.2 – O preço, a quantidade e a especificação do item registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Código TCE	UND	Quant.	Descrição	Marca	Vlr Unt.	Vlr Total
02	132483-7	UN	50	BALDE - DE PLASTICO, COM CAPACIDADE DE 18L, COM ALCA, SEM TAMPA,SEM ABA	Diplast	R$ 9,90	R$ 495,00
04	159852-0	UN	245	SABONETE 90 GR	Albany	R$ 1,46	R$ 357,70
05	130851-3	UN	1220	SACO PARA LIXO 30 LTS C/10	Diplast	R$ 3,45	R$ 4.209,00
06	147334-4	UN	03	BACIA PLASTICA 10 LTS	Arqplast	R$ 13,90	R$ 41,70
07	132413-6	UN	50	BALDE - DE PLASTICO, COM CAPACIDADE DE 10L, COM ALCA, SEM TAMPA, SEM ABA	Arqplast	R$ 8,80	R$ 440,00
08	407308-8	PCT	1000	SACO PARA LIXO DOMESTICO - EM POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 40 LITROS, MEDINDO (62X62CM)	Diplast	R$ 3,89	R$ 3.890,00
09	149745-6	UN	420	LUVA DE BORRACHA TAMANHO M	Sek	R$ 7,45	R$ 3.129,00
10	148751-5	UN	320	ESPONJA PARA LIMPEZA - TIPO SIMPLES C/08 UNIDADES MEDINDO 110X90X26MM, COM FORMATO RETANGULAR, AÇO CARBONO, NA COR GRAFITE.	Ype	R$ 1,99	R$ 636,80
11	223516-1	UN	266	LUVA DE BORRACHA TAMANHO G	Sek	R$ 7,45	R$ 1.981,70
12	161620-0	PCT	500	SACO PARA LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 200 LITROS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 115CM X 0,12MM, NA COR PRETA	Diplast	R$ 4,49	R$ 2.245,00
13	304839-0	UN	336	LIMPA ALUMINIO - LIQUIDO,A BASE DE ACIDO SULFONICO E CLORIDRICO,EM USO DOMESTICO PARA LIMPEZA DE ALUMINIO,COM OU SEM FRAGRANCIA,EMBALAGEM DE 500 ML	Politriz	R$ 3,45	R$ 1.159,20
14	285510-0	UN	1576	ÁGUA SANITÁRIA: HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLO RETO DE SÓDIO E ÁGUA, TEOR DE CLORO ATIVO 2,0% p/p PRODUTO A BASE DE CLORO	Gbel	R$ 2,99	R$ 4.712,24
15	164144-1	UN	1086	ÁLCOOL ETILICO HIDRATADO A 92,8% INPM EMBALAGEM PLASTICA DE 1 LT	Santa Cruz	R$ 7,99	R$ 8.677,14
16	164040-2	UN	1246	DESINFETANTE LIQUIDO PARA USO GERAL, COM ESSENCIAS DIVERSAS (PINHO, LAVANDA, JASMIN)	Gbel	R$ 5,45	R$ 6.790,70
17	305321-0	UN	196	DESINFETANTE EUCALIPTO DE 1 LT	Gebel	R$ 3,95	R$ 774,20
18	22661-0	UN	284	DESODORIZADOR DE AMBIENTE 400 ML(FLORES DO CAMPO, BRISA SUAVE, CHEIRINHO)	Glade	R$ 7,50	R$ 2.130,00

19	425536-4	UN	1056	DETERGENTE, 500 ML, NEUTRO	Ype	R$ 1,75	R$ 1.848,00
20	164888-8	UN	55	ESCOVA DE LAVAR ROUPA, BASE DE MADEIRA, MEDIDAS DA CEPA: 13CM x 6 CM x 1,50CM. CERDAS EM NYLON	Gina	R$ 3,15	R$ 173,25
21	182109-1	UN	499	ESPONJA PARA LAVAR LOUÇA DUPLA FACE - AMARELA E VERDE, COM 3 UNIDADES	Brilhus	R$ 3,35	R$ 1.671,65
22	140320-6	UN	266	FLANELA P/ LIMPEZA 30X40 AMARELA	Brilha Tex	R$ 2,49	R$ 662,34
23	261518-5	MA	05	FÓSFORO COM 10 CAIXAS COM 40 PALTIOS CADA	Parana	R$ 2,75	R$ 13,75
24	61306-1	UN	270	INSETICIDA A BASE D´AGUA MATA MOSCA E MOSQUITO 300 ML	Raid	R$ 11,40	R$ 3.078,00
25	160811-8	UN	66	LIMPA MOVEIS 200 ML	Glade	R$ 6,95	R$ 458,70
26	156802-7	UN	179	LIMPADOR DE VIDRO, COM BORIFADOR 500 ML	Gioca	R$ 9,45	R$ 1.691,55
27	221988-3	UN	210	LIMPEZA PESADA - MULTIUSO 500 ML	Qboa	R$ 4,45	R$ 934,50
28	281259-2	PR	205	LUVA DE BORRACHA LATEX, CANO CURTO PARA LIMPEZA, RESISTENTE A ALCOOL, ÁCIDOS E DETERGENTES - TAM. P	Sek	R$ 6,90	R$ 1.414,50
29	138141-5	UN	46,00	PÁ PARA LIXO EM ALUMINIO TAMANHO MÉDIO COM CABO	Clipa	R$ 8,95	R$ 411,70
30	173742-2	UN	10	PALITO CX C/ 100 UND	Gina	R$ 0,99	R$ 9,90
31	226343-2	PCT	892	PAPEL HIGIENICO FOLHAS BRANCAS E PICOTADAS 4x60x10 CM	Mili	R$ 5,79	R$ 5.164,68
32	315125-5	UN	10	PAPEL TOALHA 2x1 - 60 TOALHAS DE 22x19CM	Mili	R$ 4,95	R$ 49,50
33	64085-9	DZ	200	PRENDEDOR DE ROUPA MADEIRA	Gaboardi	R$ 3,15	R$ 630,00
34	148806-6	UN	578	PEDRA SANITARIA DESODORANTE DE 35 GR COM SUPORTE	Politriz	R$ 2,99	R$ 1.728,22
35	171056-7	UN	02	RODO DE PLASTICO SIMPLES DE 40 CM	Carvalho	R$ 7,95	R$ 15,90
36	184543-8	UN	489	SABÃO EM BARRA GLICERINADO 5X200GR	Jamary	R$ 4,99	R$ 2.440,11
37	184543-8	UN	854	SABÃO EM PO PARA COM MULTIAÇÃO 1 KG	Minuano	R$ 8,80	R$ 7.515,20
38	129263-3	PCT	1800	SACO DE LIXO DE 100 LITROS REFORÇADO C/ 5 UNIDADES	Dyplast	R$ 3,90	R$ 7.020,00
39	138279-9	PCT	1790	SACO DE LIXO REFORÇADO DE 50 LITROS - C/10	Dyplast	R$ 3,90	R$ 6.981,00
40	130548-4	PCT	2620	SACO PARA LIXO 15 LT C/ 10 UND	Dyplast	R$ 3,49	R$ 9.143,80
41	86480-3	KG	121	SODA CÁUSTICA - 1 KG (	Bel	R$ 17,90	R$ 2.165,90
42	133231-7	UN	131	VASSOURA DE NYLON, BASE RETANGULAR EM MADEIRA LARGURA MINIMA 250MM CABO EM MADEIRA COM NO MINIMO 1,1 MTS COM PONTEIRA PLASTICA ROSCAVEL	Carvalho	R$ 9,90	R$ 1.296,90
45	150126-7	UN	10	VASSOURA EM PIAÇAVA, CARPO DE MADEIRA MEDINDO 50X5 CM CABO EM MADEIRA MEDINDO APROX. 1,50MTS	Carvalho	R$ 9,45	R$ 94,50
47	160940-8	UN	24	CERA LIQUIDA VERMELHA 750 ML	Politriz	R$ 4,45	R$ 106,80
49	133312-7	PCT	1000	SACO PARA LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 60 LTS, MEDINDO (75CMX0,06MM), NA COR PRETA, PESANDO 2KGS	Diplast	R$ 4,90	R$ 4.900,00
50	92446-6	UN	89	LIXEIRO TELADO - DEPOSITO PARA LIXO TAMANHO 6	Arqplast	R$ 8,95	R$ 796,55
51		UN	70	ISQUEIRO CONVENCIONAL COM SELO HOLOGRAFICO DO INMETRO-GD	Bic	R$ 3,85	R$ 269,50
53	146050-1	UN	346	PANO DE CHAO ALVEJADO 52X79 CM	Saco Cru	R$ 8,99	R$ 3.110,54
54	291769-6	PR	84	BOTA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM PVC BOTA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM PVC; CANO, CABEDAL E SOLADO ANTIDERRAPANTE; GRAVAÇÃO SETE LÉGUAS NAS LATERAIS EXTERNAS DO CANO; ACABAMENTO INTERIOR COM MEIA DE POLIÉSTER NA COR BRANCA. CARACTERÍSTICAS QUÍMICAS: - FORMULAÇÃO ESPECIAL COM ALTO TEOR DE PLASTIFICANTE POLIMÉRICO E BORRACHA NITRÍLICA, TORNANDO O PRODUTO RESISTENTE QUANDO EM CONTATO COM LEITE E DERIVADOS, PRODUTOS DE LIMPEZA EM GERAL, GORDURA ANIMAL, ÓLEO VEGETAL, URINA ANIMAL, RECOMENDAÇÕES: - HOSPITAIS, COZINHAS INDUSTRIAS, LABORATÓRIOS, CAMPING, AVIÁRIOS, LATICÍNIOS, DOMÉSTICOS, JARDINAGEM, LAZER, CAÇA E PESCA, INDUSTRIAS EM GERAL FRIGORÍFICOS	7 Leguas	R$ 57,90	R$ 4.863,60
55	129907-7	UN	200	RODO CABO DE MADEIRA 60 CM	Carvalho	R$ 13,90	R$ 2.780,00
VALOR TOTAL							**R$ 115.109,92**

Obs: Não obtivemos sucesso em conseguir oferta de preços para os Itens: 01, 03, 43/44, 46, 48 e 52, tornando-os itens "fracassados" do certame, ou seja, Itens não adjudicados.

3.3 - Detentora reserva da ARP:

Nome:	
CNPJ Nº:	
Endereço:	
Cidade/Estado:	CEP:
Telefone:	E-mail:
Representante Legal:	
CPF Nº:	

3.4 – A detentora reserva desta ARP, terá sua proposta registrada sob os mesmos quantitativos e preços da primeira detentora.

3.5 – O valor total registrado da presente Ata é de R$ **115.109,92 (Cento e quinze mil e cento e nove reais e noventa e dois centavos).**

3.6 – Poderá, a critério da Contratante, para formação de cadastro de reserva, ser incluído, nesta respectiva ARP, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, para eventual convocação.

3.7 - O preço registrado com indicação dos fornecedores será publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, durante a vigência da ARP.

3.8 - A ordem de classificação dos licitantes registrados na ARP para fins de formação do cadastro de reserva, deverá ser respeitada nas contratações.

3.9 - O registro, para formação de cadastro de reserva, tem por objetivo possibilitar a imediata convocação do licitante registrado, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas na Cláusula Décima Primeira.

3.10 - Este instrumento não obriga o Município de Rondolândia-MT a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os bens referidos na cláusula segunda, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

4.1 - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Rondolândia, especialmente aquelas exercidas pelo Fiscal da Ata ou Fiscal do Contrato, quando houver, acatando-as.

4.2 - Realizar o fornecimento dos produtos objeto deste instrumento nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência do Pregão n° 004/2018.

4.3 - Não realizar subcontratação total ou parcial do fornecimento dos produtos, sem anuência do Município de Rondolândia. No caso de subcontratação autorizada pela contratante, a DETENTORA continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

4.4 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte do Município de Rondolândia-MT.

4.5 - Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução desta Ata ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município de Rondolândia-MT.

4.6 - A Detentora deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a execução e ou Prestação dos serviços, bem como, durante a vigência da Presente Ata.

4.7 – Cumprir com os prazos para com a o fornecimento dos produtos, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

4.8 – Fornecer os Produtos em conformidade com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, termos de contrato e Proposta de preços apresentada;

4.9 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados, bem como comunicar imediatamente á contratante ou ao Fiscal da Ata ou do Contrato, por escrito, quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos fornecimentos desta ARP.

4.10 - Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela contratante ou pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, fazendo-se representar por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços e/ou bens contratados.

4.11 - Fornecer número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento, bem como indicar um e-mail válido para comunicação.

4.12 - Comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e e-mails informados.

4.13 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

4.14 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes desta fiscalização, independentemente daquela que será exercida pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, quando houver.

4.15 - Será de inteira responsabilidade da empresa detentora do registro de preço quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos produtos;

4.16 - É dever inescusável da Contratada exigir de qualquer dos seus *prepostos e colaboradores que ajam na execução do contrato em estrita obediência aos ditames da* Lei 12.846/2013, cumprindo fielmente a **cláusula anticorrupção**, respondendo civil, administrativamente e criminalmente, sempre que a ação de um empregado ou representante seu causar prejuízos ao patrimônio público ou infringir princípios da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 - Oferecer todas as informações necessárias para que a Detentora do registro de preço possa executar o objeto dentro das especificações.

5.2 - Emitir as Autorizações de fornecimento “AF” para com a entrega e ou fornecimento dos mesmos.

5.3 - Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada na entrega dos produtos.

5.4 - Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

5.5 - Designar pelo menos um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento ou do contrato dele decorrente, para que no exercício de suas atribuições, tome todas as medidas necessárias junto á Detentora para sanar a ocorrência de eventuais imperfeições, fixando prazo para sua correção.

5.6 - Fiscalizar livremente o serviço, não eximindo a detentora da total responsabilidade quanto ao fornecimento dos mesmos.

5.7 - Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações desta Ata e do Termo de Referência do Pregão n° 004/2018.

5.8 - Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1 - A Ata de Registro de Preço terá a sua vigência por **12 (doze) meses**, incluídas eventuais prorrogações, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA ADMINISTRAÇÃO, DOS ACRÉSCIMOS E DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - O gerenciamento desta ATA caberá as Secretarias Solicitantes, através da Supervisão do Departamento de Licitações e Compras, quanto ao seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município de Rondolândia, quanto ao aspecto jurídico e as questões legais.

7.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preço, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.3 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços obedecerá ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

7.4 - Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.5 - O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços, conforme Parágrafo 4º do Art. 11 do Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 *"§ 4º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços".*

CLÁUSULA OITAVA: DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

8.1 - Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do registro de preços, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02 e no Decreto Municipal de nº 1.067/2015.

8.2 - Caberá ao fornecedor detentor do registro na Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas e as futuras decorrentes de utilização por parte do Gerenciador.

8.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se referem este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

8.4 - Os quantitativos decorrentes das adesões à ata de registro de preços efetuadas por Órgãos não participantes, não poderão exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preço decorrente deste certame, constantes no Termo de Referência do Pregão n° 004/2018, Anexo I deste Edital, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 – Realizado o fornecimento, os pagamentos serão efetuados, mediante a apresentação da(s) nota(s) fiscal (is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, estando devidamente visada e atestada pelo Fiscal da Ata ou quando houver, pelo Fiscal do Contrato designado devendo ainda a Detentora da Ata de Registro de Preço comprovar Regularidade Fiscal e Trabalhista, sendo: Comprovação de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Regularidade Trabalhista, bem como, Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

9.2 - O pagamento será efetuado pela Prefeitura de Rondolândia no prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 9.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

9.3 - A Detentora da Ata de Registro de Preço deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição completa dos Produtos objetos fornecidos e ou a descrição completa dos serviços prestados a esta Prefeitura, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

9.4 – Caso, constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a DETENTORA da Ata de Registro de Preço, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento suspenso e realizado somente após a reapresentação das notas fiscais/faturas devidamente corrigidas.

9.5 - Nenhum pagamento isentará a Detentora da Ata de Registro de Preço das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

9.6 - O Município de Rondolândia não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

9.7 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Detentora da ARP.

9.8 - A Detentora do registro de preço deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata;

9.9 - Na data do pagamento, a tesouraria verificará a validade e a situação atual da DETENTORA, devendo as Notas Fiscais emitidas serem acompanhadas das Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista, conforme Item 9.1;

9.10 - A fornecedora autoriza o Município de Rondolândia a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos suportados, diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a defesa prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1 - Os preços registrados "poderão" ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

10.2 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

10.2.1 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

10.2.2 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

10.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

10.3.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

10.3.2 - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

10.3.3 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

10.4 - Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO

11.1 – Nos termos da Lei 12.846/2013, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS DE RESCISÃO E DAS PENALIDADES

12.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) O descumprimento da clausula décima primeira (compromisso anticorrupção), por qualquer das partes, **ensejará a rescisão unilateral do contrato**, sem qualquer indenização, devendo, sem embargo de outras medidas cíveis e administrativas, a cargo de qualquer dos membros da Procuradoria-Geral do Município, comunicar os fatos ao Ministério Público, dando ciência a Controladoria Geral do Município para as medidas de sua competência.

b) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e nesta Ata;

c) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial desta Ata de Registro de Preço;

e) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

12.2 - Ocorrendo rescisão plena da ata, a Detentora será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ARP.

12.3 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades e obrigações da DETENTORA, relativas ao fornecimento do ITEM.

12.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

12.5 - Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades da Detentora da Ata de Registro de Preço, relativas ao fornecimento dos bens e/ou a prestação dos serviços.

12.6 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

12.7 - Caso o Município de Rondolândia não se utilize da prerrogativa de cancelar esta ARP, a seu exclusivo critério, poderá suspender o seu fornecimento e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a DETENTORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12.8 - A Detentora que descumprir as condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, fixadas com base no valor total da contratação, quais sejam:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Rondolândia-MT pelo prazo de 02 (dois) anos, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Rondolândia;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

12.9 - Por atraso injustificado na entrega dos produtos, a Detentora sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

12.10 - O atraso superior a 10 (dez) dias, poderá ensejar a rescisão da ARP, ficando a Detentora sujeita à suspensão temporária a que se refere a alínea “c” do item 12.8 acima.

12.11 - As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente.

12.12 - As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa e conseqüentemente a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Rondolândia - MT.

12.13 - As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

12.14 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas em cadastro a ser mantido no Departamento de Licitação da Secretaria Municipal de Administração.

12.15 - Serão publicadas no Diário Oficial do Município, as sanções administrativas previstas no item 11.8, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12.16 - Do ato que aplicar a penalidade, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas decorrentes com a aquisição dos produtos, objeto desta Licitação, serão consignadas no Orçamento de 2018, através dos Órgãos: *Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, Saúde, Fazenda e Desenvolvimento, Assistência Social, Gabinete do Prefeito, Educação e Cultura, Meio Ambiente e Agricultura*, sendo indicada a dotação orçamentária de acordo com a necessidade de utilização em momento oportuno, conforme o Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços “em âmbito Municipal” e Decreto Municipal de nº 1.149/GAB/PMR de 13/01/2016, que alterou o Parágrafo 2º, do Art. 6º, do Capítulo V do Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015, concomitantemente c/c o Decreto Federal de nº 7.892 de 23/01/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Fica a Detentora desta ARP obrigada a fornecer os bens e/ou produtos registrados, à Contratante e suas secretarias municipais participantes, na forma e condições previstas nesta ARP, no Edital de Pregão Presencial n° 004/2018 e seus anexos, bem como firmar contratos com as mesmas.

14.2 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar;

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço nº 004/2018, seus anexos e a proposta da Detentora;

III - É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

15.1 - Para eficácia do presente instrumento, o Município de Rondolândia-MT, providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02 e Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços “em âmbito Municipal”, concomitantemente c/c o Decreto Federal de nº 7.892 de 23/01/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1 - As partes contratantes elegem o foro da comarca de Comodoro-MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ARP, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ARP, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da contratante.

Rondolândia- MT, 05 de Abril de 2018.

_____

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA-MT

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

_____

Paulo Henrique Monteiro & Cia LTDA-ME

CNPJ: 05.128.000/0001-95

Paulo Henrique Monteiro - Representante Legal

CPF: 000.365.642-06

Participantes desta ARP:

_____

Izaias Paulo Policarpo

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

_____

Katia Monteiro

Secretária Municipal de Saúde

_____

Taizes Beling Soares Monteiro

Secretária Municipal de Fazenda e Desenvolvimento

_____

Marlene Bastos Frolich

Secretária Municipal de Assistência Social

_____

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Gabinete do Prefeito

_____

Valdir Irani Freire

Secretário Municipal de Educação e Cultura

_____

Marcelo Quadros Gonçalves

Secretário Municipal de Meio Ambiente

_____

Orlando Nunes Maciel

Secretário Municipal de Agricultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 045/2018

EXTRATO DE CONTRATO Nº 045/2018

Texto:

CONTRATO Nº 45/2018

PRAZO: 31 DE DEZEMBRO DE 2018

prestação de serviço

VALOR:R$ 18.900,00 (Dezoito mil e Novecentos reais.

EMPRESA:JURITI PROJETOS E CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA - ME

CONTRATADA

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

ROSÁRIO OESTE 22 de fevereiro de 2018

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 063/2018

EXTRATO DE CONTRATO Nº 063/2018

Texto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS PARA ATENDER O CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO DE IDOSOS E CRIANÇAS DESTA URBE ATRAVÉS DE RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS PARA TAL FIM.

PRAZO: 31 DE DEZEMBRO DE 2018

prestação de serviço

VALOR: **R$ 19.000,00 (Dezenove Mil reais**)

EMPRESA:F DOUGLAS FERREIRA DOS SANTOS

CONTRATADA

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

ROSÁRIO OESTE 12 DE MARÇO DE 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA LDO 2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PUBLICA – LDO 2019.

Nº. 03/2018

O MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU, Estado de Mato Grosso, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, no uso das atribuições contidas na Lei Orgânica Municipal, convoca as pessoas interessadas para participarem da Audiência Pública Municipal a realizar-se na data, horário e local abaixo descrito, para tratar de assuntos referentes: Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019 – LDO 2019.

Sexta - feira (13/04/2018).

Horário: às 15:00 horas.

Local: Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT.

Santa Cruz do Xingu - MT, 05 de Abril de 2018.

Marcos de Sá Fernandes da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO Nº 04/2017

CONVOCAÇÃO E POSSE

EDITAL 012/2017 DO PROCESSO SELETIVO 04/2017

O Sr. **EGON HOEPERS**, prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, **CONVOCA** o candidato abaixo relacionado, aprovado no **PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2017**, realizado no dia 21/01/2018 para comparecer no prazo de 02 (dois) dias após a publicação deste edital na Sede da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, para apresentar documentos de habilitação abaixo relacionados para tomar posse no cargo em que foi classificado.

a) Exame de aptidão física e mental para o cargo;

b) Cópia da certidão de nascimento dos filhos;

c) Cópia da carteira de vacinação dos filhos;

d) Declaração de freqüência na escola dos filhos.

e) Comprovante de escolaridade.

f) Certidão negativa de antecedente criminal

g) Copia do CPF da Mãe e do Pai

CONTADOR

NOME	CLAS
MARCELO FOGAÇA SALDANHA	*1º*

FISCAL TRIBUTARIO

NOME	CLAS
SANDRA CRISTINA LEMES PEREIRA	*1º*

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, em 14 de Fevereiro de 2018.

_____

_____

MARILZETE AGUSTINHA DA SILVA EGON HOEPERS

Presidente da Comissão Organizadora Prefeito municipal

PORTARIA Nº 0101/2018 DE 05 DE ABRIL DE 2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PARA FISCALIZAÇÃO DA ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018, 019 E 020/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora Elaine Cristina Guimarães, inscrita no CPF nº 315.835.378-48, como Fiscal das Atas de Registro de Preços nº 018, 019 e 020/2018/Pregão Presencial nº 0014/2018, cujo objeto é: registro de preços para futura e eventual aquisição de tecidos.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 05 DE ABRIL DE 2018.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se, afixe-se

Na data supra

RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT.

RESOLUÇÃO N.º 002/2018.

CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT.

O CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT, noexercício das suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica e de acordo com a **REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28 DE MARÇO DE 2018.**

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a **Prestação de Contas** relativa à aplicação dos Recursos do FUNDEB 40% e 60% dos meses de Janeiro e Fevereiro de 2018.

Art.2º- Aprovar a **Prestação de Contas** do Recurso do PNATE relativa ao exercício de 2017.

Art.3º - Está resolução entra em vigor na data da sua publicação;

Registra-se e Cumpra-se.

Santa Rita do Trivelato-Mt, 29 de Março de 2018.

_____

Graciele Borelli do Nascimento

Pres. Do Conselho Municipal do FUNDEB.

PORTARIA Nº 0100/2018 DE 05 DE ABRIL DE 2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PARA FISCALIZAÇÃO DA ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021, 022 E 023/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora Elaine Cristina Guimarães, inscrita no CPF nº 315.835.378-48, como Fiscal das Atas de Registro de Preços nº 021, 022 e 023/2018/Pregão Presencial nº 0015/2018, cujo objeto é: registro de preços para futura e eventual aquisição de aviamentos e materiais de artesanatos.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 05 DE ABRIL DE 2018.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se, afixe-se

Na data supra

RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT.

RESOLUÇÃO Nº. 004/2017

CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT, no exercício das suas atribuições legais que lhe confere a Lei Munici-

pal nº 544 de 05 de Outubro de 2016 e de acordo com a **REUNIÃO ORDINÁRIA DE OITO DE DEZEMBRO DE 2017.**

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a proposta para **Aquisição de Patrulha Mecanizada** para o Município de Santa Rita do Trivelato em parceria com o Governo Federal/MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 2º - Estáresolução entra em vigor na data de sua publicação;

Registra-se e cumpre-se.

Santa Rita do Trivelato - MT, 11 de Dezembro de 2017.

Leomário Taborda

Presidente Do Conselho Municipal da Cidade de Santa Rita do Trivelato.

PORTARIA Nº 099/2018 DE 05 DE ABRIL DE 2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PARA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o servidor Nelsi Ferreira da Silva, inscrito no CPF nº 462.394.056-04, como Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 017/2018/Pregão Presencial nº 013/2018, cujo objeto é: registro de preços para futura e eventual aquisição de trator cortador de grama e roçadeira multifuncional motorizada, para atender a necessidade da secretaria municipal de obras e serviços urbanos.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 05 DE ABRIL DE 2018.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se, afixe-se

Na data supra

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0098/2018.

DE 04 DE ABRIL DE 2018.

"SÚMULA: "DISPOE SOBRE A NOMEAÇÃO Sr.ª SUELI MIRANDA CONSELHEIRA TUTELAR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Senhor **EGON HOEPERS**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a Sr.ª **SUELI MIRANDA**, inscrita sob o RG nº: 1265037-4 SSP/MT, e CPF: 008.337.981-97, **CONSELHEIRA TUTELAR** empossada em 04 de Abril de 2018 com sua vigência até o dia 31/12/2019.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, em 04 de Abril de 2018.

_____

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Afixe-se na data supra

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

EXTRATO DE CONTRATOS 19/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA-MT

Contratada: E.C ZOCANTE & CIA LTDA

CNPJ/MF sob o nº 10.525.132/0001-90

Objeto:Contratação de empresa para prestação de serviços de Assessoria, Consultoria e Softwares de Gestão Educacional com tecnologia ON/OFF line para utilização da Secretaria Municipal de Educação.

Vigência: 09 meses

Valor Total: R$ 30.321,00 (trinta mil, trezentos e vinte e um reais).

EDITAL DE SELEÇÃO 01/2018

EDITAL DE SELEÇÃO Nº 001/2018/SMEC/STZ/MT

A PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SIMPLIFICADO 001/2018, ANÁLISE CURRICULAR/CONTAGEM DE PONTOS E, no uso de suas atribuições legais, conferidas no DECRETO nº 1312/GP/2018 de 02 de abril de 2.018, Lei Municipal de nº 704/GP/ 2018, torna público para conhecimento dos interessados o Edital de Seleção nº. 001/2018/SMEC/STZ/MT.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1 - A seleção para contratação temporária de ***Professores, Técnico Administrativo Educacional e*** **Apoio Administrativo Educacional**, terá como objetivo atender situação excepcional de interesse público face ausência de pessoal efetivo para atender a demanda com fulcro no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, bem como no inciso VI, artigo 129 da Constituição Estadual e Lei Complementar nº. 12, de 13 de dezembro de 1992, Decreto nº. 914, de 27.11.07 e artigo 79 da LC n.º 50/98, com a redação da LC n.º 104/02.

1.2 - Os contratos temporários serão para provimento de pessoal em cargos de **Professores, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional**, para suprir a existência de vaga aberta e/ou substituição.

2 - DAS INSCRIÇÕES:

2.1- A inscrição implica conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, sobre as quais, **Professores, Técnico Administrativo Educacional** e **Apoio Administrativo Educacional,** não poderão alegar desconhecimento das mesmas.

2.2- As inscrições/prova de título serão realizadas no período de 06 ao dia 12 de 2018 das 8:00HS às 12:00HS, na Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua 25 s/n, Centro, nesta cidade, para ***Professores, Técnico Administrativo Educacional e*** **Apoio Administrativo Educacional.**

2.3 – O preenchimento da ficha de inscrição e os dados nelas fornecidos serão de inteira responsabilidade do candidato e deverá estar devidamente assinada pelo candidato o seu representante legal.

2.4 – Em hipótese alguma a ficha será preenchida por membros constituintes da comissão organizadora do processo seletivo 001/2018.

2.5- A ficha de inscrição será preenchida em duas vias de igual teor ou cópia, uma via ficará com a comissão organizadora que irá para os arquivos desta instituição e outra será entregues ao candidato para possível contestação, se for o caso.

2.6 -Após conclusão e assinatura do candidato na ficha de contagem de pontos não será permitido nenhuma alteração na mesma.

2.6.I- Dentro do período de inscrição havendo necessidade o candidato poderá fazer uma nova inscrição, evitando assim, rasuras ou dupla interpretação nas informações contidas na ficha.

2.7 - O candidato deverá comparecer no local, dia e hora marcado, munidos dos documentos originais e cópias conforme exigidos neste Edital.

2.8 - Após o encerramento das inscrições a comissão organizadora do Processo Seletivo terá um dia de prazo, sendo13 de abril de 2018 para analisar toda a documentação dos candidatos e respeitando rigorosamente os critério deste edital fazer a contagem de pontos obtida nas etapas do processo de seleção.

2.9 - O resultado classificatório dos inscritos no Processo Seletivo para os cargos de **Professores, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional,** será disponibilizado no dia 16 de abril de 2018 no mural da Prefeitura Municipal e no Diários Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

3- DOS DIREITOS

3.I. Ao candidato que se sentir prejudicado, quanto ao processo de Contagem de Pontos ou Atribuição caberá recurso à Comissão de Atribuição, correspondente ao processo em questão, devendo ser interposto, impreterivelmente, até 48 horas após cada sessão/etapa, tendo a Comissão de Atribuição, o mesmo prazo para emissão do parecer.

3.2. Os candidatos que não atribuírem, ficarão no cadastro de reserva, (lista de espera) de acordo com a opção de cadastrado Ficha de Contagem de Pontos.

4 - DA CONTRATAÇÃO DOS PROFESSORES:

4.1- Da Entidade Executora da Seleção - A seleção para contratação de **Professores,** em contratos temporários será realizada pela Comissão do Decreto nº 1312/GP/2018 DE 02 DE ABRIL DE 2.018 conforme critérios seletivos constantes na ficha de contagem de pontos constante no Anexo I deste Edital.

4.2 - Principais funções/atribuições – conforme os artigos 5° § 3º da LM n.° 551/2012;

I - Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal;

II - Elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação;

III - Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico;

IV - Desenvolver a regência efetiva;

V - Controlar e avaliar o rendimento escolar;

VI - Executar tarefa de recuperação de alunos;

VII - Participar de reunião de trabalho;

VIII - Desenvolver pesquisa educacional;

IX - Participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade;

X – Buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa;

XI - Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente;

XII - Cumprir a hora-atividade no âmbito da unidade escolar;

XIII – Manter a cota mínima de produção científica, que será estabelecida por meio de ato administrativo regulamentar.

XIV – Os demais candidatos atenderão normativas estabelecidas

4.3 -Do processo seletivo - Para CONTAGEM DE PONTOS E CLASSIFICAÇÃO dos **Professores,**candidatos a vaga de contratos temporários, a Comissão de Atribuição de Classes e/ou Aulas e Regime/Jornada de Trabalho ou conforme tabelas de distribuição de vagas e salário considerado os critérios constantes no Anexo II, deste Edital;

4.3.1 - Para contagem de pontos referente à FORMAÇÃO/TITULAÇÃO deve-se considerar o ponto da maior titulação que o profissional tiver concluído, não sendo permitida a contagem de dois títulos ou mais para o mesmo nível de formação.

4.4 – DOS REQUESITOS:

I. Ser graduado em LICENCIATURA PLENA, com habilitação na área de atuação;

II. Apresentar o Diploma (constando data de colação de grau), emitido por IES com curso autorizado ou Atestado de Conclusão de Curso Superior, acompanhado do Histórico Escolar

II.1 – Toda a documentação entregue pelos candidatos serão averiguados sua veracidade pela Comissão Organizadora do processo Seletivo 001/2018.

III. Declaração de não acúmulo de cargo assinada pelo interessado e em caso de possuir um vínculo empregatício, com acumulação legal de cargo, comprovar o tipo de cargo e a carga horária semanal, apresentar no ato da inscrição, cópia do contrato (CTPS, se privado; Diário que publicou a nomeação se servidor público) ou declaração dos Recursos Humanos do empregador;

IV. Documentos pessoais (original e cópia), incluindo cópia do PIS/PASEP;

V. Estar em dia com o serviço militar;

VI. Cópia do cartão da conta corrente (pessoal) do Banco do Bradesco;

VII. Comprovante de residência;

VIII. Certidão Negativa de Antecedentes Criminais do Fórum da Comarca, dos últimos 5 (cinco) anos - (apresentar no ato da contratação);

IX. Atestado médico de sanidade físico e mental (apresentar no ato da contratação).

X. Declaração de bens (apresentar no ato da contratação).

XI. Certidão negativa de débitos para com o município de Santa Terezinha-MT (apresentar no ato da contratação).

DAS DISPONIBILIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

TABELA I DO SALÁRIO PARA PROFESSOR E CARGA HORÁRIA

ANEXO - I

CARGO:	FORMAÇÃO	CLASSE	CH	SALÁRIO
PROFESSOR	GRADUADO/UNIDOCÊNCIA OU ÁREA DE CONHECIMENTO	B	30h	2.556,65
	ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZADO MAGISTÉRIO	A	30h	1.704,43
	ENSINO MÉDIO-NÃO PROFISSIONALIZADO	A	30h	1.363,54

5 - DA CONTRATAÇÃO DOS TECNICOS ADMINISTRATIVO EDUCACIONASIS:

5.1- Da Entidade Executora da Seleção - A seleção para contratação de Técnico Administrativo Educacional com função em Desenvolvimento Infantil, em contratos temporários será realizada pela Comissão do Decreto nº1312/GP/2018 DE 02 DE ABRIL DE 2.018 conforme critérios seletivos constantes na ficha de contagem de pontos constante no Anexo I deste Edital.

5.2 - Principais funções/atribuições – conforme os artigos 5° § 3º da LM n.° 551/2012;

I - Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal;

II - Elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação;

III - Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico;

IV - Desenvolver a regência efetiva;

V - Controlar e avaliar o rendimento escolar;

VI - Executar tarefa de recuperação de alunos;

VII - Participar de reunião de trabalho;

VIII - Desenvolver pesquisa educacional;

IX - Participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade;

X – Buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa;

XI - Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente;

XII - Cumprir a hora-atividade no âmbito da unidade escolar;

XIII – Manter a cota mínima de produção científica, que será estabelecida por meio de ato administrativo regulamentar.

XIV – Os demais candidatos atenderão normativas estabelecidas

5.3 -Do processo seletivo - Para CONTAGEM DE PONTOS E CLASSIFICAÇÃO do *Técnico Administrativo Educacional,* candidatos a vaga de contratos temporários, a Comissão de Atribuição de Classes e/ou Aulas e Regime/Jornada de Trabalho ou conforme tabelas de distribuição de vagas e salário considerado os critérios constantes no Anexo II, deste Edital;

5.3.1 - Para contagem de pontos referente à FORMAÇÃO/TITULAÇÃO deve-se considerar o ponto da maior titulação que o profissional tiver concluído, não sendo permitida a contagem de dois títulos ou mais para o mesmo nível de formação.

5.4 – DOS REQUESITOS:

I. Ter formação de Ensino Médio/Profissionalizado completo, conforme inciso II do Art. 7º da LM 551/2012;

II. **Apresentar o Certificado de conclusão de Ensino Médio/Profissionalizado, acompanhado do Histórico Escolar;**

III. **Declaração de não acúmulo de cargo assinada pelo interessado, apresentar no ato da inscrição, cópia do contrato (CTPS, se privado; Diário que publicou a nomeação se servidor público) ou declaração dos Recursos Humanos do empregador;**

IV. *É vedada a acumulação deste cargo com qualquer outro cargo público estadual, municipal ou federal, independentemente da carga horária*;

V. Documentos pessoais (original e cópia), incluindo cópia do PIS/PASEP;

VII. Estar em dia com o serviço militar;

VIII. Cópia do cartão da conta corrente (pessoal) do Banco do Bradesco;

IX. Comprovante de residência;

X. Certidão Negativa de Antecedentes Criminais do Fórum da Comarca, dos últimos 5 (cinco) anos - (apresentar no ato da contratação);

XI. Atestado médico de sanidade físico e mental (apresentar no ato da contratação).

XII. Declaração de bens (apresentar no ato da contratação).

XIII. Certidão negativa de débitos para com o município de Santa Terezinha-MT (apresentar no ato da contratação).

DA FORMAÇÃO CARGA E HORÁRIA E SALÁRIO PARA TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL.

ANEXO - II

CARGO:	FORMAÇÃO	CLASSE	CH	SALÁRIO
TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZADO	B	30h	1.704,45
	ENSINO MÉDIO NÃO PROFISSIONALIZADO	A	30h	1.363,56

6 - DA CONTRATAÇÃO DO APOIO EDUCACIONAL:

6.1 - Da Entidade Executora da Seleção. A seleção para contratação de **Apoio Educacional Administrativo** será realizada pela Comissão instituída pelo DECRETO DE NÚMERO 1213/GP/2018.

6.1.1 - É vedada a acumulação deste cargo com qualquer outro cargo público estadual, municipal ou federal, independentemente da carga horária;

6.2- Principais Atribuições do Cargo - conforme Art. 8°, II e suas alíneas, da LM n.º 551/2012.

6.2.1 -**Nutrição Escolar** – preparar os alimentos que compõem a merenda, manter a limpeza e a organização do local, dos materiais e dos equipamentos necessários ao refeitório e a cozinha, manter a higiene, a organização e o controle dos insumos utilizados na preparação da merenda e das demais refeições;

6.2.2 - **Manutenção da Infra Estrutura/Limpeza** - limpeza e higienização das unidades escolares, execução de pequenos reparos elétricos, hidráulicos, sanitários e de alvenaria, execução da limpeza das áreas externas incluindo serviços de jardinagem;

6.2.3 - **Motorista do transporte escolar**: conduzir cujas principais atividades são: manutenção dos veículos do transporte escolar como engraxar e lubrificar; verificar os filtros periodicamente; reparos nas partes elétricas dos veículos; substituição e ajuste de peças mecânicas defeituosas ou desgastadas; realizar sob orientação, tarefas mecânicas em geral; providenciar no suprimento de materiais e peças necessárias à execução dos serviços; zelar pela conservação dos equipamentos e instrumentos utilizados; manter o veículo limpo; realizar troca de pneus; executar tarefas afins.

6.3 - Do Processo Seletivo – Para CONTAGEM DE PONTOS/CLASSIFICAÇÃO do candidato a APOIO EDUCACIONAL - função de manutenção da infra-estruturar/limpeza, nutrição escolar, as Comissões de Atribuição de Classes e/ou Aulas e Regime/Jornada de Trabalho, deverão considerar os critérios constantes no Anexo II deste Edital.

6.4 – DOS REQUESITOS

I- Ter formação de Ensino Fundamental completo, conforme inciso I do Art. 7º da LM 551/2015;

II- Apresentar Histórico Escolar ou Atestado de Conclusão do Ensino Fundamental emitido por Instituição de Ensino autorizada;

III- Documentos pessoais, incluindo cópia do PIS/PASEP;

IV- Estar em dia com o serviço militar;

V- Comprovante de Conta Corrente (pessoal) do Banco do Bradesco;

VI- Comprovante de residência;

VII- Declaração de não acúmulo de cargo assinada pelo interessado, ficando vedada a contratação em caso de ocupar outro cargo público;

VIII- Declaração de não parentesco até o 3º grau civil com os gestores da unidade escolar.

IX- Declaração de próprio punho, do interessado de não ter sido penalizado em processo de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar no Serviço Público, com assinatura reconhecida em Cartório, (apresentar no ato da contratação);

X- Certidão negativa de antecedentes criminais do fórum da comarca dos últimos 5 (cinco) anos - (apresentar no ato da contratação);

XI- Atestado médico de sanidade físico e mental (apresentar no ato da contratação).

6.4.1– Requisitos específicos da Área de Atuação:

6.4.1.1. **DA NUTRIÇÃO ESCOLAR**:

a) Cursos específicos na área de limpeza, higienização, organização e controle dos insumos utilizados na alimentação e preparação de alimentos;

6.4.1.2. Manutenção da Infraestrutura**/Limpeza:**

a) Cursos específicos na área de limpeza e higienização, execução de pequenos reparos elétricos, hidráulicos, sanitários, alvenaria e jardinagem.

6.4.1.3. Motorista Manutenção de Transportes:

a) cursos específicos na área de eletricidade de veículos, básico em mecânicas e manutenção de veículos em geral.

DA FORMAÇÃO CARGA HORÁRIA E SALARIO PARA APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL.

ANEXO III

CARGO:	FORMAÇÃO	CLASSE A	CH 30	SALÁRIO
Apoio Administrativo Educacional	Ensino Fundamental Completo	R$ 954,00		

7– DA CONTRATAÇÃO DO MOTORISTA ESCOLAR:

7.1-Da Entidade Executora da Seleção - A seleção para contratação de Motorista Escolar em contratos temporários será realizada pela Comissão do Decreto Nº 1213/GP/2018 de 02 de ABRIL de 2018 e conforme critérios seletivos constantes na ficha de contagem de pontos constante no Anexo deste Edital.

7.2 - Principais funções/atribuições – conforme o artigo 8 da LM n.° 618/2014:

I – executar as atividades relacionadas ao transporte escolar;

III - conhecer e respeitar as normas legais e regulamentares da Educação Municipal e do trânsito;

IV - participar da formação de políticas educacionais nos diversos âmbitos da Educação Básica Municipal;

V - participar de reuniões de trabalho e outras atividades propostas pela UE;

VI - participar de cursos de formação continuada;

VII - zelar pelo fiel cumprimento das normativas pertinente;

VIII - participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade.

IX – Realizar verificações e manutenções básicas dos veículos utilizando equipamentos e dispositivas especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros;

X - vistoriar o veículo, verificando o estado dos pneus, nível de combustível, óleo, água, testar os freios e a parte elétrica;

XI - Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente;

XII – Realizar os registros de ficha de controle de circulação do veículo, bem como o controle de abastecimento e manutenção;

XIII - comunicar a chefia imediata, tão rapidamente quanto possível, qualquer enguiço de ocorrência extraordinária; alteração no funcionamento preventivamente e conhecimento técnico do mesmo;

XIV - ficar responsável pela condução correta do veículo;

XV - estacionar o veículo em local apropriado evitando multas;

XVI - manter a carteira de Habilitação com validade em tempo de uso;

XVII - conduzir veículos com documentação conferindo sua exatidão e validade;

XVIII – Receber o aluno no veículo e orientá-lo quanto aos cuidados com o veículo e ao descer do mesmo;

XIX – Colocar o veículo em movimento somente depois que o aluno estiver devidamente sentado em sua poltrona e com o cinto de segurança colocado corretamente.

7.3 - Dos requisitos:

I - Habilitação em nível de ensino fundamental completo e curso de profissionalização específica;

II – Ter habilitação para dirigir veículos na categoria tipo “D”.

TABELA IV DA FORMAÇÃO, SALARIO CARGA HORÁRIA DE SALARIO PARA MOTORISTAS TRANSPORTE ESCOLAR.

CARGO:	FORMAÇÃO	CLASSE	CH	SALÁRIO
APOIO EDUCACIONAL – MOTORISTA	E. M. COM FORMAÇÃO ESPECÍFICA	B	30h	1.704,45
	E. F. COMPLETO	A	30h	1.363,56

TABELA DE CARGOS E VAGAS PARA POSSÍVEIS CONTRATAÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO ANO LETIVO DE 2018 ANEXO - IV

Nº de Vagas	Cargo/função	Classe	Distribuição	Escolas
15	PROFESSOR	B/A	04	Municipal Dagmar Bastos de Seixas
			04	Municipal São João
			02	Municipal Bom Jesus
			03	Municipal Antônio Rosa
			02	Municipal Lago Grande
04	TAE (EM. DE. INF.)	B/A	04	Creche Municipal
03	AAE – MERENDEIRA		01	Municipal Dagmar Bastos de Seixas
			01	MUNICIPAL BOM JESUS
			01	Creche Municipal
03	AAE-LIMPEZA		01	Municipal Dagmar Basto de Seixas
			01	MUNICIPAL BOM JESUS
			01	Creche Municipal
05	AAE- MOTORISTA		02	Municipal São João /Antônio Rosa
			01	Municipal Dagmar Bastos de Seixas
			00	Municipal Lago Grande
			02	Municipal Bom Jesus

8- DA CLASSIFICAÇÃO/ATRIBUIÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO:

8.1 - A Comissão da Secretaria, instituída pelo Decreto Nº 1213/GP/2018, fará análise dos documentos apresentados pelos candidatos e procederá ao registro da pontuação dos candidatos na ficha de pontuação apresentada pela secretaria, a qual emitirá relatório de pontuação dos inscritos em ordem decrescente, por cargo e/ou função, de ***Professores, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional.***

8.2 - Na ocorrência de empate entre os candidatos, a decisão dar-se-á mediante os critérios:

a) maior escolaridade;

b) maior idade;

8.3 - Divulgar, por ordem de classificação, o nome candidatos a vaga de ***Professores, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional.***

8.3.I Às vagas para contrato temporário, nos termos deste Edital 001/2018/SMEC/STZ, bem como a convocação para o processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime jornada de trabalho, acontecerá de acordo com a disponibilidade de vagas.

I. Divulgar quadro de vagas de classes e/ ou aulas e/ou jornada de trabalho a serem atribuídas;

II. Divulgar o local, a data e o horário em que será realizado o processo de atribuição *de classes e ou/*aulas e/ou jornada de trabalho e demais informações necessárias para o cumprimento do presente Edital;

III. Proceder à publicação da pontuação e do processo de atribuição;

IV. Proceder à atribuição de vagas/aulas livres e/ou em substituição aos profissionais da educação a serem contratados temporariamente por ordem rigorosa de classificação, e em sessão pública;

V. Encaminhar os Profissionais classificados de acordo com as vagas disponíveis ao local de trabalho.

VI. O contrato temporário deverá ser impresso em 03 vias, assinadas pelas partes interessadas, sendo que a 1ª enviada à Prefeitura Municipal (RH), a 2ª fará parte do arquivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e a 3ª ficará sob a guarda do contratado.

9 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

9.1 - A sessão pública para atribuição aos **Professores, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional.**

9.1.1- Considerar para efeito de data inicial do contrato temporário o início das atividades escolares,

9.2 - Para o profissional de contratado temporário para a função de ***Professor, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional.*** que se ausentar da unidade escolar por licença médica (pessoal) superior a 15 dias - deverá dirigir-se ao INSS, munido do atestado médico e requerimento de benefício por incapacidade, para obter licença médica e auxílio-doença (o servidor contratado, assegurado do INSS, pode ter no máximo 15 dias de atestado num prazo de 60 dias e quando os atestados ultrapassarem os 15 dias, deverá solicitar ao INSS, o auxílio-doença – Dec. nº 3.048, de 06.05.99 – DOU 07.05.99, republicado em 12.05.99. A legislação previdenciária não contempla a licença por motivo de doença em pessoa da família para servidor contratado temporariamente).

9.3 – Os profissionais: **Professores, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional,** deverão apresentar-se na unidade escolar para a qual foi atribuído, no prazo máximo de até 24 horas após a sua convocação, para efetivação do exercício da função, sob pena, da vaga ser atribuídas a outro candidato.

9.4. Professor contratado temporariamente com a habilitação prevista na Lei Complementar n° 50/98, nos termos do artigo 10, alínea “a” e “b”, do Decreto nº. 914, de 27/11/2007, receberão subsídios iguais a:

9.4.1 -100% (cem por cento) do subsídio das classes B ou A do cargo de professor, de acordo com sua habilitação, calculada por hora de trabalho, tendo por base a classe e o nível inicial;

9.4.2 - 80 % (oitenta por cento) do subsídio da classe B ou A do cargo de professor, calculada por hora de trabalho, tendo por base o nível inicial, na hipótese dos contratados não preencherem os requisitos exigidos para enquadramento nas classes B ou A.

9.5 - O Técnico Administrativo Educacional contratado temporariamente com a habilitação mínima prevista na Lei Complementar n° 50/98 perceberá subsídio igual a 100% (cem por cento) do subsídio da classe A do cargo de Técnico Administrativo Educacional, tendo por base a classe e o nível inicial, conforme ANEXO VII da LC 315/08.

9.6 -Apoio Administrativo Educacional contratado temporariamente com a habilitação mínima prevista na Lei Complementar n° 50/98, perceberá subsídio igual a 100% (cem por cento) do subsídio das classes A do cargo de Apoio Administrativo Educacional, tendo por base a classe e o nível inicial, conforme ANEXO VIII da LC 315/08.

9.7 - Para efeito de contrato temporário para: **Professores, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional**, será considerado o nível de escolaridade apresentada no ato da assinatura do contrato, conforme estabelece o item 3 deste Edital:

9.7.1 - Em caso do **Professor, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional,** em contratado ter concluído escolaridade de grau diverso, ao decorrer do contrato, não acarretará em destrato e novo contrato, salvo quando ocorrer alteração no quadro de pessoal durante o ano letivo que afete o contratado;

9.7.2 - para efeito de contrato temporário na função de Professor, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional será considerada a escolaridade mínima de ingresso na carreira dos profissionais da educação básica, inerentes a cada cargo, conforme estabelecem os itens 3 e 4 *deste Edital*.

9.8 A rescisão do contrato temporário para os cargos de Professor, Técnico Administrativo Educacional/TAE e Apoio Administrativo Educacional/AAE far-se-á:

Art.17. O contrato do profissional para os cargos temporários a baixos descrito: Professor Técnico Administrativo Educacional/TAE e Apoio Administrativo Educacional/AEE, serão rescindidos no decorrer do ano nas seguintes situações:

I - no caso de nomeação de concursados;

II - a pedido do interessado;

III - quando do retorno do professor, do técnico administrativo educacional e do apoio administrativo educacional em condições de assumir a função do cargo efetivo;

IV - apresentar no bimestre 10 % (dez por cento) ou mais de faltas injustificadas;

V - descumprirem as atribuições legais inerentes aos respectivos cargos;

VI - desempenho nas atribuições de forma insatisfatório;

VII - prática educativa que contrarie as concepções do Projeto Político Pedagógico da escola;

VIII - a título de penalidade, nos termos da legislação pertinente;

IX - geração de subemprego;

X - em caso de junção de turmas;

XI - em caso de remoção do profissional da educação efetivo/estabilizado, fora do período de férias, amparada por lei;

XII - interesse da administração pública;

XIII - quando o professor efetivo ou estabilizado, detentor de aulas adicionais, se afastar por motivo diverso, exceto no caso de licença gestacional e para tratamento de sua própria saúde;

XIV – confirmada a prática de NEPOTISMO, por parte da equipe gestora da unidade escolar e Secretaria Municipal de Educação;

Art. 18. Nas hipóteses previstas nos incisos IV ao IX e XIV, do Artigo 17 desta Portaria, a rescisão do contrato será precedida de sindicância administrativa, garantido o contraditório e a ampla defesa, nos termos do Art. 21 do Decreto n. 914, de 27.11.07.

Art. 19. Fica sob a responsabilidade da equipe gestora a verificação e a comunicação, primeiramente, à Secretaria Municipal de Educação, da ocorrência das situações que constam no artigo 17 e incisa, desta Portaria, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da confirmação do fato.

9.9 - O Professor, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional que no ano de 2017, infringiram os incisos IV, V, VI, VII, VIII, IX e XIV **do Art. 17 da Portaria nº 310/14/GS/Seduc/MT,** com registro e comprovação da Equipe Gestora, estarão impossibilitados de se inscreverem nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

9.10 – Ao professor de contrato temporário, será atribuída, relativa ao exercício de 2018, hora atividade correspondente a hora atividade do professor efetivo.

9.11- de acordo com Lei Municipal N.° 551/2.012 Art. 38. Fica assegurado a todos os professores de contrato temporário o correspondente a 1/3(um terço) de sua jornada semanal para atividades relacionadas com o processo didático-pedagógico que corresponde a cada duas horas trabalhadas uma hora atividade.

9.12 – As pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhe são facultadas pela Lei Complementar Estadual nº. 114/2002, é assegurado o direito de participação no presente processo seletivo, desde que as atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, ficando reservado às mesmas, 10% (dez por cento) das vagas abertas.

9.12.1 – No ato da inscrição o candidato deverá declarar ser pessoa com deficiência, especificá-la, e indicar se deseja concorrer às vagas reservadas. Para tanto, deverá instruir sua inscrição com Laudo Médico (original ou cópia autenticada) atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da deficiência, informando, também, o seu nome, documento de identidade (RG), número do CPF, assinatura e o carimbo indicando o número do CRM do médico responsável por sua emissão.

9.12.2 – Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas condições estabelecidas no artigo 4º do Decreto Federal nº. 3.298/99 e suas alterações e na Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça-STJ (pessoas com visão monocular).

9.12.3 – Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas para candidatos com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, seguindo rigorosamente a ordem de classificação final.

9.13- Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e comissão de atribuição

9.14 - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, para organização do processo seletivo de candidatos a contrato temporário/2017, nas funções de professor, técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional revogado as disposições em contrário.

Santa Terezinha, 04 de ABRIL de 2018.

_____

NILZA ALVES SANTOS RODRIGUES

Presidente da Comissão

ANEXO V FICHA DE INSCRIÇÃO E CONTAGEM DE PONTOS PARA ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS PROFESSOR CONTRATO TEMPORÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE STZ - MT

1. Dados Pessoais:

Nome do Servidor (a): _____ Data Nasc:____/_____/____ End._____nº_____ Compl_____ Bairro:_____ Cidade_____CEP:_____ Tel: Res:_____Cel.:_____ Outro telef. p/contato:_____ e-mail:_____RG:_____ Exp:_____UF:___DT:____/_____/___CPF: _____ **Opção de Escola: ( ) Dagmar Bastos ( ) Bom Jesus ( ) São João ( ) Antônio Rosa ( ) Lago Grande**					
2. POSSUI VINCULO EMPREGATÍCIO? a. ( ) NÃO b. ( ) SIM					
2.1. Preenchimento de caráter obrigatório em caso de possuir outro vinculo:					
TIPO: ( ) PÚBLICO ( ) PRIVADO		JORNADA DE TRABALHO CORRESPONDENTE AO OUTRO VINCULO:_____ Horas / semanais			
3. FORMAÇÃO ESCOLAR/HABILITAÇÃO					
a. HABILITAÇÃO:_____					
4. OPÇÃO DE ATRIBUIÇÃO POR HABILITAÇÃO:					
POR HABILITAÇÃO/DISCIPLINA: ( ) (_____)					
POR UNIDOCÊNCIA: ( ) (_____)					
CRITÉRIOS			**INDICADORES**	**COMPUTO**	**PONTOS**
I. DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação)					
a.	Pós Graduação	Doutorado	8,0 pontos		
		Mestrado	6,0 pontos		
		Especialização (uma)	4,0 pontos		
	Licenciatura	Licenciatura Plena	3,0 pontos		
	Ensino Médio	Magistério	2,0 pontos		
	Professores participantes do Programa Pacto Nacional pela Alfabetização Na Idade Certa com freqüência de 100%.		2,0 pontos		
II -ASSIDUIDADE DA JORNADA DE TRABALHO EM 2017 - não deverão ser consideradas como ausência, as faltas com anuência em Lei Complementar 04/90 e LC 50/98.					
a.	Por participação em 100% das Assembleias da Comunidade Escolar.		1,0 ponto		
b.	Por participação em reuniões pedagógicas.	100%	4,0 pontos		
		75%	2,0 pontos		
III. DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR:					
a. a a.	Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais, com limite máximo de 3,0 pontos, **considerar apenas os últimos 3 anos**		0,5 (meio) ponto para cada 40 horas.		
b.	Publicações Científicas - apresentar cópia da página que conste o parecer do Conselho Editorial e/ou nº do registro ou *carta de aceite*, com limite máximo de 3,0 pontos, **considerar apenas dos últimos 03 anos.**	Livros (completo e/ou capitulo);	1,0 ponto p/cada		
		Artigo completo publicado em periódicos impressos;	0,75 (setenta e cinco) centésimos p/cada certificado		
c.	Comprovação anual, mediante certificado registrado pela instituição promotora do evento, de palestras, minicursos e conferências proferidas na área da educação, c**om limite máximo de 2,0 pontos, considerar apenas dos últimos 03 anos.**		0,25 (vinte e cinco) centésimos p/ certificado.		
d.	Projetos educativos desenvolvidos na escola em coerência com o Projeto Político Pedagógico e com realização devidamente aprovada pelo CDCE, que acontecem fora da jornada de trabalho semanal (30 horas) acompanhado pelo coordenador pedagógico, com duração mínima de um semestre letivo.		2,0 pontos.		
6. PONTUAÇÃO:					
6 . 1. TOTAL DE PONTOS OBTIDO NA FICHA GERAL:					
7-EM CASO DE EMPATE:					
a.	Escolaridade				
b.	Idade				
8-TOTAL DE PONTOS OBTIDOS P/DESEMPATE: **Obs.:** Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02 (duas) casas decimais. Atribuição será de acordo com a classificação em Sessão Pública.					
_____ Assinatura do (a) Professor(a)		_____ Responsável pela Inscrição		_____/____/____ Data	

ANEXO VI

FICHA DE INSCRIÇÃO E CONTAGEM DE PONTOS - REGIME/JORNADA DE TRABALHO DOS TÉCNICOS ADMINISRATIVO EDUCACIONAL CANDITADOS A CONTRATO TEMPORÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE STZ - MT

1. Dados Pessoais:	
Nome do Servidor (a): _____ Data Nascimento: ____/_____/____ End._____ nº _____ Complemento:_____Bairro::_____ Cidade_____CEP:_____ Telefone Residencial: _____ Celular ( ) _____ e-mail: _____ Matrícula: _____ RG: _____Exp:_____UF:_____ Data Exp.:___/___/___CPF: _____ **Escola: CRECHE MUNICIPAL**	
2. POSSUI VINCULO EMPREGATÍCIO? a. ( ) NÃO b. ( ) SIM	
2.1. Preenchimento de caráter obrigatório em caso de possuir outro vinculo:	
TIPO: ( ) PÚBLICO ( ) PRIVADO	JORNADA DE TRABALHO CORRESPONDENTE AO OUTRO VINCULO:_____ Horas / semanais
3. FORMAÇÃO ESCOLAR/HABILITAÇÃO	

a. HABILITAÇÃO:_____						
4. OPÇÃO PARA A FUNÇÃO QUE CONCORRE						
( )	**TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL**					
CRITÉRIOS				**INDICADORES**	**COMPUTO**	**PONTOS**
I - DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO: abrangente a TAE - permitir somente o registro de um item e pontuá-lo						
a.	Pós Graduação	Mestrado/Doutorado		8,0 pontos		
		Especialização		6,0 pontos		
	Ensino Superior	Licenciatura Plena/Bacharel/Tecnólogo		3,0 pontos		
	Ensino Médio	Pro-infantil		2,0 pontos		
		Magistério		2,0 pontos		
		Pro-Funcionário		2,0 pontos		
		Propedêutico		2,0 (um ponto)		
II – ASSIDUIDADE DA JORNADA DE TRABALHO EM 2017 e QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR - não deverão ser consideradas como ausência, as faltas com anuência em Lei Complementar 04/90 e LC 50/98.						
b.	Por participação em reuniões pedagógicas/administrativa		100%	4,0 pontos		
			75%	2,0 pontos		
III . DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR - considerar os últimos 3 anos						
a.	Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais - com limite máximo de 3,0 pontos, **considerar apenas dos últimos 03 anos.**			0,5 (meio) ponto para cada 40 (quarenta) horas.		
b	Publicações Científicas - apresentar cópia da página que conste o parecer do Conselho Editorial, nº do registro ou *carta de aceite,* com limite máximo de 1,0 pontos, **considerar apenas dos últimos 03 anos.**			1,0 ponto p/cada trabalho		
a. j c.	Comprovação anual, mediante certificado registrado pela instituição promotora do evento, de palestras, minicursos e conferências proferidas na área da educação, **com limite máximo de 2,0 pontos, considerar apenas dos últimos 03 anos.**			0,25 (vinte e cinco) centésimos p/ certificado		
6. PONTUAÇÃO:						
6. 1. TOTAL DE PONTOS OBTIDO NA FICHA GERAL:						
7. EM CASO DE EMPATE:						
a.	Escolaridade.					
d.	Idade.					
8. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS P/DESEMPATE: Obs.: - Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02(duas) casas decimais. - Atribuição será de acordo com a classificação em Sessão Pública.						
Assinatura do (a) Servidor(a)		Responsável pela Inscrição			Data _____/____/____	

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

Por este instrumento administrativo de rescisão unilateral, o MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 15.031.669.0001-18, com sede na Rua 25 s/n, centro, nesta cidade, neste ato representado por seu prefeito, Sr. EUCLÉSIO JOSÉ FERRETTO, brasileiro, casado, Comerciante, portador da Cédula de Identidade CI nº 3028554412, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob o nº 405.119.010-20, residente e domiciliado na Av. Padre Francisco Jentel nº. 495, centro Santa Terezinha-MT, considerando as irregularidades na execução da obra, detectadas em vistorias realizadas pelo engenheiro da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha, atinente ao processo licitatório 005/2014, modalidade tomada de preço, que teve por objeto a contratação de empresa especializada nos serviços de execução das obras, para construção de uma escola com 02 (duas) salas de aula no distrito de Antônio Rosa, zona rural deste município, conforme Projeto Básico e Especificações Técnicas constante no referido processo licitatório, sendo o certame homologado e adjudicado em nome da pessoa jurídica CONSTRUTORA BARROS LTDA-ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica sob o nº

17.684.502/0001-81, inscrição estadual 13.477.673-9, estabelecida a Rua Sessenta e um s/n Bairro Setor Oeste na cidade de Vila Rica-MT, consoante ao contrato administrativo n. 62/2014, com fulcro no art. 78, V, parágrafo único cumulado ao art. 79, I, ambos da Lei 8.666/1993, expõe as seguintes razões:

CONSIDERANDO, que a empresa contratada não concluiu a obra no prazo pactuado no contrato;

CONSIDERANDO, que a obra encontra-se paralisada desde a data de 01/11/2016.

CONSIDERANDO ainda, que foram detectadas várias irregularidade na execução da obra, apontadas tanto pelo fiscal do FNDE, confirmada posteriormente pelo engenheiro da prefeitura;

CONSIDERANDO, que a paralização da obra tem causado prejuízo á Administração Pública, e por diversas vezes a mesma tentou, sem sucesso, convencer a contratada a dar continuidade na obra.

RESOLVE:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Rescindir unilateralmente o Contrato n? 62/2014, e seus termos Aditivos, que teve por objeto a Construção de uma escola com 02 (duas) salas de aula no distrito do Antônio Rosa na zona rural do Município de Santa Terezinha, vinculado ao certame licitatório na modalidade tomada de preço 005/2014, celebrado entre o MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-MT e pessoa jurídica CONSTRUTORA BARROS LTDA-ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica sob o nº

17.684.502/0001-81, inscrição estadual 13.477.673-9, estabelecida a Rua Sessenta e um s/n Bairro Setor Oeste na cidade de Vila Rica-MT, representada por seu diretor RAIMUNDO BARROS DE COELHO, brasileiro casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 676.602 SSP/DF, inscrito no cadastro nacional de pessoas naturais sob o nº 215.110.041-34, residente e domiciliado à rua sessenta e um s/n na cidade de Vila Rica, estado de Mato Grosso, com fulcro no art. 78, I, II, e V, cumulado ao art. 79, I, ambos da Lei 8.666/1993.

PARÁGRAFO ÚNICO – Pelo presente instrumento de distrato unilateral, por razões de interesse público e de alta relevância e amplo conhecimento, esposadas nas considerações do preâmbulo do presente instrumento, fica como a sua eficácia convalidada a contar da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso;

.

CLÁUSULA SEGUNDA – Referendado pelo que dispõe a cláusula primeira, revogam-se as disposições em contrário, considerando extintas as obrigações assumidas e convencionadas no contrato 062/2014, bem como seus Termos Aditivos, originário da licitação 05/2014modalidade tomada de preço, sem prejuízo de que seja assegurado e garantido o exercício do contraditório e da ampla defesa (art. 78, parágrafo único cumulado ao art. 109, inciso I, alínea e, ambos da lei n. 8.666/1993) quando da ciência do presente instrumento.

Subscreve o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito, em presença das testemunhas abaixo.

Santa Terezinha-MT., em 04 de abril de 2.018.

EUCLÉSIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal.

TESTEMUNHAS:

Renato Volgango Silveira Rocha

RG- 1673543-9 _____

Admilson dos Santos Gomes

RG- 1454315-0 _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

SETOR DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGAO 009-2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL, 155- CENTRO- SANTO AFONSO–MT

RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2018

OBJETO DO PREGÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT

A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Santo Afonso–MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade **Pregão Presencial Registro de Preço nº 009/2018** do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cuja abertura ocorreu **aos 05/04/2018 às 09h00min** horas, na sede da Prefeitura Municipal de Santo Afonso/MT, sagrou-se vencedora as empresas: **ADERACI NERES DE SOUZA – ME**, inscrita no CNPJ: 08.291.516/0001-44,**1ªclassificada nos itens: 01,02,03 e 04**. com o valor **total de R$-92.923,60 (noventa e dois mil novecentos e vinte e três reais e sessenta centavos).** E a empresa **SUPERMERCADO SANTO AFONSO LTDA–ME,** inscrito no CNPJ: 14.610.106/0001-11**, 1ª classificada nos itens 05 a 65,** com o valor **total de R$- 233.665,20 (duzentos e trinta e três mil seiscentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos).**

SANTO AFONSO-MT, em 05 de abril de 2018.

MICHELE GUEDES RODRIGUES

Pregoeira Oficial

SETOR DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DA DATA DE ABERTURA DO PREGAO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO 010/2018

RETIFICAÇÃO DO EDITAL RESUMIDO

AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.º 010/2018-COM REGISTRO DE PREÇO

A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Santo Afonso–MT, torna público aos interessados a **RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL RESUMIDO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-M**, no JORNAL OFICIAL DOS MUNICÍPIOS - AMM, na data 26 de março de 2018, pag.242 e 243, **ONDE SE LÊ:**

no **DIA 04 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09h00m (horário local)**,

PASSA SE A LER:

no **DIA 18 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09h00m (horário local)**,

SANTO AFONSO – MT, 05 DE ABRIL DE 2018.

MICHELE GUEDES RODRIGUES

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 10/GP/2018

DECRETO nº 10/GP/2018

Dispõe sobre a regulamentação do regulamento de inspeção industrial e sanitária dos Produtos de Origem Animal para o Serviço de Inspeção Municipal no Município de Santo Antônio de Leverger e dá outras providências.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO, Prefeito Municipal de Santo Antônio de Leverger, no uso de suas atribuições legais, e.

Considerando o que dispõe a Lei Complementar de nº 954 de 25 de junho de 2007, em seu art. 10,

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a Lei Complementar de nº 954, de 25 de junho de 2007, que criou o Serviço de Inspeção e Fiscalização dos Produtos e Subprodutos de Origem Animal do Município de Santo Antônio de Leverger e que será executada de acordo com os Procedimentos do Regulamento, em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, “Marechal Rondon”, em Santo Antônio de Leverger 19 de fevereiro de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

REGULAMENTO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL DE PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regulamento estabelece as normas que regulam, em todo território do município de Santo Antônio de Leverger, a inspeção e a fiscalização Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal, destinada a preservar a inocuidade, identidade a qualidade e a integridade dos produtos e a saúde e os interesses do consumidor,

Art. 2º Os princípios a serem seguidos no presente regulamento são:

I - Promover a preservação da saúde humana e do meio ambiente e, ao mesmo tempo, que não implique obstáculo para instalação e legalização da agroindústria rural de pequeno porte;

II-Ter o foco de atuação na qualidade sanitária dos produtos finais;

III- promover o processo educativo permanente e contínuo para todos os atores da cadeia produtiva, estabelecendo a democratização do serviço e assegurando a máxima participação do governo, da sociedade civil, de agroindústrias, dos consumidores e das comunidades técnica e científica nos sistema de inspeção.

Art. 3º Ficam sujeitos à inspeção e a fiscalização prevista neste regulamento os animais destinados ao abate, á carne e seus derivados, o pescado e seus derivados, o leite e seus derivados, os ovos e seus derivados, os produtos das abelhas e seus derivados.

§ 1º A inspeção e a fiscalização a que se refere o caput deste artigo abrangem, sob o ponto de vista industrial e sanitário, a inspeção ante e post mortem dos animais, a recepção, manipulação, beneficiamento (transformação), industrialização (elaboração), fracionamento (preparo), conservação, acondicionamento, embalagem, rotulagem, armazenamento, expedição, e trânsito de qualquer matéria-prima e produto de origem animal, adicionados ou não de vegetais, destinados ou não a alimentação humana.

§ 2º A inspeção e a fiscalização abrangem também os produtos afins, tais como: coagulantes, fermentos e outros usados na indústria de produtos de origem animal.

Art. 4º A inspeção a que se refere o artigo anterior é privativa do serviço de inspeção municipal - S.I.M./Santo Antônio de Leverger, vinculada a Secretaria Municipal De Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente e Regularização Fundiária (SMDSMARF) do município de Santo Antônio de Leverger, sempre que se tratar de produtos e subprodutos destinados ao comércio municipal.

§ 1º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente e Regularização Fundiária do município de Santo Antônio de Leverger, poderá estabelecer parcerias e cooperação técnica com municípios, Estado de Mato Grosso e a União, poderá também participar de consórcio de municípios para facilitar o desenvolvimento de atividades e para execução do Serviço de Inspeção Sanitária em conjunto com outros municípios, bem como ainda solicitar a adesão ao Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar e de Pequeno Porte do Estado de Mato Grosso- SUSAF/MT.

§ 2º Após a adesão do SIM/ Santo Antônio de Leverger ao SUSAF/MT, será permitido à comercialização no âmbito do território do Estado de Mato Grosso dos produtos de origem da agricultura familiar e de pequeno porte, conforme legislação.

§ 3º A fiscalização sanitária refere-se ao controle sanitário dos produtos de origem animal, após a etapa de elaboração, compreendido na armazenagem no transporte, nadistribuição e na comercializaçãoaté o consumo final, será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santo Antônio de Leverger, através dos fiscais sanitários em conjunto com a Secretária Municipal de Obras, através dos fiscais de postura, incluídos restaurantes, pizzaria, padarias, bares e similares em conformidade ao estabelecido na lei municipal n. 433/90, que institui o código de posturas do município de Santo Antônio de Leverger – MT, e estabelecido na lei municipal n. 954/07 que autoriza o poder executivo municipal a criar o serviço de inspeção e fiscalização dos produtos e subprodutos de origem animal, vegetal e pescado do município de Santo Antônio de Leverger – MT.

§ 4º A inspeção e fiscalização sanitária serão desenvolvidas em sintonia, evitando superposições, paralelismo e duplicidade de inspeção e fiscalização sanitárias entre os órgãos responsáveis pelos serviços.

Art. 5º As ações do SIM contemplam as seguintes atribuições:

I- Coordenar e executar as atividades de inspeção e fiscalização industrial e sanitária dos estabelecimentos registrados ou relacionados, de produtos e origem animais comestíveis ou não de seus derivados. II- Fiscalizar, inspecionar e normatizar, sob ponto de vista higiênico-sanitário, a qualidade e as condições técnicos-sanitárias dos estabelecimentos responsáveis pela produção, manipulação, beneficiamento, acondicionamento, armazenamento, transporte e distribuição dos produtos; III- Verificar a aplicação dos preceitos do bem-estar animal e executar as atividades de inspeção ante e post mortem de animais de abate; IV- Manter disponíveis registros nosográficose estatísticas de produção e comercialização dos produtos de origem animal; V- Elaborar as normas complementares para a execução das ações de inspeção, fiscalização, registro, relacionamento e habilitação do estabelecimento , bem como registro, classificação, tipificação, padronização e certificação sanitárias dos produtos de origem animal; VI- Verificar a implantação e execução dos programas de autocontrole dos estabelecimentos registrados ou relacionados; VII- Coordenar e executar os programas de análises laboratoriais para monitoramento e verificação da identidade, qualidade e inocuidade dos produtos de origem animal; VIII- Executar o programa de controle de resíduos de produtos de uso veterinários e contaminantes em produtos de origem animal; IX- Elaborar e executar programas de combate á fraude nos produtos de origem animal; X- Verificar os controles de rastreabilidades dos animais, matérias-primas, ingredientes e produtos ao longo da cadeia produtiva dos estabelecimentos registrados no SIM/ SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER; XI- Elaborar programas e planos complementares ás ações de inspeção e fiscalização.

Art. 6º O presente regulamento e demais atos complementares que venham a ser expedidos devem ser executados em todo território municipal.

.**Art. 7º** A Inspeção Municipal, depois de instalada, pode ser executada de forma permanente ou periódica.

§ 1º A inspeção deve ser executada de forma permanente nos estabelecimentode carnes e derivados que abatem e industrializem diferentes espécies de animais.

§ 2º Nos demais estabelecimentos que constam neste regulamento a inspeção será de forma periódica, inclusive os estabelecimentos que recebem carnes in natura de estabelecimentos de outros municípios, sob S.I.S.E ou S.I.F e de outros estabelecimentos sob S.I.M no município de Santo Antônio de Leverger-MT.

I- Os estabelecimentos com inspeção periódica terão a frequência de execução de inspeção estabelecida em normas complementares expedidos por autoridades competente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente e Regularização Fundiária (SMDSMARF) de Santo Antônio de Leverger, considerando riscos de diferentes produtos e processos envolvidos, o resultado da avaliação dos controles dos processos de produção e do desempenho de cada estabelecimento, em função ada implementação dos programas de autocontrole.

Art. 8º A inspeção industrial e higiênico-sanitária de produtos de origem animal abrange os seguintes procedimentos:

I – A inspeção ante e post- mortem das diferentes espécies de animais;

II – A verificação dos programas de autocontrole dos estabelecimentos dirigido ao atendimento do regulamento técnico de identidade e qualidade do produto específico;;

III – A verificação do rótulo ou rotulagem dos produtos destinados á venda;

IV – A verificação dos resultados dos exames microbiológico, histológico, toxicológicos, físico-químicos ou sensoriais e das respectivas práticas laboratoriais aplicadas nos laboratórios próprios ou conveniados dos estabelecimentos inspecionados, utilizados na verificação da conformidade dos seus processos de produção;

V – A verificação dos controles de resíduos de produtos veterinários e contaminantes ambientais utilizados pelos estabelecimentos industriais;

VI – A verificação das informações inerentes ao setor primário com implicações na saúde animal, ou na saúde pública;

VII – A verificação do bem-estar animal no carregamento antes e durante o transporte, na quarentena, e no abate.

Art. 9º A concessão de inspeção pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente e Regularização Fundiária (SMDSMARF) de Santo Antônio de Leverger, através do S.I.M – Santo Antônio de Leverger isenta o estabelecimento de qualquer outra fiscalização industrial ou sanitária federal, estadual ou municipal para produtos de origem animal.

Art. 10º Os servidores incumbidos da execução do presente regulamento terão carteira de identidade pessoal e funcional fornecida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger, da qual constarão, além da denominação do órgão, números de ordem, nome, fotografia, impressão, cargo, data de expedição digital e período de validade.

Parágrafo único: Os servidores a que se refere o presente artigo, no exercício das suas funções, ficam obrigados a exibir a carteira funcional quando convidados a se identificarem.

Art. 11º Para fins deste regulamento são adotadas as seguintes definições:

I- **Análise de Controle**: análise efetuada pelo estabelecimento para controle de processos e monitoramento das qualidades das matérias-primas, ingredientes e produtos; II- **Análise Fiscal**: análise efetuada por laboratório de controle oficial ou laboratório credenciado pela autoridade sanitária competente em amostras colhidas pela Inspeção Municipal. III- **Análise Pericial**: análise laboratorial realizada a partir da amostra oficial de contraprova quando o resultado da amostra de fiscalização for contestado por partes envolvidas, para assegurar amplo direito de defesa ao interessado ou de amostras colhidas em caso de denúncias, ou problemas endêmicos constatados a partir da fiscalização no município. IV- **Animais Exóticos:** todos aqueles pertencentes asespécie da fauna exótica, criados em cativeiro, cuja distribuição geográfica não inclui o território brasileiro, aquelas introduzidas pelo homem, inclusive doméstica em estado asselvajado, e também aquelas que tenham sido introduzidas fora das fronteiras brasileiras e das suas águas jurisdicionais brasileiras. V- **Animais silvestres:**todo aquele pertencente ás espécies das faunas silvestres, nativas, migratórias e quaisquer outras aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte do seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro ou das águas jurisdicionais brasileiras; VI- **Auditoria**: procedimento de fiscalização realizado sistematicamente por equipe designada pelo S.I.M – Santo Antônio de Leverger, funcionalmente independente para avaliar a conformidades dos procedimentos técnicos e administrativos da inspeção oficial e do estabelecimento; VII- **Boas Práticas de Fabricação**: Condições e procedimentos higiênico-sanitários e operacionais sistematizados e aplicados em todo fluxo de produção, com objetivo de garantir a qualidade, conformidade e inocuidade dos produtos de origem animal, incluindo atividades e controles complementares; VIII- **Casa Atacadista**: Estabelecimento que não realiza qualquer atividade de manipulação de produtos de origem animal, recebendo-os devidamente acondicionados e rotulados. IX- **Desinfecção**: Procedimento que consiste na eliminação de agentes infecciosos por meio de tratamentos físicos, biológicos ou agentes químicos; X- **Embalagem**: Invólucro, recipiente, envoltório ou qualquer forma de acondicionamento, removível ou não, destinado a conter, acondicionar, cobrir, empacotar, envasar, proteger ou garantir a proteção e conservação de seu conteúdo e facilitar o transporte e manuseio dos produtos. XI- **Entreposto de produtos de origem animal**: Estabelecimento destinado ao recebimento, manipulação, guarda, conservação, acondicionamento e distribuição de produtos de origem animal e seus subprodutos, frescos ou frigorificados dispondo ou não de dependências anexas para industrialização, de acordo com os termos exigidos por este regulamento. XII- **Estabelecimento de produto de origem animal**: Qualquer instalação, local ou dependência, incluídas suas máquinas, equipamentos e utensílios, no qual são produzidas as matérias-primasou são abatidos animais de açougue, bem como onde são recebidos, manipulados, beneficiados, elaborados, preparados, transformados, envasados, acondicionados, embalados, rotulados, depositados e industrializados, com a finalidade comercial ou industrial, os produtos e subprodutos derivados, comestíveis ou não, de carne, leite, produtos apícolas, do ovo e do pescado. XIII- **Equivalência de sistemas de inspeção**: estado no qual as medidas de inspeção higiênico-sanitárias e tecnológicas aplicadas por diferentes sistemas de inspeção ainda que não sejam iguais as medidas aplicadas por outro serviço de inspeção, permitem alcançar os mesmos objetivos de inocuidade e qualidade dos produtos, na inspeção e fiscalização estabelecidas neste regulamento e de acordo com o SUSAF/MT. XIV- **Fiscalização:** Procedimento privativo oficial, com poder de polícia, exercido pela autoridade sanitária competente, junto ou indiretamente aos estabelecimentos de produtos de origem animal; com o objetivo de verificar o atendimento aos procedimentos de inspeção, aos requisitos previstos no presente regulamento e em normas complementares; XV- **Higienização**: Procedimento que consiste na execução de duas etapas distintas, limpeza e sanitização; XVI- **Inspeção**: Atividade de fiscalização executada pela autoridade sanitária competente junto ao estabelecimento, que consiste no exame de animais, das matérias-primas e dos produtos de origem animal; na verificação do comprimento dos programas de autocontrole, suas adequações ás operações industriaise os requisitos necessários á sua implementação; na verificação da rastreabilidade, dos requisitos relativos aos aspectos higiênico-sanitários e tecnológicos inerentes aos processos produtivos; na verificação dos requisitos sanitários na exportação e importação de produtos de origem animal; na certificação sanitária, na execução de procedimentos administrativos e na verificação de demaisinstrumentos de avaliação do processo relacionados com a segurança alimentar, qualidade e integridade econômica, visando o cumprimento do disposto presente regulamento e em normas complementares; XVII- **Laboratório de Controle Oficial**: Laboratórios credenciados ao INDEA/MT, público ou privado conveniados com os serviços de inspeção equivalentes para realizar análises, por método oficial, visando atender as demandas dos controles oficiais; XVIII- **Legislação Específica**: Atos Normativos emitidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente e Regularização Fundiária- SMDSMARF-Santo Antônio de Leverger), ou por órgãos oficiais e responsáveis pela legislação de alimentos e correlatas; XIX- **Limpeza**: Remoção física de resíduos orgânicos, inorgânicos ou outro material indesejável das superfícies das instalações, equipamentos e utensílios; XX- **Memorial Descritivo:**Documento que descreve, conforme os casos das instalações, equipamentos, procedimentos, processos ou produtos relacionados aos produtos de origem animal; XXI- **Norma Complementar:** Ato normativo emitido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente e Regularização Fundiária- Santo Antônio de Leverger, contendo diretrizes técnicas ou administrativas a serem executadas durante as atividades de inspeção e fiscalização junto aos estabelecimentos trânsito de origem animal, respeitadas as competências específicas; XXII- **Padrão de Identidade:** conjunto de parâmetros que permite identificar um produto de origem animal quanto á sua origem geográfica, natureza, característica sensorial, composição, tipo ou modo de processamento ou modo de apresentação; XXIII- **Parceria:** Designa todas as formas de ligação societária que, sem formar uma nova pessoa jurídica, são organizadas entre os setores públicos e privado e entre si colaboram no âmbito social, técnico e econômico visando a consecução de fins de interesse público; XXIV- **Procedimento Padrão de Higiene Operacional**: Procedimentos descritos, implantados e monitorados, visando estabelecer a forma rotineira pela qual o estabelecimento industrial evita a contaminação direta ou cruzada do produto, preservando a sua qualidade e integridade, por meio da higieneantes, durante e depois das operações industriais; XXV- **Produto de Origem Animal:** Aquele obtido total ou predominantemente a partir de matérias-primas comestíveis ou não, procedentes das diferentes espécies animais, podendo ser adicionado de ingredientes de origem vegetal e mineral, aditivos e demais substâncias permitidas pela autoridade competente; XXVI- **Produto de Origem Animal Comestível**: Produto de Origem Animal destinado ao consumo humano; XXVII- **Produto de Origem animal não comestível:** Produto de origem animal não destinado ao consumo humano; XXVIII- **Produto Processado**: Produto de origem animal que sofreu algum beneficiamento; XXIX- **Programas de autocontrole**: programas desenvolvidos, implantados, mantidos e monitorados pelo estabelecimento, visando assegurar a inocuidade, a qualidade e a integridade dos seus produtos, que incluem boas práticas de fabricação, procedimentos padrões de higiene operacional, programas equivalentes reconhecidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente e Regularização Fundiária (SMDSMARF) de Santo Antônio de

Leverger; XXX- **Qualidade:** Conjunto de parâmetros mensuráveis (físicos, químicos, microbiológicos e sensoriais) que permite caracterizar as especificações de um produto de origem animal em relação a um padrão desejável ou definido em legislação específica, quanto aos seus fatores intrínsecos e extrínsecos, higiênico-sanitários e ecológicos; XXXI- **Rastreabilidade:** Capacidade de detectar no produto final a sua origem e de seguir o rastro da matéria-prima e produtos de origem animal, de um alimento para animais, de um animal produtor de alimentos ou de uma substância a ser incorporada em produtos de origem animal, ou em alimentos para animais ou com a probabilidade de o ser ao longo de todas as fases de produção, transformação e distribuição; **XXXII- Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade:** Documento emitido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente e Regularização Fundiária de Santo Antônio de Leverger, mediante ato normativo, com o objetivo de fixar a identidade e as características e padrões mínimos para a qualidade que os produtos de origem animal devem atender. XXXIII- **Reinspeção**: É o ato de verificar mediante avaliação das condições sensoriais, físico-química ou microbiológicas, se uma matéria-prima ou produto previamente inspecionado, estão em conformidade com os padrões regulamentares e encontram-se aptos para o consumo humano; XXXIV- **Responsável Técnico**: Profissional que tenha diploma de curso de Medicina Veterinária reconhecido pelo MEC e inscrito no Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Mato Grosso (CRMV/MT); XXXV- **Registro**: Ato administrativo de inscrição do estabelecimento de produtos de origem animal no órgão competente de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, privativo do poder público, formalizado pelo título de registro autorizando seu funcionamento; XXXVI- **Rotulagem**: ato de identificação impressa ou litografada, bem como dizeres ou figuras pintadas ou gravadas a fogo ou á tinta, por de calque, aplicado sobre sua embalagem ou de qualquer tipo de protetor de embalagem, incluindo etiquetas, carimbos e folhetos;

XXXVII-**Sanitização:** Aplicação de agentes químicos, biológicos ou de métodos físicos nas superfícies das instalações, equipamentos e utensílios, posteriormente aos procedimentos de limpeza, visando assegurar um nível de higiene microbiologicamente aceitável;

XXXVIII-S

Art. 12. A inspeção industrial e sanitária de produtos e subprodutos de origem animale vegetal a cargo do S.I.M./ Santo Antônio de Leverger abrange:

I - a higiene geral dos estabelecimentos registrados;

II - a captação, depósito, tratamento, distribuição e escoamento de água de abastecimento, bem como a capicoação, distribuição e escoamento das águas residuais;

III - o funcionamento do estabelecimento;

IV - exame "ante" e "post-mortem" dos animais de açougue;

V - as fases de recebimento, elaboração, manipulação, preparam acondicionamento, conservação, expedição e depósito de todos os produtos e subprodutos de origem animal e suas matérias-primas, adicionadas ou não de vegetais;

VI - a embalagem e rotulagem de produtos e subprodutos;

VII - a classificação de produtos e subprodutos de acordo com os tipos padrões previstos neste Regulamento ou fórmulas aprovadas;

VIII - os exames microbiológicos, histopatológicos, físicos e químicos das matérias-primas, produtos e subprodutos, que para validação oficial deverão ser solicitados, coletados e analisados exclusivamente pelo serviço oficial ou laboratório credenciado;

IX - as matérias-primas nas fontes produtoras e intermediárias.

Art. 13. Os estabelecimentos registrados que preparem subprodutos não destinados à alimentação humana só podem receber matérias-primas, quando acompanhados de documento sanitário de trânsito, seja federal ou estadual ou de certificado de inspeção sanitária animal (C.I.S. - modelo E), emitidas pelos médicos veterinários do Município.

Art. 14. Os servidores incumbidos da execução do presente Regulamento terão carteira de identidade pessoal e funcional fornecida pela Prefeitura Municipal de Cuiabá, da qual constarão, além da denominação do órgão, números de ordem, nome, fotografia, impressão digital, cargo, data de expedição e período de validade.

Parágrafo único. Os servidores a que se refere o presente artigo, no exercício das suas funções, ficam obrigados a exibir a carteira funcional quando convidados a se identificarem.

CAPÍTULO II

- CLASSIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 15. A classificação dos estabelecimentos de produtos e subprodutos de origem animal abrange:

I - os de carnes e derivados;

II - os de leite e derivados;

III - os de pescado e derivados;

IV - os de ovos e derivados;

V - os de mel e cera de abelhas e seus derivados;

VI - os de coalho e coagulantes;

VII - as casas atacadistas de produtos de origem animal.

Parágrafo único. A simples designação "estabelecimento" abrange todos os tipos e modalidades de estabelecimentos previstos na classificação do presente Regulamento.

REGISTRO E TRANSFERÊNCIA DE ESTABELECIMENTOS

Art. 16. Nenhum estabelecimento está autorizado a realizar comércio municipal com produtos e subprodutos de origem animal, sem estar registrado no S.I.M./SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, S.I.S.E./MT ou S.I.F./MT.

Art. 17. Estão sujeitos a registros obrigatórios os seguintes estabelecimentos:

I - abatedouros-frigoríficos de bovinos, suínos, aves, coelhos, caprinos, ovinos e demais espécies devidamente aprovados para abate, fábricas de conservas, fábricas de produtos gordurosos, entrepostos de carnes e derivados e fábricas de produtos e subprodutos de origem animais não comestíveis;

II - usinas de beneficiamento de leite, fábricas de laticínios, entrepostos de laticínios, postos de refrigeração e fazendas leiteiras;

III - entrepostos de pescado e fábrica de conservas de pescado;

IV - entrepostos de ovos e fábricas de conservas de ovos;

V - entrepostos de mel e cera de abelhas;

VI - fábrica de coalhos e coagulantes.

Art. 18. O registro será requerido ao S.I.M./SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, instruindo o processo com os seguintes documentos:

I - Requerimento ao secretário da SMDSMARF solicitando registro;

II - Cópia do registro da empresa, na junta comercial do Estado;

III - Cópia da Inscrição Estadual e Municipal;

IV - Cópia do alvará Municipal;

V - Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

VI - Cópia do registro da empresa no C.R.M.V./MT;

VII - Cópia do Contrato Social, documento e dados pessoais dos sócios e comprovantes de endereço da pessoa jurídica e física;

VIII - Memoriais descritivos, com informes de interesse econômico-sanitários de acordo com modelo fornecido pelo S.I.M./SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER através da Coordenadoria de Inspeção Sanitária de Produtos de Origem Animal (C.I.S.P.O.A.);

IX - Licença de localização emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente SEMA., permitindo a construção da indústria no local indicado;

X - Plantas do estabelecimento, compreendendo:

a) Planta baixa de cada pavimento, com descrição do fluxo de produção e locomoção de equipamentos, na escala de 1:100 (um para cem);

b) Planta de situação, contendo descrição sobre rede de esgoto, abastecimento de água, posição da construção em relação às vias públicas e alinhamento do terreno, orientação, localização das partes dos prédios vizinhos construídos sobre as divisas do terreno, em escala de 1:500 (um para quinhentos);

c) Planta da fachada e cortes longitudinal e transversal na escala mínima de 1:50 (um para cinqüenta);

d) Detalhes de aparelhagens e instalações quando exigidos, na escala de 1:10 (um para dez);

e) Na confecção das plantas serão obedecidas as seguintes convenções:

1. nos estabelecimentos novos, cor preta.

2. nos estabelecimentos a reconstruir, ampliar ou remodelar:

2.1. cor preta para as partes a serem conservadas;

2.2. cor vermelha, para as partes a serem construídas;

2.3. cor amarela, para as partes a serem demolidas.

Art. 19. Os projetos de que trata o artigo anterior devem ser apresentados em 2 (duas) vias, podendo ser em cópia heliográfica, devidamente datadas e assinadas por profissional habilitado, com as indicações exigidas pela legislação vigente.

Art. 20. É aconselhável para evitar despesas, que os interessados ao solicitarem registro, façam apresentação dos documentos citados nos artigos anteriores, em apenas uma via, para estudo preliminar.

Parágrafo único. Para estudo preliminar, poderão ser aceitos croquis ou desenhos em substituição às plantas citadas nos artigos anteriores.

Art. 21. Para a construção de estabelecimentos, é obrigatório:

I - Licença de localização emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano - S.M.A.D.E.S., ou autorização ambiental específica no caso de produtos "Sabor da Roça";

II - O exame prévio do terreno, realizado de acordo com instruções baixadas pelo S.I.M./SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER;

III - Apresentação dos projetos das respectivas construções, nas escalas e cores previstas neste regulamento, acompanhados dos memoriais descritivos das obras a realizar, material a empregar e equipamentos a instalar.

Parágrafo único. O pedido de aprovação prévia do terreno deve ser instruído com laudo de inspeção fornecido por servidor do S.I.M./SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER exigindo-se conforme a finalidade, a planta detalhada de toda a área.

Art. 22. Os projetos dos novos estabelecimentos, dos já construídos ou em funcionamento deverão ser submetidos à prévia análise na CISPOA, para adequação ou não, antes da concessão do Registro.

Art. 23. Qualquer ampliação, remodelagem ou construção nos estabelecimentos registrados, tanto de suas dependências como instalações, só pode ser feita após aprovação prévia dos projetos pelo S.I.M./SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, através da CISPOA.

Art. 24. Nos estabelecimentos de produtos e subprodutos de origem animal destinado à alimentação humana, é considerada básica, para efeito de registro, a apresentação prévia de boletim oficial de exame da água de abastecimento, fornecido pelo órgão oficial da União, do Estado ou do Município, que deve se enquadrar nos padrões microbiológicos, químicos e físicos seguintes:

I - não demonstrar, na contagem padrão em placas, mais de 500 (quinhentas) Unidades Formadoras de Colônias (UFC);

II - não demonstrar, no teste de determinação do Número Mais Provável (NMP) de coliformes, maior número de germes do que os fixados pelos padrões para 3 (três) tubos positivos na série de 10 ml (dez mililitros) e 3 (três) tubos negativos nas séries de 1 ml (um mililitro) e 0,1 (um décimo de mililitro) da amostra;

III - a água deve ser límpida, incolor, sem cheiro e de sabor próprio, agradável;

IV - não conter mais de 500 (quinhentas) partes por milhão de sólidos totais;

V - conter no máximo 0,005 g (cinco miligramas) por litro, de nitrogênio amoniacal;

VI - ausência de nitrogênio nitroso e sulfídrico;

VII - no máximo 0,002 g (dois miligramas) de nitrogênio nítrico por litro;

VIII - no máximo 0,002 g (dois miligramas) de matéria orgânica por litro;

IX - grau de dureza inferior a 20 (vinte) mg/l;

X - chumbo, menos de 0,1 (um décimo) de parte por milhão;

XI - cobre, menos de 3 (três) partes por milhão;

XII - zinco, menos de 15 (quinze) partes por milhão;

XIII - cloro livre, máximo 1 (uma) parte por milhão, quando se tratar de águas cloradas, e cloro residual mínimo de 0,05 (cinco centésimos) partes por milhão;

XIV - arsênico, menos de 0,05 (cinco centésimos) partes por milhão;

XV - fluoretos, máximo de 1 (uma) parte por milhão;

XVI - selênio, máximo de 0,05 (cinco centésimos) partes por milhão;

XVII - magnésio, máximo de 0,03 (três centésimos) partes por milhão;

XVIII - sulfatos, no máximo 0,010 mg (dez miligramas) por litro;

XIX - componentes fenólicos, no máximo 0,001 (uma milionésima) parte por milhão.

§ 1º Quando as águas revelaram mais de 500 (quinhentas) UFC por mililitros, impõe-se novo exame antes de condená-la.

§ 2º Mesmo que o resultado da análise seja favorável o S.I.M./SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER pode exigir, de acordo com as circunstâncias locais, tratamento da água.

Art. 25. Satisfeitas as exigências fixadas no presente Regulamento, a comissão designada para vistoria final, autorizará a expedição do "TÍTULO DE REGISTRO", constando do mesmo: número do registro, nome da firma, classificação do estabelecimento, localização (Estado, município, cidade, vila e povoado) e outros dados necessários.

Parágrafo único. A comissão de análise de registro será composta de Médicos Veterinários específicos da área de inspeção pertinentes ao S.I.M. /SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER.

Art. 26. A renovação do Título de Registro será anual e estará condicionada à ausência de quaisquer inadimplências de acordo com o presente regulamento e condições tecnológicas e higiênico-sanitárias satisfatórias, avaliadas por auditorias realizadas pela CISPOA.

Parágrafo único. O não atendimento de quaisquer das condições acima citadas, acarretará a suspensão do Registro, perante o S.I.M./SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, cujo retorno ocorrerá após a resolução das inadimplências/irregularidades encontradas, confirmada após nova vistoria.

Art. 27. O estabelecimento que interromper seu funcionamento, por período superior a 12 (doze) meses, terá o seu registro cancelado e só poderá reiniciar suas atividades mediante solicitação de novo registro, com cumprimento de todas as exigências deste Regulamento.

Parágrafo único. Estando cancelado o registro, o material pertencente ao município, inclusive de natureza científica, os arquivos e carimbos oficiais de inspeção municipal serão recolhidos à direção da CISPOA.

Art. 28. Nenhum estabelecimento registrado pode ser vendido ou arrendado sem que, concomitantemente, seja feita a competente transferência de responsabilidade do registro à nova firma junto à CISPOA.

§ 1º No caso do comprador ou arrendatário se negar a promover a transferência, deverá ser feita pelo vendedor ou locador, imediata comunicação escrita à CISPOA., esclarecendo os motivos da recusa.

§ 2º As firmas responsáveis por estabelecimentos registrados durante as fases do processamento da transação comercial devem notificar aos interessados na compra ou arrendamento a situação em que se encontram em face das exigências deste Regulamento.

§ 3º Enquanto a transferência não se efetuar, continua responsável pelas irregularidades que se verifiquem no estabelecimento, a firma em nome da qual esteja registrado.

§ 4º No caso do vendedor ou locador ter feito a comunicação a que se refere o § 1º e o comprador ou locatário não apresentar, dentro do prazo máximo trinta dias, os documentos necessários à transferência respectiva, será cassado o registro do estabelecimento, que se restabelecerá depois de cumprida a exigência legal.

§ 5º Adquirido o estabelecimento por compra ou por arrendamento dos imóveis respectivos e, realizada a transferência do registro, a nova firma é obrigada a cumprir todas as exigências formuladas ao anterior responsável sem prejuízo de outras que venham a ser determinadas.

Art. 29. Tratando-se de estabelecimentos reunidos em grupo e pertencentes à mesma firma, é respeitada, para cada um a classificação que lhe couber, dispensando-se apenas a construção isolada de dependências que possam ser comuns.

TÍTULO II - OBRIGAÇÕES DAS FIRMAS

Art. 30. Ficam os proprietários de estabelecimentos obrigados a:

I - cumprir e fazer cumprir todas as exigências contidas no presente Regulamento e normas complementares;

II - cumprir e fazer cumprir os regulamentos técnicos relacionados às condições higiênico-sanitárias e de boas práticas de fabricação de alimentos aprovados pelos órgãos oficiais dos Ministérios da Agricultura e da Saúde;

III - fornecer até o 1º (primeiro) dia útil de cada mês, subsequente ao vencido, os dados estatísticos de interesse na avaliação da produção, industrialização, transporte e comércio, de produtos e subprodutos de origem animal bem como as guias de recolhimento de taxas, quando for o caso, devidamente quitado pelo órgão arrecadador indicado;

IV - dar aviso antecipado de 12 (doze) horas, no mínimo sobre a realização de quaisquer trabalhos nos estabelecimentos sob inspeção permanente, mencionando sua natureza e hora de início e de provável conclusão;

V - avisar, com antecedência, a chegada de animais a serem abatidos e fornecer todos os dados que sejam solicitados pela inspeção;

VI - fornecer gratuitamente alimentação ao pessoal da inspeção permanente, quando os horários de trabalho não permitam que as refeições sejam feitas em suas residências, a juízo da inspeção junto ao estabelecimento;

VII - fornecer material próprio e utensílios para guarda, conservação e transporte de matérias-primas e produtos fabricados, peças patológicas e não patológicas, que devem ser remetidos ao laboratório, bem como os custos de encaminhamento;

VIII - fornecer armários, mesas, arquivos, mapas, livros e outros materiais destinados à inspeção permanente, para seu uso exclusivo;

IX - fornecer substâncias apropriadas para desnaturação de produtos condenados, quando não houver instalações para sua imediata transformação;

X - manter em dia o registro do recebimento de animais e matérias-primas, especificando procedência e qualidade, produtos fabricados, saída e destino dos mesmos;

XI - manter pessoal habilitado na direção dos trabalhos técnicos do estabelecimento;

XII - recolher as taxas de inspeção sanitária, instituídas;

XIII - fornecer transporte aos agentes da inspeção ao local dos trabalhos, quando estes se realizarem em local afastado do perímetro urbano;

XIV - fornecer material adequado e suficiente para a execução dos trabalhos de inspeção;

XV - utilizar somente matérias-primas inspecionadas e ingredientes aprovados pelos Ministérios da Agricultura e Saúde;

XVI - obedecer às determinações dos agentes da inspeção quanto ao destino dos animais e dos produtos de origem animal condenados;

XVII - manter funcionário previamente orientado à recepção de animais destinados ao abate, o qual deverá exigir o documento sanitário (Guia de Trânsito Animal - GTA), permitindo o desembarque após a apresentação do mesmo;

XVIII - apresentar à inspeção documentação sanitária (GTA) que possibilitou o trânsito dos animais desde a origem ao local destinado ao abate;

XIX - comunicar oficialmente à CIPSOA., no prazo máximo de 30 dias de seu evento, paralisação ou encerramento das atividades do estabelecimento;

XX - fornecer material próprio para limpeza, desinfecção e esterilização de instrumentos, aparelhos ou instalações, bem como efetuar tais procedimentos, inclusive na sala da inspeção;

XXI - fornecer uniformes aos funcionários, inclusive para os componentes da equipe de inspeção, em quantidade suficiente, conforme descrito a seguir:

§ 1º O funcionário que manipular produtos de origem animal, em qualquer fase de seu processamento, deverá trajar uniforme completo, de cor branca e limpo.

§ 2º Os demais funcionários deverão trajar vestimenta de cor diferenciada e não poderão ter livre acesso às dependências do estabelecimento onde se processam os produtos de origem animal, salvo em condições excepcionais:

1. Azul - para manutenção;

2. Vermelho - para limpeza e higienização da área interna da indústria;

3. Verde - currais e graxaria;

4. Marrom - serviços gerais.

§ 3º Os funcionários deverão efetuar trocas de uniformes sempre que houver necessidade, em intervalos prolongados e demais situações que a inspeção julgar necessário.

§ 4º Os visitantes somente poderão ter acesso às dependências onde se processam os produtos de origem animal quando devidamente uniformizados, sendo a circulação dos mesmos, na área industrial, de responsabilidade da empresa.

Art. 31. Tratando-se de matéria-prima, produtos e subprodutos, procedentes de outros estabelecimentos sob inspeção, deve-se ainda a empresa anotar, nos livros e mapas indicados, a data de entrada, número da guia

de embarque ou de certificado sanitário, a quantidade, qualidade e número de registro do estabelecimento remetente.

Art. 32. Os estabelecimentos de leite e derivados deverão fornecer, a juízo da CISPOA., relação atualizada de fornecedores, nome da propriedade rural e atestados sanitários dos rebanhos.

S.I.M./SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER registrará o todos os fatos relacionados com o presente Regulamento.

TÍTULO III - PRODUTOS "SABOR DA ROÇA"

Art. 34. Entende-se por produto "Sabor da Roça", o produto de origem animal comestível, elaborado em pequena escala, podendo ou não ter características tradicionais, culturais e/ou regionais.

Art. 35. É considerada pequena escala a produção dentro dos seguintes limites por produtor, grupo ou cooperativa:

a) Estabelecimentos de embutidos, defumados e salgados:

Produção máxima - 3,5 (três e meia) toneladas/mês;

b) Estabelecimentos de pescado:

Produção máxima - 3,0 (três) toneladas/mês;

c) Estabelecimentos de recepção e acondicionamento de ovos:

Produção máxima - 5.000(cinco mil) dúzias/mês;

d) Estabelecimentos de produtos apícolas:

Produção máxima - 1,0 (uma) tonelada/mês;

e) Estabelecimentos de laticínios:

Recepção máxima - 15.000 (quinze mil) litros/mês;

f) Estabelecimentos de abate de aves:

Abate máximo - 3.000 (três mil) aves/mês;

g) Estabelecimentos de abate de Ovinos/Caprinos:

Abate máximo - 260 (duzentos e sessenta) animais/mês.

Art. 36. A elaboração de produtos comestíveis de origem animal, denominados "Sabor da Roça", será permitida exclusivamente aos produtores rurais que utilizarem matéria-prima de produção própria.

Parágrafo único. Admitir-se-á, na elaboração dos produtos e subprodutos a utilização de matéria-prima adquirida de terceiros até o limite de 50% (cinqüenta por cento) da quantidade de matéria-prima de produção própria, desde que aquela matéria-prima tenha comprovação de inspeção higiênico-sanitária por órgão oficial e controle sanitário da propriedade.

Art. 37. Todo produto oriundo do abate e da pasteurização do leite deverão ser processados no próprio estabelecimento.

Art. 38. Poderão pleitear o Registro para os produtos denominados "Sabor da Roça", pessoas físicas, desde que comprovada a sua condição de produtor rural sem ressalvas perante instituições públicas estaduais e ou municipais.

§ 1º Para pessoa física, os documentos exigidos são:

1. Requerimento ao secretário da SMDSMARF solicitando registro;

2. Cópia dos documentos pessoais (RG e CPF);

3. Cópia do registro da empresa no C.R.M.V./MT;

4. Cópia da Inscrição Estadual;

5. Cópia do alvará Municipal;

6. Memoriais descritivos, com informes de interesse econômico-sanitários e de construção, de acordo com modelo fornecido pelo S.I.M./SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER através da Coordenadoria de inspeção sanitária de produtos e subprodutos de Origem Animal (CISPOA.);

7. Autorizações ambientais emitidas pelo Órgão Municipal competente; permitindo a construção da indústria no local indicado;

8. Croqui das instalações e fluxograma de produção;

9. Cópia do cadastro de contribuinte do ICMS ou Inscrição de Produtor Rural, na Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ/MT).

§ 2º Para pessoa jurídica os documentos exigidos estão descritos no art. 18 no presente Regulamento.

Art. 39. Os produtos denominados "Sabor da Roça" estarão sujeitos a mesma programação de análises laboratoriais que os dos demais estabelecimentos.

Art. 40. A inscrição para o registro do estabelecimento e de seus produtos com a caracterização de "Produtos Sabor da Roça" obedeceráàs exigências descritas no presente Regulamento.

Parágrafo único. A renovação do Registro estará condicionada as mesmas exigências contidas no art. 26 do presente Regulamento.

TÍTULO IV

- IDENTIFICAÇÃO DE PRODUTOS

Art. 41. Todos os produtos e subprodutos de origem animal entregue ao comércio, devem estar identificados por meio de etiquetas ou rótulos registrados e/ou carimbos oficiais aplicados sobre as matérias-primas, produtos, vasilhames ou continentes, quer quando diretamente destinados ao consumo público, quer quando se destinar a outros estabelecimentos que os vão beneficiar.

Parágrafo único. Os produtos e subprodutos de origem animal que devam ser fracionados,devem conservar a rotulagem sempre que possível ou manter identificação do estabelecimento de origem.

Art. 42. Os produtos e subprodutos de origem animal destinado à alimentação humana, só podem ser acondicionados ou embalados em recipientes ou continentes comprovadamente inócuos à saúde humana e devidamente aprovados pelo Ministério de Saúde ou órgão afim, com suas respectivas autorizações de uso.

Art. 43. Um mesmo rótulo pode ser usado para produtos idênticos, fabricados em vários estabelecimentos da mesma firma, desde que seja da mesma qualidade, denominação e marca, excetuando-se as informações sobre localização, número de registro e outras.

Art. 44. Os rótulos dos continentes de produtos e subprodutos de origem animal não destinados à alimentação humana devem conter, além do carimbo da inspeção competente, a declaração "IMPRÓPRIO PARA O CONSUMO HUMANO", obrigatória também nos continentes marcados a quente ou por gravação e, em quaisquer dos casos, em caracteres bem destacados.

Art. 45. Os rótulos destinados a continentes de produtos e subprodutos de origem animal próprios à alimentação dos animais, conterão, além do carimbo de inspeção próprio, a declaração "ALIMENTO PARA ANIMAIS".

CAPÍTULO I

- ROTULAGEM

Art. 46. Além de outras exigências previstas neste Regulamento e em legislação ordinária, os rótulos devem, obrigatoriamente, conter as seguintes indicações:

I - nome verdadeiro do produto em caracteres destacados, uniformes em corpo e cor, sem intercalação de desenhos e outros dizeres, obedecendo às discriminações estabelecidas neste Regulamento, ou nome aceito por ocasião da aprovação das fórmulas;

II - nome da firma responsável;

III - nome da firma que tenha completado operações de acondicionamento, quando for o caso;

IV - carimbo oficial da inspeção;

V - natureza do estabelecimento, de acordo com a classificação oficial prevista neste Regulamento;

VI - localização do estabelecimento, especificando o município, bairro, rua e número;

VII - marca comercial do produto;

VIII - algarismos correspondentes à data de fabricação;

IX - peso líquido e peso da embalagem;

X - fórmula de composição ou outros dizeres, quando previstos neste Regulamento e informações nutricionais;

XI - a especificação "INDÚSTRIA BRASILEIRA";

XII - dos aditivos, conservantes, corantes e condimentos usados nos produtos;

XIII - data de validade.

Art. 47. A data de fabricação, conforme a natureza do continente ou envoltório, será impressa, gravada, declarada por meio de carimbo ou outro processo, a juízo do S.I.M./CUIABÁ, detalhando dia, mês e ano, podendo este ser representado pelos dois últimos algarismos.

Art. 48. Em caso de impossibilidade de indicar o peso líquido do produto, deverá ser usada a expressão "deve ser pesado à vista do comprador".

Art. 49. É proibida qualquer denominação, declaração, palavra, desenho ou ação que transmita falsa impressão, forneça indicação errônea de origem e de qualidade dos produtos, podendo essa proibição estender-se, a juízo do S.I.M./SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER às denominações impróprias.

CAPÍTULO II - CARIMBOS DE INSPEÇÃO E SEU USO

Art. 50. O número de registro do estabelecimento, as iniciais S.I.M./SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER e, conforme o caso, as palavras "inspecionado" ou "reinspecionado", tendo na parte superior a palavra "SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER", representam os elementos básicos do carimbo oficial da inspeção municipal cujos formatos, dimensões e emprego são fixados neste regulamento.

§ 1º As iniciais "S.I.M." traduzem "Serviço de Inspeção Municipal".

§ 2º O carimbo de inspeção municipal representa a marca oficial usada unicamente em estabelecimentos sujeitos à fiscalização do S.I.M./SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER e constitui o sinal de garantia de que os mesmos foram inspecionados pela autoridade competente.

Art. 51. Os carimbos da inspeção municipal devem obedecer à descrição e os modelos constantes do ANEXO I, deste Regulamento respeitados as dimensões, formas, dizeres, tipo e corpo de letra, devem ser colocados em destaque nas testeiras das caixas e outros continentes, nos rótulos ou produtos, numa cor única, preferencialmente preta, quando impressos, gravada ou litografados.

Parágrafo único. Para o Produto "Sabor da Terra" serão obedecidas as mesmas exigências, com o diferencial da inclusão desta inscrição na superfície superior dos carimbos, modelos 2 e 3, descritos na sequência.

Art. 52. Os diferentes modelos de carimbos de inspeção municipal a serem usados nos estabelecimentos fiscalizados pelo S.I.M./SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER obedecerão as seguintes especificações.

I - Modelo I:

a) Forma: Elíptica no sentido horizontal;

b) Dizeres: Número de registro do estabelecimento encimado da palavra "INSPECIONADO", colocada horizontalmente e "SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER" que acompanha a curva superior da elipse; logo abaixo do número, as iniciais S.I.M., acompanhando a curva inferior;

c) Dimensões e uso:

1. 0,07 m x 0,05 m (sete por cinco centímetros): Para uso em carcaças ou quartos de grandes animais em condições de consumo em natureza e em carnes destinadas à industrialização posterior, aplicado externamente sobre as massas musculares.

2. 0,05 m x 0,03 m (cinco por três centímetros): Para uso em carcaça de pequenos e médios animais e em cortes de carnes frescas ou frigorificadas de qualquer espécie de açougue.

II - Modelo 2:

a) Forma: Circular;

b) Dizeres: Número de registro do estabelecimento encimado da palavra "INSPECIONADO" colocada horizontalmente e "SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER" que acompanha a curva superior do círculo, logo abaixo do número, as iniciais "S.I.M." acompanhando a curava inferior;

c) Dimensões e uso: O diâmetro varia de 0,02 m (dois centímetros) a 0,30 m (tinta centímetros). Esse modelo, cujas dimensões são escolhidas considerando-se a proporcionalidade com o tamanho da embalagem compõe o rótulo registrado de produtos comestíveis de origem, manipulados e/ou industrializados, inclusive caixas ou engradados contendo ovos, pescado, mel e cera de abelhas, podendo ser aplicado, conforme o caso, sob a forma de selo adesivo.

III - Modelo 3:

a) Forma: Triângulo equilátero com a base voltada para cima;

b) Dizeres: Idênticos e na mesma ordem que aqueles adotados nos modelos anteriores e dispostos no sentido horizontal, acrescentando-se, em sua lateral direita, a inscrição "Produto Não Comestível";

c) Dimensões e uso: 0,07 m (sete centímetros) de lado comporá o rótulo registrado de produtos não comestíveis ou destinado à alimentação de animais.

IV - Modelo 4:

a) Forma: Retângulo no sentido horizontal;

b) Dizeres: Número do registro do estabelecimento, isolado e encimado das iniciais "S.I.M." e da palavra "CUIABÁ" colocadas no sentido horizontal e logo abaixo a palavra "CONDENADO";

c) Dimensões e uso: 0,07 m x 0,05 m (sete por cinco centímetros) e 0,04 m x 0,025 (quatro por dois e meio centímetros); para uso em carcaças, cortes e produtos diversos quando condenados pela inspeção.

V - Modelo 5:

a) Forma: Circular;

b) Dizeres: Número de registro do estabelecimento isolado e encimado das iniciais "S.I.M." colocadas horizontalmente e da palavra "CUIABÁ" acompanhando a curva superior do círculo e logo abaixo do número a palavra "REINSPECIONADO", acompanhando a curva inferior do círculo;

c) Dimensões e uso: O diâmetro varia de 0,02 m (dois centímetros) a 0,30 m (trinta centímetros). Para uso em produtos de origem animal comestíveis, após reinspeção e usando-se as dimensões proporcionais ao volume do produto a ser carimbado.

Art. 53. Carcaças, partes de carcaças ou cortes, terão o carimbo aplicado diretamente na porção muscular, utilizando tintas com substâncias inócuas com fórmulas aprovadas pelo S.I.M./SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER através da CISPOA..

REINSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DOS PRODUTOS

Art. 54. Os produtos e matérias-primas de origem animal deverão ser reinspecionados tantas vezes quantas necessárias, antes de serem expedidos para consumo.

§ 1º Os produtos e matérias-primas que nessa reinspeção forem considerados impróprios para consumo devem ser destinados ao aproveitamento condicional, a juízo da inspeção, como subprodutos industriais, derivados não comestíveis e alimentação animal depois de retiradas as marcas oficiais e submetidas à desnaturação, se for o caso.

§ 2º Quando ainda permitam aproveitamento condicional ou rebeneficiamento, a inspeção municipal deve autorizar, desde que sejam submetidos aos processos apropriados, a liberação dos produtos e/ou matérias-primas.

Art. 55. Nenhum produto de origem animal pode ter entrada em estabelecimento sob inspeção municipal sem que seja claramente identificado como oriundo de estabelecimentos registrados no S.I.M., ou no Serviço de Inspeção Estadual (S.I.S.E.) ou Federal (S.I.F.).

Parágrafo único. É proibido o retorno ao estabelecimento de origem, de produtos que, na reinspeção, sejam considerados impróprios para consumo humano, devendo-se promover sua transformação, aproveitamento condicional ou inutilização.

Art. 56. Na reinspeção de carne, deve ser condenada a que apresente qualquer alteração que faça suspeitar de processo de putrefação, contaminação biológica, química ou indícios de zoonoses.

Parágrafo único. Sempre que necessário, a inspeção verificará o pH sobre o extrato da carne.

Art. 57. Nos entrepostos, onde se encontram depositados produtos de origem animal procedentes de estabelecimentos sob inspeção municipal, estadual ou federal bem como nos demais locais, a reinspeção deve especialmente visar:

I - a conferência da origem de fabricação do produto, certificando-se que foi inspecionado pelo S.I.M./SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, S.I.S.E. /MT ou órgão federal competente;

II - a identificação dos rótulos com a composição e marcas oficiais do produto, bem como da data de fabricação, prazo de validade, número de lote e informação sobre a conservação do produto;

III - a verificação das condições de integridade dos envoltórios, recipientes e sua padronização;

IV - a verificação dos caracteres organolépticos sobre uma ou mais amostras, conforme o caso;

V - a coleta de amostras para o exame físico-químico e microbiológico.

§ 1º A amostra deve receber uma fita envoltória aprovada pelo S.I.M./SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER claramente preenchida pelo interessado ou pelo funcionário que colher a amostra para envio ao laboratório oficial.

§ 2º Sempre que o interessado desejar, a amostra pode ser colhida em triplicata, com os mesmos cuidados de identificação assinalados no parágrafo anterior, representando uma delas a contraprova que permanecerá em poder do interessado, lavrando-se um termo de coleta, em duas vias, uma das quais será destinada ao interessado. As amostras serão colocadas em embalagens apropriadas, fechadas, lacradas e rubricadas pelo interessado e pelo funcionário do S.I.M./SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER.

§ 3º Quando o interessado divergir do resultado do exame poderá recorrer, dentro do prazo de 48 horas (quarenta e oito horas), a análise da contraprova.

§ 4º O requerimento será dirigido ao S.I.M..

§ 5º O exame da contraprova poderá ser realizado em outro laboratório oficial com a presença de representante do S.I.M./SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER.

§ 6º Além de escolher o laboratório oficial para o exame da contraprova, o interessado pode fazer-se representar por um técnico de sua confiança.

§ 7º Confirmada a condenação da matéria-prima, do produto ou da partida, a inspeção determinará sua destinação.

§ 8º As amostras para prova ou contraprova, coletadas pelo S.I.M./SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, para exames de rotinas ou análises periciais, serão cedidas gratuitamente pelos estabelecimentos.

Art. 58. É permitido, a juízo do Coordenador da CISPOA, o retorno ao estabelecimento de origem de produtos apreendidos em trânsito dentro do Município, desde que ainda apropriada ao consumo humano e caracterizada sua origem.

§ 1º No caso do responsável pela fabricação ou despacho do produto recusar a devolução, poderá a mercadoria, depois de inutilizada pela inspeção, ser aproveitada para fins não comestíveis em estabelecimentos dotados de instalações apropriadas.

§ 2º A firma proprietária ou arrendatário do estabelecimento de origem deverá ser responsabilizada e punida, no caso de não comunicar a chegada do produto devolvido ao servidor do S.I.M./SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER.

Art. 59. No caso de colheita de amostra para exame de produtos de origem animal será lavrado o competente auto de apreensão da mercadoria, ficando a mesma com o responsável pelo estabelecimento, que funcionará como fiel depositário até o resultado dos exames.

Art. 60. A mercadoria contaminada ou alterada, não passível de aproveitamento, como estabelece neste regulamento, será destruída pelo fogo ou outro agente físico ou químico.

Art. 61. No caso de apreensão por falta de indicação no rótulo do registro como originário de estabelecimento inspecionado, o produto, após o respectivo exame poderá ser destinado, inócuo, a estabelecimento de caridade, asilo ou entidade beneficente ou, se for o caso, a zoológico, ficando o respectivo donatário obrigado a fornecer o recibo adequado, desde que seja produto processado e embalado.

TÍTULO V

- TRÂNSITO DE PRODUTOS

Art. 62. Os produtos e matérias-primas de origem animal procedentes de estabelecimentos sob inspeção, satisfeitas as exigências do presente regulamento, têm livre trânsito no Município, podendo ser expostos ao consumo em qualquer parte do território municipal.

Parágrafo único. O transporte de produtos de origem animal deve ser feito em veículos equipados expressamente para esse fim.

Art. 63. Qualquer produto de origem animal destinado à alimentação humana deverá, obrigatoriamente, para transitar dentro do Município de SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, estar perfeitamente identificado através de rótulos, etiquetas e/ou carimbos, bem como acompanhado de documento sanitário com data de validade especificada, conforme a legislação, como oriundo de estabelecimento inspecionado pelo S.I.M./SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, S.I.S.E./MT, ou pelo órgão federal competente.

Parágrafo único. Não está sujeito à identificação o leite e o mel despachados como matérias-primas, desde que destinados a estabelecimentos inspecionados, para beneficiamento ou industrialização.

Art. 64. Verificado o descumprimento do disposto no art. 62 deste Regulamento, a mercadoria será apreendida pelo S.I.M./SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, que lhe dará o destino conveniente, devendo ser lavrado o respectivo termo de apreensão e auto de infração.

Art. 65. É proibida a importação de produtos de origem animal quando procedentes de municípios onde grassem doenças consideradas perigosas à segurança sanitária animal de SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER de acordo com o que determina a legislação de defesa sanitária animal vigente.

Art. 66. Os produtos não destinados à alimentação humana, como couros, chifres, subprodutos industriais e outros, procedentes de estabelecimentos não inspecionados pelo S.I.M./SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, S.I.S. E./MT ou S.I.F., só podem ter livre trânsito se procedentes de zonas onde não grassem doenças contagiosas, atendidas, também, outras medidas determinadas pelas autoridades oficiais da Defesa Sanitária Animal.

TÍTULO VI

- EXAMES DE LABORATÓRIO

Art. 67. Os produtos de origem animal prontos para o consumo, bem como toda e qualquer substância que entre em sua elaboração, estão sujeitos a exames tecnológicos, físico-químicos e microbiológicos.

Art. 68. Os procedimentos de amostragem, as técnicas de exames e orientações analíticas serão padronizadas pelo S.I.M./SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, através da CISPOA..

§ 1º Na ausência dessa padronização, serão seguidas as normas técnicas usadas pelo órgão específico do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA, Ministério da Saúde - ANVISA, Instituto Adolfo Lutz ou outro laboratório oficial designado pelo Coordenador da CISPOA.

§ 2º Os exames de caráter tecnológicos visarão a técnica de elaboração dos produtos de origem animal em qualquer uma de suas fases.

§ 3º Sempre que houver necessidade, o laboratório pedirá informações à inspeção junto ao estabelecimento produtor.

Art. 69. Os procedimentos de amostragem serão realizados de forma que compreendam, as seguintes fases:

I - será coletada 01 (uma) amostra para análise microbiológica e outra para análise físico-química, trimestralmente, como monitoramento;

II - em casos de reincidência, as amostras serão coletadas de acordo com a legislação vigente, objetivando providências de natureza administrativa, cível e criminal.

Art. 70. Os exames físicos e químicos compreendem:

I - os caracteres sensoriais: cor, odor, sabor, consistência e aspecto;

II - princípios básicos ou composição centesimal;

III - índices físicos e químicos;

IV - corantes, conservadores ou outros aditivos;

V - provas especiais de caracterização e verificação de qualidade.

Art. 71. O exame microbiológico deve verificar:

I - contagem padrão em placa;

II - pesquisa e/ou determinação de microorganismo indicadores de contaminação;

III - presença de microorganismos, quando se tratar de produtos submetidos à esterilização;

IV - pesquisa e/ou determinação de microorganismos patológicos;

V - presença de produtos do metabolismo microbiano, quando necessário.

Art. 72. Quando necessário, os laboratórios poderão recorrer a outras técnicas de exames, além das adotadas oficialmente pela CISPOA., mencionando-se, obrigatoriamente, nos respectivos laudos.

Art. 73. A CISPO.A. poderá, a seu critério, exigir exames laboratoriais periódicos particulares, cujo custo será de responsabilidade do estabelecimento que deu origem à amostra.

TÍTULO VII

FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS EM GERAL

Art. 74. Não será autorizado o funcionamento do estabelecimento de produtos de origem animal para exploração do comércio, sem que esteja completamente instalado e equipado, devendo satisfazer as seguintes condições básicas e comuns:

I - localizar-se em pontos distantes de fontes produtoras de odores indesejáveis de qualquer natureza;

II - dispor de luz natural e artificial abundante, bem como de ventilação suficientes, em todas as dependências, respeitadas as peculiaridades de ordem tecnológica cabíveis;

III - possuir piso de material impermeável resistente à abrasão e à corrosão, ligeiramente inclinado, construído de modo a facilitar a colheita e o escoamento das águas residuais, bem como sua limpeza e higienização;

IV - ter paredes lisas, impermeabilizadas com material de cor clara, de fácil lavagem e higienização, numa altura de pelo menos 2 m (dois metros), com ângulos e cantos arredondados;

V - possuir, nas dependências de elaboração de comestíveis, forro de material resistente a umidade e a vapores construídos de modo a evitar o acúmulo de sujeira e contaminação, de fácil limpeza e higienização, podendo o mesmo ser dispensado nos casos em que a cobertura proporcionar perfeita vedação à entrada de poeira, insetos, pássaros e assegurar uma perfeita higienização;

VI - dispor de dependências e instalações mínimas respeitadas as finalidades a que se destina para recebimento, industrialização, embalagem, depósito e expedição de produtos comestíveis, sempre separadas por meio de paredes totais das destinadas ao preparo de produtos não comestíveis;

VII - dispor de mesas de material impermeável para os trabalhos de manipulação e preparo de produtos comestíveis, construídas de forma a permitir fácil e perfeita higienização antes e durante os trabalhos. Em casos especiais, a juízo da inspeção, serão exigidas mesas com revestimentos inoxidáveis;

VIII - dispor de tanques, caixas, bandejas e quaisquer outros recipientes de material impermeável de superfície lisa, de fácil lavagem e higienização, sem angulosidades ou frestas, devidamente identificadas quanto ao destino, utilizando as denominações "COMESTÍVEL" e "NÃO COMESTÍVEL" ou as cores: branca para produtos comestíveis e vermelhos para produtos não comestíveis;

IX - dispor, quando necessário, de dependências para administração, oficina e depósitos diversos, preferencialmente separados do corpo industrial;

X - dispor no estabelecimento de água fria e quente abundantes e, quando necessário, de instalação de vapor para atender as necessidades de trabalho, em todas as dependências de manipulação e preparo não só de produtos comestíveis, como também de produtos não comestíveis;

XI - dispor de rede de esgoto em todas as dependências, com dispositivo adequado, que evite refluxo de odores e a entrada de roedores e outros animais, ligados a tubos coletores, e estes ao sistema geral de escoamento, dotado de canalização e instalação para retenção de gorduras, resíduos e corpos flutuantes, bem como de dispositivo para depuração artificial e sistema adequado de tratamento de resíduos e efluentes, compatível com a solução escolhida para a destinação final;

XII - dispor de rouparia, vestiário, banheiros, sanitários, refeitórios e demais dependências necessárias, em número proporcional ao pessoal: sanitários equipados com pias e chuveiros - 1 (um) para cada 10 (dez) operários, respeitando-se o sexo e completamente isolados das dependências onde são beneficiados produtos destinados à alimentação humana;

XIII - as áreas de circulação de veículos, pessoas e de secagem de produtos deverão ser livres de poeira, lama ou qualquer outro poluente;

XIV - dispor de sede para a inspeção permanente que compreenderá: sala de trabalho, arquivos, vestiários, banheiros e instalações sanitárias;

XV - possuir telas removíveis ou equipamentos que impeçam a entrada de insetos, em todas as aberturas de comunicação com o exterior, nas salas onde se elaboram produtos comestíveis;

XVI - dispor, nos locais de acesso às dependências de manipulação de comestíveis, de lavatório para higienização das mãos e das botas dos operários;

XVII - dispor de depósitos adequados para ingredientes, embalagens, continentes ou qualquer outro material que tenha contato direto com produtos comestíveis, separados completamente dos depósitos de outros materiais;

XVIII - nenhuma dependência de manipulação de produtos deverá ter área inferior a 10 m2 (dez metros quadrados) e devem ser mantidas em perfeitas condições de higiene, antes, durante e após os trabalhos industriais, diariamente, usando apenas produto previamente aprovado pela inspeção municipal, estadual ou federal;

XIX - dispor de funcionários habilitados, em número suficiente à elaboração dos produtos, devidamente uniformizados, conforme a necessidade do serviço. Os funcionários deverão manter hábitos higiênicos durante os trabalhos e portar carteira de saúde. Anualmente serão submetidos a exame em repartição de Saúde Pública, apresentando a inspeção as anotações competentes em sua carteira pelas quais se verifique que não sofrem de doenças que os incompatibilizem com os trabalhos de fabricação de gêneros alimentícios.

Parágrafo único. É proibido cuspir, escarrar, fumar ou fazer refeições em qualquer dependência onde se manipulem produtos, bem como depositar objetos estranhos ao serviço nessas dependências.

CAPÍTULO I

- CARNES E DERIVADOS

Seção I - Classificação de Estabelecimentos

Art. 75. Os estabelecimentos de carnes e derivados são classificados em:

I - abatedouro-frigorífico;

II - charqueadas;

III - fábrica de produtos cárneos;

IV - fábrica de produtos gordurosos;

V - entrepostos de carnes e derivados;

VI - fábrica de produtos não comestíveis.

§ 1º Entende-se por "abatedouro-frigorífico" o estabelecimento dotado de instalações completas e equipamentos adequados para o abate, manipulação, elaboração, preparo e conservação das espécies de açougue, das variadas formas, com aproveitamento completo, racional e perfeito de subprodutos não comestíveis, tendo instalações de frio industrial, com ou sem dependências para desossa.

§ 2º Entende-se por "charqueada" o estabelecimento que realiza ou não abate com o objetivo principal de produzir charque, dispondo obrigatoriamente de instalações próprias para o aproveitamento integral e perfeito de todas as matérias-primas e preparo de subprodutos não comestíveis.

§ 3º Entende-se por "fábrica de produtos cárneos" o estabelecimento que industrialize a carne de variadas espécies de açougue, sem sala de abate anexa, dotada ou não de instalações de frio industrial e aparelhagem adequada para o preparo de subprodutos não comestíveis.

§ 4º Entende-se por "fábrica de produtos gordurosos" o estabelecimento destinado, exclusivamente, ao preparo de gorduras, excluída a manteiga, adicionada ou não de matéria-prima de origem vegetal.

§ 5º Entende-se por "entreposto de carnes e derivados" o estabelecimento destinado ao recebimento, guarda, conservação, acondicionamento e distribuição de carnes frigorificadas das diversas espécies de açougue e outros produtos animais, dispondo ou não de dependências anexas para manipulação, atendidas às exigências necessárias, a juízo da CISPOA.

§ 6º Entende-se por "fábrica de produtos não comestíveis" o estabelecimento que manipule matérias-primas e resíduos de animais de várias procedências, depois de desnaturado ou esterilizados pra preparo exclusivo de produtos não utilizados na alimentação humana.

Art. 76. Na constituição de razões sociais ou denominação de estabelecimentos que industrializem produtos de origem animal a designação "frigorífico" só pode ser incluída quando plenamente justificada pela exploração do frio industrial na elaboração dos produtos.

Art. 77. Entende-se por "animais de açougue" aqueles que se destinem rotineiramente, ao abate em matadouro, com a finalidade de obtenção de carnes e derivados, compreendendo os bovídeos, eqüídeos, suínos, caprinos.

CAPÍTULO II

- TRIPARIA

Art. 78. A triparia é o departamento destinado à manipulação, limpeza e preparo para melhor apresentação ou subseqüente tratamento dos órgãos e vísceras retirados dos animais abatidos.

Art. 79. São considerados produtos de triparia as cabeças, miolos, línguas, esôfagos e todas as vísceras e órgãos, torácicos e abdominais, não rejeitados pela inspeção.

Art. 80. Os intestinos não podem ser empregados na composição de produtos alimentícios; os de bovinos, suínos, ovinos e caprinos podem ser utilizados como envoltório para embutidos.

§ 1º Para seu aproveitamento é necessário que sejam convenientemente raspados e lavados, considerando-se como processos usuais de conservação a dessecação, a salga ou outros aprovados pela inspeção.

Art. 81. As tripas destinadas a embutidos serão cuidadosamente inspecionadas, principalmente quanto à sua integridade e limpeza.

Art. 82. Os estômagos de bovinos destinados a alimentação humana, devem ser rigorosamente lavados imediatamente após o esvaziamento, permitindo-se quando do escaldamento, o emprego da solução de soda no máximo até 2% (dois por cento) ou de outras substâncias aprovadas pela inspeção que facilitem a remoção da mucosa.

Art. 83. Os miúdos (coração, pulmão, fígado, rins, miolos, limos, mocotós, língua) são submetidos a manipulação e limpeza adequadas, antes de serem entregues ao consumo ou de entrarem para as câmaras frias.

Art. 84. É proibido o emprego de testículos no preparo de produtos comestíveis.

CAPÍTULO III

- GRAXARIAGENERALIDADES

Art. 85. Graxaria é a seção destinada ao aproveitamento de matérias-primas gordurosas e de subprodutos não comestíveis.

Parágrafo único. A graxaria compreende:

1. Seção de produtos gordurosos comestíveis;

2. Seção de produtos gordurosos não comestíveis;

3. Seção de subprodutos não comestíveis.

Art. 86. As dependências e equipamentos destinados a produtos gordurosos comestíveis são privativos para esses produtos, sendo proibida sua utilização para manipulação de produtos e subprodutos não comestíveis.

CAPÍTULO IV

Seção I - Classificação de Produtos

Subseção I - Produtos Comestíveis

Art. 87. Entende-se por "carne de açougue" as massas musculares maturadas ou não e demais tecidos que as acompanham, incluindo ou não a base óssea correspondente, procedente de animais sob inspeção veterinária.

§ 1º Será considerada "fresca" a carne dos animais de açougue, obtida imediatamente após o abate, sem sofrer nenhum tratamento.

§ 2º Será considerada "resfriada" a carne dos animais de açougue submetida ao tratamento pelo frio industrial e que esteja com temperatura entre 0º C (zero grau centígrado) e 10º C (dez graus centígrados).

§ 3º Será considerada "congelada" a carne dos animais de açougue submetida ao tratamento pelo frio industrial e que esteja com temperatura interna abaixo de -5º C (menos de cinco graus centígrados).

Art. 88. Entende-se por "miúdos" os órgãos e vísceras dos animais de açougue, usadas na alimentação humana, inclusive patas e caudas.

Art. 89. Entende-se por "glândulas" as glândulas de secreção interna dos animais de açougue que poderão ser destinadas para fins comestíveis e não comestíveis.

Art. 90. Entende-se por "carcaça" o animal abatido, formado das massas musculares e ossos, desprovidos da cabeça, patas, cauda, pele, órgãos e vísceras torácicas e abdominais tecnicamente preparado.

§ 1º Nos suínos, a "carcaça" pode ou não incluir a pele, a cabeça e patas.

§ 2º A carcaça dividida ao longo da coluna vertebral dá as "meias carcaças" que, subdivididas por um corte entre duas costelas, variável segundo hábitos regionais, dão os quartos "anteriores" ou "dianteiros" e "posteriores" ou "traseiros".

Art. 91. Entende-se por "frescal" os produtos cárneos colocados no comércio sem sofrer qualquer processo de maturação. O período para comercialização será específico para cada produto, aprovado previamente pela inspeção.

Art. 92. Entende-se por "curado" os produtos cárneos em cujo processo de fabricação tenham sido empregados sais de cura, entendendo-se como tal o cloreto de sódio, os nitratos e os nitritos.

Parágrafo único. O teor de nitrito no produto final não poderá ultrapassar 200 ppm (duzentas partes por milhão).

Art. 93. Entende-se por "salgados" os produtos preparados com carnes ou órgãos comestíveis, tratados pelo sal (cloreto de sódio) ou misturas de sal, açúcar, nitratos, nitritos e condimentos, com agentes de conservação e caracterização sensorial.

Art. 94. Entende-se por "defumados" os produtos que, após o processo de cura, são submetidos à defumação, para lhes dar cheiro e sabor característicos, além de um maior prazo de vida comercial por desidratação parcial.

§ 1º Permite-se a defumação a quente ou a frio.

§ 2º A defumação deve ser feita em estufas construídas para essa finalidade e realizada com a queima de madeiras resinosas, secas e duras.

Art. 95. Entende-se por "dessecados" os produtos preparados com carnes ou órgãos comestíveis, curados ou não, e submetidos à desidratação mais ou menos profunda.

Art. 96. Entende-se por "charque", sem qualquer outra especificação, a carne bovina salgada e dessecada.

§ 1º Quando a carne empregada não for de bovino, depois da designação "charque", deve esclarecer a espécie de procedência.

§ 2º Permite-se na elaboração do charque a pulverização de sal com soluções contendo substâncias, aprovadas pela inspeção, que se destinem a evitar alterações de origem microbiana, segundo técnicas e proporções indicadas.

§ 3º O charque não deve conter mais de 45% (quarenta e cinco por cento) de umidade na porção muscular, nem mais de 15% (quinze por cento) de resíduo mineral fixo total de até 5% (cinco por cento) de variação.

Art. 97. Entende-se por "embutido", todo produto preparado com carne ou órgãos comestíveis, curado ou não, condimentado, cozido ou não, defumado ou não, dessecado ou não, tendo como envoltório, tripa, bexiga ou outra membrana animal natural ou artificial desde que aprovado pela inspeção.

§ 1º Os embutidos não podem conter mais de 5% (cinco por cento) de amido ou fécula, adicionados para dar melhor liga à massa. As salsichas só poderão conter no máximo 2% (dois por cento) dessas substâncias.

§ 2º O emprego de vernizes na proteção dos envoltórios depende da aprovação prévia da inspeção.

§ 3º No preparo de embutidos não submetidos a cozimento, é permitida a adição de água ou gelo na proporção máxima de 3% (três por cento), calculada sobre o total dos componentes, a fim de facilitar a trituração e homologação da massa.

§ 4º No caso de embutidos cozidos, a percentagem de água ou gelo não deve ultrapassar a 10% (dez por cento) do total dos componentes.

§ 5º No caso de embutidos cozidos e enlatados, não se levará em conta a percentagem de água ou gelo adicionados, devendo no entanto, o produto final antes do enlatamento se enquadrar na relação água/proteína prevista neste artigo. O cálculo será feito sobre o produto pronto, pela relação 3,5 (três e meio) de água para 1 (um) de proteína (fator 6.25).

Art. 98. Entende-se por "bacon" ou por "barriga defumada" o corte da parede torácico-abdominal do suíno, que vai do esterno ao púbis, com ou sem costelas, com seus músculos, tecido adiposo e pele, convenientemente curado e defumado.

Art. 99. Entende-se por "conserva" todo produto elaborado com carne ou órgãos comestíveis de animais de açougue, curados ou não, adicionados ou não de ingredientes, embalado hermeticamente, submetido a tratamento térmico sob pressão.

Art. 100. Entende-se por "presunto", seguido das especificações que couberem, o produto obtido com pernil de suínos.

Art. 101. Entende-se por "paleta", seguido das especificações que couberem, o produto obtido com o membro dianteiro de suínos.

Art. 102. Entende-se por "apresuntado", o produto elaborado com o recorte de pernil ou paleta de suíno, transformado em massa, acondicionado, enlatado ou não, e submetido a tratamento térmico.

Art. 103. Entende-se por "fiambre" o produto obtido de carnes bovinas ou suínas, de massa moída ou cominutada, condimentada, curada e submetida a tratamento térmico.

Art. 104. Entende-se por "pasta", o produto elaborado com carne ou órgão e vísceras de animais de açougue, reduzidos à massa, condimentado, adicionado ou não de farináceo e gordura, e submetido a tratamento térmico sob pressão.

Art. 105. Entende-se por "morcela", o embutido contendo principalmente sangue, adicionado de toucinho moído ou não, condimento e convenientemente cozido.

§ 1º A inspeção só permitirá o preparo de embutidos de sangue, quando a matéria-prima for colhida isoladamente de cada animal e em recipiente separado, rejeitando o sangue procedente dos que venham a ser considerados impróprios para o consumo.

§ 2º É proibido desfibrinar o sangue com as mãos, quando destinado à alimentação humana.

§ 3º Permite-se o aproveitamento do plasma sanguíneo no preparo de embutidos, desde que obtidos em condições adequadas.

Art. 106. Entende-se por "hambúrguer", o produto elaborado com carne bovina e/ou suína e/ou ave, moída adicionada de agente de liga, condimentada, curada ou não.

Parágrafo único. Da embalagem deverá constar, obrigatoriamente, a espécie de que se originou a carne.

Art. 107. Os ligamentos, tendões e vergas, tão prontamente quanto possível, devem ser submetidos a congelamento, dessecados ou convenientemente tratados por água de cal ou ainda por processo aprovado pela inspeção municipal.

Produtos Gordurosos Comestíveis

Art. 108. Os produtos comestíveis são genericamente denominados gorduras, com exceção da banha e da manteiga.

Art. 109. Entende-se por "gordura bovina", o produto obtido pela fusão de tecidos adiposos de bovino, tanto cavitários (visceral, mesentérico, mediastinal, Peri-renal e pélvico), como de cobertura (esternal, inguinal e subcutâneo) previamente lavados e triturados.

§ 1º Somente com extração da estearina, o produto definido neste artigo pode ser destinado a fins comestíveis (oleína).

§ 2º Entende-se por "oleína" o produto gorduroso comestível resultante da separação da estearina existente na gordura bovina, por prensagem ou por outro processo aprovado pela inspeção municipal.

Art. 110. Entende-se por "banha" o produto obtido pela fusão exclusiva de tecidos adiposos frescos de suínos inclusive quando procedentes de animais destinados a aproveitamento condicional pela inspeção, em autoclaves sob pressão, em tachos abertos de dupla parede, em digestores a seco, ou por outro processo aprovado pela inspeção municipal e submetido a sedimentação, filtração e eliminação de umidade.

§ 1º Permite-se para o produto referido neste artigo a cristalização de gordura em batedores abertos de dupla parede, com circulação de água fria ou de outro processo adequado.

§ 2º Quando a banha for submetida a processo de beneficiamento (classificação, desodorização, filtração e eliminação de umidade), será chamada "banha refinada".

§ 3º Quando, além dos tecidos adiposos, forem submetidos a fusão outros tecidos (ossos, pés, bochechas, lábios, focinhos, rabos, traquéias, esôfagos, torresmos), será chamada "banha comum".

§ 4º Quando a banha comum sofrer processo de beneficiamento (classificação, desodorização, filtração e eliminação de umidade), será denominada "banha comum refinada".

Art. 111. Entende-se por "unto fresco" ou "gordura de porco em rama" a gordura cavitária dos suínos, tais como as porções adiposas do mesentério visceral do envoltório dos rins e de outras vísceras, devidamente prensadas.

Art. 112. Entende-se por "toucinho" o panículo adiposo dos suínos com a pele.

Art. 113. Entende-se por "composto" o produto obtido pela mistura de gorduras e óleos comestíveis de origem animal e vegetal.

§ 1º Será chamada por "composto de gordura bovina", quando óleos vegetais forem associados aoleína, na proporção máxima de 25% (vinte e cinco por cento).

§ 2º Será chamada por "composto de gordura suína", quando a banha entrar em quantidade não inferior 30% (trinta por cento).

§ 3º Será chamado "composto vegetal", quando aos óleos vegetais se adicione oleína em proporção inferior a 25% (vinte e cinco por cento).

§ 4º Será chamado "composto para confeitaria", quando se misturar gorduras e óleos comestíveis, hidrogenados ou não, com ponto de fusão máximo de 47% (quarenta e sete por cento).

§ 5º Nos compostos, é obrigatório o emprego de reveladores, como óleo de gergelim na proporção de 5% (cinco por cento) ou outros aprovados pela inspeção.

Subseção II

- Produtos Gordurosos Não Comestíveis e Subprodutos Não Comestíveis

Art. 114. Entende-se por produtos gordurosos não comestíveis, todos aqueles obtidos pela fusão de partes e tecidos não empregados na alimentação humana, bem como de carcaças, partes de carcaças, órgãos e vísceras, que forem rejeitados pela inspeção.

Parágrafo único. São também considerados produtos gordurosos não comestíveis, os obtidos em estabelecimentos que não dispõem de instalações e equipamento para elaboração de gorduras comestíveis.

Art. 115. Os produtos gordurosos não comestíveis, são genericamente denominados "sebo", seguindo-se à especificação da espécie animal de que procedem. Quando procedentes de suíno serão designados "Graxa Branca".

Art. 116. Os produtos gordurosos, não comestíveis, serão desnaturados pelo emprego de fluoresceína, brucina e óleos minerais, de acordo com instruções da inspeção.

Art. 117. É obrigatório o aproveitamento de carcaças, partes de carcaças e órgãos de animais condenados, varreduras em geral, restos e recortes de todas as seções do estabelecimento, para o preparo de subprodutos não comestíveis.

Art. 118. São classificados como produtos não comestíveis ou subprodutos aqueles obtidos de matérias-primas impróprias para a alimentação humana, mas com características adequadas ao seu posterior aproveitamento na alimentação de animais ou ainda em outros tipos de indústrias.

Art. 119. Entende-se por "farinha de carne" o subproduto obtido pelo cozimento de restos de carnes, de recortes e aparas diversas, bem como de carcaças, partes de carcaças e órgãos rejeitados pela inspeção, a seguir desengordurados e triturados. Esse subproduto deverá ter no mínimo 65% (sessenta e cinco por cento) de proteínas.

Art. 120. Entende-se por "farinha de sangue", o subproduto industrial obtido pelo cozimento a seco do sangue e posteriormente triturado. Esse subproduto deverá ter no mínimo 80% (oitenta por cento) de proteínas.

Art. 121. Entende-se por "farinha de ossos crus" o subgrupo seco e triturado, resultado do cozimento na água, em tanques abertos, de ossos inteiros, após a remoção de gorduras e do excesso de outros tecidos. Esse subgrupo deverá ter no mínimo 40% (quarenta por cento) de fosfato.

Art. 122. Entende-se por "farinha de ossos autoclavados" o subgrupo obtido pelo cozimento de ossos em vapor sob pressão, secado e triturado. Esse subproduto deverá ter no mínimo 55% (cinqüenta e cinco por cento) de cinzas.

Art. 123. Entende-se por "farinha de ossos degelatinizados" o subgrupo seco e triturado, obtido pelo cozimento de ossos, após a remoção de gordura e outros tecidos, em vapor sob pressão, resultante do processamento para obtenção de cola e/ou gelatina. Esse subgrupo deverá ter no mínimo 65% (sessenta e cinco por cento) de fosfato de cálcio.

Art. 124. Entende-se por "farinha de ossos calcinados" o subgrupo resultante da queima de osso em recipiente aberto ou fechado, devidamente triturado, devendo conter no mínimo 15% (quinze por cento) de fosfato.

Art. 125. Entende-se por "farinha de carne e ossos" o subproduto seco e triturado, obtido pelo cozimento a seco de recortes em geral, aparas, resíduos e limpeza decorrentes das operações nas diversas seções: ligamentos, mucosas, fetos e placentas, orelhas e órgão não comestíveis ou órgãos e carnes rejeitadas pela inspeção municipal além de ossos diversos. Esse subproduto deverá ter no mínimo 40% (quarenta por cento) de proteínas.

Art. 126. Entende-se por "adubo" todo e qualquer subproduto que se preste como fertilizante depois de cozido, seco e triturado.

Parágrafo único. Estes subprodutos devem ser sempre submetidos a uma temperatura mínima de 115ºC a 125ºC (cento e quinze a cento e vinte cinco graus centígrados), pelo menos por uma hora, quando elaborados por aquecimento a vapor e a uma temperatura mínima de 105ºC (cento e cinco graus centígrados), pelo menos por quatro horas, quando pelo tratamento a seco.

Art. 127. Entende-se por "tancagem" o resíduo de cozimento de matérias-primas em autoclaves sob pressão, seco e triturado.

Art. 128. Entende-se por "crackling" o resíduo das matérias-primas trabalhadas em digestores, a seco, antes de sua passagem pelo moinho.

Art. 129. Entende-se por "bile concentrada" o subproduto resultante de evaporação parcial da bile fresca. Este subproduto deverá ter no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de umidades e no mínimo 40% (quarenta por cento) de ácidos biliares totais.

Parágrafo único. Permite-se a adição de conservadores à bile, depois de triturada, quando o estabelecimento não tenha interesse em concentrá-la.

Art. 130. Entende-se por "óleo de mocotó" o subproduto extraído das extremidades ósseas dos membros de bovinos, depois de retirados os cascos, após cozimento em tanques abertos ou em autoclaves sob pressão, separado por decantação e posteriormente filtrado ou centrifugado em condições adequadas.

Art. 131. Entende-se por "chifres" a camada córnea dos chifres dos bovinos.

Art. 132. Entende-se por "sabugo de chifre" a base de inserção da camada córnea.

Art. 133. Entende-se por "casco" a camada córnea que recobre a extremidade dos membros.

Art. 134. Os chifres e cascos, depois de dessecados pelo calor e triturados, constituem a "farinha de chifres" ou "a de cascos" ou ainda a "farinha de cascos e chifres", quando misturados.

Art. 135. As cerdas, crinas e pêlos serão lavados em água corrente, submetidos a tratamento em água quente e a seguir devidamente secados.

Seção II

- Condições Específicas de Funcionamento

Art. 136. Os estabelecimentos de carnes e derivados devem satisfazer, além das condições básicas já previstas, as seguintes:

I - estar localizado em área suburbana ou rural, dispor de suficiente "pé direito" nas salas de matança, de modo a permitir a instalação da trilhagem aérea com um mínimo de 4 m (quatro metros) de altura;

II - dispor de currais com área de 2,5 m² por cabeça bovina, convenientemente pavimentadas, providas de bebedouros e distantes no mínimo 60 m (sessenta metros) dos locais onde são recebidos, manipulados ou preparados produtos usados na alimentação humana;

III - dispor de pocilgas com área de 1,5 m² por cabeça suína, convenientemente pavimentadas, providas de bebedouros e distantes no mínimo 40 m (quarenta metros) dos locais onde são recebidos, manipulados ou preparados produtos usados na alimentação humana;

IV - dispor, no caso de estabelecimento de abate, de meios que possibilitem a lavagem e a desinfecção dos veículos usados no transporte dos animais;

V - dispor, de acordo com a classificação do estabelecimento, de dependência de abate suficientemente ampla para permitir o normal desenvolvimento das respectivas operações, com dispositivos que evitem o contato das carcaças com o piso ou entre si, bem como o contato manual direto dos operários durante a movimentação das mesmas;

VI - dispor, nos estabelecimentos de abate, de dependências próprias para manipulação e acondicionamento de miúdos, estômagos e intestinos, que devem ser esvaziados e lavados em dependências separadas;

VII - dispor, de acordo com a classificação dos estabelecimentos e sua capacidade, de dependência de matança, conforme o caso, separadas para as várias espécies, de triparia, graxaria para o preparo de produtos gordurosos comestíveis ou não, salsicharia em geral, conserva, depósito de salga de couro, salga, ressalga e secagem de carne, seção de subprodutos não comestíveis e de depósitos diversos, bem como de câmaras frias, proporcionais à capacidade do estacionamento;

VIII - dispor de equipamento, completo e adequado, tais como plataformas, mesas, carros, caixas, estrados, lavatórios para mãos e botas, esterilizadores de serras, facas, ganchos, com água e temperatura mínima de 82º C e outros, usados em quaisquer das fases de recebimento e industrialização da matéria-prima e do preparo de produtos, em número suficiente e construídos com material que permita fácil e perfeita higienização;

IX - possuir dependência específica para higienização de carretilhas e/ou balancins, carros, gaiolas, bandejas e outros componentes de acordo com a finalidade do estabelecimento;

X - dispor de equipamento gerador de vapor com capacidade suficiente para as necessidades do estabelecimento, bem como de instalações de vapor e água em todas as dependências de manipulação e industrialização;

XI - em caso de aves e coelhos a recepção deverá ser feita em plataformas cobertas, protegidas da incidência direta de raios solares e as operações de sangria, esfola, evisceração e preparo de carcaça, com os animais suspensos pelos pés ou cabeças;

XII - as operações de sangria, depenagem e esfola no caso de aves e coelhos, devem ser feitas em dependências separadas e exclusivas;

XIII - dispor de recipientes apropriados em cor vermelha ou identificados através de tarja vermelha, que possam ser totalmente fechados, destinados unicamente ao transporte de matérias-primas e produtos condenados;

XIV - quando necessário, deverá dispor de câmaras frigoríficas de refrigeração com temperatura máxima de 4ºC (quatro graus centígrados) e de congelamento e estocagem com o mínimo de -17ºC (menos de dezessete graus centígrados);

XV - deverá dispor de local adequado, exclusivo, destinado à estocagem de material impróprio ao consumo humano e condenado, desde que sejam recolhidos ao final dos trabalhos e transportados para uma graxaria. Os produtos condenados deverão ser inutilizados e desnaturados pela inspeção estadual;

XVI - deverá dispor de locais e equipamentos próprios para inspeção de cabeças, vísceras, carcaças e inspeção final.

Seção III

- Critérios de Julgamento

Art. 137. Depois de efetuados os trabalhos de inspeção ou de reinspeção, os produtos, sub-produtos e demais derivados, segundo os critérios de julgamento, poderão ter os seguintes destinos:

I - liberados - os que não apresentarem nenhuma nocividade ao consumo humano, característicos de fraude ou alteração de composição;

II - aproveitamento condicional - os que necessitarem de alguma forma de tratamento térmico ou beneficiamento, para serem destinados ao consumo humano;

III - condenados - aos que forem impróprios ao consumo humano, em todo ou em parte.

Parágrafo único. Para estabelecimentos que não possuam instalações adequadas ao aproveitamento condicional ou não haja possibilidade de absorção em outro estabelecimento com inspeção oficial para ser beneficiado, fica à critério da Inspeção, condenar total ou parcialmente.

Art. 138. Os produtos ou matérias-primas de carnes e derivados, destinados a aproveitamento condicional poderão ser submetidos aos seguintes tipos de tratamento ou beneficiamento:

I - tratamento pelo frio - submetido à temperatura e tempo adequados, conforme necessidade de cada caso;

II - salga - submetido a tratamento pelo sal (cloreto de sódio), de forma seca ou úmida, por tempo e temperatura adequada, conforme necessidade de cada caso;

III - salsicharia - serão destinados para esse fim, carcaças, meias carcaças, quartos, cortes e recortes impróprios à comercialização pela sua aparência ou outros casos passíveis deste tipo de aproveitamento, porém aptas ao consumo humano;

IV - esterilização - submetido a tempo e temperatura adequada a cada produto, de forma a eliminar todo e qualquer microorganismo porventura existente.

Art. 139. Os produtos ou matérias-primas condenados poderão ser destinados à alimentação animal ou elaboração de subprodutos não comestíveis, após desnaturação ou esterilização pelo calor.

Subseção III

- Inspeção Ante Mortem

Art. 140. Todos os animais destinados ao abate deverão ser examinados quando da entrada no estabelecimento, ocasião em que serão verificados os documentos de procedência e as condições de saúde do lote.

Art. 141. Os animais a serem abatidos deverão sofrer um período de descanso, jejum e dieta hídrica, nos currais do estabelecimento, por um período nunca inferior a 6 (seis) horas para bovinos, suínos e eqüinos e 2 (duas) horas para aves e pequenos animais.

Parágrafo único. Antes de atingir a sala de matança, os bovinos, suínos e eqüinos devem passar por uma lavagem em chuveiro, superior e lateral com água sob pressão.

Art. 142. Durante todo o período em que os animais permanecerem no estabelecimento deverão ser tomadas medidas adequadas que evitem maus tratos, desde o momento do desembarque, sendo proibida a utilização de instrumentos pontiagudos ou quaisquer outros, capazes de causar danos, conforme as normas de abate humanitário.

Art. 143. Deverão ser abatidos em separados os animais que a inspeção ante mortem demonstrarem:

I - caquexia;

II - menos de 30 (trinta) dias de vida extra-uterina;

III - serem suspeitos ou portadores de doenças infecto-contagiosas.

§ 1º Esses animais não poderão ser destinados ao consumo humano.

§ 2º Após o abate dos animais previstos no inciso 3 (três) deste artigo, as instalações e equipamentos do estabelecimento deverão ser convenientemente desinfetados, com métodos e substâncias apropriadas, conforme instruções da inspeção.

Art. 144. Todo estabelecimento de abate deverá ter instalações próprias para retenção de animais que necessitem de tempo para comprovação de diagnósticos ou liberação para o abate.

Parágrafo único. Enquadram-se neste caso:

I - fêmeas de parto recente, período inferior a 10 (dez) dias;

II - animais em hiper ou hipotermia;

III - suspeitos de doenças infecto-contagiosas;

IV - animais de castração recente.

Art. 145. Os animais que chegarem mortos ou que forem encontrados mortos nos currais serão considerados impróprios para o consumo humano. Estes animais, a juízo da inspeção municipal poderão ser necropsiados em instalações adequadas.

Art. 146. Sempre que necessário, será ordenado o abate imediato de animais agonizantes, com fraturas, contusões generalizadas, hemorragia, decúbito, forçado, sintomas nervosos e outros estados, a juízo da inspeção, denominado como abate de emergência.

Parágrafo único. Este abate deverá ser feito sempre na presença da inspeção que se baseará no exame ante e post-mortem para destinação das carnes.

Art. 147. Animais que tenham morte acidental nas dependências do estabelecimento, desde que imediatamente sangrados e eviscerados, poderão ser aproveitados, a juízo da inspeção.

Subseção IV

- Inspeção Post-Mortem

Art. 148. O sacrifício de animais de açougue deverá ser feito por sangria, efetuada através de incisão dos grandes vasos do pescoço, permitindo-se, nos casos dos suínos, a punção direta no coração, não permitida a utilização de processo que não provoque a efusão de sangue.

Parágrafo único. Antes da sangria deverá ser feita a insensibilização dos animais, através de métodos mecânico (concussão cerebral), elétrico ou outros aprovados pela inspeção e pelas normas recomendadas para o abate humanitário.

Art. 149. A sangria deverá ser feita, sempre, com o animal pendurado pelos membros traseiros.

Art. 150. As evisceraçõs torácica e abdominal deverão ser feitas o mais rápido possível na presença da inspeção, mantendo perfeita identificação das vísceras com a carcaça, até a liberação de todas as peças.

§ 1º Antes da evisceração, deverão ser retirados: a pele, os pêlos ou as penas dos animais abatidos, através de fluxos e métodos aprovados pela inspeção.

§ 2º A cabeça, quando destacada do corpo, deve ser marcada para permitir fácil identificação, com as respectivas carcaças e vísceras.

Art. 151. Na inspeção post-mortem serão examinados e observados todos os órgãos e tecidos, com palpação e apreciação de seus caracteres externos, incisão dos nodos linfáticos correspondentes e, sempre que necessário, incisão dos parênquimas dos órgãos.

Parágrafo único. Deve ser feita na seguinte freqüência:

I - observação das características de sangria;

II - exame da cabeça, língua, glândulas salivares e nodos linfáticos correspondentes;

III - exame da cavidade abdominal, órgão e nodos linfáticos correspondentes;

IV - exame da cavidade torácica, órgãos e nodos linfáticos correspondentes;

V - exame geral da carcaça, serosas e nodo linfáticos acessíveis.

Art. 152. Toda carcaça, partes de carcaça e órgãos com lesão ou anormalidade que possam torná-los impróprios para consumo, devem ser convenientemente assinalados pela inspeção municipal e diretamente conduzidos ao "Departamento de Inspeção Final".

Parágrafo único. Essas peças poderão ser recolhidas a um "Departamento de Seqüestro", sob custódia da inspeção, a fim de aguardar exame e destinação.

Art. 153. Abscessos e lesões supuradas - Carcaças, parte de carcaças ou órgãos atingidos de abscessos ou lesões supuradas, devem ser julgados pelos seguintes critérios:

I - quando a lesão é externa, múltipla ou disseminada de modo a atingir grande parte da carcaça, esta deve ser condenada;

II - carcaças ou parte de carcaças, que se contaminarem acidentalmente com pus serão também condenadas;

III - abscessos ou lesões supuradas, localizados, podem ser removidos e condenados apenas os órgãos e partes atingidas;

IV - serão ainda condenadas as carcaças com alterações gerais (emagrecimento, anemia e icterícia), decorrentes de processo purulento.

Art. 154. Actinomicose e Actinobacilose - Devem ser condenadas as carcaças que apresentem lesões generalizadas de actinomicose ou actinobacilose.

Parágrafo único. Faz-se rejeição parcial nos seguintes casos:

I - quando as lesões são localizadas, sem complicações secundárias e o animal se encontra em boas condições de nutrição. Neste caso a carcaça deve ser aproveitada depois de removidas e condenadas as partes atingidas;

II - são condenadas as cabeças com lesões de actinomicose, exceto quando a lesão maxilar é discreta, estritamente localizada sem supuração ou trajetos fistulosos;

III - quando a actinomicose é discreta e limitada à língua, afetando ou não os nodo linfáticos correspondentes, a cabeça pode ser aproveitada, depois da remoção e condenação da língua e seus nodos.

Art. 155. Adenite ou Linfadenite - As adenites localizadas implicam em rejeição da região que drena a linfa para os nodos atingidos.

Art. 156. Animais novos - Serão condenadas as carcaças de animais novos, nos seguintes casos:

I - quando a carne tiver aparência aquosa, flácida, dilacerando-se com facilidade, podendo ser perfurada sem dificuldade;

II - quando o desenvolvimento muscular, considerando-se em conjunto, é incompleto e as massas musculares apresentarem ligeira infiltração serosa ou pequenas áreas edematosas;

III - quando a gordura peri-renal estiver edematosa, de cor amarelo sujo ou de um vermelho acinzentado, mostrando apenas algumas ilhotas de gorduras.

Art. 157. Asfixia - Todos os suínos que morrerem asfixiados, seja qual for a causa, bem como os que caírem vivos no tanque de escaldagem, serão condenados.

Art. 158. Aspirações - Devem ser condenados os pulmões que apresentem aspirações de sangue, água ou alimentos.

Art. 159. Broncopneumonia verminótica - Devem ser condenados os pulmões que apresentem localizações parasitárias, sem reflexo sobre a musculatura.

Art. 160. Brucelose - Devem ser condenadas as carcaças com lesões extensas de brucelose.

Parágrafo único. Nos casos de lesões localizadas, encaminham-se as carcaças à esterilização pelo calor, depois de removidas e condenadas as partes atingidas.

Art. 161. Bursite - Devem ser condenadas as carcaças com lesões de bursite, na suspeita de possível brucelose.

Art. 162. Caquexia - São condenadas as carcaças em estado de caquexia.

Art. 163. Carbúnculo hemático - Que sejam diagnosticados como portadores de carbúnculo hemático, deverão ter condenação total com destruição inclusive de pêlos, chifres, cascos, peles, vísceras, não podendo ser sangrados ou eviscerados.

Parágrafo único. Quando o reconhecimento ocorrer depois da evisceração, a matança deverá ser interrompida imediatamente, promovendo-se a limpeza e a desinfecção de todos os locais e equipamentos que possam ter tido contato com resíduos dos animais. Após a aplicação dos desinfetantes deverá ser feita lavagem com água corrente e emprego de vapor. O pessoal que manipulou o material infectado, também deverá lavar braços e mão com uma solução desinfetante e procurar o serviço médico imediatamente.

Art. 164. Carnes fermentadas (carnes febris) - Devem ser condenadas as carcaças de animais que apresentem alterações musculares acentuadas e difusas, bem como quando exista degenerescência do miocárdio, fígado, rins ou reação do sistema linfático, acompanhada de alterações musculares.

§ 1º Também são condenadas as carcaças em início de processo putrefático, ainda que, em área muito limitada;

§ 2º A rejeição será também total quando o processo coexista com lesões inflamatórias de origem gástrica ou intestinal principalmente, quando se tratar de vitelos, suínos e eqüinos.

§ 3º Faz-se rejeição parcial quando a alteração é limitada a um grupo muscular e as modificações musculares são pouco acentuadas, com negatividade do exame microscópico direto, destinando-se a carcaça à esterilização pelo calor, após remoção e condenação das partes atingidas.

Art. 165. Carnes hidrêmicas - Serão condenadas as carcaças de animais que apresentem infiltrações edematosas dos parênquimas ou do tecido conjuntivo.

Art. 166. Carnes magras - Animais magros, livres de qualquer processo patológico, podem ser destinados ao aproveitamento condicional (conserva ou salsicharia).

Art. 167. Carnes repugnantes - São assim considerados e condenadas as carcaças que apresentem mau aspecto, coloração anormal ou que exalem odores medicamentosos, excrementiciais, sexuais e outros considerados anormais.

Art. 168. Carnes sanguinolentas - Serão condenadas as carcaças, desde que a alteração seja conseqüência de doenças do aparelho digestivo.

Art. 169. Cenuroses - São condenados unicamente os órgãos atingidos (cérebro ou medula espinhal).

Art. 170. Cirrose hepática - Os fígados com cirrose atrófica ou hipertrófica devem ser condenados, exigindo-se neste caso, rigoroso exame do animal no intuito de se eliminar a hipótese de doenças infecto-contagiosas.

Parágrafo único. São também condenados os fígados com cirrose, decorrente de localização parasitária.

Art. 171. Cisticercoses - Serão condenadas as carcaças com infestações intensas de Cysticercus (Cysticercusbovis, Cysticercuscelulosae, Cysticercus ovis), ou quando a carne é aquosa ou descorada.

§ 1º Entende-se por infestação intensa, a comprovação de um ou mais cistos, em incisões praticadas em várias partes da musculatura, ou mais de um cisto numa área correspondente a aproximadamente a palma da mão (10 cm).

§ 2º Sendo diagnosticada cisticercose nas linhas rotineiras de inspeção, deverão ser examinados, através de incisões nas partes musculares, a cabeça, a língua, o coração, o diafragma e seus pilares, o esôfago, o pescoço e a paleta. O achado de um ou mais cistos neste exame, ocasionará a condenação dos órgãos lesionados e a destinação da carcaça a tratamento pelo frio artificial por 15 (quinze) dias à temperatura de -10ºC (menos dez graus centígrados).

§ 3º As carcaças e vísceras, citadas no parágrafo anterior, poderão também ser destinadas a salga úmida, pelo mínimo de 21 (vinte e um) dias, em condições que permitam, a qualquer momento, sua identificação e reconhecimento, ou destinadas à esterilização pelo calor.

§ 4º É permitido o aproveitamento de tecidos adiposos, procedentes de carcaças com infestações intensas por Cysticercuscellulosae para o fabrico de banha, rejeitando-se as demais partes do animal.

Art. 172. Coloração anormal - Serão condenadas as carcaças ou órgão que apresentarem coloração anormal, exceto em casos de adipoxantose.

Parágrafo único. Entende-se por adipoxantose, pigmentação amarela dos tecidos, principalmente adiposo e fígado, decorrente da ingestão de vegetais ricos em carotenóides.

Art. 173. Congestão - Serão condenados os órgãos que se apresentarem congestos ou hemorrágicos.

Art. 174. Contaminação - As carcaças partem de carcaças e órgãos que se contaminarem durante a evisceração ou qualquer outra fase dos trabalhos, devem ser condenados.

§ 1º Serão também condenadas as carcaças, partes de carcaças, órgãos ou qualquer outro produto comestível que se contamine por contato com o piso ou de qualquer outra forma, desde que não seja possível limpeza completa.

§ 2º Nos casos do parágrafo anterior, o material contaminado pode ser destinado à esterilização pelo calor, a juízo da inspeção, tendo-se em vista a limpeza praticada.

Art. 175. Contusão - As carcaças de animais que apresentarem contusão generalizada devem ser condenadas.

Parágrafo único. Nos casos de contusão localizada, o aproveitamento deve ser condicional (salga, salsicharia ou conserva), a juízo da inspeção, depois de removidas e condenadas as partes atingidas.

Art. 176. Degeneração gordurosa (Esteaose) - Determina a rejeição do órgão, quando não possam ser retiradas as partes lesadas, desde que não ligadas a processo patológico geral.

Art. 177. Dermatoses - Desde que a musculatura se apresente normal, poderão ser aproveitadas para o consumo, as carcaças e órgãos, depois de removidas e condenadas as partes afetadas.

Art. 178. Distomatose - As carcaças de animais portadores de distomatose hepática devem ser condenadas quando houver caquexia.

Art. 179. Edema - Deve ser condenadoàs carcaças que, no exame post mortem, demonstrem edema generalizado (Anasarca).

Parágrafo único. Nos casos discretos e localizados, basta que se removam e se condenem as partes atingidas.

Art. 180. Enfermidades transmitidas por alimentos - Todas as carcaças de animais doentes, cujo consumo possa causar transmissão de enfermidades por alimentos, devem ser condenadas, considerando-se como tais as que procedem de animais que apresentarem:

I - inflamação aguda dos pulmões, pleura, peritônio, pericárdio e meninges;

II - gangrena, gastrite e enterite hemorrágica;

III - septicemia ou pioemia de origem puerperal traumática ou sem causa evidenciada;

IV - metrite ou mamite aguda difusa;

V - poliartrite;

VI - flebite umbilical;

VII - pericardite traumática ou purulenta;

VIII - qualquer inflamação aguda, abcesso ou lesão supurada associada a nefrite aguda, degenerescência gordurosa do fígado, hipertrofia do baço, hiperemia pulmonar, hipertrofia generalizada dos nodos linfáticos e rubefação difusa da pele.

Parágrafo único. Dependendo das características apresentadas, a carcaça poderá ser destinada à esterilização pelo calor.

Art. 181. Enfisema cutâneo - Deve ser condenada a carcaça, sempre que o enfisema cutâneo resulte de doenças orgânicas ou infecciosas.

Parágrafo único. Nos casos limitados, basta condenar as regiões atingidas, inclusive a musculatura adjacente.

Art. 182. Enfisema pulmonar - Devem ser condenados os pulmões que apresentem enfisemas, sem reflexo sobre a musculatura.

Art. 183. Esofagostomose - As carcaças de animais portadores de esofagostomose, sempre que haja caquexia, devem ser condenadas.

Parágrafo único. Os intestinos ou partes de intestinos podem ser aproveitados, desde que os parasitos e/ou lesões causadas por eles, sejam em pequeno número e/ou possam ser extirpados.

Art. 184. Estefanurose - As lesões de gordura peri-renal provocadas pelo Stephnurusdentatus implicam na eliminação das partes alteradas, devendo-se, entretanto, todas as vezes que for possível conservar os rins aderentes à carcaça.

Art. 185. Euritrematose - São condenados os "pâncreas" infestados pelo Euritremacoelomaticum.

Art. 186. Gestação - As carcaças de animais em gestação adiantada ou que apresentem sinais de parto recente devem ser destinados à esterilização, desde que não haja evidências de infecção.

§ 1º Os fetos serão condenados.

§ 2º A fim de atender hábitos regionais, a inspeção pode autorizar a venda de fetos bovinos desde que demonstrem desenvolvimento superior a 7 (sete) meses, procedam de vacas que apresentem bom estado sanitário.

§ 3º É proibida a estocagem de fetos, bem como o emprego de sua carne na elaboração de embutidos e enlatados.

§ 4º Quando houver aproveitamento de peles de fetos, sua retirada deve ser feita na graxaria.

Art. 187. Glossites - Condenam-se todas as línguas portadoras de glossite.

§ 1º Nos casos de lesões já completamente cicatrizadas, as línguas podem ser destinadas à salsicharia, para aproveitamento, após cozimento e retirada do epitélio.

§ 2º É proibido o enlatamento dessas línguas, mesmo quando apresentarem lesões cicatrizadas.

Art. 188. Hepatites - Serão condenados os fígados com hepatites.

Parágrafo único. Em caso de a lesão coexistir com outras alterações, a carcaça também deve ser condenada.

Art. 189. Hidatidose - Podem ser liberadas as carcaças de portadores de hidatidose, desde que, concomitantemente, não haja caquexia.

§ 1º Os órgãos e partes atingidos serão sempre condenados.

§ 2º Fígados portadores de uma ou outra lesão de hidatitose periférica, calcificada e bem circunscrita, podem ter aproveitamento parcial a juízo da inspeção, após remoção e condenação das partes atingidas.

Art. 190. Icterícia - Devem ser condenadas as carcaças que apresentem coloração característica de icterícia (amarelo intenso ou amarelo esverdeado na gordura, tecido conjuntivo, ossos e túnica internas dos vasos).

§ 1º Quando tais carcaças não revelarem caracteres de infecção ou intoxicação e venham a perder a cor anormal após a refrigeração, podem ser destinadas ao consumo.

§ 2º Quando, no caso do parágrafo anterior, as carcaças conservarem a sua coloração depois de resfriadas, podem ser destinadas ao aproveitamento, condicional a juízo da inspeção.

§ 3º Nos casos de coloração amarela somente na gordura de cobertura, quando a musculatura e vísceras são normais e o animal se encontra em bom estado de engorda, com gordura muscular brilhante, firme e de odor agradável, a carcaça pode ser destinada ao consumo.

§ 4º O julgamento de carcaças com tonalidade amarela ou amarela esverdeada será sempre realizado com luz natural.

§ 5º Sempre que houver necessidade, a inspeção lançará mão de provas de laboratório, tais como a "Reação de Diazzo", para a gordura e sangue e a "Reação de Glimbert", para a urina.

Art. 191. Infarto - A presença da lesão de infarto implica em estabelecer se está ou não ligada a doenças infecto-contagiosas.

Parágrafo único. Em todos os casos, os órgãos lesados devem ser condenados.

Art. 192. Ingestão de produtos tóxicos - As carcaças provenientes de animais sacrificados, após a ingestão de produtos tóxicos, acidentalmente ou em virtude de tratamento terapêutico, incidem em rejeição total.

Art. 193. Lesões cardíacas - Devem ser condenados os corações com lesões de pericárdio, miocárdio e endocárdio.

Parágrafo único. Os corações com linfangiectasia podem ter aproveitamento condicional na salsicharia.

Art. 194. Lesões renais - A presença de lesões renais implica em estabelecer se estão ou não ligadas a doenças infecto-contagiosas.

Parágrafo único. Em todos os casos os rins lesados devem ser condenados.

Art. 195. Linfadenitecaseosa - Nos casos de linfadenite serão obedecidos os seguintes critérios:

I - condenam-se as carcaças de animais magros, mostrando lesões extensas em qualquer região;

II - são condenadas também as carcaças de animais gordos, quando as lesões são numerosas e extensas;

III - podem ser aproveitadas para o consumo, as carcaças de animais magros com lesões discretas das glândulas e das vísceras, após remoção e condenação das partes atingidas;

IV - podem igualmente ser aproveitadas, para consumo, as carcaças de animais gordos, revelando lesões pronunciadas das vísceras, desde que só existam lesões discretas noutras partes, como também aquelas com lesões pronunciadas confinadas aos nodos linfáticos, associadas a lesões discretas de outra localização;

V - carcaças de animais magros, mostrando lesões bem pronunciadas das vísceras, acompanhadas de lesões discretas de outras partes, como também as amostras de lesões discretas, podem ser esterilizadas pelo calor após remoção e condenação das partes atingidas;

VI - carcaças de animais gordos com lesões pronunciadas das vísceras e dos nodos linfáticos são também esterilizadas pelo calor, após remoção e condenação das partes atingidas.

Art. 196. Miíases - São condenadas as regiões ou órgãos invadidos por larvas.

Parágrafo único. Quando a infestação já determinou alterações musculares com mau cheiro nas regiões atingidas, a carcaça deve ser julgada de acordo com a extensão da alteração, removendo-se e condenando-se, em todos os casos, as partes atingidas.

Art. 197. Neoplasias - São condenadas as carcaças, partes de carcaças, ou órgãos que apresentem tumores malignos, com ou sem metástase.

Parágrafo único. Quando o tumor de um órgão interno tenha repercussão, por qualquer modo, sobre o estado geral do animal a carcaça deve ser condenada, mesmo que não se tenha verificado metástase.

Art. 198. Parasitas - Aspectos de endoparasitoses, sem reflexos na musculatura, determinam condenação apenas das partes ou órgãos atingidos, desde que seja possível retirá-los.

Art. 199. Peste Suína - Serão condenadas as carcaças de suínos atingidos de peste suína.

§ 1º Quando rins e nodos linfáticos revelem lesões duvidosas, mas se comprove lesão característica da peste em qualquer outro órgão ou tecido, a condenação também é total.

§ 2º Lesões discretas, mas acompanhadas de caquexia ou de qualquer outro foco de supuração, implicará igualmente em condenação total.

§ 3º Quando as lesões forem, de modo geral discretas e circunscritas a um órgão ou tecido, inclusive aos rins e nodos linfáticos, a carcaça será destinada à esterilização pelo calor, depois de removidas e condenadas as partes atingidas. No estabelecimento onde não for possível esta providência, as carcaças devem ser condenadas.

Art. 200. Putrefação - Na reinspeção de carne em natureza ou conservada pelo frio, deve ser condenada a que apresentar qualquer alteração que faça suspeitar de processo de putrefação.

§ 1º Sempre que necessário, a inspeção verificará o pH sobre o extrato aquoso da carne.

§ 2º Sem prejuízo da apreciação dos caracteres sensoriais e de outras provas, a inspeção adotará o pH entre 6,0 e 6,4 (seis e seis e quatro décimos) para considerar a carne ainda em condições de consumo.

Art. 201. Sarcosporidiose - É condenada toda carcaça com infecção intensa de Sarcosporídios ou quando existirem alterações aparentes da carne, em virtude de degenerescência caseosa ou calcária.

Art. 202. Sarnas - A carcaças de animais portadores de sarnas em estado avançado, acompanhadas de caquexia ou de reflexo na musculatura, devem ser condenadas.

Parágrafo único. Quando a sarna é discreta e ainda limitada, a carcaça pode ser destinada ao consumo, depois da remoção e condenação das partes afetadas.

Art. 203. Teleangiectasia maculosa do fígado (angiomatose) - Nos casos desta afecção, obedecendo-se às seguintes normas:

I - condenação total quando a lesão atingir metade ou mais do órgão;

II - liberação nos casos de lesões discretas, após remoção e condenação das partes atingidas.

Art. 204. Triquinose - A inspeção fará retirar fragmentos dos seguintes músculos: pilar do diafragma, base da língua e laríngeos para pesquisa microscópica da Trichinellaspirallis.

§ 1º A inspeção pode também lançar mão de processo biológico para essa verificação.

§ 2º Será condenada a carcaça que acuse a presença de tríquina, cabendo à inspeção tomar as medidas previstas no art. 119.

Art. 205. Tuberculose - Deverão sofrer condenação total (carcaças e vísceras), os animais portadores de tuberculose nos seguintes casos:

I - qualquer forma de tuberculose, quando acompanhada de caquexia, anemia ou febre;

II - tuberculose miliar aguda, caracterizada pela existência de múltiplas granulações cinzas ou diversas tuberculoses miliares aproximadamente do mesmo desenvolvimento;

III - lesões tuberculosas, indicando colapso das defesas orgânicas, tais como; tuberculose generalizada nos pulmões; tuberculose caseosa extensa em um órgão; tuberculose aguda exudativa da pleura, peritônio, pericárdio ou meninges; tuberculose linfática hipertrofiantesemicaseosa.

§ 1º Serão liberadas as carcaças em qualquer outro caso de tuberculose, devendo ser retiradas e destruídas as partes lesionadas. No caso de tuberculose óssea, exige-se a completa desossa e destruição do esqueleto, liberando-se, porém as porções musculares.

§ 2º No caso de lesões discretas, a juízo da inspeção e após a retirada das partes lesionadas, a carcaça pode ser destinada à esterilização pelo calor.

CAPÍTULO V

- LEITE E DERIVADOS

Seção I - Classificação de Estabelecimentos

Art. 206. Os estabelecimentos de leite e derivados são classificados em:

I - fazenda leiteira;

II - posto de recebimento e refrigeração;

III - fábrica de laticínios;

IV - usina de beneficiamento;

V - entreposto de laticínios.

§ 1º Entende-se por "fazenda leiteira" o estabelecimento localizado na zona rural destinado à produção, refrigeração, pasteurização e embalagem de leite para consumo.

§ 2º Entende-se por "posto de recebimento e refrigeração" o estabelecimento destinado ao recebimento de creme ou de leite, onde podem ser realizadas operações de medição, pesagem, refrigeração, desnate e estocagem.

§ 3º Entende-se por "fábrica de laticínios" o estabelecimento destinado ao recebimento de leite e de creme, para o preparo de quaisquer produtos de laticínios.

§ 4º Entende-se por "usina de beneficiamento" o estabelecimento que tem por fim principal receber, filtrar, refrigerar, pasteurizar, embalar e estocar higienicamente o leite destinado ao consumo humano, podendo também elaborar produtos de laticínios.

§ 5º Entende-se por "entreposto de laticínios" o estabelecimento destinado ao recebimento, maturação, classificação, estocagem e distribuição de produtos de laticínios.

Seção II

- Classificação de Produtos

Subseção Única - Produtos Comestíveis

Art. 207. Entende-se por "leite", sem outras especificações, o produto normal fresco, integral, oriundo de ordenha completa e ininterrupta, em condições de higiene, de fêmeas bovinas sadias, bem alimentadas e descansadas.

Parágrafo único. Deverá constar a identificação da espécie, quando o leite não for de origem bovina.

Art. 208. Denomina-se "gado leiteiro" todo rebanho explorado com a finalidade de produzir leite.

Art. 209. Considera-se leite normal in natura, o produto que apresente:

I - caracteres sensoriais normais;

II - teor de gordura mínimo de 3,0% (três por cento);

III - acidez, em graus Dornie entre 15 e 20 (quinze e vinte);

IV - densidade a 15ºC (quinze graus centígrados), entre 1,028 (hum e vinte e oito milésimos) e 1,033 (hum e trinta e três milésimos);

V - lactose - mínima de 4,3% (quatro e três décimos por cento);

VI - extrato seco desengordurado - mínimo de 8,5% (oito e cinco décimos por cento);

VII - extrato seco total - mínimo de 11,5% (onze e cinco por cento);

VIII - índice crioscópico - mínimo -0,55ºC (menos cinqüenta e cinco centésimos de graus centígrados);

IX - índice refratométrico no soro cúprico a 20ºC (vinte graus centígrados) não inferior a 37º (trinta e sete graus) Zeiss;

X - teor de proteína total - mínimo de 3% (três por cento).

Parágrafo único. A composição média do leite das espécies caprinas, ovinas e outras, bem como as condições de sua obtenção, serão determinadas quando houver produção intensiva desse produto, a nível municipal.

Art. 210. Entende-se por "leite de retenção" o produto de ordenha, a partir do 30º (trigésimo) dia antes da parição.

Art. 211. Entende-se por "colostro" o produto da ordenha obtido após o parto e enquanto estiverem presentes os elementos que os caracterizem.

Art. 212. Entende-se por "leite resfriado" aquele que foi submetido a frio industrial, tendo a sua temperatura reduzida a 5ºC (cinco graus centígrados), tolerando-se 10ºC (dez graus centígrados) ao leite destinado às indústrias.

Art. 213. Entende-se por "leite integral" aquele que não sofreu alteração no seu teor natural de gordura.

Art. 214. Entende-se por "leite padronizado" aquele que foi submetido à retirada parcial do seu teor de natural de gordura.

Parágrafo único. Deverá constar da rotulagem o teor de gordura a que o leite foi padronizado.

Art. 215. Entende-se por "leite desnatado" aquele que foi submetido à retirada total do seu teor natural de gordura.

Art. 216. Entende-se por "leite pasteurizado" aquele submetido à ação do calor, com o fim de destruir totalmente a flora bacteriana patogênica, sem alteração sensível da constituição física e do equilíbrio químico do leite, sem prejuízo dos seus elementos bioquímicos, assim como de suas propriedades sensoriais normais.

§ 1º São permitidos os seguintes processos de pasteurização:

I - pasteurização lenta, que consiste no aquecimento do leite à temperatura entre 62ºC e 65ºC (sessenta e dois e sessenta e cinco graus centígrados) por 30 (trinta) minutos, em aparelhagem própria, permitindo-se a utilização apenas nos casos de produção de subprodutos;

II - pasteurização rápida ou de curta duração, que consiste no aquecimento do leite em camada laminar à temperatura entre 72º e 75ºC (setenta e dois e setenta e cinco graus centígrados) por 15 a 20 (quinze a vinte) segundos, em aparelhagem própria.

§ 2º Imediatamente após a pasteurização, o leite será refrigerado entre 2ºC e 5ºC (dois e cinco graus centígrados).

§ 3º Só se permite a utlização de aparelhagem convenientemente instalada e em perfeito funcionamento, provida de dispositivos de controle automático, de termo regulador, de registradores de temperatura e outros que venham a ser considerados necessários para o controle técnico-sanitário da operação.

§ 4º É proibida a repasteurização do leite.

§ 5º Será considerado pasteurizado o leite que em laboratório acusar a ausência da enzima fosfatase e a presença da enzima peroxidase.

§ 6º O leite pasteurizado, para ser entregue ao consumo, deve atender:

I - densidade a 15ºC (quinze graus centígrados) entre 1,028 (um e vinte e oito milésimos) e 1,033 (um e trinta e três milésimos) g/ml podendo chegar a 1,035 (um e trinta e cinco milésimos) g/ml nos leites padronizados;

II - extrato seco desengordurado com um mínimo de 8,5% (oito e cinco décimos por cento) para o leite integral e 8,7% (oito e sete décimos por cento) para o padronizado;

III - acidez entre 15 (quinze) e 18ºD (dezoito graus Dornie);

IV - índice crioscópico mínimo entre -0,53ºC (menos cinqüenta e três centésimos de graus centígrados) e -0,55ºC (menos cinqüenta e cinco centésimos de graus centígrados);

V - teor de proteína total-mínimo de 3% (três por cento).

§ 7º Considera-se fraude a presença de qualquer componente estranho à composição normal do leite.

§ 8º É proibido o aproveitamento, para fins de alimentação humana, do "leite de retenção" e do "colostro".

Art. 217. Entende-se por "leite esterilizado" aquele submetido a tratamento térmico para eliminação total de sua flora microbiana, em equipamento hermético, sob pressão.

Art. 218. Entende-se por "leite reconstituído" o produto resultante da dissolução em água, do leite em pó, adicionado ou não de gordura láctea, seguido de homogeneização e pasteurização.

Art. 219. Entende-se por "leite concentrado" o produto resultante da desidratação parcial em vácuo, do leite fluido, seguido de refrigeração.

Parágrafo único. É permitida a adição de estabilizador de caseína de, no máximo 0,1 g% (um décimo de grama por cento).

Art. 220. Entende-se por "leite evaporado" ou "leite condensado sem açúcar" o produto resultante da desidratação parcial em vácuo, de leite próprio para consumo, seguido de homogeneização e embalagem.

Art. 221. Entende-se por "leite condensado" o produto resultante da desidratação parcial de leite próprio para consumo, adicionado de açúcar.

Parágrafo único. O teor de açúcar não deve ultrapassar 45% (quarenta e cinco por cento) no produto, excluída a lactose.

Art. 222. Entende-se por "doce de leite" o produto resultante do cozimento da mistura de leite e açúcar (sacarose ou glicose), adicionado ou não de aromatizante, até concentração conveniente e caramelização parcial.

§ 1º O doce de leite deve apresentar:

I - teor de proteína mínimo de 6% (seis por cento);

II - teor de açúcar máximo de 55% (cinqüenta e cinco por cento), excluída a lactose;

III - resíduo mineral fixo de no máximo 2% (dois por cento).

§ 2º É permitida a adição de cacau, amendoim, castanhas, nozes ou outras substâncias, previamente aprovadas pela inspeção.

§ 3º São permitidas a adição de estabilizador de caseína de, no máximo, 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o volume de leite e a redução de acidez com bicarbonato de sódio.

Art. 223. Entende-se por "leite em pó" o produto resultante da retirada, em condições apropriadas, da quase totalidade da água de constituição do leite em natureza, com teor de gordura ajustado para o respectivo tipo.

Parágrafo único. O leite em pó, para consumo direto, deve atender às seguintes especificações:

I - solubilidade mínima de 98% (noventa e oito por cento);

II - umidade máxima de 4% (quatro por cento);

III - ausência de conservadores e de oxidantes.

Art. 224. Entende-se por "creme de leite" o produto rico em gordura, resultante da desnatação do leite.

Parágrafo único. O creme de leite, para o consumo humano, deve atender às seguintes especificações:

I - deve ser pasteurizado;

II - deve constar na rotulagem o teor de gordura;

III - não pode ter a sua acidez reduzida por produtos químicos.

Art. 225. Entende-se por "manteiga" o produto resultante da batedura do creme de leite fresco ou fermentado pela adição de fermento láctico selecionado, ao qual se incorpore ou não sal (cloreto de sódio).

§ 1º Será considerada "manteiga extra" aquela que:

I - for obtida de creme pasteurizado;

II - for obtida de creme adicionado de fermento lático e maturado;

III - não contiver mais de 1,0% (um por cento) de insolúveis, excluído o cloreto de sódio.

§ 2º Será considerada "manteiga de 1ª qualidade" aquela que:

I - for obtida de creme pasteurizado;

II - for obtida de creme adicionado de fermento lático e maturado;

III - não contiver mais de 1,5% (um e cinco décimos por cento) de insolúveis, excluído o cloreto de sódio.

§ 3º Será considerada "manteiga comum ou de 2ª qualidade" aquela que:

I - não for, necessariamente, obtida de creme pasteurizado;

II - não sofrer adição de fermento lático;

III - não contiver mais de 2% (dois por cento) de insolúveis, excluído o cloreto de sódio.

§ 4º Independente da classificação, a manteiga deverá ter no mínimo 80% (oitenta por cento) de gordura.

Art. 226. Entende-se por "queijo" o produto fresco ou maturado que se obtém por separação parcial do soro do leite reconstituído (integral, parcial ou totalmente desnatado) ou de soros lácteos, coagulados pela ação física do coalho, enzimas específicas de bactérias específicas, de ácidos orgânicos, isolados ou combinados, todos de qualidade apta para uso alimentar, com ou sem agregação de substâncias alimentícias e/ou condimentos, aditivos especificamente indicados, substâncias aromatizantes e matérias corantes.

§ 1º Serão considerados "frescais" os queijos colocados no comércio até 5 (cinco) dias após a fabricação.

§ 2º Serão considerados "maturados" os queijos que sofrerem trocas bioquímicas e físicas necessárias e características da variedade do queijo.

§ 3º Serão considerados de "curta maturação" os queijos que forem colocados no comércio entre 5 (cinco) e 60 (sessenta) dias após a fabricação.

§ 4º Serão considerados de "longa maturação" os queijos que forem colocados no comércio após 60 (sessenta) dias de fabricação.

§ 5º Na rotulagem deverá constar o teor de gordura e o tratamento térmico do leite usado no fabrico do queijo.

Art. 227. Entende-se por "requeijão" o produto obtido pela fusão de misturas de creme com massa de coalhada, dessorada e lavada.

Art. 228. Entende-se por "queijo fundido" o produto obtido de fusão, em condições apropriadas, da massa de queijos maturados, adicionados ou não de condimentos.

Art. 229. Entende-se por "leite fermentado" o produto resultante da fermentação do leite pasteurizado ou esterilizado, por fermentos lácticos próprios. Compreende vários tipos: o "quefir", o "iogurte", o "leite acidófilo" e a "coalhada", os quais podem ser obtidos de matéria-prima procedentes de qualquer espécie leiteira.

§ 1º Denomina-se "quefir" o produto resultante da fermentação do leite pelos fermentos contidos nos grãos de quefir ou por adição de levedura de cerveja ou fermentos láticos. Seu teor em ácido lático deverá ficar entre 0,5 e 1,5% (meio a um e meio por cento) e deverá ter o seu teor de gordura especificado em rotulagem.

§ 2º Denomina-se "iogurte" o produto resultante da ação do Lactobacillusbulgaricus e do Streptococcuslactis. Seu teor em ácido lático deverá ficar entre 0,5 e 1,5% (meio a um e meio por cento) e deverá ter o seu teor de gordura especificado em rotulagem.

§ 3º Denomina-se "leite acidófilo" o produto resultante da ação do Lactobacillusacidophilus sobre o leite. O seu teor em ácido lático deverá ficar entre 0,5 e 1,5% (meio a um e meio por cento) e seu teor de gordura deverá ser especificado em rotulagem.

§ 4º Denomina-se "coalhada" o produto resultante da ação de fermentos láticos selecionados sobre o leite. Seu teor em ácido lático deverá ficar entre 0,5 e 1,5% (meio a um e meio por cento) e seu teor de gordura deverá ser especificado em rotulagem.

Art. 230. Entende-se por "leite aromatizado" a mistura preparada com leite, açúcar, aromatizantes (cacau, sucos ou essências de frutas) ou outras

substâncias, a juízo da inspeção, submetido à pasteurização ou à esterilização.

Art. 231. Entende-se por "leite gelificado" o produto resultante da formação de gel estável, elaborado a partir de leite pasteurizado ou esterilizado, na proporção mínima de 40% (quarenta por cento) com adição de ingredientes e aditivos apropriados. O teor de extrato seco lácteo total deverá ser de 6,3% (seis e três décimos por cento), no mínimo.

Art. 232. Entende-se por "soro de leite" o produto resultante da coagulação do leite empregado na fabricação de queijos ou caseína.

Parágrafo único. Entende-se por "soro de leite em pó" o produto obtido com a retirada parcial da água, do soro de leite, em condições apropriadas, devendo o produto final não conter mais do que 8% (oito por cento) de umidade.

Art. 233. Entende-se por "ricota" o produto resultante da precipitação da albumina do soro de leite com adição de leite em até 20% (vinte por cento).

Seção III

- Condições Específicas de Funcionamento

Art. 234. Tratando-se de estabelecimentos de leite e derivados, devem estes ainda satisfazer as seguintes condições:

I - estar localizado em pontos distantes de fontes produtoras de mau cheiro;

II - construir as dependências de maneira a se observar, se for o caso, desníveis e fluxo contínuo na seqüência dos trabalhos de recebimento, manipulação, fabricação, salga, maturação, embalagem e expedição dos produtos;

III - ter as dependências principais do estabelecimento, como as de recebimento de matéria-prima, desnate, beneficiamento, salga, cura, envase e depósito de produtos utilizados na alimentação humana, separados por paredes inteiras das que se destinam à lavagem e esterilização de vasilhames ou ao preparo de produtos não comestíveis;

IV - ser construído em centro de terreno, afastado do limite das vias públicas, preferencialmente 5 m (cinco metros) na frente e dispondo de entradas laterais que permitam a movimentação dos veículos de transporte. Quando existir local de ordenha, este deverá ser afastado de no mínimo 30 m (trinta metros) com exceção daqueles que utilizarem circuito fechado desde a ordenha até o envase;

V - ter pé-direito de 3,50 m (três metros e cinqüenta centímetros) nas dependências de elaboração de produtos; 3 m (três metros) nas plataformas, laboratórios e lavagem de vasilhames; 2,80 m (dois metros e oitenta centímetros) nos vestiários e instalações sanitárias e 2,50 m (dois metros e cinqüenta centímetros) nas câmaras frigoríficas;

VI - ter as dependências orientadas de tal modo que os raios solares não prejudiquem os trabalhos de fabricação ou maturação dos produtos;

VII - dispor de aparelhagem industrial completa e adequada para a realização de trabalhos de beneficiamento e industrialização;

VIII - dispor de dependência ou de local apropriado e convenientemente aparelhado, a juízo da inspeção, para a lavagem e sanitização de vasilhames e carros tanques;

IX - dispor de depósito para caixas, cestas e embalagens;

X - dispor de local de ordenha devidamente coberto, com piso impermeabilizado, de cimento ou outro material aprovado, com declive não inferior a 2% (dois por cento), provido de sistema de escoamento, com cercas caiadas ou paredes impermeabilizadas até a altura de 2 m (dois metros), com facilidades de higienização;

XI - ter dependência de recepção, com laboratório para seleção de matéria-prima;

XII - todo o equipamento por onde circula o leite deverá ser de aço inoxidável permitindo-se na elaboração de derivados, outros equipamentos de material impermeável a juízo da inspeção.

Seção IV

- Critério de Julgamento

Art. 235. Efetuados os trabalhos de inspeção e reinspeção, o leite e seus derivados, segundo critérios de julgamento, poderão ter os seguintes destinos:

I - liberados - os que não apresentarem nenhuma nocividade ao consumo humano, características de fraude ou alteração de composição;

II - aproveitamento condicional - os que necessitarem de alguma forma de beneficiamento para serem destinados ao consumo humano;

III - condenados - os que não se prestarem de nenhuma forma ao consumo humano.

Art. 236. Os produtos ou matérias-primas destinadas a aproveitamento condicional poderão ser submetidos aos seguintes tipos de beneficiamento:

I - desnate - através de centrifugação, separando a matéria gorda para fabricação de manteiga. A parte líquida obtida através do desnate, não poderá ser destinada ao consumo humano direto;

II - fabricação de queijos;

III - cocção ou cozimento - submetido ao calor por tempo e temperatura característicos de cada produto;

IV - secagem - submetido ao calor em condições específicas por tempo e temperatura adequados, com a retirada quase total de sua umidade;

V - fusão - utilização do calor em produtos lácteos, sólidos ou pastosos, por tempo e temperatura adequados a cada produto, de forma a eliminar sua nocividade ao consumo humano.

Art. 237. Os produtos ou matérias-primas condenados poderão ser destinados à alimentação animal ou a elaboração de subprodutos não comestíveis, após desnaturação ou esterilização pelo calor.

Art. 238. É obrigatória a análise do leite destinado ao consumo ou a industrialização.

Parágrafo único. Os estabelecimentos são obrigados a controlar as condições do leite mediante instruções fornecidas pela inspeção.

Art. 239. A análise do leite seja qual for o fim a que se destina, abrangerá os caracteres sensoriais e as provas de rotina, assim consideradas:

I - caracteres sensoriais (cor, cheiro, sabor e aspecto);

II - temperatura e lacto-filtração;

III - densidade pelo termo-lacto-densímetro a 15ºC (quinze graus centígrados);

IV - acidez pelo método Dornic;

V - gordura pelo método de Gerber;

VI - extrato seco total e desengordurado;

VII - índice crioscópico;

VIII - prova de redutase;

IX - teor de proteína bruta.

Parágrafo único. Será permitido, para a seleção do leite em latões na recepção, o emprego da prova de densidade e o uso da prova de álcool ou alizarol em substituição ao método Dornic, retirando-se amostras de cada latão para posterior complementação das análises.

Art. 240. Sempre que necessário, a inspeção realizará as provas de determinação de:

I - conservadores e inibidores;

II - neutralizantes;

III - reconstituintes de densidade.

Art. 241. Acidez - O leite pasteurizado que apresentar acidez acima de 18ºD (dezoito graus Dormic) será destinado para aproveitamento condicional. Só poderão ser destinados para fabricação de queijos com até 20ºD (vinte graus Dormic). Todo leite acima de 20ºD (vinte graus Dormic) será destinado ao desnate ou cocção. Todo creme de leite que apresentar mais de 18ºD (dezoito graus Dormic) será destinado para fabricação de manteiga. As manteigas terão como até máximo de acidez em soluto alcalino normal em 100 g (cem gramas) de matéria gorda: 2 ml (dois mililitros) para a extra; 3 ml (três mililitros) para a comum ou de segunda qualidade. As que tiverem acidez maior deverão ser desclassificadas para o tipo inferior ou destinadas para fusão.

Art. 242. Aguagem - O leite considerado aguado será destinado ao desnate. A manteiga com excesso de umidade que não puder ser reduzida será destinada à fusão. O leite em pó com excesso de umidade não poderá ser destinado ao consumo humano direto.

Art. 243. Características sensoriais - O leite que apresentar caracteres sensoriais anormais (cor, cheiro, sabor, aspecto), sem prejuízo ao consumo humano, será destinado ao desnate, caso contrário, será condenado. Os derivados serão destinados à fusão ou condenados.

Art. 244. Colostro - O leite em que for confirmada a presença de colostro será condenado.

Art. 245. Conservadores - Leite e seus derivados que apresentarem conservadores serão condenados, à exceção daqueles aprovados pela inspeção devido a tecnologia de fabricação já consagrada e deverão constar da rotulagem.

Art. 246. Contaminação - O leite e seus derivados contaminados serão condenados. Serão contaminados todos os produtos de laticínios que apresentarem flora microbiana fora dos padrões ou germes patogênicos ao homem bem como contaminantes químicos (agrotóxicos, metais pesados e outros).

Art. 247. Impurezas - O leite e seus derivados com impurezas, que possam ser beneficiados tecnologicamente, deverão sofrer aproveitamento condicional. Serão condenados os produtos que contiverem impurezas nocivas a saúde humana.

Art. 248. Inibidores - O leite in natura, resfriado, pasteurizado ou esterilizado que apresentar inibidores será condenado. Produtos lácteos que necessitem tecnologicamente da presença de inibidores deverão ter prévia aprovação da inspeção e constar da rotulagem.

Art. 249. Leite coalhado - O leite que se apresentar coagulado deverá ser condenado.

Art. 250. Leite fisiologicamente anormal - O leite que for considerado fisiologicamente anormal (na ordenha) será destinado ao aproveitamento condicional.

Art. 251. Leite viscoso - O leite que se apresentar viscoso (presença de sangue ou pus) será condenado.

Art. 252. Neutralizante - O leite resfriado, pasteurizado, esterilizado e o creme de leite que apresentarem neutralizantes serão condenados. Será permitido o uso de neutralizantes naqueles produtos lácteos que a técnica industrial o exigir, mediante aprovação prévia da inspeção e desde que conste da rotulagem.

Art. 253. Padrões alterados - Leite e produtos lácteos que se apresentarem com padrões alterados, sem prejuízo da saúde humana, poderão ser desclassificados para um tipo inferior ou destinados a aproveitamento condicional.

Art. 254. Putrefação - O leite e produtos lácteos que se apresentarem em estado de putrefação serão condenados.

Art. 255. Ranço - Os produtos que se apresentarem com ranço serão condenados.

Art. 256. Reconstituinte de densidade - O leite que se apresentar com sua densidade reconstituída será condenado.

Art. 257. Substâncias estranhas - O leite e produtos lácteos com substâncias estranhas à sua composição original serão condenados.

Art. 258. Tufamento - Os queijos e produtos lácteos que se apresentarem tufados serão condenados.

CAPÍTULO VI

- PESCADO E DERIVADOS

Seção I - Classificação de Estabelecimentos

Art. 259. Os estabelecimentos destinados ao pescado e seus derivados são classificados em:

I - entrepostos de pescados;

II - fábrica de conservas de pescados.

§ 1º Entende-se por "entreposto de pescado" o estabelecimento dotado de dependências e instalações adequadas ao recebimento, manipulação, frigorificação, distribuição e comércio do pescado, dispondo, se necessário, de equipamentos para aproveitamento integral de subprodutos não comestíveis.

§ 2º Entende-se por "fábrica de conservas de pescados" o estabelecimento dotado de dependências, instalações e equipamentos adequados ao recebimento, manipulação, cura e processamento do pescado por qualquer forma, com aproveitamento integral de subprodutos não comestíveis.

Seção II - Classificação de Produtos

Subseção I - Produtos Comestíveis

Art. 260. A denominação genérica "PESCADO" compreende os peixes, crustáceos, moluscos, anfíbios, quelônios, répteis e mamíferos, de água doce ou salgada, usados na alimentação humana.

Art. 261. Entende-se por "fresco" o pescado dado ao consumo sem ter sofrido qualquer processo de conservação, a não ser a ação do gelo.

Art. 262. Entende-se por "resfriado" o pescado devidamente acondicionado em gelo e mantido em temperatura entre -0,5º a 2ºC (menos meio a dois graus centígrados).

Art. 263. Entende-se por "congelamento" o pescado tratado por processos adequados de congelação, em temperatura não superior a -10ºC (menos dez graus centígrados).

§ 1º Depois de submetido à congelação o pescado deve ser mantido em câmara frigorífica a -10ºC (menos dez graus centígrados).

§ 2º O pescado uma vez descongelado, não pode ser novamente congelado.

Art. 264. "Pescado em conserva" é o produto elaborado com pescado íntegro, envasado em recipientes herméticos e esterilizados, compreendendo, além de outros previstos neste Regulamento, os seguintes tipos:

I - ao natural;

II - em azeite ou óleos comestíveis;

III - em escabeche;

IV - em vinho branco;

V - em molho.

§ 1º Entende-se por "pescado ao natural" o produto que tenha por líquido de cobertura uma salmoura fraca, adicionada ou não de substâncias aromáticas comestíveis.

§ 2º Entende-se por "pescado em azeite ou em óleos comestíveis" o produto que tenha por líquido de cobertura azeite de oliva ou óleo comestível

adicionado ou não de substâncias aromáticas, observadas as seguintes condições:

I - o azeite ou óleo comestível utilizado isoladamente ou em mistura com outros ingredientes, deve ser puro e apresentar no máximo 2% (dois por cento) de acidez em ácido oléico;

II - é tolerado, a juízo da inspeção, o emprego de um único ou a mistura de vários óleos comestíveis na elaboração das conservas de que trata o presente artigo, devendo constar no rótulo a expressão "em óleo ou óleos comestíveis", conforme seja o caso;

III - a designação "em azeite" fica reservada para as conservas que tenham como líquido de cobertura azeite de oliva.

§ 3º entende-se por "pescado em escabeche" o produto que tenha por líquido de cobertura principal o vinagre, adicionado ou não de substâncias aromáticas.

§ 4º entende-se por "pescado em vinho branco" o produto que tenha por líquido de cobertura principal o vinho branco, adicionado ou não de substâncias aromáticas.

§ 5º entende-se por "pescado ao molho" o produto que tenha por líquido de cobertura molho com base em meio aquoso ou gorduroso.

Art. 265. Entende-se por "pasta de pescado" o produto elaborado com pescado íntegro que depois de cozido, sem ossos ou espinhas, é reduzido à massa, condimentado e adicionado ou não de farináceos.

§ 1º Permite-se adicionar farináceos a essas conservas até 10% (dez por cento) e cloreto de sódio até 18% (dezoito por cento).

§ 2º Permitem-se quantidades maiores que fixadas no parágrafo anterior, mediante autorização prévia da inspeção e expressa declaração no rótulo.

Art. 266. É permitido o preparo de outros tipos de conservas de pescados, desde que aprovadas pela inspeção.

Art. 267. As conservas de pescado, submetidas à esterilização só serão liberadas para consumo, depois de observadas no mínimo por 10 (dez) dias em estufa a 37ºC (trinta e sete graus centígrados), em condições que venham a ser determinadas em instruções especiais da inspeção.

Art. 268. Entende-se por "pescado curado" o produto elaborado com pescado íntegro, tratado por processos especiais, compreendendo, além de outros, os seguintes tipos principais:

I - pescado salgado;

II - pescado prensado;

III - pescado defumado;

IV - pescado dessecado.

Art. 269. Entende-se por "pescado salgado" o produto obtido pelo tratamento do pescado íntegro, pela salga a seco ou por salmoura.

§ 1º A juízo da inspeção poderá ser permitido no preparo de pescado salgado o tratamento por mistura de sal (cloreto de sódio) ou salmoura, contendo açúcar, nitrito e nitrato de sódio e condimentos.

§ 2º O pescado salgado, quando envasado em salmoura, será designado "pescado em salmoura".

Art. 270. Entende-se por "pescado prensado" o produto obtido pela prensagem do pescado íntegro, convenientemente curado pelo sal (cloreto de sódio).

§ 1º O prazo mínimo de cura do pescado é fixado em três semanas.

§ 2º Além das propriedades sensoriais próprias, o pescado prensado não deve conter mais de 45% (quarenta e cinco por cento) de umidade e 8% (oito por cento) de gordura.

§ 3º Caso ultrapasse os limites fixado no parágrafo anterior, o produto será defumado ou dessecado.

Art. 271. Entende-se por "pescado defumado" o produto obtido pela defumação do pescado íntegro, submetido previamente à cura pelo sal (cloreto de sódio).

§ 1º Permite-se defumação a quente ou a frio.

§ 2º A defumação deve ser feita em estufas apropriadas à finalidade e realizada pela queima de madeiras não resinosas, secas e duras.

Art. 272. Entende-se por "pescado dessecado" o produto obtido pela dessecação natural ou artificial do pescado íntegro.

§ 1º Entende-se por "pescado salgado seco" o produto obtido pela dessecação do pescado íntegro, tratado previamente pelo sal (cloreto de sódio), com o máximo de 35% (trinta e cinco por cento) de umidade e 25% (vinte e cinco por cento) de resíduo mineral fixo.

§ 2º Entende-se por "pescado seco" o produto obtido pela dessecação apropriada do pescado íntegro, tendo no máximo 12% (doze por cento) de umidade e 5,5% (cinco e meio por cento) de resíduo mineral fixo.

§ 3º Entende-se por "pescado desidratado" o produto obtido pela dessecação profunda em aparelhagem adequada do pescado íntegro, tendo no máximo 5% (cinco por cento) de umidade e 3% (três por cento) de resíduo mineral fixo.

Art. 273. Entende-se por "embutido de pescado" todo produto elaborado com pescado íntegro, curado ou não, cozido ou não, defumado e dessecado ou não, tendo como envoltório tripa, bexiga ou envoltório artificial aprovado pela inspeção.

Parágrafo único. No preparo de embutidos de pescado serão seguidas, naquilo que lhes for aplicável, as exigências previstas neste Regulamento para os demais embutidos cárneos.

Art. 274. É obrigatória a limpeza e evisceração do pescado, utilizado na elaboração de produtos em conserva ou curados, destinados à alimentação humana, qualquer que seja a forma de seu processamento.

Subseção II

- Produtos não Comestíveis

Art. 275. Entende-se por "farinha de pescado" o subproduto obtido pela cocção do pescado ou de seus resíduos mediante o emprego de vapor, convenientemente prensado, dessecado e triturado.

Parágrafo único. Para efeito de classificação consideram-se dois tipos de farinha de pescado: de 1ª qualidade ou do tipo comum e de 2ª qualidade:

I - a farinha de pescado de 1ª qualidade (tipo comum) deve conter no mínimo 60% (sessenta por cento) de proteínas;

II - a farinha de pescado de 2ª qualidade deve conter no mínimo 40% (quarenta por cento) de proteína.

Art. 276. Entende-se por "óleo de pescado" o subproduto líquido obtido pelo tratamento de matérias-primas pela cocção a vapor, separado por decantação ou centrifugação ou prensagem e filtração ou por qualquer outro processo adequado e que apresente no máximo 3% (três por cento) de acidez em ácido oléico.

Art. 277. Entende-se por "adubo de pescado" o subproduto que não atenda às especificações fixadas para farinha de pescado.

Art. 278. Entende-se por "solúvel concentrado de pescado" o produto obtido pela evaporação e concentração, em aparelhagem adequada, de parte líquida resultante, após separação do óleo.

§ 1º Permite-se seu aproveitamento como matéria-prima a ser incorporada à farinha de pescado ou para fins industriais.

§ 2º Este subproduto deve conter no máximo 30% (trinta por cento) de proteína.

Seção III

- Condições Específicas de Funcionamento

Art. 279. Tratando-se de estabelecimento de pescado e derivados, além das condições básicas já previstas, devem dispor de dependências para inspeção sanitária, recebimento, manipulação, cura, processamento, estocagem e expedição, conforme a necessidade.

Seção IV

- Critérios de Julgamento

Art. 280. Efetuados os trabalhos de inspeção ou de reinspeção, o pescado e seus derivados, segundo os critérios de julgamento, poderão ter os seguintes destinos:

I - liberados - os que não apresentarem nenhuma nocividade ao consumo humano, características de fraudes ou alteração de composição;

II - aproveitamento condicional - os que necessitarem de alguma forma de beneficiamento para serem destinados ao consumo humano;

III - condenados - os que não se prestarem, sob nenhuma forma, ao consumo humano.

Art. 281. Os produtos ou matérias-primas destinados a aproveitamento condicional poderão ser submetidos aos seguintes tipos de beneficiamento:

I - salga - submetido a tratamento pelo sal (cloreto de sódio), de forma seca ou úmida, por tempo e temperatura adequados, conforme a necessidade de cada caso;

II - esterilização - submetido a tempo e temperatura adequados a cada produto, de forma a eliminar todo e qualquer microorganismo porventura existente.

Art. 282. Os produtos ou matérias-primas condenadas poderão ser destinados à alimentação animal ou elaboração de subprodutos não comestíveis, após desnaturação ou esterilização pelo calor.

Art. 283. Será liberado o pescado que apresentar as seguintes características:

I - Peixes:

a) superfície do corpo limpa, com relativo brilho metálico;

b) olhos transparentes, brilhantes e salientes, ocupando completamente as órbitas;

c) guelras rosas ou vermelhas, úmidas e brilhantes, com odor natural próprio e suave;

d) ventre roliço, firme, não deixando impressão duradoura à pressão dos dedos;

e) escamas brilhantes, bem aderentes à pele e nadadeiras apresentando certa resistência aos movimentos provocados;

f) carne firme, consistência, de cor própria à espécie;

g) vísceras íntegras, perfeitamente diferenciadas;

h) ânus fechado;

i) cheiro específico, lembrando o das plantas marinhas.

Parágrafo único. As determinações físicas e químicas para caracterização do pescado fresco são:

I - reação negativa de gás sulfídrico e de indol com exceção dos crustáceos, nos quais o limite máximo de indol será de 4 (quatro) por cem gramas;

II - PH da carne externa inferior 6,8 (seis e oito décimos) e da interna inferior a 6,5 (seis e cinco décimos) nos peixes;

III - bases voláteis totais inferiores a 0,03 g (três centigramas) de nitrogênio (processo de difusão) por 100 g (cem gramas) de carne;

IV - bases voláteis terciárias inferiores a 0,004 g (quadro miligramas) de nitrogênio em 100 g (cem gramas) de carne.

Art. 284. Será condenado o pescado que apresentar as seguintes características:

I - de aspecto repugnante, mutilado, traumatizado ou deformado;

II - que apresente coloração, cheiro ou sabor anormais;

III - portador de lesões ou doenças microbianas que possam prejudicar a saúde do consumidor;

IV - que apresente infestação muscular maciça por parasitas que possam prejudicar ou não a saúde do consumidor;

V - tratado por anti-sépticos ou conservadores não aprovados pela inspeção;

VI - proveniente de águas contaminadas ou poluídas;

VII - procedentes de pesca realizada em desacordo com a legislação vigente, ou recolhido já morto, salvo quando capturado em operações de pesca;

VIII - em mau estado de conservação;

IX - quando não se enquadrar nos limites físicos e químicos fixados para pescado fresco.

Parágrafo único. O pescado nas condições deste artigo deve ser condenado e transformado em produtos não comestíveis.

CAPÍTULO VIII

- OVOS E DERIVADOS

Seção I - Classificação do Estabelecimento

Art. 285. Os estabelecimentos de ovos e derivados são classificados em:

I - entreposto de ovos;

II - fábrica de conservas de ovos.

§ 1º Entende-se por "entreposto de ovos" o estabelecimento destinado ao recebimento, limpeza, classificação, acondicionamento, identificação e distribuição de ovos em natureza.

§ 2º Entende-se por "fábrica de conservas de ovos" o estabelecimento destinado ao recebimento e à industrialização de ovos.

Seção II - Classificação de Produtos

Art. 286. Pela simples designação "ovos" entendem-se os ovos de galinha.

Parágrafo único. Os demais serão acompanhados de designação da espécie de que procedam.

Art. 287. Entende-se por "ovo branco" o ovo que apresenta casca de coloração branca ou esbranquiçada.

Art. 288. Entende-se por "ovo de cor" o ovo que apresenta casca de coloração avermelhada.

Art. 289. O ovo será classificado, segundo seu peso, em 4 (quatro) tipos:

I - "Tipo 1 (um) ou extra" - com peso mínimo de 60 g (sessenta gramas) por unidade ou 720 g (setecentos e vinte gramas) por dúzia;

II - "Tipo 2 (dois) ou grandes" - com peso mínimo de 55 g (cinqüenta e cinco gramas) por unidade ou 660 g (seiscentos e sessenta gramas) por dúzia;

III - "Tipo 3 (três) ou médio" - com peso mínimo de 50 g (cinqüenta gramas) por unidade ou 600 g (seiscentos gramas) por dúzia;

IV - "Tipo 4 (quatro) ou pequeno" - com peso mínimo de 45 g (quarenta e cinco gramas) por unidade ou 540 g (quinhentos e quarenta gramas) por dúzia.

Parágrafo único. Para os tipos 1 (um), 2 (dois) e 3 (três) será tolerado, no ato da amostragem a percentagem de até 10% (dez por centro) de ovos do tipo imediatamente inferior.

Art. 290. O ovo será considerado frigorificado quando for conservado pelo frio, em temperatura não inferior a -1ºC (menos um grau centígrado).

Seção III - Condições Específicas de Funcionamento

Art. 291. Tratando-se de estabelecimentos de ovos e derivados devem estes ainda satisfazer o seguinte:

I - dispor de dependência de recebimento de ovos;

II - dispor de dependência para lavagem de caixas e bandejas;

III - dispor de dependência para limpeza, ovoscopia e classificação comercial;

IV - dispor de dependência para guarda de embalagens;

V - dispor de dependência para estocagem e expedição;

VI - dispor de câmaras frigoríficas quando for o caso.

Art. 292. As fábricas de conservas de ovos terão dependências apropriadas para recebimento, manipulação, elaboração, preparo e embalagem.

Art. 293. Tratando-se de granjas produtoras será permitida a classificação de ovos desde que existam locais apropriados.

Art. 294. Os aviários, granjas e outras propriedades onde se façam avicultura, e nos quais estejam grassando zoonoses que possam ser veiculadas pelos ovos e sejam prejudiciais a saúde humana, não podem destinar ao consumo a sua produção. Continuarão interditados até que provem com documentação fornecida por autoridades de defesa sanitária animal, de que estão livres das zoonoses.

Seção IV

- Critérios de Julgamento

Art. 295. A inspeção dos ovos incidirá sobre as seguintes características:

I - verificação das condições de embalagem, tendo em vista sua limpeza, contaminação por ovos quebrados ou por qualquer outra causa;

II - apreciação geral do estado de limpeza e integridade da casca, da partida em conjunto;

III - o exame pela ovoscopia.

Art. 296. A ovoscopia deve ser realizada em câmara destinada exclusivamente a essa finalidade.

Art. 297. Todos os recipientes destinados à embalagem de ovos, julgados em mau estado ou impróprios, devem ser apreendidos e inutilizados.

Art. 298. São considerados "fabrico" os ovos que não se enquadrem nas características fixadas nos artigos anteriores, mas forem considerados em boas condições podendo ser destinados ao emprego em confeitarias, padarias e similares ou à industrialização.

Parágrafo único. Os ovos que apresentem manchas sanguíneas pequenas e pouco numerosas na clara e na gema deverão ser também classificados "fabrico".

Art. 299. Os ovos partidos ou trincados, quando considerados em boas condições, poderão também ser destinados a confeitarias, padarias, e estabelecimentos similares, ou transformados em conserva, desde que o estabelecimento disponha de instalações e equipamentos adequados para tanto.

Parágrafo único. Quando o estabelecimento não se dedicar ao preparo dessas conservas, os ovos partidos ou trincados podem ser encaminhados a outros, satisfeitas as exigências previstas para os classificados "fabrico".

Art. 300. São considerados impróprios para o consumo os ovos que apresentem:

I - alterações da gema e da clara (gema aderente à casca, gema arrebentada com manchas escuras, presença de sangue alcançando também a clara, presença também de embrião com mancha orbitária ou em adiantado estado de desenvolvimento);

II - mumificação (ovo seco);

III - podridão (vermelha negra ou branca);

IV - presença de fungos (externa ou internamente);

V - cor, odor ou sabor anormal;

VI - ovos sujos externamente por matérias estercorais ou que tenham estado em contato com substâncias capazes de transmitir odores ou sabores estranhos, que possam infectá-los ou infestá-los;

VII - rompimento da casca e da membrana testácea desde que seu conteúdo tenha entrado em contato com o material de embalagens;

VIII - quando contenham substâncias tóxicas;

IX - por outras irregularidades, a juízo da inspeção.

Art. 301. Os ovos considerados impróprios para o consumo serão condenados, podendo ser aproveitados para uso não comestível desde que a industrialização seja realizada em instalações adequadas, a juízo da inspeção.

Art. 302. É proibido corar ovos mediante injeção de solução corante na gema.

CAPÍTULO XV

- MEL E DERIVADOS

Seção I - Classificação de Estabelecimentos

Art. 303. Os estabelecimentos destinados ao mel e cera de abelha serão classificados como "entreposto de mel e cera de abelha".

Parágrafo único. Entende-se por "entreposto de mel e cera de abelhas" o estabelecimento destinado ao recebimento, classificação e industrialização do mel e da cera de abelha.

Seção II

- Classificação de Produtos

Subseção I - Comestíveis

Art. 304. Entende-se por "mel" o produto açucarado naturalmente, elaborado pelas abelhas com o néctar das flores e por elas acumulado, em favos, extraído por um dos processos constante deste Regulamento.

Art. 305. Segundo sua tonalidade, o mel será:

I - branca d'água;

II - âmbar claro;

III - âmbar escuro.

Art. 306. Segundo o processo empregado na extração, o mel poderá ser:

I - centrifugado, quando extraído por processo mecânico de centrifugação;

II - prensado, quando extraído por processo de prensagem.

Parágrafo único. Em qualquer caso deverá resultar um produto perfeitamente translúcido, cristalizado ou não com o tempo.

Art. 307. De acordo com sua qualidade, o mel pode ser classificado em:

I - mel de mesa, quando extraído por um dos processos indicados, trabalhado em condições de perfeita higiene, sem pólen e apresentando as seguintes características:

a) umidade - máxima de 20% (vinte por cento);

b) acidez - máximo de 40 mili-equivalente;

c) açúcar invertido - 72 a 80% (setenta e dois a oitenta por cento);

d) sacarose - máxima de 10% (dez por cento);

e) pH - entre 3,3 e 4,6 (três e três e quatro e seis);

f) resíduo mineral fixo (cinzas) - no máximo 0,6% (seis décimos por cento);

g) prova de Lundo - 0,6 a 3 ml (seis décimos a três mililitros);

h) prova de Fiche - negativa;

i) índice de formol - valor médio 4,5 a 15 ml (quatro e meio a quinze mililitros) por quilograma;

j) atividade diastásica ou amílica (amilase) - mínimo de 8 (oito).

II - mel de cozinha, quando extraído por qualquer dos processos indicados, mas de menor valor nutritivo, com falha na sua obtenção, resultando num produto de composição diferente do mel de mesa.

Art. 308. Nos estabelecimentos apropriados à finalidade e sob inspeção, é permitida a elaboração de produto contendo mel de abelhas, desde que conste no rótulo a percentagem de mel adicionado.

Parágrafo único. Em tais produtos não se permitirá a denominação de "mel", admitindo-se, no entanto nomes de fantasia.

Subseção I

- Não Comestível

Art. 309. Entende-se "cera de abelha" o produto de consistência plástica de cor amarelada, muito fusível segregado pelas abelhas para formação dos favos nas colméias.

Art. 310. A cera de abelhas será classificada em:

I - cera bruta, quando não tiver sofrido qualquer processo de purificação, apresentar cor desde o amarelo até o pardo, untuosa ao tato, mole e plástica ao calor da mão, fratura granulosa, cheiro especial lembrando o do mel, sabor levemente balsâmico e ainda com traços de mel;

II - cera branca, quando tiver sido descolorida pela ação da luz, do ar ou por processos químicos, isenta de resto de mel apresentando-se de cor branca ou creme, frágil, pouco untuosa e de odor acentuado.

Art. 311. A cera de abelha seja qual for a sua qualidade, deve ser quase insolúvel no álcool frio, parcialmente solúvel no éter frio, solúvel no clorofórmio e no benzol, apresentando os seguintes caracteres físico-químicos:

I - ponto de fusão: 62ºC a 65ºC (sessenta e dois a sessenta e cinco graus centígrados);

II - índice de acidez - 17 a 24 (dezessete a vinte e quatro);

III - índice de ésteres - 72 a 79 (setenta e dois a setenta e nove);

IV - índice de relação ésteres e acidez - 3,3 a 4,2 (três e três décimos a quatro e dois décimos);

V - ponto de saponificação turva - máximo a 65ºC (sessenta e cinco graus centígrados).

Seção III

- Condições Específicas de Funcionamento

Art. 312. O estabelecimento de mel e derivados deve satisfazer, além de outras já previstas, as seguintes condições:

I - dispor de dependência de recebimento;

II - dispor de dependência de manipulação, preparo, classificação e embalagem do produto;

III - dispor de dependência de estocagem e expedição;

IV - dispor de pé direito mínimo de 2,80 m (dois metros e oitenta centímetros);

V - estar afastados das vias públicas de no mínimo 5 m (cinco metros);

VI - dispor de dependências para higienização e sanitização de recipientes.

Art. 313. O acondicionamento do mel deve ser feito em vasilhame apropriado e aprovado pela inspeção, rigorosamente higienizado e seco.

Art. 314. É permitido o comércio do mel em favos apresentados em invólucros de embalagens plásticas e devidamente rotulados, sendo o produto denominado "mel de abelha em favos".

Seção IV

- Critérios de Julgamento

Art. 315. Efetuados os trabalhos de inspeção e reinspeção dos produtos, segundo os critérios de julgamento, poderão ter os seguintes destinos:

I - liberados - os que não apresentarem nocividade ao consumo humano, características de fraude ou alterações da composição;

II - aproveitamento condicional - os que necessitarem de alguma forma de beneficiamento para serem destinados ao consumo humano;

III - condenados - os que não se prestarem a nenhuma forma ao consumo humano.

Art. 316. Os produtos ou matérias-primas destinadas ao aproveitamento condicional poderão ser submetidos aos seguintes processos de beneficiamento: decantação, filtração, pasteurização e desumidificação em equipamentos próprios.

Art. 317. Os produtos ou matérias-primas condenados poderão ser destinados à alimentação animal ou elaboração de subprodutos não comestíveis, após desnaturação ou esterilização.

Art. 318. São considerados defeitos para classificação do produto como "mel de mesa":

I - apresentar um ou mais dos seus componentes fora dos limites previstos neste Regulamento;

II - conter pólen, cera ou outras substâncias insolúveis na água;

III - apresentar reação de Fiche positiva dentro de 24 (vinte e quatro) horas;

IV - conter resíduos de insetos, ovos e outras impurezas estranhas à sua composição normal;

V - ter sido submetido a aquecimento em temperatura superior a 60ºC (sessenta graus centígrados) perdendo total ou parcialmente seu valor diastásico, com alteração do gosto e sabor.

Parágrafo único. O produto que apresentar tais falhas, dentro de limites que apenas traduzam falta de técnica em sua elaboração ou extração, deve ser classificado como "mel de cozinha".

Art. 319. O mel é considerado impróprio para o consumo humano quando apresentar:

I - resíduos estranhos que traduzam falta de escrúpulos na extração e embalagem;

II - alteração ou fermentação com formação de espuma superficial;

III - presença de germes patogênicos ou flora microbiana capaz de alterá-lo com o tempo;

IV - acidez elevada, odor ou sabor anormal.

Art. 320. Será considerado fraudado o mel que revelar a presença de:

I - edulcorantes naturais ou artificiais;

II - substâncias aromatizantes;

III - amido, gelatina ou quaisquer outros espessantes;

IV - conservadores ou corantes de qualquer natureza.

TÍTULO VII

- COAGULANTES, CONDIMENTOS, ADITIVOS E OUTROSCAPÍTULO I - COAGULANTES.

Art. 321. Entende-se por "coalho" o extrato aquoso, concentrado a baixa temperatura, dessecado ou não, preparado com o estômago de bezerros. Distinguem-se os coalhos: líquido, em pó, em pastilhas e natural seco.

§ 1º O poder coagulante mínimo dos coalhos deverá ser sempre especificado na rotulagem.

§ 2º É permitido adicionar aos coalhos líquidos, sal (cloreto de sódio), álcool etílico e glicerina e aos coalhos em pó ou em pastilha, sal (cloreto de sódio) e lactose.

CAPÍTULO II

- CONDIMENTOS

Art. 322. Entende-se por "condimentos" o produto contendo substâncias aromáticas, sápidas, com ou sem valor alimentício, empregado com o fim de temperar alimentos, dando-lhes melhor aroma e sabor.

Art. 323. É permitido o emprego dos seguintes condimentos:

I - aipo (Apiumgraveolens e Celerigraveolens);

II - açafrão (Croccussativus, L);

III - alho (Alliumsativum);

IV - aneto (Anethumgraveolens);

V - aniz (Pimpinela anizum, L);

VI - baunilha (Vanilia planifólia, Andrews);

VII - canela (Cinnamonumceylanicum, Breure);

VIII - cardamomo (Elleteriacardamomun);

IX - cebola (Allium cepa);

X - cenoura (Dancus carola);

XI - coentro (Coriandrumsalivum, L);

XII - cominho (Cuminumcyminum);

XIII - cravo da índia (Caryophylusaromaticus, L);

XIV - cúrcuma (Curcuma longa, L);

XV - gengibre (Zinziberofficialis,Roscoe);

XVI - louro (Laurusnobilis, L);

XV - macis (envoltório da Myristicafragans, Maute);

XVIII - maiorana (Anethumgraveolens);

XIX - manjerona (Origanummajorana, L);

XX - mento (M. viridis, M. rotundifolia e M. piperita, L);

XXI - mostarda:

a) negra (Brassivanigra, Koen);

b) parda (Brassivajuncea, Hocker);

c) branca (Sinapisalba, L) e misturas.

XXII - noz-moscadas (Myristicafragans, Maute) desprovida completamente de envoltório;

XXIII - pimenta:

a) negra (Piper nigrun, L);

b) branca (mesmo fruto, porém descorticado);

c) vermelha ou pimenta de Caiena (Capsicumbaccatum, L);

d) malagueta (Capsicumpendulum, Velloso);

XXIV - pimentão (Paprika) (Capsicumanuum, L);

XXV - Pimento ou pimenta da Jamaica ou pimenta inglesa (Pimenta officinalis, Linds);

XXVI - sálvia (Salviaofficinalis, L);

XXVII - tomilho (Thymisvulgaris, L);

XXVIII - urucum (Bixaorellana).

Parágrafo único. Além desses condimentos pode ser permitido o emprego de outros, desde que aprovados pela inspeção.

CAPÍTULO III

- ADITIVOS

Art. 324. Considera-se "aditivo para alimento" a substância intencionalmente adicionada ao mesmo, com a finalidade de conservar, intensificar ou modificar suas propriedades,desde que não prejudique seu valor nutritivo.

Parágrafo único. Excluem-se, neste caso, os ingredientes normalmente exigidos para o preparo do alimento.

Art. 325. Considera-se "aditivo incidental" a substância residual ou migrada que se apresente no alimento, como decorrência das fases de produção, beneficiamento, acondicionamento, estocagem e transporte do próprio alimento ou das matérias-primas nele empregadas.

Parágrafo único. Os aditivos a que se refere este artigo não devem exercer efeito sobre as propriedades do alimento.

Art. 326. Os aditivos a que se refere o presente regulamento compreendem:

I - corante - substância que confere ou intensifica a cor dos alimentos;

II - flavorizante - substância que confere ou intensifica o sabor e o aroma dos alimentos;

III - aromatizantes - substância que confere e intensifica o aroma dos alimentos;

IV - conservador - substância que impede ou retarda a alteração dos alimentos provocada por microorganismo ou enzimas;

V - antioxidante - substância que retarda o aparecimento de alteração oxidativa dos alimentos;

VI - estabilizante - substância que favorece e mantém as características das emulsões e suspensões;

VII - espumífero e antiespumífero - substância que modifica a tensão superficial dos alimentos líquidos;

VIII - espessante - substância capaz de aumentar nos alimentos a viscosidade de soluções, emulsões e suspensões;

IX - edulcorante - substância orgânica artificial não glicídica, capaz de conferir sabor doce aos alimentos;

X - umectante - substância capaz de evitar a perda da umidade dos alimentos;

XI - auto-umectante - substância capaz de reduzir as características higroscópias dos alimentos;

XII - acidulante - substância capaz de comunicar ou intensificar o gosto ácido dos alimentos.

Art. 327. Entende-se por "sal", para uso na indústria animal o cloreto de sódio obtido de jazidas, fontes naturais ou de água do mar.

Art. 328. A inspeção municipal deve verificar, a espaços regulares, a qualidade do sal (cloreto de sódio), empregado na fabricação dos produtos.

Art. 329. Os nitratos e nitritos, de sódio e de potássio usados na elaboração dos produtos de origem animal não devem conter metais pesados nem substâncias tóxicas ou não permitidas neste Regulamento.

Art. 330. Toda e qualquer substância utilizada na produção de alimentos deverá ser previamente aprovada para consumo humano, pelo órgão competente

.

TÍTULO VII

- PADRÕES BACTERIOLÓGICOS

Art. 331. Na elaboração de produtos de origem animal deverão ser atendidos, nas fábricas, os padrões bacteriológicos de que trata o deste Regulamento. (Anexo II).

TÍTULO XV

Seção I - Das Infrações e Penalidades

Art. 332. As infrações e penalidades serão definidas e detalhadas em Lei Complementar.

TÍTULO X

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 333. O envolvimento e/ou a conivência de servidores do S.I.M. em irregularidades passíveis de punição, será objeto de apuração regulamentada pelo que dispõe o Estatuto do Servidor Público Municipal– Lei 432/90 e suas alterações posteriores.

Parágrafo único. A abertura de quaisquer procedimentos de apuração da natureza administrativa disciplinar, não impede o encaminhamento das ocorrências ao conhecimento das autoridades judiciais, para as providências cabíveis.

Art. 334. Os servidores do S.I.M. ou de outros setores da CISPOA. com delegação de competência, quando em serviço de fiscalização ou de inspeção industrial e sanitária tem livre entrada e acesso, a qualquer dia ou hora, em qualquer estabelecimento, que manipule, armazene ou transacione por qualquer forma com produtos de origem animal, ressalvada as devidas competências.

Art. 335. Nos estabelecimentos sob Inspeção Municipal a fabricação de produtos não padronizados só será permitida depois de previamente aprovada a respectiva fórmula pelo S.I.M..

§ 1º A aprovação de fórmulas e processos de fabricação de quaisquer produtos de origem animal inclui os que estiverem sendo fabricados antes de entrar em vigor o presente regulamento.

§ 2º Entende-se por padrão e por fórmula, para fins deste Regulamento:

1. Matérias-primas, condimentos, corantes e quaisquer outras substâncias que entrem na fabricação;

2. Princípios Básicos ou Composição Centesimal;

3. Tecnologia do Produto.

Art. 336. É vedado o comércio de produtos provenientes de estabelecimentos que ainda não estiverem sujeitos à Inspeção Municipal nas áreas onde esta já tenha sido implantada.

Art. 337. Sempre que possível o S.I.M./ SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER deverá promover a seus técnicos a realização de estágios e cursos em laboratórios, estabelecimentos ou em escolas nacionais e/ou estrangeiras.

Art. 338. A execução das atividades contidas neste Regulamento é de competência exclusiva de Médico Veterinário.

Art. 339. Os valores das taxas de registros de estabelecimentos, exames laboratoriais, aprovações de embalagens, rótulos e outras taxas referentes ao Serviço de Inspeção Municipal serão fixados através de portaria presidencial do órgão competente.

Parágrafo único. Os recursos financeiros provenientes das ações deste regulamento serão considerados como recursos próprios da Prefeitura Municipal - Fonte 100.

Art. 340. Serão solicitadas as autoridades de Saúde Pública o auxílio as medidas necessárias, visando a uniformidade nos trabalhos de fiscalização sanitária e industrial estabelecidas neste Regulamento.

Art. 341. Caberá as Secretarias Municipais de Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente e Regularização Fundiária, Secretaria Municipal de Saúde, dar o apoio necessário ao cumprimento deste Regulamento.

Art. 342. O presente Regulamento poderá ser alterado no todo ou em parte, de acordo com interesse do serviço ou por conveniência administrativa.

Parágrafo único. Ocorrendo a necessidade de se processar a alteração facultada neste artigo, deverá ser observada a preservação do padrão sanitário da matéria-prima e dos respectivos produtos.

Art. 343. Os casos omissos ou de dúvidas que se suscitarem na execução do presente Regulamento serão resolvidos por decisão do Conselho Técnico Administrativo (CTA) do S.I.M/SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER.

§ 1º Aplica-se subsidiariamente à Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950 e Decreto nº 2.244, de 4 e junho de 1997, ou aquelas que vierem a acrescentá-lo ou substituí-lo.

§ 2º As resoluções a que se refere o presente artigo terão validade a partir da data de sua publicação.

Art. 344. Este Regulamento entrará em vigor em todo o Município a partir da data de sua publicação, com as restrições nele contidas, revogando todas as disposições em contrário.

Santo Antônio de Leverger,.....de 2018.

ANEXO I

PADRÕES MICROBIOLÓGICOS

ÁGUA M. C. E. DIRETIVA 778/80

009 - Contagem total a 35ºC/ 24 - 48 h = 20 UFC

009 - Contagem total a 22ºC/5 dias = 100 UFC

016 - N M P Coliformes = < 1.0/ 100 ml

018 - Strep. fecal = < 1.0/ 100 ml

004 - Clostridium = <1.0/ 100 ml

ÁGUA - Padrão RISPOA

009 - Contagem Total de Microorganismo = 500 UFC/ ml

016 - Núm. Mais Provável de Coliformes totais = < 23 NM P / 100 ml

017 - Núm. + Provável de C. fecal = < 3,0 / 100 ml (ausente)

LEITE TIPO A - Padrão RISPOA

009 - Contagem Total de Microorganismo = 500 UFC ml

016 - Núm. Mais Provável de Coliformes totais = < 0,3 / ml (ausente)

017 - Núm. + Provável de C. fecal = < 0,03 / ml (ausente)

LEITE TIPO B - Padrão RISPOA

009 - Contagem Total de Microorg. = 40.000 UFC/ ml

016 - Núm. Mais Provável Coliformes totais = 2,0 / ml

017 - Núm. + Provável de C. fecal = < 0,3 / ml (ausente)

LEITE TIPO C - Padrão RISPOA

009 - Contagem Total de Microorganismo = 150.000 UFC / ml

016 - Número Mais Provável Coliformes totais = 5,0 / ml

017 - Número + Provável de C. fecal = < 0,3 / ml (ausente)

LEITE FERMENTADO - Padrão RISPOA

008 - Contag. Total de Bolores e Leved. = < 1.0 x 101 UFC/ ml

016 - Número + Provável Coliformes totais = < 0,3 / ml (ausente)

CREME DE LEITE PAST. - Port. 146,7, 7/03/ 96 - MA

009 - Contagem Total de Microorganismo = 1,0 x 101 UFC/g

016 - Número Mais Provável Coliformes totais = 1,0 x 101 UFC/g

017 - Número + Provável de C. fecal = < 0,3 / ml (ausente)

MANTEIGA - Port. 146, 7 de Março de 96 - MA

014 - Contag. deStaphyococusCoag. (+) = 1,0 x 101 x UFC/g

016 - Número Mais Provável de Coliformes totais = 1,0 x 101 UFC/g

017 - Número Mais Provável de C. fecal = < 0,3 / ml (ausente)

020 - Pesquisa de Salmonella / 25 g = (ausente)

QUEIJOS - Port. Nº 146, 7 / Março / 96

Baixa Umidade (Umidade menor que 36%)

006 - Contagem de Coliformes totais = 2,0 x102 /g

007 - Contagem de Coliformes fecais = 1.0 x 102 / g

014 - Contagem StaphylococusCoag. Positiva = 1,0 x 102 / g
020 - Pesquisa de Salmonella = Negativo em 25 g
Media Umidade (36% Umidade < umidade < 46%)
006 - Contagem de Coliformes totais = 1,0 x 103 /g
007 - Contagem de Coliformes fecais = 1.0 x 102 /g
014 - Contagem de StaphylococusCoag. Positiva = 1.0 x 102 /g
020 - Pesquisa de Salmonella = Negativo em 25g
Listeriamonocytogenes = ausente em 25g
Alta Umidade (46% < umidade < 55%)
006 - Contagem de Coliformes totais = 5.0 x 103 /g
007 - Contagem de Coliformes fecais = 1.0 x 103 /g
014 - Contagem StaphylococusCoag. Postiva = 1,0 x 102 / g
020 - Pesquisa de Salmonella= ausente em 25g
Listeriamonocytogenes = ausente em 25g
Queijo Minas Frescal, Quartirolo, Cremoso, Criolo
006 - Contagem de Coliformes totais = 1.0 x 104 /g
007 - Contagem de Coliformes fecais = 1.0 x 103 /g
014 - Contagem StaphylococusCoag. Postiva = 1.0 x 102 /g
020 - Pesquisa de Salmonella = ausente em 25%
Listeriamonocytogenes = ausente em 25g
CARNE - Port. 451, 19/09/97 - MS
(moída, resfriada, congelada, miúdos)
020 - Pesquisa de Salmonella = ausente em 25g
PROD. CÁRNEOS CRUS - Port. 451, 19/09/97
004 - Clostridium Sulfito Redutor = 5.0 x 101/g
007 - Contagem de Coliformes fecais = 5.0 x 101 /g
020 - Pesquisa de Salmonella = ausente em 25%
PROD. CÁRNEOS COZ., DEFUM OU Ñ - Port. 451, 19/09/97
007 - Contagem de Coliformes fecais = 5.0 x 101 /g
020 - Pesquisa de Salmonella = ausente em 25%
PROD. CÁRNEOS DEFUM. - Port. 451, 19/09/97
004 - Clostridium Sulfito Redutor = 5.0 x 101 /g
007 - Contagem de Coliformes Fecais = 1.0 x 102 /g
020 - Pesquisa de Salmonella= ausente em 25%
PROD. CÁRNEOS MATURADOS - Port. 451, 19/09/97
004 - Clostridium Sulfito Redutor = 5.0 x 101 /g
007 - Contagem de Coliformes Fecais = 1.0 x 102 /g
020 - Pesquisa de Salmonella = ausente em 25%
PROD. CÁRNEOS SALGADOS - Port. 451, 19/09/97
004 - Clostridium Sulfito Redutor = 5.0 x 101 /g
007 - Contagem de Coliformes Fecais = 1.0 x 102 /g
020 - Pesquisa de Salmonella = ausente em 25%
PADRÕES FÍSICO-QUÍMICOS
LEITE C (padronizado) - padrão RISPOA
001 - Acidez (ºD) = 15 a 20ºD
035 - Densidade = 1031 a 1035/15ºC
040 - Ext. Seco Deseng. = Mín. 8,7%
041 - Ext. Seco Total = Mín. 11,7%
047 - Crioscopia = (-)0,530 a (-)0,550ºC
060 - Lipídios = Mín. 3,0%
LEITE INTEGRAL - Padrão RISPOA
004 - Acidez (ºD) = 15 a 20ºD
035 - Densidade = 1028 a 1033/15ºC
040 - Ext. Seco Deseng. = Mín. 8,5%
041 - Ext. Seco Total = Mín. 12,2%
047 - Crioscopia = (-)0,530 a (-)0,550ºC
LEITE SEMIDESNATADO - Port. 146 de 07/03/96 (M. Agr.)
004 - Acidez (ºD) = 14 a 18ºD
040 - Ext. Seco Deseng. = Mín. 8,3%
060 - Lipídios = 0,6 a 2,0%
LEITE DESNATADO - Port. 146 de 07/03/96 (M. Agr.)
004 - Acidez (ºD) = 14 a 18ºD
040 - Ext. Seco Deseng. = Mín. 8,4%
060 - Lipídios = Máx. 0,5%
DOCE DE LEITE
001 - Acidez (SAN) = 14 a 18ºD
060 - Lipídios = Mín. 2,0%
078 - Proteínas = Mín. 5,0%
091 - Cinzas = Máx. 2,0%
099 - Umidade = Máx. 30,0%
CREME DE LEITE - Port. 146 de 07/03/96 (M. Agr.)
Baixo teor de gordura
002 - Acidez (Ác. Lático) = Máx. 0,2%
060 - Lipídios = 10 a 19,9%
Médio teor de gordura
002 - Acidez (Ác. Lático) = Máx. 0,2%
060 - Lipídios = 20 a 49,9%
GORDURA
002 - Acidez (Ác. Lático) = Máx. 0,2%
060 - Lipídios =>50%
MANTEIGA - Port. 146 de 07/03/96 (M. Agr.)
002 - Acidez (Ác. Lático) = Máx. 3,0%
025 - Cloretos = Máx. 2,0%
059 - Insolúveis = Máx. 2,0%
060 - Lipídios = Mín. 82,0%
099 - Umidade = Máx. 16,0%
REQUEIJÃO
060 - Lipídios = 45 a 55,0%
099 - Umidade = Máx. 60,0%
QUEIJO - Port. 146 de 07/03/96 (M. Agr.)
060 - Lipídios - Extra Gordo = Mín. 60,0%
Gordo = 45,0 a 59,9%
Semi-gordo = 25,0 a 44,9%
Magro = 10,0 a 24,9%
Desnatado = < 10,0%
099 - Umidade - Baixa = Máx. 35,9%

Média = 36,0 a 45,9%

Alta = 46,0 a 54,9%

Muito Alta =>55%

CARNE E DERIVADOS - Padrão RISPOA

067 - Nitritos = Máx. 200ppm

EMBUTIDOS - Padrão RISPOA

016 - Amido = Salsichas (Máx. 2%)/ Outros (Máx. 5%)

CHARQUE - Padrão RISPOA

091 - Resíduo Mineral Fixo = 45,0% + - 5,0%

099 - Umidade = 15% +- 5,0%

CARNE RESFRIADA OU CONGELADA - Padrão LANARA

073 - Ph (25ºC) = 5,8 a 6,2

079 - Cocção = normal

080 - Filtração = normal

088 - Amônia = negativa

089 - Gás Sulfídrico = negativa

MEL - Padrão LANARA

003 - Acidez = Máx. 40m.e.q./kg

086 - Reação de FIEHE = negativa

087 - Reação de Lund = 0,6 a 3,0ml

091 - Resíduo Mineral Fixo = Máx. 0,6%

ÁGUA - Padrão RISPOA, exceto 037 - port. 36 de 19/01/90 (MS)

028 - Cloro Residual Livre = 0,5 a 1,0mg/l

037 - Dureza Total (CaCo3) = Máx. 500ppm

063 - Matéria Orgânica = 0,5 a 2,0mg/l094-

Sólidos Totais = Máx. 500ppm

RECURSOS HUMANOS
DECRETO N 016/GP/2018

DECRETO N 016/GP/2018

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas pelo COBADRE – 1.3.2.1.4. Tempestade Local / Intensiva, nas Regiões citadas Pelo parecer 001/2018 da COMDEC- Santo Antonio de Leverger-MT

O Valdir Pereira de Castro Filho, Prefeito do Município de Santo Antonio de Leverger, Localizado no estado de Mato Groso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela da Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I – Que devido as fortes chuvas e tempestades que afetam o município nos últimos 40 dias.

II- Que em decorrência dos danos causados nas Estradas Vicinais e Pontes citadas n relatório da COMDEC _ Santo Antonio de Leverger-MT

V – Que o parecer 00122018, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergêncianas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como **COBRADE- 1.3.2.1.4 conforme IN/MI nº 02/2016.**

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da **COMDEC DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER**, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade,

com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação COMDEC SANTO ANTONIO DE LEVERGER.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06. 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, 03/04/2018.

Valdir Pereira de Castro Filho Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO PE 001-2018

AVISO DE RESULTADO PE 001-2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO 008/2018

PREGÃO ELETRONICO n º001/2018

O Município de Santo Antônio do Leverger, através da sua Pregoeira Oficial, torna público o RESULTADO do**PREGÃO ELETRONICO n º001/2018*;*** Objeto: Aquisição de patrulha mecanizada mediante convênio **Nº842835/ 2017**SUDECO- SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE/CAIXA/Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger-MT e conforme especificado neste Termo de Referência para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente e Regularização Fundiária- Município de Santo Antônio de Leverger-MT. Na **sessão Pública: Às 09h00min do dia 02/04/2018 e 04/04/2018 horário de Brasília , no portal** (www.bllcom-

pras.org.br), Nesta, sagrou-se vencedora as empresas; ***ITEM 01*** empresa ALANA ROHDE COMERCIO IMPLEMENTOS AGRICOLAS-ME CNPJ : 27.125.873/0001-87 com o valor de R$ 84.449,00 (oitenta e quatro mil e quatrocentos e quarenta e nove reais), marca FARMTRAC/FT 6075-PRO, ***ITEM 02*** empresa RK INSDUSTRIA DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS EIRELI-EPP CNPJ: 05.043.720/0001-58 com o valor de R$ 18.540,00 (dezoito mil e quinhentos e quarenta reais) marca KLR KOHLER-MODELO GAC 245 14X26-NACIONAL- ANO 2018, ***ITEM 03,04*** empresa DELBA VICENTINI CREMASCO –ME CNPJ: 03.138.598/0001-78 com o valor do ***ITEM 03*** R$ 3.644,00 (três mil seiscentos e quarenta e quatro reais) marca CREMASCO DAC 900 ***, ITEM 04*** Com o valor de R$ 19.340,00 (dezenove mil e trezentos e quarenta reais) marca CREMASCO CUSTOM 930CIII.Todas as empresas abdicaram o interesse de manifestar recurso. Santo Antônio de Leverger,MT 04/04/2018 Lidiane Batista de Rezende-Pregoeira- Portaria 008/GP/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

ATO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 002/2018

Ato de homologação

pregão PRESENCIAL Nº **002/2018**

OBJETO: Pregão presencial registro de preços para futura e eventual prestação de serviços de manutenção, recarga e aquisição de extintores de incêndio para serem utilizados em prédios públicos do Município de Santo Antônio do Leste - MT. Não tendo havido qualquer recurso. Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o império da lei 8.666/93, com as alterações subseqüentes e estando o preço ofertado de acordo com o mercado, homologo o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Empresa: COMÉRCIO DE EXTINTORES RONDON LTDA-ME – CNPJ: 06.033.524/0001-65, com o valor total dos itens de 123.904,00 (cento e vinte e três mil novecentos e quatro reais).

Santo Antônio do Leste - MT, 05 de abril de 2018.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

- Prefeito Municipal-

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2018 - PREGÃO PRESENCIAL 002/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 002/2018

PREGÃO PRESENCIAL 002/2018

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto o **registro de preços para futura e eventual prestação de serviços de manutenção, recarga e aquisição de extintores de incêndio para serem utilizados em prédios públicos do Município de Santo Antônio do Leste – MT.**Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. MIGUEL JOSE BRUNETTA, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 002/2018, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

Fornecedor(a): COMERCIO DE EXTINTORES RONDON LTDA-ME , inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 06.033.524/0001-65, sediada na Av. Alcides Cazari nº 142, Bairro Pq. Sagrada Familia, CEP: 78735-451 – Rondonópolis/Cuiabá. Neste ato representado pelo seu procurador, Sr. Wagner Alves de Carvalho, brasileiro, Portador da Carteira de Identidade nº 730720, expedida pela SSP/MT, CPF nº 487.102.291-91.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.0. Este instrumento tem por objetivo o **registro de preços para futura e eventual prestação de serviços de manutenção, recarga e aquisição de extintores de incêndio para serem utilizados em prédios do Município de Santo Antônio do Leste – MT. N**ão obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) materiais(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

ITEM	COD. TCE	DESCRIÇAO DO PRODUTO/SERVIÇO	MARCA	UNID	QTDE	V.Unitario	V.TOTAL
1	87826-0	EXTINTOR DE INCENDIO A GAS CARBONICO - 6KGS	MOCELIN	UNID	80	R$505,00	R$ 40.400,00
2	262002-2	EXTINTOR DE AGUA PRESSURIZADA CAPACITADADE PARA 10 LITROS	MOCELIN	UNID	80	R$ 139,00	R$ 11.120,00
3	90515-1	EXTINTOR DE INCENDIO A PO QUIMICO SECO - 8KGS	MOCELIN	UNID	80	R$ 177,00	R$ 14.160,00
4	88023-0	EXTINTOR DE INCENDIO A PO QUIMICO SECO - 6KGS	MOCELIN	UNID	80	R$ 163,00	R$ 13.040,00
5	84701-1	EXTINTOR DE INCENDIO A PO QUIMICO SECO - 4KGS	MOCELIN	UNID	80	R$ 140,00	R$ 11.200,00
6	227102-8	RECARGA PARA EXTINTOR DE 6KG, TIPO GAS CARBONICO(CO^2)		SER	80	R$ 103,00	R$ 8.240,00
7	231861-0	RECARGA PARA EXTINTOR AP, DE 10 LITROS TIPO H2O		SER	80	R$ 39,00	R$ 3.120,00
8	227099-4	RECARGA PARA EXTINTOR DE 8KG, TIPO PO QUIMICO SECO.		SER	80	R$ 78,00	R$ 6.240,00
9	159235-1	RECARGA PARA EXTINTORES TIPO PO SECO QUIMICO SECO, CAPACIDADE 06KG.		SER	80	R$ 63,00	R$ 5.040,00
10	159237-8	RECARGA PARA EXTINTORES TIPO PO QUIMICO SECO, CAPACIDADE 04KG.		SER	80	R$ 55,00	R$ 4.400,00
11	425653-0	DEMARCAÇÃO DE PISO PINTURA P/ EXTINTOR		UNID	80	R$ 74,00	R$ 5.920,00
12	243283-8	PLACA INDICATIVAS PARA EXTINTOR, MEDINDO (0,24 X 0,15)CM		UNID	80	R$ 12,80	R$ 1.024,00
				TOTAL			**R$ 123.904,00**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os serviços/produtos deverão ser entregues/realizados na Sede da empresa vencedora.

4.1. Os serviços/produtos contratados deverão ser realizados/entregues na sede da empresa vencedora ou em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de fornecimento.

4.2. O prazo de Realização do serviço é conforme a solicitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos/serviços registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o serviço, a especificação, o endereço e a data de realização.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de dois dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os itens/serviços adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se porventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexos, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da realização dos serviços, não sendo aceitos os mesmos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do serviço/material contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do

, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de profissional qualificado/capacitado ou de ferramenta/instrumento de trabalho cujo fornecimento de material/serviços incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, serviço desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3 (três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza ao Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues/realizados os produtos/serviços.

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega material/serviço desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos/serviços;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá à Prefeitura promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. A GERENCIADORA efetuará o pagamento ao FORNECEDOR através de crédito em conta corrente mantida por esta, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ONLINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais; Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS e CNPJ;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4 Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do serviço.

11.5 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do serviço/material deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega/realização dos produtos/serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do serviço:

13.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. Advertência,

13.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste subitem têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de profissionais qualificados/capacitados para a execução do serviço não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão serviço de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Educação

Gabinete da Sec. Mun. Educação

02.06.01.12.122.5007.1020. – Aquisição de Equip. e moveis para a Secretaria de Educação

44.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente

02.06.01.12.122.5007.2036. – Manutenção das Atividades da Sec. Mun. de Educação e Cultura

33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Gabinete da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

02.03.01.04.122.5004.1008 - Aquisição de Equip. e moveis para a Secretaria de Administração e Planejamento

44.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente

02.03.01.04.122.5004.2012 - Manutenção das Atividades da Sec. Mun. de Administração e Planejamento

33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Secretaria Municipal de Saúde

Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde

02.05.01.10.122.5006.1013- Aquisição de moveis e equipamentos

44.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente

02.05.01.10.122.5006.2032 - Manutenção das Atividades da Secretaria

33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fundo Municipal de Saúde

02.05.02.10.301.5006.1033 - Aquisição de moveis e equipamentos

44.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente

02.05.02.10.301.5006.2033 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social

Fundo Municipal de Assistência e Ação Social

02.07.02.08.244.5009.1083 - Aquisição de moveis e equipamentos

44.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente

02.07.02.08.244.5009.2057 - Manutenção das Atividades da Secretaria

33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Gabinete da Sec. Mun. Viação Obras e Serviços Públicos

02.09.01.15.452.5011.1040 – Aquisição de moveis e equipamentos

44.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente

02.09.01.15.452.5011.2062 – Manutenção das Atividades da Sec. Mun.

33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão nº 002/2018 e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Primavera do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 05 de abril de 2018.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

COMÉRCIO DE EXTINTORES RONDON LTDA-ME

CNPJ – 06.033.524/0001-65

Testemunhas:

_____

_____

JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 684/2018. DE 04 DE ABRIL DE 2018.

"ALTERA DISPOSITIVO DE LEI MUNICIPAL Nº 055/2001 – Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município – Artigo 71; regulamenta o gozo de férias dos Secretários Municipais e do Gerente de Cidade dá outras providências".

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA**a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica acrescido ao artigo 72 da Lei Municipal 055/2001, o Parágrafo 5º com a seguinte redação:

Artigo 72 – O Servidor gozará obrigatoriamente, 30 (trinta) dias consecutivos de férias por ano, concedida de acordo com escala organizada pela chefia imediata.

Parágrafo 5º -As férias dos Secretários Municipais e gerente,a serem obrigatoriamente gozadas, poderão ser divididasem02 parcelas de 15(quinze) dias ou 03 parcelas de 10 (dez) dias cada, à partir do ano/exercício subsequente ao período aquisitivo, a partir do períodode 2017/2018, com escalonamento formalizadopelo Setor de Recursos Humanos, atendendo o interesse da administração, em compatibilidade com as necessidades de cadaSecretaria.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações constantes nas Unidades Orçamentárias do Orçamento vigente.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 04 DE ABRIL DE 2018

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 683/2018 DE 04 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre autorização Legislativa para contratação temporária de servidores públicos municipal na área educacional por prazo determinado no exercício de 2018 e dá outras providências.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do Artigo 37, IX da Constituição Federal, autorizado a contratar temporariamente e em caráter excepcional, para preencherem as vagas existentes, no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração e Estatuto dos Profissionais da Educação no exercício de 2018, conforme constante no anexo único desta Lei.

Artigo 2º - A remuneração dos profissionais contratados será correspondente ao vencimento inicial da Tabela de Vencimentos constante no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação.

Artigo 3º - O prazo de duração das referidas contratações será de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogados por mais 06 (seis) meses se houver necessidade.

Artigo 4º - As contratações que se refere esse Projeto de Lei deverão ser realizadas por meio de aditamentos de contratos de servidores aprovados em processo seletivo ou concurso público ou ainda nomeação dos candidatos a serem aprovados.

Artigo 5º - Os contratados por essa lei ficarão sujeitos ao Regime Estatutário dos Profissionais da Educação, instituído pela Lei Municipal nº 388/2012 de 19 de março de 2012.

Artigo 6º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária constante na Lei Orçamentária do Município.

Artigo 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de fevereiro de 2018.

Artigo 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 04 DE ABRIL DE 2018

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 683/2018

ANEXO ÚNICO

ITEM	DENOMINAÇÃO	QUANT
01	PROFESSOR NIVEL "B"	05

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

JURIDICO
LEI Nº 682/2018 DE 26 DE MARÇO DE 2018

Regulamenta o recolhimento do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano – 2018.

A Câmara Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, aprovou, e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O contribuinte será notificado pessoalmente ou mediante publicação de edital no órgão oficial ou ainda por meio de afixação em murais dispostos em locais públicos, do lançamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU do exercício de 2018 e disporá de prazo para pagamento do tributo.

Art. 2º. Para pagamento total do tributo até a data de 30 de abril de 2018, em uma única parcela, caberão os seguintes descontos:

I - 20% (vinte por cento) para pagamento até o dia 30/04/2018;

II –15% (quinze por cento) para pagamento até o dia 31/05/2018;

III - 10% (dez por cento) para pagamento até o dia 29/06/2018;

Parágrafo Único – Será concedido cumulativamente o percentual de 10% (dez por cento) para imóveis que não tiverem qualquer tipo de débito relativo aos IPTUs de anos anteriores até a data do lançamento do IPTU 2018.

Art. 3º. Para efeitos de lançamentos serão utilizados os valores constantes na lei Municipal nº 051/2001 de 18 de dezembro de 2001.

Art. 4º. Sobre o tributo as parcelas vencidas incidirão juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, atualização monetária anual pela Variação da Unidade Fiscal do Município (UPFM), bem como multa moratória a partir da data do vencimento de 2% (dois por cento).

Art. 5º. O Município de Santo Antonio do Leste, por meio de seu Poder Executivo, disponibilizará aos contribuintes, DAM contendo o nome do contribuinte e indicação fiscal do imóvel, o valor do imposto, os prazos para pagamento e prazo para impugnação da exigência, visando a facilitação do processo.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 26 DE MARÇO DE 2018.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

JURIDICO
LEI Nº 681/2018 DE 26 DE MARÇO DE 2018

INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE, REVOGA A LEI Nº 042/01 DE 30 DE OUTUBRO DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Miguel José Brunetta, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e que sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1° - Em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil, Título VIII, Capítulo II e as Leis Federais 8.080/90 e 8.142/90, fica instituído o Conselho Municipal de Saúde de Santo Antônio do Leste-MT, órgão permanente, deliberativo e normativo do Sistema Único de Saúde no âmbito Municipal, que tem por competência formular estratégias e controlar a execução da política de saúde do município, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros.

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 2º. O Conselho Municipal da Saúde terá funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas, objetivando basicamente o estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da política municipal de saúde, de acordo com a Lei Orgânica do Município de e a Constituição Federal, a saber:

I – Atuar na formulação e no controle da execução da Política Municipal de Saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros, e nas estratégias para sua aplicação aos setores público e privado;

II – Deliberar sobre os modelos de atenção a saúde da população e de gestão do Sistema Único de Saúde;

III – Estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração de planos de saúde do Sistema Único de Saúde, no âmbito municipal, em função dos princípios que o regem e de acordo com as características epidemiológicas, das organizações dos serviços em cada instância administrativa e em consonância com as diretrizes emanadas da Conferência Municipal de Saúde.

IV – Definir e controlar as prioridades para a elaboração de contratos entre o setor público e entidades privadas de prestação de serviços de saúde;

V – Propor prioridades, métodos e estratégias para a formação e educação continuada dos recursos humanos do Sistema Único de Saúde.

VI – Aprovar a proposta setorial da saúde, no Orçamento Municipal.

VII – Criar, coordenar e supervisionar Comissões e outras que julgar necessárias, inclusive Grupos de Trabalho, integradas pelas secretarias e órgãos competentes e por entidades representativas da sociedade civil.

VIII – Deliberar sobre propostas de normas básicas municipais para operacionalização do Sistema Único de Saúde;

IX – Estabelecer diretrizes gerais e aprovar parâmetros municipais quanto a política de recursos humanos para a saúde;

X- Definir e fiscalizar a movimentação e aplicação dos recursos financeiros do Sistema Único de Saúde, no Âmbito municipal, oriundos das transferências do orçamento da União e da Seguridade Social, do orçamento estadual, 15% do orçamento municipal, como decorrência do que dispõe o artigo 30,VII, da Constituição Federal e lei complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

XI – Aprovar a organização e as normas de funcionamento das Conferências Municipais da Saúde, reunidas ordinariamente, a cada 04 (quatro) anos, e convoca-las, extraordinariamente, na forma prevista pelo parágrafo 1 e 5 do Art. 1º da Lei 8142/90;

XII – Incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Câmara de Vereadores e mídia, bem como com setores relevantes não representados no Conselho;

XIII – Articular-se com outros conselhos setoriais com o próprio de cooperação mútua e de estabelecimento de estratégias comuns para o fortalecimento do sistema de participação e Controle Social;

XIV – Acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica na área de Saúde, visando à observação de padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sócio- cultural do município;

XV – Cooperar na melhoria da qualidade da formação dos trabalhadores da saúde;

XVI – Manifestar- se sobre todos os assuntos de sua competência.

CAPITULO II

DA CONSTITUIÇÃO.

Art. 3º. O Conselho Municipal de Saúde, terá a seguinte constituição:

a) Segmentos organizados de usuários do Sistema Único de Saúde; b) Prestadores de serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; c) Trabalhadores da saúde e, d) Representantes do governo municipal. **Parágrafo Único:** A representação dos usuários será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos. **Art. 4º.** O Conselho Municipal de Saúde terá uma Mesa Diretora como órgão operacional de execução e implementação de suas decisões sobre o Sistema Único de Saúde do Município, eleita na forma do art. 6º desta Lei. **CAPITULO III DA COMPOSIÇÃO Art. 5º**. O Conselho Municipal de Saúde terá a seguinte composição: I – de forma paritária e quadripartite, escolhidos por voto direto dos delegados de cada segmento na Conferência Municipal de Saúde, as representações no conselho serão assim distribuídos: Ø 04 (quatro) representantes de entidades de usuários do Sistema Único de Saúde; Ø 2 (dois) representantes dos trabalhadores de Saúde Municipal; Ø 1 (um) representantes de prestadores de serviços; Ø 1 (um) representantes do Poder Executivo, indicados pelo Prefeito Municipal; III – Cada segmento representado do conselho terá um suplente. IV – a presidência do Conselho Municipal de Saúde será atribuída ao Conselheiro Eleito pela planária do Conselho. VI– A representação de órgãos ou entidades terá como critério a representatividade, a abrangência e a complementaridade do conjunto de forças sociais, no âmbito de atuação do Conselho de Saúde. De acordo com as especificidades locais, aplicando o princípio da paridade, poderão ser contempladas, dentre outras, as seguintes representações: a) de associações de portadores de patologias; b) de associações de portadores de deficiências; c) de entidades indígenas; d) de movimentos sociais e populares organizados; e) movimentos organizados de mulheres, em saúde; f) de entidades de aposentados e pensionistas; g) de entidades congregadas de sindica-

tos, centrais sindicais, confederações e federações de trabalhadores urbanos e rurais; h) de entidades de defesa do consumidor; i) de organizações de moradores. j) de entidades ambientalistas; k) de organizações religiosas; l) de trabalhadores da área de saúde: associações, sindicatos, federações, confederações e conselhos de classe; m) da comunidade científica; n) de entidades públicas, de hospitais universitários e hospitais campo de estágio, de pesquisa e desenvolvimento; o) entidades patronais; p) de entidades dos prestadores de serviço de saúde; q) de Governo. **Art. 6º.** A Mesa Diretora, referida no artigo 4º desta Lei será eleita diretamente pela Plenária do Conselho e será composta de: Presidente; Vice- presidente; Secretário e, Vice- secretário **Art. 7º.** O Conselho Municipal de Saúde, reger- se á pelas seguintes disposições, no que se refere a seus membros: I – Serão indicados pelos seus respectivos segmentos e serão substituídos pelos mesmos mediante solicitação ao Prefeito Municipal através da Mesa Diretora do Conselho; II – Terão seu mandato extinto, caso faltem, sem prévia justificação, a 3 (três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) intercaladas, num período de 12 (doze) meses; III – Terão mandato de 2 (dois) anos, cabendo prorrogação ou recondução; IV – Cada entidade participante terá um suplente, conforme disposto no item II do Art. 5º desta Lei. **Parágrafo Único:** O exercício do mandato de membro do Conselho Municipal de Saúde não será remunerado e será considerado de alta relevância pública. **Art. 8º.** Para melhorar desempenho de suas funções, o Conselho Municipal de Saúde poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios: I – Consideram – se colaboradores do Conselho Municipal, as instituições formadoras de recursos humanos para a saúde e as suas entidades representativas de profissionais e usuários de saúde, independentemente de suas condições de membros; II – Poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização na área de saúde, para assessorar o Conselho em assuntos específicos; III – Poderão ser criadas comissões internas entre as instituições, entidades e membros do Conselho para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos. **CAPÍTULO IV DO FUNCIONAMENTO E CONVOCAÇÃO Art. 9º.** O Conselho Municipal de Saúde funcionará segundo o que disciplina o seu regimento interno e terá as seguintes normas gerais: I – O órgão de deliberação máxima será a Plenária do Conselho; II – A Plenária do Conselho reunir- se- á extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou pela maioria simples se seus membros; III – o Conselho Municipal de Saúde reunir- se- á extraordinariamente para tratar de matérias especiais ou urgentes, quando houver: a) Convocação formal da Mesa Diretora; b) Convocação formal de metade, mais um de seus membros titulares. IV – Cada membro do Conselho terá direito a um único voto na Plenária do Conselho; V – As Plenárias do Conselho serão instaladas com a presença da maioria simples dos membros que deliberarão pela maioria dos votos presentes; VI – As decisões do Conselho Municipal de Saúde serão consubstanciadas em resolução, moção ou recomendação. VII – A Mesa Diretora do Conselho poderá deliberar " ad rererendum" da Plenária do Conselho. **Art. 10.** O Conselho Municipal de Saúde convocará a cada (04) quatro anos, uma Conferência Municipal de Saúde e para avaliar a política municipal de saúde, propor diretrizes de ação para o Sistema Único de Saúde e efetuar a eleição dos representantes do conselho. **CAPÍTULO V DAS DIRETRIZES BÁSICAS DA ATUAÇÃO Art. 11**. O Conselho Municipal de Saúde o observará no exercício de suas atribuições, as seguintes diretrizes básicas e prioritárias: I – A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem a promoção da saúde, redução de risco de doenças e de outras agravos, a ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção. Proteção, recuperação e reabilitação. II – Integralidade de serviços de saúde, buscando promoção da saúde em toda a rede municipal, diminuindo as taxas de mortalidade infantil e aumentando a expectativa de vida. **Art. 12.** O Conselho Municipal de Saúde promoverá como órgão colegiado deliberativo e representativo, debates estimulando a participação comunitária, visando prioritariamente, a melhoria de serviços de saúde no Município.

Art. 13. As disposições desta lei, quando necessário, serão regulamentadas pelo Poder Executivo, desde que homologadas pelo Poder Legislativo.

Art. 14. Revogada as disposições em contrário, em especial a Lei nº 042/01 de 30 de outubro de 2001, esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE, EM 26 DE MARÇO DE 2018.

Miguel José Brunetta

Prefeito

JURIDICO
LEI Nº 680/2018 DE 26 DE MARÇO DE 2018.

"FIXA PERCENTUAL DE APLICAÇÃO DE RECURSO FINANCEIRO ORIUNDO DO ICMS ECOLÓGICO E SEU RESPECTIVO PLANO DE APLICAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA**a seguinte Lei:

Artigo 1º - O Município de Santo Antônio do Leste aplicará obrigatoriamente durante o exercício financeiro um percentual mínimo de 15 % (quinze por cento) dos recursos financeiros apurados dentro do exercício financeiros para o subsequente, advindos do "ICMS Ecológico" - Lei Complementar Estadual 73/2000 que regulamenta os incisos I e II do Parágrafo Único do Artigo 157 da Constituição Estadual. Custeio e Investimentos em Unidades de Conservação e em Terras Indígenas legalmente constituídas e outras eventualmente existentes ou que venham a serem criadas, indígenas ou não, e outras atividades relativas ao Meio Ambiente do Município.

Parágrafo Único: Nas Terras Indígenas localizadas no município de Santo Antônio do Leste, legalmente constituídas como tal, serão aplicados obrigatoriamente no mínimo 10% (dez por cento) do total de recursos financeiros desta fonte de recursos – ICMS ECOLÓGICO – apurados dentro do exercício financeiro para o subsequente.

Artigo 2º - Estes recursos serão aplicados em atividades relacionadas ao Meio Ambiente paraCusteio e Investimentos em Unidades de Conservação Localizadas no município eventualmente existentes e/ou que venham a serem constituídas, em Terras Indígenas legalmente constituídas e outras eventualmente existentes ou que venham a serem criadas, em assentamentos rurais,em benefício de pequenos produtores assim definidos em Lei vigente, e outras atividades relativas ao Meio Ambiente do Município, conforme Plano de Aplicação a ser elaborado anualmente, servindo esta norma de Plano de Aplicação para este exercício financeiro de 2018.

Parágrafo único: Os recursos financeiros desta norma serão aplicados prioritariamente nas seguintes atividades:

I - Custeio e Investimentos nas localidades que compõem fatos geradores do citado tributo e demais localidades já citadas, existentes e/ou que venham a ser constituídas, conforme especifica esta norma, Plano de Aplicação Anual e Leis Orçamentárias Municipais;

II - Recomposição e conservação de nascentes , recuperação de áreas degradadas que impactam as áreas acima descritas, em assentamentos rurais, pequenos produtores rurais, estes conceituados nos termos da legislação vigente e tratamento e destinação de resíduos sólidos urbano;

III - Atividades Culturais, Educacionais, de Capacitação e Formação, com objetivo de melhorias da qualidade da conservação destasunidades,localizadasou não em Terras Indígenas, sua biodiversidade, fauna e flora, e a qualidade de vida e sobrevivência da população que as habitam, segundo sua cultura e costumes.

IV - O Plano de Aplicação será elaborado por Comissão Paritária, a ser criada por Decreto do Poder Executivo, formada por representante indicados

pelo Poder Executivo, Poder Legislativo, Representante dos Povos Indígenas e Sociedade Civil Organizada que habitam e/ou ocupam áreas impactadas pelo fato gerador do ICMS Ecológico, com um membro de cada uma destas.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações constantes nas Unidades Orçamentárias do Orçamento vigente.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 26 DE MARÇO DE 2018

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 002/2018

LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº **002/2018**

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

A equipe de apoio bem como o pregoeiro, nomeada pela Portaria nº. 142/2018, de 05 de fevereiro de 2018, na conformidade do Art. 43, inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883/94, adjudica os objetos licitados a;

Empresa: COMÉRCIO DE EXTINTORES RONDON LTDA-ME – CNPJ: 06.033.524/0001-65, com o valor total dos itens de 123.904,00 (cento e vinte e três mil novecentos e quatro reais), encaminhamos ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para as providências cabíveis nos termos da Lei.

Santo Antonio do Leste - MT, 05 de abril de 2018.

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

- Pregoeiro –

JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 679/2018 DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre autorização Legislativa para contratação temporária de servidores públicos municipal na área educacional por prazo determinado no exercício de 2018 e dá outras providências.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do Artigo 37, IX da Constituição Federal, autorizado a contratar temporariamente e em caráter excepcional, para preencherem as vagas existentes, no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração e Estatuto dos Profissionais da Educação no exercício de 2018,conforme constante no anexo único deste Projeto de Lei.

Artigo 2º - A remuneração dos profissionais contratados será correspondente ao vencimento inicial da Tabela de Vencimentos constante no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação.

Artigo 3º - O prazo de duração das referidas contratações será de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogados por mais 06 (seis) meses se houver necessidade.

Artigo 4º -As contratações que se refere esse Projeto de Lei deverão ser realizadas por meio de aditamentos de contratos de servidores aprovados em processo seletivoou concurso público ou ainda nomeação dos candidatos a serem aprovados.

Artigo 5º - Os contratados por essa lei ficarão sujeitos ao Regime Estatutário dos Profissionais da Educação, instituído pela Lei Municipal nº 388/2012 de 19 de março de 2012.

Artigo 6º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária constante na Lei Orçamentária do Município.

Artigo 7º -Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 25 DE JANEIRO DE 2018

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 679/2018

ANEXO ÚNICO

ITEM	DENOMINAÇÃO	QUANT
01	PROFESSOR NIVEL “B”	07
02	PROFESSOR NIVEL “A”	09
03	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	02

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 678/2018 DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre autorização Legislativa para contratação temporária de servidores públicos municipal, por prazo determinado, para o exercício de 2018 e dá outras providências.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do Artigo 37, IX da Constituição Federal, autorizado a contratar temporariamente e em caráter excepcional, para preencherem as vagas existentes, no Plano de Cargos, Carreiras e Salário da Prefeitura Municipal para o exercício de 2018, os servidores constantes no anexo único deste Projeto de Lei.

Artigo 2º - A remuneração dos profissionais contratados será correspondente ao vencimento inicial da Tabela de Vencimentos constante no Anexo I da Lei Municipal nº 053/2001 que dispõe sobre Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Prefeitura Municipal eLei Municipal nº 387/2013que dispõe sobre Plano de Cargos, Carreiras da Saúde.

Artigo 3º - O prazo de duração das referidas contratações será de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogados por mais 06 (seis) meses se houver necessidade.

§ 1º–As contratações a que se refere este Projeto de Lei deverão ser realizadas através de aditamento de contratos temporários de servidores aprovados em processo seletivo.

§ 2º As contratações deverão ser realizadas em caráter temporário até a efetiva nomeação de candidatos a serem aprovados em seletivo ou concurso público.

Artigo 4º - Os contratados por esta lei ficarão sujeitos ao Regime Estatutário, instituído pelas Leis nº 055/2001 de 28 de dezembro de 2001.

Artigo 5º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária constante na Lei Orçamentária Anual do Município.

Artigo 6º -Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2018.

Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 25 DE JANEIRO DE 2018

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 678/2018

ANEXO ÚNICO

ITEM	DENOMINAÇÃO	QUANT	REFERENCIA
01	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	08	20
02	AGENTE ADMINISTRATIVO	04	30
03	AGENTE DE SAUDE AMBIENTAL	02	30
04	MOTORISTA DE VEÍCULOS	02	55
05	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	03	56
06	FISCAL DE OBRAS E POSTURA	01	25
07	TÉCNICO DE HIGIENE BUCAL	01	57
08	TECNICO EM ENFERMAGEM	05	50
09	FARMACEUTICO/BIOQUIMICO	01	12
10	MÉDICO	01	79
11	ENGENHEIRO CIVIL	01	28
12	AGENTE COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	02	30

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIX DO ARAGUAIA / CONTABILIDADE
EDITAL AUDIÊNCIA PUBLICA LDO 2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Nº. 04 / 2018

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, Estado Mato Grosso, **Sra. JANAILZA TAVEIRA LEITE,** invocando os princípios da transparência e da publicidade que regem a administração pública, amparado no **art. 48** e no seu **Parágrafo Único** da Lei Complementar n° **101/2000**, informa à população que fará realizar **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, no dia 12 de Abril de 2018, com o objetivo de discussão da Proposta da **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO** para o Exercício de 2.019, que será realizada nos locais abaixo:

Local	Data	Hora
Câmara Municipal de São Felix do Araguaia	12/04/2018	19:30

São Félix do Araguaia (MT), 04 de abril de 2018.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2017 - 21ª CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS/CLASSIFICADOS

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 30 AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017

Dispõe sobre a **21ª convocação** de candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 1/2017 da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

Considerando o atendimento aos princípios constitucionais, em especial à Legalidade, à Impessoalidade e à Publicidade;

Considerando o interesse público e a necessidade da Administração;

Considerando a divulgação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2017, via do Edital Complementar nº 9, de 25 de julho de 2017;

Considerando a publicação do Edital Complementar nº 9 no Diário Oficial Municipal em 27/07/2017, Edição 2.780 – ANO XII – Páginas 176-216, disponível no sítio https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/;

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 37, de 28 de julho de 2017, que **homologou** o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 1/2017;

Considerando a publicação do Decreto nº 37/2017 no Diário Oficial Municipal em 31/07/2017, Edição 2.782 – ANO XII – Página 363, disponível no sítio https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/;

RESOLVE:

Art. 1º CONVOCAR para apresentação da documentação e assinatura do contrato temporário, os candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 1/2017, na forma do **Anexo Único**.

Art. 2º Os candidatos convocados na forma do presente Edital deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia-MT, na Avenida Araguaia, nº 248 - Bairro Centro, na Sede do Município, **até o dia 11 de abril de 2018**, no horário oficial de Brasília, das 14h30min às 17h00min.

§ 1º Nos termos do *caput* deste artigo, os candidatos deverão apresentar a documentação exigida no item 11 do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2017;

§ 2º O não cumprimento das exigências estipuladas no *caput* e § 1º deste artigo, implicará na perda do direito à contratação e de qualquer outro direito inerente ao Processo Seletivo Simplificado nº 01/2017, conforme Edital de Abertura.

Art. 3º As demais condições constam dos Editais de Abertura e Complementares, do Decreto nº 37/2017 de Homologação do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2017 e da legislação municipal aplicável.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia-MT, em 4 de abril de 2018.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

==========

==========

ANEXO ÚNICO AO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 30 AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2017

RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

NOME	CARGO/FUNÇÃO PÚBLICA	LOCAL (LOTAÇÃO)	CLASSIFICAÇÃO
PEDRO ALEX FERREIRA ECKERT	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	CRECHES/PRÉ-ESCOLA	5º
VOGLEIDE CARDOSO	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	CRECHES/PRÉ-ESCOLA	6ª

==========

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE POSSE

TERMO DE POSSE

Em cumprimento aos preceitos constitucionais e em face da aprovação em concurso público, nº 001/2015 realizado no dia 11 (onze) de outubro de 2015 (dois mil e quinze), de conformidade com o resultado constante no Edital nº 020/2015, e demais atos baixados e arquivados na Secretaria

de Administração, na presença do Prefeito Municipal, senhor **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA** e o Secretário de Governo e Gabinete, senhor Eurípedes Garcia de Moura, no dia **02 de Abril de 2018**, tomou posse do cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS,** classificação **13º lugar EURIDIA GOMES CLARA Portadora do RG nº 17595746 e do CPF nº 021. 470.051-85** que se apresentou atendendo as normas de convocação, no ato da assinatura do termo de posse, presente todos os documentos pessoais e qualificação específica para a função de tomada de posse.

A empossada que comprova não se enquadrar nas proibições contidas na Constituição Federal e Estadual e Leis Complementares obedecendo as normas estatutárias, assumiu o compromisso solene de cumprir bem e fielmente os deveres e as atribuições que lhe são inerentes em virtude da função publica que passara a exercer. Apresentou-se, com a Declaração de bens que constituem o seu patrimônio, Declaração de Empregos e todos os demais documentos em lei exigidos. E, estando conforme, foi lavrado o presente Termo que vai assinado por quem de direito.

São José do Povo – MT, 02 de Abril de 2018.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA EURIPEDES GARCIA DE MOURA

PREFEITO MUNICIPAL SECRETÁRIO DE GOVERNO E GABINETE

_____

EURIDIA GOMES CLARA

EMPOSSADO

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
DECRETO N° 019/2018 - DE 5 DE ABRIL DE 2018

Institui nova tabela de Avaliação com valores referente ao ITBI e Atualiza preço mínimo de TERRAS RURAIS e dá outras providências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, Prefeito Municipal de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Municipal n°534/2012 de 14 de Dezembro de 2014,

DECRETA

ARTIGO 1° - Cria a Tabela de Avaliação com valores referente ao Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos ITBI e Atualiza os preço mínimo a ser avaliado de TERRAS RURAIS, conforme indice inflacionario, que passará ter seguinte teor:

TABELA

REGIÃO

ÁREA C/ BENFEITORIA OU FORMADAS ÁREA REFLORESTADAS C/ DOCUMENTOS

MATA VIRGEM

PEROBA R$ 30.885,00 R$ 18.531,00 R$ 18.531,00

ALAGOANO R$ 30.885,00 R$ 18.531,00 R$ 18.531,00

ALTO BANDERANTES R$ 30.885,00 R$ 18.531,00 R$ 18.531,00

SERRINHA R$ 36.063,00 R$ 18.531,00 R$ 18.531,00

RETA MINEIRA R$ 36.063,00 R$ 18.531,00 R$ 18.531,00

MORERAL R$ 36.063,00 R$ 18.531,00 R$ 18.531,00

CAMPINHO R$ 30.885,00 R$ 18.531,00 R$ 18.531,00

CATANDUVA R$ 30.885,00 R$ 18.531,00 R$ 18.531,00

SÃO JOÃO DA SERRA R$ 30.885,00 R$ 18.531,00 R$ 18.531,00

ÁGUA PEDRA R$ 30.885,00 R$ 18.531,00 R$ 18.531,00

PONTO CHIQUE R$ 36.063,00 R$ 18.531,00 R$ 18.531,00

SÃO JOSÉ DO POVO R$ 41.215,00 R$ 18.531,00 R$ 18.531,00

AREIA R$ 25.760,00 R$ 18.531,00 R$ 18.531,00

ARTIGO 2° - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando o Decreto Nº059/2014 e as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

São José Do Povo, 03 DE JANEIRO DE 2017

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____ __/__/____.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
DECRETO N° 15/2018- DE 05 DE ABRIL DE 2018

Estabelece a tabela de preço do IPTU, conforme Lei Municipal N° 534/ 2012 e dá outras providências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, Prefeito Municipal de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Municipal n°534/2012 de 14 de Dezembro de 2014,

DECRETA

ARTIGO 1° - Estabelece a Tabela de preço do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, será cobrado com autorização do Poder Executivo de acordo com o Parágrafo Único do Artigo 9° da Lei Municipal N° 534/2012, sendo que Imposto Territorial, refere-se a Terrenos vagos e Imposto Predial incidirá sobre a Edificação.

PARÁGRAFO ÚNICO: A classificação dos terrenos e edificações do Município serão de acordo com a tabela a seguir:

TABELA I

Para cálculo de Imposto Territorial:

TERRENO VALOR VENAL POR M²

Com Muro e Passeio - 1 x R$ UPFM : R$ 2,15

Com Muro ou Passeio - 2 x R$ UPFM: R$ 4,38

Sem Muro e Passeio - 3 x R$ UPFM: R$ 6,56

TABELA II

Para cálculo de Imposto Predial:

Edificação VALOR VENAL POR M²

Ótimo R$ 218,79

Bom R$ 164,23

Regular R$ 109,49

Fraco ou Má R$ 87,58

ARTIGO 2° - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 05 de Abril de 2018;

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2018

A Comissão Permanente de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**, Estado de Mato Grosso, nomeado através da portaria nº **3/2018**, por ordem do Senhor **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, torna público, para quem possa interessar e em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores que o julgamento do certame supra citado resultou vencedor (es) a **Pessoa Jurídica 1ª vencedora: JULIO PEDRO PERREIRA COSTA JUNIOR , CNPJ nº 27.792.485/0001-50, no valor TOTAL de R$ 13.530,00 (Treze Mil, e Quinhentos e Trinta Reais.)**.

PUBLIQUE-SE

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 05 DE ABRIL DE 2018.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

MARIA IRANDI DUARTE	
Presidente da Comissão de Licitação	

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
DECRETO N° 014/2018 - DE 5 DE ABRIL DE 2018

Atualiza e Fixa o valor da UPFM, para efeitos de cálculos, instituído pela Lei Municipal N°534/2012, de 14 de Dezembro de 2014 e dá outras providências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.

DECRETA:

ARTIGO 1º- A UPFM - Unidade Padrão Fiscal Municipal, foi instituída através da Lei nº534/2012 e tem como objetivo efetuar cálculos de todas e quaisquer importância devida ao Cofre Público Municipal, decorrente de tributos, multas fiscais, faixas de tributação prevista na Legislação Tributária, multa administrativa e ainda, dívida ativa, cujo valor será atualizado anualmente, de acordo com o Índice Inflácionário ou outros que venha substituí-lo.

VALOR ATUAL - UPFM: R$ 2,19 (Dois reais e dezenove centavos)

ARTIGO 2° - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 05 de Abril de 2018;

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
DECRETO N° 016/2018 - DE 05 DE ABRIL DE 2018

Institui tabela de Avaliação com valores referente ao ITBI e Atualiza o preço mínimo de IMÓVEIS URBANOS e dá outras providências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, Prefeito Municipal de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Municipal n°534/2012 de 14 de Dezembro de 2014,

DECRETA

ARTIGO 1° - Cria-se a Tabela de Avaliação com valores referente ao Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos ITBI e Atualiza o preço mínimo a ser avaliado de IMÓVEIS URBANOS conforme o indice infracionário, que passará ter seguinte teor:

TABELA

LOCALIZAÇÃO ESTADO DE CONSERVAÇÃO / VALORES EM REAIS (R$)

SETORES BOA REGULAR PÉSSIMA

SETOR 01 103.000,00 82.432,00 61.824,00

SETOR 02 72.128,00 56.672,00 49.459,00

ARTIGO 2° - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 05 de Abril de 2018;

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
DECRETO N° 18/2018 - DE 05 DE ABRIL DE 2018

Dispõe, prorrogação do pagamento do IPTU do corrente ano,

conforme autorização da lei Municipal nº534/2012.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.

DECRETA:

ARTIGO 1º- O pagamento do IPTU (Imposto Territorial e Parcial Urbano) do exercício de 2018 será pago pelos contribuimtes das seguintes formas:

I- Parcela Única até 31/05/2018.

II- Em até 03 (três) parcelas com as seguintes datas:

Primeira Parcela - 31/05/2018.

Segunda Parcela - 29/06/2018.

Terceira Parcela - 31/07/2018.

ARTIGO 2º- O não pagamento até as datas de vencimento, implicará aos contribuintes do imposto, Multa, Juros e Correção Monetária.

ARTIGO 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 4º- Revogam-se disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

São José do Povo, 05 de Abril de 2018.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
DECRETO N° 017/2018 - DE 05 DE ABRIL DE 2018

Institui tabela de Avaliação com valores referente ao ITBI e Atualiza o preço mínimo de TERRENOS URBANOS e dá outras providências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, Prefeito Municipal de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Municipal n°534/2012 de 14 de Dezembro de 2014,

DECRETA

ARTIGO 1° - Cria-se a Tabela de Avaliação com valores referente ao Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos ITBI e Atualiza o preço mínimo a ser avaliado de TERRENOS URBANOS conforme indice inflacionário, que passará ter seguinte teor:

TABELA

LOCALIZAÇÃO ATÉ 200M² ATÉ 400M² ACIMA 400M²

SETOR 01 25.760,00 41.216,00 51.519,80

SETOR 02 20.608,00 30.912,00 41.216,00

ARTIGO 2° - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicaçãorevogando as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 05 de Abril de 2018;

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação, da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT torna público a todos os interessados que RETIFICOU a publicação do EXTRATO DO CONTRATO 007/2018, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Mato Grosso do dia 07 de Março de 2018, pág. 272, ONDE SE LÊ: R$ 8.515,00 (Oito mil quinhentos e quinze reais) LEIA-SE R$ 8.125,00 (Oito mil cento e vinte e cinco reais). São José do Rio Claro-MT, 05 de Abril de 2018

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação, da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT torna público a todos os interessados que RETIFICOU a publicação do EXTRATO DO CONTRATO 008/2018, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Mato Grosso do dia 07 de Março de 2018, pág. 272, ONDE SE LÊ: R$ 17.169,00 (Dezessete mil cento e sessenta e nove reais) LEIA-SE R$ 16.389,00 (Dezesseis mil trezentos e oitenta e nove reais). São José do Rio Claro-MT, 05 de Abril de 2018.

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO MÊS 03/2018

- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 010/2018. ASS: 08/03/2018. VCT: 30/06/2018. Contratado**: R. J PEÇAS E RETIFICA LTDA.** Objeto:contratação de empresa para prestação de serviço de retifica de motor retifica de motor motoniveladora caterpillar mod. 120k. Valor: R$ 19.993,00.

- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 011/2018. ASS: 09/03/2018. VCT: 01/06/2018. Contratado**: APUI CONSTRUTORA DE OBRA LTDA.** Objeto:contratação de empresa especializada na prestação de serviço de hora máquinas pesada e caminhões, para execução de serviços de recuperação de leitos de estradas vicinais, e outros serviços públicos municipais de terraplenagem na zona rural e urbana no município de São José do Rio Claro - MT. Valor: R$ 23.112,00.

- CONTRATO DE AQUISIÇÃO N.º 012/2018. ASS: 12/03/2018; VCT: 31/12/2018. Contratado: **LIVRARIA E PAPELARIA KIEFER LTDA.** Objeto:aquisição de materiais para oficina de artesanatos que acontece trimestralmente na Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social - CRAS. Valor: R$ 7.391,02.

- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 013/2018. ASS: 16/03/2018; VCT: 16/06/2018. Contratado: **TAIAMÃ RENT A CAR LTDA - ME.** Objeto:locação de veiculo tipo ambulância para prestação de serviços de transporte de paciente. Valor: R$ 39.900,00.

Valdomiro Lachovicz – Prefeito Municipal

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 031/2017. ASS: 02/02/2018. VCT: 17/08/2018. Contratado: **COMERCIAL MARK ATACADISTA LTDA-ME**. Objeto: Fica ajustado entre as partes que o produto ESTRIOPAX - CREME VAGINAL, item do Pregão Presencial 019/2017 e Ata de Registro de Preço 031/2017, sofrerá reajuste de valor de 208,16% (Duzentos e oito vírgula dezesseis por cento) 7,59 (Sete reais e cinqüenta e nove centavos) para R$ 23,39 (Vinte e três reais e trinta e nove centavos) por tubo do ESTRIOPAX - CREME VAGINAL. **Valdomiro Lachovicz** – Prefeito Municipal.

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO Nº 009/2018 – REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Rio Claro – MT, com sede administrativa na Rua Paraíba, nº 355, Centro – São José do Rio Claro – MT, CEP: 78.435-000, fone (65) 3386-1222, informa a todos os interessados que realizará Pregão Presencial para registro de preços para FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÕES DE AR CONDICIONADO PREDIAL (SPLIT/AR DE JANELA) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO - MT. Data de Abertura: às 08h00min, do dia 24 de Abril de 2018, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Informação mais detalhadas e edital completo poderão ser solicitados no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, 12h00min às 18h00min, com a Comissão Permanente de Licitação, ou pelo e-mail: licitacaosjrc@gmail.com ou ainda no site do município: www.saojosedorioclaro.mt.gov.br. São José do Rio Claro – MT, 05 de Abril de 2018. Angela Rodrigues de Matos – Pregoeira Oficial

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO DE PRAZO E VALOR DO CONTRATO N.º 036/2017. ASS: 28/03/2018. VCT: 18/07/2018. Contratado: **UM CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - ME**. Objeto: Fica ajustado entre as partes que o Contrato Original sofrerá um acréscimo de 1,82% (Um vírgula oitenta e dois por cento aproximadamente), passando de R$ 359. 668,51 (Trezentos e cinqüenta e nove mil seiscentos e sessenta e oito reais e cinqüenta e um centavos) para R$ 366.209,79 (Trezentos e sessenta e seis mil duzentos e nove reais e setenta e nove centavos), o prazo de execução será prorrogado do dia 12/03/2018 a 09/07/2018 conforme autoriza o a Lei 8.666/93, art. 65, inciso I, alínea a e b. **Valdomiro Lachovicz** – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO

Na qualidade de Prefeito do Municipio de São Jose do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, DECLARO em cumprimento á legislação de referencia ao Projeto Minha Casa Minha Vida –venho tornar publico a substituiçao do(a) beneficiário(a) abaixo relacionados. A referida substituição foi aprovada atraves da Ata nº 01/2018 de trinta de janeiro de dois mil e dezoito, ficando da seguinte forma.

Beneficiario(a) Desistente	**Beneficiario(a) Substituto**
Kathiere Both Mazuchini CPF ***...701-60	Clarice Ferreira de Campos CPF *** ...821-96
Endereço Unidade Habitacional	**Endereço Unidade Habitacional**
Rua Jatobá –Quadra 14 Lote 22 – Santa Terezinha II.	Rua Jatobá –Quadra 14 Lote 22 – Santa Terezinha II.

São Jose do Rio Claro MT, 28 de Março 2018.

Valdomiro Lachovicz

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO

Projeto de Subsidio a Habitaçao de Interesse Social – PSH 56 Unidades.

Na qualidade de Prefeito do Municipio de São Jose do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, DECLARO em cumprimento á legislação de referencia ao Projeto Programa de Subsidio de Interesse Social – PSH, para município com população limitada a 50.000 habitantes que os beneficiário(a) abaixo relacionados foram substituitos conforme a determinação do Conselho Municipal de habitação - Ata nº 01/2018 de trinta de janeiro de dois mil e dezoito, ficando da seguinte forma.

Beneficiario(a) Desistente	**Beneficiario(a) Substituto**
Lusimar Goveia dos Anjos CPF *** ...301-25	Maria de Lourdes Fernandes CPF *** ...841-15
Endereço Unidade Habitacional	**Endereço Unidade Habitacional**
Rua Perobas Quadra 05 Lote 03 – Conjunto habitacional PSH.	Perobas Quadra 05 Lote 03 – Conjunto habitacional PSH.

São Jose do Rio Claro MT, 28 de Março 2018.

Valdomiro Lachovicz

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

PUBLICAÇÃO

PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de São José do Xingu, CNPJ nº 37.465.317/0001-03, torna público que requereu junto a Secretaria Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso – SEMA / MT, a Licença Prévia e Licença de Instalação (LP) e (LI), referente ao Projeto de Pavimentação Asfáltica e Drenagens Pluviais, localizado no Município de São José do Xingu/MT.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA LDO 2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PUBLICA - LDO/2019

Nº. 03/2018

O Prefeito Municipal de São José do Xingu - MT, senhor **LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, no uso das atribuições contidas na Lei Orgânica Municipal, convoca as pessoas interessadas para participarem da Audiência Pública Municipal a realizar-se na data, horário e local abaixo descrito, para tratar de assuntos referentes: Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019.

Quinta - feira (12/04/2018).

Horário: às 15hs00 min.

Local: Câmara Municipal de São José do Xingu-mt

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Xingu-MT

São José do Xingu – MT, 05 de Abril de 2018.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO

PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de São José do Xingu, **CNPJ nº** 37.465.317/0001-03**,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente, **a Licença Provisória de Operação (LOP)** referente a implantação de um Bota Fora para destinação de solos removidos, nas atividades de construção, reforma e reparos de estradas (pavimentação), bem como por aqueles resultante da remoção de vegetação (gramíneas e solo orgânico) e escavação de solos, por tratarem-se de materiais homogêneos que podem ser inclusive aplicados para regularização/terraplanagem de terrenos, localizado no município de São José do Xingu/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EXTRATO DE DISTRATO

EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO DE Nº 66/2017, DISTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT, CNPJ sob n° 15.024.029/0001-80, **DISTRATADA**: a Empresa: **CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ sob n° 03. 652.030/0001-70. Objeto: Unilateral de interesse Público.

EXTRATO DE DISTRATO

EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO DE Nº 67/2017, DISTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT, CNPJ sob n° 15.024.029/0001-80, **DISTRATADA**: a Empresa: **DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ sob n° 02. 520.829/0001-40. Objeto: Unilateral de interesse Público.

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011/2018 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando a homologação do **Processo Seletivo Simplificado 001/2018**, vem através deste convocar os candidatos do referido certame a comparecerem até o dia 06 de abril de 2018, a partir das 8h, na Secretaria Municipal de Educação, para

apresentarem documentação exigida para devida contratação – conforme convocação a seguir:

Professor II - Geografia

2º - Leonice Reinoldes Francisqueti

Professor II - Pedagogia

20º - Edicleia Aline F. Cabral Leal

21º - Janaína Vetoreti Goloni

Auxiliar de Serviços Internos

12º - Karine Torres Proni

Observação: A vaga disponível ao cargo de Auxiliar de Serviços Internos, nesse ato, é destinada à Escola Municipal Reinaldo Botelho – Vespertino.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos convocados, podendo a Prefeitura de São José dos Quatro Marcos-MT, através de sua Secretaria Municipal de Educação, convocar imediatamente o(s) posterior(es), obedecendo à ordem de classificação dos candidatos.

São José dos Quatro Marcos-MT, 05 de abril de 2018.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 094, DE 05 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre constituição de **Coordenação do Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado-PDI** do município de São José dos Quatro Marcos.

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, Sr. **RONALDO FLOREANO DOS SANTOS**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar os servidores abaixo para constituir a Coordenação do Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado-PDI do município de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, a fim de conduzir as ações referentes ao desenvolvimento do referido programa e demais encaminhamentos que se fizerem necessários ao seu êxito.

Art. 2º A coordenação geral do Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado-PDI de São José dos Quatro Marcos estará sob a responsabilidade do coordenador da Unidade de Controle Interno desta Prefeitura Municipal, que supervisionará os trabalhos das coordenações dos Projetos e das ações, assim constituídos:

Coordenação do Projeto 1 – Apoio ao Planejamento Estratégico

Responsáveis:

_ Miriele Garcia Ribeiro (Titular)

_ Marluce Rejane de Azevedo Chialle Izidório (Suplente)

Ações:

Apoio ao Planejamento (Plano Estratégico elaborado)

Cessão do software do GPE (Informações do Plano Estratégico no GPE)

Coordenação do Projeto 2 – Incentivo ao Acesso à Informação e à Consciência Cidadã

Responsáveis:

_Emerson Souza Miler (Titular)

_Luana Monez Chagas (Suplente)

Ações:

Incentivo ao acesso à informação (Oficina de transparência)

Incentivo às ações da Ouvidoria

Incentivo à consciência cidadã (Oficinas com Conselhos de Políticas Públicas; capacitação de Conselhos via EaD)

Coordenação do Projeto 3 – Orientação por meio de Cursos Presenciais e a Distância

Responsáveis:

_Meirivania Alves de Souza (Titular)

_Ademir Patrik de Moura (Suplente)

Ações:

Ensino a Distância para a Gestão Pública

Ciclo de capacitação Gestão Eficaz

Programa Democracia Ativa

Coordenação do Projeto 4 – Controle Gerencial utilizando o Sistema Geo-Obras

Responsáveis:

_Antônio Carlos Mariano Santiago (Titular)

_Rogério Alves Correa (Suplente)

Ações:

Utilização do Sistema Geo-Obras como ferramenta de controle gerencial

Fomento à inserção de informações no Sistema Geo-Obras

Coordenação do Projeto 5 – Modernização Institucional

Responsáveis:

_Andressa Nunes de Almeida (Titular)

_Wanderson Alves Libralão (Suplente)

Ações:

As ações serão via produtos: Diário Oficial de Contas, Novo Portal Transparência/SIC, Plenário Virtual, Protocolo Virtual, Módulo *Push* do Sistema *Control-P*, Malote Digital, Gerenciamento de Planejamento Estratégico, Autos Digitais, Pesquisa de Jurisprudência, Sistema Integrado de Gestão Administrativa

Art. 3° A Coordenação do PDI não será remunerada por este trabalho específico, no entanto, os membros poderão ser dispensados em horário de expediente para reunião ou para realização de trabalhos *in loco*; será(ão) emitido(s) certificado(s) aos referidos membros em detrimento dos trabalhos realizados junto ao PDI.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São José dos Quatro Marcos-MT, 05 de abril de 2018.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISTRATO

EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO DE Nº 65/2017, DISTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT, CNPJ sob n° 15.024.029/0001-80, **DISTRATADA**: a Empresa: **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ sob n° 03.250.803/0001-92. Objeto: Unilateral de interesse Público.

EXTRATO DE DISTRATO

EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO DE Nº 19/2017, DISTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT, CNPJ sob n° 15.024.029/0001-80, **DISTRATADA**: a Empresa: **GIACHETO & OLIVEIRA LTDA**, inscrita no CNPJ sob n° 03.752.368/0001-02, estabelecida na

Rua Santa Catarina, nº 427, CEP 78.285-000, no município de São José dos Quatro Marcos-MT. Objeto: Unilateral de interesse Público.

EXTRATO DE DISTRATO

EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO DE Nº 114/2017, DISTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT, CNPJ sob n° 15.024.029/0001-80, **DISTRATADA**: a Empresa: **CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ sob n° 03.652.030/0001-70. Objeto: Unilateral de interesse Público.

EXTRATO DE DISTRATO

EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO DE Nº 115/2017, DISTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT, CNPJ sob n° 15.024.029/0001-80, **DISTRATADA**: a Empresa: **DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 02.520.829/0001-40. Objeto: Unilateral de interesse Público.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2018

CONCEDENTE: Município de São Pedro da Cipa-MT

CONCESSIONÁRIA:GUIOMAR BENEDITO ARAÚJO DA SILVA

Objeto: Contrato Concessão de uso DE UM ESPAÇO DESTINADO PARA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO, LOCLAIZADO NA ORLA DO RIO SÃO LOURENÇO

Prazo: 02 (dois) anos.

ASSINATURA: 13 de março de 2018.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2018

Contratante: Município de São Pedro da Cipa-MT

Contratada:J. N. PRADO - ME

Objeto: Contratação de Empresa para reforma de ponte de madeira do córrego campinas na MT – 472, deste município, neste município

Prazo: 60 (sessenta) dias.

VALOR: 26.445,00 (vinte e seis mil quatrocentos e quarenta e cinco reais)

ASSINATURA: 23 de março de 2018.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2018

Contratante: Município de São Pedro da Cipa-MT

Contratada:PAULO ROCHA DOS SANTOS & CIA LTDA ME

Objeto: Contratação de Empresa para readequação, arborização e estacionamento do centro de múltiplo uso, neste município

Prazo: 60 (sessenta) dias.

VALOR: R$ 62.933,12 (sessenta e dois mil novecentos e trinta e três reais e doze centavos)

ASSINATURA: 26 de março de 2018.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2018

Contratante: Município de São Pedro da Cipa-MT

Contratada:PAULO ROCHA DOS SANTOS & CIA LTDA ME

Objeto:CONTRATAÇÃO DE “Contratação de Empresa para reforma de ponte de madeira do córrego do doido na MT – 472, neste município.

Prazo: 60 (sessenta) dias.

VALOR: R$ 78.144,65 (setenta e oito mil cento e quarenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos).

ASSINATURA: 28 de março de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

PORTARIA Nº 027/2018 “DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO PARA O CARGO EM COMISSÃO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, FISCALIZAÇÃO E DEFESA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Portaria nº 027/2018

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO PARA O CARGO EM COMISSÃO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, FISCALIZAÇÃO E DEFESA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **JOSÉ OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Nomear **EDMUNDO ALVES DA LUZ,** CPF: 569.032.431-00 e RG2287445-3 SSPMT, para ocupar o cargo, em **Comissão Departamento de Agricultura, Fiscalização e Defesa de Serra Nova Dourada MT.**

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

Serra Nova Dourada - MT 02 de Abril de 2018.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SERRAPREV
BALANCETE FINANCEIRO - JAN/FEV/2018 - SERRAPREV

ESTADO DO MATO GROSSO Data: 31/01/2018
PREFEITURA MUN DE TANGARÁ DA SERRA Página: 1 de 1
SERRAPREV - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Anexo 13 – Balanço Financeiro Liquidado
Período: JANEIRO /2018

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA(I)	3.045.144,07	2.398.399,00	DESPESA ORÇAMENTÁRIA(VI)	936.893,45	760.085,26
VINCULADA	3.045.144,07	2.398.399,00	VINCULADA	936.893,45	760.085,26
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.045.144,07	2.398.399,00	PREVIDÊNCIA SOCIAL	936.893,45	760.085,26
RECEBIMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIO(III)	1.326.981,34	195.927,65	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS(VIII)	184,272,16	196.644,27

REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONSO	1.093.836,75	0,00	(-) AJUSTES DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APL	0,00	586,48
FORNECEDORES NACIONAIS DO EXERCÍCIO	6.800,00	2.877,00	OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS A RE	26.482,30	38.760,32
OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS	30.451,44	23.983,99	CONSIGNAÇÕES	157.789,86	157.297,47
CONSIGNAÇÕES	195.893,15	169.066,66			
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR(IV)	70.491.588,42	55.296.528,96	SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	73.742.548,22	56.934.126,08
BANCO CONTA MOVIMENTO	171.704,53	164.367.80	BANCO CONTA MOVIMENTO	43.648,41	236.371,00
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA	70.319.883,89	55.132.161,16	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA	73.698.899,81	56.697.755,08
TOTAL (V)=(I+II+III+IV)	**74.863.713,83**	**57.890.855,61**	**TOTAL (X)=(VI+VII+VIII+IX)**	**74.863.713,83**	**57.890.855,61**
Tangará da Serra, 31 de Janeiro de 2018					
HELITON LUIZ DE OLIVEIRA DIRETOR EXECUTIVO			**KEURY VALERIANO RODRIGUES** CRC-MT 17.620/O-4		

ESTADO DO MATO GROSSO Data: 28/02/2018
PREFEITURA MUN DE TANGARÁ DA SERRA Página: 1 de 1
SERRAPREV - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Anexo 13 – Balanço Financeiro Liquidado
Período: FEVEREIRO/2018

INGRESSOS			**DISPÊNDIOS**		
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
RECEITA ORÇAMENTÁRIA(I)	4.545.55,60	5.228.997,71	DESPESA ORÇAMENTÁRIA(VI)	1.836.569,75	1.538.206,70
VINCULADA	4.545.55,60	5.228.997,71	VINCULADA	1.836.569,75	1.538.206,70
PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.545.55,60	5.228.997,71	PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.836.569,75	1.538.206,70
RECEBIMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIO(III)	1.918.718,98	378.526,63	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS(VIII)	403.653,94	363.765,72
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONSO	1.500.687,51	0,00	(-) AJUSTES DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APL	0,00	1.011,36
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO EXERCÍCIO	10.008,65	10.105,13	FORNECEDORES NACIONAIS DE EXERCÍCIOS ANTERIOR	15.625,33	0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO EXERCÍCIO ANTE	0,00	15.197,25	OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS A RE	26.482,30	38.760,32
FORNECEDORES NACIONAIS DO EXERCÍCIO	40,00	0,00	CONSIGNAÇÕES	359.471,71	323.994,04
OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS	15.004,11	28.305,98	REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS	2.074.60	0,00
CONSIGNAÇÕES	392.978,71	324.918,27			
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR(IV)	70.491,588.42	55.296,528,96	SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	74.715.639,31	59.002.080,88
BANCO CONTA MOVIMENTO	171.704,53	164.367,80	BANCO CONTA MOVIMENTO	243.182,31	33.852,00
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA	70.319.883,69	55.132.161,16	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA	74.472.457,00	58.968.228,88
TOTAL (V)=(I+II+III+IV)	**76.955.863,00**	**60.904.053,30**	**TOTAL (X)=(VI+VII+VIII+IX)**	**76.955.457,00**	**60.904.053,30**
Tangará da Serra, 28 de Fevereiro de 2018					
HELITON LUIZ DE OLIVEIRA DIRETOR EXECUTIVO			**KEURY VALERIANO RODRIGUES** CRC-MT 17.620/O-4		

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 035/2018 - P.S 003/2018

EDITAL COMPLEMENTAR 035/2018

PROCESSO SELETIVO N.º 003/2017

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO o presente Edital para CONVOCAR os candidatos classificados e/ou aprovados no Processo Seletivo nº 003/2017**, destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Administração.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no Departamento de Gestão de Pessoas e Processos (DGPP), situada a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, conforme abaixo relacionados para **atribuição de local de trabalho e atribuição de horas aulas**:

1.1 – Para Atribuição: Dia 06/04/2018 às 08h00min para atribuição de local de trabalho e/ou atribuição de horas aulas para todos os cargos relacionados abaixo:

Cargo.:	**658 -PROFESSOR LINGUA PORTUG. E ESTRANGEIRA – ZONA URBANA E RURAL**						
Nº	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Acertos**	**Prova Objetiva**	**Prova de Títulos**	**Total**	**Resultado**
25	1215	RODRIGO LEMES	04/06/1992	23	69	5,00	74,00	Classificado

Cargo.:	657 -PROFESSOR ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA						
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Acertos	Prova Objetiva	Prova de Títulos	Total	Resultado
84	3469	SIRLENE GOMES DA SILVA SALVADOR	26/04/1973	20	60	7,25	67,25	Classificado
85	874	MARCILIA MARIA GOMES DE SOUZA	23/05/1970	21	63	4,00	67,00	Classificado

Cargo.:	656 -PROFESSOR HISTÓRIA – ZONA URBANA E RURAL						
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Acertos	Prova Objetiva	Prova de Títulos	Total	Resultado
7	2952	SILVANA LOPES DA SILVA	31/01/1978	17	51	8,50	59,50	Classificado
8	3188	CEZAR AUGUSTO FONTANA	13/09/1977	17	51	8,25	59,25	Classificado

Cargo.:	789 -AGENTE ADMINISTRATIVO SEMEC					
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Acertos	Prova Objetiva	Resultado
4	407	RAFAEL DA CONCEIÇÃO SANTANA	13/04/1998	23	78	Classificado

2. Para entrega de documentos: Dia 06/04/2018 e 09/04/2018 das 08:00h às 11:00h e das 13:00h às 16:00h.

2.1 Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Pessoal situada à Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, nos dias relacionados no Item 2 para entrega de documentos, munidos com **ORIGINAIS E CÓPIAS** dos documentos abaixo relacionados:

2.2 No ato da contratação o candidato deverá comparecer pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório;

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Atestado Pré-admissional (APTIDÃO FÍSICA, MENTAL E PSICOLÓGICA), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho, com data igual ou posterior a data de convocação;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Os candidatos para o cargo de Motorista deveram apresentar:

h.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

h.2) ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

h.3) possuir curso de transporte de passageiros (Movimento Operações de Produtor Especiais – MOPE) e Transporte Escolar;

h.4) não ter cometido falta grave ou gravíssima nos últimos 12 (doze) meses.

i) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

j) Comprovante de residência;

k) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos (se dependente);

l) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

m) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

n) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

o) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

q) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo à existência ou inexistência de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

r) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

s) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2017/Ano - Calendário 2016 ou mais recente);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

v) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

3. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 05 de abril de 2018

Prof. Fabio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Prof. Adriano Alves Fernandes

Secretário Municipal de Educação e Cultura

SAMAE
AVISO DE PRORROGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2018/ SAMAE

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que será **PRORROGADO** e fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2018/SAMAE,**para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR ITEM ,** tendo como objeto a **AQUISIÇÃO DE EMBALAGENS PARA ENVASAMENTO DE ÁGUA POTÁVEL, PARA ATENDER EVENTOS DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA-MT.** A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 18 de Abril de 2018.** O horário de funcionamento do SAMAE de Tangará da Serra/MT**,** na Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 07h00m às 11h00m e das 13h00m às 17h00m. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicacoes. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517.

Tangará da Serra/MT, 05 de Abril de 2018.

Edinéia G. de Souza Vieira

Setor de Licitação do SAMAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 036/2018 - P.S 03/2018

EDITAL COMPLEMENTAR 036/2018

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, **Prof. Fábio Martins Junqueira**

, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos aprovados no **Processo Seletivo nº 003/2017,** destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Administração.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Infraestrutura, situada a Avenida Brasil nº 2351-N Jardim Europa, conforme abaixo relacionados:

Cargo.:	**959 -AGENTE ADMINISTRATIVO II**					
Nº	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Acertos**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
5	3498	IZOLETE KLOTZ SANTIN	09/01/1979	24	82	Classificado

2. Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Pessoal situada à Avenida Brasil nº 2351-N no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra - MT, nos dias **06/04/2018 e 09/04/2018 das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00** munidos com **ORIGINAIS E CÓPIAS** os documentos abaixo relacionados:

2.1 No ato da contratação o candidato deverá comparecer pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório;

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Atestado Pré-admissional (APTIDÃO FÍSICA, MENTAL E PSICOLÓGICA), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho, com data igual ou posterior a data de convocação;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Os candidatos para o cargo de Motorista deveram apresentar:

h.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

h.2) ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

h.3) possuir curso de transporte de passageiros (Movimento Operações de Produtor Especiais – MOPE) e Transporte Escolar;

h.4) não ter cometido falta grave ou gravíssima nos últimos 12 (doze) meses.

i) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

j) Comprovante de residência;

k) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos (se dependente);

l) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

m) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

n) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

o) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

q) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo à existência ou inexistência de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

r) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangarada-serra.mt.gov.br**;

s) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2017/Ano - Calendário 2016 ou mais recente);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

v) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 05 de Abril de 2018.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Selton José Vieira

Secretário Municipal de Infraestrutura

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 008/2018 P. S 001/2017

EDITAL COMPLEMENTAR 008/2018

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

O município de Tangará da Serra-MT, através do Prefeito Municipal, Senhor Profº. **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICA a convocação dos candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo Nº. 001/2017** destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1° CONVOCAR os candidatos aprovados/classificados no **Processo Seletivo nº. 001/2017**, conforme o cargo e candidatos abaixo relacionados, para que compareçam na **Secretaria Municipal de Infraestrutura** dia **06/04/2018 às 08h00**, situada a Avenida Brasil nº. 2351-N **Jardim Europa, para informação sobre a contratação e local de trabalho:**

CARGO: 1074 - MOTORISTA - SINFRA									
Ordem	**Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Acertos na prova objetiva**	**Nota Prova Objetiva**	**Nota Prova Prática**	**Média das provas**	**Classificação**
8	1807	ANDERSON MACHADO	20/03/1981	20323271 SSP MT	16	64	100	82	Classificado
9	1304	ROBERTO RODRIGUES NEVES	14/12/1989	18593771 SSP\ MT	16	64	100	82	Classificado
10	9	MILTON JUNIOR DE OLIVEIRA	06/10/1981	14138484 SSP MT	18	72	87	80	Classificado

Art. 2º Os candidatos acima relacionad**os** deverão comparecer no **Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração**, situada **à** Avenida Brasil nº 2351-N – Jardim Europa**, nos dias 06/04/2018 e 09/04/2018** das **08h00 às 11h00** e das **13h00 às 16h00** munidos com **cópia e original** dos documentos abaixo relacionados:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

b.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

e) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

f) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

g) Carteira de registro profissional e certidão negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence, para todos cargos que possuem Conselho;

h) Comprovante de residência;

i) Cópia da Carteira de Trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

j) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

k) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

l) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

m) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

n) CPF dos filhos maiores de 14 anos, do pai, mãe e cônjuge;

o) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

p) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2016);

q) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

r) Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Negativa com Efeitos de Positiva, fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra e pela Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso;

s) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, de que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante Processo Administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

t) Carteira Nacional de Habilitação – CNH categoria D, para o cargo de Motorista e Operador de Máquinas;

u) Cartão do SUS e Cartão de Vacina.

Art. 3º O prazo de apresentação segue o **art. 2º** deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subsequente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente o candidato que não se apresentar no prazo referido neste edital.

Art. 4º Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada;

b) – não apresentar a documentação exigida no **art. 2º** do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 05 de Abril de 2018.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Selton José Vieira

Secretário Municipal de Infraestrutura

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 92/2018

DATA: 03 DE ABRIL DE 2018

SUMÚLA: NOMEIA SENHORA CASSIA CRISTINA LOUREIRO DE MORAES PARA O CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL II DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA Nº 128, DE JULHO DE 1990.

RESOLVE:

ART. 1° - NOMEAR a Sra.**CASSIA CRISTINA LOUREIRO DE MORAES**, brasileira, portadora do RG nº 2553698-2 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 052.763.511.12, para o cargo comissionado de **ASSESSOR DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL II**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

ART. 2° - O ato descrito no ART. 1° se da em conformidade com ART. 11, inciso II, da Lei nº 128 de 13 de Julho de 1990.

ART. 3° - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 03 DE ABRIL DE 2018.

RESGISTRE-SE E AFIXE-SE.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE Nº 92/2018

Compareceu perante o Prefeito Municipal, para tomar posse no cargo comissionado de**ASSESSOR DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL II,** a Sra.**CASSIA CRISTINA LOUREIRO DE MORAES**, brasileira, portadora do RG nº 2553698-2 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 052.763.511.12, no dia 03 de abril de 2018 e prometeu cumprir fiel e honradamente, todos os atos necessários inerentes ao cargo que ora lhe e dado posse, em conformidade com o ART. 16, da Lei Orgânica nº 128 de 13 de julho de 1990.

O presente Termo de Posse e parte integrante da Portaria nº 92/2018, que nomeou o referido empossado.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

CASSIA CRISTINA LOUREIRO DE MORAES

Empossado

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 85/2018

DATA: 02 DE ABRIL DE 2018

SUMÚLA: NOMEIA SENHOR OLMIR TREVISAN PARA O CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL III DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA Nº 128, DE JULHO DE 1990.

RESOLVE:

ART. 1° - NOMEAR o Sr.**OLMIR TREVISAN**, brasileira, portador do RG nº 786903 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 581.766.081.49, para o cargo comissionado de **ASSESSOR DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL III**, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2° - O ato descrito no ART. 1° se da em conformidade com ART. 11, inciso II, da Lei nº 128 de 13 de Julho de 1990.

ART. 3° - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 02 DE ABRIL DE 2018.

RESGISTRE-SE E AFIXE-SE.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE Nº 85/2018

Compareceu perante o Prefeito Municipal, para tomar posse no cargo comissionado de**ASSESSOR DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL III,** o Sr. **OLMIR TREVISAN**, brasileira, portador do RG nº 786903 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 581.766.081.49, no dia 02 de abril de 2018 e prometeu cumprir fiel e honradamente, todos os atos necessários inerentes ao cargo que ora lhe e dado posse, em conformidade com o ART. 16, da Lei Orgânica nº 128 de 13 de julho de 1990.

O presente Termo de Posse e parte integrante da Portaria nº 85/2018, que nomeou o referido empossado.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

OLMIR TREVISAN

Empossado

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 90/2018

DATA: 03 DE ABRIL DE 2018

SUMÚLA: NOMEIA SENHORA SOLANGE GOMES DA SILVA PARA O CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL III DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA Nº 128, DE JULHO DE 1990.

RESOLVE:

ART. 1° - NOMEAR a Sra.**SOLANGE GOMES DA SILVA**, brasileira, portadora do RG nº 17213347 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 013.880.341.23, para o cargo comissionado de **ASSESSOR DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL III**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

ART. 2° - O ato descrito no ART. 1° se da em conformidade com ART. 11, inciso II, da Lei nº 128 de 13 de Julho de 1990.

ART. 3° - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 03 DE ABRIL DE 2018.

RESGISTRE-SE E AFIXE-SE.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE Nº 90/2018

Compareceu perante o Prefeito Municipal, para tomar posse no cargo comissionado de**ASSESSOR DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL III,** a Sra.**SOLANGE GOMES DA SILVA**, brasileira, portadora do RG nº 17213347 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 013.880.341.23, no dia 03 de abril de 2018 e prometeu cumprir fiel e honradamente, todos os atos necessários inerentes ao cargo que ora lhe e dado posse, em conformidade com o ART. 16, da Lei Orgânica nº 128 de 13 de julho de 1990.

O presente Termo de Posse e parte integrante da Portaria nº 90/2018, que nomeou o referido empossado.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SOLANGE GOMES DA SILVA

Empossado

PREGÃO PRESENCIAL - – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 24/2018

PREGÃO PRESENCIAL - DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 24/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT, ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA, TORNA PUBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N°. 24/2018, TENDO COMO OBJETO: AQUISIÇÃO DE 02 VEÍCULO TIPO PICK-UP DIESEL 4X4 CABINE DUPLA ZERO KM; 01 MICRO-ÔNIBUS RODOVIÁRIO DIESEL 4X2 ZERO KM, 01 VEICULO ZERO KM CAPACIDADE DE 7 LUGARES ZERO KM, COM REALIZAÇÃO PREVISTA PARA O DIA 18 DE ABRIL DE 2018, ÀS 08H00MIN (OITO HORAS), HORÁRIO DE MATO GROSSO. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 05 DE ABRIL DE 2018.

ELIZANGELA DE OLIVEIRA AZEVEDO DO SANTOS

PREGOEIRA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 84/2018

DATA: 02 DE ABRIL DE 2018

SUMÚLA: RETIRA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO DO QUADRO DE ATIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA Nº 128, DE JULHO DE 1990.

RESOLVE:

ART. 1° - Retirar do quadro de servidores ativo Sra**. MAELI GONÇALVES DE SOUZA,** brasileira, inscrita no RG nº 22.180.426-2 SSP/SP no CPF sob nº 080.386.658.56 no cargo efetivo de **PROFESSOR POS GRADUADO**, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 02 de agosto de 2004, em conformidade com a portaria nº 013/2018, do Fundo Social dos Servidores do Município de Terra Nova do Norte – MT, processo nº 2018.03.00009P, a qual concede **Aposentadoria por Invalidez,** a partir de 09.11.2017.

ART. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 02 DE ABRIL DE 2018.

RESGISTRE-SE E AFIXE-SE.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 62/2018

EXTRATO DO CONTRATO: 62/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: GUTEMBERG JESUS DA CONCEIÇÃO

OBJETO: prestação de serviços na remoção de pedras (Rochas) sem utilização de explosivos, apenas serviços manuais ou utilização de massa expansiva que será por conta da contratada o serviço será prestado em anexo ao barracão de obras do município, no endereço Zona Industrial 1, Quadra 01, lote 01 onde esta sendo construído um barracão.

VALOR: R$ 2.000,00

VIGÊNCIA: 04/04/2018 até 04/05/2018

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 258

FISCAL DO CONTRATO: ROBSON HELFENSTEIN

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 89/2018

DATA: 03 DE ABRIL DE 2018

SUMÚLA: NOMEIA SENHORA GEANETE DUTRA MARCANTE PARA O CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL II DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA Nº 128, DE JULHO DE 1990.

RESOLVE:

ART. 1° - NOMEAR a Sra.**GEANETE DUTRA MARCANTE**, brasileira, portadora do RG nº 16552865 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 010.226.531.30, para o cargo comissionado de **ASSESSOR DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL II**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

ART. 2° - O ato descrito no ART. 1° se da em conformidade com ART. 11, inciso II, da Lei nº 128 de 13 de Julho de 1990.

ART. 3° - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 03 DE ABRIL DE 2018.

RESGISTRE-SE E AFIXE-SE.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE Nº 89/2018

Compareceu perante o Prefeito Municipal, para tomar posse no cargo comissionado de**ASSESSOR DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL II,** a Sra.**GEANETE DUTRA MARCANTE**, brasileira, portadora do RG nº 16552865 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 010.226.531.30, no dia 03 de abril de 2018 e prometeu cumprir fiel e honradamente, todos os atos necessários inerentes ao cargo que ora lhe e dado posse, em conformidade com o ART. 16, da Lei Orgânica nº 128 de 13 de julho de 1990.

O presente Termo de Posse e parte integrante da Portaria nº 89/2018, que nomeou o referido empossado.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

GEANETE DUTRA MARCANTE

Empossado

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 87/2018

DATA: 02 DE ABRIL DE 2018

SÚMULA: EXONERA A PEDIDO SERVIDORA SENHORA LILIAN SILVANA FELIPETTO PAVAN DO CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSITÊNCIA SOCIAL (CRAS),E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA Nº 128, DE JULHO DE 1990.

RESOLVE:

ART. 1° - EXONERAR A PEDIDO a Servidora Sra.**LILIAN SILVANA FELIPETTO PAVAN**, brasileira, portadora do RG nº 10897518 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 888.825.351.34, do cargo comissionado de**DIRETOR DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSITÊNCIA SOCIAL (CRAS)**, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

ART. 2° - O ato descrito no ART. 1° se da em conformidade com ART. 11, inciso II, da Lei nº 128 de 13 de Julho de 1990.

ART. 3° - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 02 DE ABRIL DE 2018.

RESGISTRE-SE E AFIXE-SE.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 86/2018

DATA: 02 DE ABRIL DE 2018

SUMÚLA: NOMEIA SENHORA JOSIANE RIBEIRO PARA O CARGO COMISSIONADO DE GERENTE DE DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA Nº 128, DE JULHO DE 1990.

RESOLVE:

ART. 1° - NOMEAR a Sra.**JOSIANE RIBEIRO**, brasileira, portadora do RG nº 1559150-6 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 005.752.451.31, para o cargo de**GERENTE DE DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, lotado na Secretária Municipal de Assistência social.

ART. 2° - O ato descrito no ART. 1° se da em conformidade com ART. 11, inciso II, da Lei nº 128 de 13 de Julho de 1990.

ART. 3° - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 02 DE ABRIL DE 2018.

RESGISTRE-SE E AFIXE-SE.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE Nº 86/2018

Compareceu perante o Prefeito Municipal, para tomar posse no cargo de **GERENTE DE DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,** á Sra. **JOSIANE RIBEIRO**, brasileira, portadora do RG nº 1559150-6 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 005.752.451.31, no dia 02 de abril de 2018 e prometeu cumprir fiel e honradamente, todos os atos necessários inerentes ao cargo que ora lhe e dado posse, em conformidade com o ART. 16, da Lei Orgânica nº 128 de 13 de julho de 1990.

O presente Termo de Posse e parte integrante da Portaria nº 86/2018, que nomeou o referido empossado.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

JOSIANE RIBEIRO

Empossado

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 91/2018

DATA: 03 DE ABRIL DE 2018

SUMÚLA: NOMEIA SENHOR EDSON ALVES FERREIRA PARA O CARGO COMISSIONADO DE SUPERVISOR DE DIVISÃO DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DE FAMÍLIA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA Nº 128, DE JULHO DE 1990.

RESOLVE:

ART. 1° - NOMEAR o Sr.**EDSON ALVES FERREIRA**, brasileira, portador do RG nº 1923562-3 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 535.886.491.15, para o cargo comissionado de **SUPERVISOR DE DIVISÃO DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DE FAMÍLIA**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

ART. 2° - O ato descrito no ART. 1° se da em conformidade com ART. 11, inciso II, da Lei nº 128 de 13 de Julho de 1990.

ART. 3° - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 03 DE ABRIL DE 2018.

RESGISTRE-SE E AFIXE-SE.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE Nº 91/2018

Compareceu perante o Prefeito Municipal, para tomar posse no cargo comissionado de**SUPERVISOR DE DIVISÃO DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DE FAMÍLIA,** o Sr.**EDSON ALVES FERREIRA**, brasileira, portador do RG

nº 1923562-3 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 535.886.491.15no dia 02 de abril de 2018 e prometeu cumprir fiel e honradamente, todos os atos necessários inerentes ao cargo que ora lhe e dado posse, em conformidade com o ART. 16, da Lei Orgânica nº 128 de 13 de julho de 1990.

O presente Termo de Posse e parte integrante da Portaria nº 91/2018, que nomeou o referido empossado.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

EDSON ALVES FERREIRA

Empossado

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 77/2018

DATA: 12 DE MARÇO DE 2018

SÚMULA: NOMEIA SENHORA SANDRA KELLY ALCANTARA PARA CARGO EFETIVO DE PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIAE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA Nº 128, DE JULHO DE 1990.

RESOLVE:

ART. 1° - NOMEAR a Sra.**SANDRA KELLY ALCANTARA**, brasileira, portadora do RG nº 974083 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 941.714.911.34, aprovada no Concurso Público Edição 2014 para o cargo de**PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**, lotado na Escola Municipal de Educação Infantil Monteiro Lobato.

ART. 2° - O ato descrito no ART. 1° se da em conformidade com ART. 11, inciso II, da Lei nº 128 de 13 de Julho de 1990.

ART. 3° - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 12 DE MARÇO DE 2018.

RESGISTRE-SE E AFIXE-SE.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE Nº 77/2018

Compareceu perante o Prefeito Municipal, para tomar posse no cargo de**PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA,** a Sra.**SANDRA KELLY ALCANTARA**, brasileira, portadora do RG nº 974083 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 941.714.911.34, aprovada no Concurso Público Edição 2014, no dia 12 de março de 2018 e prometeu cumprir fiel e honradamente, todos os atos necessários inerentes ao cargo que ora lhe e dado posse, em conformidade com o ART. 16, da Lei Orgânica nº 128 de 13 de julho de 1990.

O presente Termo de Posse e parte integrante da Portaria nº 77/2018, que nomeou o referido empossado.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SANDRA KELLY ALCANTARA

Empossado

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 58/2018

EXTRATO DO CONTRATO: 58/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO:CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME

OBJETO: AQUISIÇAO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS PARA O HOSPITAL E PSFs DO MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE.

VALOR: R$ 2.305,00

VIGÊNCIA: 04/04/2018 até 31/12/2018

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 385

FISCAL DO CONTRATO: MARCIA FERNANDES DOS SANTOS

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 88/2018

DATA: 02 DE ABRIL DE 2018

SUMÚLA: NOMEIA SENHOR ANDREI WESLEY BEGUELINE PARA O CARGO COMISSIONADO DE GERENTE DE DEPARTAMENTO DE CULTURADÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA Nº 128, DE JULHO DE 1990.

RESOLVE:

ART. 1° - NOMEAR o Sr.**ANDREI WESLEY BEGUELINE**, brasileiro, portador do RG nº 25807692 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 049.951.251.08, para o cargo comissionado de **GERENTE DE DEPARTAMENTO DE CULTURA**, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2° - O ato descrito no ART. 1° se da em conformidade com ART. 11, inciso II, da Lei nº 128 de 13 de Julho de 1990.

ART. 3° - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 02 DE ABRIL DE 2018.

RESGISTRE-SE E AFIXE-SE.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE Nº 85/2018

Compareceu perante o Prefeito Municipal, para tomar posse no cargo comissionado de**GERENTE DE DEPARTAMENTO DE CULTURA,** o Sr. **ANDREI WESLEY BEGUELINE**, brasileira, portador do RG nº 25807692 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 049.951.251.08, no dia 02 de abril de 2018 e prometeu cumprir fiel e honradamente, todos os atos necessários inerentes ao cargo que ora lhe e dado posse, em conformidade com o ART. 16, da Lei Orgânica nº 128 de 13 de julho de 1990.

O presente Termo de Posse e parte integrante da Portaria nº 85/2018, que nomeou o referido empossado.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

ANDREI WESLEY BEGUELINE

Empossado

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL

REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 002/2018 MENOR PREÇO POR ITEM

REAVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 002/2018

MENOR PREÇO POR ITEM

O Município de Torixoréu – MT, TORNA PÚBLICO que no dia 20 de abril de 2018 às 09:00 horas (horário de Brasília), no prédio da Prefeitura, situada à Rua XV de Novembro, 16 Setor Aeroporto, será reaberto o processo licitatório na modalidade pregão presencial – SRP, cujo objeto é a contratação de empresa especializada com fornecimento de combustíveis com os itens **01, 02 e 03,** relacionado na tabela à baixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
01	246.720	LITROS	ÓLEO DIESEL COMUM **TCE - 50028-3**
02	178.627	LITROS	**ÓLEO DIESEL S10 TCE - 399877-0**
03	54.270	LITROS	**GASOLINA COMUM TCE - 3460-6**

O edital completo e seus anexos continua disponível no sitio: www.prefeituratorixoreu.com.br, esclarecimentos poderão ser solicitados pelo e-mail: licitacaotxu@gmail.com. Maiores informações pelo telefone (66) 3406-1021.

Torixoréu – MT, 05 de Abril de 2018.

EUQUÊNIA GOUVEIA PEREIRA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2018

Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL.

Proponente: DYMAK MÁQUINAS RODOVIÁRIAS LTDA.

CNPJ: 01.840.707/0003-30

Endereço: Rua João Pedro Moreira de Carvalho nº 1264, Distrito Industrial – SINOP/MT.

Objeto: Aquisição de Peças genuínas com fornecedor exclusivo, para conserto de 01 (uma) Máquina tipo ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PC 160LC, KOMATSU, Ano 2009/2009, Chassi B20800, movida a diesel, cedida ao Município pela Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana - SETPU, de uso da Secretaria Municipal de Obras, Viação, Urbanismo e Saneamento, utilizada para carregamento de cascalho, manutenção das estradas vicinais, escavação de pedreiras e desaguadores em geral, dentro da extensão territorial do nosso município.

Valor Total: R$ 15.254,30 (quinze mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e trinta centavos).

Motivo da Dispensa de Licitação: Dispensa de licitação embasada no disposto no inciso XVII, do art. 24, da Lei nº 8.666 de 21/06/1993, por tratar-se de aquisição de peças originais/genuínas com fornecedor que detém exclusividade, para conserto de Escavadeira hidráulica de uso da municipalidade.

Decisão: RATIFICO nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação Nº 013/2018.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul/MT, 05 de abril de 2018.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº08-2018

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro. Torna público para conhecimento de todos que **PRORROGA** a abertura da seguinte licitação nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10.520: **MODALIDADE**: PREGÃO PRESENCIAL 08/2018, Objeto: Futura e Eventual Aquisição de Combustíveis, com fornecimento continuo e fracionado, conforme demanda, por um período de 12 (doze) meses para atender as necessidades de diversas Secretarias Municipais do Município de Vale de São Domingos-MT, **DATA DE ABERTURA** 12/04/2018 AS 08:00 HORAS. O Edital completo poderá ser obtido junto a Comissão Permanente de Licitação, das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas no Departamento de Licitações, maiores informações pelos telefones (65) 3268 1140 / 1058. Vale de São Domingos – MT, 05 de Abril de 2018. Edinaldo Ferreira de Santana, Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA Nº. 064/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez a Sra. **ANA LUCIA GUEDES MOTTINHA".**

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2016.03. 16807P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art.40, §1º, I da Constituição Federal com redação dada pela EC 41/2003, c/c art. 6-A da Emenda Constitucional nº 41/2003 acrescido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, c/c artigos 12, I e 14 da Lei Municipal nº 2.719/2004, que rege a Previdência Municipal, c/c art. 71, c/c Lei Complementar 3.959/2013, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos médicos e odontólogos do município de Várzea Grande, c/c art. 27 da Lei Complementar nº 4.293/2017, que dispõe sobre a reestruturação das leis de carreira dos servidores públicos municipais, e instituiu novas tabelas salariais à Lei 3.959/2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Invalidez com proventos integrais e direito a paridade a Sra. **ANA LUCIA GUEDES MOTTINHA,** brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade RG n° 04393141-9/IFP-RJ e inscrita no CPF sob o n° 543.562.297-20, efetiva, no cargo Medica Dermatologista, devidamente matriculada sob n.º 2866, Classe C, Nível 07, 20 horas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de abril de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 03 de abril de 2018.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 059/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez ao Sr. **MARIO BUENO CORREA."**

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2016.03. 15506P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art.40, §1º, I da Constituição Federal com redação dada pela EC 41/2003, c/c art. 6-A da Emenda Constitucional nº 41/2003 acrescido pela Emenda Constituci-

onal nº 70/2012, c/c artigos 12, I e 14 da Lei Municipal nº 2.719/2004, que rege a Previdência Municipal, c/c Lei Complementar nº 4.014/2014, que dispõe sobre a criação da carreira dos Profissionais do Desenvolvimento Econômico e Social; c/c os arts. 16 e 26 da Lei Complementar nº 4.293/2017, que autorizou a recomposição salarial aprovou as tabelas salariais dos Profissionais do Desenvolvimento Econômico e Social;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Invalidez ao Sr. **MARIO BUENO CORREA,** brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG n°0210279-0 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n° 079.178.641-20, matricula n.º34393, efetivo no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Econômico e Social, Nível 08, Classe A, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, com proventos integrais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de março de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 27 de março de 2018.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 047/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Idade ao Sr. ***ÉLCIO DIAS DA SILVA."***

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2017.02.16944P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c art. 195, inciso III, alínea "d" da Lei Complementar n° 1.164/91, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, c/c art. 12, inciso III, alínea "b" da Lei n° 2.719/2004, que rege a previdência municipal, c/c Lei Complementar nº 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar nº 4.007/2014, c/c arts. 1º e 2º Lei Complementar nº 4.293/2017, que reajusta o salário dos profissionais da educação, resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Idade ao **Sr. ÉLCIO DIAS DA SILVA,** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n° 189737 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n°111.423.591-15, matriculado sob o nº 12910, Efetivo no cargo de Técnico de Suporte Administrativo Educacional- Perfil Auxiliar de Serviços Gerais, nível 10, classe B, 30 horas lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados pela média contributiva.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 20 de março de 2018.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 060/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição à Sra. **DILZA ALVES DOS SANTOS**."

O **Presidente do PREVIVAG** – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2017.04.20704P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 6°, I, II, III, e IV da EC 41/2003 c/c art. 12, inciso III, alínea "a" da Lei n° 2.719/2004, que rege a previdência municipal, c/c o artigo 195, inciso III, alínea "a" da Lei Complementar n° 1.164/91, que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, c/c Lei Complementar nº 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar nº 4.007/2014, c/c arts. 1º e 2º Lei Complementar nº 4.293/2017, que reajusta o salário dos profissionais da educação, resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a **Sra. DILZA ALVES DOS SANTOS,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n° 0533787-9 SESP/MT e inscrita no CPF n° 299.576.561-04, matriculada sob o nº 010737, efetiva no cargo de Técnico de Suporte Administrativo Educacional- Perfil Auxiliar de Serviços Gerais, Classe B, Nível 10, 30 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer, com proventos integrais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 27 de março de 2018.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 065/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Compulsória a Sra. **MARIA EUDÊNIA REBELLO DA ROCHA."**

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2016.01.15551P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41 de 31 de dezembro de 2003; c/c art. 195, inciso II da Lei Complementar Municipal nº 1.164/91, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande; c/c art. 12, inciso II da Lei nº 2.719/2004, que rege a previdência municipal , c/c Lei Complementar 3.507/2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Secretaria Municipal de Saúde, c/c Lei Complementar nº 4.011/2014, que concede recomposição salarial aos servidores públicos da administração direta e indireta do município de Várzea Grande. Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria compulsória a Sra. **MARIA EUDÊNIA REBELLO DA ROCHA**, brasileira, viúva, portadora da cédula de identidade RG n° 001210877 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n° 200.373.921-15, servidora efetiva no cargo de Agente Técnico do SUS, Classe A, nível 01, 40 horas – Perfil Profissional "Técnica em Enfermagem", lota-

da na Secretaria Municipal de Saúde, devidamente matriculada sob o nº 92288, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de dezembro de 2014 e efeitos financeiros ao mês de abril de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 04 de abril de 2018.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA 2018/GS/SMECEL/VG/MT N° 078

Instituir Comissão responsável pela elaboração de normativa que regulamente critérios para investimento na infraestrutura das Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Várzea Grande.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1°. Instituir Comissão responsável pela elaboração de normativa de regulamentação de critérios para investimento na infraestrutura das Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Várzea Grande.

Art. 2°. A Comissão de que trata o caput do artigo 1° será composta pelos servidores municipais a seguir discriminados:

Maria Lúcia de Medeiros Lacerda de Oliveira – Arquiteta e Urbanista **Gastão Rosa de Souza Filho** – Engenheiro Civil **Luan Venâncio dos Santos** – Engenheiro Civil **Cristian Cesar Fontolan** – Engenheiro Eletricista **Carla Gabriela kist Bahia** – Engenheira Ambiental

Parágrafo único – A Presidência e Coordenação dos trabalhos serão de responsabilidade do primeiro membro da Comissão.

Art. 3º - A Comissão terá como responsabilidade:

I. Realizar o Levantamento da Situação da Infraestrutura Escolar a partir de instrumento diagnóstico disponibilizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, visando assegurar o acesso e permanência em ambiente estruturalmente seguro, garantindo condições para o sucesso do aluno da Educação Básica matriculado nas Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de Várzea Grande, obedecendo aos seguintes critérios:

a. Definir instrumento de coleta de dados por Unidade Escolar, consolidando um instrumento diagnóstico da Infraestrutura Escolar;

b. Realizar o levantamento da situação da Infraestrutura Escolar a partir de instrumento diagnóstico;

c. Elaborar e/ou atualizar o Projeto Arquitetônico das Unidades Escolares, atendendo a legislação vigente;

d. Coletar informações sobre a infraestrutura física, o mobiliário, os equipamentos e os materiais didáticos das Unidades Escolares;

e. Propor prioridades de atendimento a partir do grau das patologias observadas no instrumento diagnóstico;

f. Estimar os custos para a reestruturação física de cada ambiente da escola, manutenção, reforma e/ou ampliação de acordo com as necessidades prioritárias e respectiva previsão orçamentária.

II. Organização de banco de dados da infraestrutura das Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino, observando-se o Levantamento da Situação da Infraestrutura Escolar.

Art. 4°. A Comissão deverá concluir seus trabalhos, em 90 (noventa) dias contados a partir da publicação desta portaria.

Art. 5°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra- se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, em Várzea Grande – MT, 04 de abril de 2.018.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Catarina Sena Barros de Toledo

Subsecretária Municipal de Educação Cultura, Esporte e Lazer

PORTARIA Nº. 061/2018

“Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição à Sra. **RITA AUXILIADORA DE BARROS**.”

O **Presidente do PREVIVAG** – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2017.04.18216P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 3°, I, II, III, e parágrafo único da EC 47/2005, que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, c/c Lei Complementar nº 3. 797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar nº 4.007/ 2014, c/c arts. 1º e 2º Lei Complementar nº 4.293/2017, que reajusta o salário dos profissionais da educação, resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a **Sra. RITA AUXILIADORA DE BARROS,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n° 0404379-0 SSP/MT e inscrita no CPF n° 317.771.121-68, matriculada sob o nº 039936, efetiva no cargo de Técnico Administrativo Educacional- Perfil Agente Administrativo, Classe C, Nível 10, 30 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer, com proventos integrais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 27 de março de 2018.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº.050/2018

“Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. **FATIMA BENEDITA DOS SANTOS**.”

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2016.04. 15491P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 6°, I, II, III, e IV da EC 41/2003 c/c art. 12, inciso III, alínea “a” da Lei n° 2.719/ 2004, que rege a previdência municipal, c/c o artigo 195, inciso III, alínea

"a" da Lei Complementar n° 1.164/91, que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande c/c Lei Complementar nº 3.507/2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, carreiras e vencimentos da Secretaria Municipal de Saúde e da fundação de Saúde de Várzea Grande c/c art. 5º da Lei Complementar nº 4.293/2017, que dispõe sobre a reestruturação das leis de carreira dos servidores públicos municipais, e instituiu novas tabelas salariais à Lei 3.507/2010, c/c Portaria nº 669/1996 que concedeu a incorporação de gratificação salarial, c/c art. 72, § 2º da Lei nº 1164/1991 resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a **Sra. FATIMA BENEDITA DOS SANTOS,** brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG n° 0160237-3 SSP/MT e inscrita no CPF n° 208.809.521-72, matriculada sob o nº16203, efetiva no cargo de Agente de Saúde Municipal – Perfil Agente Administrativo, Classe B, Nível 10, 30hs, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos integrais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 23 de março de 2018.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº.062/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. **BENEDITA AUXILIADORA METELO** ."

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2017.04.25015P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 6°, I, II, III, e IV da EC 41/2003 c/c art. 12, inciso III, alínea "a" da Lei n° 2.719/2004, que rege a previdência municipal, c/c o artigo 195, inciso III, alínea "a" da Lei Complementar n° 1.164/91, que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande c/c Lei Complementar nº 3.507/2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, carreiras e vencimentos da Secretaria Municipal de Saúde e da fundação de Saúde de Várzea Grande c/c art. 5º da Lei Complementar nº 4.293/2017, que dispõe sobre a reestruturação das leis de carreira dos servidores públicos municipais, e instituiu novas tabelas salariais à Lei 3.507/2010, resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a **Sra. BENEDITA AUXILIADORA METELO,** brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG n° 0118961-1 SSP/MT e inscrita no CPF n° 205.816.291-91, matriculada sob o nº 005447, efetiva no cargo de Agente de Saúde Municipal – Perfil Agente Administrativo, Classe B, Nível 09, 30hs, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos integrais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 03 de abril de 2018.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 051/2018

"*Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra**. JUCILENE PINTO DA SILVA**.**"*

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2017.04.23966P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 6°, I, II, III, e IV da E.C. nº 41/2003; c/c art. 12, inciso III, alínea "a" e §3º da Lei n° 2.719/2004, que rege a previdência municipal; c/c o artigo 195, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar n° 1.164/91, que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, c/c art. 71, I da Lei Complementar nº 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar nº 4.007/2014, c/c Lei Complementar nº 4.335/2018, que autoriza a recomposição salarial dos Professores da Rede Pública Municipal, instituindo as tabelas constantes do anexo;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade, a **Sra. JUCILENE PINTO DA SILVA**, brasileira, convivente em união estável, portadora da cédula de identidade RG n° 0543013-5 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n° 388.153.701-53, servidora efetiva no cargo de Professora I a IV, Classe ''C'', Nível ''09'', 25 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente matriculada sob o nº 25081 2ª cadeira.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 26 de março de 2018.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 056/2018

"*Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra**. ANIZIA MARIA BRITO FORTALEZA**.**"*

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2017.04.21834P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 6°, I, II, III, e IV da E.C. nº 41/2003; c/c art. 12, inciso III, alínea "a" e §3º da Lei n° 2.719/2004, que rege a previdência municipal; c/c o artigo 195, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar n° 1.164/91, que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, c/c art. 71, I da Lei Complementar nº 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar nº 4.007/2014, c/c Lei Complementar nº 4.335/2018, que autoriza a recomposição salarial dos Professores da Rede Pública Municipal, instituindo as tabelas constantes do anexo;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade, a **Sra. ANIZIA MARIA BRITO FORTALEZA**, brasileira, divorciada, portadora da cédula de iden-

tidade RG n° 0119617-0 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n° 164.319. 791-68, servidora efetiva no cargo de Professora I a IV, Classe ‘’C’’, Nível ‘’09’’, 25 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente matriculada sob o nº 3818.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 26 de março de 2018.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 067/2018.

“Dispõe sobre a concessão de pensão por morte a WANDERSON MARTINS DE OLIVEIRA, em decorrência do falecimento da ex-servidora ***Sra. EVANILDES FERREIRA MARTINS****.”*

O Presidente do PREVIVAG - **INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE VÁRZEA GRANDE – MT, no uso de suas atribuições legais e** tendo em vista o que consta no Processo nº. 2017.07.22926P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do artigo 40, § 7º, II da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, e dos artigos 7º, I, 24, II e 25, I da Lei Municipal nº. 2.719/2004, que rege a Previdência Municipal, c/c Lei Complementar Municipal nº 4.014/2014, que dispõe sobre o plano de carreira dos Profissionais do Desenvolvimento Econômico e Social e prevê a tabela salarial para o cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Econômico e Social no Anexo VI;

Resolve:

Art. 1º - Conceder a totalidade do benefício de Pensão por Morte, temporária, ao menor **WANDERSON MARTINS DE OLIVEIRA**, brasileiro, inscrito no CPF sob nº. 082.141.701-09, representado por seu genitor, Sr. Anderson Oliveira da Costa, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 1849339-4 e do CPF nº029.943.781-75, **em decorrência do falecimento de sua genitora, Sra. EVANILDES FERREIRA MARTINS**, ex-servidora municipal falecida em atividade, no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Econômico e Social – Perfil – Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 05, Classe A, 30 horas, lotada na Secretaria Municipal de Administração, devidamente matriculada sob o nº 15708.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros retroativos a 17/04/2016, conforme disposto no artigo 25, I da Lei 2.719/2004.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 29 de janeiro de 2018.

JUAREZ TOLEDO PIZZA

PRESIDENTE

Homologo:

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

PREFEITA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 26/2018 REGISTRO DE PREÇOS

Processo: 500904/2018. O Município de Várzea Grande, através da Secretaria de Administração inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.507.548/0001-10, por intermédio de Pregoeiro Oficial designado pela Portaria nº. 150/2018, torna público para conhecimento de todos os interessados que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS** na forma **ELETRONICA** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** com procedimento para **COTA EXCLUSIVA, COTA RESERVADA E COTA PRINCIPAL**, previsto na Lei Complementar nº. º 123/2006, alterada pela LC nº. 147/2014; cujo objeto é: **Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de gêneros alimentícios, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, na modalidade Pregão Eletrônico/Registro de Preços/Sistema Menor preço por item/Cota Reservada, conforme condições e quantitativos previstos no Termo de Referência. A** realização está prevista para o **dia 24 de abril de 2018, às 10h00min (horário Brasília - DF)**. O Edital completo está à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Várzea Grande, – Superintendência de Licitações, nos dias úteis, das 08h às 12h e das 14 às 18h, sito à Avenida Castelo Branco, 2500 – Água Limpa - Várzea Grande/MT, mediante recolhimento da taxa de R$ 0,13 (treze) centavos por impressão - não restituível ou gratuitamente nos seguintes sites: www.bllcompras.org.br e www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande-MT, 05 de Abril de 2018. **Flávia Luiza Coelho Lannes Omar- Secretaria Municipal de Assistência Social.**

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 27/2018 REGISTRO DE PREÇOS

Processo: **507052/2018**. O Município de Várzea Grande, através da Secretaria de Administração inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.507.548/0001-10, por intermédio de Pregoeiro Oficial designado pela Portaria nº. 150/2018, torna público para conhecimento de todos os interessados que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS** na forma **ELETRONICA** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** com procedimento para **COTA EXCLUSIVA, COTA RESERVADA E COTA PRINCIPAL**, previsto na Lei Complementar nº. º 123/2006, alterada pela LC nº. 147/2014; cujo objeto é: **Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica capacitada para o fornecimento de eletrodomésticos e eletro portáteis para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT.** A realização está prevista para o dia 25 de abril de 2018, às **10h00min** (horário Brasília - DF). O Edital completo está à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Várzea Grande, – Superintendência de Licitações, nos dias úteis, das 08h às 12h e das 14 às 18h, sito à Avenida Castelo Branco, 2500 – Água Limpa - Várzea Grande/MT, mediante recolhimento da taxa de R$ 0,13 (treze) centavos por impressão - não restituível ou gratuitamente nos seguintes sites: www.bllcompras.org.br e www.varzeagrande.mt.gov.br; Várzea Grande-MT, 05 de Abril de 2018- Pablo Gustavo Moraes Pereira- Secretaria Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 360/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder Férias regulamentares, referente ao meses de Março/Abril/2018, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

PROCURADORIA GERAL				
MAT.	NOME DO SERVIDOR	VINCULO	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
6665	CARLINO DE CAMPOS NETO	Efetivo	2015/2016	03.03.2018 a 11.03.2018 (09 dias)
6665	CARLINO DE CAMPOS NETO	Efetivo	2016/2017	12.03.2018 a 01.04.2018 (21 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 05 de abril de 2018.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº361/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder Férias regulamentares, referente ao mês de Abril/2018, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, ECONÔMICO E TURISMO.				
MAT.	NOME DO SERVIDOR	VINCULO	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
29626	LUIZ EDUARDO PINTO	Efetivo	2012/2013	16.04.2018 a 15.05.2018 (30 dias)
39614	REINALDO GONÇALO MARTINS GOMES	Efetivo	2016/2017	02.04.2018 a 01.05.2018 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 05 de Abril de 2018.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 356/2018

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**ADEVANILCE PINHEIRO DA SILVA**
MATRICULA	532
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	232465/2014
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**15.07.2008/2013**
PERÍODO DE GOZO	01.04.2018 à 01.07.2018

SERVIDOR	**ANGÉLICA FERREIRA DE OLIVEIRA E SILVA**
MATRÍCULA	82171
CARGO	Técnico de Suporte Administrativo Educacional
PROCESSO N°	468260/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**23.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	01.04.2018 à 29.06.2018

SERVIDOR	**GONÇALINA LEMES DA CUNHA LIMA**
MATRICULA	18397
CARGO	Técnico de Suporte Administrativo Educacional
PROCESSO N°	451795/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**30.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	01.04.2018 à 29.06.2018

SERVIDOR	**HELENA LÚCIA DE AQUINO**
MATRICULA	19014
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	463025/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**15.02.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	26.03.2018 à 23.06.2018

SERVIDOR	**IZABRL BRANDÃO DA SILVA**
MATRICULA	20662
CARGO	Técnico de Suporte Administrativo Educacional
PROCESSO N°	473737/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**30.08.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	02.04.2018 à 30.06.2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 04 de Abril de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 359/2018

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** ao servidor abaixo.

SERVIDOR	**VERGÍLIO PAES DE ARRUDA**
MATRICULA	46686
CARGO	Agente de Segurança e Manutenção
PROCESSO N°	467969/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**01.10.2008/2013**
PERÍODO DE GOZO	29.03.2018 à 26.06.2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 04 de Abril de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 358/2018

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**JOSÉ LUIZ CENTURIÃO**
MATRICULA	23910
CARGO	Agente de Segurança e Manutenção
PROCESSO N°	104449/2012
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**30.04.2007/2012**
PERÍODO DE GOZO	23.03.2018 à 20.06.2018

SERVIDOR	**LINDOCLÉCIO BESARRIA DA SILVA**
MATRÍCULA	82135
CARGO	Agente de Segurança e Manutenção
PROCESSO N°	452288/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**01.05.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	05.04.2018 à 04.07.2018

SERVIDOR	**MARIA GEOVANINE DA SILVA RODRIGUES**
MATRICULA	32757
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	472259/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**15.02.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	19.03.2018 à 16.06.2018

SERVIDOR	**OZIEL ALBERTINO DE CAMPOS**
MATRICULA	38169
CARGO	Agente de Segurança e Manutenção
PROCESSO N°	11682/2007
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**30.08.2002/2007**
PERÍODO DE GOZO	02.04.2018 à 30.06.2018

SERVIDOR	**VANILDES OLIVEIRA PEREIRA DOS SANTOS**
MATRICULA	46414
CARGO	Merendeira
PROCESSO N°	392895/2016
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**15.01.2009/2014**
PERÍODO DE GOZO	02.04.2018 à 02.07.2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 04 de Abril de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 10/2018

Dispõe sobre a designação de Servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato 097/2013 firmado pelo Município de Várzea Grande e a Empresa MARQUES & MENDONÇA LTDA.

BRENO GOMES, Secretário Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, e a Orientação Técnica nº 35/CGM/2015 expedida pela Controladoria Geral do Município.

RESOLVE:

1º. Fica determinada a substituição do fiscal, DESIGNANDO o Senhor Ronny Carlos Martins Soares, brasileiro, Coordenador de Transporte, portador da Cédula de Identidade RG nº 662809 e inscrito no CPF nº 631.095. 731-72, Matrícula nº 109003, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 097/2013, firmado com a Empresa MARQUES & MENDONÇA LTDA, cujo objeto é a contratação de empresa especializada nas prestação de serviço funerários, com fornecimento de material (urnas), serviços de preparação do corpo e traslados para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, assinado nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

2º. Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo duvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º. O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande.

Art. 4º. Dê ciência formal ao servidor designado.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Paço Municipal “Couto Magalhães, Várzea Grande – MT, 30 de março de 2018.

BRENO GOMES

Secretário Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana

CONSELHO DA CIDADE DE VÁRZEA GRANDE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DA CIDADE CONCIDADE

DIA 10 DE ABRIL DE 2.018

O Presidente do Conselho da Cidade, nos termos das Leis Municipais ns. 3.112/2.007 (dispõe sobre o Plano Diretor do Município) e 4.151/2.016 (dispõe sobre o Conselho da Cidade de Várzea Grande), **CONVOCA os integrantes do Conselho da Cidade CONCIDADE a fazerem-se presentes na 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA, a se realizar no dia 10 de abril de 2.018, às 08:00horas, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN**, localizada no Paço Couto Magalhães, em Várzea Grande/MT, para tratar da seguinte Ordem do Dia:

1. Análise e deliberação dos instrumentos de Estudo de Impacto de Vizinhança e Relatório de Impacto de Vizinhança EIV/RIV, referentes aos **Empreendimentos Residenciais Multifamiliares VIA SUL 1 e VIA SUL 2;**
2. Entre outros assuntos inerentes ao Colegiado.

Várzea Grande-MT, 5 de abril de 2018

Thiago Coelho da Cunha

Secretário Executivo do Conselho da Cidade CONCIDADE

PORTARIA Nº 09/2018

Dispõe sobre a designação de Servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato 088/2016 firmado pelo Município de Várzea Grande e a Empresa OI S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

BRENO GOMES, Secretário Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, e a Orientação Técnica nº 35/CGM/2015 expedida pela Controladoria Geral do Município.

RESOLVE:

1º. Fica determinada a substituição do fiscal, DESIGNANDO o Senhor Ronny Carlos Martins Soares, brasileiro, Coordenador de Transporte, portador da Cédula de Identidade RG nº 662809 e inscrito no CPF nº 631.095. 731-72, Matrícula nº 109003, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 088/2016, firmado com a Empresa OI S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, cujo objeto é a contratação de empresa para a prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades local e longa Distancia Nacional – LDN, Troncos digitais (DDR), Discagem Direta Gratuita (DDG 0800) e Serviço de Acesso a Internet, Incluindo instalação, configuração, manutenção e serviços técnicos de suporte durante a vigência do contrato, assinado nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

2º. Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo duvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º. O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande.

Art. 4º. Dê ciência formal ao servidor designado.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Paço Municipal “Couto Magalhães, Várzea Grande – MT, 30 de março de 2018.

BRENO GOMES

Secretário Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana

PORTARIA Nº 08/2018

Dispõe sobre a designação de Servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato 061/2017 firmado pelo Município de Várzea Grande e a Empresa OI S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

BRENO GOMES, Secretário Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, e a Orientação Técnica nº 35/CGM/2015 expedida pela Controladoria Geral do Município.

RESOLVE:

1º. Fica determinada a substituição do fiscal, DESIGNANDO o Senhor Ronny Carlos Martins Soares, brasileiro, Coordenador de Transporte, portador da Cédula de Identidade RG nº 662809 e inscrito no CPF nº 631. 095.731-72, Matrícula nº 109003, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 061/2017, firmado com a Empresa OI S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, cujo objeto é a contratação de empresa de telecomunicação para a prestação de serviços de comunicação de dados (Acesso a Internet Dedicado) no Município de Várzea Grande, incluindo instalação, configuração, manutenção e serviços técnicos de suporte, assinado nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

2º. Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo duvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º. O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande.

Art. 4º. Dê ciência formal ao servidor designado.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Paço Municipal "Couto Magalhães, Várzea Grande – MT, 30 de março de 2018.

BRENO GOMES

Secretário Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana

PORTARIA Nº. 066/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra Odineia Terezinha do Prado Oliveira**."**

O **Presidente do PREVIVAG** – **Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e** tendo em vista o que consta no Processo n° 2017.04. 16954P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 3°, I, II, III, e parágrafo único da EC 47/2005, c/c o artigo 195, inciso III, alínea "a" da Lei Complementar n° 1.164/91, que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, c/c Lei Complementar nº 3. 797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar nº 4.007/ 2014, c/c arts. 1º e 2º Lei Complementar nº 4.293/2017, que reajusta o salário dos profissionais da educação, resolve:

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição com direito a paridade e proventos integrais a Sra. **ODINEIA TEREZINHA DO PRADO OLIVEIRA**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n° 0376300-5 e inscrita no CPF n° 314.414.671-49, servidora estável no cargo de Técnico Administrativo Educacional –Perfil Agente Administrativo, Classe C, Nível 10, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente matriculada sob nº 037660.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 04 de Abril de 2018.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ERRATA DE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

Na Publicação do Extrato Primeiro Termo Aditivo Contrato nº 064/2017, firmado entre a Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a LEÃO MARCONDES – CONSTRUÇÕES, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS LTDA EPP, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso (AMM), Publicado em 29/03/2018, página 421, Retifica-se: **ONDE SE LÊ:** Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n. 064/2017. VALOR: Fica aditado ao LOTE 01 o valor de R$ 365.175,48 (trezentos e sessenta e cinco mil, cento e setenta e cinco reais e quarenta e oito centavos), referente a 10,73% (dez inteiros e setenta e três centésimos por cento), passando o lote ao valor global de R$ 3.768.654,37 (três milhões, setecentos e sessenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e sete centavos), contemplando todos os serviços e quantidades apresentados no Projeto. **LEIA-SE:** Segundo Termo Aditivo ao Contrato n. 064/2017. VALOR: Fica aditado ao LOTE 01 o valor de R$ **24.437,92 (vinte e quatro mil, quatrocentos e trinta e sete reais e noventa e dois centavos)**, referente a 0,71% (setenta e um centésimos por cento), passando o lote ao valor global de R$ 3.793.092,29 (três milhões, setecentos e noventa e três reais mil, noventa e dois reais e vinte e nove centavos), contemplando todos os serviços e quantidades apresentados no Projeto

8º TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA REGISTRO DE PREÇO Nº60/2017 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2017

8º TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA REGISTRO DE PREÇO Nº60/ 2017 PREGÃO ELETRÔNICO N°44/2017, QUE ENTRE SÍ, CELEBRAM O MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE ESTADO DE MATO GROSSO, E A EMPRESA: FBBORGES EQUIPAMENTOS EIRELI MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR EXPOSTAS:

O MUNICIPIO DE VÀRZEA GRANDE ESTADO DE MATO GROSSO vem, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL,** pessoa jurídica de direito publico interno, **inscrita no CNPJ sob o n° 03.507.548/0001-10,** com sede no Paço Municipal "Couto Magalhães" - Várzea Grande/MT, por meio da Secretaria de Administração (órgão gerenciador)**,** neste ato representado pelo Secretário de Administração, **PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 860.706.571-87, pelo Secretário Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**, Breno Gomes,** brasileiro, portador da Carteira de CPF n. 850.072.421-87, peloSecretário Municipal de Saúde, **Diógenes Marcondes,** brasileiro, portador da Carteira de CPF n. 317.706.221-87, pelo Secretário Municipalde Comunicação Social **Pedro Marcos Campos Lemos,** brasileiro, portador da Carteira de CPF n. 266.191.991.00,pelo Secretário Municipal de Governo, **Cesar Alberto Miranda Lima dos Santos**, brasileiro, portador da Carteira de CPF n. 289.115.801.63, pela Procuradoria Geral do Município, **Sadora Xavier Fonseca Chaves**, portadora da Carteira de CPF n.992.880.441-91, pelo Secretário Municipal de Gestão Fazendária, **João Benedito Gonçalves Neto**, portador da Carteira de CPF n. 039.143.301.63, pelo Secretário Municipal de Secretaria Municipal de Planejamento, **Edson Roberto Silva**, portador da Carteira de CPF n.314.576.811.53, pela Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável, **Helen Farias Ferreira**, portadora da Carteira de CPF n. 458.794.601-00, pelo Secretário Municipal de Defesa Social, **Alexander Torres Maia**, brasileiro, portador da Carteira de CPF n. 971.827.617-34, pelo Secretário Municipal de Educação Cultura, Esporte e Lazer, **Silvio Aparecido Fidelis,** brasileiro, portador da Carteira de CPF n. 556.225.939-72, pela Secretária Municipal de Assistência Social**, Kathe Maria Kholhase Martins**, brasileira, portadora da Carteira de CPF n. 531.291.561-00, pelo Secretário Municipal de Viação e Obras**, Luiz Celso Morais de Oliveira,** brasileiro, portador da Carteira de CPF n.302.206.026-20, Pelo Vice Prefeito, **Jose Anderson Hazama**, brasileiro, portador da carteira de CPF n. 452.270.981.15, peloSecretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo, **Kalil Sarat Baracat de Arruda,** brasileiro, portador da Carteira de CPF n. 718.133.901-00, **Kebler Ferreira Ribeiro**, portador da carteira de CPF n. 689.312.711-15, pela Controladoria Geral do Município, e de outro lado a empresa **FBBORGES EQUIPAMENTOS EIRELI** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 24.754.357/0001-23, situada na Rua Prefeito Roberto Brzezinski, Nº 1551-, Bairro: Centro, Campo Mourão- PR, sendo representada neste ato pelo Sr.(a) Fábio Basilio Borges, inscrito no CPF n. 226.058.658-94, ajustam entre si, o **8º TERMO DE APOSTILAMENTO**

À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 60/2017- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2017, mediante as Cláusulas e condições a seguir expostas.

CLÁUSULA PRIMIERA- DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo de Apostilamento encontra fundamentação legal no Artigo 65, I, alínea a), § 8°, da lei 8.666/93, na justificativa da Secretaria gestora, bem como nos demais documentos acostados ao processo Gespro 511296/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Tem o presente por objeto**, APOSTILAR a** Ata de Registro de Preço **nº. 60/2017** que tem por objeto **Registro** de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de materiais de consumo e permanente de informática para atender às necessidades da prefeitura municipal de Várzea Grande/MT.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO APOSTILAMENTO

Em decorrência deste apostilamento na Ata de Registro de Preço nº60/2017 ora aditada, as especificações dispostas em sua **CLAUSULA QUARTA**, passa a vigorar conforme descrição abaixo:

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO
06	**Cota principal em 75% - NOTEBOOK – TIPO 1 -** Processador Intel® -6200U (2.30 GHz, 3 MB Cache, Dual-Core) com Intel® Turbo Boost até 2. 80 GHz Sistema Operacional Windows 10 64-bit - PRO Chipset - Memória RAM 8 GB DDR3L SDRAM (1600 MHz, Non-ECC) Slots de Memória 1x SO-DIMM DDR3L Single Channel (com suporte até 8 GB) Armazenamento HDD de 1 TB, SATA, 5400 RPM Unidade Ótica Não Leitor de Cartões SD / MMC Webcam 0.3 MP Tela Widescreen, resolução de 1366x768, com tecnologia LED Vídeo Processamento de vídeo integrado Intel® HD Graphics 520 Aceleração gráfica integrada de vídeos em alta definição (HD) e suporte Microsoft® DirectX® 12 e OpenGL 4.4 Áudio Áudio de alta definição (HD Áudio), Microfone e alto-falantes estéreo embutidos Rede LAN 10/100/1000 Mbps, Gigabit Ethernet, com suporte a Wake-On-Lan (WOL) Rede Wireless Intel IEEE 802.11 ac + Bluetooth 4.0 LE Portas de Conexão 2x USB3.0 (com 1x USB Energy), 1x HDMI (saída), 1x RJ-45, 1x Áudio (para microfone e fone de ouvido), 1x DC-in (carregador) Segurança Abertura para trava tipo Kensington® Suporte a Intel® PTT (compatível com TPM 2.0) Teclado Português-Brasil, 88 teclas Mouse Tipo Touchpad, 2 botões integrados Carregador 100~240V Automático, 65W Bateria 2 células, 3000mAh (Integrada) Cor Cinza escuro com acabamento efeito radial com brilho Dimensões 342 x 240 x 21,7 mm (L x P x A) Peso Líquido 1,66 Kg Peso Bruto 2,40 Kg Conteúdo da embalagem Notebook, Adaptador CA com cabo padrão Inmetro e Guia Rápido de Instalação Embalagem do Produto 400 x 360 x 50 mm (L x P x A) Garantia Os termos e as condições var	Unidade	R$ 3. 079,00
	Cota Reservada em 25% - NOTEBOOK – TIPO 1 - Processador Intel® -6200U (2.30 GHz, 3 MB Cache, Dual-Core) com Intel® Turbo Boost até 2.80 GHz Sistema Operacional Windows 10 64-bit - PRO Chipset - Memória RAM 8 GB DDR3L SDRAM (1600 MHz, Non-ECC) Slots de Memória 1x SO-DIMM DDR3L Single Channel (com suporte até 8 GB) Armazenamento HDD de 1 TB, SATA, 5400 RPM Unidade Ótica Não Leitor de Cartões SD / MMC Webcam 0.3 MP Tela Widescreen, resolução de 1366x768, com tecnologia LED Vídeo Processamento de vídeo integrado Intel® HD Graphics 520 Aceleração gráfica integrada de vídeos em alta definição (HD) e suporte Microsoft® DirectX® 12 e OpenGL 4.4 Áudio Áudio de alta definição (HD Áudio), Microfone e alto-falantes estéreo embutidos Rede LAN 10/100/1000 Mbps, Gigabit Ethernet, com suporte a Wake-On-Lan (WOL) Rede Wireless Intel IEEE 802.11 ac + Bluetooth 4.0 LE Portas de Conexão 2x USB3.0 (com 1x USB Energy), 1x HDMI (saída), 1x RJ-45, 1x Áudio (para microfone e fone de ouvido), 1x DC-in (carregador) Segurança Abertura para trava tipo Kensington® Suporte a Intel® PTT (compatível com TPM 2.0) Teclado Português-Brasil, 88 teclas Mouse Tipo Touchpad, 2 botões integrados Carregador 100~240V Automático, 65W Bateria 2 células, 3000mAh (Integrada) Cor Cinza escuro com acabamento efeito radial com brilho Dimensões 342 x 240 x 21,7 mm (L x P x A) Peso Líquido 1,66 Kg Peso Bruto 2,40 Kg Conteúdo da embalagem Notebook, Adaptador CA com cabo padrão Inmetro e Guia Rápido de Instalação Embalagem do Produto 400 x 360 x 50 mm (L x P x A) Garantia Os termos e as condições var	Unidade	R$ 3. 086,00

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem assim ratificadas e inalteradas em todos os seus termos, as demais cláusulas e disposições da **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 60/2017** o qual faz parte integrante e inseparável deste.

E, por estarem de pleno acordo, com que nele se contém o presente, segue assinado, em 02 (duas) vias, pelos seus representantes e por 02 (duas) testemunhas civilmente capaz, para que produzam os efeitos jurídicos necessários.

Várzea Grande/MT, 02 de Abril de 2018.

Helena Silva de França Paula

Elaborador

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

PMVG/MT

EXTRATO TERMO DE FOMENTO N. 012/2018

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e a ASSOCIAÇÃO VARZEAGRANDENSE MADRE TEREZA DE CALCUTÁ, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 10.846.821/0001-05. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº. 8.666/93 e suas alterações, à Lei Federal nº. 13.019/2014, no Decreto Municipal nº. 70/2016 a Comunicado de Dispensa de Licitação nº. 26/2018 e no Plano de Trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 504054/2018. OBJETO: Tem por objeto deste termo de fomento a execução do projeto "CENPRHE som" por meio da realização de oficinas de atividades artísticas e culturais (música, dança, canto e artes cênicas) destinadas a 240 (duzentos e quarenta) crianças e adolescentes do sexo masculino e feminino com idade entre 05 a 14 anos. VALOR GLOBAL: Os recursos financeiros para a execução do objeto deste temo de fomento, neste ato fixados em R$ 310.662,35 (trezentos e dez mil, seiscentos e sessenta e dois reais e trinta e cinco centavos). **UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.03.08.243.0041. P/A: 1. 546. ND: 3.3.50.43.00.00.00 – SUBVENÇOES SOCIAIS. FONTE: 0121.** VIGÊNCIA: Terá vigência de 09 (nove) meses, contados a partir da sua assinatura. FISCAL DO CONTRATO: Fica designada pela Secretaria Municipal de Assistência Social que designa para este ato, a servidora DULCELINA SOCORRO FIRMINO DE LIMA SILVA, RG nº 50387 SSP/MT e CPF nº 362.092.101-63, Matrícula 011346.

DATA DE ASSINATURA: 05.04.2018.

FLÁVIA LUZIA COELHO DE LANNES

Secretário Municipal de Assistência Social – PMVG/MT

ASSOCIAÇÃO VARZEAGRANDENSE MADRE TEREZA DE CALCUTÁ

Organização da Sociedade Civil

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO N. 044/2017

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a EMPRESA ESPAÇO IMÓVEIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI - EPP, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 26.786.210/0001-40.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL encontra fundamentação legal no inciso XII, do Artigo 78 e inciso II, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93, e na Cláusula Décima Segunda – Da Rescisão Contratual do Termo de Contrato n.º 044/2017 originalmente celebrado, bem como aos documentos acostados ao Processo GESPRO Nº. 509991/2018. OBJETO: Considerando que o MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE, juntamente com a EMPRESA ESPAÇO IMÓVEIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI - EPP, não tem interesse na continuidade do Contrato nº. 044/2017 celebrado entre os partícipes, resolvem celebrar este TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO cujo objeto é a locação do imóvel localizado na Rua Orquídea, Loteamento Jardim Acácia, s/nº., Quadra 05, Lote 01, Bairro Mapim, Várzea Grande/MT, destino único exclusivo para funcionamento de salas anexas da EMEB Nair de Oliveira Corrêa, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Várzea Grande, por ausência de interesse de ambos em seu prosseguimento. RESCISÃO: Por força da presente RESCISÃO AMIGÁVEL, as partes dão por terminado o Termo de Contrato n.º 044/2017 de que trata a Cláusula Primeira – Do Objeto, nada mais tendo que reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindidas, dando por encerrados os termos da avença a partir desta data. VIGÊNCIA: Este TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL surtirá os efeitos legais a partir do dia 24 de Março de 2018.

DATA DE ASSINATURA: 24.04.2018.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer– PMVG/MT

ESPAÇO IMÓVEIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI - EPP

CONTRATADA

AVISO DE RATIFICAÇÃO DO COMUNICADO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 04/2018

Processo: 508731/2018. **Considerando o Comunicado de Inexigibilidade n. 04/2018**, correspondente a Contratação de empresa capacitada para a disponibilização de acesso a banco de dados específico com informações atualizadas de preços praticados pela Administração Pública para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. **Considerando o artigo 25, I da lei n. 8666/93, que assinala que:** *Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: I – para contratação de serviços técnicos enumerados no art.13 desta lei de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;Art.13. Para os fins desta lei, considera-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos à:* ***I*** *- estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;****II*** *- pareceres, perícias e avaliações em geral.* **Desta forma, presentes os requisitos do artigo 26 da lei n. 8666/93, RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação n. 04/2018, para** Contratação de empresa **NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob n: 07.797.967/0001-95, que tem por objeto a disponibilização de acesso a banco de dados específico com informações atualizadas de preços praticados pela Administração Pública para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT, no valor correspondente de **R$ 31.960,00** (Trinta e um mil novicentos e sessenta reais), com vigência de 12(doze) meses. **Dê-se publicidade. Cumpra-se.** Várzea Grande-MT, 04 de abril de 2018- Pablo Gustavo Moraes Pereira- Secretaria Municipal de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

NOTA DE REVOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA N. 001/2018 PROCESSO N. 044/2018

A Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT através da Comissão permanente de Licitação no uso das prerrogativas que lhe são conferidas e as disposições contidas no Art. 78, inciso XII da Lei 8. 666/93, decide **REVOGAR O PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE DE CHAMADA PÚBLICA N. 001/2018**, tendo por objeto a **PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL,** com abertura das propostas de preços e documentos para habilitação na data de 05/04/2018, às 08:00 horas, em sua sede administrativa, sito à Rua Dr. Maria Correa, nº. 205 – nesta cidade, pela seguinte motivação:

1º - CONSIDERANDO que o ato administrativo revogatório é resultante do poder discricionário no qual permite a Administração rever suas atividades para que se destinem ao seu fim específico;

2º - CONSIDERANDO que o interesse público nada mais é do que o interesse da coletividade e que cada ato da Administração Pública deve ter por escopo a satisfação e o interesse da coletividade.

Vila Bela da ss. Trindade/MT, 05 de abril de 2018. – ROSEMAR DA SILVA - Presidente CPL.

LEI N. 1.368/2018

"AUTORIZA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL A LIBERAR O SERVIDOR PÚBLICO EM HORÁRIO DE EXPEDIENTE PARA PARTICIPAR DE REUNIÃO COMO MEMBRO DE CONSELHO MUNICIPAL OU COMITÊ TEMÁTICO DO QUAL SEJA MEMBRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, PREFEITO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,faz saber que o vereador **EDCLAY LOPES COELHO** propôs a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo e o Legislativo Municipal autorizado a liberar o servidor público em horário de expediente, pelo tempo que se fizer necessário quando tiver que participar de reunião oficial do Conselho Municipal ou Comitê Temático instituído por lei, do qual seja membro, assegurado o atendimento externo ao público.

Parágrafo Primeiro: Desse modo, a liberação de servidores para participar de reunião de Conselho Municipal e ou/ comitê temático que devera ser compatível com o principio da continuidade dos serviços públicos, cabendo cada Órgão ajustar o numero necessário à manutenção dos serviços públicos.

Parágrafo Segundo: A ausência autorizada será abonada, não terá desconto no salário e nem será compensada em outros dias de trabalho.

Art 2º. Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo e Legislativo no prazo de 120 (cento e vinte) dias após sua publicação.

Art 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 05 de abril de 2018.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.100/2018

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município, e considerando o requerimento, protocolado em 06 de fevereiro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora **MARAÍZA PEREIRA DA SILVA,** solteira, brasileira, residente e domiciliada na rua Conde de Azambuja, s/n, município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade **n. 714.435 SSP/MT** e **CPF n. 581.928.591-34**, lotada no cargo efetivo de **Monitora**, **Licença-Prêmio,** por um período de **90 (noventa) dias Consecutivos**, sem prejuízo da remuneração do referido cargo, com fulcro no artigo 102, da **Lei Municipal** 424, de 28 de fevereiro de 1992.

Parágrafo único – Expirado o período da licença a que se refere este artigo, a servidora beneficiária deverá se apresentar ao respectivo órgão de lotação, para reassumir o exercício regular de suas funções.

Art. 2º - A licença de que se trata o artigo anterior corresponde ao período aquisitivo de **17/02/2010 a 16/02/2015** tendo início **02/04/2018** e término em **02/07/2018**.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 02 de abril de 2018, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.102/2018.

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **ANA CRISTINA DOS SANTOS SOUZA SCHAEDLER,** brasileira, casada, residente e domiciliada a Rua Conde de Azambuja, s/n, Centro, município de Vila Bela da Ssª Trindade – MT, portador da Cédula de Identidade n. 1235585 SSP/MT **CPF n. 705.470. 171-20,** para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos e aditivos da Administração Municipal de **Vila Bela da Santíssima Trindade** de **N. 044/2018 e n. 045/2018.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.101/2018.

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **JANAÍNA RODRIGUES DE LARA,** brasileira, residente e domiciliada no bairro jardim Aeroporto, município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade nº 1088704-0 SSP/MT e CPF nº **882.161.951-68,** para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e aditivos da Administração Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade de **N. 043/2018**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 030/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, Estado de Mato Grosso, através de sua Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria n. 004, de 09 de janeiro de 2018 e alterações, tendo como objeto a contratação de serviços de mão de obra em montagem de barracão metálico, opina em efetuar a contratação da empresa: **E. D. PEREIRA SERRALHERIA - ME, CNPJ.: 26.319.203/0001-39** , com valor de: **R$ 15.500,00 (Quinze mil e quinhentos reais)** nos termos do artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, com suas alterações posteriores. Vila Bela da Ss. Trindade - MT, 05 de abril de 2018 – ROSEMAR DA SILVA - PRESIDENTE C.P.L.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

IMPREV
PORTARIA IMPREV

PORTARIA Nº 017 /2018

"Dispõe sobre a nomeação dos membros da comissão organizadora do Concurso Público nº 001/2018"

O **Diretor Executivo do IMPREV** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vila Rica, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e

Considerando a Necessidade de realização do Concurso Público para o cargo efetivo de Contador no Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vila Rica-MT;

Resolve:

Art. 1º Nomear os(as) servidores (as): **Ivanilde Tscha, Ivete Bonavigo e Nicanor Soares Araújo,** sobre a presidência da Primeiro**,** para comporem a Comissão Organizadora do Concurso Público.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Vila Rica-MT, 05 de Abril de 2018. EURICO DA CUNHA BARBOSA Diretor Executivo do IMPREV

LEI MUNICIPAL N 2 1.529/2018 DE 04 DE ABRIL DE 2018.

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo a proceder a Abertura de Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotação para Criação de Elemento de Despesa no Orçamento Geral do Município - LOA n° 1.494/2017-Exercício 2018 e da outras providências'.

O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vila Rica aprova, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Artigo 1 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotação para Criação de Elemento de Despesa no Orçamentário Geral do Município- LOA n° 1. 494/2017 - Exercício 2018, no valor de R$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 05-Secretaria Municipal de Educação

Unidade: O 5.02-Fundo Municipal de Educação R$

P. A: 2.020 - Manutenção do Fundo Municipal de Educação

3.3.90.46 - Auxílio Alim entacão- Rec. Ordinários íLivres. 80.000500

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 80.000,00

Artigo 2°- Servirá de recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo 1°, na forma do artigo 43, § 1°, inciso III, da Lei Federal 4320, de 17 de março de 1964, os resultantes de anulação parcial de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 05-Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 05.02-Fundo Municipal de Educação R$

P. A: 2.039- Renumeração dos Profissionais da Educação Fundamental

(185) 3.1.90.11-Vencimentos e Vantagens Fixas- Pessoal Civil- Rec. 80. 000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 80.000,00

Artigo 3°- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 04 de abril de 2018.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2017/2020

DECRETO Nº 036/2018 05 DE ABRIL DE 2018.

FIXA PARA O EXERCÍCIO DE 2018, DATA DE VENCIMENTO, DESCONTO EM COTA ÚNICA CONFORME LEI COMPLEMENTAR N 2 1. 273/2014- CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E O VALOR DE TARIFA DE EXPEDIENTE PARA LANÇAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO- BAIRRO BELA VISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições estabelecidas em Lei, e de acordo com dispositivo no Art.152 da Lei Complementar N. 2 1.273 de 17 de Dezembro de 2014- Código Tributário Municipal.

DECRETA:

Art. 1 º - Os lançamentos e a arrecadação dos Impostos, Predial e Territorial Urbano, serão efetuados através do Documento de Arrecadação Municipal, no qual estarão indicados, entre outros elementos necessários à perfeita identificação do imóvel do contribuinte e dos tributos e seus elementos constitutivos.

Art. 2º - Os Impostos, Predial e Territorial Urbano, serão lançados e arrecadados em um DAM - Documento de Arrecadação Municipal especifico.

Paragrafo Único - O Contribuinte que optar pelo pagamento em cota única terá o beneficio, como citado abaixo;

a) 5% (cinco por cento), com pagamento em cota única até a data do vencimento;

b) 15% (quinze por cento), como abono de adimplência com os tributos municipais, conforme estabelecido no § 2º do Art. 172 da Lei Complementar nº 1.273 de 17 de Dezembro de 2014 - Código Tributário Municipal, ou em 3 (três) parcelas do valor integral, conforme datas abaixo:

BAIRRO BELA VISTA

1- Cota Única até 25/05/2018.

11- Primeira parcela em 25/05/2018

III- Segunda parcela em 25/06/2018

IV- terceira parcela em 25/07/2018.

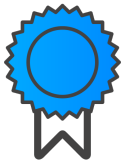
Art. 3º - Os tributos não pagos na data do vencimento, terão seus valores atualizados e acrescido de multas e juros de mora, de conformidade com o Art. 88 estabelecido na Lei Complementar n 1.273/2014- Código Tributário Municipal.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, a partir de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Mon Apr 09 15:40:06 UTC 2018
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)